00100.080037/2023-80

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII SUP. A AO Nº 65, QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2023

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - (cargo vago)
4º - (cargo vago)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2023 5

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de março de 2023 39

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de abril de 2023 130

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2023 170

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de abril de 2023 221

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 291

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2023 308

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2023 355

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2023 387

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2023 440

1.4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 497

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de março de 2023 501

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de março de 2023 509

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2023 514

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de abril de 2023 524

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2023 554

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2023 561

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2023 621

Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de abril de 2023 (realizada em conjunto com a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo) 640

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 715

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2023 730

Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de abril de 2023 (realizada em conjunto com a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura). **(Vide item 1.6)**

1.8 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2023 737

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de março de 2023 769

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2023 811

1.9 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2023 834

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2023 851

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2023 906

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2023 909

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2023 946

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves e Zequinha Marinho, e ainda dos Senadores não membros Marcos do Val, Jorge Kajuru e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Mara Gabrilli e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1915, de 2019 - Terminativo -** que: "Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, em virtude da aprovação do Requerimento nº 19/2023-CAS. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1236, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre o gozo de férias de empregado que tenha filho com deficiência." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH a 4-CDH e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CDH-CAS a 4-CDH-CAS, 5-CAS e 6-CAS. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 33, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para reforçar as sanções e dar transparência ao descumprimento das quotas de contratação de trabalhadores reabilitados e com deficiência e dispor sobre condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH, 2-CDH e 3-CDH. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 619, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatórias a realização do teste do pezinho ampliado no prazo que estipula e a comunicação sobre a sua realização." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3813, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para criminalizar a criação e divulgação de notícias falsas (fake news), notadamente em casos envolvendo a saúde pública." **Autoria:** CPI da Pandemia. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 2, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as medidas de prevenção e de tratamento dos transtornos alimentares no Brasil." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 9, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o vício em tecnologia e redes sociais, seu agravamento e aumento de incidência e suas consequências." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 10, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a Saúde Mental dos brasileiros, a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, as estratégias públicas de atenção à saúde mental e a capacidade do Sistema de Único de Saúde (SUS) para atender ao aumento da demanda por atendimentos nessa área." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 11, de 2023** que: "Requer a criação de Subcomissão Permanente da Pessoa Idosa para propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa, notadamente nos aspectos da saúde, trabalho, previdência social, entre outras áreas sociais afetas a esse importante segmento da sociedade brasileira, bem como fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa e à efetivação de seu regime jurídico." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 12, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão, na audiência pública do REQ 7/2023 - CAS, dos convidados que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 13, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir a realidade, as perspectivas e os desafios das pessoas com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 14, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o aumento do vício em pornografia e suas consequências sociais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 16, de 2023** que: "Requer a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar, com absoluta prioridade, a implementação de políticas de assistência social e de saúde destinadas às famílias e às crianças e adolescentes." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 17, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação dos trabalhadores submetidos ao trabalho análogo ao escravo e a escravidão contemporânea." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a participação de representante dos empregados na gestão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa e suas consequências." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 18, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3813/2021, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para criminalizar a criação e divulgação de notícias falsas (fake news), notadamente em casos envolvendo a saúde pública"." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o reforço às sanções e dar transparência ao descumprimento das quotas de contratação de trabalhadores reabilitados e com deficiência e da disposição sobre condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 21, de 2023** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2023 - CAS, seja dado início a um ciclo de debates, em conjunto com a CE, com o objetivo de discutir o papel e as condições das escolas e instituições especializadas no atendimento educacional aos estudantes com deficiência, na perspectiva da inclusão, uma vez que o PDL 32/2023 foi retirado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/29

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, e aqueles que nos acompanham pelas mídias institucionais do Senado Federal, quero aqui, antes de começar esta reunião, me solidarizar com todos os professores, funcionários, famílias, alunos, enfim, toda comunidade da Escola Thomazia Montoro, em São Paulo, pela tragédia que ocorreu na última segunda-feira. Transmito aqui, com a permissão de todos e todas, em nome desta Comissão de Assuntos Sociais, minhas sinceras condolências à família da Professora aposentada Elizabeth Tenreiro, de 71 anos, que dedicou sua vida profissional à pesquisa e à educação e que conseguiu transformar a vida de muitas pessoas.

Reforço aqui as palavras do nosso Senador Flávio Arns, que, durante a abertura da reunião da Comissão de Educação, nos trouxe à reflexão de que o tema "Segurança na escola e promoção de saúde mental dos membros da comunidade escolar" deve ser urgentemente tratado por todos nós agentes políticos; uma política pública construída de forma coletiva, articulada com diversas áreas do Governo, como educação, saúde, esporte e segurança pública. Nós da Comissão de Assuntos Sociais estamos à disposição para fazer parte desta articulação.

Gostaria aqui de chamá-los a fazer um minuto de silêncio em respeito e em homenagem à Profa. Elisabeth e a todas as vítimas dessa tragédia.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, outro ponto que gostaria de trazer aqui é a minha preocupação com a PEC nº 10, de 2022, que está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, constando, inclusive, da pauta da reunião de hoje.

Trata-se de uma proposta que dispõe sobre as condições e os requisitos para coleta e processamento de plasma humano pela iniciativa pública e privada, para desenvolvimento de novas tecnologias e de produção de biofármacos destinados a prover o SUS. Esta PEC foi apresentada no momento em que observamos haver um risco de descarte gigantesco de plasma, e, claro, fazia todo sentido que, naquela conjuntura, outros setores fossem autorizados a ter acesso a esse plasma. Ocorre que tal processo já ia naturalmente contra a comercialização vedada pela Constituição Federal, uma vitória do movimento da reforma sanitária, que expressava a luta contra o horror das décadas de 70 e 80, quando o sangue era trocado por pão e café.

Quando fui Ministro da Saúde do Presidente Lula em 2004, criei a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), cuja principal função é garantir o abastecimento prioritário aos pacientes do SUS. A fábrica da Hemobrás em Goiana, Pernambuco, tem capacidade de processar 500 mil litros de plasma por ano, um empreendimento de 48 mil metros quadrados de área construída. A Hemobrás é fundamental para o sistema de saúde do Brasil, faz parte de uma política nacional integrada, que planeja e garante o abastecimento em toda a rede brasileira. Trata-se de uma empresa em constante evolução, que, consolidando-se enquanto fábrica estratégica, reduzirá ainda mais a dependência externa do Brasil no setor de derivados do sangue e biofármacos, ampliando o acesso dos brasileiros aos medicamentos essenciais à vida de pacientes hemofílicos, que possuem imunodeficiências genéticas, com cirrose, com câncer, aids, entre outras doenças. Em fase final de uma implantação que ocorreu em várias etapas, a Hemobrás está quase pronta; em outubro já estará concluída. Portanto, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, essa importante empresa não pode ser esvaziada, precisa ser fortalecida. A PEC 10, além de representar um retrocesso em políticas públicas para a saúde, representa um desperdício de alto investimento.

Quero reforçar aqui minha posição contrária a essa proposta, meu apoio irrestrito ao fortalecimento da Hemobrás e o pedido para que os autores da matéria e a própria Relatora possam, em comum acordo, retirar de pauta e, definitivamente, de tramitação essa proposta.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: cópia do Ofício nº 185, de 2003, da Procuradoria-Geral da República, que encaminha documento que tem por objetivo acompanhar as medidas adotadas ou a adotar por órgãos federais, estaduais e municipais a partir das atividades do Fórum em Defesa das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais na Bahia; cópias de moções e ofícios de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades, contendo considerações sobre questões trabalhistas, previdência social, Sistema Único de Saúde, povos indígenas, assistência social e temas relacionados à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os expedientes se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão. Fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado, e, caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

Comunico ainda que, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, membros desta Comissão podem sugerir, por meio de requerimento, até o dia 31 de março, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para avaliação pela Comissão ao longo deste exercício.

A presente reunião se destina à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 3, 4 e 5, Projetos de Lei nº 33, de 2020, nº 619, de 2021, e nº 3.813, de 2021, foram retirados de pauta a pedido do Relator, o Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador Jorge Kajuru pediu a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bem, inicialmente, Presidente Humberto Costa, desta Comissão de Assuntos Sociais, eu quero acompanhá-lo no que falou para a retirada de pauta na CCJ e lembrar que eu tenho vários projetos – e gostaria de contar com a sensibilidade desta Comissão – em relação às escolas e, principalmente, um projeto importantíssimo sobre saúde mental nas escolas.

Quero também agradecer a esta Comissão a inclusão na pauta do Projeto de Lei 33, de 2020, de minha autoria, que busca estimular a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Sabemos que já existe a Lei nº 8.213/1991, estabelecendo cotas para contratação pelas empresas com cem ou mais empregados de pessoas reabilitadas ou com deficiência, porém muitas empresas descumprem essa obrigação, seja por preconceito ou por incapacidade de imaginar como uma pessoa com deficiência pode ser produtiva. Daí o meu projeto para dispor que as empresas devem proporcionar condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração entre seus empregados com e sem deficiência. Ele ainda reforça as sanções contra as empresas que não cumprem a lei. Por fim, o projeto estabelece que à União cabe a divulgação periodicamente da lista das empresas que cumprem e que não cumprem as cotas estabelecidas para o preenchimento de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a colaboração dos colegas e amigos da Comissão de Direitos Humanos – aqui presente o Presidente e amigo Paulo Paim, Senador –, onde este meu projeto foi aperfeiçoado com três emendas.

Meu agradecimento especial ao também amigo, exímio Senador Alessandro Vieira, pelo relatório com parecer favorável ao meu projeto aqui na CAS em caráter terminativo.

Espero que mais adiante, na Câmara Federal, o PL 33/2020 tenha a mesma acolhida.

Encerro aceitando o pedido do Senador Alessandro Vieira, que está no exterior, que faz questão de relatar este meu projeto. E fica, então, Presidente Humberto Costa, para a nossa próxima reunião, que será dia 12, depois da Semana Santa, perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. pede que a votação seja feita no dia 18, é isso?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – No dia 12...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No dia 12.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... que é quarta-feira, depois da Semana Santa.

Não só eu, a sua assessoria recebeu o telefonema da assessoria do Alessandro Vieira. O Alessandro também quer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse relatório já está concluído e é pela aprovação. Então, eu peço que incluam na Ordem do Dia do dia 12 esse projeto para votação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dia 12 aqui, e a gente no mesmo dia coloca em Plenário.

Eu sei que a Senadora Damares e a Senadora Zenaide, pela sensatez de ambas, o mesmo penso sobre o Flávio, sobre o Paulo Paim, sobre o Girão... Eu tenho certeza de que esse projeto, Senador Humberto, vai ser aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Depende de ser aprovado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... por unanimidade. Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Espero, mas depende de ser aprovado para ir para o Plenário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas ele vai ser aprovado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos trabalhar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Com certeza que vai.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Senador Humberto Costa, Presidente desta Comissão, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela eleição aqui nesta importantíssima Comissão aqui do Senado Federal.

Segundo, Senador Humberto, eu estou com o senhor com relação à sua preocupação com a PEC 10, por isso eu estou com um olho aqui e com um olho na CCJ, que começa daqui a pouco, porque estamos apoiando a audiência pública. E acho muito importante a gente ter calma nessa hora.

Queria, por isso mesmo, solicitar ao senhor, se os demais colegas concordarem, uma inversão de pauta com relação a alguns requerimentos que eu tenho aqui, inclusive sobre o que aconteceu em São Paulo, que comoveu o Brasil, o ataque à escola. Não é de hoje que isso vem acontecendo. E a tendência, infelizmente, é que nós tenhamos outros casos. E, para prevenir isso também, precisamos de um olhar humano com relação a essa tragédia social que a gente vê. Muitas vezes, pelo comodismo dos pais de deixarem seus filhos ali em celulares e... "Ah, não está dando problema nenhum, vamos deixar!" E isso vai causando angústia, causando depressão; às vezes a exposição a conteúdos violentos pode gerar algo muito agressivo. A gente está vendo no mundo todo.

Então, estou fazendo uma solicitação, Sr. Presidente, desses requerimentos sobre a saúde mental, fazendo o pedido para que façamos essa audiência pública. Eu dou o nome aqui dos convidados para debater saúde mental.

O vício também em pornografia está crescendo muito. Há estudiosos, psiquiatras, psicólogos mostrando o grande problema que a nação está enfrentando com relação ao vício em pornografia. A gente precisa discutir isso, levar informações. E nada melhor do que uma Comissão dessa para que a gente veja o impacto social disso.

E o vício em tecnologia e redes sociais. Também isso é muito importante que esta Comissão faça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para fechar, sobre o PL que não será apreciado hoje, porque o Senador Alessandro Vieira está em missão oficial, eu queria solicitar, no PL 3.813, que a gente faça uma audiência pública, até para instruir o PL ouvindo os dois lados, para que tenhamos uma decisão correta com relação ao PL.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos iniciar a ordem do dia com o Projeto de Lei nº 1.915, de 2009. Ele é terminativo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, Senador...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Zequinha. Desculpe, Senador. Eu passei a noite em claro, eu estou meio desorientado aqui. Perdi um voo, cheguei em casa 3 horas da manhã. Desculpe-me.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, querido.

Presidente, eu quero aqui apresentar um requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a participação de representante dos empregados na gestão da empresa e suas consequências.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA).

É exatamente sobre o PL 1.915, de 2019. Para ouvir os convidados e também os nossos Senadores com relação a isso. Esse é o nosso requerimento, naturalmente apresentando as justificativas pertinentes a esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 19, de 2023, caso apresentado pelo Senador Zequinha Marinho.

Não havendo óbice...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Contarato aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu só queria manifestar a minha concordância com o requerimento do Senador, ao passo em que solicito a possibilidade de inclusão de indicação de pessoas para essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, as indicações podem ser feitas e nós vamos depois apresentar ao Plenário as sugestões para aprovação.

Então, não havendo óbices, eu peço que os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Girão solicitou a inversão de pauta para a aprovação dos requerimentos. Eu queria só fazer uma ponderação: nós poderíamos pelo menos votar um ou dois projetos, e aí faríamos, talvez, até a aprovação dos requerimentos em globo.

Pois não, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – É sobre um requerimento também que vou pedir a V. Exa. Nós já aprovamos o requerimento, uma audiência conjunta com a Comissão de Educação. Eu retirei o PDL, mas o objetivo era fazer a audiência, que trata das pessoas com deficiência. Então, como é conjunto e já tinha sido aprovado, eu mudei o texto porque o objetivo é a audiência, não é desfazer o decreto, essas coisas, entendeu? Então é só para mudar...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse requerimento está na pauta? Já foi aprovado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Assinei nesse minuto. Já está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom, nós o incluiremos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu já falo; já estou assinando aqui. Aliás, já assinei esse.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. (*Pausa.*)

Então, o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1236, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre o gozo de férias de empregado que tenha filho com deficiência.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH a 4-CDH e de duas emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável, com emendas.

2- A matéria consta da pauta desde a reunião de 15/03/2023.

3- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

A relatoria é da Senadora Leila Barros.

Eu designo como Relatora a Senadora Zenaide Maia. O projeto é o item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, V. Exa.

O projeto é terminativo; portanto, teremos aqui uma votação nominal.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Posso ir direto à análise?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode. Fique à vontade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Nos termos do art. 90, inciso I...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seu microfone.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Como Relatora.) – Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, discutir e votar projetos de lei que versem sobre relação de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional na proposição.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, XVI, da Constituição Federal) e se inclui entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Como se sabe, a CLT estabelece, como princípio, caber ao empregador decidir sobre o período de gozo das férias do empregado. Como já acontece com o empregado estudante menor de 18 anos, pretende-se agora que os pais com filhos com deficiência também possam tirar suas férias coincidindo com as férias escolares do filho.

Com a medida, pretende-se favorecer um enorme contingente de famílias que possuem integrantes com alguma deficiência, nos mais diversos graus, e que dependem, para a sua mais plena realização e integração social, do apoio e supervisão dos pais.

A despeito de possíveis transtornos que a mudança ora proposta possa trazer à rotina da empresa, a norma que se procura implementar encontra-se em perfeita harmonia e dá maior efetividade ao princípio da função social da empresa, previsto pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXIII: "XXIII – a propriedade atenderá a sua função social".

Segundo a *Enciclopédia Jurídica da PUCSP*:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A função social da empresa é importante princípio e vetor para o exercício da atividade econômica, tendo em vista que o seu sentido advém da articulação entre os diversos princípios da ordem econômica constitucional. Longe de ser mera norma interpretativa e integrativa, traduz-se igualmente em abstenções e mesmo em deveres positivos que orientam a atividade empresarial, de maneira a contemplar, além dos interesses dos sócios, os interesses dos diversos sujeitos envolvidos e afetados pelas empresas, como é o caso dos trabalhadores, dos consumidores, dos concorrentes, do poder público e da comunidade como um todo. Dessa maneira, a função social da empresa contém também uma essencial função sistematizadora do ordenamento jurídico, sendo adensada por intermédio de normas jurídicas que têm por objetivo compatibilizar os diversos interesses envolvidos na atividade econômica ao mesmo tempo em que se busca a preservação da empresa e da atividade lucrativa que assim a qualifica.

Em suma, o objetivo de alcançar o sucesso financeiro de uma empresa só será legítimo quando ela cumpre seu papel de geradora de empregos e assegura aos seus colaboradores uma existência digna.

Nesse contexto, o PL nº 1.236, de 2019, é meritório e atende antiga reinvindicação daqueles trabalhadores que têm em sua família filhos com deficiência e necessitam que suas férias coincidam com as férias escolares deles para que possam dispensar-lhes um cuidado especial durante esse período.

A proposta não acarreta qualquer ônus ao empregador e, excepcionalmente, transfere a iniciativa para definir o período de férias, que pertence ao empregador, para o empregado que tenha filho com deficiência.

Com o intuito de adequar o texto da ementa do presente projeto à alteração procedida pela Emenda nº 4–CDH, propomos, ao final deste, por meio de emenda, a substituição da expressão "filho com deficiência" por "pessoa com deficiência sob sua guarda ou tutela".

Por fim, necessário se faz, também por meio de emenda, explicitar o significado de pessoa com deficiência como sendo aquela que se enquadra na definição prevista no art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Voto.

Pelas razões expostas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.236, de 2019, na forma do texto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº - CAS
> Dê-se à ementa do PL nº 1.236, de 2019, a seguinte redação:
> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre o gozo de férias de empregado que tenha pessoa com deficiência sob sua guarda ou tutela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei (PL) nº 1.236, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:
'Art. 136 .....
§3º .....
§4º Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra na definição prevista no art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.'" (NR)

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Eu queria só dizer o seguinte aqui: essa lei precisa... Eu acho que a gente já até discutiu essa lei, eu não sei se foi na Comissão de Direitos Humanos. Nem todos os lugares turísticos têm grande acessibilidade para as pessoas com deficiência. Até nisso os tutores, os responsáveis pelas pessoas com deficiência têm que se programar com muita antecedência, porque a gente sabe que a acessibilidade em muitos setores ainda não é uma realidade do nosso país.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado a V. Exa. pela relatoria.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas nos termos do relatório apresentado. A votação é nominal.

Aqueles que concordam com o projeto votam "sim"; os que discordam votam "não". Iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Enquanto a votação ocorre, nós vamos dar seguimento à discussão e aprovação dos requerimentos apresentados no dia de hoje.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento por ela apresentado, Requerimento nº 2, da reunião de hoje.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 2, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as medidas de prevenção e de tratamento dos transtornos alimentares no Brasil.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro eu preciso registrar cumprimentos à Senadora Mara, à Senadora Leila e à colaboração da Senadora Zenaide no projeto que nós estamos votando. A sensibilidade feminina faz toda uma diferença nesta Casa. Parabéns. Bora aí, gente! Esse projeto é necessário e oportuno.

Presidente, eu apresento o Requerimento nº 2, de 2023, para a gente falar de um assunto recorrente, mas a gente tem agora preocupações diferentes com relação ao transtorno alimentar.

Nesta audiência pública que eu estou propondo com a presença de inúmeras instituições, nós vamos abordar algo em que talvez alguns Senadores aqui não estejam prestando atenção: nós estamos com bulimia digital no Brasil. Deixem-me repetir aqui: as crianças estão sendo, por meio das redes sociais, levadas a sérios problemas de transtornos alimentares.

Hoje nós vamos discutir, na Comissão de Direitos Humanos, trabalho análogo à escravidão, usando as redes sociais, usando a internet. Eu quero discutir aqui novas modalidades de transtornos alimentares no Brasil e peço o apoiamento dos demais colegas para a aprovação deste requerimento.

Presidente, posso requerer também que a gente já vote em bloco o item 13 da pauta também, que é de minha autoria, e o senhor me libera?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, passo a V. Exa. a palavra para a leitura do Requerimento nº 13... Não, é nº 16, desculpe.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 16, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar, com absoluta prioridade, a implementação de políticas de assistência social e de saúde destinadas às famílias e às crianças e adolescentes.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – O próximo requerimento, senhores, é para a gente trazer, no âmbito desta Comissão, a criação de uma subcomissão permanente em que nós vamos tratar sobre a infância e a adolescência no âmbito da família.

Senadores, eu vou fazer aqui um apelo de mãe. Quando eu fui buscar no nosso Regimento Interno do Senado a palavra adolescente, eu não encontrei uma única referência a adolescente em nosso Regimento Interno. E, quando eu busquei a palavra criança, nós encontramos, no nosso Regimento Interno, a palavra criança uma única vez quando fala da criança filha do servidor da Casa. Nós precisamos trazer a criança para o protagonismo. Eu sei, senhores, que o tema é transversal, a gente discute em direitos humanos, na educação, em diversas comissões, mas a gente precisa ter uma subcomissão permanente, e eu acredito que esta Comissão é o foro adequado para a gente fazer, no mínimo, um acompanhamento das propostas que estão tramitando nesta Casa que vão proteger crianças e adolescentes.

Eu cito projetos de lei que foram construídos em 2007 na Câmara e estão nesta Casa parados, sem tramitação desde 2015.

Seria uma subcomissão para a gente acompanhar as propostas que estão aqui, que não estão avançando, e uma discussão sobre as graves ameaças que nossas crianças e adolescentes estão passando no Brasil.

Então, eu peço o apoiamento dos demais colegas. Sei que a gente tem outro requerimento sobre idoso no mesmo sentido hoje aqui na pauta, mas criança e adolescente precisam, nesta Casa, como diz a Constituição, no art. 227, ser prioridade absoluta – não é só prioridade. O legislador disse que é absoluta.

E eu estou aqui apresentando este requerimento para, dentro desta Comissão, a gente ter uma subcomissão permanente para a gente falar sobre proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Peço o apoiamento dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Senadora, eu gostaria de fazer aqui uma ponderação, porque existe mais de um requerimento com esse conteúdo – parece-me que o Senador Flávio Arns também propõe uma subcomissão com esse conteúdo. Além do mais, a leitura que a nossa assessoria da Comissão faz é que é um tema que estaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também afeito à Comissão de Direitos Humanos e muito provavelmente também à Comissão de Educação.

O que eu sugeriria, por uma questão... Veja, nós sabemos como é difícil o funcionamento das comissões permanentes. Se nós criamos muitas subcomissões, terminamos por esvaziar o trabalho da própria Comissão, que nós queremos que seja efetivo, que tenha...

Então, a sugestão que eu faria, pedindo a compreensão de V. Exa. e a compreensão do Senador Flávio Arns, seria que nós pudéssemos fazer uma conversa entre nós, incluindo também o Senador Paim, que é da Comissão de Direitos Humanos, para que pudéssemos encontrar uma solução, talvez uma Comissão para tratar desse tema, que pudesse ter membros dessas outras Comissões também. Então, eu pergunto a V. Exa. se seria possível esse encaminhamento. Eu me comprometo a fazer essa conversa o mais rapidamente possível.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador. (*Fora do microfone.*)

Inclusive, eu informo que o pedido é de Comissão Permanente. Eu também já apresentei à mesa. A criança e o adolescente vão ter que ser prioridade absoluta. Concordo com a sua sugestão. Nós podemos conversar, os três Senadores e o Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Concordo, a gente pode fazer essa conversa, sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Portanto, o requerimento não fica retirado, não é retirado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, só uma observação também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Da minha parte, não há impedimento algum de conversarmos. Só quero destacar que o requerimento que eu apresentei é exatamente na outra ponta da caminhada pela vida. A Senadora Damares está requerendo o debate importante, sempre importante, da criança e do adolescente como prioridade absoluta. E o que nós estamos requerendo é que façamos, como já fizemos na legislatura passada, sob a coordenação do Senador Eduardo Gomes, uma boa discussão sobre políticas públicas para a pessoa idosa. É exatamente o outro lado da caminhada pela vida. O que V. Exa. propõe é no início, e nós estamos propondo mais para a frente na caminhada, porque a população, felizmente, vem tendo uma expectativa de vida cada vez maior, já temos no Brasil 20 milhões, 30 milhões de pessoas idosas e, em 2050, teremos 50 milhões, 60 milhões de pessoas idosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui a gente pensa o seguinte, porque aqui é CAS, é saúde, assistência, trabalho e previdência: as quatro áreas são diretamente relacionadas a toda a população, mas de uma maneira muito particular à pessoa idosa, que precisa de saúde, precisa de assistência, de BPC, precisa da previdência e eventualmente também quer completar a renda – e a gente tem que pensar em geração de renda para essas pessoas.

Já houve a Subcomissão presidida pelo Senador Eduardo Gomes; a outra era de doenças raras, presidida pela Senadora Mara Gabrilli; e a outra era da pessoa com deficiência, presidida por mim. Mas, até falando com o Eduardo Gomes, eu digo: olhe, vamos talvez inverter um pouco alguma coisa, mas a de doenças raras é uma Subcomissão, que, aliás, interferiu muito nos processos positivamente, falando com os tribunais superiores, tribunais federais, participando de audiências públicas na Conitec, com a Anvisa, dando apoio para as famílias, trazendo as famílias aqui também para discutir – e foi bem interessante.

Mas eu acho que o mais interessante é nós nos sentarmos, conversarmos e acertarmos junto com a Presidência e junto com o Paulo Paim, que é uma pessoa totalmente aberta para isso, para vermos o melhor encaminhamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só a título de contribuição, em primeiro lugar, parabéns pela sua iniciativa, Senadora Damares, muito legítima e importante!

Sobre a fala do Senador Flávio Arns, nós participamos daquela Comissão, Subcomissão sobre Doenças Raras, comandada pela Senadora Mara Gabrilli, que foi muito importante. Foi nessa Comissão, Senador Humberto Costa... Eu acredito que a gente poderia fazer – aqui nós temos três Presidentes: o senhor; temos o Senador Paulo Paim, dos Direitos Humanos; e exatamente o Senador Flávio Arns, da Comissão de Educação –, eu acho que a gente poderia fazer um trabalho de divisão. Por exemplo, a Subcomissão da Criança, do Adolescente – é legítimo, é importante ter um atendimento para esse foco – poderia estar em outra do idoso, ou, então, nesta aqui também; e a Subcomissão de deficientes também, eu acho que a de doenças raras e deficientes também seria legítimo que se tivesse.

Então, eu acho que a gente pode encaminhar pela reunião para deliberar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A sugestão que eu faria – na medida em a assessoria da Comissão entende que, regimentalmente, nós não podemos ter uma subcomissão que envolva mais de uma comissão, a subcomissão é da Comissão, e também tem o entendimento de que essas temáticas seriam especificamente da Comissão de Direitos Humanos, teríamos que analisar –, então, a sugestão que eu faria é de que nós pudéssemos fazer uma reunião, ainda que seja com os assessores de cada um dos Senadores, para que possamos chegar a essa conclusão: é CAS, é CDH, é CE, vemos qual delas seria. A partir daí, construiríamos uma subcomissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma temática mais ampla, ou com temáticas específicas, mais de uma, e aí nós faríamos esse trabalho. Está certo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu ouço o Senador Paulo Paim para, de imediato, votar o requerimento da Senadora Damares, que ela pediu que fosse votado, e nós prosseguimos com os demais requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Eu concordo plenamente com V. Exa., porque, de repente, nós estamos discutindo o mesmo tema nas três Comissões. Vou dar um exemplo, se V. Exa. me permitir. Há um requerimento, hoje, de sua autoria, legítimo, porque esta é a Comissão do mundo do trabalho – não é? –, para discutir o trabalho escravo. Nós estamos lá discutindo, mas baseados numa SUG, porque a SUG é apresentada lá, é uma iniciativa popular, para aprovar esse tema trabalho escravo. Foi mandado para lá um projeto do Senador Randolfe, do qual o Senador Contarato é o Relator, que trata do trabalho escravo. O que a gente fez? Marcamos duas audiências públicas e vamos votar no dia 12.

O que eu quero dizer com isso? É só combinar, porque, depois do dia 12, o projeto vem para cá. Então, procede já aprovarmos, hoje, inclusive o requerimento de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nesse caso, nós podemos esperar a aprovação e trazer para cá...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso e vamos aprovar no dia 12 ou rejeitá-lo, mas está decidido por todos que vamos votar no dia 12. Aí, vem para esta Comissão e vamos discutir aqui.

Nesse tema específico, V. Exa. está coberto de razão. A Senadora Damares, de forma correta, apresentou um requerimento quase idêntico a esse, lá na Comissão de Direitos Humanos. Eu disse para ela: "Vamos conversar, vamos achar um caminho". E o caminho V. Exa., agora, está construindo aqui. Por isso, sou totalmente favorável para a gente, de forma conjunta, buscar a solução.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Portanto, ficamos acertados que os assessores dos Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Damares Alves, os meus também e o assessor da Comissão se encontrarão para que nós possamos chegar a um denominador comum...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... sobre qual Comissão poderia ter esse desdobramento de uma Subcomissão, o que também não impede que discussões sejam feitas aqui, independentemente de termos um assunto Comissão.

Então, vamos votar o Requerimento 2, da Senadora Damares Alves, que já foi lido, não houve quem discutisse.

Então, os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero solicitar aqui aos Senadores que compõem a Comissão que possam votar, para que nós obtenhamos o quórum necessário para aprovação do projeto que já foi lido e aprovado. É lido e discutido...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Humberto, só um pedido, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Nessa reunião que vai haver entre as assessorias para decidir essa questão aí da interligação dessas Comissões, se puder convidar a nossa eu lhe agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Será um prazer!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e, de alguma forma, poder colaborar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Será um prazer fazer isso aí o mais rápido possível, não é?

Nós vamos agora apresentar e votar os requerimentos do Senador Eduardo Girão. Então, o Requerimento de nº 7. Passo a palavra ao Senador...

Aliás, o Requerimento nº 9, que representa o item 7 da pauta de hoje.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 9, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o vício em tecnologia e redes sociais, seu agravamento e aumento de incidência e suas consequências.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Perfeito. Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Colegas Senadores aqui, Senadoras, os requerimentos... Se o senhor puder permitir que eu já fale sobre todos, para a gente... Pode ser? Sem ser individual...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pronto.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 10, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a Saúde Mental dos brasileiros, a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, as estratégias públicas de atenção à saúde mental e a capacidade do Sistema de Único de Saúde (SUS) para atender ao aumento da demanda por atendimentos nessa área.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 14, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o aumento do vício em pornografia e suas consequências sociais.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

Um é sobre o PL 3.813, de 2021, que criminaliza a criação e a divulgação de notícias falsas, *fake news,* notadamente em casos envolvendo a saúde pública. É um assunto importante que devemos debater com muita serenidade, com profundidade.

Eu faço aqui o requerimento, Sr. Presidente, para que a gente chame para essa audiência pública os seguintes convidados: os representantes...

Desculpe-me: esse é extrapauta? (*Pausa.*)

Ah, tá!

Então eu peço a inclusão desse extrapauta, perdão.

E já aproveitando aqui o representante da Associação Brasileira de Internet (Abranet); representante da Coalizão Direitos na Rede; representante do Google; representante do Instituto Liberdade Digital; representante da Lupa, agência de checagem; representante da Associação Brasileira de Provedores de Internet (Abrint).

Isso aqui, Sr. Presidente, é importante até porque, um que estaria na pauta hoje, mas como o Senador Alessandro Vieira está em missão oficial... Que a gente possa fazer essa audiência pública para instruir. Isso é muito importante para que a gente possa tomar a decisão correta.

Os outros que estão na pauta...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minuto, Senador.

Eu vou colocar logo em votação, está certo?

Alguém tem óbice contra a inclusão em pauta desse requerimento?

Os que aprovam a inclusão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agora passamos à aprovação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dos demais. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) –

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 18, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3813/2021, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para criminalizar a criação e divulgação de notícias falsas (fake news), notadamente em casos envolvendo a saúde pública".

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Agora os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento, aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esse foi o item extrapauta, está certo?

Com relação à composição da mesa da audiência pública, eu vou deixar em aberto para que outros Senadores possam fazer sugestões e depois eu apresento aqui na próxima reunião da Comissão para ver se há acordo, e aí nós marcamos a data.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora o item 7...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Pela ordem, Presidente, aproveitando aqui o embalo, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – Quero apresentar um requerimento extrapauta também, o de nº 20, para fazer uma audiência pública para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater o reforço às sanções e dar transparência ao descumprimento de cotas da contratação de trabalhadores reabilitados e com deficiência e dar disposição sobre condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração.

Para debater nessa audiência pública é proposto aqui a representação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, representante do Sebrae Nacional, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e representante do Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Enfim, só para dar uma roupagem, segurança e tranquilidade com relação àquele projeto do item 3, que deve ter sido retirado de pauta.

Aproveitando o embalo, gostaria de solicitar a V. Exa. que aceite o extrapauta e depois o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a possibilidade de inclusão do requerimento do Senador Zequinha na reunião de hoje.

Os Senadores e Senadoras que aprovam, não havendo nenhum tipo de óbice, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, solicito também a inclusão extrapauta do meu requerimento, só para...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem mais extrapauta do que na pauta.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora voltar aqui à ordem, para que... Os extrapautas, tanto a aprovação da inclusão quanto a aprovação dos requerimentos, vamos deixar para o final, por favor.

Passo a palavra ao Senador...

Esse foi votado já? (*Pausa.*)

Mas ele já falou? Ele já leu? (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Senador Girão para que leia o Requerimento nº 9, item 7 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o vício em tecnologia e redes sociais, seu agravamento e aumento de incidência e suas consequências.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Essa sugestão de audiência pública que nós estamos sugerindo perpassa não apenas o que aconteceu em São Paulo, que é muito recente, o ataque da escola anteontem, mas é um problema social que a gente vê cada vez mais se aprofundar. Nós que somos pais, alguns aqui avós, a gente percebe um isolamento cada vez maior das crianças no mundo paralelo, dos adolescentes. E é muito cômodo para os adultos, os parentes verem seus filhos que estão quietinhos ali, que não estão dando trabalho, mas isso tem um efeito devastador mais na frente. O vício, a questão da exposição a conteúdos violentos, aí entra questão de pedofilia, entra uma série de outras situações graves, e a gente precisa analisar o impacto social disso.

Então, pelo requerimento, nós estamos trazendo aqui, caso os nossos colegas concordem: Dr. Cristiano Nabuco, Psicólogo e Coordenador do Grupo de Dependências Tecnológicas do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo; o Dr. Igor Lins Lemos, Psicólogo e Doutor em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento; o Dr. Daniel Spritzer, Psiquiatra e Professor da disciplina de Dependência de Tecnologia do Programa de Residência em Psiquiatria do Hospital Psiquiátrico São Pedro; o Dr. Wimer Bottura, Psiquiatra e Psicoterapeuta Presidente do comitê de adolescência da Associação Paulista de Medicina; a Dra. Aline Restano, Psicóloga especialista em psicoterapia de orientação analítica e em psicoterapia de infância e adolescência.

São esses os convidados que a gente... Obviamente, outros colegas podem trazer ou sugerir nomes, nós estamos à disposição. (*Pausa.*)

Estão faltando mais dois nomes? Ah, o Ministério da Saúde, perdão, não é? Ah, desculpem-me, perdão. É verdade, eu estava lendo aqui: a Dra. Caroline da Silva de Souza – obrigado, Senador –, Psicóloga especializada em dependências tecnológicas; e um representante do Ministério da Saúde.

Então, o requerimento está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para vocês terem uma ideia, a pesquisa do Ibope em fevereiro de 2022 – do Ipec, não é? –, apurou que 52% dos brasileiros não conseguem ficar um dia inteiro longe do aparelho celular. Outros 16% apontaram que o uso do *smartphone* atrapalha no âmbito profissional; 16% dos internautas relatam que o relacionamento com a família é afetado; 12% se distraem com o aparelho enquanto dirigem; 9% disseram que a saúde é afetada; 8% veem o ambiente escolar influenciado; e 6% apontam que o telefone celular prejudica a vida sexual.

Aí vêm várias outras pesquisas que a gente coloca aqui. A ansiedade e depressão estão na lista dessas doenças que podem ser agravadas pelo uso imoderado de tecnologias. Aí vem a questão do suicídio, que é hoje a grande pandemia que a gente está vivendo após esse momento da humanidade de covid, de problemas financeiros, não é? Que a gente possa olhar, que a CAS possa ter esse olhar humano para buscar soluções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu só quero, da minha parte, concordar inteiramente com o requerimento.

Mas até pensando nas palavras do Senador Girão, nos pais, nos avós, na escola, no que aconteceu anteontem, então que houvesse a inclusão do Ministério da Educação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Boa!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porque, se a gente atender os alunos, nós vamos atender 40 milhões. Tem que haver uma perspectiva: saúde e educação, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito boa essa colaboração do Senador Flávio Arns, e integralmente eu aceito a inclusão do Ministério da Educação nesse requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu também só quero ressaltar a importância desse tema. Inclusive, Senador Arns, tinha que botar os representantes dos avós, porque os avós facilitam muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas acho que é preciso também, depois, colocar algumas coisas. Eu vou sugerir depois algumas empresas da área de tecnologia, até para... Porque as escolas estão adotando agora muitos mecanismos, muitos instrumentos de aprendizagem com relação a jogos, o que vai realmente agravando, cada vez mais, isso. Mas é um tema que merece aqui um congresso, um seminário, não é?

Parabéns, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria só fazer uma ponderação, Senador Girão: há um número muito grande de participantes desta audiência pública, e certamente surgirão outras sugestões de nomes. Eu sugeriria que nós fizéssemos uma conversa e, com as sugestões que vierem a mais, porque, se for o caso, talvez seja a possibilidade de desdobrarmos esta audiência pública em duas para que se faça... Então, eu vou pedir que depois a assessoria da Comissão entre em contato com a assessoria de V. Exa. Os Senadores que queiram sugerir participantes apresentem, para que nós possamos fazer algo que seja produtivo, não é? Está bem?

Neste momento eu encerro a votação do item 2. Já temos quórum, e vamos proceder ao resultado.

Podemos seguir?

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Resultado: 13 votos favoráveis; nenhum voto contra.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1-CDH/CAS e 4-CDH/CAS, 5-CAS e 6-CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Muito obrigado a todos.

Esse é um projeto de extrema relevância. (*Palmas.*)

Muito bem.

Agora o item 8 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a Saúde Mental dos brasileiros, a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, as estratégias públicas de atenção à saúde mental e a capacidade do Sistema de Único de Saúde (SUS) para atender ao aumento da demanda por atendimentos nessa área.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Peço que faça a leitura do requerimento e brevemente possamos aprová-lo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Perfeito. Muito obrigado.

É outro fato, outro fenômeno social que está ocorrendo, problema grave, que a gente tem percebido em debates, em palestras com especialistas, que tem afetado a sociedade brasileira: é o vício em pornografia, que tem consequências sociais terríveis.

Com o apoio dos colegas faço aqui a sugestão para que tenhamos os seguintes convidados: o doutor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, perdão.

Eu pulei aqui. Este é outro e não deixa de ter a ver... É um assunto relacionado, só que é mais amplo, é o relacionamento que a gente possa ter...

Espera, Adriana, esse aqui eu acabei de ler.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Uma dúvida: não há como ler os requerimentos e votar em bloco? Porque requerimento...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sempre que S. Exa. lê, já expõe o debate todo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, não preciso fazer...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Argumentar, fazer a defesa... Esses requerimentos já são de conhecimento geral. Há consenso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom.

Então, é saúde mental dos brasileiros. A política nacional de prevenção à automutilação é uma sugestão que a gente faz de audiência pública.

Proponho os nomes: Dr. Fábio Gomes de Matos, Psiquiatra e Professor da Universidade Federal do Ceará; Dra. Alessandra Xavier, Professora e fundadora do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará; Dra. Helena Moura, Psiquiatra e Professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília; Dr. André Russowsky Brunoni, Psiquiatra, Professor e Diretor do Serviço Interdisciplinar de Neuromodulação do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador sênior do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto; Dr. Quirino Cordeiro Júnior, Psiquiatra e Professor Adjunto do Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo; Dr. Alejandro Vera, Psiquiatra e Coordenador do Departamento de Saúde Mental da Associação Médico Espírita do Brasil; Sr. Nelson Fernandes Júnior, Diretor Operacional de Associação Pró-Saúde Mental; além do representante Centro de Valorização da Vida (CVV); representante Ministério da Saúde.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode ler também o de nº 14, que é o item 12.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Requerimento 14, item 12. É o que eu estava fazendo sobre a questão da pornografia.

Eu proponho os seguintes convidados: Dr. Miguel Soriani, Psicoterapeuta especializado em vício em pornografia; Dra. Ana Paula Vecchi, Pediatra e Coordenadora do Departamento de Família da Associação Médico Espírita do Brasil de Goiânia; Dr. Marcello Danucalov, Psicobiólogo e Filósofo Clínico Integral; Sr. David Riker, Teólogo, Filósofo e pós-graduando em Sexualidade Humana; Sra. Letícia Balducci, Especialista em Sexualidade Humana; Dr. Mizael Silva, Psicólogo e Vice-Presidente do Instituto Infância Protegida; Sr. André Henrique de Siqueira, Coordenador de Estudo Sistematizado da FEB e pesquisador na área de ciência de dados e inteligência artificial aplicados à área de educação; representante Ministério Público; representante Polícia Federal.

Os argumentos estão no nosso requerimento. Para termos uma ideia, em 2020, o *site* de pornografia mais popular recebeu cerca de 3,5 bilhões de visitas por mês. Ademais, os dados evidenciam que cerca de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

75% dos homens e 35% das mulheres consumiram pornografia pelo menos uma vez no ano anterior. Isso tem sido um problema muito debatido. Eu acho que vai ser pioneiro aqui na CAS que a gente possa problematizar e buscar soluções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Nós vamos dar o mesmo tratamento.

Está aberto para que os Senadores possam sugerir nomes.

Vamos votar agora, em globo, os dois requerimentos: o Requerimento nº 14 e o Requerimento nº 10, ambos do Senador Eduardo Girão.

Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Eu tenho só mais dois requerimentos. Está iniciando a discussão na CCJ sobre a PEC nº 10.

Requerimento nº 13, de 2023, do Senador Flávio Arns.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 13, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir a realidade, as perspectivas e os desafios das pessoas com transtorno do espectro autista.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – É um requerimento – eu vou sintetizar – para uma audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Direitos Humanos e também com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre os desafios e as perspectivas, os avanços necessários na área do autismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá na Comissão de Direitos Humanos deliberamos o seguinte: por ser um tema de interesse de muitos Senadores e Senadoras, nós conversamos que seria feita essa primeira audiência chamando a educação, a saúde, o Conselho Nacional de Educação, e depois as outras audiências, porque vai haver a necessidade de várias audiências em temas bem específicos. Então, o requerimento é para que nessa primeira a gente tenha o panorama geral, na área de assuntos sociais, educação, direitos humanos, e na sequência, depois, assinada por todos os Senadores e Senadoras, a gente pode organizar uma pauta, e serão, então, realizadas as outras audiências públicas.

Inclusive, estamos sugerindo, Sr. Presidente, que essa audiência possa ser feita – porque dia 2 agora é o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo –, como é a semana da Páscoa, talvez na outra semana, mas no período da tarde, antes do Plenário, para não interferir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No dia 12.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – No dia 12...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem o trabalho escravo, que vai ser votado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... depois da audiência da Comissão de Direitos Humanos, às 14h do dia 12, antes do Plenário, que será às 16h.

Quero só dizer que tem muitos Senadores e Senadoras que gostariam que entidades também participassem – foi o debate que a aconteceu lá –, as quais vão ser incluídas para, depois, na sequência, a gente se aprofundar sobre o tema.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O.k.?

O último requerimento... (*Pausa.*)

Então, vou passar logo para o do Senador Izalci.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 21, DE 2023

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2023 - CAS, seja dado início a um ciclo de debates, em conjunto com a CE, com o objetivo de discutir o papel e as condições das escolas e instituições especializadas no atendimento educacional aos estudantes com deficiência, na perspectiva da inclusão, uma vez que o PDL 32/2023 foi retirado.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para que faça a leitura do requerimento, já que foi aprovada a sua inclusão na pauta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, este requerimento de audiência pública será em conjunto com a Comissão de Educação, e já o aprovamos na Comissão de Educação. Nós já o tínhamos aprovado aqui, só que a fundamentação era o PDL, o qual foi retirado, então é só para fundamentar a discussão das escolas especializadas.

E coloquei aqui também a sugestão da Professora Dorinha e da nossa Senadora Mara Gabrilli de nomes para a audiência.

Esse é o apelo que faço, para a gente fazer em conjunto com a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu rapidamente passo a Presidência ao Senador Paulo Paim para que eu... (*Pausa.*)

Não, pode ficar. É só para o requerimento. Depois... (*Pausa.*)

Eu posso ler como Presidente? Então, tá bom.

Este requerimento é de minha autoria, e eu passo à leitura.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação dos trabalhadores submetidos ao trabalho análogo ao escravo e a escravidão contemporânea.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Como ficou acertado, Excelência, nós vamos procurar fazer essa audiência pública depois do dia 12, de forma conjunta com a Comissão de Direitos Humanos também.

Então, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu passo aqui a palavra ao Senador Paulo Paim como Presidente para que ele possa concluir a reunião e tratar de outros assuntos, porque, nesse momento, está se iniciando o debate sobre a proposta de emenda à Constituição que trata do plasma. E eu digo a V. Exa. que vou daqui a pouco comparecer à reunião da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Está bom.

Pergunto rapidamente se algum Senador tem ainda algo a colocar, a falar ou a expor, porque eu também tenho que ir para a Comissão de Direitos Humanos porque começou o debate lá sobre o trabalho escravo, porque nós marcamos, Humberto, dois debates sobre o trabalho escravo e, no dia 12, a votação do PL do Randolfe. O Contarato é o Relator. E o projeto vem para cá. Daí vamos nos debruçar aqui juntos. (*Pausa.*)

Não havendo mais, vamos para o encerramento.

Convoco para o dia 5 de abril, quarta-feira, reunião extraordinária desta Comissão, em conjunto com a CDH, destinada a receber a Ministra da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da pasta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, só, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Que dia? Quando vai ser a visita da Ministra Nísia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dia 5 de abril.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Semana que vem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Soraya Thronicke queria fazer alguma fala?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. *Fora do microfone*.) – Vou para a audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, muito bem, na CDH.

Muito obrigado, Senadora.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Carlos Viana, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e ainda dos Senadores não membros Laércio Oliveira, Irajá, Izalci Lucas, Damares Alves e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Rogério Carvalho e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Marcio Bittar (PSL/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Carlos Viana (MDB/MG), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável à Proposta, com o acatamento parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3006, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação de cargos vagos de Analista e de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e em cargos em comissão, código CC-4, no âmbito do Ministério Público do Trabalho." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado Requerimento nº 1, de 2023-CCJ, de urgência pra a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3713, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, e às Emendas de nº 1 a 4, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1822, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, que será submetido a turno suplementar. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1899, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica." **Autoria:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, e aprovação parcial da Emenda nº 2, nos termos dos Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, que será submetido a turno suplementar. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2491, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a redação do § 2o do art. 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e acrescenta o art. 699-A à Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar, envolvendo o casal ou os filhos." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2641, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer requisitos para a compra de equipamentos usados em procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3130, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para prever entre os objetivos da Renaesp a promoção de intercâmbio com instituições de ensino superior no exterior, assim como treinamentos com órgãos de segurança pública e defesa social de outros países." **Autoria:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3167, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 94, 96, 97, 98 e 99 da Lei no 10.741, de 1º de outubro 2003, para aumentar as penas para os crimes de discriminação, falta de assistência, abandono e exposição a perigo contra o idoso, e para adotar a regra geral para aplicação do procedimento sumaríssimo." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3616, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir na Carteira Nacional de Habilitação as informações sobre o tipo sanguíneo e fator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rh do condutor e sobre a sua condição de doador ou não doador de órgãos e tecidos." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3815, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que os menores de 12 anos tenham assentos contíguos a seus pais ou responsáveis." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3983, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **Observações:** Anunciada a matéria, o Relator, Senador Espiridião Amin, faz ponderações acerca da possibilidade de apresentar uma emenda de redação. A Presidência esclarece não caber mais emendas, uma que vez a discussão da matéria havia sido encerrada. O Senador Espiridião Amin informa que a modificação será proposta em Plenário. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 5281, de 2019 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que o marco temporal para aferição da idade mínima será a data da posse no cargo eletivo." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 1, de 2023** que: "Urgência para o PL nº 3006/2022." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 13.

A reunião ocorre de modo presencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital.

Informo que, em cumprimento ao Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2023, não será admitida a participação e o uso da palavra de maneira remota nas sessões deliberativas da Comissão. Além disso, somente será possível a votação pelo aplicativo se houver sido previamente registrada a presença de maneira física nas dependências da Casa. Enfim, o resto já está amplamente divulgado.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

Autoria: Senador Nelsinho Trad, Senadora Zenaide Maia, Senador Telmário Mota, Senador Sérgio Petecão, Senador Davi Alcolumbre, Senador Angelo Coronel, Senador Otto Alencar, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Marcio Bittar, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Jayme Campos, Senador Carlos Portinho, Senador Rogério Carvalho, Senador Mecias de Jesus, Senador Paulo Rocha, Senador Giordano, Senador Zequinha Marinho, Senador Marcelo Castro, Senador Izalci Lucas, Senador Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barreto, Senador Romário, Senador Esperidião Amin, Senador Carlos Viana, Senador Alexandre Silveira, Senador Marcos Rogério, Senador Carlos Fávaro, Senador Eduardo Girão

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável à Proposta, com o acatamento parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

Em 13/12/2022 foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa da Senadora Mara Gabrilli.

Concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, me permita, antes de a Daniella Ribeiro ler o relatório, por favor.

Daniella, desculpa. É só pela ordem. Será rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu estou lhe pedindo e lembrando da designação do Relator da nossa PEC 016. Eu pedi na primeira sessão, e o senhor colocou para ser designado o Relator. E até agora não foi designado.

E há outra, Sr. Presidente, uma queixa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É sobre o PDL 508, de 2019. Eu já cheguei a ler o relatório aqui. É aquele que cria a possibilidade de um plebiscito para a criação do Estado de Tapajós. Eu fui o Relator, li aqui, foi feito pedido de vista pelo Senador e não foi trazido para cá. Para minha surpresa, ele está sem Relator, enquanto outros Senadores que continuaram aqui continuam com relatorias. Estou reivindicando para mim a relatoria novamente, até porque já tenho parecer pronto. É o PDL 508, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Plínio, vou fazer agora a designação de V. Exa., porque, quando encerra a legislatura...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou fazer.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu fiz um ofício, que é o de nº 42, falando do meu interesse em continuar Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou fazer.

Inclusive vou aproveitar para dar uma informação aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só vou dar uma informação, Amin, rapidinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós fizemos aquela separação que eu anunciei aqui na última reunião em relação a temas específicos de projetos que estão em tramitação na Comissão. Nós chegamos a 232 projetos. Eu pedi à Secretaria para encaminhar aos Senadores as solicitações de relatoria. Já chegaram solicitações de Relatores para 38 projetos. Então, eu gostaria de pedir aos Senadores que pudessem pegar o relatório que está aqui na Secretaria da Comissão, para acatarmos as solicitações dos Senadores, para a gente tentar da melhor maneira possível, utilizando o critério da proporcionalidade, distribuir as matérias que serão solicitadas pelos Senadores, na forma do requerimento feito pelo Senador Plínio Valério.

Existem outros Senadores que solicitaram a relatoria dessa matéria, do PDL, mas V. Exa. era o Relator e apresentou o relatório. Então, nós vamos designar V. Exa. e eu vou informar aos outros Senadores que solicitaram a relatoria que vai ser retornada ao Senador de origem.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque seria muito difícil. Eu me sentiria atropelado...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como eu estou sendo atropelado por processo de 2022, que me foi apresentado, e a minha PEC de 2019 está sem Relator. Por favor, eu queria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Da mesma maneira, a PEC tem seis solicitações, e eu vou ter que conversar com os Senadores para indicar um dos seis Senadores.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – É só para poder ver a possibilidade de colocar em pauta a minha PEC 30. Já foi relatada pelo Marcos Rogério, mas, como mudou a legislatura, eu acho que tem que designar outro Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então vai ser V. Exa novamente. V. Exa. é o Relator?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não. Eu fui o propositor, o autor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O autor.

Vou falar com o Líder.

É o Rogério Carvalho?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Marcos Rogério.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Marcos Rogério está de licença. O suplente está aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Então, ele relatou e já entregou, mas a assessoria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Tem que designar um *ad hoc* agora.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Pode ser o nosso amigo Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Não, não, não.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Já está pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu já entendi a manifestação. Vai ficar registrada.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só queria ajustar o que V. Exa. mesmo informou. O requerimento está apresentado. Eu falei sobre esse requerimento, convidando o Promotor de Justiça de São Paulo Gakiya.

Presidente, eu fiquei emocionado com a entrevista desse homem. Saiu no *Estadão* de sábado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Ele fez mil denúncias contra integrantes do PCC. Esse cidadão não pode sair na rua.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Confinado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Ele é excluído da sociedade, porque tem cumprido com o seu papel.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Alguém está preso há 20 anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Nós estamos perdendo a guerra, e ele é prisioneiro em nosso nome, porque ele nos defende!

Então, o meu requerimento é isto: convidá-lo para vir aqui, porque alguma coisa está errada na legislação. Para o nosso agente ficar proibido de sair na rua? Que país é este? Quer dizer, um sujeito que cumpre com o seu dever – eu não o conheço, nunca falei com ele – ficar confinado? Eu fiquei com vergonha de mim.

Então, esse é o requerimento. Não é preciso votar hoje, mas que se bote em pauta, porque eu já o anunciei na Comissão de Segurança Pública ontem. É por isso que eu não queria perder o fuso horário pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou fazer...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu passei a palavra aqui para a Relatora da PEC...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... mas vamos fazer um encaminhamento de procedimento em relação ao requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou fazer só a leitura do requerimento, para dar conhecimento aos membros da Comissão, e vai estar incluída na pauta da próxima semana a votação desse requerimento, convidando essa autoridade.

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Lincoln Gakiya, Promotor do Ministério Público de São Paulo, a comparecer nesta Comissão a fim de prestar informações sobre entrevista publicada no *Estadão* em 25 de março de 2023, em relação ao combate ao crime organizado, e os comentários e as declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva relacionadas às investigações de plano do Primeiro Comando da Capital (PCC) para sequestrar e matar o Senador Sergio Moro, outras autoridades e servidores públicos em retaliação ao combate contra a facção criminosa.

Esse é o requerimento que foi apresentado pelo Senador Esperidião Amin. Ele vai estar incluído na pauta da próxima reunião, e nós vamos deliberar a votação desse requerimento.

Com a palavra, a Senadora Daniella Ribeiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Muito obrigado, Presidente.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Sou grata pela compreensão, ao mesmo tempo em que estou aqui, nesta Comissão, estou também presidindo a audiência pública ali na Comissão de Infraestrutura.

Sr. Presidente, lerei o relatório...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – ... da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022.

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022, cujo primeiro signatário é o Senador Nelsinho Trad, que "altera o art. 199 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de consultar os colegas, porque o relatório já está exposto para todos – há três sessões foi retirado o projeto, então o relatório está pronto e está exposto –, se eu posso ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pode.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – O voto é, pelo exposto, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acatamento parcial da Emenda nº 1-CCJ, na forma do substitutivo.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Há sobre a mesa, Senadora Daniella, requerimentos solicitando audiência pública para tratar desse assunto. Tem vários Senadores que solicitaram, inclusive a Senadora Mara Gabrilli, o Senador Humberto e a Senadora Augusta, e foram subscritos também pelo Senador Jorge Kajuru.

Eu queria que a gente pudesse entrar em um entendimento para a gente retirar de pauta hoje.

Vou passar para V. Exa.

Deixem-me retirar de pauta hoje, sem votar os requerimentos, porque está todo mundo convidando... Nós temos que organizar isso aqui. Vamos ter cinco convidados ou seis convidados. Porque tem um requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Presidente, era sobre isso também...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, sim.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Pela ordem.) – ... aproveitando isso que V. Exa. coloca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela instrução da Relatora... A Relatora está instruída, já trouxe seu parecer. Obviamente, ouvi também os colegas, tanto é que foi retirado em outras sessões, ouvindo os colegas e atendendo o pleito dos colegas, para que haja essa audiência pública.

No entanto, Sr. Presidente, dada a quantidade de convidados, fica algo impossível, a não ser que a gente passe dois dias aqui em audiência pública. Então, eu gostaria de propor o número: quatro e quatro. E, depois, definimos os nomes.

E também, Sr. Presidente, pelo tempo que já vem passando, gostaria de pedir a agilidade para que a gente possa realizar essa audiência pública o mais breve possível, com o acatamento aí, com a anuência dos colegas.

Essa é a minha proposição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Ciro Nogueira; em seguida, Senador Sergio Moro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - PI. Pela ordem.) – Eu acho que é importante a realização dessa audiência, Presidente, mas que ela seja feita o mais rápido possível.

Esse é um projeto, que já foi retirado algumas vezes, muito importante para o país, para a saúde do nosso país. E eu acho que nós temos que dar total prioridade para a realização dessa audiência e, logo depois, para a votação desse projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder, só o Senador Sergio Moro pediu; já passo para V. Exa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só um registro aqui.

Da mesma forma, até compreendo a audiência pública, mas eu faço coro aqui com a necessidade de agilidade. Há uma deficiência notória no Brasil em relação a esse mercado de derivados, e pessoas infelizmente morrem por conta disso. Nós temos uma estatal que é ineficiente, a Hemobrás, e nós precisamos flexibilizar. Ninguém quer prejudicar o que já existe, mas nós precisamos flexibilizar – é a mesma lógica que seguimos lá quando foi a nova Lei do Saneamento. E, se as pessoas estão precisando desses produtos, desses derivados, há uma questão de urgência, até porque isso já foi postergado mais de uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pediria aqui a compreensão de todos aqueles que desejam estender essa discussão, mas eu pediria aqui e ressaltaria a importância de que esse projeto seja votado com a necessária brevidade para o bem da saúde dos brasileiros.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano Contarato, Líder.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu não queria entrar no mérito, não, mas, Presidente, mais uma vez, na saúde da população brasileira, está sendo trocado o fato humanitário pelo capitalismo.

Nós temos que entender que doação de sangue não é uma coisa simples. Existem coisas que acontecem e que têm prazo de quarentena. Eu vou dar um exemplo simples: se uma pessoa fez uma tatuagem, ela não pode doar pelo prazo de um ano. Ora, se ela for paga para doar, ela vai efetivamente omitir essa informação, assim como qualquer outra comorbidade que ela possa ter.

Então, eu faço um apelo a V. Exa., Senador Davi Alcolumbre, devido à complexidade do tema e para a gente não desprestigiar todos os requerimentos, porque temos requerimentos de audiência pública da Senadora Mara Gabrilli, do meu querido Humberto: que se façam duas audiências públicas, trazendo todas essas pessoas que estão diretamente ligadas.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, pela ordem só mais uma vez, só para esclarecer para o querido Senador Fabiano Contarato que nós não estamos tratando de doação de sangue – é bom lembrar –; estamos tratando de plasma. E também, no mesmo entendimento, Senador, já acatamos a audiência pública, inclusive o tema tem sido recorrente com relação a ouvir as pessoas como Relatora, mas eu gostaria de pedir à Presidência, mais uma vez, com a anuência dos colegas, que estipulemos a data da audiência pública, a quantidade de convidados, e podemos votar, Sr. Presidente, até porque também, já que entramos num entendimento da audiência pública, nesse entendimento também, para que a gente passe já para o item 2, com a objetividade, que é nítida, de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Humberto Costa, Ministro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Eu queria, primeiramente, dizer que acho importante que nós façamos as audiências públicas, trazendo pessoas que defendem posições diferenciadas. Esse tema não é um tema simples. O plasma, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante que se diga, é um componente do sangue, não é uma coisa caída do céu ou algo que não tenha a ver com sangue. Termos comercialização de plasma é nós temos comercialização de sangue.

No momento em que esta PEC foi aprovada, até se justificava, por quê? Nós temos a Hemobrás, que é a Empresa Brasileira de Hemoderivados, que está para ser inaugurada agora no mês de outubro. É uma empresa de altíssima tecnologia, produz inclusive o Fator VIII para hemofilia, o que é feito por mecanismos sofisticadíssimos; e a Hemobrás, durante esse período em que ela não está completamente concluída, existia um contrato com uma empresa francesa; o plasma era recolhido no Brasil e como não poderia ser processado integralmente no Brasil, era mandado para a França e voltava na forma de hemoderivados.

Acontece que a Anvisa, num determinado momento, expressou, após uma avaliação, que a empresa francesa não estava cumprindo com os princípios da qualificação, as boas práticas farmacêuticas, e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... houve uma decisão de suspensão. Então, naquele período, o plasma realmente, uma grande quantidade dele, teve que ser descartado. Mas essa situação está superada. Já há um novo contrato que foi feito em 2020. Vou apresentar, lá na CAS, inclusive uma proposta de diligência para que as pessoas conheçam a Hemobrás e não falem bobagem de que a Hemobrás é ineficiente. A Hemobrás, a partir de outubro, vai atender integralmente as necessidades de sangue do Brasil e poderá ajudar outros países também, com a garantia do sangue.

O sangue não é comércio, não pode virar comércio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Dra. Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu acho que a gente tem que ter audiência pública, sim. Na mesma linha que o Senador Humberto Costa falou, o plasma é um derivado de sangue, certo? E eu não acredito... Mesmo que a Hemobrás, mesmo que não fosse, não estivesse... Está faltando alguma coisa para produzir esses produtos essenciais, como foi falado aqui, inclusive para os hemofílicos, mas não seria motivo de a gente passar a privatizar; ou seja, se a gente for comercializar, colegas, a albumina, o plasma humano, só...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – ... vai ter direito quem tem recursos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Não é possível que a gente vá fazer isso.

Então, vamos fazer uma audiência pública. Isso não é um assunto tão simples. Vamos fazer a audiência e vamos discutir. Nós não vamos aqui, simplesmente porque dizem que a Hemobrás é ineficiente, passar a comercializar o plasma humano. Isso está fora de cogitação, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma proposta aqui: como nós não vamos mais deliberar a matéria hoje, porque vamos fazer audiência pública, então isso já está definido.

A Senadora Mara, o Senador Humberto e a Senadora Augusta têm 13 convidados. A Senadora Daniella tem uma solicitação com dez convidados. É muita gente 23 pessoas.

Deixe-me fazer uma proposta aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Precisamos de qualidade, e não quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Senador Humberto, a Senadora Mara e a Senadora Augusta combinem cinco pessoas e indiquem cinco pessoas na lista – e eu peço para a Senadora Daniella diminuir também para cinco pessoas –, porque a gente vai organizar uma audiência pública com dez pessoas, pela importância e relevância do tema, o que eu acho muito, porque todas as outras são feitas com três ou quatro...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Sr. Presidente, quatro pessoas eu acho que são suficientes. Quatro é ideal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixa cinco, porque tem vinte e poucas, Daniella. Deixa cinco de cada um.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – O.k. Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E aí fica o tempo que precisar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, Presidente, seria só uma audiência?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só uma audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por que não se pode fazer duas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dá para fazer uma de manhã e uma de tarde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então pronto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, questão de ordem.

Pelo bom senso, faz aí quatro para cada lado ao mesmo tempo, porque senão vão ter dez audiências públicas. Às vezes tem interesse de protelar o assunto. Como foi dito aqui, é importante encarar logo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas, Senador Flávio, não vão protelar porque vai terminar tudo num dia.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, essa audiência pública não vai mudar voto de ninguém. Então vamos fazer a audiência pública para cumprir esse... acho que é importante esclarecer o assunto; vai que muda o voto de alguém, não é? Mas quatro para cada lado é mais do que suficiente para uma audiência pública só.

Eu estou falando, pensando na outra audiência pública sobre o desarmamento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Que vai ter que diminuir também.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vai ter que ser a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tem 60 convidados.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pelo mesmo critério: quatro para cada lado, em um dia só, e depois a gente vota.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria respeitosamente aqui dizer que este é um assunto de interesse da sociedade e que nós precisamos debater mesmo, nos aprofundarmos. Não adianta fazer algo açodado, porque as opiniões... Por exemplo, eu preciso entender melhor, preciso ouvir os dois lados para formar uma opção.

Então eu quero apoiar os requerimentos aqui do Senador Humberto Costa, os demais requerimentos. Eu acredito que duas audiências públicas são o mínimo que a gente possa fazer para ter um caldo em que possamos efetivamente ter massa crítica com relação a esse assunto importante, não é? Então eu queria fazer essa solicitação de duas audiências públicas, pelo menos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Se a gente estabelecer dez pessoas, a gente faz uma audiência pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É só se limitar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, a regra é muito simples, meu amigo – eu queria me dirigir ao Senador Girão –: todo mundo quer colocar luz, mas luz repetida não significa nada. Três pessoas – divirjo até do Senador Flávio – para falar a favor e três pessoas para falar contra é o suficiente até para alfabetizar o cidadão, mesmo a quem ache que conhece um pouco. Não é o número de pessoas que vai resolver. Três a favor; três, contra. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Presidente Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente, para mim pode ter 50 audiências que eu vou votar contra. Primeiro, porque nós já sabemos aqui que tem tráfico de órgãos no Brasil. Nós sabemos muito bem que, depois que venderem sangue... Eu quero saber o seguinte: como é que nós vamos controlar isso? Porque é muito fácil fazer leis aqui, mas, lá na frente, eu quero saber o controle. Aqui, sequestram-se pessoas para tirar órgão. Imaginem tirar sangue, que é muito mais fácil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma discussão que não tem que partir aqui de pessoas leigas. Somos leigos todos nós. É perda de tempo fazer audiência, até porque eu não vejo como dizer a um cidadão – e aí eu quero dizer para quem se diz cristão, e eu sou cristão – que a gente vai agora negociar sangue. Vamos embora: "Oh, quanto é o quilo do sangue? Quanto é o metro cúbico do sangue?". Ah, parem com isso. Acabem com essa conversa. Não dá para discutir esse tipo de coisa aqui na CCJ. Tem coisa muito mais importante para ser discutida.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já começou a audiência pública?

Não, não, não...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não, eu sou contra a audiência pública, eu sou contra a gente até andar com esse projeto, com essa PEC.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Omar... Senador Omar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu sou um ótimo cristão, porque, realmente, quando eu falo em Deus, eu falo do coração, e não como alguns que eu conheço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixem-me fazer aqui uma ponderação, porque senão a gente não vai chegar a uma decisão. Nós vamos fazer uma audiência pública pelo tempo que for necessário com dez pessoas. Vai começar às 10h da manhã e vai terminar às 6h da tarde. Quem quiser se assenhorar do tema vai sentar aqui e ficar dez horas assistindo a cinco pessoas falarem a favor do assunto e cinco pessoas falarem contra o assunto. Depois, a gente pauta a matéria e vota.

Eu tenho certeza absoluta de que, quando o Senador Omar Aziz passar dez horas sentado aqui na reunião, vendo a manifestação dos favoráveis e dos contrários, ele vai fazer o juízo de valor adequado e vai determinar o seu voto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ele vai deixar de ser leigo. Ele vai...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Sr. Presidente, coloque em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Olha o fazendeiro aí falando. Fazenda sem boi. Isso é fazenda sem boi, porque, apesar de você ser dono de boi, você não consegue...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Omar, qual é o problema...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Dê licença.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... de ser fazendeiro? Qual é o problema? Qual é o preconceito?

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não, não é nada. É fazenda sem boi. É o cara que tem fazenda e não conhece o que é boi...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Essa discussão vai ser em outra audiência pública.

Está retirado da pauta para a audiência pública.

E eu vou esperar os cinco indicados da Senadora Relatora Daniella e os cinco indicados da Senadora Mara, do Senador Humberto e da Senadora Augusta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, está retirada a PEC...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não. A gente tem que escolher os nomes. Eu preciso receber os nomes para votar a audiência.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu posso falar sem ser questão de ordem? Queria dar uma mensagenzinha de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não é sobre esse projeto?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – É porque eu queria aqui deixar registrada, Presidente, a fala, ontem, do Deputado Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... do Deputado federal...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Gente, só para dar uma... Eu só queria colocar aqui uma fala infeliz ontem de quem estava presidindo a sessão lá com o Ministro, o Deputado Rui Falcão, que chamou o outro Deputado Federal de Chupetinha. Então, eu acho que foi um... Foi um Deputado Federal numa posição dessa, presidindo. Eu queria deixar aqui minha indignação, meu repúdio, porque na liturgia do cargo não cabem situações e falas como essa. Era só para registrar isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – A liturgia lá é diferente. Aqui é Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Seguindo as orientações do Bibi agora, do Netanyahu. (*Risos.*)

Item 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 3.006, de 2022...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Líder Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – O senhor começou a falar, e aí o assunto se desviou, em relação ao extrapauta, o projeto de lei do Senador Capitão Styvenson, para que a gente tenha aqui uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós vamos fazer daqui a pouco. Como o Senador Veneziano chegou e a matéria a gente pode deliberar, vamos aproveitar o quórum. O Senador Veneziano, Relator da matéria, decide, e eu faço o anúncio do item extrapauta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tá.

Eu apenas então – se me permitir – quero deixar minha posição aqui como Vice-Líder do Governo. O Brasil inteiro sabe que eu sou refratário à palavra "sabujice". O Presidente Lula declarou que não queria puxa-saco em seu Governo, e eu não sou. Eu quero aqui deixar bem claro que, como Relator escolhido para este projeto histórico, em relação ao enfrentamento dessa praga chamada crime organizado, eu estou com o relatório aqui pronto, o meu relatório é rigorosamente semelhante ao que apresentou ontem o General Mourão e originalmente o Senador Alessandro Vieira. Agora falei por telefone várias vezes com o Capitão Styvenson. Também não sou ignorante, embora a ignorância seja a maior multinacional do mundo, eu espero que haja aí um acordo, um entendimento, então, para debatermos e votarmos hoje aqui. Para mim até poderia ir hoje para o Plenário – para mim –, mas como o Governo quer conversar, então eu deixo a decisão para o Capitão Styvenson de poder haver então, Presidente Davi Alcolumbre, essa conversa, mas desde que fique aqui hoje oficialmente decidido que no dia 12, depois da Semana Santa, quarta-feira, que será a nossa próxima reunião aqui na CCJ, aí sem mais protelar, sem mais adiar, o projeto seja aqui discutido e no mesmo dia no Plenário, pela importância deste projeto. Daqui a pouco ele não será mais oportuno, ele será inoportuno.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, só para me solidarizar com o Senador Kajuru, se depois da veemente manifestação dele ontem e hoje o Governo ainda tem dúvidas, eu acho que o Senador Kajuru merece, de coração, a minha manifestação de desagravo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos fazer a votação do segundo item da pauta, depois eu vou consultar o Senador Styvenson e vou consultar o Plenário, para ver se a gente consegue incluir extrapauta a votação da matéria hoje.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Alguns Senadores estão me perguntando o que é "chupetinha", Presidente. Eu não vou poder explicar isso aqui agora.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Então, em respeito a todo mundo, eu não vou explicar isso.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Não traga lixo para cá.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não tem condição nenhuma isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3006, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a transformação de cargos vagos de Analista e de Técnico do Ministério Público da União em cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e em cargos em comissão, código CC-4, no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, pedindo licença a V. Exa. e também a todo o Colegiado e aos que presentes estão a nos acompanhar, encarecidamente... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Flávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Por gentileza, queridos, é uma leitura rápida e, inclusive, é um projeto muito importante. Assim sendo, carece das atenções das companheiras e dos companheiros Senadores.

Vem à apreciação esta Comissão o Projeto de Lei nº 3.006, do ano de 2022, que teve, como autor, a Procuradoria-Geral da República, promovendo a transformação de cargos vagos de servidores efetivos do quadro de pessoal do Ministério Público do Trabalho em cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho e de Procurador Regional do Trabalho, além de em cargos em comissão.

O projeto, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, extingue, no quadro de pessoal do MPT, 173 cargos vagos de analista do Ministério Público da União e outros 173 cargos vagos de técnico do MPU. São criados, por sua vez, 12 cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, 65 cargos de Procurador Regional do Trabalho e 77 cargos em comissão.

Os cargos em comissão criados, na forma da proposição da Procuradoria-Geral da República – e eu quero sempre enfatizar a autora –, serão preenchidos exclusivamente por servidores efetivos. O MPU deverá elaborar planejamento e cronograma anuais para a distribuição e o preenchimento dos cargos, respeitando a disponibilidade orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A justificação da proposta, senhoras e senhores, aponta a necessidade de incremento da força de trabalho do MPT em sua atividade finalística, além de redução da desproporcionalidade atualmente existente entre o quantitativo de membros do Ministério Público do Trabalho e do Poder Judiciário Trabalhista.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado com uma única alteração: a referência expressa de que os cargos que estão sendo transformados encontram-se vagos – e efetivamente assim se encontram.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos incisos I e II do art. 101 do nosso Regimento, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

O art. 127, §2º, da Constituição Federal de 1988 confere ao Ministério Público autonomia funcional e administrativa, assegurando expressamente que a instituição tem poder para propor ao Legislativo – e assim o fez – a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares. A iniciativa da Procuradoria-Geral da República para apresentação do projeto em exame respeita, assim, a regra constitucional de competência sobre a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No plano da juridicidade, avaliamos que a proposição mostra-se em conformidade, Srs. Senadores Fabiano Contarato, Jorge Kajuru e Styvenson, com a legislação em vigor, estando apta a integrar de forma harmônica o ordenamento jurídico nacional, Presidente Davi Alcolumbre.

Com efeito, o projeto mostra-se alinhado às normas gerais que sustentam o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais e à disciplina específica do quadro de pessoal do MPU. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já está resolvido o outro projeto que ia ter confusão. A confusão foi agora aqui. (*Risos.*)

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A única dificuldade, Presidente... Perdoe-me sinceramente. Isso pode acontecer comigo como tem acontecido com qualquer outro integrante. Daqui a pouco, quem está desatento se sente no direito de pedir vista, se sente no direito de questionar sem ter simplesmente dado a atenção devida a qualquer um que esteja a fazer o seu trabalho, atribuição nossa. Então, isso, de fato, fere o básico das relações. Perdoe-me, mas, inclusive, desencanta-nos, porque a gente produz, tenta discutir da melhor forma e...

A proposição acha-se, igualmente, em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 75, do ano de 1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

A avaliação do projeto no aspecto da regimentalidade, de igual maneira, não aponta óbices ao andamento da sua tramitação.

A proposição respeita também as normas de cunho constitucional e legal concernentes à adequação orçamentária e financeira e de observância da responsabilidade fiscal, notadamente aquelas relativas à limitação das despesas com pessoal – esse parágrafo é fundamental para que as senhoras e os senhores companheiros integrantes deste Colegiado possam ter a plena tranquilidade de saber que nós não estamos criando cargos e gerando, portanto, despesas outras –, inscritas no art. 169 da Constituição Federal e na Seção II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse ponto, adentramos a análise do mérito da proposição, uma vez que uma de suas qualidades inquestionáveis – me perdoem se assim tenho que tratar – é precisamente a atenção dispensada ao controle das despesas do poder público, uma vez que a criação de novos cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho e de Procurador Regional do Trabalho, bem como de cargos em comissão, são compensados pela extinção de cargos efetivos de analista e técnico do MPU – apenas aqui registro enfaticamente que são extintos 173 cargos de analistas do Ministério Público da União e outros 173 cargos de técnico do MPU –, em quantitativo suficiente para que a medida não tenha impacto algum financeiro e orçamentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, devemos reconhecer a relevância do Ministério Público, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, prevista constitucionalmente, a quem compete a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A estrutura e a força de trabalho do Ministério Público devem ser compatíveis com essas nobres missões institucionais. Importa observar, ainda, que a última ocasião em que se promoveu a criação de cargos no MPT foi há quase uma década, no âmbito da Lei 12.883, de 2013.

Por fim, senhores e senhoras, consideramos plenamente meritórias – e assim é que nós estamos a defender em relatório – as previsões da proposição para que os cargos criados sejam alocados em ofícios dedicados à atividade finalística do MPT, e que os cargos em comissão sejam preenchidos exclusivamente por servidores efetivos.

Voto.

Sr. Presidente Davi Alcolumbre, diante do que nós expusemos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 3.006, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação, digno Presidente Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos...

Há orador inscrito, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, veja bem, isso serve para outros setores do serviço público. Sobre o relatório, hoje, feito pelo Senador Veneziano, imagine V. Exa. que, no Governo Federal – e eu não estou falando do atual Governo; eu estou falando de vários outros governos, Senador Veneziano –, com o tempo, as pessoas vão se aposentando. Por exemplo, Polícia Federal: o cara quer que a gente controle as fronteiras para a entrada de droga no Estado do Amazonas, que tem milhares e milhares de quilômetros, e o pessoal vai se aposentando e não vai sendo reposto. Eu estou colocando uma outra situação, eu estou com uma PEC que espero discuti-la aqui com V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não, essa é uma; a outra é reposição e concurso público a partir do momento em que você perca 5% do efetivo da polícia, porque a perda do... O policial não trabalha 24 horas, ele não é uma máquina; há uma substituição, o cara trabalha um tempo, folga outro. Com a saída de policias, tanto da Polícia Militar, quanto da Polícia Civil, e a não reposição, com aposentadorias ou outras situações que são colocadas, você não repõe o efetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas tropas, e isso causa, na atividade fim, um problema muito sério à população de todos os brasileiros.

Então, nós precisamos discutir, porque – depende –, se se aposentam 5%, 10% do efetivo da Polícia Federal, um exemplo, e não são repostos, até porque você não repõe isso na prateleira; você faz um concurso, essas pessoas têm que fazer um treinamento, passam seis, sete, oito meses treinando para assumir o cargo de delegado, ou de investigador, ou algo parecido; então, nós precisamos dar uma regra principalmente sobre a atividade fim. Isso serve para a saúde, isso serve para a educação e isso serve para a polícia.

O Senador Veneziano, hoje, faz o relatório de que não vai criar nenhum outro tipo de custo para que a gente possa criar esses cargos aqui. A gente não pode é criar cargos e impor a um Governador, a um Prefeito, a um Presidente da República que arranje o dinheiro para pagar, mas estou falando em reposição de efetivos que, muitas vezes, com o tempo, aposentam-se, e a gente não consegue repor.

Então, o Governo Federal não faz concurso público com a Polícia Federal há quantos anos? Há quantos anos não tem concurso para vários setores? Só para o senhor ter uma ideia – e, aí, temos que ressaltar essa questão –, o Presidente da Anvisa, o Contra-Almirante Barra Torres, que deu uma contribuição muito grande ao Brasil em relação à vacina, tem hoje poucos funcionários dentro da Anvisa. É necessário a gente rever: a Anvisa é importante e precisa estar estruturada e com pessoal preparado para poder ajudar os brasileiros em situações adversas, como as que aconteceram com a pandemia. Eu estou trazendo isso à tona, porque nós precisamos focar nisso.

O Governo Federal, que começa agora o seu governo... Nós vamos ter que tratar isso com mais carinho.

Há pouco se falava sobre o instituto, sobre plasma. É lógico que não funciona. Não tem recurso, não tem material humano, não tem pessoas. Quanto a isso, nós precisamos preparar o Brasil, para futuramente a gente não ter os problemas que nós estamos encontrando.

Por isso, eu voto a favor do seu relatório, Senador Veneziano, que como sempre é muito cioso com o serviço público e preocupado com o bom funcionamento das instituições.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não havendo mais oradores inscritos, encerramos a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, era exatamente isso que eu dirigiria a V. Exa. neste instante, e evidentemente, V. Exa. colocando ao alvitre deste Colegiado, se poderemos já levar na sessão da tarde de hoje à apreciação...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É requerimento de urgência?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

A matéria vai direto ao Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem.) – Ofício (*Fora do microfone.*) pedindo que o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, apresse-o no Plenário também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixem-me fazer uma observação do item 3 da pauta, nos mesmos moldes do projeto relatado pela Senadora Daniella.

Nós temos muitos requerimentos aqui de audiência pública, e, conforme o Secretário da Comissão, são 60 convidados. Neste caso vai ser da mesma maneira que nós fizemos o outro: serão cinco convidados de um lado, cinco convidados do outro lado, vai começar às 10h da manhã e terminar a hora em que acabarem as manifestações. Vamos organizar a data. Nós não vamos aprovar o requerimento porque vão ter que escolher os interessados, sentar e fazer um ofício encaminhando quais são os cinco favoráveis e os cinco contrários. Não vamos aprovar, mas vamos aguardar a indicação dos dez indicados para a audiência. Quando chegarem os requerimentos, a gente coloca em votação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – De cada lado...?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Como todos os interessados sabem que encaminharam, eu vou solicitar à Secretaria que envie aos gabinetes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Para haver equilíbrio, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Sim, cinco e cinco, igual ao do relatado pela PEC da Senadora Daniella.

Tem um projeto... Deixem-me repetir aqui, porque o Relator, o Senador Jorge Kajuru, está aqui e o autor, o Senador Styvenson, está aqui. Tem um projeto que foi votado ontem na Comissão de Segurança Pública que trata da questão do combate ao crime organizado. O Senador Styvenson solicitou a esta Presidência que nós incluíssemos a matéria extrapauta. O Senador Kajuru, Relator da matéria, apresentou o seu relatório, mas o Líder Fabiano Contarato conversou com o Senador Styvenson e com o Senador Kajuru, Relator da matéria, e há uma solicitação do Governo de uma reunião no dia de amanhã, de que tanto o Relator como o autor se comprometeram a participar para tentar dirimir algumas dúvidas que foram apresentadas no projeto.

A Presidência concorda com o entendimento, e nós não colocaremos a deliberação da inclusão da extrapauta, para atender o pedido do Líder Fabiano Contarato, do Governo, e do autor e do Relator, que compreenderam a importância da reunião do dia de amanhã.

Vou conceder a palavra ao autor do projeto, que fez a solicitação para esta Presidência da inclusão da matéria extrapauta, desde já agradecendo ao Relator Kajuru, ao autor Styvenson o atendimento ao pedido da Liderança do PT, Senador Fabiano Contarato, e também do Líder do Governo, que fizeram a solicitação, Senador Wagner.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Styvenson, só rapidinho.

Está havendo aqui uma injustiça. Um jornalista acabou de me mandar mensagem. Em nenhum momento o Presidente Davi Alcolumbre proibiu a entrada de jornalistas credenciados aqui na CCJ, portanto, quem não estiver aqui dentro pode entrar. Não houve nenhuma proibição. Obrigado.

Desculpe-me, Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Inclusive, deixe-me aproveitar a fala do Senador Kajuru, a gente ficou por algum tempo aqui organizando a entrada de convidados no Plenário da CCJ não por conta de não querer que as pessoas participem, mas por conta também, quando o Senador está se manifestando, de muitas conversas paralelas, inclusive nossas, e eu quero pedir desculpas ao Senador Veneziano, que ele fez uma manifestação com coerência e com elegância em relação a esse assunto, mas, de fato, Senador Veneziano, fica também impossível a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente... Por exemplo, eu estava discutindo a questão da votação ou não desta matéria com os Senadores Styvenson, Kajuru e Fabiano, e isso acabou, de certo modo, atrapalhando a manifestação de V. Exa. Então eu peço desculpas.

Por outro lado, nós não temos espaço suficiente para acolher todos os convidados, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Se V. Exa. perceber, todas as cadeiras estão lotadas, nós estamos lotados com assessores e com os convidados dos assessores aqui na lateral esquerda e estamos também com um volume grande de pessoas aqui na lateral direita. Aqui a mesa está lotada, todos os lugares estão lotados. A gente não consegue colocar 300 pessoas aqui dentro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – É o seu prestígio, Presidente, não reclame. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Amin.

Mas, só para registrar, não é má vontade da Presidência...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É falta de espaço físico. E olha como está aqui!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Só uma questão de ordem, rapidamente.

Essas audiências públicas são marcadas no dia da reunião da CCJ ou em dias diferentes?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vai ser marcada na quinta-feira para ter tempo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para a gente caminhar para uma data também, apesar de...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu não quero marcar para semana que vem, porque semana que vem...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, depois, depois, em abril...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – As duas audiências vão ser na próxima semana, depois do feriado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A da PEC e a do projeto de lei.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dia 13, quinta-feira.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Posso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Primeiro quero agradecer ao Senador Kajuru e ao senhor também por acatar o meu pedido de urgência.

Para alguns talvez a tramitação rápida seja açodada, mas para a população já está bem atrasada e passou do tempo de a gente discutir penas maiores, mais rigorosas para o crime organizado.

Então, nesse projeto a gente concordou com a Liderança do Partido dos Trabalhadores junto com o Senador Contarato retirar, rediscutir o que ainda tem de pendência, porque já foi discutido na Comissão de Segurança Pública; atendemos a todas as demandas, a todos os pedidos que o Partido dos Trabalhadores fez, tiramos a parte política, deixamos exclusivamente, Senador Moro, a organização criminosa, como também suas ações: atos terroristas.

Se o senhor me der a garantia, Senador Presidente Alcolumbre, de que, na próxima semana, a gente pode pautar com as alterações para que fique ruim para a criminalidade, dia 12. Não é semana que vem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Na Semana Santa, dia 12, quarta-feira.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pois é. Então a gente passa duas semanas, viu, Jaques?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então... (*Risos.*)

Então está bom. Se eu tiver a sua palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Não. (*Risos.*)

Licença aqui, Presidente, como Líder do Governo.

É porque ontem a gente teve esse debate na Comissão de Segurança. O Senador Mourão foi quem acabou relatando. Houve um mal-entendido com o Senador Kajuru, que interpretou uma coisa.

Eu conversei com o Senador Styvenson.

Todos nós sabemos aqui que esse tema, quando se escala a questão de prisão, de número de anos de condenação, óbvio que se tem a preocupação de não tratar da mesma forma, o que seria um absurdo, o crime organizado, o tráfico de drogas – vou chamar genericamente – do movimento social. É essa separação. Então, é um tema sensível...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Você tirou a palavra terror social.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Terror social era o nome.

Então, é só por isso. Eu comentei também com... Foi até quem sugeriu a expressão que foi corrigida pelo Relator original, o Senador Alessandro.

Eu só estou pedindo vênia. Mas você já pode chegar ao Rio Grande do Norte e dizer que foi aprovado na Segurança Pública e que, daqui a uma semana e meia, será aprovado aqui também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não só, Jaques, no Rio Grande do Norte, mas no Brasil todo, porque o país todo sofre com a criminalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Até porque o único argumento que eu tenho com você tem que ser o da voz, porque, por tamanho, não tem graça.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Styvenson; obrigado, Fabiano; e obrigado, Wagner.

Então, vai ser retirado da pauta. Vou aguardar a indicação dos cinco indicados de cada um para a audiência pública.

Item 4 da pauta...

Ah, mas a Relatora não está aqui. A Relatora Eliziane Gama não está aqui. Então, eu vou para o item 5.

O Relator está aqui? Está.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1899, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica.

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, e aprovação parcial da Emenda nº 2, nos termos dos Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 15/03/2023, na 2ª Reunião Extraordinária, a Presidência concedeu vista ao Senador Rogério Carvalho, nos termos regimentais;

- Em 20/03/2023, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 21/03/2023, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

- Em 22/03/2023, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Fabiano Contarato (dependendo de relatório);

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, Relator da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu já fiz o relato...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – ... e já apreciei as emendas.

Então, se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com certeza!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – ... eu só vou falar sobre as emendas.

E vou me dirigir especialmente ao prezado amigo Senador Fabiano Contarato. Claro que vou ficar "discostas", como dizia o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Não, porque o delegado pode não gostar do que eu vou dizer.

A emenda é altamente meritória. Acho que lhe mandei a justificativa de por que não a aceitei. Não é porque não seja boa, mas é exatamente por isso que o Senador Jaques Wagner falou – viu, Senador Jaques Wagner? É um perigo você estabelecer uma pena para um crime isolado, porque é um mosaico. Então, é como se fosse um desenho em peças de cerâmica; para você introduzir um pedaço ali, tem que harmonizar.

Então, foi apresentada a Emenda nº 3, do Senador Fabiano Contarato, que visa a impedir a participação em licitações de pessoas condenadas por crimes contra a administração pública apenas se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delito for punível com pena máxima superior a quatro anos, o que é o tal do mosaico. Ocorre que essa distinção em relação à pena é, em nosso juízo arbitrária, primeiro porque esse critério não está sendo utilizado para nenhum dos outros casos em que o projeto de lei veda a contratação, ou seja, seria singular essa distinção.

Ademais, a própria Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010) veda até mesmo a candidatura a mandato eletivo de pessoas condenadas por crimes contra a administração pública, independentemente da pena prevista em abstrato para o delito, a pena máxima.

Se acatada a emenda, seriam liberados para contratar com a administração pública condenados por emprego irregular de verbas ou rendas públicas; prevaricação – aí vêm os diversos artigos do Código Penal –; advocacia administrativa, cuja pena máxima é de três meses – no outro também é de três meses –; violação de sigilo funcional, cuja pena máxima é de apenas dois anos; patrocínio de contratação indevida, pena máxima de três anos; violação de sigilo em licitação, pena máxima de três anos; fraude processual, pena máxima de dois anos; arrebatamento de preso, pena máxima de quatro anos – ou seja, o que seria exigido seria de mais de quatro anos de pena máxima –; além de todos os crimes contra as finanças públicas cuja pena é inferior a quatro anos. Então, estaríamos liberando para participar de licitação pessoas condenadas por toda essa gama de crimes em que a pena máxima é inferior a quatro anos.

Por isso, deixo de acatar a emenda, motivo pelo qual voto pela rejeição e mantenho o substitutivo, que já tinha sido lido, em que foram aceitas as duas primeiras emendas.

É o complemento de relatório, se V. Exa. me permite dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, primeiro, quero elogiar aqui o trabalho feito pelo Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – Quero tornar apenas explícito que eu acatei a sua emenda.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, sim, sim.

Eu quero elogiar o trabalho de V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – É apenas porque faltou dizer, então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu quero elogiar trabalho de V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – ... tem que constar da ata que eu a acatei.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... assim como a autoria do projeto do Senador Marcos do Val.

A administração pública depende muito de confiança. E estabelecer algumas vedações para a contratação de pessoas físicas, em licitações, com crimes constantes desse rol, que são crimes graves ou crimes que denotam alguma mancha – por exemplo, crimes de violação do Estatuto da Criança e do Adolescente ou da Lei Maria da Penha, crimes imprescritíveis –, é absolutamente pertinente, mas fiz essa emenda para incluir os crimes contra a administração pública porque senti falta deles nesse rol, e agradeço a inclusão.

Como eu disse, nós precisamos ter confiança na administração pública. Nós precisamos colocar um muro entre o mundo do crime e o mundo da administração pública, e essa lei cumpre esse desiderato.

Até compreendo a proposta colocada pelo ilustre Senador, mas, respeitosamente, aqui eu discordo, porque não me parece uma restrição excessiva, já que qualquer que seja o crime contra a administração pública, Senador, independentemente do montante da pena, você tem uma violação, você tem uma quebra de confiança por um funcionário público de uma posição na qual ele foi investido. E não me parece aqui que nós estamos falando de um rigor desnecessário, até porque a pessoa condenada, depois de cumprida a pena – e aqui, veja, nós estamos falando de trânsito em julgado, cumprimento da pena –, pode se submeter ao procedimento de reabilitação e recuperar ali os seus direitos.

Mas ficam aqui os meus elogios, reitero, ao Senador Marcos do Val pela iniciativa e pelo brilhante relatório ao Senador Esperidião Amin. Eu acho que esse projeto é um projeto que merece todos elogios por proteger a administração do mundo do crime.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – Eu quero só deixar claro que fui a favor da Emenda nº 1, do Senador Sergio Moro, e a favor da Emenda nº 2, do Senador Fabiano Contarato. O que eu li aqui foi a nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Porque a 1 já estava no primeiro relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – A 1 e a 2 já estavam contempladas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu até entendo que nós temos que blindar crimes, a prática delituosa e buscar a moralidade pública, Senador Jader Barbalho, mas nós também temos que entender que um dos requisitos desta Comissão de Constituição e Justiça é analisar a constitucionalidade. Ora, a Suprema Corte do nosso país já se debruçou sobre trânsito em julgado. A premissa é clara: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Quer queira, quer não queira, foi essa a decisão. Decisão judicial não se discute; cumpre-se.

Ora, nós estamos colocando aqui no texto, ressurgindo um debate, um assunto que já vai estar com vício de iniciativa pela inconstitucionalidade, porque está vedando a participação para aquelas pessoas que foram condenadas apenas em segunda instância.

E eu volto a repetir aqui: no Brasil, quem vai ser condenado em segunda instância, na minha concepção, são pobres e pretos. Olha, não tem como. Hoje o pobre vai ser condenado em primeira instância.

Aqui nós estamos colocando um empecilho para decisão condenatória em segunda instância. Isso vai contra – e eu vou pontuar aqui – o art. 5º, inciso LVII: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória"; o Artigo 11, 1, da Declaração Universal de Direitos Humanos: toda pessoa tem que ser julgada no tribunal isento e imparcial, assegurado contraditório e ampla defesa; o Artigo 14, 2, do Pacto internacional de São José da Costa Rica; o Artigo 8 da Convenção Americana; e, veja, agora uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Nós vamos colocar aqui um empecilho para isso.

E digo mais: quando se colocam aqui todos os crimes contra a administração pública, uma pessoa que, se o policial achar que está resistindo à prisão ou o está desacatando, e ela for condenada por um desacato, não vai poder concorrer? E, se for em segunda instância, não se vai exigir trânsito em julgado em definitivo?

Minha gente, a liberdade é um dos principais bens jurídicos que tem que ser tutelado pelo Estado brasileiro. Tudo tem uma razão de ser. O principal bem jurídico é a vida humana, por isso que o homicídio abre o Código Penal, mas a liberdade é sagrada.

Qual o valor de uma pessoa que fica presa 580 dias ilegalmente? Blindar também de criminalidade – eu quero aqui fazer uma ressalva, Sr. Presidente – é um juiz utilizar instrumento processual para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantar sigilo de uma Presidente; é interferir diretamente na eleição de quem estava na frente de um processo eleitoral; é ficar em conluio com o Ministério Público conduzindo...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Questão de ordem, Presidente. Estamos discutindo o projeto ou estamos fazendo ofensas pessoais?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Por gentileza... Não. Isso tem relevância, porque o senhor foi diretamente responsável.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O senhor está fazendo ofensas pessoais em vez de discutir o projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Falar em corrupção... A corrupção é isso que o senhor fez.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Moro, o senhor não pode interromper outro Senador, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O senhor não soube se portar como juiz. O senhor violou o que é principal. O senhor violou o princípio da...

(*Soa a campainha.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, não, não, não. Espera lá! Senadores, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, não, não, espera lá! Nós estamos tratando uma matéria e o assunto descambou para outro assunto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não. Deixe-me fazer um pedido aqui da matéria. Nós estamos discutindo uma matéria, tem um Senador utilizando a palavra, todos os Senadores estão inscritos aqui. Está inscrito o Senador Sergio Moro, está inscrito o Senador Veneziano Vital do Rêgo; todo mundo vai falar.

Com a palavra, V. Exa., para continuar sua manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Se tiver uma pessoa responsável no país que foi responsável pela anulação de qualquer sentença, essa pessoa foi esse ex-juiz, que não soube se portar como juiz. Ele violou o princípio de paridade de armas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Ele violou o contraditório e a ampla defesa. Ele violou o que é mais sagrado dentro do processo penal. Os fins não justificam os meios. Não soube se portar como juiz. Não satisfeito, integrou o Ministério da Justiça daquele que ele ajudou a eleger e saiu denunciando por interferência na Polícia Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – No âmbito privado, foi advogar para uma empresa – pasmem! – que foi o principal alvo da operação, essa empresa.

Olha, minha gente, nós temos que preservar um dos principais bens jurídicos que é a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Veneziano Vital do Rêgo; em seguida, Senador Sergio Moro.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – É bem rápido, Sr. Presidente.

Eu, inclusive, dirijo-me a S. Exa. o Relator, o Senador Esperidião, e peço desculpas, Senador Esperidião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, mas se V Exa.... Não, mas é porque, como eu, por força de um compromisso na última quarta-feira, não me fiz presente, as desculpas são exatamente por não conhecer. V. Exa. mantém a previsão de que uma condenação em segunda instância já levaria a esse banimento?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Bem, é só para ter essa ideia. E, evidentemente, por força daquilo que não é constitucional, perdoe-me, eu vou votar contra, porque a manter-se com a previsão de segunda instância...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Eu só pediria permissão, já que V. Exa. vai se retirar, para que lesse, no relatório, a p. 5, onde estão apontados os fundamentos constitucionais que o Supremo...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, mas em qualquer caso... A segunda instância não leva...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Mas o seu voto é absolutamente respeitável.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, perfeito. É só isso e com respeito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Mas a exceção estabelecida pelo Supremo...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Mas não há exceção para trânsito em julgado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Para o próprio Supremo...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O Supremo não desconhece...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Está perfeito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... muito pelo contrário, mantém o trânsito em julgado. Então, nós estamos aqui, salvo melhor juízo, evidentemente, produzindo algo que é inconstitucional, simplesmente por isso. Se fosse respeitado o trânsito em julgado para que prevalecesse a preocupação do Senador autor Marcos do Val, perfeito, contaria com o meu voto, mas, da forma como está, as minhas desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Senador Veneziano, a sua preocupação é muito pertinente sobre essa questão. Ouvi também as palavras aqui do Senador Contarato, depois vou entrar em outras questões.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – é importante destacar – que se relaciona com essa matéria aqui presente é a ação direta de inconstitucionalidade na qual declararam constitucional a Lei da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficha Limpa, que inabilita uma pessoa condenada em segunda instância por determinados crimes possa concorrer a cargo eletivo.

Naquele caso, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que se exigia ainda o trânsito em julgado para a execução de uma condenação criminal, ou seja, para a prisão no processo. Depois ele veio a mudar e retornou novamente. Mas fez uma ressalva de que a presunção de inocência fora do processo penal poderia ser objeto de restrição razoável pelo legislador. E o legislador fez isso na Lei da Ficha Limpa, que foi uma lei de iniciativa popular, que inclusive foi muito aplaudida, e que trouxe efeitos muito positivos para as nossas eleições.

Aqui nós estamos discutindo não a execução de uma pena de prisão, mas, sim, estamos discutindo efeitos de uma condenação criminal em segunda instância. Então essa disposição aqui blinda a administração pública da contratação de pessoas que violaram a confiança dos cargos que lhe foram depositados e que vão ter as garantias de um processo em primeira instância e de um processo em segunda instância, um julgamento colegiado. Elas ficam inabilitadas pelo efeito da condenação.

Não há violação. E aqui repito: não há violação na esteira da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal a esse respeito. Então nós aqui podemos até eventualmente discordar, mas o entendimento do Supremo Tribunal Federal, Senador, no momento é esse. E não creio que ele vá mudar nesse aspecto.

Acho que a proposta é meritória e não padece do vício de inconstitucionalidade, com todo respeito ao argumento.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito, porque nós estamos fazendo aqui uma extensão interpretativa, a meu ver. A meu ver – evidentemente não sou... longe de querer ser conhecedor à profundidade –, nós estamos fazendo uma interpretação extensiva. E por isso continuo com a minha percepção.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Mesmo porque – só para complementar – essa decisão da ficha limpa foi anterior à decisão do Supremo. Então, se for revisitado esse tema, possivelmente ele vai manter o entendimento dessa garantia constitucional de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, eu estava com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só para finalizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não acho que é extensão, Senador, com todo o respeito. É, na verdade, considerar o princípio que foi estabelecido. E naquela ocasião o Supremo reiterou que exigia o trânsito em julgado para a execução da condenação criminal. Então, não, não está correta a avaliação do Senador, com todo o respeito.

Agora, Senador, eu não vim aqui... Já falei mais de uma vez: eu fui eleito Senador para defender as pautas, eu não vim aqui discutir Operação Lava Jato. Agora, eu repudio as palavras ofensivas de V. Exa. contra a minha pessoa. Eu não vou falar aqui do roubo da Petrobras de R$6 bilhões nos Governos do PT, do seu partido. Eu não vou falar aqui que a condenação do Presidente da República foi feita não só por mim, mas por três juízes em Porto Alegre, por cinco juízes no STJ. E a anulação, depois, foi por motivos formais. Ninguém declarou o Presidente inocente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Quem foi...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas eu não dei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Quem foi condenado suspeito foi o senhor pela Suprema Corte.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não fui condenado...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Foi condenado suspeito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Foi reconhecido que o senhor foi suspeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso é a pior chaga.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – V. Exa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso é uma decadência moral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano, o Senador está com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu não vou discutir aqui o passado, Senador, do seu partido, que o senhor representa, e o que o senhor defende aqui: o fim da Lei das Estatais para a volta do loteamento político-partidário, o enfraquecimento do combate à corrupção...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, vamos seguir o rito da Comissão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... como é a sua posição aqui dentro desse projeto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Aí não dá isso aqui.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agora, eu vim aqui discutir o projeto e lamento essas ofensas, não quero entrar nesse mérito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu queria... Deixe-me aproveitar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem. Também eu queria, se o senhor puder...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu queria só, a bem de uma pacificação, da pacificação desta Casa, e o país espera de nós que sejamos o exemplo disso, que a gente pudesse respeitar aqui os colegas. Não é a primeira vez que isso acontece com um Senador que acaba de chegar. O cartão de visitas é a agressividade daqueles que se dizem democráticos, daqueles que dizem defender a liberdade.

Então, eu acho que... Vamos nos ater ao que está no projeto, ao debate, que só vai fazer a gente... Eu estou aprendendo muito com esse debate aqui, mas confesso que fico assustado com o nível baixo de agressividade que a gente vê.

E eu acho que a história está aí para mostrar – a história está para mostrar – quem é quem. E a sociedade está percebendo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço apenas respeito a esta Casa para que a gente possa construir uma legislação eficiente.

Eu quero cumprimentar o Senador Marcos do Val pela iniciativa; pelo relatório brilhante – repito: brilhante –, o Senador Espiridião Amin. E eu já declaro que vou votar a favor desse projeto importante para a nação para que a gente dê o exemplo no enfrentamento à corrupção e à impunidade no país.

Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – Eu não posso perder a oportunidade de atualizar...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me passar para o Relator...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – ... atualizar informações.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Sr. Relator pediu a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – Não se pode... Não se...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Relator pediu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – É para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só para esclarecer...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – O Senador Girão não pode querer dar ordem de comportamento a absolutamente ninguém aqui, está certo? Ele não tem autoridade para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Só quero dar as boas-vindas aos novos Senadores ao Parlamento brasileiro.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Houve aqui uma interrupção, uma interrupção do Senador Moro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Essa é a democracia.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... à fala do Senador Contarato, o que não se pode fazer aqui. Deixe falar, depois peça e fale.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E vice-versa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, V. Exa., Senador Girão, gosta de fazer isso, mas não tem nenhuma autoridade moral para dar norma de comportamento a ninguém aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Queria só...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque ele é tão Senador quanto eu sou. Não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Queria solicitar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E não tem nenhum tipo de agressividade. V. Exa. já usou a tribuna várias vezes para...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... destruir a imagem dos seus colegas aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Para que nós possamos nos ater...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... pouca atenção, dão pouca atenção. Mas não extravase, não, porque não dá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer um pedido...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... a V. Exas., porque, na condição de Presidente da Comissão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – Só queria esclarecer neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Amin, só um minutinho. Vou passar a palavra para V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – Não, não. Eu quero esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou passar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – ... sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É sobre a matéria, mas eu quero fazer uma fala sobre o debate na Comissão.

Deixem-me pedir aos Senadores... Primeiro, todos têm prerrogativa de falar, porque todos foram eleitos para falar, mas a gente precisa estabelecer um procedimento educado, civilizado até para discordar.

Eu não concordo com vários assuntos que algum ou outro Senador trata, mas nem por isso eu trato com desrespeito, com deselegância, com descortesia a manifestação desse Senador. O que vai definir se você é a favor de um assunto ou contrário ao assunto é o voto. Então o espaço para a gente debater, discutir e fazer as intervenções é legítimo da atividade parlamentar e do mandato de Senador da República. São 215 milhões de brasileiros. E o povo brasileiro, em cada estado, deu a três Senadores da República o direito de estarem aqui hoje falando pela sociedade e pelo Estado brasileiro.

Então eu queria pedir, como Presidente, para a gente manter o ambiente, o espírito público para tratar do assunto em debate. As nossas questões, os nossos pontos de vista em determinados assuntos podem ser abordados, mas não de forma deselegante, descortês. Um Senador tem a palavra, o outro interrompe. Eu queria pedir a V. Exas. que a gente pudesse... Eu acho que ninguém aqui – ninguém aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– ousará dar um puxão de orelha num Senador da República – ninguém aqui! Nem um Senador, nem o Presidente da Comissão, nem o Presidente da Casa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Nem mesmo V. Exa., como faz neste momento, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu estou fazendo uma ponderação.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Parabéns! Com o puxão de orelha que V. Exa. está dando, eu me lembrei até da Escolinha do Professor Raimundo. Parabéns! V. Exa. está corretíssimo, corretíssimo. Eu não esperava ver, na Comissão de Constituição e Justiça, um debate ideológico e partidário totalmente fora da linha do projeto que está em discussão. V. Exa. mostra aqui por que foi eleito o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Mecias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou passar para o Relator da matéria, para a gente voltar ao assunto, e peço a compreensão dos meus colegas Senadores para a gente manter esse ambiente de divergência, mas, ao mesmo tempo, de respeito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Deixe para o Relator da matéria, Senador.

Relator da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Como Relator.) – Ao meu amigo Senador Veneziano, que ouça isto, por favor. Eu quero falar sobre o que eu escrevi, o que eu defendo.

Primeiro – vou começar pelo final –, o Supremo Tribunal Federal, apreciando a ADI 6630, no dia 9 de março de 2022, há um ano, disse – é o item 1 da decisão:

> A lei complementar [...] [da ficha limpa] modificou o regime das inelegibilidades, [no ano passado] majorando o prazo para 8 (oito) anos e estabelecendo inelegibilidade no curso do processo judicial, após o julgamento colegiado em segunda instância, visando a conferir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> efetividade à tutela da moralidade administrativa e à legitimidade dos processos eleitorais, como reconhecido pela Corte no julgamento das ADCs 29 e 30 e da ADI 4578, em que se afirmou...

Eu estou respondendo exatamente à conjectura levantada pelo Senador Fabiano Contarato. Ele fez uma conjectura: "Se o tribunal vier a apreciar, tenho a convicção de que vai rever isto". Ele já apreciou em 9 de março de 2022 e manteve – manteve.

Concluindo a leitura do item 1: "... em que se afirmou a constitucionalidade do tratamento rigoroso da matéria, inclusive em relação à inelegibilidade efetivada antes do trânsito em julgado [...]".

Essa decisão sobre uma ADI do Supremo Tribunal Federal tem um ano e vinte dias. Portanto, já foi revisitada a questão.

Segundo. Indo na esteira do que foi esclarecido pelo Senador Sergio Moro, na p. 5 do meu relatório, já consta que a presunção da inocência, que está consagrada no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, deve ser reconhecida como uma regra e interpretada com o recurso da metodologia análoga à uma redução de finalidade, ou seja, quanto àquele processo penal. A pessoa não será presa enquanto não... Mas os efeitos extra processo penal, que é o caso de participação numa licitação, de contratação, de merecer a confiança para ser um preposto do serviço público, podem ser estendidos. Isso é manso e pacífico. Não tem nada a ver com prisão após segunda instância.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Não tem nada a ver.

Uma coisa é o processo penal completo daquele cidadão por aquele crime. Agora, os efeitos? Vamos ser bem claros: se nós formos falar de reputação, não precisa nem haver prisão; muitas vezes, basta uma denúncia, e, cruelmente, às vezes, a denúncia é falsa, às vezes, até verdadeira. Mas, então, há várias formas de punição. Esta aqui é uma punição legal. Está condenado em segunda instância e vai participar da licitação? Pode ser que sim e pode ser que não. Lógico! Por isso, o voto é perfeitamente cabível. Eu não vou discutir. Eu vou votar contra, ainda mais sendo V. Exa.? Vote com a sua consciência, assim como eu vou votar com a minha. Agora, não pode é dizer que é inconstitucional. Todo mundo pode votar a favor, pode votar contra, e ninguém precisa, com todo o respeito, se xingar – eu tenho a minha convicção –; agora, não digam que é inconstitucional.

E eu falo aqui, para descomprimir um pouco, que, se o nosso consultor, cuja tese de doutorado no Largo de São Francisco contou com a minha presença na banca examinadora, me falhar, eu vou lá no Largo São Francisco e tiro o doutorado dele. (*Risos.*)

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Hamilton Mourão, está inscrito?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Só para comentar o caso específico, Presidente, Sras. e Srs. Senadores. No caso das Forças Armadas, um militar que entra *sub judice* sai do quadro de acesso, não é promovido, e, depois, se for julgado efetivamente inocente, ele volta e é promovido em ressarcimento de preterição.

Então, concordo plenamente com o relatório do Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, ainda voltando sobre a questão que virou um debate, mas que não era a questão, a regra da boa convivência é o respeito.

Esta é uma Comissão de Constituição e Justiça, não é comissão de mérito. E, quando você vai para o mérito, que já foi debatido em outras Comissões, aqui de fato tem que se discutir a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade.

Com todos os argumentos jurídicos que se dispõem, o sujeito toma a sua posição se é favor ou se é contra, e fim. Nós não podemos é nos utilizar, na Comissão de Constituição e Justiça ou em nenhuma Comissão, para usar o fato da palavra – todo mundo que citou conteúdos –, mas sair do conteúdo para entrar numa outra área em que ninguém tem direito.

Todos nós chegamos aqui com uma história. Todos temos uma história de vida aqui. Gostem ou não, temos uma história. Chegamos aqui porque pregamos essa história nas ruas, e o povo nos mandou para cá. De maneira que, ao discutir a constitucionalidade ou não de uma matéria, você se utiliza desse momento que lhe é dado, pela ordem ou pela inscrição, parte para um debate de desrespeito e desvia o assunto, quando, na verdade, o conteúdo é constitucionalidade ou inconstitucionalidade, não é discussão de mérito.

Então, é o seguinte. Eu tenho posições, Sr. Presidente – sempre as tive –, e, muitas vezes, muito duras as minhas posições, mas nunca com desrespeito, porque a regra para conviver é respeitar. Isso eu queria deixar colocado aqui.

O que o Senador Amin colocou de conteúdo, o que Moro colocou de conteúdo e o conteúdo jurídico colocado para justificar a posição do Senador Contarato, o conteúdo jurídico tem a ver com esta Comissão. Agora, fora disso, não. Nós somos 81 nesta Casa e, se nós não tivermos essa visão de que a regra para nós convivermos é o respeito, certamente nós viraremos uma Torre de Babel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Marcos do Val, autor do projeto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Presidente, agradeço pela oportunidade.

É só um único exemplo. Hoje para você ter o porte de arma ou a posse de arma... Se você estiver respondendo algum processo criminal – não é nem tramitado e julgado –, você não pode ter arma.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nem primeira, nem segunda.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Nem primeira, nem segunda, nem terceira, nem quarta, nem quinta. Então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Nem para conselho tutelar!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Então, esse projeto é exatamente semelhante. Em vez de você ser impedido de ter arma, você é impedido de prestar serviço a órgãos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Líder Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nenhum Senador tem autoridade para interpelar, para interromper a fala de outro Senador. A única coisa que eu coloquei é que o Senador Contarato, defendendo a tese jurídica dele, não poderia ser interrompido pelo Senador Sergio Moro. Só foi isso que eu falei e pedi que ele não interrompesse. Depois o Contarato tentou aqui interromper o Senador Sergio Moro, e eu pedi ao Senador Contarato, na minha experiência, que não o interrompesse também. Não teve nenhum momento aqui em que fui deseducado, absolutamente, com ninguém. Então, não cabe a nenhum Senador querer ditar norma de comportamento a outro. Eu nunca ditei. Por isso, eu fiz a observação. Só foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não temos mais oradores inscritos para discutir a matéria.

Nós vamos encerrar a discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, tem a possibilidade de eu pedir vista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já está encerrada a discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já acabou tudo. (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Então, vamos para o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator com as emendas apresentadas.

Informo ao Plenário, aos Senadores e às Senadoras, que, como se trata de matéria terminativa, será necessária a votação nominal de cada Senador.

Os Senadores e Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Solicito... (*Pausa.*)

Já, já está iniciado aqui. (*Pausa.*)

Abriu? (*Pausa.*)

Já está votando. (*Pausa.*)

Abriu lá o computador do Senador Moro? (*Pausa.*)

Solicito à Secretaria da Mesa que mantenha contato com os Senadores, porque nós estávamos com o quórum de 26 Senadores participando da reunião. (*Pausa.*)

O Senador Marcio Bittar estava aqui, eu acho que está aqui na Comissão de Infraestrutura.

O Senador Veneziano pediu para ligar... (*Pausa.*)

Deputado Jory Oeiras. (*Pausa.*)

Não liga? Ah, é melhor não ligar, porque o voto dele é "não", e a gente encerra a votação antes de ele votar, porque é menos um "não"? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou um eleitor agora, Senador Lucas Barreto. (*Pausa.*)

A orientação da bancada é "sim".

Queria aproveitar, enquanto os Senadores e as Senadoras estão exercendo o direito de voto, para agradecer a presença, no plenário desta Comissão, de Deputados do meu estado, do Estado do Amapá, que estão em Brasília acompanhando a Marcha dos Prefeitos, representando a Assembleia Legislativa do Amapá, e vieram participar da nossa reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal; agradecer, parabenizar a Assembleia Legislativa do Amapá, que, em 30 anos, pela primeira vez, escolhe para presidir aquela casa uma Deputada Estadual, Deputada Alliny Serrão, que é a primeira mulher a presidir o Parlamento estadual do meu estado, do Estado do Amapá. Sem dúvida nenhuma, foi com a participação de V. Exas. que essa conquista inédita foi alcançada no meu querido Estado do Amapá.

Também quero agradecer nominalmente a presença de V. Exas.: Deputado Estadual Jory Oeiras, Deputado Estadual Jaime Perez, Deputado Estadual Rayfran Beirão, Deputado Estadual Diogo Senior, Deputado Estadual Fabricio Furlan. Em meu nome e em nome do Senador Lucas Barreto, gostaria de agradecer a presença de V. Exas. nesta Comissão e, em nome do povo do Amapá, parabenizar V. Exas. pelo trabalho realizado à frente da Assembleia Legislativa do Amapá. Levem meu abraço, meu caloroso abraço à nossa Presidente Alliny Ferrão, uma grande Deputada que preside a Assembleia do Amapá e que, sem dúvida nenhuma, vai fazer a diferença com o apoio de cada um de V. Exas. e dos integrantes daquela casa de leis. Muito obrigado pela presença de V. Exas.

Senador Amin, eu acho que...

O Senador Veneziano não votou, é menos um "não".

Senadora Eliziane Gama. (*Pausa.*)

Senador Lucas Barreto. (*Pausa.*)

O Senador Jader pediu para ligarem, está aqui na CI. O Senador Jader está aqui na Comissão ao lado. (*Pausa.*)

O Senador Plínio Valério também está presente.

O Senador Ciro Nogueira estava aqui. (*Pausa.*)

Senador Angelo Coronel, Presidente Omar Aziz.

A orientação do Senador Esperidião Amin é assim: se V. Exa. quiser acompanhá-lo, está tudo tranquilo. Imagine se o Omar estivesse aqui nessa confusão? Homem-bomba. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto Alencar, V. Exa. não votou ainda. (*Pausa.*)

Está amarelo... Ah, não, desculpe-me.

Senador Fabiano...

Ah, sim!

Os senadores que se encontram nos respectivos gabinetes podem exercer o direito de voto. Solicito à Secretaria da Mesa que entre em contato com todos os gabinetes dos Senadores desta Comissão.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exa. para inversão de pauta dos itens 12 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos fazer...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Porque eles são terminativos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, não, não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas tem, primeiro, os da Eliziane.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Calma!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, é só para eu terminar.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Espere aí, deixe-me explicar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É para aproveitar o quórum.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Não é só aproveitar o quórum. Esses dois itens já foram lidos na sessão anterior. Então é pura e simplesmente a votação. Já foi pedido vista...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Mas é terminativo.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – ... cumpridos todos os requisitos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, faço esse apelo, respeitado o projeto da Senadora Eliziane, para a gente aproveitar o quórum. Mas é porque já está adiantado o expediente desses dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É só votar.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – É só votar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Irajá, só tem depois dessa votação... A Relatora está aqui, a Senadora Eliziane. A gente volta para o item da pauta que ela vai relatar, e depois a gente faz a inversão para atender V. Exa., até porque o quórum estava completo, e dá para votar no celular. Todo mundo deu a presença. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide.

Senador Vanderlan.

Avise à Senadora Daniella, porque ela estava aqui. (*Pausa.*)

O Senador Kajuru também estava aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, o Senador Plínio Valério já ligou dizendo que está votando agora. Tá?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Kajuru... Ligue para o Senador Kajuru, porque ele estava aqui... Ah, está aqui.

O Senador Marcos do Val já votou.

Bloco Parlamentar Vanguarda: todos os Senadores já votaram, os sete titulares e o suplente. (*Pausa.*)

A Professora Dorinha já votou.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Otto.

Senador Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Senador, veja bem, eu estou votando "sim", porque entendo como constitucional. A questão do mérito nós vamos debater lá na frente, porque a questão é clara, foi muito clara.

O Senador Amin é muito cioso nessas questões. Eu não vejo o Senador Amin com tendência para "a", para "b" ou para "c". Ele sempre tem um posicionamento e, pela experiência que ele tem aqui dentro, como Deputado, Senador, Governador, ele não iria fazer um relatório com questões menores, que fossem ideológicas, e, sim, em cima daquilo que esta Comissão tem como objetivo: se é constitucional ou se não é constitucional. A questão do mérito nós vamos ter tempo suficiente para debatê-la, e não será debatida só aqui, será debatida em outras frentes. Acho que essa questão já passou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pois é.

Senador Amin, primeiro, parabéns a V. Exa.

Eu estava no meu gabinete e, com todo o respeito que tenho ao meu querido amigo Contarato, que entende muito sobre essa questão, mas acho que a nossa questão aqui não é nem se é bacana ou se não é bacana. Não vamos entrar no "é bacana" ou "não é bacana". Nós somos a favor da ressocialização. Acontece que nós não fazemos a prevenção. Segurança não é depois que o cara é condenado. A segurança tem que ser tratada com respeito e dignidade às pessoas de bem – às pessoas de bem!

Você, como proprietário de uma loja, é lógico que, se você visse o currículo de um cara que foi condenado e o de outro que não foi, você vai escolher o que não foi. Não tenho dúvida sobre isso, até porque não há a obrigatoriedade da contratação ou não dessa pessoa. Nós estamos aqui discutindo uma questão se é ou não constitucional.

Veja bem, eu pessoalmente defendo muito essa questão da segurança pública. Na semana passada, numa exposição feita pelo Senador Magno Malta, eu pedi um aparte a ele, discutimos essa questão. Os estados brasileiros, quase todos os estados, já sofreram esse tipo de... e o Senado precisa se posicionar em relação à segurança pública.

Eu entrei com uma PEC agora, assinada por V. Exa. e por outros Senadores, criando a polícia hidroviária federal e espero contar com o apoio de V. Exa. para que a gente possa aprovar, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não, a segurança não é ideológica, a segurança não é ideológica. Eu discordo de algumas questões, concordo com outras, mas vou votar a favor do seu relatório, Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – São 27 Senadores e 20 já votaram, eu acho que eu vou encerrar.

Vou encerrar a votação.

Algum Senador ligou para votar?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Davi, Presidente, o Senador Alan Rick acabou de confirmar que está no sistema votando. Se o senhor puder esperar mais dez minutos...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – A Senadora Augusta também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, vamos esperar o Alan Rick e a Augusta, e a gente encerra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Foi uma augusta decisão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Foi uma?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, sim. (*Risos.*)

Alan Rick e Senadora Augusta votaram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A Senadora Augusta quem falou foi o Fabiano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas ela falou que o Fabiano que vai votar. Mas, se não deu presença, não vota.

O Kajuru vem votar? Está longe? (*Pausa.*)

Só peço ao Plenário rapidinho... O Senador Kajuru... A assessora está chegando aqui, e a Senadora Augusta está chegando também. (*Pausa.*)

Os dois Senadores que pediram para aguardar são a Senadora Augusta e o Senador Kajuru. Quando os dois votarem, a gente encerra. Viu, Amin? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só falta o Kajuru, que pediu para esperar. Um voto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – V. Exa. tem compromissos mais importantes com o país.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E com o Amazonas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – O Kajuru vota "sim" ou "não"?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Kajuru...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Se votar "não", eu queria pedir à Polícia do Senado se ela pode interromper o corredor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Temos 23 votos.

Eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 17 Senadores; NÃO, 5 Senadores.

O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 4 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 1.822, de 2019.

Esse projeto é terminativo também. Eu queria solicitar aos Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Líder Otto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – V. Exa. poderia considerar a questão de ordem do Senador Irajá, que há pouco pedia...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou fazer só depois da Eliziane.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, está bom.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – É porque eu estou na Comissão dos ianomâmis, então, eu vou ler rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E V. Exa. estava aguardando como Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu estou aguardando há uma hora aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Quero só solicitar a atenção para a gente tentar votar rapidamente, e aí a gente faz a inversão de pauta solicitada pelo Senador Irajá.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1822, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação Nominal.*

Senadora Eliziane, V. Exa. não já leu esse relatório na outra reunião?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Não li, não.

Eu vou só resumir. Vou ler resumidamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É só para a gente acelerar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Claro, claro!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Daniella, calma, tem que votar!

Ah, vota no celular.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eliziane, vá para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vota no celular.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria, antes de tudo, cumprimentá-lo, agradecer-lhe a indicação para relatar um projeto tão importante do Senador Fabiano Contarato, no mês de março, que é o mês em que nós debatemos de forma muito intensa o combate à violência contra a mulher e, sobretudo, a proteção da mulher, porque nós precisamos fortalecer a rede nacional de proteção à mulher brasileira.

Então, eu queria dar como lido, se V. Exa. acatar a minha iniciativa, e já ir aqui direto ao voto, Presidente, só destacando que nós admitimos aqui uma proposta do Ministério das Mulheres brasileiras, que faz a defesa em relação à mulher, especificamente, e não ao homem agressor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então, esse é um ponto realmente muito importante, em que nós asseguramos a proteção e a preservação da identidade apenas da mulher, e não a do homem agressor.

Então, indo direto ao voto, Presidente, a nossa apresentação é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.822, de 2019, rejeitadas as Emendas nº 1 e 2, da Comissão de Direitos Humanos, na forma do substitutivo que está protocolado nessa Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Feita a leitura pela Relatora, em discussão a matéria.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senadora Eliziane...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mandou-me ser mais rápido que imediatamente. Então, como é o mês das mulheres...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É... Foi, foi. Como é o mês das mulheres, eu vou obedecer. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Eu li com cuidado.

Colocar sob segredo de Justiça uma lei e qualquer tipo de processo que envolva uma mulher que sofreu violência, para que ela não seja exposta, tenho cem por cento de concordância. Agora, há uma coisa a se refletir, Senadora Eliziane, e eu queria lhe propor...

Senadora Eliziane, a senhora está me ouvindo? (*Pausa.*)

É porque eu tenho a mania de que, se a pessoa não olhar para mim, eu acho que não está ouvindo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Então, vou olhar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Olhe, olhe.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Veja, realmente é correto a mulher não ser exposta, como mais ou menos é a questão da criança, quando se está envolvendo uma partilha e tal, e essa violência doméstica de um indivíduo que agride a mulher, agride filhos... Cem por cento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a minha pauta, é o que eu acredito, é uma bandeira que eu defendo também. Só que eu acho que esta coisa deveria ficar facultada – o segredo de Justiça – para a mulher decidir. Por quê? Porque, se você põe em segredo de Justiça tudo, você põe segredo de Justiça e não expõe o agressor, o vagabundo, o indivíduo que espancou uma mulher, que bateu na mulher, que agride a família. Então, sob segredo de Justiça, ele vai junto, ele está protegido, ele está guardado. Então, a minha ponderação é que ficar sob segredo de Justiça pudesse ser uma escolha da mulher. De repente, ela quer expor o indivíduo. Ela já entrou com medida protetiva, ela já pediu proteção, ela já se cansou do espancamento dela e dos filhos.

Então, Senadora Eliziane, o único senão que eu coloco é o fato de o agressor ficar protegido também, sem qualquer tipo de exposição. E o indivíduo que agride uma mulher não tem direito a esse privilégio de ficar protegido. Muito pelo contrário: ele precisa ser exposto.

Mas, no mais, no todo, no corpo do projeto, tem a minha concordância.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Como Relatora.) – Senador Magno Malta, na verdade, a observação de V. Exa. é o que está no projeto.

O que, na verdade, nós estamos colocando aqui? A mulher fica protegida, mas o nome do agressor, do homem que agrediu fica exposto, porque hoje não é assim. Hoje há, na verdade, o segredo de Justiça de forma ampla. Aliás, foi exatamente isso que nós colocamos.

Outra coisa, quando a gente faculta, se a mulher decide que o nome dela fique sob sigilo ou não, a gente vai resvalar para um outro problema. Por que nós tivemos uma mudança em relação à alteração da Lei Maria da Penha em relação à agressão, à retirada, por exemplo, do boletim de ocorrência por parte da mulher? Ou seja, quando se inicia...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Isso foi um erro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, veja bem. Quando inicia, quando você tem um corpo de delito, esse processo fica incondicional; ele segue, independentemente de a mulher pedir ou não para tirar essa queixa. Essa alteração foi importante porque a mulher sob ameaça, de forma coagida, às vezes era levada, na verdade, a retirar essa queixa. Então, como ela passou a ser incondicionada, a queixa continua independentemente do desejo dela ou não.

É o caso aqui. Se a gente, na verdade, coloca essa como uma condicionante da mulher, a mulher que é coagida, a mulher que é ameaçada pode, na verdade, fazer essa alteração não porque ela queira, mas por conta da ameaça que ela está sofrendo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senadora, me concede a palavra? Dá uma olhadinha para mim aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu não consigo olhar para V. Exa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu concordo com V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... e falar no microfone.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, mas eu concordo com V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, mas, na verdade, o que eu quero lhe dizer é que a sua defesa está no projeto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está. Eu concordo com V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Está no projeto, entendeu?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... até porque a alteração que houve... A mulher fazia um boletim de ocorrência, mas o cara era o provedor; para ele botar comida em casa, ela ia lá e retirava. O cara vinha, pedia perdão: "Não faço mais", ela retirava. E muitas morreram por isso.

E com essa alteração, sem dúvida alguma, uma vez que entrou com uma medida protetiva, ela não vai retirar mais. E o seu projeto de fato contempla...

Eu fiz uma leitura dele ontem – a minha assessora está me mostrando aqui hoje –, e realmente o seu projeto contempla exatamente essa proteção da mulher, e o indivíduo fica exposto de fato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Eu só preciso fazer umas aspas, bem rapidinho, para corrigir uma injustiça. Na hora em que eu falei sobre o Deputado que fez a tal fala, eu cometi um engano.

Minha equipe levantou e não foi o Deputado Rui Falcão. Então, eu quero pedir desculpas, até para o Deputado que eu citei, mas não foi ele. A fala existiu, mas não foi dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senadora Eliziane.

Eu fui Secretário de Segurança Pública e na segunda-feira eu fazia uma visita a todas as delegacias de polícia. Naquela época não tinha delegacia especializada da mulher, qualquer delegacia... O que é um erro o negócio de especializada; para mim, qualquer delegacia tem que receber a denúncia, principalmente quando é uma agressão. E várias vezes eu cheguei em delegacia, Senadora Eliziane, estava a mãe e a filha que tinha sido agredida pelo marido. E eu: "A senhora está fazendo o quê, aqui?". "Não, eu vim denunciar meu marido". Eu chamava o delegado: "Manda buscar esse cara". "Não, converse com ele, por favor". Era a conversa da mulher, por quê? Porque o cara era o provedor da casa e ela queria que conversasse achando que isso iria mudar a forma de ele agir.

Isso acontecia, Senador Magno Malta, principalmente final de semana e dia de recebimento, porque o cara parava na sinuca para tomar uma cerveja, o cara chegava em casa já tocado e a mulher ia questionar por que ele atrasou, começava a discussão e acabava em agressão, e a fragilidade dela sempre caia em cima dela.

Mas a minha preocupação na exposição, Senador Magno Malta, é de terceiros que não têm culpa. São os filhos que estão nas escolas. Essa é minha grande preocupação, porque sofrem *bullying*. Eu passei isso com a minha família e quero lhes dizer que não desejo isso para ninguém, porque criança não tem culpa de nenhuma atitude que o pai ou a mãe possa tomar. Às vezes tem uma briga entre o pai e a mãe, e a criança é a maior prejudicada dentro das escolas, porque passa a sofrer *bullying* entre os colegas, porque hoje todo mundo tem acesso a tudo. Até dentro do grupo de mães de alunos, as pessoas comentam: "Olha, você soube que com fulana aconteceu isso?". Isso se discute ali dentro de casa, aquele aluno, coitado, que é uma criança, não tem culpa nenhuma e acaba sofrendo pelo que o pai ou a mãe fez.

Então, essa questão de tirar o segredo de Justiça vai atingir muitas vezes um adolescente, uma criança que não tem absolutamente responsabilidade sobre isso. Por isso, Senadora Eliziane, eu nunca penso no agressor; o agressor tem que ser punido imediatamente. Mas eu penso nas consequências da exposição de um pai que não vale nada, porque agrediu uma mulher... Na exposição que uma criança dessa vai ter nas escolas.

Então, nós temos que repensar muita coisa, pensar nessas questões. Nós sabemos muito bem que isso é perigoso, principalmente... Nós estamos vendo aí criança de 13 anos assassinando uma professora! Porque o outro fez *bullying*, a professora reagiu de uma tal forma que você via a reação da pessoa. Então, veja bem, uma consequência dessa pode acarretar novas consequências irreversíveis numa criança ou num adolescente. Por isso que eu peço para que a gente discuta essa questão com muita seriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segredo de Justiça às vezes não é para proteger o bandido, mas para proteger terceiros que não têm absolutamente nada a ver com isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, só para responder ao Senador Omar.

Senador Omar, algumas questões na sua colocação precisam, na verdade, ser colocadas aqui, não é? Primeiro o seguinte: a gente não está falando da fase da investigação, ou seja, do momento do boletim de ocorrência, em que se inicia o processo da investigação. Nós já estamos falando da segunda fase, que é o processo. Nesse momento você já teve a juntada de provas, nesse momento você já teve denúncia do Ministério Público. Quer dizer, já tem um processo, já tem uma formalização mais consolidada, mais robusta. Não é o caso – e eu realmente recebo muito isso nas conversas que nós temos, historicamente – em que há, às vezes, esta reclamação: "Olha, fulano foi lá fez um boletim de ocorrência". Ele pega esse boletim de ocorrência para fazer perseguição e para expor; não é o caso. Nós estamos tratando aqui de uma outra fase da situação, que é exatamente a fase mais processual. Esse é um ponto.

Uma outra situação: quando o ato de violência envolve criança e adolescente – e aí nós já estamos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente –, esse processo corre em segredo de Justiça, por conta da situação das crianças. E a questão da exposição do nome do pai ou da mãe em casos realmente de violência não é só uma questão de violência doméstica, é uma questão que é ampla, não é? Às vezes é por uma situação de crimes outros e variados, e a criança e o adolescente acabam, de fato, sofrendo *bullying* ou coisa parecida.

Então esse caso específico, como eu já disse, tem toda uma especificidade própria, cujo objetivo primário aqui é a proteção da mulher e o entendimento de caso de que se esse homem cometeu um crime, na verdade ele tem que sofrer essas consequências.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Senadora, eu concordo também com o que o nosso amigo Omar Aziz colocou, mas eu queria dar dois exemplos. Quando entrou, na época, a lei para bloquear todo o orçamento, todo o recurso que a pessoa tinha quando era sequestrada, tinha-se o receio de que isso poderia gerar a morte da pessoa. E praticamente acabou o sequestro no Brasil. Mas se tinha esse receio.

Quando você vai morar nos Estados Unidos, você entra num *site* da prefeitura e lá está constando, com uma bandeirinha vermelha, todo mundo que foi condenado por ato contra qualquer mulher, seja de estupro, feminicídio. Fica uma bandeirinha dizendo que aquela rua, naquela casa, tem uma pessoa que foi condenada por feminicídio ou algo semelhante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu acho muito meritório. Eu vou votar favorável porque eu acho que tem que ter... porque eles vão entender que não é o desejo da mulher ter feito isso, é inevitável. Passou a ser lei. Então eu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Senador Davi, rapidamente quero dizer que tem mérito o que disse o Senador Omar. Mas como a gente faz lei da regra para a exceção, em muitos casos é exceção. Mas ele tem razão no que colocou. Só que quando a gente discute exceção, você acaba não fazendo a regra.

O Senador Marcos do Val colocou, na questão de abuso de criança, por exemplo – e eu tentei fazer isso aqui ao longo de oito anos, e não consegui aprovar –, o banco, como é nos Estados Unidos. Quando você vai alugar uma casa, você entra no *site* e o *site* diz quem é o vizinho. "Tem um filho cumprindo pena por abuso de criança. Ele passou 15 anos preso por abuso de criança". Perto de escola.

Você vai colocar um filho na escola, você põe lá no *site*, e está a cara de um cara que cumpriu pena, já cumpriu – porque pedófilo não tem jeito, vai continuar praticando –, então, o cara estará exposto.

Numa questão como essa, entre proteger a mulher... Infelizmente, todas as questões... É como a questão da alienação parental, de que nós temos que fazer um enfrentamento aqui no Brasil. O mundo inteiro aboliu isso, só nós que temos. Para terem uma ideia, quem relatou essa lei da alienação parental, que é uma coisa absurda, aqui, na Câmara, foi a Deputada Maria do Rosário, do PT. Para o senhor ter uma ideia, quando ela caiu em si, gravou um vídeo pedindo desculpas ao Brasil por ter relatado aquilo, uma coisa tão brava.

Então, eu acho que está certo o Senador Omar quando faz a ponderação sobre as crianças. Elas têm que ser preservadas.

É tão grave essa coisa de o indivíduo agredir, agredir, agredir e, só por ser provedor, a mulher ir lá, retirar e tomar pancada de novo! Vai lá, retira e é morta. Está cheio de vídeos aí sobre isso.

Então, eu acho que, realmente, essa questão está colocada, bem colocada, pela Senadora Eliziane Gama. E acho que nós temos que avançar ainda mais, porque o cara que agride a mulher realmente tem que ser visto, tem que ser reconhecido, porque quem agride uma vez, duas, três, vai agredir dez.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não temos mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Encerramos a discussão.

Como a matéria é terminativa, a gente precisa da votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto apresentado pela Relatora. (*Pausa.*)

Já está aberto o painel.

Os Senadores e as Senadoras podem votar.

São dez segundos de *delay*, mas já abriu.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Podiam ligar para todos os gabinetes dos Senadores e avisar que vai haver mais votações nominais agora para ficarem atentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O PSD encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Como está todo mundo votando "sim", quando der 14, nós vamos encerrar, para iniciar outra votação o mais rápido possível – solicitação do PSD.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Será? Meu Deus do céu! Não tem condições um negócio desses.

Senador Líder Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Presidente, Senador Davi Alcolumbre, eu queria aqui agradecer a brilhante relatoria da minha querida Senadora Eliziane Gama. Eu acho que aprovar esse projeto neste mês da mulher é simbólico, significativo. E nós temos que entender que não bastam estar escritas lá na Constituição todas essas garantias se nós não avançamos na legislação.

Quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que se sensibilizaram para a aprovação desse projeto, na certeza de que nós estaremos, aí, dando um passo muito mais significativo na proteção da mulher em toda a sua essência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Veneziano, Senadora Dorinha... Ela votou ainda agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lucas Barreto, Senadora Zenaide...

Se votarem 14, Ednaldo, tem que ter oito "sim"? (*Pausa.*)

Ednaldo, para abrir é com 14? Aí tem que ter maioria? Oito? (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação. Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 14 Senadores; nenhum Senador votou NÃO.

Fica aprovado o substitutivo apresentado pela Relatora Senadora Eliziane Gama.

O substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos no art. 282, do Risf.

Ficam prejudicadas as Emendas 1 e 2, da CDH.

A matéria será encaminhada à Mesa Diretora do Senado Federal para as providências cabíveis.

As providências cabíveis são quais? (*Pausa.*)

É o item 12? O 12 ou o 13?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Porque a Senadora Eliziane tem mais um projeto.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – É o 12, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – O dele é só votação?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – É só votação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Os dois, Irajá?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A gente faz rapidamente a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 12...

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 3983, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;

- Em 15/03/2023, na 2ª Reunião Extraordinária, a Presidência encerrou a discussão e adiou a votação da matéria;

- Votação Nominal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Sem discussão, não é, Presidente?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Presidente...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Se discutir o 11, a gente volta para o 6. Está combinado assim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, não. É porque já foi encerrada a discussão. Como é, Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, só para testar a fidelidade da Senadora Eliziane, saber se ela vai criar caso ou não, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termômetro do seu estado de espírito, eu já dei uma breve explicação ao Senador Irajá e eu estou pedindo a V. Exa. que considere uma pequena modificação em nome da segurança. O texto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois é, mas como foi encerrada a discussão, Amin, a Secretaria-Geral da Mesa está dizendo que não podemos fazer mais alteração.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – É de redação. Presta atenção. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não é emenda, é uma correção redacional. É uma emenda de redação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Mas eu, por lealdade, tenho que dizer que é uma alteração de redação, não é de sentido. O objetivo é que tenhamos segurança. Então eu vou ler a proposta como eu estou apresentando. Se acharem que é uma emenda que não cabe, eu vou apresentar no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então vamos votar o que está discutido e encerrado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – O.k. Mas eu gostaria de fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – §3º O sistema que exija ou aceite a certificação digital no padrão ICP Brasil – portanto este sistema, toda medida provisória fala sobre o ICP Brasil, que é a Infraestrutura de Chaves – deve reconhecer, ao menos, os certificados de atributos de representação de órgão público, de pessoa jurídica de direito público ou privado, bem como de assistência e representação de incapazes, desde que emitidos nos mesmos padrões estabelecidos pelo Comitê Gestor do ICP.

Então, eu tenho que defender essa redação. Se não posso fazê-la aqui – e eu tive o cuidado de ver, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós vamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Eu analisei, inclusive, as notas taquigráficas. V. Exa. teve o escrúpulo de perguntar: "O senhor tem mais alguma alteração?". E eu, fatidicamente, respondi: "Não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – "Não". Mas tem tempo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Então, vou fazê-lo no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – No Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – E faço esse registro apenas para que não se diga que no Plenário eu fiz uma alteração inesperada. Então, constando em ata, mesmo que se vote o texto original, eu me sinto à vontade para fazer a alteração e justificá-la.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vão ficar registradas e consignadas na ata da reunião e nas notas taquigráficas as ponderações feitas em relação à observação pelo Relator da matéria, Senador Esperidião Amin, que vai levá-la ao Plenário para a gente não contaminar o procedimento regimental.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, há a possibilidade de se colocar em votação o item 8? Ele já foi lido e só falta votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A gente vai chegar lá. Vamos só votar esses dois, o da Eliziane, e voltamos ao 8.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Tá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Vamos em frente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos!

Como se trata de votação de matéria terminativa, está iniciada a votação.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só para eu fazer um esclarecimento, Senador Girão, e informar aos Senadores e às Senadoras que podem realizar a votação para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer apresentado.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente...

Eu acho que nós já estamos nos encaminhando aqui para o encerramento da sessão e eu queria só um esclarecimento em relação aos critérios que serão adotados pela Mesa com relação aos convidados sobre a audiência pública do caso do debate do decreto de armas, porque tem requerimentos de vários colegas nossos – eu tenho o meu também – e tem nomes que não poderiam ficar de fora, como o Raul Jungmann, ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, que é um grande nome especialista nesse tema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Girão, o meu pedido e a minha manifestação no início da reunião...

Antes de responder a V. Exa., a Secretaria informa aos Senadores que estamos em processo de votação nominal e ainda teremos mais três votações nominais após esta votação.

Solicito aos Senadores e à assessoria dos Senadores que acompanhem as votações para que a gente possa fazer a deliberação dessas matérias.

Senador Girão, a gente fez um acordo, porque foram duas matérias que foram pautadas e, na discussão aqui no início da reunião, a gente estabeleceu que para todas as duas nós vamos fazer audiências públicas. Uma tinha 13 convidados de um lado e 10 de outro; na outra, tem 60 convidados de um lado e de outro.

A gente combinou que vamos fazer dez convidados e vamos fazer duas audiências públicas, uma para cada assunto, e vamos organizar, após a Semana Santa, numa quinta-feira, para fazer a reunião de um assunto de 10h da manhã até a hora em que terminar; e, na outra quinta-feira, de 10h da manhã até a hora em que terminar, do outro assunto, para depois pautar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas e os critérios dos nomes? É essa a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Os que solicitaram e que indicaram vários nomes vão entrar em consenso e vão escolher os cinco, tanto que não votei nenhum requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Em cada audiência, cinco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em cada proposta, em cada matéria, dez pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então, em cada audiência, dez pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dez pessoas, sem hora para terminar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Tá! É porque eu indiquei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me consultar aqui o Senador Irajá.

Eu posso encerrar com 14?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Pode, claro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 12 Senadores; NÃO, 1 Senador.

Fica aprovado o projeto com a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 5281, DE 2019

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que o marco temporal para aferição da idade mínima será a data da posse no cargo eletivo.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Weverton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 15/03/2023, na 2ª Reunião Extraordinária, a Presidência encerrou a discussão e adiou a votação da matéria;

- Votação Nominal.

O Fabiano vai fazer *ad hoc*?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Não, aqui o Weverton, o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, chegou o Weverton. Está aqui.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Já foi lido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Weverton, Líder.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Já foi lido e, para dar celeridade na matéria, ela é bem simples. Relembrando aqui os colegas...

Agradeço ao nosso Senador Líder Fabiano Contarato por ter já lido o relatório *ad hoc* e parabenizo aqui a iniciativa do Senador Irajá, que é uma pauta antiga nossa, não só da ala jovem do Congresso Nacional, mas de todo o país.

Para lembrar aqui quem não teve oportunidade de ouvir o relatório...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – A ala jovem de que V. Exa. faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Esse projeto do Senador Irajá é bem simples. Ele modifica a idade mínima, em vez da data da eleição para a data da posse, o que é justíssimo, até porque é o início do exercício do mandato.

Então, quero agradecer a todos e encaminhar aqui "sim", Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Passamos à votação da matéria.

É novamente votação nominal.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem.) – O Senador Weverton acha que consegue convencer sem fazer história. Eu conheço um caso: quando a Constituição estadual da maior parte dos estados previa 35 anos para ser eleito Governador, o cara foi eleito com 34 e já valeu, porque, entre a eleição e a posse, ele fez 35. Então, não precisa ser o dia da posse. É o meu caso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, essa lei vai se chamar Lei Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Não, não, Lei Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Fora do microfone*.) – É Irajá, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, me desculpe, Irajá. É porque eu estava tentando colocar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Sob pena de anular todos os projetos de que ele participou e de cuja votação participou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, eu estava querendo colocá-lo no rol dos mais jovens, entendeu? Não deu certo.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Presidente, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador autor da matéria. Com a palavra, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Pela ordem.) – Esse projeto, Presidente, corrige uma injustiça, porque em todos os cargos eletivos: Prefeito, que é 21 anos, pode ser disputado incompleto, na data da posse é que precisa ter os 21; Deputado Estadual e Federal também é a data da posse; para Governador, você pode disputar a eleição com 30 anos incompletos, mas, na data da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posse, tem que ter os 30 anos; Senador, que foi o meu caso, pode disputar a eleição com 35 incompletos, mas, na posse, precisa ter completado.

Então, é dar o mesmo tratamento aos Vereadores e a todos os outros cargos eletivos existentes na República Federativa do Brasil. E, assim, a gente vai ampliar a oportunidade a jovens que desejam disputar um cargo eletivo de poder contribuir com o seu município, exercendo um cargo importante como é o de Vereadores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Irajá...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Só para a gente fazer uma reflexão sobre a questão da candidatura de Vereador, porque, até 17 anos, ele é inimputável. Se ele sair candidato e cometer uma série de crimes como inimputável, mas ganhar a eleição com aquele monte de crimes, ele fará 18... É uma coisa para a gente refletir, sobre a questão da candidatura a Vereador, a idade mínima.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eleitoral, não é?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Weverton...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Essa questão da idade mínima.

Como o projeto vai a Plenário, eu acho que é uma coisa para a gente refletir na questão da vereança, porque eles são inimputáveis até 17 anos, 11 meses e alguns dias.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – É pertinente a sua preocupação, Senador Magno Malta. Na verdade, essa diferença dos Vereadores para os outros cargos eletivos, passar a existir com 18 anos completos, é porque, na época, não se podia votar com menos de 18 anos. Houve uma mudança na legislação: é admitido, hoje, a qualquer cidadão brasileiro poder votar não obrigatoriamente, mas poder votar, exercer seu direito ao voto a partir dos 16 anos. Então, com essa modificação na nossa legislação, é que veio esse ajuste, a possibilidade, se ele tiver direito ao voto e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro, ao ônus e ao bônus disso, de poder também concorrer, mas lembrando que tem que estar com 18 anos completos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nós precisamos ter uma preocupação com a maneira avassaladora como o crime cresceu no Brasil usando os menores. Na verdade, um homem que está acima de 15 anos de idade, com 16 anos – minhas filhas entraram na faculdade, com uma liminar, quando tinham 15 anos de idade –, com 16 anos, hoje, já entra direto, não precisa mais de liminar; está formado, está definitivo. Se tiver cometido uma série de crimes – até porque o narcotráfico tem muita capilaridade e o *delivery* dá muito emprego; tem autoridade falando isso no Brasil –, o cara sair candidato, depois de ter cometido uma série de atrocidades, o crime vai dançar nisso, vai navegar nisso, vai lançar menino cheio de pepino e encher as Câmaras de Vereadores. Eu tenho essa preocupação com relação à idade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu preciso falar, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu posso encerrar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pode.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu tenho a preocupação exatamente nessa virada de 17 para 18 anos de idade. Nós temos um contingente de crimes cometidos. Aliás, antes os menores eram usados pelos maiores; hoje, não precisa mais disso. Eles assumem os crimes que estão cometendo.

Quanto à idade para Vereador, eu coloco a minha preocupação. Indo a Plenário essa reflexão, eu quero fazer um debate.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, eu queria fazer uma colocação que é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não. Só vou passar a Presidência ao Presidente Mourão, porque eu vou ali e volto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Só quero dizer o seguinte, Senador Magno Malta: quando a gente trata, por exemplo, de adolescentes – portanto, com 17 anos, antes de completarem 18 anos – que possivelmente estejam cumprindo uma medida disciplinar, com 18 anos, quando completarem a maioridade, não terão antecedentes criminais, estes caem, é o que diz, na verdade, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, isso, na verdade, não altera, porque, ao completarem 18 anos, pela legislação brasileira, eles perdem os antecedentes criminais. É o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Aí pode cometer o crime que cometeu com 17 que fica limpinho aos 18.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não. Ele cumpre uma medida disciplinar! Ele cumpre uma medida disciplinar antes de completar a maioridade penal.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Mas, Senadora Eliziane, só para contribuir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então, essa medida disciplinar, Senador Weverton, é cumprida normalmente, com 16, com 15, com 17 anos de idade, entende?

Eu só estou querendo dizer que a sua preocupação não é uma preocupação que cabe para esse caso específico porque ele já está coberto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, entende? Não tem..

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Deixe-me dar uma contribuição, para a gente avançar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não implica, Senador, não implica.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Só quero dar uma contribuição, só quero dar uma contribuição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Implica, implica.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Senador Magno Malta e Senadora Eliziane, só para contribuir aqui. Eu, conversando com o Senador Irajá, queria lembrar aos senhores e à senhora que, para esse jovem ser candidato, ele precisa passar pela Lei da Ficha Limpa. Tem a questão da impugnação da candidatura dele. Então, pelo amor de Deus!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Certo. Então...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Ele vai para uma eleição já apto. Se ele comete crime, ele é criminoso e não vai nem poder ser candidato.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exato. Mas isso passa por essa reflexão, tanto para o argumento de V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – E, se ele está cumprindo uma medida disciplinar, ele está com restrição.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Ele nem candidato vai poder ser, nem vai poder ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tanto argumento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Ele nem pode ser candidato.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Então, isso não é o problema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não implica isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, no debate, a reflexão é importante.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Sim, claro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O argumento de V. Exa., o meu argumento, o argumento que a Senadora Eliziane está fazendo aqui, até porque...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Podia encerrar a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Sras. e Srs. Senadores, a discussão já foi encerrada, já temos a votação...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Mas é importante, até para no Plenário a gente já chegar mais alinhado.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Encerra a votação, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, mas é só para dizer que, se ele está cumprindo uma medida disciplinar – o Weverton colocou muito bem –, ele já está impedido de participar de processo de candidatura.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – O Ministério Público impugna, e ele nem candidato é.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Exatamente.

E outra coisa: se ele não está...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Encerrada a votação!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Aí foi ordem unida, aí foi ordem unida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Aí é General! Não cabe no processo democrático.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – SIM, 17; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Olha a coincidência: pode disputar com 17 e foram 17 votos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Por isso que o Davi foi embora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – V. Exa. foi salvo pelo horário, 12h41. Caso contrário...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Agora é o Projeto de Lei nº 2.491, de 2019, que é terminativo.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2491, DE 2019

- Terminativo -

Altera a redação do §2º do art. 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e acrescenta o art. 699-A à Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar, envolvendo o casal ou os filhos.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 15/03/2023, na 2ª Reunião Extraordinária, a Presidência concedeu vista ao Senador Sérgio Moro, nos termos regimentais;

- Em 28/03/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Sérgio Moro;

- Votação Nominal.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane para proferir o relatório sobre a Emenda nº 1.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, esse projeto de lei – também agradeço ao Presidente pela indicação – é um projeto muito importante, porque, ainda referente ao mês de março, quando nós estamos tratando e combatendo a violência doméstica, traz um ponto importante que é a questão da proteção da criança e do adolescente. Ou seja, quando a criança ou o adolescente porventura tenha indícios de violência, por exemplo, por parte do pai ou por parte da mãe, numa divisão e numa separação desse casal, esse membro, ou seja, o marido ou o pai ou a mãe que esteja na verdade com indício de violência contra essa criança perde a participação na guarda compartilhada.

Como o relatório é um pouquinho longo, eu vou aqui seguir, Presidente, direto para a análise, já na parte final, que diz o seguinte: a proposição em pauta se alimenta da nobre intenção de afastar a guarda daquele genitor que exponha o filho a violência doméstica ou familiar.

E, nisso, o projeto merece todos os aplausos.

Os juízes, ao se depararem com riscos de exposição do filho à violência doméstica, têm de agir preventivamente, repelindo o genitor agressor da esfera de convívio do filho. Não é só suprimir o período de sua convivência com o filho, mas também excluí-lo da tomada de decisões do quotidiano do mirim. A guarda, pois, não pode ser compartilhada em hipóteses como essa.

Eu quero destacar aqui uma emenda do Senador Sergio Moro, em que ele inclui, na verdade, o termo indícios, e não apenas por uma decisão discricionária.

Por fim, convém acolher os ajustes redacionais inseridos na Emenda nº 1, que é do Senador Moro, por conta da maior clareza do comando normativo ora cogitado.

Portanto, o voto fica: diante de todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.491, de 2019, bem como da Emenda nº 1.

Aliás, Senador Moro, eu acho que a posição de V. Exa. vem ao encontro da observação que foi feita mais anteriormente pelo Senador Omar, que fala de a gente ter materialidade dos fatos, ou seja, os indícios, não é? Você precisa ter corpo de delito, ou seja, ter algum elemento mais prático, mais concreto para impedir, realmente, que essa guarda compartilhada seja colocada para esse genitor que possua indícios de violência doméstica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente, Presidente; sei que está adiantada a hora.

Primeiro quero cumprimentar aqui o Senador Rodrigo Cunha pela autoria do projeto, brilhante projeto, e cumprimentar pelo relatório aqui a Senadora Eliziane. Agradeço por ter acolhido a emenda que coloquei.

Só para esclarecer: eu pedi vista na última sessão porque havia uma preocupação que me foi trazida pela Associação dos Magistrados Brasileiros em relação à redação do projeto nesse ponto específico. O objetivo só era deixar mais claro – embora eu acho que, por interpretação, já era assim – que precisam ter alguns elementos probatórios de que existe esse risco de violência doméstica, não mera alegação. Isso vai ser considerado pelo juiz, e o juiz – utilizamos aqui na emenda inclusive a terminologia do Código de Processo Civil –, para decidir a guarda compartilhada, tem que considerar isto: não pode conceder a guarda, evidentemente se houver risco de violência, indicado por elementos probatórios razoáveis, àquele cônjuge que eventualmente esteja suspeito de ter praticado essa violência.

Eu até me recordo de um caso rumoroso recentemente, no Rio de Janeiro, em que uma pessoa que teria cometido um assassinato de uma companheira reiterou esse ato com uma nova companheira e, ainda assim, tinha a guarda da criança. Então, esse tipo de projeto – méritos aqui do Senador Rodrigo Cunha – visa evitar exatamente esse tipo de problema.

Agradeço à Senadora Eliziane por ter acolhido a nossa sugestão redacional.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, autor do projeto.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente eu quero aqui parabenizar a Senadora Eliziane Gama pelo relatório, pela dedicação de comprar uma briga para que este projeto fosse à votação neste mês, que é um mês simbólico em atenção ao combate à violência contra a mulher. Foi um projeto que não surgiu por acaso. Foi uma mãe que sofre até hoje por não ter tido oportunidade, na audiência de guarda, de demonstrar o que ela passava dentro da sua casa.

Então no mínimo esse projeto aqui vai impor ao juiz o dever de indagar o Ministério Público se existem situações de violência doméstica familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso vai fazer com que o Ministério Público tome conhecimento; ou seja, se nós hoje já ficamos alardados com a quantidade de mulheres que são vítimas de violência, os senhores podem ter certeza – e sabem disso – de que, se nós tivermos acesso aos números... Muitos outros números existem, e a gente não tem acesso. Então, quanto mais formas possíveis de fazer com que a mulher tenha segurança para falar o que acontece dentro da sua casa e deixar para trás essa prática, ainda muito presente, de violência doméstica, será muito positivo.

Lógico que, de tudo aqui, o mais importante – a gente sabe que uma separação nunca é boa para as crianças –, é isto: preservar o princípio do melhor interesse para a criança.

Então, o juiz ali vai ter a oportunidade de tomar a melhor decisão e, agora, tendo um instrumento para fazer uma indagação necessária ao Ministério Público.

Agradeço também ao Senador Sergio Moro, que, de maneira muito pertinente, colaborou com o projeto, foi célere também na apresentação da emenda, pediu vista no momento correto. É dessa forma que a gente evolui no nosso procedimento legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, toda e qualquer lei, todo e qualquer esforço, todo e qualquer avanço desta Casa – um avanço na Comissão e um avanço no Plenário – para que isso vire verdade nós temos que apoiar e fazer reverberar.

Em tudo o que o Senador acabou de falar, na emenda do Moro, sem dúvida alguma, e na relatoria da Senadora Eliziane Gama existem alguns pontos que estão na desgraçada lei que o país tem – é o único país do mundo que tem –, a Lei de Alienação Parental, criada pelo Richard Gardner, um pedófilo que acabou enganando todo mundo com a Lei de Alienação Parental, que é como se estivesse protegendo a criança, mas, pelo contrário, a criança abusada fica desprotegida e a mãe vira uma criminosa. Então, nós vamos discutir a Lei de Alienação Parental.

O que nós estamos votando agora aqui é de uma importância muito grande, exatamente com a participação e o conhecimento do Ministério Público, para que nessas famílias em que há abuso não só físico, violência física, mas abuso psicológico, emocional, que são piores ainda e envolvem uma série de coisas: desprezos, ataques desnecessários, humilhação, uma série de coisas dentro desse bojo que foi colocado... A gente tem que votar esse projeto com muita satisfação.

Quero parabenizar V. Exa. pela proposta, a relatoria da Senadora Eliziane Gama e a contribuição dessa emenda aqui do Senador Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Deixem-me fazer uma sugestão. A gente está praticamente sem quórum. Para não ter problema de colocar em votação...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – V. Exa. saiu, todo mundo foi embora. O Mourão deu uma ordem unida, todo mundo caiu fora. Não estão prontos para a guerra. Não estão prontos, não. O General falou, correram todos. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – O General falou, Presidente Davi, e todo mundo saiu da CCJ, a CCJ foi esvaziada. Então, eu peço a V. Exa. que continue na Presidência. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não... Agora me deu até uma ideia, Senador Moro: quando a gente quiser cancelar a reunião da CCJ, a gente pede para o Presidente Mourão começar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pronto. É a alternativa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Olha, o debate caminhou bem rapidamente, viu? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não teve conversinha paralela.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em alguns momentos, eu acho que V. Exa. deveria copiá-lo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Presidente, só uma pergunta: a votação não pode ser feita eletronicamente por quem já registrou aqui a presença?

Você acha que traria prejuízo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Se for para colocar, não tiver o quórum e encerrar em dez minutos, porque os Senadores praticamente estão no horário de almoço ou em outras agendas.

V. Exa. quer tentar?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Deixo na condução de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Porque ela é Relatora.

Ah, mas o Rodrigo é o autor.

Vamos tentar, se não der o quórum... Pode ser?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está encerrada a discussão.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Pelo menos as assessorias estando aqui, todas já comunicam aos Senadores, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está encerrada...

Isso foi ordem de Vice-Presidente da Casa.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Quando a gente terminar essa votação, nós vamos passar para o nono item da pauta, o Relator da matéria é o Senador Marcos do Val, que trata das penas para crimes de discriminação, falta de assistência, abandono e exposição ao perigo contra idoso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Mas já foi lido também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É só votar.

Só tem que ligar para os Senadores, porque ali parou em 12. Liga nos gabinetes.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Precisa de quantos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Quatorze para abrir.

Esperidião Amin... Liga para ele que ele vota. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniella, Daniella... Falou? (*Pausa.*)

Quatorze.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM, 13; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto com a emenda.

Aprovada a matéria, será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 3167, DE 2019

- Terminativo -

Altera os arts. 94, 96, 97, 98 e 99 da Lei no 10.741, de 1º de outubro 2003, para aumentar as penas para os crimes de discriminação, falta de assistência, abandono e exposição a perigo contra o idoso, e para adotar a regra geral para aplicação do procedimento sumaríssimo.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 15/03/2023, na 2ª Reunião Extraordinária, a Presidência encerrou a discussão e adiou a votação da matéria;

- Votação Nominal.

Vamos passar para a votação da matéria.

Como trata-se de matéria terminativa, é necessária a votação nominal.

Solicito aos Senadores e Senadoras que possam votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Estão dez ali...

Eliziane, vamos deixar para a próxima reunião? Olha lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, eu nem vou nem votar esse, pelo visto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não, vamos esperar, Girão, mas a gente vota o outro da Eliziane. Ela quer... (*Pausa.*)

A pedido do Senador Magno Malta, nós vamos votar o projeto da Senadora Eliziane.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Falta só um.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Gostou ou não? Eu fui bem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Falta só um, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois é, a gente vai votar só o da Eliziane.

Quatorze.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 13; nenhum NÃO.

Estão aprovados o projeto e a emenda.

A matéria segue à Mesa Diretora para as providências cabíveis.

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 3815, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que os menores de 12 anos tenham assentos contíguos a seus pais ou responsáveis.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação Nominal.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama para proferir o seu relatório.

Se puder ir direto ao voto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, eu vou explicar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já está publicado o voto.

Senadora Soraya...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Como Relatora.) – O Senador Magno Malta...

Senador, eu pediria a V. Exa. uma atenção aqui a essa proposta, porque V. Exa. é um defensor das nossas crianças e adolescentes.

Eu fiquei muito feliz, Presidente, em relatar essa matéria, porque eu sou mãe hoje já de duas adolescentes, mas eu vivi muito isso, Soraya, com minhas filhas com seis, sete, oito, dez anos de idade, quando às vezes elas tinham que viajar sem a minha companhia, às vezes até sozinhas ou com a minha companhia.

Você chega a uma aeronave e está lá com seus dois filhos tendo que pedir a benevolência ou a boa vontade de outro passageiro para trocar de lugar, de assento. Então, imagine o que é pegar um voo, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes de três horas, quatro horas, em que você não consegue essa benevolência de um passageiro e seu filho de seis, sete anos está sentado ao lado de quem você não sabe quem é. Aí num voo, às vezes internacional, você tem esse trajeto inteiro, às vezes pela madrugada. Todas as luzes da aeronave são apagadas, está lá seu filho sentado longe e você no desespero. Quem está falando aqui não é uma Senadora, é uma mãe de duas crianças, hoje duas adolescentes, duas meninas. Então, você fica no desespero. Eu, muitas vezes, Senador Magno Malta, tive que fazer confusão dentro do avião: eu quero, não vou sentada aqui, não vou sair daqui, daqui ninguém me tira, minhas filhas não vão sair daqui. Então, isso é uma coisa muito séria.

Eu queria cumprimentar a Senadora Leila pela iniciativa.

O que o projeto diz? Olhe, se eu tenho um filho criança – e V. Exa., Davi, tem filhos criança, inclusive bem crianças ainda –, a companhia é obrigada a colocar essas crianças próximas do responsável, do pai, da mãe, de quem, na verdade, as está acompanhando.

O que eu alterei na proposta, Presidente? Eu alterei de 12 para 16 anos. Eu tenho uma filha de 17 anos e sei o que é hoje ela vir numa viagem longa do Maranhão para cá, às vezes ir a São Paulo ou a um lugar mais distante, então eu alterei, pela vivência, pela experiência que eu tenho, de 12 para 16 anos, Magno.

Qual foi a outra situação que alterei? Incluí deficiente, pessoa com deficiência.

E eu alterei outra situação que vi. Três meses atrás aproximadamente, Davi, eu ia para o Maranhão, e uma criança, um garoto de 10 anos – de quem não lembro o nome; se lembrasse iria citar – estava viajando sozinho. Eu estava lá na décima cadeira aproximadamente, e ele, sozinho, na nona cadeira, com uma plaquinha no peito, é verdade. Essa criança que está voando sozinha tem que ficar nos primeiros assentos, gente, para poderem os comissários acompanhá-la. Porque, ali, ela vai pedir ajuda para quem? Para quem está do lado dela, ou vai chamar um comissário, vai esperar um comissário. Ela tem que ser muito bem treinada e muito bem orientada pelo pai e pela mãe, para poder ter que buscar lá um comissário ao invés de pedir uma ajuda para quem está do lado dela; sabe-se lá quem está do lado dela. Então, eu pedi também no caso de criança desacompanhada, para que pudesse, na verdade, ter a opção de os pais marcarem os primeiros assentos da aeronave. Eu nem coloquei como impositivo, porque, às vezes, o que na aeronave se diz: "Olha, esse assento vai ficar reservado aqui; então, a gente vai impedir que se venda essa cadeira". Não, nós colocamos que essa criança passa a ter a opção, no caso os pais, de escolher os primeiros assentos para que ela possa sentar.

Então, eu estou apenas explicando, Presidente, e quero pedir que V. Exa. desse como lida a análise, porque são cinco folhas a proposta e a relatoria.

Cadê o voto, meu assessor? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto.

Vou, aqui, ler direto o voto que diz o seguinte: ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.815, de 2019, pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, e da Emenda nº 2, da Comissão de Direitos Humanos, e pela apresentação das seguintes emendas, que já estão também consignadas, Presidente, e que estabelecem, por exemplo, as alterações no Código Brasileiro de Aeronáutica, atendendo os pré-requisitos de que ora fiz a exposição, Presidente.

Esse é o voto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, é muito meritório. Se fosse inconstitucional, teria que ser constitucional; mesmo que não fosse constitucional, teria que ser, porque existem momentos na vida em que a graça tem que se sobrepor à lei. Quanto a esse projeto que trata da questão de criança, a gente precisa tirar da cabeça esta frase de que criança é futuro do Brasil, nunca foi! Criança é presente; ou você cuida do presente, ou não teremos futuro. Então, é meritório. Acho que até uma criança de 13 anos que viaja sozinha, por mais competência que essa empresa tenha, isso não tinha que ser permitido. Viajar com 13, 12 anos de idade por causa da plaquinha?

Eu fiz uma viagem agora, vindo no Dia Internacional da Síndrome de Down... Senadora Eliziane, eu tenho um filho que era um sobrinho; o pai faleceu, meu irmão, e eu tenho a guarda dele, é meu filho. Nós estávamos em assentos diferentes. Ele tem 16 anos, tem síndrome de Down. Quanto ao caso que a Senadora Eliziane colocou aqui, em viagens internacionais, você vê realmente mães levantando de madrugada e pais indo lá na outra ala, para olhar o filho, se está dormindo. O mundo, diz a Bíblia, é maligno, está perdido.

E essa coisa, essa tara incontida por abuso de criança... O Brasil continua entre os três maiores abusadores do planeta! A gente tem visto vídeos aí novos, de agora, de pessoas abordando criança dentro do supermercado.

Então, todo cuidado é pouco. A frase é esta: todo cuidado é pouco.

É meritório, parabéns! Se a Senadora Leila fez muitas boas jogadas como jogadora de vôlei, essa foi a maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu não sou membro, infelizmente não voto aqui, gostaria de votar, mas eu vim para agradecer...

Antes de fazer o meu agradecimento pela aprovação do meu projeto de lei, eu gostaria de parabenizar a Senadora Eliziane Gama, pelo brilhante relatório, e também a Senadora Leila, pela iniciativa. As mudanças, Senadora Eliziane, foram perfeitas e de extrema importância.

Algo que eu gostaria até de destacar aqui, neste momento de tanta polarização, de tanta briga, de tanta guerra, é que nós Parlamentares estamos transitando dentro de aeroportos e conseguindo assentos nas aeronaves com uma certa dificuldade. Sabe por quê, Eliziane? Se você tem um inimigo político ou alguém que você já tem algum problema contra, não é lhe dado o direito de saber quem está sentado ao seu lado. E eu já passei por constrangimentos, porque eu tive uma ameaça de um certo Parlamentar e já tive que sentar ao lado dele. Uma pessoa do estado, um amigo, verificou o constrangimento e me perguntou se eu queria mudar de lugar, e eu lhe agradeci. Mas eu fiquei apavorada durante o voo. Eu tenho processo contra essa pessoa. Esse processo foi arquivado porque durante dois ou três anos a polícia tentou encontrar essa pessoa, que é uma figura pública, e não conseguiu sequer citá-lo. E eu não consigo saber da companhia aérea quem está sentado ao meu lado para que eu possa mudar de lugar.

Então é um constrangimento muito grande para nós, inclusive, e para as pessoas também. Vamos supor que você caia na má sorte de estar ao lado de uma pessoa que não tem apreço por você. É muito ruim viajar ao lado dessas pessoas. E a chance de nós encontrarmos pessoas assim é muito grande – hoje em dia é algo muito corriqueiro. Então é constrangedor, e a gente poderia até pensar nisso doravante.

Mas eu vim aqui, Senador Presidente Davi Alcolumbre, para agradecer a todos os membros da CCJ pela votação unânime do projeto da Vozinha. E quero dizer ao Benedito da Vozinha que agora aprovamos aqui e segue para a Câmara. A aprovação, em caráter terminativo, no Senado Federal é uma luta de, mais ou menos, três ou quatro anos, mas o nosso trabalho está entregue, graças a Deus. E espero que a Câmara dos Deputados seja ágil na aprovação e que todos recebam, Benedito, você aí, para que realmente faça esse trabalho – que ele fez comigo e perante os demais Senadores – na Câmara dos Deputados.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

Tem uma proposta – deixem-me consultar aqui a Senadora Eliziane – de a gente encerrar a discussão hoje e votar na próxima semana, como fizemos nas outras matérias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pode ser, Presidente. (*Fora do microfone.*) Presidente Davi, eu concordo com tudo que V. Exa. coloca...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – V. Exa. aprovou todos os projetos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... mas tudo o que estou concordando depois V. Exa. andou mudando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É porque está diminuindo o quórum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então, tudo bem. Eu concordo novamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, pronto.

Então, está encerrada a discussão.

Essa matéria retorna para a próxima pauta da Comissão como item prioritário.

Nada mais havendo a tratar, eu queria agradecer a participação de todos os Senadores e Senadoras que se fizeram presentes; agradecer à Senadora Soraya. Tudo bem, Soraya? Quero dizer também que eu me solidarizo com as preocupações de V. Exa. neste momento de tanta polarização em nosso país.

Nada mais havendo a tratar...

Obrigado, Senador Girão; obrigado, Senador Hamilton Mourão. Agradeço a presença de todos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – General...

Senadora Eliziane, muito obrigado pelas palavras. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós fizemos a votação de várias matérias que estavam pendentes de apreciação em votações terminativas. Então, foi muito importante a participação e a presença de cada Senador e de cada Senadora aqui. Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente Davi, V. Exa. já encerrou a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pode falar. Não posso encerrar porque, senão, V. Exa. briga comigo, por causa do mês.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu queria, Presidente Davi, fazer justiça aqui... Aliás, daqui a pouco... Está tendo a reunião de troca, na verdade, do comando da liderança feminina do Senado Federal. Então eu sou Líder por mais alguns minutos apenas.

Quero aproveitar para parabenizá-lo na Comissão. V. Exa. priorizou a pauta feminina nesta Comissão. Nós tivemos vários projetos de mulheres aqui aprovados, como nós estamos agora debatendo o projeto da Leila, o projeto da Soraya, e também tivemos projetos de iniciativa de homens da Casa, que foram votados e que foram colocados como prioridade. Então é a demonstração do seu apreço e da sua valorização pelas mulheres do Senado Federal.

Estamos fazendo história: é a primeira vez que o Senado tem 15 mulheres no exercício do mandato. Isso é histórico.

Então eu queria, como minha última palavra aqui como Líder da Bancada Feminina neste ano, parabenizá-lo e desejar-lhe realmente muito sucesso e que V. Exa. continue assim – nos próximos meses também e não somente no mês de março – em relação à pauta feminina.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Líder Eliziane, obrigado pelas palavras, obrigado pelo carinho.

Quero agradecer de fato, na pessoa de V. Exa., todo o carinho de todos os servidores e assessores também desta Comissão e, na pessoa do Ednaldo, a compreensão. Eu tenho a certeza absoluta de que esta nova dinâmica que estamos dando para o trabalho desta Comissão, a participação mais efetiva dos Senadores...

Até mesmo ainda há pouco tínhamos duas matérias em que havia sido solicitado que indicássemos como Relator o Senador Hamilton Mourão. A gente já encaminhou. Encaminhamos o pedido do Senador Plínio para relatar o PDL; encaminhamos o pedido do Senador Angelo Coronel, que era Relator de uma matéria, para também relatar a questão do projeto de lei que foi votado do combate às facções. Foi um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento feito com o Senador Fabiano; com a Liderança do Governo, com o Wagner; com o autor do projeto, o Styvenson; com o Relator da matéria, Senador Kajuru. Então, já está organizado para a gente deliberar esse assunto na próxima reunião.

Então, acho que, diante de todos os debates, de todos os encontros e desencontros, a gente está conseguindo exercitar na plenitude o mandato de Presidente da Comissão e, logicamente, com a relevância de cada Senador e de cada Senadora.

Como nós ainda estamos em março, nunca é demais cumprimentar, abraçar e beijar todas as mulheres brasileiras na pessoa da nossa Líder Eliziane Gama.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia doze de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Laércio Oliveira, Izalci Lucas e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1822, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** O Substitutivo é dado como definitivamente adotado em Turno Suplementar (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1899, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica." **Autoria:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Resultado:** O Substitutivo é dado como definitivamente adotado em Turno Suplementar (sem emendas apresentadas). **ITEM 3 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Marcio Bittar (PSL/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Carlos Viana (MDB/MG), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável à Proposta, com o acatamento parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para aguardar realização de audiência pública. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 3/2023-CCJ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Audiência Pública). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3713, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, e às Emendas de nº 1 a 4, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para aguardar realização de audiência pública. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 2/2023-CCJ (Audiência Pública). **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 41, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 7-CAE, 9, 11 e 13, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais Emendas. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5023, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2003) - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro (*Ad hoc*), substituiu Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável às Emendas nºs 1 a 4 e contrário à Emenda nº 5 da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 1 a 4 e contrário à Emenda nº 5 da Câmara dos Deputados. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2969, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador da Justiça Militar, em cargos de Promotor da Justiça Militar e em cargos em comissão que especifica, no âmbito do Ministério Público Militar; e altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Fez a leitura do Relatório:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2641, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer requisitos para a compra de equipamentos usados em procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3130, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para prever entre os objetivos da Renaesp a promoção de intercâmbio com instituições de ensino superior no exterior, assim como treinamentos com órgãos de segurança pública e defesa social de outros países." **Autoria:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3616, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir na Carteira Nacional de Habilitação as informações sobre o tipo sanguíneo e fator Rh do condutor e sobre a sua condição de doador ou não doador de órgãos e tecidos." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3815, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que os menores de 12 anos tenham assentos contíguos a seus pais ou responsáveis." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 3-CCJ e 4-CCJ. Rejeitadas as Emendas nº 1-CDH e 2-CDH. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3283, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** A ser apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 2, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3713/2019, que "altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 3, de 2023** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao requerimento que solicitou a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2022, e nos termos do acordo celebrado na reunião da CCJ do dia 29/03/2023." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 4, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Comissão de Segurança Pública (CSP) e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de debater as políticas necessárias à prevenção e à repressão da violência em estabelecimentos de ensino." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/12

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

As informações são as mesmas da última reunião.

A Secretaria informa que nós temos que fazer a leitura do item 1 e do item 2, o que é o procedimento regimental para darmos encaminhamento às matérias.

É o turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.822, de 2019.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1822, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Senador Oriovisto, coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas substitutivas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de um novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 do Risf).

Será comunicada a decisão desta Comissão à Presidência do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A outra matéria também é votação em turno suplementar. É a votação em turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.899, de 2019.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1899, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica.

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo ao Plenário que, não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação.

Será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Na última reunião da Comissão, a gente tinha pautado a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022.

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 10, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável à Proposta, com o acatamento parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

Em 13/12/2022 foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa da Senadora Mara Gabrilli.

Informo que foi apresentado na Comissão, naquele momento, requerimento de audiência pública. Como nós temos que fazer, eu solicitei tanto à Senadora Daniella quanto ao Senador Kajuru e aos outros Senadores que solicitaram, a Senadora Augusta, o Senador Humberto, a Senadora Mara Gabrilli, o Senador Carlos Viana, a Senadora Daniella Ribeiro... Eles chegaram a um entendimento sobre os convidados da audiência pública para instruir a matéria. Então, eu vou colocar em votação o requerimento que foi assinado pelos cinco Senadores que fizeram a solicitação da audiência pública.

Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao requerimento que solicitou a realização de audiência pública com objetivo de discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022, nos termos do acordo celebrado na reunião da CCJ no dia 29/03/2023, que sejam convidadas as seguintes pessoas... São dez convidados, e, pelo que ficou acordado, eram cinco para falar a favor e cinco contra a proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala das Comissões. Senadora Daniella Ribeiro, Senadora Augusta Brito, Senadora Mara Gabrilli, Senador Humberto Costa, Senador Carlos Viana. E eu acho que o Senador Kajuru também pediu. Ou foi do outro? Ah, foi do outro!

Em votação o requerimento de audiência pública proposto pelos Senadores.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós vamos marcar para a semana que vem.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3713, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP) e outros

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, e às Emendas de nº 1 a 4, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 03/09/2019 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Jorginho Mello;

- Em 03/12/2019 foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Telmário Mota;

- Em 17/02/2022 foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Jaques Wagner;

- Em 14/03/2023 foi recebida a Emenda nº 4, de autoria do Senador Lucas Barreto; a Emenda nº 5, de autoria do Senador Eduardo Gomes; e a Emenda nº 6, de autoria do Senador Carlos Viana (dependendo de relatório as Emendas nºs 5 e 6);

- Em 15/03/2023 foram recebidas a Emenda nº 7, de autoria do Senador Carlos Portinho, e as Emendas nºs 8 e 9, de autoria do Senador Hamilton Mourão (todas dependendo de relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 29/03/2023 foi recebida a Emenda nº 10, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro (dependendo de Relatório);

- Em 30/03/2023 foi recebida a Emenda nº 11, de autoria do Senador Jader Barbalho (dependendo de Relatório);

- Em 11/04/2023 foi recebida a Emenda nº 12, de autoria do Senador Angelo Coronel (dependendo de Relatório).

Da mesma maneira, foram apresentados vários requerimentos – 62 convidados. E acabou que eles fizeram um acordo para apresentar dez nomes: cinco para falarem a favor e cinco contrários.

Vou colocar em votação o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 2, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3713/2019, que "altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências".

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Foram feitas indicações, que estão no sistema.

Vou colocar em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai ser feita na semana que vem também, conforme combinado.

Está presente o Relator do item 5 da pauta, o Senador Oriovisto Guimarães. Então, vamos iniciar o processo de deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu solicito à Secretaria da Mesa – eu tenho um projeto que é relatado pelo Senador Presidente em exercício, Veneziano Vital do Rêgo – que o informe que, logo em seguida, a gente pode colocar em votação, porque ele solicitou que fosse apreciado no dia de hoje para colocar ainda em Plenário no dia de hoje. (*Pausa.*)

O Senador Veneziano não se encontra na Casa. Então, vamos designar o Senador Plínio *ad hoc.*

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu estava fazendo sinal para outra coisa, mas tudo bem.

Eu não sei se é para poupar o Senador Oriovisto, mas eu vou pedir vista do...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixa eu fazer a leitura...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quer que eu leia *ad hoc* depois*?*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Sim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quem manda eu me mexer, não é?

Tem físico aí? Não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) –

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 2019

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 7-CAE, 9, 11 e 13, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais Emendas.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Foram apresentadas a Emenda nº 9, de autoria do Senador Paulo Paim; a Emenda nº 10, de autoria do Senador Eduardo Braga; e as Emendas nº 11 a 13, de autoria do Senador Luiz do Carmo.

Concedo a palavra ao eminente Senador Relator Oriovisto Guimarães para proferir o seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, demais colegas Senadores, essa matéria está tramitando nesta Casa desde o ano de 2019. Ela já sofreu pareceres de Senadores notáveis, como Tasso Jereissati, como Anastasia, e é de autoria do Senador Esperidião Amin.

A matéria é um grito ao óbvio. Que é que ela pede? Ela trata dos subsídios que o Governo Federal, governos estaduais e governos municipais concedem a empresas para que elas criem emprego, gerem riquezas, conservem o meio ambiente, enfim, que elas possam melhorar as condições do povo brasileiro. Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, no ano de 2022 foram mais de 300 bilhões de renúncia fiscal. Nós não estamos, nem eu, nem os que me antecederam, nem o autor, pretendendo tirar subsídio ou vantagem de nenhuma empresa; queremos apenas e tão somente que essas empresas periodicamente apresentem um relatório mostrando dados objetivos: quantos empregos criaram, como é que elas estão ajudando a preservar o meio ambiente, enfim, demonstrando objetivamente os benefícios que estão trazendo à população, e se faz aí uma certa exigência.

O relatório que fiz é longo, vai a quase 40 páginas, então eu tive o cuidado de pedir um resumo para poupar um pouco os ouvidos de todos vocês. O relatório está entregue, quem quiser ter acesso ao teor completo, mas eu vou aqui à essência, Sr. Presidente. Eu peço, então, autorização para ler na essência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É apresentado para análise desta Comissão o Projeto de Lei Complementar (PLP) n.º 41, de 2019, de autoria do Senador Esperidião Amin, com objetivo de estabelecer avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de políticas públicas que concedam benefícios a pessoas jurídicas por meio da redução de receitas ou aumento de despesas, bem como estabelecer critérios para a concessão desses benefícios.

A iniciativa mais que oportuna do Senador Amin foi desenvolvida em um longo processo de negociação e colaboração com os órgãos técnicos do Executivo, em particular a Receita Federal e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e com diferentes Senadores envolvidos no tema, por meio de trabalho primoroso dos Relatores anteriores.

O Senador Luiz do Carmo apresentou o substitutivo que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, e os Senadores Antonio Anastasia e Tasso Jereissati aperfeiçoaram esse texto, bem como analisaram as emendas nesta CCJ, produzindo um substitutivo atualizado, que foi a base deste que estou apresentado agora.

A presente proposição altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo basicamente duas obrigações – duas somente. Primeiro, a de que toda política de incentivos de natureza tributária, financeira ou creditícia que beneficie pessoas jurídicas terá que ter desde a sua criação objetivos claros e quantificados de política pública, que devem ser evidenciados em estudos econômicos que demonstrem o efeito previsto do incentivo; terá prazo de vigência, cuja duração não poderá ser superior a cinco anos; e deverá apresentar metas de desempenho relacionadas a esses objetivos, descritas em indicadores quantitativos de crescimento de renda, empregos, arrecadação, diminuição da pobreza e das desigualdades regionais, proteção ambiental ou outros indicadores objetivamente definidos. Segundo, o de que os resultados dessas políticas sejam avaliados periodicamente e o atingimento das metas fixadas na sua criação seja verificado. Caso as metas não tenham sido atingidas em pelo menos 75%, o incentivo não poderá ser renovado ao final do seu prazo de vigência.

Em resumo, apresenta metas objetivas para qualquer tipo de incentivo por prazo determinado e avaliação de seus resultados ao final deste prazo. Os resultados dessa avaliação serão tornados públicos através de vários mecanismos de transparência. O mesmo princípio aplicado às políticas gerais de incentivo vale para o tratamento individual de cada pessoa jurídica beneficiária. Para que uma empresa receba um benefício fiscal, financeiro ou creditício, será obrigatório que o ato administrativo que o conceda estabeleça as metas individuais que devem ser alcançadas pela atuação desse beneficiário de forma coerente com os objetivos e metas da política de incentivo correspondente – metas essas que devem ser estabelecidas em prazo determinado.

É importante enfatizar um ponto essencial: o projeto não cria ou extingue nenhum incentivo, programa ou regime, não se pronuncia sobre o mérito de nenhum benefício ou incentivo individual. Ele apenas exige, em caráter universal, que todas essas políticas tenham objetivos, metas e avaliação na sua definição, em cada concessão feita a beneficiário individual. Em outras palavras, exige que os incentivos tenham gestão adequada e compatível com o elevadíssimo volume de recursos públicos que envolvem todos os entes da Federação. É um enorme montante de recursos que o país aplica em incentivos e benefícios. Apenas em 2019, somaram, contando só os incentivos tributários da União, R$321 bilhões, ou seja, 4,3% do PIB. O projeto cria esses mecanismos básicos para garantir que esse imenso esforço do contribuinte tenha retorno em crescimento econômico, emprego e melhoria social, por meio da exigência de objetivos de política pública, metas objetivas, avaliação e cobrança do cumprimento de metas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem razão o Senador Amin quando destaca, em sua justificativa, ser inconcebível que, na atual situação de fragilidade fiscal, qualquer governo continue criando, prorrogando ou ampliando incentivos e benefícios sem avaliar seus impactos, mesmo que esse controle exija, como é natural, um grande esforço administrativo para ser implantado. Ao fazer esse esforço, os entes públicos estarão cumprindo plenamente a exigência do art. 37, §16, da Constituição Federal, ao avaliar essas políticas públicas que têm tanto impacto e provocam tantos custos ao Tesouro público. Estaremos, assim, preenchendo uma lacuna que hoje inacreditavelmente é quase total na matéria de incentivos e benefícios.

Agora essa questão torna-se ainda mais urgente, em um momento em que a solidez fiscal tem se deteriorado e os incentivos e benefícios retornam a uma trajetória ascendente, sem qualquer planejamento e avaliação prévia ou análise de custo-oportunidade.

Ao aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto será de extrema importância não apenas para a União, mas também para estados e municípios, levando-os a reavaliar o impacto e alcance dos incentivos e benefícios, não só nas contas públicas, mas no bem-estar da sociedade.

Este projeto é importante, relevante e acima de tudo oportuno.

Voto.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar n.º 41, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, e das Emendas nºs 7, 9, 11 e 13, na forma do substitutivo apresentado, restando rejeitadas as demais.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Em discussão.

Senador Cid e depois Senador Plínio Valério.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, antes de qualquer coisa, dizer do meu convencimento do mérito das iniciativas e da eficiência da competência do parecer do Relator, quer dizer, a iniciativa do Senador Amin e do Relator, Senador Oriovisto. No entanto, nós do Nordeste e do Norte do país temos muitas preocupações quando se trata de impor medidas, embora, repito, no mérito absolutamente razoáveis, que são analisar, aferir, acompanhar, avaliar, que é a essência. Um incentivo fiscal deve ter um objetivo, mas se esse objetivo não estiver sendo alcançado, é claro que esse incentivo está trazendo prejuízos ao país. Por essência, os incentivos são feitos na dedução de tributos que acabam reduzindo as receitas nacionais.

Na mesma lógica do que eu vou propor, eu não quero aqui... Ontem, eu fui obrigado a pedir vista de duas matérias e acho que essa solução simplista de simplesmente pedir vista para evitar apreciação, análise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das matérias depõe contra o trabalho das Comissões. Eu sou adepto e defensor de que as Comissões funcionem, cumpram o seu papel de discutir, de aprofundar.

Então, feitas essas duas observações iniciais e também me redimindo, porque eu poderia ter feito isso a mais tempo, poderia ter procurado o Relator a mais tempo, mas eu só fui procurado hoje pela manhã. Infelizmente, só nos procuram na hora que já está na pauta, e o conhecimento da pauta é feito também, infelizmente, no dia.

Então, eu queria levantar aqui para o Relator, que eu sei que tem boa vontade, é uma pessoa sensível, algumas preocupações. Avaliar, repito, é fundamental. E ter medidas que cessem os efeitos de um benefício, se ele não está atendendo os seus objetivos, também acho absolutamente razoável. Mas a economia é algo complexo e muitas vezes fatores alheios, fatores externos acabam interferindo e, portanto, a gente tem que ter alguns cuidados.

A Federação das Indústrias do Estado do Ceará – e eu quero aqui dizer quem é o pai, pois não faço *lobby* inominado, os *lobbies* que faço... *lobby* no bom sentido, a defesa de interesse – me pediu que apresentasse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – V. Exa. não faz lei para beneficiar uma pessoa. Porque tem alguns lobistas aqui, principalmente nessa área de gás, que querem que se faça lei para o Brasil ter que se adequar ao empresário, não o empresário ter que se adequar ao Brasil.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Correto.

De qualquer forma, eu estou deixando claro, transparente que estou aqui defendendo um texto que achei razoável, apresentado pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará, que é um coletivo respeitável e, enfim, que goza de bom conceito no Estado do Ceará.

Então, à consideração do Relator.

Em relação ao cumprimento de 75% das metas, deve ser dispensado nos seguintes casos – achei absolutamente razoável –: variação anual média do PIB brasileiro divulgado pelo IBGE inferior a 1% no período – o pessoal faz texto para Senador e não leva em conta que o Senador já está em estágio avançado de presbiopia e coloca letras miúdas, então peço perdão aqui – no período avaliado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Quer uns óculos? Eu empresto meus óculos. (*Risos*.)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Eu estou resistindo. Tem um professor meu de português que dizia que a gente deve resistir a usar óculos porque, se você usa, você acaba se rendendo. Não, eu vou insistir aqui. Vou insistir sem óculos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a população do Brasil cresce em um percentual superior ou quase em torno 2%. Qualquer crescimento do PIB – a rigor, acho que eles foram até modestos aqui – inferior ao crescimento da população, nós estamos caindo no PIB *per capita*. Então, essa é a ponderação, ou seja, não se leva em conta, ou abre-se uma exceção, quando a economia nacional tiver um crescimento inferior a 1% no período examinado.

Uma outra ponderação: variação anual do PIB – isso para excepcionalizar o cumprimento dos 75% – divulgado pelo IBGE inferior a 0% em pelo menos um dos anos do período avaliado. Acho que está até redundante; se já é inferior a 1%, óbvio que zero vai ser inferior a 1%.

E uma outra excepcionalização: quando ocorrerem fatos não decorrentes de responsabilidade do beneficiário, dentre eles casos fortuitos de força maior, desastres naturais ensejadores de estado de calamidade pública, alterações climáticas – eita que a letra está ruim – atípicas, alterações político-econômicas referentes, internas e externas. Bom, calamidade pública já está dizendo. Então, em relação aos 75%.

E a outra ponderação, resumidamente, excepcionalização da avaliação quando não atingir os 75% nesses três casos.

E, para fins de desenvolvimento regional, considerar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos e superintendências regionais pertinentes na elaboração do estudo econômico que deverá demonstrar a relação de causa e efeito pretendida entre a concessão do benefício e seus objetivos, nos casos de incentivos para o desenvolvimento regional.

Ah não, tem o "c": b) renovar automaticamente os incentivos concedidos para fomentar o desenvolvimento regional quando respeitado o disposto na lei; e c) condicionar limitações, deduções e ou revogações de incentivos tributários relacionados ao desenvolvimento regional à demonstração do atingimento de finalidade para o qual foi concedido.

Então, acho que essas sugestões apresentadas pela nossa Federação das Indústrias não ferem, ao contrário, respeitam a necessidade de avaliação, a necessidade de metas e punições, caso não aconteça. Então eu tomo a liberdade de passar a V. Exa. e espero obviamente que possam ser incorporadas como um adendo ao relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador Cid, eu estava atento aqui tentando entender a sugestão, até porque o meu estado, V. Exa. sabe, é muito preocupado com essa questão.

Eu vou passar a palavra ao Senador Plínio Valério.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Isso quer dizer que você não entendeu nada do que eu falei, mas o Relator haverá de entender.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – O Senador Cid tem razão quando acha que pedir vista é muito simplista, isso quando não envolve o Ceará, porque neste caso está envolvendo muito, Senador Oriovisto, os interesses nossos. Nós vivemos num regime de exceção. Zona Franca de Manaus é um assunto muito delicado. Eu não tive a oportunidade de discutir com o senhor, mas os Senadores Eduardo Braga, Omar e eu resolvemos apresentar emendas que foram rejeitadas, e eu gostaria de a gente rediscutir isso numa oportunidade. O pedido de vista que vou fazer é exatamente por isso.

É claro que o seu relatório e o projeto se justificam. Exigir a estipulação de metas e a verificação de cumprimento delas para renovação de benefício ou originalmente conceder em termos individuais é salutar. Mas há a necessidade da avaliação das metas em termos globais de acordos. Eu vou citar: os incisos I a III do §3º do art. 14-A da LRF, na forma da redação dada pelo art. 1º do PLP nº 41, de 2019, conflitam potencialmente com a existência da Zona Franca de Manaus como um todo, que apresenta previsão constitucional de duração até 2073, nos termos do art. 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 83, de 5 de agosto de 2014, que acrescentou 50 anos ao prazo da existência da Zona Franca.

O que nós pleiteamos e vamos discutir, por isso eu vou pedir vista, para que nós possamos de novo ter uma conversa, ou melhor, ter uma conversa, é que nós estamos pleiteando que seja da competência da Suframa a edição dos atos normativos de que trata esse artigo para o caso da Zona Franca de Manaus.

E também acrescentando a emenda assinada pelo Eduardo Braga, em comum acordo com o Omar e comigo, que acrescentou o §7º: "§ 7º Os incisos I, II e III do § 3º deste artigo não se aplicam à Zona Franca de Manaus, em observância ao disposto no art. 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Então eu peço sua permissão, licença para pedir vista para que nós possamos sentar e discutir essa emenda aqui. Quem sabe nós possamos convencê-lo. Essa é a minha esperança. Por isso eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Sr. Presidente, vista coletiva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – V. Exa. não acatou a Emenda 10, do Senador Eduardo Braga, que fala especificamente sobre a Zona Franca de Manaus?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, eu recebi esse processo e, depois que eu recebi, não recebi mais nenhuma emenda, nenhuma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mas tem uma emenda do Senador... Tem a Emenda nº 10, do Senador Eduardo Braga.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu li aqui – desculpa, Oriovisto – a emenda do Senador Eduardo Braga. Em comum acordo com você e comigo, ele acrescentava o art. 14-A...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sim, o art. 14-A.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... inciso VII e VIII. A minha esperança, Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Que fala sobre a excepcionalidade da Zona Franca de Manaus.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Veja, Sr. Presidente, o que eu quero propor é o seguinte: requerida vista pelo Plínio, eu acho muito razoável tudo o que o Cid falou, concordo, em princípio eu acato, acho muito razoável a questão da Zona Franca de Manaus. Também da minha parte, como Relator, não vejo problema em acatarmos as duas coisas, mas não gostaria de decidir nada sem o Senador Esperidião Amin, que é o autor e que trabalha nisso desde 2019.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Nós avançamos aqui, Senador Oriovisto. Em 2017, a gente votou uma lei acabando com a guerra fiscal, porque era um absurdo que os estados, sem autorização do Confaz, tomavam iniciativa para dar incentivos fiscais e ficar uma guerra um estado contra outro. Isso foi aprovado, se deu um prazo de cinco anos para os estados na época se adequarem. Esse prazo está se expirando aí – foram cinco ou dez anos, eu não me lembro direito. A gente rever...

Agora, tem incentivos... Por exemplo, hoje a indústria nem existe mais, mas consta no papel que existe incentivo, porque não se analisou um a um. A lei... No meu ponto de vista, o que o Senador Amin propõe é uma coisa correta. Agora tem a excepcionalidade que a Constituição garante em relação à Zona Franca de Manaus, que o Senador Plínio... O próprio Senador Cid recebeu um documento da Federação das Indústrias do Ceará de que tem incentivo lá e que gera uma quantidade muito grande de emprego, principalmente no interior do Ceará. A gente tem que questionar algumas coisas. Como é muito instável a nossa economia, se você estipular percentual em cima do PIB ou de alguma coisa ou outra, a gente vai estar dando um tiro forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que acho que o pedido de vista é para a gente analisar e discutir com o Senador Esperidião essa questão com mais profundidade.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Acho perfeito, Sr. Presidente. Vista coletiva, e a gente volta ao assunto. E acho que se pode negociar tudo que foi levantado aqui, não há dificuldade, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador Marcelo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só para encerrar, Presidente.

Eu acredito que da parte do Senador Esperidião Amin vai ser compreensível também, assim como o Oriovisto. Por isso que a gente pede vista, senta e, na outra, porque a próxima reunião da CCJ parece que é audiência pública, mas na seguinte a gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O Senador Esperidião fala isso desde a década de 90, ele trata desse assunto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... porque a gente sabe do valor... São 400 bilhões, são não sei quantos bilhões de incentivos que são dados. E parece que todos incentivos que são dados são só para beneficiar o empresário, o que não é verdade. Isso beneficia geração de emprego, beneficia municípios. E nós temos que ver caso a caso. É muito complexa essa questão. A reforma tributária é complexa.

Eu passo a palavra para o Senador Marcelo Castro e, depois, para o Senador Mourão.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu quero dar um conselho aqui ao nobre Senado Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Compre os óculos!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Bote lente.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não; que ele insista, persista, e não use óculos. Porque eu sou um exemplo vivo: estou com 72 anos de idade e nunca usei óculos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Parece um cara de 45!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exatamente por isso. Porque, quando a minha vista começou a faltar, perdendo a acuidade visual, eu fui forçando, forçando, até que o cristalino se adaptou. E hoje eu posso dizer que enxergo melhor do que há alguns anos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Razão tinha o meu professor.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discutir.) – Pronto. Agora, vamos ao assunto do dia.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senado Esperidião Amin, que mais uma vez acerta na medida correta. Esses incentivos, muitos foram criados há mais de 20 anos; muitos estão completamente desatualizados, não trazem mais nenhum benefício para a economia, não trazem mais nenhum benefício social, são inteiramente superados. É evidente que, quando nós estamos falando de um valor, de um volume próximo de R$0,5 trilhão, isso não é uma coisa banal. Se bem revertido em ações públicas de saúde, de educação, de infraestrutura, de ação social, é evidente que poderá ter um benefício muito maior do que o simples incentivo que foi dado.

Então, sem nenhuma dúvida, Senado Oriovisto Guimarães, o seu relatório merece todo o aplauso da gente, porque é inconcebível que se dê um benefício sem medir as consequências disso aí. Nós temos de nos perguntar todos os dias: esse benefício está sendo útil à sociedade? A manutenção desse benefício traz vantagens econômicas, sociais para o país? Se não, para que o benefício? Vira um privilégio, e não um benefício. Do ponto de vista social, perde inteiramente a sua finalidade.

Aqui quero relembrar o candidato à Presidência da República Ciro Gomes, irmão do nosso colega Cid aqui, que falava exatamente isso durante a sua campanha: de fazer um pente-fino. Ele calculava lá que, de uns R$80 bilhões a R$100 bilhões podem ser cancelados sem nenhum malefício do ponto de vista econômico e social. Naturalmente ele fez esses estudos, que eu não fiz, mas, sem nenhuma dúvida, quando tem incentivo para filé, quando tem incentivo para salmão... É claro que isso é absolutamente desnecessário. Isso é até ridículo! Evidentemente, nós precisamos ter um tratamento especial, especialíssimo, com a Zona Franca de Manaus, mas, tirando a Zona Franca de Manaus, é evidente que todo benefício tem que ser medido, calculado, pesado para saber se continua sendo vantajoso para a sociedade ou não.

Essa é a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Diferentemente de outros incentivos – só para defender aqui a Zona Franca de Manaus –, nós temos lá o PPB, que é o processo produtivo básico. Para que se concedam esses incentivos, existe toda uma análise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feita, que não é feita em Manaus, mas aqui, por vários ministérios, até se concederem os incentivos. Não é por um decreto ou por uma portaria que você consegue esses incentivos. Existe um processo produtivo básico que fala quantos empregos vai gerar, o que vai se investir, e não tem recursos da União no investimento.

Ontem mesmo a gente discutia sobre o BNDES e, hoje, Senador Cid, já tinha aí uma matéria – V. Exa. até pediu vista – sobre a questão do empréstimo de um bilhão, de que sou o Relator.

Você vê que o Norte e o Nordeste pouco ou quase nada têm de investimento de um banco chamado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que de nacional de desenvolvimento social não tem absolutamente nada.

Senador Mourão, com a palavra, por favor.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Para discutir.) – V. Exa. só me permitiria, a propósito disso... (*Fora do microfone.*)

Embora o tema seja mais bem colocado na CAE, mas só pela referência de V. Exa. e, como V. Exa. tem uma opinião que é muito respeitada, acatada e ouvida nesta Casa, eu, desde ontem, mantenho contatos lá com o BNDES. Eles realmente mantêm a disposição de dar sequência à operação, que foi uma das dúvidas que eu tive.

Eles me colocaram uma questão que eu achei muito razoável. Disseram: "Olha, Senador Cid, a linha de crédito que o BNDES oferece ao Norte e ao Nordeste tem uma taxa de juros superior e, em muitos casos, até o dobro do que os fundos que o Basa e o Banco do Nordeste – FNO e FNE – oferecem, ofertam. Então, a demanda realmente é muito pequena.

Na hora, veio uma ponderação minha sobre a qual senti que houve sensibilidade deles de a gente excepcionar, talvez na mesma lei do FNE e do FNO, o seguinte: as linhas de crédito do BNDES que sejam aplicadas no Norte e no Nordeste terão as mesmas condições do FNO e do FNE. Dessa forma, a gente teria acrescidas as coisas. E eles, repito, mostraram sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – E do FCO também.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Isso! Do FCO também, claro. Dos que têm linhas específicas.

É só uma informação que eu queria dar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Obrigado.

Senador Mourão, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Senador Omar, eu queria cumprimentar o Senador Esperidião Amin por esse projeto de lei, e o Senador Oriovisto pelo relatório.

Eu vou na mesma linha do Senador Marcelo Castro. Nós temos que constantemente revisar esses benefícios. E, quando a gente consegue benefício, na minha visão, Srs. Senadores, duas coisas têm que estar ocorrendo: ou o setor que recebe o benefício é intensivo em mão de obra, ou seja, ele gera emprego e renda, ou ele é um setor intensivo em tecnologia, em pesquisa, em desenvolvimento; caso contrário, não merece benefício.

Então, era isso só que eu gostaria de acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Concordo plenamente com V. Exa., Senador Mourão: a gente tem que incentivar pesquisa e não ficar dependendo da tecnologia de outros países. É isso que está faltando.

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu até peço desculpas aqui por não conseguir entender e fazer uma pergunta ao senhor, que está relatando lá na CAE: esse empréstimo do BNDES é empréstimo internacional?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É do Brics.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Do BID ao BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não, não, o meu é do Brics.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu não consegui entender.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – O dele é do Brics ao Brasil, ao Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Ao Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está bom, então, eu só queria entender. Alguém, por favor, me faça entender, porque parece que é óbvio, mas eu não consigo enxergar: por que o BNDES tem dinheiro para financiar obras em Cuba, Bolívia, Venezuela e não tem dinheiro para favorecer internamente? Eu não consigo entender. Então, se alguém descobrir, eu não estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percebendo o óbvio ululante. Tem dinheiro para financiar Bolívia, Cuba e o escambau e tem que emprestar do BID dinheiro para empregar aqui dentro.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – V. Exa. me permite?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu queria entender.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Veja bem, quando você coloca ideologia no meio de negócios, de números, fica complicado, não é? Com todo respeito a V. Exa., que sei que é uma pessoa ponderada, sensata e tal. E tenho certeza de que não vai fazer da ideologia um radicalismo.

Nunca o Brasil... não vou dizer nunca, mas a regra não é de o Brasil conceder financiamento a Cuba. A regra é o Brasil conceder um financiamento a um país vinculado a uma obra que uma empresa brasileira está executando. E todos os países do mundo, quer sejam mais simpatizantes de ideologia de esquerda, quer sejam mais simpatizantes de ideologia direita, fazem isso. Eu vou dar um exemplo: os Estados Unidos têm um banco chamado EXIM Bank que faz exatamente isso, e o Ceará foi beneficiário disso.

O Ceará começou a construir – infelizmente, por razões que aqui não vale a pena dizer; eu tenho evitado até falar sobre esse tema –, contratou uma empresa americana para construir um equipamento lá. E o EXIM Bank americano financiava o Estado do Ceará, concedeu um financiamento para o Estado do Ceará para pagar isso. Então isso é da economia internacional, independentemente de ser Cuba, que tem uma ideologia socialista, ou ser a Bélgica ou o Canadá, não é?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então deixa eu ver se eu entendi, que é para eu explicar pelo menos para a minha mulher que eu entendi, porque eu não consigo explicar para ela. (*Risos.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O que eu quero é que V. Exa. entenda de fato.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Deixe-me ver se eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Ainda bem que é só isso, Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tem dinheiro para socorrer empresa brasileira que está fazendo obra no exterior, mas...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Não é socorrer.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... para injetar no país tem que pedir empréstimo internacional. Entendi. Eu vou explicar para ela hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador, se é ideologia, a gente vai ficar cada um na sua.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não é ideologia.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Mas, olha, eu estou lhe dizendo que os Estados Unidos, que são capitalistas, que são a referência do liberalismo internacional, eles fazem isso. Então a crítica é a quê? É a esse modelo? Você não pode, por razões eleitorais, dizer que o Brasil está errado quando financia um país que está executando uma obra com uma empresa nacional. Observando por esse ângulo, o que você está financiando é a empresa. A empresa está fazendo noutro país?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu só queria entender.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Ótimo! Ótimo para a economia do país.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mas o BNDES, Senador Plínio, capta esses recursos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Veja bem, ele capta esses recursos por um valor de juros e ele aplica esse dinheiro no Brasil. Só um exemplo para lhe dar, Senador Plínio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador Plínio, um exemplo para lhe dar: recurso que o Estado do Amazonas usou para fazer a cobertura da Arena da Amazônia – R$100 milhões. Era mais barato comprar em Portugal do que fazer na Usiminas. Mas...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Na coberta do Castelão também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mas o BNDES só emprestava o dinheiro se fosse comprado no Brasil, independentemente do preço. A Usiminas cobrava praticamente o dobro do valor, e ele era obrigado a comprar. É obrigado a comprar qualquer produto similar produzido no Brasil, mesmo que seja mais caro. É isso aí.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Eu coloquei o recurso por fora para comprar mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu também fiz isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, sobre esse assunto, se puder me dar uma questão de ordem também...

Eu estou vendo que aqui nós temos muitos Senadores qualificados na análise de crédito, de autorizações de financiamentos. Eu tenho o Projeto de Resolução do Senado nº 19, de 2023. Eu queria pedir a V. Exa. que designasse o Relator. O Senador Mourão se colocou à disposição. E a ementa diz o seguinte: "Estabelece que as concessões de garantia pela União, direta ou indiretamente, em operações de crédito à exportação de valor superior a US$100 milhões (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), deverão ser previamente autorizadas pelo Senado Federal".

Se V. Exa. puder designar o Relator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado; obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu vou aqui...

Item 7

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2969, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador da Justiça Militar, em cargos de Promotor da Justiça Militar e em cargos em comissão que especifica, no âmbito do Ministério Público Militar; e altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao Projeto.

O Relator é o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que pediu para o Senador Plínio Valério ser Relator *ad hoc*.

Senador Plínio, por favor, item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – É do meu amigo Veneziano Vital do Rêgo.

Eis o relatório.

Fala do exame na Comissão, que é constitucional.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto chega agora para a fase de revisão pelo Senado Federal.

O art. 1º transforma 23 cargos vagos de Analista do Ministério Público da União (MPU) em 4 cargos de Procurador da Justiça Militar, em 2 cargos de Promotor da Justiça Militar e em 17 cargos em comissão código CC-1, no âmbito do Ministério Público Militar (MPM). Dispõe ainda que esses cargos em comissão serão preenchidos apenas por servidores efetivos.

O art. 2º reza que os cargos de Analista e de Técnico do MPU, ambos do quadro de pessoal efetivo do MPU, são essenciais à atividade jurisdicional.

Já o art. 3º altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do MPU e dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para prever que os cargos de Técnico do MPU e de Técnico do CNMP passarão a ser de nível superior, e não mais de nível médio, exigindo-se como requisito de escolaridade para ingresso nesses cargos o diploma de conclusão de curso superior em nível de graduação.

Como consequência dessa nova regra, o art. 3º também altera a Lei nº 13.316, de 2016, para dispor que os Técnicos do MPU e do CNMP que fizerem jus ao Adicional de Qualificação (AQ) de 5% (cinco por cento) do vencimento básico por já serem portadores de diploma de curso superior terão essa parcela automaticamente transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), no valor também de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor, a qual será absorvida quando o servidor que a perceber passar a receber o AQ com percentual maior, relativo a título de especialização, mestrado ou doutorado.

O art. 3º altera ainda a mesma lei para prever que as VPNIs de caráter permanente, incorporadas a vencimentos, proventos e pensões dos servidores do MPU e do CNMP, inclusive as derivadas da incorporação de quintos ou décimos de função comissionada entre abril de 1998 e setembro de 2001, não serão reduzidas, absorvidas ou compensadas pelo reajuste dos anexos da Lei nº 13.316, de 2016.

Fala dos arts. 4º e 5º, e eu vou resumir aqui. O art. 4º estabelece que as despesas resultantes da execução da futura lei correrão à conta das dotações consignadas ao MPU no Orçamento Geral da União e que o provimento dos cargos criados pela futura lei observará o art. 169, §1º, da Constituição Federal.

Finalmente, o art. 5º da proposição prevê a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor justifica que o projeto tem por objetivo reestruturar o número de membros e servidores da carreira do MPM e a distribuição de procuradorias de Justiça Militar pelo território nacional, para ampliação e realocação dos efetivos das Forças Armadas e o incremento da força de trabalho na atividade finalística do MPM.

Análise.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar.

Cabe ainda ao colegiado emitir parecer de mérito.

O projeto atende à constitucionalidade. Conforme o art. 48 da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Foi observada a iniciativa.

Dúvida poderia surgir quanto ao fato de a mudança de nível de escolaridade do cargo de técnico ter sido introduzida por emenda da Câmara dos Deputados a projeto de iniciativa reservada. Porém, essa alteração não gera aumento de despesa.

Também está evidenciada a pertinência temática da emenda, pois o projeto versa sobre a transformação de cargos do MPU.

A juridicidade também foi atendida.

A técnica legislativa também.

No mérito, o projeto merece aprovação.

Já a mudança – uma observação – de nível de escolaridade de técnico judiciário para nível superior atende aos modernos avanços tecnológicos e às novas demandas da Administração Pública e da sociedade, que, cada vez mais, exigem qualificação dos servidores públicos e qualidade superior nos trabalhos realizados.

Faz as observações sobre as exigências cumpridas justificando tudo.

Vamos, então, ao voto, Presidente.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.969, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação.

É o relatório do meu amigo Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Em discussão essa matéria, o item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – E eu peço... Eu iria pedir regime de urgência, mas não consegui ter fôlego.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – V. Exa. não conseguiu se antecipar ao Senador Alessandro. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É. Eu dei uma paradinha para tomar água e não consegui pedir urgência. Mas cabe?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Cabe. Então, peço regime de urgência, Presidente.

Ainda há pouco eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não. Cabe vista primeiro.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Depois, na semana que vem, trazendo o pedido de vista...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Há pouco, quando o Davi estava presidindo, ele estava falando, aí eu levantei a mão para falar. Então, ele disse: "Pronto. Ele vai ser relator *ad hoc*, ele está se oferecendo". Aqui não se pode se mexer nem vacilar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não. Eu acho que é vista coletiva. Vamos dar vista coletiva para que, semana que vem, a gente possa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Isso, Presidente. O meu motivo também – o Senador Alessandro se antecipou –, queria apenas justificar, é que eu fiquei com dúvida, porque fala que não vai ter impacto financeiro, mas, na questão do cálculo da aposentadoria, a nossa assessoria diz que tem impacto. E são milhares de servidores. No momento que a gente vive no país, de desemprego, de pessoas com problemas financeiros, eu queria fazer esse pedido para entender melhor.

Eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Muito bem. Já passou pela Câmara, está no Senado, como Casa revisora. Tanto que não houve emenda por parte do Senador Plínio, Relator *ad hoc*.

O pedido de vista é regimental.

Está concedida vista coletiva.

Semana que vem a gente tratará desse assunto aqui.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – ... na outra semana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Na próxima sessão em que se for discutir, a gente...

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 5023, DE 2019 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2003)

- Não terminativo -

Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável às Emendas nºs 1 a 4 e contrário à Emenda nº 5 da Câmara dos Deputados.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

Autora do projeto, Senadora Patrícia Saboya, do Cidadania, Ceará.

Presta atenção, faz muito tempo – faz muito tempo.

É de 2003 este projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – De 2003.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador *ad hoc* Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, trata-se do parecer de autoria do Senador Paulo Paim e vou fazer o relatório *ad hoc*.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.023, de 2019 (Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2003, da Senadora Patrícia Saboya, e nº 2.941, de 2008, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.

Aprovado por esta Casa no dia 13 de fevereiro de 2008, o PLS nº 490, de 2003, determina que os poderes constituídos, na esfera de atuação respectiva, têm o dever de difundir os direitos fundamentais e os direitos humanos, a exemplo daqueles previstos na Constituição Federal; no Estatuto da Criança e do Adolescente; na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, entre outros tratados de direitos humanos já incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, em especial os que se referem à proteção de mulheres, crianças e adolescentes.

Da análise, Sr. Presidente, se V. Exa. nos permitir.

Manifestamo-nos favoravelmente às Emendas nºs 1 a 4 da Câmara dos Deputados à matéria sob exame, uma vez que aperfeiçoam a proposição original.

Efetivamente, não nos parece haver discussão sobre a importância da inclusão dos direitos dos idosos dentre aqueles que devem ser tratados de forma especial para os objetivos pretendidos pelo PLS nº 490, de 2003.

Na mesma linha, a Emenda nº 2 promove adequado ajuste de redação no projeto original ao torná-lo mais direto.

Quando à Emenda nº 5, fazemos nossas as palavras do ilustre Relator da matéria na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que, ao opinar pela sua rejeição, lembrou que essa medida reforça a eficiência das políticas sociais, na medida em que ajuda a tornar essa legislação mais conhecida, contribuindo para que ela seja acolhida e respeitada de forma ampla pela sociedade.

De fato, nada impede que os contracheques dos servidores públicos federais, mesmo em formato digital, contenham trechos dos instrumentos que consagram direitos fundamentais.

Finalmente, também fazendo eco às palavras de S. Exa., cabe registrar que, ao adicionar os direitos das pessoas idosas ao texto do projeto, teria sido interessante que também os da pessoa com deficiência, os da população negra, indígena e LGBTQIA+ tivessem sido incluídos.

Entretanto, não é possível alterar a proposição no estágio atual de sua tramitação para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente às Emendas nºs 1 a 4, e pela rejeição da Emenda nº 5, apresentadas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.023, de 2019 (PLS nº 490, de 2003, e nº 2.941, de 2008, na Câmara dos Deputados).

Sala das Comissões.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável às Emendas nºs 1 a 4 e contrário à Emenda nº 5 da Câmara dos Deputados.

A matéria vai ao Plenário.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 3130, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para prever entre os objetivos da Renaesp a promoção de intercâmbio com instituições de ensino superior no exterior, assim como treinamentos com órgãos de segurança pública e defesa social de outros países.

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 15/03/2023, a Presidência concedeu vista ao Senador Esperidião Amin, nos termos regimentais;

- Em 22/03/23, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, que recebeu Parecer favorável;

- Votação Nominal.

Eu passo a palavra ao Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto é extremamente simples. Já foi lido o relatório na sessão passada. Houve uma emenda do Senador Cid Gomes, eu acatei a emenda na íntegra. O relatório já foi lido, de forma que, acho, que podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação...

É nominal?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É, mas nós temos 24.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Em votação nominal.

Peço que abra o painel e eu passo a Presidência a quem de fato e de direito é Presidente desta Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente Davi, agora restabelecida a sua autoridade de Presidente, aquele relatório do PDL...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Plínio, só um minutinho. (*Pausa.*)

Tem uma sugestão da Secretaria, já que foi debatida a matéria: se os Senadores aceitam fazer a votação da proposta com a emenda apresentada, as duas juntas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Sim, mas tem que saber se aceita votar as duas juntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está iniciada a votação.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, já vou disponibilizar o parecer do PDL 508, de 2019, já vou colocar à disposição. Para os Senadores que chegaram agora, é o que fala da possibilidade de um plebiscito no Estado do Pará para a criação do possível Território de Tapajós.

O pedido de vista durou dois anos. Pediram vista, que demorou dois anos e meio. Não foi devolvido, e a gente tem que retomar isso.

Eu posso falar para o pessoal que o senhor já vai colocar o parecer na próxima reunião, depois da audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Na próxima semana, nós vamos ter audiência pública na terça, quarta e quinta para resolver todas as audiências públicas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E na outra?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Na outra semana, após as audiências públicas, nós vamos pautar a matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Na quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vou avisar o pessoal. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Flávio, foram votados os requerimentos da audiência pública. Vão ser na quarta-feira, do projeto, do acordo, às 10h.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Todos os indicados, exatamente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A orientação do Senador Oriovisto é voto "sim". (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois é, está vendo. Eu tentei, Oriovisto. Eu pensei: não é possível que ele não vai confiar nos cabelos brancos do Senador Oriovisto. (*Pausa.*)

Eu gostaria de pedir a atenção dos Senadores enquanto a gente está no processo de votação. Tem um requerimento do Senador Fabiano Contarato que não estava pautado porque ele foi apresentado, solicitando uma audiência pública para três Comissões, para tratar infelizmente do ataque àquela creche em Santa Catarina. É a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Segurança Pública, com a CCJ naturalmente. Se nós não tivermos objeção ao pedido do Senador Fabiano, eu queria incluir extrapauta para votar o requerimento da audiência pública e a gente marcar o dia.

Senador Flávio.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não, claro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Em todas essas questões relativas à violência em ambiente escolar, não sei, mas minha sensação é que deveriam necessariamente começar pela Comissão de Educação. É um tema sensível. Nós vamos poder verificar aqui a questão da constitucionalidade, da admissibilidade, mas eu acho que as questões de ordem educacional...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Na verdade, Senador Oriovisto, não é sobre um projeto de lei específico. Ele quer fazer, com as quatro Comissões, uma audiência temática. É uma audiência pública temática com a participação da CCJ, da Comissão de Educação, da Comissão de Segurança Pública...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Ah, tem a Comissão de Educação?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Estão as quatro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Então, tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É um problema pertinente, que tem que ser realmente discutido, eu acho que o quanto antes. Manaus também está sofrendo isso, acho que como todas as capitais. Concordo plenamente com esses pedidos de audiência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador...

Então foi incluído extrapauta. Eu vou submeter à votação o requerimento de audiência pública...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, é verdade.

Algum Senador é contrário a nós encerramos com o quórum de 14? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 13; NÃO, nenhum.

Está aprovado.

Foi aprovado o projeto com a Emenda nº 1 da CJJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Em votação o requerimento de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos marcar oportunamente a data da audiência.

Tem um projeto cuja discussão já foi encerrada. É o item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 3616, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir na Carteira Nacional de Habilitação as informações sobre o tipo sanguíneo e fator Rh do condutor e sobre a sua condição de doador ou não doador de órgãos e tecidos.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta.

Observações:

- Em 15/03/2023, a Presidência encerrou a discussão e adiou a votação da matéria;

- Votação Nominal.

Esse é só para votarmos, para aproveitar o quórum.

Consulto os Senadores e Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda nos termos do parecer. (*Pausa.*)

É o item 10.

Está aberto o painel.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tem uma solicitação aqui que foi feita também... Cadê o projeto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tem uma solicitação também do Senador Flávio de um projeto de autoria dele, e ele conversou com V. Ex., Senador Mourão, que trata da questão dos empréstimos.

Vou fazer a designação então.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está bom.

Pode fazer.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, pega o embalo aí e nomeie o Relator da nossa PEC, que fixa o mandato do Ministro do Supremo, vamos embalar aí e nomeie o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Calma, agora que está pegando e já vai parar.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É? (*Risos.*)

Deixa pegar o ritmo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está embalado aí.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu designei o Senador Mourão como Relator, não tem que duvidar da designação. Que confirmação é essa?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, eu só estava lembrando. Desculpa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – V. Exa. tem é sorte de eu não ter feito uma eleição para o novo Presidente da CCJ. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu estou falando que o Omar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – V. Exa. tem é sorte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Um perigo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já atingimos o quórum. Está encerrada a votação.

Votaram SIM, 14; NÃO, nenhum.

Estão aprovados o projeto e a Emenda 1-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No outro projeto, da mesma maneira, nós já fizemos a discussão da matéria. Só é para votarmos.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 3815, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que os menores de 12 anos tenham assentos contíguos a seus pais ou responsáveis.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 29/03/2023, foi lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação da matéria;

- Votação Nominal.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar a votação única para o projeto e para as emendas nos termos do parecer.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Presidente Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Essa lei é importante, mas também poderiam ser incluídas – isso aí a gente pode discutir – pessoas acima de certa idade e com deficiência, porque às vezes colocam uma pessoa de uma certa idade, que precisa do auxílio de alguém, num assento, e aí a pessoa não quer trocar de assento para dar um amparo no voo, e pessoas também deficientes que precisam de um acompanhante. Então, eu já vi caso... (*Pausa.*)

Já está incluído? Já está incluído para idoso também? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E também eu estava consultando... Como só é a votação, pois já foi encerrada a discussão, Presidente Omar, dá para colocar em Plenário, se tiver...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu, Marcelo, Cid, Plínio...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não... Começou a perseguição.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente Davi... Presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vou te falar uma coisa, faz tempo que eu não falo com o Omar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, mas o projeto é terminativo, não vai a Plenário, não, vai?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Se ele fizer o recurso, dá.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está iniciada a votação nominal.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É para pegar o embalo. (*Pausa.*)

Falta só o Senador Randolfe, que está votando ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Falta só um ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas ele quer votar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Já deu 16!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Espere aí. Ele quer apoiar o seu projeto, Omar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Eu vim aqui votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Até o pedido!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – O Randolfe está na maior jaca sendo Líder aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Maior o quê?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Jaca. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Ele entrou numa jaca de que ele não sabe como sair agora. (*Risos.*)

Eu sou seu Vice-Líder. Qualquer coisa, fale comigo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Então são duas jacas! (*Risos.*)

Votaram SIM 16; NÃO, nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto está aprovado, com as Emendas nºs 3, da CCJ, e 4, da CCJ, e rejeitadas as Emendas nºs 1, da CDH, e 2, da CDH.

A matéria será encaminhada para a Mesa para as providências cabíveis.

Item 12: o Relator não está presente; vai ficar para outra reunião.

E item 8: o Relator também não está presente e pediu para suspender para a próxima reunião.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 2641, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer requisitos para a compra de equipamentos usados em procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação Nominal.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 3283, DE 2021

- Terminativo -

Altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: A ser apresentado.

Observações:

- Em 04/04/2023 foram apresentadas as Emendas nºs 5 a 7, de autoria do Senador Fabiano Contarato (dependendo de relatório);

- Em 12/04/2023 foi apresentada a Emenda nº 8, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro (dependendo de relatório);

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública;

- Votação nominal.)

Quero só informar aos Senadores e às Senadoras da Comissão que, na próxima semana, nós vamos resolver todas as audiências públicas que estão pendentes de efetivação. Terça, quarta e quinta da semana vem haverá audiências públicas pela manhã e pela tarde. Terça e quarta, pela manhã e pela tarde; e quinta pela manhã e pela tarde. Vamos instruir todas as matérias para a gente botar na pauta para votar na outra semana.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Alan Rick, Augusta Brito, Mara Gabrilli e Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Marcos do Val, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Dr. Samuel Araújo, Jaques Wagner e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2022, que "altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano", em atendimento ao Requerimento nº 3/2023-CCJ, de autoria das Senadoras Daniella Ribeiro (PSD/PB), Mara Gabrilli (PSD/SP), Augusta Brito (PT/CE) e dos Senadores Humberto Costa (PT/PE) e Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Participantes:** Sr. Antonio Condino Neto, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo (USP); Sra. Juçaira Giusti, representante da Associação "Eu Luto Pela Imuno Brasil" (ELPI); Sr. Luiz Ribas, Médico e Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Sr. Gesmar Rodrigues Silva Segundo, Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Presidente da Sociedade Latino Americana de Imunodeficiências; Sr. Antonio Edson de Souza Lucena, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás); Sr. Paulo Tadeu de Almeida, Hematologista e Presidente da Associação Brasileira de Banco de Sangue (ABBS); Sra. Luciana Maria de Barros Carlos, Diretora-Geral do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce); Sr. Helder Melo, Assessor da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS) (representante do Ministério da Saúde); Sr. Leonardo Moura Vilela, Assessor Parlamentar (representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); e Sr. Eduardo Maércio Fróes (representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS)). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Alan Rick
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Muito bom dia, senhoras e senhores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022, que altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano, conforme o Requerimento nº 3, de 2023, de iniciativa das Senadoras Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli e Augusta Brito e dos Senadores Humberto Costa e Carlos Viana.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposição e debate.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade da participação popular. Dessa forma, os cidadãos que querem encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Já convido os primeiros cinco convidados nominados na sequência para se sentarem aqui conosco e os demais para fazerem uso aqui da primeira mesa.

Convido o Sr. Antonio Condino Neto, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo (USP); convido a Sra. Juçaira Giusti, representante da Associação Eu Luto pela Imuno Brasil...

Eu creio que esses aqui estão pelo Zoom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Esses aqui estão pelo Zoom.

Vamos aos que estão no Plenário: convido o Sr. Luiz Ribas, Médico e Professor da Universidade Federal do Paraná; convido o Sr. Paulo Tadeu de Almeida, Hematologista e Presidente da Associação Brasileira de Banco de Sangue; convido a Sra. Luciana Maria de Barros Carlos, Diretora-Geral do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará; convido o Sr. Helder Melo, Assessor da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, representante do Ministério da Saúde; convido o Sr. Leonardo Moura Vilela, Assessor Parlamentar representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); convido o Sr. Eduardo Maércio Fróes, Conselheiro Nacional de Saúde, representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Pelo Zoom nos abrilhantam com a sua participação o Sr. Antonio Condino Neto, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo (USP); a Sra. Juçaira Giusti, representante da Associação Eu Luto pela Imuno Brasil; e o Sr. Gesmar Rodrigues Silva Segundo, Professor da Universidade Federal de Uberlândia e Presidente da Sociedade Latino-Americana de Imunodeficiências.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo inicialmente a palavra ao Sr. Antonio Condino Neto, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), para a sua exposição.

O SR. ANTONIO CONDINO NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia!

Meu nome é Antonio Condino Neto. Eu sou Professor Titular de Imunologia da Universidade de São Paulo, a USP, e atualmente Presidente do Departamento de Imunologia e Imunodeficiências da Sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Pediatria. Trabalho na área de imunodeficiências primárias já há mais de 30 anos, que é minha área de dedicação profissional.

Eu gostaria de agradecer o convite pelos Exmos. Senadores e Exmas. Senadoras para participar de tão importante reunião, que vem numa semana de muito significado para todos que trabalham nessa área. O mês de abril é o mês das imunodeficiências; o dia 28 de abril é o Dia Internacional das Imunodeficiências. Portanto, é uma data especial para quem trabalha nessa área discutir o tema captação de plasma e disponibilidade e acesso do tratamento por meio das imunoglobulinas, que são medicamentos que interessam, sendo necessários a cerca de 60% a 70% desses pacientes.

No Brasil, a área de imunodeficiências começou a se desenvolver na década de 90, por meio de uma educação continuada bastante intensa dentro do, naquela época criado, Grupo Brasileiro de Imunodeficiências, que foi liderado pela Profa. Beatriz Costa Carvalho, que fundou esse grupo na Unifesp. Infelizmente a Profa. Beatriz nos deixou um pouco antes da pandemia, ela teve um problema grave de saúde. E hoje esse grupo segue ativo, o chamado Grupo Brasileiro de Imunodeficiências, de que estou à frente, junto com outros colegas, e nós cuidamos dessa educação continuada, que vem crescendo.

Eu gostaria de deixar este ponto claro: o diagnóstico de imunodeficiências no Brasil cresce de maneira exponencial; não é aquele crescimento orgânico, que vai enchendo um de cada vez, aqui o diagnóstico vai crescendo de maneira muito rápida.

Pelas estatísticas, nós temos aqui no Brasil, seguindo a estatística mundial de 1 para 10 mil, nós teríamos cerca de 20 mil pacientes e, desses, em torno de 15 mil vão precisar de imunoglobulinas. Se seguirmos outras estatísticas mais atualizadas, há números que chegam de 1 para 1,2 mil e esse número subiria muito mais.

Em cima disso, vejam, foi uma conquista muito grande para a sociedade brasileira a aprovação da lei que amplia a triagem neonatal. Os casos de imunodeficiência estão contemplados lá, na etapa 4 da triagem neonatal, sendo que, na cidade de São Paulo, no Estado de Minas Gerais, em Brasília, essa triagem já ocorre e isso também vai aumentar muito o número de casos diagnosticados. Em São Paulo, desde que isso entrou em atividade, na cidade de São Paulo, foram triadas aproximadamente 246 mil crianças, confirmados oito casos de imunodeficiência grave combinada, dois casos de agamaglobulinemia e, pela primeira vez na literatura, foi reportado um caso de leucemia congênita. Atrás desses sempre vêm 10 outros casos que não são tão graves quanto a SCID, mas que também requerem tratamento. Então hoje na Unifesp, que é onde se seguem esses pacientes, nós temos lá cerca de 150 crianças. Isso dentro de um projeto que o Município de São Paulo criou, diante do tempo estipulado para implantação universal da triagem neonatal.

Portanto, eu queria deixar claro esse primeiro cenário. Nós vivemos uma etapa de intenso diagnóstico, com uma coleção crescente de casos, e, em cima disso, vêm também os casos de imunodeficiência secundária, que são tidos até como mais frequentes do que os primários, que são aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes que fazem quimioterapia para o câncer, um tipo de imunoterapia, que nós chamamos de anti-CD20, para tratamento de algumas formas de leucemia e linfoma e que resultam, depois, em deficiência de anticorpos porque afetam os linfócitos B.

Então, não faz sentido nós avançarmos tanto no tratamento do câncer e depois esses pacientes morrerem de infecção porque não têm acesso à imunoglobulina. A triagem neonatal vai acelerar muito o diagnóstico. As crianças vão precisar de medicamento, já estão precisando.

Então, essa é a nossa realidade. A realidade do diagnóstico é fruto de um trabalho de 30 anos e tem muito paciente de que a gente precisa tratar.

Há alguns dados eu tenho porque eu pude levantar e posteriormente eu posso compartilhar com todos os Senadores e Senadoras. O nosso mercado estimado de imunoglobulina no Brasil é de 5 a 6 toneladas-ano. O Ministério da Saúde compra cerca de 2,9, quase 3 toneladas; 1,2 tonelada vai direto para os estados e municípios, e de 1 a 2 toneladas vão para o mercado privado.

A gente tem que lembrar que o mercado privado no Brasil representa cerca de 25% da população. Em um país de 200 milhões de pessoas, são 50 milhões. É aproximadamente um país da Europa e é um número relevante.

Com relação ao consumo *per capita*, aqui no Brasil, em 2014, nós utilizávamos cerca de 14g de imunoglobulina para cada mil habitantes. Em 2019, um pouco antes da pandemia, esse número já estava em torno de 34g.

Lembramos que temos vizinhos aqui na América do Sul que consomem cerca de 50g por mil habitantes, que é o caso do Uruguai e do Chile. Para comparação, na América do Norte e em alguns países da Europa, esse consumo é dez vezes maior, ou seja, de 320g para cada mil habitantes. Ou seja, a gente tem aqui uma demanda reprimida muito grande no Brasil. Nós, da parte médica, estamos fazendo a nossa lição de casa, que é correr atrás do diagnóstico dos pacientes. As associações de pacientes também estão bastante ativas.

Portanto, nós temos essa demanda, que é dramática. É nosso entendimento que o atual modelo de captação de plasma venha atender na sua capacidade máxima, ou seja, o plasma excedente da doação de sangue como nós conhecemos, na sua capacidade máxima, ele venha atender o que o Governo compraria hoje ou quase isso, mas nesse modelo nós não temos espaço para crescer e para atender a essa demanda, que vem aumentando. E somam-se a isso os casos de atendimento para doenças neurológicas e outras doenças hematológicas.

Então, nós temos que fazer alguma para melhorar esse *supply* de plasma e, do ponto de vista tecnológico, a doação de sangue total nos parece que não será o suficiente. A gente tem que criar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminho alternativo para coletar plasma e a tecnologia seria a plasmaférese. Então, conseguindo criar esse mecanismo, nós estaríamos investindo na melhoria futura desses medicamentos.

Então, do ponto de vista de introdução, eu vou fazer uma pausa aqui, para não me estender muito, e coloco-me à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço a exposição do Prof. Antonio Condino Neto e concedo a palavra à Sra. Juçaira Giusti, representante da Associação Eu Luto Pela Imuno Brasil (Elpi), para sua exposição por dez minutos. Até dez minutos.

A SRA. JUÇAIRA GIUSTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Podem me ouvir?

Eu me chamo Juçaira Giusti. Eu sou Vice-Presidente da Associação Eu Luto Pela Imuno Brasil.

Eu quero agradecer muito a oportunidade de estar aqui, porque eu tenho certeza de que, mais do que ninguém – os médicos, os representantes de bancos de sangue, a Hemobrás, o Ministério da Saúde, todos aqueles que tecnicamente se preocupam com o assunto –, o assunto que está sendo tratado aqui é muito importante, mas só a minha vida está em jogo com o que está sendo discutido. A minha vida, a vida do meu filho e dos pacientes que eu represento.

Por acaso algum de vocês chegou a sentir medo de morrer no início da pandemia? Medo de que o seu organismo fosse atacado por um vírus, e você não conseguisse se defender? Se você sentiu isso por um minuto, você pode entender um pouquinho como é a vida de uma pessoa com imunodeficiência, porque a gente vive assim a nossa vida inteira. O nosso problema é genético, não tem cura.

Eu sou cirurgiã-dentista, mestre e doutora em Ciências Odontológicas. Eu fechei meu consultório no início da pandemia, porque, afinal, o paciente odontológico nunca vai poder usar máscara. Quando isso aconteceu, eu decidi me dedicar à associação de pacientes e, devido à minha formação acadêmica, eu acreditava que eu fosse trabalhar arduamente no diagnóstico, mas o que aconteceu foi que essa não foi a realidade que eu encontrei.

Eu vi a diferença entre mim e os pacientes que faziam infusão de imunoglobulina na Unifesp, com diagnóstico tardio. Deixavam-nos cheios de sequelas, sem pulmão, e até chegavam a perder um filho para só descobrir o diagnóstico no segundo filho.

Mas a realidade da falta de tratamento foi muito maior. A falta de medicação é assustadora, vem acontecendo desde muito tempo e só piorou com a pandemia. Em 2019, nós fizemos uma denúncia no Ministério Público sobre a falta de medicação. Ela acabou se tornando uma ação civil pública, que pedia ao Governo uma política pública para resolver essa situação, e não apenas medidas tapa-buraco, com compras emergenciais de medicações sem registro na Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como paciente, eu ouvia falar da Hemobrás, mas as notícias que me chegavam através da mídia eram de um amontoado de denúncias de corrupção ao longo dos anos. Foi assim que eu consegui contactar o Sr. Antonio Edson, hoje Presidente da Hemobrás, que me convidou para conhecer essa empresa, onde eu pude constatar que ela existia de fato. Eu fiquei superempolgada com isso, em saber que a gente estava começando a dar maiores passos nesse sentido, mas, ao mesmo tempo, eu continuei pesquisando, estudando, tentando entender o que estava acontecendo.

No ano passado, eu participei, em Portugal, de um congresso organizado por uma organização mundial de pacientes com imunodeficiências, o Ipopi, que, inclusive, nos ajudou a escrever uma carta que foi enviada a cada um dos Srs. Senadores explicando a situação do plasma, no mundo, do ponto de vista do paciente. De lá para cá, também venho acompanhando o que está acontecendo no Parlamento europeu, que também está mudando a sua postura em relação ao plasma, para evitar a dependência do plasma que vem dos Estados Unidos.

Eu tenho imunodeficiência primária, assim como meu filho e os pacientes que eu represento, por isso eu sei o que é a falta de imunoglobulina. Nosso sistema imunológico não funciona e nunca vai funcionar. Isso significa que o nosso problema não tem cura e que nós dependemos da imunoglobulina para viver.

A imunoglobulina nos fornece os anticorpos e, com eles, somos capazes de continuar vivos. Nós vamos precisar dessa medicação para a vida toda. Significa que, se a gente ficar sem ela, nós vamos sofrer de uma fadiga incapacitante e que vamos nos tornar vulneráveis a qualquer infecção, que pode se tornar fatal. Significa que a perspectiva da falta de medicação é aterrorizante. E não tem substituto sintético, nós dependemos exclusivamente do plasma.

A nossa associação se chama Eu Luto Pela Imuno Brasil não é por acaso. É porque, desde 2014, os pacientes se unem para tentar um tratamento e um acesso melhor.

O mundo atravessa uma crise de falta de imunoglobulina e diversas partes do mundo estão se mobilizando para mudar esse cenário.

E o que nós estamos fazendo? Nós somos um país de mais de 200 milhões de habitantes, que, até hoje, não produziu uma gota de imunoglobulina em solo nacional. Como é que eu e os outros pacientes sobrevivemos todo esse tempo? Não foi com a imunoglobulina da Hemobrás, foi importando medicação. Se nós estamos vivos, se eu estou aqui hoje, é porque um doador de plasma, em algum lugar do mundo, fez essa doação para essa medicação me manter viva. A Hemobrás começa a dar os seus primeiros passos depois de 20 anos de fundação.

A vida dos pacientes não consegue acompanhar esse ritmo. É maravilhoso que a gente esteja avançando nesse campo, mas é muito pouco. O mundo já provou que a coleta do plasma excedente – os médicos, os técnicos estão aí para falar disso melhor do que eu – não é suficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me sinto envergonhada por não contribuir em nada com a produção mundial de plasma. Como eu vou reivindicar medicação sem colaborar em nada com a produção? Como mudar essa situação? Dando um tratamento diferenciado ao plasma. Ele não é um órgão, como um rim, como o sangue, ele se recompõe no organismo com pouco mais de 72 horas. O doador pode fazer muito mais doações, em volume e em tempo, de plasma do que de sangue. E por que a gente não faz isso? Qual é o temor? Que a doação de plasma crie competição com a doação de sangue? Que não seja segura?

Na década de 80, quando surgiu a aids, veio a grande mudança em relação às doações de sangue, e foi de muita importância. Nessa época, o diagnóstico da aids era uma sentença de morte. E, hoje, o Brasil é uma referência mundial do tratamento da aids. Os tempos mudaram, nós avançamos e nós precisamos nos mover de novo. A gente quer ter acesso à medicação, assim como a gente fez com os pacientes portadores de aids. É isso que a gente quer. Agora, imagine-se você, sendo um paciente de imunodeficiência primária, olhando para esse cenário do aumento de consumo de medicação sem aumento de proteção. Como eu já disse, isso é aterrorizante!

A gente está vivendo numa época de faz de conta. Não vamos coletar plasma, porque a gente acha que isso é comércio de sangue, mas a gente compra medicação a peso de ouro, feita com plasma de doadores que receberam algum tipo de incentivo para doar. Isso é coerente? Nós não estamos participando do comércio?

Existem inúmeros modelos espalhados pelo mundo de parcerias público-privadas nesse setor. A gente não precisa nem inventar, basta só a gente olhar para o lado. A Hungria, por exemplo, tem um sistema de doação de sangue voluntário e, ao mesmo tempo, de plasma com bonificação, só que, para o doador ser doador de plasma bonificado, ele tem que fazer doação de sangue voluntária durante o ano. E isso acabou incentivando a doação de sangue. Esse é apenas... Mas existem inúmeros outros modelos e a gente precisa se atualizar com a nossa legislação para que a gente não seja deixado à margem.

A legislação precisa proteger a todos, inclusive a nós, que dependemos do plasma para viver. Nós estamos sendo marginalizados. O Estado, negando esse direito, também está negando o direito à vida desses pacientes. Nós não queremos comercializar órgãos, nós não queremos comercializar sangue. A gente quer viver.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço a exposição da Sra. Juçaira Giusti, representante da Associação Eu Luto Pela Imuno Brasil.

Informo que estou concedendo, neste momento, a Presidência desta Comissão à autora do requerimento, a Senadora Mara Gabrilli, que, de forma remota, presidirá esta reunião e também fará o uso da palavra neste momento.

Peço licença e desculpas aos nossos convidados devido a um compromisso em uma outra Comissão, onde também farei uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos.

É uma honra participar desta audiência, da qual eu fui a requerente.

Eu quero agradecer aos nossos convidados que estão aqui hoje para debater um tema que é de suma importância, já agradecendo ao Dr. Antonio, à Dra. Juçaira pelas palavras e agradecendo a todos que estão aqui e que estão de forma remota para debater esse assunto, a proposta de mudar a nossa Constituição para permitir a comercialização de tecidos humanos.

É com bastante pesar que falo sobre essa possibilidade de inserir as palavras "comercialização" e "coleta remunerada" no art. 199 da Constituição, que, desde 1988, diz claramente, em seu §4º, que é vedado todo tipo de comercialização de sangue e seus derivados, assim como de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento.

Meu Deus, gente! Não é algo trivial o Brasil passar a incentivar o comércio de sangue humano, por isso essa audiência é fundamental, inclusive para que todos aqui percebam os riscos imensos que a população corre com essa medida, especialmente os 80% dos brasileiros que dependem, exclusivamente, do SUS. A gente não pode esquecer esses brasileiros, que não podem pagar por atendimentos ou medicamentos.

Mais uma vez será o brasileiro pobre que será prejudicado, enquanto quem é rico poderá pagar por medicamentos originados desse comércio de tecidos humanos.

O art. 199 já tem expresso em seu *caput* que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Desse modo, não há nada na Constituição que impeça a iniciativa privada de produzir hemoderivados a partir de doações de sangue.

O que mais me surpreende é que a própria Relatora, Senadora Daniella Ribeiro, e o autor da proposta, o Senador Nelsinho Trad – veja bem, Dr. Antonio, ouça isso –, afirmam que o problema não é falta de sangue ou de plasma doados, isso nós temos de sobra. Segundo os dois nobres Senadores, há no país o desperdício anual de milhares de bolsas de plasma. Afirmam que, segundo o Tribunal de Contas da União, não foram utilizados cerca de 600 mil litros de plasma desde 2017 e que não foram viabilizados para a produção de hemoderivados. Será que a gente não está falando aqui de um problema de gestão de saúde?

Então, a gente percebe que a doação de sangue existe em quantidade suficiente, não é preciso autorizar a coleta remunerada, que, além de desdenhar da doação de sangue como um ato de solidariedade – que é uma característica brasileira, a defesa da vida, da cidadania –, vai condicionar essa atitude tão bacana a um benefício econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi a carta também dirigida à Senadora Daniella Ribeiro, assinada por técnicos e dirigentes de hemocentros de todo o Brasil, que estão representados nessa audiência, na qual alertam e pontuam diversas questões sobre os riscos de coleta de sangue de forma remunerada. Penso que temos que ouvir com bastante atenção as pessoas que trabalham na área por serem as que conhecem com mais profundidade o setor e o que ele precisa.

A Relatora cita cinco países no mundo onde já é permitida a coleta remunerada. No entanto, de acordo com a Carta dos Hemocentros, em 79 países do mundo, mais de 90% do suprimento de sangue é obtido de doadores voluntários e não remunerados. Desses países, 64 países têm a totalidade de 100% do estoque de sangue proveniente de doações não remuneradas e, não por um acaso, são esses os países que apresentam os sistemas de coleta e transfusão mais seguros, com menor taxa de contaminação para doenças como as hepatites, HIV e sífilis, por exemplo.

Os hemocentros signatários da Carta recomendam: é ao lado desses países que o Brasil deve estar. E a gente precisa, sim, com urgência, melhorar o processamento de sangue em nosso país para atender pacientes que demandam, com urgência, os hemoderivados. No entanto, a autonomia da produção em nosso país deveria ser feita com a consolidação do que já fazemos: as boas práticas de doação de sangue, de modo voluntário e altruísta.

Já debatemos no Congresso Nacional possibilidades de oferecer vantagens aos doadores de sangue como, por exemplo, meia-entrada no cinema, isenção de taxas de concursos públicos, concessão de alimentos. Em um país como o nosso, onde milhões de pessoas ainda vivem em extrema pobreza, onde mais de milhões de brasileiros vivem com insegurança alimentar, a gente trará muitos riscos à qualidade do sangue coletado. Mesmo com a garantia de que todo o material será testado, a possibilidade de haver uma coleta de sangue contaminada é grande, já que a pessoa que quer ganhar dinheiro com isso pode omitir informações importantes. Tudo isso encarece ainda mais o processo, tornando, por consequência, mais caros ainda os produtos finais dessa comercialização.

Pior ainda: ao falar em coleta remunerada, colocamos em risco o princípio da dignidade humana. Tenho certeza de que ninguém aqui quer assistir a filas de indigentes, de pessoas vulneráveis, que, por estarem passando fome, se amontoam desesperadamente na frente de uma empresa que se dispõe a pagar pela retirada do sangue dessas pessoas. Isso não se justifica. Além disso, ao mudar a Constituição, retirando a proibição de comercialização de tecidos humanos, abrimos um precedente extremamente perigoso para o comércio de órgãos e para que cheguem novas propostas para permitir a compra e venda de rins, de medula óssea e de outras partes humanas. Também podemos deparar com indústrias que irão preferir vender o sangue ou plasma que comprarem para outras indústrias estrangeiras, justamente para serem mais lucrativos.

Sempre defendi a liberdade da iniciativa privada, mas sabemos bem que o objetivo de qualquer comércio é o lucro. Sangue é vida. Eu defendo a garantia constitucional de doação voluntária, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remunerada de sangue. Eu tenho muitas dúvidas de que permitir que tecidos humanos sejam comercializados, comprados ou vendidos como se fossem produtos ou serviços, poderia ajudar os brasileiros a ter um bom caminho para sanar a dificuldade real que temos hoje para melhorar o processamento e a produção de medicamentos derivados do plasma.

Mais uma vez, eu agradeço a presença de todos os convidados nesta audiência. É muito importante a gente debater e exaurir esse tema. Estamos aqui para ouvi-los com a atenção que essa matéria exige. Muito obrigada.

Agora, eu concedo a palavra ao Sr. Luiz Ribas, que é médico e professor da Universidade Federal do Paraná. Muito obrigada.

O SR. LUIZ RIBAS (Para expor.) – Bom dia, Senadora. É uma honra estarmos aqui hoje, representando a Universidade federal do paraná nesse assunto tão relevante para o nosso país.

Eu tenho ali algumas transparências. Você poderia passar, por favor?

Conforme dito pelo Dr. Antonio, pela Dra. Juçaira, que me antecederam, foi muito bem descrita por eles a necessidade absoluta da revisão da legislação, e essa PEC proposta, retificada inclusive pela Senadora Mara, é fundamental nesse novo processo que devemos colocar em foco.

Eu acho que está um pouquinho fora... Talvez tenha que diminuir um pouquinho ali.

Na verdade, esse primeiro eslaide fala um pouquinho da história, fala do início desse processo de discussão, lá nos anos 60, ou seja, já foi dito aqui que são 40 anos de discussão, de quando começa essa discussão sobre o sangue. A Lei do Sangue, ali em 2001; depois a criação da Hemobrás em 2004, com todo o esforço que vem sendo feito para manter funcionando e operando a nossa Hemobrás. E nós sabemos do fundamental e vital, lembrado pela Dra. Juçaira, da oportunidade de termos disponíveis as imunoglobulinas, tê-las disponíveis em nosso país pela coleta e processamento feitos em nosso ambiente, em nosso cenário nacional.

Próximo, por favor.

Aqui tem um pouco do que está acontecendo, do descarte do plasma. É algo inaceitável que nós tenhamos pessoas com deficiência imunológica e toda outra situação já citada pelo Dr. Antonio, pela Dra. Juçaira, e tudo que a gente sabe... A minha carreira toda é como professor de Clínica Médica da Universidade Federal do Paraná, mais de 30 anos; então, a gente se debate com o problema no dia a dia. Então, desde 2017, nós temos 2,7 milhões de bolsas descartadas, e assim por diante. Um dado da Anvisa: em 2020, mais 1,3 milhão de bolsas. Enfim, qualquer bolsa descartada sem aproveitamento, não há sentido nesse cenário. A Hemobrás retoma esse protagonismo, passando a utilizar parte dessa coleta de bolsas, e trabalhando numa integração com o cenário internacional, podendo fornecer uma pequena parte dessa necessidade nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo, por favor.

Nós temos aí a PEC, a proposta; não vou me deter aí, porque todos a conhecem. E aí a sequência.

O próximo, por favor.

A Dra. Mara, a Senadora Gabrilli faz as suas observações absolutamente importantes, recuperando até o processo histórico da construção e da necessidade para que não atrapalhe o encaminhamento dessa PEC tão relevante.

O próximo, por favor.

Mas eu queria lembrar... Eu tive uma experiência pessoal quando Presidente do Centro de Medicamentos do Paraná e depois Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná, (Tecpar). E naquele momento, lá nos anos 2008, 2010, 2011, nós trabalhamos intensamente num processo de incorporação de tecnologia, de transferência de tecnologia, solucionando um problema que tinha mais de uma década, porque o Tecpar, fornecedor da vacina antirrábica animal, fazia isso, após o desenvolvimento lá dos anos 1960, com uma tecnologia bastante antiquada, inclusive, ecologicamente incorreta. E nós conseguimos, num período de oito ou dez meses, fazer a transferência para uma tecnologia por biologia molecular bastante moderna e continuamos fornecendo por mais um período longo e já estávamos fazendo por quatro décadas a vacina antirrábica animal.

Por favor, o próximo.

O hemoderivado está sob o guarda-chuva do complexo econômico e industrial da saúde. E agora, com a nossa Ministra Nísia, cuja origem, a Fiocruz, tem uma prática muito importante na questão do desenvolvimento do complexo econômico e industrial da saúde, com o Dr. Gadelha, que é o Secretário de Ciência e Tecnologia, que é a pessoa que, junto com o Ministro Temporão, lá no início dos anos 2000, iniciou essa conversa e essa metodologia, revestida de portarias e decretos.

Pode passar o próximo, por favor.

E há esse livro que dita as regras para esse processo.

Então, hoje eu quero trazer essa experiência que nós tivemos na incorporação de tecnologia. Não é apenas o processo da coleta que entra nesse cenário. Além da coleta, nós estamos advogando para que o processamento todo desse plasma seja feito em nosso país. Hoje há tecnologia disponível. O setor privado pode auxiliar na busca dessa tecnologia para que não haja ônus para setor público, e o compartilhamento dessa tecnologia, de forma que imediatamente nós possamos utilizar o plasma colhido a partir dessa garantia que a PEC virá trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou ficar aqui à disposição dos senhores e coloco o meu foco sobretudo nessa experiência que a gente tem de viabilização não apenas da coleta, mas da entrega desse plasma e, obviamente, da imunoglobulina à população brasileira.

Muito obrigado.

Continuamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Luiz Ribas, pelas suas considerações.

Agora com a palavra o Sr. Gesmar Rodrigues Silva Segundo, Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e Presidente da Sociedade Latino-Americana de Imunodeficiências.

Por favor, com a palavra, Sr. Gesmar.

O SR. GESMAR RODRIGUES SILVA SEGUNDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Gostaria de agradecer o convite para participar desta audiência que eu acho que é de extrema importância, principalmente para nós que lidamos com os pacientes que necessitam da medicação no dia a dia.

Eu vou fazer a apresentação de alguns eslaides. O pessoal já me deixou... Eu só quero que confiram se o eslaide está passando direitinho para vocês verem.

Eu sou imunologista, trabalho com pacientes com deficiência, desde 2004, há 19 anos, um pouquinho menos do que o Dr. Antonio Condino, e tenho participado da luta, junto com os pacientes, da falta das imunoglobulinas, que, vira e mexe, vem. Isso não é durante a pandemia; pré-pandemia, a gente já tinha essa falta.

Eu não tenho nenhum conflito de interesse em relação a esse tema e, só para a gente entender, existem coisas diferentes. Na doação de sangue, o sangue é dividido em componentes, que nós chamamos de hemocomponentes, e nós temos os hemoderivados e trabalhamos com albumina, globulina, concentrado de fatores de coagulação.

Esses hemoderivados são de uso amplo para muitas doenças, mas, em especial, um mercado onde a gente não pode ter isso feito por forma recombinante, em que a única forma é, realmente, por meio do plasma, é o mercado das imunoglobulinas, que é o que afeta, diretamente, os nossos pacientes.

Então, o que a imunoglobulina é? Elas são anticorpos.

Vocês estão conseguindo ver os eslaides?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elas são anticorpos, e esses anticorpos fazem o combate das infecções. Esse combate da infecção é muito importante para aqueles pacientes que não têm a produção dos anticorpos, seja por via congênita, porque eles têm uma inabilidade de produzir, seja porque eles estão fazendo algum tratamento, especialmente os tratamentos dos cânceres, que faz com que eles possam ter, por um período transitório ou por toda a vida, a não produção mais desses anticorpos, a falta da imunoglobulina, para esses pacientes, vai resultar em infecções graves e perda da qualidade de vida. Essas imunoglobulinas duram em torno de 28 dias no corpo do indivíduo; então, a cada quatro semanas, ele tem que recebê-las novamente.

Além disso, existe uma outra parte da imunoglobulina, a porção Fc, que tem uma função importante contra inflamações. Isso tem feito com que inúmeras outras doenças também recebam imunoglobulina. Então, já de antigamente, há as púrpuras trombocitopênicas, a doença de Kawasaki e, mais recentemente, as doenças neurológicas inflamatório-desmielinizantes, que vão fazendo com que o paciente perca força muscular por uma inflamação neural em que ele vai perdendo, progressivamente, o controle dos seus movimentos, levando a uma paralisia. Assim, isso vem sendo utilizado cada vez mais.

Então, como a gente tem uma melhoria nos diagnósticos desses defeitos primários, mais tratamentos efetivos contra cânceres que resultam em imunodeficiências secundárias, especialmente contra cânceres, e ampliação da indicação para os quadros neurológicos, a gente tem, realmente, uma grande necessidade das imunoglobulinas e um aumento expressivo, realmente, do seu uso, nos últimos anos.

Quando a gente vai avaliar, ao longo dos anos, a gente tem, realmente, no início, um grande uso para as imunodeficiências primárias para a púrpura trombocitopênica, para a síndrome de Kawasaki e, nos últimos anos, um aumento muito grande para uso quando das doenças inflamatórias neurológicas desmielinizantes e para os quadros secundários, as doenças hematológicas.

Quando a gente pensa no Brasil...

Eu vou passar esse eslaide primeiro.

Então, no Brasil, a imunoglobulina é utilizada no SUS para vários CIDs, e ele é composto da seguinte forma: tem aquele mercado em que o Governo compra para distribuir aos pacientes que usam mensalmente, que faz parte do PCDT, e existe uma outra parte, que é importada no Brasil, em que o SUS acaba comprando, mas não entra nos registros, porque é utilizada pelos pacientes que estão no hospital, não faz parte do PCDT – são pacientes que têm síndrome de Guillain Barré, púrpura trombocitopênica idiopática, que têm Kawasaki, que têm um câncer e que estão, naquele momento, necessitando e, durante a pandemia ainda, a síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica associada à covid –, e uma pequena parte, uma menor parte, vai realmente para a saúde suplementar.

E aí, quando a gente volta – eu vou voltar tudo aqui, para fazer esse eslaide –, quanto eu uso da imunoglobulina no Brasil? Esse é um dado difícil, e esse dado que a gente tem, que o Dr. Antonio Condino falou, é de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por esse dado de 2013, a gente já gastava 16,7 gramas de imunoglobulina para cada grupo de mil habitantes. Então, supondo que, no Brasil, nós tenhamos 200 milhões de habitantes, nós teríamos uma necessidade de 3,34 toneladas, utilizando o que se utilizaria em 2013. Só que o que acontece no mundo com o aumento das indicações, com a melhoria dos diagnósticos? Em todos os países do mundo, de 2014 a 2018, vêm crescendo o uso das imunoglobulinas, e o crescimento das imunoglobulinas faz com que a gente tenha uma necessidade muito maior. Se nós tivermos um quadro de melhoria da assistência à saúde e chegarmos não ao nível dos Estados Unidos, mas ao nível da Turquia, por exemplo, nós vamos gastar 50gr para um grupo de mil habitantes. Ou seja, nós teremos uma necessidade de dez toneladas ao ano de imunoglobulina. E, se chegarmos um pouco melhor na assistência e tivermos aí 80g por grupo de mil habitantes, nós usaremos 16 toneladas de imunoglobulina.

Dentro das próprias leis de sangue, é importante nós atingirmos a autossuficiência dos hemoderivados. É estrategicamente importante que o país tenha isso e que ele possa realmente não depender da importação de hemoderivados para sua sobrevivência. Então, nós não temos nenhuma outra fonte de imunoglobulina e nós temos um aumento da demanda muito grande e uma incapacidade total de suprir apenas com o plasma recuperado das doações de sangue.

É importante que a gente entenda – e eu vou passar isto no próximo eslaide – que a doação do plasma é diferente da doação do sangue. A doação de sangue... Se a gente pegar toda a capacidade produtiva da Hemobrás, utilizando, sem desperdício, 500 mil litros de plasma, com um rendimento altíssimo – porque a média é de quatro, no máximo, mas eu já estou botando aqui cinco, para falar que vai ser um super-rendimento –, nós vamos produzir 2,5 toneladas de imunoglobulinas, o que não atenderia nem ao mercado de 2013, com muito menos doenças que usam a imunoglobulina.

E qual a saída para isso em todo o mundo? Não é exclusividade do Brasil, não é só o Brasil que está pensando nisso. É o aumento da doação de plasma.

A doação de plasma é completamente diferente. Então, o plasma recuperado... A gente não consegue ter um aumento para poder suprir essa demanda de medicação que os nossos pacientes têm utilizado. Então, nós precisamos de ter uma outra fonte de plasma.

E qual é a diferença? O que é doação de sangue? Na doação de sangue vêm células vermelhas, células brancas, plaquetas e plasma. E na doação do plasma? É totalmente diferente: doa-se apenas o plasma; o restante é devolvido para o paciente, por meio da plasmaferese.

Para que é que serve a doação de sangue? O objetivo principal da doação de sangue é obter concentrados – de hemácias, as plaquetas, que são hemocomponentes, e o plasma fresco –, que são utilizados em quê? Em traumas, cirurgias, sangramentos, anemias e infecções.

Aquilo que não é utilizado do plasma pode até servir para fazer hemoderivados, o que pode ser feito, e acho que deve ser feito, a gente não pode desperdiçar, tem que aproveitar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a coleta do plasma é para quê? É só para a produção de hemoderivados.

Então, é totalmente diferente doar sangue, falar em comércio de sangue, e doar plasma; são coisas completamente diferentes.

Para a gente ter uma ideia, o rendimento de uma bolsa de 550ml de sangue total vai gerar em torno de, no máximo, 250ml de plasma recuperado, ou seja, nós temos 180ml como média, enquanto o rendimento da doação de plasma varia de 600 a 8ml de plasma por doação.

E essas doações de sangue no Brasil podem ser feitas a cada três meses, mas a doação de plasma varia muito. Então, você tem legislações diferentes em diversos países: de uma vez por semana até uma vez por mês, podendo fazer várias doações. Então, são coisas completamente diferentes.

A PEC dispõe que é proibida a comercialização de tecidos e outras coisas, mas ela faz uma exceção ao plasma, porque o plasma realmente é diferente – eu não vou falar disso aqui só para fechar.

Então, existe um documento da Organização Mundial da Saúde recomendando que nós temos necessidade crescente e que nós precisamos realmente produzir o plasma. Os países têm que ter autossuficiência na coleta e fracionamento de plasma e, para isso, devem utilizar tanto estrutura pública como parcerias com a iniciativa privada.

Eu vou parar por aqui para finalizar e fico à disposição de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Gesmar, obrigada pelas explicações.

Eu quero passar a palavra agora ao Sr. Paulo Tadeu de Almeida, que é hematologista e Presidente da Associação Brasileira de Banco de Sangue (ABBS).

Sr. Paulo, o senhor está com a palavra.

O SR. PAULO TADEU DE ALMEIDA (Para expor.) – Bom dia, Senadora!

Primeiramente eu gostaria de agradecer o convite para estar nesta mesa e, principalmente, parabenizar o Senado pela iniciativa de lançar essa PEC, que vai propiciar uma melhor qualidade de vida para os brasileiros, tendo em vista que visa ao aproveitamento de uma matéria-prima de extrema necessidade e que hoje, infelizmente, em grande parte é descartada.

A gente já viu que a fonte de plasma pode ser por doação simples e pode ser por doação de plasma. Vale a pena comparar dois países.

Para o Brasil, hoje, os dados estão ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos 214 milhões de pessoas, 164 milhões cobertas pelo SUS, uma tremenda responsabilidade, e 50 milhões cobertas pela medicina privada.

Os Estados Unidos têm 300 milhões de pessoas. O Brasil faz aproximadamente 3,2 milhões coletas de sangue por ano. E, com isso, nós temos plasma excedente, em torno de 2,7 mil unidades.

Os Estados Unidos colhem 9 milhões de bolsas de sangue por ano e, para ter autossuficiência em plasma, colhem 53 milhões de doações de plasma por ano. Ora, aí a gente já vai entender que não é suficiente o plasma da doação de sangue para nós sermos autossuficientes no país; é necessária a implementação de um programa de doação de plasma que atinja todos os estados brasileiros.

Como Presidente da Associação Brasileira de Banco de Sangue, eu represento 90% da iniciativa privada. Nós já nos posicionamos contra a remuneração da doação e também contra o envio de plasma para ser manufaturado no exterior, salvo em condições de exceção, como hoje é feito, porque, em vez de jogar, o Ministério da Saúde, inteligentemente, fez um contrato, manda esse plasma para fora, manufatura lá e traz o hemoderivado para o Brasil, até o desenvolvimento da nossa própria fábrica, da nossa própria tecnologia. Não dá para jogar plasma fora.

Também não dá para imaginar que só o setor público vá colher plasma, como hoje está na legislação, e vá ter plasma suficiente para a indústria. Precisa do auxílio do setor privado também, que tem um nível de alcance também grande no país, ou seja, a gente tem que olhar a população como um todo.

O próximo, por favor.

Isso já foi passado pelo Dr. Luiz.

O próximo.

Como eu já havia falado, a SBHH, que é a Sociedade Brasileira de Hemoterapia e Hematologia, hoje ABHH, da qual sou membro também, desde 1980 conseguiu, através de um esforço imenso, que a doação de sangue não fosse remunerada no país, e a gente continua se posicionando da mesma forma tanto para sangue total quanto para plasma. Não pode remunerar.

Com o desenvolvimento do complexo da saúde, que o Dr. Luiz falou, o que é que a gente vai ter? Vamos ter uma indústria nacional pública e privada, uma trabalhando junto com a outra, uma auxiliando a outra, em prol da população, gerando emprego, gerando tecnologia, gerando impostos, gerando postos de trabalho, independência do mercado externo.

Outra recomendação é que os postos de coleta de plasma sejam ligados a um hemocentro ou um serviço privado de hemoterapia, que não seja permitido abrir simplesmente empresa de posto de coleta de plasma, para depois pegar esse plasma aqui, mandar para o exterior para manufaturar e trazer para nós para vender por um preço altíssimo. Isso tem que ser exclusividade do mercado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Quais os medicamentos hoje produzidos, principalmente, pelo plasma? Concentrados de FVIII e FIX para hemofilia A e B – vale a pena lembrar que há muitos anos já o Estado brasileiro, através do Ministério da Saúde, fornece esses medicamentos para toda a população de hemofílicos do Brasil, comparável aos países mais avançados, com tratamento profilático desses pacientes, com expectativa e qualidade de vida igual a uma pessoa que não tem o defeito da coagulação.

Complexo pró-trombínico, principalmente em doenças do fígado.

Se a gente lembrar, a gente tem uma quantidade enorme desses pacientes no Brasil. Muitos deles vocês já ouviram falar que, na fase final, vão para transplante de fígado, mas, até chegar lá, eles precisam muito, porque o fígado é o nosso laboratório que produz a coagulação. Se você tem um fígado doente, você tem uma indústria dentro de você, um laboratório doente que não fabrica. Você precisa repor continuadamente.

Imunoglobulina já foi bem explicado.

E albumina, que é desnutrição grave, nós temos muito no nosso país, seja por falta de alimentação ou seja principalmente por doença crônica debilitante.

Próximo, por favor.

Ora, quais doenças a gente tem para as quais, no dia a dia, nós, como médicos, precisamos usar hemoderivados? Os hemofílicos, os pacientes de HIV com doença, as doenças crônicas, os desnutridos, os queimados, os renais crônicos, as cirurgias de grande porte, as doenças de fígado, as doenças neurológicas, os pacientes de UTI, os pacientes de câncer, as doenças imunossergitais e as adquiridas.

Aí você já vai ter um universo muito grande de pacientes. Se você imaginar que, se você não tiver essa medicação e que ela é tão efetiva, que vale a pena dar dois exemplos. De repente, um paciente vai ao médico e relata: doutor, eu estou deixando de enxergar. Esse paciente rapidamente, em poucos dias, em poucas semanas, vai se tornar cego por uma mielite, por uma inflamação do nervo ocular. A imunoglobulina evita essa doença, para essa doença e o paciente se recupera, não fica cego. Se não tiver, vai ficar cego.

A mesma coisa pode atingir a medula espinhal. Esse paciente vai ficar paraplégico.

Então, são medicamentos muito importantes, que às vezes significam uma vida, mas às vezes significam uma melhora substancial da qualidade de vida do indivíduo.

Próximo, por favor.

Então, hoje, como já foi falado, todos os bancos de sangue do país produzem plasma. Nós não podemos nos dar ao luxo de jogar qualquer unidade dessa fora. Hoje a gente não produz hemoderivado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, mas nós temos a esperança, a partir dessa PEC, de poder produzir hemoderivado no país. Não só através da Hemobrás, que daqui a pouco vai estar produzindo, mas através da iniciativa privada também, preferencialmente até, a gente diz, com parceria da Hemobrás.

Próximo.

Quando a gente compra tudo de fora, quando a gente não produz nada aqui, a gente tem uma grande evasão de divisas. Quando a gente produz aqui, a gente tem geração de emprego, a gente tem desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento industrial, maior acesso de medicamentos aos pacientes. Vocês viram na exposição anterior a quantidade de imunoglobulina que precisa.

Então, é bem provável que, nos próximos anos, a gente vá precisar continuar comprando muita coisa. Mas, com o passar do tempo, o amadurecimento da nossa indústria e o amadurecimento do nosso recrutamento de doadores e mostrando para as pessoas, como a gente mostra hoje para o doador de sangue total, a necessidade de ele também doar plasma...

Em muitos países da Europa, o plasma é doado não remunerado e eles têm bons programas. Não é proibido copiar coisas boas do mundo. A gente pode desenvolver em nosso país também e ter uma independência nesse quesito. Não é proibido copiar coisas boas do mundo que podemos desenvolver em nosso país também e termos uma independência nesse quesito.

Próximo.

Qual o risco? Às vezes as pessoas têm uma informação errada, "nossa, vão colher plasma, daí vai passar infecção." Não, o doador de plasma é tratado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TADEU DE ALMEIDA – ... exatamente igual ao doador de sangue total. Faz todos os exames. E além disso, esse plasma que é colhido, depois dos exames aprovados, vai para a indústria. Na indústria, ele sofre o que a gente chama de inativação viral. Ele é tratado para matar qualquer bicho que tenha lá dentro, ou seja, é seguro.

Outra coisa que é complexa no nosso país: todo mundo fala em doação não remunerada. A doação não é remunerada e nunca vai ser remunerada no nosso país. A transfusão é remunerada? Ela é remunerada, seja para o paciente do SUS – o próprio Governo paga –, seja da iniciativa privada – a operadora de saúde paga. Paga o quê? O sangue? Não. Paga os insumos, paga a infraestrutura, paga recursos humanos, paga todos os testes que são feitos.

Próximo.

Muito obrigado a todos. Está aí o meu contato. Estou livre para qualquer pergunta que tenham aqui ou posteriormente. O *e-mail* está aí. Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Bom, muito obrigada, Sr. Paulo.

Agora com a palavra o Sr. Antonio Edson de Souza Lucena, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás). Com a palavra, Sr. Antonio Edson.

O SR. ANTONIO EDSON DE SOUZA LUCENA (Para expor.) – Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de mostrar a Hemobrás e suas ações no sentido de fracionar o plano brasileiro.

Pode passar, por favor?

Essa é a nossa fábrica. Na realidade, nós temos aí duas fábricas. É um conjunto arquitetônico muito pujante, muito impressionante, porque nós temos aí duas fábricas de alta tecnologia. Certamente nós temos aí a fábrica, o complexo mais tecnológico da América Latina, porque são fábricas recentes, automatizadas no sistema de GMP, que a gente tem hoje como estado da arte. Então isso nos traz muito orgulho.

E mais orgulho ainda a gente tem de participar do Sinasan (Sistema Nacional de Sangue), porque isso foi uma luta de muitos anos para a gente estruturar uma empresa como essa. Quando dizem: "Ah, a Hemobrás está atrasada". A Hemobrás está atrasada, sim, mas nós estamos nos atualizando a cada minuto. Ela vai sair com o que nós temos de mais tecnológico e mais seguro no mercado farmacêutico para a indústria de biológicos.

Convido os Srs. Senadores para conhecer. Vamos ter lá uma diligência, vai ser muito importante, porque aqui nós vamos falar do real. Aquilo é real, e o que nós estamos fazendo hoje é real e está impactando já, para melhorar a vida dos pacientes. O depoimento da Juçaira foi importantíssimo, impactante, e a gente já está trabalhando para isso, para que ela não se sinta, eles não se sintam ameaçados em sua existência.

Por favor, próximo. Na nossa transferência de tecnologia, nós temos sete medicamentos. Seis são hemoderivados, e um do fator VIII recombinante. Temos uma fábrica multipropósito em que é possível ter outras tecnologias e as empresas já estão nos procurando para discutir oportunidade de trazer outros medicamentos para o SUS. É uma coisa boa, que mostra já que a Hemobrás está se posicionando no mundo.

Por favor, pode passar.

Nós temos ali uma fábrica que será inaugurada este ano. É a fábrica do fator VIII recombinante, numa parceria com a Takeda. Ela está praticamente pronta. Nós vamos fazer essa inauguração e vamos iniciar o processo de validação farmacêutica. Ao lado, a gente vê a fábrica dos hemoderivados, onde a produção nacional está prevista para 2025.

Por favor, pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua capacidade máxima, de fato, nós temos aí o atendimento atual da demanda do SUS. Esses números que a gente ouve e já ouvi aqui... Muitos números a gente vê que não têm convergência. São números que oscilam em função de uma análise. Mas ali nós temos um percentual que fala do atendimento da demanda que nós temos hoje, e a demanda que é real. E a nossa fábrica é de imediato expansível a 650 mil litros, e ainda ampliável em módulos. Exemplo: a gente está preparado para purificar até 6 toneladas de imunoglobulina. A gente precisaria, se fosse o caso, implantar uma melhoria na área de *upstream*, que é o início da produção, e a gente vai fazer isso quando for necessário.

Pode passar. Pode passar, por favor.

Vamos entrar no assunto do plasma em si. Em relação à motivação da PEC, a Hemobrás se posiciona drasticamente contrária, porque a justificativa para a PEC era o desperdício de plasma, de cerca de 150 mil litros por ano, e a gente não tem mais isso hoje. O plasma brasileiro... A Portaria 1.710, de julho de 2022, trouxe a gestão de plasma de volta para a Hemobrás. Essa gestão, durante quatro anos, estava a cargo do Ministério da Saúde e passou para a Hemobrás. Imediatamente, nós buscamos contratar um fracionador de plasma, e temos um contrato hoje bem abrangente, que nos permite ter o beneficiamento do plasma até a nossa fábrica ser finalizada.

Faço um apelo aqui ao Dr. Tadeu, também à ABBS, para que contribuam com o nosso programa. Enquanto a gente discute todas essas tratativas aqui, por que não aproveitar o plasma da iniciativa privada aqui nesse programa, que já está rodando? A gente já está coletando plasma, já está entregando produto para o ministério. Se tivesse mais plasma, a gente poderia estar diminuindo esse risco das pessoas que têm as imunodeficiências. Seria muito bom. A gente ouve tanto falar em parceria. Era bom a gente começar de imediato. Nada nos impediria de fazer isso. Se o regramento depois mudar, que mude para melhor.

Pode passar, por favor.

Esse é o cenário que a gente tem de plasma industrial, para uso farmacêutico, e o plasma que a gente precisa qualificar.

Hoje temos 200 mil litros que podem ir para a indústria e temos outros 400 mil litros que poderiam ser tratados. Isso em mercado público, na área pública. Se a gente botar o privado aí, a gente pode, no mínimo, chegar a 300 mil litros de imediato, e isso atrairia mais aí cerca de 100 mil frascos para entregar ao SUS da imunoglobulina.

Pode passar, por favor.

O início da qualificação – da qualificação do plasma – para se transformar em um fornecedor dessa matéria-prima ao hemocentro é algo extremamente complexo: a gente tem que ir ao hemocentro e fazer a validação de toda essa cadeia, desde a coleta do doador aos testes que se fazem, ao processamento, às suas validações, à estocagem, ao sistema informatizado. Antes, quando a gente falava assim: "Ah, vamos mudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso aí, muda esse regramento, e logo, logo a gente vai ter plasma"... Não é assim, gente! A indústria, principalmente a indústria internacional, requer demandas de GMP que são extremamente complexas. A Hemobrás está fazendo isso numa velocidade impressionante.

Pode passar, por favor.

Nós temos aí já 16 estados em que os hemocentros coordenadores já foram auditados – temos 32 auditados – e 8 estados em que já entramos na interiorização, ou seja, na malha dos hemocentros. Essa velocidade de resposta está sendo fantástica. Hoje a gente tem 52 centros que já foram auditados pela Hemobrás e que hoje estão aptos a entregar plasma para a indústria processar. E aí, quando a gente fala isso, a gente estressa o sistema de forma que... Aquilo que tem ali é seguro. Quando a gente toma um medicamento desses, quando toma um sangue daquele ali, a gente não fica preocupado: "Será que esse doador que veio aqui está apto mesmo? Será que... Tá, tem os testes, mas será que ele está tranquilo?". Bom, enfim, isso aí é o que a gente tem de mais seguro para a gente ter um plasma e um medicamento de qualidade.

Pode passar, por favor. Pode passar.

São os resultados...

Pode passar.

Pronto. Aqui é a nossa projeção de fracionamento para este ano. Este ano ainda vamos mandar 150 mil litros de plasma para o exterior, e isso vai aumentando gradativamente até o final do contrato. Ali a gente vê que, em meados de 2025, 2026, a gente vai ter que também compartilhar um pouco de plasma com a produção nacional. Então, não tem risco nesse momento de a gente ter um desabastecimento. A indústria vai começar paulatinamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO EDSON DE SOUZA LUCENA – ... enquanto a gente continua com o nosso fracionamento no exterior. E aí, mais uma vez, reforço: se a iniciativa privada quiser nos ajudar nisso daí, como diz até a própria Lei do Sangue, a gente pode aumentar de imediato essa captação.

Então, pode passar, por favor.

A melhoria na Hemorrede. Isso, sim, é uma discussão importantíssima que a gente tem que fazer. A Hemorrede precisa de uma estrutura melhor para acondicionar o seu plasma, precisa de muito sistema informatizado, qualificação do processo – com isso a Hemobrás já trabalha diretamente – e pessoal adequado. A gente sabe que tem muita vulnerabilidade com as trocas de governo, etc. A gente tem que tornar isso uma bandeira que não volte atrás.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para finalizar, nessa questão de plasmaferese remunerada, quando se fala que temos que modernizar o marco regulatório, deem uma olhada nesses vídeos. Vocês vão ver o submundo da venda de plasma nos Estados Unidos. Infelizmente, é uma coisa pesada de se ver, mas vale a pena, para os Senadores que estão para decidir isso, conhecer esse mundo paralelo, que é a venda de plasma.

Obrigado.

O SR. PAULO TADEU DE ALMEIDA – Só uma declaração: a ABBS está pronta para conversar, nós não temos nenhum problema. Nós somos partícipes do mesmo problema de ajudar o país. A gente tem que achar soluções dentro do nosso país para o nosso país, a gente tem que ter a máxima independência, senão total, mas pelo menos a máxima independência. Temos o maior prazer em conversar, sem dúvida alguma.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Antonio Edson.

Nossa! A gente vê aqui na nossa audiência que fica muito claro que todos nós defendemos a autonomia para produção de hemoderivados, mas eu ainda não consegui ouvir uma resposta dos pesquisadores, por exemplo, da USP, da Universidade do Paraná, sobre o que a sociedade ganharia com essa coleta remunerada de plasma, de sangue, e o que eles fariam com o desperdício de plasma atual. Esses dados não foram já apresentados para a gente? A doação é algo tão importante... Por que esse plasma se perdeu? Cadê a iniciativa privada nesse momento, na hora de a gente conseguir evitar o desperdício?

O SR. PAULO TADEU DE ALMEIDA (Para expor.) – Eu vou responder, Senadora. A iniciativa privada estava alijada neste momento, porque, veja, a senhora muito bem falou que é livre a iniciativa privada, a fábrica no Brasil, mas a fábrica no Brasil não podia captar o plasma em nenhum lugar, é proibido por lei, nas leis infraconstitucionais. E até então, até 2020, a Hemobrás também não estava recebendo plasma de lugar nenhum, porque não tinha para onde mandar, tanto que foram jogadas fora – já foi mostrado –, em média, 2 milhões de bolsas ao ano. Hoje, como Dr. Lucena, aqui presente, está acenando para a gente a possibilidade de um trabalho em conjunto, lógico que a gente está junto com a Hemobrás, porque a gente sempre defendeu o papel da Hemobrás neste país.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente Mara.

Só para deixar claro que os palestrantes, quando forem acionados com perguntas, é que têm o direito de questionar, inclusive, expositores, porque somos nós Senadores que vamos perguntar. Nenhum dos expositores pode debater com os outros expositores. A gente ouve e, depois... Não é, Mara? Só para lembrar isso aí. À distância fica mais difícil, mas vamos continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Agora, eu queria passar a palavra para a Sra. Luciana Maria de Barros Carlos. Ela é Diretora-Geral do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce).

Bem-vinda, Sra. Luciana.

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Obrigada a todos e todas que estão presentes aqui. É uma honra estar aqui falando em nome da Hemorrede Nacional.

Embora o assunto seja um assunto que nos traz grande preocupação, eu gostaria de lembrar a todos que a Hemorrede Pública Nacional é formada por hemocentros que são serviços públicos; não existem hemocentros privados. São serviços públicos com a competência de atendimento à necessidade de transfusão e à necessidade de coleta para autossuficiência do Brasil em uma determinada região. Então, os hemocentros têm uma responsabilidade de cobertura. E nós temos 32 redes de hemocentros hoje no país.

Então, os hemocentros têm uma responsabilidade de cobertura. Nós temos 32 redes de hemocentros hoje no país, e eu gostaria de nomeá-las para que os senhores reconheçam as suas redes. Então, nós temos o Hemoal; o Hemoba; o Hemoce, que eu estou representando diretamente, que é o segundo hemocentro do país; o Hemomar, no Maranhão; o Hemoiba, na Paraíba; o Hemope, que foi onde nasceu a rede de hemocentros do país; Hemopi, no Piauí; Hemonorte; Hemoce; Hemoacre; Hemoam; Hemoap; Hemoba; Hemeron; Hemoraima; Hemoto, em Tocantins; Fundação Hemocentro de Brasília; Hemogo, em Goiás; Hemosul, no Mato Grosso do Sul; MT-Hemocentro, no Mato Grosso; Hemoes, Espírito Santo; Hemominas; Hemorio; Fundação Pró-Sangue e Hemocentro, de São Paulo; Hemocentro da Unicamp; Hemocentro de Botucatu; Hemocentro de Marília; Hemocentro de Ribeirão Preto; Hemocentro de São José do Rio Preto; Hemocentro do Paraná, Hemepar; Hemorgs, no Rio Grande do Sul; e Hemosc, em Santa Catarina.

Então, o Brasil inteiro está representado, o Brasil inteiro faz parte dessa rede. E 28 desses serviços, em dois dias de mobilização, conseguiram assinar o documento de que a Senadora falou, tentando mostrar para os Srs. Senadores a nossa preocupação com respeito à alteração da Constituição Federal.

Há 50 anos, o Brasil, a sociedade brasileira optou por abolir a remuneração de sangue, da doação de sangue e de plasma humano no país. Não havia uma determinação governamental. Foi uma iniciativa da própria sociedade brasileira ao deparar com a possibilidade de pessoas serem usadas como matéria-prima, como fonte de matéria-prima para a produção de qualquer coisa que seja.

Hoje é muito triste a gente voltar a discutir esse assunto. Nesta semana nós comemoramos o Dia Mundial da Hemofilia. Foram esses pacientes, o grupo de pacientes que foi atingido frontalmente, na década de 80, pela transmissão do HIV a partir das transfusões e a partir desse plasma que era coletado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que dava origem a hemoderivados que foram fonte de contaminação. Vários hemofílicos, dos quais conheci alguns, morreram em função disso ou tiveram seus entes queridos adoecidos em função disso. Então, o HIV nos mostrou frontalmente, claramente o risco que nós corríamos ao menosprezar a possibilidade de a transfusão de sangue, de hemoderivados causar adoecimento.

A partir desse momento, foi forjada então a principal diretriz da nossa Política Nacional de Sangue, que é a doação voluntária anônima, altruísta e não remunerada, seguindo orientações da Organização Mundial da Saúde, que ainda são válidas hoje, aceitas e recomendadas por várias instituições internacionais.

Então, eu queria só colocar que nós não estamos falando de algo que não conhecemos, estamos falando de algo que sentimos concretamente na pele. E, à época, a discussão era: "Quando vocês abandonarem a remuneração dos doadores, vai faltar sangue e os pacientes morrerão". Engraçado, não aconteceu isso – engraçado, não; claramente não aconteceu isso. Nós somos testemunhas, os nossos serviços são testemunhas vivas de que a solidariedade é real, possível, e que as pessoas, sim, respondem às solicitações de doações de sangue não apenas para seus entes queridos e parentes, mas para qualquer pessoa, até pessoas que eles não conhecem.

Eu posso falar de uma forma muito clara, porque, no meu estado, no Estado do Ceará, a partir do ano de 2003, nós invertemos a curva de doações: mais doações de reposição, que é aquela que você vai doar para quem você conhece, e doações voluntárias espontâneas. Então, a partir de 2003, nós começamos a ter mais doadores espontâneos. E, em 2022, 98,5% dos doadores da hemorrede pública do Estado do Ceará são doadores espontâneos, que não estão doando sangue para quem eles conhecem ou para quem lhes solicitou pessoalmente; eles doam sangue para todas as pessoas, todos os pacientes que precisem de transfusão no Estado do Ceará. E nós atendemos 100% do SUS, atendemos também leitos privados e fazemos a cobertura de mais de 90% dos leitos hospitalares do estado. Todo esse atendimento é feito a partir desses doadores voluntários espontâneos. Então, nós podemos testemunhar concretamente que a doação voluntária, anônima, altruísta, não remunerada, espontânea é possível, sim. E ela não compromete os estoques. O Ministério da Saúde recomenda que o serviço de hemoterapia tenha 3 dias de autonomia do estoque; nós temos, a partir de 2007, 7,7 dias e, hoje, 12,2 dias, com essa doação não remunerada e altruísta.

Eu aí eu queria entrar no plasma. O plasma é obtido – agradeço ao Professor que falou anteriormente – a partir do sangue total. Ele corresponde a 50% mais ou menos da bolsa de sangue total de que o doador faz a doação, só que ele pode ser congelado e é válido por dois anos. Então, a quantidade de plasma que a gente precisa para transfusão é muito pequena. Como ele tem uma vida muito longa, a gente tem plasma excedente, que pode ser utilizado para produção de hemoderivados.

Podemos coletar apenas plasma? Sim. Existe tecnologia que a gente usa muito hoje para coleta de plaquetas, que só duram cinco dias, e isso é mais complicado. Existe uma tecnologia chamada plasmaférese, em que nós podemos coletar apenas o plasma. Qual a vantagem? Quando o doador doa para o plasmaférese,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele não perde ferro, que está nas hemácias e que ele perdeu no sangue total, e, então, ele pode fazer mais doações. Em vez de fazer somente doações a cada dois meses, quatro doações por ano – os homens –, e doações a cada 90 dias, três vezes por ano – as mulheres –, porque perde ferro, esse doador pode doar bem mais. Na nossa legislação atualmente, esse doador poderia doar doze vezes, não ultrapassando esse número máximo de doação ao ano, porque não perde ferro. E aí a gente teria uma possibilidade, sim, de aumentar a nossa coleta de plasma.

Não é da coleta de plasma que nós falamos, não é com a coleta de plasma que nós estamos preocupados. Nós queremos coletar plasma para a Hemobrás, a hemorrede está pronta para fazer isso. Nós já conversamos com o Presidente da Hemobrás, já conversamos com o Ministério da Saúde, com a Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados e com o pessoal da Anvisa também. Nós estamos querendo fazer isso. Nós temos tecnologia e *know-how* para fazer isso. Eu me sinto muito à vontade para falar, porque o Hemoce foi o primeiro serviço fora do eixo Rio-São Paulo a montar um serviço de aférese. Nós temos aférese hoje para plaquetas em Fortaleza, em Sobral e em Crato. Então, não é uma coisa que acontece somente na capital do estado. Coletamos apenas plaquetas, mas queremos coletar plasma, sim. E não é uma vontade ou uma decisão apenas do Ceará; outros hemocentros do país, a Fundação Pró-Sangue e a Fundação Hemominas têm essa tecnologia, têm disponibilidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS – Eu ouvi aqui que a gente poderia ter uma diminuição da doação de sangue total com a doação de plasma. Não é isso que nós pensamos. O que nós achamos é que nós teríamos uma concorrência desleal em remunerar o plasma. Então, o problema que nós vemos é que a doação de plasma não precisa ser remunerada. A nossa legislação prevê a possibilidade de autossuficiência, e a nossa rede existe e não está sendo utilizada em sua total capacidade. Nós queremos coletar mais e dar à Hemobrás a possibilidade de disponibilizar mais hemoderivados para os nossos pacientes. E o que nós queremos é que o plasma brasileiro seja utilizado para os pacientes brasileiros.

Então, é essa a nossa posição. Eu fico à disposição para perguntas.

Eu tenho mais um segundinho? Eu queria lembrar...

Tenho mais um segundinho? Acabou o tempo?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Tem.

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS – Eu queria lembrar do Chico Buarque. O Chico Buarque, em 1976, compôs Vai Trabalhar, Vagabundo. E aí ele dizia:

> Passa o domingo no mangue
> Segunda-feira vazia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ganha no banco de sangue
Pra mais um dia

É essa a realidade que a gente tinha, é para ela que nós não queremos voltar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sra. Luciana, pela exposição.

Agora eu gostaria de chamar o Helder Melo, que é o Secretário de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Sr. Helder, com a palavra.

O SR. HELDER MELO (Para expor.) – Bom dia!

Agradecemos a oportunidade de estar representando a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Nós temos uma apresentação.

O nosso objetivo é apresentar alguns aspectos relacionados ao andamento da política de sangue, o momento atual da política de sangue, corroborando com boa parte daquilo que foi discutido aqui.

Por favor, próximo.

Nós temos um arcabouço legal que é baseado no §4º do art. 199, da Constituição Federal, do qual decorre toda a regulamentação da Política de Sangue, a Lei 10.205, bem como seus regulamentos técnicos, inclusive a parte que já trabalha a produção de hemoderivados. O art. 200 da Constituição também trata da participação do SUS no Complexo Industrial da Saúde, e a Hemobrás é criada dentro desse contexto, para servir ao Sinasan, trabalhar como parte do Sistema Nacional de Sangue, atuando também dentro do Complexo Industrial da Saúde.

Próximo, por favor.

A política de sangue é um conjunto de diretrizes que vão disciplinar essas atividades hemoterápicas de forma geral em todo o país, tanto para o setor público quanto para o setor privado. A finalidade descrita na lei é exatamente garantir a autossuficiência do país em sangue e hemoderivados, por meio das ações que são promovidas pelos serviços de hemoterapia, mas também pela própria produção de hemoderivados a partir de uma indústria nacional – o que já era previsto desde 1965, quando foi criada a primeira Política Nacional de Sangue.

Os nossos princípios fundamentais são: o acesso universal; a doação voluntária altruísta, não remunerada; a segurança transfusional para o receptor; a segurança do doador; a qualidade do sangue; e a educação em saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazem parte do Sistema Nacional de Sangue os serviços de hemoterapia que executam as atividades hemoterápicas, representada aqui pela Dra. Luciana, e os centros de produção de hemoderivados, que são responsáveis pela produção do hemoderivado, e, no caso, hoje nós temos previsto em lei apenas a Hemobrás como parte dessa estrutura.

O próximo, por favor.

Nós temos, hoje, 3,158 milhões de doações que foram realizadas no ano de 2022 e um total de transfusões de 2,981 milhões. Nós não temos relatos de falta de hemocomponentes de forma sistêmica, de maneira que hoje nós podemos atender a toda a assistência hemoterápica do país.

Próximo.

São 2 mil serviços de hemoterapia, entre eles agências transfusionais, e cerca de 15% a 20% deles trabalham com alguma parte da produção de hemocomponentes. Temos, dos 3 milhões de doações, um potencial de produção de 600 mil litros de plasma a partir do sangue total que é coletado. Desse total, temos o potencial de 500 mil litros de plasma, que são excedentes do uso transfusional, que não são utilizados em transfusão. Esse número já foi apresentado pela Hemobrás. Hoje temos mais de 30 serviços de hemoterapia certificados como fornecedores para uso desse potencial, e há uma estimativa de oferta no ano de 2022 de cem mil litros de plasma – a Hemobrás já apresentou dados mais atualizados –, o que demonstra para nós a necessidade de um aproveitamento dessa matéria-prima por meio da qualificação do serviço. Hoje, desses 30 serviços que estão certificados, existem trabalhos técnicos que são realizados e que mostram, como já foi dito aqui, a qualidade do produto que é fornecido. Mas há a necessidade de ajustes em determinados serviços, que são trabalhados pelo Ministério da Saúde em parceria com a Hemobrás para aproveitar o máximo desse potencial.

Próximo.

A Política Nacional de Sangue vem, então, regulamentando atividades do Sistema Nacional de Sangue e, como já foi posto aqui também, a Portaria 1.710, de 2020, regulamenta especificamente o fornecimento de plasma para a Hemobrás. É determinado pela lei que todos os serviços de hemoterapia transfiram para o centro governamental as quantidades de plasma excedentes, vedando a exportação desse plasma para uso no exterior. A Hemobrás é, então, o centro governamental definido pela legislação para promover o fracionamento do plasma brasileiro e a produção de hemoderivados, com o objetivo de atingir a autossuficiência do país também nesse setor, principalmente a redução da dependência internacional de hemoderivados. Esse é um assunto de segurança nacional. É importante para nós que utilizemos a nossa matéria-prima para atender à necessidade de nossos pacientes, o que também já foi visto aqui.

O atingimento dessa autossuficiência depende desta produção nacional, da ampliação desta produção, até o esgotamento da nossa necessidade, quando então os hemoderivados podem, inclusive, abastecer outros países. Esse é o objetivo da Política Nacional de Sangue. Esse é o objetivo que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecido desde a Constituição de 1998, e desde a década de 80 pela estruturação da hemorrede, como já foi posto aqui.

O potencial da rede de serviços vem sendo... Esse potencial de fornecimento de plasma vem sido aproveitado pela Hemobrás a partir do ano de 2022, quando a Hemobrás reestruturou suas parcerias para promoção da produção de hemoderivados. Houve, então, a melhoria da qualificação e da certificação dos serviços de hemoterapia. Começamos no primeiro ano com 15 serviços, já são 30 e vai avançar cada vez mais.

Ocorre a ampliação do fornecimento de matéria-prima a partir do plasma excedente do uso transfusional, oriundo de doações não remuneradas – já foi posto aqui, é algo em torno de 200 mil litros previstos para o ano de 2023.

A lei prevê que a plasmaférese seja realizada como atividade exclusiva do setor público, a partir de norma específica a ser editada, com potencial a ser explorado apenas a partir do esgotamento do plasma que é oferecido pelo serviço de hemoterapia.

Esgotado esse potencial de produção a partir do sangue total que é coletado, nós podemos, então, pensar na plasmaférese para abastecer a Hemobrás ou em outras iniciativas que venham a ser propostas.

Próximo.

Próximo, por favor.

Essa é apenas a estrutura que já foi mostrada. O serviço de hemoterapia produz os hemocomponentes, o plasma é, então, encaminhado à Hemobrás e ela o retorna em produtos hemoderivados. A maior parte da atividade da Hemorrede hoje pretende atender a assistência à saúde dentro do SUS e também na iniciativa privada.

Próximo.

Especificamente sobre a produção de hemoderivados, o plasma é fornecido, então, para a Hemobrás. Hoje nós já temos 180 mil litros – dados que foram passados pelo Ministério da Saúde – que já foram autorizados para exportação temporária, com vistas à produção de hemoderivados, que retornam integralmente para atenção aos pacientes no Brasil.

A Hemobrás tem, hoje, um contrato vigente com o Ministério da Saúde na ordem de 105 mil litros, já em discussão – em fase de finalização – um contrato de 50 mil litros e outro, já em planejamento para o ano de 2023 e 2024, de 150 mil litros, ou seja, há um movimento no sentido de utilizar esse potencial brasileiro para produção de hemoderivados, que são recebidos pelo Ministério da Saúde e distribuídos novamente à rede assistencial.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Saúde, então, tem hoje uma regulamentação técnica funcional, há obtenção da produção de hemoderivados a partir do regulamento que hoje existe. Busca-se, com isso, a autossuficiência nessa via de produção nacional e a redução da dependência internacional.

A rede de serviços teve o retorno do fornecimento do plasma para uso industrial, o que retroalimenta o próprio sistema, promovendo a melhoria do próprio serviço, e essa melhoria não é apenas para a produção de hemoderivado, ela redunda na melhoria da assistência à saúde como um todo – uma ação pública que retroalimenta o sistema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELDER MELO – Hoje, nós temos esses quantitativos de hemoderivados que são fornecidos, já, pela Hemobrás. A nossa demanda de imunoglobulina é em torno de 3 milhões de gramas – o que já foi apresentado aqui. E, hoje, a Hemobrás tem atendido com aquele pequeno quantitativo nosso – com 100 mil litros de plasma, já temos atendido a essa demanda parcialmente, com um grande potencial de crescimento.

Próximo, por favor.

Próximo.

Especificamente em relação à PEC, nós percebemos um risco de desestruturação dessa política que hoje funciona, que tem dado seus resultados, e um desalinhamento das estratégias da Opas e da OMS para a promoção da doação voluntária altruísta.

Há um risco à segurança transfusional, o que já foi posto aqui. Desde 1980, o país não utiliza desse tipo de doação remunerada, trazendo alguns resultados muito positivos para nós. E há o risco de desabastecimento pela concorrência desleal e o risco à segurança nacional, uma vez que não há garantia de que esses hemoderivados, uma vez fornecidos ao comércio internacional, possam retornar para atenção à saúde da população.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Helder Melo.

Agora, eu quero passar a Presidência para o Presidente Humberto Costa, que vai continuar a nossa audiência – e também assinou o requerimento – de forma presencial. Eu sigo aqui de forma remota.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra, agora, o Sr. Leonardo Moura Vilela, assessor parlamentar, representante do Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Secretários de Saúde, para sua exposição por dez minutos, com a devida tolerância. Com a palavra V. Sa.

O SR. LEONARDO MOURA VILELA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa. Cumprimento as Exmas. Senadoras da República e a todos os Parlamentares que nos acompanham nesta audiência pública sobre a PEC 10.

Eu represento, neste momento, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), uma entidade criada em 1982 e que reúne os 27 secretários dos estados e do Distrito Federal. Juntamente com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e o Ministério da Saúde, nós integramos a gestão tripartite do SUS, que já mostrou, por diversas vezes, principalmente nessa recente pandemia, o seu valor para a população brasileira.

Quero louvar aqui a iniciativa do Senado Federal, por acreditar ser extremamente relevante e oportuna, de abrir a discussão da PEC 10 com a sociedade brasileira. Como gestores do sistema público de saúde, nós vemos com extrema preocupação alguns pontos que a referida proposição legislativa pretende alterar na lei do sangue no país.

O primeiro ponto que gostaríamos de ressaltar é a previsão do retorno da remuneração aos doadores de sangue. Já foi dito aqui, com muita propriedade por vários daqueles que me antecederam, dos riscos que isso traz e dos malefícios que causou ao país num passado ainda recente. Portanto, vemos com extrema preocupação esse fato, que é um grande retrocesso, do ponto de vista ético e sanitário, retornando a uma prática pré-SUS que vigorou antes da Constituição de 1988.

Da mesma forma, a comercialização do sangue, que é um tecido do corpo humano, e dos seus derivados deve ser vista no mesmo patamar da comercialização de órgãos, como rins, coração, fígado, córneas e outros, que a grande maioria da sociedade brasileira considera inadmissível.

Outra questão é a dependência de medicamentos, insumos estratégicos, produzidos em outros países. A pandemia da covid-19 nos alertou para a necessidade de perseguirmos a autossuficiência, pois tais produtos são de difícil acesso em crises mundiais, como pandemias, guerras, catástrofes naturais. Nós vivenciamos isso na pandemia: faltou medicamento, faltou ventilador, faltou avental, faltou máscara cirúrgica, em detrimento da população. Quantas pessoas morreram ou tiveram a sua saúde agravada pela falta desses insumos estratégicos? E não nos enganemos: numa crise mundial, vai faltar imunoglobulina no Brasil, sim; a prioridade vai ser para os países produtores, para os Estados Unidos, para a Índia, para a China. Então, mesmo que seja com o plasma brasileiro, não vamos nos iludir. Nós temos de procurar a autossuficiência, temos de procurar a tecnologia nacional, a tecnologia brasileira, para que nós não estejamos sujeitos a esses percalços.

Por ser estratégico, urge a reconstrução do complexo econômico e industrial da saúde. E parte dessa iniciativa nos leva à Hemobrás (Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia), um vultoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento na construção de duas fábricas, que foi estrategicamente começado em 2004, quando o Senador Humberto Costa era Ministro da Saúde, de forma estratégica e inteligente, para a produção de hemoderivados (fator VIII, fator IX, albumina, imunoglobulina e outros; e outra de fator VIII recombinante, através de engenharia genética), o que nos garantirá autonomia nesses produtos e que poderá produzir outros medicamentos de alta tecnologia em muito pouco tempo. O Presidente Antonio Edson, da Hemobrás, já nos mostrou isso anteriormente. As fábricas estão em final de construção, serão inauguradas em breve. A fábrica de fator VIII está prevista para ser inaugurada em outubro.

Atualmente, a Hemobrás já recolhe, ou caminha para recolher, plasma de 52 hemocentros públicos. A situação de desperdício de plasma, no país, é completamente diferente da que nós tínhamos em 2020 ou 2021, é uma outra realidade. As estatísticas, hoje, são outras. Deve-se completar, neste ano de 2023, 150 mil litros de plasma, que serão transformados em imunoglobulina, fatores de coagulação e outros imunoderivados para o uso dos brasileiros, público e gratuito, através do nosso Sistema Único de Saúde (SUS).

É importante dizer, também, que, em 2022, a Hemobrás teve um lucro de R$190 milhões. Isso permitiu reverter todo o prejuízo acumulado, desde a sua geração, a sua criação, gerou recursos para a constituição da reserva financeira legal, para o investimento na expansão das suas atividades e ainda gerou dividendos para o Tesouro Nacional. Portanto, é um patrimônio nacional que todos nós, brasileiros, devemos proteger e do qual devemos nos orgulhar.

Em poucos anos, a Hemobrás terá a capacidade de fracionar 500 mil litros de plasma por ano. É praticamente todo o plasma industrial que o Brasil é capaz de produzir hoje. E é um enorme desafio conseguir, hoje, essa qualidade de plasma. É necessário, como já disse aqui o Antonio Edson, qualificar os hemocentros, adequar a sua capacidade de testagem de sangue, o treinamento do pessoal envolvido, a capacidade de armazenagem em câmaras frias, a logística de recolhimento do plasma, o investimento em sistemas informatizados, enfim. Neste momento, então, nós teremos o aproveitamento, como já disse anteriormente, de praticamente todo o plasma produzido no Brasil e o abastecimento pleno, ou quase pleno, do SUS, com medicamentos produzidos no Brasil com tecnologia brasileira.

Diante do exposto, afirmo que a PEC 10, de 2022, ao permitir a comercialização do plasma, compromete todo o esforço de independência tecnológica em hemoderivados, deixa o país vulnerável e dependente. E não foi isso que o Parlamento buscou com a criação do Sistema Único de Saúde nem com as leis que regularam o setor de sangue e hemoderivados.

Na visão do Conass, a PEC 10, de 2022, é nociva ao SUS e aos brasileiros.

Pela autonomia do Brasil e em defesa do SUS e do povo brasileiro, o Conass solicita, encarecidamente, aos nobres Senadores e Senadoras da República a rejeição dessa proposta de emenda à Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Leonardo.

Em seguida, eu concedo a palavra, pelo mesmo período de dez minutos, ao Sr. Eduardo Maércio Fróes, Conselheiro Nacional de Saúde, representante do Conselho Nacional de Saúde, para sua exposição por dez minutos.

O SR. EDUARDO MAÉRCIO FRÓES (Para expor.) – Muito bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando a Senadora Mara Gabrilli, na pessoa de quem eu cumprimento toda a mesa e todos aqui participantes.

A Senadora Mara é uma batalhadora, junto conosco, na luta por acesso e dignidade de nós pacientes.

Eu sou Eduardo Fróes, aqui representando o Conselho Nacional de Saúde, mas também paciente de talassemia major e usuário de sangue há 43 anos.

Então, eu peguei esse período tenebroso em que existia a comercialização do sangue e isso nos traz também, Senadora e Senador Humberto, um profundo pesar de que, nessa altura do campeonato, nós estejamos aqui discutindo a volta de remuneração de hemoderivados, porque o plasma é sangue. Até que se prove o contrário, o plasma é sangue.

Então, eu gostaria de fazer uma proposta: que, em vez de a gente discutir esse retrocesso na Política Nacional de Sangue, na defesa do nosso Sistema Único de Saúde, a gente pudesse se sentar a uma mesa e discutir a autonomia da Hemobrás, a autonomia do nosso país, porque nós só teremos um país autônomo, forte, digno quando a gente conseguir sanar os problemas e as demandas existentes na saúde do país, e não com políticas retrógradas, arcaicas, que trazem riscos iminentes para todos nós.

Hoje se comercializa essa proposta do plasma, mas, amanhã, podem ser outras propostas mais que nós pacientes não desejamos ter novamente, assombrando a todos nós. E aí pode-se ter esse discurso de que hoje o cenário é outro do dos anos 70 e 80, quando houve o auge da pandemia de HIV, mas, ainda assim, nós sofremos consequências e problemas na questão da segurança transfusional. E essa PEC abre um precedente enorme para que isso volte a assombrar todos nós pacientes que usamos hemocomponentes no país.

Então, aqui, eu gostaria de, realmente, mostrar a nossa indignação enquanto pacientes, muitos usuários do SUS, e, ao mesmo tempo, prestar minha solidariedade à paciente Juçaira, porque nós, também, Juçaira, sofremos com problemas de sangue ainda no nosso país, principalmente os pacientes de sangue raro. Nós temos pacientes que precisam fazer transfusões de três concentrados de hemácia a cada 15, 20 dias, e isso não é cumprido, porque não se tem acesso a esse sangue raro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas questões é que deveriam ser discutidas: como nós vamos sanar esses problemas; como a Hemobrás pode auxiliar a nós, pacientes, nesses gargalos existenciais do nosso país, e não só a política do sangue, mas a política de acesso a medicamentos, principalmente para pacientes com doenças raras.

Então, são coisas que precisam ser postas e colocadas aos nobres Senadores, porque há coisas mais pertinentes que precisam ser discutidas, para que a gente saia dessa inércia na qual nós estamos, e não de entregar uma coisa de mão beijada, para que os entes privados possam comercializar.

E lembrando que nós temos hoje, no nosso país, segundo os dados do IBGE, uma população que vive em extrema pobreza: são 17,9 milhões de brasileiros que vivem na extrema pobreza! Então, é desse povo que nós vamos nos utilizar para poder ter acesso a plasma? É sobre a fome, é sobre a desgraça do outro que nós vamos remunerar, para que ele possa ter acesso ao seu pão de cada dia? Eu não acho isso nada digno e nada bonito.

Então, a nossa proposta é de fortalecimento da Hemobrás, é de que possamos sentar à mesma mesa, dialogar, fazer do SUS um sistema único forte, robusto como ele o é, mostrando para outros países que nós temos, sim, autossuficiência, principalmente do plasma e de outros hemoderivados. É assim que nós iremos construir uma nação forte. Nós não podemos voltar ao passado, seja nessa política do sangue, seja em outras coisas que possam vir a ser propostas posteriormente.

A nossa bandeira é para a autonomia do nosso país. Só seremos um país sério e digno quando ofertarmos ao nosso povo aquilo de que ele mais precisa, e isso perpassa o Sistema Único de Saúde.

A pandemia nos mostrou o quanto o SUS é importante e o quanto o SUS é caro para o povo brasileiro. Se não fosse o SUS, nós teríamos uma catástrofe muito maior do que a que atingiu o nosso país e principalmente a nós também, pacientes de doenças raras, crônicas.

Então, eu gostaria de enaltecer o SUS, fortalecer o SUS e dialogar com todas as autoridades do nosso país sobre o que nós, enquanto sociedade civil organizada, podemos fazer para este fortalecimento, para garantir a soberania de saúde para o povo brasileiro. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Sa., Dr. Eduardo Maércio Fróes, representando aqui o Conselho Nacional de Saúde.

De imediato, eu concedo a palavra aos requerentes desta audiência pública, não sem antes fazer aqui uma leitura das perguntas, opiniões, comentários que foram dirigidos a esta audiência pela população, por meio do e-Cidadania.

Natalícia Azevedo, do Ceará: "Estabelecer coleta de plasma com doação remunerada requer uma política muito definida em relação aos critérios. Como isso será fiscalizado?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Júlia de Souza, do Ceará: "O que se quer da população? Consciência de responsabilidade? Valor da solidariedade? Temos que pensar que recado essa proposta da à população".

Edmar Acioli, de Pernambuco: "A constitucionalidade está ferida. A comercialização do plasma é vedada para quaisquer fins".

João Batista, do Distrito Federal: "Só teremos imunoglobulinas no Brasil quando tivermos indústrias farmacêuticas fracionando plasma. Não adianta ter plasma em excesso".

Gustavo Mariano, do Distrito Federal: "Como garantir a segurança sanitária no processamento do plasma humano?".

Nathaly da Silva, de Pernambuco: "Como são realizados os testes para detecção de doenças transmissíveis antes da utilização do plasma humano?".

Bruna Taísa, do Paraná: "Negociar plasma humano abre uma discussão árdua sobre [eventual exploração da] fragilidade financeira e emocional das pessoas".

Bom, dito isso, eu concedo inicialmente a palavra à Senadora Daniella Ribeiro, para a sua interpelação por... (*Pausa.*)

Ah, não está.

Mas por quanto tempo é a interpelação? (*Pausa.*)

Três minutos.

Concedo a palavra, se ela ainda estiver, à Senadora Mara Gabrilli, para que ela possa fazer a sua interpelação por três minutos. (*Pausa.*)

Senadora Mara? (*Pausa.*)

Está ruim. (*Pausa.*)

Ela está em outra reunião.

Então, eu passo a palavra à Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente, Senador Humberto Costa.

Quero aqui cumprimentar a todos que estão fazendo parte desta audiência pública e agradecer pela disponibilidade e pelo tempo em vir aqui discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos que foram convocados, especialmente quero aqui falar em nome da Dra. Luciana, que veio lá do Estado do Ceará, que é a nossa Diretora do nosso Hemopi, do nosso centro.

Das falas que eu pude ouvir – já me desculpando, porque eu estava em outra audiência pública e não pude estar aqui desde o início –, já vem bem ao encontro do que eu fui pesquisar, estudar, procurar realmente entender do que se tratava essa proposta, qual o sentido e o significado de ela estar sendo proposta agora para este momento. Aqui só foi fortalecido com as falas que eu pude ouvir.

Tenho algumas perguntas, só para realmente...

Eu já tenho o meu posicionamento sobre, exatamente também aqui contribuindo com a fala do nosso companheiro, penso, da mesma forma, que a gente não pode penalizar ou fazer sacrifício, especialmente com as pessoas que são usuárias diretamente do SUS, que é isso que vai acontecer, no meu ponto de vista, no que eu vejo, se realmente isso for aprovado.

Mas eu quero fazer uma pergunta mais, assim, direta e específica, porque eu fiquei procurando entender qual realmente é a motivação dessa proposta, se a gente não tiver essa condição, essa capacidade, nos nossos centros que estão aí no país de suprir realmente a demanda que existe.

Então, a pergunta, que foi até sugerida aqui pela assessoria, mas eu acredito que é mais para o Helder, que representa, mas todos podem responder, é... Eu queria saber qual é a capacidade, se existe mesmo, de coletar, se os hemocentros que existem no nosso país têm essa capacidade de suprir toda a necessidade da população brasileira e, se não está tendo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... qual seria, o que teria que ser feito para fortalecer realmente essa possibilidade.

Eu já estou descartando meu total apoio a essa PEC, sou totalmente contrária, por vários motivos que foram ditos aqui, mas tenho essa curiosidade: se nós temos essa capacidade, por que é que nós vamos estar propondo essa PEC ou apoiando-a?

O SR. HELDER MELO (Para expor.) – Eu creio, Senadora, que tudo são etapas que são vencidas em cada uma dessas políticas públicas que são implementadas.

Nós tivemos a estruturação da Hemobrás, que tem o objetivo inicial de atender a uma capacidade de coleta de 500 mil litros de plasma, que é o potencial que ela vai atender. Esse potencial é o que já existe na rede de serviços. A necessidade é qualificar esse plasma, investir nos processos técnicos que já foram citados aqui pelo Dr. Leonardo para qualificação desse plasma e a melhoria do serviço como um todo, mas principalmente da certificação como matéria-prima para a indústria.

Esse é o caminho que já está sendo adotado, é o caminho que já vem sendo trabalhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atingida essa capacidade, é possível que o Brasil ainda disponha de mais plasma. Tanto, que a proposta vai no sentido de pegar o plasma brasileiro por aférese e encaminhar para fora. Por que encaminhar para fora, se nós temos aí a *expertise* no Brasil, qualificação técnica para isso e uma empresa constituída que não atende a apenas a 500 mil litros, mas ela pode se expandir, ela pode desenvolver o complexo industrial da saúde no Brasil e ampliar a produção de hemoderivados para atender a cem por cento da demanda brasileira? E, havendo excedente, a lei atual já permite que esse excedente seja disponibilizado para fora também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia e quero dizer que serei bastante generoso com o tempo.

Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para interpelar.) – Obrigada.

Assisti a todos.

Eu quero aqui cumprimentar cada um dos senhores e senhoras. A gente vê que até aqui as mulheres estão em minoria. Nós temos que mudar isso aí, e em toda a nossa política.

Mas eu queria dizer que o que eu ouvi aqui é algo que a gente já vem conhecendo neste pais de 2016 para cá. Não investem nas instituições e depois justificam a privatização.

Aqui os senhores deram um diagnóstico: nós precisamos investir e qualificar nossos hemocentros. Nós precisamos capilarizar com a coleta móvel. Estou dizendo isso porque, no Rio Grande do Norte, eu sei que tem aquele ônibus e que eu estou contribuindo para isso.

A gente precisa do sangue, dos hemoderivados, e precisamos chegar até as pessoas. Isso é como a educação, como qualquer coisa.

Algo que me chamou a atenção aqui, Presidente Humberto e todos: a gente sempre, aqui... Eu queria citar um exemplo que não tem tanto a ver, mas tem a ver: todas as vezes que o dólar está em alta, aparecem projetos de lei aqui para venda de territórios brasileiros. De repente, eu sei que isso é mais antigo, essa PEC, vamos mudar a Constituição, prejudicando, como foi falado aqui pelo Eduardo? É isso aí.

Nós temos o diagnóstico... Nós estamos falando de saúde, gente, aqui. Nós temos o diagnóstico, temos o tratamento, sabemos que temos que aumentar a capacidade da Hemobrás, apesar de ser superavitária, como se mostrou aí, e nós não precisamos disso... E não venha com essa história. Vamos mudar a Constituição, gente – a Constituição! –, para permitir, mesmo como foi mostrado aí, que a coleta não vai ser paga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo bem! O plasma é coletado, mas não paga o paciente. Aí, vai para a indústria privada: ela faz o processamento e vende.

Queria lembrar aqui o povo brasileiro que quem recebe albumina comprada sem ser pelo SUS é despesa médica e é deduzido do imposto de renda, gente. Essa história de dizer que todos nós não dependemos do SUS... Dependemos sim! E, na hora em que eu tenho o privilégio de pagar um plano de saúde, eu deduzo do imposto de renda, e esse imposto de renda iria para o SUS!

Não é possível que a gente vá fazer isso aqui com as pessoas! E agora, em um momento... Não é só de dólar alto... Num momento em que tem 70 milhões de brasileiros na pobreza, 29 milhões na extrema pobreza... Por favor... Para mim, isso é cruel!

Imagine, Humberto, o que passa pela cabeça das pessoas. Eu digo que essa doação voluntária é uma coisa que sensibiliza Forças Armadas, corpo de bombeiros, quando a gente pede socorro.

Então, confirmo aqui: não mudar a Constituição para isso. Isso não é algo que se deva fazer com o ser humano.

Eu sei que a vida, todas as formas de vida, nos últimos anos, não foram respeitadas. A vida era o que menos interessava. E – como ele mostrou aqui – se não fosse o SUS?

Precisa-se investir! E sabe qual é o papel nosso aqui, do Parlamento? Cobrar investimentos para a saúde! Ir para a Comissão Mista de Orçamento! Vamos dizer que o lençol, o cobertor, tem que cobrir todos na saúde!

Aí dizem: "Mas não tem para cobrir todos". Vamos diminuir os fios egípcios, os mil fios egípcios de alguns, de 15%, e vamos cobrir, pelo menos com poliéster, o resto da população?

Então, sou contrária! O povo brasileiro tem que saber que essa não é a saída.

Vamos aumentar os recursos, qualificar as pessoas e os nossos hemocentros, vamos capilarizar a coleta – porque as pessoas são solidárias – e vamos investir na capacidade da Hemobrás sim!

Como foi falado aqui, com essa pandemia, parece que ninguém aprendeu. Essa pandemia mostrou que falta de autossuficiência arrebenta qualquer país. Imagine se a gente vai depender... Como foi dito, os outros países defendem a sua população, então, jamais vão exportar para o Brasil seus hemoderivados e deixar sua população descoberta.

Eu queria fazer um apelo aqui aos colegas. Eu acho até que... E não era nem para estar pautado, mas, de qualquer maneira, foi bom, Humberto, porque a gente já mostra ao povo brasileiro o que está sendo proposto. Ou seja, vai ter albumina humana e imunoglobulina quem tem recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do mais, você que não pode comprar, lembre-se que quem está recebendo está comprando, mas vai tirar dos recursos do SUS, porque vai deduzir do Imposto de Renda.

Nenhuma pergunta, porque eu acho que vocês eu tenho que parabenizar. Vocês foram esclarecedores, todos, desde o usuário até aqui. E contem com a Senadora aqui, com o Humberto e com todos nós, porque nós vamos cobrar o investimento nos nossos hemocentros, para coletar mais sangue, inclusive os sangues raros, e vamos olhar a Hemobrás com esse olhar diferenciado. Nós não vamos deixar a Hemobrás processando o mínimo de plasma por falta de recursos. Isso já estão fazendo com nossas refinarias de petróleo, mas aqui, gente, desculpem-me, aqui é sangue. Totalmente contra isso. Isso me deixa indignada ao extremo. Essa é uma proposta, eu diria, no mínimo, com todo o respeito, indecente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa., por suas considerações, e pergunto novamente se a Senadora Mara Gabrilli está disponível para fazer suas perguntas. (*Pausa.*)

Se não está, eu gostaria de fazer algumas considerações e algumas perguntas.

Primeiro, eu pergunto ao Dr. Antonio, Presidente da Hemobrás: o argumento apresentado pela proposta da emenda constitucional leva em consideração um ambiente onde nós tínhamos a iminência, e chegou a haver descarte de uma grande quantidade de plasma. Eu pergunto a V. Sa. se esse quadro se mantém da mesma maneira ou se hoje esse objetivo que estaria por trás da emenda constitucional perde a sua razão de ser.

Segundo, eu pergunto também a V. Sa., mais uma vez, se a privatização do plasma, se a possibilidade de comercialização do plasma é necessária para atender a demanda nacional.

A terceira pergunta que eu faço a V. Sa. é se a privatização do plasma dos brasileiros é essencial para atingirmos a autossuficiência. E, mais ainda, há a garantia de que essa autossuficiência será atingida se nós adotarmos a possibilidade da comercialização do plasma, ou seja, o cumprimento do que propõe essa emenda constitucional?

Quero dirigir também uma pergunta ao representante do Ministério da Saúde.

Eu tenho uma concordância permanente com a Senadora Zenaide em cem por cento das coisas que ela diz e fala, e eu queria aqui fazer uma pergunta que leva em consideração o que ela disse. Eu acho que isso é apenas a ponta de um *iceberg*. Começa com essa discussão do plasma, e daqui a pouco vem para a discussão de órgãos, vem para a discussão de outros tecidos, e aí se abre, digamos assim, uma porta, sai um gênio da garrafa que ninguém consegue colocar novamente para dentro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto ao representante do Ministério da Saúde se ele vislumbra de fato a possibilidade de que isso seja apenas uma de uma série de ações que serão tomadas no sentido de que nós tenhamos a possibilidade de utilização de órgãos e de tecidos para algum tipo de comercialização, o que seria ainda mais grave, não é?

E há outras questões que dirijo a V. Sa.: na sua exposição – eu não tive condição de assistir a toda ela, mas eu li aqui, eu vi os eslaides que foram apresentados – há duas coisas que eu acho que são extremamente relevantes e eu gostaria que V. Sa. pudesse se manifestar sobre elas.

Sangue é considerado pela Constituição brasileira e é considerado pelas Forças Armadas brasileiras algo que tem um componente importante de segurança nacional. Um país que não tem absoluto domínio, monopolização de como o sangue é coletado, de como ele é tratado e de como ele é utilizado não tem condição de estabelecer um controle absoluto do ponto de vista da segurança nacional. Pergunto se eu estou errado nessa observação ou não, apesar de que, na apresentação de V. Sa., essa questão já consta.

Também na apresentação de V. Sa... Eu queria que V. Sa. pudesse desenvolver um pouco mais exatamente essa questão que eu perguntei ao Dr. Antonio e quero lhe perguntar partindo de outro princípio. Ora, a partir do momento que esse plasma, sendo coletado, poderá ser objeto de comercialização, o que significa? Entregar a uma empresa, a uma empresa farmacêutica, para que ela faça esse fracionamento e, obviamente, essa empresa farmacêutica, sendo brasileira ou não... Aqui nesta proposta de emenda à Constituição não está dito que ela só poderá comercializar isso no Brasil, ela pode comercializar onde ela quiser. E, aí, o que vale? São as leis do mercado, e as leis do mercado vão dizer... Por exemplo, com uma guerra simples, como essa que está acontecendo na Ucrânia, provavelmente a necessidade de hemoderivados faria com que os preços se elevassem. E aí, iriam essas empresas vender para o Brasil ou iriam vender lá para fora?

Então, sinceramente, eu não entendo nem por que isso está aqui, não entendo. Em outubro a Hemobrás terá já completado o processo de transferência de tecnologia para o Fator VIII, que é algo do ponto de vista de desenvolvimento tecnológico extremamente sofisticado.

V. Sa. deve saber: eu aqui já fui procurado por empresas querendo entender a legislação brasileira porque querem fazer transferência de tecnologia para a produção de imunoglobulina, que é, segundo o que todo mundo fala aqui, onde nós temos a maior dificuldade. Então por que nós vamos agora pegar o plasma e entregar para as empresas fazerem o que elas quiserem, e com um argumento que eu entendo que é falacioso: de que vão garantir autossuficiência e abastecimento para o país?

Então eu dirigiria a V. Sa. essas perguntas.

O SR. ANTONIO EDSON DE SOUZA LUCENA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar aqui pela última, sobre a PEC e o risco que a gente vê em relação a como está a proposta, o texto.

Hoje, no sistema de GMP, de boas práticas de fabricação em relação a esses produtos, nós não identificamos, a partir do texto, que o objetivo seria o de produzir aqui. Na realidade, apenas as empresas produtoras é que teriam condições de ter pontos de coleta. Por que eu digo isso? Nós recentemente tivemos que discutir com a agência europeia para o plasma brasileiro poder chegar lá, para o plasma brasileiro entrar lá, de uma forma muito rápida. Nessa discussão, nós tivemos uma resposta rápida, foram seis meses para a gente poder ter autorização para o plasma brasileiro ser fracionado hoje lá fora, e a condição que deu essa celeridade – porque isso pode demorar muito mais tempo hoje em dia, muito mais tempo, é obrigatório que a agência venha ao Brasil e verifique o banco de sangue, verifique a ligação do banco de sangue com a indústria que está sendo fracionada –, no nosso caso, foi o plasma brasileiro ser de uma estatal, do Governo, de um sistema público, não remunerado, e a única condição que teve para o plasma entrar lá foi que todas as amostras, todas as bolsas de plasma deviam ser retestadas. Nós retestamos, nós estamos atingindo a marca de 1 milhão de bolsas que foram mandadas, e todas, absolutamente todas, deram negativo. O que mostra aí mais uma vitória da gente, que foi a implantação do NAT brasileiro nos bancos de sangue públicos, que já foi uma batalha bem parecida com essa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO EDSON DE SOUZA LUCENA – ... e nós tivemos aí condição de mostrar.

Então, nesse arcabouço, nós não enxergamos possibilidade sanitária de que o que está sendo proposto seja aproveitado aqui para o Brasil. Não, a gente vai continuar dependendo de fora. A gente vai vender o plasma, se isso for aprovado, mas vai continuar comprando o produto, além do mais, maculando o sistema como é hoje. É assim que a gente enxerga e a gente é totalmente contrário a isso.

Em relação ao descarte, não, nós não estamos descartando. Este ano a gente vai mandar 200 mil litros de plasma, aqui já tivemos o apoio do Dr. Paulo Tadeu para entrar com o pessoal dos hemocentros privados também ajudando nesse programa, e se a gente fizer isso a gente vai ter, talvez este ano, 100 mil litros a mais, ou seja, 300 mil litros de plasma. Isso já é mais de 70% do que o Ministério consegue comprar hoje de imunoglobulina. Então, gente, a solução está aqui, a solução está aqui. Basta a gente cumprir o que está na Lei do Sangue.

A outra pergunta é se a privatização favoreceria esse processo. Nós temos "n" outras coisas mais fáceis dentro do regramento que já existe hoje que vão poder aumentar a captação do plasma. Podemos, sim, botar a plasmaferese dentro do público, como está hoje já, sem precisar mexer em nada; é só a gente fomentar isso. E aí teríamos pelo menos 300 mil litros a mais, coisa que a gente já fez um estudo. E a gente só está falando de hemocentros coordenadores, dos maiores. Se a gente pulverizar – e a gente tem que pulverizar, a gente tem que entrar na entranha brasileira para buscar os bancos de sangue, estruturar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequadamente –, nós vamos ter, sim, autonomia e todo o plasma de que a gente precisa. E, se tiver o apoio do privado, mais ainda. Estamos abertos para parcerias também. Não tem problema não.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito. Agradeço a V. Sa. e passo a palavra ao Dr. Helder.

O SR. HELDER TEIXEIRA MELO (Para expor.) – Bem, Senador, nós vimos... A questão é se nós vislumbramos a abertura de um risco em razão desse movimento que acontece de outras demandas por privatização de elementos biológicos.

Teríamos que fazer uma análise um pouco mais aprofundada disso, mas de início a gente pode pensar sobre a pesquisa. É um tema importante a pesquisa com células, o mercado biológico que se instala. Toda vez que nós abrimos uma oportunidade como essa de comercializar o sangue, a reboque vêm uma série de outros elementos, sem que haja uma garantia de benefício à população que o está doando. É uma questão de ordem bioética e caberia talvez uma análise mais profunda nessa questão.

Hoje nós temos no sangue um nicho público. Mesmo o setor privado, que atua nesse nicho, tem responsabilidades bioéticas com a não comercialização. E isso é importantíssimo que nós mantenhamos assim, para evitar que outros elementos possam surgir.

Em relação à questão de segurança nacional, isso já é um ponto a destacar desde a Lei 4.701, de 1965. Era um elemento que, na primeira política de sangue, já aparecia como uma responsabilidade do país em vistas da melhoria. Uma vez que você tem um sistema em que você deve cuidar do trabalhador, deve cuidar da população, é necessário que esse sistema esteja amplamente amparado para prestar toda a assistência.

E não existe assistência à saúde sem sangue. Não existe assistência à saúde, não existe parto, não existe cirurgia, não existe neonatologia, não existe nada que se possa fazer em nível de média e alta complexidade sem que haja um abastecimento seguro e regular de sangue. Para isso o sistema foi constituído, para isso os hemocentros foram criados desde a década de 50 e 60...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELDER TEIXEIRA MELO – ... para isso o país se estruturou com uma política robusta para atender a essa necessidade.

E o grande risco é a questão da dependência internacional. O senhor, quando foi ministro, lembra da situação precária que vivia o abastecimento de fatores de coagulação para atender a demanda. Nós tínhamos uma relação de 0,8 unidades *per capita* de abastecimento de fator VIII, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o trabalho que o ministério desenvolveu fez com que nem mesmo a unidade *per capita* seja mais referência porque hoje nós temos um dos melhores tratamentos do mundo e esse tratamento foi suportado, em grande parte, pela entrada, por exemplo, do fator VIII recombinante por via de uma transferência de tecnologia para a Hemobrás. Esse fator VIII recombinante permitiu que nós tivéssemos segurança para prestar a assistência necessária.

Então, autossuficiência é algo necessário para a segurança nacional. E todas as vezes em que há um rumor de guerra, os hemoderivados aumentam de valor e a imunoglobulina desaparece. Talvez não tenha sido nem tanto o efeito da pandemia. Tem outros eventos no mundo que demonstram a necessidade de a indústria nacional ser fortalecida.

E nesse caso, o uso do plasma brasileiro, como foi colocado pelo Dr. Antonio, dentro do Brasil para isto é fundamental: para que a gente tenha essa independência do mercado internacional.

E nesse caso, o uso do plasma, como foi colocado pelo Dr. Antonio, o uso do plasma brasileiro, dentro do Brasil, para isso é fundamental para que a gente tenha essa independência do mercado internacional.

A última pergunta: o plasma é um bem fora do comércio, é algo que nós já entendemos dessa forma. E esse bem fora do comércio tem uma única destinação, que a própria lei da Hemobrás estabelece, que é o Sistema Único de Saúde. E o regulamento já prevê isso, que nós, a inteligência dessa lei permitiu que a população brasileira, os serviços públicos fossem beneficiados por meio de uma política de Estado que se estabeleceu para o plasma, que se estabeleceu para o sangue de uma forma geral.

Se esse bem se torna uma propriedade privada, em qualquer sentido, esse bem vai entrar dentro de um mercado internacional, sobre o qual nós não temos qualquer controle. E a iniciativa privada deve participar desse processo.

O mecanismo para melhorar essa situação certamente vai passar por uma melhor qualificação do serviço, maior investimento nessa qualificação, para que esse sistema, que é uma das políticas de excelência do Sistema Único de Saúde, que é uma das políticas de excelência do país, possa ser ainda melhor, atendendo à população.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Sa.

Eu pergunto se algum dos expositores deseja fazer uma complementação do que quis falar, obviamente que por um tempo curto, porque a gente vai ter que terminar daqui a pouco esta audiência.

O SR. EDUARDO MAÉRCIO FRÓES (Para expor.) – Senador, eu só gostaria de complementar o seguinte: essa PEC é muito vazia, porque não traz, no seu texto, as consequências da comercialização do plasma. Como é que isso vai se dar? Como é que isso vai ser tratado? Como é que vai ser essa remuneração?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é muito temerário e seria de muito mau tom o Senado Federal aprovar uma PEC tão esvaziada, tão vazia, que traz tanta consequência para a Política Nacional do Sangue, sem ter dentro dela essas diretrizes mais, não é? Nós não podemos aprovar simplesmente ou alterar uma Constituição Federal sem saber dos impactos que isso trará para o nosso país, as consequências, como é que isso vai ser visto lá na frente.

Então as coisas precisam ser muito bem pensadas, principalmente quando se trata de algo tão importante como a questão do sangue no nosso país.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bem, se alguém aqui mais quer fazer algum complemento...

O Dr. Paulo e depois Dra. Luciana, pode ser?

Dr. Paulo.

O SR. PAULO TADEU DE ALMEIDA (Para expor.) – Gostaria de falar como classe médica. Já fui professor universitário, funcionário público de Governo e trabalhei também, toda a minha vida, como médico na iniciativa privada. Fiz parte de todos e faço parte da sociedade médica. A sociedade médica é frontalmente contra a remuneração do doador de sangue ou de plasma. Isso precisa ficar muito claro. Estou falando em nome da ABBS, mas também estou falando em nome da ABHH, que é a Sociedade de Médicos Hematologistas e que, ontem ainda, numa *live*, colocou bem claro que somos contrários à remuneração.

Esse jabuti que está aí não sei quem pôs, mas não foi a iniciativa privada, nem foi a sociedade médica. Ele está em cima do poste, mas a gente não tem nada a ver com isso, nem a iniciativa privada, nem a sociedade médica.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bem, então, depois do Dr. Paulo, agora, a Dra. Luciana também vai poder fazer suas considerações.

Eu acredito que já são as considerações finais, não é? Quero aqui esperar ainda o nosso Senador Humberto voltar, mas a gente pode ir encaminhando já para finalizar a nossa audiência.

Dra. Luciana.

A SRA. LUCIANA MARIA DE BARROS CARLOS (Para expor.) – Eu acho que uma coisa que permeou a fala de muitos de nós aqui que nos colocamos sobre o risco da aprovação dessa PEC da mudança da Constituição é a segurança do doador. Na Política Nacional do Sangue, na Lei 10.205, foi, pela primeira vez, colocada a obrigatoriedade de os serviços terem responsabilidade com a segurança do doador e com as repercussões, os riscos que a doação de sangue ou plasma podem significar para esses doadores. E a remuneração e a comercialização podem atingir essa responsabilidade, essa obrigatoriedade. Nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos correr riscos de adoecimento dos doadores, que serão, poderão ser – não digo "serão", mas poderão ser – espoliados.

Nós temos alguns países do mundo em que essa prática está começando a ser colocada, em que aos doadores é permitido doar mais de cem vezes por ano – entenderam? –, com um volume de doação, dependente da volemia, de até 900ml a cada doação, e os doadores recebem bônus por isso. Essa é uma preocupação muito forte da nossa hemorrede, porque a segurança do doador... O doador – cumprindo o princípio da não maleficência, da bioética – precisa ser resguardado. Ele não pode adoecer voluntariamente ou ser levado a adoecimento para o benefício de outro. Então, essa é uma das preocupações com que nós nos deparamos quando vimos o texto e a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado.

Solicitou a palavra aqui o...

Ah, desculpe, Dr. Luiz. Depois...

O SR. LUIZ RIBAS (Para expor.) – Muito rapidamente, embora tenha tido o privilégio de ter estudado numa universidade pública, ter sido professor por mais de 35 anos numa universidade pública, tenho ensinado alunos de Medicina, a gente não compreende exatamente o processo burocrático de uma PEC, da transformação da lei. Nós só sabemos que mexer numa Constituição não é brincadeira.

O que nós estamos vendo hoje, aprendendo, é que esse fato da cobrança, essa questão comercial, para nós, está fora do cenário, isso está completamente fora do cenário. Mas o que nós temos que fazer, e foi um pouco o depoimento que a gente trouxe quando eu tinha sido Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná, quando fui Presidente do Centro de Medicamentos do Paraná... A imunoglobulina era um problema diário quase que nós tínhamos lá. Às vezes tínhamos que frustrar alguns encaminhamentos da imunoglobulina porque não a tínhamos, tínhamos que buscar em outros estados na federação. E nós vimos que nós precisamos nos reorganizar, nós precisamos unir os esforços.

A gente está vendo o setor privado, mas também está vendo a Hemobrás já estruturada. É isso que o Senado Federal pode apoiar, é isso que o Senado Federal pode ajudar a encaminhar. Nós vemos o ministério hoje já estruturado novamente, graças a Deus, nós temos uma circunstância hoje de organização, com toda a equipe preparada, a Ministra altamente preparada, o Dr. Gadelha defendendo toda a história do Complexo Industrial da Saúde...

É por aí que nós vamos conseguir, unidos, vencer problemas de desabastecimento e, sobretudo, problemas que são para a preservação da vida do cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Dr. Luiz Ribas.

Passo a palavra ao Dr. Antonio Condino Neto, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo, para que ele possa fazer uma consideração complementar.

O SR. ANTONIO CONDINO NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Exmo. Senador.

Eu fui o primeiro a falar, e talvez alguns dos senhores e senhoras não tenham podido acompanhar a exposição das minhas ideias.

Do ponto de vista de imunologia, para nós, é claro que o cenário de desabastecimento de imunoglobulina no Brasil é um cenário crônico que só vai se agravar, porque há demanda de novos diagnósticos que são decorrentes de um programa de educação continuada exercida pelas sociedades médicas. Nós melhoramos muito a *performance* de novos diagnósticos, e esses novos diagnósticos não são acompanhados de uma iniciativa prática de aumento de oferta de medicamentos para os pacientes. A triagem neonatal foi aprovada no Congresso, no Senado, o Presidente da República sancionou essa lei. Muitos casos vão ser diagnosticados, e esse problema de desabastecimento vai se agravar. Para nós, é muito claro que o atual modelo de industrialização de imunoglobulina com o excedente do plasma da doação de sangue não é suficiente. Então, eu não estou aqui discutindo com relação aos processos da Hemobrás, à Hemobrás, à questão da doação de sangue. Não é essa a discussão. A discussão para nós imunologistas é aumentar a oferta de plasma.

Como representante da Asbai (Associação Brasileira de Alergia e Imunologia) e da Sociedade de Pediatria, nós também, a princípio, não somos a favor da doação remunerada. Então, o que eu vi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CONDINO NETO (*Por videoconferência*.) – ... nesta sessão é que nós na área de imunologia abrimos e apontamos claramente a falta crônica de medicamento, dizendo que o cenário atual não é suficiente e não vai ser, tecnicamente falando. E, depois, a discussão aqui se seguiu para discussão de doação de sangue, pagamento de doação de sangue, com relação aos problemas da Hemobrás... Eu acho que não era isso que nós esperávamos ouvir. Nós...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço...

O SR. ANTONIO CONDINO NETO (*Por videoconferência*.) – Eu já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO CONDINO NETO (*Por videoconferência*.) – Eu só reitero que, conforme o outro colega colocou, essa questão do pagamento é um jabuti que colocaram no poste. Isso não é coisa das associações médicas.

E faço um apelo para que todos os Senadores pensem o lado do paciente sobre a falta de medicamento. Tudo o que foi aqui colocado eu tenho certeza absoluta de que não vai resolver o problema de abastecimento de imunoglobulina no Brasil.

Era esse meu ponto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Dr. Antonio Condino Neto.

De imediato, eu passo a palavra à Sra. Juçaira Giusti, representante da Associação Eu Luto pela Imuno Brasil (ELPI). (*Pausa.*)

Ela não está conseguindo entrar. (*Pausa.*)

Bom, enquanto ela tenta se comunicar conosco, eu passo a palavra ao doutor... Está?

Pronto. Pode fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Pois não. Pode falar. (*Pausa.*)

Dra. Juçaira, com a palavra. Pode falar.

Pode falar. (*Pausa.*)

Bom, enquanto a gente resolve esse problema da comunicação, eu passo a palavra ao Dr. Gesmar Rodrigues da Silva Segundo, que é Professor da Universidade Federal de Uberlândia e Presidente da Sociedade Latino-Americana de Imunodeficiências.

O SR. GESMAR RODRIGUES SILVA SEGUNDO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde!

Primeiro, eu só gostaria de avisar ao pessoal que, para nós, o Senador está mutado, então a Sra. Juçaira não conseguiu ouvir.

Você está me ouvindo, Juçaira? (*Pausa.*)

Sim. Então a Sra. Juçaira não conseguiu ouvir o chamado, Senador, que foi feito para ela.

Eu só vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode falar, depois eu repasso...

O SR. GESMAR RODRIGUES SILVA SEGUNDO (*Por videoconferência*.) – O senhor continua mudo para a gente. O senhor continua mudo para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então pode seguir. Pode falar.

O SR. GESMAR RODRIGUES SILVA SEGUNDO (*Por videoconferência*.) – A gente não ouve o que o senhor fala.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Manda um *chat* para ele, para ele falar. Pode falar, pode falar.

O SR. GESMAR RODRIGUES SILVA SEGUNDO (*Por videoconferência*.) – O.k.

Falaram-me que eu posso fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. GESMAR RODRIGUES SILVA SEGUNDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então eu gostaria mais uma vez de falar do lado da imunologia. O grande problema dos derivados de plasma no mundo são as imunoglobulinas. A demanda de imunoglobulina aumentou muito por diversos processos, além da melhoria da educação médica e dos diagnósticos das imunodeficiências, também das novas indicações de imunoglobulina. Eu mostrei os dados da necessidade que nós teremos, e a capacidade produtiva da Hemobrás não chega nem perto de suprir a necessidade que nós teremos nos próximos anos. Pelo que foi demonstrado, se atingir a capacidade total em 2027, nós teremos aí 300 litros de plasma, ou que seja 400 mil litros de plasma, o que vai produzir uma quantidade muito pequena de imunoglobulina, e nós vamos continuar reféns. Isso daqui a dez, quinze anos vai ser muito pior. A gente precisa mudar realmente essa estratégia de coleta de plasma e produção de imunoglobulinas.

A PEC original não tinha nada de pagamento de doador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GESMAR RODRIGUES SILVA SEGUNDO (*Por videoconferência*.) – Ela só falava sobre a comercialização e que seria feita uma regulação disso. O que a gente sempre imaginou sobre essa regulação é que nós teríamos o plasma coletado no Brasil e as indústrias com plantas no Brasil para fazer realmente o plasma para o pessoal no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia de que o que nós temos hoje vai suprir as necessidades é muito longe do real, e nós vamos continuar pagando caro pela imunoglobulina que vem de fora durante muitos e muitos anos. Queiramos ou não, a ideia de algumas pessoas que expuseram, de que isso seria pago – quem tivesse o dinheiro pagaria essa imunoglobulina, quem tivesse convênio; quem não tivesse dinheiro não pagaria – é uma inverdade, porque a imunoglobulina é universal para o SUS. Os pacientes com imunodeficiência têm direito ao recebimento da imunoglobulina pelo SUS. Então, o Governo vai ter que comprar para os pacientes, pagando muito mais caro.

Houve uma mudança, realmente, no meio do caminho, no objetivo dessa PEC – na verdade, o objetivo final é o aumento da produção de imunoglobulinas, que é um ponto crucial. Do plasma, hoje, no mundo, a grande maioria vem dos Estados Unidos. Alguns países produzem um pouco. Nós, que não produzimos ou vamos produzir muito pouco, de acordo com as nossas necessidades, vamos continuar dependentes do que vem de fora.

Nós precisaríamos de uma planta muitas vezes maior que a da Hemobrás, hoje, para dar conta da nossa demanda – é isso que a gente precisa observar.

O lado do paciente: o paciente está sem medicação, e não é por causa da pandemia. Da pré-pandemia, existem vários processos ajuizados que se tornaram ações públicas por falta de imunoglobulina.

Eu acho que a gente precisa pensar nesse ponto.

É só isso que eu queria dizer para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço à V. Sa. e eu, de imediato, passo a palavra à Dra. Juçaira Giusti.

A SRA. JUÇAIRA GIUSTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Eu só queria falar que eu acho que não estou vivendo no mesmo país que vocês. Nós estamos vivendo em países diferentes.

Vocês estão falando em soberania nacional. Qual é a nossa soberania, hoje, se a gente importa 100% da medicação que a gente consome aqui? Se nunca um paciente brasileiro conseguiu tomar 1g de imunoglobulina produzido em solo nacional? Eu rezo para que eu entre no país de vocês e que, um dia, vocês consigam cuidar da demanda e suprir o que os pacientes precisam.

Eu queria muito tomar imunoglobulina feita no país, porque a gente sabe que, tecnicamente, o plasma nacional é melhor que o importado.

Eu rezo para que vocês coloquem em prática tudo isso que vocês estão fazendo e que a gente tenha o direito de usar essa imunoglobulina feita pela Hemobrás, que é maravilhosa – quem já usou fala da qualidade –, mas que é uma gota no oceano. É uma gota no oceano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu rezo muito para que eu entre no país de vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu entendo que a proposta de emenda à Constituição que a senhora está defendendo não é esta que está aqui para ser votada. Então, essa é a primeira... O que o professor... Eu não queria nem me manifestar, mas o que o Professor Gesmar e a senhora falaram não bate com o que esta PEC propõe. As suas preocupações não estão contempladas aqui.

Por isso é que nós precisamos discutir mais. Respeitamos a sua posição, mas será que a única maneira de se garantir a imunoglobulina para a população brasileira é com isto aqui? Eu tenho absoluta dúvida sobre isso.

Eu passo a palavra ao Dr. Leonardo Moura Vilela.

O SR. LEONARDO MOURA VILELA (Para expor.) – Bom, Sr. Presidente, é exatamente essa a minha consideração final. É indiscutível que falta imunoglobulina no Brasil e no mundo; é indiscutível que precisamos envidar esforços para suprir a produção de imunoglobulina.

Agora, a PEC 10 não vai resolver o problema da imunoglobulina. Eu não consigo enxergar em nada o que a PEC 10 vai contribuir para resolver o problema da falta da imunoglobulina e outros hemoderivados. O que é preciso... E eu notei aqui uma boa vontade de todos que participaram desta audiência pública, dos Srs. e Sras. Senadoras, da academia, dos gestores do SUS, aqui representados pelo Conass, também pelo Conasems, pelo Ministério da Saúde, pelos hemocentros, pelas hemorredes, pela Hemobrás, pelo Conselho Nacional de Saúde, pelos bancos de sangue particulares, privados. O que noto aqui é uma boa vontade no sentido de unir esforços, no sentido de sentar à mesa e ver como nós vamos equacionar isso, como vamos qualificar o plasma do Brasil, como nós vamos aumentar a disponibilidade de plasma de qualidade industrial para que a gente tenha disponibilidade de imunoglobulina. Então, não é alterando a lei, muito menos alterando a Constituição brasileira, que nós vamos resolver esse problema.

Eu acho que, talvez, a PEC tenha tido esse ponto positivo, que é o de iniciar o debate de como vamos ser autossuficientes em hemoderivados e imunoglobulina. Agora, ela não é a solução para o problema. Com isso, nós saímos aqui, eu saio convicto desta audiência pública de que nós estamos no caminho certo, o Conass, ao solicitar a rejeição dessa PEC 10, aqui pelo Senado Federal, e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO MOURA VILELA – ... estamos à disposição para sentar com os demais agentes atuantes na área de saúde, principalmente na área do sangue, para que nós possamos encontrar a solução, que não vai ser para amanhã, não vai ser para daqui um mês, mas ela precisa iniciar a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção. Aliás, a construção já foi iniciada, a Hemobrás já representou um grande avanço nos últimos anos em relação a isso.

Então, fica aí, Senador Humberto Costa, ao lado de parabenizar o Senado por essa importante iniciativa, essa sugestão para que o Senado continue esse debate para que nós possamos, aí sem mudar a Constituição, mudar ações e práticas para conseguirmos a tão sonhada autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Leonardo Moura.

Eu queria agradecer a participação do Sr. Antonio Condino Neto, da Sra. Juçaira Giusti, do Dr. Luiz Ribas, do Dr. Gesmar Rodrigues Silva Segundo, do Dr. Paulo Tadeu de Almeida, do Dr. Antonio de Souza Lucena, da Dra. Luciana Maria de Barros Carlos, do Dr. Helder Melo, do Dr. Leonardo Moura Vilela e do Dr. Eduardo Maércio Fróes.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação de todos e todas e declaro encerrada esta presente sessão.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte minutos do dia dezenove de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Magno Malta, Eduardo Girão, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Cleitinho. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 3.713/2019, que "altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências", em atendimento ao Requerimento nº 2/2023-CCJ, de autoria do Senador Alessandro Vieira em comum acordo com os Senadores Carlos Portinho, Carlos Viana, Eduardo Girão, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão e Rogério Carvalho. **Participantes:** Sra. Michele dos Ramos, Diretora de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública); Sr. David Marques, Coordenador de Projetos (representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública); Sra. Carolina Taboada, Pesquisadora da Área de Segurança Pública e Política de Drogas (representante do Instituto Igarapé); Sr. Luciano Anechini Lara Leite, Promotor de Justiça Criminal no Estado de Mato Grosso do Sul, Pós-Graduado em Ciências Criminais, Pós Graduado em Balística e Mestre em Garantismo pela Universidade de Girona (ESP); Sr. Fabrício Rebelo, Jurista, Jornalista, Escritor e responsável pelo Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (CEPEDES); Sr. Rodrigo de Barros Piedras Lopes, Delegado de Polícia da Subsecretraria de Planejamento e Integração Operacional (SSPIO) da Polícia Civil do Rio de Janeiro; Sr. Roberto Uchôa de Oliveira Santos, Policial Federal, Mestre em Sociologia Política e Doutorando em Democracia; Sr. Felippe Angeli, Gerente de Advocacy (representante do Instituto Sou da Paz); Sra. Fabíola Venera, Empresária, Instrutora de Armamento e Tiro, Despachante e Atleta; e Sr. Achiles Santos Jacinto Filho, Coronel do Exército Brasileiro. Usam da palavra os Deputados Federais Marcos Pollon, Gilvan da Federal e Zé Trovão, bem como os Senadores Hamilton Mourão, Eduardo Girão, Magno Malta e Jorge Seif. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/19

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei 3.713, de 2019, que altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse, comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), define crimes e dá outras providências, conforme o Requerimento nº 2, de 2023, da CCJ, de iniciativa do Senador Alessandro Vieira, em comum acordo com os Senadores Carlos Portinho, Carlos Viana, Eduardo Girão, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão e Rogério Carvalho.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores e dos convidados pelo sistema de videoconferência para exposições e debates.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas.

Os convidados farão suas exposições com dez minutos cada e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

A palavra às Senadoras e Senadores será concedida na ordem de inscrição.

Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo vedado interpelar os membros da Comissão.

Foi-me passada uma ordem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos, mais uma vez. Obrigado pela presença de todo mundo, pessoas que vieram de outros estados para colaborar aqui com a instrução desse importante Projeto de Lei 3.713, de 2019.

Foi-me passada aqui uma ordem de inscrição. Eu vou chamar em blocos de três.

O primeiro bloco seria a Sra. Michele dos Ramos, Diretora de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; por via remota, o Sr. David Marques, Coordenador de Projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; e depois, presencialmente, a Sra. Carolina Taboada, Pesquisadora da área de segurança pública e política de drogas, representante do Instituto Igarapé.

Então, queria iniciar aqui.

Senador Hamilton Mourão, quer fazer uso da palavra antes de começar ou a gente parte direto aí para os nossos colaboradores?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, podemos começar, porque eu acho que o objetivo é ouvirmos as pessoas que foram convocadas, de modo que se chegue a uma avaliação daquilo que será melhor para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador.

Então, eu concedo a palavra à Sra. Michele dos Ramos, que dispõe de dez minutos para a sua explanação.

Fique à vontade. Se quiser falar daí ou se quiser sentar aqui do nosso lado... Acho que é melhor sentar aqui, não é? Sente aqui do nosso lado quem for fazer explanação.

Por favor, obrigado pela presença, D. Michele. (*Pausa.*)

A SRA. MICHELE DOS RAMOS (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos. Eu gostaria, antes de mais nada, de saudar todos os Parlamentares na pessoa do Presidente da sessão, Senador Flávio Bolsonaro. É uma grande honra retornar aqui a esta Casa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública, na discussão de um tema central para garantir a proteção dos direitos de toda a população brasileira e para o nosso compromisso com a democracia.

Nessa minha contribuição inicial para as discussões desta audiência, eu gostaria de abordar dois pontos. O primeiro deles: os detalhes das ações que o Executivo Federal vem realizando para fortalecer uma política de regulação responsável de armas e munições no país e a centralidade do Legislativo para uma efetiva implementação dessa política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa implementação de uma política de regulação responsável de armas e munições no país talvez enfrente o seu momento mais desafiador desde a aprovação, pelo Congresso Nacional, em 2003, da Lei 10.826, que ficou conhecida como Estatuto do Desarmamento, mas que se trata de uma lei que regula os critérios de posse, de circulação das armas e munições, da proibição, salvo casos excepcionais, do porte, bem como das competências dos dois principais órgãos de implementação e execução dessa política, o Exército Brasileiro e a Polícia Federal.

É importante a gente destacar que a aprovação dessa lei, em 2003, aqui, no Parlamento, foi o resultado de uma intensa mobilização de diferentes setores da sociedade, de diferentes partidos engajados na reversão dos altos índices de violência armada que marcaram o nosso país, sobretudo quando a gente olha aí para década de 90 e o início dos anos 2000. Então, para exemplificar, quando a gente olha a taxa de homicídios no Estado do Rio de Janeiro, que hoje atualmente é de cerca de 27 homicídios a cada 100 mil habitantes, que ainda é uma taxa bastante elevada, essa taxa era de quase 62 homicídios a cada 100 mil habitantes em 1994.

Em que pesem os desafios que ainda persistiam, associados ao enfrentamento da violência armada no Brasil em suas diferentes manifestações, como a questão do poderio bélico, das facções criminosas, dos assassinatos por armas de fogo – lembro que o Brasil segue com um percentual de cerca de 71% de homicídios cometidos por armas de fogo, violência contra a mulher, crimes ambientais –, essa direção do compromisso com o fortalecimento e a execução de uma política de regulação responsável de armas e munições foi brutalmente interrompida entre 2019 e 2022.

Em vez de nós orientarmos os nossos esforços para fortalecer as capacidades do Estado de controlar e fiscalizar esses arsenais, de reduzir os riscos de desvios dessas armas e munições legais para a ilegalidade, nós tivemos dezenas de alterações infralegais da política de regulação de armas e munições, que resultaram em uma combinação literalmente exclusiva. Então, a gente teve um aumento dos arsenais em circulação no Brasil, sem uma contrapartida do fortalecimento das capacidades do Estado de controlar esses arsenais e reduzir os riscos de que eles fossem desviados e caíssem na ilegalidade.

Muitas dessas alterações que foram realizadas pelo Executivo Federal extrapolaram as competências de regulação do Executivo. Durante esses últimos quatro anos, nós tivemos uma série de ações e decisões do Supremo Tribunal Federal nessa agenda contra uma série dessas medidas. A gente teve a suspensão de uma série de previsões desses decretos, que contribuiu para um caos normativo bastante prejudicial para a implementação dessa política, que é central para a nossa segurança pública e para a nossa democracia; e também dificultaram em muito o trabalho do operador de segurança pública na ponta.

O Brasil que chegou a 2023 é um país muito mais armado; nós temos hoje, em mãos civis, mais do que o dobro de armas particulares que havia em 2018. Então, a gente salta de cerca de 1,3 milhão de armas para quase 3 milhões de armas, e é um Brasil que ouviu repedidas vezes a defesa do armamento civil, inclusive como via de ação política, na contramão dos princípios democráticos mais elementares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse desafio, o atual Governo assume, de imediato, o compromisso com o estabelecimento de uma espécie de freio de arrumação, para que fosse possível restabelecer uma regulação seguindo a lei, respondendo aos desafios e às necessidades dos órgãos e profissionais de segurança pública, que estão ali, no dia a dia do enfrentamento da violência armada, alinhada a todas as evidências que nos mostram a importância dessa regulação na redução de diferentes formas de violência, e também a opinião da maior parte da população brasileira.

As pesquisas, ao longo desses últimos anos, mostram que a população brasileira é contrária a essa facilitação do acesso a armas e munições. A gente teve uma pesquisa recente, publicada em julho do ano passado, que mostra que 83% da população brasileira acredita que somente as forças de segurança devem poder circular armadas nas ruas. E para 63% da população, pessoas comuns não deveriam poder comprar armas iguais ou mais potentes do que as armas dos policiais.

Nesse sentido, no próprio 1º de janeiro, o Presidente Lula assinou o Decreto 11.366, que prevê uma série de medidas importantes para esse freio de arrumação, que incluem a suspensão dos novos registros para caçadores, atiradores e colecionadores – essas são categorias que têm um acesso facilitado a grandes arsenais e que acabaram sendo instrumentalizados em meio a esse caos normativo dos últimos anos; o recadastramento das armas que foram adquiridas a partir de 7 de maio de 2019, quando a gente tem uma alteração importante na definição de armas de uso restrito e de uso permitido; e a criação de um grupo de trabalho para apresentar recomendações para essa nova regulamentação dessa lei.

Esse grupo de trabalho, que é coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, possui, dentre os seus membros permanentes, representantes do Ministério da Defesa, do Ministério da Fazenda, da Polícia Federal, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União, de organizações da sociedade civil com reconhecida atuação nesse tema – Instituto Sou da Paz e Igarapé, que estarão aqui conosco também –, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, e da Comissão de Segurança Pública daqui, do Senado.

Entendendo a centralidade dessa regulação e das suas múltiplas dimensões, esse grupo de trabalho, que realiza hoje à tarde, inclusive, a sua 7ª reunião, dedicou três das suas reuniões, até agora, para ouvir representantes de diferentes associações, movimentos e organizações. Até agora foram 34 representantes os convidados pelo GT para compartilhar as suas recomendações, e o GT também ouviu outros órgãos da Administração Federal. Aqui eu destaco por exemplo o Ibama, que tem papel fundamental na questão da regulamentação da caça no país.

O grupo vem discutindo uma série de dimensões dessa regulação, incluindo a reavaliação dos quantitativos de armas e munições acessíveis à população civil; a melhoria dos fluxos de registro da atuação compartilhada entre Exército e Polícia Federal; regulamentação da caça e alguns aspectos tributários também associados à questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atividades do grupo de trabalho se encerram agora, no dia 3 de maio; as suas recomendações vão ser apresentadas; e essa proposta de regulação do Executivo virá nesse próximo mês de maio.

E aqui eu gostaria de aproveitar também para compartilhar um resultado bastante positivo do recadastramento, que foi previsto pelo decreto de 1º de janeiro. Então, até o momento, nós temos 95% das armas recadastradas. A gente tem um universo de 880 mil armas recadastradas e ainda 50 mil armas que precisariam ser recadastradas. Esses dados são muito importantes para a gente subsidiar a orientação da política nessas próximas etapas.

Além das previsões desse decreto de 1º de janeiro, nós tivemos também, nesse mês de abril, a publicação de uma portaria que avança na integração dos dados do Sigma, que é o Sistema de Controle do Exército, com o Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas).

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE DOS RAMOS – E aqui, já no minuto final, eu encerro a minha fala reforçando o meu segundo ponto: a centralidade do Legislativo para que seja possível avançar nessa retomada de uma política de regulação responsável de armas e munições no Brasil. Ao longo desses últimos quatro anos, o Legislativo teve um papel fundamental para que, a despeito de todos os retrocessos nas medidas infralegais adotadas pelo Executivo federal, fosse possível ao Estatuto do Desarmamento rumar a celebração do seu 20º aniversário. Inclusive, um ano atrás, no dia 5 de abril de 2022, foi instalada aqui, nesta Casa, a Frente Parlamentar mista pelo Controle de Armas e Munições.

O desafio desse Brasil armado que se impõe não é simples, e por isso mesmo eu reforço o compromisso do Executivo federal com a retomada de uma condução responsável, republicana e democrática dessa política e a importância de que o Legislativo some forças nessa reconstrução, para que a gente celebre os 20 anos do Estatuto do Desarmamento em dezembro e também as melhorias advindas desse compromisso mútuo.

Muito obrigada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) **–** Obrigado, Sra. Michele.

Eu concedo a palavra, então, ao Sr. David Marques, que está remotamente.

Peço à assessoria da Comissão que o coloque *online* para nós aqui, por favor.

Sr. David Marques é Coordenador de Projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Sr. David.

O senhor tem dez minutos. Obrigado pela disponibilidade.

O SR. DAVID MARQUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas presentes.

Eu quero agradecer a oportunidade e o convite do Senado na pessoa do Senador que preside a sessão.

Meu nome é David Marques. Eu sou Coordenador de Projetos aqui no Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A gente tem atuado... O fórum é uma organização com sede aqui, em São Paulo, e já tem 17 anos de existência, tentando atuar e construir um espaço de referência para a discussão da segurança pública de forma mais qualificada e com base em evidências, apostando na produção de informações, para gerar uma transformação positiva no campo da segurança pública.

Como principal produto, a gente tem o nosso Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que também está chegando na sua 17ª edição, no qual a gente faz e busca promover uma sistematização das informações sobre crime, sobre violência, sobre as instituições policiais ao longo desses últimos anos. E, por meio desses dados, a gente tem feito a contabilização e caracterizado, de uma forma mais explícita, a grande crise que a gente vive no sistema de segurança pública.

A gente tem altos índices criminais, expressos nos mais diferentes tipos de crimes, sejam eles crimes contra a vida, agressões sexuais, crimes contra o patrimônio, um número cada vez crescente de novas modalidades criminais.

A gente tem acompanhado essa tragédia dos ataques realizados nas escolas brasileiras. Então, a gente tem uma tarefa, enquanto país, significativa para poder oferecer uma sensação de segurança maior para a população e impedir esses enormes prejuízos às vidas das pessoas e ao seu patrimônio. Nesse contexto, a discussão sobre a regulação da política de controle de armas de fogo e munições no Brasil é extremamente importante.

O Brasil tinha, a partir de 2003, uma legislação bastante moderna e adequada para regulação do acesso às armas de fogo no país. Esse contexto foi extremamente modificado, a partir de 2019. Inclusive, podemos dizer que, a partir de 2018, com a questão do porte de trânsito, isso já foi uma mudança importante na dinâmica desse campo, e, a partir de então, a gente viu crescer, de uma forma muito rápida, muito veloz, o número de armas de fogo à disposição de civis no país.

No entanto, isso foi feito num contexto no qual os mecanismos de controle existentes por parte do Estado brasileiro já eram bastante insuficientes para fazer uma política responsável de controle desse armamento. Embora fosse preconizado no estatuto que a gente tivesse um órgão central regulando e controlando as informações sobre o armamento, a gente sempre conviveu com esses dois sistemas, agora inclusive, como a própria Michele comentou, a gente tem dado alguns passos no sentido de uma centralização maior dos temas de informação tanto por parte da Polícia Federal quanto por parte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exército, mas essa desorganização no nível federal acaba também se refletindo nos níveis dos estados. Então, hoje a gente tem um contexto no qual o número de armas e o número de pessoas que tem acesso a essas armas cresceram significativamente, ao passo que esses controles ainda não melhoraram.

Nesse momento em que se inicia este novo Governo, a gente tem um decreto suspendendo para fazer esse freio de arrumação com relação à política, uma nova regulamentação para essa política, e a gente entende que essa é uma oportunidade extremamente importante para que a gente retome uma política responsável de controle, que seja capaz de preservar a dinâmica, enfim, do tiro desportivo, de outras atividades e do acesso que os cidadãos podem ter a esse armamento, mas que impeça, com rigor, os desvios que têm acontecido recorrentemente nesse processo. A gente tem tido inúmeras notícias de pessoas que fizeram a aquisição de armamento se utilizando dessa prerrogativa de serem caçadores, colecionadores ou atiradores que têm dado direcionamento para esse armamento ao crime organizado, isso sem contar os casos nos quais os próprios proprietários têm perdas ou extravios, enfim, perdem esse armamento, que também necessariamente vai parar nas mãos do crime organizado.

Então, a oportunidade que a gente tem é de impedir esses desvios, de criar um mecanismo que seja justo, que seja adequado e que preserve a segurança pública.

A gente tem um estudo no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, feito pelo Daniel Cerqueira, pela Samira Bueno e pelo Tulio Kahn, com o apoio de outros parceiros, que estimou que, a partir de 2019, com esse aumento na circulação... Em que pese a gente tenha tido algumas reduções nas taxas de homicídio, se a gente não tivesse tido esse aumento no número de armas de fogo, a gente teria poupado 6.379 vidas nesse período entre 2019 e 2021, ou seja, a queda que a gente verificou na taxa de homicídios brasileira teria sido ainda maior se a gente tivesse preservado a política mais responsável de controle desse armamento.

Então, isso é extremamente importante para que a gente consiga fazer frente nesse contexto de crise do sistema de segurança pública, para que seja possível que as instituições policiais, que os seus policiais lá na ponta tenham a capacidade e a condição de poder fazer o rastreamento dessas armas que são apreendidas na criminalidade, para que saibam quais são os principais pontos de desvio nesse mercado, nesse sistema, e, a partir daí, sim, a gente tenha órgãos tanto no nível federal, olhando para as fronteiras, olhando para as dinâmicas mais organizadas, interestaduais e transnacionais, mas também no nível estadual, para que esses policiais tenham acesso às informações mais centralizadas, com relação às armas de fogo, para que possam desenvolver suas investigações e ter uma produção de inteligência com relação às armas de fogo.

Então, de forma geral, eu gostaria de concluir dizendo que essa oportunidade precisa ser aproveitada pelo poder público brasileiro, tanto por parte do Legislativo quanto do Executivo – inclusive o nosso Judiciário tem dado algumas respostas com relação a esse contexto –, ela precisa ser aproveitada pelo nosso poder público, para que a gente não enfrente uma situação ainda pior na segurança pública num futuro muito próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As armas de fogo são um instrumento que tem uma vida útil bastante longa, e, se a gente não impedir essa disseminação desenfreada do armamento e esses mecanismos de desvio de comunicação do mercado legal com o mercado ilegal, a tendência é que a gente vá colher os frutos dessa política de descontrole num futuro muito breve.

Então, eu encerro por aqui a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. David Marques, pela disponibilidade e pela explanação.

Antes de passar a palavra à Sra. Carolina Taboada, só quero chamar os próximos três convidados para se prepararem também na sequência aqui depois: Sr. Luciano Anechini Lara Leite, Sr. Fabricio Rebelo e Sr. Rodrigo de Barros Piedras Lopes.

Então, com a palavra, a Sra. Carolina, por favor.

A SRA. CAROLINA TABOADA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom dia, Senador Flávio Bolsonaro, que preside esta sessão, e Senadoras e Senadores aqui presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, em nome do Instituto Igarapé, o convite para a gente contribuir hoje nessa discussão sobre o PL 3.713, de 2019.

Os últimos quatro anos foram de enormes retrocessos na política de controle de armas do Brasil, que estava consolidada desde 2003 com a publicação da Lei 10.826, que ficou conhecida como o Estatuto do Desarmamento, que esse projeto revoga por completo.

Em apenas três anos, entre 2019 e 2021, nós regredimos quase duas décadas. Foi o tempo que levou para que 0,5 milhão de armas voltassem a circular; o mesmo número que tinha sido retirado em 20 anos de campanha de desarmamento e de entrega voluntária. Por isso, para contribuir com essa discussão, eu vou focar minha fala na necessidade de fortalecimento do sistema de controle de armas, algo que já era fundamental em 2018 e ficou ainda mais importante depois do descontrole dos últimos quatro anos.

Nesse período, foram publicados mais de 40 atos normativos alterando a política que estava vigente, e o discurso que imperou no período foi na direção da promoção de uma verdadeira corrida armamentista. O reflexo disso pode ser visto na explosão do número de armas particulares no Brasil. Um acervo que, como a Michele já trouxe, era de aproximadamente 1,3 milhão de armas em 2018 chega a quase 3 milhões em dezembro de 2022.

Essa explosão, que foi particularmente grande nos acervos de pessoas uma autorização para caça, tiro esportivo e colecionamento não foi acompanhada, como fica claro, nos aumentos das capacidades de controle e fiscalização. Em 2020, só 2,3% dos acervos de CACs, clubes e entidades de tiro foram fiscalizados. Para ilustrar esse cenário de fragilidades graves – que são muitas – nos sistemas de controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foram agravados pela corrida armamentista desde 2019, eu vou recorrer a duas situações: a caça e os registros vencidos.

A caça é proibida no Brasil. Tem uma exceção a essa regra, que é o controle do javali, que é uma espécie exótica invasora. A população de javali precisa ser reduzida – ninguém discorda disso, em especial os órgãos de controle ambiental –, mas, nos últimos cinco anos, o número de pessoas com autorização para caça aumentou dez vezes: de pouco mais de 48 mil, em 2018, para quase 560 mil em dezembro de 2022. Se essa autorização para civis realizarem o manejo do javali fosse efetiva, a essa altura a gente deveria ver uma redução drástica dessa população, mas o que aconteceu foi o contrário: o javali seguiu se espalhando de forma cada vez mais rápida pelo território brasileiro e hoje está, inclusive, em áreas em que ele não poderia chegar sozinho, como Ilhabela, que é uma ilha no litoral de São Paulo – o javali.

Fica claro, então, o descontrole é a ineficiência dessa política. Uma pessoa pode ter licença de caçador, nunca abater um javali e isso não ter nenhuma consequência.

Os números dos relatórios de abate do Ibama, que o Ibama tem através do Simaf, sugerem, inclusive, que esse é o caso para a maior parte desse 0,5 milhão de pessoas que receberam autorização para adquirir armas para caça nos últimos cinco anos, lembrando que esse limite, nos últimos anos, vigorou para essas pessoas em 30 armas, sendo 15 de uso restrito, o que incluía alguns modelos de fuzil.

Um outro ponto, então, que eu vou trazer que indica essa necessidade de fortalecimento e reformulação dos sistemas de controle são os registros vencidos de arma de fogo. Em setembro de 2021, a Polícia Federal informou, via Lei de Acesso à Informação, que existe mais de 1,5 milhão de armas com registro vencido no seu sistema. Essa informação não foi compartilhada pelo Exército; então, a gente só tem conhecimento de parte do problema, mas isso acontece porque hoje não há nenhuma previsão sobre como lidar com armas com registro vencido. É uma infração administrativa, sem consequências adicionais e que permite, inclusive, que a pessoa compre e registre novas armas mesmo tendo uma arma em situação irregular, com o registro vencido em casa.

As renovações de registro são momentos nos quais o Estado atualiza a informação da arma, garante que ela segue em posse de um cidadão que está habilitado a possuí-la. Não são só as quase 3 milhões de armas particulares que precisam ser fiscalizadas; tem também todo esse universo de armas com registro vencido.

E essa é só uma das formas pelas quais as armas vão gradualmente transitando da legalidade para a ilegalidade, e a falta de fiscalização ou previsões sobre essas armas com registro vencido faz com que o Estado perca o controle sobre elas.

Esses são dois exemplos práticos da fragilidade de algumas das regras de controle de armas no Brasil e são pontos nos quais esse projeto não avança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale ressaltar que, em 2022, uma auditoria do TCU no sistema de controle de armas e munições descreveu um cenário marcado por falhas graves, algumas das quais eu já trouxe aqui, mas colocou também o fato de que as armas apreendidas nos estados, via de regra, não são cadastradas nos sistemas federais. E as polícias civis não têm acesso ao Sigma, o sistema de gerenciamento de informações militares do Exército, o que retira uma possibilidade de investigação sobre o caminho das armas até chegar ao ponto de elas terem sido usadas, apreendidas em uma situação criminal.

É importante ressaltar que diversas pesquisas mostram que a maior parte das armas apreendidas pelas polícias estaduais no Brasil são de fabricação nacional, e a auditoria lembra, inclusive, que a CPI do Tráfico de Armas, que foi finalizada em 2006, concluiu que 55% das armas apreendidas usadas em crimes tinham sido desviadas de um proprietário legal em algum momento da sua existência. Se essa arma cruzou para a ilegalidade em algum momento, isso significa que os nossos mecanismos de controle, nossos sistemas de controle falharam.

Tudo isso aponta para a necessidade de uma grande reformulação do controle de armas no Brasil, modernizando os sistemas, integrando totalmente os bancos de dados, uma demanda que está prevista desde 2004 e até hoje não foi totalmente implementada. Teve passos importantes nas últimas semanas e nos últimos meses, aumentando a interação entre diferentes bancos de dados, inclusive os do Judiciário, para que a gente possa ter, através dos sistemas, histórias completas sobre uma arma de fogo e sobre o seu proprietário, sobre aquela pessoa que quer possuir uma arma de fogo. Nós vimos diversas situações nos últimos anos em que pessoas que não deveriam ter tido acesso a arma de fogo conseguiram comprar legalmente através da exploração de algumas dessas muitas fragilidades.

Esse é um trabalho enorme. Ele envolve investimento em desenvolvimento de tecnologia, coordenação política de trabalho entre os diferentes órgãos, fortalecimento das checagens de exigências para que se possua legalmente uma arma de fogo. Os instrumentos em funcionamento hoje já eram insuficientes e precisavam de bastante aprimoramento lá em 2018, e isso se tornou imperativo depois dos anos de descontrole e caos normativo, com um universo de armas em circulação hoje que é muito maior e muito mais potente do que era quatro anos atrás. Nós acreditamos que qualquer discussão sobre arma de fogo deveria ser com foco no aumento do controle sobre as armas e munições, medidas essas que podem efetivamente melhorar a segurança pública.

Eu quero finalizar lembrando que a opinião da população brasileira sobre esse tema é muito clara. Em pesquisas de opinião os brasileiros se manifestam fortemente contrários à facilitação do acesso às armas e munições. A série histórica construída pelo Datafolha desde 2013 demonstra, inclusive, a solidez da sua opinião. Naquele momento, 68% da população era contra a posse de armas. Em 2019, esse número vai a 66% e, em 2022, 71% se disseram contrários à ideia de que seria preciso facilitar o acesso das pessoas às armas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse número – e aqui eu acho esse recorte importante – é ainda maior entre as mulheres: são 77% contrários em 2022; pessoas que se autodeclararam pretas, 78%; e entre jovens entre 16 e 24 anos, que são três em cada quatro contra.

Ou seja, as parcelas mais vulneráveis da população brasileira, os que estão mais expostos à violência e os que mais sofrem com a violência armada entendem que as armas não os deixam mais seguros, muito pelo contrário. São essas as pessoas que as políticas de controle de armas deveriam ouvir em primeiro lugar. E as pesquisas deixam bem claro o que elas querem: regras e controles mais rígidos e confiáveis, e não a facilitação do acesso às armas de fogo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado pela colaboração, Sra. Carolina.

Então, já passo a palavra, imediatamente, para o Sr. Luciano Anechini Lara Leite, Promotor de Justiça Criminal no Estado de Mato Grosso do Sul, Pós-Graduado em Ciências Criminais, Pós-Graduado em Balística e Mestre em Garantismo pela Universidade de Girona, da Espanha.

Com a palavra, o Sr. Luciano.

O SR. LUCIANO ANECHINI LARA LEITE (Para expor.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senadores e audiência, é um prazer poder falar na mais importante Comissão do Senado sobre um assunto que me é tão caro como armas e liberdade. Agradeço o convite a esta oportunidade.

Esta Casa e seus membros estão de parabéns por terem assumido o protagonismo e poderem, de uma vez por todas, solucionar a questão da legislação de armas no Brasil e garantir o respeito aos direitos fundamentais de todos os cidadãos brasileiros.

Eu sou Promotor de Justiça Criminal há 19 anos, atuo dedicado ao Plenário do Tribunal do Júri cuidando dos crimes dolosos contra a vida. Com 430 julgamentos realizados e milhares de processos já analisados, nunca atuei em um caso em que uma arma legal tenha sido utilizada para praticar um crime de homicídio – vale dizer: que tenha sido utilizada pelo proprietário para matar alguém. Repito: nunca, em 19 anos de atuação e mais de 400 plenários.

Se puderem passar o eslaide, por favor...

Sabendo que poderia ser coincidência somente em minha atuação, ainda que tenha realizado plenários por todo o Estado de Mato Grosso do Sul, alarguei a minha pesquisa para os últimos cinco anos de homicídios naquele estado, e o resultado: nenhum homicídio praticado com arma legal nos últimos cinco anos. E a pesquisa foi selecionada para concorrer ao Prêmio Innovare no ano passado. Estou agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ampliando o espectro de processos e buscando os dados dos demais tribunais de justiça do Brasil para termos números nacionais, mas, em conversas informais com juízes e promotores de todo o país, esses também não se recordam de um júri de homicídio praticado com armas legais.

E isso é para dizer que, em muito do que se propaga a respeito dos perigos das armas em mãos de cidadãos de bem, do potencial risco à segurança pública, em verdade, os números demonstram exatamente o contrário: mais armas legais não representam mais crimes praticados com essas armas, exatamente porque essas armas não estão com criminosos.

Armas e livros têm o mesmo potencial. Livros não lidos e não entendidos servem tanto quanto uma arma não manuseada: para nada. É a intenção do autor/leitor que gerará consequências aos dois objetos.

O aumento recente no número de armas e de CACs e o aumento na venda de armas legais que alguns dizem ser assustador, descontrolado ou até um "liberou geral", em verdade, não ocorreu assim. Temos hoje uma das mais restritivas legislações de armas do mundo. Temos hoje um dos únicos, se não o único, esportes do mundo fiscalizado pelo Exército. Possuímos uma intrincada burocracia com inúmeras repetições de formalidades para simplesmente se adquirir uma arma. Isso leva meses. Existe uma quase intransponível barreira para a obtenção de um porte de arma civil para defesa pessoal.

O PL 3.713 nasce exatamente regulamentando a aquisição, o porte de armas e, em especial, a idade mínima para o ato, baixando de 25 anos para 21 anos – pode passar o eslaide, por favor –, trazendo alterações para a lei de armas, a Lei 10.826. Encaminhado o PL ao Relator, esse emite interessante parecer em que destaca a dívida história do Congresso com a vontade popular soberana exarada em 2005, essa, sim, pesquisa popular válida, em que, no referendo, 64% da população manifestaram-se favoráveis à venda de armas e, portanto, contrárias à proibição dessas no país. São hoje, proporcionalmente, 135 milhões de pessoas que, ainda que não comprem o seu equipamento, não têm sequer 1% efetivamente de representação no 1 milhão de pessoas que têm ou podem ter armas no país – têm ou podem ter.

Pode passar o eslaide, por favor?

Falei que têm ou que podem ter armas, porque, dos quase 1 milhão de CACs registrados no Exército, 600 mil não têm sequer uma arma apostilada em seus acervos, conforme divulgado pela maior fabricante nacional de munição na semana passada.

Exatamente esses números é que o recadastramento alcançará. Apenas 62 mil armas restritas estão com os CACs, e menos de 20 mil dessas são os rifles semiautomáticos de calibre restrito, sendo que, em verdade, os fabricados pela fabricante nacional são carabinas, os indevidamente classificados fuzis, nada dos mais de 700 mil, erroneamente citados e anunciados pela imprensa, inclusive fonte de pesquisa citada pela minha antecessora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alarma-se do risco que os equipamentos podem gerar para a segurança pública, mas o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em apresentação ao CNMP, recentemente, ao dizer que houve um aumento estrondoso de 100% no número de crimes praticados por esses CACs, mostra que saltaram de 107 no ano de 2021 para 220 no ano de 2022. Buscaríamos um zero absoluto, mas não se pode deixar de considerar que, no universo de 1 milhão de pessoas que podem ter armas, 220 crimes praticados no ano representam 0,00005%, estatisticamente desprezível. Sabemos que os crimes não são homicídios, como a minha pesquisa demonstra: são porte ilegal, eventual disparo de arma de fogo e outros delitos.

Isso tudo é para dizer que novamente – pode passar o eslaide, por gentileza – está de parabéns esta Casa por buscar discutir a matéria e tratá-la com a seriedade devida.

O fundamento da lei de armas está na Constituição Federal, erroneamente se esquece disso ao se falar da lei de armas: o art. 5º, *caput*, quando estabelece a garantia do direito à vida, à segurança e à propriedade, não poderia estar ali fundamentado se não trouxesse também garantida a possibilidade do instrumento equiparador de forças por excelência, que são as armas de fogo e o acesso a elas para defesa desses direitos.

O direito a armas está fundamentado ainda na Carta de Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante o direito à autodefesa, e o Brasil é signatário desde 1947, salvo melhor juízo.

O direito às armas está no art. 217, no direito ao desporto e na obrigação da nação de estimular a prática esportiva e incentivá-la. Os convidados que me seguirão destacarão as agruras a que o esporte está sujeito desde o Decreto 11.366, que, buscando alegadamente enfrentar o desvio de equipamentos e fomento ao crime organizado – equivocadamente, eis que o crime não tem interesse nas armas usadas pelo civil nem pelas suas munições –, acabou por fatalmente atingir o esporte e os atletas, hoje sem munição e privados de insumos e da recarga, atividades essenciais.

Pode passar, por gentileza.

Há risco efetivo de, a partir deste mês, ocorrer a paralisação dos campeonatos, com prejuízos incompensáveis à preparação dos atletas olímpicos e de alto rendimento, com provas internacionais e seletivas já se aproximando.

Nesse contexto e buscando aglutinar diversos projetos de lei, costurando-os para construir um consenso nesta Casa, apresentou-se um substitutivo para o PL 3.713, que era muito bom na sua essência, ainda que mantivesse a equivocada pretensão de garantir apenas a determinadas categorias o direito ao porte de arma e não o acesso universal a qualquer pessoa que queira e preencha requisitos objetivos, como deve ser a garantia da efetivação da legítima defesa, criando um verdadeiro substitutivo à nova lei de armas no país. O substitutivo que se apresentou alterou, assim, totalmente a essência de correção de tópicos da atual lei para apresentar um novo diploma legal. O belíssimo relatório restou substituído por incoerentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposições, que serão ainda piores ao tiro e ao cidadão do que a atual legislação, apresentando formalmente o que até o atual Governo já se negou pretender a fazer, que é o confisco de armas e acessórios.

O tiro no Brasil envolve uma incontável variedade de categorias e de atividades, as quais acredito que não haja sequer uma única pessoa capaz de inteiramente numerar e elencar sem erro, modalidades esportivas, tiro recreativo diverso, interesses de funções públicas, atividades privadas e até de pessoas contrárias ao armamento, todas conspirando para o insucesso de um consenso sobre a matéria e sua nova regulamentação. É que não há consenso sobre armas e munições em lugar nenhum do mundo. Nos Estados Unidos, onde o direito é amparado pela Segunda Emenda à Constituição, datada de 1789 e publicada em 1791, somente em 2022, houve declaração efetiva desse direito pela Suprema Corte daquela nação, e apenas no mês de março deste ano se alcançou a maioria dos estados, garantindo o *constitutional carry* àquela nação.

O que não se pode aceitar é que, com ótimas intenções, e o parecer do Relator começa como um sonho a todos os praticantes das atividades do tiro, isso se torne um pesadelo com alguns dispositivos neles constantes, em especial: alteração de classificação de calibres; marcação de estojos civis, quando em verdade hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO ANECHINI LARA LEITE – ... a munição é marcada em lotes e todas as caixas são rastreáveis; a confusão entre o sistema Sigma e o Sinarm; a repetição de atos pelo Exército e pela Polícia Federal engessando, atrasando e complicando ainda mais os atos; o risco efetivo de confisco; a proibição do uso de rifle semiauto em calibre como 5,56x45mm e o ponto 223 Winchester, calibres irmãos siameses, por assim dizer, que são utilizados, a exemplo, no Trigun e na categoria rifle de IPSC.

Aqui chamo a atenção para o vídeo. Pode passar, por gentileza.

As proibições... Mais um eslaide, por favor.

Se a senhora puder soltar o vídeo...

Esse é um vídeo de uma prova estadual de uma atleta da categoria damas, em que havia somente uma pista quando a prova foi desempenhada quando deveria ter nove; somente 32 disparos numa prova foi realizada quando deveríamos ter em torno de 150, porque nós estamos sem munição, sem insumo e sem a possibilidade de aquisição de novos equipamentos.

Consegue passar o vídeo? (*Pausa.*)

Ah, sim. Pois não.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO ANECHINI LARA LEITE – Essa é a minha esposa atirando pela segunda vez com uma carabina T4, customizada para o tiro esportivo, mostrando que o tão temido AR-15, na verdade, é uma plataforma de um 22 barulhento e muito facilmente controlável. Ela mostra, ao final da prova, dois disparos feitos em deslocamento, em que ela acertou um tiro dentro do outro, mostrando que não tem nada do que se demoniza sobre a plataforma.

O brasileiro, neste ano, da categoria terá etapa única aqui em Brasília, porque não temos munição, insumo nem condição de adquirir equipamentos, dada a decisão do STF que a barrou.

Rifle semiauto, na forma com que nós temos a condição de adquirir, não interessa aos criminosos que querem os automáticos, armas que nunca chegaram à mão do cidadão de bem. Nossa recarga não serve aos criminosos que querem munição para regime automático de disparo, e, além disso, a munição recarregada não serve para o combate nem mesmo para as armas automáticas.

O projeto de lei nos termos apresentado pelos autores pode e deve ser discutido e é um começo de trabalho em prol das melhores condições para o porte de arma no Brasil. O substitutivo é muito mais restritivo que a atual lei de armas e engessa, por meio de lei, questões que hoje fariam por acabar com o tiro no Brasil em diversas modalidades, além de gerar muito mais burocracia e atos redundantes em seu procedimento.

Esta Casa tem condições de, através de outro PL, o PL 3.723, já votado na Câmara e já bastante discutido por aqui até 2021, dar uma maior segurança jurídica com as alterações da desarmamentista lei de armas, incondizente com a vontade popular desde 2005, repito.

Fazendo uma correção aqui: a lei de armas de 2003, a Lei 10.823, não foi criada para tirar de circulação armas de bandidos. O finado Ministro Márcio Thomaz Bastos, em sua declaração, disse que ela veio para tirar o risco de acidentes com armas legais na mão do cidadão de bem.

Com isso, avançaríamos muito no tema se bastasse o mesmo protagonismo demonstrado com esta sessão, por cujo convite agradeço mais uma vez, para levá-lo, o PL 3.713, sem as emendas e substitutivos, a Plenário, em votação, na forma com que já foi votado na Câmara.

Coloco-me à disposição para quaisquer perguntas e esclarecimentos.

Agradeço mais uma vez a atenção de todos e registro infelizmente o meu ressentimento a afirmações de descontrole, de irresponsabilidade das políticas públicas de fiscalização, que não são condizentes com o trabalho árduo das forças de segurança brasileiras, me solidarizando aqui com os Srs. Generais e Coronéis aqui presentes, porque o Exército faz o trabalho dentro das suas possibilidades, um trabalho exemplar do mais restritivo esporte desempenhado no mundo.

Era o que tinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Dr. Luciano, pela sua explanação.

Eu convido o Sr. Fabricio Rebelo, Jurista, Jornalista, Escritor, responsável pelo Centro de Pesquisa em Direito e Segurança, que vai falar para nós remotamente.

O SR. FABRICIO REBELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador Flávio, Srs. Senadores.

Para mim é uma enorme satisfação retornar aqui ao Congresso, ainda que desta vez virtualmente, para participar do debate sobre armas de fogo.

Aproveito para registrar os meus cumprimentos a todos os Senadores presentes, aos meus antecedentes expositores e a todos aqueles que nos acompanham.

Senador Flávio, eu começarei a minha exposição e fiz aqui um apanhado daquilo que foi anteriormente apresentado, principalmente porque, do ponto de vista técnico, a abordagem do Dr. Luciano Lara foi brilhante, ele já apresentou as questões mais cruciais em torno do texto efetivo do projeto de lei. Eu preciso registrar que temos aqui uma situação muito desafiadora para o Senado. Afinal, nós vemos, ao longo dos últimos anos, essa discussão em torno da regulamentação de armas ser alvo de diversas audiências públicas nas duas Casas Legislativas – ora na Câmara, ora no Senado – com um roteiro que é repetido em quase todas elas.

De um lado, nós vemos organizações dedicadas ao desarmamento, algumas delas financiadas por recursos, inclusive, internacionais, fruto de uma agenda desarmamentista que se instaura em âmbito global, que trazem os mais variados argumentos, como eu costumo dizer – e digo isto, inclusive, no meu segundo livro –, pautados em uma verdadeira matemática do absurdo, em critérios matemáticos projecionistas. O Brasil é o único país do mundo que faz a estatística dos não mortos para tentar estabelecer algum tipo de efetividade do controle de armas, na medida em que se adota um critério que é imune a falhas. Se nós temos uma variação negativa nas armas e negativa nos homicídios, se diz imediatamente que foram as armas as responsáveis por reduzir os homicídios; se nós temos uma variação negativa nas armas e os homicídios sobem, se diz que, se não fossem menos armas em circulação, o resultado seria ainda pior; ou seja, é uma tese que não pode ser simplesmente comprovada de nenhuma forma, porque só basta amoldar o discurso a um momento que seja conveniente para que ele seja sacado.

E, de outro lado, contrapondo essas entidades desarmamentistas, nós vemos aqui um desfile, em diversas oportunidades, de outros representantes, alguns especialistas de diversas áreas que buscam trazer os dados oficiais do Brasil, buscam trazer as nossas estatísticas. O Brasil é rico em estatísticas criminais. Nós temos lá no Datasus, o nosso banco de dados oficial, registros que começam lá em 1979, tratando do histórico dos homicídios e especificamente dos homicídios com armas de fogo. Isso vem sendo diversas vezes apresentado. Nós saímos dessas audiências com a sensação de que a verdade foi restabelecida, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, quando surge a oportunidade de um novo projeto de lei e de uma nova cobertura sobre esse tema, de uma nova discussão, parece que nada foi discutido e se retorna novamente a toda aquela narrativa de mais armas, mais crimes, como se essa fosse a verdade.

Daí eu registro, ao tempo em que cumprimento bastante o Senado por ter convocado mais esta audiência, esta possibilidade de discussão, o desafio que V. Exas. vão enfrentar para fazer prevalecer a verdade em face daquilo que é palpável, daquilo que é real, daquilo que está posto nos nossos indicadores oficiais de criminalidade.

E nisso é muito válido que nós tenhamos tido, na apresentação da senhora representante do Ministério da Justiça, um verdadeiro resumo do histórico da legislação brasileira sobre armas, do que aconteceu no Brasil sobre armas, mas é necessário evidentemente contextualizar esse histórico, porque essa contextualização ficou faltando. Nós não vimos ali um confronto que seria absolutamente fundamental para quem pesquisa a área de segurança pública, que é contrapor esse histórico legislativo com as variações dos homicídios aqui no Brasil. Porque soa até um pouco surreal nós ouvirmos repetidas vezes a tese de que elevar o número de armas em circulação eleva o número dos homicídios, quando nós temos um experimento brasileiro, ao longo da sua série histórica, que é verdadeiramente laboratorial. O Brasil é um dos únicos países do mundo que tem um histórico no controle de armas de fogo determinado em fases muito específicas que nos trazem uma rica fonte, um rico arcabouço de informações para que nós formemos as nossas convicções.

E aí já fica também um desafio, um convite àqueles que nos acompanham para que busquem fazer isso, busquem passar a analisar não por aquilo que é simplesmente apresentado, mas essencialmente pelo que nós temos dos nossos indicadores.

Uma breve ilustração do que nós temos aqui: nós temos um gráfico que nos mostra que, durante o acompanhamento da nossa série histórica. Nós temos o acompanhamento que começa, como disse, lá em 1979 até a década de 90; nós tínhamos aqui no Brasil um comportamento dos índices de criminalidade que eram absolutamente compatíveis com os de países em desenvolvimento. Então nós não nos descolávamos muito desse cenário global dos países em desenvolvimento. E aí, quando chegamos à década de 90... E o Senador Flávio muito provavelmente se lembra disso, se não por experiência pessoal, mas certamente por registros históricos, de que nós tivemos um fenômeno que foi o fortalecimento brutal as organizações criminosas no Rio de Janeiro, inclusive pautado em uma política pública que se vangloriava de dizer que a polícia não sobe o morro; e enquanto a polícia não subia o morro, os traficantes foram se fortalecendo. E, na medida em que organizações criminosas se fortalecem, os índices de criminalidade igualmente se fortalecem. E aí nós começamos a ter um aumento muito forte nos índices de criminalidade, de fato, aqui no Brasil.

Aí vem uma aposta que começa não no Estatuto do Desarmamento. E isso é fundamental que seja registrado aqui para os senhores. O Brasil começa a adotar as políticas de restrição às armas como elemento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de segurança pública em 1997, com a Lei 9.437, a lei que criminaliza o porte ilegal de arma, que até então era uma mera contravenção penal.

Nós sabemos que no meio jurídico, nas leis que são impositivas, aquilo que gera efeito para uma legislação é a sua parte sancionadora, é aquilo que determina que o indivíduo que não cumpriu a lei vai sofrer uma sanção.

Isso acontece no Brasil lá em 1997, com, repito, a criação do Sinarm e a Lei 9.437, criando os crimes de posse e porte ilegal de arma de fogo, impondo o registro de todas as armas. E o resultado é catastrófico: os homicídios continuam subindo assustadoramente, até que em 2003 tem a coroação das políticas desarmamentistas, com a adoção do Estatuto do Desarmamento, que tem efeitos igualmente deletérios; não faz a redução dos homicídios, ao contrário, leva-os até o recorde de 2017. E aí sim nós temos uma reversão, que não começa com o Governo anterior, não começa com o Presidente Bolsonaro; isso começa em 2018, com a Portaria 131 da Polícia Federal, que reverte uma ilegalidade cometida no Governo anterior.

Aí peço licença só para chamar atenção da responsabilidade que o Senado Federal tem a partir de agora, porque tem a responsabilidade de restabelecer aquilo que o Congresso brasileiro aprovou, porque o Congresso brasileiro, quando votou o Estatuto do Desarmamento, estabeleceu uma distinção clara entre os requisitos para alguém ter a posse de arma, que é uma relação estática com o armamento, mantê-lo sob sua posse em residência ou local de trabalho, e o porte de arma, que é uma relação dinâmica, circular com ele.

E V. Exas., o Congresso Nacional estabeleceu que para a posse de arma, o requisito, além dos requisitos objetivos, era a declaração de efetiva necessidade. Uma declaração é um ato jurídico unilateral pelo qual o indivíduo assume a responsabilidade do conteúdo. Ao passo que para o porte de arma, claro, o direito mais amplo, o Congresso estabeleceu que seria necessário demonstrar a efetiva necessidade.

Mas o Governo anterior, o Governo lá de 2004, ignorou essa distinção que o Congresso havia feito, atropelou a lei e transformou o que era declaração de efetiva necessidade em demonstração de efetiva necessidade, igualou os dois requisitos, e isso represou artificialmente o comércio de armas no Brasil, comércio esse que...

Não precisa de pesquisa, o Brasil é também um dos únicos países do mundo que submeteu a questão formalmente à sua população; e a população brasileira, em 2005, foi inequívoca; 63% – é um percentual que nenhum Presidente eleito sequer obteve até agora – foram claros: o eleitorado brasileiro optou por permitir, por continuar tendo acesso às armas de fogo, o que vinha sendo ignorado pela legislação anterior e foi corrigido lá em 2018, a partir de quando, aí sim, nós tivemos um crescimento exponencial na aquisição de armas.

E o resultado nos indicadores de criminalidade? Baixas recordes. Nós nunca tivemos homicídios tão baixos, descendo tanto como agora. É a maior redução, inclusive, em 26 anos de toda a série histórica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se nós vamos falar de democracia, nós vamos falar de histórico, nós precisamos respeitar a vontade do povo e respeitar, principalmente, o que diz a lei. E daí a importância dessa discussão para, quem sabe, o Congresso, agora, inicialmente pelo Senado, fechar as portas para uma nova imposição ilegal e antidemocrática.

E assim eu encerro minha participação inicial, Sr. Presidente, já me dispondo aqui para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado pela sua explanação, Sr. Fabrício Rebelo.

Antes de passar a palavra para, remotamente, falar o Sr. Rodrigo de Barros Piedras Lopes, vou anunciar os próximos dois palestrantes também: o Sr. Felippe Angeli e o Sr. Roberto Uchôa de Oliveira Santos, logo após o Sr. Rodrigo falar.

Então, quero passar a palavra para, remotamente, o Sr. Rodrigo de Barros Piedras Lopes, Delegado de Polícia da Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Com a palavra, o Sr. Rodrigo, pelo tempo de dez minutos.

Por favor, Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO DE BARROS PIEDRAS LOPES (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Rodrigo, só um segundo, só para anunciar as presenças aqui do Senador Alan Rick e do Deputado Federal Pollon.

Por favor, com a palavra, Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO DE BARROS PIEDRAS LOPES (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Flávio. Bom dia a todos os Parlamentares e convidados para essa audiência. Sinto-me honrado também de participar da audiência.

Vejo que, realmente, o debate principal gira em torno da regulação do mercado legal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Rodrigo, só checa para a gente se o seu sinal de vídeo está ativado, porque nós estamos ouvindo a sua voz, mas não o estamos vendo.

O SR. RODRIGO DE BARROS PIEDRAS LOPES (*Por videoconferência.*) – O de vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É. A tela está preta aqui para a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer tentar refazer a conexão?

O SR. RODRIGO DE BARROS PIEDRAS LOPES (*Por videoconferência.*) – Deixe-me só verificar aqui. (*Pausa.*)

O de vídeo está normal para mim aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, então segue. Só não o estamos vendo. Não sei se o senhor vai fazer alguma apresentação de eslaide, trazer alguma imagem. Caso não vá fazer, a gente continua só ouvindo a voz do senhor aqui mesmo. (*Pausa.*)

Vamos fazer o seguinte: só tenta refazer a conexão com ele, então. A gente aguarda aqui alguns segundos.

Nós vamos tentar refazer a conexão, Sr. Rodrigo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fazendo uma correção aqui enquanto está se estabelecendo a conexão com o Rodrigo, na verdade ele é Delegado de Polícia Civil do Rio de Janeiro, mas da Desarme, delegacia de repressão e combate ao tráfico de armas. (*Pausa.*)

Não, pelo menos já está com som.

Rodrigo, nos ouve? Sr. Rodrigo, nos ouve?

O SR. RODRIGO DE BARROS PIEDRAS LOPES (*Por videoconferência.*) – Estou ouvindo, mas realmente estou sem vídeo aqui ainda. Vou entrar de novo na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está o.k. (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO DE BARROS PIEDRAS LOPES (*Por videoconferência.*) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora o senhor está me vendo.

Com a palavra, Sr. Rodrigo.

Só fazendo a correção, não sei se o senhor nos ouviu, na verdade, o senhor é Diretor da Desarme, não é isso?

O SR. RODRIGO DE BARROS PIEDRAS LOPES (*Por videoconferência.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a palavra, Sr. Rodrigo, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DE BARROS PIEDRAS LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio. Bom dia a todos os Parlamentares e a todos convidados. É uma honra para mim realmente participar desta reunião. Eu estou vendo realmente que o debate principal gira em relação ao mercado legal e à regulação.

Eu vou trazer um pouco dos dados da minha experiência na polícia para poder enriquecer este debate realmente.

Eu sou policial há cerca de 20 anos. Já trabalhei como agente da Polícia Federal. Atualmente sou Delegado titular da Desarme (Delegacia Especializada em Armas e Munições), trabalhei na Polícia Federal, nos anos de 2008-2009, na extinta Delearm, que era a delegacia que também tratava de crimes relacionados à arma de fogo, ao tráfico de armas e comércio ilegal de arma de fogo, e já sou titular, há certo tempo, da Desarme no Rio de Janeiro.

A Desarme foi recriada, em 2017, e é uma delegacia que trata especificamente da repressão aos crimes ocorridos com arma de fogo, ao comércio ilegal de arma de fogo e ao porte ilegal de arma de fogo. Ela surgiu com o intuito justamente de esclarecer de onde vêm as armas que estão com os criminosos. Os criminosos praticam crimes com arma de fogo, e a Desarme veio com este intuito: esclarecer de onde vêm as armas e como esses crimes estão sendo abastecidos.

No contexto do Rio de Janeiro, como também já é conhecido nacionalmente, aqui há facções criminosas que brigam entre si, causando realmente mortes, homicídios e grandes transtornos à nossa população, e o foco da Desarme foi justamente este: identificar e combater as armas de fogo que estão chegando às mãos das facções criminosas.

Atualmente, até ontem, se não me engano, passamos de 200 fuzis apreendidos somente este ano no Rio de Janeiro – pouco mais de cem dias no ano, e já temos mais de 200 fuzis apreendidos. Isso se dá em relação ao fortalecimento de algumas facções criminosas e à guerra que ocorre entre facções no nosso estado.

E posso dizer: a Desarme não atua em relação à fiscalização que é exercida pela Polícia Federal e pelo Exército. Nós já tivemos, na Polícia Civil, ainda temos o Cfae (Coordenadoria de Fiscalização de Armas e Explosivos). Anteriormente o Sinarm era responsável justamente por emitir, no Estado do Rio, o registro de arma de fogo, que era de característica estadual. Atualmente tem outras atribuições o Sinarm. A Desarme não tem como atribuição nem produzir estatísticas, estudos, nem fiscalização de estabelecimentos, estandes e comércios de arma de fogo. A nossa função, principalmente, é em relação à repressão. E nós rastreamos boa parte das armas de fogo com o apoio da Polícia Federal, que detém um sistema realmente que possibilita o rastreamento – são apreendidas com facções criminosas do Rio de Janeiro.

E eu posso falar realmente que a maior parte das armas de fogo que são apreendidas – fuzis principalmente, fuzis e armas, pistolas, pistolas que muitas vezes são modificadas para atirar de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

automática – não têm como origem o acervo legal, mas, sim, elas entram no país por fronteiras, por outros países que realmente fazem fronteira conosco. Atualmente o que nós vemos são muitos fuzis que não são fuzis originais, são fuzis montados fora do Brasil, são várias peças compradas e montadas; muitas vezes até existem logomarcas de fabricantes. Essas logomarcas são falsificadas nesses outros países para poder, inclusive, dar um ar de originalidade ao fuzil. Números de série também são falsificados. E, com essa falsificação, eles conseguem vender o fuzil por um preço maior no mercado ilegal do Rio de Janeiro.

Um caso que eu acho importante que aconteceu no ano passado, no Rio de Janeiro – até eu trago aqui para a atenção dos senhores, como está em pauta a nova Lei do Desarmamento –, é em relação ao comércio ilegal de arma de fogo.

A Desarme tem atribuição exclusiva para o comércio ilegal de arma de fogo, mas outras delegacias podem fazer flagrante nesse sentido.

Ocorreu um caso no ano passado, no Rio de Janeiro, de uma pessoa que estava transportando 15 pistolas de outro estado para o Rio de Janeiro. Essas pessoas foram presas. A autoridade policial realmente, como era um transporte interestadual e havia uma grande quantidade de armas, enquadrou como comércio ilegal de arma de fogo, só que, infelizmente, esses quatro criminosos foram absolvidos pela Justiça.

Por quê? Porque não foi comprovada justamente a mercancia, o comércio dessas armas, apesar da grande quantidade de armas, indícios todos que levavam a crer que não era um simples porte, mas essas armas estavam sendo transportadas para facções criminosas do Rio de Janeiro, a partir de outros estados.

Então, um ponto que eu acho realmente relevante é para a legislação tentar colocar alguns critérios objetivos em relação ao comércio ilegal de arma de fogo, inclusive, pontuando que um comércio interestadual é um transporte interestadual de arma de fogo em que a grande quantidade de armas, o tipo de arma, pistolas, fuzis, isso caracterizaria um comércio ilegal, cuja pena já é bem maior do que a pena de um simples porte de arma de fogo.

Outro ponto também que eu acho relevante é colocar realmente a questão da integração, porque, hoje em dia, o que nós vemos é a integração do crime organizado; infelizmente é uma realidade no Brasil isso. Hoje nós temos, no Rio de Janeiro, criminosos de vários estados, lideranças e facções criminosas de vários estados, estados do Norte, Nordeste, vários locais; nós temos facções criminosas do Rio e de São Paulo se expandindo para o Brasil todo. É uma realidade a integração entre essas facções, novas rotas surgindo a cada dia para tráfico de drogas e tráfico de armas, e facções criminosas se armando cada vez mais para poder garantir seu território e conquistar novos territórios. E a integração entre as polícias é um ponto importantíssimo.

Em relação à fiscalização, esse é um ponto também que pode ser discutido. Por quê? Hoje, como a fiscalização fica somente a cargo da Polícia Federal e do Exército, por que não dotar as polícias estaduais também de estrutura para poder fiscalizar o comércio ilegal de arma de fogo, para auxiliar tanto a Polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, quanto o Exército nessa fiscalização, que é um ponto relevante que está sendo discutido atualmente? Como eu falei, na Polícia Civil, existe a estrutura do Cfae, que já era responsável por essa fiscalização anteriormente. Por que não realmente, hoje em dia, nós reabilitarmos o Cfae e outros órgãos de outras polícias para poder fiscalizar, ajudar, auxiliar na fiscalização desse mercado legal de armas de fogo?

Um segundo ponto também: estimular a criação de desarmes pelo país, que são as delegacias justamente que investigam o mercado ilegal, porque é o mercado ilegal que é o gerador de problemas; as facções criminosas e o mercado ilegal, isso realmente é o que gera problemas para a sociedade e para a população. Atualmente só existe Desarme no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. A Polícia Federal possuía a Delearm, que foi incorporada pela Delepat, já há alguns anos, e não há uma delegacia específica para tratar justamente dos crimes cometidos por arma de fogo e facções criminosas. É também uma oportunidade de poder estimular, estruturar desarmes ao longo de todo o país. Há alguns estados que já falaram conosco, pedindo informações, que eles teriam interesse também em criar desarmes.

Há muitos outros temas realmente que eu gostaria de debater aqui, mas, como o tempo é exíguo, eu agradeço novamente a oportunidade de participar desse debate e me coloco à disposição para qualquer questionamento e pergunta futura.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Dr. Rodrigo, Delegado Rodrigo, pelas suas palavras, por compartilhar sua experiência prática conosco aqui, na Comissão do Senado. Suas sugestões estão aqui anotadas também.

Então, eu passo agora a palavra ao Sr. Felippe Angeli, Gerente de *Advocacy* no Instituto Sou da Paz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, tá.

Então, vamos convidar o Sr. Roberto Uchôa de Oliveira Santos, que, remotamente também, vai falar para nós aqui. Ele é policial federal, mestre em sociologia política e doutorando em democracia. Com a palavra o Sr. Roberto, por favor. E, na sequência, eu vou passar a palavra ao Deputado Pollon, que tem horário também. Ele vai... Eu esqueci de chamá-lo antes. Depois da apresentação do Sr. Roberto, para dar tempo de o Sr. Felippe arrumar ali a apresentação dele, eu passo a palavra ao senhor, Deputado Pollon.

Com a palavra, o Sr. Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO UCHÔA DE OLIVEIRA SANTOS (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO UCHÔA DE OLIVEIRA SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, àqueles que estão nos ouvindo, aos participantes, aos apresentadores. É uma honra estar aqui com os senhores e senhoras, hoje pela manhã.

Eu gostaria de já deixar claro que, apesar de eu trabalhar na Polícia Federal, eu não estou aqui, de forma alguma, representando a instituição ou falando pela instituição. Eu estou aqui como um profissional de segurança pública, porque eu trabalho na Polícia Federal e sou ex-policial civil, também, do Rio de Janeiro. Além disso, sou pesquisador acadêmico, com alguns trabalhos feitos na área de armas de fogo, inclusive, tendo publicado um livro sobre esse universo dos CACs.

E, durante os anos de 2015 a 2020, eu fui responsável pelo Sinarm no norte do Estado do Rio de Janeiro, justamente na época em que houve essa transformação do mercado, e ela começa principalmente quando, ainda no Governo Temer, é criada a figura do porte de trânsito, que é o que permitiu que os CACs pudessem ir e voltar dos clubes de tiro com suas armas prontas para uso.

Para vocês terem noção do tamanho do impacto que essa mudança teve no mercado, nós tínhamos, em 2017, cerca de 60 mil CACs registrados em todo o Brasil. A gente fecha 2022 com mais de 800 mil CACs registrados. É um crescimento de mais de 12 vezes. E, durante a minha pesquisa, dentro dos clubes de tiro, eu observei que essa chegada desse novo público não tinha muito a ver com a prática do desporto, com a prática do tiro desportivo. Eram pessoas que não estavam conseguindo o porte de arma pela Polícia Federal, seja porque não tinham razões para tal, seja porque não conseguiam justificar essa necessidade, e viam na possibilidade de se tornar CAC uma forma de circularem armados. E isso ficou claro. Eu consegui observar isso. E automaticamente o número explodiu.

E para eles justificarem esse deslocamento entre regiões, foi necessária a abertura de vários clubes de tiro, e a gente observou nos últimos anos, no Brasil, uma explosão no número de clubes de tiro. Em 2021, chegou a abrir mais de um clube de tiro por dia no Brasil. E o número de armas também quase dobrou no país, como já foi apresentado pelos expositores anteriores.

Qual o problema disso? Nós temos que pensar que o CAC não está adquirindo uma arma para defesa pessoal; isso já é algo sobre que a gente tem que refletir. Quando as pessoas falam que estão se registrando como CAC para se defenderem, há um sério, um claro equívoco, um desvio de finalidade, porque a pessoa está se registrando para ser caçador, atirador ou colecionador. E mesmo que fosse com a desculpa de servir para defesa pessoal, durante o último governo, a quantidade de armas e de munições que foi permitido que cada CAC pudesse adquirir foram números absurdos. A gente está falando que um atirador desportivo poderia adquirir 60 armas de fogo, inclusive 30 fuzis, que um caçador poderia adquirir 30 armas de fogo. Se eles tivessem todas essas armas que era possível adquirir, eles poderiam adquirir até 180 mil munições por ano. A gente está falando em números muito altos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quem se interessou por essa facilitação? O crime, é claro. Desde então, a gente tem visto pipocar pelo país várias notícias de organizações criminosas e agentes criminosos que aproveitaram esse afrouxamento da legislação, essa facilitação da legislação para adquirirem arma de fogo legalmente. Do fuzil não era permitida a aquisição por pessoas físicas no nosso mercado interno. Ele passou a ser permitido no governo passado. De um fuzil que era adquirido no comércio ilegal por cerca de R$70 mil, passou a ser possível a aquisição dentro do território nacional por menos de R$20 mil. Isso abriu o interesse das organizações.

O expositor anterior, o delegado da Desarme, até me impressiona quando ele fala que a maioria das armas de fogo que têm sido apreendidas são de origem ilegal. Eu acho que ele se esquece do fato que aconteceu em janeiro de 2022, feito até pela própria Delegacia Desarme em conjunto com o Ministério Público Estadual, em que foi preso um CAC que adquiriu 26 fuzis, 21 pistolas, uma espingarda calibre 12 e milhares de munições para repassar diretamente ao Comando Vermelho. Foi uma operação conjunta da Polícia Civil com o Ministério Público estadual. Esse é um claro exemplo do desvio de armas. A gente teve investigação, em São Paulo, feita com a Polícia Civil de São Paulo que mostrou que o PCC estava utilizando laranjas para se registrarem como CACs e adquirirem armas legais para serem utilizadas por criminosos. O próprio delegado que chefiou a investigação, apresentou o trabalho dizendo que quando a polícia chegou ao local não havia nenhuma arma, todas as armas já tinham sido distribuídas para o crime. A gente teve, inclusive, um caso em Uberlândia, descoberto por investigação da Polícia Federal, que mostrou que um criminoso conhecido, integrante do PCC, se registrou como CAC mesmo respondendo a mais de 16 processos criminais, inclusive por tráfico de drogas e homicídio. Ele se registrou como CAC, houve uma falha gritante no controle e fiscalização do Exército que permitiu isso. Ele adquiriu fuzil, ele adquiriu armas, e só foi descoberto por uma investigação da Polícia Federal. E a gente tem outros casos. Tem caso no Rio Grande do Sul, onde um CAC adquiriu armas e arrendou para criminosos utilizarem em assalto a carro-forte. A gente teve, na Paraíba, caso em que CAC alugava armas para quadrilhas praticarem crimes. Isso existe. Isso é real. São notícias que estão acontecendo o tempo todo.

Também me impressiona a fala do promotor quando ele diz que, dificilmente, juízes e promotores, com os quais ele diz que conversou, presenciaram... Presenciaram, não; tiveram conhecimento de crimes cometidos por pessoas com armas legais. É a experiência pessoal dele, mas eu estou estudando essa conexão entre os mercados legal e ilegal de armas de fogo e como as armas têm sido utilizadas para prática de crime, e basta uma busca em qualquer mecanismo de busca na internet que a gente vai encontrar vários casos, não são poucos, inclusive casos em que armas de fogo legais foram utilizadas para cometimento de atos contando com violência política no período das eleições passadas. Não foram poucos.

Isso muito me preocupa. Preocupa o debate ficar restrito somente a questões ideológicas.

Eu sou servidor da área de segurança pública. Tem um caso que aconteceu em abril de 2022 com um colega da Polícia Federal que exemplifica a dificuldade que nós, na ponta, estamos passando: no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento de mandado de busca e apreensão por crime de lavagem de dinheiro no Rio Grande do Sul, uma equipe da Polícia Federal ali se dirigiu e, prevendo que era um crime sem violência, lavagem de dinheiro, chegou até o local. Foram recebidos a tiros, um policial foi baleado. A pessoa residente era CAC, tinha um arsenal em casa, e a justificativa para os disparos contra os policiais federais foi que a pessoa acreditava que aquela equipe com viaturas da Polícia Federal e homens de preto estava lá para roubar seu arsenal. A gente pode citar também, é claro – todos vão se recordar imediatamente –, o trágico caso do ex-Deputado Roberto Jefferson, que recebeu policiais federais com um fuzil, e por muita sorte ali não tivemos policiais mortos também por uma arma ilegal. Esse é o fato e esse é o problema que nós estamos tendo. A gente criou uma nova forma de o crime organizado acessar armas de fogo: armas através do mercado legal.

Tem um documentário, que foi lançado recentemente, chamado Um Tiro no Escuro, em que eu fui um dos entrevistados, que mostra muito bem isso: ao tentar adquirir armas no mercado ilegal, os próprios criminosos falaram para o diretor que muitas das armas eram provenientes do mercado legal, inclusive que uma das armas tinha sido repassada por uma pessoa que estava em dificuldades.

Quando eu trabalhei no Sinarm eu vi muito, presenciei muito essa dificuldade de você conseguir fiscalizar e controlar esse mercado.

Eu acho que sim, a gente precisa de melhorias, a gente precisa de melhores formas de controlar e fiscalizar esse mercado, e eu acho que a gente deveria esperar esse GT, o final desse GT, com a nova proposta de regulamentação desse mercado, e a gente, aí sim, debater o que foi posto. E, se for discordante, que o Legislativo cumpra o seu papel e debata mudanças na legislação. Mas eu acho que, nesse momento, a gente deve dar um voto de confiança ao Governo recentemente eleito e ver o que sairá desse GT, que inclusive tem a participação de pessoas que são contra e que são a favor do armamento da população.

Eu agradeço aqui o convite para participar, estou também à disposição para qualquer esclarecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. Roberto, pela sua colaboração.

Antes de passar a palavra ao Sr. Felippe, o Deputado Pollon gostaria de fazer uso da palavra, porque ele tem uma outra audiência para participar.

Pois não, Deputado Pollon.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS. Para expor.) – Bom, Sr. Presidente, Senador Flávio Bolsonaro. É uma grande satisfação poder me dirigir a sua pessoa nessa audiência pública, como disse os que me antecederam, de muita relevância, um tema realmente que desperta muitas emoções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ser muito breve porque, como eu tenho notabilizado minha atuação aqui, nas duas Casas, e também junto ao ministério de forma técnica, eu vou tentar não parecer grosseiro nas minhas informações, porque não é esse o meu objetivo.

Mas vamos lá. O Dr. Rodrigo, que me antecedeu, conseguiu bater o recorde das expressões "eu vi", "eu conheço", "eu isso", "tem um caso aqui", "tem um caso lá", "tem um caso acolá", "tem outro não sei onde". O que isso mostra? Um completo desconhecimento das estatísticas. Se ele se diz pesquisador, se ele se diz estudioso do tema, o mínimo que se espera de alguém que tenha um pouco de seriedade em tratar da matéria é que traga estatística. E coloca como se fosse algo absurdo. "Interceptou-se um caso". Eu achei bem interessante quantas vezes ele mencionou um caso aqui, um caso acolá, de 26 fuzis e 21 pistolas que iriam para o crime organizado, portanto não foram – um caso. Nós temos estudos sérios feitos no Rio de Janeiro que dão conta de que menos de 1% das armas apreendidas no Rio são de origem lícita, menos de 1%. No geral, esses índices são ainda menores. E, quando você pega e fala números, você tem que ter pelo menos a seriedade de ter pesquisado antes.

Ele fala que em 2016 existiam 60 mil CACs. Bom, 2017 começou passando de 150 mil. E isso aí está no EB. Isso é fácil. É só pedir. Não precisa nem acionar a Lei da Transparência. Manda um requerimento, o Exército manda. Outra coisa, ele fala dos limites estratosféricos, que vão dar não sei quantos bilhões... Vamos a zilhões então, já que não precisa ter comprometimento nenhum com a verdade, zilhões de munições e tal. Só que 600 mil CACs sequer têm arma, utilizam só as armas do clube – 600 mil. Dentro desses índices de 30 armas de calibre permitido, 30 armas de calibre restrito, mais a dos caçadores, mais a dos colecionadores, menos de 1% – eu vou repetir com tranquilidade para o Dr. Rodrigo anotar –, menos de 1% atingiram essa marca. A grande maioria não chega a ter três armas, quatro armas, se enquadra até o 16 do regime anterior. Então custa dinheiro, e não só isso.

Se o objetivo é rechaçar as alterações que o Presidente Bolsonaro fez – como diz o Ministro, ganharam as eleições, então eles têm o direito democrático de fazer isso –, retorna a 2018, retorna a 2018. E aí o pesquisador deve ler, ter pelo menos lido a legislação – eu acredito, é o mínimo que se espera de alguém que se apresenta como pesquisador – e vai ver que praticamente tudo que tem hoje tinha naquela época, com poucas diferenças.

Hoje nós temos uma das legislações mais rígidas do mundo. Com exceção dos países onde há proibição absoluta, nós disputamos o primeiro lugar entre as legislações mais rígidas de controle de armas do mundo. "Ah, mas a fiscalização falhou. Ah, teve um problema ali. Fiquei sabendo de um caso acolá. O primo do tio do vizinho do meu cunhado do irmão do amigo do primo do fulano que eu passei na padaria disse que aconteceu um evento assim". Não é assim que se faz ciência, pelo amor de Deus. Na situação que ele elenca em que houve a emissão de um CR para um sujeito cometedor de crime, ele utilizou documento falso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja, isso não é um problema de alteração da legislação, isso é um problema de eficácia dos meios de fiscalização. Isso é efeito prático.

Nós oficiamos já e conversamos com o Ministério da Justiça, desde a época do Governo Temer, pedindo para que os clubes tivessem acesso ao sistema de informações de antecedentes, ainda que fosse de forma simplificada, para impedir que pessoas com registro, em qualquer lugar do Brasil, pudessem acessar os clubes, ou, então, que as lojas pudessem fazer isso, ou, então, que as delegacias tivessem essa informação integralizada em todo o Brasil, porque realmente esse é um problema. E esse é um problema que nós denunciamos.

Nós não queremos o desvio de finalidade, nós não queremos o criminoso se utilizando da legislação. Esse é um problema que todos nós concordamos que tem que ser solucionado sim. Agora, destruir um segmento legal, em que as pessoas se notabilizam por cumprir a lei, em que você paga uma alta carga tributária, gera emprego, gera renda, simplesmente por questões ideológicas é um acinte, é um absurdo. E, se você fizer um paralelo com qualquer outro segmento, supondo que a portaria ou os decretos tivessem barrado o segmento de material de construção, imagine o que é você ficar com a sua loja parada de janeiro até hoje. As pessoas estão passando fome.

Eu ontem recebi, no meu apartamento, às 10h da noite, um dono de clube que foi lá chorar as mágoas para mim porque, em 15 dias, ele fecha a empresa. Mandou essa semana 80 colaboradores embora. E, quando estava falando do Rafael, seu funcionário que teve um filho recém-nascido há duas semanas, começou a chorar copiosamente, porque disse que o que lhe dói mais é ver os colaboradores na rua, pessoas tirando filhos de escolas, sem planos de saúde, vendendo o pouco que conseguiram. E aqueles ainda que juntaram todo o patrimônio da família para montar um clube e estão sem poder obter esse CR, depois de passar toda a via-crúcis para ter acesso à liberação do funcionamento do seu clube? E não podem por conta da suspensão *sine die* – repito, *sine die* – de emissão de CR de pessoa jurídica. Vídeos pululam na internet, e eu não falo: "Fiquei sabendo aqui", "Fiquei sabendo acolá". Eu tenho nomes, eu tenho CNPJs, eu tenho CPFs destruídos por conta de questões ideológicas e revanchismo.

Então, das duas, uma: ou se trata isso com seriedade, ou a gente vai ter que ficar falando: "Ah, ouvi dizer", "Tem um caso aqui", "Tem um na Paraíba", "Tem um no Acre". A situação em que ele trata dos crimes praticados com arma lícita ou não, que ele fala que é achismo, experiência pessoal do Dr. Lara, é a experiência pessoal do Dr. Lara, sim, só que de mais de 200 promotores que eu conheço do Brasil inteiro, referendada por uma pesquisa do Inovare. Ou agora o Inovare também não é mais sério?

Bom, meus amigos, eu peço desculpas por me exaltar com este discurso. Os colegas que ombreiam comigo aqui sabem que não é do meu feitio. Eu costumo ter um posicionamento muito tranquilo, mas não toleraremos mais mentiras e narrativas absurdas. Números. Números, senhor pesquisador. Traga números, faça o estudo de Direito comparado com outros países do mundo, levante os números, porque o senhor sabe que, se levantar os números, verá que isso é pura narrativa e não mais que isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Marcos Pollon.

Só para dar sequência aqui à nossa audiência, depois eu passo aos Senadores e Deputados que quiserem fazer uso da palavra por três minutos. É o que eu tinha combinado no início da audiência.

Então, eu passo a palavra aqui ao Sr. Felippe Angeli.

O SR. FELIPPE ANGELI (Para expor.) – Boa tarde a todos! Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

Queria cumprimentar aqui os Senadores presentes, que eu vejo: Senador Eduardo Girão, Senador Hamilton Mourão. Desculpe se tem Deputados e Deputadas também.

Senador Cleitinho, desculpe. O Deputado Zé Trovão, sim, já tinha visto... Tem uma Deputada também, enfim, membros do grupo de trabalho do Ministério da Justiça e todos que nos acompanham.

Vou tentar ser muito breve. O tempo é longo, o tema é complexo e tem um lado interessante, se ficar mais para o fim de falar, porque a gente consegue debater um pouco mais com o que foi apresentado, e por outro lado ficam muitos assuntos a serem debatidos.

A primeira coisa que eu queria dizer é que a audiência aqui já demonstra um pouco a distorção que virou a discussão sobre armas no Brasil. A gente está falando do PL 3.713, inclusive da sua autoria também, Senador, de 2019, que é um PL vasto que visa a revogar todo o Estatuto do Desarmamento, a lei de 2003, justamente no ano em que ele completa 20 anos. Temos uma efeméride aí também reunida junto a isso: em dezembro deste ano o Estatuto do Desarmamento completa 20 anos. E o substitutivo do Senador Alessandro Vieira, que também infelizmente não está aqui para debater a matéria.

No fim, se a gente pensar bem, quase tudo que a gente está falando aqui é de CAC, a gente pouco falou do tema, e isso é o exemplo perfeito, o símbolo perfeito da distorção que o governo anterior causou. Eu não quero, por favor, aqui fazer nenhum tipo de personalismo, Presidente fulano, Presidente cicrano, não se trata disso, estou falando do Brasil, estou falando das gestões que se sucedem. No governo anterior, a gente teve de fato, na minha visão... E não somente a minha, o próprio Supremo Tribunal Federal traz isso também nos seus julgamentos e decisões, os ministros, nesses temas de armas de fogo. Há a descaracterização da atividade CAC, de caça, de colecionismo, de tiro desportivo como um subterfúgio legal para que se fizesse um *by pass* no Congresso Federal e se legislasse por decreto, a partir justamente dos CACs.

Então, vou começar a passar. Pode passar, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso fica muito claro, assim, nesses últimos anos, a explosão... Esses dados... Já não vou ficar aqui muito tempo. Esse aqui é o número de aumento do número de armas no Brasil e ali no lado esquerdo a gente tem os CACs, os registros da Polícia Federal e registros de militares.

Você vê que os CACs hoje detêm a maior parte do arsenal brasileiro, algo que... A gente está falando de 800 mil pessoas. Eles têm mais armas que a polícia do Brasil. Então, a gente tem que um pouco entender quando a gente está falando aqui de arma. A gente não está falando de arma, a gente está falando de um novo modelo que transforma caça, tiro desportivo e colecionismo, atividades que são legítimas, atividades compostas a maior parte de pessoas honestas e que se dedicam apenas a essa atividade, só que a descaracterização proporcionada para se beneficiar a venda e aumentar o acesso a armas de fogo tem gerado essa distorção. Hoje a gente não fala de arma, a gente fala de CAC, que é algo que sempre foi minoritário no Brasil, sempre existiu.

Inclusive, acredito que os Parlamentares CACs que estão aqui são CACs antes da Presidência anterior. São CACs antes dessas alterações. E nunca governo algum buscou – ao que eu saiba, do que eu tenho informação – fechar clube de tiro.

Pode passar, por favor.

Pena que o Deputado Pollon saiu daqui. Acho que tem uma coisa que, para a gente fazer o debate... Embora obviamente eu compreenda a sua agenda apertada como Parlamentar. A gente tem uma dicotomia aqui. Primeiro são dados, pesquisa *versus* casos isolados. É verdade. A gente não pode fazer ciência, a gente não pode gerar conhecimento com casos anedóticos. Essa é a verdade. Quando a gente fala de violência, entretanto, um caso isolado é alguém que morreu, é o filho de alguém, é o irmão de alguém, é o pai de alguém. Então, o caso isolado A, o caso isolado B geraram muita dor por aí. Então, a gente também tem que tomar cuidado de não menosprezar casos isolados, porque quatro crianças numa creche também é um caso isolado, se a gente pegar todas as creches abertas todos os dias no Brasil. Agora, é um caso que nos corrói completamente como sociedade e como seres humanos. Acho que tem essa primeira questão.

Vamos falar de dados, então, nos casos isolados. Casos isolados também representam vidas! E uma vez depois que a gente supera os números, tem familiares chorando naquele funeral ou naquela pessoa que ficou com algum tipo de incapacitação ou ferimento grave a partir de um ferimento de arma de fogo.

Isto aqui é também sobre um ponto bem importante: a questão das pesquisas, se mais armas pioram a violência, se mais armas melhoram a violência, enfim, o que foi tratado aqui.

Primeiro, a gente tem, internacionalmente – aí estamos falando de dados, de pesquisa –, um consenso científico nacional e internacional, por pesquisadores, universidades, pesquisas publicadas em revistas científicas, revisadas por pares... É bem aquilo que a gente aprendeu, nesta mesma Casa, no Senado, durante a CPI da Covid, sobre a diferença entre opiniões e pesquisas sérias, que foram revisadas pelos seus pares e com dados robustos. A gente tem uma série de pesquisas que apontam essa correlação de várias ordens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre faço uma comparação com fumo, tabaco. Ninguém vai discutir que tabaco faz mal, que tabagismo faz mal. Não é por isso... Daí a pessoa chega e fala – aí, sim, é uma anedota –: "A minha avó fumou até os 90 anos, nunca teve nada". Isso não quer dizer, por outro lado, que o tabaco não faça mal. É da mesma forma aqui.

Isso aqui é uma pesquisa recente – deixe-me até pegar o nome, porque eu acabei não colocando aqui na pressa – do National Bureau of Economics norte-americano, liderado pelo John J. Donohue. Então, é gente séria; isso aqui é um instituto de pesquisa norte-americano reconhecido. E aqui ele fala exatamente do que a gente está falando aqui. Ele pegou uma série de cidades e estados norte-americanos que tinham – lá você sabe que a legislação é estadual e municipal neste tipo de tema – autorizado o porte. Esse estudo é específico sobre porte de armas. Lá nos Estados Unidos, é muito mais fácil ter acesso à arma, mas o estudo é sobre o porte, cidades e estados que tinham autorizado o porte, em algum momento, numa alteração de legislação. Ali é o ano zero, o ano zero é o momento da autorização – é onde está tracejado – do porte; e a linha mais grossa é a violência. Então, ali é *firearm violent crime* e ali é *firearm robbery*, ou seja, crimes violentos com arma e roubos com arma, as duas linhas – a preta é roubos com arma. Você vê que elas ficam estáveis durante uns anos. A partir do ano zero... E, nessa pesquisa, fizeram a análise de dezenas de cidades. A conclusão da pesquisa – está disponível aí, eu posso passar o nome depois – é que, a partir de dois anos da alteração da legislação, aumenta o número de crimes. Demora dois anos para essa alteração da legislação ter efeito máximo.

E quanto a isso eu também consigo fazer um paralelo com a covid. Lembram quando a gente tinha aumento de mortes – dia tal, aumento de mortes? Esse aumento de mortes não era relacionado ao aumento de contágio naquele dia. A pessoa não pegava covid, internava e morria no mesmo dia; ela pegava covid 30 dias antes. A gente tinha um aumento de contágio no dia zero; 15 dias depois, aumento de internação em UTI – é o dia 15 –; 30 dias depois, aumento de morte. Sempre, em epidemiologia, você olha pelo retrovisor.

Isso tudo é para dizer que a gente contratou... Muito provavelmente, se a ciência estiver certa – eu torço para estar errada, porque isso quer dizer que menos gente vai morrer –, se a ciência estiver certa, em dois anos, talvez, dessas alterações, a gente vai ter o efeito máximo delas. Com cada arma que foi comprada hoje, talvez hoje não dê nenhum problema com ela, ela não seja roubada, não haja nenhum acidente, nenhuma pessoa perca a cabeça; amanhã, isso pode mudar; depois de amanhã, a chance de mudar é ainda maior; e assim sucessivamente.

Pode passar, por favor.

Esse é sobre o efeito... A gente está falando sobre terem caído os homicídios e eles não terem aumentado – ainda. Essas armas estão na rua agora, elas vão durar anos por aí. A gente está passando pesquisa, dado, história de que, nos Estados Unidos, num ambiente específico, de uma legislação específica de porte de arma de fogo, a gente teve o efeito negativo máximo dessa legislação dois anos depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também é pesquisa feita pelo Sou da Paz. Meu tempo já está acabando, é uma pena, mas eu queria mostrar pesquisas que a gente fez – em São Paulo, capital, 2011 e 2012; em Goiás, 2016 e 2017; no Ceará, 2016 e 2017 – com as polícias e ministérios públicos sobre armas apreendidas em operações policiais. A participação de armas registradas no Sinarm, entre as apreendidas nessas pesquisas, com tempos diferentes e locais diferentes, era: São Paulo, 2011 e 2012, o que já faz mais de dez anos, quase 20%; Goiás, mais recente, 2016 e 2017 – são todas antes do Governo anterior, em que houve o *boom* obviamente dessas armas, o que a gente mostrou no primeiro eslaide –, 30%; e 25%... São armas registradas no Sinarm. De todas as apreendidas, um quinto ou um quarto ou um terço dessas armas era registrado no Sinarm, era do tal cidadão de bem.

O Sigma ninguém conseguiu acessar. Então, não tem as armas do Sigma aqui também, porque agora, inclusive, foi publicada essa portaria. A gente não tem a informação de quantas dessas estavam registradas no Sigma. Se a gente teve todo esse *boom* justamente no Sigma, no último período, é provável que se acrescente. Então, isso não é verdade em relação a não ver nenhum... Isso é anedota: "Não vi nenhum, vi um, vi dois".

Está acabando.

Pode passar, por favor.

Queria só ler isto aqui e aí eu termino minha fala. Deixe-me pegar aqui que eu vou conseguir ler melhor. Isto daqui é de alguém conhecido, não acredito que seja alguém tomado como ideólogo, até porque é CAC, que é o Promotor Lincoln Gakiya, de São Paulo, conhecido, do Ministério Público de São Paulo, que tem uma luta, coordenador do Gaeco, lá em Presidente Prudente, conhecido por ser um homem de frente ali na disputa com o Primeiro Comando da Capital. Eu estou citando esta matéria cujo título está em cima:

> "Eles (integrantes do PCC) pagavam de R$35 mil até R$59 mil num fuzil no mercado paralelo e agora pagam de R$12 mil [a matéria é de 2022, setembro, salvo engano] a R$15 mil um (fuzil calibre) 556 com nota fiscal", afirma o promotor. De acordo com ele, foram detectadas em várias investigações [a anedota não é minha, é do Promotor Lincoln Gakiya] feitas em São Paulo pelo [...] (Gaeco) determinações de integrantes da facção para proceder dessa maneira, ou seja, ordens para que bandidos obtivessem o registro de CAC e comprassem arsenais para o grupo.

A gente tem um nome para isso no Brasil que é muito bom: chama laranja.

> Foi a falta de fiscalização – quase toda baseada em autodeclaração do interessado em ser CAC – que permitiu ao bandido mineiro do PCC [está falando daquele Bala 40] enganar o Exército e comprar por R$17 mil um fuzil Taurus T4 [com R$17 mil ficou mais barato para o crime, é disso que a gente está falando]. Quem pensou que só pessoas endinheiradas teriam acesso a fuzis e munições esqueceu que a facção movimenta quase R$2 bilhões por ano só com o tráfico de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> drogas para a Europa. No País da inflação que bate na casa dos dois dígitos [Promotor Gakiya, está bem?], só o crime organizado teve seu custo para comprar um fuzil reduzido em 65% [se não gostarem da frase, reclamem com ele], uma diminuição muito maior do que os motoristas que abastecem seus carros com gasolina nos postos do País tiveram com as manobras de Bolsonaro.

Isso aqui está na matéria.

E aí terminei o meu tempo.

Aqui são vários... Ah, Promotor Luciano Lara, tem uma do Mato Grosso do Sul: "Clube de tiro do Estado é suspeito de repassar arsenal ao crime organizado". *Correio do Estado,* que é o jornal... Enfim, está tudo aqui, não preciso continuar.

E termino com um CAC – se passar para o último eslaide... – que ficou bem conhecido, uma anedota, mas que fez muitas vítimas, que é o Thiago Brennand, que foi preso agora nos Emirados Árabes e fez troça da Justiça nacional e internacional. Enfim, é um grande amante de armas e usou essas armas contra muitas mulheres. É uma anedota, sim.

E, por fim, de forma alguma, eu estou comparando os CACs a essa pessoa, porque eu sei que não são, não são mesmo. Essas pessoas são honestas e devem ter uma atividade legítima...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Mas é isso que você está fazendo, tchê!

O SR. FELIPPE ANGELI – Ele é CAC também, Senador. Ele é CAC também, Senador. Ele é um grande CAC.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Você está pegando um cara...

O SR. FELIPPE ANGELI – Acabei de dizer que...

Enfim, vou terminar minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador, a gente vai ter oportunidade, ao final, de fazer as nossas considerações. É igual querer comparar traficante que é preso com fuzil e associar a outra pessoa que não seja o Bolsonaro... São armas ilegais.

Enfim, acabou a apresentação?

O SR. FELIPPE ANGELI – Acabou. Posso ir? Fico aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, você fica à vontade.

O SR. FELIPPE ANGELI – Vou para lá.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. Felippe, pela sua explanação.

Agradeço aqui as presenças do Deputado Zé Trovão, do Senador Cleitinho, do Senador Eduardo Girão, da Deputada Julia Zanatta e das pessoas que estão aqui agora.

Vamos passar aos nossos dois últimos palestrantes. Depois, a gente passa a palavra aqui aos Senadores e depois aos Deputados.

Quero passar a palavra à Sra. Fabíola Venera, Empresária, Instrutora de Armamento e Tiro e Atleta; e depois ao Sr. Achiles Santos Jacinto.

Com a palavra, a Sra. Fabíola, por dez minutos.

A SRA. FABÍOLA VENERA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, os palestrantes e os Parlamentares, aqui na pessoa do Sr. Flávio.

Estou aqui hoje muito honrada de poder estar representando as mulheres do mundo do tiro e falar sobre um tema tão importante para o desenvolvimento econômico, social e cultural do nosso país que é o tiro esportivo.

Eu vou falar um pouquinho sobre mim só para poder contextualizar aqui, para vocês entenderem o meu papel aqui hoje. Eu sou atiradora esportiva, instrutora de armamento e tiro, mãe de dois atletas juniores, dois atletas menores de 18 anos, despachante de armas; presto assessoria bélica; sou empresária do mundo das armas, eu tenho loja de arma, clube de tiro; sou organizadora de eventos e campeonatos esportivos ligados ao mundo do tiro e organizadora da primeira feira de armas aberta ao público civil. Estou também representando a Federação dos Clubes de Tiro e Comércios de Armas de Santa Catarina, contamos com mais de 300 empresários associados à federação.

Eu estou ligada diretamente a todos os ciclos do mundo do tiro e posso assegurar a vocês que esse mundo traz muito mais benefícios à mulher e à sociedade de forma geral do que vocês possam imaginar.

Eu não vou fazer uma apresentação técnica, porque aqui o Dr. Luciano Lara já deu um *show* e trouxe dados concretos de pesquisas feitas. Então, eu vou falar um pouquinho sobre o lado da mulher no mundo do tiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo uma reportagem feita pelo *UOL*, houve um aumento de 50% do número de mulheres praticantes de tiro. Isso quer dizer que aquela pesquisa de que não sei quantos por cento de pessoas que são contra as armas de fogo em que a maioria são mulheres acaba não fechando aqui. Isso é porque a mulher está mais independente e, muitas vezes, é responsável sozinha pela casa, pelos filhos e por sua própria segurança. A busca por autodefesa e por segurança geralmente é a principal motivação para a mulher fazer um curso de tiro, mas a prática acaba trazendo conhecimento de uma nova habilidade, e elas acabam adotando o tiro como uma atividade esportiva, atividade essa que promove a autoconfiança, aprimora o autocontrole e o equilíbrio emocional. O treinamento constante e regular pode, inclusive, manter uma mulher mais calma durante um assalto, evitando até que o pior aconteça.

Esse aumento não é só no número de mulheres atiradoras esportivas, mas também no número de instrutoras, despachantes, empresárias... Existem mulheres dirigentes de clube de tiro, donas de clube de tiro, estilistas que lançaram modas, inclusive, para as mulheres do mundo do tiro.

Além disso, o tiro esportivo é um dos poucos esportes que eu conheço em que toda a família pode praticar em conjunto, unindo famílias... Até se puderem passar ali para o próximo eslaide, ali mostra... Os eslaides anteriores mostravam mulheres, ali foi um encontro de mulheres atiradoras, aqui são mulheres fazendo a prática do tiro. E o próximo eslaide aqui é para mostrar para vocês, para desmistificar essa coisa que falam de que o tiro é algo ruim. O tiro une a família e é um esporte que você pode praticar em família.

E, no próximo eslaide – pode passar para o próximo –, nós temos aqui atletas menores de 18 anos que praticam o esporte do tiro. Isso aumenta o foco, a concentração e a disciplina. Nós temos aqui atletas que, inclusive, representaram o Brasil lá fora. A primeira atiradora, a Catarina, iniciou no tiro com nove anos de idade; nós temos a Milena, que também começou aos dez; a foto de baixo tem os meus dois filhos, que começaram com dez e doze anos; e a última foto é da Luísa Acosta, uma atiradora do Rio Grande do Sul. Não tem nenhuma criança traumatizada aí; muito pelo contrário, há crianças que melhoraram os estudos após entrarem no mundo do tiro, porque ele gera muita disciplina, muito foco e concentração.

E quem é do mundo do tiro... Até faço um convite a todos que não o são para que vão ao clube de tiro e conheçam a modalidade. Vocês vão ver que é um local muito saudável em que você vê famílias; você não vê bandidos ou traficantes lá dentro. Até falaram anteriormente que as armas dos CACs acabam parando nas mãos dos bandidos, ao mesmo tempo em que disseram aqui – não são dados meus, são dados que foram trazidos aqui – que 95% das pessoas já fizeram recadastramento. Então, se elas fizeram recadastramento, essa arma não está nas mãos dos bandidos, está nas mãos dos CACs.

Voltando aqui a falar das crianças, muitas participam de campeonato internacional, como o sul-americano, o pan-americano, campeonatos mundiais. Ninguém falou aqui, mas o tiro esportivo trouxe a primeira medalha olímpica para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo tendo leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura o direito à prática do esporte, os jovens atiradores acabam caindo em lacunas jurídicas que colocam em risco a prática do esporte. O PL 3.713, no seu texto original, trazia a segurança jurídica para menores entre 14 e 18 anos, impedindo que, a qualquer momento, em que mude um governo, ou que venha um novo decreto, proíba-se o esporte para menores, ceifando o sonho de muitos jovens. Ainda é necessário que haja uma regulamentação para menores de 14 anos para que eles possam praticar – como acontece hoje, mas isso não está previsto em lei – com autorização judicial.

E não são somente os jovens. O brasileiro, de forma geral, é apaixonado por todo tipo de esporte. Uns gostam de futebol, outros de paraquedismo e assim por diante. E a gente não pode ficar na mão de um decreto que, a qualquer momento, pode dizer "você não pode mais ser um atirador", como um decreto que saiu agora em que não pode ter mais novos atiradores. De janeiro para cá, não saiu mais um CR para atirador, e nós não estamos tendo uma renovação no tiro esportivo. E, quando falam que está tendo uma desvirtuação aí, que as pessoas estão fazendo CR para fazerem outras atividades, novamente eu convido vocês a irem aos clubes de tiro, e vocês vão ver que eles estão lotados de atletas e de pessoas praticantes do tiro.

Além de ser um esporte familiar, é também um esporte inclusivo em que qualquer pessoa pode praticar o tiro: um jovem, um adulto, um idoso, pessoas gordas, magras, altas, baixas e pessoas com deficiência. Nós temos atletas, paratletas que vão nos representar e que, inclusive, estão indo agora para o mundial representar o Brasil; eles estão indo para a Alemanha e estavam com dificuldade de tirar uma guia de tráfego para poder viajar.

A guia de tráfego saiu hoje, a viagem dele é dia 26, e eles quase não conseguiram embarcar por causa de tanta burocracia. Ao contrário do que dizem, que houve um liberou geral, não teve um liberou geral, mas, sim, nós tivemos uma propaganda positiva de armas de fogo, porque antigamente as pessoas pensavam que armas são só para bandido ou policial. Não se falava no atirador esportivo, e hoje nós temos uma grande quantidade de atiradores esportivos.

Tem algumas coisas no PL que regulamentam esse novo texto. Ele, inclusive, prejudica até o atleta com a marcação de estojos. A marcação de estojo pode impossibilitar e acabar com o tiro prático, que está no próximo eslaide, só para mostrar para vocês.

A gravação no culote fica daquele tamanhozinho pequenininho e inviabiliza o tiro prático porque, após os disparos – a gente dá de 200 a 300 disparos numa prova –, no final da prova a gente recolhe essas cápsulas até para fazer a recarga, porque sai mais barato. E cada atleta faz a sua própria recarga. Então essa marcação, que é algo que está no PL, acaba dificultando. Seria interessante ser revisto esse ponto.

Eu estou falando um pouco rápido aqui sobre a minha apresentação porque eu acho interessante a gente comentar aqui sobre as falas anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FABÍOLA VENERA – Tenho um minutinho? Passou rápido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FABÍOLA VENERA – Então vamos lá.

Então vou falar sobre um outro ponto importante, que é a questão econômica para os donos de lojas de armas. Hoje o comércio de armas, segundo a Abimde, que é a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, gera 4% do PIB. Então, a gente cortando essa atividade, nós perdemos diretamente 4% do PIB, fora as outras atividades relacionadas ao mundo do tiro, que vão desde equipamentos, vestimentas e tudo mais. Então esse valor do PIB acaba aumentando.

E, para finalizar, eu gostaria de falar do papel das mulheres. Hoje com essa proibição, com esse decreto que paralisou as concessões novas de CRs, muitas mulheres que sustentavam suas famílias com o serviço de despachante – para que vocês entendam, as mulheres são a maioria na questão de despachantes bélicos hoje no Brasil – estão desempregadas e não estão podendo dar o sustento para seus filhos.

Só mais uma coisa aqui: falaram que as armas são apreendidas no Brasil são de fabricação nacional. Sim, a Taurus hoje é a maior fabricante de armas do mundo e ela vende armas de fogo para toda a América Latina, que são vendidas lá muito mais baratas do que aqui no Brasil, porque aqui a carga tributária é gigantesca. Então essas armas vão para fora do país e voltam para cá, como já foi apontado pelos palestrantes anteriores.

Nós tínhamos, como a representante do Ministério da Justiça falou, 1,3 milhão de armas; pulamos para 3 milhões. A gente não viu esse aumento na criminalidade, no aumento de mortes. Nós tivemos o representante do Instituto Sou da Paz, que disse que pegou uma pesquisa americana, que acredito que não se encaixa aqui para o nosso país, dizendo que, a partir de dois anos, a legislação começou a aumentar os índices de criminalidade. Nós já tivemos quatro anos de uma legislação e nós não tivemos esse aumento. Muito pelo contrário, tivemos um declínio histórico – inclusive, histórico – na questão das mortes violentas por arma de fogo.

Então, só reforçando, o próprio Ministro da Justiça falou que bandidos não recadastram armas. Então, se 95% das armas legais foram registradas, isso só prova que CAC não é bandido e que CAC não entrega suas armas para o crime organizado.

Então, é isso que eu gostaria de falar para vocês aí. Acabei fazendo uma salada aqui.

Muito obrigada a todos aí, e gostaria de, mais uma vez, convidar a todos que não participam desse mundo do tiro que entendam, que conheçam principalmente a parte esportiva e a parte econômica.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sra. Fabíola.

Então, vou passar a palavra ao nosso último palestrante – para depois abrir a palavra aos Parlamentares –, o Sr. Achiles Santos Jacinto, que é Coronel do Exército Brasileiro.

Por favor.

Com a palavra, o Sr. Achiles. (*Pausa.*)

Enquanto o Sr. Achiles está se ajeitando aqui, eu vou só fazer a leitura de alguns comentários que nos são enviados pelo e-Cidadania.

Átila Conceição, da Bahia: "[...] posse e porte ilegal [de armamentos] devem ser punidos com severidade, devemos combater [o acesso a] arma sem registro".

Lorenzo Pering, de Santa Catarina: "Mais armas não significa mais mortes. O número de armas na mão da população triplicou, mas a taxa de homicídios caiu".

Laércio Cimino, de São Paulo: "O setor precisa de segurança jurídica para se manter, são bilhões em tributos por ano, não pode ficar refém de ideologia política".

Marcos Paulo, de Sergipe: "É obrigação do Estado fornecer segurança, que aumente o efetivo de policiais e guardas municipais".

George Leite, de Pernambuco: "Por que a insistência estatal em desarmar o cidadão ao invés [de desarmar] os bandidos? O Estado existe para garantir a ordem pública, não a individual".

O Eduardo Costa, de São Paulo: "Em breve criminosos estarão produzindo armamento em casa, com impressoras 3D. De que adianta limitar e rastrear o armamento legal?".

Então, alguns comentários aqui do e-Cidadania.

Eu passo a palavra ao Coronel Achiles Santos Jacinto Filho.

Por favor.

O SR. ACHILES SANTOS JACINTO FILHO (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Flávio Bolsonaro, Presidente em exercício da CCJ, Exmos. Srs. Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, bom dia.

É uma satisfação estarmos aqui presentes. Obrigado pelo convite.

Nós vamos mostrar aqui o que o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército está fazendo nessa atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima, por favor.

O próximo. Esse já foi tratado; é o nosso objetivo de apresentar o sistema.

Eu gostaria, inicialmente, de destacar aqui a nossa ligação histórica com essa atividade. Tudo começou lá com a vinda da família real para o Brasil, quando foi criada ali a casa de pólvora, no Rio de Janeiro, na Lagoa. Essa casa ainda existe lá. É muito interessante a visita a nessa casa. Três anos depois, em 1811, foi criada a Real Junta da Fazenda de Arsenais do Exército, onde ficou encarregado General Napion, que é o Patrono do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro.

O próximo, por favor.

Finalmente, na era Vargas, em 1934, veio a primeira legislação que trata do assunto, esse Decreto 24.602, que foi recepcionado como lei e está em vigor inclusive, ainda. Ali surgiu então a primeira legislação que trata da regulação dos produtos controlados. E, quando a gente fala em produtos controlados, é muito amplo, mas aqui nós vamos focar mais na questão das armas e munições, que é o objeto aqui do projeto de lei. A era JK foi a era do desenvolvimento. Finalmente, em 1982, houve a criação da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, que é o órgão encarregado de supervisionar a atividade de fiscalização de produtos controlados.

O próximo, por favor.

Hoje, a situação atual... Essa previsão aí da Constituição no art. 21 vem desde a era Vargas e permanece até hoje: "Compete à União: [...] autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico". Isso foi atribuído ao Exército Brasileiro. Está aqui no art. 24 da lei – o próximo, por favor – essa competência. E permanece atual.

Então, esse é um breve histórico da nossa ligação com essa atividade de produtos controlados.

O próximo, por favor.

Produto controlado. Aí é uma definição do que é, porque é muito amplo, são vários produtos – produtos químicos, explosivos, balísticos e principalmente a questão das armas e munições, que faz parte do rol de produtos controlados.

O próximo, por favor.

Aí é a missão da DFPC. A DFPC é o órgão do Exército encarregado de supervisionar essa atividade, só para entender. Ali está listado. A gente vê que, além de armas e munições, nós temos ali um carro blindado, produtos químicos, explosivos.

O próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, essa é a nossa estrutura, de que nós dispomos para cumprir essa missão. E eu queria destacar aqui que lá, na primeira à esquerda, está a Divisão de Regulação. Essa Divisão de Regulação tem uma sessão técnica que é composta por engenheiros do IME. São engenheiros químicos e engenheiros de armamento. O engenheiro de armamento tem uma especialidade... Desculpem-me. O engenheiro mecânico tem uma especialidade de armamento. Eu desconheço outra instituição que tenha essa formação. O nosso engenheiro... Isso é muito importante, porque, quando se trata de armas e munições, é necessário que tenha gente, pessoa perita, gente perita que possa dar parecer, esclarecer, porque esse mundo das armas e munições é muito complexo. Na hora de se classificar uma arma em de uso permitido ou restrito, envolve gente que tenha conhecimento. Então, tem nessa Divisão de Regulação uma sessão técnica que dispõe de gente especializada no assunto. A outra é a terceira, da esquerda para a direita, a Divisão de Fiscalização, que tem um papel muito importante nessa questão da verificação do cumprimento das normas estabelecidas. Mais à frente nós vamos mostrar alguns dados estatísticos sobre as operações de fiscalização.

O próximo, por favor.

Essa aqui é a nossa estrutura para o cumprimento da missão. A execução da atividade é realizada por intermédio das regiões de militares. São 12 regiões militares. Nós temos 220 OMs, que são pontos de atendimento, com 2 mil militares empregados diretamente nessa atividade e 8 mil indiretamente, quando ocorrem as operações de fiscalização. Então essa é a nossa estrutura. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, o Exército está presente em qualquer parte, em qualquer cidade.

O próximo, por favor.

Aqui a gente vai atrás da questão da fiscalização. Essa primeira linha vermelha, onde está escrito Controle, são operações que são planejadas, executadas pelas regiões militares, a critério da região, ao longo do ano, de fevereiro a dezembro. Na segunda linha, em verde, Escudo: são operações centralizadas, planejadas e coordenadas pela DFPC aqui em Brasília, realizadas ali... Esse planejamento é para 2023, mas geralmente isso ocorre todos os anos. Na terceira linha, Operação Cronos. Que operação é essa? Quando há uma demanda muito grande, há necessidade de se fazer uma força-tarefa para que se liberem com mais rapidez os processos; a demanda aumenta, há necessidade de se fazer operação a fim de agilizar e dar o melhor atendimento ao cidadão. E a questão da destruição de armas: Termo de Cooperação Técnica nº 056/2022, do Conselho Nacional de Justiça com o Exército. Isso é permanente, o ano todo, de fevereiro a dezembro, quando se faz a destruição de armas.

O próximo, por favor.

Senhores, aqui queria destacar... Isso aqui é para 2022, ocorreu em 2022: quase 35 mil ações de fiscalização. Essas ações de fiscalização estão compreendidas pelas operações de fiscalização – o que é operação de fiscalização? É *blitz* – e as vistorias e inspeções, que são uma coisa mais técnica, mais elaborada, mais demorada. A gente vê a distribuição pelas regiões militares, umas mais, outras menos, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí depende da demanda de cada uma, mas o importante é ali no final, o total: foram 35.584 ações de fiscalização ao longo do ano de 2022.

O próximo, por favor.

Bom, em que resultou isso, em que essas ações de fiscalização resultaram? Em 25 interdições, 3 prisões e 942 autuações. Essas prisões são realizadas... Porque nosso poder de polícia é administrativo. Essas prisões são realizadas pelos órgãos de segurança pública. Nós contamos muito com a colaboração das polícias, que são... A gente viu aí na apresentação anterior a solicitação da participação das polícias. Elas já participam. No Decreto 10.030, de 2019, há previsão de as polícias participarem como auxiliares da fiscalização de produtos controlados, e elas participam e efetuam prisão.

Aqui embaixo, importante: nós tivemos 1.849 armas de fogos apreendidas, 260 mil munições apreendidas. Ali tem explosivo também, em vermelho, 17 mil quilos, mais nitrato de amônio, fogos de artifício, armas de fogo e munições. Esses são os dados.

O próximo, por favor.

Bom, e qual é o efetivo empregado? É aquele destacado à direita ali: nós empregamos 10.152; aí estão os militares, que são a grande maioria, e também está incluída aí a participação das polícias.

Está terminando. O próximo, por favor.

Aqui, nesse eslaide, eu queria destacar, é a destruição de armas e munições. Nós destruímos, em 2022: 94.524 armas; 452.445 munições. Então, esse é o resultado de 2022. Em anos anteriores, nós tivemos... É parecido, porque aí houve o período da pandemia que foi um pouquinho mais baixo, mas, a partir de 2021, voltou a esses números aí.

Para finalizar, eu queria destacar que – próximo, por favor – nós temos o Sistema de Gestão Corporativo. O que é esse Sistema de Gestão Corporativo? É um sistema que faz a gestão dos vários sistemas que nós temos. E aí, do que interessa aqui para o tema, nós temos aí o Sigma, o Sicovem, que está numa versão nova, que vai entrar em produção atualizada, foi desenvolvido lá pelo Exército.

E eu gostaria também de lembrar, senhores, que o Sigma vai muito além de armas e munições. O Sigma contém dados que interessam à Defesa, ao cumprimento da missão das Forças, prevista na Constituição, tem segredo industrial das empresas. Ele não é só armas e munições, ele vai muito além disso. Ele contém muito mais informações e é um sistema muito importante.

Então, é isso aí que a gente gostaria de apresentar para os senhores, mostrar o controle que a gente está fazendo e mostrar a nossa capacidade de controlar e fiscalizar com esses números que nós apresentamos. Nós estamos presentes no Brasil todo. E esses são os números para mostrar para os senhores.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Coronel Achiles.

A gente encerra aqui o ciclo de palestrantes. Eu vou abrir a palavra então, primeiro, aos Senadores, depois aos Deputados que quiserem fazer uso da palavra, para fazer alguma consideração ou até mesmo dirigir uma pergunta a alguém.

Eu queria usar a minha prerrogativa de Presidente aqui, Senador Hamilton Mourão, e começar fazendo o direcionamento. Eu queria dirigir uma pergunta ao Sr. Luciano Lara.

Na verdade, é o seguinte, Dr. Luciano: a gente compara, eu vi aqui algumas comparações, o Brasil com outros países. Você pega Estados Unidos, que têm praticamente uma arma por habitante e os índices de criminalidade lá embaixo. Eu acho que isso tem muito mais a ver com o combate à impunidade do que qualquer outra coisa, porque, quando acusam a arma de fazer alguma coisa, eu fico, assim, imaginando uma arma parada, sozinha aqui, em cima da mesa, ela não faz nada sozinha; alguém tem que puxar o gatilho para que algum crime seja cometido. E, aqui, no Brasil, até pelos dados que foram apresentados, é menos de uma arma para grupo de sei lá quantas centenas de milhares de habitantes no Brasil, quer dizer, é uma quantidade realmente ínfima – ínfima – da população que tem acesso legalmente a esse tipo de armamento. Eu vi aqui até uma apresentação, que eu me senti naquele filme Minority Report, em que as pessoas são punidas pelos crimes que vão cometer no futuro. Eu fiquei, assim, impressionado eu acho que com a criatividade de se vincular que uma arma que é comprada agora, daqui a dois anos a arma vai cometer um crime, não a pessoa.

E pode haver vários aspectos envolvidos nisso, nessa pesquisa que a gente não conhece. Não apenas a questão do controle de armas; pode ter situações socioeconômicas envolvidas, pode ter pandemia envolvida em dados – recentemente isso influenciou diretamente nos índices de criminalidade.

Eu também vi aqui, Dr. Luciano, que, por coincidência, em 2006, quando houve a CPI das Armas na Assembleia Legislativa do Rio, eu era Deputado Estadual e eu participei dessa CPI. Eu lembro que, se fosse hoje, alguns Deputados teriam sido condenados por *fake news*, porque levantaram umas estatísticas sem pé nem cabeça das armas apreendidas no Rio: mais de 90% tinham origem lícita. Aí você vai ver como é que foi feito o levantamento. Eles pegaram uma amostra de 10% das armas apreendidas, aquelas que tinham a possibilidade de rastreamento, obviamente as que tinham fabricação nacional. Eles chegaram a esse índice de que elas eram quase 90% das armas usadas para cometer crimes no Rio de Janeiro. E essa informação aqui agora põe mais para baixo essa estatística ainda dada pelo delegado da Desarme da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que eu não sabia. Fiquei, Deputado Zé Trovão, impressionado, porque eu não sabia que havia também esse mercado de falsificação de armas. Ele disse que as armas eram apreendidas e colocavam ali um selo duma fabricante internacional na arma falsificada para vender mais caro essa arma para quem fosse buscar no mercado ilegal. É igual tênis, apreensão de tênis da Nike, é falsificado, bota o selo na Nike e cobra mais caro por ser daquela marca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, só para concluir a pergunta que eu quero fazer ao senhor, os números aqui do Datasus para mim comprovam que acabou, não existe mais a possibilidade, não se sustenta a narrativa de mais armas, mais mortes. E, de 2018 para cá, isso está provado. Se a gente não pode afirmar que foi por causa da mudança na legislação de acesso às armas legais, portanto aquelas pessoas que cometem crime usando essas armas podem ser rastreadas, podem ser punidas, combatendo a sensação de impunidade, porque, em 2018... Segundo o Datasus, em 2017, nós tínhamos uma taxa de homicídio de 30,7 homicídios por 100 mil habitantes; em 2018, caiu 12%; em 2019, uma queda histórica, nunca antes na história do nosso país houve uma queda tão grande da taxa de homicídios, queda de 21,87%: a taxa que, em 2017, era de 30,7 por 100 mil habitantes passou para 20,9 por 100 mil habitantes. Se a gente não pode falar que foi por causa da política armamentista, sim, do Governo Bolsonaro, a gente pode garantir que, se essa taxa de homicídio tivesse crescido, a culpa seria dessa política armamentista.

Então, a pergunta que eu faço ao senhor, pela sua experiência, pelos casos que o senhor já presenciou: qual o maior problema que nós temos hoje mais no Brasil? É o controle de armas que é malfeito ou a impunidade daqueles que cometem o crime usando armas de fogo principalmente ilegais? Mais armas são mais mortes?

O SR. LUCIANO ANECHINI LARA LEITE (Para expor.) – Eu agradeço, Excelência, pela pergunta.

Eu tenho um artigo publicado, é o título do artigo: "Não existe relação entre armas legais e aumento de criminalidade". Não existe qualquer correlação, porque não existe qualquer estudo no mundo a respeito de armas de fogo que vincule a venda da arma legal com a utilização dessa mesma arma em um crime, até porque essa arma não é utilizada no crime.

Foi utilizado aqui um dado, uma pesquisa que foi feita com armas apreendidas e as armas que continham ainda numeração e eram pesquisáveis. Algumas delas estavam com registro no Sinarm, e aí se vinculou que armas de cidadãos estavam praticando crimes, dando a se entender que talvez até o cidadão estivesse praticando crime com aquelas armas, o que é absolutamente incorreto. É incorreto e desnecessário se dizer que armas que são subtraídas e passam a ser utilizadas pelos crimes passam a ser armas ilegais.

Quando se fala aqui em problema de fiscalização, se seria falha na fiscalização, todos os casos pontuais que foram levantados a respeito de detecção de problemas e de burlas ao sistema somente foram detectados exatamente porque o sistema permite a fiscalização e a rastreabilidade desses equipamentos. Levantou-se o caso aqui de um cidadão que conseguiu comprar 27 fuzis. Ele, pessoa física, conseguiu comprar da fabricante nacional – fazer um pedido; pessoa física – 27 fuzis. Só esse pedido já deveria ter levantado suspeita. Depois se verificou que havia conivência de uma série de pessoas para que isso pudesse ser efetivado. Eu levei sete meses para adquirir o meu. Então, a gente vê que não é assim tão fácil, e aquilo ali já mostrou que havia uma irregularidade. E exatamente são esses casos que mostram que, sim, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que avançar na fiscalização; sim, nós temos que avançar nas formas de fiscalização, mas que o sistema funciona e que ele está atuando. E é por isso que nós detectamos esses casos.

Aí o senhor me pergunta: é exatamente a falta de fiscalização ou o que está acontecendo para que os crimes ocorram? Na verdade, o enfrentamento à criminalidade vai muito além do que uma só medida. Não é só um ato que vai resolver o problema da criminalidade do Brasil, mas nós estamos vendo, com dados efetivos – e o Brasil demonstrou isso empiricamente –, que mais armas legais não significam aumento da criminalidade.

Estimou-se aqui – apresentaram uma pesquisa de estimativa Minority Report – que, se a venda de armas não ocorresse, se teria salvado 6 mil e não sei quantas vidas. E fez-se aqui um paralelo, que eu não entendi, com covid e pandemia quando se trata de armas.

Mas quem mais falou de pandemia no mundo foi o CDC americano. E o CDC americano, em 2016, fez uma pesquisa não a respeito das armas ilegais, mas, sim, do emprego legal em defesa, o emprego defensivo das armas vendidas nos Estados Unidos. E eles estimaram, sim – essa estimativa válida –, de 1,5 milhão a 3 milhões de usos anuais de armas em defesa do cidadão lá, nos Estados Unidos. Esse é o exemplo; esse é o exemplo e essa é a pesquisa que deve ser colocada.

E mais que isso, só para completar, Excelência, a gente não vê o mesmo tratamento que se dá às armas a outros assuntos. Por exemplo, no Brasil se matam 45 mil pessoas todos os anos em crimes de trânsito. E se deixam sequeladas, por esses crimes de trânsito, 470 mil pessoas, a um custo – o Ipea e a Polícia Rodoviária Federal fizeram essa pesquisa – de 20 bilhões anuais ao Erário.

Quando um banco permite que alguém com documentos falsos abra uma conta e pratique fraude com essa conta irregularmente aberta, não se fecham agências, não se proíbe a abertura de novos bancos e não se impede a abertura de novas contas. No Brasil, quando se detecta que, com o sistema de fiscalização funcionando, conseguindo-se rastrear, porque são rastreáveis, as armas legais, é tentado o desvio, imediatamente o Governo proíbe a abertura de novos clubes, cancela a expedição de CRs, impede a comercialização e restringe absurdamente a venda de equipamentos.

O que nós precisamos ver é que, dessas 3 milhões de armas que foram nominadas ou quase 3 milhões de armas que se encontram na mão do cidadão, não se sabe, porque não há um cruzamento efetivo de dados. Desde 2003, Sigma e Sinarm deveriam se comunicar, mas apenas em 2021, em agosto de 2021, uma portaria determinou que eles se comunicassem, e até hoje não se comunicam, nós não sabemos se o mesmo cidadão que tem uma arma no Sinarm tem arma no Sigma. E se considerarmos que são mesmo 3 milhões de pessoas, essas 3 milhões de pessoas representam quanto? Um pouco mais de 1%, nem 2% da população com equipamentos. Essa tremenda circulação de equipamentos que se fala aqui, será que é tremenda assim mesmo? Essas armas estão circulando? Nem autorização de trânsito nós estamos obtendo. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos trazer a discussão a uma realidade um pouco mais factível, menos ideológica e com menos paixões, e o assunto demanda muitas paixões.

Eu só iria pedir para o pessoal da assessoria, se pudesse, colocar a última página do meu eslaide, a última página, por favor, só por cumprimento de um dever. Eu disse para o meu filhinho, que está lá em casa, que eu iria colocar a foto nossa no pódio, ali, e eu, por um acaso do destino, acabei, Excelência, não passando o último eslaide. O meu último eslaide, por favor, só para eu fazer essa homenagem ao meu menino. Essa aí é o pódio do campeonato 2021 de rifle. Esse aí. Meu menino com o troféu ali mostrando as famílias reunidas e o que representa o tiro no Brasil.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Dr. Luciano.

Vou abrir a palavra, então, aqui, aos Senadores. Senador Girão quer fazer uso da palavra. Vou só pedir para ter aí em torno de três a cinco minutos para fazer os comentários ou fazer a pergunta, para a gente caminhar para a conclusão da audiência.

Por favor, Senador Girão com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo, Senador Flávio Bolsonaro, pela sua condução muito serena, democrática, num assunto que exalta paixão. É um assunto que mexe com o nosso ser, de cada um, quem é contra, quem é a favor. Todos temos histórias com relação a esse assunto.

Eu estava conversando com os colegas aqui, inclusive que pensam diferente de mim, que esse assunto tem que ser técnico; esse assunto não é um assunto ideológico. Eu, por exemplo, sou conservador, totalmente, eu me considero, mas sou contra a liberação desenfreada como, na minha percepção, houve no Governo anterior. Embora eu tenha convergências com o Governo anterior, nesse aspecto eu acho, com todo respeito a quem pensa diferente, que não foi bom. E eu vou procurar aqui elucidar, em alguns questionamentos, por exemplo, quando se fala que os crimes reduziram-se a partir dessa política armamentista, já deixando muito claro para quem está nos ouvindo, porque eu sei que isso desperta paixão, que eu respeito os CACs.

Eu tenho pessoas da família, amigos que são CACs e são pessoas seriíssimas. Eu quero reafirmar que a maioria esmagadora são pessoas corretas. Agora, o que se percebe, na prática, Senador Flávio Bolsonaro, é que está havendo aí um desvio de finalidade, e a gente precisa dar um freio de arrumação. Precisa dar um freio de arrumação para que a atividade-fim, quem queira atirar, colecionar, que faça isso, e não...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... usar desse artifício... Já foi o tempo embora? Eu nem comecei as perguntas ainda! Mas eu acho importante, se me permitir...

Eu vou partir para as perguntas, que sou obediente aqui, mas, só para concluir: na prática, o que a gente viu foi, no linguajar do futebol, um balão, um drible para que se libere o porte. E, se querem liberar o porte, e os Congressistas têm direito... Deixando muito claro que eu sou a favor da posse, que a pessoa tenha em casa e no comércio – eu não sou contra –, passando pelos requisitos necessários. Agora, sou contra o porte, que é as pessoas andarem nas ruas com arma. Mas, se quiserem debater o porte, a gente pode fazer um debate aqui.

Eu até achei estranho por que não veio o Raul Jungmann, que foi um nome que eu sugeri também, porque eu acho que é um ex-Ministro da Justiça de um governo equilibrado também, Ministro do Temer. E era importante que a gente o ouvisse, porque ele tem muita experiência, andou o Brasil todo, debatendo esse assunto na época do Estatuto do Desarmamento.

E o que eu acho é o seguinte: quer liberar o porte de arma, como é em alguns outros países, vamos fazer um debate para revogar o Estatuto do Desarmamento. É melhor. Agora, usar de um *bypass* para liberar o porte através do CAC, aí são outros 500. E a gente tem que obedecer à lei que nós temos no Brasil.

Um acidente – estava conversando com o meu irmão querido Zé Trovão –, uma discussão banal no trânsito, hoje, com o sangue latino que nós temos... E eu morei nos Estados Unidos e tive uma experiência terrível que eu já contei aqui, mas eu não vou contar de novo, com relação à arma porque lá é liberada. A minha vida profissional foi em empresa de segurança. Eu vi profissionais competentíssimos, vocacionados, que perderam a vida por causa da arma de fogo, porque o assaltante – você imagina o cidadão! – não manda um WhatsApp dizendo que horas vai te assaltar. O efeito surpresa é dele.

Então, essa arma do cidadão de bem vai parar no crime. Temos que tirar armas ilegais das ruas? Temos que tirar. Foco total! O Governo Federal que assumiu agora – e é uma das coisas que eu vou cobrar; e já a minha primeira pergunta é nesse sentido – tem que fazer buscas, apreensões, *blitze*, reforçar em todos os cantos do Brasil para tirar as armas ilegais das ruas. Não tenho dúvida.

Agora, a gente tem que ter muita serenidade nessa hora, porque eu acredito que o grupo de trabalho que foi formado no Governo me parece equilibrado. Inclusive, seu irmão Eduardo Bolsonaro está dentro do grupo; Pollon, dentro do grupo; Lucas Barreto, que é um colecionador aqui, o Senador colega nosso, dentro do grupo; o Coronel Achiles, dentro do grupo. Eu acho que precisamos esperar o resultado desse trabalho para a gente poder avaliar, mas era necessária, no meu ponto de vista, uma reflexão mais profunda, porque a coisa estava desenfreada.

As perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Roberto Uchôa, que foi inclusive uma sugestão minha, teve o tempo de expor, e eu gostei muito do que ele passou, mas eu queria fazer mais umas perguntas aqui: o relatório apresentado pelo Senador Alessandro Vieira regula a prática do tiro de esportivo para menores de 16 anos, afirmando que essa prática deverá ser autorizada judicialmente e deve restringir-se aos locais autorizados pelo Exército Brasileiro.

No domingo, o Sr. Roberto participou de um grande programa, em nível nacional, sobre o curso para crianças em clube de tiro de Goiás – aqui, vizinho – com armas de *airsoft*. Você demonstrou, Sr. Roberto, surpresa com esse fato. A minha pergunta é: não sua pesquisa acadêmica em clubes de tiro, você já tinha visto algo parecido com isso? O que pensa sobre isso? Acha um clube de tiro um ambiente adequado para crianças de seis, sete anos de idade? Quais os efeitos podem advir a partir disso ?

Eu queria fazer uma pergunta também para o Felippe, do Instituto Sou da Paz, e aqui é muito particular, porque eu tinha dois filhos numa escola nos Estados Unidos, em Parkland, e é por isso que eu estou aqui, o principal motivo pelo qual eu resolvi me candidatar para o Senado foi esse fato, e eu sabia que isso poderia acontecer no Brasil, só não sabia que ia ser tão rápido, e me preocupo com o futuro próximo, e a pergunta que eu faço para o Sr. Felippe: os ataques nas escolas estão aumentando em níveis inaceitáveis. Nós já conhecemos a experiência norte-americana. Lá, a principal causa de morte de crianças já é arma de fogo e, nos últimos anos, o *boom* de vendas de armas lá também foi acompanhado pelo aumento de ataques em escolas.

Repito, sou a favor da posse dentro das residências, para defesa do patrimônio, das famílias, também no comércio, porém, o porte, se efetivado de forma indiscriminada, pode gerar verdadeiras tragédias, como eu estava iniciando e não concluí: briga de trânsito, uma coisa que poderia terminar no máximo numa UPA pode acabar num cemitério, com família chorando; num bar, num restaurante, a gente está com as nossas famílias, com crianças... Bebida alcoólica, que é uma cultura que, infelizmente, nós temos; as pessoas armadas ali, com o porte; uma discussão banal, porque mexeu com a esposa do outro, o cara já está alterado na consciência, pode essa discussão acabar com bangue-bangue, é uma volta ao faroeste, à Idade Média. Eu acho que isso não é algo saudável na civilização, com todo o respeito a quem pensa diferente.

Agora, a pergunta que eu faço é a seguinte: até que ponto, Sr. Felippe, o senhor acha que a proliferação da venda de arma de fogo, de registro de CAC, pode ter influenciado, de alguma forma, ataques de instituição de ensino, principalmente praticados por adolescentes?

E para a Sra. Michele eu pergunto: muitos entendem que deva ser concedido o porte de armas para várias categorias profissionais. É uma luta antiga aqui que a gente viu desde o do início que eu cheguei aqui, não é? Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Girão, só um parêntese aqui, só para não fazer pergunta para os dez, senão a gente não sai daqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, tem só mais uma, inclusive para o convidado que o senhor convidou, que é a favor das armas, tá? Mas é a última, é a penúltima aqui, rapidamente.

Muitos entendem que deve ser concedido porte de armas para várias categorias profissionais. Certo? Inclusive em alguns casos levando-se em conta a necessidade presumida, com todo o respeito, com todo respeito a essas categorias, como a senhora vê essa situação? Não seria uma forma de haver uma concessão desordenada de porte para uma grande fatia da população?

E a última, que é para uma pessoa que defende armas, o Delegado Rodrigo, eu faço aqui um questionamento: uma situação que levou a vários problemas no ano passado, por questionamentos internos aqui do Senado, é o porte de trânsito do CAC entre os locais de treinamento e competição e a residência. Muitos dizem que a arma deve estar pronta para uso, até para defender o próprio arsenal transportado. Porém, essa situação, se feita a qualquer hora e em qualquer itinerário, será uma forma de porte velado. Pergunto: como resolver a situação de proteger o armamento de uma abordagem de criminosos e, ao mesmo tempo, não conceder, de forma indistinta, o porte para vários atiradores, caçadores e colecionadores? Essa é a grande dúvida, é o "x" da questão, em que a gente precisa encontrar um ponto de equilíbrio.

Muito obrigado e perdão pela demora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador. Ainda bem que o senhor falou que era disciplinado, que ia usar só os cinco minutos.

Passo a palavra, então, pela ordem, aos participantes. O primeiro é o Sr. Roberto; depois o Sr. Felippe; depois a Sra. Michele; e depois o Sr. Rodrigo. Só peço aí... O prazo máximo é de três minutos para cada um para dar resposta, por favor.

Então, com a palavra, o Sr. Roberto Uchôa, que está *online*.

O SR. ROBERTO UCHÔA DE OLIVEIRA SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Girão, pela pergunta.

Vou rapidamente aqui só fazer um apontamento relativo à fala do Deputado Pollon. Eu tenho artigos publicados, livros, capítulos em livros, dissertação de mestrado, está tudo disponível aí.

E peço, inclusive, para o Promotor, se possível, compartilhar, posteriormente, esse artigo que ele escreveu, que eu não encontrei no Google Acadêmico ou em outras fontes de artigos acadêmicos.

O SR. LUCIANO ANECHINI LARA LEITE – Está no infoarmas.com.br, maior *site* do Brasil no assunto. Infoarmas.com.br. é o maior *site* da América Latina sobre o tema.

O SR. ROBERTO UCHÔA DE OLIVEIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Mas foi artigo acadêmico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO ANECHINI LARA LEITE – É, dentro da minha formação de três pós-graduações e um mestrado, eu produzo alguma coisa com conhecimento acadêmico sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para organizar para não ficar debate também, quando um acabar de falar, eu posso passar a palavra, se for o caso, para outra pessoa.

Mas, por favor, com a palavra, o Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO UCHÔA DE OLIVEIRA SANTOS (*Por videoconferência.*) – Não, eu só pedi, porque eu gosto de ler artigos científicos que contraponham, ainda mais quando revisado por pares. Eu acho isso muito importante. Mas está aqui aberto o tempo inteiro para leitura.

Com relação à pergunta do Senador Girão, realmente, no domingo, eu participei de um programa jornalístico onde eu falei sobre o que aconteceu no clube de Goiás e confesso que, na minha pesquisa acadêmica dentro de clubes de tiro, eu não tinha visto crianças de seis, sete anos frequentando clubes de tiro. E isso me causou certo impacto. Confesso que na hora – eu tenho criança dessa idade... Ver crianças usando equipamentos de proteção individual já me chama atenção, porque há possibilidade de elas se ferirem, senão elas não estariam usando esses equipamentos.

Eu acho que a tentativa de colocar crianças em clubes de tiro, tentar incutir nelas uma cultura armamentista, como dois expositores, inclusive, colocaram fotos de crianças...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO UCHÔA DE OLIVEIRA SANTOS (*Por videoconferência.*) – A empresária afirmou que sua filha ou filho pratica o tiro desde dez anos de idade. Eu acho isso muito perigoso, porque a gente está treinando essas crianças para mexerem com armas de fogo.

A questão é a seguinte: essas crianças estão prontas mentalmente? Porque 18 anos não é um número mágico, não é algo a que se chegou e falou: só a partir dos 18 anos está mentalmente preparada para tal. Isso aí é fruto de trabalho.

E só para trazer um dado sobre essa possibilidade – e eu entendo a dor do Senador Girão quando ele fala sobre isso –, no ano de 2020, constatou-se, nos Estados Unidos, que é um país em que crianças e adolescentes mexem com armas de fogo, que, em 2020, a maior causa de morte de crianças nos Estados Unidos foi armas de fogo. Então, acho que é um debate para a gente ter: é isso que a gente quer para a nossa sociedade, ensinar crianças a utilizarem armas de fogo aos seis, sete anos? Eu acho que não. Eu acho que lugar de criança é na escola ou brincando; nunca em clube de tiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E eu ainda acho que quem sabe o que é melhor para os filhos são os pais, mas vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Felippe, com a palavra.

O SR. FELIPPE ANGELI (Para expor.) – Sobre a questão das armas, Senador Girão, dos ataques nas escolas, enfim, quero primeiro lamentar. Acho que é algo tão cruel a situação que o senhor vivenciou também e, de novo, um pouco eu acho que a sua situação faz essa dicotomia da estatística com a percepção. É um caso isolado, mas e a apreensão que a gente vive neste momento, a dor? O que isso impacta na nossa vida? Enfim, o senhor pode dizer muito bem sobre isso.

De forma bem objetiva, o tempo é curto. Sobre os Estados Unidos, primeiro, assim, fica essa discussão se se deve utilizar dados dos Estados Unidos, ou não utilizar dados dos Estados Unidos no Brasil. É verdade, claro, que todo lugar tem sua particularidade. Foi um pouco o exemplo que eu utilizei da pessoa que fuma até os 90 anos, e isso não quer dizer que o tabaco faz bem. O que eu quero dizer com isso é que há diferenças específicas nos países, assim como na saúde pública, ou seja, está comprovado que um instrumento, um objeto, um comportamento tem esse efeito, que ele prejudica, ele tem um efeito prejudicial; outros componentes vão influenciar para que a gente tenha o resultado final. É exatamente isso. Teve gente que fumou até os 90, morreu; tem situações diferentes nos lugares.

Nos Estados Unidos, e em países de IDH igual, comparando-os com os comparáveis, o número de homicídios que tem lá é de uma desproporção. A gente está falando de quatro, cinco, seis vezes mais, ou até mais, muitas vezes. Os Estado Unidos são um país grande, assim como o Brasil, diverso, plural – assim como o Brasil! Você tem locais muito calmos, de fato. Agora, existem cidades norte-americanas – Detroit, New Orleans, St. Louis, Baltimore – que têm um índice de homicídios muito superior ao do Rio de Janeiro, nem se compara, ao de Salvador, ao de Recife... A gente tem cidades norte-americanas, como Baltimore, St. Louis, Minneapolis, que têm índice de homicídios muito superiores a índices verificados no Brasil – um país rico, um país menos desigual. Obviamente, quando você pega os homicídios, no total, dos americanos, eles são menores do que os dos brasileiros, com a pobreza, a desigualdade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPPE ANGELI – ... outros elementos que corroboram.

Também, para concluir, segundo pesquisa recente publicada lá nos Estados Unidos – já que a gente está falando dos ataques nos Estados Unidos –, houve um aumento nos Estado Unidos, mais recente, no comércio de armas de fogo e uma maior desregulamentação também mais recente, nos Estados Unidos, sobre a circulação de armas de fogo. Foi mostrado também nessa pesquisa – posso compartilhar com vocês – que, nos estados em que houve mais venda de armas e onde houve a maior flexibilização de armas de fogo, houve um aumento mais importante nos ataques das escolas.

Para finalizar, vamos falar do Brasil. Bom, isso para mostrar... Assim, tem outras pesquisas mostrando – saiu muita coisa por causa das tragédias recentes – que escolas com pessoas armadas dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não conseguiram resolver. A gente teve Parkland recentemente. Acho que foram 20 mortes e tinha pessoas armadas com fuzil.

E aí tem um problema que é muito simples, e o pessoal que entende de armas de tiro aqui vai saber. A gente pode matar pessoas eventualmente, realmente, com quase qualquer objeto, isso é verdade. Agora, para uma pessoa que tenta matar alguém com um livro – como foi citado aqui –, com uma faca, ou com um fuzil, a eficiência é muito diferente. Eu não preciso desenhar para vocês, eu acredito nisso. A gente chama fuzil de assalto, inclusive.

Por exemplo, em Parkland, em que foi cometido um crime com fuzil, uma arma que é muito mais disponibilizada nos Estados Unidos, até chegar outra pessoa armada com fuzil já foram 20 mortos. Quando a gente tem ataques com armas brancas, a gente vê que, apesar da tragédia, obviamente, o resultado é muito menos eficiente para aquele que quer matar.

Para concluir minha fala, falo de uma pesquisa brasileira do Sou da Paz sobre armas e ataques nas escolas. A gente teve no nosso levantamento – deixe-me abrir aqui –, nos últimos anos, nos últimos 20 anos, 93 vítimas de ataques em escolas com armas de fogo, apenas. É um número inaceitável, mas ainda nem se compara com o absurdo que vivem os Estados Unidos. Espero que não cheguemos, nunca, àquela alucinação que eles vivem. Já são mais de 200 *shootings* hoje nos Estados Unidos, muito mais do que um por dia. As coisas que já eram péssimas lá saíram totalmente do controle. Foram 20 casos – deixe-me ver se eu não estou falando besteira...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para concluir, Sr. Felippe Angeli, para não ultrapassar muito o tempo.

O SR. FELIPPE ANGELI – Deixe-me ver aqui só o número. O número de casos de todos esses, para concluir... Você tem casos com armas brancas que não estão aqui dentro. Em metade dos casos, em que teve 93 vítimas nesses últimos 20 anos, o atirador, em geral aluno, em geral menor de idade, obteve arma dentro de casa, com o pai policial, com o pai que poderia ter uma arma ilegal, com o pai que, enfim, tinha uma arma registrada...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Em 90%?

O SR. FELIPPE ANGELI – Metade, metade, quase metade. Posso dar esses números com a pesquisa inteira completa para o senhor.

Conseguiram a arma dentro de casa. Então, esse é o número.

Obrigado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. Felippe. Espero que não queiram desarmar policiais também, pelo amor de Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Michele, por favor, com a palavra.

A SRA. MICHELE DOS RAMOS (Para expor.) – Senador Girão, obrigada pela pergunta e pelas considerações com relação ao trabalho do GT.

Com relação à questão das categorias, Senador Girão, acho que é sempre importante a gente usar responsabilidade como um fio condutor dessas análises. Nesses casos, é preciso que a gente faça uma avaliação das demandas funcionais dessas categorias, do que a gente tem de disponível, por exemplo, de informação sobre vitimização e riscos que esses agentes enfrentam e de como é que a gente avança também em discussões sobre treinamento, sobre acompanhamento desses profissionais, sobre essa regulação... Então, esse porte vai ser só durante o exercício da função ou vai ser também um porte fora de serviço?

E nunca se pode esquecer o horizonte de que isso, obviamente, tem um impacto para a sociedade como um todo. Obviamente, se a gente sai de um cenário – não sei, hoje, qual o quantitativo total de portes funcionais que a gente tem, por exemplo –, se a gente aumenta isso vezes dez, teremos um desafio a mais nessa regulamentação, desafio esse, Senador, que eu acho que é importante... E aí, ecoando com a discussão que a gente fez também de outros elementos aqui do debate, obviamente, o nosso compromisso, como representantes eleitos, como servidores públicos, é sempre olhar para a situação que nós temos, então, para a regulamentação e para a legislação que a gente tem atualmente... O objetivo nunca é, por exemplo, inviabilizar a participação de mais mulheres em atividades que são previstas em lei – aí retomo: são atividades previstas em lei.

O que a gente não pode é permitir, por exemplo, os casos como o da Michelli, minha xará, e seu filho de dois anos, que foram assassinados em agosto, setembro do ano passado por um ex-companheiro que era CAC. Então, quando a gente olha uma situação dessas, como é que a gente evita que essa regulamentação aumente os riscos de que esses casos se repitam? As famílias... De maneira alguma, a gente pode pensar numa regulamentação para as atividades previstas em lei que inviabilize que uma família frequente o clube de tiro, mas eu também preciso olhar, do ponto de vista dessa regulamentação, como é que eu reduzo casos como, por exemplo, o da família do Piauí, em que o Daniel e o Felipe, dois cunhados, um era instrutor de tiro, se mataram numa disputa por conta de um choro do sobrinho que tinha uma condição especial.

Do nosso ponto de vista de...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE DOS RAMOS – ... servidores públicos, de representantes, é esse equilíbrio que a gente precisa encontrar.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, eu só queria pedir ao senhor que repetisse a pergunta, porque o Dr. Rodrigo, que é o Chefe da Desarme (Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos) do Rio de Janeiro, não ouviu a sua pergunta. Se o senhor puder repetir, ele agora está *online* nos ouvindo e, daqui a pouco, entra para responder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Tranquilo, Senador Flávio.

Uma situação que levou a vários questionamentos no ano passado é o porte de trânsito do CAC entre os locais de treinamento e competição e a residência. Muitos dizem que a arma deve estar pronta para uso, até para defender o próprio arsenal transportado. Porém, essa situação, se feita a qualquer hora e em qualquer itinerário, será da forma de um porte, não é? Na prática, é um porte velado. A pergunta é, Dr. Rodrigo: como resolver a situação de proteger o armamento de uma abordagem de criminosos – o.k. – e, ao mesmo tempo, não conceder de forma indistinta o porte para vários atiradores, caçadores e colecionadores? Eu acho que este é o espírito do que a gente precisa buscar, Senador Flávio Bolsonaro: equilíbrio para regulamentar uma situação.

Só pegando os dados que o senhor mesmo deu, há pouco tempo, sobre a questão de que, no Governo anterior, teve essa política armamentista e os números de violência, de assassinatos diminuíram no Brasil, eu quero perguntar, por exemplo: em Manaus, que é no Brasil, capital do Amazonas, o que é que aconteceu lá de diferente que isso aumentou em quase 50% durante esse período? Essa é uma pergunta que a gente tem que se fazer, porque é o seguinte: a questão da educação... Tem outros fatores multidisciplinares que influenciam numa política dessa. Então, é só uma questão que eu não entendi, que é o porquê dessa divergência, porque eu acho que envolve combate a crime organizado, uma série de outras situações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com certeza. Eu não sei por que em Manaus, mas os estados onde tem a maior quantidade de armas registradas têm as menores taxas de homicídios, principalmente na Região Sul do Brasil. Esses são dados estatísticos. Eu, em momento algum, falei que a queda está diretamente relacionada, "as taxas de homicídios caíram por causa da política". Eu não falei isso. Eu falei ao contrário: se elas tivessem subido, com certeza, a culpa seria da política de armamento do Governo Bolsonaro. Então, como não aconteceu, este sofisma de que "mais armas, mais mortes" foi por terra. Essa é uma conclusão a que nós podemos chegar com muita tranquilidade.

Eu passo aqui ao Sr. Rodrigo. Ele está *online*, está nos assistindo? Passo a palavra ao Sr. Rodrigo.

O senhor entendeu a pergunta do Senador Girão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DE BARROS PIEDRAS LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ouvi, ouvi.

Boa tarde novamente.

Realmente, essa questão é uma questão que é importante e não é de fácil solução, porque você tem que pesar justamente os riscos e as consequências. Um CAC, realmente, que leva a sua arma desmuniciada para o estande, aqui no Rio de Janeiro pelo menos, está sujeito a um roubo e a ser morto, vítima de homicídio, porque está levando uma arma. Muitas vezes, aqui, realmente, a nossa realidade é uma realidade que é triste. Muitas vezes, o policial abordado – hoje mesmo, teve uma perita nossa, da Polícia Civil, aqui no Rio, que foi vítima de latrocínio –, quando é identificado como policial, é morto. Muitas vezes, se o CAC estiver com uma arma, o criminoso vai achar que ele é policial, já tem essa exposição, e vai matá-lo.

Ao mesmo tempo, como ocorre também não só com a lei de armas, mas com outras leis, há pessoas que se valem do direito legal realmente de transitar com a arma para praticar sua atividade e distorcem esse direito para fazer um porte. O espírito da lei não é esse, não é, realmente, para que a pessoa ande armada para qualquer lugar, mas, sim, para ir ao seu local de prática de tiro.

Tem que pesar, realmente, o risco que seria para a sociedade uma pessoa que não tem porte andar armada e o risco pessoal que a própria pessoa tem ao carregar sua arma para o estande. Não é uma coisa simples. Acho que não dá para realmente ser generalizado e, caso a caso, tem que ser analisado se há essa distorção da lei, se a pessoa está se valendo disso, se a pessoa está praticando uma atividade ilegal, se está com o uso de sua arma, que está legalmente registrada, ou não. Não dá para generalizar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado...

O SR. LUCIANO ANECHINI LARA LEITE (Para expor.) – Excelência, o senhor me concede um aparte? Eu fui indelicado com o Dr. Uchôa. Talvez pela minha dedicação ao Tribunal do Júri, eu já fiz o aparte sem os procedimentos formais aqui da sessão.

Apenas para esclarecer, os artigos que eu publico... Eu publico todos os meses um artigo no InfoArmas – é o maior *site* da América Latina a respeito de armas, treinamento e tem os maiores instrutores do Brasil ali – de que eu tenho a honra de fazer parte. Lá publiquei vários artigos a respeito de armas de fogo, crianças e atividade do tiro, até pela minha experiência como atirador. Eu atiro desde os três anos, tive o meu primeiro troféu aos sete anos de idade e estimulo a atividade, que, não por qualquer outra coisa, mas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, demanda, sim, independentemente de qualquer outra regulamentação, autorização judicial para ser praticada pelos menores de 18 anos. Também sou autor do livro *Papa Alpha: Porte de Arma para Defesa Pessoal*, até para que o Dr. Uchôa possa saber, e eu vou encaminhar um para ele, como vou encaminhar para o Senador Girão, porque, infelizmente, os que eu trouxe eu já entreguei. Estou lançando também o *Legítima Defesa Armada*, outro livro em que pesquiso o assunto aqui no Brasil, não só pela minha experiência no Tribunal do Júri, com mais de 400 plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizados, mas porque sou dedicado ao estudo da legislação de armas há muito tempo, não só nos 19 anos como Promotor de Justiça, mas desde sempre. Sempre me dediquei, porto armas há mais de 22 anos e sou um apaixonado pelo tema.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Luciano. Obrigado.

Vou passar a palavra aqui, na ordem. Tem uma questão regimental de que tenho que dar a palavra primeiro aos Senadores e depois aos Deputados. Então, aqui, pela ordem, estão os Senadores Magno Malta e Jorge Seif. Passo a palavra depois à Julia Zanatta, ao Zé Trovão e ao nosso amigo Gilvan.

Eu só estou preocupado com o seguinte, Senador Magno Malta, daqui a pouco, vão proibir o filme Rambo ou Robocop, porque estão influenciando a molecada a ser violenta. Eu sou de uma geração que brincava de polícia e ladrão e não conheço ninguém que ficou traumatizado porque brincava disso. Então, a gente tem que tomar muito cuidado, até porque neste projeto tem pontos interessantes, como querer criminalizar a venda ou proibir a venda de simulacros de armas de fogo. E, mais uma vez, estamos errando o tiro, Senador Girão. Não é o instrumento, é a pessoa. Em vez de criminalizar ou proibir a venda, a gente pode falar: "Olhe, quem for pego cometendo um crime, um assalto, um homicídio, usando simulacro vai ter sua pena aumentada pelo uso daquilo".

Enfim, Senador Magno Malta, com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Flávio.

Eu ouvi parte deste debate pelo rádio. Esta Comissão está sendo transmitida também pela TV no dia de hoje. A CCJ tem proeminência.

Nós estamos aqui discutindo a hipocrisia do bem. Se eu disser "Senadores que não têm segurança armada permaneçam como estão", ninguém levanta a mão. É a hipocrisia do bem!

Estão assustados, porque a expositora mostrou o troféu do filho; estão assustados, porque foram a Goiânia, e lá tinha um campeonato de crianças atirando. Ninguém se assusta com criança de 12, 13 anos com escopeta na favela! Ninguém se preocupa com isso. Nós estamos vivendo num mundo ideológico. Isso é governo globalista, isso é ideológico.

Excluindo o Senador Girão, a quem conheço e de quem discordo profundamente neste debate – é meu irmão –, às pessoas que dizem que desenfreadamente foi dado porte de arma no Governo de Jair Bolsonaro explico que ficou foi mais difícil. Era mais fácil. Quando ele convidou o Moro para ser Ministro, a portaria de Jair Bolsonaro foi completamente alterada, e ficou difícil demais. E tem outra coisa: não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenfreado. Você vai para uma escola, você tem que se inscrever, tem seus documentos, tem psicólogos – a rapaziada está indo embora –, tem psiquiatras, faz teste psicológico, traz antecedentes criminais, vai para um estande de tiro, você pega um cara que é credenciado na Polícia Federal como instrutor, você faz dois testes e, se não passar no primeiro, não faz o segundo. Aquele *banner* onde você atira, se você errar, estará carimbado na Polícia Federal só para você, e você não faz de novo em outro, a não ser que entre com outro requerimento. Não tem essa conversa de desenfreado! Essa frase não é sua, Senador Girão; é do Dino, pelo amor de Deus, pelo amor de Deus!

Nós não estamos... A regra é o seguinte: o Parlamento não faz leis da exceção para a regra; a lei é feita da regra para a exceção. O que os senhores citaram aqui, tudo que foi citado aqui é exceção, não é regra.

Quem está assustado com uma criança que ganhou um troféu não se assusta ao ver uma criança na garupa de uma moto com uma pistola na mão dando tiro dentro de um baile *funk!*

Ora, arma não mata, quem mata é o homem! Uma arma parada em cima de uma prateleira não faz mal a ninguém. É como uma Bíblia: parada e cheia de poeira em cima de prateleira, ela não vai fazer bem a ninguém – não vai fazer bem a ninguém!

Eu fiz uma anotação aqui ao ouvir, porque as pessoas, os esquerdistas que defendem desarmar polícia e que o cidadão não tenha como se defender... "Ah, teve uma briga de trânsito". Gente, isso é uma exceção, ninguém vê isso todo dia. Uma briga no bar. Eu já fiquei em mil restaurantes por aí, almocei em restaurante, em lanchonete, eu não vi troca de tiro em lugar nenhum. Calma! Mas facção tentando tomar morro todos os dias e matando gente e colocando refém a população, isso tem todo dia. Na verdade, na minha visão, uma arma – e eu tenho, tenho porte de arma e ando armado –, a arma é um cadeado de uma bicicleta. Se você parar sua bicicleta e não botar um cadeado, se você voltar, ela não está lá mais. Sabe por quê? Você não deu ao bandido a possibilidade de pensar dez vezes. Ele montou e levou, acabou. "Ei, você viu uma bicicleta aqui?". O cara diz: "Eu vi". "Mas você viu quem levou?". "Não sei, um rapaz montou e foi embora". Todo mundo que estava debatendo o assunto se levantou e foi embora. Só tem do senhor para frente, viu? Porque eles não aguentam ouvir verdade. Então, deixa eu concluir. Mas se você pega a bicicleta e põe um cadeado, o ladrão vai pensar dez vezes. "Porra, está com cadeado. Se eu botar isso na cabeça, nego vai desconfiar, está com cadeado". Você pode não perder sua bicicleta. Agora, o povo brasileiro é como bicicleta sem cadeado. Vagabundo sabe. Monta, faz o que quer, estupra, sequestra, rouba o carro, entra na casa, estupra a esposa. Isso é regra, gente, pelo amor de Deus, não é exceção!

Do que nós estamos falando é de hipocrisia do bem. Nós não vivemos no país de Alice? Não se combate bandido com flores nem com livros. O Lula disse que tem que dar livros. Tem que dar livros, tem que dar flores. As escolas estão sendo atacadas, e dia 20 está marcado, por causa do advento na escola em Columbine, quando jovens mataram 21 pessoas e se tornaram ídolos; deixaram mais 21 feridos e se suicidaram. O que está acontecendo na escola? Nós temos que discutir a questão das redes sociais, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

submundo da *deep web*, onde eles são treinados e armam esses crimes o ano inteiro, porque fazem dessas pessoas os seus ídolos.

Agora, como que nós vamos discutir um estado que tem o mais baixo IDH do país, de um ex-Governador que agora é Ministro da Justiça e que diz que quem não credenciar sua arma é criminoso? Lá teve o advento de Pedrinhas, no estado dele. Como é que foi para resolver aquilo lá? Aliás, faço até um parêntese aqui, para eles que vivem chamando o Michel Temer de golpista: lá, no advento de Pedrinhas, Temer mandou o Alexandre de Moraes para lá, com a Força Nacional, para socorrer o Dino. Mas, se o Temer é golpista, Alexandre de Moraes como Ministro de Justiça, já era um golpe aquilo lá. Já não valia ele ter ido lá, porque o Temer fez isso, atendeu. E o Governador, ele que tem tanta tranquilidade, por que é que ele não entrou em Pedrinhas, por que é que ele não entrou dentro do presídio, conversou com a rapaziada? Estava voando cabeça pelo muro. E cabeça se corta com o quê? É com escopeta? Mas cirurgia em criança de 12 anos pode fazer, cirurgia de sexo pode fazer, eles defendem; legalização de droga eles defendem; legalização de aborto eles defendem. E essas ONGs todas são mantidas por esses indivíduos bilionários que sustentam essa ideologia desgraçada no Brasil, inclusive o Sr. George Soros, que tem um relacionamento profundo com as autoridades do Brasil.

Então, o que nós estamos discutindo aqui é a hipocrisia do bem, com todo o respeito às pessoas bem-intencionadas. Não estou falando de pesquisa, até porque pesquisa é pulsação, porque se tivesse subido o crime e nada tivesse sido feito nesses quatro anos, Jair Bolsonaro tinha mais uma crucificação para sua vida. Porque o crime caiu, não era como nós pensávamos, dificultaram tudo para que as pessoas pudessem ter um porte de arma naquela época, mesmo assim, tendo as pessoas como defender sua propriedade, está acontecendo um terror! Só na Bahia são 50 de dezembro para cá, do MST tocando o terror em tudo que é lugar. Por que não aconteceu? Porque as pessoas, porque os produtores, porque o agronegócio, Senador Zé Trovão, Deputado Zé Trovão – quem sabe vai ser Senador? –, que é o que carrega, o animal que carrega o Brasil nas costas, recebeu a oportunidade, Senador Girão, de guardar sua propriedade. Foi nesse período que o MST baixou a bola. Agora não! O Stédile estava lá na comitiva com o Lula fazendo discurso de que vai acontecer o Abril Vermelho, e o terror está sendo tocado no Brasil, as terras invadidas de quem produz e gera divisa para esse país. Olha, isso é uma brincadeira!

Então, Senador Flávio, eu agradeço a oportunidade. Eu não quero falar nada tecnicamente porque tecnicamente é a vida diária. É o que nós vivemos. É o que eu vejo. Eu tenho lá uma casa de recuperação de drogados há 43 anos, V. Exa. sabe disso. Eu tiro gente da rua, gente da cadeia, de tudo que é lugar. Converso com eles sobre armas – V. Exa. já esteve lá –, e todos eles são unânimes na mesma coisa. Então, quer dizer, é normal um menino pegar uma escopeta, pegar um jornalista e queimar dentro do pneu, ele tem 13 anos, é gerente da boca, sem camisa, com um calção de surfista, dando tiro para cima, cantando *funk.* Essa discussão não existe. Agora, "nossa, que absurdo uma criança de sete anos ganhar um prêmio, que não sei quê...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, eu estou falando é com o meu sentimento porque criança não confunde escopeta com chupeta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Por isso eu acho que nesse debate nós precisamos nos aprofundar. Nós estamos vivendo na era da internet, nós estamos vivendo na era cibernética, que não volta atrás. E como essas coisas são programadas e nós não podemos fazer coro com essa esquerda globalista, que o que aflorou... Veja o que já fizeram no Chile, o que fizeram no Peru. Desarma a polícia, não tem mais polícia, solta os traficantes – solta os traficantes! –, passa a mão na cabeça de bandido. Então, se nós estamos vivendo em O Fantástico Mundo de Bobby, todas essas técnicas, todas essas estatísticas... Porque nas estatísticas, quando você é a favor, a margem de erro você põe para cima; quando você é contra, a margem de erro vai para baixo. Eu não acredito em nada disso. Caiu a criminalidade nos quatro anos do Governo Jair Bolsonaro porque o cidadão estava com um cadeado na bicicleta e vagabundo sabe que chumbo trocado dói. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra ao Senador Jorge Seif, o Senador Girão foi citado e quer fazer uma breve... Por favor, Senador, em consideração... (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para explicação pessoal.) – Não, eu acho bacana, eu acho importante, e a arte da política é a gente somar as nossas convergências e diminuir as nossas divergências, mas a verdade precisa ser entregue, e cada um procura levar o caminho com as estatísticas que a gente tem que analisar, Senador Magno Malta. Tem que analisar a questão das estatísticas, sim. A gente não pode levar um discurso para um discurso ideológico. O senhor sabe as críticas que eu tenho.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Isso é vida...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor espera, por favor. O senhor espera, por favor, eu concluir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Nós não estamos falando de morte, mas de vida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, o senhor eu espera eu concluir. Eu o ouvi. Eu acho bacana. O senhor sabe que o senhor é um irmão...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Mais chegado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois é, que eu admiro. Nesse ponto a gente diverge. Isso faz parte.

A vida nos trouxe aqui por vários caminhos. E essa questão de arma de fogo é uma coisa que permeia a minha vida. Permeia a minha vida profissional e a minha vida pessoal. Eu acho que eu posso colaborar no diálogo para tentar melhorar uma legislação. Eu deixei claro isso durante a minha campanha com o cearense. E não é porque o Governo mudou... E o senhor sabe, eu não votei neste Governo. Critico quase todo dia algumas políticas deste Governo, mas nesse ponto precisava, sim, de um freio de arrumação, precisava a gente ter um debate como este, que eu quero parabenizar pelo nível de todos aqui, com respeito a quem pensa diferente, e pela sua condução, Senador Flávio – condução tranquila, serena. É assim que tem que ser na convivência. Nós podemos ser adversários no campo das ideias, totalmente, mas jamais inimigos. Nós temos que desarmar, sim, os nossos espíritos.

Senador Magno Malta, foi de 745% o aumento de armas de fogo, de liberação de armas de fogo na população, milhões e milhões, durante esse Governo passado. Foi desenfreado, sim!

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso é dado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Devia ter feito mais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi desenfreado, sim, e a gente precisa entender as consequências. Os assassinatos não diminuíram por causa disso, não. Vamos fazer outra discussão. Eu acho que merece outra sessão para que a gente possa discutir os efeitos multidisciplinares que se tem para saber como é que se reduz crime.

Desculpe-me, Senador Magno Malta, a gente tem que analisar a ciência, as estatísticas sociais. A gente precisa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – A ciência se submeteu à ideologia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas são estatísticas. Eu só quero colocar o seguinte, para a gente encerrar, porque eu já estou até indo além. Essa questão... Por exemplo, é importante que a gente saiba que eu defendo que os policiais... Quero deixar isso claro: se alguém da esquerda, como o senhor colocou aí, acha que tem que desarmar os policiais, vai desarmar os policiais, eu sou contra isso. Eu acredito que os policiais vocacionados para defender a sociedade devem ser mais valorizados, mais capacitados e mais armados, com as melhores armas possíveis, as mais potentes. Agora, a gente precisa saber – e aí é aquela coisa – a diferença de alguém que é vocacionado, que trabalha, para um cidadão que está achando que a arma vai defendê-lo. As polícias do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo todo dizem o seguinte: nunca reaja a um assalto. São estatísticas mundiais. Ou você perde a vida ou você perde a arma, na maioria das vezes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Mas eu posso achar que eles estão errados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, é só para encerrar mesmo. O Senador Flávio está sendo muito benevolente.

A arma, o conceito da arma, no século XV foi concebida a arma de fogo, século XV. Ela não foi concebida para se defender. O capacete, aquela armadura, o colete, sim, para se defender; a arma foi concebida no século XV para matar. Agora, tem o seu uso no mundo atual que a gente tem que regulamentar de uma forma racional, com muita responsabilidade com o próximo. Em vez de a gente querer, para apagar um incêndio que existe na segurança pública, jogar água, a gente pode estar jogando gasolina, e esse fogo vai ficar maior e pode gerar mais vítima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Girão.

Só abusando um pouquinho também, como o Magno criticou, tirando da exceção para a regra, eu sou prova viva de que, se eu não estivesse armado, eu não poderia estar aqui hoje, Senador Girão. Em 2016 eu reagi a um assalto na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, em plena luz do dia. O marginal estava assaltando no sinal de trânsito, fazendo o chamado "pela porco", tem até nome o tipo do crime no Rio de Janeiro. Vão assaltando de carro em carro e levando tudo que tem dentro de todo mundo. O próximo na fila era eu; se eu não estivesse armado, provavelmente eu poderia não estar aqui – legalmente armado, é importante sempre frisar. Então, nesse caso, a arma pode ter salvado a minha vida. Vai que a pessoa me identifica. A minha atuação como Deputado do Rio de Janeiro sempre foi a favor dos policiais. Se eu fosse identificado, eu poderia não estar aqui agora. Então, como o senhor passou por uma situação pessoal de tragédia com o uso de arma de fogo, eu passei por uma situação pessoal com uso de arma de fogo que pode ter salvado a minha vida.

Senador Jorge Seif.

A SRA. FABÍOLA VENERA (*Fora do microfone*.) – As vidas salvas por armas de fogo não aparecem nas estatísticas.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Bolsonaro, querido amigo Girão, Senador da República, Magno Malta, senhoras e senhores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não tem condição de uma pessoa em sã consciência transferir a responsabilidade para um agente público ou para o Estado brasileiro de proteger a minha vida, a da minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família e o meu patrimônio. Não tem condição. Eu tenho uma filha que o senhor conhece, Maria Clara; eu tenho filho, Jorge Neto. E temos recebido de diversas câmeras filmagens que viralizam no WhatsApp.

Um casal agora recentemente, no interior de São Paulo, criadores lá de galinha, vendiam ovos, agro, entraram no quintal dele três assaltantes com grosso calibre. Parece-me pela imagem, eu conheço, gosto de arma de fogo, que era um calibre 12, conhecida como escopeta pela população. Entraram, pularam lá na chacarazinha deles. O que o cara fez? Abriu a janela, deu dois tiros para o alto. Os caras saíram correndo e foram embora. Eu quero perguntar para o senhor: se esse mesmo cidadão produtor rural de ovos ligasse para o 190 na hora – e eu respeito a polícia; meu pai é militar, assim como o do senhor –, se haveria tempo hábil, visto que nós temos um déficit de homens na segurança pública em todo o Brasil, inclusive no estado mais armado da Federação, que se chama Santa Catarina, o estado que eu represento, se ele ligasse para o 190 e transferisse a responsabilidade de resguardar a vida dele e da esposa dele à polícia, com todo respeito que eu tenho à polícia e a todas as forças de segurança, ele estaria vivo agora? Eu duvido. Não estaria vivo.

Samuel Colt falou uma frase que é verdade: "Deus nos fez diferentes; a arma de fogo nos torna iguais".

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esses dias, conversando com a Senadora Tereza Cristina, de baixa estatura, magrinha, do meu lado, se eu for para o embate com ela, provavelmente, se ela não tiver uma arte marcial e muita musculatura, eu vou destruir a vida dela. Ela não vai ter possibilidade de se defender, mas, se ela estiver com uma arma de fogo, todo meu 1,81m de pura bravura vai cair por terra.

Queria também... Eu respeito muito o Girão. Já falei para ele que, por diversas oportunidades, ele é um homem que inspira, é um homem de coragem, de galhardia – e divergimos também na questão das armas de fogo. Eu falei isso lá no Plenário e vou repetir: Governo Lula, média de mortes, 2010 a 2014, 53 mil brasileiros perderam a vida; Dilma Rousseff, 2014 a 2018, 62 mil vidas perdidas – média, média, ano por outro –; Jair Bolsonaro, 2019 a 2022, 41 mil vidas perdidas, que é um número absurdo, e continuamos sendo um dos países que mais mata os cidadãos, perdem por questões de violência. E eu comentava com o Senador Girão: "Senador Girão, que coincidência, o governo que mais armou a população colheu os menores índices de morte de civis na história do Brasil desde que se mede". São dados, Senador Magno Malta, de segurança pública. Foi o governo em que menos se perderam cidadãos por violência. E ele me falou: "Seif, não dá para fazer a correlação direta". Mas espera aí: além de armar a população...

E outra coisa, repetindo as palavras do Magno Malta, se socar, aqui tem porte federal igual ao senhor, Magno. Eu fiz um monte de exame psicotécnico. Graças a Deus, passei – não sei como, mas Papai do Céu foi benevolente. Fiz teste de tiro. Tive que comprovar minha renda, residência fixa, não tinha nenhum antecedente criminal, nunca tinha puxado, nunca tinha dado um peteleco na orelha de D. Catiane Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem que ter um histórico. Não é chegar lá na loja, meter o fuzil nas costas e sair. Então, tem um histórico, e não é brincadeira, fora o tempo de pegar a arma de fogo.

Mas, além de ter armado a população com todos esses critérios, que eu acho que são positivos, Jair Bolsonaro, como político, como Presidente do Brasil, apoiava as forças policiais. Não dava guarida para MST, não dava guarida para terrorista. Fez todos os esforços também, ainda que fosse o Governo Temer, para Cesare Battisti ser deportado. Então, o que é falado nos microfones desta Casa e do Palácio do Planalto surte efeito na bandidagem e fortalece as forças policiais, porque, nesse Governo, por exemplo, o Ministro de Direitos Humanos, está falando em desencarceramento de vagabundo, ou seja, o cara mata, estupra, trafica, faz assalto a banco, e os direitos humanos querem soltá-lo. E fala em flexibilização, em descriminalização de drogas. Olhe quem está nos representando. Isso fortalece as forças policiais ou isso enfraquece as nossas forças policiais?

Então, Senador Girão, eu não tenho dúvida nenhuma de que somente armar a população provavelmente não foi o principal motivo, mas é um componente importante. O apoio às forças policiais, a proposta do excludente de ilicitude, de falar que a polícia... Nós sabemos que, pelo menos o que me consta, não existem Batman, Super-Homem, nem Mulher Maravilha. São homens e mulheres que precisam defender a sua vida. Então, já que não existe Super-Homem – pelo menos no Brasil; talvez lá nos Estados Unidos exista –, de peito de aço, que aguenta tiro, as forças policiais têm que estar bem preparadas, e aqueles que desejarem e se sentirem aptos têm que ter, sim, o direito de se armar para defender sua vida, seu patrimônio e sua família, desde que não haja realmente uma capivara que comprometa o passado do cidadão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Jorge Seif, vou passar a palavra agora...

O SR. FELIPPE ANGELI – Sr. Presidente, desculpe-me interromper, só quero dar um comunicado de que vou precisar sair. A gente faz parte de um grupo de trabalho do Ministério da Justiça, cuja reunião é às 14h. Então, tem o deslocamento.

Eu queria agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria agradecer a participação. À Sra. Carolina também, obrigado aí pela participação, pela contribuição. Bom trabalho a vocês.

A SRA. CAROLINA TABOADA – Obrigada, Senador. Obrigada à Comissão pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Passo a palavra, então, ao Deputado Zé Trovão; depois ao Gilvan da Federal, e a gente encerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para expor.) – Sr. Presidente Flávio Bolsonaro, é uma honra estar nesta Comissão, num dia tão importante de uma audiência pública tão importante para os rumos que o Brasil está tomando após o 1º de janeiro. Por que após o 1º de janeiro? Porque após o 1º de janeiro nós saímos da esperança de quatro anos e entramos no desespero dos próximos quatro: um desgoverno que trouxe narrativas, narrativas e mais narrativas para mudar a formação básica da família. E é sobre isso que eu quero falar hoje aqui.

Senador Girão, eu tenho um respeito imensurável pelo senhor. O senhor é um Parlamentar de altíssimo nível e de altíssima qualidade, mas eu discordo do senhor quando o senhor diz que o cidadão que está armado e tem o porte não vai ter o preparo para defender a sua vida ou a vida do outro, porque existe, como disse o Senador Jorge Seif, um rigoroso teste para isso, tanto psicológico quanto psicotécnico. Essas pessoas... O atirador tem que ter uma estrutura emocional muito grande.

Mas a base da formação da sociedade – e é sobre isso que eu quero falar – começa através da fé. Por que através da fé, Senador Flávio Bolsonaro e nosso Presidente aqui desta Comissão hoje? A fé... Quando os bandeirantes começaram a desbravar o Brasil, a primeira coisa que se instituía era uma igreja. E por que igreja? Porque a igreja era o símbolo de uma sociedade que, antes de abrir a sua boca para falar, respeita os preceitos divinos. A família é o segundo preceito da sociedade, da formação dela, porque através da família é que se constroem homens e mulheres coerentes e descentes. A saúde, porque através da saúde é que nós conseguimos salvar tantas vidas importantes. A segurança, que dá as pessoas todos os dias o direito de trafegar e se sentirem seguras para exercer sua função, um trabalho, sair de suas casas. A educação, porque a educação – e essa é a mais importante, que vem sendo corrompida – é a que transforma crianças em grandes homens e mulheres. E a economia. Economia essa que foi atacada diretamente quando o desgoverno Lula saiu dando canetadas sobre os CACs, sobre as lojas, sobre tudo. São 4 bilhões que se geram de economia no país através das lojas, através dos clubes de tiro, através dos colecionadores.

Eu não vou me alongar muito. Nós tivemos aqui, por exemplo, palavras que estão ao vento, sem nenhum estudo e sem nenhuma verdade. Como foi dito por todos – eu não quero ser repetitivo – arma salva vidas e, com certeza, diminui a criminalidade. É assim que foram recebidos os militantes do MST nas fazendas, quando tentaram invadi-las. E não será dessa maneira agora, porque agora decidiram que você não pode proteger nem a sua propriedade.

Mas nós temos que entender que arma não é uma questão de violência; é uma questão de opinião própria. Eu posso decidir ter ou não ter, mas eu tenho que respeitar e dar o direito ao cidadão de ter ou não ter essa arma. Que Deus abençoe esta Comissão e muito obrigado pela oportunidade da fala.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Zé Trovão.

Passo a palavra ao Deputado Gilvan da Federal, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILVAN DA FEDERAL (PL - ES. Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar ser bem breve.

Primeiramente, é uma honra estar no Senado Federal. Quem sabe, um dia, eu possa estar aqui, ao lado de nobres Senadores, como o Senador Magno Malta, o Girão, o Sr. Flávio Bolsonaro.

Eu iniciei minha carreira na Polícia Rodoviária Federal e, lá, a gente entende que o cinto de segurança protege e salva vidas. Mas existem acidentes em que, mesmo com a pessoa usando cinto de segurança, ela morreu. "Então pronto, então vamos deixar de usar o cinto e segurança, porque tem mortes que o cinto de segurança não protege".

É a mesma história dos CACs. Pega um exemplo ou outro de um CAC que matou a esposa, que matou o cunhado, e vem falar aqui da exceção? Então, não vamos usar cinto de segurança!

Outra coisa, vamos fazer esse discurso de desarmamento – eu sou a favor do desarmamento – vamos fazer esse discurso de desarmamento lá em comunidades dominadas pelo Comando Vermelho, pelo PCC. Nós tivemos um Ministro da Justiça que entrou tranquilamente numa comunidade dominada pelo Comando Vermelho. Por que é que não falou do desarmamento lá?

Para terminar, quanto às crianças em estande de tiro, primeiro, eu concordo com V. Exa.: quem sabe o que é melhor para o filho é o pai e a mãe. "Vê? É um absurdo uma criança num estande de tiro", mas eu não vejo essa revolta com um menino de 8 anos de idade que está na escola, quando querem colocar na cabeça dele que ele pode virar uma menina. Aí pode. "Não, Joãozinho, você pode virar uma Maria, você pode ter um banheiro trans". Agora, no Espírito Santo, no Ifes, instalaram um banheiro trans. Isso a ninguém causa estarrecimento. Agora, uma criança sendo levada pelo pai para um estande de tiro é um absurdo.

Para terminar, Senador, uma coisa é certa. Se, com a política de armamento do Governo Bolsonaro – e eu concordo com V. Exa. –, se tivesse estourado 70 mil homicídios, mais do que no Governo petista, a culpa seria do Presidente Jair Bolsonaro.

As armas salvam. Eu sou policial há 19 anos, e essa história de que a assalto não se reage, isso é mentira. Se você estiver desarmado, despreparado, você não vai reagir mesmo. Agora, se você estiver com treinamento, com armamento... Como V. Exa. – você já reagiu–, eu já sofri três tentativas de assalto, reagi às três, e estou vivo. Não posso dizer a mesma coisa dos marginais. As armas salvaram a minha vida com certeza.

Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Gilvan.

Deputado Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Queria só fazer...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deputado, não; Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, é só para dizer: graças a Deus, o senhor está vivo, Deputado. Eu vejo o seu trabalho, admiro também, acompanho, estamos juntos. Eu acho que em 90% das causas, em 95%, a gente está junto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Em 99%...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso é importante.

Graças a Deus, o Senador Flávio Bolsonaro está vivo, mas as estatísticas dizem: nunca reaja a um assalto. São as polícias que dizem, não sou eu que estou dizendo. E eu vou...

Eu sou do Nordeste. Lá a minha avó dizia, no interior, o seguinte... Quando é colocada essa questão do preparo – o preparo: faz exame psicológico, pá-pá-pá, o.k. A minha avó dizia que a gente tem cinco minutos de burrice por dia – eu acho até que é mais –, no mínimo. Acho que é muito mais. Nós temos cinco minutos de burrice. Naquele momento em que a gente sai da frequência, sabe? Quando tem uma discussão com a nossa esposa, com a nossa namorada, o que é normal, natural, em que o chefe briga com a gente ou a gente briga...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E hoje nós estamos vivendo um momento muito tumultuado de todas as formas, com crise econômica... Então, nesses cinco minutos de burrice, a gente pode causar uma tragédia que vai fazer muitas famílias chorarem e a nossa família chorar. Então, eu vejo que essa questão do preparo...

Eu tive empresa de segurança. Passei a minha vida... Desde pequeno eu trabalho. O meu pai foi um dos pioneiros. Eu vi vigilantes treinados, capacitados, que atiravam perfeitamente... Mas o efeito surpresa é do assaltante, eu quero repetir isso. E o assaltante tem um mito. O mito do assaltante é o seguinte: que aquela arma que ele pega de um desprevenido... E muitos dos capacitados foram mortos por causa da arma. O senhor sabe da história. A maioria dos policiais morrem não em serviço, mas quando estão de folga. Ele vai à revista, veem a arma, porque o efeito surpresa é do assaltante, e morre, porque o mito daquele bandido, daquele assaltante é de que aquela arma é para matá-lo. O índice de agressividade aumenta, segundo estatísticas, em 33%.

E eu queria, só para fechar mesmo, porque o Senador Flávio está sendo... E eu lhe parabenizo. Democracia é isso. Isso é muito bacana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Está sendo acuado pelos olhos do Eduardo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Senador Seif falou uma coisa aqui que deu a senha. O Senador Seif deu a senha na fala dele, que foi muito boa. Os índices de violência diminuíram, e eu reconheço, acho importantíssimo – e a gente tem que investigar, Senador Flávio –, foi por aumento de arma, porque foi liberada, ou foi pelo enfrentamento ao crime organizado, porque, no governo anterior, houve um enfrentamento mais firme?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Só se pode enfrentar com arma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas os policiais têm que ter arma, claro, para enfrentar.

Ou foi pela valorização das forças policiais que no governo passado foi firme?

Políticas públicas transversas é que fazem o índice reduzir. A gente não pode colocar na questão de arma de fogo, porque, em Manaus, Senador, você não tinha chegado ainda... Eu falei aqui mais cedo, e quero deixar muito claro, que eu defendo a posse de arma de fogo, que você tenha em casa ou no comércio. O que eu questiono é o porte. Mas o senhor não tinha chegado para ouvir que, em Manaus, nesse governo passado, aumentou em 50% o assassinato com essa política do governo passado. Então, a gente precisa entender que fatores são esses para a gente fazer política pública.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só para encerrar aqui, Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Girão.

Eu também quero fazer um comentário sobre a fala do Senador Girão.

Na verdade, a gente tem que desconfiar de estatísticas e desconfiar quando não existem estatísticas também. É da natureza do ser humano, Senador Girão, principalmente um criminoso, a covardia. É óbvio que ele vai buscar uma vítima que ofereça menos resistência a ele. É da natureza do ser humano.

O Jorge Seif usou o exemplo aqui de proporção física de um sobre o outro, carma, uso igual, e se tem uma coisa neste país que é totalmente subnotificada, ou seja, não há registro, é exatamente de quem reage a um assalto, porque não vai na delegacia registrar por medo de ficar preso. Reage, sobrevive... Eu tive que fazer o registro, no meu caso, porque sou pessoa pública e foi à luz do dia, muitas pessoas vendo. Mas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grosso, a maioria esmagadora não registra ocorrência, por medo de ficar preso, medo de ter a arma apreendida.

Eu vou levantar uma estatística, para cumprir minha fala, se não me engano no Estado da Flórida. É um dos poucos estados no mundo que não tem briga de trânsito. Todo mundo armado. Não tem briga de trânsito, porque o cidadão que ousar puxar uma arma para alguém na Flórida, a chance de o outro estar armado é muito grande. E lá não tem briga de trânsito. Então, em algumas coisas a gente tem que aprofundar.

Eu concordo com o senhor. A gente tem que esmiuçar nas razões que levaram... Porque é um caso inédito no Brasil, em quatro anos, a taxa de homicídios cair tanto. E a única coisa diferente, além da postura do Governo, como o senhor falou, do combate ao crime organizado, da separação dos cabeças do crime organizado em presídios de segurança máxima, foi também a política de armamento. E só frisando: não estou afirmando que foi por causa dela; estou afirmando que, se tivesse relação de mais armas, mais mortes, sem dúvida alguma a gente teria o aumento da taxa de homicídios, porque mais armas estavam em circulação. Eu acho que era isso.

Senador Magno Malta, antes de eu encerrar, quer fazer...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Todo mundo armado!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só um minutinho, só um minutinho, só um minutinho. Eu garanto que esse debate...

Eu gosto tanto do Senador Girão. É meu irmão de coração, que, onde ele estiver, nesse debate, eu não estou mais, eu saio, não vou debater... Não, estou falando de coração mesmo, estou falando de coração mesmo. Eu não gosto de fazer esse debate com ele, certo, porque é um pró-vida, assim, dos mais ardorosos, é um sujeito que luta pela vida, por princípios e tal, eu respeito isso aí. Mas, assim, como ele gosta de... Ele sabe que a ciência se submeteu à podridão da ideologia.

O senhor estava na CPI da covid, o senhor se tornou essa referência do Senado por essa luta desses cientistas, sabe, esses Senadores cientistas, sabe, e sabe Deus se eles tomaram a tal vacina, não é? Sabe Deus, não é? E eu vou ler, na tribuna do Senado agora, as bulas das vacinas. E vamos ver quem matou quem, quem vai indenizar quem, quem é o genocida. Vou ler tudo. Vou ler tudo!

Então, V. Exa. sabe que esse negócio de ciência é conveniência. Eu tirei até meu dedo daqui. Ciência é conveniência, não é? Então, vamos esquecer essa história e vamos ver o pulsar da sociedade.

Então, eu o respeito muito e nós temos que enfrentar esse debate é fazendo de forma invertida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quer dizer que pode uma criança de 12 anos fazer troca de sexo; agora você vem dar aula para mim dizendo que uma criança de sete anos não pode ir para um estande de tiro. Ah! Morde aqui para ver se sai leite, doutor! Então, nós vamos enfrentar dessa forma!

"Ah, quer legalizar a maconha, é maconheiro!". "É, vamos fazer a passeata sobre a paz", tudo vestido de branco, e vai lá à boca comprar maconha!

Eu vou enfrentar esse debate é assim agora.

Agora quer dar aula de que arma mata... Não, arma não mata. Arma não mata.

Está sob segredo, V. Exa. sabe que tem um pedido de segurança para mim ao Presidente Pacheco, que ele mandou para a Polícia Federal, e eu não podia falar, mas eu vou falar, porque tem que incluir nesse debate sim: sexta-feira retrasada, um carro invadiu minha casa, que é uma casa do lado de uma casa de recuperação. Eles abriram o portão, entraram, fecharam o portão, subiram, chegaram de farol aceso, eu estava na rede com minhas duas netas e com a pistola no meio das pernas.

O meu segurança saltou: "Para aí, para aí, para aí...", e o cara gritando meu nome. Desceu do carro: "Cadê ele, cadê ele, cadê ele?". Um, dentro do carro, e o outro saiu, "vira as costas, vam'bora, levanta a camisa, vam'bora, está desarmado...".

Mas um irmão do cara liga para dizer que o cara estava armado, que subiu, e eu fiquei numa posição armado com a segurança armada.

Agora eu digo ao senhor: eles saíram voados – "desce, desce, desce"; saíram voados. Nós fomos atrás.

Está tudo aqui com o Presidente Pacheco, a Polícia Civil do meu estado e com a Polícia Federal.

Se não tivesse um cadeado naquela bicicleta, o que é que iria ser da minha família naquela noite? Tem 15 dias. E se não tivesse um cadeado naquela bicicleta?

Agora, sabe qual é o meu medo? É minha família ir para lá, do lado da casa de recuperação – V. Exa. conhece a casa de recuperação nossa de drogados, aquela casa que tem ali em cima... –, de elas irem para lá, final de semana, e eles terem conhecimento de que eu não estou por lá.

Então, nós não vivemos no país de Alice. De jeito nenhum. Então, nós temos que tratar essa coisa é dessa forma, e o meu enfrentamento ao armamento não é discutindo estatística, não sei o quê...

Senador Jorge Seif, eu vou fazer uma pergunta para o rapaz aí que eu nem sabia que era assessor do Dino, que saiu, porque, quando eu comecei a falar aqui, fizeram uma fila e foram todos embora. Só ficou aquele. E ele falou assim: "O senhor acha que qual é a estatística?" "Não, eu acho que é 50%...". "Eu acho"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estatística tem que ser precisa. Negócio de "eu acho" para lá e para cá, "eu acho" para lá e para cá... Então, esse negócio não existe. Esse negócio não existe. Entendeu?

E V. Exa. também, quando fala, e eu respeito muito, porque teve empresa de segurança e via segurança treinado morrer, mas não foram todos. Foi exceção. Porque, se morressem todos, acabava sua empresa. Então, não tem como a gente discutir isso.

Respeito o posicionamento de todo mundo. Agora, fazer uma discussão sobre morte, sobre ataque, sobre arma, sobre a pessoa desarmada e a pessoa armada, sobre CACs... Agora, o cara vai ter que deixar uma arma no estande de tiro – o CAC –, vai deixar outra na casa dele, porque ele não pode fazer essa circulação, vai ter que deixar outra no serviço...

A gente tem duas horas para despachar uma arma no aeroporto aqui... Não é isso, Senador? Para chegar lá e a burocracia de duas horas para a gente tirar a arma...

E agora vai ficar mais difícil ainda: O Marcola foi transferido para Brasília. Saiu do presídio de segurança máxima, onde estavam todos juntos, que o Jair Bolsonaro fez. Ele está aqui. O filho de qualquer um de nós pode ser sequestrado. Pode ser sequestrado. E nós estamos discutindo aqui que o cidadão não pode botar um cadeado na bicicleta para guardar a bicicleta que ele comprou. E a nossa vida, que se parece muito com a bicicleta, pelo fato da insegurança, guardar a nossa vida está ficando proibido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, encerrando a sessão, quero agradecer aos Senadores e Deputados aqui presentes, a todos os convidados que se propuseram a colaborar com a instrução desse projeto de lei. Quero agradecer a todos aqui também da assessoria da Comissão e a todos que nos assistiram pela internet e pela televisão.

Espero ter sido proveitosa essa audiência pública.

Declaro encerrada a sessão. Boa tarde a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Carlos Portinho, Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Veneziano Vital do Rêgo, Laércio Oliveira, Augusta Brito, Confúcio Moura, Paulo Paim, Damares Alves, Teresa Leitão, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Alan Rick, Daniella Ribeiro, Ivete da Silveira, Dr. Hiran, Leila Barros, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Marcos do Val, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Nelsinho Trad, Marcelo Castro, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Magno Malta e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2023/2024. O Senador Carlos Portinho pede a palavra "Pela Ordem", nos termos do disposto no art. 14, inciso X, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal, para informar que os membros do Bloco Parlamentar Vanguarda se abstêm da votação. **Resultado:** Instalada a Comissão e eleitos o Senador Flávio Arns, Presidente, e o Senador Cid Gomes, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Espiridião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Não posso deixar de registrar a presença de Eduardo Gomes, que, mesmo em jornada terrestre, não aérea, também se afasta de nós.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2023-2024.

Foram registradas, até o momento, as seguintes indicações: para Presidente, o Senador Flávio Arns, a quem eu convido para fazer parte da mesa que eu estou ocupando temporariamente; para Vice-Presidente, o nobre Senador Cid Gomes.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, quando possível.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de conceder pela ordem ao Senador Carlos Portinho, eu tenho que fazer a seguinte proclamação: não foi registrada nenhuma outra chapa. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou considerar que o senhor está discriminando o eventual, o Presidente eventual da Comissão.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Não, pelo contrário. Eu quero homenageá-lo na Presidência ficando aqui ao seu...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Talvez por alguma injúria que eu tenha perpetrado...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – De maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... no nosso querido Ceará, junto ao seu suplente e meu querido amigo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Pensei que a sua Presidência seria prestigiada com um Plenário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mais robusto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Mais robusto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois não.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Peço, nos termos do disposto no art. 14, inciso X, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal, a manifestação da discordância do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo Partido Liberal, Progressistas, Novo, Republicanos, na forma como está sendo conduzida a eleição à Presidência das Comissões do Senado Federal.

O Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, em seu discurso de posse, afirmou, abro aspas:

> O Brasil precisa mesmo de pacificação. Os Poderes da República precisam trabalhar em harmonia, buscando consenso pelo diálogo. [...] O Senado Federal também precisa de pacificação para bem desempenhar suas funções de legislar e de fiscalizar. Os interesses do país estão além e acima de questões partidárias, e nós, Senadores e Senadoras, precisamos nos unir pelo Brasil. [...] Pacificação é buscar cooperação. Pacificação é lutar pela verdade. Pacificação é abandonar o discurso de nós contra eles e entender que o Brasil é imenso e diverso, mas o Brasil é um só.

Fecho aspas.

Sr. Presidente, infelizmente, observa-se, nas eleições para a Presidência das Comissões do Senado Federal, exatamente o inverso. Não foi observada a proporcionalidade, conforme determina o §1º do art. 58 da nossa Constituição Federal, o qual é cristalino ao determinar que, abro aspas: "Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa".

Na oportunidade cumpre registrar que o termo, abro aspas, "tanto quanto possível", constante do artigo, é para garantir que, havendo um número maior de partidos ou bloco do que o número de Comissões, não será possível a distribuição observando a proporcionalidade, mas não é o caso. Hoje, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso bloco é o terceiro maior bloco desta Casa, o que lhe garantiria, pela proporcionalidade, direito à Presidência de quatro Comissões, conforme o cálculo.

Ademais, pode alguém argumentar que poderia haver disputa também para a eleição da Presidência da Comissão, como ocorreu no Plenário do Senado Federal. No entanto, importante observar que, na Comissão, diferentemente do que ocorre no Plenário, não há maioria dos membros; pelo contrário, a Comissão é composta pela formação da divisão proporcional dos blocos e partidos. Logo, matematicamente falando, é impossível um bloco de menor formação eleger o Presidente, já que possui menos membros.

Sendo assim, como representante do Bloco Vanguarda e Líder do PL, em nome de todos os membros, informo que vamos nos abster de participar da votação, por entender e lamentar que ela não está respeitando a proporcionalidade, conforme determina a Constituição Federal. Registre-se que não é nada pessoal com os Senadores que estão compondo a chapa para a Presidência da Comissão, mas, sim, pela forma como estão sendo conduzidas as eleições para a Presidência das Comissões, rasgando a nossa Constituição Federal. Ademais, para terminar, fazendo uma retrospectiva, durante todas as legislaturas desta Casa, sempre foi respeitada a proporcionalidade partidária diante das Presidências das Comissões.

Ante o exposto, peço que registre-se – tão somente –, registre-se, em ata e também nas notas taquigráficas, a abstenção do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo PL, PP, Republicanos e Partido Novo, na votação para Presidente desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sras. e Srs. Senadores, feito este conjunto de observações pelo Líder do PL e em nome do bloco que integra o meu partido também, devo considerar que a proclamação não impede o respeito pessoal e, acima de tudo, o fato de que a ausência do bloco que eu integro não elimina o quórum, que já foi alcançado. Por isso, não tendo sido registrada outra chapa, consulto os senhores membros se concordam em realizar a votação por aclamação, registrando-se, evidentemente, a abstenção do bloco, o que não significa, repito, nenhuma restrição de natureza pessoal. (*Pausa.*)

Se não há objeção, eu coloco em votação, por aclamação, respeitada a abstenção dos integrantes do bloco composto pelo PL, pelo Progressistas, pelo Republicanos e pelo Novo – os Senadores que integram esse bloco se abstêm, na forma que já foi preconizada –, e coloco em votação, portanto, para que, por aclamação, possamos considerar eleitos os Senadores Flávio Arns, que eu insisto em apresentar como quarto Senador de Santa Catarina, e o Senado Cid Gomes, que não é o quarto Senador de Santa Catarina, mas que tem algumas coisas a resolver com Santa Catarina, para Vice-Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permanecem como estão, respeitada a abstenção dos integrantes do bloco, o que já foi mencionado. (*Pausa.*)

Uma salva de palmas, pelo menos. A gente pode fazer. Até eu posso bater palmas. Mesmo me abstendo, eu posso bater palmas. (*Palmas.*)

Declaro eleitos, por aclamação, os Senadores Flávio Arns, Presidente, e Cid Gomes.

Vai subir ou não vai? Vai assomar ou não vai? (*Risos.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu faço questão de vê-lo daqui; não vê-lo ao lado, vê-lo na posição de Presidente, conduzindo os trabalhos desta Comissão.

Eu quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, dizer que esta Comissão estará, certamente, em muito boas mãos sob sua condução. E para mim é um privilégio, uma honra poder participar da direção desta Comissão na condição de Vice-Presidente, sempre respeitando a orientação, o programa, a estratégia que o Presidente definir para os trabalhos desta Comissão, mas sempre muito disposto a contribuir com a experiência que Sobral, a minha cidade, conquistou na educação e que o meu Estado, o Ceará, também, pela posição de destaque, conseguiu nessa área, e, de alguma forma, pude contribuir nas duas gestões. Então, quero oferecer a minha pequena experiência nessa questão.

Lembro que nós temos hoje um Ministro da Educação cearense, que, certamente, enxergará na Comissão de Educação da Casa um parceiro. Fazer educação à frente do Ministério da Educação é, fundamentalmente, fazer parcerias. O Ministério da Educação gerencia e tem sob sua gestão, no seu organograma, as universidades federais, que gozam de autonomia e, portanto, caminham com as próprias pernas. Mas o grande desafio para a educação pública no Brasil é ajudar os municípios, ajudar os estados a fazerem a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, compondo essas três a educação básica, que certamente é o grande desafio.

O Ministério da Educação só terá êxito, só terá sucesso se tiver parcerias, se tiver parceria da Comissão de Educação da Câmara, da Comissão de Educação do Senado, de todos os secretários estaduais de educação e de todos os secretários municipais de educação. Nós, mais do que nunca, precisamos reavivar o nosso Plano Nacional de Educação, que foi uma bela peça produzida no Parlamento brasileiro, mas que infelizmente, nos últimos anos, foi relegado a um segundo plano, foi esquecido, fazendo com que a educação meio que perdesse um norte, um planejamento.

Portanto, Senador Flávio Arns, o senhor terá certamente um grande papel a desempenhar. E eu queria, mesmo que na ausência – não foi de propósito, não –, mas, mesmo que na ausência do Senador Portinho, dizer para ele que não houve descumprimento do Regimento Interno. A direção do Legislativo se faz de duas formas: ou se faz por amplo entendimento, em que a proporção das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancadas permite com que se faça um equilíbrio, uma divisão equilibrada das posições de direção da Casa... Quem optou por concorrer à principal direção da Casa, que é a Mesa Diretora ou a Presidência da Mesa Diretora, foi o Bloco Resistência Democrática. Foram eles que fizeram a opção por não participar de um esforço eclético, amplo de entendimento. Não é razoável que, não aceitando ou não participando de uma, queira participar de outro. Se se compôs uma maioria nesta Casa para a Mesa Diretora, é razoável que, nas Comissões, assegurado o direito de participação do bloco, está aqui: Jussara Lima, Zenaide... Não, desculpe. Bloco Parlamentar Vanguarda. Eu falei Resistência Democrática, mas por engano. Se o companheiro ali me permitir só um... (*Pausa.*)

Então, Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo PL, PP, Republicanos e o Novo, estão participando e integram esta Comissão e todas as Comissões da Casa. Isso é que o Regimento recomenda que faça, não obriga. Se a gente for ver o Regimento, ele não obriga que faça; ele recomenda que faça, e isso está assegurado.

A direção das Comissões é parte daquele outro esforço que disse e que quem se recusou a participar dele foi o Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo PL, PP, Republicanos e Novo, embora com algumas dissidências, que acabaram votando na Mesa Diretora.

Então, só para fazer justiça e que fique registrado aqui que o protesto é razoável que se faça, mas não é justo. Não é justo com o que está acontecendo nesta Casa!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom, quanto às observações do Senador Carlos Portinho, é lógico que os comentários feitos pelo Senador Cid Gomes farão parte também da ata. A única coisa que ele requereu foi que se colocasse em ata. Ele não pediu concordância. E eu não pretendo, absolutamente, polemizar, mas quero lembrar que, nas duas últimas eleições do Presidente da Casa, houve disputa e houve alternância nas Comissões, ou seja, as bancadas elegeram o Presidente de acordo com o seu tamanho. Então, não há só essa forma de haver entendimento. Eu disputei a Presidência do Senado, e o meu partido assim como os outros que disputaram tiveram participação na Presidência das Comissões equânime. Portanto, o que está acontecendo é inédito, e eu quero que isso fique registrado em ata, sem querer polemizar. O inédito é o que está acontecendo agora – é inédito na história do Senado! Então, caberá o debate no Plenário. Aqui, acho que cada um tem o direito de expor a sua posição, como fez o Senador Carlos Portinho, respeitosamente, pedindo apenas para que conste em ata. É evidente que a sua colocação constará em ata e que a minha também. E quantas mais ocorrerem.

Agora, vou passar a palavra ao Presidente eleito – e já passo a Presidência também, porque, se eu quiser apartear, daqui a pouco eu vou ter liberdade. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero desejar aí, de muito, de coração aberto, todo o êxito ao Senador Flávio Arns, ao Senador Cid Gomes. Ninguém faz mais propaganda do êxito de Sobral, fora os cearenses, do que eu. Onde eu posso eu digo: das 100 melhores escolas do Brasil, 34 são... Aumentou?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Vamos só corrigir o número: 82.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente Amin...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Direito de resposta legítimo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente Amin...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para concluir...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Antes de você passar a Presidência a ele, gostaria de pedir a palavra para...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, com a autorização do Presidente eleito, eu concedo – olhem – duas palavras: ao meu amigo Izalci e ao meu amigo e parceiro de estética Confúcio Moura. E à nossa Senadora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente Amin, novo Presidente e meu amigo Flávio Arns, nós temos aqui as carinhas carimbadas da Comissão de Educação com quem há anos tenho o prazer de trabalhar junto, tanto na Câmara – não é, Dorinha? –, durante muitos anos, e agora aqui. Ela, inclusive, como Presidente da Frente Parlamentar; e eu, como Vice.

Realmente, avançamos, mas não temos, no Brasil, uma política de Estado. A cada governo que entra, parece que começa tudo de novo. Mas a gente não pode perder a esperança, a gente tem que...

O Senador Flávio Arns fez um trabalho, junto com a Comissão de Educação: fizemos 30 sugestões para o Governo de transição. Então, passando a Presidência para o Senador Flávio Arns, tenho certeza de que nós teremos aí uma grande oportunidade de acompanhar as propostas que fizemos com a Liderança de V. Exa., que é exatamente a realidade do Brasil hoje.

Então, eu quero aqui – porque não poderia deixar de fazê-lo – enaltecer o trabalho do Senador Flávio Arns, o compromisso que ele tem com a educação. E nós, agora, com novos membros. É muito legal. Está aqui a Dorinha, agora, no Senado, que é comprometida com a educação 100%; o Confúcio, que é um lutador também, já foi Governador e tem uma experiência maravilhosa; o Cid, que já foi até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro. E também com as presenças das nossas representantes: Zenaide, nossa grande Líder lá do Ceará; e também do Kajuru. Tenho certeza de que será um sucesso a gestão de V. Exa.

Conte comigo sempre. Parabéns pela eleição!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na cola do Izalci e autorizado pelo Presidente eleito – não estou dando golpe nenhum, viu, Kajuru! –, concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura e, logo depois, à Senadora Teresa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Eu cumprimento o nosso Presidente Esperidião Amin e o Flávio Arns, agora, recentemente, eleito.

Fico muito satisfeito com a eleição do Senador Flávio Arns, porque a vida dele, a história tem sido, justamente, pautada por uma educação de qualidade. Ele tem lutado muito, tem ajudado na construção e na elaboração de muitas leis, tem relatado importantes projetos, e nós queremos agora, neste Governo, verificar um avanço sustentável, previsível na educação brasileira. Isso é muito importante, porque eu me lembro muito, aqui, do Cristovam Buarque, cuja história acompanhei, e vi a sua desilusão ao longo do tempo. Ele foi, por 16 anos, Senador, lutou todos os dias pela educação brasileira e, ao final, não viu resultado prático, substancial que pudesse ser elogiado.

Mas, agora, nós ficamos com muita esperança no Camilo Santana, que é o atual Ministro. A equipe do Estado do Ceará que, realmente, se notabiliza por uma educação de vanguarda no Brasil, para nós, é motivo, também, de alegria. Nós estamos aqui na Comissão para ajudar o Senador Flávio Arns, ajudar o Ministro da Educação, para que, de fato, a gente chegue ao final deste Governo alcançando níveis e estatísticas importantes para tirar o Brasil desse atoleiro.

Não há a menor possibilidade de nada acontecer, no Brasil, de bom se não for através da educação. Podemos aprovar o que quisermos aqui: de reforma tributária, de abertura comercial, disso e daquilo, mas, se nós não chamarmos para dentro do Brasil esse universo de excluídos, esse universo de crianças pobres, que, realmente, não estão participando efetivamente do aprendizado conveniente, nós não vamos evoluir. Vamos ser mais... Já são 40 anos, desde 1980, que o Brasil não cresce de uma maneira substancial. São crescimentos pífios em 40 anos. Isso é ruim. Por quê? Porque não avançou na educação. Se tivéssemos avançado na educação, preparado os jovens, nós não estaríamos amargando esses crescimentos oscilantes e, realmente, decepcionantes para o Brasil e para o mundo.

Então, ao Flávio Arns, o meu abraço, o meu apoio irrestrito ao seu mandato.

Estamos juntos. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão, porque estou autorizado pelo Presidente e não posso negar a palavra, no Dia da Mulher...

E essa quem vai conceder sou eu às Senadoras Professora Dorinha e Zenaide Maia! Eu não posso perder essa chance!

Então...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu gostaria de indagar: a senhora não estava presente quando nós levamos o relatório?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estava. Eu vou falar dele, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A senhora estava presente quando nós levamos, em nome da Comissão...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu fui da Equipe de Transição. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o relatório, ainda no período de transição, ao Vice-Presidente eleito...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o Geraldo Alckmin.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estávamos dois representantes na Equipe de Transição...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu peço que a senhora traga esse testemunho.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... eu e o ex-Ministro Paim.

Ao saudar a eleição do Presidente e do Vice, eu quero fazer duas referências aos nossos grandes desafios nesta Comissão. E faço isso com o coração cheio de esperança e de identidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou professora de formação e de ofício; fui Deputada Estadual em Pernambuco, por cinco mandatos, e em todos eles fui membro da Comissão de Educação: algumas vezes, presidindo; outras, como titular.

E, nesta ocasião, da nossa instalação, Presidente, eu quero destacar a importância daquele relatório. Foi um relatório produzido sobre os efeitos da pandemia na educação. A educação não é a mesma depois da pandemia, os desafios cresceram e também as oportunidades de alternativas novas. Eu creio que nós teremos que nos debruçar sobre ele e, sobretudo, sobre as 30 indicações que foram feitas à equipe de transição.

O segundo aspecto é me somar às preocupações do Senador que será Vice-Presidente desta Comissão, Senador Cid Gomes, em relação ao Plano Nacional de Educação. Ele citou alguns aspectos do plano, e eu quero citar um emergencial e que dialoga com a posição já tomada, anunciada, pelo menos, pelo Ministro da Educação Camilo Santana, que diz respeito ao ensino médio, hoje, talvez, o maior desafio em termos estruturais.

Nós temos grandes desafios de alfabetização, de inclusão, de formação de professores, mas eu diria que o emergencial que está trazendo mais conteúdo de debate no interior do MEC é o ensino médio. E o ministro anunciou a formação de um grupo de trabalho para avaliar os efeitos do novo ensino médio e as possibilidades de alteração.

Eu creio que esta Comissão deve acompanhar isso. Deve acompanhar isso, e vou formalizar esse pedido de uma subcomissão temporária para que a gente acompanhe esse grande desafio que atinge os jovens e os adolescentes de nosso país. Eu acho que, depois de tudo o que foi feito na pandemia, esta será uma grande contribuição que a Comissão de Educação do Senado pode dar nessa interlocução, que, eu espero, seja sempre proativa, seja sempre parceira com o Ministério da Educação.

Boa sorte a todos nós, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Concedo a palavra, com muita satisfação, à Professora Dorinha e, a seguir, à querida Senadora Zenaide Maia.

Gostaria de acrescentar apenas às suas palavras, Senador e querido amigo Flávio Arns, se o senhor lembra quando eu e o Confúcio – eu acho que estava aqui –, quando nós cobramos a ligação das escolas à internet?

Eu não consigo atualizar os dados, então, o relatório tem que ser mensal. Chegou a ser estimado que 2,5 mil a 3 mil escolas/mês seriam interligadas. Eu estou sem estatística.

Então, é tão importante quanto o Plano Nacional de Educação e quanto o ensino médio, que ontem ainda foi comentado pelo Ministro do Trabalho como sendo o ensino mais urgente em termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de geração de emprego no Brasil e esperança para a juventude, complemento as suas palavras, muito oportunas, e sei que a Professora Dorinha vai acrescentar melhores ainda.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Uma boa tarde a todos, Sr. Presidente, e o nosso Presidente eleito, Senador Flávio Arns. Primeiro, eu acho que é uma grande responsabilidade e, ao mesmo tempo, uma alegria muito grande V. Exa. assumir a Presidência desta Comissão. Eu conheço parte do seu trabalho, mas também conheço o seu espírito de construção, e nós fizemos isso num exercício compartilhado, na construção do novo texto do Fundeb, que hoje é constitucional, é permanente, e todos os seus avanços... Nós reunimos os textos da Câmara e do Senado, fizemos a construção, realizamos dezenas de audiências, passamos de 200 audiências públicas, Câmara e Senado, andamos por este país e construímos um texto que garante que a União, pela primeira vez, desde a história do Fundef e do Fundeb, vai dobrar a sua complementação.

E vários textos, várias leis de regulamentação estão sendo produzidas e votadas. Temos um grande caminho pela frente, ainda, no processo de regulamentação. Este ano teremos que definir os fatores de ponderação, os pesos e os recursos, que serão definidos para cada um dos estados e municípios.

Divido com a Senadora Teresa Leitão, que acabou de falar, a preocupação em relação à valorização da educação. Com a Senadora Zenaide, nós falávamos aqui da prioridade orçamentária.

E eu quero fazer uma provocação, e o faço de maneira tranquila, porque fui uma das Deputadas que votei contra o modelo do teto de gastos que estava estabelecido. Nós teremos que enfrentar, porque, sem organizar as despesas fixas da educação, a capacidade de investimento tem caído ano a ano... Nós precisamos enfrentar, porque não basta dizer que as escolas agora estão abertas funcionando. Nós não podemos fazer de conta que a pandemia não aconteceu; e, com a pandemia, as desigualdades, que já eram imensas, se ampliaram, entre ricos e pobres, municípios com melhor estrutura de funcionamento e também em relação à própria formação de professores.

Eu entendo que nós precisamos construir um texto, uma proposta, que seja debatida com o Brasil todo. E aí não estou fazendo nenhuma desconstrução com o Plano Nacional de Educação, mas nós precisamos estabelecer uma ação estratégica. Os números mostram que as crianças tiveram uma grande defasagem de leitura durante a pandemia, o que é natural, porque eram crianças que estavam em fase de alfabetização e de educação infantil, e não tiveram, em grande parte dos nossos municípios, acompanhamento, não por falta de vontade; pela própria deficiência nossa de formação e de estrutura.

Então, a nossa expectativa é de que a nossa Comissão, mais do que aprovar os projetos de lei, e eu estive vendo todos os que estão apresentados, tem muitos do Senador Jorge Kajuru, muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos de alteração, de aprimoramento da LDB... Eu acho que nós precisamos construir, através de um grupo de trabalho, qual será a nossa agenda prioritária, porque o tempo... Se nós seguirmos a temporização normal, nós não vamos conseguir reduzir a desigualdade, que já era enorme, e que foi ampliada pelo período da pandemia.

Precisamos de quanto? Qual o tempo de permanência das crianças na escola? A escola de tempo integral que para o Brasil parece um modelo diferenciado; no mundo inteiro, o tempo de permanência é muito mais do que as quatro horas, e as nossas crianças e jovens não ficam quatro horas com dedicação à educação, ensino e aprendizagem.

Acho que essa é uma tarefa importante que o Senado pode abraçar para essa construção de uma agenda estratégica para a educação, que passa pelo financiamento, pela formação, pelo piso, Senadora Teresa Leitão. Nós precisamos investir na construção do piso, mas de uma carreira. O piso hoje se transformou numa referência e achatou a ideia de carreira. E com isso eu não estou dizendo e eu defendo, acho que nós precisamos garantir o direito de aprender. Criança e jovem não têm carimbo. Hoje está numa escola do estado, depois em outra do município. Nós temos que garantir uma educação pública de qualidade, que é o direito do cidadão que paga imposto e que tem direito a ter uma boa escola.

Nós estaremos juntos e muito felizes com a sua Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Cumprimentos à Senadora Professora Dorinha.

Eu naturalmente tive que me defender da chegada do Omar Aziz. (*Risos.*)

Antes de passar a palavra à minha querida amiga Senadora Zenaide, eu estava comentando que o tempo passa e a opção a envelhecer, ensinou-me o Kajuru, é morrer. Eu prefiro, portanto, envelhecer, se possível com bom humor e com saúde. Mas é curioso, quando eu cheguei aqui, pela primeira vez, no Senado, em 1991, eu era o segundo mais jovem. Agora eu sou o quinto mais velho, sinal de que deu para conduzir, graças aos médicos, especialmente aos infectologistas, entre eles, a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Pela ordem.) – Boa tarde a todos e a todas!

Já aqui estou parabenizando o nosso querido Senador Esperidião Amin que soube conduzir essa eleição importante ao meu amigo Senador Flávio Arns, esse homem que tem um olhar diferenciado, que, em todo o tempo, teve uma defesa de uma política pública do bem comum e não tem essa política sem educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem dois aspectos que eu gostaria de mostrar aqui. Primeiro, vamos nos debruçar, como falou a Professora Dorinha, sobre o orçamento. Sem recursos, Esperidião, não tem como oferecer uma educação pública de qualidade. Como? Não temos como valorizar, qualificar nossos profissionais.

E aqui, quando ela falou da profissão de carreira, eu lembrei-me do que foi aprovado, a terceirização de atividades fins, mesmo antes da Emenda 95, Kajuru. Isso quer dizer que, em todas as instituições, em todos os ministérios, em todas as escolas, nós podemos, sim, ter professores. Aliás, isso foi muito grave.

Quando se disse que qualquer atividade pode ser contratada provisoriamente, isso acabou com as carreiras. Entendeu? E o que foi que a gente viu? Quando se diz assim: os trabalhadores, a gente pensa logo em trabalhadores braçais, mas o que é que foi feito com a atividade fim? Demitiram os professores, pelo menos nas escolas privadas, e passaram a contratar com o famoso trabalho intermitente – dez horas de aula de inglês hoje, 20 amanhã. E, no serviço público, o que a gente viu foi o cancelamento de vários concursos públicos. O que se passou a ter neste país foram processos seletivos temporários, inclusive, nas universidades, que, antes, eram por dois anos e, agora, um. Então, para essa carreira também, nós temos que ter um olhar diferenciado. Eu, como ela, na época, também fui contra esse teto para atividades como educação e saúde.

E gostaria de dizer o seguinte, quero conclamar aqui os colegas, quanto à questão de ser Presidente ou Vice-Presidente, eu acho que eu, Teresa e Dorinha pensamos igual: basta sermos membros. Quando não conseguimos ser membros, nós temos direito a voz. E, quando a gente quer, a gente vai e fala o que a gente pensa.

Ajuda quando a construção é a ideal e é boa para a população e, dizendo mais, não estamos inventando a roda: sem uma educação pública de qualidade em tempo integral, ninguém vai diminuir a violência. E para quem pensa economicamente, mesmo que não pense humanamente no desenvolvimento de nossas crianças e nossos jovens, lembre-se: o país só cresce também economicamente se educar o seu povo.

Obrigada, Esperidião Amin e todos os que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu agradeço as palavras da Senadora Zenaide.

Está inscrita a Senadora Damares.

Eu vou me retirar porque são poucos os velhos e eu estou sendo requisitado para abrir a sessão da Comissão de Relações Exteriores, mas não posso deixar de abraçar, mais uma vez, o meu amigo e *in pectore* conterrâneo, Flávio Arns, e desejar muito sucesso. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas, antes de o Esperidião sair, eu quero agradecer a amizade, a solidariedade, a atenção. O Esperidião conhece muito bem a história da nossa família, com frequência vai a Forquilhinha, inclusive na Casa Mãe Helena, que é o nome da minha avó, e também conhece a família Steiner, do nosso Cardeal de Manaus, a do Arns, que é Cardeal de São Paulo, e que bom que estaremos juntos também. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero registrar cumprimentos à eleição de V. Exa. Eu só lamento que não pôde contar com o meu voto. Eu acho que eu vou lamentar isso para o resto da vida. Nós tivemos que fazer esse ato – o nosso bloco –, nesse sentido, espero que o senhor compreenda, mas seria, com certeza, o mais extraordinário voto que eu daria nesta tarde.

Registro, aqui, Senador, que, apesar de terem construído toda uma estratégia para que esta oposição de direita não estivesse privilegiada nas Comissões, esqueceram-se de combinar com os indicados a Presidente, esqueceram-se de combinar com o senhor. Eu sei como nós vamos trabalhar aqui. Eu sei como o senhor respeita a pluralidade de ideias. Eu sei como o senhor conduz os trabalhos que lhe são dados com zelo, como a Bíblia diz, tudo o que vier à tua mão, com muito zelo.

O senhor vai poder contar muito com o nosso time. Quando eu olho aqui a composição do nosso time, quase que inteiro aqui, com pessoas extraordinárias, como o Marcos Pontes; a nossa Dorinha querida, minha amiga que me inspira todo dia; Laércio; esse time bom que veio para somar. Conte conosco! Acho que nós vamos ter um trabalho extraordinário nos próximos meses, nesses dois anos que iniciamos agora, e eu tenho certeza de que o senhor vai conduzir esta Comissão como ninguém.

Que Deus o abençoe, Senador, nos próximos dias, nos próximos meses! E pode contar muito com esta oposição, que é inteligente; que não é uma oposição por oposição, mas uma oposição inteligente que vai ajudá-lo muito na condução desta Comissão. Que Deus o abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu lhe agradeço, Senadora Damares, e eu só quero destacar que todos nós vamos ser situação aqui, a favor da educação, da cultura e do esporte, das três áreas tão importantes. Costumo, inclusive, dizer que esta é a Comissão mais importante do Senado Federal. Por quê? Porque educação, como foi dito e repetido, é tudo de que o Brasil precisa. É pela educação... Se a gente quiser um país diferente, é pela educação, com o auxílio das demais políticas públicas, com o apoio das demais políticas.

O Senador Carlos Portinho não está presente, mas a Senadora Damares e o Senador Marcos Pontes podem transmitir para ele e para o Bloco Vanguarda que nós vamos trabalhar em conjunto, puxando a corda para o mesmo lado, e, quando não puxarmos a corda para o mesmo lado, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater, discutir, ver, chegar a consensos possíveis, para que a gente construa aquilo de que o Brasil mais precisa, que é uma educação pública de qualidade, atendendo às necessidades dos alunos, às pessoas, desde a creche até a pós-graduação, quer dizer, desde a creche, com o apoio da ciência e tecnologia, com o apoio da Comissão de Assuntos Sociais, com o apoio da saúde, com o apoio das outras áreas.

Então, nesse sentido, eu agradeço a confiança também na eleição que aconteceu. Não se preocupe porque vocês não participaram. Não vão se arrepender, porque vamos trabalhar juntos, quer dizer, com todos os Senadores e Senadoras.

Eu quero saudar aqui também o nosso Líder, Senador Kajuru, que foi – não é, Dorinha? – o primeiro aqui, no Senado, inclusive, a apresentar uma proposta de emenda à Constituição para o Novo Fundeb e, depois, outras emendas e, depois, todo o trabalho em conjunto com a Câmara dos Deputados para o processo já vir bem articulado para o Senado Federal.

O que foi colocado de uma agenda imediata, emergencial, nós todos estamos convidados a participar desse processo. Nós vamos olhar com cuidado todos os projetos que estão em tramitação.

O nosso horário de reuniões, de acordo com o Regimento, é nas terças-feiras às 11h da manhã. Então, já teremos a primeira reunião na terça-feira da próxima semana. Já pensamos em convidar o Ministro da Educação, a Ministra da Cultura e a Ministra do Esporte para também fazerem um trabalho que some com o Executivo, com a sociedade, com os partidos políticos, e já vendo os projetos que têm relatoria para já iniciarmos o processo de discussão e votação na própria terça-feira. Discutiremos na terça-feira se o melhor horário é às 11h ou se antecipamos um pouco, porque 11h é um pouco hora do almoço também, e nem sempre dá certo o horário. Até, com o Senador Marcelo Castro, nós tínhamos as reuniões às quintas-feiras pela manhã, o que não vai ser possível em função das sessões do Plenário às quintas-feiras pela manhã. Mas isso podemos em conjunto debater e discutir, não é?

Então, nesse sentido, quero agradecer ao Cid Gomes, Vice-Presidente, e também a todos os membros da Comissão que estão participando, titulares e suplentes, de todos os partidos políticos, de todos os blocos.

Eu estou também com muita esperança de que nós aqui, em conjunto, mas com a sociedade toda, poderemos fazer um belo trabalho a favor daquilo de que o Brasil mais necessita: educação, cultura e esporte, os objetivos desta Comissão, que é a mais importante do Senado Federal, não há dúvidas nesse sentido. Então convido a todos para essa participação.

Não sei se o Senador Marcos Pontes, que estava no início e depois teve que sair, talvez para atender outros compromissos, gostaria de falar alguma coisa... É sempre um prazer escutá-lo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria simplesmente de agradecer e parabenizá-lo, e de dizer, como nós conversamos ontem lá no Plenário, que nós estamos à disposição, cem por cento. Sem dúvida nenhuma, eu concordo: a educação é a parte mais importante, é a base de tudo o que nós podemos fazer neste país. Então, conte comigo, conte com o Bloco Vanguarda aqui cem por cento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, obrigado.

Agradeço...

Não sei se o Kajuru quer dizer algumas palavras, o nosso Líder do PSB...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, primeiro eu fico muito feliz de ver aqui hoje um exemplo do que é oposição. Eu confesso que há muito tempo eu não via, Senadora Damares, alguém se colocar da forma como a senhora se colocou. Oposição por oposição é muito triste, oposição por oposição é não amar a pátria.

Então, fica a certeza absoluta de que quando eu, quatro meses antes da eleição, já apoiando o Presidente Rodrigo Pacheco, fui até sua casa com o Senador Flávio Arns – eu estava no Podemos – e pedi ao Presidente Pacheco o nome de Flávio Arns... É que ele me faz lembrar, de forma sincera, Dorinha e meu querido Pontes, a convivência que eu tive, prazerosa... Em função dos meus 40 anos de carreira na televisão brasileira, eu pude conviver, no restaurante Fiorentina, semanalmente no Rio de Janeiro, com um homem histórico da educação brasileira, o Prof. Darcy Ribeiro. E o Prof. Darcy adorava falar o seguinte: "Kajuru, você vai entrar na política. Quando entrar, suba na tribuna e diga que a educação é prioridade, o resto é perfumaria.". Eu jamais vou esquecer do Prof. Darcy Ribeiro!

E quero dizer, Flávio Arns, pelo homem público que você é, de raríssimas qualidades, inquestionáveis, insofismáveis, que você me faz lembrar Darcy Ribeiro. Você fará história nesta Comissão de Educação, eu não tenho nenhuma dúvida, nem o meu histórico partido de 80 anos, o PSB.

O Presidente Carlos Siqueira te mandou um grande abraço, Flávio Dino, Márcio França... E tenho certeza de que, se estivessem vivos, Miguel Arraes e Eduardo Campos, eles estariam aqui hoje te dando um abraço de boa sorte e a certeza de que todos aqui, de forma plural, vão ajudá-lo, vão ser ouvidos e terão o direito de marcar época na educação brasileira.

Que Deus te abençoe, amigo Flávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado. Posso cumprimentá-lo? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Muito bem.

Eu indago ao Senador Marcos Pontes, aos Senadores presentes, se já na terça-feira podemos mudar das 11h para 10h. Alguma objeção nesse sentido? Pode ser? (*Pausa.*)

Muito bem. Então eu agradeço novamente o apoio, a participação ao desafio que todos nós temos pela frente para o Brasil.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a realizar-se em 14 de março de 2023, terça-feira, às 10h da manhã.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e sete minutos do dia quatorze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Astronauta Marcos Pontes, Veneziano Vital do Rêgo, Laércio Oliveira, Confúcio Moura, Romário, Paulo Paim, Damares Alves, Carlos Viana, Teresa Leitão, Cid Gomes, Izalci Lucas, Esperidião Amin, Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Alan Rick, Leila Barros e Sérgio Petecão, e ainda dos Senadores não membros Marcos do Val, Angelo Coronel e Alessandro Vieira. Deixam de comparecer os Senadores Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Carlos Portinho e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1937, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Zilda Arns Neumann no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4614, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, para obrigar a presença de um profissional de Educação Física nas entidades formadoras de atletas e nas escolinhas de futebol onde se realizam a iniciação e a formação esportiva." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emenda. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 443, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional da Mulher Empreendedora." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3493, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria os Lanceiros Negros." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3404, de 2020 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Deputado Álvaro Gaudêncio Filho" a BR-412, no trecho entre o Km 0 (zero), na localidade Farinha, no município de Pocinhos (PB), até o final no KM 129, no município de Monteiro, Estado da Paraíba." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2098, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6563, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Agência Benjamin Manoel a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Arujá, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington Fagundes. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 1, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Valorização dos/as Profissionais da Educação à luz dos desafios atuais do país, com a presença de representante das seguintes entidades: CNTE, ANFOPE, ANDES, ANPAE, CONTEE, ANPED, UNDIME, e CONSED." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pela Senadora Professora Dorinha Seabra, com aditamento para inclusão da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) no rol de convidados. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 4, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PDL 32/2023, que "susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, que revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020"." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 5, de 2023** que: "Criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado, prejudicados os Requerimentos nºs 2 e 3, de 2023. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 6, de 2023** que: "Requer que seja convidada a Exma. Sra. Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra da Cultura, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os planos e a agenda estratégica da Pasta para os próximos anos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 7, de 2023** que: "Requer que seja convidada a Exma. Sra. Ana Beatriz Moser, Ministra do Esporte, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os planos e a agenda estratégica da Pasta para os próximos anos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 8, de 2023** que: "Requer que seja convidado o Ministro da Educação Camilo Santana para apresentar os planos e a agenda estratégica da Pasta para os próximos anos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 10, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ n° 1/2023 - CE, com o objetivo de "debater a Valorização dos/as Profissionais da Educação à luz dos desafios atuais do país, com a presença de representante das seguintes entidades: CNTE, ANFOPE,ANDES, ANPAE, CONTEE, ANPED, UNDIME, e CONSED" seja incluído o seguinte convidado: Sr. Celso Niskier, Presidente do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 9, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4656/2020, que "altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências, para assegurar a continuidade das cotas e sua aplicação às instituições particulares de ensino"." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/14

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Fazendo soar a campainha*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 8 de março de 2023.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Tenho, inicialmente, alguns comunicados da Presidência.

Informo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que definimos, na 1ª Reunião, portanto, na reunião da semana passada, que as nossas reuniões deliberativas da Comissão serão realizadas às terças-feiras, às 10h. As audiências públicas ocorrerão em outros dias e horários a serem definidos com os autores dos requerimentos, podendo ser realizadas de forma remota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é importante explicarmos isso, porque esta é a nossa 2ª Reunião, e, para as reuniões deliberativas, a pessoa tem que colocar a presença no Senado mesmo, não pode ser remotamente. E, mesmo nas outras Comissões, há um dispositivo onde sê lê "marcar" ou "registrar a presença em outras Comissões". Então, se eu estiver em qualquer Comissão, já posso colocar a presença em todas as Comissões das quais eu faço parte.

É importante a gente ajudar a divulgar para as pessoas que, se elas estiverem na CAE, que começou às 9h, ou na CDR, ou em outra Comissão, mas façam parte também da Comissão de Educação, já podem registrar a presença em todas as Comissões. A votação, posteriormente, caso haja votação nominal, poderá ser remota. Então, quero deixar muito claro que a presença presencial, num dos locais permitidos no Senado, e a votação poderá ser remota.

As audiências públicas serão, sempre que possível, realizadas remotamente, porque, nas audiências públicas, a presença pode ser remota também. Não há votação, em princípio, numa audiência pública, e elas serão remotas, em dia e horário a serem marcados pelos proponentes da subcomissão ou da audiência, com a participação nossa, evidentemente. Eventualmente, também pode haver alguma audiência pública que seja no dia do nosso horário deliberativo. Por exemplo, os ministros virão. Então, os ministros, vindo, terão que se apresentar obviamente na Comissão, com a presença de todos os Senadores e Senadoras.

Está claro isso assim? (*Pausa.*)

Muito bom.

Então, as audiências públicas ocorrerão em outros dias e horários a serem definidos com os autores dos requerimentos, podendo ser realizadas de forma remota.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- moção da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal da cidade de São Paulo de repúdio à política de cortes e bloqueios de verba realizados ao longo do ano de 2022 nos orçamentos das universidades e institutos federais;

- nota da Associação Brasileira de Ciências Farmacêuticas contra cortes de recursos das universidades e dos institutos federais de educação;

- Ofício nº 1.006, de 2018, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autuado sob Ofício S nº 63, de 2018, no Senado Federal, de apoio para ampliação de recursos orçamentários para a preservação do patrimônio cultural brasileiro;

- Aviso nº 70/2015, do TCU, que encaminha relatório sistemático de fiscalização de educação, exercício ainda de 2014;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Ofício nº 5.703, de 2022, da Câmara Municipal de São Carlos (SP), que encaminha cópia do Requerimento nº 3.015, de solicitação de informações quanto ao enfrentamento à violência nas escolas, que é um tema sempre importante também;

- Ofício nº 1.655/2022, da Câmara Municipal de São Paulo, que encaminha indicação apresentada pelo Vereador Professor Toninho Vespoli, sugerindo a adoção de medidas para o fiel cumprimento da Lei 12.244, de 2010 (Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares).

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão, para manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Objetivos da presente reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios, requerimentos apresentados à Comissão e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, como mencionado agora há pouco, desde que tenham registrado presença pessoalmente na Casa. Eu, inclusive, comentando com a Secretaria da Comissão, disse que nós vamos até constituir um grupo só dos Senadores – se os Senadores permitirem e também as Senadoras –, dos titulares e suplentes, para, quando houver uma votação nominal, todos serem avisados, para votarem remotamente. Aí fica todo mundo avisado também, não é verdade?

Ficam retirados de pauta os itens 3, 6 e 7, a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 443, DE 2022

- Terminativo -

Institui a Semana Nacional da Mulher Empreendedora.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Não apresentado.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2098, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Não apresentado.

Observações:

A matéria possui parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos posteriormente.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 6563, DE 2019

- Não terminativo -

Denomina Agência Benjamin Manoel a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Não apresentado.)

Informo que os itens 1, 4 e 5, que tratam de matéria sobre assuntos honoríficos, exigem quórum de maioria absoluta e serão votados nominalmente em bloco, como habitualmente já fazíamos, com a abertura do painel eletrônico.

Consulto o Plenário sobre a inversão da ordem da pauta. Proponho a deliberação dos itens 1, 4 e 5 antes dos demais.

Todos de acordo? Pode ser? (*Pausa.*)

Muito bem. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, começamos pelo 4, porque o relatório da Senadora Teresa Leitão, já presente...

Antes de passar a palavra, eu só quero apresentar para a Comissão a nossa Secretária, Andréia – ela está substituindo o Thiago, uma pessoa excelente –, para vocês a conhecerem pessoalmente; a nossa Secretária Adjunta, Carolina, servidora do Senado também. Temos mais dois servidores do Senado nos auxiliando, que são o Lucas, recém-aprovado no concurso – por favor, Lucas, levante-se para a turma enxergar você –, e o Daniel também – por favor, pode-se levantar –, servidor do Senado. E o Ronaldo, que é da equipe também e já estava aqui com o Thiago.

Muito bem, então, todos de acordo, passo, em primeiro lugar, a palavra para a Senadora Teresa Leitão para a leitura do relatório do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3493, DE 2021

- Terminativo -

Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria os Lanceiros Negros.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Bom dia a todos e a todas. Parece que só temos "todos" na Comissão por enquanto.

Quero inicialmente agradecer, Sr. Presidente, a alternância da pauta, que vai me propiciar retornar para o Plenário em homenagem às mulheres e dizer da minha alegria em relatar o Projeto de Lei 3.493, de 2021, de autoria do Senador Paulo Paim, que inscreve os Lanceiros Negros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Para tanto, o art. 1º da proposição institui a homenagem a que se propõe, ao passo que o art. 2º encerra a cláusula de vigência, prevista para a data da publicação da lei em que se converter a matéria.

Na justificação do projeto, o autor expõe inúmeros fatos sobre esse grupo de personagens da história brasileira que justificam, em seu entender, a inclusão de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi encaminhada, unicamente, a esta Comissão, para apreciação, como disse o nobre Presidente, em caráter terminativo, não lhe tendo sido apresentadas emendas.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado apreciar as matérias que versem, entre outros, sobre temas relacionados às homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, também dessa norma, foi confiada à Comissão de Educação competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, alterada pelas Leis nº 13.229, de 28 de dezembro de 2015, e nº 13.433, de 12 de abril de 2017, disciplina a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento localizado em Brasília, construído em homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves.

Nos termos da referida lei, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos, Senador Paim, a importância ímpar do projeto.

Uma das questões menos estudadas e menos conhecidas da Revolução Farroupilha é justamente a contribuição dos negros nessa luta e o destacado papel que nela tiveram os célebres Lanceiros Negros.

Também conhecida como Guerra dos Farrapos, a revolta foi travada durante dez anos, entre 1835 e 1845, entre republicanos e imperialistas, tornando-se a guerra civil mais longa da história do país.

O corpo de Lanceiros Negros era integrado por negros livres ou libertados pela revolução – com a condição de lutarem como soldados pela causa republicana – ou por ex-escravizados que, à época, pertenciam aos imperiais. Entretanto, apesar de considerados como tropa de choque do exército farroupilha, os negros acabaram se tornando um obstáculo para a negociação de paz com o Império.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, há 177 anos, na madrugada de 14 de novembro de 1844, o regimento foi desarmado, emboscado e massacrado na Batalha de Porongos. No Tratado de Ponche Verde, acordo que selou o final da guerra, as promessas de liberdade não foram plenamente cumpridas. Os lanceiros sobreviventes que não escaparam para quilombos ou para o Uruguai acabaram enviados à Corte, no Rio de Janeiro, onde seguiram escravizados até a Lei Áurea, celebrada 43 anos depois.

O massacre dos lanceiros foi a pá de cal não apenas para esses bravos soldados negros, mas para a própria Revolução Farroupilha.

Todos os anos, no Rio Grande do Sul, comemora-se a tradicional Semana Farroupilha, quando o povo gaúcho realiza festejos e acampamentos que celebram e rememoram os ideais, a República e o grito de guerra ecoado em 20 de setembro de 1835.

Mas, apesar da proeminente e decisiva participação dos negros na Revolução Farroupilha, o Massacre dos Porongos ainda passa ao largo da maioria das atividades promovidas.

Ainda que desconhecida para muitos brasileiros, a história dos Lanceiros Negros e de seus ideais merece ser exaltada. Não há dúvida, pois, que a homenagem ora proposta é justa e meritória, e inscrever o nome desses mártires no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é um ato nobre de reconhecimento de sua importância.

Em face do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.493, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Teresa Leitão.

Está em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, o relatório é perfeito. Eu não tenho nenhum comentário a fazer, minha querida Senadora Teresa Leitão, a não ser também enaltecer o trabalho do nosso ex-Senador Paulo Rocha, que se dedicou muito, conversou muito para esse projeto ser aprovado, mas que, infelizmente, não concorreu, e a nossa querida Senadora Teresa Leitão aceitou, então, assumir o papel de Relatora. E fez um brilhante relatório.

A única coisa que eu pediria de importante na sua fala é que, se naquele momento – eu sou do Rio Grande, naturalmente – da história, fossem libertos os negros que, contam os historiadores, eram linha de frente do bom combate... O acordo era libertar os negros, mas por que não foram libertos? Porque estava em jogo a questão dos escravos no Brasil. Se se libertassem aqueles negros, duas centenas de negros, isso seria como um pavio de pólvora em todo o Brasil, exigindo-se a libertação de todos os negros. E os escravocratas da época, entendendo isso, não concordaram. Só concordaram com o acordo se matassem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os negros que participaram da revolução. "Que libertem os índios – dizia o documento da época –, que poupem os índios, mas matem os negros". O que estava em jogo ali, infelizmente, era a liberdade do povo negro, o fim da escravatura no Brasil. Mas serviu como farol e ajudou muito para que a liberdade viesse no futuro.

É isso só, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim, também novamente à Senadora Relatora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Lembro que a votação será nominal e que, se houver a concordância em relação aos três projetos da mesma natureza, faremos a votação em bloco.

Passo a palavra à Senadora Professora Dorinha para a leitura do relatório do item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1937, DE 2019

- Terminativo -

Inscreve o nome de Zilda Arns Neumann no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Não apresentado.

O relatório é pela aprovação.

Com a palavra, então, Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse projeto é de autoria da nossa querida Deputada Tereza Nelma.

Compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, tal como a presentemente analisada, de acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei se insere no âmbito da competência legislativa concorrente da União com estados e municípios, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

Mostra-se, ademais, em perfeita consonância com as disposições da Lei 11.597, de 29 de novembro de 2007, que disciplina a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Nos termos dessa lei, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras que tenham oferecido a vida à pátria para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte.

Não apresentando problemas relativos à constitucionalidade e juridicidade, a proposição também se ajusta às regras da técnica legislativa e às disposições regimentais.

Zilda Arns nasceu em 25 de agosto de 1934 na cidade de Forquilhinha, então apenas uma vila do Município de Criciúma, em Santa Catarina, filha de um casal de origem alemã, que teve 16 filhos, entre os quais, Paulo Evaristo, que se tornaria Arcebispo Emérito de São Paulo.

Zilda formou-se em Medicina na Universidade Federal do Paraná, voltando-se para as áreas de saúde pública, pediatria e sanitarismo. A jovem médica já buscava direcionar sua atuação prioritária para crianças pobres, vítimas de doenças que podiam muitas vezes ser facilmente evitadas. Logo após se formar, casou-se com Aloísio Bruno Neumann, com quem teve seis filhos, que veio a falecer precocemente aos 46 anos.

Zilda Arns Neumann trabalhou como médica pediatra, obtendo diversas especializações nessa e em áreas correlatas. Em 1980 tornou-se Diretora de Saúde Materno-Infantil da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, quando instituiu com inegável sucesso os programas de planejamento familiar, prevenção do câncer ginecológico, saúde do escolar e aleitamento materno.

Convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criou, em 1983, juntamente com o então Arcebispo de Londrina, D. Geraldo Majella Agnelo, a Pastoral da Criança, cujo objetivo é de promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a seis anos de idade em seu ambiente familiar e em sua comunidade, começando sua atuação no Município de Florestópolis, no Paraná, que apresentava uma alta taxa de mortalidade infantil: 127 crianças para cada mil nascidas. A Pastoral, em apenas um ano de atividade, logrou reduzi-la para 28 crianças por mil nascidas. Esse sucesso se explica pela conjugação de uma série de fatores, que incluem a correta orientação da medicina preventiva e o envolvimento fraterno e solidário com as crianças, suas famílias e comunidades.

A Pastoral da Criança espalhou-se rapidamente por outros municípios e estados. Hoje são mais de 260 mil voluntários que acompanham o desenvolvimento de quase 1,8 milhão de crianças, em 5.570 municípios brasileiros. Estendeu sua atuação ainda para doze países latino-americanos, dois africanos e um asiático, adotando e adaptando práticas que no Brasil obtiveram resultados notoriamente positivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2004, igualmente a convite da CNBB, foi a vez de Zilda Arns se dedicar a outra ponta da vida humana, criando a Pastoral da Pessoa Idosa, que hoje atende, também com base no trabalho voluntário, mais de 100 mil idosos em 579 municípios.

Zilda Arns, nos últimos anos de vida, dividia seu tempo entre os compromissos como Coordenadora Nacional da Pastoral da Pessoa Idosa e Coordenadora Internacional da Pastoral da Criança, além de participar como representante da CNBB no Conselho Nacional de Saúde e como membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em 12 de janeiro de 2010, encontrava-se em Porto Príncipe para introduzir a Pastoral da Criança no Haiti, quando, após realizar uma palestra para religiosos de Cuba, é atingida pelo desabamento da igreja, em razão de um violento terremoto.

A biografia de Zilda Arns revela a mais profunda e coerente dedicação ao próximo, começando pelas pequeninas e pelos pequeninos, para os quais levou, desconhecendo fronteiras, um tipo de atendimento que mobilizava a boa vontade dos voluntários, por meio de uma orientação inteligente e sensível, capaz de transformar vidas.

A oferta de sua vida na missão de expandir a Pastoral da Criança para um país irmão da América Central a eleva a um patamar de ainda maior grandeza, que devemos exaltar e reconhecer, particularmente no presente, com a inscrição do seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Conforme o exposto, considerando o mérito e demais aspectos relevantes, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.937, de 2019.

É esse o relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Professora Dorinha, pelo relatório.

Está em discussão a matéria.

Então eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero revelar aqui o meu extraordinário orgulho por poder votar a favor desse projeto, enaltecer aqui o relatório da nossa querida Senadora Professora Dorinha e também agradecer a honra de tê-lo presidindo a sessão.

Acho que nada mais justo e honroso do que esta coincidência – não existe coincidência, não é? –, este fato em que concorrem o sentimento de família, o sentimento de bairrismo, que nos une neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento... Eu sempre chamo V. Exa. de quarto Senador de Santa Catarina por causa de Forquilhinha, que é o berço da nossa homenageada.

Tive a honra de conferir à Zilda Arns a mais elevada condecoração catarinense, que é a Medalha Anita Garibaldi. Foi uma grande solenidade, muito justa, muito prestigiada pelas organizações sociais, pela igreja – pelas igrejas –, numa Florianópolis que, valendo-se dos ensinamentos e da lição de vida dela, adotou mecanismos, desde os mais simples, como o soro caseiro, até outros de acompanhamento de mãe, de gestante, de educação especialmente para jovens, meninos e meninas, para uma base de planejamento familiar e de planejamento de vida.

E já naquela época, Florianópolis chegou a ostentar o belo índice que a Senadora Dorinha mencionou há pouco, o índice que foi conquistado em "Florestápolis", se não me engano...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Florestópolis.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Florestópolis. Deve ser cidade das florestas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Perto de Londrina, a 80...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – "Florestápolis" seria o *stricto sensu*: floresta *pólis*, cidade das florestas. Florestópolis é a mesma coisa, só que portuguesada, e não em grego.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Florestápolis?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom, lembra por alguma afinidade cerebral que possa estar ocorrendo aí – não é o meu caso. (*Risos.*)

De qualquer maneira, eu quero dizer que Florianópolis alcançou, naquela ocasião, menos de oito crianças mortas de mil nascidas no primeiro ano de existência. Foi a primeira capital brasileira que conseguiu 7.6, ainda no século passado, utilizando-se das missões e do exemplo de Zilda Arns – e eu não quero aqui competir com o Senado Cid Gomes. Outro dia, só porque eu falei que Sobral tinha 34 das 100, ele me corrigiu aqui mesmo. Disse que são 82, que esse é o número de escolas do Ceará – ele incorporou Sobral ao Ceará, o que é muito justo, porque, se os argentinos nos dizem que Maradona é o melhor jogador do mundo e um dos melhores da Argentina, por que nós não podemos incorporar ao Ceará a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa querida Sobral do Padre José Linhares e dos seus ilustres alunos, e um deles está aqui: o próprio Senador Cid Gomes?

Mas o que nos interessa aqui é referendar, aprovar e enaltecer o exemplo dessa nossa ilustre patrícia e, no meu caso, com muito orgulho, coestaduana.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Continua em discussão.

Acho que Senador...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Cid Gomes, nosso Vice-Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero me somar – sem contestar; ao contrário, fazendo suas as minhas palavras – ao nosso querido Senador Amin, para dizer da extraordinária iniciativa que a Câmara dos Deputados tem, o que o coloca numa condição de insuspeito, porque esta iniciativa vem da Câmara, a de inscrever a extraordinária mulher, a extraordinária personalidade de Zilda Arns nesse rol seleto, importante de heróis da pátria.

Dona Zilda deu uma extraordinária colaboração ao Ceará. Eu lembro, Presidente, que era estudante, ainda, do ensino médio, e escrevi um artigo para um jornal do colégio. À época, no Ceará, de cada mil crianças que nasciam, 120 morriam antes de completar um ano de vida. Eu vou repetir o dado, que é chocante – eu estou falando de 1979 –: de cada mil crianças que nasciam, 120 morriam antes de completar um ano de vida. Era comum, nas famílias, quando perguntavam: "Quantos filhos a senhora tem?", a mãe dizer: "Sete". Aí perguntavam quantos estavam vivos, dado o alto índice de mortalidade infantil.

O Ceará, em 1986, portanto sete anos depois que eu escrevi esse artigo, passou por uma revolução na política. O porta-voz, na época, era o nosso ex-colega aqui, o Senador Tasso Jereissati, que implantou um momento de mudanças: mudança na política, mudança na gestão e priorização real das questões sociais. E uma delas, uma dessas prioridades foi a questão do combate à mortalidade infantil.

E já foi citado pelo Senador Esperidião Amin, um simples cuidado que foi divulgado, inclusive lá no Ceará, com a sua presença, à época na Pastoral da Criança, do soro caseiro, a implantação de um programa que foi iniciado no Governo do Tasso e foi universalizado no Governo do Ciro, que o sucedeu, de agentes de saúde, agentes comunitários de saúde, fez com que o Ceará despencasse, graças a Deus, nesses indicadores. E isso mereceu o reconhecimento por parte do Unicef, como organismo da ONU, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deu ao Ceará o prêmio, esqueci agora o primeiro nome, Augusto Piaget, salvo engano, como um dos estados com a melhor política de mortalidade infantil. E a inspiração, um dos grandes inspiradores desse movimento foi a Dra. Zilda Arns. De maneira que, passados aí já há dez anos da sua morte trágica... É uma morte de heroína, é uma morte realmente de heroína. A pessoa já na idade que ela estava lá no Haiti, e é vítima desse desastre da natureza. Portanto, em muito boa hora, a Senadora Dorinha, a quem quero cumprimentar também, relata esse projeto. E esta Casa faz justiça incluindo o nome de Dona Zilda Arns como um dos heróis da pátria.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Cid Gomes também. Jean Piaget talvez, Jean Piaget.

Mas eu quero também, antes de passar a palavra para a Senadora Daniella, que vai relatar o outro item, agradecer também pelo relatório. Eu costumo dizer Tia Zilda Arns, minha tia, irmã do meu pai, Osvaldo Arns, que também era professor, educador, foi reitor lá da PUC em Curitiba e professor. A Tia Zilda, de fato, fez um extraordinário trabalho. A Pastoral da Criança está completando 40 anos neste ano. E acompanhou, durante muitos anos, mais de 1 milhão de crianças em bolsões de pobreza durante muitos anos. Isso significa 30, 40, 50 milhões de crianças que hoje são adultos e tantos que passaram pela pastoral, pelos cuidados de soro caseiro, pesagem, orientação das mães, coisas simples, ao alcance da população. E ela faleceu, de fato, 13 anos atrás já, no terremoto do Haiti. Eu sempre lembro que cerca de 700 mil pessoas morreram por causa da covid-19 no Brasil; lá, de um dia para o outro, morreram 220 mil pessoas, de um dia para o outro, da noite para o dia. Eu estive lá no dia seguinte ao terremoto até para trazer o corpo da Dra. Zilda, da Tia Zilda, e era um cenário assim inacreditável. Mas agradeço.

Então, está encerrada a discussão.

A votação, como eu disse, será nominal, em bloco, dos três projetos. O terceiro projeto será relatado pela professora – sempre professora também, não é? – Daniella Ribeiro.

É o item nº 5, Projeto de Lei nº 3.404 – não é, Senadora? –, de 2020.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3404, DE 2020

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denomina "Rodovia Deputado Álvaro Gaudêncio Filho" a BR-412, no trecho entre o Km 0 (zero), na localidade Farinha, no município de Pocinhos (PB), até o final no KM 129, no município de Monteiro, Estado da Paraíba.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, gostaria de, antes de iniciar a leitura do relatório, parabenizar V. Exa. pelo seu trabalho e pela sua eleição obviamente nesta Casa, nesta Comissão especificamente, por toda a sua afinidade e sensibilidade com as questões – não retirando as de tantos outros colegas – como a educação, a cultura, enfim, tudo aquilo que é concernente a esta Comissão.

E, como sempre, V. Exa., eu aqui comentava com os colegas... Como Zilda Arns teve uma importância extrema e tantas homenagens continua recebendo – e eu acredito que vá continuar recebendo –, por consequência, V. Exa. termina sempre sendo muito lembrado, por fazer parte, por ter essa estrutura familiar. Isso é muito bom e eu fico muito feliz em poder estar aqui, neste momento, também aprovando projetos como esse que foi apresentado e aprovado anteriormente.

Sr. Presidente, eu gostaria também, neste momento, de parabenizar o Senador Veneziano pela propositura desse projeto que trago à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, que é o Projeto de Lei nº 3.404, que denomina de Rodovia Deputado Álvaro Gaudêncio Filho a BR-412, no trecho entre o km 0, na localidade Farinha, no Município de Pocinhos, até o final no km 129, no Município de Monteiro, no Estado da Paraíba.

Para tanto, o art. 1º da proposição institui a respectiva homenagem a que se propõe, ao passo que o art. 2º encerra a cláusula de vigência, prevista para a data da publicação da lei em que se converter a matéria.

Na justificação, o autor expõe inúmeros fatos sobre a vida do homenageado que justificam, em seu entender – e também, Senador Veneziano, no meu entender, no nosso entender e no entender de todos os paraibanos – a justificativa da atribuição do nome do Deputado Álvaro Gaudêncio Filho ao trecho da BR-412, localizado entre o km 0, no Município de Pocinhos, e o km 129, na cidade de Monteiro.

A matéria foi encaminhada unicamente a esta Comissão, para apreciação, em caráter terminativo, não lhe tendo sido apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar este momento – como todos os colegas estão com o relatório, e está disponível através das nossas redes, do nosso *site*, de tudo aquilo que é previsto por lei –, eu gostaria de dizer que, nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno, compete a este Colegiado opinar sobre essas proposições.

Por outro ângulo, conforme disposto nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito.

Por não ter sido distribuída à CCJ, cabe à CE se pronunciar também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade do projeto.

Então, relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

No que diz respeito à Carta Magna, sobre a questão da competência, compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os Prefeitos... os preceitos. Prefeitos, a gente está o tempo todo com os nossos Prefeitos aqui. (*Risos.*)

Aqui uma homenagem aos nossos Prefeitos.

Mas são os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade", o que é o caso do nosso falecido e querido conterrâneo paraibano Álvaro Gaudêncio Filho.

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. Como indicado na justificação da proposição, Álvaro Gaudêncio Filho faleceu em 12 de março de 2004, preenchendo o pressuposto da referida lei.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

Álvaro Gaudêncio Filho nasceu em São João do Cariri, no Estado da Paraíba, no dia 8 de fevereiro de 1930. Foi Prefeito de Serra Branca, na década de 60, e Deputado Federal eleito, em 1970, e reeleito por três mandatos consecutivos.

Bem-humorado, de bom trato, inteligente e habilidoso, iniciou sua carreira jurídica como promotor público e advogado militante. Líder na região do Cariri por muitos anos, caracterizou-se, ao longo da sua vida, por uma grande lealdade aos seus amigos e ao seu ideário político.

Álvaro Gaudêncio Filho faleceu em Campina Grande, em 12 de março de 2004, de acidente vascular cerebral. Era casado com Ana Lúcia Cavalcante Gaudêncio e deixou um único filho, Romero Cavalcante Gaudêncio.

Por todas essas razões, consideramos, sem dúvida, justa e merecida a homenagem proposta pelo Senador Veneziano ao Deputado Álvaro Gaudêncio Filho.

Também gostaria de aproveitar esta oportunidade, Senador Veneziano, para dizer que dessa forma V. Exa. também homenageia, em vida, uma família extremamente importante para o desenvolvimento da Paraíba.

Aqui eu quero destacar os irmãos de Álvaro Gaudêncio Filho: Manoel Gaudêncio, hoje empresário, que já militou na política do nosso estado – foi Deputado Estadual, chegou a ser Deputado Federal –; o próprio Amir Gaudêncio, falecido também, todos irmãos, uma família; José Gaudêncio, médico em Campina Grande, que também teve uma trajetória fantástica, daqueles que sempre reconheceram na nossa terra a importância; e tantos outros, que aqui, se eu mencioná-los, a família é grande – não é, Senador Veneziano?

Eu gostaria aqui de deixar ao querido Manoel Gaudêncio, representando a família em vida, o meu abraço, o meu carinho. E tem Aldino Gaudêncio, que faleceu, também da mesma família. Então, ao querido Manoel Gaudêncio, na pessoa dele, homenageio a todos da família Gaudêncio que em vida estão e que podem receber essa homenagem tão bonita e tão justa que presta o Senador Veneziano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denominando rodovia Deputado Álvaro Gaudêncio Filho a BR-412, no trecho entre o km 0 (zero), na localidade da Farinha, no Município de Pocinhos, até o final do km 129, no Município de Monteiro, Estado da Paraíba.

Obviamente, o nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação, parabenizando o autor pela iniciativa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Daniella Ribeiro.

Está em discussão a matéria.

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, com certeza.

Com a palavra, V. Exa., autor da proposição.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Serei muito breve, Sr. Presidente.

Ao longo das minhas oportunidades em Legislativos – fui Vereador em Campina Grande, estive honrosamente como integrante da nossa bancada paraibana na Câmara Federal e agora estou a representar, ao lado da Senadora Daniella e do recém-eleito Senador Efraim, o nosso estado –, eu sempre tive muito cuidado, quando de proposituras de homenagens a cidadãos e cidadãs, para não banalizar a homenagem, o prêmio, a condecoração, porque senão você terminaria tirando o *status*, a grandeza, a importância, a grande eloquência do homenageado ao qual você faz as referências. Tanto é que, durante oito anos na Câmara de Vereadores, em Campina Grande, nós apenas fizemos uma única sugestão, exatamente para guardar essa importância, que é a importância que nós vemos em relação aos heróis e heroínas da nossa República e que tão bem estarão a acolher os homenageados: na autoria do Senador Paulo Paim, os lanceiros gaúchos negros; e, na autoria da Deputada Tereza Nelma e, sob a relatoria da Senadora Dorinha, a nossa estimadíssima, competente, dedicada, extraordinária cristã, a nossa Profa. Dra. Zilda Arns.

E posso lhe dizer, Presidente, até para tranquilizar, que conversava aqui há pouco com a Senadora Teresa Leitão que, por força da nossa vizinhança, pernambucana e paraibano que somos, sabemos muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem que a sugestão que nós estamos a apresentar à apreciação deste Colegiado... E aí eu tenho a responsabilidade, igualmente como a Senadora Daniella Ribeiro, de não trazê-la aos senhores e às senhoras senão com a completa e total ciência dos merecimentos que o homenageado possuía e hoje possui para ter o seu nome inscrito nessa rodovia, que é exatamente a que corta o Cariri paraibano.

Entre outras mulheres e homens do Cariri, penso que homenagear, concedendo o nome Álvaro Gaudêncio Filho, cai perfeitamente, por uma história de dedicação a uma região encravada no Semiárido hostil nordestino. Não é fácil, Sr. Presidente. E Álvaro Gaudêncio Filho soube, na condição de profissional jurídico e também na condição de gestor público, como mencionou no seu relatório muito preciso a Senadora Daniella Ribeiro, e aqui, na Câmara dos Deputados, por quatro legislaturas, representar o cidadão paraibano, principalmente aqueles que vivem sob as agruras, sob as intempéries climáticas, sob as limitações que muitas vezes notadamente fizeram com que milhares e milhares de paraibanos nordestinos tivessem que ser chamados a se ausentar do seu ambiente mais desejável que é a sua região.

Álvaro Filho fez muito pelo Cariri paraibano, fez muito pelo estado, e, por essa razão, quero tranquilizá-las e tranquilizá-los no sentido de que tanto a Senadora Daniella como eu não poderíamos trazer se não tivéssemos a plena consciência das merecidas razões que ensejam o relatório – repito – preciso, já agradecendo à Senadora Daniella Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, então, ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, autor, e à Senadora Daniella Ribeiro, Relatora.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

A votação será nominal também.

Passamos agora, então, à votação nominal em bloco – todos concordando – dos itens nºs 1, 4 e 5 da pauta.

Em votação as seguintes matérias: PL nº 1.937, de 2019; PL nº 3.493, de 2021; e PL nº 3.404, de 2020.

Solicito à Secretaria, então, que abra a votação.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores votam "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, está sendo aberta aí a possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que Senadores e Senadoras podem votar remotamente desde que tenham colocado o nome no painel presencialmente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, mas é fácil. Se a pessoa está na CAE, CDR, ou em outras Comissões, já colocar o nome em todas as Comissões. Aí, eventualmente, a votação pode ser remota. (*Pausa.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, com a sua habitual gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, há um requerimento da lavra de S. Exa., o Senador Carlos Portinho, que não conseguiu chegar a tempo para defendê-lo. É o requerimento nº 10.

Ele requer para uma audiência pública, que tem como objeto debater a valorização dos profissionais da educação à luz dos desafios atuais do país, a presença de representantes das seguintes entidades: CNTE... Faz as menções, nomina a cada uma das entidades. E ele sugere, Sr. Presidente, a inclusão do Sr. Celso Niskier. Ele sugere a inclusão, para essa audiência, do Sr. Celso Niskier, Presidente do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Regimentalmente, com uma subscrição de apoio, o requerimento pode ser posto à apreciação. Como eu tenho que me ausentar, eu gostaria de deixar a conhecer de V. Exa. e dos demais companheiros e companheiras, Senadores e Senadoras, que estou a fazer essa subscrição da lavra, repito, do Senador Carlos Portinho, para essa audiência pública, se V. Exa. assim aquiescer.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senadora Teresa Leitão, pela ordem – que é a autora do requerimento original.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – O requerimento em tela é da minha autoria, e não há nenhum óbice a que nós possamos acrescentar essa representação. O Senador já havia entrado em contato com a nossa assessoria, e da nossa parte não há qualquer problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

Senador Veneziano, nós só vamos votar para a frente, porque inclusive é um requerimento extrapauta. Então, nós incorporamos depois, no momento oportuno, à pauta, e votaremos sem dúvida alguma. Está bem?

Muito bem, o quórum... Já obtivemos o quórum.

Está encerrada a votação então.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – SIM, 13 votos; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

O quórum: 14.

Parabéns para os autores, para os Relatores e Relatoras e para as pessoas e iniciativas homenageadas!

Aprovados, então, os Projetos de Lei nºs 1.937, de 2019; 3.493, de 2021; e nº 3.404, de 2020.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Muito bem.

A Senadora Leila não está presente – não é? –, que é a Relatora do item 2...

Passamos ao item 8 da pauta então. Caso a Senadora Leila daqui a pouco esteja presente, nós retornamos ao item.

Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 1, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Valorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos/as Profissionais da Educação à luz dos desafios atuais do país, com a presença de representante das seguintes entidades: CNTE, ANFOPE, ANDES, ANPAE, CONTEE, ANPED, UNDIME, e CONSED.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Eu passo a palavra à Senadora Teresa Leitão, que é autora do requerimento.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Pois não, Presidente.

É exatamente esse requerimento ao qual acrescentamos o pedido apresentado pelo Senador Veneziano.

Requeiro nos termos do art. 58, parágrafo 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a valorização dos profissionais da educação, à luz dos desafios atuais do país, com data evidentemente a ser marcada de acordo com o calendário previsto por V. Exa. e por esta Comissão.

A proposição para audiência teria a presença dos seguintes convidados: representante da CNTE, representante da Anfope, representante da Andes, representante da Anpae, representante da Contee, representante da Anped; representante da Undime; e representante do Consed.

Esse é um tema que nos desafia constantemente, objeto de muitos debates, e essas representações aqui citadas são bem amplas, trazem todo o movimento social, entidades de pesquisa, entidades da educação básica, do ensino superior, como também os gestores municipais representados pela Undime, os gestores estaduais representados pelo Consed e agora, com esse acréscimo, os estabelecimentos privados.

É para este requerimento, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que eu peço aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não havendo quem queira discutir...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Eu gostaria de subscrever o requerimento. Acho que é extremamente importante.

Eu não sei se, pelo número de instituições, é possível fazer num único momento, mas eu não sei, para avaliação da autora, da Senadora, se não seria o caso de um convite à CNM, como gestora dos municípios.

Acho que o debate é muito válido e também temos pela frente alguns projetos de lei já há vários anos que trabalham nessa questão da valorização das diretrizes. O Conselho Nacional precisa rever, inclusive, algumas diretrizes de valorização.

Então, era a sugestão da CNM e pedir que, se possível, pudesse subscrevê-lo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Senadora, para mim é uma honra ter o consórcio da sua assinatura. Sei da sua luta no Congresso Nacional, sei da sua luta na Câmara dos Deputados, da sua competência, da sua condição evidentemente de contribuir bastante com esse tema. E aí a gente organiza de acordo com a agenda.

Da minha parte, Sr. Presidente, não há problema com esse acréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Então, a sugestão está aceita pela autora, de inclusão da CNM (Confederação Nacional dos Municípios). Muito bom.

Eu quero lembrar só que o tema é da mais alta importância: valorização dos profissionais da educação.

Depois, podemos verificar com calma para termos talvez duas ou três audiências públicas para que cada expositor possa ter um tempo maior, com mais calma, dada, inclusive, a relevância do assunto, mas isso dá para ser discutido.

Eu só tomo a liberdade de inverter a pauta, porque o Senador Veneziano acabou de sair e há o requerimento extrapauta também do Senador Carlos Portinho, subscrito pelo Senador Veneziano, que pede a inclusão – e a Senadora Teresa Leitão já concordou com isso – do Sr. Celso Niskier, Presidente do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

Então, em votação os dois requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, em seguida, ao item 9 da pauta, de autoria do Senador Izalci Lucas.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 4, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PDL 32/2023, que "susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, que revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020".

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Passo a palavra a V. Exa., Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, normalmente, quando se faz decreto não há uma discussão que envolva toda a sociedade ou os representantes de cada segmento. Então, é uma matéria superimportante. Houve um decreto em 2020, o Decreto 10.502, que o Presidente da República, no primeiro dia de mandato, revogou. Então, apresentei um projeto, mas com o objetivo não apenas, como está aqui, de cancelar ou... É simplesmente para atender à convenção internacional da ONU cujo lema é "Nada sobre nós sem nós". Então, é uma matéria muito importante. A gente precisa de fazer esse debate no sentido de melhorar a redação e compor um ou outro... E a gente fazer realmente uma legislação que possa, de fato, beneficiar todas as pessoas com deficiência no Brasil.

V. Exa., que é o especialista, que é o defensor, tenho certeza de que vai concordar com que precisamos melhorar. Agora, a melhor forma de melhorar é ouvir realmente as partes. O nosso objetivo é este: ouvir todos, para que a gente possa, de fato, melhorar essa legislação nessa questão das escolas inclusivas, na questão das escolas especiais. Inclusive nós temos a fundação Pestalozzi, temos as Apaes, temos uma série de instituições que prestam relevantes serviços e que precisam de ser ouvidas.

Por isso, eu peço o apoio dos colegas no sentido de a gente aprovar esse requerimento para fazermos, de fato, um debate com a participação de todos, como se diz: "Nada sobre nós sem nós".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O.k.

Está em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Eu quero parabenizar o Senador Izalci.

Realmente é uma matéria de muita importância. Na CAS, onde também sou membro, vou me posicionar favoravelmente.

Queria sugerir, Senador, que o Ministério da Educação fosse um dos convidados, porque essa é uma política estruturante. Há um segmento, há um setor do ministério que cuida disso. Houve uma alteração em relação à configuração passada, e o ministério tem avançado muito. O que é uma política de inclusão, o significado tão emblemático dessa frase "Nada sobre nós sem nós"? É uma sugestão para o futuro, quando a audiência for marcada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Com certeza, o Ministério estará presente, como algumas entidades também. Se alguém tiver alguma sugestão, nós queremos ouvir todos, exatamente porque esse tema merece realmente um debate, em conjunto, inclusive, com a CAS, onde a gente tem o mesmo requerimento para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço.

Só lembrando que, de fato, é uma iniciativa do Ministério da Educação, mas o assunto relacionado à pessoa com deficiência envolve todas as Comissões do Senado: a CAS, Direitos Humanos, Ciência e Tecnologia... Tecnologia assistiva, por exemplo, o Senador Marcos Pontes está aqui.

Senadora Professora Dorinha, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Somente uma sugestão ao Senador Izalci: que, dentre as instituições convidadas, o Consed e a Undime pudessem participar.

Acho que o tema é muito importante, sim. Na verdade, o Plano Nacional de Educação dá uma dimensão do atendimento prioritário e inclusivo nas escolas públicas, mas é um atendimento prioritário.

Então, acho o olhar e o debate muito positivos, logicamente, com a vinda do Ministério da Educação, que é o gestor de políticas públicas na área do atendimento da pessoa com deficiência na área educacional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, da minha parte, só dizer que considero o requerimento, a iniciativa, da mais alta relevância, a fim de discutir isto com as famílias, com as pessoas com deficiência, particularmente aquelas pessoas que precisam de um atendimento mais específico em função das suas necessidades. Já participamos de muitas audiências aqui no Distrito Federal e vimos, por exemplo, mais de cem famílias que têm filhos dentro do espectro autista e que não recebem atendimento algum. Por quê? Porque têm necessidades maiores, muito específicas: usam capacete, autoflagelação, dificuldades no relacionamento... E as mães, na ocasião da audiência pública, disseram: "Olha, a gente precisa ter atendimento à criança, ao adolescente, ao adulto". Deficiência intelectual, tem aquela pessoa com deficiência intelectual que está participando de olimpíada, mas tem aquela pessoa com deficiência intelectual que está em casa, na cama, sendo alimentado, melhorando a condição de vida... E todos têm que ter o direito à educação assegurado, seja que necessidade apresentarem, não é verdade?

Então, eu considero, Senador Izalci, o requerimento altamente pertinente para fazermos esse debate muito importante.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, se me permite, após essa audiência – ou antes da audiência, mas melhor após – poderia ter uma *van* ou um micro-ônibus para a gente levar uma comissão de Senadores para conhecer realmente algumas escolas, para as pessoas conhecerem na ponta o que está acontecendo nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Faremos esse convite depois.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, eu só gostaria de parabenizar o Senador Izalci por essa discussão, por esse requerimento, e lembrar – eu acabei de vir de lá – hoje do Dia Mundial das Doenças Raras, que muitas vezes levam a dificuldades ou deficiências que se enquadram dentro disso. Como foi bem e bastante ressaltado durante esse evento ali na Câmara dos Deputados, é importante trazer essas pessoas, fazer a inclusão dessas pessoas com doenças raras. São 13 milhões de pessoas no Brasil que são portadoras de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 7 mil tipos diferentes de doença raras. Então, para que elas tenham acesso a tudo dentro da sociedade também, é extremamente importante incluí-los nessas discussões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Encerrada a discussão, em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 5, DE 2023

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE).

Passo a palavra, então, à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Obrigada.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 dias, debater e avaliar o ensino médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

A justificação, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, se pauta muito na implementação do Plano Nacional de Educação, uma lei aprovada em 2014, a Lei 13.005, e sobretudo ao que diz respeito a uma das suas metas que prevê que toda a população de 15 a 17 anos deveria ter sido contemplada pela educação até 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos muitos percalços, e, agora, todas as administrações – estaduais, sobretudo – deparam com a implementação da Lei 13.415, a chamada Lei do Novo Ensino Médio, que tem trazido muitos questionamentos que se colocam neste âmbito, do grande desafio de incorporar nossa juventude na fase final da educação básica.

Então, eu acho que o Ministério da Educação já se movimenta nessa direção, abriu diálogo com várias instituições, com gestões estaduais, com a academia, com movimentos sociais, para que, nesse contexto, se tenha uma alternativa que possa corresponder ao direito à educação, um ensino médio contextualizado, inclusive, nos grandes desafios da formação da nossa juventude.

O requerimento prevê essa Subcomissão, para a qual eu peço apoiamento e aprovação de V. Exas., estando aberta, inclusive, a configuração, segundo os trâmites e a normativa da nossa relação praticada aqui na Casa sobre a composição desta Comissão: são cinco membros titulares, cinco membros suplentes. E aí V. Exa. pode conduzir essa parte. Eu apenas quero tornar pública a manifestação feita a mim pela Senadora Augusta Brito, que não está aqui presente, da possibilidade de compor essa Comissão, caso seja aprovado o requerimento.

Sei do interesse da Senadora Professora Dorinha e da sua condição também de poder contribuir bastante. Quanto aos demais, que possam se manifestar para a gente fazer uma bela Comissão, um bom diálogo com o Ministério da Educação, e apresentar à sociedade a posição do Senado. O Senado também está nessa luta. Acho que é importante para nós o Senado estar nessa luta, o Senado estar antenado – para dizer a linguagem dos nossos jovens, não é? –, e o Senado quer contribuir com esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estamos antenados todos nós, jovens. (*Risos.*)

O Senador Marcos Pontes levantou a mão, dizendo que quer participar também, mas, antes, eu passo a palavra ao Senador Confúcio Moura; na sequência, ao Senador Izalci e à Senadora Professora Dorinha.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, primeiro, quero parabenizar pela pauta cheia na 1ª Reunião da Comissão, já mostrando um movimento, um dinamismo muito grande para fazer realmente as coisas acontecerem.

Sobre o tema proposto no requerimento, ele visa aprofundar um debate para formar um convencimento sobre a implantação e a avaliação do ensino médio. A criação de uma Subcomissão específica será muito importante. Assim, poderemos avaliar o que é melhor: manter, ajustar ou revogar.

Diante de um sistema de educação caótico e sem coordenação central, como no caso do nosso Brasil, onde cada ente federado tem um jeito diferente de atuar, cada vez mais se faz necessário um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema nacional de educação atuante, porque conseguimos ter um padrão de imagem facilmente reconhecido. Por exemplo, o Banco do Brasil, numa cidade grande, tem uma agência grande, mas tem lá a marca, o amarelo. Basta a gente olhar para saber que ali é o Banco do Brasil. Uma cidade pequena tem uma agência pequena, mas tem a marca do Banco do Brasil, a logomarca do Banco do Brasil. E quanto às nossas escolas, às vezes nem percebemos que se trata de uma escola. E aqui estamos falando da parte externa... Imaginem o que tem por dentro delas?! Tudo isso se deve a essa diversidade, às competências – ora competência estadual, ora competência municipal. Então, justamente, fica uma torre de babel na educação brasileira. É muito importante essa repartição federativa, mas cada Prefeito tem uma cabeça, cada Prefeito tem uma prioridade, e nem sempre coloca a educação como prioridade.

A sugestão.

Em relação à abertura de uma consulta pública sobre o ensino médio pelo MEC, seria interessante que houvesse maior participação da Comissão de Educação efetivamente – logicamente, com essa Subcomissão. Poderíamos ter um membro atuando junto ao MEC, ou talvez um dos nossos consultores da área de educação do Senado, ultraespecializados, que auxiliaria a nossa Casa, indicado pelo Presidente, para participar dos trabalhos junto ao ministério e nos trazer informações e dados dos debates acontecidos lá no Ministério da Educação.

Outro destaque que faço é a necessidade urgente de realização de audiências públicas e ciclos de debates sobre o tema, na Comissão de Educação, sobre esse assunto do novo ensino médio, que já foi aprovado lá no Governo Temer e que até agora, na prática, não foi implementado no grosso das escolas brasileiras e dos municípios. Em paralelo, os trabalhos do MEC até que a Subcomissão seja instalada ou não.

Mas eu parabenizo a iniciativa da brilhante Senadora Teresa Leitão, que demonstra, nesta primeira audiência, vir com todo o gás possível, movida assim com combustível de avião para realmente movimentar, com a sua experiência, a Comissão de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Que bom, não é?

Mas eu diria que todos nós estamos movidos a combustível de avião e temos que continuar assim por dois anos, e gastando combustível gradativamente. (*Risos.*)

O Senador Marcos Pontes é que pode falar aí com...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Para o avião não cair, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – A combustível de foguete. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – De foguete também.

Mas, muito bom...

Sua sugestão, Senador Confúcio, foi anotada, e eu pedi para a Secretaria verificar como é que isso está organizado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar a Senadora Teresa Leitão pela iniciativa.

Eu tive o privilégio, quando fui Secretário de Ciência e Tecnologia, 2004 e 2009, de trazer a educação profissional para a ciência e tecnologia. Então, conheci bastante, na prática, o que significa realmente a educação profissional. E participei, como Deputado, muito da questão do Plano Nacional de Educação, junto com a Dorinha inclusive e com V. Exa. também, e fui o Presidente da Comissão do novo ensino médio, e o Senador Pedro Chaves foi o Relator.

O Brasil quase atingiu os 10% de jovens fazendo curso técnico, e nós sabemos que grande parte dos países desenvolvidos ultrapassa 50%, 60% dos jovens que fazem educação profissional durante o ensino médio. Então, a gente está muito aquém das necessidades. Hoje as empresas, de fato, precisam elas mesmas tomar a iniciativa de formar seus funcionários. Nós não temos mão de obra adequada às necessidades do mercado, ao novo modelo, às novas profissões que estão por aí. Então, isso é fundamental.

Mas uma coisa que eu aprendi é que não adianta também colocar professores na educação profissional que não estão no mercado: não adianta botar um engenheiro que nunca construiu ou participou de uma obra; não adianta botar um enfermeiro que nunca entrou num hospital para dar aula de enfermagem. Então, a gente precisa buscar, e a lei prevê isso inclusive. Hoje nós temos aí os institutos federais como modelo de educação profissional, mas principalmente o Sistema S. De fato, tanto o Senac quanto o Senai, quanto o Senat prestam um relevante serviço na área de qualificação profissional.

Agora, de fato, os estados e municípios, apesar de que aprovamos o novo Fundeb – eu fui o Relator do novo Fundeb –, que contemplou o recurso exatamente para atender educação infantil e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação profissional... Mas merece, como foi dito aqui pela Senadora Teresa no seu requerimento, uma Comissão Especial. Acho fundamental para acompanhar, porque é triste. Nós ficamos anos e anos discutindo o Plano Nacional de Educação, que virou um plano de intenções. Por quê? Porque não houve, de fato, a Lei de Responsabilidade Educacional, em que alguém tem que responder pela não implementação ou melhoria na questão da educação. E a gente precisa rever tudo isso. Espero que o novo plano de educação seja, de fato, um plano de metas que seja alcançado e que seja acompanhado, fiscalizado e tal.

Então, acho importantíssima essa Subcomissão. Quero, inclusive, reforçar a V. Exa., que foi o Relator da Subcomissão que apresentou à equipe de transição 30 sugestões de aperfeiçoamento da educação no Brasil, que a gente possa também cobrar isso. Nós já estudamos várias propostas que V. Exa. relatou muito bem e precisamos acompanhar exatamente a implementação da maioria delas.

Mas eu o parabenizo e, na medida do possível, quero participar também, porque é um tema que é prioridade total. Eu fico triste realmente, na Capital do país – mas eu fico imaginando que no Brasil todo –, com os jovens, a geração nem-nem, que não estudam e não trabalham, saem do ensino médio sem ter uma profissão e não conseguem muitas vezes entrar na universidade pública exatamente pela deficiência da educação brasileira. Mas eu o parabenizo, e V. Exa. tem aqui todo o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Izalci.

Passo a palavra à Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero parabenizar a iniciativa da Senadora Teresa Leitão e destacar que, na verdade, no processo de implementação, as redes começam este ano. Existiu um tempo de preparação e de organização.

Eu acho que é muito pertinente, porque tanto no aspecto do financiamento, do investimento nas redes, o apoiamento... Porque a grande maioria das redes não tem estrutura para atuar na educação profissional, lembrando do número de municípios em que, por vezes, nós temos uma única escola, cujo desenho precisa ser mais bem aprimorado e também requer todo um trabalho de apoio via Consed e instituições que atuam diretamente não ensino médio.

O problema é grave em relação ao ensino médio, haja vista todas as evidências em relação à distância do ensino médio e a demanda da sociedade, a demanda da juventude, a necessidade de reorganização de currículo, de formação... Então, acho que é um debate extremamente importante, e, atendendo até ao convite, eu tenho interesse, sim, de compor esta Comissão, porque acho que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate extremamente importante e que pode ajudar muito na gestão de políticas públicas, em especial junto ao Consed, que é quem atua diretamente no ensino médio, os secretários estaduais de educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Professora Dorinha.

Senador Marcos Pontes, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado.

Obrigado, Presidente.

Inicialmente também quero parabenizar a Senadora Teresa Leitão pela iniciativa. Eu concordo 100%. Aliás, eu gostaria de fazer parte desta Subcomissão.

Lembrando um pouquinho da minha história de vida, para quem nasceu na periferia, foi um curso técnico do Senai que mudou a minha vida. Isso é importante para ressaltar o trabalho do Sistema S, o trabalho social, de transformação do indivíduo no Sistema S. O trabalho que eu tinha como eletricista aprendiz na Rede Ferroviária Federal mudou a vida, me tirou ali do acesso, vamos dizer assim, do crime, e aquilo foi um ponto de inflexão. A gente pode e deve proporcionar isso para todos os nossos jovens do Brasil. E é possível fazer isso.

O mercado precisa de novos profissionais técnicos. Se a gente observar no mundo – eu também sou embaixador mundial do ensino profissionalizante, na Word Skills –, se a gente observar todos os países desenvolvidos, aqueles que têm um desenvolvimento muito grande, principalmente em tecnologias mais finas, como Alemanha, Suíça, Dinamarca, Coreia e Japão, dão um valor muito grande ao ensino profissionalizante e a essa fase da vida, que é o ensino médio, que é uma fase determinante na vida de cada uma das pessoas, dos jovens para escolherem suas profissões e terem sucesso ou não. Então, a gente precisa realmente ajudar.

Sem dúvida nenhuma, pode contar com o meu apoio. Eu gostaria de ressaltar aqui que quero participar desta Subcomissão, com louvor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só quero destacar também a importância da Subcomissão. É das mais fundamentais para o Brasil e uma iniciativa extremamente relevante também pelo que a gente escutou dos Senadores e das Senadoras.

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Teresa Leitão, sobre o requerimento, será encaminhada comunicação ao Plenário para publicação no *Diário do Senado Federal* e posterior instalação da Subcomissão.

Ficam prejudicados os Requerimentos 2 e 3, de 2023, da Comissão de Educação, que tratam do mesmo assunto que o requerimento agora aprovado. Eram requerimentos de V. Exa. que foram elaborados um pouco diferente depois.

Muito bem. O Senador Paulo Paim...

Queria falar alguma coisa, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Primeiro, quero cumprimentar a Senadora pelo requerimento e a posição de todos aqui.

Mas, aí, Presidente, eu quero dar um gancho, se V. Exa. me permitir – são dois minutinhos só –, da importância da sessão de hoje por tudo que foi aprovado. Foi uma pauta cheia, e a solidariedade, a grandeza dos Senadores, liderados por V. Exa., permitiu essas votações.

Eu queria, Presidente, permita que eu diga, Senadora Teresa Leitão, se você me der dois minutos, ainda enfatizar a importância de termos aprovado também hoje o belo relatório dela, o projeto que coloca, nos Heróis da Pátria, os Lanceiros Negros. Por que, Presidente? Eu falava aqui com o Senador Izalci que é a educação que liberta. Eu, por exemplo, se não fosse o Senai, não estaria aqui; eu era um vendedor de banana ali na feira livre de Porto Alegre, numa vendinha de um primo meu. E, felizmente, com o curso técnico do Senai, hoje eu estou aqui. E vejo hoje surgir, no país, com tristeza, muitos e muitos focos de trabalho escravo – muitos, muitos, Presidente. É uma coisa alarmante, assustadora. E passa pela educação essa liberdade do nosso povo e de toda a nossa gente.

Permita que eu leia aqui – aí são 30 segundos – o que disse um italiano para mostrar que essa luta contra o preconceito é de todos – é de negros, de brancos, de índios, enfim, de italiano, alemão e de africanos. Sobre os Lanceiros Negros, o italiano Giuseppe Garibaldi, cognominado herói de dois mundos, devido à sua participação em conflitos na Europa e na América do Sul – ele lutou ao lado dos farrapos – assim registrou em suas memórias ditadas ao escritor Alexandre Dumas, diz ele – Giuseppe Garibaldi –: "Eu vi batalhas disputadas, mas nunca e em nenhuma parte por homens mais valentes nem lanceiros mais brilhantes do que os da cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e a combater pela causa sagrada dos povos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Lanceiros Negros são mártires. Foram brilhantes homens, guerreiros – avós, pais, filhos, tios, meninos. Traziam na força constante dos dias a sabedoria dos seus antepassados africanos. Hoje, passados 176 anos do final da revolução, seus ideais continuam vivos... Liberdade, Liberdade, Liberdade; Justiça, Justiça, Justiça. Nos campos e nas cidades – última frase, Presidente –, onde houver fome, miséria, trabalho escravo, pobreza, racismo e discriminação, sempre haverá um lanceiro negro, um lanceiro branco estendendo a mão e fazendo a boa luta em defesa daqueles que mais precisam.

Por isso, Presidente, eu cumprimento V. Exa. e a nossa querida Relatora Teresa Leitão, porque o momento exige uma simbologia de combate à escravidão. Não tem essa, "ah, mas é escravidão moderna". Não tem, não quero, não aceitamos. Queremos o direito igual para todos, homens e mulheres. Como é que se explica que homens sejam torturados nos dias de hoje, em pleno século XXI? E a maioria deles negros e até menores.

Por isso, Presidente, eu quero só agradecer muito a V. Exa. – V. Exa., com a grandeza de sempre, sabe o respeito que eu tenho pela sua história – hoje, mais uma vez, nesta sessão, por tudo que foi aqui aprovado, principalmente no campo da educação, mas por esse projeto, também simbólico, porque nós vamos combater a escravidão hoje, amanhã e em todos os tempos em que for necessário.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem! Muito bem colocado, Senador Paim. Parabéns!

Eu só peço à Senadora Leila, que vai relatar o item 2, para, antes disso, aprovarmos três requerimentos ainda, já que estamos na sequência, de convite para os três Ministros: da Educação, da Cultura e do Esporte. É uma praxe da Comissão extremamente importante, para que eles venham apresentar os desafios, as perspectivas, os problemas, a visão, e que possamos nos articular, também como Legislativo e Executivo, a favor das três áreas. Eu até apresento, como autor, os requerimentos, mas eu peço que todos nós, se possível, assinemos em conjunto, como Comissão de Educação, o convite para os três Ministros.

É o Requerimento nº 6, de 2023, que requer seja convidada a Sra. Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra da Cultura – os termos são os mesmos: comparecer a esta Comissão a fim de apresentar os planos e a agenda estratégica da pasta para os próximos anos –; o Requerimento 7, de 2023, que requer seja convidada a Sra. Ana Beatriz Moser, Ministra do Esporte, com a mesma finalidade; e o Requerimento 8, de 2023, que requer seja convidado o Ministro da Educação, Camilo Santana, com a mesma finalidade.

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 6, DE 2023

- Não terminativo -

Requer que seja convidada a Exma. Sra. Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra da Cultura, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os planos e a agenda estratégica da Pasta para os próximos anos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR).

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 7, DE 2023

- Não terminativo -

Requer que seja convidada a Exma. Sra. Ana Beatriz Moser, Ministra do Esporte, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os planos e a agenda estratégica da Pasta para os próximos anos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR).

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 8, DE 2023

- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Ministro da Educação Camilo Santana para apresentar os planos e a agenda estratégica da Pasta para os próximos anos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR).

São os três requerimentos. Os Ministros já foram contactados nesse sentido para pré-agendarem. Em princípio, já existem datas marcadas nas próximas reuniões desta Comissão.

Eu coloco em discussão, em primeiro lugar, os três requerimentos – importantes, do meu ponto de vista. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados, então, os três requerimentos, com convite para os três Ministros das áreas desta Comissão.

Passo em seguida a palavra à Senadora Leila, para o último item da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 4614, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, para obrigar a presença de um profissional de Educação Física nas entidades formadoras de atletas e nas escolinhas de futebol onde se realizam a iniciação e a formação esportiva.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

A autoria é do Senador Romário, aqui presente também, com muita honra.

Será feita uma votação para o projeto e para a emenda apresentada.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente Flávio Arns.

Primeiro peço desculpas pelo atraso. Acho que todos sabem que eu estava comandando a sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e o Marco da Primeira Infância.

Quero agradecer aos Senadores que estiveram presentes no Plenário rapidinho – Senadora Teresa Leitão, Senadora Jussara, Senadora Dorinha também. A Bancada Feminina esteve presente lá, representando os homens – e agradecer ao senhor pela paciência de ter me esperado para fazer esse importante relatório aqui, fazer a leitura desse importante relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com prazer.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vou para o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise da Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 4.614, de 2019, de autoria do Senador Romário, que altera a Lei nº 8.650, de 1993, para obrigar a presença de um profissional de educação física nas entidades formadoras de atletas e nas escolinhas de futebol onde se realizam a iniciação e a formação esportiva.

O projeto determina a entrada em vigor da futura lei em 180 dias após a data de sua publicação.

Na justificação, o autor sustenta que a orientação do treinamento por um profissional de educação física é de suma importância para a preservação da saúde de crianças e de adolescentes no desenvolvimento de atividades de iniciação e formação esportiva.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

Análise.

A Lei nº 8.650, de 1993, trata das relações de trabalho do treinador profissional de futebol. Seu art. 3º estabelece que o exercício da profissão ficará assegurado preferencialmente (i) aos portadores de diploma expedido por escolas de Educação Física ou entidades análogas, reconhecidas na forma da lei, e (ii) aos profissionais que, até a data do início da vigência da lei, hajam, comprovadamente, exercido cargos ou funções de treinador de futebol por prazo não inferior a seis meses, em clubes ou associações filiadas às ligas ou federações, em todo o território nacional.

Note-se que, ao se utilizar do advérbio "preferencialmente", a lei desobriga a contratação de treinadores que cumpram os requisitos por ela descritos. Isso se justifica em razão do aproveitamento da experiência acumulada por ex-atletas de futebol que, muitas vezes, tornam-se treinadores de futebol, sem, entretanto, possuírem graduação em curso de Educação Física.

Como a lei se aplica a treinadores de atletas tanto de futebol profissional quanto amador, depreende-se que, nas escolinhas de futebol, não há a obrigatoriedade da presença de um profissional de Educação Física.

O PL visa criar essa obrigação, exigindo a presença de um profissional de Educação Física para coordenar o treinamento físico de crianças e adolescentes.

Isso não significa que somente um profissional de Educação Física poderá ser treinador de equipes amadoras de atletas em formação ou de categorias de base, mas que deve haver, nos quadros dessas entidades, ao menos um profissional com tal formação.

Entendemos ser pertinente a preocupação do autor, sobretudo quando consideramos que a norma se destina a preservar a saúde de crianças e adolescentes em formação esportiva. Acreditamos que a correta execução de exercícios físicos reduz o risco de lesão desses jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando, no entanto, as especificidades e limitações das diversas realidades existentes no nosso País, apresentamos uma emenda, propondo que no caso de escolinhas de futebol integrantes de projeto social, sem fim lucrativo, a presença de um profissional de Educação Física se torne recomendável e não obrigatória. Assim, procuramos viabilizar a manutenção de numerosas iniciativas sociais que tanto contribuem para a formação e o bem-estar de jovens em localidades menos favorecidas.

Por ser a CE a única Comissão a manifestar-se sobre a proposição, compete a ela a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Entendemos que não há qualquer vício em relação aos aspectos constitucionais e jurídicos da matéria.

O voto, Sr. Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.614, de 2019, com a seguinte emenda que apresentamos:

> EMENDA Nº – CE
> Dê-se ao art. 1º do PL nº 4614, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 1º A Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:
> "Art. 3º-A. Nas entidades formadoras de atletas e nas escolinhas de futebol onde se realizam a iniciação e a formação esportiva, é obrigatória a presença de um profissional de Educação Física para coordenar o treinamento físico de crianças e adolescentes.
> Parágrafo único [acrescido]. Embora recomendável, a presença de um profissional de Educação Física não é obrigatória nas entidades de que trata o *caput*, quando integrantes de projeto social sem fim lucrativo.

Entendemos os argumentos do Senador Romário. As equipes estiveram juntas, inclusive, eu e o Senador Romário conversamos, e eu gostaria de acrescentar à nossa emenda um pequeno complemento, Sr. Presidente, entendendo o argumento do Senador Romário: "e o número de jovens em formação esportiva não exceda a trezentos".

Nos projetos menores, em regiões menores, tradicionalmente, não passam de 300 crianças, 300 alunos em municípios. Nesses ali, não será obrigatório. Há projetos em grandes capitais, em outras regiões, em que, a partir de 300, realmente, exige-se um maior monitoramento. São projetos que, sim, podem ter esse profissional para acompanhar e ministrar os treinamentos, enfim, a atividade física desses alunos.

Então, até 300, nós não obrigamos. Depois, entendendo os argumentos do Senador Romário, nós acatamos a sugestão dele nesse sentido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Leila.

Está em discussão a matéria.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu espero...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe.

Se o Senador Izalci permitir, passo, em primeiro lugar, ao Senador Romário, também como autor da matéria.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado. Presidente Flávio Arns.

Obrigado, Senadoras e Senadores. Bom dia a todos.

Quero apenas parabenizar a Senadora Leila pelo brilhante relatório, não poderia estar em melhores mãos esse relatório, já que nós fomos atletas de ponta e sabemos, cada um no seu esporte, da importância da presença do profissional de educação física orientando e passando os treinos adequados para a formação dessas crianças. Compreendo a ponderação também da Relatora com os projetos sociais sem fins lucrativos, voluntários, que muitas vezes contam com poucos recursos, e um profissional poderia realmente acabar atrapalhando, vamos dizer assim, essa escolinha ou esse evento.

Sendo assim, eu quero dizer que conversei também com o Confef (Conselho Federal de Educação Física). Eles também são favoráveis ao relatório da Senadora Leila.

Então, gostaria de pedir aqui aos nossos pares que votassem pela aprovação do projeto.

Parabéns, Senadora Leila.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Romário pela participação, pela autoria também e passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero parabenizar o autor, o Senador Romário, e também o relatório da Senadora Leila. E quero parabenizar principalmente pela emenda que foi adicionada, porque, na prática, a gente entende toda a necessidade do profissional de educação física, nós já defendemos inclusive incluir o professor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação física em todas as escolas, para dar aula de educação física para os alunos, a obrigatoriedade, mas nós temos o mundo real, e, de fato, nós temos muitas, muitas pessoas dedicadas que muitas vezes fazem voluntariamente a formação nas escolinhas de futebol. E não tem nada mais barato, eu acho, em uma política pública do que investir no esporte. É tão pouco, e o resultado é maravilhoso. Essas crianças normalmente estariam em outro lugar se não tivesse um voluntário, uma escolinha.

Então, essa ressalva, esse parágrafo foi fundamental, exatamente ressalvando essa questão. Até 300 eu acho que é um número razoável sim, porque, de fato, acima de 300 obrigatoriamente tem que ter um profissional acompanhando. Mas nós temos em muitas cidades do interior, e também aqui mesmo na capital, muitos atletas, ex-atletas, que não são formados em educação física e que realmente fazem um trabalho relevante para a sociedade. Esse relatório com esse complemento de voto da Senadora Leila foi fundamental.

Então, parabéns ao autor e à Relatora. Nós, evidentemente, vamos votar favoravelmente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Romário, com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quero só fazer uma correção, eu usei aqui a palavra "atrapalhar", na verdade a palavra exata é "dificultar". Só para fazer essa correção. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas havíamos entendido perfeitamente a intenção, no sentido de dificultarmos.

Eu acho que há dois reconhecimentos: o mérito do professor profissional de educação física, que tem que ser valorizado em todas as ocasiões, em todos os contextos; e, ao mesmo tempo, ficarmos atentos para que eventualmente uma iniciativa não dificulte, como o autor da proposta Senador Romário coloca, a concretização da iniciativa.

Muito bem. Nada mais havendo... Não.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o projeto e a emenda apresentada pela Senadora Leila, em articulação com o Senador Romário e com a comunidade.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação, portanto, o PL 4.614, de 2019, e a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a Relatora, Senadora Leila, e com o autor do projeto, Senador Romário, votam "sim".

(Procede-se à votação.) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Enquanto os Senadores e as Senadoras estão votando, Senador Romário, gostaria de antecipar a iniciativa do próximo dia 21. Se V. Exa. quiser fazer menção a ela, porque eu acho que já é uma oportunidade, em relação à pessoa com síndrome de Down.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu iria realmente fazer este convite: no dia 21 de março, que cai exatamente na próxima terça-feira, Dia Internacional da Síndrome de Down, faremos um grande evento aqui no nosso Auditório Petrônio Portela. Queria aproveitar a oportunidade para convidar todas as Senadoras e Senadores que estiverem presentes, porque realmente será um evento de bastante importância e relevância para todo esse segmento da pessoa com deficiência, principalmente síndrome de Down. Estarão presentes aqui muitas instituições do Brasil afora, principalmente aqui do DF, como a Apae, Pestalozzi e muitas outras. E eu gostaria... Eu veria, com muito carinho e orgulho, a presença de V. Exa. nesse evento da próxima terça-feira, que começará às 8h30 da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço. Então, dia 21 de março, um evento que eu diria que já é uma tradição aqui no Senado Federal e sempre coordenado também pelo Senador Romário, com o apoio dos Senadores e Senadoras que querem ver cidadania, direitos, chances e oportunidades assegurados para todas as pessoas e também, sem dúvida alguma, para as pessoas com síndrome de Down.

Nós vamos tentando falar com alguns Senadores e Senadoras para...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... vermos o quórum. Também faltam quatro votos.

Senadora Leia.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 9, DE 2023

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4656/2020, que "altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências, para assegurar a continuidade das cotas e sua aplicação às instituições particulares de ensino".

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para encaminhar.) – Eu gostaria de pedir ao senhor para autorizar um requerimento extrapauta. É sobre a Lei de Cotas, a lei do Senador Paulo Paim. Eu sou Relatora, fui designada como Relatora e gostaria de começar já o trabalho com audiências públicas aqui na Casa.

Então, estou apresentando um requerimento, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4.656, de 2020, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a Lei de Cotas nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio, e dá outras providências, para assegurar a continuidade das cotas e sua aplicação às instituições particulares de ensino.

Eu proponho, para essa primeira audiência – certamente nós teremos pelo menos mais duas, Sr. Presidente – a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Igualdade Racial; representante do Ministério da Educação; representante da União Nacional dos Estudantes; representante da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.

A justificação.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, foi resultado de um amplo debate que mobilizou e envolveu diversos atores da sociedade civil, a fim de se estabelecerem balizas consistentes para orientar e fortalecer o mecanismo de inclusão e de mitigação das profundas desigualdades educacionais existentes no nosso país.

O projeto de lei, PL 4.656, de 2020, do nosso querido e respeitado Senador Paulo Paim, altera a referida lei para tratar de cotas nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio, com o intuito de assegurar a continuidade e estender a aplicação da referida lei às instituições privadas de ensino.

É necessário, assim, fazer audiência pública para que se debata a proposição. Afinal, o impacto da Lei de Cotas para a sociedade brasileira tem sido bastante positivo, nos termos de estudos consistentes e, para que continue a contribuir na redução da desigualdade educacional, os aperfeiçoamentos a serem nela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizados devem sempre considerar a participação de uma ampla gama de integrantes do Governo e da sociedade civil.

É preciso discutir, entre outros tópicos, a necessidade ou não de revisão da norma a partir de interpretações jurídicas diferentes sobre o prazo de dez anos, estabelecido no art. 7º, a viabilidade de se estenderem as cotas para as instituições privadas de ensino, a importância do corte racial, e não apenas social, a adequação de eventuais aperfeiçoamentos a serem nela realizados, a fim de que não haja perda dos benefícios propiciados à sociedade brasileira pelo atual modelo.

Em função do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação desse requerimento.

Sr. Presidente, mais uma vez ressalto: certamente nós teremos mais audiências, mas estamos dando o passo inicial, e quero agradecer a possibilidade de ter esse grande desafio em minhas mãos, ainda mais sendo autor o Senador Paulo Paim. Estou muito motivada! Vamos trabalhar!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sem dúvida, nossa grande liderança em tantas áreas aqui, no Senado Federal.

Com a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Sempre sob a orientação de V. Exa.

Eu queria só, Senador, enaltecer a Senadora Leila Barros, a pessoa certa, no lugar certo, porque alguns têm a mania de imaginar que cotas são uma questão que interessa só a negros. Por isto eu fico feliz: eu sou negro e a senhora é branca. Interessa a todos. O Romário é parceiro nessa caminhada. Eu sei que todos aqui o são – todos o são.

As cotas já deram certo. Agora, nesse debate, liderado pela Senador Leila, nós não queremos deixar – e vou ser franco aqui; que a Câmara me ouça – que votem de forma atropela lá. Eu sei que há 34 projetos lá. Não votem de forma atropelada. O próprio Ministério da Educação vai estar presente nesse ciclo de debates, porque passa pelo Ministério da Educação e, naturalmente, pela Comissão certa.

É preciso fazer como a Senadora aqui orientou: vamos debater, vamos aperfeiçoar, vamos melhorar, vamos ver o que está adequado e o que tem que ser aperfeiçoado.

Eu queria só fazer essa rápida fala e dizer que, para mim, as cotas no Brasil – vou de novo naquela frase anterior, Senador Izalci – é o símbolo também da verdadeira liberdade também do povo negro, mas de todos: de brancos, de negros, de índios, e o ministério naturalmente está debruçado sobre o tema.

Senadora Leila, ontem alguém me ligou de lá porque estava preocupado com a Câmara querendo acelerar o processo. Não pode acelerá-lo. Eu tenho o maior respeito e carinho por tudo que a Câmara faz,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também como eles nos respeitam aqui, mas vamos debatendo, vamos debatendo e construindo, porque a lei não termina nem hoje nem amanhã. Diz o projeto original que, depois de dez anos, haverá revisão, revisão parar aperfeiçoar. Ninguém vai estar aqui para ser contra.

Então, Senadora Leila, meus cumprimentos.

Mais uma vez, a senhora faz... Como é que se diz no vôlei?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vou fazer um *ace*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. fará um *ace* de placa, de ouro.

Parabéns!

Se fosse o meu amigo Romário, eu ia dizer gol de placa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vou fazer um *ace*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou pegar a orientação dela.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sr. Presidente, o senhor pode me dar só um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Senadora Leila, com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Rapidamente, aproveito aqui a Professora Dorinha, enfim, e tantos Senadores que são tão envolvidos com a causa da educação – tenho certeza de que esta Comissão vai ser muito produtiva nos próximos dois anos – e peço aos colegas para que possam sugerir também nomes para esse debate. A ideia aqui é que a gente traga o máximo de representatividade, enfim, para que a gente possa realmente debater. Como o Senador Paim falou, é uma lei que já deu certo, e nós só queremos aprimorá-la. Então, já peço aos colegas que possam dar sugestões para que a gente possa trazer esses convidados para a audiência aqui, para o debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom, Senadora Leila, Senador Paim e todo o grupo.

Antes de aprovarmos o requerimento, vamos só encerrar a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Damares já votou? Ah, não vai votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não sobre esse tema, permita-me só essa frase.

Eu não sei, Senadora Leila, mas, se você concordar, é tanta gente interessada no Brasil e no mundo que, se você quiser, bote ciclo de debate no seu requerimento sob a sua liderança. Eu estaria aqui no Plenário, bonitinho, ajudando. Só isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Meu decano querido, meu mestre, é óbvio que eu acato.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Antes só de votarmos, então, o requerimento da Senadora Leila como ciclo de debates, vamos encerrar a votação do PL 4.614, de 2019, com a emenda.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – O resultado: SIM, 14; NÃO, zero;

Abstenção: zero.

Quórum: 15.

Aprovado o projeto da Senadora Leila e do Senador Romário, autor e Relatora, e a Emenda nº 1, da Comissão Educação. (*Palmas.*)

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Muito bem!

Eu peço ao requerimento, então, já discutido da Senadora Leila, extrapauta, permissão da Comissão para colocá-lo em votação.

Não havendo discordância, está, então, em discussão... Já foi feita também.

Em votação o requerimento da Senadora Leila.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o ciclo de debates justamente sobre a Lei de Cotas, o aperfeiçoamento – é importante que se diga –, para melhorarmos, aprimorarmos. E essa é uma tarefa para a vida inteira.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras pela participação. Foi uma reunião muito produtiva.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a realizar-se em 21/03/2022, terça-feira da próxima semana.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Jussara Lima, Wellington Fagundes, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Zenaide Maia, Efraim Filho, Astronauta Marcos Pontes, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Augusta Brito, Romário, Carlos Viana, Paulo Paim, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Esperidião Amin, Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Dr. Samuel Araújo, Alessandro Vieira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores não membros Wilder Morais, Eduardo Braga, Angelo Coronel e Alan Rick. Deixam de comparecer os Senadores Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Confúcio Moura, Carlos Portinho, Magno Malta, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria e anuncia a abertura de prazo para sugestão de políticas públicas para avaliação no ano corrente. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5185, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento." **Autoria:** Senador José Maranhão (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Substitutivo com uma Subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4196, de 2019 - Terminativo -** que: "Insere o art. 11-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de transporte escolar na educação superior." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5034, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1803, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Governador Lucídio Portella a ponte sobre o Rio Parnaíba que liga os Municípios de Santa Filomena, no Estado do Piauí, e Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2317, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3534, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4660, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, manutenção e atualização de bibliotecas públicas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolares." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2219, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, à manutenção e à atualização de bibliotecas públicas e escolares, e as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e 12.462, de 4 de agosto de 2011." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2098, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela Aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5979, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1836, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a campanha Janeiro Branco, dedicada à promoção da saúde mental." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 12, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 91, inciso I, e 95 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PL nº 443, de 2022, que institui a Semana Nacional da Mulher Empreendedora, em atenção ao prescrito na Lei nº 12.345, de 2010." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 13, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do Piso Salarial do Magistério. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do MEC; representante da CNTE; representante do CONSED; representante da UNDIME." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 14, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do TCU; representante do CONFAZ; representante da CNM; representante do CONSED; representante da ATRICON." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 15, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do Novo Ensino Médio. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do MEC; representante do CNE; representante do CONSED; representante da FENEP." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Projeto de Lei n° 2676, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Terço dos Homens." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 17, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir a realidade, as perspectivas e os desafios das pessoas com transtorno do espectro autista. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação: Política de Atendimento Educacional às pessoas com Espectro Autista na educação Básica e Ensino Superior; representante do Ministério da Saúde: A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA: o que está sendo feito e os desafios para a sua implementação, incluindo o diagnóstico precoce, os atendimentos terapêuticos multiprofissionais, medicamentos e nutrientes, assim como, orientação e apoio às famílias; a Senhora Suely Melo de Castro Menezes, Conselheira na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; a Senhora Ana Lecticia Soares Muller Lobo Rezende Novoa, Presidente da Abraneurodiversidade – Associação Brasileira De Neurodiversidade / Neurodivergência e do Coletivo Autistas Adultos Brasil; o Senhor João Batista Mandelli, Presidente da Associação de Pais e Amigos do Autista do Vale dos Sinos - São Leopoldo/RS; o Senhor Fernando Cotta, Presidente de Honra - Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/21

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 14 de março de 2023.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência. Há alguns comunicados.

Primeiro. Comunico que se encontra disponível, no *site* da Comissão, apresentação encaminhada pelo Fórum das Entidades Representantes do Ensino Superior Particular – inclusive, nós os atendemos aqui na própria Comissão na semana passada –, que trata sobre o tema "reforma dos tributos sobre o consumo e a educação brasileira".

Item 2. Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Moção de Repúdio, encaminhada por meio do Ofício nº 1629, de 2022, da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul, referente ao corte de recursos no orçamento da educação;

Ofício sem número, da associação Dados para um Debate Democrático na Educação, contendo Nota Técnica intitulada *O Homeschooling* é uma proposta adequada para a educação brasileira?, referente ao Projeto nº 1.338, de 2022, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, *homeschooling;*

Moção nº 27, de 2022, da Câmara Municipal de Sorocaba (SP), em apoio ao Projeto de Lei nº 1.338, de 2022, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, *homeschooling*;

Moção nº 381/2022, da Câmara Municipal de Jundiaí, em apoio ao Projeto de Lei nº 2.222, de 2022, que estabelece normas a serem adotadas até 31 de dezembro de 2026 com vistas à recuperação das perdas educacionais decorrentes da pandemia de covid-19;

Ofício nº 8.993, de 2022, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação, que envia documentos relativos ao Registro de Preços Nacional, para eventual aquisição de ônibus escolares no âmbito do programa Caminho da Escola, Pregão Eletrônico nº 2, de 2022;

Ofício nº 2, de 2022; Ofício nº 185, de 2023, do Procurador-Geral da República, Sr. Augusto Aras, que remete Ofício nº 103, de 2023, da Procuradoria da República na Bahia, comunicando ao Senado Federal o acompanhamento das medidas adotadas e/ou a adotar por órgãos federais, estaduais e municipais a partir das atividades do Fórum em Defesa das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, na Bahia.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 3. Informo que foi recebido Ofício nº 45, de 2023, do gabinete do Senador Izalci Lucas, que convida os membros da Comissão a participarem de visita ao Centro de Ensino Especial 01 do Guará, escola da rede pública do Distrito Federal especializada no atendimento educacional de crianças e jovens com deficiência. A visita ocorrerá no dia 29 de março, quarta-feira da próxima semana, das 14h às 15h30. O convite será encaminhado por *e-mail* aos membros da Comissão. E faremos o contato também, ressaltando a importância dessa visita ao Centro Educacional 01 do Guará.

Informo também que foi aprovado, em 14 de março de 2023, o Requerimento nº 5, de 2023, da Senadora Teresa Leitão, para criação de Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. A referida Subcomissão, muito importante, já foi criada pela Secretaria-Geral da Mesa, e agora aguardamos o encaminhamento da proporcionalidade partidária para que, uma vez recebidas as indicações das Lideranças, possamos designar os membros e instalar a Subcomissão.

Escolha de política pública para avaliação na Comissão de Educação.

Nos termos do art. 96, letra "b", do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissão Permanentes selecionarão na área da sua competência políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio que suportam a sua execução.

Os trabalhos para seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte serão conduzidos da seguinte forma:

1) fica aberto, a partir de hoje, o prazo para que os Senadores e as Senadoras membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício;

2) as sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão. O prazo se encerrará no dia 31 de março, às 18h;

3) será escolhida uma sugestão entre as apresentadas em reunião deliberativa a realizar-se no dia 11 de abril;

4) o Relator designado para avaliação selecionada terá prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e a apresentação do relatório.

Objetivo e diretrizes desta nossa reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado presença pessoalmente na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficam retirados de pauta os itens 4, 5, 6, 7 e 9 a pedidos dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1803, DE 2021

- Terminativo -

Denomina Ponte Governador Lucídio Portella a ponte sobre o Rio Parnaíba que liga os Municípios de Santa Filomena, no Estado do Piauí, e Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Não apresentado

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2317, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Não apresentado

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3534, DE 2021

- Terminativo -

Confere ao Município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Não apresentado

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 4660, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, manutenção e atualização de bibliotecas públicas e escolares.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Não apresentado

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 5979, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Não apresentado)

Passamos então à pauta da nossa reunião.

Está tudo bem? Senador Wellington, tudo tranquilo?

Como a Professora Dorinha, que relata o item 2 está presente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como V. Exa. franqueou pela ordem, eu gostaria de saber se o Projeto 2.676, do Deputado Eros Biondini, que institui o Dia Nacional do Terço dos Homens e cujo relato está sob minha responsabilidade, está na pauta? É possível colocar na pauta, porque ele me pediu insistentemente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não consta da pauta, Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É possível colocar extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nada impede. V. Exa. pode requerer, e o colocaremos em pauta sem dificuldades.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria, Presidente, porque ele me alega hoje a importância desta data. Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Podemos fazer isso na sequência da Professora Dorinha?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A Professora Dorinha, da minha parte, sempre terá prioridade aqui nesta Comissão e em tudo aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É uma grande educadora, uma grande Líder e pode contribuir de maneira decisiva para o êxito da educação no Brasil.

Então, eu passo a palavra à Senadora Dorinha, que vai relatar o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4196, DE 2019

- Terminativo -

Insere o art. 11-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de transporte escolar na educação superior.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com emendas

Com a palavra, Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente!

Vou direto ao voto.

Agradeço a gentileza do Senador Wellington.

Esse tema do transporte escolar para o ensino superior é um tema que todos nós que acompanhamos o trabalho no âmbito dos municípios sabemos do esforço realizado em virtude do acesso ainda limitado ao ensino superior por prefeitos, governos e dos próprios alunos para se deslocarem em polos das universidades.

Peço licença para ir direto ao voto.

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.196, de 2019, com a emenda a seguir:

> EMENDA Nº - CE
> Dê-se à ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.196, de 2019, a redação a seguir:
> "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a oferta de transporte escolar na educação superior."
> "Art. 1º O art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a viger com a seguinte alteração:
> 'Art. 9º
> .....
> .....
> .....
> .....
> III-A – assegurar transporte escolar aos estudantes de baixa renda da educação superior, na forma do regulamento, em articulação com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, mediante assistência técnica e financeira;
> .....
> ..... (NR)'"

Sala das Comissões, Senador Flávio Arns Presidente e Senadora Professora Dorinha Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório também.

Está em discussão matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, porque o projeto é terminativo, mas vamos deixar a votação um pouco para a frente para podermos apreciar os outros projetos e votarmos o que for possível em bloco.

Estaria bem, Senadora Dorinha?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, está bem.

Eu só indago a V. Exa., já que V. Exa. tem... (*Pausa.*)

V. Exa. tem três requerimentos também...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Gostaria de pedir que fossem apreciados extrapauta, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Itens extrapauta: requerimentos da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nºs 13, 14 e 15, de 2023, de autoria da Senadora Professora Dorinha.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 13, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do Piso Salarial do Magistério. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do MEC; representante da CNTE; representante do CONSED; representante da UNDIME.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 14, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do TCU; representante do CONFAZ; representante da CNM; representante do CONSED; representante da ATRICON.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 15, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do Novo Ensino Médio. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do MEC; representante do CNE; representante do CONSED; representante da FENEP.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Peço a V. Exa. que possa ler os requerimentos.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tem em suas mãos?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Tenho sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Requerimento nº 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do piso salarial do magistério.

Proponho para a audiência a presença dos convidados: representante do Ministério da Educação; representante da CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; representante do Consed; e representante da Undime.

Sr. Presidente, nós estamos acompanhando um grande movimento de debate em relação ao piso; um debate que será necessário ser enfrentado por esta Casa, pelo Congresso, e eu gostaria de realizar uma audiência pública com a representação do Ministério da Educação, dos trabalhadores e das instituições que representam os secretários estaduais e municipais de educação.

Esse é o Requerimento nº 13.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Podes ler o 14.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Requerimento nº 14.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação.

Proponho para a audiência para o debate sobre reforma tributária a presença dos seguintes convidados: representante do TCU; representante do Confaz, que é o Conselho Nacional de Política Fazendária; representante da CNM, Confederação Nacional de Municípios; representante do Consed, Conselho Nacional de Secretários de Educação; e representante da Atricon, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Requerimento de nº 15.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação do novo ensino médio.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; representante do Conselho Nacional de Educação; representante do Consed, Conselho Nacional de Secretários de Educação; representante da Fenep, Federação Nacional das Escolas Particulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São esses os três requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Então estão em discussão os Requerimentos 13, 14 e 15, de autoria da Senadora Professora Dorinha. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, extrapauta, os Requerimentos da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nºs 13, 14 e 15, de 2023.

Eu só indago o Senador Wellington Fagundes... Eu havia até dito que V. Exa. relataria; eles só estão providenciando o texto. Enquanto isso a Senadora Zenaide relata um projeto não terminativo, que é o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 2098, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, com prioridade, no Fundo Nacional da Cultura (FNC), às expressões de origem local, reconhecidamente tradicionais e consideradas raízes da cultura brasileira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela Aprovação.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

3. A matéria constou da pauta da reunião do dia 14/03/2023.

Duas observações: um, a matéria possui parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos posteriormente; dois, a matéria foi incluída e retirada de pauta, a pedido do Relator, da 2ª Reunião da Comissão de Educação, realizada no dia 14 de março de 2023.

Concedo a palavra, então, à colega e Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero pedir licença para ir direto à análise, porque o resumo do projeto de lei já foi falado aqui.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias relativas a normas gerais sobre cultura, caso do projeto de lei em análise. A Lei de nº 8.313, de 1991, conhecida como Lei Rouanet, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o qual introduziu três formas possíveis de incentivo à cultura no país: o Fundo Nacional da Cultura, os Fundos de Investimento Cultural e Artístico e o Incentivo a Projetos Culturais, por meio de renúncia fiscal, o mecenato.

O art. 1º da Lei Rouanet cria o Pronac e estabelece suas finalidades, entre as quais consta, em seu inciso IV, a da proteção às expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional. Dois desses grupos que mais contribuíram para a formação da identidade da população brasileira são, sem sombras de dúvida, as comunidades indígenas e afro-brasileiras.

A cultura e os modos de fazer e de viver dessas comunidades, seja na linguagem, seja nos hábitos alimentares, seja na música, permearam de tal forma o nosso cotidiano que hoje é impossível dissociá-los do conceito de ser brasileiro. De forma resiliente, tais hábitos resistiram ao preconceito, a repressões e a proibições, foram passados de geração em geração e submetidos à antropofagia cultural, mesclaram-se com costumes de outras etnias e ultrapassaram as fronteiras dos grupos em que se originaram.

O autor do projeto em tela reconhece a referida trajetória e intenta introduzir na legislação vigente e mais relevante acerca do tema cultura – a Lei Rouanet – um chamamento à atenção. Mais que simbólica, a iniciativa busca contribuir concretamente para a desconstrução do quadro histórico de injustiça a que foram submetidas as culturas dos grupos afro-brasileiros e indígenas. Para tanto, inclui entre as finalidades do Pronac a promoção, o apoio e a difusão das culturas e das manifestações dos grupos acima mencionados e adiciona uma nova finalidade ao FNC, qual seja: o objetivo de apoiar a distribuição equitativa de recursos e priorizar a distribuição de recursos a projetos culturais de origem dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades e daquelas de origem local, reconhecidamente tradicionais, consideradas raízes da cultura nacional.

Por essas razões e por considerarmos que a iniciativa ora proposta corrige distorções históricas geradas pelo preconceito e pela discriminação, consideramo-la pertinente, oportuna, justa e meritória.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.098, de 2019.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero parabenizar V. Exa. pelo relatório e pela importância dessa valorização das culturas que constituem as raízes, as bases da nossa cultura brasileira.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Zenaide Maia.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Parabéns, Senadora Zenaide!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Obrigada.

Eu quero aqui parabenizar a Deputada Federal Laura Carneiro por essa sensibilidade. A gente teve todo esse aparato de proteger nossa cultura, que são nossas raízes. Eu costumo dizer que, sem a cultura, nós não sabemos de onde viemos, onde estamos e aonde queremos chegar. É muito meritório esse projeto, porque a nossa cultura tem tudo a ver com essas raízes africanas e indígenas que a gente tem. É justíssima a proposta desse projeto de lei.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente. Indígenas, africanas e aquelas comunidades consideradas tradicionais.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – E a gente mostra que eles lutaram para manter essa cultura viva. E não foi fácil, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Parabéns!

Indago ao Plenário sobre a colocação como item extrapauta, por solicitação do Senador Wellington Fagundes, do Projeto de Lei 2.676, de 2021.

Não havendo objeções, então, é o Projeto de Lei 2.676, de 2021.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 2676, DE 2021

Institui o Dia Nacional do Terço dos Homens.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação

Iniciativa do Deputado Federal Eros Biondini.

Só quero lembrar à Senadora Zenaide Maia, que também está acompanhando a Comissão de Infraestrutura – as pessoas têm que se dividir –, que, daqui a pouco, vamos colocar os itens em dois blocos e aí avisamos também.

Agradeço.

Então, é pela aprovação.

Desculpe-me por ter interrompido.

Concedo a palavra, então, ao Senador Wellington Fagundes para a leitura do relatório do Dia Nacional do Terço dos Homens, terminativo, do Deputado Federal Eros Biondini, o autor.

Com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou direto aqui à análise para ser mais sucinto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91 dessa norma, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito.

Por outro ângulo, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe a esta Comissão pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade.

Sob a ótica da constitucionalidade, não há óbice à proposição, porquanto esta cumpre as diretrizes previstas no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal, que preceitua a competência da União, em concorrência com os estados e o Distrito Federal, para legislar sobre cultura.

Além disso, a Carta Magna também confere ao Congresso Nacional a atribuição para dispor sobre tal tema, nos termos do *caput* do art. 48, não havendo que se falar em vício de iniciativa.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública, no dia 18 de agosto de 2021, na sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Presidida pelo autor do projeto, contou com a presença de representantes de organizações de diversas localidades do país, que apoiaram a presente iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto encontra-se igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que respeita ao mérito, há que ressaltar a importância da iniciativa.

O Terço dos Homens é um movimento cristão que tem o propósito de engajar na Igreja Católica homens de todas as gerações, mediante esse ato de fé e devoção, como estímulo fundamental à formação da família cristã e da sociedade como um todo.

A origem do Terço dos Homens, em nível mundial, é desconhecida. No exterior, há notícias de grupos de homens que se reúnem para a oração do terço ao menos desde 1912. No Brasil, foi instituído por Frei Peregrino, no dia 8 de setembro de 1936, no povoado da Vila da Providência, hoje cidade de Itabi, no Estado de Sergipe, data escolhida para a celebração da efeméride que ora se pretende instituir.

A relevância do Terço dos Homens, seu profundo significado devocional para os católicos brasileiros e a força desse movimento para o fortalecimento de uma sociedade justa, solidária e comprometida com a dignidade e a espiritualidade do ser humano certamente justificam a instituição de uma data nacional para sua celebração.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.676, de 2021.

Com isso também, eu quero aqui parabenizar o Deputado Eros Biondini, que foi o autor dessa proposta e que trabalhou muito essa proposição lá na Câmara dos Deputados.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes pelo relatório.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Indago para o Plenário se nós podemos votar em bloco, que são terminativos, o item 2, relatado pela Senadora Dorinha, Professora Dorinha, que é o Projeto de Lei 4.196, com uma emenda, mas não houve debate, discussão, polêmica, é assunto, vamos dizer, pacificado, junto com o item extrapauta que o Senador Wellington Fagundes acabou de relatar, que é o Projeto de Lei 2.676. É possível? Há objeções do Plenário? Podemos votar em bloco os dois? (*Pausa.*)

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeções, está então em votação o PL 4.196, de 2019, relatado pela Senadora Professora Dorinha, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, nos termos do relatório apresentado. Também em votação o PL 2.676, extrapauta, relatado pelo Senador Wellington Fagundes, de 2021, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que votam com os Relatores, Professora Dorinha e Senador Wellington Fagundes, votam "sim".

Então, eu solicito à Secretaria que abra o painel para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Assim, Senador Wellington, inclusive pode ser já dito para o Deputado que estamos aprovando no dia de hoje. Mas, caso o Senador Hiran ainda tenha oportunidade, teríamos mais um projeto terminativo, mas votaríamos depois para já votarmos esses dois. Eu peço que procurem fazer o contato também com Senadores e Senadoras. Nós temos quórum suficiente, até para explicar... Os Ministros, particularmente o Ministro da Infraestrutura está presente na Comissão de Infraestrutura e há um debate muito grande sobre a infraestrutura no país, que é importante, essencial em todos os estados, com muitas dificuldades. Eu posso destacar isso lá no Paraná, onde, já pelos últimos meses, o acesso ao Porto de Paranaguá pela rodovia 277 praticamente não vem acontecendo, causando, assim, um prejuízo de dezenas de milhões de reais para produtores, cooperativas. Então, as soluções têm que ser encontradas também. Mas, em breve, a gente atinge o quórum também.

Senador Wellington, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto a gente conclui a votação, eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, primeiro, a nossa estada ontem com o Governador de Mato Grosso, o Senador Jayme Campos e também a Senadora Margareth Buzetti, que compõem a representação do Mato Grosso no Senado, nesta Casa. Nós estivemos na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Ontem, essa cidade, que foi a nossa primeira capital, completou 271 anos. E é importante dizer um pouco da história de Vila Bela, porque foi a primeira capital projetada em Portugal para proteger a nossa costa fluvial brasileira, lá no Rio Guaporé. Essa cidade foi construída por escravos africanos. É uma cidade que uma mulher, Tereza de Benguela, tomou como seu reinado e reinou por 40 anos. Tereza de Benguela é uma figura, hoje, extremamente conhecida pela sua história de bravura, a resistência da mulher brasileira e também, claro, mato-grossense.

Essa cidade, Sr. Presidente, tem ainda a população de aproximadamente 50% da sua origem, negros africanos, que ali têm uma cultura muito forte. E lá nós lançamos, além de obras importantes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura, junto com o Governador Mauro Mendes, o projeto de uma BR muito importante, a 291, que liga exatamente Vila Bela da Santíssima Trindade à Bolívia. Na nossa parte brasileira, são apenas 70km; e mais cento e poucos quilômetros no lado boliviano para ligar até a cidade de Santa Cruz de la Sierra, que é a cidade mais desenvolvida hoje da Bolívia, com alta produção de soja, e muitos brasileiros lá também estão produzindo essa riqueza. Então, é importante essa integração dos dois países, porque também é uma alternativa de saída da produção do Brasil para o Pacífico, encurtando muito as suas distâncias, através do Chile e do Peru. Então, é um trabalho que estamos fazendo.

Eu quero aqui também dizer que lá lançamos uma obra importante, reivindicada por aquela comunidade, que era exatamente o congódromo, que é exatamente um estádio onde se vão cultuar as danças, a cultura da dança do Congo, que faz parte de toda essa história, como temos em outros estados, lá no Pará, no Amazonas, tanta cultura forte do Brasil. Então, lá também é importante essa construção, até pela projeção econômica daquela região em que agora também entra bastante a agricultura.

Posteriormente, estivemos também na cidade de Lucas do Rio Verde – e a gente fala isso aqui porque é importante – no Show Safra. Aquela cidade é a que tem o melhor IDH do Brasil. Lá nós estivemos inaugurando escolas e também alas de hospital.

E eu quero aqui, inclusive, aproveitar para convidá-los para conhecer esse novo Mato Grosso, o Brasil que está dando certo, onde se produzem principalmente alimentos. Hoje as palavras mais faladas no mundo são "segurança alimentar". Inclusive, a campeã na produção de proteína animal, aves, suínos, e também, hoje, a maior indústria de álcool, de etanol, está exatamente nesta cidade: Lucas do Rio Verde.

Então, eu quero, em nome do Piccini e também do Prefeito, enfim, da comunidade, que nos recebeu muito bem, parabenizar a cidade de Lucas do Rio Verde.

Presidente, grande parte das pessoas que lá vivem são sulistas – paranaenses, gaúchos, catarinenses – que lá foram desbravar o Cerrado, o que transformou a economia do nosso Estado, e o Mato Grosso hoje é exuberante na produção agropecuária.

Quero ainda – Sr. Presidente, posso ainda me delongar mais um pouquinho? – também dizer que eu tive a oportunidade, há dez dias, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, meu estado, de ir a Portugal, à cidade do Porto, onde estivemos em várias universidades, tratando da área tecnológica e também, claro, da capacitação de professores para pós-graduação, doutorado. Depois, estivemos na Noruega, tratando principalmente dessa área também da tecnologia, robótica, num trabalho de parceria que estamos fazendo com esses dois países.

E eu quero destacar o IFMT, que é um instituto federal mato-grossense, porque nós estamos lá... Hoje eu sou um egresso dessa escola também, desse instituto, fiz parte dele, fui aluno da escola agrotécnica de São Vicente. E, aliás, também quero fazer um convite a esta Comissão e a V. Exa. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teremos agora, no próximo mês de abril, a festa de aniversário de 80 anos dessa escola, que é a maior escola do mundo em área – são 5 mil hectares. Nós envaremos esse convite oficialmente, e vou pedir, inclusive, para representar também a Comissão de Educação.

Mas, concluindo a primeira parte, o que eu dizia é que esse instituto hoje está presente em 19 regiões do estado, com mais de 27 mil alunos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso tem mais alunos do que a universidade federal – 27 mil alunos, enquanto a universidade federal tem 22 mil –, mas nós não queremos competição nesse aspecto; o que nós queremos é que cada um cumpra o seu papel, e o do Instituto Federal é exatamente formar técnicos, tecnólogos, para que a gente possa preparar a nossa mão de obra, principalmente a nossa juventude, capacitar mais o nosso trabalhador.

E, nesse papel, eu quero destacar aqui também o trabalho feito pelo Julio César, o Magnífico Reitor, com toda a sua reitoria. Estava lá presente toda a reitoria, como também todos os diretores de todos os campos de Mato Grosso. Então, por isso, eu registro aqui, na Comissão de Educação, até porque essa reitoria tem feito um papel extremamente importante na busca de parcerias, fazendo com que o recurso daquela instituição se multiplique.

Eu tive a oportunidade de ser Relator também do Ministério da Educação no ano passado, e conseguimos também alocar recursos expressivos, mas a iniciativa, a competência do Reitor Julio, com toda a sua reitoria, tem feito realmente a diferença, e eles praticamente triplicaram o orçamento, buscando exatamente parcerias com o Governo do estado e com outras instituições do Estado de Mato Grosso.

Então, é um modelo que está dando muito certo: não ficar acomodado apenas nos recursos do orçamento do Ministério da Educação, mas buscar essas parcerias para que a gente possa fazer com que o Mato Grosso seja esse estado de oportunidades. E a educação profissionalizante, a educação como um todo, é a melhor forma de criar essas oportunidades.

Então, era isso que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, mostrando o nosso entusiasmo de, a cada cidade, a cada região a que a gente vai, no Mato Grosso, ver exatamente essa pujança na produção.

Senador Cid Gomes, o nosso estado é considerado hoje um dos estados mais ricos do Brasil, de maior investimento, mas nós temos um grande desafio ainda que é exatamente melhorar os nossos índices da educação. Estivemos com o Ministro Camilo e, lá, junto com o Governador, dissemos: "Olha, nós queremos a parceria com o que deu certo lá no Ceará, queremos copiar o que deu certo no Ceará". É esse o trabalho também que estamos fazendo com o Ministério da Educação.

O Mato Grosso, nessa riqueza... É claro que a gente está preocupado e quer fazer, junto com o Governador Mauro, com que o estado também siga o exemplo do Ceará, melhorando os seus índices.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós vivemos praticamente um apagão de mão de obra qualificada, e esse trabalho é extremamente importante.

Por isso, eu quero convidar a Comissão para um evento especial, para estar no nosso Mato Grosso, e a presença de V. Exa. também será muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço, Senador Wellington Fagundes. Parabéns pela riqueza de detalhes, de iniciativas! Contem sempre com os esforços daqui da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a favor de tantas iniciativas essenciais para o Mato Grosso e para o Brasil, para todos os estados. E há muitos paranaenses, sem dúvida alguma, lá no Estado do Mato Grosso também.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Catarinenses, gaúchos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, todos ficaram riquíssimos lá no Mato Grosso, viu? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Inclusive, eu quero dizer que o Ministro da Agricultura está lá, é Senador pelo Estado do Mato Grosso, porém ele é lá do Paraná. Fomos nós que exportamos o ministro lá para o Mato Grosso. A família dele, inclusive, reside ainda no Município de Bela Vista do Paraíso, no norte do Paraná.

Então, ele é paranaense cedido para vocês. (*Risos.*)

Aqui a gente está com a presença do nosso Vice-Presidente também, com muita honra, Senador Cid Gomes.

Senador Kajuru, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bem, nessa correria *a la* Bolt, você tem que sair de uma Comissão e ir para outra – é impressionante! É o único momento em que eu faço exercício, evidentemente. Odeio caminhadas! Quando alguém me pede: "Kajuru, faça uma caminhada aqui". Cid, eu respondo assim: "Eu não tenho nenhuma carta para entregar aqui. Eu não sou carteiro". Mas o Senado é assim.

Eu quero aqui desejar aos amigos e amigas deste Senado, a todos aqui presentes e a quem nos acompanha, Deus e saúde. Quero aplaudir o Presidente do meu histórico partido, do qual seu Líder Flávio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arns, do PSB, eu já disse, fará história nesta Presidência da Comissão da Educação por tudo o que ele representa e pela sua história. Quero parabenizá-lo, porque eu não esperava tão cedo que colocasse em pauta este meu importante projeto da educação.

Flávio sabe, Cid também sabe, Fagundes sabe, Veneziano sabe que, dos 180 projetos que eu apresentei em quatro anos de mandato, há uma divisão equânime entre educação e saúde, pois ambas para mim são prioridades; o resto, perfumaria.

Para concluir, a felicidade de entregar esse meu projeto de educação, que fiz com tanto carinho; de saber que a Senadora do Tocantins, que eu tanto respeito, a querida Dorinha, foi a Relatora. Eu prestei atenção em todo o seu cirúrgico relatório. Ela apresentou uma emenda insofismável, e eu espero pela aprovação e que a gente vá para o Plenário colocar em pauta este projeto, porque, diferentemente de antes, neste Governo, não há ódio, e serão sancionados projetos importantes, independentemente de quem os apresentou.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Kajuru, eu quero destacar que o projeto de lei relatado pela Senadora Professora Dorinha é terminativo aqui na Comissão. Então, não vai para o Plenário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Ah é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, então vai daqui para a Câmara dos Deputados. É terminativo nesta Comissão.

Nós já atingimos o quórum também necessário para essas duas votações.

Eu só quero indagar ao Plenário... A nossa intenção é constituir um grupo de WhatsApp com os membros titulares e suplentes da Comissão. Assim, se houver uma votação nominal e os Senadores e Senadoras tiverem colocado o nome no painel anteriormente, pelo grupo fica mais fácil de a gente dizer: "Olha, está acontecendo uma votação". Só para diminuirmos o belo trabalho feito aqui e de outros aí que ficam telefonando. Daí agilizaríamos pelo WhatsApp mesmo. Se não houver objeção, seria só para essa finalidade, só com Senadores e Senadoras titulares e suplentes, para ninguém invadir a privacidade de ninguém também.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Bom, pedindo aqui um aparte à Presidência, erroneamente, contrariando o Regimento, mas saudar pela iniciativa e ponderar, caso haja concordância dos membros titulares e suplentes, que o grupo se reserve a isso, senão as pessoas ficam postando coisas... É tanta coisa que você acaba não vendo o essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que se limite o grupo a tratar de matérias em votação ou de assuntos importantes da Comissão de Educação *stricto sensu*.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Gostei da expressão *stricto sensu,* quer dizer, é para isso mesmo, não é? É como no mestrado e doutorado: *stricto sensu,* não é *lato sensu.* É só isso.

Muito bem, está encerrada a votação.

Eu peço à Secretaria que abra o painel para o item 2 e para o item do Senador Wellington Fagundes, extrapauta.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Então, o resultado: SIM, 14 votos; NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção.

Quórum: 15.

Então, estão aprovados os Projetos de Lei nºs 4.196/2019 e 2.676/2021.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as devidas providências.

Muito bem. Passamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1836, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a campanha Janeiro Branco, dedicada à promoção da saúde mental.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, os meus cumprimentos e a nossa estima a V. Exa. e ao nosso Vice-Presidente, Senador Cid Gomes, a todas as companheiras Senadoras e demais outros Senadores presentes a esta reunião.

Presidente, com a sua anuência e, evidentemente, com a compreensão do Colegiado, eu peço a sua permissão para que nós partamos já para a análise.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno da Casa, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas.

Por outro ângulo, em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, incumbe-nos pronunciarmo-nos também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade do projeto.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 2010.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, no dia 6 de junho de 2017, audiência pública na qual se debateu sobre as doenças emocionais e a necessidade de se instituir a campanha Janeiro Branco como forma de conscientização das pessoas sobre a importância de cuidar da saúde mental e emocional. Entre outros, participaram representantes dos Conselhos Regional e Federal de Psicologia, do Movimento da Luta Antimanicomial e o idealizador do Movimento Janeiro Branco.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Quanto ao mérito da proposição, devemos considerar a importância da medida proposta, Presidente Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A saúde mental é um importante fator que possibilita o ajuste necessário para lidar com as emoções positivas e negativas – sabedores somos. Investir em estratégias que possibilitem o equilíbrio das funções mentais é essencial para um convívio social mais saudável.

A depressão é o mal do século XXI. A ansiedade afeta quase 19 milhões de brasileiros. Os transtornos mentais são responsáveis por mais de um terço do número total de incapacidades nas Américas.

Nos últimos anos, as doenças mentais tiveram um aumento considerável. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o Brasil é considerado o país mais ansioso do mundo e o quinto mais depressivo. Mesmo assim, parte dessas pessoas não possuem assistência médica adequada.

Além de ser determinante para a estabilidade física, a saúde mental está relacionada à qualidade da interação individual e coletiva. No cenário atual, buscar alternativas que possibilitem a harmonia nessas relações é uma urgente necessidade.

Assim, tão importante como a atenção às medidas individuais é o olhar para a saúde mental como saúde pública, que possibilite uma visão estrutural da promoção e prevenção dos transtornos mentais.

Como bem afirma o autor da matéria – abrimos aspas:

> [...] não pode ser negligenciado o enfrentamento das doenças psiquiátricas, que acometem tantos brasileiros. É necessário desenvolver estruturas de atenção à saúde mental e informar nossa população sobre tais estruturas e como acessá-las. Mas também é fundamental esclarecer os benefícios da manutenção do paciente em seu meio, reservando eventuais internações apenas para situações específicas, em que realmente sejam imprescindíveis.

Fechamos aspas.

Diante disso, é sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir campanha de âmbito nacional que tenha por escopo, finalidade, a conscientização da população sobre a saúde mental.

Nós votamos, conforme a argumentação exposta, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.836, do ano de 2019, Presidente Flávio Arns, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço ao Senador Veneziano o relatório.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Da minha parte, Senador Veneziano, eu só quero destacar a importância de todas as iniciativas voltadas para a promoção, para a geração de saúde mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos aqui, nos dois anos anteriores, atual legislatura, a Subcomissão da Educação na Pandemia, e o que a gente observa é que alunos, professores, pais no ambiente escolar demonstram sinais de ansiedade, de medo, de depressão; tantos problemas na área da saúde mental. Inclusive, outro dia, aprovamos um relatório na CAS – não é, Senadora Jussara? – também de convite para a Ministra da Saúde. E nós dissemos: nós temos que discutir também na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) a interface, por exemplo, na área da saúde mental: geração de saúde mental no ambiente escolar, para a comunidade escolar.

Escrevemos, inclusive, durante a Subcomissão, para o Ministério da Educação – portanto, no Governo passado – e para o Ministro da Saúde para buscarem essa articulação nessa promoção, porque o professor ajuda, o diretor ajuda, o pedagogo também, mas há muitas situações em que isso precisa de um profissional que oriente até os professores quanto ao que fazer. Não é ter o psicólogo ou o psiquiatra na escola para eventuais casos de maior dificuldade, mas uma articulação a favor do ambiente escolar mentalmente saudável, porque é um drama – é um drama. Muitos casos de depressão em famílias – depressão e muitas situações – vão, lá na frente, levar ao suicídio, dependendo da depressão. E há uma falta de atendimento, eu diria visível, sentida no Brasil todo, seja em termos de profissionais, de medicamentos.

Há ainda uma necessidade de uma conscientização de que você não está louco se você tiver um problema de saúde mental. Não é loucura. A pessoa ainda acha: "Não, eu estou ruim da cabeça". Assim como você pode estar ruim do fígado, do rim, do coração, da perna e tal, pode também ter distúrbios neuroquímicos na área da saúde mental. Então, ter um mês destinado a isso, uma iniciativa – Janeiro Branco –, eu acho da mais alta importância.

Essa semana, na sexta-feira, eu fazia o debate sobre povo de rua, a população de rua, e as pessoas mostraram que um terço, mais ou menos, das pessoas são dependentes químicas, quer dizer, estão no mundo das drogas; outro terço tem distúrbios mentais, psiquiátricos e tal, que podem até ser decorrentes das drogas, mas podem não ser também; e um terço de outros problemas.

Então isso, em todos os setores profissionais da nossa sociedade, é essencial. Professores e policiais, por exemplo – militares, civis, que estão em confronto aí diário –, têm que ter um apoio para isso, porque senão a gente observa aí as dificuldades de identificar cedo esses alunos que entram, às vezes, nas escolas atirando, mesmo tendo estudado na escola; matando colegas, professores. Ou a pessoa que está no supermercado, como já aconteceu, e que se sente perseguida; pega a faca e vai atacando os outros. Quer dizer, isso é um distúrbio mental, uma falta de saúde mental.

Agora, como fazer com que a população possa ter a saúde mental valorizada e prestigiada?

Então só quero destacar, na condição até de membro aqui da Comissão, que temos que trabalhar muito esse tema. O projeto relatado por V. Exa., Senador Veneziano, é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Jussara Lima gostaria de manifestar.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Para discutir.) – Bom dia. Cumprimento aqui o Senador Flávio Arns, brilhante Senador, que tanto faz pelo nosso país. Cumprimento o Senador Veneziano pela relatoria.

Quero falar da importância que tem o Janeiro Branco, porque é realmente uma doença que afeta crianças, jovens, adultos, idosos, e dizer que realmente é uma doença da alma – dói, é uma doença que dói.

Eu já presenciei e conheço pessoas que já passaram por isso. E é de extrema importância, sim, a gente aqui justamente levar e defender essa causa, que é tão justa para as pessoas do nosso país.

Quero falar que lá em Teresina – eu sou piauiense – há um dos maiores índices de suicídio – é impressionante! – e aqui registrar realmente o meu apoio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Quero cumprimentar o Senador Mourão também. Que bom...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O projeto de Brumadinho, inclusive, vai entrar em pauta também, com as sugestões de V. Exa. e da Senadora Tereza... (*Pausa.*)

Não, não. Não é Teresa Leitão, não. A Ministra da Agricultura. Tereza Cristina!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir a sua permissão como a da Senadora Jussara – e já agradecer as suas palavras em torno do projeto que tive a honra de poder relatar, e aqui façamos justiça à iniciativa do Deputado Assis Carvalho –, mas quero pedir a sua autorização, Presidente, porque nós estamos tendo um debate na Comissão de Infraestrutura, com a presença do Ministro Renan Filho, e, como há assuntos relativos à nossa unidade federativa, eu queria tratar, se V. Exa. me permite... Absolutamente não quero que V. Exa. e os companheiros tomem como deselegância ou desatenção, mas, se V. Exa. precisar e carecer que nós voltemos, estarei logo aqui na sala ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Entendemos perfeitamente. Já tínhamos feito, inclusive, a exposição das razões pelas quais muitas pessoas estão lá, pela presença do Ministro. Agradeço.

Estamos indo para os itens finais da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 12, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 91, inciso I, e 95 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PL nº 443, de 2022, que institui a Semana Nacional da Mulher Empreendedora, em atenção ao prescrito na Lei nº 12.345, de 2010.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

O requerimento foi subscrito por mim também.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado o requerimento.

Os demais vamos aprovar em bloco também. (*Pausa.*)

Aqui o Requerimento 12, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro... O da mulher empreendedora, esse já foi lido. Esse está aprovado.

Desculpe, então.

Vamos completar o Requerimento nº 12, da Senadora Damares Alves, em que ela propõe as debatedoras:

- Sra. Adriana Restum, Presidente Nacional da Virada Feminina e CEO Brasileira das empresas No Mundo da Moda, Planet Girls/Polo Wear/SMK;

- Sra. Juliana Farah, Vice-Presidente do Grupo Mulheres Semeadoras do Agro;

- Sra. Ana Claudia Badra Cotait, Presidente do Conselho Nacional da Mulher Empresária, da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil;

- Sra. Maria da Conceição Rodrigues dos Santos Meneses, empreendedora, Sobradinho, Bahia;

- Sra. Adriana Ferreira dos Santos, proprietária do Restaurante Drica Terra e Mar.

Em complementação ao requerimento que acabamos de aprovar da Senadora Damares Alves.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam se encontram pela inclusão dos nomes. (*Pausa.*)

Item extrapauta nº 17, de minha autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 17, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir a realidade, as perspectivas e os desafios das pessoas com transtorno do espectro autista. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação: Política de Atendimento Educacional às pessoas com Espectro Autista na educação Básica e Ensino Superior; representante do Ministério da Saúde: A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA: o que está sendo feito e os desafios para a sua implementação, incluindo o diagnóstico precoce, os atendimentos terapêuticos multiprofissionais, medicamentos e nutrientes, assim como, orientação e apoio às famílias; a Senhora Suely Melo de Castro Menezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselheira na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; a Senhora Ana Lecticia Soares Muller Lobo Rezende Novoa, Presidente da Abraneurodiversidade – Associação Brasileira de Neurodiversidade / Neurodivergência e do Coletivo Autistas Adultos Brasil; o Senhor João Batista Mandelli, Presidente da Associação de Pais e Amigos do Autista do Vale dos Sinos - São Leopoldo/RS; o Senhor Fernando Cotta, Presidente de Honra - Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB).

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Em primeiro lugar, indago às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores para a inclusão do item como extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Eu lembro, então, só três coisas, antes do encerramento.

Na quarta-feira da semana que vem, dia 29 de março, como já foi lido – aliás, no dia 28 de março, quarta-feira –, das 14h às 15h30, pelo convite do Senador Izalci Lucas estaremos visitando uma instituição no Guará, para entender, de acordo com o ofício, o atendimento que é prestado para pessoas com deficiência cujas necessidades específicas são mais acentuadas e que são atendidas dentro de um contexto aqui no DF, que é a prática que acontece aqui, dentro da própria escola num programa especial – porque ele é autor do requerimento do decreto, afinal, que procura discutir e aprofundar o atendimento das pessoas com deficiência que apresentem assim um grau de necessidades mais sensíveis, maiores, para o seu desenvolvimento.

Quero lembrar também que, possivelmente, na semana que vem – avisaremos no decorrer da semana –, teremos a presença da Ministra do Esporte, Ana Moser. Não sei se a assessoria do Ministério do Esporte está aqui presente, mas, a princípio, está marcada para terça-feira da semana que vem, às 10h, a presença da Ministra, para que ela possa expor os desafios, as perspectivas, as necessidades, os entrosamentos na busca desse direito tão fundamental para o desenvolvimento da nossa população, inclusive com repercussão na área da saúde mental. Para a pessoa que pratica esportes no coletivo, com amigos, tendo o apoio para isso, sem dúvida alguma, isso gera saúde mental.

Ao mesmo tempo, quanto à Subcomissão também voltada para a apreciação do novo ensino médio da Senadora Teresa Leitão, o requerimento já foi aprovado pela Secretaria-Geral da Mesa, porém estamos oficiando para que a Mesa nos informe da proporcionalidade dos partidos para a constituição da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, então, a presença, a participação de todos e, antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a realizar-se em 28/03/2023, terça-feira da próxima semana.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Dr. Samuel Araújo, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Randolfe Rodrigues, Wilder Morais e Eduardo Braga, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Carlos Portinho, Magno Malta e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo ao requerimento REQ 7/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Tomar conhecimento dos planos e da agenda estratégica do Ministério do Esporte para os próximos anos. **Participante:** Ana Beatriz Moser, Ministra de Estado do Esporte. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes, inclusive, de externarmos os comunicados desta Presidência, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui do Senado quer se solidarizar com os professores, funcionários, famílias, alunos, comunidade escolar, pelo grave problema que aconteceu no dia de ontem, em São Paulo, na Escola Thomazia Montoro, na Zona Oeste da capital.

O tema segurança na escola, promoção de saúde mental dos alunos, também de professores, das famílias, da comunidade, os protocolos necessários para se ter os prontuários dos alunos e com isso poder haver o auxílio necessário quando ocorrer um transtorno mental, também a questão da segurança com a polícia, termos uma polícia sempre preparada, como está, mas que possa sempre melhorar para atender bem as necessidades de todo o sistema educacional – tudo isso vai fazer parte de um debate grande na Comissão de Educação, que já sempre está sendo debatido.

E eu quero lembrar, inclusive, que, no ano passado, na Subcomissão Educação na Pandemia, foram enviados ofícios – e o Senador Izalci Lucas sempre presente também – para o Ministério da Saúde e para o Ministério da Educação, pedindo esta articulação das duas áreas para a promoção da saúde mental decorrente da pandemia, mas que é uma necessidade de uma maneira geral.

Então, queremos, assim, externar essa solidariedade da Comissão para toda a comunidade escolar, mas particularmente para a família da Profa. Elizabeth, aposentada, 71 anos, dedicada à área da pesquisa e da educação, aposentada do Adolfo Lutz, e que, no início deste ano, ainda disse que, se ela conseguisse transformar a vida de um aluno, já se daria por satisfeita.

E nós vamos, todos nós em conjunto, trabalhar para que a vida dos alunos possa ser transformada pela ação articulada de todos os setores da sociedade, promovendo, inclusive, a cultura da paz, porque o ódio, o rancor, a falta de diálogo, a falta de entendimento que ocorre dentro das famílias, na sociedade em geral, isso se reflete, obviamente, também no ambiente escolar.

Então, nesse sentido, peço, inclusive, para as pessoas aqui presentes e todas aquelas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado que façamos um minuto de silêncio a favor, no pensamento, na memória da Profa. Elizabeth, mas também um minuto em que a gente possa dizer "olha, vamos trabalhar juntos a favor da promoção de uma cultura de paz".

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu quero aproveitar a fala de V. Exa. também para a gente refletir um pouco mais sobre essa questão da saúde mental.

A gente sempre trabalhou – e V. Exa. sabe quantos projetos já foram encaminhados para esta Casa – no sentido de colocar na escola psicólogo, psicopedagogo, acho que saúde também, como tinha antigamente, não é? Você tinha em cada escola atendimento oftalmológico, odontológico. Tantos alunos têm dificuldade de aprender exatamente porque têm algum problema de vista, oftalmológico e tal. Mas a gente sempre teve dificuldade em função dos recursos. Se não tem dinheiro nem para pagar o professor com um salário digno, como é que nós vamos colocar psicólogo?

Mas a situação, principalmente depois da pandemia – e eu tenho conversado muito nas escolas –, a situação não é só dos alunos. Nós temos um número muito grande de professores também com questão de pânico, e há essa relação hoje com os alunos que também têm problema de saúde mental. Então é um assunto que merece de nós aqui da Comissão um trabalho especial para a gente, primeiro, viabilizar o atendimento nas escolas nessas áreas todas, porque é preventivo. Nós temos que ter essa integração. O que falta nesse país é a integração, a saúde com a educação, com o esporte, com cultura, não é? E não ficar como normalmente é, cada secretaria, um governo diferente, cada ministério, um governo diferente.

Então, eu o parabenizo. E realmente, mais uma vez, a gente fica muito triste com o ocorrido ontem, mas é exatamente fruto dessa questão de saúde mental. Temos que trabalhar isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Izalci Lucas.

Ficamos todos consternados, sem sombra de dúvida, mas, ao mesmo tempo, temos que tomar a iniciativa de pensarmos em caminhos que atendam essas pessoas com a qualidade que elas merecem, não é verdade?

A nossa solidariedade à comunidade escolar e particularmente à família da Profa. Elizabeth.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício nº 23, de 2023, da Câmara Municipal de Erechim, Rio Grande do Sul, contendo moção de apoio aos reajustes efetuados pelo Governo Federal nas bolsas de pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado da Capes e do CNPq, além das bolsas de iniciação científica na formação de professores da educação básica e nas bolsas permanentes para estudantes de universidades em situação de vulnerabilidade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Ofício nº 3, de 2023, da Associação dos Cirurgiões-Dentistas de Campinas, contendo nota de repúdio à Portaria 398, de 9 de março de 2023, proferida pelo Ministério da Educação, prevendo grupo de trabalho para estudos que subsidiem a oferta de curso de Odontologia, Psicologia, Enfermagem e Direito na modalidade de educação à distância.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Lembro: escolha de política pública para avaliação na Comissão de Educação. Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio que suportam sua execução.

Os trabalhos para seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação estão sendo conduzidos da seguinte forma:

1 - está aberto, desde o dia 21 de março, o prazo para que os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício;

2 - as sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão. O prazo se encerrará no dia 31 de março, às 18h;

3 - será escolhida uma sugestão entre as apresentadas em reunião deliberativa a realizar-se no dia 11 de abril;

4 - o Relator designado para a avaliação selecionada terá prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e a apresentação do relatório.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com comparecimento da Exma. Sra. Ana Beatriz Moser – a quem a gente já agradece pela presença; eu dizia a ela que só a conhecia pela televisão e torcia por ela, e agora temos a honra de ter a sua presença aqui na Comissão –, Ministra de Estado do Esporte, a fim de apresentar os planos e a agenda estratégica da pasta para os próximos anos, em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2023.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pela Sra. Ministra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência concederá a palavra à Sra. Ana Beatriz Moser, Ministra de Estado do Esporte, pelo prazo de 30 minutos, que pode ser prorrogado se necessário. Não há assim a necessidade eventualmente de se pedir essa prorrogação, mas será prorrogado. Após a exposição, a palavra será concedida às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, na ordem de inscrição, em bloco com três oradores. Cada Parlamentar terá cinco minutos para fazer seus questionamentos e, ao final do bloco, a Ministra terá dez minutos para sua resposta.

Antes de passar a palavra à nossa convidada, farei uma breve introdução sobre sua trajetória.

Ana Beatriz Moser, nascida em Blumenau, Santa Catarina, em 14 de agosto de 1968, é uma ex-atleta de voleibol de quadra e, atualmente, Ministra do Esporte do Brasil, tornando-se a primeira mulher a ocupar a pasta.

A ex-atacante Ana Moser é considerada uma das maiores atletas da história do voleibol brasileiro. Começou a treinar no esporte aos sete anos e, aos dezesseis, já integrava a Seleção Brasileira juvenil. Com a camisa brasileira, a atleta conquistou treze medalhas e participou de três edições dos Jogos Olímpicos: Seul, 1988; Barcelona, 1992; e Atlanta, 1996, conquistando a medalha de bronze na última delas. Foi colega de quarto, inclusive, da nossa querida Senadora Leila.

Dois anos após sua aposentadoria, no ano 2011, Ana Moser foi a principal articuladora da fundação de uma ONG dedicada a incentivada a prática de desportos em uma perspectiva cidadã, o Instituto Esporte & Educação. A partir dessa organização, Ana Moser passou a participar ativamente na formulação de gestão e políticas públicas sob o olhar da sociedade civil, além de desenvolver atividades como a Caravana do Esporte, iniciativa criada em 2005. Em 26 de maio de 2003, ela foi eleita Vice-Presidente da Comissão Nacional de Atletas, instância inserida dentro da estrutura do Conselho Nacional do Esporte, órgão colegiado do Ministério do Esporte. Em agosto de 2018, na condição de Presidente do Instituto Esporte & Educação, Ana Moser foi eleita Conselheira do Conselho Nacional do Esporte, entidade da sociedade civil dedicada ao esporte.

Então, quero, mais uma vez, agradecer a presença, dizer da importância do esporte, inclusive para o episódio em São Paulo. Na questão da promoção, geração de saúde mental, o esporte faz com que as pessoas sejam solidárias, trabalhem em equipe, respeitem os colegas, os adversários. É uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do ser humano. Com muita alegria, temos a sua presença, Ministra Ana Moser. E quero, ao mesmo tempo, dizer que esta Comissão deseja trabalhar, muito articuladamente, a favor do esporte em nosso país.

Então, concedo a palavra, por 30 minutos, à Sra. Ana Beatriz Moser, Ministra de Estado do Esporte.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER (Para expor.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador, pelo convite para esta Comissão, que é uma comissão importante de desenho e de suporte para políticas públicas. Este ano, uma missão importante que o Senado vai ter é a da aprovação das duas legislações que dão a base para o Sistema Nacional do Esporte. São legislações que, de uma maneira inédita, vão dar essa condição de estruturar um sistema nacional do esporte. Então, nós vamos ter muitas relações, inter-relações durante este ano. É muito bom começar o ano podendo conversar, recebendo este convite, Senador. É um prazer estar aqui apresentando as nossas estratégias e falando um pouco da história também do Ministério do Esporte.

O Ministério do Esporte está sendo recriado neste ano pelo Presidente Lula, e eu acho que seria bom...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Queria só pedir para as pessoas que estão filmando ou fotografando que achem um outro ângulo.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Obrigada.

O esporte é previsto como direito na nossa Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Toda a legislação que rege o esporte sempre cita o direito de todos ao acesso ao esporte. Então, o Ministério do Esporte... O esporte, na gestão pública, baseia-se nessa previsão legal, e cabe ao Ministério do Esporte garantir, na prática, esse direito. Então, o reconhecimento do esporte e da atividade física como direitos sociais, e essa estrutura do Ministério do Esporte se justifica por esse trabalho de implantação. No Brasil, é realmente um trabalho de implantação, porque – a gente vai ver um pouco mais na frente aqui os dados – o Brasil é um país muito pouco ativo, e realmente é importante uma ação intencional do Governo para que se garanta, na prática, esse direito.

Então, o Ministério do Esporte está orientado por três eixos, três dimensões do esporte. Essa conceituação está na Lei Geral do Esporte, que está tramitando – ainda não está aprovada. Hoje, a Lei Pelé é que rege o esporte, mas, na lei geral, há uma sofisticação do conceito do esporte e das missões do esporte. Então, seria a formação esportiva, que seria o esporte na infância, na adolescência, na juventude; o esporte para toda a vida, que é o esporte a partir da formação e que prevê também até uma formação tardia para as pessoas que já são adultas e que não tiveram oportunidade de ter uma formação esportiva na idade adequada, que é na infância e na adolescência... Então, a formação esportiva, o esporte para toda a vida e a excelência esportiva, esses são os três principais eixos, os três eixos em que se baseia a política aqui desenvolvida pelo Ministério do Esporte.

O Ministério do Esporte foi recriado no início deste ano por conta desse decreto. É uma política pública de esporte. Ela é um fim em si mesma, ela tem fundamentos e objetivos próprios de uma política própria e ela está transversal a outras políticas, como as políticas de educação, as políticas de saúde, as políticas de assistência social, também as políticas de segurança. Também nós temos essa relação com políticas de turismo, de economia. É um fenômeno social, político, está presente na nossa sociedade e requer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas próprias para que seja fomentado, para que seja desenvolvido e para que chegue a todos os cidadãos do nosso país, de todas as faixas etárias e em todas as dimensões. Então, essa política tem sido desenvolvida durante os anos.

Os principais objetivos da gestão, tendo o esporte como ferramenta de transformação social, são realmente democratizar o acesso ao esporte, à atividade física, considerando toda a diversidade da população; integrar a política pública do esporte às outras políticas sociais, como saúde, como educação, como cultura, como segurança e todas as outras que já foram citadas. É preciso também promover a relação federativa. Então, existem as responsabilidades da União, dos estados, dos municípios, da sociedade civil, e a orientação e a organização disso tudo requerem uma política pública, o que é também objetivo desta gestão. Vamos aprovar e implementar o Sistema Nacional do Esporte e o Plano Nacional do Esporte também para se poder promover a institucionalização do esporte.

O esporte, no Brasil, ainda ocorre de maneira não garantida em todos os níveis: faltam objetivos, faltam metas, faltam compromissos, muitas vezes falta financiamento. E toda essa estruturação será dada por um sistema nacional que tanto organiza a relação das responsabilidades da União, dos estados e dos municípios como também promove novos recursos para financiamento do esporte. Há previsão de um Fundo Nacional do Esporte, há previsão de um cadastro nacional de instituições para se pode visualizar quem são as instituições que fazem esporte no Brasil e organizá-las a partir desses preceitos, enfim, que são apresentados aqui e são previstos nas legislações.

Bom dia.

Então, estes são os principais objetivos: democratizar o acesso; interligar as políticas do esporte às outras políticas; promover a relação e a organização do que é de União, estados e municípios; e aprovar a legislação que dá base institucional para tudo isso.

Historicamente, o esporte já promoveu muitos resultados. Nós tivemos uma descontinuidade do Ministério do Esporte, que foi criado pela primeira vez em 2003, descontinuado a partir de 2019, e agora retorna. E nós tivemos, nesse período prévio, uma série de conquistas para o esporte brasileiro, como a realização dos dois maiores eventos esportivos do mundo, que são a Copa do Mundo, que foi realizada no Brasil em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, inserindo o Brasil no roteiro internacional dos grandes eventos e também produzindo uma infraestrutura esportiva, organizando confederações de modalidades até antes não tão desenvolvidas. Houve um avanço muito grande no esporte de alto desempenho no Brasil a partir da organização da Olimpíada. Então, houve uma grande conquista aí para o Brasil.

Foram realizadas também três conferências nacionais – em 2004, 2006 e 2010 – de que participaram as instâncias municipais, estaduais e a instância nacional; participaram representantes do esporte do Brasil inteiro; e se construiu, a todas essas mãos, o desenho de uma política nacional, que é fundamentalmente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

base do que hoje está traduzido em legislação e tramitando na forma da lei geral e do próprio Plano Nacional do Esporte.

Nós tivemos alguns programas muito importantes, que foram referência para o Brasil inteiro em termos de atividades para formação esportiva para crianças e adolescentes, como o Segundo Tempo, que foi realizado em larga escala durante o período dos primeiros mandatos dos Governos de Lula e Dilma, que é a atividade esportiva no contraturno, para crianças e adolescentes, que foi realizada de várias maneiras, por ONGs, por municípios, por universidades, e em desenhos alternativos, como o Segundo Tempo Universitário e também o Segundo Tempo dentro da escola integral, que, no caso, é o Mais Educação, que era o programa de escola integral realizado nos primeiros Governos do PT, e o Segundo Tempo se juntou a esse Mais Educação. Então, essa foi a referência de esporte para a formação de crianças e jovens desenvolvida pelo Ministério do Esporte.

Também há o Pelc, o Programa Esporte e Lazer da Cidade, que são atividades para jovens e adultos também da terceira idade e que deu uma referência para municípios, para ONGs e para estados desenvolverem programas de atendimento à essa população: ocupação de espaços públicos, reformas de praças esportivas, equipamentos esportivos para ocupação da população de uma maneira geral. Tem aí os valores... No Segundo Tempo, foram investidos quase 600 milhões, de 2003 a 2021; e no Pelc, no mesmo período, 320 milhões.

Há também o Bolsa Atleta, que é um programa de apoio ao treinamento de atletas de diferentes categorias, desde escolar até alto rendimento, que se chama Bolsa Pódio, com a presença de atletas de nível regional, de nível nacional, de nível internacional e de nível olímpico, não é? Para os de nível olímpico e mundial, entre os melhores resultados mundiais, há o Bolsa Pódio. Então, é um programa muito importante para vários atletas especialmente de modalidades para as quais não haja tanto patrocínio e projetos de *marketing* que suportem os atletas pela imagem. Então, pelo treinamento e pelo compromisso com o esporte, esse programa é talvez o mais importante programa de apoio a atletas no Brasil.

Neste ano, já foram, enfim, mais de 1,5 bilhão de recursos a quase 90 mil atletas, somados. E, também neste ano, tivemos o recorde de atletas inscritos: mais de 8 mil atletas estão sendo beneficiados em 2023.

Aí, nesse período de 2003 até 2022, a gente tem um panorama dos orçamentos do esporte. Então, desde a estruturação, houve um claro crescimento até a realização dos Jogos Olímpicos, e, depois, um declínio. Agora, a gente está retomando.

Alguns números de referência do que é um investimento de esporte no mundo. Bom, o investimento no Brasil foi em torno de uma média de 0,04% do PIB em 2022. Somando todas as instâncias – União, estados e municípios –, temos 0,05% do PIB 2022, e a média é 0,04% do PIB. Na Europa, a relação é dez vezes maior de investimento. Portugal, França, Espanha: 0,4%, 0,5%, 0,4% do PIB. E a média dos países europeus gira em torno de 0,4%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma estruturação que se faz muito no Brasil com o recurso que se tem. É louvável todo o esforço e toda a realização tanto do ministério quanto das secretarias e de toda a comunidade esportiva. O que se faz no Brasil realmente é um trabalho louvável, mas, em termos de investimento, a gente tem o que evoluir.

Aí um pouco dos números de praticantes, um retrato do que é o Brasil em termos de prática esportiva. Esses números são de 2015. Aí também a gente retrata outra questão que é a falta de dados que a gente tem no país. Com a aprovação da legislação, do sistema e do plano, a gente prevê uma melhora na institucionalidade e também nessa condição de realizar o que é efetivamente o esporte no país em termos de praticantes, em termos de estrutura. Dados. Dados é uma questão problemática para o esporte, quer dizer, é uma questão a ser alcançada, a ser superada.

Então, esses dados que a gente tem são de 2015, que foi o último Pnad realizado pelo IBGE com a leitura do esporte e da atividade física. Então, a gente tem que quanto mais aumenta a faixa etária, diminui a prática. E também há outro recorte de renda, em que quanto menor a renda, menor a prática. E a gente tem... Ou seja, tudo isso denota a necessidade de políticas públicas de esporte efetivas, que ajudem a fazer o contrário dessas curvas, para que a gente tenha uma população ativa a vida inteira, e bem ativa, porque as médias que a gente tem... Mais uma vez, esses números são de 2015. Depois da pandemia piorou muito. A gente tem pesquisas recentes que falam aí da juventude, em torno de 80% de sedentários.

A gente tem outros documentos, como o Relatório de Desenvolvimento Humano, realizado pelo Pnud a partir do esporte. O Relatório de Desenvolvimento Humano a partir do esporte, realizado pelo Pnud de 2017, coloca números ainda piores de média, próximos de 70% de inatividade física. Então, o retrato do Brasil, em termos de atividade física e saúde, atividade física e esporte, que impactam negativamente tanto na educação, no desenvolvimento de crianças e jovens, quanto na saúde de toda a população, são questão que justificam e tornam urgente a realização de políticas públicas de atividade física e de esporte.

A pandemia da inatividade física é anterior até à pandemia de covid, piorada aí. Por outro lado, a gente tem também essa visão da própria população. Nessa pesquisa de 2015, verificou-se que as pessoas acreditam que o poder público deve investir no desenvolvimento dessas atividades físicas e esportivas para a população. Mais de 70% dizem que sim, que o poder público tem essa responsabilidade. E também mais de 90% acreditam que devem ser priorizadas as atividades para a população em geral, pelo poder público. Então, mais uma vez, justificam-se aí os nossos objetivos e a própria existência do ministério. (*Pausa.*)

Esses são, enfim, os números mais recentes. Eu vou ler para vocês aqui. Só para localizar – tem bastante informação aqui nesse eslaide –, ele é do *Valor Econômico* de 28 de fevereiro.

Então, a inatividade física permite o aumento da obesidade e doenças relacionadas. Para crianças de cinco a nove anos, com dez anos de diferença, de 2012 para 2022, aumentou o sobrepeso, aumentou a obesidade, aumentou a obesidade grave. Também, entre adolescentes, aumentaram as três mais ainda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, quanto mais velho vão ficando os jovens, a menos atividade física eles vão tendo acesso e menos vão praticando basicamente. Então, a gente tem impactos superpreocupantes em questões de saúde. E, quanto ao consumo – e aí você vai vendo os hábitos da atividade física: 78%, então, das crianças brasileiras se movimentam menos do que indica a OMS –, há o aumento também do tipo de alimentação que prejudica, como bebidas adoçadas, macarrão instantâneo, biscoito. Então, isso é uma preocupação mundial, é uma preocupação no Brasil mais ainda em termos de saúde.

E, em termos de educação, ainda há muita pesquisa a ser realizada. A ciência já mostra muito isso, mas há muita pesquisa ainda a ser realizada, inclusive no Brasil, para relacionar os impactos positivos da atividade física e do esporte na aprendizagem de crianças e jovens.

Então, as prioridades do ministério para este primeiro ano de gestão; para este começo de gestão, as prioridades são: o aumento do valor do orçamento da pasta... A gente tem um movimento constante de buscar recursos novos para o esporte e de buscar aumentar o orçamento da própria pasta e de buscar recursos novos, que vão incrementar tanto em nível federal quanto em níveis estadual e municipal. A gente já está fazendo essas visitas aos estados – começamos com a Bahia na semana passada – para apresentar inclusive a nossa proposta de ocupação dos territórios com esporte, que é a rede de desenvolvimento do esporte, que eu vou apresentar aqui logo na sequência.

Nós temos também a estratégia nacional de futebol feminino, para incrementar o futebol feminino, seja em competições, organizações de times, formação, reconhecimento do futebol feminino pela sociedade de uma maneira geral; com isso, dando condição para que se desenvolva, para que tenha cada vez mais sucesso esportivo e presença na sociedade, também presença nos estádios – tornar os estádios mais amigáveis para mulheres, para crianças, para famílias. Então, a estratégia do futebol feminino tem como culminância a pretensão do Brasil de sediar a Copa do Mundo em 2027. A gente está articulando isso com a CBF, e logo a gente tem mais informações sobre isso.

A elaboração do PPA, que é o Plano Plurianual, é superimportante para nós estabelecermos as metas institucionais do que a gente quer produzir com o esporte, do que o esporte produzir para o país; a inserção também da construção de equipamentos esportivos no PAC; as melhorias no programa Bolsa Atleta, que já foram iniciadas com o Bolsa Atleta para atletas grávidas e mães; e também outras questões, como os esportes não olímpicos e outras questões que vêm sendo trabalhadas pela comunidade e que a gente vai buscar aprimorar na legislação do Bolsa Atleta; e a aprovação e implementação, então, do sistema nacional e do plano nacional.

Então as redes de desenvolvimento do esporte são uma estratégia para ocupar os territórios e apoiar estados e municípios, a partir da aprovação do sistema nacional e do plano nacional, a espelharem essa legislação nas suas estruturas. Então muitos estados e municípios, especialmente, precisam de apoio para construir os seus conselhos municipais e estaduais de esporte, os seus planos municipais, seus sistemas, seu fundo. Então, é estratégia de ocupação dos territórios com o esporte, estruturando essas redes pelo país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os princípios são: aumentar a prática de atividade física e esportiva nesses territórios; fazer a leitura do que acontece e avançar em todas as dimensões, seja no esporte para crianças e jovens, seja no esporte para jovens, adultos e idosos, seja no esporte competitivo, seja no esporte de alta especialização – em todas as dimensões do esporte, avançar a prática, o número de praticantes –; fomentar também as ações desenvolvidas nos territórios, porque existem muitas coisas que acontecem no país que não são reconhecidas, não são mapeadas e, assim, não são fomentadas, não são apoiadas; então desenvolver... Essas iniciativas muitas vezes são dos municípios; dos estados; também da sociedade civil; de instituições consagradas, como Sesc, Sesi, AABB, Apae, todos presentes de Norte a Sul do país e que fazem esporte, de uma maneira ou de outra –; e fortalecer, então, a capacidade de gestão dessas instituições.

Muitas vezes as instituições não têm condições de acessar uma lei de incentivo porque não sabem fazer um projeto – uma lei de idoso. Muitas vezes nas cidades, nos municípios não tem o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, os FUMCADs, estruturados. Então é preciso fortalecer a condição de funcionamento dessas instituições.

E aí a gente chega ao território e é quando a gente enxerga que o território tem crianças, tem jovens, tem adultos, tem idosos, tem atletas. Onde eles estão? Quem está atendendo essa população? Quantos são atendidos? E quais são as estratégias para a gente fomentar e ampliar isso? Então, organizar em rede... Muitas vezes nesses territórios existem instituições mais fortes, que podem ser centros de redes, podem ser... Aqui no Distrito Federal há as vilas olímpicas. Em grandes cidades a gente tem vilas olímpicas, tem estruturas públicas. Em cidades menores têm também algumas estruturas, mas têm, muitas vezes, escolas com equipamento, escolas de tempo integral.

Então, organizar as instituições em cada território, fortalecendo as instituições que podem ser centro de rede e que possam facilitar uma série de... e daí fomentar essas instituições que estão... como outras escolas, como Cras, Cres, como centros de iniciação esportiva do ministério, centros regionais de treinamento.

São várias instituições em que a gente tem estruturas no território, e a proposta dessa política é organizar, visualizar esses eixos, identificar as instituições e trabalhar a capacitação em vários níveis, desde o pedagógico até mais técnicas de política pública, para construir os seus sistemas, para desenvolver os seus projetos, capacitação de professores da educação, capacitação de professores da saúde, de jovens, monitores, todo mundo que está nos territórios precisando de apoio para poder avançar.

Há o apoio também com a diversificação de programas para que possam diretamente fomentar as atividades. Programas que a gente chama de equipes itinerantes, que possam estar nesses territórios fomentando atividades que faltem; grupos de crianças que precisam de uma atividade; grupos de adultos que precisam de aulas de ginástica; eventos de final de semana; organizar ruas de lazer; para fomentar diretamente pelo ministério essas equipes com recursos e programas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também então há o apoio à gestão das instituições – é aquilo que eu falava –, para que essas instituições tenham condição de produzir as suas políticas próprias ou os seus projetos e a articulação de parcerias, porque esse desenho é um desenho novo. Então, a gente está... E, por último, monitoramento e avaliação.

Esse desenho é um desenho novo que a gente está construindo e visualizando essas duas políticas que estão tramitando no Congresso para serem aprovadas. Provavelmente num prazo de um ano, um ano e meio essas políticas estarão aprovadas e regulamentadas. E aí essa estratégia terá que ir a campo, os municípios vão aderir ao sistema e a proposta do ministério é ir a campo e implantar essa política nesses territórios.

Enquanto essa legislação não está aprovada, nós estamos desenvolvendo, durante este ano, o projeto piloto dessa política, em parceria com o Pnud, com o Unicef, com a Unesco, que têm *expertise* nessas ações e estão nos territórios do Brasil, especialmente Pnud e Unicef, que têm escritórios pelo Brasil inteiro e com experiências desses projetos. Do Unicef eu posso citar o selo do Semiárido. A gente tem aqui representantes do Nordeste, muitos municípios participam dessa política e têm serviços de apoio para o desenvolvimento de políticas locais. Bom, isso é só um exemplo, há várias ações que a gente pode articular também com organizações da sociedade civil, com projetos que estão na lei de incentivo.

Iremos articular esses projetos pilotos, a gente está desenhando isso. Mais uma vez, na semana passada, estivemos na Bahia. É o primeiro estado que a gente visitou para desenhar essa política piloto, que é o desenvolvimento desses eixos para que eles estejam prontos para oferecer aos municípios, quando o sistema for aprovado e tudo isso estiver efetivamente em campo – sem trocadilhos.

Finalizando – a gente está bem finalizando mesmo a apresentação –, essas são ações de cem dias do Governo. A gente está entregando 35 obras, são R$28,6 milhões em obras que estavam bem próximas de finalização. Então, corremos com essas obras para fazer rodar as questões, muitas delas estavam paradas dentro da gestão anterior.

Então, um segundo edital de apoio ao esqueite nas cinco regiões, uma demanda também muito grande e também com 50% das vagas para mulheres, é um edital de R$3 milhões.

Uma política intersetorial para trabalhar o esporte sem racismo. É um GT, juntamente com o Ministério da Igualdade Racial, para que a gente possa apoiar essas políticas do MIR e trazer uma condição mais humana para o esporte também.

O decreto com a estratégia nacional para o futebol feminino, como eu falei anteriormente. Também oficializar a candidatura do Brasil como sede da Copa do Mundo 2027, feminina.

O decreto intersetorial para desenhar esse projeto das redes de desenvolvimento do esporte, juntamente com o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a sociedade civil, que tem uma experiência grande de trabalho em campo de políticas que a gente quer incorporar nesse projeto das redes de desenvolvimento do esporte. Então, o lançamento desse decreto a gente espera poder fazer na nossa primeira reunião do Conselho Nacional do Esporte, ainda agora, no mês de abril.

E a inclusão do esporte no debate da MP das apostas esportivas. Em articulação com o Ministério da Fazenda, a expectativa do Esporte é que a gente possa ter recursos das apostas esportivas eletrônicas para o esporte. Então, esse tem sido um trabalho que temos feito neste começo de governo.

E as entregas já realizadas: o edital da Bolsa Atleta, que foram R$111 milhões, com recorde de inscritos, de 8.261. Aumentou em todos os níveis um sinal de confiança e de importância dessa política; o PL da licença-maternidade no Bolsa Atleta já foi encaminhado ao Congresso; e a abertura de inscrições para novos projetos da Lei do Incentivo ao Esporte.

A gente já teve essa abertura já dentro desses cem dias, durante o mês de fevereiro, e, paralelamente a isso, nós tivemos aumento neste ano de 1% para 2% do percentual do Imposto de Renda que as empresas podem deduzir em prol de projetos aprovados pela Lei de Incentivo ao Esporte. E isso já deu aí um valor de captação de R$14 milhões, o dobro do ano passado. E só para colocar que a Lei de Incentivo é um recurso importante para o esporte; no ano passado encaminhou para projetos esportivos mais de R$500 milhões. Este ano esse número deve ser maior.

Então, essas foram as nossas palavras no dia de hoje de apresentação. E estamos à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço à Ministra Ana Moser pela apresentação dos desafios, perspectivas, programas, entrosamentos necessários com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui do Senado Federal.

Agora passamos a palavra aos Senadores e Senadoras presentes. Quero lembrar aqui: Styvenson Valentim, Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Marcos Pontes, Izalci Lucas, Professora Dorinha, Damares Alves, também Jussara Lima, Senador Romário, além da presença também da Deputada Rosinha da Adefal, que está acompanhando esta audiência pública.

Lembro que cada Parlamentar terá cinco minutos para fazer seus questionamentos, comentários e, ao final do bloco de três Parlamentares, a Ministra terá, então, dez minutos para sua resposta.

Começamos, de acordo com a lista de inscrição, pelo Senador Izalci Lucas; na sequência, Senadora Damares Alves e, como terceira Parlamentar desse primeiro bloco, a Senadora Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Bem, primeiro, Ministra Ana, quero desejar muito sucesso na sua gestão. Aqui somos oposição, mas não oposição ao Brasil. O que é bom, a gente sempre trabalhou no sentido de aprovar qualquer projeto que seja bom para a população. Mas eu vou falar rápido aqui porque são muitas perguntas.

Primeiro, V. Sa. tem se posicionado publicamente contra a classificação dos esportes eletrônicos como esportes e, consequentemente, contra o enquadramento dos seus praticantes como atletas. Contudo os *e-sports* tornam-se mais populares a cada dia, movimentam vultosas quantias em dinheiro e arrebatam multidões em suas competições. A senhora poderia comentar as razões que fundamentam o seu posicionamento e como isso favorece o cenário esportivo brasileiro?

Nós, inclusive, discutimos isso na aprovação do sistema aqui, e não tiramos nenhum recurso do esporte tradicional.

Bem, reportagem do Globo Esporte em 22 de março deste ano: o Brasil ocupa, com larga diferença, o primeiro lugar mundial entre os países com jogos mais suspeitos de manipulação de resultado agora, em 2022. Aí eu pergunto: os dados do Ministério do Esporte indicam alguma relação entre o escandaloso número de partidas suspeitas de manipulação de resultados e a proliferação descontrolada de casas virtuais de apostas esportivas? O Poder Executivo, na figura do Ministério do Esporte, tem feito algo para impedir essa prática criminosa? Quais são as iniciativas do Poder Executivo em andamento no sentido de regulamentar as casas de apostas esportivas?

Considerando a intrínseca relação que há entre educação e esporte, gostaria que V. Exa. comentasse sobre as políticas de sua pasta que se refiram a este assunto, diferenciando a forma que o novo governo pretende implementar nessa área.

E quero também aqui... Ouvi a apresentação: no ano de 2015, quanto aos investimentos que foram feitos na área, o orçamento foi maior nesse período, mas só lembro que nesse período teve a preparação para o Pan-Americano e também para a Copa do Mundo, e aprovamos, inclusive, nesta Casa o Regime Diferenciado de Contratação. Então realmente houve naquela época muito investimento, preparando para a Copa, mas também houve muitos problemas judiciais de desvio de recurso.

Segundo Tempo: um dos projetos mais bem concebidos que eu conheci, mas na prática a sua aplicação foi de forma totalmente incorreta. Eu, como contador que sou, auditor, quando entrei na Câmara Federal, fiz uma auditoria do Segundo Tempo.

Em Brasília, dos trinta e poucos projetos, todos eles, 80% dos recursos foram desviados, inclusive utilizando instituições muito sérias como base do projeto. Isso já está no Tribunal de Contas, já tem parecer reprovando as contas e tudo mais. Eu digo que é um projeto maravilhoso, mas que tem que ter muito cuidado na aplicação, porque o que eu vi realmente foi muito desvio de recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, é lógico que a integração entre escola, esporte e saúde é fundamental. Assim, a gente precisa fazer... V. Sa. falou aqui sobre a questão da integração no caso de Brasília. Nós temos as escolas, temos centro olímpico e temos o espaço do esporte de alto rendimento, mas ainda não tem um planejamento sobre isso. O que mais nós recebemos aqui na área de esporte, como Deputado e como Senador, são reclamações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... de representantes, inclusive, que vão disputar em nome do Brasil, em nome do DF, por exemplo, que recebem muitas vezes só a passagem, mas não têm hospedagem, não têm alimentação, não têm acompanhante, acabam fazendo um sacrifício danado para representar o Brasil e muitas vezes sendo medalhistas lá fora.

E, para encerrar, Presidente, eu vi agora recentemente, quando eu estava em casa, uma luta de MMA entre uma trans e uma lutadora feminina. Foi um massacre. Então, existe, de certa forma, uma preocupação com relação a isso? Porque muitas vezes o trans tem um físico muito... Eu vejo assim muita covardia, como foi pelo menos nessa luta a que é assisti, não é?

Quero dizer que o Sistema Nacional do Esporte já aprovamos aqui, está na Câmara e agora falta aprovar em definitivo. Eu acho que isso aí é quase que unanimidade, foi aprovado com bastante participação.

E, só para encerrar, Presidente, uma questão de ordem, porque eu vou à Comissão de Segurança, tenho um requerimento lá para aprovar. É só pedi a V. Exa... Nós já aprovamos aqui um requerimento de uma audiência pública, V. Exa. sabe, das questões dos estudantes com deficiência. Como eu retirei o PDL, a base da audiência era o PDL e o objetivo não era esse, é ouvir todos, botei um outro requerimento extrapauta mantendo o mesmo dia e a mesma programação, já com os convidados aqui, inclusive com indicação da Professora Dorinha, da Senadora Mara. É só porque a fundamentação não é mais o decreto que foi retirado, mas a discussão que nós precisamos fazer.

Então, era essa, Presidente, a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tudo bem, Senador Esperidião Amin.

Agradeço ao Senador Izalci Lucas. O requerimento acho que já está aqui com a Secretaria da Comissão e será colocado em votação no momento oportuno.

Muito bem.

Passo, em seguida, à Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Ministra Ana, seja bem-vinda à Comissão e saiba que aqui vai ser sua casa. Esta Comissão quer muito participar da sua gestão, ajudando no que for possível.

Ministra, eu tenho algumas preocupações. Inclusive depois eu vou mandar, via ofício, algumas perguntas para a senhora, porque, via requerimento, está difícil, Senador. Requerimento de informação da gente fica dois, três meses lá na mesa, até ser aprovado. Eu queria depois conversar com a sua assessoria, até mesmo fazer perguntas por meio de ofício, para a gente te ajudar no que for preciso, por meio desta Comissão.

Eu queria saber... A senhora apresentou um decreto na entrega dos cem dias sobre o futebol feminino. O decreto já foi apresentado ou será apresentado ainda?

Minha outra preocupação: com relação ao refinanciamento de dívidas dos clubes que estão endividados, o Profut foi um programa exitoso no Governo passado. A gente precisa entender que, no Governo passado, a pasta sai de R$200 milhões para R$2 bilhões e nós entregamos mais de 4,6 mil obras. Nós temos 35 já entregues pela senhora. Eu sei que está tudo no início, Ministra, então, os objetivos são muito vagos ainda: fazer, construir, planejar, mas já tem uma lista de obras para serem entregues já, neste primeiro ano, que são continuidade ou obras novas?

E, por último, a minha pergunta é com relação às vistorias nos estádios de futebol. Nós vimos a Fifa, a CBF atualizando os laudos técnicos dos estádios de futebol com a criação de uma nova portaria. A gente gostaria de saber se vai continuar nessa linha. Por exemplo, bebidas alcoólicas serão permitidas durante os jogos? Como vai ser a questão dos laudos técnicos nos estádios de futebol?

Nós tínhamos um programa no Governo anterior que também tratava de direitos humanos. Eu vi que a senhora apresentou alguma coisa com relação à questão da igualdade racial, do combate ao racismo. Nós tivemos um programa exitoso no Governo passado, junto com a CBF, em que a gente abordava também a garantia de direitos humanos no futebol, a violência contra a mulher, o enfrentamento à violência contra a mulher, o enfrentamento à violência contra a criança e até mesmo contra povos tradicionais. Há alguma expectativa de a gente ampliar programas de garantia de direitos humanos por meio do esporte?

Por último, Ministra, a senhora não falou dos jogos estudantis. Depois de 17 anos, nós tivemos, em 2021, a volta dos jogos estudantis. Está no planejamento da senhora também a continuidade dos jogos estudantis? O Brasil inteiro acompanha isso com muita expectativa, porque nós somos da geração que brincou, jogou, participou de jogos nas escolas. A senhora, inclusive, deve ter sido fruto de tudo isso. Os jogos estudantis vão continuar?

E, por último, a minha pergunta é com relação ao paradesporto. Nós tivemos, no Governo anterior, um incentivo muito grande. Inclusive, nós temos aqui a nossa ícone: a Deputada Rosinha da Adefal. Eu vi que está muito genérico ainda o investimento no paradesporto. Temos metas já, específicas, com relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao apoio aos atletas e às pessoas com deficiência e à ampliação desse programa, alcançando mais pessoas, alcançando um número maior de pessoas?

E, por último, é claro, eu não poderia deixar de falar – a senhora não mencionou...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – ... dos jogos indígenas. A gente vai ter o trabalho com jovens indígenas nos próximos anos, ainda na sua gestão?

No mais, Ministra, permita-me depois encaminhar algumas perguntas direto ao seu gabinete para a gente poder ajudar no que for possível. Seja bem-vinda a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço à Senadora Damares Alves. Eu acho que esse trabalho de interlocução realmente é importante, deve ser facilitado. Se a gente puder evitar – é claro que são regimentalmente corretos – os requerimentos e, nas questões mais práticas, mais diárias, ter uma conversa direta, seja pessoalmente ou pela Comissão... Aliás, a assessoria está toda aqui também e normalmente acompanha, inclusive, as reuniões da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Eu só quero dizer ao Senador Esperidião Amin, que chegou agora há pouco, que ela é de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – É exatamente por isso. É mais catarinense do que V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, pois é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – V. Exa. é um aspirante a ser catarinense, tem o umbigo do umbigo no nosso estado, mas ela é catarinense...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ela é de fato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – ... mesmo. Talvez isso lhe cause alguma inveja, mas é perdoável. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

Passo, em seguida, a palavra à Senadora Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Sra. Ministra, seja bem-vinda. Para nós é um grande orgulho ter uma pessoa com a sua história e uma mulher à frente de um ministério importante, estratégico.

Eu gostaria de começar parabenizando-a pela iniciativa na mudança já do ponto de vista da arrecadação, na mudança em relação à dedução do Imposto de Renda. Acho que tem alguns reparos para que a gente possa ampliar, porque acho que um dos maiores desafios da área do esporte é o investimento, o orçamento. Com políticas públicas bem desenhadas tanto no investimento do esporte de base quanto no de alto rendimento, a ligação, que é a área que eu defendo muito, à educação e, logicamente, o cuidado com a população, nós vamos barrar na questão orçamentária.

Há ausência de espaços públicos adequados. Infelizmente, nós temos ainda uma grande carência de espaços públicos adequados. As próprias escolas, que têm uma estrutura que tem um público definido, num programa bem construído, podem-se abrir no final de semana, podem estar disponíveis em outros horários para a comunidade, até porque em muitas cidades o melhor espaço estruturado que tem é o da escola. Então, é necessária uma ação de integração, um regime de colaboração que envolva o município, o estado e a própria União.

Então, eu coloco a questão do orçamento – obviamente que é um esforço de todos nós e são muito importantes os programas bem estruturados –; a formação, Ministra, porque o profissional que lida diretamente na área do esporte e até o profissional da educação física da escola... Nós precisamos... Acho que já passou do momento de desenhar e redesenhar a formação desse profissional.

E já tivemos, em outro momento, um programa que acho que teve bons resultados e que pode ser redesenhado que é de produção de material esportivo, porque também é um dos que dificultam a prática desportiva no âmbito dos municípios, não ter orçamento carimbado. Eu sou da educação, que tem 25% carimbado, e ainda assim a nossa luta, até porque o investimento é muito baixo por pessoa em relação ao esporte, em relação à educação.

Eu queria colocar essa questão da formação e de investimento e a possibilidade de avançar na parceria com a educação para escolas de tempo integral. Eu sei que o segundo tempo é uma alternativa, considerando a limitação de espaço, mas a maioria dos países do mundo não tem a duração que nós temos hoje de quatro horas/aula. Aqui é uma situação pontual do Brasil. Eu acho que uma ação integrada envolvendo os diferentes atores institucionais... Seria muito importante o Ministério do Esporte junto com o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação numa ação robusta de fortalecimento da escola de tempo integral, o que não inviabiliza o Segundo Tempo, que logicamente é uma ação, mas tendo como meta final a ampliação da educação de tempo integral numa ação compartilhada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta é também sobre essa ação que possa ser desenhada envolvendo os gestores municipais. Não por acaso nós estamos com a Marcha dos Prefeitos, todos nós com milhares de Prefeitos aqui para discutir sobre o trabalho. E acho que esse incentivo do ponto de vista de financiamento e de participação precisa ser enfrentado.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a participação da Senadora Professora Dorinha.

Passo em seguida, então, a palavra à nossa Ministra Ana Moser para as suas respostas e comentários também. (*Pausa.*)

Eu indago da Ministra... Porque foram muitas perguntas, né?

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Sim, mas eu acho que dá para...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Dá para responder?

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Sim, dá para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, está bem.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER (Para expor.) – Senador Izalci, eu vou responder por ordem, tá? Pode ficar uma fala meio quebrada, mas vou tentar cobrir todas as questões.

Com relação ao esporte eletrônico, o Governo vai criar um GT interministerial para tratar dessa questão. O Governo não tem ainda uma posição sobre isso. Historicamente o ministério não aprovou o *e-sport* como esporte. Isso já tramitou dentro do Conselho Nacional do Esporte há alguns anos. E este Governo atualmente não tem uma posição quanto a isso definida. A gente precisa debater se é esporte, se é cultura, se é ciência e tecnologia, se é turismo... Todas as relações do esporte eletrônico precisam ser regulamentadas, organizadas, porque é um fenômeno inegável e um fenômeno fortíssimo, em termos econômicos inclusive. Ele precisa ser definido, e a proposta do Governo é esse grupo interministerial, que não está criado ainda, devido a todas as emergências que a gente tem neste início de governo, mas já é conversado e vai ser estruturado para se debater e se estruturar exatamente esse fenômeno que é o esporte eletrônico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Muito bem. A gente está fazendo... Há um projeto nosso já tramitando nesse sentido também de discutir isso em uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Com relação à manipulação dos resultados e a participação até do Ministério do Esporte, quem está encabeçando essa discussão é o Ministério da Fazenda, porque isso está dentro da relação com a regulamentação dos *sites* de aposta, porque é nesse nível que está a questão, não é? E a participação do esporte está exatamente em cuidar da integridade, também pleiteando participação na arrecadação; que parte da arrecadação vá para o Fundo do Esporte e financie, inclusive, essa proposta de redes de desenvolvimento do esporte, financie o esporte para todos.

Esse é o trabalho de articulação que o Ministério do Esporte está fazendo, mas em nível de Governo a regulamentação das apostas virtuais e manipulação de resultados está acontecendo.

Realmente, o investimento em 2015 – eu até falei – foi por conta da Copa do Mundo e da Olimpíada no Brasil, especialmente da Olimpíada.

Com relação ao segundo... Mas, mesmo assim, a gente prevê que, para desenvolvimento de uma política de escala no país... Esse é o desafio. Fazer programas sempre se fez, mas quantos se atendem? Quantos ficam de fora? Então, o desafio é buscar os meios de efetivar um atendimento em escala, e aí realmente acho que o orçamento do esporte nunca será suficiente para fazer atendimento de esporte com esporte para toda a população. É por isso que a gente vem articulando com o Governo – talvez eu esteja falando aqui e já respondendo a outras questões colocadas – essa relação de educação com esporte, esporte com educação, que se dá no nível da educação integral. Esta é a nossa relação com a educação: é o contraturno, é o ampliar mesmo de quatro horas para seis horas de atividades diárias para os alunos. O desafio deste Governo, o desafio do Ministério da Educação é viabilizar essa educação integral, e o esporte participa com o Ministério da Educação exatamente nessa frente.

Com o Ministério da Saúde, a gente interage, o ministério interage, as políticas interagem para atendimento com o esporte para população em geral. E aí a nossa relação tem se dado no nível dos núcleos de saúde da família, que são, dentro da saúde básica, as equipes de atendimento à população em geral e que têm, na sua composição, um profissional de educação física. Então, é essa articulação... E também, da mesma maneira, a articulação sendo trabalhada com o Ministério do Desenvolvimento Social, com a rede de assistência social. Então, essa é a visão de implantação de atendimento de esporte com esporte para toda a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Segundo Tempo, nós não vamos conseguir essa escala com o Segundo Tempo, todo o Brasil contratando com Brasília. Não há recurso e não há condição de alcançar escala. Tem que ser de outra maneira. Já no Governo anterior, o Segundo Tempo trabalhou junto com o Mais Educação. Então, era o Segundo Tempo no Mais Educação. Eu não sei o desenho que se vai fazer agora. Isso está sendo produzido pelo Ministro Camilo e sua equipe. Então, a relação... O desenho do Programa Segundo Tempo, que é o esporte no contraturno, é a referência. A forma de contratação para alcançar a escala tem que ser definida aí. O Fundo a Fundo é um desenho que está na legislação, mas não está aprovado ainda. Então, é a construção de uma política de esporte, de um sistema de esporte para o país que não existe.

Sobre o apoio aos atletas do DF, nós temos a Bolsa Atleta, e a gente tem acompanhado, buscado acompanhar denúncias que chegam e pedidos de apoio que chegam para encaminhar, junto com o Secretário, no caso, do DF – a gente já tem uma agenda com ele –, e buscado também com Parlamentares desenhar, em conjunto com prefeituras, enquanto a gente não tem uma política, o bom uso das emendas parlamentares, o bom uso desse apoio dos Parlamentares com o recurso para programas, para construções, mas também para programas. Então, a gente tem.. E programas existem em todos os níveis, existem em nível do esporte educacional e participação e também no esporte de rendimento. Então, a gente tem buscado.

Com relação a trans e o esporte para trans, essa é uma discussão que está em construção. É um momento da sociedade em que questões estão sendo tratadas, e a gente tem dois aspectos importantes nessa questão das pessoas trans no esporte... das pessoas trans de uma maneira geral, que é a questão social de inclusão, de respeito e de apoio; e tem a questão esportiva, que é ditada pelas federações internacionais. Então, cada federação internacional constrói a sua política, que é baseada na ciência, em experiências que estão acontecendo. E estão acontecendo! Então se veem muitas federações avançarem na sua definição de quais são os parâmetros para competição. E o que é desenhado nas federações internacionais em sua estrutura, as federações nacionais adotam. Então, cada modalidade tem uma política e é nesse nível que essa discussão esportiva acontece.

Eu queria chamar atenção para o seguinte: nessa mesma Pnad, nesse mesmo ano de 2015, foi feito um diagnóstico do esporte no Brasil que mostrou que só 5% da população que se relaciona com o esporte participa de competições. São 5% somente. No mundo, esse número da média é de 7%. Então, a gente está falando de uma questão que é restrita a um recorte da nossa população, mas que, na verdade, impacta, em termos... Toda discussão ideológica que é feita em torno de atletas trans no esporte, ou pessoas trans no esporte, acaba prejudicando todas as outras pessoas trans que não estão no esporte, com preconceito; não ajuda nada na aceitação e na inclusão, e no apoio que é preciso.

Então, a gente precisa tomar muito cuidado com essa discussão e não fazer com que uma questão que é restrita a uma parte da população impacte negativamente em outras pessoas que precisam de apoio e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de inclusão. Então, o Ministério do Esporte acompanha as discussões dessa maneira como eu coloquei: a questão social e a questão esportiva, de acordo com o que diz respeito a cada uma dessas instâncias.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Eu pus mais cinco minutos.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – É, eu sei. Eu sei. Acabei falando bastante. Desculpa.

O decreto do futebol feminino já foi apresentado, não é isso? A minha equipe, a minha gentalha... Já foi apresentado... Está na mesa do Presidente para ser encaminhada. Não tem Relator, não tem... É decreto. Ah, é um decreto. Então, está na mesa do Presidente. Desculpa. Não é projeto de lei. Desculpa. É que é o decreto do futebol feminino. Perfeito. Pensei que fosse o PL da bolsa.

O Profut é um programa que continua. Ele já não tem hoje tantos clubes quantos de início. Aí é uma questão própria e a gente pode ver outra oportunidade para explicar mais profundamente. Mas outros Refis foram aparecendo e os clubes foram tomando as suas decisões. Mas o Profut continua, está dentro da estrutura do ministério.

E as obras... Então, a gente está construindo essa programação de obras para o ano, especialmente porque muitos dos recursos são de emendas parlamentares, que têm todo um trâmite, toda uma articulação própria; não são recursos discricionários do ministério.

A vistoria nos estádios de futebol não era feita desde 2015, eu acho, e essa está sendo uma grande prioridade nossa. A nossa Secretaria de Futebol está reestruturando essa legislação, essa estruturação legal. E não tenho a resposta quanto aos detalhes de bebidas alcoólicas, mas isso está sendo encaminhado e é um tema muito importante.

Direitos humanos pelo esporte eu acho que é transversal a todas as políticas do ministério. E também em parceria – esse é um desejo, ainda não está sendo colocado em prática, mas vai ser articulado... Já começamos com o MIR, com essa questão do racismo, mas com as outras políticas também; com a política da mulher já tivemos várias relações, enfim; com política de direitos humanos também. Estarão, até porque essas redes locais e essa estratégia de ocupação dos territórios vão dar uma estrutura de participação e de inclusão de várias outras políticas, porque ali vão estar as pessoas fazendo esporte, frequentando os lugares, assim, há um ecossistema que vai com certeza facilitar o desenvolvimento de ações para essas políticas de direitos humanos.

Jogos estudantis e jogos indígenas. Dentro dos jogos estudantis, há todas as faixas etárias – tem os JEBs, tem os JUBs, tem os jogos da juventude. E estamos tratando com CBDE, CBDU e COB a realização desses torneios, dessas competições, que são superimportantes e fazem parte do calendário. E os jogos indígenas também. Os jogos indígenas, muito mais descontinuado. E estamos articulando juntamente com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministério dos Povos Indígenas, porque hoje existe o ministério, então a gente não pode realizar nada, nenhuma dessas iniciativas, sem a participação do ministério. Então essa articulação está sendo feita.

E o paradesporto é uma secretaria que faz parte da estrutura do ministério. E a relação com o Comitê Paralímpico é das melhores possíveis – programas de formação de professores, além dos programas para facilitar que alunos de escolas tenham acesso ao paradesporto já desde muito cedo e, da mesma maneira, à competição.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Então, aumentar o número de praticantes do paradesporto está totalmente alinhado com a nossa estratégia de aumentar o número de praticantes de atividade física e esporte de uma maneira geral. Então, com certeza está dentro das nossas estratégias.

Senadora Dorinha, a Lei de Incentivo realmente é um recurso importante. Eu falei anteriormente: ano passado, mais de R$500 milhões para projetos de esporte, então é superimportante. E sempre tem questões a serem aprimoradas, até mesmo de equipe – cresceu de 1% para 2%, e a equipe continua a mesma. Então, a gente precisa buscar apoio de tecnologia e até de recurso de orçamento para poder ampliar as equipes que trabalham nos projetos, aprovam os projetos e fazem o trabalho de funcionamento da Lei de Incentivo.

Espaços públicos adequados é uma questão que a gente tem trabalhado, como disse, junto com o PAC, com o próprio ministério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Não, já estamos articulando. O PAC está sendo desenhado agora, com a inclusão de espaços esportivos tanto no Minha Casa, Minha Vida quanto nas escolas. Com certeza. Essa é uma... Estamos... Só nas escolas, os números que a gente tem são: cerca de 30% das escolas têm quadras esportivas. Então, é uma questão que aparece nas nossas prioridades.

Escolas abertas no final de semana dependem de uma articulação, dependem desse projeto de ocupação dos territórios, porque vai da gestão das redes. A gestão das redes é estadual e municipal, então tem que ser... A gente tem que construir uma política que faça parte dessa ocupação dos territórios com o esporte e também da ação de aumentar a prática, de ampliar em escala a prática. A ocupação das escolas nos finais de semana também está nessa linha.

Também a formação de recursos humanos. É muito importante capacitar os professores para poderem trabalhar com todos os alunos e com todos os cidadãos; não só com os habilidosos. O esporte traz muito isto: esse histórico de trabalhar com os habilidosos e com os melhores. Inclusive a formação acadêmica tem esse viés. Então, a capacitação de recursos humanos para isso é muito importante, além dos gestores esportivos, dos gestores da educação, para que possam incorporar e desenvolver programas como esse de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola aos finais de semana e outros, não é? Então a capacitação é uma questão muito importante. A gente não pode querer resultados novos fazendo as mesmas práticas, a gente tem que incrementar.

Apoio aos municípios, então, eu acho que é superimportante. A gente precisa chegar aos municípios para que possam desenvolver as suas políticas próprias, os seus programas próprios e atender a sua população que está lá, nos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Sobre a questão do Segundo Tempo e do tempo integral, eu espero que consigam romper o modelo do Mais Educação, que, a meu ver, não cumpria a sua tarefa no sentido mais amplo. Então, acho que oportunamente nós podemos, inclusive, discutir o tema, porque não é só estar mais tempo na escola, é como esse tempo vai ser trabalhado pela escola.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Inclusive eu acho – e quero sugerir ao Senadores e Senadoras – que vários desses itens podem ser aprofundados depois, num debate específico de cada item que a Comissão julgar importante também.

Muito bem.

Passamos para o segundo bloco: Senadora Jussara Lima, Senador Romário, Senador Rodrigo Cunha.

Senadora Jussara Lima, com a palavra.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Senador Flávio Arns; cumprimentar os Senadores e as Senadoras aqui presentes e dizer à Ministra que é um prazer recebê-la aqui, na Comissão de Educação, uma das Comissões importantes do Senado Federal, e também dizer que me sinto representada, como mulher, por ter, na pasta, no ministério, uma mulher. E é bom saber também que existem ações, empenho e dedicação para o avanço de atividades e ações em prol do Brasil.

Conte comigo, Ministra. Estamos todas juntas, por um Brasil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Jussara Lima.

É uma honra, de fato, ter a Ministra com a gente aqui, campeã olímpica também, que já deu tantas alegrias para o país todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo em seguida a palavra ao Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente; bom dia, Ministra Ana Moser; bom dia, Sras. Senadoras, Senadores, todos que estão presentes.

Ministra, primeiramente bem-vinda aqui a esta Comissão, a esta Casa. Quero dizer que é com muita alegria, muito prazer e honra que eu particularmente recebo a senhora, principalmente porque o histórico que a senhora tem no esporte é um histórico muito positivo. E eu tenho certeza de que essa experiência ao longo da sua carreira esportiva, como medalhista olímpica, por exemplo, vai ajudá-la bastante nessa nova função como Ministra do Esporte. Quero me colocar aqui à disposição para dizer que o gabinete estará sempre de portas aberta para ajudar a senhora no que for possível, no que precisar.

Como eu só tenho cinco minutos, poderia aqui falar vários outros pontos e coisas positivas da senhora, mas eu vou aqui direto às perguntas para a gente adiantar.

Nos próximos dias, o Plano Nacional do Esporte, o retorno da Lei Geral do Esporte, que foi fruto de discussão nesta Casa e sofreu importante modificação na Câmara... Nesse debate podemos contribuir com vários pontos fundamentais da lei geral, como direito dos atletas, regras de governança e transparência e organização do Sistema Nacional do Esporte. A senhora conhece bem essa realidade como ex-atleta e gestora. Qual é a visão da senhora e do Governo sobre esses dois diplomas legais? Há algum ponto específico que queira destacar? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: há oito anos, fizemos aqui uma CPI do Futebol em que mostramos os desmandos ocorridos à época da organização da Copa do Mundo de futebol no Brasil. Elefantes brancos foram erguidos, estádios foram superfaturados, obras de infraestrutura estão inacabadas até hoje. Algo bastante parecido também ocorreu nas Olimpíadas do Rio de Janeiro: até hoje temos dificuldades em observar o famoso legado.

A senhora declarou recentemente aqui, no caso, que o Brasil deve trabalhar para sediar a Copa do Mundo de Futebol Feminino em 2027; não será uma nova oportunidade para todos aqueles desmandos novamente acontecerem? A senhora acha que já temos condições econômicas estruturais para sediar novamente esse evento?

Inclusive... É claro que as instituições são compostas por pessoas. Nessa situação, a CBF de hoje é realmente muito diferente da CBF de antes, o seu próprio Presidente tem tido atitudes que eu realmente tenho que aplaudir, mas a CBF é uma das instituições mais corruptas que nós temos no futebol mundial. Como a senhora é do vôlei, talvez a senhora não tenha um total conhecimento do que acontece lá. Quero pedir à senhora que fique bastante atenta nessa articulação que será feita entre o Ministério do Esporte e a CBF, em relação a essa possível Copa do Mundo. Antecipadamente, gostaria de adiantar que muitos pontos falhos, que aconteceram em relação tanto à Copa do Mundo de futebol masculino, em 2014, quanto às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olimpíadas... Nós tivemos, realmente, grandes falhas, grandes problemas estruturais. Muitos, praticamente todos os estádios foram superfaturados. E, como eu falei aqui na minha pergunta, esta CPI tem todos esses documentos, tudo isso que eu estou colocando aqui para a senhora. Quero deixar a senhora, inclusive, bastante à vontade se quiser, o seu grupo técnico, ajuda em relação ao que foi levantado sobre a Copa do Mundo e as Olimpíadas. A gente também estará à disposição.

A outra pergunta que eu tenho aqui vem dos profissionais de educação física, Ministra, do Confef – aliás, são duas:

> As políticas públicas do esporte estão relacionadas com a saúde, combate ao sedentarismo, lazer e respaldo aos atletas profissionais. Além de incentivar hábitos mais saudáveis na população e, consequentemente, aliviar o sistema público de saúde, as ações contribuem para o bom uso dos impostos. Considerando esse cenário, questionamos como os profissionais de educação física serão incluídos nas estratégias do ministério como peças fundamentais para garantir a qualidade do ensino do esporte?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só mais um minuto, Sr. Presidente.

> O PL nº 409/2022, que trata do Plano Nacional do Esporte, está tramitando no Senado e é um projeto que converge com as necessidades para as políticas públicas de esporte, razão pela qual, no art. 3º do projeto, é citada a qualificação, a gestão na área desportiva nos setores público e privado. Diante disso, como a senhora pensa em investir na questão da qualificação profissional para o ensino do esporte nas comunidades?

Eu até teria outras perguntas, algumas já foram até feitas, principalmente sobre os jogos de casas de apostas, mas eu vou ficar com essas quatro aqui.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença da senhora aqui nesta Comissão e, mais uma vez, quero deixar para a senhora e para todo o grupo que o nosso gabinete estará sempre aberto para poder ajudá-los no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a participação do Senador Romário.

Eu quero dizer que nós temos três campeões aqui: a própria Ministra, o Senador Romário, que também tantas alegrias já deu ao povo brasileiro, e a Senadora Leila também. S. Exa., hoje, não está aqui presente porque está em viagem ao exterior, mas deixou um abraço muito especial para a Ministra. Ambas participaram juntas de Olimpíadas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER (*Fora do microfone*.) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, pode falar. (*Risos.*)

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – A gente tem aqui, também na equipe, o Diogo Silva...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É; olha aí!

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – ... medalhista pan-americano, no taekwondo; e a Marta Sobral, medalhista olímpica, que também fazem parte da equipe. Também estão aí. Já que estamos falando de campões, vamos falar de todo mundo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Uma salva de palmas, então, para os campeões. (*Palmas.*)

Temos que falar de todo mundo e com orgulho também, não é? Parabéns!

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha.

É o último Senador nesse segundo bloco.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Para interpelar.) – Bom dia, nosso Senador Presidente Flávio Arns, Sras. Senadoras presentes, Srs. Senadores, em especial nossa Ministra Ana Moser, que se faz aqui presente.

Primeiramente, Ministra, eu quero desejar sucesso a V. Exa. na missão. Eu tenho certeza absoluta de que o senso republicano, o amor pelo esporte V. Exa. conhece como poucos neste país, inclusive o seu poder transformador de vidas – aí é por onde eu quero começar.

O esporte para mim – e eu tenho certeza de que para todos que aí estão – serve também como referência. Infelizmente, muitas famílias, muitas crianças, muitos jovens não têm o que eu tive dentro de casa, que é a referência do meu pai e da minha mãe. E, quando ele entra numa escolinha de futebol, quando ele se torna um aluno de judô, ele busca o professor para ser sua referência, e ali passa disciplina e ele consegue sonhar com dias melhores. Se ele não tem uma referência dentro de casa, se ele não tem uma referência no esporte, ele vai buscar em um adolescente às vezes maior que caminha por linhas tortas. Então, esse assunto aqui nesta Comissão é extremamente importante ser tratado com a presença de V. Exa.

Quando eu ouvi falar aqui, em todas as falas, sobre a educação física, a importância do esporte nas escolas, sempre há um direcionamento para o contraturno escolar e para as escolas de ensino integral, mas, infelizmente, essa não é uma realidade ainda da grande maioria dos municípios brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu Estado de Alagoas é o estado que tem maior evasão e abandono escolar deste país, que tem a maior quantidade de analfabetos deste país. Infelizmente, o esporte na escola não existe ou existe muito pouco e, quando se tem... E aqui não estou falando do contraturno nem do ensino integral. Estou dizendo que para os alunos que normalmente teriam aula de educação física, na hora de ter aula de educação física, quando têm, é jogar bola. Eu sou amante do futebol, fã do Romário, mas muitas pessoas não gostam de futebol e aí não têm um esporte para praticar. E o jogar bola muitas vezes é soltar uma bola para os meninos jogarem. Não que os professores de educação física não tenham essa aptidão, mas falta uma matéria multidisciplinar, conhecer as outras atividades esportivas. E, muitas vezes, quando isso acontece nos municípios, é a expensas do professor, tirando do bolso para comprar uma bola de vôlei, para comprar um cone, para comprar algum material didático.

Então, por saber que o município e o estado são os responsáveis por isso – eu tenho certeza –, eu acredito que seja importante enxergar um todo e focar também em um projeto que não seja apenas no contraturno escolar. Inclusive muitos alunos não estudam hoje no meu estado porque não tem vaga nas escolas. E, se dividir o contraturno escolar, vai ter que diminuir, na maioria das vezes, a quantidade de alunos, infelizmente. Então essa é a realidade que não é só de Alagoas, mas de boa parte do país.

E aqui faço um apelo para que V. Exa., além de pensar sempre no contraturno escolar, que é importante, e no ensino integral, que é o indicado, que é o excelente, enquanto isso, para que a gente não perca novas gerações e como uma forma de buscar para dentro das escolas esses alunos, investir nas aulas de educação física, na capacitação dos professores e em esporte multidisciplinar. Então, acredito que esse é um caminho.

Além disso, eu gostaria de ouvir de V. Exa. se o ministério pensa em alguma estratégia específica para o esporte amador, tendo em vista a grande quantidade de atletas que nós temos espalhados pelo país inteiro, se existem recursos específicos ou alguma ação, projeto ou programa também direcionado.

Vou mencionar também dois outros assuntos rapidamente.

Foi bem falado aqui sobre o *e-sports* – e aqui eu demonstro a importância de V. Exa. estar aqui hoje, porque foi noticiado no país inteiro que V. Exa. tinha um posicionamento contrário e que não aceitava falar sobre o *e-sports*, porque seria entretenimento e não esporte. E eu já ouvi a fala de V. Exa. dizendo que vai estudar o assunto, que é um assunto que vai ser internalizado e que pode ser que tenha outro entendimento, como há em vários outros países.

O *e-sports*, no meu ponto de vista... Inclusive esta Comissão, já seguindo os conselhos do nosso Presidente Flávio Arns, vai se aprofundar sobre o assunto. Tem um requerimento do nosso gabinete para realizar uma audiência pública sobre esse tema, porque a gente está passando por um momento de transição, de mudança de vida. Então, do mesmo jeito, da mesma maneira que o xadrez é considerado um esporte e trabalha com a mentalidade, trabalha com esforço mental, e, da mesma forma que o tiro é esportivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, olímpico, e não tem esforço físico ou, pelo menos, é um mínimo, é mais concentração, o *e-sports* é uma realidade que hoje angaria muitos jovens, que tem tudo para ser cada vez mais profissionalizado e vai ser regulamentado. Então, se a tendência do mundo é seguir isso...

Inclusive, o COE vai realizar um evento em junho, ou seja, já é um indicativo, não é? Um comitê olímpico interacional realizar um evento em junho sobre o *e-sports* é um indicativo, embora ainda não tenha abraçado a causa. Mas que a gente possa também não ficar parado no tempo sobre esse assunto, que faz também com que muitos jovens...

Aqui eu menciono uma escola que eu ajudei a abrir no meu Estado de Alagoas, através de uma associação, de uma ONG, que é uma escola que a gente chama de *e-gamers*, uma escola que forma jovens não só para serem profissionais atletas, como eles são chamados, com técnicos, com tudo, mas também para conseguirem fazer sistemas, para conseguirem mexer em *hardwares*, *softwares*, inclusive aprendendo outras línguas dentro dessa escola. Então, é a realidade nossa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de que V. Exa. realmente se debruçasse sobre esse assunto pela quantidade de brasileiros que são atingidos.

E, por fim, outro assunto que também foi bastante debatido aqui sobre as apostas *online*, que já são uma realidade no mundo inteiro. Nós sabemos que já há uma medida provisória para ser encaminhada para o Congresso. V. Exa. tem conhecimento inclusive da destinação desses recursos? Há um percentual para ser destinado ao esporte? E, se for possível, já deixar discriminado se poderia uma parte ir para o esporte amador, para o esporte feminino, ou paradesporto. Aqui, a nossa Deputada Rosinha, sempre atuante, puxando para a causa de muitos brasileiros para que a gente possa já sair pelo menos com esse direcionamento, e que possamos aqui também tomar os nossos passos.

Então, eu queria, mais uma vez, parabenizar V. Exa. O Brasil continua torcendo por Ana Moser não mais as quadras, mas agora numa função pública importantíssima para servir de estímulo para a juventude, para os jovens e para todos os atletas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Torcemos muito por ela e pela equipe anos atrás. Agora torcemos para ela como Ministra do Esporte, não é?

Com a palavra, então, a Ministra Ana Moser.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER (Para expor.) – Quero agradecer à Senadora Jussara pelas palavras. Muito obrigada! Contamos com vocês aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai ter oportunidades aqui para interagir, especialmente – já respondendo ao Senador Romário – na tramitação do plano nacional e da lei geral, porque a lei geral, Senador, voltou apensada a outro projeto de lei da Câmara e voltou com algumas mudanças. Então, a gente vai precisar tratar dessa lei. Ela está muito mais próxima de ser aprovada, e a gente tem muito interesse de conversar sobre isso. E contamos bastante com o apoio do Senado e desta Comissão para a gente trazer essas questões que ainda ficaram, mas com certeza é uma legislação que está muito mais próxima de ser aprovada, diferentemente do Plano Nacional, que tem que tramitar no Senado – e aí mais ainda.

E aí, com relação ao Plano Nacional, o Plano Nacional – só rapidamente um histórico – começou em 2016... Acho que começou anteriormente. Na verdade, o Plano Nacional é o resultado dos conteúdos das três conferências nacionais, que foram construindo essa política e, em 2016, na Comissão de Esportes da Câmara, começou a ser estruturado esse Plano Nacional do jeito que ele está hoje. E tramitou desde então... Ficou parado no Governo Federal durante bastante tempo; saiu de volta para o Congresso; tramitou na Câmara; e está agora no Senado.

Só que ele dispõe de cinco diretrizes. A Diretriz 1, que seria o esporte para crianças e jovens; a Diretriz 2 seria o esporte para jovens e adultos, o esporte para toda a vida; a Diretriz 3 é o esporte de rendimento; e aí tem futebol e o próprio sistema – são as cinco diretrizes.

A Diretriz 1 e a Diretriz 2 estão muito pouco... Como é que eu posso dizer? Elas têm cinco páginas cada uma, e a Diretriz 3, do esporte de rendimento, tem 25. Então, elas estão claramente pouco estruturadas. E, do jeito que está hoje, é difícil a conexão com o contexto real do que a gente tem de esporte e do passo a passo para poder chegar ao objetivo que é, enfim... A meta 1 da Diretriz 1 fala em 100% dos alunos com três aulas de educação física curriculares. O Ministério do Esporte não tem como legislar sobre isso, porque essa é uma questão do Ministério da Educação. Então, ela não está bem estruturada. A gente precisaria trabalhar esse conteúdo. Então, nós temos a expectativa, no ministério, de tratarmos de conteúdo e estamos estruturando uma proposta de conteúdo para a Diretriz 1 e para a Diretriz 2, quer dizer, para o plano de uma maneira geral.

Mas é uma legislação superimportante, que vai dar base para a política nacional e para como o sistema, que é a Lei Geral, vai ser implementado nos próximos anos. É isso que o plano tem que tem que apresentar.

Então, mais uma vez, a gente vai contar com a parceria de vocês para que a gente tenha boas legislações aprovadas, que deem uma boa base para o sistema de esporte do país.

O legado da Copa do Mundo e da Olimpíada...

Senador, assim, a proposta inclusive dessa Copa do Mundo feminina vai exatamente nessa linha de utilizar esse legado da Copa do Mundo especialmente. A gente não precisa construir nada para fazer a Copa do Mundo feminina. Isso eu acho que é até uma iniciativa que vai na valorização desse legado, dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estruturas. Já Olimpíada, se o senhor quiser falar sobre isso, eu posso parar aqui, porque depois eu posso falar de Olimpíada.

Sobre o legado da Copa do Mundo, eu acho que é nesse sentido. E até essa iniciativa da Copa do Mundo Feminina, para valorizar isso aí, e que é também a culminância de uma política, não é? Não é algo isolado; é a culminância de uma política de esporte, de futebol feminino, para apoio, para o desenvolvimento do futebol feminino, que culminaria num grande evento, trazendo até a celebração de um esporte, de um futebol feminino mais desenvolvido no país, não é?

E o legado da Olimpíada, nós temos questões. Não estou dizendo que é simples, não é simples. Nós temos questões a responder. Nós temos o Parque Olímpico da Barra da Tijuca, que tem uma arena privatizada, duas arenas desmontadas em fase final de desmonte, que já estava previsto, e uma arena que está virando uma escola de ensino básico, uma escola esportiva, que é o GEO, que é a política lá da Prefeitura do Rio, que é o ginásio olímpico, e outras duas arenas a serem encaminhadas à utilização. Tem muitos eventos acontecendo, mas é um parque olímpico de alto desempenho e que precisa ser bem encaminhado.

Da mesma maneira, o Parque Olímpico de Deodoro. Ali a gente tem a única pista de tiro esportivo da América do Sul, eu acho; do Brasil, com certeza. A única pista de *cross country*, de hipismo, uma pista de saltos superevoluída, o campo de hóquei sobre a grama, que é o único também no Brasil.

Então, ali a gente tem estruturas que, para a nossa condição esportiva, são pouco utilizadas, porque nós temos pouco esporte acontecendo no país, que é o que nós temos que mudar, a realidade que nós temos que mudar. Mas são as únicas da América Latina. Então, eu acho que equipamentos como esse têm que ser preservados, e essa é a visão que este ministério está trabalhando, junto com o próprio Ministério da Defesa. Ali, o Parque Deodoro, o terreno é do Exército, não é? Então, não é só do Esporte.

E nós temos uma rede de treinamento, que é a Rede Nacional de Treinamento, que são equipamentos espalhados pelo Brasil, que não são do ministério. São construídos pelo ministério, mas já pela gestão de municípios e estados. E a gente tem como visão organizar essa rede nacional e fomentá-la para o treinamento de alto rendimento no país, não é?

Meu tempo está acabando.

Sobre as questões do Confef, tanto a educação física escolar quanto a capacitação dos profissionais de educação física... A educação física escolar, muitas vezes, quando a gente vai olhar para essas estratégias de redes, quando a gente vai para os municípios, a gente vai encontrar redes municipais que não têm realmente a educação integral e que só têm a educação física escolar. E, mesmo assim, algumas não têm o profissional de educação física. Muitas vezes, a educação física só está no papel, ela não está na prática. Quando a gente vai para o Nordeste, a gente está brigando por... Ou para outras regiões, a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brigando, muitas vezes... E não é só no Nordeste. Muitos municípios de São Paulo não têm o profissional de educação física na educação básica. Trabalhei em outras épocas em municípios como Pindamonhangaba, que não tinha professor de Educação Física na rede municipal, e a uma hora e meia de São Paulo. E nesses lugares a gente briga por 80 horas por ano, que são duas aulas de Educação Física por semana. Então são crianças e jovens pelos quais a gente briga por 80 horas por ano de atividade orientada.

Esse é o nosso contexto. Nós temos que reconhecer esse contexto e buscar políticas para avançar. Nós não temos ainda esse diagnóstico. Nós falamos em cima de observação, não em cima de dados para políticas públicas, então temos que buscar construir isso tudo.

E capacitação: vocês já conseguem ampliar a inclusão só por capacitar profissionais de Educação Física ou professores que orientem a Educação Física escolar. A partir do momento em que eles têm ferramentas para incluir a todos, ali você já está ampliando. O que acontece hoje exatamente é que são alguns habilidosos jogando futebol e muita gente do lado de fora sem fazer atividade. Enfim, essa... Isso também vai ao encontro do que coloca o Senador Rodrigo: o esporte na escola não existe, porque poucas escolas têm educação integral – foi exatamente isso – e a Educação Física atende a poucos, não é?

O esporte amador também é prioridade desse ministério, na forma do esporte que acontece nos municípios, porque o esporte está nesses lugares. Você tem times de futebol de várzea em cada bairro desse país; em cada canto você tem vários times de futebol de várzea, você tem essa manifestação esportiva acontecendo, você tem competição escolar, competição comunitária em vários lugares. Quando nós tivermos o nosso sistema, quando nós tivermos a condição de estabelecer a disseminação de cadastro dessas instituições, com um cadastro nacional que seja a porta de entrada para um fundo nacional, para ser reconhecido pelo sistema, a partir desse cadastro nacional teremos a leitura do que se tem em campo em termos de manifestações, em termos de profissionais, de pessoas, de projetos, de instituições fazendo esporte no país. A gente não tem essa visão hoje. O sistema nacional pode trazer essa institucionalidade para o esporte, com essa visão do que acontece efetivamente em campo.

O *e-sport*: eu acho importante tratar sobre isso e escutar os vários atores. Quando o Senador Rodrigo falava do projeto de apoio municipal, ele falava exatamente dessa intersetorialidade, do desenvolvimento de programações, então se está falando de ciência e tecnologia, se está falando de emprego, se está falando de estrutura, e isso passa por várias pastas e a gente tem que organizar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – E essa discussão trazida para essa Comissão com certeza vai ajudar nesse debate e na estruturação de boas políticas para a área.

Sobre apostas *online*, nós estamos exatamente lutando, nesse debate, pela estruturação da legislação para essas apostas *online.* Nossa intenção é buscar financiamento, mesmo, para o Esporte para Todos, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma parte desses tributos ou da geração de recurso desse setor seja encaminhada para o Fundo Nacional do Esporte e que vá financiar o Esporte para Todos. Essa é a nossa intenção.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Quero destacar também a presença do ex-Deputado Carlos Abicalil – seja muito bem-vindo –; do Deputado Estadual também por Rondônia Cássio Gois – muito bem-vindo também –; e da Silvia Cristina, Deputada Federal também – seja muito bem-vinda também a esta Comissão.

Antes de passar para o Senador Confúcio Moura, para a Senadora Teresa Leitão e para o Senador Marcelo Castro, que fazem parte desse terceiro grupo, só vou ler rapidamente algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania. Algumas já foram respondidas, mas é importante a gente lembrar que todas as pessoas podem participar desta audiência.

Gustavo Mariano, do Distrito Federal: "Haverá alguma mudança quanto ao [...] [Programa] Bolsa-Atleta?".

Átila Conceição, da Bahia: "O futebol feminino ainda está [...] [se desenvolvendo]. Quais investimentos e planos serão adotados para incentivar a prática do esporte [...]?".

Andrey Cavalcante, do Acre: "Quais são os planos para esportes menos conhecidos ou novos que estão surgindo?".

Nathaly da Silva, de Pernambuco: "Como a Ministra [...] pretende promover a inclusão e a diversidade no esporte nacional?".

Lúcio Ruivo, de São Paulo: "Existe algum plano para tratar e recuperar os atletas lesionados [...] [por meio de políticas sociais do governo]?".

José Alexandre, do Distrito Federal: "[...] na gestão anterior programas [...], como o Academia & Futebol e o Programa Integra Brasil, foram lançados. [...] [Pretende-se mantê-los]?".

Também o Luan Felipe, do Rio de Janeiro: "Como será a política da pasta do Esporte em relação às escolas e universidades públicas? Haverá maior investimento?".

Pedro Rodrigues, do Rio de Janeiro: "O que será feito de investimento para encontrar e incentivar novos talentos no esporte?".

Ruan Pinheiro, do Rio de Janeiro: "O foco será somente os atletas profissionais?".

Júlia Falcão, do Rio de Janeiro: "Existe alguma ação na agenda do ministério que tenha como finalidade a formação de novos atletas nas modalidades olímpicas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basicamente são essas as perguntas que chegaram também. Há algumas a mais que estão repetidas.

Muito bem. Passamos, então, ao nosso terceiro bloco.

Na sequência, será o Senador Confúcio Moura, depois o Senador Marcelo Castro e, em seguida, a Senadora Teresa Leitão.

Com a palavra, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Ministra, Senadores e Senadoras presentes... O senhor já fez a saudação aos nossos Deputados – a Deputada Silva Cristina e o Cássio – do nosso Estado de Rondônia.

Ministra, é o seguinte: o orçamento do esporte é o que sobra. Faz-se o rateio entre saúde, educação, transporte, tal e tal. Sobrou alguma coisa? Então, vai para o esporte. A quantidade ninguém sabe quanto. Então, por certo – a senhora apresentou no início que é 0,04% –, deve continuar a mesma coisa ou com pequena oscilação: um pouco mais, um pouco menos. Eu acredito que V. Exa. terá que ser uma grande articuladora nacional para coordenar esse concerto de estados e municípios e fazer com que o dinheiro estadual, o dinheiro municipal seja investido em esporte, e isso através de um excelente sistema de comunicação que a senhora poderá divulgar.

Do outro lado, há as praças esportivas já construídas ao longo desses 500 anos de Brasil. Tem muita coisa... Aqui em Brasília, perto do Ginásio Mané Garrincha, logo acima, a senhora vai ver uma estrutura riquíssima de esporte, quadras múltiplas totalmente danificadas, imprestáveis. Aqui! Aqui! A gente pode ir até a pé. Fora essas, há as do Brasil todo.

Então, é fazer com que esses Governadores e Prefeitos possam recuperar essas áreas esportivas com o dinheiro deles, é lógico. Isso é muito importante.

Por outro lado, a maioria dos equipamentos esportivos hoje estão dentro das escolas. E as escolas têm muro alto. Com o muro alto, ninguém vê quem está lá dentro. Às vezes, uma quadra é usada; às vezes, fica meses sem usar, mas não abrem para a meninada da rua. Isso é difícil.

O que sobrar de dinheiro a senhora invista nas favelas, invista nas comunidades pobres, nas comunidades indígenas, invista em comunidades assim, porque qualquer investimento público numa comunidade pobre será muito bem recebido. A senhora conhece o Rio de Janeiro. Quando a senhora vai a algumas comunidades, não encontra uma quadra decente, não encontra nada. E as pessoas carentes ficam extremamente vaidosas quando alguém vai visitar uma comunidade. Aquela família sai com o visitante para mostrar o que há de mais bonito no seu entorno, e o mais bonito é uma quadra, é uma escola, é uma coisa assim, e lá quase não tem nada. Então eu creio, eu não estou sendo pessimista com a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também uma rede, ao longo desses 500 anos de Brasil, mais recentes inclusive, de programas excelentes que foram aplicados e descontinuados. Às vezes, a gente não precisa nem inventar roda: a gente vai lá atrás, busca um projeto dessa natureza, que está lá está tramitando, está guardado nos arquivos e nos jornais do Brasil, e os reabilita. Aqui mesmo, em Brasília, já teve o Escola por Toda Parte e Esporte à Meia-Noite. O Joaquim Roriz colocou, quando foi Governador, justamente nos bairros onde tinha gangues, nos mais violentos, o Esporte à Meia-Noite, como em Planaltina e em outros locais aqui de Brasília. Então, a gente precisa retomar aqueles programas excelentes que não tiveram continuidade.

Eu sempre falo nos meus discursinhos que o Brasil tem um efeito sanfona cruel: um faz e o outro desfaz. Um faz, trabalha quatro anos, às vezes, até oito anos, e o grande capricho do sucessor é desfazer justamente tudo aquilo que foi feito.

Então, estou falando para a senhora como um camarada que já correu o trecho de muitos espaços públicos, de política, aproveitando o que já tem. E realmente ter muito cuidado na captação dos recursos. O local que a senhora tem para melhorar um pouco o orçamento é colocar uma força-tarefa no seu Ministério para visitar Deputado e Senador. Visitar mesmo!

(*Soa a campainha.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – E colocar as emendas de bancada, emendas individuais e a senhora fazer essa peregrinação para ter mais dinheiro no fim do ano.

Era só isso. E boa sorte para a senhora, viu? Sucesso, que a senhora tenha tanto sucesso no Ministério como teve também na sua atividade esportiva, ao longo da sua vida. Parabéns e boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Gostei muito do efeito sanfona também.

Olha, eu acho que é bem verdade, não é? Temos que recuperar aí projetos que começaram, não tiveram continuidade e que eventualmente possam também trazer bons... Vamos recuperar tudo isso. Não há dúvida.

O Senador Confúcio Moura e o Marcelo Castro, a Teresa Leitão e demais pessoas com muita experiência nessa área, e todos nós dispostos a colaborar.

Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar o nosso Presidente Flávio Arns, cumprimentar a Ministra Ana Moser, os Senadores aqui presentes, a todos, e dizer que fiquei muito feliz com a escolha da Ministra Ana Moser, primeiro, por ser uma mulher. Eu acho que um papel importante que nós temos na política é de valorizar o papel da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher na sociedade. Segundo, por ser uma mulher de grande sucesso na sua área, que foi líder, inclusive era capitã da equipe que representou bem o nosso país durante muitos anos. Então, tem toda a história, tem toda respeitabilidade para ocupar um cargo desta envergadura.

Eu fui Presidente aqui da Comissão de Educação, fui o último Presidente, porque são dois anos. E nesses dois anos, a nossa Vice-Presidente era a Senadora Leila Barros, que é outro grande expoente do esporte brasileiro. Nós conseguimos, na nossa gestão, Senador Confúcio Moura, aprovar matérias importantes para o esporte. Prorrogamos a Lei de Incentivo ao Esporte até 2027 – isso foi feito nesse período em que eu era o Presidente da Comissão – e aprovamos a nova Lei Geral do Esporte, tanto na Comissão quanto no Senado. Ela está na Câmara para ser aprovada naquela Casa e sancionada, e virar lei nacional, porque acreditamos que possa ser, Ministra, um marco importante na nova Lei Geral do Esporte do Brasil.

Eu sou psiquiatra de formação, e a gente que tem uma formação sempre olha o mundo com aquele viés. Então, eu sou um entusiasta do esporte não só pelo esporte, mas eu vejo no esporte uma maneira muito forte de aprimorar, de fortalecer a personalidade das crianças, dos jovens, porque quem pratica esporte termina melhorando a autoestima, termina descobrindo capacidades que não eram reconhecidas.

Os esportes coletivos trazem uma cooperação: a pessoa passa a aprender a viver mais em cooperação com as outras, passa a respeitar mais os outros, a saber que sozinha não pode realizar tudo, que precisa da colaboração dos outros, aprende a viver melhor em coletividade. Ou seja, eu entendo que isso prepara melhor a pessoa, do ponto de vista psicológico, do ponto de vista emocional, para viver em sociedade. Então, eu acho que o esporte tem esse papel importante, que a gente precisa sempre incentivar, porque é uma maneira de fortalecer a personalidade da pessoa, de melhorar a autoestima, de abrir oportunidades e de preparar a pessoa para a vida em sociedade.

Então, quero parabenizar V. Exa. e dizer que a senhora contará com o apoio desta Comissão. Todos os anos em que nós estivemos aqui à frente da Comissão, nós colocamos recursos para o esporte. Esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A gente coloca duas emendas para a educação, uma emenda para a cultura e a outra emenda para o esporte. Infelizmente, o Governo anterior vetava sistematicamente todas as emendas de Comissão, elas não valeram, mas este ano estão valendo. Então, nós colocamos recursos aqui para a Comissão, acredito que a gente continuará, e a senhora terá sempre o apoio aqui desta Comissão no que estiver ao nosso alcance para colaborar para a senhora fazer uma boa administração em favor do esporte brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Marcelo Castro, ex-Presidente desta Comissão também – sabe, Ministra? –, ao Senador Confúcio e à Senadora Teresa Leitão, que são pessoas assim também muito destacadas nos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente, Sra. Ministra, demais Senadores e Senadoras aqui presentes.

Antes de tudo, Ministra, quero me desculpar pela ausência na parte inicial da sua exposição, porque eu estava em uma atividade fora do Senado, mas não poderia deixar de estar aqui para saudá-la: saudá-la como mulher e saudá-la como legítima representante do esporte – saiu das quadras para o ministério por trabalho, por convicções, por conhecimento da causa do esporte.

Quero parabenizá-la também pelas ações dos cem dias de Governo, aqui relatadas na apresentação que foi feita, e pelas entregas já realizadas: o edital do Bolsa Atleta, a licença-maternidade no Bolsa Atleta, a abertura para a inscrição de novos projetos da Lei de Incentivo ao Esporte.

Dentre as realizações ou as ações previstas, eu quero destacar o decreto criando o projeto das redes de desenvolvimento do esporte, trabalhado em reunião ampliada no Conselho Nacional do Esporte, com a presença de alguns ministérios, entre eles o Ministério da Educação, e é este o foco da minha observação.

Acho que a escola, o prédio escolar e aquilo que se desenvolve dentro dele, em muitas comunidades, é o único equipamento cultural existente. É a porta de entrada, digamos assim, para uma saída que a gente almeja seja sempre uma saída de aprendizagens, de enriquecimento cultural, de formação para a cidadania. E o esporte dialoga muito com isso.

Dentro desse ambiente, existe – e V. Exa. já fez menção a isto mais de uma vez – um componente curricular chamado educação física, cujo profissional precisa ser licenciado, formado, como a gente diz na linguagem popular, nas universidades em licenciatura em educação física. É um componente curricular tido e havido como inferior, não é? Em conselhos de classe, sempre é um complemento. Não, não pode repetir de ano em educação física. Integrar esse componente curricular aos demais sempre foi um desafio para o chão da escola, e quanto mais trazer essa relação da educação física componente curricular com o mesmo professor que, por exemplo, é responsável pelo desempenho dos estudantes nos jogos escolares.

Então, eu vejo esse movimento e essa articulação como uma saída muito importante para considerar o esporte nessa sua capacidade educativa, não apenas o esporte competitivo, que tem o seu lugar para a gente subir ao pódio, como V. Exa. subiu várias vezes, alegrando nossos corações. Mas, na hora em que a gente traz essas competições para a escola, tem que ter esse componente.

E, dentro dessa perspectiva, eu quero me valer da sanfona do Senador Confúcio... (*Risos.*)

... e dizer que houve um projeto muito importante, que conseguiu traduzir um pouco o ambiente da escola aberto para a comunidade com práticas esportivas, com experiências culturais – e, como era dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola, envolvia também a comunidade interna e a comunidade escolar do âmbito ou dos arredores da escola –, que foi o projeto Mais Educação.

O Mais Educação foi além das letras, foi além das disciplinas regulares e fez esse diálogo. As escolas que praticaram o Mais Educação conseguiram vencer um fator que, às vezes, é comum: a depredação do prédio escolar. Por quê? Porque o senso de pertencimento... "Essa escola é minha, Senador Marcelo, essa escola me pertence, ela existe para mim. Eu vou estudar nela, mas eu também vou trabalhar, vou dançar, vou tocar instrumento, vou competir, vou aprender algo que vai me servir para a vida". É escola extramuros, que preconizava Paulo Freire.

Então, esse projeto só foi possível porque houve essa integração que está aqui, prevista no decreto, uma integração entre vários ministérios, com um foco principal, que é o foco principal do nosso Governo – e acho que as ações do Ministério dos Esportes estão indo nessa direção –, que é o foco da inclusão: a inclusão social e o combate às desigualdades.

Isso deve ser referência de todos os ministérios, e vejo com alegria que é referência do Ministério dos Esportes. Que tenhamos muitas vitórias nesses quatro anos, vitórias que nos levem aos pódios da vida, não é? Que nos deem medalhas de ouro de inclusão, de desenvolvimento, de cidadania, porque essas são as medalhas necessárias para o povo brasileiro, tão sofrido, como disse o Senador, tão esquecido até de emendas parlamentares!

Que Governo é capaz de rejeitar emenda parlamentar, não é? Que Governo é capaz disso? O Governo que não se preocupa com o povo. Felizmente, estamos em outra realidade.

Parabéns, Ministra. Muito sucesso. E conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Teresa Leitão.

Eu só gostaria de destacar também a importância... O Senador Marcos Pontes havia também se inscrito para perguntar para... Se V. Exa. quiser agora... Foram três, mas a gente pode incluir o quarto Senador, não é, Ministra? (*Pausa.*)

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado.

Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de parabenizá-la pela apresentação. Acho que foi bastante interessante. E só algumas perguntas relativamente simples, mas eu acredito que podem contribuir. A ideia é sempre essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi, nas prioridades, que uma das prioridades era a melhoria do Bolsa Atleta. Esse Bolsa Atleta tem sido uma ferramenta fundamental para o esporte brasileiro. Em 2021, contemplou a maior lista de beneficiados da história, com 7.248 contemplados. Em 2022, a lista de entidades foi ampliada, e o teto do auxílio subiu para R$12 mil. Como a senhora vê a melhoria? Como melhorar isso? Conforme a prioridade colocada, como melhorar esse Bolsa Atleta? Essa é a primeira questão.

A segunda é com relação ao chamado Auxílio Brasil e agora Bolsa Família. Nós tínhamos uma parte da Bolsa Família, quando estava lá, na Cidadania, que era o seguinte, para os jovens que eram da família do Bolsa Família agora, e que tivessem uma performance muito boa nas olimpíadas científicas, por exemplo, Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica, Olimpíada de Matemática. Eles tinham um pequeno acréscimo dado pelo CNPq, que era uma bolsa de R$100 por mês, durante um ano, e além disso a família recebia também R$1 mil de uma vez, para... A ideia era motivar os jovens para estudar. Da mesma forma, havia algo similar do lado de esporte. Eu queria ver a sua opinião sobre isso e se isso aí vai continuar para as famílias do Bolsa Família, que eu achei uma ideia muito boa, tanto que apoiei bastante isso aí, quando eu era Ministro da Ciência e Tecnologia.

Há alguns outros pontos que eu anotei aqui, sempre com essa ideia de ajudar, que é a questão da parceria com o privado. Eu passei também muito aperto com relação ao orçamento, então, essa parceria com o privado é muito importante. Veja o que você tem de ideias, o que a senhora tem de ideias aí para fazer essa parceria com o setor privado, para ajudar no aumento do orçamento e do dinheiro aplicado ao esporte.

Outro ponto é com relação ao incentivo ao esporte no ensino médio. Já foi falado aqui dessas possibilidades de incentivo como a gente vê nos Estados Unidos – certamente a senhora conhece lá como funciona –: no ensino médio, existe um apoio muito grande ao desenvolvimento do esporte e, depois, esses atletas desenvolvidos ali, no caso os Estados Unidos, acabam tendo bolsas de ensino para as universidades. E isso é um percentual bastante alto em termos de valor daquela universidade. Aqui, no caso, para as universidades públicas, a gente não tem o pagamento da universidade pública, mas sempre há a questão do vestibular, a questão da entrada pelo Enem e assim por diante. A pergunta é se existe alguma ideia de se dar algum tipo de vantagem aos atletas para que eles possam ingressar nas universidades. Eu acho que seria um incentivo bastante interessante.

E, finalmente aqui, eu vi a questão do Sistema Nacional do Esportes sendo desenvolvido. Isso é extremamente importante. Comparando ali com a parte de ciência e tecnologia, nós abrimos também a criação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, e já existe Conselho Nacional do Esporte. A Política Nacional do Esporte, da mesma forma nós colocamos a Política Nacional de Ciência e Tecnologia. E um ponto que a gente tinha na colocação e que vai passar por aqui é a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia – eu vi que para o esporte parece que existem estratégias diversas, dependendo do setor. Como a senhora vê isso? E depois os planos embaixo dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégias – ou dessa estratégia – se a senhora vê essa possibilidade de organização e como está essa organização. Isso, sem dúvida nenhuma, ajuda muito a manter o sistema estruturado.

E, finalmente, uma sugestão aqui, com relação a indicadores. Por exemplo, agora a gente está tendo a primeira reunião. Eu tive, quando Ministro, a primeira reunião, em que eu apresentei as ideias e, a partir dali, eu coloquei uma série de indicadores que eu mantive ali, no ministério, para, depois, nas outras reuniões aqui no Congresso, seja na Câmara, seja aqui no Senado, apresentar a progressão desses indicadores, que é uma boa maneira de a gente seguir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Se houver algum ponto que precise de certa ajuda daqui, do Congresso, para que possamos melhorar, por exemplo, o orçamento, etc., esses indicadores e esses marcadores são importantes, de forma que a gente possa contribuir para melhorar.

E, logicamente, todo mundo aqui quer que o Brasil tenha uma participação cada vez maior de jovens no esporte. A gente viu aí a necessidade em termos de obesidade, de saúde, de uma série de... Mesmo o trabalho em equipe, tudo isso aí é muito importante para gente acompanhar aqui e poder ajudar.

Então, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Agradeço ao Senador Astronauta Marcos Pontes. É uma honra também. Parabéns pelo trabalho.

Passo a palavra, então, a Ministra Ana Moser.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER (Para expor.) – Talvez eu possa começar respondendo ao Senador Marcos Pontes, porque são perguntas mais objetivas, e até aproveitar aqui o final dos seus questionamentos, porque acho que me conecta com as falas dos Senadores Confúcio, Marcelo e Teresa.

Com relação ao Bolsa Atleta, a gente já teve esse ano 8.261 inscrições, então o recorde é nosso, Senador – nós batemos esse ano –, o que é bom, porque eu acho que a gente tem que sempre superar. E espero que esse recorde seja batido e que nós tenhamos condição de incluir mais pessoas, mais atletas nessa política.

E as melhorias, que a gente vai trabalhar durante este ano... A gente teve que lançar o edital logo, em fevereiro, porque o importante era realmente abrir o período de inscrição para poder exatamente compor essa temporada, neste ano os atletas poderem estar cobertos pela política.

Mas há muitas coisas a melhorar. O valor – o reajuste do valor –, que precisa ser atualizado. As modalidades não olímpicas, que nós também queremos ampliar. Só que é preciso ampliar o orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma questão de buscar ampliar o orçamento, porque hoje nós não temos orçamento para isto: para a gente poder melhorar, ampliar as dimensões e o número de atletas contemplados.

Então, as principais frentes a serem ampliadas: o valor e os atletas não olímpicos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Isso. O fundo está na lei geral. O Fundo Nacional do Esporte está na Lei Geral do Esporte, com as suas versões federal, estadual e municipal, o sistema todo.

Quanto à questão do Auxílio Brasil, ele está em vigência acho que até o final do ano. O Auxílio Brasil atende aos resultados na competição escolar, na competição eu acho que no JEB's, os jogos da juventude – é um dos dois –, mas é nessa competição escolar. Então, é a faixa já que contempla essa categoria, que é a competição escolar. Então, também vai estar dentro das melhorias do Bolsa Atleta.

Parcerias com o setor privado. Sim, são superimportantes. A gente tem a lei de incentivo, que basicamente são projetos aprovados, apresentados por ONGs, clubes, associações, sociedade civil, e financiados por recursos isentos de Imposto de Renda de empresas. Então, é uma política que está muito relacionada com a iniciativa privada. São todas instituições privadas.

Então, estruturar junto com as empresas – e a gente ainda subindo de 1% para 2% – que financiam, que fazem os editais, que selecionam os projetos das instituições é um alinhamento com essa nossa política de ocupação dos territórios. Que a gente possa trazer, convergir ações das empresas voltadas para o Esporte para Todos.

Apesar de o viés competitivo do esporte ser muito forte, seu viés de alto rendimento, existe uma visão de desenvolvimento pelo esporte compartilhada pelas empresas, compartilhada pela sociedade. Então, é muito coerente e é muito possível nós conseguirmos apoio do setor privado, convergindo com as nossas políticas de ocupação dos territórios, que são as nossas redes de desenvolvimento do esporte, que eu apresentei mais cedo.

Quando ao esporte no ensino médio, a gente tem que desenvolver, Senador, o nosso modelo brasileiro. Lógico que a gente olha para os países desenvolvidos e vê o desejo de chegar lá. E nós temos... Mais cedo eu falava que a gente briga em muitos municípios simplesmente para cumprir a educação física, que são duas aulas por semana, 80 horas por ano. Imagina uma criança e jovem fazendo só 80 horas por ano? Já é pouco, e muitas nem têm isso. Então nós estamos num outro patamar. Nós precisamos buscar as formas de alcançarmos escala.

E, mais uma vez, o esporte não vai ter esse recurso para fazer o atendimento direto em esporte para toda a população. Nós temos que contar com a articulação, com outras pastas, que, no caso dessa faixa etária, é a educação, mas também a assistência social, mas também a própria saúde, para buscarmos desenvolver o nosso sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sobre o apoio a atletas universitários, que o senhor mencionou, é realizado a partir da própria competição universitária, da CBDU, que está dentro do sistema. O sistema competitivo no Brasil é financiado pelos recursos da Loteria Federal. Há muitos anos, o Comitê Olímpico, as confederações, a Confederação do Desporto Universitário, de desporto educacional, o Comitê Brasileiro de Clubes, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos... Existe essa estrutura de esporte competitivo que é financiada pelos recursos das loterias e, no caso, os atletas universitários estão dentro das ações, das iniciativas da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) e de outros programas diretos.

Dentro da nossa estratégia de ocupação dos territórios, vai haver universidades nesses municípios que vão estar participando de competições, que têm suas atléticas, que participam das competições da CBDU e de outras competições não tão formais, que as ligas... Existe todo um ecossistema que funciona só que não em escala. Então, reconhecendo que eles estão acontecendo, vamos fomentar para que ampliem.

O senhor também falou de planejamento das dimensões do esporte. Nós temos o plano nacional, que vai nos colocar metas, indicadores e tempo para serem alcançadas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Nós temos o PPA, que é Plano Plurianual, também acontecendo neste primeiro semestre. São todas iniciativas que vão fatalmente fazer com que nós planejemos o esporte para os próximos anos. Temos também os planejamentos das secretarias, num período de tempo mais curto. Tudo isso está acontecendo e tem que estar alinhado. Inclusive, o plano nacional não está alinhado – eu me esqueci de falar isso anteriormente – com a própria Lei Geral do Esporte, porque elas foram construídas em tempos diferentes, em lugares diferentes e elas não estão alinhadas. Então, é mais uma questão importante. Quando o plano nacional começar a tramitar no Senado, esse alinhamento é superimportante.

Isso é uma questão que, com toda essa política, a gente espera poder desenvolver, porque as nossas estratégias de ocupação dos territórios, a rede nacional de desenvolvimento do esporte, é pegar toda essa teoria, toda essa legislação e ir para o chão da fábrica, pé no barro, ir para o município, que é onde estão as crianças, os jovens, onde está a população e onde estão os projetos. Muitos são municipais, alguns são estaduais, outros são federais direto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – ... e muitos deles são financiados por recurso federal. E, dentro do sistema, quando estiver aprovado, o recurso, o fundo nacional vai buscar recurso novo para o esporte, para fomentar mais ações.

Então, a gente tem uma articulação com a educação para a faixa etária de criança e adolescente; e uma articulação com a saúde e a assistência social para as outras faixas etárias. E, veja bem, a educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem um custo por aluno, o Custo Aluno Qualidade – você vai melhorando essa leitura, mas existe, no sistema de educação, uma visão de quanto custa um aluno –, e na saúde você também tem essa visão de quanto custa um cidadão para ser atendido no SUS. A nossa pretensão é a gente chegar a um valor *per capita* de quanto custa a mais para a educação atender com o esporte esse aluno; de quanto custa a mais para a saúde para atender com a atividade física – na educação, numa perspectiva de desenvolvimento humano; na saúde, numa perspectiva de saúde preventiva. Qual é esse valor? Quanto custa isso? Para quando se chegar a uma cidade... Qual é a população dessa cidade? Bom, com essa população, para nós atendermos 100% dessa população, como está previsto na Constituição – que é direito de todos –, quanto vai custar? Nós vamos fazer essa projeção.

Então, essa é seriamente a discussão, que, é lógico, não fui eu que trouxe nem o Governo do PT, mas nós estamos com a responsabilidade de fazer este momento histórico virar, porque nós estamos no momento da virada. Construído por três conferências, sei lá quantos encontros de especialistas, dentro dessas Casas Legislativas, todo esse acúmulo chega a este ponto para a gente fazer a virada, a aprovação e a implantação disso em campo. E daí fazer com que programas, com que todos os ativos do esporte sejam reconhecidos e valorizados e com que a gente possa chegar aos municípios e organizar o que acontece, capacitar o que está lá.

Mais uma vez, o nosso poder, o poder do Ministério do Esporte, pelo recurso limitado que temos, é fazer política, é fazer método, é disseminar isso. Então, essa é a nossa expectativa.

O meu tempo já foi, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Mas pode seguir.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Mas eu acho, enfim, que dessa maneira...

A Senadora Teresa falava do esporte como educação, do esporte com educação. É essa a nossa visão também. E ela também compartilhada com o Ministério da Educação, com o Ministério da Saúde, que já nos olham com esse olhar de desenvolvimento humano, de saúde preventiva, de construir políticas de educação integral dentro da educação, mas também de garantir que essas políticas serão efetivas. O esporte está ganhando essa relevância dentro dessas outras políticas. Esse é o momento que a gente está vivendo e que, repito, é um acúmulo de anos que neste momento a gente pode fazer virar, para ter o esporte como fator de desenvolvimento humano, para lutar contra a desigualdade, incluir quem está fora. Para isso, a gente precisa da lei geral, a gente precisa de um cadastro nacional, precisa enxergar o que está acontecendo no esporte, quem está sendo atendido e quem não está sendo atendido, e como fazer para que esses não incluídos sejam atendidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no final das contas, quem mais vai ganhar com isso, além do país, da população, é o esporte de alto rendimento, porque, com a ampliação de praticantes, nós vamos descobrir e desenvolver um número muito maior de talentos. Com certeza, o esporte de rendimento vai ter a cara do Brasil. O Brasil é uma terra de pessoas muito talentosas e muito diversas. Se você for olhar as diferentes modalidades esportivas que a gente tem, a gente tem perfil para encaixar em todas elas, de tão diversos que nós somos como país. Então, o esporte de rendimento, o esporte de alto desempenho só vai ganhar com essa política de ampliação.

É isso, Senadores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço à Ministra.

Acho que o Senador Wellington Dias também quer fazer comentário, questionamento.

Eu só quero lembrar também as observações que foram feitas em relação ao Mais Educação, ao Segundo Tempo e a outras iniciativas e projetos que já aconteceram pelo Brasil. Nós temos perfeitamente a condição de avaliar o que deu certo, o que não deu, mudar, melhorar, acrescentar... O Mais Educação e o Segundo Tempo, apesar das dificuldades eventualmente apontadas, foram programas que deram um efeito importante na sociedade.

Eu só quero lembrar que... Pelo que eu entendi do que falou o Senador Marcos Pontes em relação aos atletas do ensino médio, era a questão do acesso ao ensino superior, porque há muitos atletas de rendimento, qualificados, bons, que eventualmente não fazem o ensino superior, não participam pela falta do acesso no vestibular, não propriamente do apoio posterior, não é verdade? Eu quero lembrar só, antes de passar a palavra ao Senador Wellington Dias, que também vai ter a sua participação, que, pessoalmente e até como Comissão, uma das iniciativas, eu diria, mais fundamentais no curto, médio e longo prazos... É que há coisas que a gente pode fazer de imediato, não é? É a lei, é o auxílio, é o Bolsa Atleta e tal. Agora, como política, é esse entrosamento com a educação. Isso, eu diria, é o mais essencial de tudo, para que todos os alunos da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, da educação de jovens e adultos, da educação profissional, a diversidade toda na educação básica – quilombolas, indígenas, do campo e pessoas com deficiência –, todos tenham atividade física. Isso tem que ser para todo mundo, para todo mundo ter atividade física.

Agora, que tenha também o jogo, porque, mesmo que a pessoa não vá ficar atleta, ela gosta de participar de um jogo de basquete, de um jogo de vôlei, de futebol, de futsal, de tênis de mesa, do atletismo, da natação, do que for possível, numa articulação com os recursos da comunidade.

Tem uma terceira etapa que é fundamental. Haverá aquelas pessoas na escola que vão se destacar, que são bons no futsal, no vôlei, no basquete. E essas, na minha opinião, têm que ter a oportunidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar da seleção da escola, isso dá vida para a escola: é a seleção da minha escola, o time da minha escola, o time de basquete, o time de vôlei. Já é uma fase seguinte. Todo mundo participa, praticando as modalidades, mas haverá o time da escola estadual mesmo, para participar de eventos lá na frente. Essa já é uma aula de educação física... No Paraná, a gente costumava chamar de aula de educação física especializada, porque já é para um grupo, mas é importante; é turma de treinamento para todo mundo, dando oportunidades nos jogos escolares, jogos da juventude. Então, a gente amplia a base para criar o que o Senador Marcelo Castro colocou, assim como a Senadora Teresa Leitão.... Isto dá um amor à escola também: torcer pela sua equipe, torcer pela sua escola, formando a personalidade da pessoa, indo até a universidade.

Nesse sentido, essa articulação com a educação, não deixando de fora, lógico, a saúde, com o desenvolvimento social, com a parceria com a iniciativa privada, porque tem que haver orçamento para isso... E esse orçamento é uma das prioridades do ministério. Essa articulação com a educação, inclusive, ajuda a promover saúde mental, a gerar saúde mental. Se você pratica esportes, se está lá numa equipe, se está junto com os amigos, se tem que colaborar para o resultado dar certo, como foi levantado muito bem nos questionamentos, isso gera um estado de saúde muito melhor, muito mais elevado – estou pensando no que aconteceu ontem em São Paulo, até fizemos um minuto de silêncio aqui em função da professora que morreu e de todos os episódios. É a dança, é o teatro, é o documentário, é tornar a escola agradável, prazerosa.

O Mais Educação fazia isso também, quer dizer, era uma porta. Ah, houve problema? Pode ter havido ou não, não sei, a gente gostava muito do Mais Educação na época em que eu era Secretário de Educação no Paraná, para incentivar os jovens, as crianças. Os jovens amam essas questões todas. É tornar diferente... É ciência, tecnologia... É encaixar tudo, não é, Marcos Pontes?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, só um comentário.

Enquanto ele falava aqui, eu fiquei imaginando. Uma das dificuldades que a gente tem nas universidades públicas é a de ter financiamento, recursos do setor privado para poder ajudar dentro da universidade. Uma coisa por que briguei muito foi tentar ter dinheiro privado para poder ajudar nos laboratórios, por exemplo, que precisam. Se a gente for contar só com o Orçamento, não dá, a gente sabe que é apertado demais. Imaginem que seja possível a empresa poder participar para financiar, por exemplo, os times das universidades públicas, colocando o seu patrocínio, aquela coisa toda, para chegar ao ponto em que a mídia, de modo geral, se interesse mais pelo esporte universitário, para mostrar na televisão as competições e para trazer as empresas para financiar e aparecer.

De certa forma, você começa a dar uma perspectiva para esses jovens e acaba colocando-os na vitrine também para a gente ver os talentos todos que podem surgir de lá. E para quem está lá, que gosta de esporte e que está no ensino médio, a gente precisa achar motivação para trazer esses alunos. E eles podem, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar desses times, continuar com o seu esporte lá em nível universitário e quem sabe depois em nível profissional, a partir dali.

São algumas barreiras que a gente tem que ir quebrando aí para conseguir chegar lá, sem dúvida nenhuma, mas eu vejo como perfeitamente possível, da mesma forma que eu via lá para a área de ciência, a gente colocar recursos do setor privado dentro das pesquisas públicas nas universidades. É lógico que tem as fundações que podem fazer esse trabalho, mas eu estou falando do financiamento direto lá. Isso é possível. A gente conseguiu fazer, por exemplo, o investMCTI, em invest.mcti.gov.br, junto com o TCU. O TCU achou maneiras de se trazerem esses recursos. Isso aí precisava ser ampliado para as nossas universidades. Isso melhoraria para todo mundo: para a empresa, para a universidade, para os alunos, para os professores, para tudo.

É só um pensamento aí sobre isso também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É isso.

Eu agora há pouco também disse que o Senador Wellington gostaria de fazer as indagações dele e equivocadamente falei Wellington Dias, lembrando-me do Ministro, mas é o Wellington Fagundes, que poderia ser ministro de qualquer área também e faria um trabalho maravilhoso. Então, com a palavra o nosso amigo e também membro da Subcomissão para Acompanhamento da Educação na Pandemia, sempre presente e atuante, Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Bom dia a todos – ainda, não é? – e boa tarde para alguns!

Senador Flávio Arns, suas posições sempre só me colocam no alto. Então, quando V. Exa. coloca aqui Wellington Dias, ele já está lá com o ministério, como Ministro, muito prestigiado no Governo, foi Governador. Então, para mim, é um prazer ser confundido também com pessoas competentes.

Ministra Ana Moser e todos que aqui estão, nosso companheiro Marcos Pontes, eu tenho aqui algumas perguntas. Eu quero também aqui compreender o horário, porque nós estávamos na Marcha dos Prefeitos e agora na Comissão de Assuntos Econômicos com um assunto extremamente importante também para o Brasil, que é a questão das Lojas Americanas, esse problema sério que estamos tendo agora. Eu vou fazer as perguntas, Ministra, e, se não for possível pelo tempo, eu compreendo, a senhora pode, inclusive, responder, mandando por escrito, mas eu queria que ficasse aqui nos *Anais* da nossa Comissão. Vamos lá, então.

A participação de atletas transgênero em modalidades esportivas femininas tem sido objeto de discussão e controvérsia nos últimos anos. Enquanto algumas pessoas defendem que atletas transgênero devem ter o direito de competir em modalidades esportivas femininas, outras argumentam que isso pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser injusto com as atletas cisgênero, que podem ser colocadas em uma evidente desvantagem competitiva. Recentemente, a Federação Internacional de Atletismo anunciou que mulheres transgênero estão proibidas de disputar eventos internacionais na categoria feminina. A pergunta: qual a opinião de V. Exa. sobre a participação de atletas transgênero em modalidades esportivas femininas? Em sua opinião, o Estado brasileiro deve intervir nesse tema, legislando a respeito, seja para permitir, seja para proibir a participação desses atletas em modalidades femininas?

Outra pergunta. Em janeiro deste ano, V. Exa. expressou a opinião no sentido de que os esportes eletrônicos (*e-sports)* não são considerados esportes; posteriormente, afirmou que o tema deve ser tratado em uma ação intersetorial. Sendo ou não considerado esporte, os *e-sports* são uma realidade, movimentam a economia e atraem cada vez mais público para as suas competições, sobretudo os mais jovens. Entretanto, o setor ainda carece de regulamentação em vários aspectos, como, por exemplo, a participação de menores em competições e as relações de trabalho entre os ciberatletas e os clubes de esportes. De que forma V. Exa. acha que o Ministério do Esporte pode colaborar com a discussão desses temas sensíveis ao setor?

Terceiro. A inclusão é um valor fundamental para o Estado e a sociedade brasileira. Por sua vez, o esporte tem sido uma grande ferramenta de inclusão social para os grupos marginalizados, como as pessoas com deficiência, oferecendo oportunidades para seu desenvolvimento físico e mental, além de criar um senso de pertencimento e comunidade. Como o Ministério do Esporte pretende incentivar o paradesporto para garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso a oportunidades esportivas e a estruturas que permitam sua participação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... em igualdade e condições?

Hoje também, na Marcha dos Prefeitos, nós discutimos muito lá, em todo o ministério, Ministra, a questão das obras inacabadas. Eu cheguei a fazer um projeto para que não se permitisse que se começasse uma obra em nenhuma cidade em que uma obra da mesma natureza estivesse inconclusa. O FNDE é o grande campeão das obras inacabadas, mas também a gente sabe que tem muitas na área de esporte também. Eu sei que V. Exa. entrou agora e não é obrigada a ter tudo aí já pronto. Então, eu gostaria também da sua visão; eu gostaria de saber até que trabalho nós da Comissão de Educação – agora vamos, daqui a pouco, falar no Orçamento do ano que vem – podemos também fazer nesse sentido.

E ainda, Ministra, eu sou do Mato Grosso, um estado gigantesco, com 900 mil quilômetros quadrados, mas nós temos uma população relativamente pequena. Nós somos o estado da produção agropecuária, mas os nossos índices de educação precisam melhorar muito ainda, mesmo sendo considerado um estado rico. A nossa riqueza se dá principalmente pelos nossos sulistas – os gaúchos, os catarinenses –, por toda a população lá também que foi para Mato Grosso fazer esse desenvolvimento de um novo estado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o desenvolvimento da nossa agricultura – os paranaenses também. Então, eu gostaria já de convidá-la para que V. Exa. esteja no Mato Grosso. Nós estamos fazendo um trabalho muito grande, tentando junto com as universidades, tanto as universidades federais quanto os institutos federais de educação tecnológica... Nós entendemos, como disse aqui o Senador Flávio, que o esporte ajuda muito no despertar da criança. Os times... Quando eu ainda era criança, também tinha as seleções da escola... Eu acho isso muito interessante. E agora mesmo nós tivemos um problema aí de mais um ato de violência numa escola.

Eu defendo muito que as nossas escolas funcionem no final de semana, com aulas suplementares. E, claro, o esporte é a melhor forma de você agregar para a escola a família, a comunidade, porque aí, claro, todos passam a ter mais compromisso.

Então, eu gostaria também de indagar a V. Exa. se tem alguma coisa já planejada nesse aspecto dessa integração, em final de semana, do esporte na escola, porque a gente vê muitas escolas fechadas. Está lá a quadra de esporte, está lá toda uma estrutura que não é utilizada, principalmente aos finais de semana.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Quero destacar a presença da Senadora Augusta Brito e também do Deputado Estadual, pelo Ceará, Osmar Baquit. Quem bom, sejam muito bem-vindos!

Muito bem, com a fala do Senador Wellington Fagundes, a gente passou por todos os blocos. Não sei se a Senadora Augusta Brito gostaria de falar alguma coisa. Também esteja à vontade, caso assim deseje.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para interpelar.) – Primeiro, quero pedir desculpa por chegar tão tarde.

Aqui cumprimento a nossa Ministra. Quero dizer que é um orgulho ter aí uma mulher à frente desse ministério, especialmente do esporte. Eu tenho certeza de que políticas virão, e já estão vindo, para fortalecer a participação da mulher também no esporte. Sei da dificuldade que é a gente ocupar os espaços, seja ele qual for. E é importante a gente estar aqui hoje para discutir, debater, conhecer. E a disponibilidade de estar aqui a manhã inteira falando, ouvindo, levando as propostas, trazendo também as propostas...

Eu quero só desejar boas-vindas e dizer que pode contar com o nosso mandato aqui no Senado. A gente tinha programado até fazer uma visita com algumas sugestões. E também quero me colocar totalmente à disposição do ministério.

Então, quero parabenizar aqui a nossa Ministra e agradecer ao nosso Presidente pela oportunidade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Rapidamente, Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Até porque nós estamos na Comissão de Educação, eu tenho que ser educado.

E eu me encontrei agora com o nosso companheiro Abicalil, ex-Deputado do Mato Grosso, uma referência na área da educação no Brasil. E eu quero, então, aqui agradecer a presença, e que possamos, claro, trabalhar juntos nesses próximos anos aí. Gostaria imensamente que V. Exa. se fizesse presente aqui, porque eu tenho certeza de que vai nos ajudar muito no desempenho da nossa Comissão de Educação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não tenho dúvida disso. É uma referência na área e no Brasil todo. Obrigado pela presença.

Senadora... Ia chamar de Senadora, mas estou antecipando...

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Não, tudo bem. A essa hora, está tudo bem. Não, antecipando não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, só antecipando aí também... Mas para a Ministra, então, Ana Moser.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER (Para expor.) – Obrigada.

Senador Wellington, sobre trans e esporte, eu já respondi antes. Eu vou responder um pouquinho rápido só por conta do tempo e tal, mas na gravação você tem aí minhas respostas completas.

A questão de pessoas trans no esporte é uma questão que já é tratada. E, para o esporte – quem orienta todas essas regras, o que pode, o que não pode –, são diferentes para as modalidades. O atletismo colocou uma regra... É que, na verdade, baixou muito a idade para a transformação. Não é que ele proibiu, ele baixou muito a idade. Mas tem outras modalidades... Por exemplo, o surfe foi numa outra direção.

Então, cada modalidade tem a sua política internacionalmente, e aí, nacionalmente, as federações, as confederações adotam o que cada federação internacional colocou, a federação internacional da sua modalidade. Então, a questão esportiva tem essa orientação.

Na questão social, como eu falava aqui, no Brasil a gente pode falar que somente 5% das pessoas envolvidas com atividade física ou esporte participam de competições. Então é um recorte que na verdade impacta todas as outras pessoas trans que não participam de competições. Então, toda a discussão ideológica que se tem dentro do esporte acaba afetando toda a população. É importante que a gente oriente e se baseie também nos princípios de inclusão, de respeito, e de garantia de direitos das pessoas trans de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participarem da vida social. Então, são as duas questões. O Governo tem participado dessas discussões, que não são basicamente responsabilidade nossa.

Com relação aos esportes, também há a promoção de uma frente intersetorial, interministerial, para tratar disso, como o senhor mesmo disse, que tem implicações em várias áreas, até de emprego e de direitos trabalhistas, entre outras questões que estão envolvidas. Então, mais uma vez, é um setor muito importante que não pode ser tratado só pelo esporte, que deve ser tratado por outras pastas. Essa é a orientação do Ministério do Esporte, e a gente está tratando isso dentro do Governo. Inclusive estamos fomentando para que isso ocorra o mais rapidamente possível e que se trate dessas questões dessa maneira responsável.

Pessoas com deficiência. O ministério tem uma secretaria de paradesporto, que trata do paradesporto competitivo, mas também do paradesporto de base e de acesso a toda a população. É uma secretaria muito importante. A relação com o Comitê Paralímpico Brasileiro é também muito boa. São iniciativas que têm toda a relação com a proposta do ministério, que é de inclusão, que é de ampliar o número de praticantes em todas as dimensões, inclusive pessoas com deficiência.

Obras inacabadas. Só para dizer para o senhor que a gente está indo para Cáceres, na semana que vem, inaugurar uma obra inacabada. Então, nós juntamos bastante coisa aqui para dizer para o senhor que a gente está muito de olho nisso. Vou dar um número aqui. Nós concluímos 316 contratos este ano, contratos de repasse, com previsão de mais 125 que estão com acima de 80% de execução física e financeira. Então, a gente está com muito esforço para entregar essas obras – exatamente buscar finalizar obras que estão adiantadas. Essa é a prioridade e assim a gente vem conduzindo, e o resultado disso é essa inauguração que a gente vai fazer, semana que vem, em Cáceres.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já pode até antecipar o convite para o Senador Wellington estar lá.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Com certeza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Eu a convidei, ela não me convidou. (*Risos.*)

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – Está automaticamente convidado a participar. Fica aí a missão da nossa equipe informar toda a agenda.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Um convite oficial, em público, na Comissão, é importante.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER – É isso aí.

Quanto às escolas aos finais de semana, como nós fomos em cada município...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me eu lembrar aqui: a gente está com uma cartilha de orientação. Esqueci-me de falar antes: a gente está com uma cartilha de orientação para os municípios, que foi feita para a Marcha dos Municípios. A gente tem um estande de orientação para todos, enfim, que foram nos procurar, em que a gente coloca quais são os programas e iniciativas que a gente tem disponíveis no ministério, para que as emendas possam ser feitas e direcionadas para os municípios do Brasil.

Então, a gente tem esta visão, sabendo das nossas limitações orçamentárias, da importância das emendas parlamentares para a nossa área, tanto para obras quanto para programas. Então, está dentro do nosso trabalho.

Especificamente quanto às escolas aos finais de semana, isso faz parte da iniciativa, faz parte da visão, porque são equipamentos que podem atender. Existem várias dimensões. É o esporte de cada um, em cada fase da vida. E você tem, aos finais de semana, um lugar ou um tempo de prática para lazer, para encontro e para ocupação dos espaços públicos, no caso das escolas.

A gente sabe que, na prática, cada município, cada rede municipal e estadual se organiza da sua maneira.

Quando nós formos para a estratégia das redes de desenvolvimento do esporte, a gente vai aos municípios oferecer orientação e apoio para o desenvolvimento do esporte no local. E uma das questões primeiras é o diagnóstico de cada município. Assim, a gente vai detectar qual é o estado de cada espaço, de cada território e de cada uma dessas secretarias e escolas, e, a partir disso, propor avanços.

E a escola aos finais de semana está dentro da dimensão lazer, da dimensão ocupação dos espaços públicos, que tem relação com educação, que tem relação com cidadania, com segurança. Enfim, como perspectiva, é superimportante que a gente busque favorecer o desenvolvimento dessas ações.

Então, a implantação de um sistema nacional de esporte e de uma política de ocupação dos territórios passa por essas frentes também.

É isso. Acho que foi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu lembro, em relação ao que o Senador Wellington Fagundes falou, sobre a ocupação dos espaços pela comunidade, pela sociedade, a conversa que uma vez eu tive com um diretor de escola em que ele disse: "Olha, a comunidade avançava e quebrava o portão, quebrava, deixava sujo e tal, nos finais de semana, porque era uma quadra da escola". O que ele fez? Ele chamou a comunidade e disse: "Olha, vamos sentar aqui e vamos acertar o que fazer. Está aqui a chave; eu dou a chave para vocês. O que eu faço? O que vocês fazem? Quando vocês vão usar? Qual é o horário? Como acontece?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ficou tudo em paz. Todo mundo, aproveitando o espaço, dialogando, conversando e chegando a uma conclusão. E é isto que a gente também deseja: a própria comunidade ficando responsável pelo cuidado, pela preservação, pela limpeza, mas num acerto, num estabelecimento de regras conjuntas da escola com a comunidade. E deu tudo certo. Mas é muito importante.

Eu quero lembrar só aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que, depois desta audiência pública, nós vamos ter a instalação da Subcomissão, através do requerimento da Senadora Tereza Leitão, sobre o ensino médio, que é uma Subcomissão extremamente importante. Então, temos cinco membros titulares, cinco membros suplentes, dentro da proporcionalidade dos partidos políticos no Senado Federal.

Eu quero agradecer sobremaneira, Ana Mozer, a sua presença no dia de hoje. Todas as pessoas perguntaram assuntos, vários assuntos que obviamente têm que ser acompanhados pela senhora, pelos Senadores, pela Câmara, pelo Senado, pela sociedade. Alguns assuntos exigem aprofundamentos permanentes, a vida toda – daqui a meio ano, um ano, dois anos –, sempre vendo os resultados. Mas foi um momento muito importante, interessante.

Queremos parabenizá-la novamente por toda a sua trajetória de vida. Como foi bem destacado, isso dará todo um alicerce para o trabalho ser desenvolvido também no Ministério do Esporte. A sociedade brasileira sempre esteve muito feliz com a sua participação pelo esporte e pelos demais campeões que estão aqui também, trabalhando junto com você – permita-me chamá-la assim.

Então, ficamos à disposição. O que o Senado quer é essa articulação, integração, para que possamos fazer um esforço conjunto a favor de uma área tão essencial para o Brasil como é o esporte. O esporte é educação. O esporte é saúde, é assistência, é trabalho, é geração de emprego, de imposto, de renda, uma série de coisa assim essenciais

A gente pode ter um país melhor, pessoas mais saudáveis, personalidades melhores pela participação na atividade física, no esporte, pela participação no esporte de rendimento. Enfim, tanta coisa boa pode acontecer.

Estamos muito felizes e agradecemos sobremaneira.

A SRA. ANA BEATRIZ MOSER (Para expor.) – Eu só queria agradecer ao senhor, Senador Flávio Arns, como Presidente da Comissão, a recepção aqui nesta Casa, nesta Comissão, a todos os Senadores, e a disponibilidade de continuar tratando das questões nossas de esporte, porque temos coisas muito importantes a tratar neste ano.

Então, agradeço muito isso, agradeço o convite e todo o respeito com que fui tratada aqui.

Conte com a gente lá no ministério. Retornaremos assim que formos chamados.

Enfim, obrigada por esta manhã com vocês. Espero que tenhamos outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Antes de finalizar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 3ª Reunião, realizada em 21/03/2023.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a realizar-se em 4 de abril de 2023.

Agradeço, novamente, à Ministra Ana Beatriz Moser e a participação de todas as pessoas, também agradecendo aos meios de comunicação do Senado Federal que divulgaram para o Brasil todo esta audiência pública.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas do dia quatro de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho, Romário, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Eduardo Braga e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Magno Malta e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria e informa sobre o prazo para sugestão de políticas públicas para avaliação no ano corrente. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1825, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017) - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Geral do Esporte; altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 13.756, de 12 de dezembro de 2018, 9.696, de 1º de setembro de 1998, 13.019, de 31 de julho de 2014, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e revoga as Leis nºs 8.650, de 20 de abril de 1993, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e 12.867, de 10 de outubro de 2013." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei n° 1.825, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017), com 5 (cinco) emendas de redação e ressalvas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, é concedida vista coletiva. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5185, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento." **Autoria:** Senador José Maranhão (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Substitutivo, com uma Subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com a Emenda nº 1 - CDH/CE (Substitutivo) e a Subemenda nº 1 - CE. A matéria vai a turno suplementar. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5034, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1901, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Joaquim Machado de Souza a ponte sobre o Rio Envira na rodovia BR-364, no Município de Feijó, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 710, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui a Semana de Conscientização sobre Hemangiomas e Anomalias Vasculares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2832, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro- PROESP, com fim de aumentar a governança e transparência nas entidades esportivas, e altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a gestão das entidades desportivas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela Prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3863, de 2020 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Pedro Américo de Figueiredo e Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3322, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Adhemar Ferreira da Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 538, de 2022 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Dr. Fábio André Koff a BR-448, no Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação com 2 emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado, com as Emendas de redação nºs 1 e 2 - CE. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2263, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere ao município de Antonina, no estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Bala de Banana." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1848, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Passarela Dom Aloísio Cardeal Lorscheider a passarela sobre a rodovia BR-488, no Município de Aparecida, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2112, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Alcides de Freitas Assunção viaduto localizado na rodovia BR-153 no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório com as emendas nsº 1 e 2-CE. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 6564, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Agência Prefeito Nenê Simão a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Santa Isabel, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 3, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Denomina Agência Luiz Antonio Serrano a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Guararema, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 5641, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, Irmã Dulce, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 16, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, o aditamento do REQ 11/2023 - CE, para que seja realizada sessão conjunta entre a CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação com o intuito de ouvir da Exma Ministra Sra. Luciana Santos, sobre os programa e projetos ligados à Popularização e Promoção do Ensino da Ciência para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 19, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 864/2019, que "altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que 'institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências', para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações"." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 20, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2023 - CE, seja dado início a um ciclo de debates, em conjunto com a CAS, com o objetivo de discutir o papel e as condições das escolas e instituições especializadas no atendimento educacional aos estudantes com deficiência, na perspectiva da inclusão, uma vez que o PDL 32/2023 foi retirado. Convidados: 1. Prof. Zara Figueiredo - Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação; 2. Prof. Helvia Paranaguá - Secretária de Educação do Distrito Federal; 3. Prof. Viviani Guimarães - Vice-Presidente do Movimento Orgulho Autista – MOAB e membro do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal - CODDEDE; 4. Dr. Wemer Henso - Defensor Público e membro do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal; 5. Senhor Luiz Miguel Martins Garcia – Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) - Sugestão da Senadora Prof. Dorinha; 6. Sra. Anna Paula Feminella - Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Sugestão da Senadora Mara Gabrilli; 7. Prof. Elen Regina Moraes - Prof. da Secretaria de Educação do DF; 8. Prof. Iury Moraes - Mestrando da UnB." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 21, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), por meio de ciclo de debates sobre os eixos temáticos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 23, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 12/2023-CE, que a Audiência Pública aprovada para instruir o PL nº 443/2022, que "institui a Semana Nacional da Mulher Empreendedora", tenha também como objeto instruir o PL nº 2458/2019, que "institui a Semana Nacional do Empreendedorismo Feminino"." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 29, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal, Curitiba, Paraná, de 16/04/2023 a 17/04/2023, a fim de representar, nos termos regimentais, esta Casa em audiência pública a ser realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na condição de Presidente da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio (CEENSINO) da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/04

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 28 de março de 2023.

Aqueles e aquelas que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

1 – Foi recebido o Ofício nº 45, de 2023, do gabinete do Senador Izalci Lucas, que convida os membros da Comissão a participar de visita ao Centro de Ensino Especial nº 1 do Guará, escola da rede pública do Distrito Federal especialista no atendimento educacional de crianças e jovens com deficiência – para a Senadora Leila, se puder. A visita ocorrerá no dia 19 de abril, quarta-feira, das 14h às 15h30. O convite foi encaminhado por *e-mail* aos membros da Comissão;

2 – Informo às Sras. e Srs. Senadores que os pedidos de relatoria das matérias que tramitam na Comissão de Educação podem ser encaminhados à Secretaria da Comissão por ofício ou e-mail: ce@senado.leg.br. Isso é importante porque nós temos que ir distribuindo todos os projetos em tramitação, e as Sras. e Srs. Senadores que porventura desejem relatar algum deles só façam chegar a gente essa intenção, não é verdade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escolha de política pública para avaliação na Comissão de Educação.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio que suportam a sua execução.

Escolha de política pública para avaliação na Comissão de Educação.

Nos termos do art. 96, letra "b", do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissão Permanentes selecionarão na área da sua competência políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio que suportam a sua execução.

Os trabalhos para seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte estão sendo conduzidos da seguinte forma:

1) o prazo para que os Senadores membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte apresentassem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício esteve aberto do dia 21 ao dia 31 de março. Será escolhida uma sugestão entre as apresentadas em reunião deliberativa a realizar-se no dia 11 de abril, portanto, na próxima semana. O Relator designado para avaliação selecionada terá prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e a apresentação do relatório.

Objetivo e diretrizes desta nossa reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão e contará com a possibilidade de os Senadores registrarem presença e votarem por meio do aplicativo Senado Digital. Isso é importante para todos terem isso em mente, não é?

Informo que os itens 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10 e 11, que tratam de matérias sobre assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta, serão votados nominalmente, em bloco, com abertura do painel eletrônico na sequência.

Muito bem, passamos à nossa pauta deliberativa.

Item nº 1.

Projeto de Lei...

Quero saudar o Senador Izalci Lucas, sempre um grande companheiro e amigo da área da educação, da ciência, da tecnologia, da educação especial – é excelente termos sempre V. Exa. aqui na Comissão –, e a Senadora Leila Barros, que, daqui a pouco, terá a palavra também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item nº 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1825, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2017)

- Não terminativo -

Institui a Lei Geral do Esporte; altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 13.756, de 12 de dezembro de 2018, 9.696, de 1º de setembro de 1998, 13.019, de 31 de julho de 2014, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e revoga as Leis nºs 8.650, de 20 de abril de 1993, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e 12.867, de 10 de outubro de 2013.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei n° 1.825, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017), com 5 (cinco) emendas de redação e ressalvas que apresenta.

Tem várias observações que têm que ser lidas para que haja a compreensão do trâmite deste projeto pelas pessoas aqui presentes, Senadores e Senadoras, e também por todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado.

O Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017, de iniciativa da Comissão Diretora do Senado Federal, foi aprovado em 8 de junho de 2022 pelo Plenário desta Casa e remetido à revisão da Câmara. Este projeto institui uma nova Lei Geral do Esporte composta de 218 artigos. Na Câmara dos Deputados, passou a tramitar como Projeto de Lei 1.825, de 2022.

Na Câmara, o Projeto de Lei nº 1.153, de 2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, aprovado e remetido à revisão da Câmara em 18 de junho de 2019, foi apensado para tramitação em conjunto ao Projeto Lei 1.825, de 2022. Então, o Projeto de Lei 68 foi apensado ao Projeto de Lei 1.153, de 2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que tinha por objetivo alterar a Lei Pelé, no Capítulo V, colocando quatro itens e, ao mesmo tempo, incluindo o art. 29-B, para a formação de atletas.

Lá na Câmara, existe, de acordo com o Regimento, a precedência do projeto do Senado sobre os projetos da Câmara. Foram apensados vários outros projetos a esse projeto, porém, ao mesmo tempo, tendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ser enfatizado que, havendo dois projetos, como era o caso desse do Senador Veneziano Vital do Rêgo e do Projeto 68, o mais antigo tenha precedência. Nesse sentido, isso foi feito pela Câmara.

Vou para o item 3, então, para a leitura.

O parecer do relator da matéria concluiu pela aprovação do Projeto de Lei 1.153, de 2019, do Senador Veneziano, na forma do substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade dos projetos apensados, dentre eles o Projeto de Lei 1.825, de 2022, que era o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017.

Contudo, o substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados em 6 de julho de 2022 teve contribuição muito maior do texto do Projeto de Lei do Senado nº 68; quer dizer, o Projeto de Lei 68 contribuía muito mais para o projeto do que o substitutivo apresentado pela Câmara, instruindo, da mesma forma que esse, uma nova Lei Geral do Esporte.

Número 5. Dessa forma, para possibilitar a efetiva atuação do Senado Federal como Casa iniciadora, viabilizando a devida correspondência dos dispositivos do substitutivo da Câmara aos dispositivos das matérias do Senado, a Presidência do Senado Federal, desta Casa, determinou a autuação da presente matéria como substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017, e sua tramitação como Projeto de Lei nº 1.825, de 2022.

Então, esse projeto de lei está sendo apreciado nesse sentido e tudo isso vai ser reforçado pela Senadora Leila Barros, que já foi Relatora aqui, no Senado, fez um excelente trabalho, lembrado por todos, na relatoria do Projeto de Lei 68, que depois teve o nº 1.825 na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado por consenso, foi para a Câmara, houve algumas alterações lá, e está sendo apreciado hoje o Projeto 68, como substitutivo da Câmara dos Deputados – repito: o Projeto 68.

Senadora Leila, com a palavra para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Cumprimento o Sr. Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Flávio Arns; os colegas Senadoras e Senadores aqui presentes, assim como, pelos meios de comunicação, todos que nos acompanham nesta sessão desta Comissão de Educação.

Sr. Presidente, primeiro quero agradecer mais uma vez a oportunidade de ter o projeto, o PLS 68, que hoje é o PL 1.825... Mas acho que o senhor didaticamente já explicou todas as mudanças e a decisão, que eu acho absolutamente acertada, do Presidente Rodrigo Pacheco, com o apoio tanto do senhor como meu e de todos os Senadores, porque quem iniciou todo esse projeto, inclusive, foi uma bancada de juristas, e com uma grande expectativa da comunidade esportiva para a relatoria e aprovação desse projeto. Eu acredito que o senhor não tenha nem a dimensão de como isso vai refletir, em termos de desenvolvimento, no esporte nacional, mas sei que o senhor é um ferrenho defensor do esporte, entende o esporte como uma ferramenta de formação, de inclusão e principalmente de cidadania, e um defensor da educação sabe da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância do esporte e da cultura para os nossos jovens e para as futuras gerações. Então, primeiramente, quero lhe agradecer por esta oportunidade.

O relatório, Sr. Presidente, é extenso, e eu faço questão de ler página por página, para uma maior compreensão daqueles que nos acompanham hoje nesta sessão da Comissão, se o senhor me permitir, mais uma vez, agradecendo.

Relatório.

Vem ao exame da CE o PL 1.825, de 2022 (Substitutivo da Câmara ao PLS 68, de 2017), que institui a Lei Geral do Esporte.

Recebida por esta Casa, a proposição foi distribuída para análise exclusiva da CE, devendo, em seguida, ser deliberada pelo Plenário.

O texto aprovado pela Câmara possui 223 artigos que, em sua grande maioria, reproduzem a versão final aprovada pelo Senado ao PLS 68. Sendo a estrutura da proposição a mesma do projeto já amplamente debatido no Senado, não faremos a listagem, Sr. Presidente, dos dispositivos do substitutivo. Entretanto, na análise, será feita a referência a cada alteração de mérito, justificando-se o seu acolhimento ou rejeição. As alterações meramente redacionais, que aprimoraram o texto, foram acolhidas, não havendo necessidade de que sejam citadas individualmente.

Agora vamos para a análise.

De acordo com o Regimento, o substitutivo da Câmara será considerado série de emendas, observada a correspondência dos artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens em relação ao projeto emendado.

Quanto ao mérito, entendemos que o PL mereça acolhida, de acordo com a justificativa a seguir e com as ressalvas que fazemos ao longo do texto.

Primeiramente, cumpre enfatizar que o projeto que institui a nova Lei Geral do Esporte, baseado em minuta elaborado por uma Comissão de Juristas e amplamente debatida no Senado, modifica e atualiza diversas nomenclaturas e denominações utilizadas pela Lei Pelé (Lei 9.615, de 24 de março de 1998). Porém, a Câmara dos Deputados, em diversas ocasiões, mesclou as nomenclaturas existentes no projeto com aquelas constantes na Lei Pelé. Consideramos que, neste ponto, seja preferível manter os termos propostos pelo projeto na forma como foi aprovado pelo Senado, a fim de se evitar uma confusão nos diversos conceitos.

Podem-se citar alguns exemplos de expressões evitadas no texto aprovado pelo Senado e que foram restituídas pela Câmara dos Deputados, como: desporto (o texto original utiliza-se da palavra "esporte", mais condizente com o português falado no Brasil); entidade de administração do desporto; e, entidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prática esportiva, referidas no texto original, respectivamente, como organização que administra e regula a modalidade esportiva e organização que se dedique à prática esportiva.

Já em outros casos, as nomenclaturas sugeridas pela Câmara são preferíveis, como é o caso das expressões "sítio eletrônico" ou "sítio na internet", em vez da palavra estrangeira *site*. Da mesma forma, achamos mais acertado utilizar a expressão "órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte", em vez de "Secretaria Especial do Esporte", "Ministério da Cidadania" ou mesmo "Ministério do Esporte". Exemplos recentes mostram que essas pastas têm sua denominação constantemente alterada, não fazendo sentido que as leis tentem se adequar a isso. Então, acho que é bem claro isso para todos nós aqui.

Com relação às alterações dos dispositivos, inicialmente destacamos que a ementa do texto aprovado pela Câmara não se mostra a mais adequada para o projeto. Isso porque a Câmara incluiu referência a diversas alterações legislativas que pretendeu promover no âmbito do projeto, alterações essas que rejeitamos, conforme explicaremos mais adiante. Assim, mantemos a ementa aprovada pelo Senado Federal.

No art. 3º, recuperam-se os conceitos de esporte educacional, de participação, de rendimento e de formação, contidos na Lei Pelé. Todavia, o texto aprovado pelo Senado traz uma abordagem mais ampla desses conceitos, referidos no art. 4º, como "níveis da prática esportiva". Consideramos que reincorporar esses conceitos pode criar uma confusão conceitual.

Inclui-se, no art. 4º, o conceito de "desporto virtual". Entendemos que esse tema, por sua relevância e modernidade, deva ser tratado em legislação própria, em processo que permita a ampla discussão das Casas Legislativas e a participação da sociedade e dos diversos agentes nele interessados. Aliás, já tramitam tanto na Câmara quanto nesta Casa, o Senado Federal, projetos que têm por objetivo regulamentar a prática dos esportes eletrônicos.

O art. 5º retira os §§1º a 3º, que tratam da formação esportiva de crianças e adolescentes de 12 a 14 anos. Apesar de reconhecermos que o tema é polêmico, entendemos que o texto aprovado pelo Senado está mais próximo de refletir a realidade da formação esportiva no país, preocupando-se, ainda, com a manutenção do bem-estar dos atletas em formação e com a participação ativa dos pais nesse processo.

Cria-se, no art. 12, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE), estabelecendo seus objetivos e características. Acreditamos que a criação desse sistema seja benéfica – essa foi uma sugestão da Câmara –, sobretudo após a implementação do Plano Nacional do Esporte, que ainda vamos analisar nesta Casa

No art. 20, o inciso I do §1º modifica a composição do Conselho Nacional do Esporte (CNE), diminuindo um representante dos municípios e acrescentando um representante do Congresso Nacional, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma que Câmara e Senado tenham representantes no conselho. Concordamos com a alteração proposta, que estabelece a paridade de representação no CNE de ambas as Casas Legislativas federais.

Além disso, foram incluídos dois parágrafos ao art. 20 para permitir a instauração de câmaras setoriais especializadas no âmbito do CNE. Consideramos bem-vindas essas modificações, que permitem ao CNE um tratamento mais aprofundado sobre cada tema objeto de sua área de atuação.

No art. 25, que trata da autonomia esportiva, acrescentou-se um §3º, com o seguinte teor:

> § 3º As competições internacionais do esporte de alto rendimento realizadas no território nacional, quando não organizadas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto, devem contar, obrigatoriamente, com a autorização formal e expressa desta para que sejam realizadas.

Discordamos da inclusão desse dispositivo. Devemos considerar que as organizações que administram e regulam modalidades esportivas (localmente conhecidas como confederações esportivas) não são associações exclusivas. Isso quer dizer que não há qualquer impedimento para que haja outras organizações que administrem e regulem os mais variados esportes.

Por exemplo, a minha modalidade foi voleibol. Aqui no Brasil, nós temos uma, mas eu posso citar outras modalidades de que existe mais de uma confederação. Isso geraria um impedimento, um grande atrito para realizações de eventos internacionais. Qual seria a confederação, por exemplo, do caratê que vai chancelar isso? Então, elas não têm autonomia para isso.

O que ocorre é que as tradicionais confederações fazem parte de um sistema esportivo piramidal, subordinando-se, em primeira instância, ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), no caso dos esportes não paralímpicos, e, em segunda instância, às federações esportivas internacionais e ao Comitê Olímpico Internacional (COI). No entanto, nenhuma dessas entidades detém o monopólio sobre qualquer esporte ou sobre competições esportivas realizadas por entidades não vinculadas a elas. Isso significa que uma organização esportiva internacional, não filiada ao COI (Comitê Olímpico Internacional), pode, sim, realizar uma competição de determinado esporte. Entendemos que, para que essas competições sejam realizadas no Brasil, deve haver o atendimento a diversas normas internas, nacionais e locais. Porém, consideramos que não se pode subordinar a realização de eventos esportivos a determinadas confederações nacionais. Essas confederações podem ser (e são) legitimadas com exclusividade pelo COI (Comitê Olímpico Internacional), mas não devem sê-lo pelo Estado, que deve tratar com isonomia todas as associações legalmente constituídas.

No art. 26, acrescentou-se um novo parágrafo determinando que a arbitragem, como meio de resolução de conflitos, somente poderá ser instituída após a concordância expressa de ambas as partes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mediante cláusula compromissória, compromisso arbitral ou participação em entidade ou competição cujo estatuto ou regulamento disponha a respeito da matéria.

O texto original aprovado pelo Senado já permite a utilização da arbitragem para resolução de conflitos de natureza esportiva, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Entretanto, a redação dada pela Câmara cria a possibilidade de utilização desse instituto desvirtuando a manifestação de vontade, já que o compromisso arbitral poderia ser substituído pela simples participação em organização cujo regulamento permita o uso da arbitragem. Diante disso, somos pela rejeição do parágrafo acrescido e mantemos o nosso texto do Senado.

No art. 35, restringe-se a necessidade de alternância nos cargos de direção das organizações esportivas que fazem uso de recursos públicos. O novo texto exige que a alternância seja obrigatória somente para o cargo de presidente ou dirigente máximo. Concordamos com a redação proposta pela Câmara, acreditando que a organização esportiva deva ter, sim, liberdade para dispor sobre a real necessidade de alternância nos demais cargos de direção.

Ainda no art. 35, suprime-se a previsão de que nenhuma categoria tenha mais de 50% do valor total de votos nos colégios eleitorais. Consideramos que essa alteração retira o poder de determinadas categorias, sobretudo a dos atletas, colaborando para que se perpetuem no poder dirigentes indicados, geralmente, pelas próprias federações e confederações esportivas, sem consenso das demais categorias.

Então nós estamos democratizando esse processo.

No mesmo artigo, modificou-se a redação do inciso XI do *caput*, prevendo que, além da isonomia de premiação paga a atletas homens e atletas mulheres, deve, sim, haver isonomia com os atletas do paradesporto. Entendemos que a modificação da Câmara tenha o objetivo de estabelecer isonomia entre atletas homens e mulheres também no paradesporto, e não a isonomia de premiação paga em modalidades esportivas e paradesportivas, o que seria inviável. Assim, acolhemos a redação proposta pela Câmara, mas com um pequeno ajuste redacional que fazemos ao fim do relatório, para dirimir qualquer dúvida que possa haver sobre esse dispositivo.

Então nós estamos dando isonomia não só para o esporte, mas também para o paradesporto.

Nos arts. 45 e 47, inciso V (na redação aprovada pelo Senado), retirou-se a referência ao adicional aos tributos incidentes sobre alimentos, incluindo bebidas, ingredientes, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, cujas quantidades de açúcares adicionados, gorduras saturadas ou sódio sejam superiores aos limites definidos pela autoridade sanitária competente. A nosso ver, o tributo seria importante fonte de recursos para o Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte). Infelizmente, para a criação do adicional, haveria a necessidade de aprovação prévia da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 9, de 2017, já arquivada ao final da última legislatura. Assim, ainda que se considerasse o tributo uma ideia apropriada para financiar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o esporte, concordamos com a alteração e defendemos que a discussão dessa questão seja retomada em outro momento. E eu inclusive vou provocar essa discussão na Casa, no momento devido.

No *caput* do art. 48, a Câmara modificou a fonte dos recursos destinados ao Fundesporte que terão uma parcela repassada aos fundos de esporte dos Estados e do Distrito Federal. A redação aprovada pelo Senado prevê que serão repassados os recursos oriundos da exploração de loterias. Já a Câmara prevê o repasse de recursos provenientes de doações, legados e patrocínios e daqueles destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) para aplicação exclusiva em programas e ações de reabilitação de acidentados por meio do esporte. Como a parte final do *caput* do art. 48 faz referência ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação, parece-nos claro que o dispositivo se refira, tão somente, aos recursos oriundos da exploração de loterias, motivo pelo qual votamos pela manutenção do texto aprovado pelo Senado Federal.

No art. 50, incluem-se duas novas categorias aptas ao recebimento da Bolsa-Atleta: atleta-guia e atleta aposentado, o atleta máster. Consideramos que os atletas-guias não devam constituir uma categoria autônoma no âmbito do Bolsa-Atleta, já que sua participação em competições depende da participação dos paratletas por eles guiados. Assim, consideramos suficiente e assertivo o comando contido no §7º do art. 50, que permite que os atletas-guias sejam beneficiados com o Bolsa-Atleta, mas nos termos de regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo. No caso, a gente sabe que tem o Bolsa-Atleta, e aqueles atletas contemplados pelo Bolsa-Atleta com seus atletas-guias serão juntamente contemplados, e não abrindo uma categoria, porque nem todos os paratletas estão contemplados no Bolsa-Atleta. É um cobertor pequeno, a gente tem que ter responsabilidade nesse sentido.

Igualmente, discordamos da concessão – eu expliquei aqui – de Bolsa-Atleta a atletas aposentados medalhistas, o que desvirtuaria o programa, voltado... Gosto de enfatizar isso, porque eu sei que eu vou ser duramente criticada, mas eu estou muito consciente de que o Bolsa-Atleta é direcionado para os atletas de alto rendimento que ainda estão em atuação representando o país e que estão competindo no ano em que o benefício for concedido. A gente entende a dificuldade dos atletas aposentados, nós vamos fazer esse debate aqui na Casa, Sr. Presidente. Mas, quando a gente fala de Bolsa-Atleta, nós sabemos aqui que todo ano a gente discute essa questão de orçamento, e duramente conseguimos reavê-lo. O Ministério do Esporte tem o orçamento enxuto. Então, a gente precisa priorizar, neste primeiro momento, os atletas que estão competindo e que, porventura, ainda competirão, favorecerão e representarão o país. A gente teve todo o cuidado com relação a isso.

No inciso I do art. 51, a Câmara restaurou a idade mínima de 14 anos para a concessão de Bolsa-Atleta para as categorias de base e estudantil. Esse tema – eu quero relembrar aos amigos – já foi debatido pelo Senado quando da aprovação do PL nº 2.685, de 2021 (enviado à Câmara dos Deputados, onde aguarda deliberação), bem como nas discussões do próprio PLS nº 68, de 2017. Em ambas as ocasiões, os Senadores e Senadoras optaram por suprimir a idade mínima para a concessão da Bolsa-Atleta nas citadas categorias. Eu vou dar um forte argumento aqui para a tomada dessa decisão: a participação da esqueitista Rayssa Leal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2021. À época, com apenas 13 anos de idade, a atleta não estava apta a receber Bolsa-Atleta – o que certamente comprometeu a preparação da atleta –, pela limitação de idade mínima para a concessão do benefício.

E eu não estou falando só de esqueite; eu estou falando também de ginástica artística e de outras modalidades em que o atleta começa mais cedo e, inclusive, se destaca antes dos 13 anos. Nós não achamos justo que esses atletas com idade de 12 anos, 13 anos não possam ser contemplados com a Bolsa-Atleta. Então, a gente tirou essa idade mínima dos 14 anos.

No art. 59, inciso I, uma mudança redacional torna facultativa a representação de atletas nos processos eleitorais das organizações esportivas. O texto aprovado pelo Senado exige a participação de representantes de atletas nos colégios eleitorais, a exemplo do que determina a Lei Pelé (art. 23, III) para as entidades de administração do desporto. Mantivemos, assim, a redação aprovada por esta Casa.

Já no inciso IV do art. 59, há a previsão de que os processos eleitorais deverão contar com sistema de recolhimento dos votos imune a fraude, admitida votação não presencial somente se essa modalidade estiver expressamente prevista nos estatutos das organizações esportivas ou em caso de calamidade pública. Acreditamos que essa limitação enfraquece, nos processos eleitorais, categorias que não fazem parte do corpo administrativo das organizações esportivas, a exemplo da representação dos atletas. Assim, consideramos que a previsão para votação não presencial deva ser mantida nos processos, porque temos atletas e, enfim, representantes dos atletas que muitas vezes fazem parte desse corpo, decidem todo o processo eleitoral, mas que estão competindo e querem participar, então a gente abre essa possibilidade de votação não presencial, que deve seja mantida, mas sem a limitação de previsão expressa dessa modalidade nos estatutos das organizações. Entendemos que os estatutos das organizações é que devem se sujeitar à lei, e não o contrário.

Ainda no art. 59, acrescentou-se um §3º definindo que, nos processos eleitorais das organizações esportivas, o registro das chapas deverá ser feito com antecedência mínima de cinco dias da data do pleito. A nosso ver, essa previsão favorece os grupos mais organizados e que já estão no poder, dificultando a participação de grupos de oposição. Em nosso sentir, em defesa do processo democrático da escolha de dirigentes, não deve haver qualquer prazo mínimo para o registro das chapas, motivo pelo qual rejeitamos a inclusão do dispositivo feita pela Câmara – isto está no nosso texto do Senado: sem previsão.

Acrescentou-se inciso VII ao *caput* do art. 83 para prever que o seguro de vida contratado pela organização esportiva para os atletas e treinadores garanta a eles ou aos beneficiários por eles indicados a indenização mínima correspondente ao valor anual da remuneração pactuada. Consideramos que essa previsão amplia os direitos dos profissionais envolvidos em competições esportivas, sendo, a nosso ver, justa e defensável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescentou-se ao art. 83, ainda, um §4º para vedar a participação em competições desportivas profissionais de atletas não profissionais com idade superior a 21 anos de idade. Essa previsão garante ao atleta maior de 21 anos a profissionalização, proibindo que ele seja remunerado por meio de bolsas após essa idade, o que é desejável. Além disso, repete determinação atualmente contida no art. 43 da Lei Pelé. Então, nós não mexemos.

No art. 84, foi acrescido novo parágrafo para definir o conceito de "prêmios por performance". A expressão é utilizada no §1º do mesmo artigo e consideramos benéfica a inclusão de dispositivo para definila.

No art. 85, §3º, reduz-se pela metade o limite mínimo da cláusula compensatória esportiva (devida ao atleta pela organização desportiva em caso de inadimplência salarial, rescisão indireta ou dispensa imotivada). Consideramos que essa alteração seja prejudicial aos atletas, parte mais frágil na relação empregatícia. Além disso, o dispositivo faz referência também aos técnicos, a quem não é devida a cláusula compensatória esportiva, pela própria natureza da sua relação contratual. Isto, por si só, já inviabiliza a manutenção da redação aprovada pela Câmara. Entretanto, destacamos que, também no mérito, somos contrários à mudança.

Ainda no art. 85, foi incluído um novo §4º estabelecendo que, nos casos de contrato de trabalho com prazo de até 12 meses, o limite mínimo da cláusula compensatória desportiva será o valor total de salários mensais a que o atleta teria direito até o término do referido contrato. Essa alteração somente faria sentido se a nova redação proposta ao §3º fosse mantida, o que não é o caso. Assim, de acordo com o texto aprovado pelo Senado, o limite mínimo será sempre o valor total dos salários a que o atleta teria direito, independentemente do prazo de duração do contrato de trabalho esportivo.

Eu falo isso porque eu já vi muitas injustiças dentro do ambiente do esporte sobre essas questões de contrato.

Foram incluídos, no art. 85, os §§12, 13 e 14. O §12 exclui a estabilidade prevista no art. 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quando a empresa pagar a remuneração do trabalhador que sofrer acidente de trabalho. Trata-se de previsão que visa a burlar o espírito da Lei nº 8.213, de 1991, no sentido de garantir ao empregado reincorporado ao seu ambiente laboral o direito de nele permanecer enquanto se recupera plenamente do acidente de trabalho sofrido. A circunstância de a empresa assumir o pagamento das remunerações do trabalhador, ao invés de encaminhá-lo à Previdência Social, não pode ser utilizada para suprimir garantias a ele asseguradas pelo Regime Geral da Previdência Social.

Em relação ao §13, o projeto, ao determinar a aplicação do parágrafo único do art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) às relações esportivas, mesmo quando o empregado não seja detentor de diploma de nível superior, coloca o atleta em situação desfavorável em relação aos demais trabalhadores, por permitir prevalência do negociado individualmente sobre o legislado. A circunstância de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o atleta estar assistido por advogado não afasta a sua situação de vulnerabilidade perante o seu empregador. Da mesma forma que o disposto no §12, a proposição retira do trabalhador proteção a ele conferida pelas normas que regem a prestação de labor subordinado no Brasil.

A seu turno, o §14 apenas determina que o art. 507-A da CLT também se aplica às relações de trabalho previstas no diploma em exame, o que não constitui inovação no ordenamento jurídico brasileiro, já que a redação do mencionado dispositivo celetista não excepcionou as relações laborais esportivas do seu alcance. Por esses motivos, nos posicionamos contrários à inclusão dos parágrafos 12, 13 e 14.

No art. 96, altera-se a redação e o mérito dos incisos III, IV e V. No inciso III, acrescenta-se previsão para que não haja acréscimo remuneratório pela participação do atleta em partidas ou provas, independentemente do horário destas. Já no inciso IV, prevê-se que o atleta esteja disponível para realização de treino regenerativo, inclusive no dia de seu repouso semanal remunerado. No inciso V, suprimem-se disposições relativas às férias do atleta, como permissão de fracionamento em três períodos e duração mínima deles, para deixar que esse tema seja livremente pactuado entre clubes e atletas. Nos três incisos alterados, entendemos que os atletas têm direitos suprimidos, motivo pelo qual consideramos mais adequada a redação aprovada pelo Senado.

No art. 98, foram incluídas novas alíneas ao inciso II do §1º a fim de aumentar os requisitos para que organizações esportivas sejam consideradas como formadoras de atletas. Os dispositivos acrescentados garantem mais segurança e ampliam os direitos dos atletas em formação, sendo oportunos e meritórios.

Já o §3º do art. 98 aumenta de 19 para 20 anos a idade máxima para que o atleta possa receber auxílio financeiro da organização esportiva formadora, sob a forma de bolsa de aprendizagem. Contudo, é importante ressaltar que a formação do atleta ocorre somente até os 19 anos de idade, inclusive para fins do mecanismo de solidariedade na formação esportiva, previsto no art. 101 do projeto. Assim, consideramos mais adequada a redação aprovada pelo Senado.

Ainda no art. 98, a Câmara retirou o §4º aprovado pelo Senado. Aquela Casa entendeu por bem não disciplinar a formação de atletas com idade entre 12 e 14 anos. Entretanto, consideramos um importante avanço a redação aprovada pelo Senado, por refletir a realidade da formação de atletas, que começa, em muitas modalidades esportivas, como já falei aqui, bem antes de o atleta completar seus 12 anos. Além disso, o texto aprovado por esta Casa confere inúmeras garantias para o bem-estar e a segurança dos atletas em formação menores de 14 anos.

No §4º do art. 98, inclui-se inciso para prever que, caso o atleta em formação seja contratado por organização esportiva internacional, sem anuência da organização esportiva formadora, e sem que esta tenha recebido a indenização devida pelo valor gasto na formação, não poderá o atleta ser registrado pela organização nacional que administra e regula a modalidade esportiva até o efetivo pagamento da indenização. Compreendemos que a intenção seja garantir à organização esportiva formadora o direito a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber a justa indenização pelo valor gasto na formação do atleta. Porém, o dispositivo cria ônus demasiado para o atleta – está penalizado o atleta, fazendo com que ele não seja registrado por essa organização –, que não pode ser penalizado pela impossibilidade de a lei nacional regulamentar esse tipo de transação. Há situações em que a legislação simplesmente não pode se imiscuir. Nesses casos, entendemos que as próprias federações esportivas internacionais devem disciplinar e regulamentar os conflitos, pois são aptas, no âmbito de suas atuações nas respectivas modalidades, a editar normas transnacionais, de observância obrigatória pelas organizações a elas filiadas – quer dizer, está jogando a responsabilidade para o atleta, sendo que elas que têm que criar entre elas esse tipo de regulamentação; então de forma a penalizar o atleta, que não vai poder se filiar ou ir para um outro país representar uma outra entidade.

Por sua vez, no §8º do art. 98, foi acrescido inciso para prever que a organização formadora tenha preferência na renovação do primeiro contrato de trabalho esportivo firmado com atleta por ela formado, ainda que não haja mais vínculo federativo entre atleta e organização esportiva. Consideramos que o dispositivo retira a liberdade de decisão do atleta que não mais possui vínculo com a entidade esportiva formadora, não havendo que se falar, portanto, em direito de preferência.

Finalizando as mudanças promovidas ao art. 98, foi alterada a redação do §14 e acrescido um §15. O §14, na redação aprovada pelo Senado, dispõe sobre a liberdade que o atleta em formação menor de 14 anos tem para se desligar da organização esportiva formadora, sem qualquer ônus. Já a versão aprovada pela Câmara prevê que o atleta em formação seja considerado aprendiz, para o cômputo da quota prevista no art. 429 da CLT. Além de entendermos como inadequada a alteração promovida pela Câmara, julgamos de extrema importância a manutenção do texto aprovado pelo Senado, que confere maior liberdade e autonomia ao atleta em formação menor de 14 anos. Já o §15 acrescido pela Câmara determina que diversas obrigações das organizações esportivas formadoras sejam de observância mandatória somente para a modalidade de futebol. Todavia, considerando a importância das medidas destacadas e prezando pela segurança e bem-estar dos atletas em formação, entendemos que essas regras devam ser cumpridas pelas organizações formadoras de todas as modalidades esportivas. De fato, quando se trata de menores, medidas de segurança e bem-estar, como as elencadas nesse dispositivo, são inegociáveis, pouco importando a modalidade esportiva à qual se refiram. Então, a gente não pode segregar aqui, deliberando apenas para uma modalidade. De fato, quando se trata de menores, medidas de segurança e bem-estar, como as elencadas nesse dispositivo, são inegociáveis, pouco importando a modalidade esportiva à qual se refiram. Então, a gente não pode segregar aqui, deliberando apenas para uma modalidade.

No inciso VII do *caput* do art. 100, foi incluída a obrigatoriedade de prestação de assistência fisioterapêutica aos atletas em formação. Consideramos meritória a alteração, pela Câmara, pois é inegável a importância dos profissionais de fisioterapia na recuperação da saúde dos atletas em formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 101, que trata do mecanismo de solidariedade na formação esportiva, foi retirada a previsão para pagamento à organização esportiva pela formação de atletas dos 12 aos 13 anos de idade. Entretanto, como já dito anteriormente, consideramos importante disciplinar a formação esportiva desses atletas. Assim sendo, é justo que o mecanismo de solidariedade na formação esportiva seja devido também à organização que colaborou para a formação de atletas nessas idades.

A Câmara incorporou os dispositivos do art. 110 do texto aprovado pelo Senado ao art. 109, deixando de reproduzir o art. 109 originalmente aprovado no Senado. O referido art. 109 do texto do Senado, que não é reproduzido no projeto da Câmara, concede tratamento tributário favorecido semelhante ao dado à organização esportiva promotora do evento às empresas a ela vinculadas e domiciliadas no Brasil, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos, isentando-as dos tributos federais aplicáveis.

A diferença entre as vinculadas e domiciliadas no Brasil e a organização esportiva organizadora é que as primeiras continuam obrigadas a recolher a contribuição social da empresa, incidente sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço (alínea "a" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), e as contribuições administradas pela Receita Federal na forma do art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, devidas por lei a terceiros, assim entendidos como os fundos públicos e as entidades privadas de serviço social e de formação profissional.

Assim, acatamos a redação proposta pela Câmara dos Deputados.

No art. 126, que trata dos incentivos ao esporte – isso aqui já foi debatido aqui na Casa –, a Câmara aumentou o limite máximo de dedução previsto para as pessoas jurídicas de 3% para 4% do imposto sobre a renda devido. O texto aprovado pelo Senado permite que esse valor chegue a 4% caso apoie projeto esportivo ou paradesportivo destinado a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Consideramos extremamente meritória essa condicionante, motivo pelo qual opinamos pela manutenção do texto aprovado por esta Casa.

No mesmo artigo, propomos uma emenda de redação para desmembrar do *caput* a faculdade da dedução tributária à pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido. Isso foi feito com a inclusão de um novo parágrafo ao art. 126. O objetivo desse desmembramento, meramente redacional, é permitir ao Poder Executivo, por ocasião da sanção da lei em que se converter o projeto, uma análise apartada da possibilidade de dedução aplicável às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real e àquelas tributadas com base no lucro presumido, sem que haja o comprometimento de todo o dispositivo.

O art. 147 determina que o monitoramento por imagem das catracas seja obrigatório nas arenas esportivas com capacidade para mais de 35 mil pessoas. O texto aprovado pelo Senado considera a capacidade de 20 mil pessoas para que esse monitoramento seja obrigatório. Além disso, o substitutivo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dispensa o cadastramento biométrico dos espectadores e dobra o prazo para adaptação das arenas, de dois para quatro anos. Consideramos que a versão aprovada pelo Senado seja mais cautelosa com relação à segurança das pessoas nas arenas esportivas, motivo pelo qual opinamos por sua manutenção. Além disso, entendemos que o prazo de dois anos é suficiente para a implementação da biometria nas arenas esportivas.

De qualquer forma, nada impede que esse prazo seja estendido futuramente, caso se verifique a necessidade de sua dilação.

Com a mesma temática, no art. 157, que trata das condições de acesso e permanência do espectador no recinto esportivo, a Câmara suprimiu o inciso XII, que exige o cadastramento no sistema de controle biométrico para espectador com mais de 16 anos de idade. Consideramos fundamental manter a redação aprovada pelo Senado, que complementa e se coaduna com a exigência prevista no art. 147.

O art. 158 inclui a possibilidade de exploração comercial dos sons em eventos esportivos, além da exploração das imagens. Consideramos que essa previsão pode dar ensejo à cobrança de diretos de transmissão das rádios, historicamente isentas do pagamento de quaisquer direitos de transmissão. O tema, inclusive, já foi debatido na CCJ desta Casa, que rejeitou o entendimento adotado pela Câmara. Então, esse trecho já foi debatido na CCJ. A gente sabe que tem rádio de todo porte. Nem todas têm a capacidade de, enfim, pagar essas previsões de cobrança de direito de transmissão.

Já o parágrafo único do art. 158 prevê a possibilidade de exploração comercial dos dados estatísticos das partidas, a cargo das organizações que administram e regulam a modalidade esportiva. Não vemos nenhuma razão para a inclusão desse dispositivo, sobretudo considerando que os direitos de transmissão das partidas não pertencem às federações e confederações, mas aos próprios clubes.

No art. 163, foi acrescido §3º definindo que, caso o atleta receba até duas vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, a ele não se aplicaria a limitação ao contrato de direito de imagem, que não pode ser superior a 50% da sua remuneração estabelecida em contrato de trabalho, conforme dispõe o §2º. Acreditamos que essa previsão prejudica os atletas que recebem menores salários – eu não estou pensando nos maiores, porque eles são menos de 1%, tá, gente? Estou pensando na grande maioria, uns 90%, que não recebem os milhões que nós vemos para alguns aí –, permitindo que a quase totalidade de seus proventos seja paga por meio de contrato de natureza civil, como é o caso do contrato de direito de imagem, elidindo direitos trabalhistas.

O §6º do art. 163 permite a exploração comercial coletiva da imagem de atletas e membros das comissões técnicas, respeitados os contratos de direito de imagem individualmente celebrados. Não vemos problema nessa previsão, sobretudo considerando a liberdade existente para a celebração de contratos de natureza cível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 188, §1º, foi incluído o inciso V para exigir, na composição dos Tribunais de Justiça Esportiva, que os membros sejam advogados com comprovada atuação profissional de, no mínimo, três anos na área jurídico-desportiva, ou pessoas de notório saber jurídico e de conduta ilibada. Acreditamos que esse dispositivo aperfeiçoa a Justiça Desportiva, sobretudo por flexibilizar a exigência criada, permitindo que pessoas com notório saber jurídico possam ser membros dos Tribunais, mesmo que não sejam advogadas. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao §7º incluído no art. 189, que trata dos membros da Justiça Esportiva Antidopagem (JAD). O parágrafo acrescido determina, ainda, paridade entre homens e mulheres na composição da Justiça Esportiva Antidopagem, o que é extremamente desejável.

No art. 200, que trata do crime de promoção de tumulto ou prática de violência, incluiu-se a proibição de invasão dos locais destinados aos árbitros e seus auxiliares. Além disso, acrescentou-se o inciso III a esse dispositivo para aplicar as penas previstas no referido artigo a quem participar de brigas de torcidas. Ademais, foi acrescido o §7º prevendo que as penalidades previstas serão aplicadas em dobro quando se tratar de casos de racismo no esporte brasileiro ou de infrações cometidas contra as mulheres.

Consideramos que, em todos os casos, a redação da Câmara aperfeiçoa, sim, o tipo penal.

No Título IV, que trata das disposições finais e transitórias, foi incluído um capítulo para tratar das alterações legislativas. Assim, os arts. 201 a 206 pretendem alterar as Lei nºs: 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB); 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (lei das loterias); 9.696, de 1º de setembro de 1998 (dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física); 13.019, de 31 de julho de 2014 (define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil); 9.504, de 30 de setembro de 1997 (estabelece normas para as eleições); e 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (legislação do imposto de renda). Veja-se que essas alterações não constavam na redação aprovada aqui no Senado.

Assim, ainda que tenham algum mérito, acreditamos que o Senado deve ter a oportunidade de discutir e aperfeiçoar essas alterações legais sugeridas pela Câmara.

Sr. Presidente, eu tomei muita cautela em não acatar sugestões da Câmara, porque nós mexemos em LDB, nós mexemos em lei da loteria, e eu acho que é importante que a sociedade e que os Senadores tenham a possibilidade de debater esses temas. Então, é por isto que nós não acatamos essas sugestões de alteração da Câmara: porque nós não as debatemos, acredito que a Câmara também não tenha tido... para fazer essas mudanças como nós aqui, no Senado.

Então, eu tive muita cautela no sentido de, havendo uma provocação para nós fazermos os debates, nós os faremos, mas não de forma deliberada – entendeu? –, atendendo a um setor ou outro, entendendo que todos querem ser contemplados, mas nós precisamos ter responsabilidade com o coletivo.

Então, é nesse sentido que não acatamos da Câmara e voltamos com o nosso texto do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nesta fase do processo legislativo cabe ao Senado tão somente acatar ou não o texto aprovado pela Câmara, acreditamos que o melhor, no caso, seja deixar para discutir esses temas futuramente, em um momento em que o Senado possa, efetivamente, participar da construção legislativa que se pretende fazer e que foi sugerida pela Câmara. Ademais, no mesmo sentido, consideramos que a Lei Geral do Esporte não seja o melhor local para a inclusão dessas alterações sugeridas, e, sim, nas leis que foram citadas por mim, como Relatora.

Assim, votamos pela rejeição de todas as alterações legislativas propostas.

Por fim, no art. 127, retira-se de associações de cronistas esportivos a prerrogativa para o credenciamento de profissionais de imprensa para cobertura dos eventos esportivos. Essa responsabilidade passaria para as entidades organizadoras de cada competição. Esse tema, eu quero dizer bem claramente aqui, foi amplamente debatido quando o projeto tramitou no Senado, chegando a um consenso entre todos os Senadores para assegurar, no mínimo, 80% dos locais reservados à imprensa para os profissionais cadastrados pelas associações dos cronistas.

Eu acho que o senhor até lembra o Senador Lasier Martins, que era um grande Senador aqui, que é jornalista. Ele teve uma preocupação, assim como o Senador Romário, o Senador Carlos Portinho, que nos ajudaram muito no sentido de buscarmos o texto mais justo para que nós pudéssemos contemplar e garantir a permanência, principalmente dos cronistas, dos radialistas, daqueles que fazem, muitas vezes, a transmissão de jogos chegar aos municípios pequenos, que não têm acesso à internet e a nenhum tipo de meio de comunicação.

A redação da Câmara muda completamente esse entendimento, motivo pelo qual preferimos manter o texto aprovado nesta Casa.

Não poderíamos deixar de registrar nosso agradecimento, Sr. Presidente, ao Núcleo de Redação Legislativa da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal. Esse órgão foi responsável pela elaboração de um quadro comparativo entre as versões aprovadas pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Esse quadro foi fundamental para a identificação de todas as mudanças feitas no texto. Algumas, apesar de muito singelas, modificam o mérito do projeto e poderiam não ter sido constatadas se não fosse a ajuda desse quadro comparativo tão preciso e bem elaborado.

Assim, a toda a equipe reafirmo os nossos mais sinceros agradecimentos.

Finalmente, temos a convicção de que o texto aqui aprovado, amplamente discutido desde a sua criação, seja no âmbito da Comissão de Jurista, seja nas Casas Legislativas que compõem o Congresso Nacional, aprimora sim enormemente a legislação esportiva nacional, fazendo com que nela se reflitam as alterações sociais ocorridas nos últimos 25 anos, desde a aprovação da Lei Pelé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A todas as pessoas e organizações na construção desse texto tão moderno e democrático eu deixo aqui e registro a minha admiração e o meu agradecimento.

Só um aparte. Bom, vou falar o voto, mas eu queria depois fazer algumas considerações.

O voto.

Pelo exposto, o voto é pelas constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regimentalidade. No mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 1.825, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017), com as emendas de redação ao final apresentadas e com a seguintes ressalvas que vão estar no texto.

Eu só queria fazer uma pequena explicação. É que constatamos ali no texto um lapso da redação da emenda redacional, em que falta a expressão "art. 127". Eu queria deixar registrado aí, porque tem os votos com as emendas, e eu peço para os caros amigos, porque eu já fiz o relatório... Mas está aqui toda a parte das rejeições das emendas, das manutenções...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – V. Exa. pode repetir só a observação que foi feita?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Tem um lapso de redação, faltando a expressão "art. 127". A redação é: "Dê-se a redação ao *caput* do art. 126 do Projeto de Lei nº 1.825, de 2022, e ao §2 [faltou ali] do art. 127 do PLS 68, de 2017, com acréscimo do parágrafo que se segue". É só o parágrafo, o registro do parágrafo, que faltou, o "art. 127".

Sr. Presidente, tem um aparte aqui sobre a Lei das Loterias. Eu recebi um apelo muito grande sobre o esporte máster no Brasil. Reconheço a relevância do esporte máster no nosso país. Também foi uma atleta máster antes de ser operada e ser colocada a minha prótese no quadril e sei da importância, porque fomenta e incentiva também as pessoas com uma certa idade a praticarem ou a voltarem a praticar esportes. Mas nós entendemos que a Lei da Loteria é um cobertor pequeno, e isso mexeria em recurso e em orçamentos para o Ministério do Esporte. Eu acho que nós temos que fazer um debate claro aqui, entendendo que nós hoje, com a Lei Geral, inserimos no sistema nacional o esporte máster, que antes não estava contemplado. Então, o esporte máster hoje faz parte do sistema esportivo nacional, ele é reconhecido na Lei Geral.

Então, nós estamos dando um passo de cada vez, com muita responsabilidade.

Agora, quando nós falamos de repasses para o esporte máster, como para outros setores, outros segmentos do esporte, que, se foram pedidos, eu não posso simplesmente fazer isso numa canetada. Vou falar muito sério isto: quem me conhece sabe que eu não sou muito de fazer as coisas, enfim, para agradar politicamente A ou B. Eu quero fazer as coisas ouvindo a todos, e me comprometo aqui, no momento devido, para o esporte máster, para o esporte universitário e todos aqueles que desejam serem ouvidos, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente possa mais para a frente repensar esses recursos. Eu faço este compromisso de trazer essa provocação para a Casa para discutirmos a Lei das Loteria, mas eu não posso, simplesmente, numa canetada, sendo que incentivei, apoiei e ajudei a trazer orçamento para a criação do Ministério do Esporte, ser agora a pessoa que dê a canetada e tire 40%, pelo menos, de recursos do Ministério do Esporte, que a gente sabe que tem sua relevância e todo o seu trabalho no esporte nacional.

Então, peço desculpas àqueles que porventura se sentiram prejudicados, mas eu acredito que para o esporte máster, como os demais, estar inserido no sistema futuramente lhe garante, sim, uma discussão nesta Casa sobre a questão de futuros repasses.

Era isso o que eu queria dizer, Sr. Presidente, agradecendo a paciência dos colegas que estão aqui com a gente e todos que estão nos ouvindo aqui nesta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Eu agradeço à Senadora Leila Barros pelo relatório apresentado.

A Senadora Leila já tinha sido a Relatora do Projeto 68, aqui do Senado Federal, que havia sido aprovado, inclusive, por unanimidade, foi para a Câmara dos Deputados e lá recebeu o nº 1.825. Então, esse projeto está sendo agora deliberado aqui no Senado Federal, como substitutivo ao 68, e a nossa atribuição é aceitar ou rejeitar aquilo que a Câmara dos Deputados apresentou ou alterar alguma coisa com emenda de redação, na verdade.

Muito bem. Agradeço à Senadora Leila.

Está, então, em discussão a matéria.

Concedo a palavra, eu acho que em primeiro lugar, ao Senador Esperidião Amin, que está à distância.

Seja bem-vindo, Senador Esperidião Amin.

Lembro que esta semana é remota, híbrida. Então, os Senadores podem colocar o nome e o voto remotamente, como também podem participar da reunião remotamente.

Senador Esperidião Amin, com muita alegria, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – A alegria é minha.

Eu gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar também à distância o Senador Carlos Portinho, mas especialmente dar um abraço muito afetuoso na minha querida companheira, querida Senadora e, mais do que máster, superatleta Leila Barros. Acho que ela deu mais uma demonstração não apenas de vigor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intelectual e legiferante, mas de vigor físico, tocando esse relatório com o grau de detalhamento, empenho e emoção a que tivemos a oportunidade de assistir.

Eu vou votar a favor do seu relatório, inclusive a favor das suas observações sobre a não aceitação justificada e fundamentada de textos alterados na Câmara, por entender que a dedicação da Senadora Leila Barros a este assunto foi exemplar e, por isso, satisfaz a minha consciência quanto ao voto naquilo que me parece ser o melhor.

Então, já anuncio aqui o meu voto a favor, mas quero me valer deste momento, reiterando aqui meus cumprimentos a todos os que acompanharam... Estou vendo aí a Senadora Teresa Leitão ingressando ou reingressando na Comissão e já erguendo a sua mão – não é a mão da Leila, não é a mão esquerda, é a mão direita que está aparentemente levantada aí. Eu queria me valer deste momento, Senador Flávio Arns, para fazer aqui uma reflexão sobre um outro problema muito sério que a educação – no caso, não é o esporte, mas a educação brasileira – está vivendo hoje.

O Governo Federal vai editar – não sei se já editou, a notícia dos jornais é de que vai editar – uma portaria. E eu não sei se esse assunto chegou a ser apreciado na Comissão de Educação, então eu gostaria de alertar para que depois nos detivéssemos sobre isto. A matéria mais detalhada se encontra na *Folha de S. Paulo* de hoje, muito embora seja também matéria de capa do *Estadão*: pressionado, o Governo decide suspender o novo ensino médio.

Eu participei da votação dessa lei. À semelhança da dedicação da Senadora Leila Barros, eu me lembro da atuação do Deputado Federal, que foi ministro também, José Mendonça Filho, Deputado Mendonça Filho, no debate do novo ensino médio. Durante a pandemia, eu lembro bem que travamos muitas discussões com o Senador Izalci sobre a necessidade de equiparmos o ensino médio, equiparmos não apenas materialmente, mas pedagogicamente o seu conteúdo no seu currículo, ou seja, naquilo que de verdade a educação pode transmitir ao jovem para que ele seja considerado útil, o jovem brasileiro, reduzindo a evasão e aumentando o interesse.

Então, eu faço aqui esse breve comentário sugerindo que nos detenhamos. Depois da votação da Lei Geral do Esporte, de que eu já antecipei meu voto com muita consciência e com muita confiança no relatório da Senadora Leila, nós não podemos nos omitir diante disso. Esta foi uma lei... Assim como estamos aplaudindo a dedicação da Senadora Leila, podemos lembrar como é que foi o debate disso, principalmente na Câmara, onde eu estava, na Câmara dos Deputados. O Governo suspender uma coisa crucial para o país – crucial –, que é o novo ensino médio, no primeiro ano normal pós-pandemia, uma vez que a pandemia e seus efeitos ainda perduraram durante o ano de 2022, hoje já se considera afastada de nós, não as suas consequências, mas o seu lamentável vigor! Quer dizer, suspender por pressão de quem? Por deficiência do quê? O que nós podemos fazer para preservar algo que nós aprovamos – nós, Congresso – e debatemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bastante. Isso nos foi apresentado e nós aprovamos como sendo algo muito importante para a educação brasileira para nos atualizarmos em termos do ensino médio, que é crucialmente importante.

Então, eu renovo aqui esse pedido, mas ele é subsidiário, está bem abaixo, em termos de importância e de momento, em relação à Lei Geral do Esporte.

E eu quero reiterar: voto a favor e voto com muita consciência e com muita confiança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço ao Senador Esperidião Amin pelos comentários inclusive em relação ao ensino médio. E quero dizer a todos que nos acompanham, a Comissão, que semana que vem a nossa Comissão estará reunida, no dia 11. No dia 18, já está agendada a vinda da Ministra da Cultura e, no dia 25, portanto, a vinda do Ministro da Educação, quando ele poderá fazer o debate também com a Comissão sobre justamente o que V. Exa. acabou de colocar, Senador Esperidião Amin.

E quero lembrar também que esta Comissão, numa reunião anterior, já criou uma subcomissão para debater, especificamente, o ensino médio, já foi instalada, inclusive, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão. Esse assunto preocupa esta Comissão, preocupa a sociedade, tem que ser bem debatido, discutido, para que cheguemos ao melhor entendimento possível em relação ao ensino médio, vendo o que aconteceu, o que está sendo feito, perspectivas para o futuro. A Subcomissão já está, inclusive, instalada e com os membros designados na proporcionalidade dos partidos.

Então... Antes, o Senador... (*Pausa.*)

Parece que o Senador Esperidião Amin quer fazer alguma observação antes de eu passar ao Senador Confúcio Moura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, muito rápido: seja no dia 25, seja no dia 21, se essa portaria já estiver assinada, nós estaremos diante de um fato consumado. Convenhamos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu prefiro, antes da perícia por inumação, visitar o paciente ainda com vida, ou seja, eu não quero fazer laudo de autópsia. Eu gostaria de que a gente se antecipasse. Então, é isto que eu acho que nós podemos discutir, depois da aprovação da lei: eu não concordo com que o Congresso, que votou, seja informado de uma decisão infralegal do Governo, porque, virtualmente, no momento em que eu tiro os prazos, eu tiro o objeto da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A assessoria do Ministério da Educação está aqui presente, na reunião. Depois desta reunião, nós já discutiremos com eles algum encaminhamento possível.

Muito bem. Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe-me. Eu recebi porque... Estava inscrito o Senador Carlos Portinho e ele mandou uma mensagem, dizendo o seguinte: "Como estou no dentista por uma situação emergencial, quero registrar meus parabéns à Senadora Leila. Ouvi todo o relatório e meu voto é favorável, o qual peço para registrar. Oriento a Bancada do PL. Senador Portinho".

Obrigado. Bom tratamento, Senador Carlos. (*Risos.*)

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, meus cumprimentos à Senadora Leila Barros pelo seu relatório detalhado. Não poderia ter outra pessoa mais habilitada para esse relatório, já que ela passou por todas as etapas do esporte nacional brasileiro, desde a sua adolescência, até o topo da sua carreira no mundo olímpico. Nós sabemos que o esporte trabalha de mãos dadas com a educação, inclusive, a Comissão aqui é de educação e esporte juntos. Eu creio que, através da sua vivência e da sua experiência... Ela até falou que poderá ser criticada, mas essas críticas vêm justamente no aperfeiçoamento da sua vivência nos pontos de estrangulamento para que o esporte seja mais democratizado, mais universal, mais inclusivo. Num país do tamanho do Brasil, com a sua diversidade, os atletas aparecem mais ou menos por geração espontânea. De repente, surge um na parte da canoagem que vem da Bahia, que aprendeu sozinho a sua habilidade, foi descoberto ao acaso, e aí é chamado para compor as nossas equipes do mundo do atletismo. Assim sendo, se essa lei vier a universalizar, dar acesso maior aos meninos, aos atletas jovens, a todos eles, para que possam realmente participar, ter recursos financeiros adequados no ministério, orçamento para financiar as bolsas necessárias aos atletas habilidosos, isso será muito importante.

Então eu não tenho argumento nenhum aqui comigo para contraditar e nem votar contrário. Eu tenho um respeito profundo pela Senadora Leila, pelo que ela foi e pelo que ela é como Senadora. Sua experiência nessa lei, por certo, tem a sua mão, a sua vivência, o seu suor, as dificuldades que vivenciou. Enriquecida com a participação de outros tantos atletas aqui, Senadores, e ela citou o nome três, logicamente a lei está boa. Então, o meu voto será, com certeza, favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o ensino médio, a gente tocou num assunto muito importante. Nós nem colocamos em prática o ensino médio para ver as suas dificuldades. Então, teria que operacionalizar o que está aprovado e ir ajustando no transcorrer da vida o modelo, para que, de fato, a gente possa realmente empreender um ensino médio misto, tanto na área pedagógica como na área profissional, que é o que todos nós desejamos. Como é que vai cancelar, eliminar um modelo que foi suficientemente debatido por muita gente, com a sociedade civil? Nós temos que operar o novo ensino médio. Assim como Pernambuco tem feito lá, a duras penas, com a experiência própria – ninguém melhor que a Teresa Leitão para a explicar isso tudo –, 60% das escolas de ensino médio no modelo integral e também profissionalizando, então, nós temos que copiar o que está dando certo no Brasil, em vez de deletar, de uma vez por todas, numa canetada, um modelo que tem que ser experimentado primeiro.

Dessa forma, eu quero saudar a nossa Relatora pelo seu projeto da Lei Geral do Esporte.

O meu voto será também "sim".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço, Senador Confúcio Moura, a sua participação. Quero destacar a grande liderança do Senador em todas as áreas, mas, particularmente, na área da educação. Parabéns!

Passo a palavra à Senadora Teresa Leitão, remotamente.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, a todas. Eu estou falando remotamente, justamente saindo rapidamente, temporariamente, de uma audiência aqui na Assembleia Legislativa de Pernambuco sobre o ensino médio; uma audiência com participação do Conselho Estadual de Educação, da secretaria, das escolas particulares, das escolas públicas, dos estudantes.

Sobre isso, quero colocar que a intenção do MEC com essa medida não é revogar. Ninguém pode revogar uma lei sem passar pelo Senado. É uma medida meramente organizativa do debate, porque isso tem a ver com o conteúdo do Enem. Nós não podemos prejudicar os estudantes por conta dessa implementação, que não está uniforme no Brasil inteiro, e o Enem é um exame nacional. Então, a Comissão vai se reunir de fato num amplo debate para a gente poder ter um ensino médio que responda e corresponda àquilo que a sociedade, que o mundo moderno, que a formação dos nossos estudantes enseja.

É uma avaliação, sim, porque o processo de início dessa reforma foi muito atropelado nos estados. Alguns estados, realmente, como disse o Senador Confúcio, conseguiram, com seus próprios meios, com suas próprias articulações, mas essa não é a realidade, nem na rede pública nem na rede privada.

Sobre isso, inclusive, tem um item extrapauta que eu coloquei para representar o Senado em um debate, desta feita em Curitiba. Desta vez aqui, como eu já estava em Pernambuco, que é a minha terra, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fácil atender o convite da Assembleia Legislativa, mas peço, Presidente, a apreciação de V. Exa. e dos demais pares sobre a possibilidade de análise desse pedido extrapauta.

Sobre o parecer da Senadora Leila Barros, a minha primeira palavra é para parabenizar a Senadora pela riqueza do relatório. Não poderia ser diferente, porque quem vivenciou no esporte o que a Senadora Leila vivenciou, com sua liderança, com sua sensibilidade, com seu olhar minucioso e competente sobre as políticas de esporte, sabe muito bem do que está falando. Porém, a Senadora estava viajando em missão quando a Ministra dos Esportes veio à nossa Comissão e se colocou também muito parceira para debater essa Lei Geral do Esporte, conforme, inclusive, o relatório.

Eu acho que seria importante se a gente pudesse fazer um pedido de vista não para rejeitar o relatório – muito pelo contrário, eu me associo a quem também aplaude e apoia esse relatório –, mas para agregar alguns outros elementos. Diante da riqueza e da profundidade do relatório, que a gente pudesse fazer isso, atendendo, inclusive, o que a Ministra colocou na audiência da semana passada.

Era essa a minha intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço a participação de V. Exa., Senadora Teresa Leitão, que coordena a Subcomissão desta Comissão sobre o ensino médio.

Há um pedido de vista, então, da Senadora Teresa Leitão e também de outros Senadores...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vou me associar ao pedido de vista para que não se prorrogue a vista nas sessões subsequentes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, o Senador Confúcio Moura e também outras pessoas...

Então, eu concedo vista coletiva, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo prazo de cinco dias.

O assunto voltará à pauta na terça-feira da semana que vem. Então, está ótimo.

Quero, de novo, parabenizar a Senadora Leila Barros. De fato, a Ministra esteve aqui presente. V. Exa. estava em viagem ao Japão, no período. Quero, inclusive, dizer que estamos felizes com a recuperação física de V. Exa. depois da cirurgia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Ministra colocou também a preocupação que tinha com alguns aspectos que, creio, foram totalmente ultrapassados com o relatório de V. Exa.

Quero parabenizá-la pela caminhada também de vida, com tanta contribuição que pode ser dada para termos uma Lei Geral do Esporte, de que já foi Relatora aqui, é Relatora de novo, o que é muito importante.

Parece que V. Exa. quer se manifestar também, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Eu não tenho o menor problema com relação à vista, mas entendo que é um projeto que foi exaustivamente debatido nas duas Casas.

Com relação à Ministra, eu conheço a Ministra, inclusive fui atleta com ela em quadra, então... E também fiz parte do GT de transição. Então, sei como funciona o ministério, como hoje está funcionando, as cabeças que estão ali. Entendo que os técnicos têm uma preocupação com relação a certos dispositivos, e a gente está disposto a dialogar.

Aí, eu quero agradecer aos colegas aqui, principalmente ao Senador Confúcio, porque é importante que seja vista coletiva para que a gente não protele mais. Nós temos representantes aqui do esporte, pessoas que vivem, fazem o esporte nacional e que querem uma resposta da Casa, porque, desde 2017 – aliás, desde que cheguei a esta Casa –, a gente tem lutado bravamente. É impossível não defender a pauta do esporte, até porque foi o esporte que me forjou e me trouxe até aqui. Então, digamos que não só eu estou Senadora, mas eu sou a Leila do Vôlei, não é? Eu falo que eu estou Senadora por um processo na minha vida, a que agradeço a Deus e ao povo de Brasília, mas tenho uma trajetória no esporte, como o Senador Confúcio falou. Eu nasci no esporte: a gente sai do esporte, mas o esporte não sai da gente.

Para esse compromisso eu peço a todos vocês que estejam comigo, porque essa Lei Geral é uma responsabilidade que esta Casa tem com o setor esportivo, que foi duramente afetado durante a pandemia e que, hoje, está devagarzinho se recompondo, se recuperando. Então, nós devemos isso.

Mas, com relação ao debate, estou à disposição. E, na próxima semana, estaremos aqui, novamente, com sangue nos olhos, para defendermos a Lei Geral do Esporte. É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Leila do Vôlei. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que pediu a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Somente para pedir que seja o primeiro item da pauta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Certo, será o primeiro item da pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É isso que eu peço, que seja registrado como sendo o primeiro item da pauta da próxima terça-feira.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu passo a palavra também ao Senado Carlos Portinho, que já está em condições de falar agora, não é, Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Na verdade, nem tanto, estou um pouco anestesiado, mas eu venho fazer um apelo à Senadora Teresa Leitão. Esse é um projeto que tem uma década que está sendo discutido por um grupo de juristas, depois foi um ano inteiro com as contribuições do Senador Romário, da Senadora Leila, minhas e de tantos outros que se envolvem no esporte.

É um projeto que foi para a Câmara. Foi, com todo o respeito, demasiadamente alterado, mas num sentido completamente inverso; a Senadora Leila traz de volta o texto, e a gente só tem duas opções: ou aceitar o da Câmara ou voltar ao texto, como muito bem fez a Senadora Leila.

Esse é um projeto que da Comissão de Educação, Esporte e Cultura ainda vai ao Plenário. Há um tempo inclusive, que eu entendo... Senadora Teresa Leitão assume o mandato nesta nova legislatura e precisa, sim, tomar pé, entender os projetos que já vinham tramitando, como este, mas eu venho pedir, por favor, pelo esporte, considerando que ainda vai ao Plenário, que há prazo até... Nele não cabe mais emenda. Ou volta a um texto que, com todo o respeito, não atende ao esporte... E vocês vão se lembrar por que não atende: depois que a Câmara mexeu no texto do Senado, atletas entraram em campo com a mão na boca,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interrompendo partidas de futebol inclusive. Então, ou a gente vai voltar, Senadora Teresa, a um texto que, com certeza, não é do interesse dos radialistas, dos cronistas, dos atletas ou a gente vai ficar com um texto que, durante dez anos, os juristas se dedicaram e o corpo do Senado, os Parlamentares, no último ano, muitos do esporte fizeram as suas contribuições e que vai ainda a Plenário.

Eu venho pedir aos colegas que pediram vista, encarecidamente, pelo bem do esporte e da agilidade: vamos deixar ir ao Plenário, e lá a gente pode até ter uma discussão maior, mas já lembrando que ou volta a um texto que foi muito criticado, da Câmara, ou a gente aprova o texto do Senado. Não tem uma terceira opção. Por isso eu peço, encarecidamente, que votemos hoje, na Comissão, todos favoravelmente ao projeto, que ainda vai ao Plenário.

Muito obrigado. Eu tive até que interromper... Estou com a boca torta aqui, por uma emergência, mas eu não podia deixar de fazer esse apelo, essa súplica. É uma súplica, Senadora Teresa: vamos adiantar o projeto, se possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Carlos Portinho. Quero também parabenizá-lo por todo o trabalho que V. Exa. desenvolve na área do esporte.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu não podia deixar de registrar aqui meus cumprimentos ao trabalho que a Senadora Leila fez, com o apoio desses técnicos extraordinários do Senado.

Nós não podemos esquecer o amplo debate que antecedeu esse parecer. Nós Senadores que estamos chegando à Casa não participamos, claro, desses debates, mas, pelo parecer apresentado, a gente entende, Leila, que temas foram muito observados, por exemplo – que era a minha preocupação – com os atletas menores de 14 anos, o cuidado que você teve com esse tema no seu parecer. E também os projetos beneficiados com a dedução do Imposto de Renda serem aplicados às áreas de vulnerabilidade social. A gente observa no parecer que tudo foi muito bem contemplado.

E no parecer também a Senadora foi muito feliz em dizer: "Nem tudo se encerra aqui." Estamos dispostos a continuar o debate – é o esporte máster, o esporte universitário. Senador, a gente nunca vai ter uma lei perfeita – nunca. E a Leila reconhece isso no parecer. E as leis estão aí para serem aperfeiçoadas.

Então, Senadora Leila, parabéns pelo trabalho feito. Eu entendo – eu fui lá, eu estava lá nos bastidores, como técnica, no passado – como é difícil a construção de um parecer como este. Entendo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho que foi feito. Parabéns! Você é um orgulho para nós aqui no Distrito Federal, você sabe disso. Então, eu precisava registrar aqui hoje os meus cumprimentos.

E acompanho o Senador Esperidião no seguinte: que seja o item 1 na próxima semana. E essa vista coletiva aqui eu acho que nos proporciona isso. Se a Senadora não retirar o pedido de vista, como os demais colegas que já pediram, que ele seja realmente o nº 1 na pauta da nossa próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senadora Damares Alves. É muito importante todo o comentário.

Esse item será o primeiro item da pauta da terça-feira, sem sombra de dúvida. O pedido de vista é regimental, é coletivo. Então, cinco dias, e será o primeiro item.

Eu quero lembrar que o projeto de lei é de 2017, portanto seis anos, cinco anos, porque foi aprovado no ano passado, em tramitação, mas já havia o grupo de especialistas, de pessoas da área, como a própria Senadora Leila, já em 2015, discutindo esse assunto.

Aliás, quero destacar até a presença do Fernando Mezzadri, que é do Paraná, Pró-Reitor de Planejamento e Finanças da Universidade Federal do Paraná, e que também participou do grupo.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu aqui faço coro com o Portinho, com a Senadora Damares, com o Senador Confúcio Moura e com o Senador Esperidião Amin, primeiro, para parabenizar a Senadora Leila Barros por isso. Eu me sinto muito confortável também pelo conhecimento que ela tem, pela vivência que ela tem, em todo o tempo que foi discutida já essa lei. Eu não estava aqui, mas tenho plena confiança no relatório dela. Não existe, como disse a Senadora Damares, uma lei perfeita, mas é importante que exista essa lei e que a gente consiga tramitar o mais rápido possível. Então, certamente, essa discussão, se for feita, deve ser feita no aspecto de se acelerar o processo para que isso saia realmente, nasça e que nós tenhamos essa lei sendo aplicada. Vai ter pessoas a favor, vai ter algumas pessoas contrárias, como é normal em toda democracia, faz parte, mas o importante é ter essa lei em operação o mais rápido possível.

Então, gostaria de frisar aqui novamente que eu aprovo como está. Prestei muita atenção durante a leitura do relatório. Aprovo sem dúvida nenhuma, tem o meu voto a favor. E concordo com o Senador Portinho para, se possível, também acelerar esse processo.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço.

O pedido de vista coletivo já foi concedido e será, como já foi dito, o primeiro item da pauta da próxima semana.

Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5185, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento.

Autoria: Senador José Maranhão (MDB/PB)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação nos termos do Substitutivo, com uma Subemenda que apresenta

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

2. Será realizada uma única votação nominal para o Substitutivo e para a subemenda, nos termos do relatório apresentado.

3. Se aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal

Eu quero dizer que nós temos vários itens terminativos e que colocaremos, se o Plenário concordar, todos eles em votação, em bloco, ao final.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com a palavra, o Senador Confúcio Moura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Este projeto de lei, Sr. Presidente, é de autoria do saudoso José Maranhão, que faleceu de covid no ano 2020, aos 87 anos, deixando-nos aqui todos órfãos – ele, Aroldo de Oliveira e o Major Olimpio, todos por covid.

José Maranhão, mesmo com 87 anos, não deixou de trabalhar e trabalhava muito. Ele tinha um *hobby* interessante que era a aviação civil. Quando tinha algum debate no Plenário sobre aviação, era ele quem falava com propriedade. Além de advogado, ele era mecânico de pequenos aviões e sabia tudo desse ofício.

Então, eu apresento o meu relatório do Projeto de Lei 5.185, de 2019, de José Maranhão, que altera a LDB para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento.

O PL vem a esta Comissão em decisão terminativa e adiciona o art. 58-A à LDB, a fim de estabelecer que se aplicam, no que couber, aos educandos da educação superior, com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento, as definições e garantias previstas nos arts. 58 e 59 da referida lei, assegurando-se: disponibilização de aulas complementares ou de reforço, oferecidas em meio que lhes favoreça o aprendizado – todos os portadores de deficiência; flexibilização da forma de apresentação de trabalhos individuais, respeitada a escolha do educando por atividade alternativa à exposição oral; realização de provas e exames em ambiente apropriado e em tempo adequado à condição do educando; garantia de acompanhamento de trabalhos de conclusão de curso por professores capacitados para lidar com necessidades específicas do orientando; e sigilo e respeito à condição de pessoa com transtornos específicos de aprendizagem e do desenvolvimento neurológico.

A matéria foi distribuída à análise pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Educação, para decisão terminativa.

A análise, Sr. Presidente.

O PL nº 5.185, de 2019, envolve matéria de natureza educacional. Dessa forma, encontra-se sujeito ao exame desta Comissão, consoante disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há reparos a fazer acerca da constitucionalidade e da juridicidade da proposição.

Reconhecemos a relevância do projeto de lei em análise, ao entender a educação superior como etapa que deve ser acessível a todos e que deve estar preparada para atender as necessidades específicas de cada um dos seus estudantes. Tal percepção está, ainda que de forma transversal, em sintonia com o Plano Nacional de Educação, de 2014-2024, que traz a Estratégia 12.5, prevista na ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de modo a ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior, dentre outros, de estudantes com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

Sr. Presidente, eu vou saltar alguns parágrafos para ganhar tempo.

A título de aperfeiçoamento da proposição, sugerimos algumas modificações, simplesmente para enriquecimento. A primeira delas é a inclusão de dispositivo para estabelecer que também se implementem programas, projetos e ações de conscientização da comunidade acadêmica acerca de temas relacionados aos transtornos da aprendizagem e do desenvolvimento, a fim de que todo o conjunto de pessoas que atuam e que estudam nas instituições de ensino superior tenham acesso à informação qualificada sobre o tema, de forma a melhorar e justamente para evitar o *bullying*, a exclusão, a discriminação e até mesmo o abandono da escola, por não estarem suficientemente treinados os seus colegas e professores.

Também achamos importante, a partir de oitiva da sociedade civil, garantir que haja, para docentes e outros profissionais que atuam nas instituições de ensino superior, capacitação e formação continuada sobre temas relacionados ao acolhimento e à promoção de educação de qualidade para essas pessoas. Além disso, propomos que sejam incluídos, de acordo com o regulamento, nos processos relativos à avaliação de instituições e de cursos de educação superior, critérios relacionados a atendimento de pessoas com transtornos de aprendizagem.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.185, de 2019, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo) aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a seguinte subemenda:

> "SUBEMENDA Nº -CE
> (À Emenda nº 1-CDH – Substitutivo)
> Dê-se a seguinte redação ao art. 3º-A da Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, incluído pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 5.185, de 2019, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo):
> "Art. 3º-A
> .....
> §1º Serão implementados pelas instituições de ensino superior programas, projetos e ações de conscientização da comunidade acadêmica acerca de temas relacionados aos transtornos de aprendizagem e do desenvolvimento.
> §2º As instituições de ensino superior garantirão aos docentes e a outros profissionais que exercem atividades na esfera de sua atuação oportunidades de capacitação e formação continuada acerca de temas relacionados a acolhimento e promoção de educação de qualidade para pessoas com transtornos de aprendizagem e do desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§3º Serão incluídos, nos processos relativos à avaliação de instituições e de cursos de educação superior, critérios relacionados a atendimento de pessoas com transtornos de aprendizagem, na forma do regulamento. ”

É esse o meu relatório, Sr. Presidente – pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem! Parabéns, Senador Confúcio Moura!

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em blocos, com os demais itens terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Dr. Hiran, passamos então ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5034, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1.A matéria foi debatida em Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais, em 08 de junho de 2022.

2.A matéria foi retirada da pauta da 3ª reunião da CE, realizada em 21 de março de 2023.

A autoria é deste Presidente aqui, e a relatoria, com muita honra, é do Senador Dr. Hiran.

Concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Quero saudar as Sras. e os Srs. Senadores, nossa assessoria e todos que nos assistem.

O Projeto de Lei nº 5.034, de 2020, do Senador nosso Presidente Flávio Arns, propõe que se institua o Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal.

Contém a proposição dois artigos, dos quais o primeiro determina a instituição da referida data comemorativa no dia 25 de setembro, constando do segundo a determinação de vigência da lei a partir da data de sua publicação.

A justificação descreve a asfixia perinatal, expondo suas características e as razões pelas quais deve ser melhor conhecida.

A proposição foi distribuída, em caráter exclusivo e terminativo, para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde não recebeu emendas.

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, a exemplo do projeto de lei sob análise.

A asfixia perinatal pode ser definida como um agravo causado ao bebê pela falta de oxigenação em período próximo ao nascimento, podendo ocorrer antes, durante ou logo após o parto. Em um de cada cinco casos, ela acarreta sérias lesões neurológicas, constatando-se, entre as sequelas duradouras, diversos graus de perda motora ou sensorial e de anormalidade na função cognitiva. Além disso, a asfixia perinatal consiste na segunda ou terceira principal causa de morte neonatal em todo o mundo.

Tendo em vista o disposto na Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, e, especialmente, em seu art. 2º, foi realizada, a 7 de junho de 2022, audiência pública remota, promovida pela Comissão de Assuntos Sociais, que contou com a participação dos especialistas Dr. Gabriel Variane, fundador do Instituto Protegendo Cérebros e Salvando Futuros; Dr. Maurício Magalhães, Chefe do Serviço de Neonatologia do Departamento de Pediatria da Santa Casa de São Paulo; e Dra. Janini Ginani, Coordenadora de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde. O debate, em linguagem acessível para leigos, mostrou a gravidade do problema da asfixia perinatal, sendo unânimes os participantes em defender a criação da data proposta para sua conscientização.

Estima-se que, no Brasil, cerca de 20 mil bebês nascem, a cada ano, com encefalopatia hipóxico-isquêmica, condição dos que tiveram lesão neurológica em decorrência da asfixia perinatal. O impacto social é muito alto. Um dos debatedores na audiência pública afirmou que 25% dos atletas brasileiros que participaram da última Paralimpíadas tinham alguma deficiência devido à asfixia perinatal. Também o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto econômico, decorrente dos tratamentos, que envolvem acompanhamento multidisciplinar, internações e cirurgias, é muito elevado, sendo extremamente vantajoso, sob esse ponto de vista, investir na qualidade do acompanhamento pré-natal e do parto, bem como no atendimento especializado de emergência.

Mas, certamente, é sobretudo pela possibilidade de salvar muitos bebês das seríssimas sequelas da asfixia que se deve investir no acompanhamento adequado do período perinatal, levando à diminuição dos fatores de risco. No que se refere ao tratamento emergencial, logo que se manifesta a primeira fase do agravo, aumenta-se consideravelmente a chance de a criança atingida não ficar com qualquer sequela grave. A importância disso para a vida de milhares de seres humanos e seus familiares não pode ser subestimada.

De tal modo, não há dúvida de que é relevante e meritória a instituição do Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal, por permitir aos profissionais e instituições de saúde, assim como ao conjunto da população, a oportunidade de se conscientizar sobre esse sério agravo que atinge muitas de nossas crianças e, em particular, sobre as medidas que podem preveni-lo.

A proposição mostra-se, ademais, adequada no que se refere à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.034, de 2020.

Quero aqui aproveitar, Presidente Flávio Arns, para lhe enviar o meu respeito como médico, meus parabéns pela pertinência desse seu projeto.

Realmente a asfixia perinatal é um problema muito importante, que preocupa muito os nossos neonatologistas, os nossos obstetras, enfim, a equipe multiprofissional que cuida do nascimento das nossas crianças. Acho que um dia dedicado à prevenção da asfixia é muito importante para que nós possamos estar discutindo e conscientizando as pessoas da importância de um pré-natal bem feito, da importância de levarem as suas parturientes, as suas grávidas a um serviço de qualidade, onde haja todo um suporte para o acompanhamento e a prevenção desse problema de saúde pública que nos aflige tanto.

Parabéns, pela sua sensibilidade, parabéns pelo seu projeto. Que Deus o abençoe, Presidente Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Dr. Hiran. A gente sabe que é um projeto assim que pode trazer mais vida, mais saúde, mais tranquilidade por todos os aspectos mencionados no relatório. E quando a gente vê, por exemplo, uma criança com paralisia cerebral, muitos desses casos é porque houve alguma intercorrência no momento do nascimento. Quantas crianças que poderiam ter mais vida, mais saúde, uma vida melhor, uma tranquilidade para a família também com essa prevenção que é importante?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, Dr. Hiran. Obrigado.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e em bloco.

Eu passo ao Senador Marcos Pontes, que tem um terminativo. Aí eu peço licença a V. Exa. para lermos primeiro os não terminativos, que aí já votamos os não terminativos, que são os itens 12, 13 e 14, e depois leremos o nº 11, que é terminativo, para ser votado em bloco com os anteriores. É possível?

Então, item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 2112, DE 2019

- Não terminativo -

Denomina Viaduto Alcides de Freitas Assunção viaduto localizado na rodovia BR-153 no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta

Iniciativa: Deputado Baleia Rossi.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Se me permitir, eu posso fazer um resumo da análise para adiantar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Na análise do projeto de lei, observa-se que em todos os aspectos verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, a Lei 6.682, de 27 de agosto de 1979, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

O projeto atende todos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito. Por todas essas razões, consideramos, então, justa e merecida a homenagem proposta.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.112, de 2019, com as devidas emendas:

> EMENDA Nº - CE
> Coloque-se entre aspas a denominação "Viaduto Alcides de Freitas Assunção" na ementa do Projeto de Lei nº 2.112, de 2019.
> EMENDA Nº - CE
> Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.112, de 2019:
> "Art. 1º O viaduto localizado no km 61,6 da rodovia BR-153, no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, fica denominado [entre aspas] "Viaduto Alcides de Freitas Assunção"."

Então o voto é pela aprovação Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 13:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 6564, DE 2019

- Não terminativo -

Denomina Agência Prefeito Nenê Simão a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Santa Isabel, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Iniciativa: Deputado Federal Marcio Alvino.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Passo à leitura da análise simplificada.

A proposta atende a todos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

Aqui um ponto bom de se falar: o Waldemar de Brito Simão, carinhosamente conhecido como Nenê Simão pela população de Santa Isabel, nasceu no município em 15 de novembro de 1941. O seu pai, Joaquim Simão, foi Vereador, Presidente da Câmara Municipal e Prefeito de Santa Isabel. Seguindo os passos do pai, ingressou na política ainda jovem, em meados da década de 1960, e ajudou a fundar o Movimento Democrático Brasileiro, partido pelo qual se elegeu Vereador de Santa Isabel em 1968.

Por fim, importa registrar a moção de apoio da Câmara Municipal de Santa Isabel à homenagem proposta, documento que consta na página de tramitação do projeto original na Câmara dos Deputados.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.564, de 2019.

É esse o relatório simplificado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado de novo.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O item 14, não terminativo:

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2020

- Não terminativo -

Denomina Agência Luiz Antonio Serrano a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Guararema, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Iniciativa: Deputado Federal Marcio Alvino.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Novamente a análise é simplificada.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica e mérito, o projeto atende a todos os requisitos.

Acreditamos que a deferência ora conferida a Luiz Antonio Serrano é meritória e, consoante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3, de 2020.

É esse o relatório simplificado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Agora o item nº 11, que é terminativo.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 1848, DE 2021

- Terminativo -

Denomina Passarela Dom Aloísio Cardeal Lorscheider a passarela sobre a rodovia BR-488, no Município de Aparecida, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

A iniciativa é do Deputado Federal Samuel Moreira.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Presidente, somente a análise sumarizada.

O projeto atende todos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. E o mérito, sem dúvida nenhuma...

Aqui eu ressalto que o D. Aloísio foi 1º Vice-Presidente da Conferência Episcopal Latino-Americana, de 1973 a 1975, e, em 1976, assumiu a presidência da entidade, no mesmo ano em que foi nomeado Cardeal pelo Papa Paulo VI. Tornou-se Arcebispo de Fortaleza em 1973 e exerceu a função até 1995. Fato marcante de sua trajetória deu-se ao visitar um presídio na região de Fortaleza, em 1994, para inspecionar as condições humanitárias. Na ocasião, foi feito refém pelos detentos, só sendo libertado 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas depois. Quinze dias após o episódio, retornou ao presídio para realizar a cerimônia de lava-pés com os detentos.

Por essa e muitas outras relevantes contribuições para seus semelhantes e para as regiões onde morou e trabalhou, destacando-se o empenho na difusão de palavras e ações evangelizadoras, apoiamos, no mérito, a proposição submetida a exame. Nela não vislumbramos qualquer óbice.

Portanto, o voto, pelas razões expostas, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.848, de 2021.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Marcos Pontes.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

O Senador Paulo Paim nos acompanha à distância. Ele é o Relator de quatro matérias terminativas.

Então, Senador Paulo Paim...

Eu quero lembrar aos Senadores e Senadoras que votaremos em bloco e que essa votação poderá, no dia de hoje, ser realizada à distância também, pelo aplicativo.

Então, Senador Paulo Paim, item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3863, DE 2020

- Terminativo -

Inscreve o nome de Pedro Américo de Figueiredo e Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Senador Flávio Arns, Presidente da nossa Comissão, uma das Comissões mais importantes do Parlamento, que trata da educação, há uma frase conhecida, eu repito: a educação liberta.

Mas, Presidente, todos os quatro relatórios eu já digo que seguem e atendem todos os requisitos das homenagens aos nossos homenageados, seja como herói da pátria, seja como, por exemplo, o nome de uma rua ou de certo bairro da cidade.

Começo pelo primeiro, que é o item 7, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Como bem destaca o autor da matéria, filho de família modesta do agreste paraibano, o homenageado nasceu em 1843. Pedro Américo de Figueiredo e Melo logo se destacou pelo seu talento como desenhista, sendo admitido pela Academia Imperial de Belas Artes em 1854.

Em 1859, segue para Paris, onde é matriculado na Escola Nacional Superior de Belas Artes. Na França, Pedro Américo também se torna bacharel em Ciências Naturais pela Sorbonne e defende tese de doutoramento, o que é um sucesso – estou resumindo.

Em 1864, já no Brasil, assume a cátedra de desenho na Academia Imperial de Belas Artes, e passa a dedicar-se à pintura histórica.

Por fim, eu destaco a importância da educação, segundo ele, para se alcançar uma verdadeira democracia no País.

Pedro Américo faleceu em Florença em 1905, com 62 anos de idade, e está sepultado na Paraíba.

O voto é pela aprovação do projeto do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Está em discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passo ao item nº 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3322, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Inscreve o nome de Adhemar Ferreira da Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

A iniciativa é da Deputada Federal Lídice da Mata.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Como disse V. Exa., é da ex-Senadora e Deputada Lídice da Mata a autoria desta bela e reconhecida homenagem.

Adhemar Ferreira da Silva, conhecido como João do Pulo, nasceu em São Paulo, em 1927, e faleceu na mesma cidade, em 2001. Bateu por cinco vezes o recorde mundial do salto triplo, conquistando a medalha de ouro, nessa modalidade, nas Olimpíadas de Helsinque, em 1952, e de Melbourne, em 1956. Foi tricampeão nos Jogos Pan-Americanos e por dez vezes – dez vezes! – campeão brasileiro.

Ele inaugurou uma das mais vitoriosas tradições brasileiras no atletismo mundial, inspirando outros medalhistas do salto triplo no mundo. Revolucionou a técnica do salto triplo, passando a conceder inédita, até então, importância ao segundo salto.

Foi ator na peça Orfeu da Conceição, de Vinicius de Moraes, e no premiado filme franco-italiano dela derivado, Orfeu Negro, de 1959.

Ele foi agraciado com o Mérito Olímpico pelo Comitê Olímpico Brasileiro em 2000.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 9.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 538, DE 2022

- Terminativo -

Denomina Rodovia Dr. Fábio André Koff a BR-448, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação com 2 emendas de redação que apresenta.

A iniciativa é do Deputado Federal Giovani Cherini.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Como disse V. Exa., é um projeto de autoria do Deputado Giovani Cherini, que coordenou a bancada gaúcha por uma dezena de vezes. E fica aqui meu respeito e carinho ao Deputado.

Denominar Rodovia Dr. Fábio André Koff a BR-448, no Estado do Rio Grande do Sul: esse é o objetivo.

Nascido em 13 de maio de 1931, no Rio Grande do Sul, em Santa Tereza, Fábio André Koff foi uma figura ativa no cenário futebolístico brasileiro. Koff foi jogador, técnico e dirigente. Presidiu o time do Grêmio por três vezes, de 1982 a 1983, 1993 a 1997 e 2013 a 2014, e é considerado o maior vencedor entre todos os dirigentes da história do tricolor gaúcho.

Também comandou o Clube dos 13, entidade responsável, principalmente, por negociar a venda dos direitos de transmissão de televisão dos principais clubes brasileiros. Koff conseguiu, por duas décadas, a proeza política de reunir à mesma mesa, com alto grau de unidade, os maiores clubes do Brasil.

O dirigente foi também advogado, juiz de direito e desembargador.

Faleceu na madrugada do dia 10 de maio de 2018, em Porto Alegre, a capital aqui do nosso Rio Grande, aos 86 anos.

O voto é pela aprovação do projeto, com duas emendas de redação. São somente de redação, não alteram nada. Uma apenas diz "Rodovia Dr. Fábio André Koff", e a outra diz "Art. 1º A BR-448, no Estado do Rio Grande do Sul, fica denominada 'Rodovia Dr. Fábio André Koff'".

É isso, Sr. Presidente, pela aprovação com duas emendas de redação que não alteram em nada o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também será nominal e em bloco.

E o último projeto, que é de minha autoria, inclusive, é o Projeto de Lei 2.263, de 2022.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 2263, DE 2022

- Terminativo -

Confere ao município de Antonina, no estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Bala de Banana.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Prometo trazer a bala de banana na próxima semana aí para os colegas Senadores e Senadoras, que é bem típica de lá.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Senador Flávio Arns, sendo de sua autoria... Não sei... Se o Senador Esperidião Amin quiser falar antes, não tem problema. O meu vai ser bem resumido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com a palavra, V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – É comigo? (*Pausa.*)

Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo de sua iniciativa, claro, terá sempre o maior apreço e carinho deste Relator, como também de todos os Senadores.

O projeto é de autoria do Senador Flávio Arns, se refere a uma das cidades mais antigas do Estado do Paraná, Antonina, que foi fundada em 1714 e dispõe de um rico acervo cultural e arquitetônico, com ruínas, calçadas e construções do século XVIII ao início do século XX, que contribuíram para o tombamento do município pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no ano de 2012.

O município, de cerca de 19 mil habitantes, possui, entre seus principais focos econômicos, a atividade portuária, o turismo, a pesca e a agricultura. Destaca-se como produto típico a bala de banana, muito consumida localmente e exportada para outros estados brasileiros e já conhecida no exterior. Isso demarca muito a cidade. O início da produção do tradicional doce remete aos anos 70.

Cabe destacar que as fábricas de balas de banana de Antonina são empresas familiares que produzem mensalmente cerca de 15 mil toneladas de balas – bala doce, não é outra bala; 15 mil toneladas de balas, e estou falando aqui do doce! –, e, há mais de 40 anos, geram dezenas e dezenas, para não dizer centenas e centenas, de empregos, tendo sido agraciadas com o Selo Brasileiro de Indicações Geográficas, conferido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o nosso Inpi.

Por isso tudo, e muito mais – aqui, eu só resumi –, o nosso voto é pela aprovação dessa iniciativa do nosso querido Senador Flávio Arns, que preside a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Passamos agora para a votação nominal, em bloco, dos itens 2, 3, 7, 8, 9, 10 e 11. (*Pausa.*)

O.k.

Antes disso, desculpa...

Podemos iniciar a votação, Senador Amin, e depois passo a palavra a V. Exa.? Pode ser? (*Pausa.*)

O.k.

Então, solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias: itens 2, 3, 7, 8, 9, 10 e 11 – PL nº 5.185/2019, PL nº 5.034/2020, PL nº 3.863/2020, PL nº 3.322/2021, PL nº 538/2022, PL nº 2.263/2022 e PL nº 1.848/2021.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, em nome da sua gloriosa – motivo de nosso orgulho – raiz catarinense, até no 11 eu vou votar hoje. Eu, que não tenho de batismo as iniciais PP – esse privilégio é do Senador Paulo Paim, que é o Relator; portanto, Paulo Paim, PP, Relator do projeto do item nº 11, que diz respeito à Antonina, terra dos parentes da minha mãe, os Pizzatto e Marini, que moraram ou moram lá –, vou votar a favor.

Agora, quero fazer o repto. Eu vou levar, semana que vem, para a Comissão de Educação um pacote de balas Chaves, balas de banana Chaves, de Tijucas – e o senhor leva, de Antonina, um pacotinho –, e, de rebarba, vou levar as balas de coco Rococo e Dalva, de Florianópolis. Mas tem que ser um escrutínio, ou seja, sem os provadores saberem qual é a origem; eles vão votar na sua, é claro. E nós vamos descobrir que a bala de banana de Tijucas, olha, vai incomodar, porque é muito boa também.

Mas é lógico que eu vou votar a favor. A sua iniciativa é uma homenagem a Antonina, que é um município efetivamente histórico, como relembrou aqui o Senador Paulo Paim, mas eu desafio o senhor para que leve também um pacotinho dessa bala de banana de Antonina para conferir, para confrontar, no melhor sentido da palavra – confrontar positivamente, afirmativamente – com a bala de banana Chaves, de Tijucas, que eu acho que vai ganhar; mas o meu voto será a favor.

Mas é lógico que eu vou votar a favor. A sua iniciativa é uma homenagem a Antonina, que é um município efetivamente histórico, como relembrou aqui o Senador Paulo Paim, mas eu o desafio para que o senhor leve também um pacotinho dessa bala de banana de Antonina para conferir, para confrontar, no melhor sentido da palavra – confrontar positivamente, afirmativamente – com a bala de banana Chaves, de Tijucas, que eu acho que vai ganhar; mas o meu voto será a favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – Para contestar, Sr. Presidente, o Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – A melhor bala do mundo está em Antonina. (*Risos.*)

E eu quero cumprimentar o senhor pelo projeto.

Eu morei em Antonina. Eu nasci em Paranaguá e passei parte da minha infância em Antonina. E quero aqui registrar que não é só a bala; a cidade é linda, a cidade é incrível, de um povo trabalhador, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um povo incrível. Então, quem for ao Paraná conheça Antonina, vale muito a pena essa cidade linda, e experimente a bala.

E que a Secretaria registre em ata para que a gente possa cobrar, na próxima semana, a nossa bala, Senador.

Que Deus te abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. É até uma notícia assim muito... Eu pessoalmente não sabia que V. Exa. tinha nascido em Paranaguá.

Antonina fica muito próximo de Paranaguá, só que não existe uma estrada que ligue Paranaguá a Antonina. Então, V. Exa. tem que ir para Morretes, de Morretes para Antonina – e Morretes tradicionalmente é uma cidade bonita, ao pé da serra, Mata Atlântica, muitos rios também; inclusive, existe um grande projeto na área do meio ambiente, a Grande Reserva Mata Atlântica –, e depois as pessoas vão de trem, pela Serra do Mar, até Morretes. E normalmente vão de carro também para Antonina, que são 15km. E de Antonina a pessoa pode ir a Guaraqueçaba também, aí é uma estrada de chão, 120km, mas uma natureza exuberante, as ilhas todas, populações tradicionais também.

E discordando... Eu não vou discordar do Senador Esperidião Amin, mas vou concordar com ele, porque eu também tenho as minhas raízes em Santa Catarina, família toda lá de Forquilhinha, perto de Criciúma, e a minha mãe também, a família é de Brusque, perto de Itajaí. Então, é um estado amado, querido.

Então, é para valorizar realmente a iniciativa das famílias, da história da produção de balas. É interessante até visitar as fábricas para ver que processo interessante que se desenvolveu por essas famílias naqueles locais.

Mas maravilhoso, gostei de ouvir o seu depoimento, Senadora Damares. Muito bom, muito afirmativo.

Muito bem, temos 11 pessoas já. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim, parece que está havendo algum problema. Se V. Exa. quiser registrar verbalmente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu tenho um problema, Presidente. Estou aqui tentando, mas não estou conseguindo.

Eu queria, de público aqui, que ficasse registrado e contabilizado o meu voto "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom, agradeço a V. Exa.

Então, já temos 12... São 11, mas o Paulo Paim acabou...

Ah, está aqui agora: 12, com o do Paulo Paim.

Precisamos de mais dois votos. (*Pausa.*)

Enquanto não atingimos o quórum, até para adiantar o expediente, Senadora Damares, vamos ler os requerimentos que serão votados após o término dessa votação: do Senador Astronauta Marcos Pontes, um requerimento; e um meu também.

Muito bem, então começamos com o do Senador Marcos Pontes.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 16, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, o aditamento do REQ 11/2023 - CE, para que seja realizada sessão conjunta entre a CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação com o intuito de ouvir da Exma Ministra Sra. Luciana Santos, sobre os programa e projetos ligados à Popularização e Promoção do Ensino da Ciência para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Se V. Exa. quiser ler o requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, o aditamento do Requerimento 11, de 2023, da Comissão de Educação, para que seja realizada a sessão conjunta entre a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o intuito de ouvir a Exma. Ministra Luciana Santos sobre os programas e projetos ligados à popularização e promoção do ensino da ciência para os próximos dois anos.

A ideia é justamente que nós possamos trazer as duas Comissões em conjunto para discutir esse tema, que é tão importante para a formação de jovens da área de ciências e para a formação de professores. Isso envolve também olimpíadas – são mais de 60 olimpíadas científicas. Isso envolve programas de popularização, levar a ciência e tecnologia às pessoas nas ruas, inclui a semana nacional de ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia e muitas outras atividades que têm uma importância muito grande, não só para motivar jovens para as carreiras de ciência e tecnologia, mas também para dar à população a consciência da importância da ciência e tecnologia.

Essa é a razão do requerimento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Antes de encerrarmos a discussão, já que estamos nos requerimentos, passo a palavra à Senadora Damares Alves, para o item 20, que é o requerimento...

Desculpem, antes há alguém que queira discutir o requerimento apresentado pelo Senador Marcos Pontes? Se não, será votado na sequência. (*Pausa.*)

Muito bem.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 23, DE 2023

- Não terminativo -

Requer ,em aditamento ao REQ 12/2023-CE, que a Audiência Pública aprovada para instruir o PL nº 443/2022, que "institui a Semana Nacional da Mulher Empreendedora", tenha também como objeto instruir o PL nº 2458/2019, que "institui a Semana Nacional do Empreendedorismo Feminino".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é apenas um aditamento ao Requerimento 12, de 2023, para que a audiência pública, já aprovada para instruir o PL 443, de 2022, que institui a Semana Nacional da Mulher Empreendedora, tenha também como objeto instruir o PL 2.458, de 2019, que institui a Semana Nacional do Empreendedorismo Feminino.

A audiência precisa acontecer, Senador, porque um dos projetos não teve consulta popular sobre a semana, então que a mesma audiência faça a instrução dos dois PLs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Eu só quero...

Está em discussão a matéria.

Como Presidente, inclusive eu quero enaltecer o Senador Marcos Pontes pela iniciativa da mais alta importância, necessidade de articular ciência, tecnologia com a educação, da educação básica para a frente. Quero parabenizá-lo pelo trabalho e pela iniciativa em propor essa audiência conjunta; e também à Senadora Damares, pela questão do empreendedorismo feminino, acrescentando e fazendo esse debate, que é muito importante.

Só leio o requerimento da Senadora Teresa Leitão: requer, na condição de Presidente da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, autorização para representar esta Casa em audiência pública a ser realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A referida audiência pública tem por objetivo discutir a revogação do novo ensino médio e será realizada no dia 17 de abril de 2023 – vamos nos encontrar todos lá então, Senador Marcos Pontes, porque V. Exa. estará lá também –, das 9h às 12h, conforme convite anexo encaminhado pela Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude, a Deputada Estadual Ana Júlia Ribeiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 29, DE 2023

Requer autorização para representar esta Casa em audiência pública a ser realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Tomo a liberdade, se o Plenário permitir, de ler o requerimento da nossa parte... (*Pausa.*)

Ah, são dois requerimentos.

O Senador Izalci Lucas requer, nos termos do... (*Pausa.*)

Ah, está *online*. Desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas, item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 20, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2023 - CE, seja dado início a um ciclo de debates, em conjunto com a CAS, com o objetivo de discutir o papel e as condições das escolas e instituições especializadas no atendimento educacional aos estudantes com deficiência, na perspectiva da inclusão, uma vez que o PDL 32/2023 foi retirado.

Convidados:

1. Prof. Zara Figueiredo - Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação;

2. Prof. Helvia Paranaguá - Secretária de Educação do Distrito Federal;

3. Prof. Viviani Guimarães - Vice-Presidente do Movimento Orgulho Autista – MOAB e membro do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal - CODDEDE;

4. Dr. Wemer Henso - Defensor Público e membro do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal;

5. Senhor Luiz Miguel Martins Garcia – Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) - Sugestão da Senadora Prof. Dorinha;

6. Sra. Anna Paula Feminella - Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Sugestão da Senadora Mara Gabrilli;

7. Prof. Elen Regina Moraes - Prof. da Secretaria de Educação do DF;

8. Prof. Iury Moraes - Mestrando da UnB.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, primeiro agradeço o apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos mudando apenas o teor do requerimento, que já foi aprovado, que é sobre aquela audiência que nós vamos fazer, só que estava baseado no decreto. Agora, a gente colocou exatamente só para discutir a questão dos alunos com deficiência e dos centros de ensino – o objetivo vai ser esse. Nós já tínhamos aprovado, mas o teor era outro.

Então, peço o apoio dos colegas.

Mas, antes, Presidente, eu estou muito preocupado com essa questão do novo ensino médio, sobre revogação, sobre suspensão. Como a gente criou uma Subcomissão para isso, a gente precisava fazer um esforço para a gente discutir essa matéria. É muito sério – não é? – você falar em revogar. O que nós temos que fazer é ampliar – nós botamos recurso do Fundeb para isso –, ampliar a forma de os jovens poderem ter a sua opção do itinerário profissional. Então, me assusta muito quando se fala, o próprio Ministério da Educação ou alguma coisa assim, em revogar. Por que não melhorar e implantar de forma que os alunos tenham oportunidade? Hoje o grande problema que nós estamos enfrentando com a juventude é falta de qualificação, é falta de emprego, é falta de empreendedorismo. Então a gente precisa ter um cuidado muito especial. Eu sei que todos nós aí da Comissão temos esse cuidado, mas fiquei muito preocupado com esse termo usado na imprensa hoje como uma iniciativa do Ministério da Educação, e agora se está falando, nessa audiência, de revogar... Eu tive o privilégio de presidir uma... Foi uma discussão muito grande esse projeto. Aliás, já tem cinco anos, quando aprovamos.

Então, Presidente, eu peço muito a V. Exa., como Presidente da Comissão de Educação, que a gente possa de fato ter um carinho especial com a educação profissional. Não dá para revogar simplesmente, não é?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em primeiro lugar, o requerimento do Senador Izalci Lucas está em discussão. (*Pausa.*)

Só quero dizer que, em relação ao requerimento, Senador Izalci Lucas, é dos mais importantes para que possamos debater a educação de pessoas com deficiência no espectro todo, desde as pessoas que apresentem necessidades bem específicas de desenvolvimento até aquelas que podem estar incluídas na escola comum também; todo o espectro em todas as áreas de deficiência.

Inclusive, nós já temos visita marcada para a escola, junto com a proposta que V. Exa. fez.

Eu só quero ler o último requerimento aqui, que não vai ser votado... Vai ser depois de abrirmos o painel. É um requerimento de minha autoria, se o Plenário permitir, por agilidade do processo. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, é o Requerimento da Comissão de Educação nº 21.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 21, DE 2023

- Não terminativo -

Requer ciclo de audiências públicas para discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Eu requeiro um ciclo de audiências públicas – serão sete audiências públicas – para discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação, que se encerra no ano que vem. Eu até proponho que seja um trabalho de todos nós.

Este requerimento a gente tem que debater bastante, porque o novo Plano Nacional de Educação tem que vigorar partir de 2025. Então, neste ano e no ano que vem, teremos que fazer esse debate.

Só para ser bem rápido, são sete audiências.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Muito bem, vamos em primeiro lugar, então...

Está encerrada a votação dos itens 2, 3, 7, 8, 9, 10 e 11.

(*Procede-se à apuração.*)

Peço à Secretaria que abra o painel.

Votos SIM, 16; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Estão aprovados os Projetos de Lei nºs 5.185/2019, 5.034/2020, 3.863/2020, 3.322/2021, 538/2022, 2.263/2022 e 1.848/2021.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Passamos agora à votação simbólica dos Requerimentos nºs 16, 20, 21, 23 e 29/2023, já apresentados.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Aprovados.

Agradeço aos Senadores e às Senadoras. Foi uma pauta interessante e intensa, com vários itens sendo aprovados de natureza terminativa e não terminativa, a Lei Geral do Esporte, e o debate também que aconteceu, muito proveitoso, sobre a questão do novo ensino médio.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a realizar-se em 11 abril de 2023 – reforçando: tendo, como primeiro item da pauta, como já foi dito, a Lei Geral do Esporte.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dezesseis horas e vinte e sete minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Cid Gomes e Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Marcos do Val, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Cleitinho e Damares Alves, e ainda dos Senadores não membros Romário, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Angelo Coronel e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Humberto Costa, Eduardo Girão e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da comissão e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para o biênio 2023/2024. **Resultado:** Eleito, por aclamação, o Senador Omar Aziz como Presidente da CTFC para o biênio 2023/2024. Registrada a abstenção dos Senadores membros do Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, Republicanos, Novo). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência – tem que tomar fôlego para dizer o nome da Comissão –, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade instalar os trabalhos e eleger o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão, para o biênio 2023/2024.

Como candidato à Presidência, temos a inscrição do Senador Omar Aziz. Não há, até o presente momento, indicação para a candidatura à Vice-Presidência.

Dessa forma, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder às eleições por aclamação ao invés de proceder a uma votação nominal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pela ordem, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito rapidamente, para registrar, mais uma vez, aqui a minha saudação a todas as mulheres pela data especialíssima de hoje e dizer que, pelo disposto no art. 14, inciso X, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, manifestamos a discordância do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelos partidos Liberal, Progressistas, Novo e Republicanos, quanto à forma como está sendo conduzida a eleição à Presidência das Comissões do Senado Federal.

O Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, em seu discurso de posse, afirmou: "O Brasil precisa mesmo de pacificação. O Senado Federal também precisa de pacificação. Pacificação é buscar a cooperação. " – palavras dele. Infelizmente, o que se observa nas eleições para a Presidência das Comissões do Senado Federal é exatamente o inverso. Não foi observada a proporcionalidade, conforme determina o §1º, do art. 58, da nossa Constituição Federal, o qual é cristalino ao determinar que: "Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa".

Na oportunidade, cumpre registrar que o termo "tanto quanto possível", constante do artigo, é para garantir que, havendo um número maior de partidos ou blocos do que Comissões, não será possível a distribuição observando a proporcionalidade. Mas não é o caso. Hoje o nosso bloco é o terceiro maior bloco desta Casa, o que lhe garantiria, pela proporcionalidade, direito à presidência de quatro Comissões, conforme o cálculo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, pode alguém argumentar que poderia haver disputa também para a eleição da Presidência da Comissão, como ocorreu no Plenário do Senado Federal. No entanto, importante observar que, na Comissão, diferentemente do que acontece no Plenário, não há maioria dos membros. Pelo contrário, os membros da Comissão são compostos pela formação da divisão proporcional dos blocos e partidos. Logo, matematicamente falando, é impossível o bloco com menor formação eleger o Presidente, já que possui menos membros.

Sendo assim, como representante do Bloco Vanguarda, em nome de todos os nossos membros, informo que vamos nos abster de participar da votação, por entender que ela não está respeitando a proporcionalidade, conforme determina a Constituição Federal. Registre-se que não é nada pessoal contra os Senadores que estão compondo a chapa para Presidência e Vice-Presidência desta Comissão, mas, sim, quanto à forma como está sendo conduzida a eleição para a Presidência das Comissões, contrariamente à nossa Constituição Federal. Ademais, fazendo uma retrospectiva, durante todas as legislaturas desta Casa, sempre foi respeitada a proporcionalidade partidária diante das Presidências das Comissões.

Então, Presidente, ante o exposto, eu peço que V. Exa. registre em ata e também nas notas taquigráficas a abstenção do Bloco Vanguarda, composto por PL, PP, Republicanos e Novo, na votação para eleição de Presidente e de Vice-Presidente desta Comissão e, mais uma vez, é duma forma totalmente regimental, pacífica, tendo em vista que outras linhas poderiam ter sido seguidas aqui para tumultuar, ainda que dificilmente fosse tumultuar o resultado final, mas, buscando aí o entendimento do próprio Presidente Rodrigo Pacheco, de que, em algum momento, ele perceba que está cometendo um erro, na minha visão, ao excluir um bloco com 23 Senadores das Presidências e Vice-Presidências de todas as Comissões da Casa, já que todos nós somos Parlamentares igualmente, representamos igualmente os nossos estados e merecemos mais respeito.

Mas, sabedor que sou da possibilidade de um acordo, Presidente, apenas o que cabe a nós, neste momento, é registrar essa nossa posição, aguardando que a Presidência da Casa possa chegar a um consenso com o Bloco Vanguarda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nobre Senador Flávio Bolsonaro, atendendo à solicitação de V. Exa., determino à Secretaria que faça constar na ata desta reunião o registro feito pelo Senador Flávio Bolsonaro, representando o Bloco Parlamentar Vanguarda, bem como registre... Aliás, eu não vou fazer isso agora, mas durante o processo de votação, se for o entendimento de que a gente poderá fazer, por aclamação, a eleição do nosso Senador Omar Aziz para a Presidência desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo esse o entendimento, os que estiverem favoráveis à eleição do Senador Omar Aziz, por favor, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está eleito o Senador Omar Aziz.

Registramos, para efeito de ata, a abstenção dos componentes do Bloco Vanguarda.

Parabenizando o Senador Omar por sua eleição, já o convido para imediatamente... (*Risos.*)

Desejo sucesso e tenho certeza de que se conduzirá muito bem, como já o fez em várias outras experiências nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu quero agradecer ao nosso querido Cid Gomes, que foi meu colega Governador. A gente se conhece há tanto tempo que, às vezes, a formalidade vira informalidade entre mim e o Cid, pela relação de amizade que tenho por ele e pelo irmão dele – ele sabe disso.

Mas quero agradecer ao meu Líder, Otto Alencar, por ter me indicado a esta Comissão. Quero agradecer a todos os pares e dizer aos companheiros, Senadores e Senadoras, que o tratamento será igual. Acho que as posições políticas colocadas aqui não são pessoais, e sim questões políticas do ponto de vista de espaço partidário, que é uma luta que todos têm que ter.

Dito isso – eu não vou fazer nenhum discurso –, espero que a gente possa fazer as nossas reuniões e fazer o trabalho que esta Comissão assim quer. Quero contar muito com a liderança do Otto, a liderança do Eduardo, a liderança do Flávio, a sua, Cid, a do Carlos, do Izalci, de todos os companheiros... Ah, do meu amigo Kajuru, que está aqui. E, na semana que vem, depois dos acordos, nós iremos indicar... Ah, do Dr. Sérgio Moro, nosso Senador querido... A gente vai indicar e eleger, na próxima reunião, o Vice-Presidente desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião. E nós temos outras votações para fazer ainda.

(*Iniciada às 16 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia quatorze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Otto Alencar, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Cleitinho, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores não membros Paulo Paim, Angelo Coronel, Alan Rick e Dr. Samuel Araújo. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Eleição do Vice-presidente**. **Finalidade:** Eleição do Vice-presidente da CTFC para o biênio 2023-2024. **Resultado:** Eleito o Senador Otto Alencar para o cargo de Vice-Presidente da CTFC para o biênio 2023-2024. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 1, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente da Petróleo Brasileiro S.A., Senhor Jean Paul Prates, informações sobre a venda da refinaria Landulpho Alves, pertencente à empresa acima referida, para a Mubadala Capital, um fundo de investimentos de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, pelo valor de 1,65 bilhão de reais." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 2, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, informações sobre a venda da refinaria Landulpho Alves, pertencente à empresa acima referida, para a Mubadala Capital, um fundo de investimentos de Abu Dhabi, nos EmiradosÁrabes Unidos, pelo valor de 1,65 bilhão de reais, bem como informações detalhadas a respeito da agenda de viagens internacionais do ex-Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Aprovado, com aditamento do Senador Otto Alencar para que se requeira também informações sobre a venda da refinaria Mataripe, hoje administrada pela empresa Acelen, para o fundo Mubadala Capital. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 3, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Senhor Mauro Vieira, informações sobre a venda da refinaria Landulpho Alves, pertencente à empresa acima referida, para a Mubadala Capital, um fundo de investimentos de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, pelo valor de 1,65 bilhão de reais, bem como informações detalhadas a respeito da agenda de viagens internacionais do ex-Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque e os investimentos realizados pelo Fundo Soberano da Árabia Saudita (Salic) no Brasil." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/14

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

Em votação. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Ofícios. Comunico que foi publicada, na pauta da presente reunião, uma listagem de documentos recebidos, os quais considerei como lidos e dou a conhecer que estão disponíveis na página da Comissão, na seção de "Documentos recebidos", com *link* para acesso ao seu conteúdo, com prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso seja necessário. Não havendo manifestação após esse prazo, os referidos documentos serão arquivados, nos termos do Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Vamos eleger o Vice-Presidente: Senador Otto Alencar. Alguém é contra?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Quero agradecer a V. Exa. a confiança.

Se tiver alguém contra, fale neste momento ou cale-se para sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Para sempre.

Em votação o nome do Senador Otto Alencar para Vice-Presidente desta Comissão. (*Pausa.*)

Por unanimidade, o Senador Otto Alencar é eleito Vice-Presidente da Comissão de Governança, Fiscalização e Controle e algos mais que nós vamos fazer desta Comissão, podem ter certeza.

Rapaz, é muita coisa para eu ler aqui, viu, meu irmão?

Agora, os requerimentos.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 1, DE 2023

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente da Petróleo Brasileiro S.A., Senhor Jean Paul Prates, informações sobre a venda da refinaria Landulpho Alves, pertencente à empresa acima referida, para a Mubadala Capital, um fundo de investimentos de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, pelo valor de 1,65 bilhão de reais.

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

Com a palavra, o Senador Otto Alencar, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Senador Omar Aziz, a refinaria de Mataripe fica no meu estado, Estado da Bahia. E essa refinaria foi privatizada no Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Esse valor de R$1,65 bilhão – não foi de dólares – me pareceu uma quantia subestimada para o valor e as instalações da refinaria de Mataripe, no meu estado. Nós tivemos uma posição, na época, contrária, mas, naquela posição do ex-Ministro Paulo Guedes e do próprio Presidente de privatizá-la, isso aconteceu.

Hoje, no meu estado, existe um monopólio dessa refinaria, tanto que o que se vende no meu estado de óleo diesel e gasolina tem o maior custo por litro do Brasil. Eles adotaram o nome de Acelen. E vem depois, surge depois, essa relação com esse grupo Mubadala, que é um grupo da Arábia Saudita, e essa relação com os presentes valiosos que foram dados ao Brasil e, de alguma forma, segundo a imprensa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundo o Tribunal de Contas da União, Ministério Público, foram encaminhados para pessoa privada, para familiares do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Deve existir uma relação muito próxima para acontecer uma lembrança, um presente no valor de R$16,8 milhões, que foram sustentados pelos funcionários de carreira da Receita Federal. Isto foi importante dizer: que eles tiveram a coragem de deter e não permitir o caminho que aconteceu com o primeiro lote de presentes, que – ontem, eu vi nos jornais – os advogados do ex-Presidente vão devolver – o primeiro lote estava em poder do ex-Presidente da República – para o Tribunal de Contas da União.

Então, de alguma forma, é preciso ser analisada e investigada essa transação, que me parece nebulosa e foi feita na bacia das almas, no breu das tocas, como se diz na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador Otto, é lógico que eu fui me informar primeiro antes de fazer um requerimento desses.

Há outras avaliações com praticamente o dobro do valor por que foi vendida essa refinaria, para você ter uma ideia – avaliações feitas por instituições independentes de quem na Petrobras fez esse tipo de avaliação naquele momento no Ministério de Minas e Energia –, avaliações da ordem de três bilhões, três bilhões e pouco, sempre acima do valor vendido. Esse é um ponto.

Segundo ponto. Quatorze por cento da refinagem no Brasil de petróleo é feito por essa refinaria, para você ter uma ideia – 14%! Detém quase um percentual... Hoje nós importamos gasolina porque nós não temos condições de refiná-la. A gente exporta o óleo e importa a gasolina, da mesma forma que a gente exporta a soja e importa o óleo; que a gente exporta o ferro e importa o aço. Aliás, a gente exporta o ferro e até a liga que faz o aço, para você ter uma ideia. Então, o Brasil perde muito com isso. Lógico que o superávit de importação e exportação para o Brasil é importante, mas o povo brasileiro paga essa conta. Esse é um ponto.

Segundo ponto: esse requerimento é para que a gente possa realmente ver o que aconteceu.

Então, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2.

2ª PARTE

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 2, DE 2023

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, informações sobre a venda da refinaria Landulpho Alves, pertencente à empresa acima referida, para a Mubadala Capital, um fundo de investimentos de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, pelo valor de 1,65 bilhão de reais, bem como informações detalhadas a respeito da agenda de viagens internacionais do ex-Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque.

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

Por quê? Porque nesse dia em que esse presente chega ao Brasil, um presente de 16 bilhões... E a quem está nos ouvindo neste momento: para vocês terem uma ideia, o Collor foi cassado por causa de um Fiat Elba, que hoje deveria custar R$50 mil, R$100 mil, no máximo. Então, com 16 bilhões, dava para comprar um monte, dava para comprar uma frota de Fiat Elba, só para vocês terem uma ideia.

O Ministro Bento Albuquerque, à época Ministro de Minas e Energia, comete dois crimes ao mesmo tempo, Senador: primeiro, quando a Receita Federal identifica que tinha uma joia e pergunta por que não tinha sido declarada, o Ministro é chamado, volta e vai conversar com um servidor da Receita Federal. Ele não fala que tinha um outro portador de outra joia para o Presidente. Veja bem...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É a primeira joia, Senador, que atravessa os oceanos a cavalo. É a primeira joia!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É, a cavalo. É a foto que ele mostra recebendo de alguma autoridade.

A outra questão é que a gente quer saber quem foi que deu essa joia para ele, se foi realmente a Arábia Saudita. Então, também tem um requerimento para o Ministério das Relações Exteriores. O Embaixador da Arábia Saudita tem que falar se é ou não um presente realmente da Arábia Saudita e para quem é. E, caso não o seja, que seja devolvido para a Arábia Saudita. O Brasil não tem que ficar com isso, não! Isso é fruto de fortes indícios de propina! É fruto de fortes indícios de propina! O que nós temos que investigar é se a refinaria da Bahia realmente foi vendida pelo preço correto e, caso não tenha sido, desfazer essa transação, retomar isso, até porque as informações que eu tenho, que chegam é que o pessoal, ao invés de aumentar a produção de refino de petróleo, não está aumentando essa produção.

Em votação o Requerimento nº 2, de 2023.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o requerimento para o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, informações sobre a venda da refinaria pertencente à empresa acima referida, e também aquele valor de R$10 bilhões que o fundo da Arábia Saudita, um fundo soberano da Arábia Saudita, ia investir no Brasil, que foi anunciado pelo então Presidente da República, se houve algum tipo de investimento desse fundo soberano de R$10 bilhões. Não sei se vocês lembram. Isso foi feito na época. Nós queremos essas informações do Ministério das Relações Exteriores e, se foi feito, onde foram feitos esses investimentos.

Em votação o Requerimento nº 3. (*Pausa.*)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, está aprovado o requerimento.

Sem mais nada a tratar, está encerrada a reunião desta Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só para acrescentar, eu há pouco falei sobre esse tema. A privatização da refinaria de Mataripe, no meu estado, a primeira refinaria do Brasil – até porque foi descoberta a primeira jazida de petróleo na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Tudo começa na Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tudo! Cabral... Tanto que na Bahia ninguém nasce, todo mundo estreia, como eu falo. É por isso. O Brasil começou por lá.

Mas V. Exa. interrompeu meu raciocínio. Então, essa refinaria de Mataripe foi privatizada e comprada por um fundo árabe, da Arábia Saudita, o fundo Mubadala. Foi esse fundo que a adquiriu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Emirados Árabes.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Emirados Árabes, mas tem relações lá com a Arábia Saudita, tem relações lá com todo o grupo de fundos de investimentos em privatizações de empresas do setor de petróleo e gás.

Hoje, como V. Exa. falou, ela refina 14% do óleo bruto refinado no Brasil, e hoje tem o maior preço por litro de gasolina e óleo diesel do Brasil também. Estabeleceu-se no meu estado um monopólio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa refinaria, o que não acontecia antes, até porque era uma refinaria conduzida pela Petrobras. Só para informar V. Exa., todos os funcionários que trabalham na refinaria hoje, que tem o nome de Acelen, são funcionários egressos da refinaria de Mataripe. Pouco se acrescentou sobre isso. Então, é importante se observar, e também talvez chamar um dos diretores da refinaria de Mataripe. Era importante acrescentar ao requerimento de V. Exa., para que esse diretor – eu não tenho o nome ainda, mas eu pediria à Secretaria da Comissão que levantasse o Diretor-Presidente e o chamasse, porque com isso, com esses esclarecimentos, nós vamos dirimir as dúvidas. É importante. Nenhum de nós, ao longo de nosso trabalho aqui no Senado Federal, faz nenhum juízo de valor por nominar ou determinar ou pontuar erro, absolutamente, mas os esclarecimentos esta Comissão precisa saber, porque é o único caso no Brasil em que nós temos uma refinaria do Brasil com preços acima de todas as outras refinarias que nós temos no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto. Será incorporado também esse pedido dentro do requerimento.

Senador Cleitinho, por favor.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos os Senadores.

Com toda humildade, estou chegando agora, estou aqui para aprender e evoluir. A nossa Comissão, para mim, Presidente, é uma das comissões mais importantes que se tem, porque a gente está falando de transparência, de governança e fiscalização. Então, que a gente possa fazer isso para qualquer governo. Eu acho que a gente tem que trazer transparência. O dinheiro é público e a gente tem a obrigação de fazer isso.

Que a gente... O senhor leu os requerimentos agora; então, que a gente possa fazer isso com o governo anterior, mas, principalmente, fazer com o governo presente, agora, que é a nossa obrigação também como Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sem dúvida nenhuma, Senador, e V. Exa. fique à vontade. V. Exa. vai participar das reuniões, e é importante.

Eu acho que não é favor, é obrigação dar transparência e governança. O que nós estamos aqui discutindo é que, por oito vezes, teve uma tentativa de pegar essas joias. É um negócio bastante estranho a forma como foi conduzido isso, principalmente por um ministro de estado. Não tenha dúvida de que, por muito menos, pessoas já foram execradas neste país. Então, é nosso papel; é o papel de... Nós, Senadores, estamos aqui por causa disso, dar transparência, o que é muito importante. E não vai ter só esse caso durante o tempo. Sempre vai haver dúvidas e essas dúvidas podem ser esclarecidas. E a Comissão vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar aberta para ser esclarecida. E isso para quem quer que seja, independentemente de quem esteja no governo – está certo? Tenho uma certeza muito... Até porque tem uma dúvida também, Senador Cleitinho: é que o ex-ministro da época, Bento, disse que era um presente para a primeira-dama. A primeira-dama veio a público dizer: "Não; não tenho conhecimento de joia nenhuma". Quer dizer, ainda tem mais isso, não é? Ela, que ia receber as joias, não sabia, depois de quase dois anos das joias lá paradas.

Mas tenha certeza de que nós vamos fazer isso, sim. Aqui, todos nós, Senadores, temos os direitos iguais; não tem maior nem menor Senador aqui. E para todos os requerimentos que V. Exa. queira apresentar a esta Comissão, para a gente pedir informações, eu estarei à disposição, Senador Cleitinho.

Sem nada mais a tratar, vamos encerrar a nossa reunião, convocando outra para a próxima terça-feira, esperando as informações que foram pedidas hoje e incorporando o que o Senador Otto pediu.

(*Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e doze minutos do dia trinta de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador não membro Eduardo Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 1, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei no 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor LUIZ FERNANDO CORRÊA, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina adiada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 8, de 2023** que: "Requer a convocação do Senhor SAULO MOURA DA CUNHA, ex-Diretor Adjunto da ABIN, a fim de prestar informações sobre o cenário que antecedeu o dia 08 de janeiro de 2023, período que o convocado era titular daquela agência, em que manifestantes invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o STF e o Palácio do Planalto, em Brasília." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Adiado por falta de quórum. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião seria destinada hoje à apreciação da indicação do nome do Sr. Luiz Fernando Corrêa para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência. Entretanto, antes de avançarmos, permitam-me fazer alguns poucos comunicados.

Recebemos convite do Ministério da Defesa, do Sr. Ministro José Múcio, para a 13ª edição da Feira internacional de Defesa e Segurança, principal ponto de encontro do setor de defesa e segurança, que reúne bienalmente empresas brasileiras e internacionais especializadas no fornecimento de equipamentos, serviços e tecnologias para as Forças Armadas, polícias e forças especiais, serviços de segurança, consultores e agências governamentais. O evento – é importante que se diga – será no Pavilhão 5 do Riocentro, no Rio de Janeiro.

Eu aproveito a oportunidade para convidar todos os membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e convidar também todos que quiserem participar deste evento, um evento muito importante. Desde já nós agradecemos, em nome de todos também, o convite.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, gostaria de parabenizar a Força Aérea Brasileira (FAB), na pessoa do seu Comandante, o Tenente-Brigadeiro do Ar Kanitz Damasceno, pelos 82 anos da Escola de Especialistas de Aeronáutica e pelo Dia do Especialista de Aeronáutica, comemorados no último dia 24 de março, na cidade de Guaratinguetá, no interior de São Paulo, onde fica localizada a referida escola.

Considerando também a relevância das políticas públicas de enfrentamento à pobreza nos estados e nos municípios brasileiros, informo aos Srs. Senadores membros e suplentes desta Comissão de Relações Exteriores que encaminhei aos membros da Comissão, bem como a todos os demais Senadores, a nota informativa da Consultoria Legislativa do Senado Federal que discorre sobre as principais linhas de financiamento disponíveis em nível internacional a fundo perdido, bem como as regras jurídicas vigentes que devem ser observadas por aqueles que têm interesse eventual nesses recursos internacionais a fundo perdido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão vai colaborar no que puder para que isso efetivamente aconteça. Estamos fazendo essa comunicação e mandando para todos Senadores uma nota informativa da Consultoria do Senado Federal que estabelece os passos, os melhores passos para que esses objetivos possam ser concretizados.

Como todos sabem, na última reunião desta Comissão, o Vice-Presidente, Senador Cid Gomes, indicou, em nome da direção da Comissão, os Relatores dos embaixadores que foram remetidos a esta Comissão para serem sabatinados. Esses Relatores já foram devidamente publicados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu acabei de dar algumas informações e estou fazendo aqui alguns anúncios.

Esta Presidência também agradece pelas indicações recebidas até o momento e determina que o prazo de indicação de políticas públicas para serem fiscalizadas, avaliadas – que é um mandamento regimental e que esta Comissão vai, a exemplo de outras Comissões, pôr em prática –, que esse prazo vai ser estendido até o dia 10 de abril, após o feriado da Semana Santa, para que as senhoras e os senhores membros possam indicar as políticas públicas que serão avaliadas por esta Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, qual é o meio de se fazer isso? É por um ofício?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por um requerimento, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Um requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Porque eu já tinha deixado externado, mas vou formalizar a questão da defesa cibernética e uma atenção especial...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Tudo aquilo que eu já tinha falado então faço por escrito. Está o.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito bom. Muito obrigado, Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a Presidência agradece pelas indicações de políticas públicas já enviadas à direção desta Comissão.

A Presidência agradece a todos que participaram da elaboração do plano de trabalho que foi apresentado aqui nesta Comissão, principalmente às Senadoras Mara Gabrilli e Professora Dorinha Seabra e ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que mandaram sugestões de emendamento para o plano de trabalho. Este prazo também continua aberto para que nós possamos ampliá-lo ao máximo, de modo a atender todas as correntes e segmentos desta Comissão.

Nós temos um requerimento sobre a pauta do Senador Esperidião Amin. Tão logo haja quórum, nós vamos apreciá-lo.

As Atas da 2ª e da 3ª Reuniões da Comissão também oportunamente serão apreciadas.

Eu queria comunicar a todos que nós não temos quórum para deliberar e que teremos aqui agora... E eu convido também a todos presentes para comparecermos à Presidência do Senado Federal, onde estará o Ministro da Fazenda apresentando a proposta de âncora fiscal do Governo. É uma reunião que acontecerá agora. Como consequência disso, nós transferimos a sabatina para a próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Semana que vem não vai ter.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não vai ter porque é a Semana Santa. Será na outra, logo depois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Presidente, eu agradeço a informação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa., Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só queria ponderar que tenho um requerimento, e eu sei que ele não tem – não há necessidade disso – nenhum objetivo de obstaculizar a sabatina. Aliás, eu quero deixar aqui publicamente expresso que eu louvo os critérios da escolha do indicado para a Abin. Acho que é uma pessoa que tem formação, conhecimento, o que nós vamos comprovar aqui na... O meu requerimento de convite ou convocação do agora ex-dirigente diz respeito a algo que não tem nada a ver com o provimento do cargo doravante.

E, finalmente, o senhor falou em âncora fiscal. Eu estou ancorado na exposição sobre a pesca...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – ... ou seja, o meu barco ficou preso ali.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está mais próximo aqui, não é?

É, sem dúvida. E...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – E, assim como as Alagoas têm um grande interesse no mar, nós de Santa Catarina temos que cuidar bem do nosso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

Eu queria aproveitar a oportunidade que o Senador Esperidião Amin proporciona para dizer que eu tive uma rápida conversa com o indicado para a direção da Abin, Sr. Luiz Fernando Corrêa. Conversei um pouco sobre alguns aspectos da nova missão que o espera à frente dessa importante agência estatal, fundamental e insubstituível, e, em determinando momento da conversa, eu perguntei para ele quais seriam os nomes que ele escolheria como segundo e como terceiro substitutos, e ele disse que esses nomes já estavam postos.

É evidente que nós vamos sabatinar o Dr. Luiz Fernando Corrêa, nós não vamos sabatinar o segundo e o terceiro, mas essas informações são muito importantes para o andamento da própria sabatina. A responsabilidade do Senado Federal é total, e nós precisamos saber quem são essas pessoas que já estão ocupando esses cargos à frente da Abin como o segundo – e, portanto, substituto – e como segundo substituto do Dr. Luiz Fernando Corrêa.

Isso e a coincidência dessa reunião na Presidência com os Líderes e com o Ministro é que na verdade estão adiando, e mais a falta de quórum, porque grande parte dos membros estão lá nessa reunião na Presidência do Senado Federal. Mas há, adicionalmente, este problema: nós não vamos sabatinar nem o segundo e nem o terceiro – não é competência do Senado Federal –, mas nós precisamos saber quem são essas pessoas.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e doze minutos do dia doze de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Cid Gomes e Fernando Dueire, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Soraya Thronicke e Flávio Bolsonaro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Tereza Cristina e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 776, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Romênia sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 932, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil, assinado em Montevidéu, em 7 de novembro de 2013." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 21, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes
Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) – Muito bom-dia.

Havendo número regimental, está aberta a presente reunião, que é a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A finalidade desta reunião, conforme a pauta já publicada, é a apreciação de projeto de resolução e projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 2ª, 3ª e 4ª Reuniões da Comissão, ocorridas, respectivamente, nos dias 16, 23 e 30 de março de 2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Em relação às avaliações de políticas públicas, conforme anunciado na última reunião, o prazo para indicação de políticas públicas a serem avaliadas no âmbito da Comissão, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, encerrou-se no dia 10 de abril último. A Presidência agradece a todos que apresentaram seus requerimentos e informa que serão incluídos na pauta da próxima reunião da Comissão.

Há outra comunicação em relação à documentação de sabatinas. Como já foi anunciado, no que se refere à documentação complementar das sabatinas de embaixadores, a Presidência informa a todos que, em sintonia com o Ministério das Relações Exteriores, o relatório de gestão do ocupante anterior do posto, sucinto e em forma de tópicos, passará a integrar o planejamento estratégico do sabatinado, em documento único e no formato já utilizado no planejamento, nos termos do Ato nº 1, de 2021, da Comissão de Relações Exteriores, no que couber. Desse modo, o relatório de gestão passará a subsidiar o planejamento estratégico do embaixador candidato ao posto.

Consulto se podemos seguir esse entendimento. (*Pausa.*)

Com a aprovação, assim será feito já a partir das próximas sabatinas.

Na nossa pauta, o primeiro item da pauta é o Projeto de Decreto Legislativo nº 776, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 776, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Romênia sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Eu concedo a palavra ao Relator do projeto, o Senador Hamilton Mourão, para proferir seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Relatório.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 776, de 2021, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Romênia sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2017".

Pela Mensagem Presidencial nº 78, de 5 de março de 2020, foi encaminhado para apreciação pelo Congresso Nacional o texto do acordo.

Segundo a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 00026/2020, de 13 de fevereiro daquele ano, dos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça e Segurança Pública, o tratado visa a instituir mecanismo moderno de cooperação que trará agilidade no intercâmbio de informações e na adoção de providências por parte das autoridades judiciárias de ambos os países, sendo semelhante a outros instrumentos sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal assinados e ratificados pelo Brasil no plano internacional.

O acordo conta 28 artigos, além de preâmbulo.

O Artigo 1º estabelece o alcance do tratado e exemplifica as formas de auxílio possíveis, como a comunicação de atos processuais, a tomada de depoimentos, a transferência temporária de pessoas sob custódia, a busca e a apreensão, a devolução de ativos, entre outros. Essas formas de auxílio são detalhadas nos arts. 9º ao 22.

As Autoridades Centrais, nos termos do art. 2º, serão os respectivos Ministérios da Justiça das Partes e poderão se comunicar diretamente sem prejuízo dos canais diplomáticos.

O art. 3° cuida do cumprimento dos pedidos de auxílio jurídico, os quais deverão estar em conformidade com a legislação da parte requerida, salvo se estabelecido de outra forma pelo tratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já o art. 4° estabelece a forma e o conteúdo dos pedidos de auxílio.

O art. 5º dispõe sobre o idioma a ser usado no pedido, e o art. 6º contempla as situações que podem ensejar a denegação do auxílio.

O art. 8° trata da confidencialidade e das limitações que podem recair sobre o pedido de auxílio jurídico.

O art. 23 prevê a isenção de certificação, autenticação ou legalização dos documentos transmitidos por meio das Autoridades Centrais.

A disciplina sobre a distribuição de custos para o atendimento do pedido de auxílio está no art. 24.

Os arts. 25 e 26 estabelecem regras de relação com outros acordos internacionais e sobre eventuais consultas entre as Autoridades Centrais acerca da implementação.

Os dispositivos seguintes são as cláusulas finais comumente encontradas nos tratados internacionais, tais como solução de controvérsias, entrada em vigor, emendas e denúncia.

Nesta Casa, a matéria foi despachada para exame desta Comissão, cabendo a mim relatá-la.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas, Sr. Presidente.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado.

Não identificamos vícios de juridicidade na proposição em exame. Por igual, não há vícios de constitucionalidade. Ressalte-se que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da nossa Constituição.

O tratado em exame contém cláusulas que são usuais nessa espécie de instrumento internacional.

Ademais, a conjugação de esforços entre os governos nacionais é imprescindível no combate à criminalidade transnacional, pois a internacionalização do crime organizado, que se reveste das mais variadas condutas ilícitas, como a lavagem de dinheiro, o tráfico de entorpecentes, tráfico de pessoas, entre outros, não encontra barreira nas fronteiras físicas dos países. Em outras palavras, a resposta que o direito doméstico de um só país dá a esse tipo de conduta evidentemente não será suficiente para preveni-la ou reprimi-la.

Somente mediante ações de cooperação, os governos nacionais se tornam capazes de combater de forma adequada esse tipo de ilícito. Aliás, é essa cooperação que, em muitos casos, poderá garantir que as leis penais internas dos países sejam realmente aplicadas e efetivamente cumpridas.

Diante disso, estamos certos de que a aprovação do tratado bilateral em exame pode viabilizar o trabalho coordenado e integrado das autoridades responsáveis, em um e outro país, em favor do combate a esse tipo de crime.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 776, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de sua tramitação.

Informo aqui às Sras. e aos Srs. Senadores que eu estou presidindo esta reunião em função da ausência do Senador Renan Calheiros, que inicialmente iria acompanhar o Presidente Lula na viagem à China, mas na véspera ele fez um teste de covid, que é uma exigência legal para entrar na China, e o teste deu positivo. Ele, ao que me consta, já fez um outro teste, foi negativo, mas mesmo assim ele está preocupado, está em retiro e pediu que eu presidisse aqui esta reunião.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 932, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil, assinado em Montevidéu, em 7 de novembro de 2013.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Relator do projeto, Senador Hamilton Mourão, para proferir o seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Relatório.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2021, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil, assinado em Montevidéu, em 7 de novembro de 2013.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 797, de 28 de dezembro de 2018, foi encaminhado para apreciação pelo Congresso Nacional o texto desse Ajuste.

Segundo a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 00241/2018, dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, do Trabalho, da Integração Nacional, da Justiça e da Fazenda, de 6 de setembro de 2018, o instrumento visa a responder à demanda recentemente suscitada pelas comunidades fronteiriças no âmbito dos Comitês de Fronteira Brasil-Uruguai, relativa à inexistência de cobertura legal para os profissionais que cruzam a fronteira para atuar em serviços de emergência, e à ausência de cobertura de seguro de responsabilidade civil para os veículos oficiais de assistência de emergência.

Como morador do Estado do Rio Grande do Sul, que é o meu estado natal, eu destaco aqui para as Senadoras e os Senadores presentes que nós temos inúmeras cidades que são cidades-irmãs entre Brasil e Uruguai. Então, essa ocorrência aqui é ocorrência muito comum. Nós temos Chuí no Brasil e Chuy no Uruguai, Jaguarão no Brasil e Río Branco no Uruguai, Bagé e Aceguá no Brasil e Aceguá no Uruguai, Livramento e Rivera, Quaraí e Artigas... São cidades que são separadas por uma rua. Existem até situações interessantes em que a linha de fronteira é o canteiro central.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – O Rio Chuí chega até a quantos quilômetros, mais ou menos, do...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Do interior do...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sim, em direção ao interior.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – É pouco, uns 20km. Depois é fronteira seca até o Rio Jaguarão. O senhor tem a Lagoa Mirim e, depois, o Rio Jaguarão.

Mas é interessante que o canteiro central que separa uma cidade da outra.

Em determinada época, por exemplo, o gás liquefeito, o gás de cozinha é mais barato no Brasil, então fica aquela fileira de botijões de gás na linha de fronteira, o cara estica a mão do Uruguai e compra no Brasil. (*Risos.*)

Então, são coisas da fronteira.

No preâmbulo do ajuste complementar em exame, as partes afirmam o propósito de promover o bem-estar das comunidades fronteiriças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, é destacada a necessidade de conferir respaldo legal à atuação das equipes e ao trânsito dos veículos destinados à prestação de serviços de assistência de emergência de uma parte no território da outra parte, de forma a dar proteção aos servidores, aos bens públicos envolvidos e a terceiros.

O art. 1º define o âmbito de aplicação do instrumento internacional, que é a prestação de serviços de assistência de emergência nas "localidades vinculadas", que eu já mencionei aqui (zonas urbanas, suburbanas e rurais), estabelecidas conforme o art. 6º do Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios.

O art. 2º prevê o compromisso de designação pelas partes de um órgão coordenador e pontos focais nas localidades vinculadas.

O art. 3º traz permissão para que as equipes de atendimento possam circular em zonas urbanas, suburbanas e rurais das localidades vinculadas nos dois lados da fronteira entre as partes, desde que sua presença seja solicitada por um dos pontos focais da outra parte, mantidos pela parte requerida os direitos, garantias e benefícios, inclusive de natureza trabalhista e previdenciária, aos seus funcionários atuantes no território da parte requerente do serviço de assistência. Em termos similares, garante-se a circulação de veículos de emergência, os quais devem atender às regulamentações técnicas das duas partes (art. 4º).

Nos arts. 5º e 8º, encontram-se cláusulas referentes à possibilidade de alteração do pactuado por emendas; denúncia; mecanismo de solução de controvérsias, que devem ser dirimidas por consultas e negociações diplomáticas entre as partes; e entrada em vigor do ajuste complementar (30 dias após a última comunicação do cumprimento dos requisitos internos para sua entrada em vigor).

Nesta Casa Legislativa, a matéria foi despachada para exame desta Comissão, em que me coube relatá-la.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Não detectamos vícios de juridicidade no PDL.

No que tange à constitucionalidade, a proposição observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal, e também reforça o disposto no art. 4º do mesmo diploma, que assinala entre os princípios regentes das relações internacionais do Brasil a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Como citado, o preâmbulo deixa claro que o ajuste complementar ao acordo anteriormente firmado com o Uruguai surge da necessidade de respaldo legal à atuação das equipes e ao trânsito dos veículos destinados à prestação de serviços de assistência de emergência de uma parte no território da outra parte, de forma a dar proteção aos servidores, aos bens públicos envolvidos e a terceiros.

Estamos certos de que a integração das fronteiras não pode prescindir de medidas como essa, as quais afetam de forma direta o cotidiano daqueles que vivem nesses espaços, onde é inapropriado fazer distinção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tratamento entre o brasileiro e o uruguaio, inclusive com inúmeras pessoas que têm dupla cidadania, o que, no Rio Grande do Sul se chama de "doble chapa". Nesse sentido, o instrumento em exame vem dar concretude ao disposto no art. 3º, XVI, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), que inclui entre os princípios e diretrizes da política migratória brasileira a integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço.

Não bastasse isso, a pandemia da covid-19 veio mostrar que ameaças que transcendem fronteiras necessitam de respostas que vão além das possibilidades e recursos internos de cada país. A cooperação entre as nações e a coordenação de esforços são imprescindíveis para que possamos alcançar bons resultados.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2021.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agradecemos pelo relatório, Senador Hamilton Mourão.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguir a tramitação.

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 21, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatora, concedo-lhe a palavra para o relatório, para que possamos dar prosseguimento aos trabalhos.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou direto à análise da proposta.

Os grupos parlamentares são regulamentados pela Resolução nº 14, de 2015, da qual destacamos que, assim como as frentes parlamentares internacionais, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar. Assim, a proposta do Senador Flávio Arns está de acordo com a resolução citada.

Indubitavelmente, o PRS nº 21, de 2021, também vai ao encontro das boas práticas parlamentares, em especial no que concerne ao estreitamento dos laços com os congêneres pelo mundo. No caso em tela, entendemos como de extrema relevância a aproximação do Senado Federal do Brasil com o Conselho Supremo da Ucrânia (Parlamento unicameral daquele país).

Vale observar, ademais, que já existe um Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia, criado no âmbito da Câmara dos Deputados por meio da Resolução nº 4, de 1996, daquela Casa. O referido grupo, assinala a resolução, "será composto por membros do Congresso Nacional" (art. 1°, parágrafo único), Deputados e Senadores, portanto. Não obstante, sua composição atual é de Deputados, cabendo a Presidência, desde 2 de fevereiro último, ao Deputado Félix Mendonça Júnior.

Nada obsta, porém, que o Senado institua um grupo parlamentar direcionado a seus membros (como dispõe o PRS nº 21, de 2023). De fato, há precedentes de coexistência de um grupo de Parlamentares (com Deputados e Senadores) e um grupo de Senadores, ambos voltados ao mesmo objeto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do PRS nº 21, de 2023.

Senadora Professora Dorinha, Relatora.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agradecemos o relatório, Senadora Dorinha.

E seguimos a pauta, colocando o relatório em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de colocar aos Srs. Senadores, antes de encerrar a reunião, a palavra, caso queiram se manifestar sobre qualquer outro assunto. (*Pausa.*)

Em nada havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Margareth Buzetti, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Oriovisto Guimarães e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Jaques Wagner, Chico Rodrigues e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 203, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 331, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Cooperação e Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, assinado em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 777, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão, assinado em Brasília, em 6 de agosto de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 934, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto retificado do Acordo- Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia, a República do Chile, a República do Equador, a República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1100, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Transporte Aéreo, assinado em Brasília, em 8 de agosto de 2011." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1101, de 2021 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não Terminativo - que: "Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos sobre Cooperação em Matéria de Defesa, celebrado em Brasília, em 13 de junho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 264, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lilongwe, em 10 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 11, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria, no Senado Federal, a Frente Parlamentar de Relacionamento com os BRICS." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 7, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie o Programa Calha Norte (PCN), no exercício de 2023." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 9, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, a avaliação da Política de Desenvolvimento de Biotecnologia, Política Nacional de Atividades Nucleares e a Política Espacial Brasileira." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 10, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, a avaliação da política brasileira de exploração da área espacial, no exercício de 2023" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 11, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, a avaliação da política brasileira de inteligência com impacto na Defesa Nacional e nas Relações Exteriores, no exercício de 2023." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 12, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, a avaliação da Política de Defesa Cibernética brasileira, no exercício de 2023." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 13, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, no exercício de 2023." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 14, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie os impactos e os benefícios da acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

exercício de 2023." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 17, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as iminentes alterações acionárias da Empresa Braskem S.A., empresa global no setor de petroquímica, causadora da maior tragédia socioeconômica-ambiental urbana do mundo, em março de 2018, na cidade de Maceió, Alagoas." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 15, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, com o objetivo de debater a implantação da rodovia Binacional Brasil-Bolívia." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 8, de 2023** que: "Requer a convocação do Senhor SAULO MOURA DA CUNHA, ex-Diretor Adjunto da ABIN, a fim de prestar informações sobre o cenário que antecedeu o dia 08 de janeiro de 2023, período que o convocado era titular daquela agência, em que manifestantes invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o STF e o Palácio do Planalto, em Brasília." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado como convite. **2ª Parte - Eleição do membro da CCAI**. **Finalidade:** Eleição do representante da CRE na CCAI, nos termos do art. 7º da Resolução do Congresso Nacional nº 2 de 2013. **Resultado:** Adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme a pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião desta Comissão, ocorrida em 12 de abril de 2023.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo membro solicitar a autuação dos referidos documentos.

Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados. (*Pausa.*)

Antes de passarmos à apreciação da pauta, a Presidência comunica a designação, logo mais, de Relatores para as seguintes matérias: PDS 31/2006; PDL 1.130/2021; PDL 70/2022; PDL 160/2022; PDL 161/2022; PDL 168/2022; PL 787/2022; e PL 450/2023...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, só para facilitar para a galera...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... pelo menos a ementa. Senão nós vamos ter que procurar saber o que diz cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com prazer.

O PDS 31/2006 aprova o texto do acordo de previdência social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado, em Brasília, em 7 de março de 2022.

O PDL 1.130/2021 aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul acerca de coproduções audiovisuais.

O PDL 70/2022 susta os efeitos do Decreto nº 10.948, de 26 de janeiro de 2022, que cria o escritório do Ministério da Economia junto à Embaixada do Brasil em Washington, Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Unidos da América, e dispõe sobre a designação, a atuação e a remuneração do chefe do escritório e de seu assessor. Publicado no Diário Oficial da União nº 19.

O PDL 160/2022 aprova o texto do protocolo sobre transferência de pessoas sujeitas a regimes especiais complementares, acordo sobre transferência de pessoas condenadas entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

O PDL 161, também de 2022, aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para eliminar a dupla tributação em relação aos tributos sobre a renda e sobre o capital e prevenir a evasão e a elisão fiscais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O PL 787/2022 dispõe, em caráter excepcional, sobre a gestação por substituição envolvendo gestantes que vieram ao Brasil no contexto do conflito armado entre Ucrânia e Rússia, no ano de 2022.

O PL 455, de 2023, concede incentivos fiscais para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.

O PL 1156/2023 altera a Lei nº 5 .662, de 21 de junho de 1971, para dispor acerca da concessão de financiamento ou qualquer modalidade de empréstimo, inclusive concessões de garantias pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O PL 1.369, também de 2023, dispõe sobre a utilização de aeronaves oficiais pelo Presidente da República e respectivas comitivas em viagens nacionais e internacionais.

O PL 1.677, de 2023, estabelece normas aplicáveis aos militares em operações de garantia da lei e da ordem e aos integrantes dos órgãos a que se refere o *caput* do art. 144 da Constituição, e da Força Nacional de Segurança Pública quando em apoio a operações de garantia da lei e da ordem.

O PRS 41/2023 institui o Grupo Parlamentar Brasil-Equador – é o último.

Logo mais, designaremos todos os Relatores.

1ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 203, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator para proferir seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a colaboração agora do Senador Wellington, mas, acima de tudo, eu gostaria de frisar a oportunidade desses dois primeiros itens. Eu acho que eles são muito oportunos, até em função do estreitamento das relações entre o Brasil, e está caracterizado esse estreitamento pela recente viagem presidencial.

Eu vou abreviar, Sr. Presidente, a leitura do relatório em si para abordar os aspectos que constituem os assuntos constantes do PDL que nós vamos aprovar, uma vez que os termos do acordo dizem respeito a ele. São eles: âmbito, aplicação e cobertura, art. 2º; definição de termos, como empresa de investimento, art. 3º; medidas regulatórias, art. 4º; princípios do tratamento nacional, ou seja, respeito à legislação de cada uma das partes, mediante o qual se outorga ao investidor da outra parte tratamento não menos favorável do que o dado aos nacionais, ou seja, uma equivalência, art. 5º; o princípio do tratamento da nação mais favorecida, que implica outorgar ao investidor da outra parte tratamento não menos favorável do que o dado a terceiros, art. 6º; regulação das regras de desapropriação direta, art. 7º; compensação por perdas devido a situações de força maior, art. 8º; transparência regulatória e decisória, art. 9º; liberdade de transferência de fundos relacionados a investimentos, art. 10; medidas tributárias aplicáveis sem discriminação, art. 11; exceções de segurança nacional ou ordem pública, art. 12; dever de cumprimento do direito das partes, art. 14; responsabilidade social corporativa com respeito ao desenvolvimento sustentável da comunidade local, bem como as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), art. 15; medidas de investimento e de combate à corrupção e à ilegalidade, art. 16; disposições sobre investimentos e meio ambiente, assuntos trabalhistas e saúde, art. 17; estabelecimento de comitê conjunto para a administração do acordo, art. 18; designação de órgão ou autoridade como pontos focais nacionais ou *ombudspersons*, ou seja, aqueles que representarão o caráter quase que de um juiz, sem a função judicial, art. 19; intercâmbio de informação entre as partes, art. 20; tratamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

informação protegida, art. 21; interação com o setor privado, art. 22; cooperação entre agências responsáveis pela promoção de investimentos, art. 23; procedimentos de prevenção de controvérsias, art. 24; solução de controvérsias entre as partes, por meio arbitral, art. 25; elaboração de agenda para cooperação e facilitação de investimentos, art. 26; disposições finais que tratam das emendas ao próprio acordo, vigência, denúncia, dentre outros assuntos, arts. 27 e 28.

O assunto é da nossa competência.

Esses tratados possuem como base três pilares: a mitigação de riscos; a governança institucional; e as agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos.

Isso posto, este acordo de cooperação e facilitação de investimentos com os Emirados Árabes Unidos vem em boa hora, como já salientei, pois, em que pese ter sido negociado no Governo precedente, é modelo ratificado pelo Governo atual. Nisso convergem, tanto é verdade que o Presidente da República, como já mencionei, acaba de visitar o país árabe no último dia 15 de abril – portanto, acho que essa decisão está sendo oportuna, caso a Comissão a homologue.

E o relatório seguinte diz respeito à cooperação e assistência mútua em matéria aduaneira, ou seja, especificamente quanto à parte, digamos, alfandegária, de importação e de exportação. Portanto, é quase que um complemento e um detalhamento do acordo.

Se V. Exa. me permite associar os dois, uma vez que se trata do mesmo interlocutor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E tem um terceiro, não tem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dos Emirados também?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É que esses dois...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 331, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Cooperação e Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, assinado em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, como o nosso parceiro é o mesmo e esse segundo é apenas um complemento e um detalhamento, uma especificação daquele genérico, eu o aprecio de maneira expedita, pedindo para ambos a aprovação, reiterando – além de tudo, uma reiteração neste momento – que será muito oportuna, pois valorizará a estada do Presidente e da sua delegação nos Emirados Árabes Unidos, que foi uma das primeiras comunidades, um dos primeiros países que recebeu a visita do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O parecer, portanto, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão os relatórios. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-los, encerro a discussão.

Em votação os relatórios.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Só quero complementar, Sr. Presidente, dizendo que, acreditando que eles seriam aprovados, o Embaixador dos Emirados Árabes Unidos já se antecipou e enviou ontem um agradecimento, condicionado à aprovação, que já aconteceu, e fala que o agradecimento está liberado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, ótimo. (*Risos.*)

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu estou com um *shukran*. V. Exa. já aprendeu o que quer dizer *shukran*? . (*Pausa.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, muito obrigado, *shukran*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É exatamente.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 777, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão, assinado em Brasília, em 6 de agosto de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

A relatoria é do Senador Cid Gomes, ele encareceu, hoje é o aniversário dele, e eu aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo, desejando muita paz e muita saúde...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em nome de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ...Em nome de todos nós. Deixaremos essa matéria para a próxima sessão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 934.

1ª PARTE

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 934, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto retificado do Acordo- Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia, a República do Chile, a República do Equador, a República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

A relatoria é do Senador Chico Rodrigues, que não está presente, e nós vamos também, igualmente, tirar o projeto de pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.100, de 2021, também não terminativo.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1100, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Transporte Aéreo, assinado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Relatora da matéria, Senadora Professora Dorinha Seabra. Com a palavra V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia a todos. Obrigada, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não verificamos vícios de juridicidade na proposição em exame. Tampouco há vícios de constitucionalidade. Ressalte-se que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

Ademais, o acordo, em última análise, dá concretude, em bases bilaterais, ao comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4°, IX).

Com efeito, o acordo veiculado pelo PDL, ao instituir o marco legal para os serviços de transporte aéreo entre Brasil e Canadá, se ratificado, será relevante ferramenta de fortalecimento dos laços de amizade entre os dois países signatários, com a perspectiva de incremento da cooperação no campo do comércio e do turismo.

Vale ainda o registro de que este tratado bilateral guarda identidade com outros de mesma natureza firmados pelo Brasil com outras soberanias.

Por isso, nosso voto é que, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.100, de 2021.

Sr. Presidente, está lido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

Em discussão o relatório da Professora Dorinha Seabra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos à votação.

Em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, desculpe... É aqui o Senador Marcos do Val.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Desculpe interrompê-lo.

Há possibilidade de colocar já em seguida na pauta a votação da indicação para a Ccai, porque o Podemos indicou o meu nome? Se for possível... Eu acredito que seja... Não sei se há alguém contra ou outro nome, mas, se for até por aclamação na votação, aí iria me ajudar muito para me liberar para os outros compromissos que eu tenho. Há a possibilidade de o senhor acatar...?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só comunicar que só falta para a Ccai a indicação do nome da CRE do Senado Federal...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Da CRE. Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... e que nós vamos fazê-lo. Por enquanto, nós temos duas inscrições: a sua e a do Senador Cid Gomes.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – É. Eu até ia falar com ele, porque, como o Cid Gomes já é o Vice-Presidente de – uma, duas, três, quatro, cinco – cinco Comissões, eu acho que seria melhor eu estar para poder até me dedicar mais. Isso não tem nada a ver com a questão de estar como oposição, com a minha posição de oposição ao Governo, mas, sim, com fazer o trabalho que eu sempre fiz ao longo desses quatro anos. Então, eu gostaria de continuar com esse trabalho. E, como o Cid Gomes já está como Vice-Presidente nessas cinco Comissões... Enfim, eu posso conversar com ele, mas... O Podemos também sabe dessa vaga que é escolhida pela CRE... Se os meus parceiros apoiarem também a indicação do meu nome, eu também agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos esse esforço com a presença do Senador Cid. Eu mesmo me coloco à disposição para colaborar com a realização de um encaminhamento comum. Vamos deixar para a próxima semana, quando faremos definitivamente essa eleição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só queria informar que a primeira reunião da Ccai será na terça-feira às 15h. Então, eu acho que ficaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ruim o Senado não estar completo. Eu compreendo a posição do Senador Marcos do Val e compreendo a sua também. Eu acho que isso deve ser deliberado na presença do outro inscrito, mas isso não pode ficar esperando indefinidamente.

Na próxima semana, na terça-feira, inclusive, eu tenho um requerimento que pretendo que seja votado. E, havendo quórum, que seria de seis ou sete, isso poderá ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, pela sua experiência, esse cargo é um presente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Esse cargo é muito importante, porque...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, vou deixar o senhor...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – O cargo é para me blindar. O cargo, na verdade, é para me blindar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quem faz aniversário dá presente ou ganha presente? Porque hoje é aniversário do nosso Cid. Então, tem que saber se ele quer o presente ou se ele quer entregar o presente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se se inscreveu, é porque quer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Esse cargo é muito importante porque cabe a essa Comissão fazer o controle externo das atividades de inteligência, inclusive da Abin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Digamos que é um cargo de importância crescente. Como existem as fases da lua, ele está quase como lua cheia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Provavelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, daqui a pouco, pode virar minguante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida, Amin.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu estava exatamente lendo aqui todas as funções do cargo. Claro que é extremamente importante. Eu falei aqui era muito mais para registrar também o aniversário hoje do Senador Cid.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1101, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos sobre Cooperação em Matéria de Defesa, celebrado em Brasília, em 13 de junho de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Esse projeto vem da Câmara dos Deputados.

O Relator é o Senador Esperidião Amin.

Eu concedo a palavra ao Senador Amin para que ele possa proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto segue a regra de acordos internacionais.

No caso, é um acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos e trata especificamente, dentro daquela ideia de foco, de matéria de defesa; respeita absolutamente a soberania de ambos os países; prescreve as salvaguardas tão amplas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

equivalentes quanto possível, ou seja, dando uma noção de equilíbrio; promove a cooperação entre as partes; propicia o compartilhamento de conhecimentos e experiências; promove ações conjuntas de treinamento; colabora em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos no campo da defesa; e coopera com áreas que possam ser de interesse comum para ambas as partes.

Quando eu li pela primeira vez que o acordo versava sobre defesa, eu ainda tinha gravado o insucesso da nossa defesa jogando contra o Marrocos recentemente, mas da defesa no futebol. Como o acordo não abrange essa face da nossa *expertise*, ele não traz nenhuma insinuação de gozação a respeito do último resultado da nossa seleção. Faço essa colocação com a sua permissão, até para trazer um pouquinho de humor à nossa reunião.

É lógico que o Marrocos é um país muito simpático a todos nós, e estreitar essas relações, compreendendo o campo da cultura, do turismo, do esporte radical, de trilhas. Tem sido crescente essa exploração, o que torna mais intensa ainda a nossa relação com o Marrocos.

Por isso o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o relatório, encerro a discussão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, é apenas um comentário a respeito, que é importante destacar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador .....

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – É importante que as Senadoras e os Senadores compreendam esta situação. O Reino do Marrocos se limita, ao sul, com o Saara Ocidental, que é uma região em disputa, e hoje existe uma Força de Paz da ONU nessa região, inclusive com militares brasileiros lá presentes. Então, é importante que todos tenham conhecimento disso aí. É uma disputa que já se arrasta há algum tempo. O Governo do Saara Ocidental está exilado na Argélia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Na Argélia, exatamente.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, esse nosso convênio com o Marrocos é importante, porque nós temos militares brasileiros nessa área, que é disputada pelos dois países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado a V. Exa.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – O Senador Mourão, com muita propriedade (*Fora do microfone.*) traz a lume esse assunto.

A Comissão de Relações Exteriores, Senador Mourão, já aprovou um relatório de minha autoria – porque havia uma proposição para que o Brasil arbitrasse essa questão que envolve interesses petrolíferos. E o meu voto, acolhido pela Comissão, foi de que esse assunto compete à ONU tratar, no campo da busca da paz. O Brasil não deve se arvorar nessa missão. Isso foi objeto de deliberação, acredito que entre 2019-2020.

Obrigado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Até porque, Senador Amin, Estados Unidos e França atuam firmemente nesse processo porque, como o senhor falou, envolve algumas riquezas que a gente desconhece.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Item 7.

1ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lilongwe, em 10 de maio de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 30/11/2022 e 14/12/2022.

2. Em 30/11/2022, retirado de pauta

O projeto vem também da Câmara dos Deputados.

A relatoria é do Senador Randolfe Rodrigues, que não está presente. Por isso, nós vamos retirá-lo da pauta.

Projeto do item nº 8.

1ª PARTE

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 11, DE 2023

- Não terminativo -

Cria, no Senado Federal, a Frente Parlamentar de Relacionamento com os BRICS.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

Eu tenho a satisfação de designar, em substituição ao Senador Cid Gomes, o Senador Hamilton Mourão, para proferir parecer.

Com a palavra, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu vou ser breve aqui, porque a instituição da Frente Parlamentar de Relacionamento com os Brics fala por ela mesma.

Eu vou direto à análise, com a sua permissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – As duas Casas do Congresso Nacional contam com frentes parlamentares que se dedicam a diferentes áreas.

O projeto, em tese, é resultado do anseio dos membros desta Casa de buscarem maior participação do Parlamento em assuntos de política externa, de modo a democratizar os debates dessa área e aproximá-los da sociedade. Como sabemos, são questões que, como regra, restam quase que exclusivamente restritas ao âmbito do Poder Executivo.

De minha parte, devo registrar a satisfação em relatar esta matéria que vai ao encontro do que eu propus mediante apresentação do Projeto de Resolução do Senado nº 43, de 2021, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-parceiros do Brics. Como destaquei naquela oportunidade, esses cinco países emergentes que compõem o bloco respondem por mais de 40% da população e quase 20% do comércio mundiais.

Apesar de não contarem com um documento constitutivo e se agregarem por vontade política, dadas suas características em comum, o Brics, ao longo dos anos, permitiu a cooperação nos mais diversos setores entre seus participantes.

E aqui, mais uma vez, destaco que, no campo econômico-financeiro, o Brics alcançou certo grau de institucionalização mediante a criação do Novo Banco de Desenvolvimento – hoje presidido por uma brasileira, a ex-Presidente Dilma Rousseff é sua Presidente –, por meio de acordo assinado na reunião de cúpula havida em 15 de julho de 2014, em Fortaleza, quando eu ainda era Governador do Estado do Ceará.

Reitero que essa instituição nasceu vocacionada para ser alternativa ao sistema do Fundo Monetário Internacional, sobre o qual, até o momento, não se viu reforma que viesse a contemplar, de maneira mais adequada, os interesses e necessidades dos países emergentes.

Estimamos que a aproximação destas nações, via diplomacia parlamentar, poderá ser ferramenta capaz de facilitar a consecução dos objetivos dos países que integram o Brics.

Eu destaco que esse acrônimo, Brics, foi criado por um economista do Goldman Sachs, em 2001, o Jim O 'Neill. O grupo se constituiu, a partir de 2006, apenas com o Brasil, Rússia, Índia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

China. Em 2011, se agrega a África do Sul, e, hoje, a China busca expandir esse grupo. Outros países vêm se agregando a ele. Então, a participação do Parlamento brasileiro, do Senado Federal, é importantíssima.

Por isso, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2023.

Esse é o relato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão, o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

A Presidência informa que foram recebidos sete requerimentos para avaliação de políticas públicas por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. São, portanto, os seguintes: o primeiro, nº 7, de 2023, Programa Calha Norte, proposto pela Senadora

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 7, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie o Programa Calha Norte (PCN), no exercício de 2023.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 9, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, a avaliação da Política de Desenvolvimento de Biotecnologia, Política Nacional de Atividades Nucleares e a Política Espacial Brasileira.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 10, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, a avaliação da política brasileira de exploração da área espacial, no exercício de 2023

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 11, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, a avaliação da política brasileira de inteligência com impacto na Defesa Nacional e nas Relações Exteriores, no exercício de 2023.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, a avaliação da Política de Defesa Cibernética brasileira, no exercício de 2023.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

1ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 13, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, no exercício de 2023.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

1ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 14, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie os impactos e os benefícios da acessão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, no exercício de 2023.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

A Presidência propõe conjuntamente a apreciação desses requerimentos todos.

E facultamos a palavra a qualquer um ou uma dos autores ou das autoras dos requerimentos para que, se entender que é o caso, possa defendê-los.

Como eu disse aqui naquela reunião inicial, os Parlamentos do mundo todo caminham para a fiscalização das políticas públicas, é uma competência a mais que se incorpora. Eu fico muito feliz que esta Comissão, durante este ano, vá produzir exatamente avaliação de sete políticas públicas consideráveis sob qualquer aspecto.

Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu gostaria de agradecer e, antes de mais nada (*Fora do microfone.*)

frisar que subscrevi o da Senadora Margareth Buzetti porque talvez fosse necessária a presença, mas quero agradecer também, em nome dela, pela deliberação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A Senador Mara Gabrilli está ausente. V. Exa. poderia subscrever?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Pela mesma razão que subscrevi o da Senadora Margareth Buzetti, que esteve conosco até há pouco, mas teve que viajar. Obrigado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa., Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Presidente, inicialmente eu gostaria de agradecer. Realmente o fato de nós analisarmos essas políticas tem um valor muito grande para o país como um todo. Eu gostaria de ressaltar algumas delas, que têm impacto direto em termos de relações internacionais e defesa, a nossa base aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Colocada pelo Senador Esperidião Amin a parte de defesa cibernética, já é importante agora e cada vez mais será muito mais importante com o desenvolvimento de tecnologias como inteligência artificial, computação quântica e outras. A parte de biotecnologia – que também foi colocada no meu lado a biotecnologia –, a parte de política espacial e nuclear, obviamente tem uma relação muito grande com o contato e a boa relação entre os países para utilização dessas tecnologias. E, sem dúvida nenhuma, a gente viu a biotecnologia durante a pandemia, mas isso se espalha em uma área muito grande, inclusive defesa. Então, é importantíssimo que esta Comissão tenha capacidade de analisar essas políticas e trazer a bom termo, para que nós tenhamos o Brasil protegido e avançando em termos de desenvolvimento econômico e social, através dessas áreas também.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Só quero complementar.

O Senador Marcos Pontes falou com muita precisão sobre a importância de algumas dessas solicitações, e eu quero exaltar uma delas.

Nós chegamos a criar, ainda na gestão do Presidente desta Comissão, Nelsinho Trad, uma Subcomissão para tratar da questão da defesa cibernética e da guerra cibernética. Esse assunto hoje, nesses quatro anos tomou um vulto ainda maior. Eu acho que nós e os brasileiros já nos convencemos de que nós não somos tão desimportantes a ponto de não sermos alvo nesta guerra cibernética que se trava no mundo com exércitos. Países, como a Alemanha, têm já a quarta arma; além das três tradicionais, já têm uma transversal, que é a defesa cibernética.

Sempre que se usa a palavra defesa, na verdade, depois que o Governo americano deixou de chamar de Ministério da Guerra e passou a usar Secretário da Defesa, não parou de globalizar a sua ação. Não vou entrar no mérito da questão.

Então, eu queria exaltar exatamente esse tópico.

Eu acho que a Subcomissão não existe mais, não é? Existe ainda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não existe mais. Então, eu já desejo, quando tivermos oportunidade de apreciar, que se aprecie a conveniência ou não – eu acho que é conveniente – de criarmos esta Subcomissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, desde já, caso se repita neste ano, o exercício de defesa cibernética, que se prevê seja realizado anualmente no Forte Marechal Rondon, que é onde fica a sede da defesa cibernética do Exército Brasileiro, que esta Subcomissão pudesse, pelo menos, representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

Em discussão os sete requerimentos de avaliação de políticas públicas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discuti-los, encerro a discussão.

Em votação os requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Serão designados imediatamente os Relatores para avaliação das políticas públicas relacionadas pela Comissão. (*Pausa.*)

Nós temos aqui dois requerimentos extrapauta. Um do Senador Wellington e um meu, que eu gostaria, na sequência, de submeter a esta Comissão e que propõe a realização de uma audiência pública de um assunto que irei rapidamente colocar. (*Pausa.*)

V. Exa. deseja incluir? (*Pausa.*)

Requerimento nº 8 também incluído, do Senador Amin.

Teremos três requerimentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – (*Fora do microfone.*) Mas quando me tocar falar a respeito.

Não sei se eu posso... Posso justificar agora?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos inverter a ordem e começaremos pelo requerimento do Senador Amin.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, DE 2023

Requer a convocação do Senhor SAULO MOURA DA CUNHA, ex-Diretor Adjunto da ABIN, a fim de prestar informações sobre o cenário que antecedeu o dia 08 de janeiro de 2023, período que o convocado era titular daquela agência, em que manifestantes invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o STF e o Palácio do Planalto, em Brasília.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Presidente, nós estamos vivendo um momento curioso: o Governo nomeou, no dia 1º de janeiro, o Sr. Saulo Moura da Cunha para Diretor Adjunto da Abin. Por quê? Porque o cargo de Diretor-Geral não foi preenchido no atual Governo. Há uma indicação que está sob a guarda de V. Exa, e não vou entrar no mérito de se deve pautá-la ou não deve. Essa é uma decisão sua, e quem quiser que a discuta – eu também a discutirei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, veja bem, a Abin é um dos focos, hoje, senão da curiosidade, mas das indagações que circunscrevem a recém-criada – instituída ontem – CPMI. Ela está rigorosamente acéfala, e é o órgão central do sistema brasileiro de inteligência. Nós estamos com um Ministro interino do GSI, estamos sem titular – e o titular tem que ser aprovado por esta Comissão e pelo Senado –, sem o adjunto... Ou seja, nós estamos numa situação... Eu não quero fazer aqui nenhuma condenação, mas é uma situação absurda, porque esse é o foco de tudo o que se discute hoje no Brasil.

Criou-se ontem uma CPMI, postergada por razões que eu não vou comentar, para quê? Para saber mais sobre omissões do que sobre ações, porque essas estão sendo investigadas; se bem ou mal, é outra avaliação, mas estão sendo. Agora, as omissões não estão.

O órgão central do sistema brasileiro de informação está acéfalo desde 1º de janeiro. Ou seja, eu não posso nomear, mas posso cobrar. E, se o nº 2 já saiu, seria um absurdo nós, daqui a pouco, fazermos a inquirição e a arguição do indicado sem ouvirmos aquele que estava lá até março, porque o Sr. Saulo Moura da Cunha foi nomeado no dia 1º de janeiro e foi exonerado do cargo de Diretor Adjunto no dia 3 de março; ou seja, era uma nomeação precária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em função disso, eu já apresento o convite e acho que ele deveria coincidir, ou melhor, anteceder a arguição ao Sr. Luiz Fernando Corrêa, que é o indicado – Luiz Fernando Corrêa, não é? O nome... – para presidir, para dirigir a Abin. Essa é justificativa e a contextualização que eu gostaria de fazer, porque acho no mínimo estranha a situação. A circunstância que nós estamos vendo é estranha.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só queria reiterar, Presidente, a contingência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Convite, não convocação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um convite, e ele deveria anteceder ou ser simultâneo até, no mesmo dia da arguição ao indicado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Requerimento do Senador Wellington Fagundes.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 15, DE 2023

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, com o objetivo de debater a implantação da rodovia Binacional Brasil-Bolívia.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Infraestrutura, com o objetivo de debater a implantação da rodovia Binacional Brasil-Bolívia.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é importante aqui esclarecer para todos os companheiros que essa rodovia é a ligação ali, na região de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital brasileira projetada em Portugal, na costa fluvial brasileira. Essa capital mato-grossense foi construída pelos escravos, e, ainda hoje, mais de 50% da população é formada pelos africanos originários.

É uma região muito rica, e o Brasil, aquela região toda, Mato Grosso, sonham há muito tempo com a possibilidade de termos ali uma ligação com o Pacífico. O trecho de Mato Grosso são apenas 140... Menos de 100km, 80km; do lado da Bolívia, 144km. O restante já está todo assaltado. Então, ligando ali San Ignacio a San Matías e, depois, os portos lá do Chile – Arica, Iquique e Antofagasta.

Nós convidamos também para essa audiência, é importante a presença do Ministro dos Transportes, Renan Filho, também o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, o Governador Mauro Mendes, do Estado de Mato Grosso... E, inclusive, em reunião que tivemos já com o Ministro Renan Filho, o Governo já colocou a possibilidade de o estado bancar todo o projeto dessa estrada. E aí também convidamos o Sr. Pedro Lacerda, que é o Presidente do Comitê de Asfaltamento dessa integração. Por parte da Bolívia já tivemos várias audiências.

Então, é extremamente justificável, e o interesse também, já que nós temos ali 720km de divisa seca. Então, é importante a integração, a ocupação da área, exatamente para que a gente possa ter também não só desenvolvimento, mas mais controle na nossa faixa de fronteira. Por isso, eu gostaria de pedir o apoiamento e a oportunidade para estarmos discutindo, juntamente com a Comissão de Infraestrutura, esse tema tão importante para a integração e o desenvolvimento do nosso estado.

Mato Grosso, hoje, felizmente, é um estado que experimenta um grande desenvolvimento, uma produção recorde na produção agropecuária, e essa exportação por essa região, por esses portos, vai encurtar distâncias, quase 2 mil quilômetros, para chegar ao grande mercado oriental. Então, por isso peço a importância também da Comissão de Relações Exteriores, já que se trata de uma binacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes... Não havendo quem queira discutir, nós colocamos em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu tomo a iniciativa de apresentar a esta Comissão um requerimento de minha autoria, para, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, mas a providência não foi encaminhada com a Comissão de Meio Ambiente, por isso nós estamos aprovando primeiramente aqui.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, DE 2023

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as iminentes alterações acionárias da Empresa Braskem S.A., empresa global no setor de petroquímica, causadora da maior tragédia socioeconômica-ambiental urbana do mundo, em março de 2018, na cidade de Maceió, Alagoas.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

A tragédia foi motivada pela exploração de sal-gema, com reflexo na imagem internacional do Brasil.

Foi feita a mineração; não foi colocado, evidentemente, nada no seu lugar, e tivemos o afundamento de cinco bairros da nossa capital; quase 200 mil pessoas foram prejudicadas.

Incompreensivelmente, o Ministério Público fez um acordo, não incluiu nesse acordo nenhuma das partes afetadas, nem o estado, nem a Prefeitura da capital, nem tampouco as vítimas, que nós chamamos de refugiados ambientais, que foram retiradas desses cinco bairros coercitivamente.

A empresa já provisionou R$8 bilhões, já gastou com essas indenizações R$3,4 bilhões, mas administra, simultaneamente, ações pulverizadas, de modo a nunca se concluir por uma decisão que possa responsabilizá-la globalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ela é a maior empresa petroquímica da América Latina, uma das duas maiores do mundo. A Petrobras tem 47% do capital votante, a Novonor tem 53% do capital votante – a antiga Odebrecht –, e a Petrobras é que vai decidir sobre o que fazer evidentemente.

A magnitude desse problema é tanta, que deixa as dívidas com o sistema financeiro de lado.

Se a Petrobras subscrever, Senador Amin, a maioria do capital votante, ela incorporará ao patrimônio da Petrobras, em função do patrimônio da Braskem, algo em torno de 40% do patrimônio existente hoje.

Então, nós não somos contra nenhuma solução para a Braskem, se a Petrobras vai vender, ou vai comprar, a quem vai vender... Não importa. O que importa é que seja quantificado esse dano, esse crime, de modo que ele possa ser reparado, porque nada vai, evidentemente, pagar o sofrimento, a angústia, a dor e o desespero daquelas pessoas que tiveram a sua prosperidade interrompida porque foram obrigados a sair daqueles bairros com uma indenização do imóvel legal que sequer indenizava verdadeiramente o imóvel, como manda a lei que se faça. De modo que eu contaria com o apoio a esse requerimento, para que possamos fazer essa audiência pública aqui nesta Comissão, até podendo fazê-la concomitantemente com a própria Comissão de Meio Ambiente.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Na semana que vem, eu gostaria de anunciar... Evidentemente que nós estamos tendo problemas toda quinta-feira, e hoje, novamente, nós tivemos a presença do Ministro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... dos três ministros da área econômica, mas vamos discutir, entre nós, qual a melhor maneira de realizar com mais quórum, com mais representatividade, semanalmente, a reunião desta Comissão. E vou evoluir também, para que possamos fazer algumas dessas audiências públicas na segunda-feira à tarde ou na terça-feira à tarde, depois do encerramento da sessão do Senado Federal – ou antes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, exatamente.

Então, no dia 4, nós poderemos ter a presença do Exmo. Sr. Ministro da Defesa, José Múcio, e, no dia 11, nós teremos a presença do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Wilder Morais, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Tereza Cristina, Augusta Brito, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Beto Faro, Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Efraim Filho, Jaime Bagattoli, Dr. Samuel Araújo, Astronauta Marcos Pontes, Margareth Buzetti, Fernando Farias, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Rogério Carvalho, Cid Gomes, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Alan Rick, Jaques Wagner, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Professora Dorinha Seabra, Flávio Bolsonaro, Dr. Hiran, Ivete da Silveira, Flávio Arns e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Teresa Leitão, Rodrigo Cunha, Weverton, Wellington Fagundes, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Eleição**. **Finalidade:** Eleição de vice-presidente para o biênio 2023-2024. **Resultado:** Eleita vice-presidente da Comissão, para o biênio 2023-2024, a Senadora Augusta Brito. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Plano de Trabalho - SF237375678061** que: "Plano de Trabalho da Comissão de Serviços de Infraestrutura para o biênio 2023-2024, com cronograma de atividades para o primeiro semestre de 2023." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 10, de 2023** que: "Requer que na audiência pública, objeto do REQ 9/2023-CI, seja incluído o convidado Renan Lange Holdorf." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Marcelo Castro e aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 11, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação de estratégias de prontidão cibernética e proteção preventiva dos bancos de dados governamentais contra eventuais ataques de hackers." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 12, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com a presença do senhor Fabrício Galvão, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação Agência referente ao planejamento de obras e perspectivas de melhorias na infraestrutura de transportes do Brasil." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 13, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com a presença do senhor Sandoval de Araújo Feitosa Neto, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Agência em relação à regulação e ao potencial de fontes de energia renovável no país, além das perspectivas de atuação do novo governo para o setor." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 14, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com a presença do senhor Rafael Vitale Rodrigues, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Agência, referente ao atual cenário da infraestrutura de transportes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil e o papel da Agência para o desenvolvimento do setor." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 15, de 2023** que: "Requer realização de audiência pública, com a presença do senhor Waldemar Ortunho, diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Autoridade, referente à proteção de dados e à transformação digital do país." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 16, de 2023** que: "Requer audiência pública, com a presença do senhor Juliano Alcântara Noman, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Agência e as atuais condições da aviação civil e da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária sob a ótica regulatória e fiscalizatória." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 17, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com a presença do senhor Eduardo Nery Machado Filho, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Agência e demonstração do atual cenário da infraestrutura de transportes aquaviários do Brasil e o papel da Agência para o desenvolvimento do setor." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 18, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com a presença do senhor Mauro Henrique Moreira Sousa, diretor-geral da Agência Nacional de Mineração – ANM, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Agência e discorrer sobre o desenvolvimento sustentável e a proteção dos recursos minerais do Brasil." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 19, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com a presença da senhora Verônica Sánchez da Cruz Rios, diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com o objetivo de debater o Plano de Atuação referente às contribuições da infraestrutura sanitária, ao desenvolvimento sustentável e à proteção dos recursos hídricos do Brasil." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 20, de 2023** que: "Requer que na audiência pública, objeto do REQ 9/2023-CI, seja incluído o convidado José Adelmir de Almeida, prefeito de Cajazeiras-PB." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Marcelo Castro e aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 21, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de obter esclarecimentos e informações relevantes para o acompanhamento da execução operacional e orçamentária da infraestrutura ferroviária intermodal da União, bem como o diagnóstico completo das condições de funcionamento deste segmento, projetos em andamento e identificação e enfrentamento das falhas históricas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a retirado do nome do Ministro de Estado (substituído pelos convidados nominados no REQ 22/2023-CI). **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 22, de 2023** que: "Requer, em aditamento ao REQ 21/2023-CI, a alteração do rol de convidados para a audiência pública." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. Fez uso da palavra a Senadora Augusta Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/21

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Eu declaro aberta a reunião da Comissão de Infraestrutura, que está dividida em duas partes: a primeira parte, eleição da Vice-Presidente da Comissão; e a segunda parte, deliberativa.

Senadora, esta parte da reunião tem por finalidade a eleição do Vice-Presidente da Comissão do biênio 2023-2024, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada, até o momento, a seguinte candidatura para Vice-Presidente: Senadora Augusta Brito, do PT, do Estado do Ceará.

Eu consulto os Senadores e Senadoras quanto à possibilidade de elegermos a indicada por aclamação, tendo em vista que não há outras concorrentes. (*Pausa.*)

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam a eleição da Senadora Augusta Brito por aclamação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada por aclamação. (*Palmas.*)

Eu proclamo eleita por aclamação a Senadora Augusta Brito para Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do biênio 2023-2024.

Eu convido a Senadora para ocupar o seu lugar à mesa. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra à Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quero aqui só registrar e agradecer ao nosso Presidente, o Senador Confúcio; agradecer a todos os membros desta Comissão.

Tenho certeza de que vai ser uma Comissão atuante, como tem que ser, prestando atenção realmente no que importa, nas pautas que interessam a todo o nosso país, não só ao nosso Estado do Ceará.

Eu estou aqui para contribuir e muito feliz quando eu recebi o convite do nosso Senador com a ligação sugerindo. Eu disse assim: "Quero, quero muito, porque eu acho que a gente tem que estar nesses espaços para contribuir, para construir".

Vejo que nós vamos ter aqui um Presidente muito atuante. Pode contar com o meu apoio, com o meu trabalho aqui do seu lado. Fico feliz com os demais, que assim concordaram, aprovaram e fizeram essa votação acontecer.

Trabalho que continua e vamos à luta.

Obrigada, viu, nobre Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado à senhora.

Bem, daremos continuidade à parte deliberativa, que é a aprovação do plano de trabalho da nossa Comissão para estes dois anos – ele foi distribuído previamente para todos, já tiveram conhecimento –, e temos também vários requerimentos – 13 requerimentos aqui – de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, de Veneziano, de Kajuru, de Daniella Ribeiro de novo e vários de minha autoria. São 13.

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 10, DE 2023
- Não terminativo -

Requer que na audiência pública, objeto do REQ 9/2023-CI, seja incluído o convidado Renan Lange Holdorf.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB) e outros

2ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implementação de estratégias de prontidão cibernética e proteção preventiva dos bancos de dados governamentais contra eventuais ataques de hackers.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

2ª PARTE
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com a presença do senhor Fabrício Galvão, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação Agência referente ao planejamento de obras e perspectivas de melhorias na infraestrutura de transportes do Brasil.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

2ª PARTE
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com a presença do senhor Sandoval de Araújo Feitosa Neto, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Agência em relação à regulação e ao potencial de fontes de energia renovável no país, além das perspectivas de atuação do novo governo para o setor.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 14, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com a presença do senhor Rafael Vitale Rodrigues, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Agência, referente ao atual cenário da infraestrutura de transportes do Brasil e o papel da Agência para o desenvolvimento do setor.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

2ª PARTE
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 15, DE 2023
- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, com a presença do senhor Waldemar Ortunho, diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Autoridade, referente à proteção de dados e à transformação digital do país.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

2ª PARTE
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16, DE 2023
- Não terminativo -

Requer audiência pública, com a presença do senhor Juliano Alcântara Noman, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Agência e as atuais condições da aviação civil e da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária sob a ótica regulatória e fiscalizatória.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

2ª PARTE
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 17, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com a presença do senhor Eduardo Nery Machado Filho, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Agência e demonstração do atual cenário da infraestrutura de transportes aquaviários do Brasil e o papel da Agência para o desenvolvimento do setor.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

2ª PARTE
ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 18, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com a presença do senhor Mauro Henrique Moreira Sousa, diretor-geral da Agência Nacional de Mineração – ANM, com o objetivo de debater a apresentação do plano de atuação da Agência e discorrer sobre o desenvolvimento sustentável e a proteção dos recursos minerais do Brasil.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

2ª PARTE
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 19, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com a presença da senhora Verônica Sánchez da Cruz Rios, diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com o objetivo de debater o Plano de Atuação referente às contribuições da infraestrutura sanitária, ao desenvolvimento sustentável e à proteção dos recursos hídricos do Brasil.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

2ª PARTE
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 20, DE 2023
- Não terminativo -

Requer que na audiência pública, objeto do REQ 9/2023-CI, seja incluído o convidado José Adelmir de Almeida, prefeito de Cajazeiras-PB.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB) e outros

2ª PARTE
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 21, DE 2023
- Não terminativo -

Reque a realização de audiência pública, com convite ao Ministro de Estado dos Transportes, Renan Filho, e de outras entidades interessadas no setor, com o objetivo de obter esclarecimentos e informações relevantes para o acompanhamento da execução operacional e orçamentária da infraestrutura ferroviária intermodal da União, bem como o diagnóstico completo das condições de funcionamento deste segmento, projetos em andamento e identificação e enfrentamento das falhas históricas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

2ª PARTE
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 22, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao REQ 21/2023-CI, a alteração do rol de convidados para a audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Eu vou colocar em votação em bloco, já que todos já tomaram conhecimento dos seus conteúdos.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a aprovação do plano de trabalho e dos requerimentos distribuídos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Todos aprovados.

Não tendo mais nada a tratar nesta reunião, declaro encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 13 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatro minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Daniella Ribeiro, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Tereza Cristina, Cleitinho, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel, Alan Rick, Damares Alves, Flávio Bolsonaro e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Weverton, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Eduardo Gomes e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2023 - CI, de autoria Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), REQ 10/2023 - CI, de autoria Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), REQ 20/2023 - CI, de autoria Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), e REQ 28/2023 - CI, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Debater a Medida Provisória n° 1156, de 2023, que trata da extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). **Participantes:** Jamaci Avelino do Nascimento Júnior, Secretário-Executivo Adjunto (representante de: Ministério das Cidades); Adauto Modesto Júnior, Secretário-Executivo Adjunto (representante de: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos); Elton Bernardo Bandeira de Melo, Secretário-Executivo Adjunto (representante de: Ministério da Saúde); Diogenes Otero Galhardo Braga, Servidor da Funasa; Renan Lange Holdorf, Servidor da Funasa; Helena Magalhães Porto Lira, Servidora da Funasa; Arlen de Paulo Santiago Filho, Deputado Estadual de Minas Gerais; e José Aldemir Meireles de Almeida, Prefeito de Cajazeiras (PB). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 28, de 2023** que: "Requer que seja incluído no REQ 9/23, um REQ 9/2023 - CI, seja incluído o representante do Ministério da Gestão e da Inovação em serviços públicos" **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Confúcio Moura e aprovado. Fizeram uso da palavra os Senadores Tereza Cristina, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Confúcio Moura e Cleitinho. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Já aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/29

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 29 de março de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Requerimento nº 72, de 2023, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, que solicita a criação de uma comissão mista do Congresso Nacional e dos Parlamentares estaduais dos estados afetados pela suspensão dos serviços de transposição das águas do Rio São Francisco;

– Carta nº 16, de 2023, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), que expõe as demandas em torno do estímulo à expansão e geração de energia limpa e renovável e o consequente aumento da competitividade do setor, fomentando investimentos em infraestrutura do Brasil, de modo a gerar empregos e renda;

– Aviso n° 200, do TCU (Tribunal de Contas da União), que encaminha para a ciência desta Comissão cópia do Acórdão 36.723, que trata do relatório de acompanhamento com o objetivo de examinar a legitimidade dos procedimentos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Ministério dos Transportes nas alterações dos contratos primeira etapa do programa de Concessões Rodoviárias Federais.

Eu acho que eu não dei minha presença ainda ali. Automaticamente já está dada a presença para mim? (*Pausa.*)

Ah, tá. Então está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos da Instrução Normativa da SGM (Secretaria-Geral da Mesa) nº 12, de 2019, os documentos já disponíveis para consulta na página da Comissão aguardarão eventuais manifestações das Sras. e Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual serão arquivados.

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes que tiveram seu recebimento comunicado nas reuniões anteriores.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória n° 1.156, de 2023, que trata da extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em atenção ao Requerimento nº 9, de 2023, desta Comissão, de autoria das Senadoras Daniella Ribeiro e Tereza Cristina e dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Izalci Lucas; Requerimento nº 10, de 2023, desta Comissão, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro e do Senador Marcelo Castro; Requerimento nº 20, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro e do Senador Marcelo Castro, de novo; Requerimento nº 28, de autoria da Senadora Augusta Brito.

Bem, logicamente eu vou passar a Presidência desta sessão à Senadora Daniella, porque são requerimentos dela, todos eles. Estou só aguardando a chegada dela.

Enquanto isso, nós vamos já organizando. Como são muitos debatedores, nós temos em torno de oito, nós vamos fazer em blocos de três: três falam; depois, mais três; e mais dois, no final.

Então eu convido para compor aqui a mesa: Jamaci Avelino do Nascimento Júnior, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério das Cidades – por favor, pode se sentar aqui; Jamaci, tudo bem com o senhor?; bem-vindo –; Elton Bernardo Bandeira de Melo, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Saúde – por favor, sente-se aqui, pode se sentar; tudo bem?; Adauto Modesto Junior, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – pode vir aqui, Adauto; tudo bem?; bem-vindo.

Senadora Daniella, a senhora pode vir aqui assumir a Presidência, tá?

Nós vamos dar para cada palestrante 15 minutos, devido à quantidade e aos debates, e tem também muitas perguntas de gente de fora, dos internautas, não é? Então não podem prorrogar demais... (*Pausa.*)

Ó, rapaz, você está aí? Como é que vai? Tudo bem, Ademir? Meu colega querido, satisfação!

Muito bem. Então é um bloco de três, com 15 minutos e objetividade, senão a gente vai avançar muito na tarde.

Eu passo aqui a Presidência para a Senadora Daniella Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os três aqui, Senadora, são Jamaci, que está aqui, da Secretaria do Ministério das Cidades; Elton, que está aqui e é Secretário Adjunto do Ministério da Saúde; e Adauto, que é do Ministério da Gestão.

É toda sua, fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Presidente Confúcio. Ele é extremamente pontual. E eu dizia, antes de vir para cá, quando parei ali na TV Senado para dar uma entrevista, que eu já sabia que ele é extremamente pontual. Isso é muito bom. (*Pausa.*)

Eu queria fazer algum... Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, mas já iniciando, quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin, que aqui também se encontra nesta audiência.

Quero dizer que a Comissão de Infraestrutura realiza esta audiência pública para abordar um tema de extrema importância e que tem causado grande preocupação à população brasileira, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste: a extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), por meio da Medida Provisória nº 1.156, de 2023.

A Funasa é uma fundação responsável por promover ações de saneamento básico, principalmente em áreas rurais, em comunidades tradicionais como quilombolas, assentamentos de reforma agrária, comunidades extrativistas e populações ribeirinhas. Ao longo dos anos, essa instituição se destacou no apoio técnico aos estados e municípios, desempenhando um papel fundamental no fortalecimento do Sistema Único de Saúde e na busca pela universalização do acesso ao saneamento básico no país, no controle de doenças, e no apoio a desastres, entre outros.

Causa-nos preocupação as consequências que a extinção da Funasa proposta pela medida provisória em questão pode trazer, entre elas a perda de benefício e poder aquisitivo dos servidores, aposentados e pensionistas vinculados a essa autarquia, além do desemprego de trabalhadores ligados aos contratos de prestação de serviço e obras financiadas pela Funasa em todo o território nacional.

Outro ponto que nos preocupa profundamente é o desmonte antecipado da Funasa antes mesmo da votação da medida provisória. Isso implica um orçamento zerado para a instituição, comprometendo a continuidade das ações de saneamento básico e saúde ambiental no país. Essa situação é extremamente prejudicial à população, sobretudo aos gestores municipais, que estão com obras paralisadas e correm o risco de não terem suas contas aprovadas pelos tribunais de contas, o que pode comprometer suas candidaturas nas próximas eleições.

Senhoras e senhores, é imprescindível que o Congresso Nacional avalie com muito cuidado e serenidade a Medida Provisória nº 1.156, de 2023, buscando alternativa que possa preservar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortalecer a Funasa como instituição. O caminho para universalização do saneamento passa pelo fortalecimento, pela estruturação e pela valorização dessa autarquia.

Portanto, realizamos a presente audiência pública para trazer subsídios ao Congresso Nacional, de modo a permitir que a votação da medida provisória seja conduzida com responsabilidade e sensibilidade às necessidades da população brasileira, e que o desmonte antecipado da Funasa seja interrompido, garantindo a continuidade das ações essenciais em saneamento básico e em saúde ambiental no país, até porque a medida provisória ainda vai passar por esta Casa e pelo Congresso Nacional.

Então, eu diria que o que está acontecendo hoje é uma verdadeira humilhação, Senador Confúcio – humilhação. Os servidores estão sendo obrigados a se levantar da mesa e saírem dela para irem embora. A falta de planejamento na condução desse processo, se era assim que se queria, é demonstrada, inclusive, através desse tipo de atitude. E aqui estamos para debater e ouvir a todos. Essa é a propositura da Comissão de Infraestrutura.

Quero agradecer mais uma vez aos colegas Senadores e Senadoras que aprovaram esse pedido de audiência pública e ao nosso Presidente Confúcio Moura, que tão bem conduz esta Comissão.

Eu queria também pedir aqui o auxílio da assessoria, no sentido de como nós vamos conduzir com relação ao tempo. Gostaria de pedir para que a gente seja extremamente – eu diria – disciplinados no tempo para que a gente possa produzir, ser objetivo, mas também que a gente possa trabalhar bem com aquilo a que estamos nos propondo, todos nós.

Quero dar as boas-vindas aos convidados e cumprimentar – o Presidente já me apresentou –, mais uma vez, todos aqueles que vão aqui falar; dar as boas-vindas a todos que nos acompanham também pela TV Senado; e aqui, na Comissão, a todos os servidores desta Casa, Senado Federal, desta Comissão de Infraestrutura. Seja bem-vinda, sociedade brasileira, que aqui se encontra e que nos acompanha pela TV e também pelo e-Cidadania, através do qual já nos enviaram perguntas, não é, Presidente? (*Pausa.*)

Então, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra. Eu vou estipular dez minutos, dando mais um minuto de tolerância para encerrar, para o fechamento. Vou estipular – pegue uma caneta para mim, por gentileza – dez minutos, e mais um minuto para que se possa ter condição de fazer a argumentação e o encerramento.

Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários.

Já iniciando com objetividade, com a palavra, Jamaci Avelino do Nascimento Júnior, representante do Ministério das Cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem dez minutos para fazer a exposição da palavra, com mais um minuto de tolerância para encerramento.

O SR. JAMACI AVELINO DO NASCIMENTO JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos; bom dia, Sra. Senadora Daniella; bom dia, Elton; bom dia, Adauto; bom dia a todos os colegas servidores.

Eu queria falar sobre a transferência das atribuições da Funasa para o Ministério das Cidades. (*Pausa.*)

Eu sou Jamaci Avelino do Nascimento Júnior, analista de infraestrutura, e estou como Secretário-Executivo Adjunto do Ministério das Cidades. Represento aqui o Ministério das Cidades.

Inicialmente, falando aqui da universalização dos serviços de saneamento, nós temos aí os nossos norteadores, temos os indicadores do Plansab a seguir e também os indicadores... Isso nos quatro componentes de saneamento.

Temos também...

Eu acho que eu estou tendo... (*Pausa.*)

Tomara que o tempo seja descontado aí...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Vamos repor o tempo do convidado. A rede do Senado caiu, e estamos retomando para que seja reiniciada a sua palavra.

O senhor tem a palavra.

O.k. já? (*Pausa.*)

Pronto, agora, o senhor tem novamente o tempo. Eu pedi para restituir ali o tempo.

O SR. JAMACI AVELINO DO NASCIMENTO JÚNIOR – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Pronto, tempo restituído. Pode iniciar.

O SR. JAMACI AVELINO DO NASCIMENTO JÚNIOR – Bem, seguimos aqui com os objetivos da Agenda 2030, que é de conhecimento de todos nós, que é alcançar o acesso universal e equitativo à água para o consumo humano seguro e acessível para todos e todas.

Em função da... (*Pausa.*)

Eu acho que a gente pulou só uma página.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você passa? Está bom.

E, com relação ao Plansab, nós temos as metas até 2033. No caso da Agenda 2030, essas prerrogativas e esse alcance, esses indicadores são ainda mais otimistas.

Passa, por favor? Pode ir passando.

Eu estou correndo aqui no meu tempo, porque tem os outros colegas para falar.

Esta é a composição do saneamento básico, a divisão antes mesmo de se falar da Portaria 1.156: nós tínhamos a Secretaria Nacional de Saneamento, do extinto MDR, com as ações de saneamento básico integradas em regiões metropolitanas e municípios com mais de 50 mil habitantes; e tínhamos a Funasa, também atuando em saneamento básico, com as ações de saneamento básico integradas em municípios abaixo de 50 mil, instituição responsável também pela atuação em saneamento rural.

Nesse modelo, nessa forma de atuação, nós tínhamos ali uma configuração onde a Funasa, responsável por municípios abaixo de 50 mil habitantes, ficaria com 4.922 – isso com o IBGE de 2014 –, o que representa uma população de 65 milhões aproximadamente. Em contrapartida, o Ministério das Cidades, que ficaria com 648 municípios nessa configuração, era responsável por mais de 137 milhões na população atendida com saneamento.

A configuração atual, combinando o Decreto 11.333, que dá as atribuições ao Ministério das Cidades, com a publicação da MP 1.156, dá uma nova configuração ao saneamento para o atingimento daqueles objetivos ora falados do Plansab e da Agenda 2030: seria a composição nova, onde o Ministério das Cidades seria o responsável tanto pelo saneamento básico, independentemente do recorte populacional, quanto pelo saneamento rural e das áreas...

E o porquê da transferência dessas atribuições?

Por favor.

Nós tivemos um histórico de sucessivos acórdãos do TCU quanto à atuação da Funasa e também de outros órgãos de controle, como a CGU.

Esta apresentação ficará disponível para todos.

Pode passar.

Fazendo um resumo desses principais apontamentos, o primeiro deles era com relação aos indicadores de desempenho de saneamento da Funasa, que não conversavam com as metas do Plansab e da Agenda 2030, sobretudo na parte mais precária, que era o saneamento rural; a estratégia da Funasa para enfrentar a estimativa de redução de aproximadamente 90% de seu quadro de pessoal nos próximos quatro anos podia colocar em risco a sua viabilidade operacional – esse era um outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apontamento; a estratégia da Funasa para enfrentar o cenário de escassez de recursos orçamentários podia colocar em risco o cumprimento das metas do Plansab em si, que são de universalização do acesso à água, do esgotamento sanitário, resíduos sólidos, drenagem, etc.; sem estratégia bem definida de orientação ao Parlamento quanto à alocação de recursos para as emendas destinadas ao saneamento; a seleção dos municípios para formalização de convênios com a Funasa se dava a partir da demanda dos entes interessados; avaliação de forma precária dos benefícios trazidos pelos instrumentos de repasse; o modelo operacional adotado pela Funasa não tinha sustentabilidade econômica.

Esses são apontamentos dos relatórios do Tribunal de Contas da União.

Só a título de exemplo, o Acórdão 2.810 traz uma questão específica à discussão do porquê da transferência das atribuições, que seria: em que medida os instrumentos de repasse celebrados pela Fundação Nacional de Saúde para execução de obras e serviços de saneamento têm alcançado os objetivos e resultados esperados?

Esse Acórdão 2.810, de 2016, está disponível. É um relatório de auditoria na modalidade operacional, em que se colocam como respostas a essas questões, dentro do modelo que eles seguiram, que: a atuação da Funasa não tem sido suficiente para prevenir e controlar doenças e agravos decorrentes de saneamento inadequado; não ficou evidenciado se a Funasa realiza avaliação dos municípios mais carentes que necessitam de investimentos, em razão da ocorrência de doenças e agravos relacionados à falta ou inadequação de saneamento básico, para distinguir e eleger aquele que irá celebrar o instrumento de repasse; conclui-se que a Funasa não adota critérios objetivos de elegibilidade e prioridade para beneficiar municípios mais carentes, considerando a disponibilidade hídrica, riscos sanitários e concentração populacional, entre os 4.827 municípios que se encontram na sua área de atuação.

Próximo.

Esse Acórdão 2.810 também traz uma pesquisa de satisfação entre os Prefeitos atendidos. Nesse modelo, nesse recorte, eles entrevistaram 1.279 respondentes, Prefeitos, e dez Deputados Federais, que foram colocados nessa pesquisa, em relação ao serviço prestado pela Funasa no que se refere à gestão de convênios.

Pode passar, por favor.

No resultado, na percepção dos Prefeitos sobre o grau de satisfação, somam-se aí os muito insatisfeitos e os insatisfeitos. E aí nós temos esse cenário tanto no processo de liberação de recursos de convênios quanto nos padrões e critérios para análise e aprovação de projetos, transparência na gestão de convênios, disponibilidades para prestar apoio técnico, realização de visitas técnicas e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento de obras, análise e aprovação da prestação de contas, facilidade de uso de sistemas e contribuição nas ações da Funasa no município.

Eu não vou ficar me atentando aos números.

Estão disponíveis tanto a minha apresentação quanto o acórdão, que é de conhecimento de todos.

Por favor.

No Gráfico 2, nós temos a percepção dos Deputados Federais com relação ao grau de satisfação quanto ao serviço prestado pela Funasa em relação à gestão de convênios, que contém os mesmos itens na pesquisa com os Prefeitos e tem um grau de satisfação ainda maior no quesito insatisfeito e muito insatisfeito.

Próximo.

As premissas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAMACI AVELINO DO NASCIMENTO JÚNIOR – Insatisfeitos e muito insatisfeitos está maior, considerando ainda aqueles que não definiram. Isso é o que aponta o acórdão.

Nós temos as premissas de atuação do Ministério das Cidades planejadas para assumir essas atribuições. E, dentro do novo programa de investimentos, é um programa estratégico de investimento em infraestrutura que faça a integração do investimento público com o investimento privado, retome o papel do setor público como indutor do investimento, aproveite a experiência do PAC e do PIL, obras públicas e concessões.

Tem ainda, como princípios, garantir infraestrutura para competitividade e crescimento do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAMACI AVELINO DO NASCIMENTO JÚNIOR – ... promover o desenvolvimento inclusivo, social e ambientalmente sustentável, buscar o bem-estar de todos os cidadãos nas cidades e no campo, gerar emprego e renda.

Bem, e como diretrizes: retomar as obras paralisadas, acelerar as que estão em ritmo lento, promover a integração e reduzir as desigualdades regionais, priorizar investimentos que contribuam para a transição ecológica, integrar o investimento em infraestrutura ao processo de reindustrialização.

Passo a palavra para o colega do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Antes que eu passe a palavra, primeiro, quero dizer que o senhor inclusive terminou antes do tempo, mas acredito que tenha sido mais que suficiente, não é? Mas tudo bem.

Agora passo a palavra para o representante do Ministério da Saúde, Sr. Elton Bernardo Bandeira de Melo.

O SR. ELTON BERNARDO BANDEIRA DE MELO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Obrigado, Senadora.

Cumprimento todos os Parlamentares na pessoa da Senadora, cumprimento os colegas servidores.

Vou fazer uma fala muito rápida aqui, muito sucinta, Senadora, em nome do Ministério da Saúde.

Pode passar, por favor.

Quero dizer que, no momento em que havia a discussão sobre a medida provisória de extinção da Funasa, o próprio Ministério da Saúde também buscou se reestruturar para absorver algumas competências que estavam sobrepostas. A Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente foi criada em lugar da Secretaria de Vigilância em Saúde anterior, tendo acrescidas algumas atribuições, justamente no tocante à prestação de assessoria técnica e ao estabelecimento de cooperação com estados, municípios e com o Distrito Federal na organização de ações da epidemiologia, laboratórios e demais ações de prevenção e controle de doenças.

Quero dizer que, no momento em que havia a discussão sobre a medida provisória de extinção da Funasa, o próprio Ministério da Saúde também buscou se reestruturar para absorver algumas competências que estavam sobrepostas, a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente foi criada em lugar da Secretaria de Vigilância em Saúde anterior, tendo acrescidas algumas atribuições, justamente no tocante à prestação de assessoria técnica; ao estabelecimento de cooperação com estados, municípios e o Distrito Federal na organização de ações da epidemiologia, laboratórios e demais ações de prevenção e controle de doenças. Algumas dessas atribuições também eram desempenhadas pela Funasa. E no Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador tem lá atribuições de gerir o Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, incluindo o ambiente do trabalho... Não vou ler todas as atribuições aqui, mas, enfim, as atribuições de vigilância, sobretudo ambiental e em saúde, foram acrescidas às competências do Departamento de Vigilância em Saúde e Ambiente, que foi alterado com o decreto do início do ano.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o debate no âmbito da saúde traz à tona que as competências na área de saúde que vinham sendo desenvolvidas pela Funasa – e certamente foram desenvolvidas com muito êxito em alguns momentos aí da história da Funasa – já vinham sendo deslocadas para os municípios. A maior parte, por exemplo, das ações na área de saúde vinham sendo feitas por meio de convênios com municípios.

Nessa transferência de competências para o Ministério da Saúde é de interesse do Ministério da Saúde receber os servidores da Funasa, da melhor maneira possível, nessas estruturas de vigilância ambiental e de saúde.

Na portaria que foi publicada, uma portaria conjunta entre o Ministério das Cidades, o Ministério da Saúde e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a partir de uma série de reuniões – tem sido tratada com muito zelo a condução dessa matéria –, todos os servidores que têm competências específicas na área de saúde estão sendo transferidos para o Ministério da Saúde e estão sendo acolhidos na área de vigilância e meio ambiente.

Os aposentados e pensionistas também serão geridos, acolhidos, pela estrutura do Ministério da Saúde. Nós já temos aí cerca de 120 mil pensionistas e aposentados geridos pelo Ministério da Saúde, serão aportados mais 23 mil aposentados e pensionistas da Funasa.

Queria tranquilizar a todos e dizer que o Ministério da Saúde tem um empenho em receber, da melhor maneira possível, os servidores e que as funções na área de saúde, as competências na área de saúde não ficarão descobertas. Pelo contrário, eu acho que a gente vai ter um reforço aí com essa equipe que está sendo aportada, que está entrando no Ministério da Saúde, e poderemos dar mais eficiência ao SUS.

Bom, acho que as principais competências da Funasa já vinham sendo na área de saneamento, por isso talvez até mais tempo para o colega do Ministério das Cidades.

Fico à disposição, Senadora. Agradeço a oportunidade aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada, Sr. Elton.

Passo a palavra agora para o Sr. Adauto Modesto Junior, representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O senhor tem também dez minutos para exposição.

O SR. ADAUTO MODESTO JUNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Senadora Daniella, que preside esta audiência pública.

Em nome da Ministra Esther Dweck, gostaria de agradecer à senhora e ao Presidente da Comissão, Senador Confúcio, pela oportunidade de apresentar o trabalho que o Governo tem feito para dar seguimento ao comando legal emanado da Medida Provisória 1.156 e sobretudo me dirigir aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas servidores e servidoras da Funasa, que são aqueles com quem a gente tem tido a preocupação, o cuidado de, desde o início desse processo, cuidar da melhor maneira possível para que todo o comando claro da medida provisória de preservação de vencimentos, de lotação, seja respeitado, e que a gente possa fazer uma transição adequada desse processo.

O art. 3º da medida provisória dá um comando bastante claro ao nosso ministério, em parceria com os Ministérios da Saúde e das Cidades também, com a supervisão e coordenação da Casa Civil da Presidência da República, de promover o processo, de organizar a transferência gradual da estrutura, do patrimônio, do acervo, do pessoal e dos contratos da Funasa para os órgãos da administração pública que vão suceder esse órgão nas tarefas, de modo a preservar a boa execução do serviço público e todos os direitos e garantias dos servidores da instituição. Por essa razão, Senadora, eu vou gastar a maior parte da minha intervenção para falar do tema de servidores, embora haja, claro, uma série de outras questões que nós estamos observando, mas entendendo que é o momento de me dirigir com mais detalhes aos colegas que sobretudo, inclusive, se fazem presentes aqui na Comissão – agradecendo já a presença de todos e todas.

A Portaria Interministerial 881, que foi publicada na semana passada... Como o meu colega Elton comentou, houve um processo interno de discussão, de diálogo, não só com os servidores, mas também dentro do Governo, para o desenho de uma portaria adequada para isso, e por isso a publicação apenas na semana passada, para não fazer nada de forma atabalhoada ou intempestiva. Os servidores foram distribuídos pelos três ministérios, sobretudo seguindo as atribuições que esses servidores já exercem atualmente na Funasa. Então, para o Ministério das Cidades, o exercício das atividades relacionadas ao saneamento ambiental; para a saúde, as atividades de vigilância em saúde e ambiente, e para o Ministério da Gestão aqueles servidores e servidoras cujas atividades estão mais relacionadas às tarefas de suporte administrativo.

Há algumas características relevantes da portaria que eu acho importante deixar bastante evidentes aqui na nossa apresentação. Primeiro ponto: nenhum servidor ou servidora vai ser obrigado a mudar de estado ou de cidade. Então, a preservação do seu local de trabalho é uma premissa que já vem na medida provisória, e a gente reforça isso na portaria. Não haverá perdas financeiras aos servidores, tanto do seu vencimento básico, quanto as vantagens e gratificações inerentes às carreiras. Obviamente, nós não estamos falando aqui de cargos, porque isso faz parte de estrutura e depende da decisão discricionária do gestor do órgão responsável pela alocação desses cargos, mas a gente está falando daquilo que compõe a remuneração do servidor de acordo com a carreira, o concurso que ele prestou. E os servidores vão poder solicitar alteração da sua lotação caso não concordem com a maneira como a distribuição inicial foi feita pelo Governo. Até a última atualização que a gente recebeu – a nossa Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho Marilene Lucas está presente aqui e nos informou ontem no final da noite –, cerca de 52 colegas servidores já inclusive manifestaram seu interesse de realocação para 12 órgãos diferentes da administração pública federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto que também é importante, que é a gestão das aposentadorias e pensões, fica com o Ministério da Saúde. Isso foi uma demanda dos próprios servidores ao Governo, em diálogo com o Ministério da Saúde, agradecendo à Ministra Nísia e ao Secretário Elton o atendimento dessa demanda. Isso já foi contemplado na portaria.

E os órgãos receptores farão a ambientação dos servidores. Essa ambientação já foi iniciada por envio de uma mensagem esclarecendo, reuniões virtuais, reuniões *online*. Cada ministério vai executar sua ambientação dos servidores que estão sob sua responsabilidade, mas o Ministério da Gestão vai dar todo o suporte necessário também aos colegas do Ministério das Cidades e do Ministério da Saúde.

Então, o processo tem sido orientado com diálogo com os servidores aposentados e pensionistas. Foram enviadas mensagens nos canais oficiais, houve reuniões com as centrais sindicais representativas dos servidores, reiterando que este é um Governo que dialoga, que valoriza o servidor. E essa tem sido uma premissa e uma orientação bastante evidente da nossa Ministra no tratamento com as entidades que representam os servidores. E temos todos os canais oficiais do Governo para prestar o apoio necessário aos servidores.

Só trazendo alguns números, Senador: no SouGov.br, com a mensagem oficial que foi enviada logo no dia seguinte à publicação da portaria, a gente já computou cerca de 1,6 mil visualizações dessa mensagem; 26 atendimentos telefônicos por meio da Central Sipec; 65 consultas eletrônicas por meio de formulários que nos foram dirigidos.

Temos um FAQ com uma série de questões muito específicas para os servidores da Funasa esclarecerem dúvidas mais rapidamente, sem necessidade de ficar perguntando ao ministério – já tivemos cerca de 2 mil acessos –, e temos alguns vídeos também nas redes sociais que buscam dar esse esclarecimento.

Aqui, só para mostrar um pouco as mensagens que foram enviadas: uma primeira mensagem ainda em janeiro, no dia 25, com alguns esclarecimentos; depois, um *e-mail* do dia 23 de fevereiro, em complemento à mensagem original.

Aqui, o FAQ, que está no *site* do ministério, em que o servidor pode tirar dúvidas mais básicas desse processo, os itens especificados que estão cobertos por esse instrumento.

E, aqui, os canais de atendimento que eu mencionei.

Então, esse é o primeiro bloco de ações que a gente tem feito em relação aos servidores.

Só para complementar e prestar um esclarecimento aos Senadores da Comissão a respeito da maneira como a gente tem lidado com os contratos e convênios da instituição: a lógica principal, que está externada na Portaria nº 921, também dos Ministérios da Gestão, da Saúde e das Cidades, é que a sucessão dos convênios foi destinada ao Ministério da Saúde e ao Ministério das Cidades de acordo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o objeto. Então, os convênios que têm objetos relacionados às atribuições do Ministério da Saúde foram ao Ministério da Saúde; e aqueles relacionados às atribuições do Ministério das Cidades vão para o Ministério das Cidades.

A operacionalização desses instrumentos vai passar por uma modificação relevante, seguindo a autorização que a medida provisória nos traz de contratação de uma instituição financeira oficial, no caso concreto aqui a Caixa Econômica Federal, para executar esses instrumentos a partir de agora como mandatária da União, sob a supervisão dos ministérios responsáveis por eles. Então, esse já é um procedimento comumente utilizado na administração. A Caixa já tem contrato com os dois ministérios para poder fazer a execução. E isso já está sendo iniciado a partir do comando da autorização que a portaria conjunta estabelece, garantindo, portanto, a continuidade desses instrumentos, para que não haja paralisação ou qualquer dificuldade, obviamente seguindo as regras, os requerimentos dessas operações, para a sua boa utilização, e também procurando endereçar parte dos apontamentos que foram trazidos já pelo Jamaci dos órgãos de controle a respeito da execução desses instrumentos.

Também uma breve palavra sobre o patrimônio imobiliário: a Funasa é um órgão que tem um conjunto bastante expressivo de imóveis no país – só um número básico derivado dos nossos sistemas de controle central da SPU: são cerca de 1,2 mil imóveis, grosso modo falando, com diferentes destinações, boa parte deles já destinada para políticas públicas, como hospitais, postos de saúde, enfim, prédios administrativos, um conjunto expressivo. Então, a gente está olhando para essa questão também em conjunto com os demais ministérios e, em breve, vamos editar um ato dos três ministérios, assim como fizemos para os demais, estabelecendo o rito de incorporação desses imóveis para a União, que será operacionalizada dada a nossa capacidade operacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADAUTO MODESTO JÚNIOR – ... nos estados pelo Ministério da Gestão, mas obviamente seguindo o apoio e também as competências da diretoria da extinção da Funasa, que está alocada lá no Ministério das Cidades.

É muito importante destacar que os imóveis vão ser destinados de acordo com as vocações ou demandas nos locais existentes. Obviamente que a prioridade vai ser para a continuidade das atividades, das tarefas, das atribuições que a própria Funasa hoje já executa, que passarão a ser executadas pelos ministérios que estão absorvendo essas tarefas, sempre em diálogo, em concertação, buscando o bom atendimento da população, que é o objetivo principal desse trabalho.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Queria registrar também aqui a presença do Deputado Arlen Santiago, Deputado Estadual de Minas Gerais, e do Prefeito de Cajazeiras, José Aldemir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar para o próximo orador, quero agradecer ao Sr. Adauto Modesto Junior, representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Passo a palavra, agora, para o Sr. Diogenes Otero Galhardo Braga, Coordenador de Engenharia de Saúde Pública da Funasa.

Eu gostaria de convidá-lo para vir para cá. (*Pausa.*)

Então, vamos fazer isso. Agora, eu vou pedir para que os convidados representantes do Governo possam sentar-se, fazer essa gentileza, enquanto os outros convidados, também com o mesmo respeito, Sr. Diogenes, Sr. Renan Lange, Assessor Técnico da Diretoria Executiva da Funasa, e Sra. Helena Magalhães, Superintendente em exercício da Funasa em Pernambuco... (*Pausa.*)

Então, Sr. Diogenes, o senhor tem dez minutos para fazer a sua explanação, com mais um minuto de tolerância para o encerramento.

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA (Para expor.) – Bom dia a todos! Sra. Senadora, bom dia! Muito obrigado.

Na pessoa da senhora, eu cumprimento todos os presentes aqui, não só os presentes aqui, como também os presentes virtuais espalhados pelo Brasil afora, que têm interesse direto na política de Estado que vinha sendo desenvolvida até o momento.

Eu tomo a liberdade de fazer uma apresentação do nosso país.

Essas manchas azuis representam os últimos 20 anos de recursos investidos pela Funasa e elas marcam os municípios que foram beneficiados com ações da Fundação Nacional de Saúde, que é uma tradição de trabalho de 80 anos na área de saneamento – nós começamos lá em 1943, no Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, quando Valadares tinha 5 mil habitantes; hoje tem 280 mil.

O foco da Funasa sempre foi o pequeno município.

Como é que eu passo para a frente? (*Pausa.*)

Próximo, por favor.

E, nesses últimos 20 anos, nós fizemos uma estratificação de onde a Fundação Nacional de Saúde atua. Ela atua basicamente nos municípios abaixo de 30 mil habitantes e onde foi investido em torno de 70% desse recurso. E esse recorte é bastante interessante, porque são municípios – sem demérito nenhum aos municípios – com um certo grau de incipiência de gestão administrativa e técnica e que dispõem de uma certa dificuldade de acesso aos recursos que são disponibilizados pelo Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Numa visão geral, aí nós temos a distribuição dos recursos de saneamento básico nos municípios. O tamanho das bolinhas representa o valor – quanto maior a bola, maior o valor colocado. Nós temos uma concentração maior de municípios no litoral, isso explica a nossa presença lá. E essa é a ação de saneamento básico nos últimos 20 anos. Nós investimos em torno de R$13 milhões – foi o recurso que foi repassado para as obras nos municípios, dos quais 70% possuem abaixo de 30 mil habitantes.

Próximo, por favor.

Em termos de abastecimento de água – e aí a gente coloca a importância do abastecimento de água –, nós temos que resgatar os compromissos que nós já tivemos, o que vai ser falado mais adiante, mas eu não posso me furtar aos planejamentos para 2030, 2033. Quero lembrar que, na Conferência de Alma-Ata de 1978, com o Unicef e com a ONU, eles estabeleceram em 1978 que tinha que haver a universalização no ano de 2000. O ano 2000 era o ano de saúde para todos, lembra, Deputado? Pois é, não foi ainda. E essa dificuldade não é outra coisa senão incipiência – não só nos rincões do Brasil como em outros países também a gente encontra dificuldades. Mas a presença no município pequeno é sobremaneira importante para isso.

Próximo, por favor.

Isso aí é um exemplo de obras de abastecimento de água, um reservatório, fundação de uma estação de tratamento. A população confunde água com água, ou seja, água bruta com água tratada. Água tratada é o que traz a saúde. O nome é o mesmo, mas sofre um processo industrial para que as pessoas possam ser saudáveis.

Nas pequenas comunidades, nas pequenas cidades, nós não temos um amparo social. As pessoas são, de um modo geral, trabalhadoras informais: têm a sua pequena roça, têm o seu pequeno serviço, são trabalhadores que não são alcançados pela previdência social. Se essas pessoas adoecem, elas não trabalham; se não trabalham, não comem; se não comem, pioram.

Quantas gerações nós conseguimos resgatar a partir do momento – como aquele sistema de Boa Sorte, Deputado – que nós formos lá? Quantas crianças daquelas vão ter um melhor fator de aprendizado na escola e vão poder propiciar um futuro melhor não só para suas famílias, mas para a localidade, o rincão e para a nação?

Próximo, por favor.

Sistema de Esgotamento Sanitário. Bom, a água chegou e eu tenho que dar um destino a ela. Se nós, que somos da roça, temos um terreno grande, conseguimos criar uma solução satisfatória dentro. Mas, quando a gente tem a concentração urbana, com a concentração urbana não tem quintal para que se dê suporte. Então, nós precisamos recolher isso aí e dar uma destinação adequada, que não impacte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a saúde das pessoas, que não venha impactar o meio ambiente, o que pode vir a impactar da saúde das pessoas.

Então, essa é a distribuição dos recursos. Eu peço escusas aqui porque a minha visão não lê os números, mas vocês conseguem ver nessa distância. Ali estão os valores investidos pela Funasa e a mancha dos municípios, também respeitando o valor. Lembrando que as obras para implantação de esgotamento sanitário são sempre muito mais caras do que as obras de abastecimento de água, que são mais simples.

Próximo, por favor.

Bom, isso aí é um exemplo de tratamento através de lagoa. Fotografia bonita, lagoa aerada e tal. Sobre isso aí, para o pessoal que gosta mais, depois a gente discorre. Mas ilustra essa parte.

Próximo, por favor.

Isso aí é outra estação de tratamento de esgoto, outra forma de tratar o esgoto. Quando você não tem, não dispõe de espaço na localidade para fazer uma lagoa, a solução indicada é esse tipo aí que a gente chama de reator.

Próximo, por gentileza.

Bom, nós temos o Programa de Resíduos Sólidos também na Funasa, que basicamente trabalha com o fornecimento de recursos para equipamentos que me mexam com coletores e compactadores. É um programa bastante interessante porque ele propicia a limpeza da cidade de uma maneira correta, de uma maneira eficaz, de uma maneira eficiente. Existe toda uma codificação de regras para acesso a esse tipo de recurso. E aí estão os municípios que tiveram o recurso transferido para esse programa também em nível de Brasil.

Próximo, por gentileza.

E aí o exemplo dos caminhões compactadores. E não devemos esquecer que há um apoio também às associações de catadores. É um programa que eu reputo dos mais nobres, porque nós conseguimos promover um resgate social dessas populações que são marginalizadas e, a partir de um local adequado, elas são reinseridas na sociedade como cidadãos de primeira linha.

Próximo, por gentileza.

No saneamento rural, a coisa começa a ficar interessante, porque são investimentos que não importam, de um modo geral, uma monta muito grande, mas que produzem um impacto significativo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA – ... nas populações, nas suas formas de vida, em como eles vivem, em tudo.

E aí nós temos também os valores e municípios onde, nesses últimos 20 anos, a Funasa... E já foi dito e redito por vários entes que ela não tem eficiência de governança, mas os fatos não dizem isso.

Próximo, por gentileza.

Aí nós temos algumas coisas que nós fazemos. Aquela primeira fotografia não é um desperdício. Na verdade, isso é a construção de um poço – e a nossa colega geóloga Helena é mestre nesse assunto, porque coordena, em Pernambuco, já há muitos anos, o sistema de hidrogeologia nosso de Pernambuco, que apoia aquela região de Paraíba, Pernambuco, Alagoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA – E, durante a construção, esse poço teve sucesso e jorrou água – uma maravilha!

Ali é um reservatório com um sistema pequeno implantado, também com poço, e uma cisterna. Essa cisterna ainda é daquele primeiro programa que nós fizemos, quando elas eram em concreto. Elas, em concreto, apresentavam vários problemas – à época, eu trabalhava em Alagoas – de durabilidade, problemas de execução. E aí o Governo, no ano de 2012, se não estou enganado, optou por usar polietileno de alta densidade (PEAD), que é mais eficiente e dá uma estanqueidade, durabilidade média de 20 a 25 anos, e isso aí é muito melhor, mas nós não estamos com essa fotografia. E ali também uma área de tratamento.

Próximo, por favor.

Saneamento rural e melhoria sanitária. A dignidade das pessoas começa dentro do seu lar. Primeiro, a pessoa tem o seu lar, ali é o seu castelo, é o seu reino. E um lar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA – ... sem banheiro é uma coisa muito, muito complicada.

O Programa Melhorias Sanitárias se confunde com um programa de construção de banheiros, tanque de lavar roupa, pia de cozinha, um pequeno reservatório, chuveiro, vaso sanitário. Isso é o mínimo que cada família deveria ter. Na zona urbana, isso já é quase que incorporado, mas, na zona rural, nós temos dificuldade. E esse é um programa dos mais nobres da instituição, porque traz essa vertente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí os municípios em que nós temos a melhoria sanitária domiciliar dentro da zona rural colocada.

Próximo, por favor.

E aí melhorias sanitárias domiciliares também na zona urbana – não apenas rural; também urbana, porque nós temos várias cidades no interior onde o pessoal não tem banheiro.

E eu não me esqueço de que, na época da cólera, em São Luís, o sujeito virou-se para mim e disse: "Cuidado com o pombo". Eu olhei para cima e falei: "Que pombo?". Era porque nós estávamos em um bairro em que ninguém tinha banheiro.

Essa é a nossa distribuição de melhorias sanitárias domiciliares no Brasil.

Próximo, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Para ser justa com todos os convidados, o tempo de V. Sa. se extinguiu.

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA – Um minuto?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Já foi mais um minuto. Eu peço só que V. Sa...

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA – Vamos apressar.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Não; que V. Sa. já vá finalizando e, depois, a gente pode ter a oportunidade aí de...

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA – Tá.

Próximo. Próximo. Próximo. Próximo. Próximo. Próximo.

Isso aí são casos de Chagas, para combate à doença de Chagas.

Próximo.

Pronto!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Para conclusão. Perfeito.

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA – Então, eu só coloco uma coisa. Os mais saudosistas, como eu, que têm cabelos brancos, conheceram uma cantora chamada Elis Regina. Ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cantava uma música à época que dizia: "O Brasil não conhece o Brasil. O Brasil nunca foi ao Brasil". E Brasília está muito afastada do Brasil; Brasília não conhece o Brasil.

Muito obrigado. Desculpem o excesso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada pela participação, Sr. Diogenes, que é servidor da Funasa.

Eu quero passar a palavra, agora, para o Sr. Renan Lange, também servidor da Funasa. (*Pausa.*)

Ah, perdão! Nós fizemos uma inversão.

A Sra. Helena Magalhães Porto Lira, que é servidora da Funasa, vai fazer uso da palavra.

V. Sa. tem 10 minutos com mais um minuto para a conclusão.

Obrigada.

A SRA. HELENA MAGALHÃES PORTO LIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Exma. Sra. Senadora Daniella Ribeiro, quero agradecer, em nome de todos os servidores da Funasa, a oportunidade de estar aqui presente nesta audiência.

Em relação aos servidores, como os colegas dos Ministérios da Gestão, da Saúde e das Cidades falaram, eu quero esclarecer um fato: nós não tivemos espaço de conversa, nós não fomos ouvidos, nós não fomos consultados, nós não fomos respeitados; nós estamos sendo obrigados a sair de nossas mesas aqui, nós estamos sofrendo assédio.

Em relação às disposições que constam na portaria que transfere os servidores, a partir do dia 6 de abril, para os outros ministérios, elas estão desrespeitando, inclusive, um parágrafo da Lei 8.112. Foi dito, ontem, aos colegas que a gente não vai ter os 30 dias de praxe em uma redistribuição; nós vamos ter que arrumar a gaveta e sair correndo, como se párias fôssemos. Então, eu precisaria registrar isso, Senadora.

Em relação ao saneamento, colocaram para mim aqui a missão de falar sobre a relação do saneamento com a saúde, mas isso é uma questão tão assente, tão entranhada dentro da academia, dentro da sociedade, dentro das pessoas que militam com saneamento, que, assim, eu acho até dispensável. Mas a gente registra que, desde tempos imemoráveis, a questão de ferver a água já era tomada como uma prevenção em prol da saúde.

A gente registra, e aí é um fato muito interessante – eu, apesar de geóloga, sou trabalhadora do SUS, sou da Funasa; eu fiz curso de epidemiologia, eu fiz curso de saúde pública, então é muito interessante que a gente sempre vê isto –, a questão do médico John Snow, na Inglaterra, que é um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiros fatos registrados do estudo sobre o saneamento, do impacto do saneamento na saúde. Durante uma epidemia de cólera, ele conseguiu mapear as pessoas que estavam adoecidas; identificou que as pessoas que estavam doentes estavam próximas de poços tubulares que estavam contaminados; e ele mandou fechar esses poços. Aí nasceu o que se chama de epidemiologia moderna. Então, essa relação é bem decantada.

A Conferência de Alma-Ata, da OMS, traz a saúde como completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade.

Não se pode ter completo bem-estar físico, mental e social se nós não temos acesso à água para tomar banho, para lavar as mãos, para cozinhar. Tem gente que, no Sertão, não tem água para cozinhar o feijão, porque a água é salobra, a água não cozinha o feijão; a água corta o sabão. A gente não pode ter essa salubridade ambiental se a gente não tem banheiro. E é esse pessoal que a Funasa atende. É nestas casas que a Funasa bate: é no rural, é no pequeno rural.

Então, ao mesmo tempo, a ONU estabelece que o saneamento também é um fator determinante da saúde. Ela coloca que o saneamento é uma ferramenta que vai exatamente proporcionar esse nível de salubridade ambiental. Então, essa correlação de saúde e saneamento é por demais estabelecida.

E aí temos várias doenças decorrentes da falta de saneamento. Recentemente teve aqui no Senado uma audiência, inclusive com o Senador Paulo Paim, em que ele colocava os dados recentes do Instituto Trata Brasil de que nós temos – perdoem-me aqui a cola – cerca de 100 milhões de pessoas... Isso é nas grandes cidades; isso não é na área rural, onde a Funasa atua. Isso é na área onde o Ministério das Cidades atua e o Ministério que sucedeu o Ministério das Cidades, que agora volta, graças a Deus! É bastante importante que o Ministério das Cidades volte.

Então, a gente tem 35 milhões de pessoas vivendo sem água tratada; 100 milhões de pessoas sem acesso à coleta de esgoto. Nós temos Recife com 46% apenas de coleta de esgoto; Maceió, com 23% apenas de coleta de esgoto; Belém, a cidade do Ministro das Cidades, tem apenas 17% de coleta de esgoto; Manaus, 25,4%, e Duque de Caxias, 37,34%.

Eu não sei aonde estava o TCU que só se preocupou com a Funasa nesses relatórios que foram apresentados. (*Palmas.*)

Pois bem, o Senador também dizia que está havendo um aumento da mortalidade de pessoas inclusive com mais de 60 anos. É porque o Brasil ainda não completou o que se chama de transição epidemiológica, que acontece nos países desenvolvidos.

Nesses países, as doenças infectocontagiosas deixam de matar mais e aí as pessoas começam a morrer de doenças crônico-degenerativas. O Brasil vê esse modelo como perverso. É o modelo que se chama polarizado prolongado, em termos de saúde pública. Então, nós temos pessoas falecendo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças infectocontagiosas, das doenças ditas emergentes, que estão retornando, como tuberculose, como hanseníase – isso por falta de ações de saúde pública –, como as arboviroses que voltaram de forma preponderante. Essas doenças acometem também os pacientes idosos, que já têm todo um problema de diabete, problemas coronários, que sofrem de doenças crônico-degenerativas. Então, é o modelo esse de saúde pública do país.

E aí muito me espanta que o Ministério da Saúde, que sempre foi nossa referência e nossa casa, abdique da promoção da saúde, desse viés de promoção da saúde, que é o saneamento. Ele foca na prevenção e é muito bom nas vacinas e na assistência, mas abdica da promoção da saúde a partir do momento em que ele abdica do saneamento.

O colega Renan vai colocar mais claramente essas questões institucionais.

Outra coisa: o SUS foi rasgado. A partir do momento em que houve... Os princípios do SUS foram simplesmente rasgados a partir do momento em que não se ouviram os Conselhos Municipais de Saúde para se tomar essa decisão, porque essa decisão foi tomada dentro de gabinetes, num processo de transição, transição essa que não contemplou o saneamento. O saneamento ficou um pedacinho na saúde, um pedacinho nas cidades. Desde aquela época, eu vi, o saneamento não estava contemplado, tão importante que é o saneamento; a política do saneamento para o país não foi contemplada na transição. Eu sei que o processo de transição foi difícil, eu compreendo, mas isso já nos preocupou.

Então, o saneamento não tem a importância no país e nas políticas públicas que ele deveria ter. Como se diz que existem doenças relegadas se é dito que a política pública de saneamento também é uma política pública relegada, como se fosse uma política pública de segunda categoria, de segunda classe.

E aí o que acontece? Rasga-se o SUS porque não se ouviu o controle social e se vai em cima de um princípio caríssimo ao SUS, que é o princípio da equidade. Essa equidade foi totalmente rasgada.

Eu quero falar aqui um pouquinho sobre equidade, e eu vou ler um pequeno texto, espero que o tempo dê.

Nesse ponto, faz-se necessário reafirmar que saneamento é, sim, saúde pública. É prevenção primordial, é aquela prevenção que vem antes da prevenção primária, que pretende e procura evitar o surgimento, o estabelecimento de padrões de vida social, econômica e cultural, que, sabidamente, aumentam o risco de adoecimento, atuando nos macrodeterminantes do processo de saúde e doença. A prevenção primordial visa a proteger a população como um todo.

É interessante a gente relacionar que a política federal de saneamento básico, a 11.445, modificada pela 14.026, reafirma, entre seus princípios e diretrizes, a importância da saúde pública e da equidade social para a implantação das políticas de saneamento básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejamos. No art. 28 – e aí eu vou pular para o inciso I – ela diz que deve haver prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial ao acesso ao saneamento básico, e isso não está sendo proposto com essa mudança. Ela também fala, já no inciso VII, da garantia de meios adequados...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELENA MAGALHÃES PORTO LIRA – ... para atendimento da população rural, por meio da utilização de soluções compatíveis com as suas características econômicas e sociais peculiares e a adoção de critérios objetivos e elegibilidade de prioridades, considerados fatores como nível de renda e cobertura.

Essa medida provisória coloca o saneamento rural dos pequenos municípios, que sempre foi tratado como prioridade pela Funasa, subordinado a um dos três departamentos de uma das cinco secretarias do Ministério das Cidades, ou seja, as ações de saneamento, que sempre foram tratadas como prioridade da Funasa, vão ficar sem a priorização devida.

Esses normativos legais, se forem implantados, vão ser o maior retrocesso em termos de saúde pública já perpetrado por qualquer governo dos últimos tempos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELENA MAGALHÃES PORTO LIRA – A equidade é um dos valores que a Funasa tem colocado na frente. Então, nós oferecemos mais a quem menos precisa. E é esse princípio da equidade que está aí bem colocado que está sendo rasgado quando as pessoas que teorizam a saúde pública aqui em Brasília, que não vivem o rural, que não conhecem a realidade dos municípios, colocam o saneamento rural dentro de um ministério que tem amplas, inúmeras e numerosas atribuições. Então, a gente vai ver isto daí: igualdade, equidade; e, na realidade, o que vai acontecer é aquilo ali: quem tem menos vai ficar com muito menos ainda.

Muito obrigada e desculpe ter extrapolado o tempo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada.

Agradecendo à Sra. Helena Magalhães Porto, vamos passar a palavra para o Sr. Renan Lange Holdorf, servidor da Funasa.

O SR. RENAN LANGE HOLDORF (Para expor.) – Muito obrigado. Bom dia, Sra. Senadora Daniella Ribeiro, Presidente desta reunião, autora dos requerimentos, na pessoa de quem eu cumprimento todas as Sras. e Srs. Senadores e também as demais autoridades. Bom dia também aos demais colegas que nos antecederam, assim também como o Deputado Estadual Arlen Santiago, o Prefeito de Cajazeiras, José Aldemir, e, em especial, também todos aqueles que nos acompanham pela TV Senado, Rádio Senado e pelas mídias sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Renan Lange Holdorf, eu tenho 32 anos, dos quais já mais de 13 anos dedicados à Funasa e à política pública de saneamento e de saúde. Atualmente eu exerço a função de Assessor Técnico na Diretoria Executiva da Fundação Nacional de Saúde, depois de ter trabalhado oito anos na área de convênios e transferências voluntárias.

Depois das contundentes manifestações dos meus colegas, eu gostaria de iniciar com uma pergunta: por que o saneamento rural, o saneamento para até 50 mil habitantes e nas áreas especiais, como aquelas remanescentes de quilombos, em comunidades extrativistas, ribeirinhas, por que esse saneamento foi apontado para a Fundação Nacional de Saúde? Por que essa responsabilidade, até o presente momento, até a MP, estava apontada para a Funasa?

A própria Constituição Federal, no seu art. 200, coloca o saneamento como uma competência do Sistema Único de Saúde. A Lei Complementar 141, que veio para regulamentar a Emenda 29, que trata de recursos para a área de saúde, define o saneamento rural, o saneamento especial, o saneamento de pequenas localidades como ações e serviços públicos de saúde, tornando obrigatórios os desembolsos para essas localidades tão esquecidas pelo poder público, muitas vezes.

A Lei 8.080, do SUS, coloca o saneamento básico como determinante condicionante de saúde e coloca o nível federal como partícipe, e mais do que partícipe, como uma das ferramentas mais importantes para o avanço do saneamento básico no nosso país.

Resta a pergunta: levada a efeito essa medida provisória, quem irá tratar do saneamento em áreas remanescentes de quilombos, que são tão vulnerabilizadas como as áreas de comunidades indígenas? Se for o Ministério da Saúde, como o Ministério da Saúde trata o saneamento em áreas indígenas, a extinção da Funasa é desnecessária e prejudicial, nós já executamos isso. Sendo o Ministério das Cidades, em nossa leitura, seria necessária a alteração da própria Constituição Federal e da Lei Complementar 141 para que essas ações pudessem ser alocadas dentro desse ministério.

E aí o que será feito nesse tempo? Nós podemos asseverar que essas localidades teriam prejuízo, sim, no atendimento ao saneamento, gerando, condenando, praticamente, essas populações, pelo menos por um período de tempo, até que essa transição toda – que não é tão simples e curta quanto parece – pudesse ser feita. Esses prejuízos serão de difícil reparação na qualidade de vida dessas populações.

É importante entender que a saúde pública, em especial nessas localidades onde o Estado menos se faz presente, não pode ser tratada como uma política de infraestrutura – sem demérito à política de infraestrutura. O saneamento básico nessas localidades é uma ação de saúde pública, e essa ação se perderá com a extinção da Funasa, porque apenas a Funasa é o braço que tem a capilaridade, tem a experiência e tem a proximidade com os ditos pequenos municípios e com essas comunidades. Essa é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma competência que a Funasa vem desenvolvendo desde as antigas fundações que formaram a Funasa há 80 anos e que serão pulverizadas com os efeitos da medida provisória.

Essa competência de cerca de 80 anos começou a ser moldada ainda no esforço da Segunda Guerra Mundial, quando se organizaram os Serviços Especiais de Saúde Pública, que levaram suprimento de água potável, saneamento e salubridade ambiental para regiões brasileiras dedicadas ao esforço de guerra. Passou pela implementação das autarquias municipais, como a de Governador Valadares em 1952, que perpetuaram, tornaram perene o benefício econômico e social e de saúde para aquelas populações. Além disso, um projeto ambicioso junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, nas décadas de 60 e 70, levou saneamento para cerca de 800 mil pessoas em 91 comunidades entre 5 mil e 40 mil habitantes.

A Funasa também, de certa forma, é responsável por diversas estruturas que conhecemos hoje, como Datasus, vigilância em saúde, vigilância epidemiológica, Programa Nacional de Imunizações, tão falado recentemente, e a própria saúde indígena, até chegarmos às atuais competências, sempre com o olhar de saúde pública e do fortalecimento da gestão municipal. Nós podemos afirmar que muito do que deu e dá certo em termos de saúde pública no Brasil começou na Funasa ou teve um trabalho da Funasa.

Excelências, existem questões técnicas que também precisam ser enfrentadas. A medida provisória, além de publicada sem um prévio planejamento, com a devida vênia, e sem a legítima discussão com o Parlamento, com os municípios e com a sociedade em geral, não se sustenta nem em sua forma nem no mérito, novamente pedindo vênias ao Governo e a todos que querem levá-la a efeito, porque ela desrespeitou o Decreto 9.191, que trata das regras para elaboração de medidas provisórias e outras legislações: na própria exposição de motivos não consta a determinação de urgência e relevância, que são requisitos constitucionais. Ela também não é lastreada por uma análise de riscos e de impactos para a política pública de saúde e saneamento e também não considera a possibilidade do uso do rito ordinário ou de urgência para seu adequado debate aqui no Parlamento.

Ainda foram mencionados acórdãos e relatórios, por exemplo, da CGU, e aí eu gostaria de dar alguns dados. Eu vou pedir para passar o eslaide rapidamente, sabendo que meu tempo está... Eita, está um pouquinho...

Esse é o nosso modelo de negócios agora, do ano de 2022. Nós estamos com cerca de 1.588 servidores e executamos um recorte muito breve de toda a nossa atribuição, com resultados de 2022.

Pode passar.

De acordo com o que foi falado no Acórdão 2.781, que é de 2018 – e nós estamos em 2023, ou seja, quatro, cinco anos agora, dando o benefício –, nós estabelecemos um modelo de planejamento estratégico e conseguimos extrapolar bastante as nossas próprias previsões. Na parte de água, esgoto e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resíduos, nós temos aí, nos últimos dois anos, 155 mil domicílios atendidos, fazendo uma conexão direta com a política pública no Plansab ou com os próprios indicadores do Plansab incorporados à Funasa. Então, aquele retrato já é antigo, de 2016-2018.

O retrato novo é este: 139 mil domicílios no esgotamento sanitário; 268 mil domicílios na área de resíduos sólidos; e incontáveis atribuições relativas ao saneamento rural.

Pode passar.

Pode colocar no penúltimo eslaide, por favor, que é sobre o pessoal, tá? Ah não, é esse mesmo.

E aí o decréscimo da nossa força de trabalho. Tudo isso, desde 2018, que é o ano do acórdão, com constante redução do nosso quadro – e nós enfrentamos esse desafio. Nós servidores enfrentamos esse desafio, com uma rotatividade de cerca de 13 meses para cada Presidente da Funasa; e, de 20 diretores, nenhum do quadro. É essa a nossa situação.

Sr. Presidente, diante do quadro aqui apontado, é preciso falar de futuro da Funasa e futuro da política pública de saneamento e de saúde. Nosso desejo é que o próprio Poder Executivo, diante desse debate franco e enriquecedor que a gente está tendo, possa verificar que a extinção da Funasa não é a melhor solução para o saneamento básico; e que ele mesmo promova a revogação da medida provisória, retorne. Mas, caso não aconteça isso, nós gostaríamos, desejamos que o Congresso Nacional, que é a Casa do Povo, convencido de que a existência e o fortalecimento da Funasa é a melhor opção para a política pública, possa rejeitar a medida provisória o quanto antes, não por insurgência ao Governo, mas porque essa seria a forma de cumprir um único objetivo que é levar às populações mais vulnerabilizadas uma das necessidades mais fundamentais do ser humano, que é o saneamento básico. Para isso, os servidores contam com propostas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN LANGE HOLDORF – ... tanto para a retomada das ações que gerarão entregas imediatas e de curto e médio prazo, como uma carteira de projetos que nós já temos, como indicadores socioeconômicos e epidemiológicos, que nós já temos e foram apresentados à diretoria da fundação e obviamente acabaram não sendo adotados por enquanto, e nós gostaríamos de adotar. Nós temos também uma sistemática de avaliação baseada em indicadores e também adoção de salas de situação especial no saneamento rural, que precisa dessa atenção mais focalizada. Também propostas para aprimoramento da governança da Funasa, como a tomada de decisões colegiadas, o estabelecimento de critérios técnicos e de avaliação dos seus gestores e a maior participação dos servidores e da sociedade civil no processo decisório da política pública e da fundação.

Para concluir, Sr. Presidente, nós servidores da Funasa estamos aguardando, desde o dia 2 de janeiro – e produzimos dez manifestos públicos a todos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN LANGE HOLDORF – Para concluir!

... nós aguardamos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a oportunidade de fazer um debate com os principais atores da política pública, como as entidades de classe, representantes dos serviços de saneamento, outros representantes da política pública, gestores locais e a própria sociedade civil. E muitos desses, ao contrário de uma visualização antiga que, no meu entender, até em certo ponto nos foi favorável em termos de bom, ótimo, excelente – eu vi aquilo ali também e fiquei confuso com o "ótimo" e o "bom" que nós tivemos; talvez seja uma imagem até melhor do que a gente perceba... Então, um debate qualificado com essas entidades que se manifestaram a favor da manutenção da Funasa no SUS, no Ministério da Saúde, acerca dos melhores rumos para a política pública de saneamento e de saúde.

Há muito trabalho a ser feito, em especial se a gente quiser concluir, atingir as metas de 2030 e 2033. A Funasa e os seus servidores estamos prontos para contribuir cada vez mais com o Estado brasileiro para atingir essas ambiciosas metas, e temos certeza de que uma Funasa fortalecida, Sr. Presidente, e não extinta, é um passo determinante para isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Quero agradecer essa rodada de palestras, debates. Solicito a todos que retornem aos seus lugares para nós fecharmos o bloco.

Eu convido agora para compor aqui a mesa: o Sr. Arlen de Paulo Santiago Filho, Deputado Estadual pelo Estado de Minas Gerais; o Prefeito de Cajazeiras, da Paraíba, José Aldemir Meireles de Almeida – também para compor aqui a mesa.

O José Aldemir foi meu colega Deputado na década de 90, não é, Aldemir?

O SR. JOSÉ ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA (*Fora do microfone*.) – Fui!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Deputado da época de 90, não é? Agora é Prefeito de Cajazeiras.

Muito bem, então vamos dar continuidade.

O senhor pode se sentar aqui, Deputado. Fique bem à vontade!

O SR. ARLEN DE PAULO SANTIAGO FILHO (*Fora do microfone*.) – Obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Então, vamos dar continuidade. Vou passar a palavra agora para o Deputado Estadual Arlen de Paulo Santiago Filho, pelo tempo estipulado pela Senadora Daniella, de dez minutos mais um.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ARLEN DE PAULO SANTIAGO FILHO (Para expor.) – Caro Senador Confúcio, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui na discussão desse tema bastante interessante.

Eu estou no meu sétimo mandato de Deputado Estadual em Minas Gerais, sou médico radio-oncologista e hoje presido mais uma vez a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa.

Eu já vi apresentações de muitos planejamentos nessa minha vida pública e suponho que mais de 90% desses planejamentos muito benfeitos não foram executados como eu vi aqui esse planejamento do Ministério das Cidades.

Lembro aqui também que a Sucam acabou com a maioria dos casos de doença de chagas, e o prêmio dela foi a municipalização e a extinção. E aí não conseguiram falar com os vetores: "Você não pode sair desse município". Foi municipalizada a questão do combate à doença de chagas e outros vetores, só que não conseguiram falar com o mosquito, o tripanossoma, que ele não podia sair daquele município para ir para o outro. O resultado foi o recrudescimento... (*Palmas.*)

... o recrudescimento dessas doenças. E hoje nós vivemos no Brasil uma epidemia enorme de dengue e chicungunha, que algum tempo atrás não tinha, porque só tinha covid – todo mundo só morria de covid –, mas agora nós estamos vendo a realidade e essa situação. Mas a Sucam acabou, ficou acabada.

Se perguntar aos Deputados Federais e aos Prefeitos sobre o Ministério das Cidades, "muito insatisfeito" ou "insatisfeito" eu acho que será quase o total. A maioria dos meus Prefeitos – eu tenho 44 Prefeitos, fui um dos Deputados mais votados de Minas Gerais, com mais de 107 mil votos –, nenhum Prefeito meu quer fazer convênio com o Ministério das Cidades, porque não cumprem – não adianta! –, não conseguem entender o problema lá. (*Palmas.*)

Talvez no planejamento ele seja muito bom, enquanto eu, que vivo no norte de Minas, no Jequitinhonha, sei que os meus Prefeitos e principalmente aquela população mais pobre adoram a Funasa. Ela não pode ser extinta! Não tem jeito!

Agora, eu estou vendo uma ditadura ser implantada! Por quê? Você faz uma medida provisória, que vai ser votada pelos Congressistas, que realmente são aqueles que o povo escolhe para poder estar lá, só que aí já estão desabando a Funasa. Se, por acaso, a medida provisória for derrubada lá... E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredito que, pelo que eu estou vendo dos meus amigos Deputados Federais e Senadores – pois converso bastante com alguns Senadores, como Rodrigo Pacheco e Carlos Viana, e agora vou começar uma conversa com o Cleitinho, de Minas Gerais –, eles não querem a extinção da Funasa. O povo pobre lá não quer a extinção da Funasa! Não quer! (*Palmas.*)

O Braga, esse engenheiro que me atende tão bem... Eu quero dizer que eu fui uma vez, na minha vida de sete mandatos, ao Ministério das Cidades e nunca mais quis voltar. À Funasa eu já devo ter ido mais de 200 vezes. Eu já fui inaugurar poços artesianos, banheiros e um dos maiores projetos de água em Minas Gerais, que é o projeto da cidade de São João do Paraíso, um dos piores IDHs do Brasil, em que foi feita uma adutora de 18km para levar água para quase mil famílias que não tinham esse direito – viviam igual caruncho, não podiam ter direito à água. E a Funasa montou o projeto, faltava dinheiro, a gente vinha cá, o Braga ia lá, a Edicleusa ia lá, e, inclusive, o Presidente da Funasa, o Miguel, no ano passado, foi lá inaugurar uma obra, que resolveu um problema. Então, tem princípio, meio e fim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARLEN DE PAULO SANTIAGO FILHO – Então, nessa pesquisa que o Ministério das Cidades coloca, eu acredito que ele devia também se pesquisar, porque aí o pessoal iria ver o que realmente é rejeição.

Eu queria também dizer que já estavam tentando acabar com a Funasa há algum tempo. Por quê? Na hora em que você não faz concurso num órgão e em que vai se aposentando o povo, a tentativa é de acabar.

E aí a gente vê o seguinte. Em Minas Gerais, na área que a gente fala que sempre é pobre, nós vemos aqui que tem um paralelo e que, lá em cima, é a área da pobreza. E essa área da pobreza é a área que é bem atendida, principalmente, pela Funasa. Nos últimos 20 anos, ela gastou R$371 milhões lá e gastou 80% no norte de Minas, em cidades com menos de 30 mil habitantes, cidades para as quais, às vezes, nem interessa muito para um Deputado Federal ou para um Senador ficar dando um jeito de alocar emendas. É por isso que um órgão como este é importante, porque, quando eu ouvi falar aqui que aquele órgão, a Funasa, é um órgão que não planeja onde é que atende o povo... Puxa vida, se, sem planejar, ele já atende 80% da região pobre de Minas, já pensou se esse órgão planejasse, gente?! Seria um absurdo uma coisa dessas! (*Palmas.*)

Meus amigos, eu acredito que a gente podia também dar uma olhada... A gente conhece o escritor Mario Vargas Llosa, acredito que a maioria de vocês já tenha ouvido falar dele. Ele fala o seguinte: que o objeto que representa a civilização e o progresso não é o livro – já pensou que coisa dura um escritor falar que não é o livro?! –, não é o telefone, não é a internet, não é a bomba atômica. O que representa a civilização é a privada, que dá dignidade às pessoas; é a água para lavar as mãos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARLEN DE PAULO SANTIAGO FILHO – Agora, eu acredito também... Porque eu sempre ouvia as pessoas falando na epidemia dramática do covid, do vírus chinês: "Gente, lave as mãos! Fique dentro de casa!". Bom, têm uns que não conseguem ficar dentro de casa. Como é que os médicos ficam dentro de casa? Como é que os enfermeiros ficaram dentro de casa? Como é que a pessoa que está ali no norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, e tem que ir lá na enxada, pode ficar dentro de casa? Como é que ele vai vender o seu produto neste nosso país – que é o maior produtor de alimentos do mundo, graças a uma política bacana, graças à Senadora Tereza Cristina e a alguns outros, mas, principalmente, ao produtor e ao trabalhador rural que estão lá – se, hoje, estão querendo acabar com ele: o direito de ele ter uma privada, o direito de ele não ter doença de chagas, o direito de ele ter água?

De maneira que a gente vê essa situação e eu acho que cabe muito aos Srs. Senadores, primeiro, não deixar a Funasa acabar, quando for votada a medida provisória. (*Palmas.*)

O SR. ARLEN DE PAULO SANTIAGO FILHO – Segundo, não deixar criar uma situação irreversível. Eu vi aqui o Ministério das Cidades: "Vamos transferir o povo da Funasa! Eles já são poucos! Já estavam acabando! Estão diminuindo!". E aí já vão transferindo... Espera aí: a medida provisória foi aprovada? Foi votada? Não! Isto é ditadura, mandar assediar – como disse aqui a chefe do..., a Helena: "Sai da cadeira! Vá embora!". Isso é uma ditadura! E , não, nós não aceitamos ditadura neste país!

Era isso que eu queria falar, porque, meus amigos, funcionários da Funasa e o povo, que é bem atendido por essa Funasa... (*Palmas.*)

O SR. ARLEN DE PAULO SANTIAGO FILHO – Gente, saí de lá, de Minas Gerais – nós estamos tendo votações importantes lá hoje –, e volto correndo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARLEN DE PAULO SANTIAGO FILHO – Mas eu não podia deixar, Senador Confúcio, de estar aqui e dar um depoimento de quem vive numa região onde existe ainda muita pobreza, de baixo IDH.

É uma pena que a Senadora Daniella não esteja aqui neste momento. Mas um tempo atrás, nós tivemos um paraibano, Celso Furtado, que, junto com um mineiro, Juscelino Kubitschek, criaram a Sudene, que já está também num processo de extinção, assim como a Sucam foi, assim como a Funasa, que nós não podemos deixar!

Nós temos que ser resistência!

Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem! Aqui na mesa têm três velhos médicos. Vocês estão vendo aí, não é? (*Risos.*)

Não precisa nem consultar muita coisa para ter na cabeça a história, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, então, agora nós vamos...

Antes, aqui, Aldemir, vou só aproveitar o momento, pois a Senadora lá do Estado do Ceará Augusta Brito apresentou um requerimento extrapauta para incluir justamente o Ministério da Inovação neste debate aqui.

Eu quero só que ele seja aprovado para dar legitimidade a esse convite ao Ministério da Gestão e da Inovação.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Agora, dando continuidade, eu passo a palavra ao meu querido amigo, saudoso, José Aldemir Meireles de Almeida, Prefeito de Cajazeiras.

O SR. JOSÉ ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Presidente Confúcio, que substitui, neste instante, a Senadora Daniella Ribeiro na Presidência desses trabalhos. Quero saudar o Deputado estadual, companheiro, lá de Minas Gerais, e essa minha saudação é extensiva a todos vocês que se encontram no plenário.

Permita-me, Presidente, um parênteses aqui e quero que não inclua no meu tempo – ainda peço isso –, mas gostaria de fazer um registro.

Qual o registro que quero fazer? Eu tive a alegria, que vocês não podem imaginar, desse meu reencontro com o Confúcio hoje aqui. Nós fomos colegas, numa determinada ocasião, de forma dupla, como médicos, que seremos permanentemente até morrer, e, ocasionalmente, como Deputados Federais. Estivemos juntos na Comissão Permanente de Saúde, à época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo Ministro da Saúde era o saudoso Adib Jatene, quando, naquela ocasião, o Ministro da Saúde já discutia a necessidade imprescindível da Presidência da República enxergar que teria que aumentar o orçamento destinado à política de saúde do país.

Inclusive criou-se a CPMF e vocês certamente lembram-se bem disso. A CPMF foi criada para ser investida exatamente no orçamento da saúde, mas a área econômica daquela equipe, naquele momento, desvirtuou a essência da iniciativa, que era criar a CPMF para aplicar na saúde.

Esse registro eu queria fazer e quero que fique fora do meu tempo... (*Risos.*)

... porque eu rabisquei aqui algumas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, às 5h da manhã, eu me levantei e comecei a rabiscar porque não tinha nem me preparado para isso, mas quero, nesse instante aqui, fazer mais um registro, que é essa audiência pública que nós estamos vivendo e vivenciando nesse momento e que tem como objetivo discutir a extinção de uma iniciativa inconsequente do Governo Federal para a extinção realmente da Funasa, por uma propositura da Senadora Daniella Ribeiro, uma propositura extremamente lúcida, consequente, oportuna e necessária.

Eu quero parabenizar a Senadora Daniella Ribeiro por essa iniciativa, que é do meu estado, e que a gente alimenta um sentimento muito afetivo de paraibano, como tem D. Virgínia, que é a nossa Presidente da Funasa lá na Paraíba.

Mas, meus amigos, todos nós aqui sabemos a história de como foi criada a Funasa. Entretanto, meu povo, aqueles que estão nos ouvindo, aqueles que estão nos acompanhando pelas redes sociais, a Funasa, quando de sua criação, no início da década de 1990, veio como um braço forte ao povo brasileiro necessitado, principalmente os dos locais mais desassistidos pelas políticas de saúde, incluindo sobretudo o Norte e o Nordeste. A nossa Presidente é lá de Pernambuco.

Somos conscientes e convictos de que a Funasa... Sua missão institucional é a de promoção em saúde pública, com a consequente inclusão social ocasionada por ações de saneamento e de saúde ambiental.

Surgiu, em 1991, da fusão, exatamente, entre as antigas Fundação de Serviço de Saúde Pública (Fsesp) e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), duas importantes entidades da época que possuíam foco de ações no trabalho de prevenção e combate a doenças, educação em saúde, saneamento básico, esgotamento sanitário, pesquisa científica e combate de endemias, com destaque nas regiões do Norte e Nordeste.

A criação da Fundação teve como objetivo continuar e ampliar, sobretudo, os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos, além de exercer papel relevante na efetivação da reforma sanitária promovida pelo Ministério da Saúde, configurando-se como mais uma ação decisiva na implementação e ampliação do Sistema Único de Saúde, como bem referenciou aqui a nossa Presidente da Funasa, lá no Estado de Pernambuco. Ela frisou muito bem isso: a importância que tem a Funasa no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Iniciou suas atividades chamada, inicialmente, de FNS e, em 2000, passou a se chamar Funasa. Tinha, em seu foco principal, diversas atribuições de imunização, de engenharia de saúde pública, de combate às endemias, de transmissão vetorial, de controle da tuberculose e da hanseníase, de promoção e disseminação do uso de metodologia epidemiológica em todos os níveis do SUS, além da implantação de importantes programas de saúde pública por meio do trabalho de coordenação com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretarias de estado de saúde e instituições técnico-científicas diversas e, como já dito, tendo como principal *locus* de atuação o Norte e o Nordeste.

A Funasa foi a maior benfeitora ao levar, por muitas vezes, dignidade, com políticas de saúde, a quem não tinha, ao estruturar os órgãos de vacinação pública que se mostraram essenciais durante o enfrentamento do Covid-19, ao conscientizar a população da essencialidade de sua colaboração nas políticas públicas de saúde, como nos casos epidêmicos de dengue, de zona de Zika vírus, apenas como exemplo.

Enfim, de entregar ao cidadão desassistido a possibilidade de ser tratado com humanidade e decência, diminuindo os espaços com instalação de equipamentos de saúde nos locais mais distantes possíveis. Sem dúvida, a população carente é a mais necessitada da Funasa, justamente porque este órgão atuava como garantia da efetivação, é quem garante a efetivação do Sistema Único de Saúde, o SUS.

Repito: o custo humano pelo fechamento da entidade é algo de dimensão avassaladora, Deputados. Traz à população dos pequenos municípios brasileiros prejuízos diversos, incalculáveis. É um prejuízo que você jamais poderá calcular, não tenha dúvida disso. Principalmente para os que hoje, a ampla maioria do povo, sofrem com a falta de serviços de saneamento básico. E não falo aqui de tratamento ou coisa do tipo, mas de um simples banheiro – um simples banheiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA – ... em casa, para banho ou uso para necessidades básicas, e que ainda é realidade de muitos da região onde moro e resido.

A população residente em áreas rurais, comunidades mais afastadas dos grandes centros urbanos, residentes em periferias, comunidades ribeirinhas e de áreas de preservação florestal, indígenas, dentre outros, necessitam ainda mais do acesso da Funasa, que, na verdade, deverá criar postos de mais fácil comunicação, levando seus benefícios aos municípios e às comunidades diversas, ao invés de tratar da extinção da Fundação, tão necessária à manutenção das políticas de saúde.

Por fim, para não me alongar, encerro minha posição agradecendo a atenção de todos e esperando que os nossos governantes maiores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA – ... tenham a empatia e o posicionamento de entenderem a importância da Funasa, esperando a derrubada da medida provisória pelo Congresso Nacional. Isso estabeleceria, num primeiro momento, a ordem e o curso natural, devendo, logo em seguida, existirem políticas públicas de ampliação dos serviços da fundação de saúde, o que minimizaria os impactos nas populações mais carentes em nosso Brasil, especialmente em nossa Região Nordeste,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde está a nossa Paraíba do nosso Governador João Azevêdo, que apoiou e apostou, inclusive, na vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República.

Quero sair daqui, e vou sair, alimentando minha fé e esperança, acreditando no nosso Presidente nordestino, que vai repensar e dar um basta nessa iniciativa inconsequente e também não inteligente. Espero que, realmente, isso possa acontecer e vou, sem dúvida nenhuma, dizer aqui a vocês, para encerrar a minha fala, dar uma informação. Por exemplo, agora, meu querido Deputado e meus senhores e senhoras, nós estamos executando uma adutora na minha cidade de Cajazeiras.

A cidade de Cajazeiras tem a marca da cidade que ensinou a Paraíba a ler, berço da cultura, terra do saber. Nós temos lá 42 cursos de nível superior, inclusive duas faculdades de Medicina: uma pública e uma privada, só para vocês terem ideia, porque a nossa vocação é educação, lá em Cajazeiras.

E nós estamos lá exatamente executando uma obra de adutora, que agora começou a execução. E se passar para o Ministério das Cidades? Eu sei lá quando esses recursos vão ser liberados para dar continuidade a essa obra. A Caixa Econômica é um labirinto, é uma dificuldade que não tem tamanho. Se nós deixarmos realmente que isso aconteça para serem repassados os recursos para cumprir as medições que acontecem na execução da obra, Deputado, nós vamos chegar a 2030 e não vamos executar essa obra. (*Palmas.*)

Então, é isso que eu quero exatamente. A nossa posição é intransigente na defesa da permanência da Funasa para prestar os serviços relevantes à sociedade brasileira, principalmente ao Nordeste e ao Norte do nosso Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, José Adelmir.

Muito bem, gente!

Então, nós concluímos. Todos os convidados desta audiência pública já se expressaram.

Eu solicito agora ao José Aldemir e ao nosso querido Deputado Arlen de Paulo Santiago Filho que retornem aos seus lugares.

Vamos iniciar os debates, as perguntas, até que a Senadora Daniella retorne para assumir o controle da audiência pública que ela convocou.

Em cada assento aí em que V. Exas. estão, tem um microfone, e a TV Senado, na hora em que vocês forem falar, vai focar em cima de cada um.

Aqui estão inscritas a Senadora Tereza Cristina e a Senadora Soraya Thronicke. E aí, à medida que for chegando alguém ou se manifestando, a gente vai passando a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem!

Então, vamos agora às perguntas.

Eu passo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

Senadora Tereza, aqui falaram o Dr. Jamaci Avelino do Nascimento Júnior, representando o Ministério das Cidades; o Dr. Elton Bernardo Bandeira de Melo, representando o Ministério da Saúde; Adauto Modesto Júnior, representando o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Falaram Diogenes Otero Galhardo Braga, servidor da Funasa; Renan Lange Holdorf, servidor da Funasa; e Helena Magalhães Porto Lira. Pelo sobrenome, você já sabe que é de Pernambuco. (*Risos.*)

Falou Lira, já se sabe de onde é a grande parte, não é? Também de Alagoas. Falou o Deputado Arlen de Paulo Santiago Filho, lá de Minas Gerais, e a senhora ouviu a palavra do Prefeito José Aldemir Meireles de Almeida. São esses os palestrantes, e aí a senhora pode dirigir a palavra ou o comentário a qualquer um deles.

Ainda bem que a nossa Presidente chegou.

Senadora Daniella, agora passei a palavra para a Senadora Tereza Cristina. Ela vai fazer a sua pergunta. A senhora pode assumir o comando aqui da Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Quero agradecer aqui ao nosso Presidente, mais uma vez, o Senador Confúcio. Eu estava, também, na relatoria da CCJ, um projeto em que tive que ir lá rapidinho e voltar.

Cumprimento a Senadora Soraya Thronicke, cumprimento a Senadora Tereza Cristina e aqui seguimos.

Com a palavra, a Senadora Tereza Cristina.

Obrigada por estar aqui conosco, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Senadora Daniella Ribeiro, quero parabenizá-la por esta iniciativa, desta audiência pública, porque como disse agora aqui o Prefeito de Cajazeiras, eu acho que esta medida provisória é uma iniciativa inconsequente do Governo Federal, liquidar com a Funasa.

Eu acho que a Funasa, por tudo que todos já disseram, presta um papel relevante à prevenção da saúde, ao combate de endemias em nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse o nosso Senador Confúcio, três médicos experientes, não velhos médicos, três médicos experientes que estavam aí à frente e lembraram da Sucam, um serviço que nunca deveria ter terminado. (*Palmas.*)

Eu me lembro quando criança, mocinha, há muito tempo, o pessoal da Sucam, com aquela roupa cáqui, andando de bicicleta, com aquele sol a pino no Pantanal sul-mato-grossense, levando saúde e prevenção para aquelas comunidades, para aquelas pessoas e punham aquele papelzinho lá, pregavam na porta da casa, e diziam o que tinham feito lá, e isso acabou.

Nós precisamos disso! Olha só a dengue, a chicungunha, o que o nosso país tem sofrido com todas essas doenças por falta de prevenção e de controle.

Então, eu acho que essa medida provisória é uma medida que não deve ser acatada pelo Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Eu coloquei junto... Assinei o requerimento junto com a Senadora Daniella para que esta audiência acontecesse e eu sou contra, votarei contra esta medida.

O que nós precisamos... (*Palmas.*)

... é colocar recursos no orçamento da União, e hoje o Congresso tem esse poder, para fazer com que a Funasa seja mais eficiente, mais forte e possa fazer o seu trabalho de fato.

Então, eu queria vir aqui me solidarizar com a Funasa, sei o trabalho prestado e acho que temos que fazer mais políticas públicas, inclusive para o saneamento rural.

Eu, como Ministra da Agricultura, trabalhei muitos assentamentos rurais por todo o Brasil e vi a necessidade, gente há 30 anos instalada em assentamentos, colocada lá sem água potável, sem um poço, sem, enfim, algum tipo de água, pois água é saúde, água é vida, então, saneamento também.

Aqui eu estava vendo um banheiro, a necessidade de um banheiro, muita gente não tem, então, o pessoal de Brasília precisa ir mais para o campo conhecer a realidade das pessoas e as desigualdades... (*Palmas.*)

... regionais que nós temos neste país.

Então, eu estou aqui solidária com vocês e vou trabalhar para que a Funasa continue existindo forte onde ela está, mas com orçamento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada, Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Sra. Presidente Daniella Ribeiro, Sr. Presidente aqui da CI, Senador Confúcio, todos vocês que aqui estão, na mesma senda da Senadora Tereza, eu levei um susto muito grande, porque eu gostaria muito de entender... Não consegui chegar antes a esta audiência pública para entender, porque deve haver o mínimo do mínimo do mínimo de razoabilidade para uma medida provisória como essa. E eu não consegui acertar a minha agenda para ter ouvido os senhores antes. Nós estávamos em uma deliberativa agora na CAS, enfim.

E, antes de fazer qualquer crítica, eu gostaria de saber qual é o motivo do Governo Federal para tomar uma atitude tão drástica como essa. Lá no Mato Grosso do Sul, nós temos as populações ribeirinhas, ali na região do Pantanal, de Corumbá, Tereza, que não têm banheiro realmente. É uma situação terrível, vexatória! Mulheres grávidas... Uma situação muito difícil ali, e isso é pelo Brasil inteiro.

O que eu gostaria de ouvir de vocês é qual a justificativa do Governo Federal para a extinção da Funasa. Quem é que vai prestar esse serviço? E gostaria de saber de vocês – não sei quem pode me responder – quantos municípios, em média, foram atendidos anualmente com serviços de abastecimento de água potável financiados pela Fundação. Qual o montante aproximado de recursos orçamentários destinados para esse fim? Indago a quem puder me responder. E, com relação ao saneamento em áreas rurais e comunidades tradicionais, quantas comunidades foram atendidas desde a criação da Funasa? Essas populações serão atendidas de maneira específica pelo Ministério das Cidades? Qual é a justificativa?

E, realmente, a minha tendência é votar contra esta medida provisória.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Eu só gostaria... (*Palmas.*)

... de dar ao Governo Federal o benefício da dúvida, porque, hoje em dia, nós criticamos tanto quem critica sem ouvir e quem critica sem se informar, quem tampa os ouvidos e os olhos para as informações. Então, eu não quero incorrer nesse erro, que eu tenho criticado outras pessoas por fazerem assim. Por isso, eu darei o benefício da dúvida já com bastante cautela, porque me preocupa realmente esse tipo de atitude.

Lá em Dourados, nós temos também aldeias indígenas que não têm água potável. Então, é algo que nós não conseguimos entender. Como é que o Governo Federal vai conseguir montar uma estrutura... E vai fazer o que com a estrutura da Funasa já existente? Quer transferir os seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionários, os seus colaboradores, servidores? A natureza jurídica é de fundação – não é? –, mas é uma fundação pública federal. Então, o que seria isso?

Eu não sei se estou voltando a algo em que V. Sas. já tocaram, mas ficam aí essas perguntas que eu gostaria muito que vocês nos esclarecessem e esclarecessem também a população brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Se houver mais algum Senador interessado... (*Pausa.*)

Ah, sim! Izalci Lucas com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, todos nós sabemos que, nos estados, nos municípios, há realmente essa parceria muito forte com a Funasa. E, de fato, eu particularmente tenho muita dúvida com relação a isso, não é? Em princípio, se votarem a medida, votarei contra também, mas eu vejo assim... O Ministério da Saúde, eu tentei o máximo possível ajudá-los, coloquei alguns milhões lá para resolver uma série de problemas que eles não conseguem resolver. Nós temos hoje um ministério totalmente analógico que não interage com o estado, com o município, como se a gente... O Sistema Único de Saúde é universal, mas se hoje se perguntar ao Ministério da Saúde... E só tem o controle do quanto mandou, do quanto empenhou, mas não sabe para onde foi, não tem controle de nada.

Então, trazer para o ministério mais atribuições, eu acho que vai acabar comprometendo ainda mais o Sistema Único de Saúde e aquilo que realmente o ministério tem que cuidar, a não ser que haja fatos gravíssimos que eu desconheço, porque a Funasa tem que realmente ser bastante transparente, prestar contas. Mas a Funasa sempre prestou um grande serviço ao país, não é? Se hoje a gente tem... Em parceria com os estados e municípios, não é? Então, eu não sei sinceramente o principal motivo de proposta da extinção da Funasa, mas eu particularmente sou totalmente contrário, desde que seja bastante debatido e justificado, porque eu não vi ainda motivos para a extinção da Funasa. Então, antes de a gente colocar essa matéria em votação, a gente precisava ter mais elementos. Eu, particularmente, votaria contra. Viu, Presidente Daniella? Sobre isso... (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Agradeço aqui ao Senador Izalci.

Eu vou eu vou passar a palavra. Quem do Governo quer responder ou se propõe a responder à Senadora Soraya sobre as perguntas que ela fez? O Sr. Jamaci, que é representante do Ministério das Cidades.

O SR. JAMACI AVELINO DO NASCIMENTO JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa pergunta, Exma. Sra. Senadora, colocando também aqui alguns apontamentos e algumas questões que foram levantadas aqui, de que há, sim, urgência quando se pensa na questão de transferência das atribuições da Funasa...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Só um minuto. A primeira pergunta, salvo engano, foi: qual a justificativa?

O SR. JAMACI AVELINO DO NASCIMENTO JÚNIOR – Sim, eu estou fazendo a ponderação.

E a questão é a seguinte: nós temos urgência na universalização do saneamento, como pressupõe o Plansab, como pressupõe a Agenda 2030, de que somos signatários. E, nessa urgência, a gente entende que o novo formato em que você transfere as atribuições de saneamento rural para a eficiência e a eficácia de um ministério que, na sua previsão do Decreto 11.333, absorverá todos esses componentes hoje realizados pela Funasa.

A ideia nós temos aqui... Quando falamos que o Ministério das Cidades, só em termos de parâmetros aqui, quando dissemos que as atividades da Funasa ficariam restritos a um único departamento; não, elas não ficam restritas a um único departamento. Nós estamos falando aqui de uma composição também da Caixa Econômica Federal, da sua experiência, que só na área de governo tem mais de 1,2 mil engenheiros, que poderão contribuir junto com as ações previstas no Decreto 11.333, do Ministério das Cidades, para a universalização do saneamento no país.

Então, a ideia é trazer essas atribuições, é dar continuidade a uma ação integrada, de saneamento integrado no país. Essa é a razão de defendermos que o Ministério das Cidades pode absorver as atribuições da Funasa.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Senadora Soraya, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Agradeço, mas eu entendo até que, se eu tivesse sido eleita Presidente da República, a maior angústia nossa, a maior dúvida nossa seria o período de transição do Governo. Eu sei que vocês tiveram um período de transição muito difícil e acredito até mesmo que as informações necessárias não foram passadas a contento. Então, o que é necessário, dentro de um período de transição de governo, é você ter uma radiografia deste país, ter dados para que você possa traçar as suas políticas públicas e traçar o seu plano de governo com maior especificidade, porque, durante uma campanha, você tem ideias genéricas, mas, muitas vezes, você não tem acesso; por mais que tenhamos toda a legislação de transparência, mas dados fidedignos não temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, uma MP que nasce rapidamente em janeiro – foi de janeiro, não é? –, medida provisória, que tem que ter relevância e urgência, é muita urgência para pouco tempo e para pouco dado, porque confesso que eu não estou satisfeita com a resposta de V. Exa. (*Palmas.*)

E principalmente em relação a que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Sim, claro.

Eu não sei quem pode, se alguém da Funasa poderia responder a essas perguntas:

- Quantos municípios em média foram atendidos, anualmente, com serviço de abastecimento de água potável financiado pela fundação?

- Qual o montante aproximado de recursos orçamentários destinados a esse fim?

- Vamos supor, nos últimos quatro anos do antigo Governo e agora, qual a projeção de investimento teríamos para o saneamento básico? Porque isso é primordial na saúde.

- Com relação às áreas rurais e comunidades tradicionais, quantas comunidades foram atendidas desde a criação da Funasa?

- Essas populações serão atendidas pelo Ministério das Cidades – foi isso que V. Exa. me disse –, que aqui é apenas uma melhor gestão?

- Outra pergunta, são servidores, são estatutários, o que são esses servidores?

- O que será feito dessa estrutura? Então, primeiro, a radiografia, porque não temos.

- Qual é o grande drama da Funasa para que o Governo Federal tenha tomado essa medida de tanta urgência assim?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Antes de passar a palavra, agradecendo à Senadora...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, V. Exa. me permite só uma última fala com relação a isso? É porque a gente tem um mundo real e um mundo virtual. Eu já fui secretário por dois mandatos, e, vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, tinha a Fundação de Amparo à Pesquisa. As fundações têm uma agilidade muito maior, tem procuradoria própria. Levar para o ministério, em que há uma burocracia, não se consegue nem executar o orçamento das que a gente aplica, eu acho que é um erro muito grande em termos de eficiência, porque a gente está exatamente na linha contrária do que nós queremos, que é a agilidade, que o serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegue à ponta com qualidade. Então, só para quem não conhece realmente o mundo real, porque, de fato, a Funasa tem muito mais agilidade e mais competência que o ministério. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Vou passar, aqui, a palavra, para que possa responder a Senadora Soraya, ao Sr. Diogenes. O senhor...?

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA (*Fora do microfone*.) – Posso...?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Pode, sim, Sr. Diogenes.

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA (Para expor.) – Senadora, bom dia!

A gente fez uma explanação aqui, não tenho os dados fragmentados como me foi pedido, mas eu vou tomar a liberdade de passar um rascunho para a senhora.

Essa transparência foi mostrada. Nos últimos 20 anos, esses são os municípios que tiveram recursos investidos pela Fundação Nacional de Saúde em todos os seus programas no Brasil. É uma mancha que mostra onde eles estão colocados. Nesses últimos 20 anos, esses recursos foram à monta de aproximadamente R$13 bilhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Em quanto tempo?

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA – Em 20 anos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Em 20 anos, R$13 bilhões.

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA – Sim, R$13 bilhões.

Desses R$13 bilhões, 70% desses recursos foram investidos em municípios de até 30 mil habitantes. A nossa característica de trabalho busca apoiar o pequeno, e eu conheço... Felizmente, eu tive o privilégio de trabalhar um tempo também no Mato Grosso do Sul, e o nosso trabalho junto ao Incra lá na implantação do sistema de abastecimento de água é em conjunto com a Funasa, mas eu conheço vários outros estados em que os assentamentos do Incra não tiveram infraestrutura desde a década de 80; não tinham infraestrutura e até hoje a gente encontra isso.

Então, essa aqui é uma transparência dos municípios que receberam recursos para abastecimento de água nesse período de 20 anos, e aí a mancha é uma bola proporcional ao valor colocado. Isso aqui foi um rascunho que foi feito e, felizmente, eu salvei aqui nos meus guardados.

E isso aqui são recursos de esgotamento sanitário coletivo. Quando a gente constrói os sistemas, propicia os recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No campo de resíduos sólidos, basicamente a gente atua na transferência de recursos para a compra de caminhões compactadores coletores e também apoiando os sistemas de coleta seletiva dos catadores, que é um programa extremamente valoroso do ponto de vista social, porque promove o resgate dessas populações do ponto de vista social.

No caso específico de saneamento rural, nós temos essa mancha de recursos que foi aplicada também nos últimos 20 anos, entendendo ser saneamento rural como a maioria deles não sede ou pequenas sedes municipais. Antônio João, por exemplo seria rural.

Outro programa que a gente tem – e muitas vezes a gente fala que não é a quantidade de recurso que se coloca, mas o impacto que aquilo provoca – é um programa que traz dignidade às famílias com a construção, por exemplo, de banheiros. É um programa que nós chamamos de Melhorias Sanitárias Domiciliares. E não só a construção do banheiro, mas do tanque de lavar roupa, de uma pia de cozinha, de uma fossa, de um sumidouro, a questão toda. E essa é a mancha em que a gente atuou em melhoria sanitária só na área rural nesses últimos 20 anos.

E essa aqui é a mancha do Melhorias Sanitárias Domiciliares em áreas urbanas também, porque, em pequenas cidades, muitas vezes o sujeito não tem nem... Não tem, não é? A gente conhece, eu vivi, é privilégio meu ter trabalhado mais de 30 anos na Funasa – eu ainda estou na ativa –, passei por algumas epidemias, como a de cólera, por exemplo, e a gente teve o confronto com a realidade.

E a questão da dignidade humana a gente tem que resgatar. Nós temos que promover o resgate sociossanitário. Fala-se em agenda 2030. Palmas para ela! Alma-Ata em 1978, na Conferência de Alma-Ata da Unicef e da ONU, se programava saúde para todos no ano 2000, Senadora! Saúde para todos no ano de 2000! Na Declaração de Alma-Ata se colocava o abastecimento de água como fator preponderante – e o saneamento básico – para a manutenção da saúde das pessoas. Está lá na Declaração de Alma-Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada, senhor.

Eu gostaria de aproveitar, antes passar a palavra para a Senadora Soraya... O Sr. Renan vai complementar as suas respostas.

O SR. RENAN LANGE HOLDORF (Para expor.) – Obrigado.

Sra. Senadora, eu gostaria só de complementar alguns pontos com informações de 2022 que estão disponíveis para nós e que talvez possam dar uma dimensão, ao menos de um extrato, de um determinado período de tempo, sobre as questões que a Senadora perguntou.

Especificamente do ponto de vista de comunidades rurais, nós temos dois atendimentos que foram bastante significativos no ano de 2022, como a entrega de 1.456 empreendimentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abastecimento de água – apenas no ano de 2022 –, 31 empreendimentos de Melhorias Sanitárias Domiciliares, e 1 cisterna. Além disso, atendimento de 1.394 comunidades rurais especiais no que diz respeito a controle de qualidade e segurança de água para consumo próprio humano. Isso, apenas no ano de 2022. Se juntarmos com 2021, esse controle de qualidade da água, no rural, chega a 2.241 comunidades, isso considerando que a Funasa precisa se fazer presente *in loco* e considerando que 2021 foi um ano terrível do ponto de vista de saúde pública com a pandemia. E 1.698 sedes de município em que a Funasa se fez presente quase que diariamente no que diz respeito a controle de qualidade e segurança da água.

Do ponto de vista de saneamento urbano, nós temos o indicador que a Funasa utiliza hoje, que é o mesmo indicador da própria política pública, que é o Plansab, que não trata de municípios, mas trata dos domicílios. Inclusive, no Plansab, existem as metas de universalização por domicílio. E, só nos últimos dois anos – eu citei estes dados um pouco mais cedo –, são 155 mil domicílios, de água; 139 mil, em esgotamento sanitário; e 268 mil domicílios apoiados em resíduos sólidos, todos eles localizados em municípios de até 50 mil habitantes, e tudo isso com cerca de 1,5 mil servidores, que é o dobro mais ou menos do que o Ministério do Desenvolvimento Regional antigo tinha. E acreditamos que, como é uma divisão do Ministério do Desenvolvimento Regional a criação do Ministério das Cidades e o da Integração e do Desenvolvimento Regional, não seremos 700, mais ou menos, servidores que teremos lá no Ministério das Cidades, incluídos... Eu acredito que não teremos essa transferência, mas, caso ela houver, não será a totalidade dos servidores da Funasa que irão para o Ministério das Cidades. A gente está trocando seis por cinco, quatro, três – não é por meia dúzia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Então são 1,5 mil colaboradores no Brasil inteiro na Funasa? Quantos são?

O SR. RENAN LANGE HOLDORF – Ao todo, de servidores, nós temos mais ou menos, com os dados mais recentes, 1.588.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Então não se sabe? A medida provisória não previu o que será ou qual será o destino desses servidores? Ela prevê? Então metade vai para um...

O SR. RENAN LANGE HOLDORF – Os servidores estão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Nós teremos uma cisão na prestação do serviço inclusive?

O SR. RENAN LANGE HOLDORF – As competências estão sendo repartidas, muitas delas, inclusive, competências que dependem de servidores que estão indo metade para o Ministério das Cidades e metade para o Ministério da Saúde. A gente diz principalmente no caso de melhorias sanitárias e de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, que ainda é muito significativo no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país. Servidores técnicos estão indo para o Ministério da Saúde e os engenheiros, para o Ministério das Cidades, e a ação depende de ambos para funcionar adequadamente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Eu vou pedir para a gente colocar tempo nas respostas, para que a gente possa organizar melhor; serão três minutos para que possam ser dadas as respostas, porque assim a gente organiza melhor.

Eu acho que a Senadora está satisfeita.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Estou satisfeita. Inclusive, eu tenho que ir para a próxima audiência pública.

Estou satisfeita, mas vou procurar... Não sei se alguém quer completar sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – O representante do Governo, sim, o Adauto, representando o Ministério da Gestão de Inovação. Gostaria de passar logo para V. Sa.

O SR. ADAUTO MODESTO JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora Daniella.

Acho que é importante esclarecer a Senadora em relação a esse ponto, dos servidores, Senadora, porque eu queria explicar para a senhora só um pouco a lógica da medida provisória e retificar algumas das informações aqui trazidas pelo colega Renan, que eu acho que são importantes. O que fizeram a medida provisória e a portaria de distribuição que nós editamos, em seguimento ao comando da medida provisória, foi redistribuir os servidores efetivos da Funasa de acordo com as atribuições desses servidores, conforme eles hoje possuem e aquelas atribuições que estão sendo recepcionadas pelo Ministério da Saúde ou pelo Ministério das Cidades. E os servidores e servidoras das áreas administrativas, cuja atuação finalística não está em nenhum dos dois ministérios, vão ser, inicialmente, redistribuídos ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Então, precisamente, para informar a senhora, dos servidores da Funasa, a portaria previu a distribuição de cerca de 289 ao Ministério das Cidades, 668 ao Ministério da Saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADAUTO MODESTO JUNIOR – ... e 541 para o Ministério da Gestão, só que a nossa preocupação aqui, Senadora, também é contemplar as necessidades e os direitos dos servidores e servidoras da Funasa. Então, o pressuposto básico é de que o servidor não possa ser removido, a menos que ele queira, das suas localidades de atuação. Então, se naquela localidade onde ele atua não exista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um órgão federal, por exemplo, que esteja apto a receber aquele servidor, ele poderá ser cedido para o estado, para o município, de maneira que todas as atribuições da Funasa serão distribuídas, e os ministérios terão as condições legais, orçamentárias e operacionais para continuar a execução dos servidores. Ao mesmo tempo, os servidores da Funasa não terão seus direitos e garantias violados por esse processo de redistribuição.

Então, essa foi a lógica do trabalho que a gente fez.

Só um último esclarecimento, Sra. Presidente: foi informado aqui, pela colega que me antecedeu, que a portaria não observou um dispositivo da Lei 8.112 relacionado a prazo. Isso não é verdade, porque esse prazo, que é, no mínimo de dez dias, que já estaria sendo observado pela portaria em no máximo 30, só é válido quando há remoção, mudança de local de residência. Como não há local de residência, não seria necessário que esse prazo se estabelecesse, mas, ainda assim, nós respeitamos o mínimo de dez dias, para dar o conforto necessário para os servidores, que, inclusive, poderão manifestar a sua vontade de não concordar com essa distribuição e solicitar à nossa Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho uma mudança que será apreciada e, quando for o caso, será atendido o pleito do servidor.

Eu acho que são esses pontos que eu gostaria de trazer para a senhora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada.

A Senadora Soraya pede para ouvir a resposta da Sra. Helena, servidora da Funasa; logo após, o Prefeito José Aldemir.

A SRA. HELENA MAGALHÃES PORTO LIRA (Para expor.) – Senadora, a senhora falou muito bem: trabalhadores da Funasa; não temos só servidores, temos trabalhadores terceirizados, vigilantes, pessoas da limpeza, colaboradores. São mais de 1,5 mil famílias que vão ficar sem emprego.

Em relação aos nossos direitos, nós não fomos ouvidos, e a gente vai ter realmente muito pouco tempo para largar uma vida. Eu tenho estante de material que ainda não inseri no SEI; eu vou ter de esvaziar isso em menos de dez dias para me deslocar para um Ministério das Cidades, que não existe em Pernambuco. E não vai existir, o Ministério das Cidades não vai ter gerências regionais. Eles quebraram os convênios de tal forma que convênios de MSD, como o colega falou, em que trabalham o engenheiro e o técnico, o engenheiro vai para o Ministério das Cidades – e Chagas também – e o técnico vai para o Ministério da Saúde.

Os Prefeitos que nos procuraram estão dizendo o seguinte: "Se for para trabalhar com a Caixa Econômica Federal, eu não vou, eu não quero". (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

Tem um que ligou para mim e disse assim: "Por favor, pelo amor de Deus, me diga, eu deposito os R$100 mil, que é a minha contrapartida para as casas de Chagas, porque, se for com a Caixa Econômica, eu não quero depositar". Eu disse: "Prefeito, por favor, aguarde um pouco. Eu realmente não posso dizer para o senhor o que vai acontecer". Mas ele disse: "Eu não vou querer". E o que está acontecendo é o seguinte: é o pacto federativo rasgado, Senadora, porque não é ouvido o Senado nem o Congresso, que representam os estados e o povo, nem a Confederação dos Municípios, porque nenhum deles quer. A grande maioria não quer trabalhar com a Caixa Econômica. Eles estão sendo desprezados, ou seja, não estão sendo ouvidos os municípios. É isso que está sendo feito. É uma atitude autoritária, é uma atitude centro hegemônica, em que o pessoal aqui em Brasília não olha o Brasil que está acontecendo de fato e real. É um absurdo do nosso ponto de vista. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Antes de passar para o Prefeito, é importante destacar essa situação de que ninguém quer executar nada via Caixa Econômica porque tudo demora demais. Esse é um drama que nós precisamos enfrentar, inclusive aqui. Não sei se seria da Comissão de V. Exa., mas o caso de enfrentar com a Caixa Econômica porque não dá para executar porque tudo demora demais via Caixa Econômica. Com todo respeito que eu tenho pela Caixa Econômica, mas nós precisamos de dar fluidez aos investimentos no nosso país, e a Caixa Econômica, infelizmente, atrapalha. Então, eu entendi sob esse aspecto.

Outra questão importante: quando uma medida provisória é editada, ela já está valendo, ou seja, já foi extinta então a Funasa? Essa é uma pergunta, porque tem o prazo de passar pelo Congresso, mas a medida provisória tem essa característica de urgência e relevância. Então, já foi extinta?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Eu vou passar para o Prefeito José Aldemir, mas, Senadora Soraya, como V. Exa. faz essa pergunta, eu já posso, de pronto, responder-lhe.

Está havendo um desmonte da Funasa de forma muito urgente e rápida, antes que a gente vote a medida provisória aqui no Congresso Nacional. É isto que está acontecendo: servidores estão sendo desrespeitados e humilhados, sendo retirados dos seus birôs. Eu não sei... Inclusive até pedi ao pessoal dos ministérios para que visitem lá, para saber a realidade do que está acontecendo. Às vezes, eu até compreendo, vocês estão nos gabinetes e não sabem como as pessoas que estão lá, infelizmente, tratam, como está sendo feito isso. Mas é isso é fundamental; isso é respeito à cidadania, à humanidade do ser humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então temos de ver lá o que está acontecendo, e o que está acontecendo é isto: teve dia de faltar água. Vocês sabiam disso? Não sei se vocês tomaram conhecimento, mas teve dia de as pessoas não terem água para beber. Tiraram os filtros, tiraram tudo, sem água para beber.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Isso, teve sim. Exatamente. Faça esse rosto assim, mas teve, desse jeito.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Então eu estou dizendo porque aconteceu, e é importante, porque eu sei, e aqui eu vou fazer esse registro, que o Presidente Lula não tem conhecimento de nada disso, porque a Funasa é a cara do Presidente Lula... (*Palmas.*) ... pela questão social, pela questão de cuidado com a população, de benefício para a população, a população mais carente, a população mais necessitada. Então a Funasa é a cara do Presidente Lula, e a forma com que as coisas estão acontecendo... E aqui eu quero dizer: se houvesse uma razão, Senadora, como você perguntou – eu também, é a pergunta que eu faço – e que foi respondida aqui pelo representante do Ministério das Cidades, Sr. Jamaci... Lamentável, a sua resposta. Eu devo dizer isso, lamentável, porque, assim, qual justificativa... (*Palmas.*) Mas lamentável eu acho que nem seja a palavra, eu acho, assim, eu fico muito grata que a resposta tenha sido essa, porque foi tão evasiva e tão sem sentido que realmente se mostra que não há justificativa para o fim da Funasa, não tem como... (*Palmas.*) ... porque a resposta que foi dada não convenceu a nenhum dos Senadores que estão aqui presentes, muito pelo contrário. Então o que faltou... Eu acho que, se era esse o entendimento... E volto a dizer, eu acredito que o Presidente não tenha conhecimento do que está acontecendo efetivamente porque, se ele tiver conhecimento, ele não permitirá que coisas como essas, humilhação, mudança com relação a esses aspectos, os Prefeitos... E aqui eu digo: essa está sendo uma das maiores Marchas de Prefeitos de todos os anos, de todos os tempos, porque os Prefeitos estão extremamente esperançosos com um novo tempo, com o Governo Lula. E se você for perguntar... Porque o que trouxeram também aqui, Senadora Soraya, é que era baseado em cima de uma pesquisa o fim, a extinção da Funasa, uma pesquisa entre Deputados Federais e Deputadas e Prefeitos, em que eles achavam que deveriam extinguir a Funasa. Então o que eu quero dizer aqui é que é hora de fazer essa pesquisa. Estão aqui os Prefeitos, a maioria dos Prefeitos está aqui na CNM, vamos ouvir essas pessoas. Então, com todo respeito aos representantes aqui, que vieram até aqui dar esclarecimentos, trazer os esclarecimentos, mas a gente precisa aqui – e é essa a função dessa audiência pública – realmente entender e até fazer com que haja convencimento daqueles que têm dúvida.

Chegou aqui o Senador Izalci querendo ter conhecimento, a Senadora Soraya está querendo ouvir as justificativas, para onde vão... Por exemplo, vou fazer uma pergunta aqui muito clara, Senadora, que a gente precisa saber: quem vai coordenar os convênios nos estados? Como é que vai acontecer isso, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não vai mais existir superintendência nos estados, superintendência da Funasa? (*Palmas.*) Então quem vai fazer isso? Até hoje isso não foi respondido, nem nas apresentações que vieram.

Então isso é, eu diria, uma urgência muito clara para que haja um desmonte logo, o fim, a extinção. Inclusive o novo superintendente nacional que está lá, já foi dito que ele está lá para encerrar a Funasa, extinguir, mas acelerando o processo.

E eu vou passar a palavra para o Senador Cleitinho, que quer fazer uso da palavra... Aliás, antes dele... Perdão, Senador, é que eu já tinha...

Então, há uma pressa nesse sentido, antes que a gente vote aqui, que o Congresso vote a medida provisória, e isso é lamentável porque, nesse desmonte, o prejuízo todo é para a população dos municípios de até 50 mil habitantes e para os servidores da Funasa.

Eu passo a palavra para o Prefeito José Aldemir; logo após, o Senador Cleitinho.

Agora eu só iria pedir uma coisa: que já possamos ir para as considerações finais da audiência pública, Prefeito, já que acho que o objetivo a gente já concluiu.

Pois não, Deputado – perdão, ex-Deputado; ele foi Deputado Federal –, Prefeito José Aldemir.

O SR. JOSÉ ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA (Para expor.) – Primeiro, peço vênia e respeito aos representantes do Ministério das Cidades e do Ministério da Saúde. Eu acho que o que os companheiros já explicaram e mostraram, com muita clareza, inclusive com ilustrações aqui, à Senadora fortaleceu cada vez mais o convencimento e a consciência da Senadora para votar contra esta medida provisória. (*Palmas.*)

Ela manifestou isso muito claramente, o que a gente quer agradecer, como também o Senador que estava vizinho aqui a mim.

Eu quero dizer aos companheiros do Ministério das Cidades e do Ministério da Saúde: não seria mais sensato, mais consequente, muito mais responsável se o Governo Federal, em vez de pensar em extinguir a Funasa, sem nenhuma razão, sem nenhum planejamento, sem nenhuma organização prévia, em vez de fazer isso, se preocupasse com as ações de política de saúde que devem ser exatamente executadas, de forma eficaz e eficiente, pelo Ministério das Cidades?

Hoje, a política de saúde do nosso país está extremamente burocratizada! Se você for lá para a ponta, meu caro Confúcio, hoje, para poder internar um paciente, você tem que primeiro fazer a regulação para onde o paciente vai. Onde é que estão os leitos? Qual a disponibilidade de leitos dos hospitais, para receberem a demanda de pacientes, que estão sofrendo aí o acometimento de uma patologia grave? Em um infarto de miocárdio, para ser atendido de urgência e emergência, para você ser regulado para um hospital especializado na área de cirurgia cardíaca, para fazer um cateterismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma angioplastia, uma revascularização, é preciso você regular o paciente, e não tem vaga porque não ter leito. E em vez de o Governo Federal, e o Ministério da Saúde, pensar nisso, deveria, como eu disse aqui e repito, aumentar o orçamento da saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA – ... e instalar hospitais e equipamentos para atender a população com disponibilidade de leitos, sem que a gente perca tantas vidas como estamos perdendo lá na ponta.

Os meus caros companheiros do Ministério da Saúde estão aqui, no ministério, nos gabinetes, não estão lá na ponta vendo e testemunhando isso, não. O nosso companheiro do Ministério das Cidades não assistiu ao que aconteceu lá em São Sebastião em consequência das chuvas! Era preciso estar preocupado com o planejamento de melhorar as moradias para a população pobre, para a periferia das grandes cidades. É com isso que eu acho que o Ministério das Cidades deve se preocupar e não com tratar de negócio de funcionários, de ficar transferindo funcionários, jogando para ali, jogando para acolá.

Eu queria que vocês fizessem essa reflexão com muita responsabilidade e que não agissem de forma tão rápida, desestabilizando inconsequentemente os servidores públicos que prestam relevantes serviços à Funasa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada.

Com a palavra, pois também pediu, o Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Daniella, nosso Presidente Confúcio.

Depois, eu quero lhe fazer um convite, pois sua mãe é de Januária, para ir a Januária conhecer lá comigo e com o nosso Deputado de Minas Gerais Arlen Santiago.

Eu quero falar da Funasa, pois ela atua bem no Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas, no Vale do Mucuri, regiões carentes.

Eu quero deixar bem claro para todos aqui que eu trabalho no sentido... Eu sempre falo isto: eu não trabalho por ideologia, nem para partido, eu trabalho para pessoas. Com todos vocês que estão aqui, eu sempre serei justo e correto na minha conduta para trabalhar para as pessoas.

Uma sugestão que eu dou aqui, um encaminhamento que a gente pode fazer, Daniella... Você acabou de falar até que a Funasa é a cara do Lula e que talvez o Lula nem saiba disso. Eu já, de antemão, digo que, se esta medida chegar, eu voto contrário, mas o que a gente tem que fazer? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente precisa fazer? Pelo que o Arlen, o nosso Deputado Estadual, está me passando aqui, já está até extinguindo, antes mesmo de a medida ser tomada. Então, a gente tem que tomar atitude rápido, urgente. Então, a gente tem que ir até ao Presidente Rodrigo Pacheco e pedir que a gente consiga votar essa medida provisória nesta semana ou na semana que vem e votar ao contrário. (*Palmas.*)

Isso é urgente! Eu acho que é mais importante a gente fazer isso nesta semana ou na semana que vem. Como eu disse em um discurso na semana passada, a gente tem que parar de teoria, de ficar na teoria e ir para a prática. Esta Casa é uma Casa de lei, é uma Casa para votar "sim" ou "não". Então, ela tem que ser produtiva e efetiva. Eu acho que a gente tem que fazer isto: conversar com o Presidente Rodrigo Pacheco. Ele é alinhado também com o Presidente Lula: "Lula, você está sabendo disso?". "Ah não, eu sou contra!". "Então, manda para o Senado que a gente vai barrar isso aí", e está resolvido, resolve-se assim. (*Palmas.*)

Olha, aqui tem Senadores, como eu e outros Senadores, que não são nem da base do Lula; eu não sou da base do Lula, eu sou da base do povo. Tudo que for a favor do povo eu vou estar sempre junto para poder apoiar o povo! Não sou aliado dele, mas sou aliado de vocês, e vocês podem sempre contar comigo. Se eu estou votando favoravelmente, quem é aliado do Lula vai votar favoravelmente, de forma contrária à medida. Então, está fácil resolver isso.

Então, o encaminhamento que eu faço, Daniella, é que eu estou aqui à disposição também. Se a gente quiser ir até ao Presidente Rodrigo Pacheco, que é de Minas Gerais, Arlen, a gente já vai a ele e já pede o regime de urgência para que possamos votar essa medida provisória o mais rápido possível e que todos os Senadores votem ao contrário.

Contem sempre comigo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Acato a sugestão do Senador Cleitinho para que a gente possa ir em comissão ao Presidente Rodrigo Pacheco, Senador Confúcio, e pedir para que seja colocada em pauta a medida provisória o mais urgente possível.

Eu gostaria também só de fazer um registro – passando para os convidados darem o encaminhamento final e cada um fazer uma saudação final – e também dizer para quem está nos assistindo e nos acompanhando que ontem foi editada uma portaria, Senador Cleitinho, Senador Confúcio e todos os Senadores que nos acompanham, para que fossem retirados todos os letreiros e tudo que for identificação do nome Funasa, ou seja, é mais uma demonstração de que a urgência para que isso tudo aconteça antes que seja votada a medida provisória está muito clara e de forma lamentável, porque quero dizer que cada vez mais o Senado Federal é extremamente conectado com a população, justamente conectado com o desejo do povo, e é muito municipalista também. Nós ouvimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Prefeitos que nós representamos. Eles estão na ponta, estão no dia a dia, como você falou, estão onde a vida acontece: nos municípios, onde a Funasa atua.

Então, eu vou passar a palavra, para a gente encerrar, já para as considerações finais. Vou dar dois minutos para cada um para as considerações finais, aqui iniciando pelo Sr. Adauto, representante do Ministério da Gestão e da Inovação.

Agradeço a sua participação e a sua vinda aqui nesta manhã.

O SR. ADAUTO MODESTO JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Daniella. Na verdade, quem agradece somos nós. Mais uma vez, em nome da Ministra Esther Dweck, quero agradecer à senhora, ao Senador Confúcio e aos demais Senadores e Senadoras que estiveram conosco na audiência.

É sempre uma oportunidade de a gente trazer alguns esclarecimentos e explicar a atuação do Governo em relação a essa matéria. Estamos e continuamos à disposição para tratar desses assuntos e para esclarecer. Em especial, a nossa atenção sempre aos servidores e às servidoras que estão sendo afetados por essa medida.

Temos os canais oficiais. Em relação às questões que foram trazidas aqui de processo de remoção indesejada ou problemas com a infraestrutura desses prédios, existem canais oficiais para a gente tratar disso. O ministério está à disposição. As nossas equipes nos estados estão orientadas a proceder de uma maneira completamente oposta a essa descrição de casos pontuais que foram trazidos. Então, a gente vai continuar atento a isso para evitar que essas situações possam se repetir.

Novamente, nós nos colocamos aqui à disposição para esse diálogo e para dar continuidade às tratativas para a gente dar cumprimento ao disposto na medida provisória e na sua tramitação aqui em ambas as Casas do Congresso Nacional.

Muito obrigado e bom dia a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada, Sr. Adauto.

Passo a palavra ao Sr. Jamaci para também fazer suas considerações finais, agradecendo a V. Sa. pela presença aqui nesta audiência.

O SR. JAMACI AVELINO DO NASCIMENTO JÚNIOR (Para expor.) – Agradeço, Senadora Daniella, demais Senadores e demais autoridades aqui. Aos colegas servidores da Funasa, agradeço a oportunidade de complementar os esclarecimentos, e a todos agradeço a oportunidade que nos foi dada de nos pronunciarmos, de falarmos sobre este tema tão caro que é o de saneamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. Passo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada, Sr. Jamaci.

Passo aqui a palavra para o Sr. Diogenes Otero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Ah! É saúde também? Desculpe, eu não estava na hora em que você falou. Perdão!

O SR. ELTON BERNARDO BANDEIRA DE MELO – Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – É Elton, não é? Elton, com a palavra.

O SR. ELTON BERNARDO BANDEIRA DE MELO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu queria fazer o registro aqui, como fala final, de que vi muita convergência aqui nas falas e fico feliz, como gestor, mas também como cidadão. Vi uma defesa do SUS aqui que muito me alegra, e é bom saber, inclusive, que estamos no mesmo campo. Vi uma defesa dos mais pobres, vi uma defesa de combate às desigualdades regionais – também sou nordestino, sou pernambucano de Caruaru –, e fico feliz também com essa defesa das cidades do interior, do saneamento das cidades do interior, sobretudo. Fico feliz também de ver uma defesa aqui de uma visão integral de saúde, como foi feita aqui uma defesa que integra saneamento, e eu poderia dizer que não apenas saneamento.

Toda questão de tratamento de água e esgoto é superimportante para a questão de saúde, mas também a questão da justiça, também a questão da educação, também a questão da alimentação, também a questão, enfim, de condições de habitação. A gente também partilha dessa visão integral de saúde.

Queria reiterar que, de fato, o Ministério da Saúde tem atribuições muito específicas, algumas delas compartilhadas, como é a questão do saneamento. Portanto, não é o caso de se falar aqui que o ministério está abrindo mão de suas competências, certo? Quando a gente fala dessa separação de competências aqui entre Ministério das Cidades e Ministério da Saúde, a gente está pensando aqui, sobretudo, num melhor arranjo de gestão, num melhor arranjo de Estado para lidar com os desafios, que são enormes.

Eu compartilho da fala aqui dos nossos colegas para que tenhamos água tratada, encanamento e esgoto em todos os rincões do país. É um desafio enorme, mas muito afeto à questão do saneamento, e, ao nosso entender, essa competência está alocada no Ministério das Cidades hoje, que é algo que pode ser rediscutido sempre que... Enfim, acho que esta Casa é muito feliz em fazer esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria dizer que algumas alterações recentes no marco de saneamento passaram por essas Casas também. É natural que isso se reflita nos arranjos do estado para dar conta dos desafios colocados.

Reforço que essa decisão de colocar a medida provisória parte também da sensibilidade aos apontamentos dos órgãos de controle, que não são apontamentos recentes – são apontamentos que remontam 2010, a 2008 – sobre dificuldades que a Funasa vem tendo em prover políticas de maneira eficiente. Reconhecemos o legado imenso que a Funasa deixa para o país – isso está registrado, compartilhamos das falas –, mas há dificuldades que precisam ser enfrentadas, e elas estão registradas nos órgãos do controle.

Por fim, queria agradecer e dizer que estamos à disposição também para acolher os servidores da melhor forma possível e coibir esse tipo de, vamos dizer assim, assédio ou comportamentos inadequados que foram registrados aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigado, Sr. Elton.

Também faço um registro de que, pelo que foi colocado aqui – antes de passar já a palavra para o Sr. Diogenes –, se existe ineficiência na Funasa, pelo que está sendo entendido aqui, a coisa vai ficar muito pior, pela falta de planejamento e organização e pela forma como está sendo colocada e sendo construída essa desconstrução. É isto que fica muito claro aqui a partir das falas que foram trazidas, não é? A insegurança que é trazida. Em estradas, então, nem se fala.

Mas aqui vamos voltar para as considerações finais do Sr. Diogenes Otero Galhardo Braga, servidor da Funasa, por dois minutos. Tá, gente? Eu estou pedindo dois minutos, e vou pedir realmente para que a gente possa... São várias Comissões, vários trabalhos aqui, mas a gente quer dar a assistência total a todos os assuntos que interessam ao povo do Brasil.

O SR. DIOGENES OTERO GALHARDO BRAGA (Para expor.) – Obrigado.

Nós atuamos como uma política de Estado desde 1942. Começamos, Senador Cleitinho, em Governador Valadares com 5 mil habitantes, fazendo o sistema de água em 1943. Hoje é aquela maravilha de cidade que nós conhecemos, com 300 mil habitantes. E isso sempre foi tratado por todos os governos que passaram como uma política de Estado e não como uma política de Governo.

Nós buscamos trabalhar, buscamos fazer as coisas, e o recado que a gente tem que deixar é que, com todo o respeito a qualquer governante que tenha passado e que vai passar, a efemeridade do Governo não pode se sobrepor à política de Estado. A política de Governo tem que adequar-se à política de Estado. Ou o Estado brasileiro encara a questão da população rural, da pequena população, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma questão de soberania nacional, uma questão de saúde pública, uma questão que traz dignidade às pessoas, ou então elas estarão relegadas ao completo abandono.

Não vou falar aqui que a Caixa é isso, que a Caixa é aquilo, não importa. Os municípios sabem de que maneira eles conseguem os seus recursos e de que forma eles conseguem gerir, com toda a incipiência de gestão técnica e administrativa que eles têm. Há necessidades, sim, ainda da presença do poder público federal, não só na questão do saneamento – e me permita o colega do Ministério da Saúde –, mas também numa supervisão efetiva em cima das endemias que estão relegadas.

Eu sou uma das vítimas – viu, colega? – da chicungunha e estou aqui não podendo nem calçar sapato porque os pés ainda estão inchados, tá?

Então esse é o meu recado. Eu agradeço profundamente a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada.

O Sr. Diogenes passando a palavra para o Sr. Renan Lange, também servidor da Funasa.

O SR. RENAN LANGE HOLDORF – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Suas considerações finais, em dois minutos.

O SR. RENAN LANGE HOLDORF (Para expor.) – Desculpe-me.

Muito obrigado, Sra. Senadora. Obrigado, Senador Confúcio, também Presidente da Comissão.

No meu recado final, eu gostaria de dizer que a Funasa está presente, além de em todos os locais com os todos os trabalhos que nós destacamos aqui, muito recentemente na tragédia, na crise que se abateu sobre São Sebastião. Nós precisamos nos lembrar do que aconteceu e lembrar todos os dias de como esse país ainda precisa trabalhar muito para reduzir as mazelas, sobretudo, que a desigualdade traz ao nosso país.

A Funasa levou água de qualidade, interrompeu um processo iminente de contaminação por água, por meio de controle de qualidade, e levou um pouco mais de dignidade àquela situação tão perversa, tão cruel que aconteceu ali. A Funasa também está atendendo na região ianomâmi, em outra tragédia, em outra dificuldade muito grande que nós estamos enfrentando como país. A Funasa tende, sobretudo, ao apoio à gestão municipal e a sua importância dela se mostra, sobretudo nisso, principalmente nos municípios que dependem, muitas vezes, do fundo de participação e que não têm condições de prover um adequado serviço de saneamento, e a Funasa está ali, presente.

Nós temos dez manifestos, que podem ser encontrados na internet – estamos divulgando em redes sociais. Nós temos páginas como a Fica Funasa, no Instagram, que podem dar mais informações, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu gostaria de dizer que os servidores, nós, da Funasa, temos propostas para aprimorar o saneamento básico e a saúde pública no nosso país. Gostaríamos muito de continuar a ser ouvidos e agradecemos muito a oportunidade de sermos ouvidos aqui, nesta Casa.

A Funasa é um braço, e talvez o único braço do Governo Federal, no que diz respeito à saúde, que tem essa competência, essa *expertise*, esse pessoal qualificado e a capilaridade das superintendências para chegar onde o Estado quase não chega.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Agradecemos ao Sr. Renan, passando a palavra, para as considerações finais, para a Sra. Helena Magalhães Porto Lira, também servidora da Funasa. A senhora tem dois minutos para as suas considerações finais. Obrigada.

Obrigada a cada um pela presença.

A SRA. HELENA MAGALHÃES PORTO LIRA (Para expor.) – Obrigada pela oportunidade.

Eu quero afirmar aqui que a Funasa, as superintendências regionais, são a casa dos municípios. Nós recebemos todos os municípios – Vereadores, secretários municipais – sem perguntar qual é o partido deles e tratamos a todos com igualdade e com respeito. Os servidores da Funasa pegam literalmente na mão de atores municipais que têm dificuldade, por exemplo, de fazer um projeto, que é do mais simples, de melhoria sanitária.

Esse trabalho não pode estar concentrado dentro do Ministério das Cidades por uma questão que a gente já tratou aqui, de equidade. Nós precisamos ter um olhar diferenciado para essas populações vulnerabilizadas. O Ministério da Saúde faz isso com as populações indígenas, mas não faz isso com as populações quilombolas, as populações ribeirinhas.

Em relação ao que foi colocado pelo colega, de possíveis ineficiências gestadas pelo Tribunal de Contas, o colega Renan já mostrou que tem sido sanado. Inclusive a CGU tem sido, de certa maneira, um olhar dentro da Funasa que nos faz refletir e melhorar. Não deixa de ser uma parceira, a Controladoria-Geral da União.

Se nós fôssemos extinguir tudo o que não é eficiente no país, nós teríamos que extinguir o Ministério da Saúde na crise ianomâmi, e, principalmente a Casai, e não é o caso. (*Palmas.*)

É o caso de a gente recuperar, corrigir os rumos e melhorar, aprimorar. Não se pode ter um país sério, em que se quer desenvolver, se, em cada gestão, mudam-se os nomes das instituições, derruba-se e se constrói novamente. Houve uma política bem equivocada lá atrás, que foi da Ministra Zélia Cardoso de Mello, que resolveu dar 50 cruzados para cada pessoa, além do que estava na poupança. Essa política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, de extinção da Funasa, me parece essa: uma política extremamente equivocada e sem respaldo técnico.

É isso. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada.

Agradeço à Sra. Helena Magalhães também pela presença.

Meu querido Presidente da Comissão, Deputado Arlen de Paulo Santiago Filho, para as considerações finais também.

O SR. ARLEN DE PAULO SANTIAGO FILHO (Para expor.) – Parabéns, Senadora Daniella, por esse requerimento tão interessante para nós que militamos na política em áreas mais vulneráveis, como o norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, onde a Funasa tem sido o braço principal do Governo. O restante a gente não enxerga.

Eu hoje fiquei muito alegre de talvez nos meus sete mandatos encontrar pela segunda vez um funcionário do Ministério das Cidades, enquanto que o da Funasa eu já encontrei mais de duzentas vezes nisso aí e vi muita gente sendo bem atendida. Agora, essa preocupação que eu externei, assim como o Senador Cleitinho agora externou, de eles fazerem a medida provisória e já arrebentarem: "Assédio, sai daqui, não fica nessa mesa", acabarem com a Funasa, quando vocês votarem, talvez não adiante mais, já acabaram com a Funasa. Vai ter novo concurso? Vai ter alguma coisa?

Então, essa ideia que a senhora e o Senador Cleitinho colocaram de ir ao Rodrigo Pacheco para votação o mais rápido possível, dizer se quer extinguir e também dar uma olhada... Quem será que está passando o Presidente para trás, em um órgão que tem o rosto dele, para ele ser acabado? Quem é essa pessoa? É inimigo lá dentro do Governo? Temos que dar um jeito de cuidar bem das coisas e depois deixar uma reflexão. Confúcio, o convite para ir a Januária, a terra em que sua mãe nasceu, lá no norte de Minas, fiquei muito satisfeito. Queremos que o senhor vá lá para ver uma cidade de mais de 70 mil habitantes.

E também estou vendo aí, Confúcio, a questão que foi colocada aqui. O SUS, tão importante, o melhor programa do Brasil, mais R$10 por uma consulta há vinte anos? Não sei onde é que isso vai parar. Trezentos e poucos reais para fazer uma cirurgia de vesícula, o senhor, que é médico, sabe que vai ser impossível, não é? Minas Gerais hoje publicou R$1,18 bilhão para apoio de outra tabela para as cirurgias eletivas. O Governo também colocou R$600 milhões para o Brasil inteiro.

Então, a gente gostaria de sugerir para se debruçarem nessa questão da tabela do SUS. Esses incentivos nada mais são do que uma teoria da conspiração para não focar na questão da tabela.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada, Deputado, também pela presença.

Meu querido Presidente, Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Só para um breve comentário. O rito das medidas provisórias aqui nas duas Casas está num grau de impasse. Ainda não foi feito um acordo do procedimento. Vocês todos leram, não preciso aqui discorrer, todos estão suficientemente esclarecidos.

Então, a gente espera que esse rito, esse impasse se resolva o mais rapidamente possível. E, caso não se resolva, a medida por si caducará agora, no mês de abril. Então, depois de instalada a Comissão Mista para apreciação das medidas provisórias, tem um prazo de debate. Aí vocês novamente voltarão ao debate, serão já escolhidos os Senadores – Senadores de todos os partidos serão indicados – e nesta Comissão que vai acontecer o voto.

Eu quero parabenizar a Senadora Daniella por fazer essa introdução aqui hoje, dar uma satisfação ao Brasil da situação da Funasa, da sua utilidade. Mas agora vamos correr para que a gente vá ao debate propriamente dito e ao voto nos próximos dias.

Então, depois, para o pessoal da Funasa, o pessoal do Governo, depois de citados quais são os Senadores e Deputados Federais que comporão a Comissão Mista, debruçar-se no convencimento um a um para o voto. Acho que o Governo vai trabalhar a sua equipe dos ministérios para convencer a votar "sim" à medida provisória, e vocês da Funasa e outros tantos Prefeitos orientarão os componentes a votar "não". Então, nós temos um caminhozinho aí pela frente para nos debruçar sobre ele.

Mas hoje foi uma belíssima apresentação. Eu acredito que até pela experiência de vocês, desse triunvirato aqui na frente, que representou a Funasa... Eu vejo que os meninos do sindicato estão ali atrás com as faixas, e todos queriam falar, até levantaram a mão. Mas aqui já foram tão bem representados por todos os experientes superintendentes que foi suficiente para representá-los e dar uma resposta aos servidores do Brasil.

Então, eu devolvo a palavra para a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Agradecendo a participação de todos, a presença dos servidores, a presença de todos aqueles que fazem parte do Governo, dos representantes, eu quero dizer que o nosso objetivo nós alcançamos, meu querido Presidente Confúcio, agradecendo também a deferência de estar aqui conosco até o final da audiência pública e a todos os Senadores, o colega Cletinho e todos os outros que estiveram aqui conosco, Senadora Soraya, Senadora Tereza Cristina, Senador Izalci, entre outros – houve uma hora que tive de sair e não vi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, agradecendo a presença de todos, quero dizer que alcançamos o objetivo.

Há Prefeitos e Prefeitas do Brasil inteiro nos acompanhando.

Eu queria dizer para vocês que o objetivo era trazer esclarecimentos para aquilo que há de entendimento por parte do Governo e o entendimento tanto por parte do órgão bem como daqueles que são beneficiados por ações dos órgãos, que são os municípios representados por seus Prefeitos, pelos seus gestores e também por tantas e tantas associações que participam e atuam lá nos municípios.

Quero dizer para vocês que – e aqui quero deixar uma palavra muito tranquila – é verdade, está havendo esse impasse com relação a apreciação das medidas provisórias; por outro lado, o Governo tem acelerado o desmonte da Funasa, mas eu quero dizer que isso não intimida nenhum Senador, nenhum Deputado, nenhuma Senadora e nenhuma Deputada com relação à votação. (*Palmas.*)

Vocês podem desmontar como vocês quiserem. A decisão é da Casa, e a Casa decidindo vão ter que montar tudo de novo e talvez mais bonito do que estava.

Então, o que eu quero dizer... (*Palmas.*)

Só deixar essa tranquilidade para aqueles que fazem parte, que são servidores e também para cada população e para cada servidor, cada pessoa que é atendida e que tem... Você imaginar alguém que não tem banheiro em casa, não tem acesso... A gente está aqui falando, gente, com comodidade; a gente, quando quer ir ao toalete, vai aqui ao banheiro, se serve, lava a mão, toma água. Então, a gente está falando de pessoas que não têm acesso a nada disso, e a Funasa tem trabalhado constantemente para cuidar dessas pessoas.

Por isso que eu digo que a Funasa, sim, é a cara do Governo do Presidente Lula. É sim! Por isso que eu acredito, sim, que o Presidente não saiba, não tenha conhecimento de como está acontecendo esse desmonte da Funasa, essa tentativa de realmente retirar um órgão tão importante para o nosso país, ao invés de fortalecê-lo, que seria um caminho mais fácil.

O que acontece na minha casa, ou na sua casa, ou na casa de qualquer um aqui, quando um cano sai do lugar, quando há um vazamento, o que quer que seja, qualquer problema, a gente costuma reformar, ajustar, investir, e não derrubar, porque, se eu for derrubar a minha casa por causa de um problema que ela cause... E a Funasa é a casa do povo, a casa do cidadão que está lá, dos 30 mil, até 30 mil, até 50 mil habitantes, aqueles municípios que precisam realmente da ação daqueles que atuam e que têm conhecimento... (*Palmas.*)

... como foi dito aqui por muitas vezes, daqueles que atuam diretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nos órgãos que estão lá nos estados, as superintendências atuam: quem acompanharia os convênios?

São muitas e muitas questões que foram trazidas aqui, e eu acho que esclarecidas para aqueles que puderam estar aqui e para aqueles que vão acompanhar efetivamente também através da TV Senado, e para os Senadores e as Senadoras. Então, o meu muito obrigada.

Antes de encerrarmos o nosso trabalho...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Pois não.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tenho que fazer um comentariozinho aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Pois não. O meu Presidente está me secretariando aqui...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Estou secretariando... (*Risos.*)

Muito bem, nós tivemos muita participação de internautas, mas a maioria das perguntas foram respondidas.

Eu quero registrar: Gustavo Mariano, aqui de Brasília; Lúcio Ruivo, de São Paulo; Fernanda de Carvalho, de Santa Catarina; Eduardo de Almeida, do Rio de Janeiro; Anderson Azevedo, do Estado de Alagoas. Muitas sobre terceirizados, a situação deles – estão perguntando –, e a destinação: para onde vão os servidores. São as dúvidas que foram todas respondidas aqui, e pelas quais é uma necessidade somente de agradecer a todos eles.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Agradecendo a todos que participaram pelo e-Cidadania.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 4ª Reunião realizada em 21 de março último e da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e seis minutos do dia quatro de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Weverton, Izalci Lucas, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Luis Carlos Heinze e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores não membros Flávio Bolsonaro e Ciro Nogueira. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Otto Alencar, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Tereza Cristina e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 23, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a concessão e a duplicação da rodovia federal BR-381." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 24, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis -ANP, com o objetivo de debater o plano de atuação da Agência e a relação entre a regulação e a potencial introdução de fontes de energia renovável no país." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 25, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização audiência pública com o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, com o objetivo de debater o plano de atuação da Agência, no que se refere à regulação e estratégias do setor de telefonia." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 26, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública com a presença do presidente da Petrobrás, para debater o plano de atuação da empresa e a estruturação da política de preços dos combustíveis." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 27, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública para debater as potencialidades das redes neutras e como essas redes podem democratizar o acesso à internet no Brasil." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4643, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir os cartões de crédito e débito como meio de pagamento de tarifas de pedágios em rodovias federais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Weverton. **Relatório:** Pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1717, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a rodovia BR-431 no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 877, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória nos preços dos serviços de praticagem" **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. Fizeram uso da palavra os Senadores Ewerton, Eduardo Braga, Izalci Lucas e Astronauta Marcos Pontes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e onze minutos.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/04

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 4 de abril de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 64, de 2023, da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), reguladora, referente à Tomada de Subsídio nº 4.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, o documento, já disponível para consulta na página da Comissão, aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes que tiveram seu recebimento comunicado em reuniões anteriores.

Nos termos do Ato nº 8, de 2021, após a autenticação da senha no Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão", dentro do aplicativo ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores remotos, que hoje serão maioria.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mão poderão acessar a Pauta Cheia da reunião, disponibilizada no *chat* e nos computadores deste Plenário.

Votação de projeto terminativo por meio do aplicativo Senado Digital.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital.

Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar o botão "votações" – todo mundo já conhece muito bem –, depois "votações abertas em comissões" e então procurar a votação da Comissão de Infraestrutura em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do Ato nº 8, de 2021, após a autenticação da senha do Sistema Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada para a captura, conforme já falei.

Requerimentos.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 23, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a concessão e a duplicação da rodovia federal BR-381.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: um representante do Ministério dos Transportes; um representante da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT); representante da Infra S.A., representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Esse daqui eu vou deixar sobrestado um pouquinho até atingir 12 nomes. Nós só temos seis. Está longe, faltam sete. A Soraya já registrou. Daqui a pouco a gente volta para a votação.

Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 24.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 24, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis -ANP, com o objetivo de debater o plano de atuação da Agência e a relação entre a regulação e a potencial introdução de fontes de energia renovável no país.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Proponho a presença do Diretor-Geral do órgão, Rodolfo Henrique de Saboia.

Vamos deixar também sobrestado, até atingir o quórum.

Outro requerimento de minha autoria.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 25, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização audiência pública com o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, com o objetivo de debater o plano de atuação da Agência, no que se refere à regulação e estratégias do setor de telefonia.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Requeiro a realização audiência pública com o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Manuel Baigorri, para debater o plano de atuação do órgão no que se refere à regulação e estratégias do setor de telefonia.

Já, já a gente vota.

Só está tendo aqui requerimento meu.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 26, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com a presença do presidente da Petrobrás, para debater o plano de atuação da empresa e a estruturação da política de preços dos combustíveis.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Requeiro a realização de audiência pública com a presença do Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates – essa audiência vai dar muita gente aqui muito interessada, o Brasil inteiro –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para debater o plano de atuação da empresa e a estruturação da política de preços dos combustíveis.

É muito interessante.

Já, já a gente vota.

São muitos requerimentos.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 27, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater as potencialidades das redes neutras e como essas redes podem democratizar o acesso à internet no Brasil.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Ele propõe audiência com a presença dos seguintes convidados: Juliano Maranhão, Professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP); Juarez Quadros, ex-Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Carlos Eduardo Medeiros, ex-Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios da Oi Telecom; Carlos Manuel Baigorri, Presidente atual da Anatel; e Ailton Santos Filho, da Nokia, CEO da Nokia Brasil.

Mais outro requerimento.

ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 4643, DE 2020
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir os cartões de crédito e débito como meio de pagamento de tarifas de pedágios em rodovias federais.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta

Observações:

1. Após deliberação na CI, a matéria vai à CAE, terminativamente

2. Votação simbólica

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir os cartões de crédito – isso é muito importante – e débito como meio de pagamento de tarifas de pedágios em rodovias federais.

Hoje é só em dinheiro. Às vezes a pessoa está sem dinheiro e tem que voltar a uma cidade para pagar uma coisinha como R$3 – é terrível isso. Com cartão de crédito, agora ele introduz na lei. Isso é muito importante. É de autoria do Senador Eduardo Girão e a relatoria é do Senador Weverton.

Eu vou aguardar um tempinho dar quórum para nós colocarmos o tema em debate.

Deixe-me ver o outro.

Neste caso específico, o Senador Wellington apresenta agora um requerimento que eu vou ler: "Na oportunidade em que cumprimento V. Exa., venho externar meu pedido de retirada de pauta do PL 1.717, de 2019.". Está assinado: Wellington Fagundes, que é o Relator.

Se o Relator pede, vamos atender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 1717, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a rodovia BR-431 no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta
Observações: *Votação nominal*)
Pronto, separado.

ITEM 8
PROJETO DE LEI Nº 877, DE 2022
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória nos preços dos serviços de praticagem

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)
Relatoria: Senador Weverton
Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta
Observações: *Votação nominal*

Eu mesmo não sabia o que era praticagem. Os meninos aqui me ensinaram agora mesmo. Segundo a nossa assessoria aqui, o nosso assessor direto, esse tema está sendo muito debatido, há muita solicitação de participação. O tema é quente. Vamos deixar aqui para aguardar número. (*Pausa.*)

Vamos esperar mais alguns minutos e mobilizar os nossos colaboradores para a gente atingir o quórum de doze; por enquanto, só temos seis – está faltando muito. Vamos esperar aqui mais, no máximo, dez minutos, e, caso não atinjamos o quórum, eu vou encerrar a nossa reunião. Vamos dar um tempinho aqui de dez minutos. Nesse intervalo, vamos ligando para... O pessoal está distante, já está assumindo o feriado antes da hora. Todo mundo está nos estados, mas, se a gente conseguir, pelo celular – eu tenho certeza disso porque esse grupinho é muito bacana – , eles vão comparecer.

Eu vou suspender aqui por exatamente dez minutos para nós recomeçarmos. E, no recomeço, se não atingirmos quórum, a gente encerra. Então, vamos dar uma pausa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem! Deu certo! Atingimos os 12 Senadores, com quórum para a gente trabalhar. Vou dar sequência aqui. (*Pausa.*)

Bem, o Senador Weverton está presente. Já fiz a leitura. É o Projeto de Lei 877, de 2022 – vou ler de novo –, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional e dá outras providências, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória nos preços dos serviços de praticagem.

Eu passo a palavra ao Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras.

Presidente, eu estou conversando aqui com V. Exa. e eu queria fazer o seguinte encaminhamento. Aproveito aqui o nosso Líder Eduardo Braga, com a sua experiência, e ele vai me ajudar aqui nesta condução, nesta relatoria aqui do projeto de autoria do nosso querido Senador Nelsinho Trad, que eu tenho a honra aqui de relatar, até porque esse assunto trata também dos estados onde nós temos portos, e o meu estado, sem dúvida nenhuma, tem essa importância, que é o Porto do Itaqui. Então, eu tenho certeza de que essa regulamentação dessa importante profissão, que é a praticagem, vai ser muito importante para o país, não só pela segurança jurídica, porque hoje é uma ação infrarregulamentada – há ação do TCU que já reconheceu a importância e a forma como é feito hoje o trabalho deles, assim como a Marinha do Brasil e todas as outras autoridades públicas.

Mas, Presidente, como o projeto é terminativo e nós temos a necessidade do quórum de 12, no mínimo, votando o projeto, eu gostaria de ler o meu relatório. Eu conversei com os autores dos requerimentos de audiência pública; eles todos concordaram em retirá-los. Então, nós não vamos nem analisar o pedido de audiência. Eu vou apenas ler o meu relatório e o meu voto e gostaria de pedir a V. Exa. que suspendesse. Por quê? Porque eu vou chamar uma reunião, na segunda-feira, às 17h, lá no meu gabinete, vou ajustar, porque parece que ainda há algumas sugestões que parecem ser simples, mas não custa nada, sempre é bom e prudente ouvir, e eu faço o ajuste. Na terça-feira, Líder Eduardo, eu retomo aqui o assunto. Aí fica mais fácil de nós darmos a condução para podermos avançar, ao tempo que, logo no final, eu mesmo me peço vista aqui. Peço para o meu amigo, Líder Eduardo, pedir vista coletiva comigo. Vamos inaugurar essa nova modalidade aqui. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu queria apenas, Presidente Confúcio e Líder Weverton, cumprimentar V. Exas. e dizer da importância dessa matéria, porque eu acho que essa matéria tem um impacto em todas as regiões brasileiras, mas de uma forma muito especial na região portuária e na Região Norte do país, onde as hidrovias têm um papel destacado na logística e no custo Brasil daquelas regiões.

Portanto, acho importante termos a prudência, mas ao mesmo tempo a prioridade de votarmos essa matéria porque esse é um tema que precisa ser atualizado, resolvido, enfrentado e discutido, e eu acho que esta Comissão é exatamente o fórum adequado e pertinente para a gente discutir essa temática.

Portanto, eu cumprimento a decisão de V. Exa.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Pergunto a V. Exa. se acompanha o pedido de vista coletiva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, o pedido de vista coletiva sim, claro.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Então, eu vou ler, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Também com relação ao item 8, eu acho que a gente precisa ou discutir numa audiência ou a gente dar uma analisada melhor.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Peça vista coletiva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu vou pedir vista. Pode deixar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Então, vamos lá!

Vem para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei 877, de 2022, de autoria do Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), que apresenta proposta de modificação da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para permitir a regulamentação dos serviços de praticagem no país.

O PL dispõe de quatro artigos. O art. 1º acrescenta inciso ao art. 12 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, estabelecendo que o serviço de praticagem é atividade essencial, de natureza privada, cujo objetivo é garantir a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e a proteção ao meio ambiente.

O art. 2º altera o *caput* do art. 13 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para elencar as capacitações necessárias para exercer e manter a habilitação do serviço de praticagem pela autoridade marítima.

O art. 3º acrescenta os arts. 12-A, 15-A, 15-B, 15-C, 15-D e 15-E, para estabelecer a constituição dos serviços de praticagem; a remuneração; os parâmetros para que a autoridade marítima institua anualmente a lotação dos profissionais; normas para participar no processo seletivo para a categoria de praticante de prático; e, por final, a instituição da mesma ordem de precedência e equivalência à categoria de Capitão de Longo Curso (CLC) da Marinha Mercante aos práticos, após 20 anos completos de serviço.

O art. 4º estabelece a cláusula de vigência.

Esgotado o prazo regimental, não foram recebidas emendas ao projeto.

Análise.

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes; e outros assuntos correlatos.

A proposição em análise altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para permitir a regulamentação dos serviços de praticagem no país.

Em relação ao mérito, concordamos com o autor da matéria, o Senador Nelsinho Trad, de que é necessário garantir a competitividade dos portos e a manutenção da segurança em nossas águas, e para isso é de extrema importância e urgência a normatização mais clara e detalhada do serviço de praticagem.

O país transporta suas riquezas pelo mar e, também, retira do mar riquezas essenciais ao progresso de suas iniciativas. O serviço de praticagem, nesse contexto, está intimamente ligado à economia do mar brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, o serviço de praticagem consiste na atividade realizada por práticos, de forma autônoma ou em sociedades simples uniprofissionais, de sorte que os referidos profissionais aquaviários, em razão da sua especial capacidade técnica e familiaridade com as respectivas zonas de praticagem, assessoram embarcações e seus comandantes, navegam e manobram os navios vindos do mar aberto e de águas profundas até sua atracação nos portos e seu retorno ao mar, passando pelos canais, rios de acesso, águas rasas, restritas e confinadas, superando as dificuldades e perigos geográficos (submersos ou não), condições meteorológicas, marés e tráfego das demais embarcações.

Para desempenharem a profissão, os práticos necessitam, inicialmente, obter aprovação em processo seletivo organizado pela autoridade marítima, tecnicamente rigoroso, para a categoria inicial de praticante de prático, através de submissão a avaliações escrita, psicofísica, prova de títulos e prova prático-oral (inclusive com utilização de simuladores), devendo, ainda, obterem a aprovação, após cumprir estágio de qualificação, o que os eleva à categoria de práticos das suas respectivas zonas de praticagem.

A atividade profissional do prático e o serviço de praticagem, como um todo, são intimamente associados à segurança da navegação, aqui tomada como sinônimo da expressão segurança do tráfego aquaviário, não importando as distinções entre os dois conceitos. A segurança da navegação constitui o propósito e o próprio sentido de existência do serviço de praticagem. A associação entre praticagem e segurança da navegação é milenar, e o trabalho dos práticos é reconhecido como essencial e indispensável à segurança das manobras e dos deslocamentos de navios em portos e outras áreas de navegação cujas peculiaridades imponham cuidados redobrados ao navegante.

Pode-se definir o prático como o aquaviário, não-tripulante, que assessora o comandante do navio na execução das fainas de praticagem, no interior de uma zona de praticagem. O prático é um profissional de alta competência técnica, com profunda noção das peculiaridades da zona em que opera, e que emprega sua habilidade em favor da segurança da navegação.

Seu conhecimento e sua experiência são entendidos como essenciais à redução de riscos quando do trânsito do navio por passagens perigosas. É possível traçar os primórdios da atividade de praticagem de navios desde a Grécia e a Roma Antiga ou até antes disso, no contexto das travessias costeiras realizadas pelos navegadores fenícios há mais de 4 mil anos, na porção oriental do Mar Mediterrâneo.

A importância da praticagem no cenário econômico brasileiro se viu em evidência, sobretudo, com a edição da Lei 14.301, a famosa Lei BR do Mar, passando a ser diretamente relacionada ao chamado custo Brasil. Desde então, o transporte marítimo atraiu, cada vez mais, a atenção dos principais órgãos públicos, principalmente diante da possibilidade de substituir parcialmente o modal rodoviário, e, dessa forma, contribuir para a redução geral dos custos de transporte no país.

Diante da importância dessa atividade para o desenvolvimento econômico nacional, acreditamos, portanto, que a proposição é oportuna e aperfeiçoa a atividade de praticagem no Brasil, fornecendo maior segurança jurídica e estabilidade regulatória para a atividade. Resta claro, portanto, a necessidade de um único reparo que merece ser feito em relação ao art. 30 do projeto de lei, na modificação do inciso I do art. 15-D, cujo texto anterior poderia excluir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo seletivo à praticante de prático, profissionais que hoje são autorizados pela autoridade marítima à participação.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 877/2022, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CI
> Dê-se ao inciso I do art. 15- D, na forma do art. 30 do Projeto de Lei Projeto de Lei 877 de 2022, que modifica a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, a seguinte redação:
> "15-D.....
> .....
> I- Aquaviários e amadores, de acordo com a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, regulamentado pelo Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998, com curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação."

Presidente, esse é o voto. Como foi combinado aqui no início – colegas, só para recapitular –, eu conversei com os Senadores que tinham, no prazo regimental, apresentado o pedido de audiência pública, expliquei a eles a necessidade do projeto – Líder Marcelo e Líder Eduardo – e ambos concordaram em retirar esses pedidos. Inclusive, eu mesmo fiz o pedido de audiência pública. Caso eles não retirassem, eu também ia fazê-lo.

Mas, além da urgência, também pela prudência, eu sugeri aqui aos colegas que, ao final da leitura do relatório, do meu voto, nós pudéssemos fazer um pedido de vista coletivo para que na segunda, às 17h, eu pudesse reunir no gabinete com os setores que ainda querem fazer algumas sugestões – e podem, claro, e devem – para que na terça a gente volte aqui a discutir, se tiver que melhorar a gente melhora, e vote, para mandar para a Câmara, que nós sabemos que lá ainda vai demorar um bom pedaço para poder se tornar realidade essa legislação.

Então, eram essas as minhas considerações. Agradeço aqui a atenção dos colegas Senadores que compreenderam a importância desse projeto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Nós vamos deixar a discussão do projeto em si para depois que V. Exa. apresentar a proposta de relatório, depois de ouvidas as partes, como V. Exa. solicitou. Então, mesmo a palavra concedida agora, ela não será objeto da discussão, vamos discutir depois. Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, V. Exa. acabou de responder exatamente o que eu queria colocar. Exatamente porque o relatório poderá sofrer modificações em função das reuniões e das tratativas que acontecerão ao longo dessa semana, a discussão se dará na próxima semana. Portanto, V. Exa. já respondeu a colocação que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, vista coletiva concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6
PROJETO DE LEI N° 4643, DE 2020
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir os cartões de crédito e débito como meio de pagamento de tarifas de pedágios em rodovias federais.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)
Relatoria: Senador Weverton
Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta
Observações:
1. Após deliberação na CI, a matéria vai à CAE, terminativamente
2. Votação simbólica

Com a palavra o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura passa a analisar o Projeto de Lei 4.643, de 2020, de autoria do Senador Eduardo Girão, que apresenta proposta de modificação da Lei nº 8.987, de 1995, para permitir que as concessionárias de rodovias federais implementem a utilização de cartões de crédito e débito como forma de pagamento de pedágios.

Pix é só quem tem dinheiro na conta. (*Risos.*)

Em análise preliminar, podemos verificar que o presente projeto é constitucional, visto que conforme o art. 22, inciso XI e VII, da Constituição Federal, compete à União legislar sobre trânsito e transportes e política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores. Portanto, é legítimo que a União estabeleça a forma de pagamento a ser utilizada nas concessões rodoviárias.

Além disso, o PL 4.643, de 2020, está em consonância com a Lei nº 8.987, de 1995, que aponta em seu art. 6º que as concessões pressupõem a prestação de serviço adequado, isto é, que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Com relação ao mérito, a implementação do pagamento de pedágios com cartões de crédito e débito trará uma série de benefícios aos usuários das rodovias, como a comodidade e a segurança na realização do pagamento.

Ademais, cabe ressaltar que a grande maioria das pessoas já utiliza cartões de crédito e débito como meio de pagamento em outras áreas, como compras em estabelecimentos comerciais, por exemplo. Portanto, a implementação dessa medida não trará grandes dificuldades aos usuários das rodovias.

Não esqueçamos, o PL 4.643, de 2020 caminha em direção ao aprimoramento da qualidade do serviço de concessão de rodovias federais, não só pela comodidade que a medida trará aos usuários, mas também pela modernização do sistema de pagamento de pedágios.

Entretanto, o país tem como fundamento basilar de sua relação com os investidores o respeito aos contratos. Não seria salutar que de tempos em tempos os contratos administrativos sofressem modificações unilaterais, principalmente aquelas que pudessem desequilibrar a saúde econômico-financeira dos contratos, com repercussões regulatórias e burocráticas relevantes. Principalmente para as agências reguladoras, no caso, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e para os órgãos de controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Anuário Estatístico de Transportes de 2021, a ANTT administra 23 contratos de concessões rodoviárias, que gerem 11.025 quilômetros de rodovias federais. A alteração imediata das regras de todos estes contratos, mesmo que para um fim meritório, poderia causar um efeito adverso na própria regulação dos contratos, visto que para cada um deverá ser feito uma conta específica de equilíbrio das obrigações do concessionário.

Além disso, as formas de pagamento são mutáveis com o avanço tecnológico. É bom lembrarmos que até o sal já foi usado como moeda. Há pouco tempo não conhecíamos o Pix como um método de pagamento. Os próprios cartões de crédito e débitos são invenções relativamente recentes na história das transações bancárias. Seria temerário condenar a ANTT a usar cartões de débitos e créditos de forma obrigatória e perpétua nos pedágios, se, devido ao avanço da informática, em futuro bem próximo, tais meios de pagamento já possam ter sido totalmente substituídos por outras formas mais céleres e seguras de pagamento.

Assim, entendemos oportuno deixar tanto expresso que a nova obrigação valerá para os novos contratos licitados a partir de 1º de janeiro de 2025, quanto que os atuais contratos somente precisarão atender a nova regra quando for devida a primeira revisão quinquenal após aquela data. Dessa forma será respeitada a segurança jurídica e o devido impacto regulatório na aplicação da lei.

Finalmente, consideramos oportuno também substituir a espécie cartões de débitos e de créditos, pelo conceito: meios eletrônicos, de forma atualizada com o avanço tecnológico. Assim, quando houver o surgimento de outras formas mais seguras e céleres de pagamento que o cartão de crédito ou de débito, e certamente haverá em não muito tempo, a lei não estará obsoleta.

Meu voto é pela aprovação do projeto de lei, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CI
> Dê-se a seguinte redação ao Art. 12-A proposto pelo art. 1º do PL 4.643, de 2020:
> "Art. 12-A. Os contratos de concessão de rodovias federais, licitados após 1º de janeiro de 2025, deverão prever a possibilidade de pagamento da tarifa de pedágio por diferentes meios eletrônicos, de forma atualizada com o avanço tecnológico." [Porque, se daqui para lá já surgir outro meio de pagamento também, assim como o Pix, cartão de crédito e débito, ele já vai ter que estar adaptado.]
> Parágrafo único. Os atuais contratos em vigor aplicarão a obrigação do *caput*, gradualmente, a partir das revisões quinquenais subsequentes à data de início da obrigação para os novos contratos.

É esse o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação ao Relator para esclarecimento.

Eminente Relator, eu comentava ainda há pouco aqui com o Senador Marcelo Castro que esta é uma ideia muito interessante. No entanto, mundo afora, não ocorre pagamento de pedágio através de cartão de crédito e sim através de mecanismos pré-pagos, que já são usados inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil. Por uma razão: cartão de crédito tem taxa de administração, tem, portanto, um custo. Eu pergunto a V. Exa.: como é que ficaria esse custo da taxa de administração desses mecanismos de pagamento? Seriam acrescidos ao pedágio? Porque, se isso acontecer, nós estaremos onerando o usuário do pedágio que não paga por cartão de crédito. Portanto, seria preciso ter dois preços de pedágio: aquele que paga pelo mecanismo dinheiro ou pré-pago, que não tem taxa de administração, e aquele que pagará por um mecanismo, seja ele cartão de crédito ou outro mecanismo qualquer, que tenha taxa de administração, sob pena de você estar encarecendo o pedágio para o usuário que paga à vista ou pré-pago.

Então, eu pergunto a V. Exa. como é que o projeto de lei está protegendo o usuário para não ter essa oneração ou esse custo adicional para quem não usa cartão de crédito.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Muito bem. Eu lhe agradeço pela pergunta porque ela tira qualquer tipo de dúvida logo após aqui a minha fala, e fica aberto também para eventuais sugestões.

Nós não colocamos no voto cartão de crédito, nós deixamos claro o seguinte: "por diferentes meios eletrônicos, de forma atualizada com o avanço tecnológico". E a nossa preocupação de ser a partir de 2025, com os novos contratos ou com as revisões dos contratos existentes, é justamente para dar essa segurança jurídica, porque quem é a outra parte do contrato que tem a obrigação de defender a sociedade são as agências, no caso aqui é a ANTT. Então, ela tem a condição de, nesse contrato, ao assinar e especificar que a partir dali vai ter outros tipos de pagamentos eletrônicos que não estão previstos nos contratos atuais, estabelecer se ele vai poder jogar essa tarifa para o usuário ou não e de que forma seria. Então a gente não amarra detalhes do contrato, até porque isso é a agência reguladora que cuida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, Sr. Presidente, eu peço vista, porque quero apresentar uma emenda para que não haja nenhum tipo de ônus ou de acréscimo ao usuário na atualização desta tecnologia.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Eu posso inclusive...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Se V. Exa. acatar, então não preciso pedir vista. V. Exa. acatando uma emenda para que, em hipótese alguma, isso represente ônus para o usuário, eu voto favoravelmente para garantir que o usuário não esteja impactado com custos adicionais.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Então, nós poderemos deixar assim: "pagamento da tarifa de pedágio por diferentes meios eletrônicos, de forma atualizada com o avanço tecnológico – vírgula –, desde que não onere o usuário na operação". Pronto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Perfeito.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Aí, a gente mata o projeto, o.k.? Certinho? (*Pausa.*)

Porque aí a gente acrescenta isso aqui e fecha.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Então, eu acrescento aqui: ", desde que não onere o usuário na operação".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu tenho visto que nessas concessões, pelo menos em todas que eu conheço, há sempre uma conversa de devolução, que estão quebradas, que não sei o quê. Em várias: aqui na 040, aqui na 070, na 060...

E essa questão do pedágio em dinheiro favorece a sonegação fiscal, porque eu também não conheço nenhum outro tipo, a não ser grana; você tem que pagar em dinheiro. E aí, quando entra em dinheiro, você não tem como fiscalizar isso em termos de arrecadação. Então, eu concordo que tem que ter realmente um mecanismo, preferencialmente em meio eletrônico, para que a Receita Federal também, ou as concessionárias, o Estado possa também acompanhar a arrecadação disso.

Acho que um dos motivos... Porque é aquele negócio: todo mundo reclama, mas o pessoal continua. É o mesmo caso dos Prefeitos, não é? Todo mundo antigamente... "Ah, o Prefeito está quebrado" e tal, mas todo mundo quer que ele vá para a reeleição. A estrada é a mesma coisa: ninguém quer. Você vai devolver, mas, na hora mesmo, todo mundo muda de opinião.

Então, de fato, esse mecanismo favorece o controle, porque eu acho que tem muita sonegação fiscal nisso aí.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sr. Presidente, só uma consideração...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Só para somar um pouco na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Nós temos como meio de pagamento atualmente o dinheiro, mas também existe o que a gente chama de Sem Parar, que é um dos tipos, mas existem esses tipos de pagamentos em que você faz um contrato com uma empresa, e nesse caso você passa direto ali, com o marcador eletrônico, e isso é descontado. Mas esse serviço tem um custo, então os usuários que optam por esse tipo de serviço pagam um custo extra. E – para somar nesta parte aqui –, como a gente está colocando que é sem custo extra aos usuários, é importante ter em mente que com isso pode ser travado algum outro tipo de sistema, como o Sem Parar, por exemplo, em que existe um contrato em que o usuário paga ali o valor, quem opta por aquele serviço. Então, é uma coisa a se pensar, a se raciocinar: se isso não trava a utilização de novas tecnologias também.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, como a gente vai ter que apresentar um novo relatório, então eu gostaria de também pedir para V. Exa. acatar o pedido de vista do Senador Eduardo, porque aí eu faço um novo relatório, apresento, e na semana que vem – e se tiver mais alguma sugestão – a gente já fecha aqui este relatório para apresentar. Eu já o li; na próxima, já é só para...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O projeto é muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dias atrás eu fui para Goiânia, e ali, perto daquele primeiro pedágio de Alexânia...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... eu não tinha levado dinheiro nenhum. Eu não sabia que não podia pagar com cartão de crédito. Aí, com aquela fila de carros, eu na frente, mas vários atrás, a moça disse que eu não podia pagar de outra forma; tinha que ser em dinheiro. Até para dar ré ali foi difícil. Para eu sair todo mundo teve que recuar um pouquinho. Isso para eu voltar, a mais ou menos 10km, 12km da cidade de Alexânia, ir ao banco e tirar o dinheiro para pagar R$4. Você imagina o nível de aborrecimento em que a pessoa fica e tal e tal. Mas eu não sabia que não podia pagar.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Nos Lençóis Maranhenses, se você atravessar lá para fazer o passeio em que eu vou levá-lo e, quando você vem comer lá um beijuzinho, aí, se você não tem dinheiro, ela diz "aceita um Pix" e você passa aqui a maquinazinha. Ela vai lhe dar lá a máquina.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A tapioca você paga, não é?

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – É.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Então, é um projeto interessante, mas, como houve essa emenda aqui acordada, vamos deixar para quarta-feira a gente votar, porque na terça-feira tem audiência pública com o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Fonseca, não é? Desculpa, Alexandre Silveira. Então, na quarta-feira, a gente põe em votação os seus dois projetos já alterados. É...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – O da praticagem e o das rodovias...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O da praticagem e esse aqui do pedágio.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, vista coletiva concedida.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Presidente, então, o último item de que eu estou aqui como Relator, isso aqui é só o pedido dessa audiência aqui da rede neutra. Se o senhor concordar, eu já termino logo para não ficar mais ouvindo minha voz no dia de hoje. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, todos os requerimentos, do Carlos Viana, de realização de audiência pública para discutir a concessão de duplicação da rodovia 386; um de minha autoria, audiência pública com o a Diretor-Geral da... Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Randolfe; outro de minha autoria sobre telefonia; outro de minha autoria convocando, convidando Jean Paul Prates para discutir aqui na nossa Comissão a estruturação da política de combustíveis, de preços; e Weverton, a realização de audiência pública para debater potencialidade das redes neutras, como essas redes podem democratizar o acesso à internet do Brasil.

Como todos já foram lidos, eu quero votar todos em bloco.

Os Senadores que estiverem de acordo com a aprovação dos requerimentos lidos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Eu gostaria de agradecer aqui a V. Exa., a todos os colegas Senadores. Esse requerimento que acaba de ser aprovado pedindo essa audiência pública para discutir as potencialidades das redes neutras e como essas redes podem democratizar o acesso à internet no Brasil é muito importante. Nesse evento de que nós participamos agora há pouco em Barcelona, um dos maiores eventos do mundo na área de telecomunicação, inclusão e inovação, nós percebemos o quanto que nós precisamos urgentemente legislar sobre assuntos em que cada um da sua forma está aí tocando os seus negócios.

Por exemplo, a rede neutra. Hoje, qualquer um chega à sua casa, quando olha aqueles postes embaixo da rede elétrica, é um emaranhado de fio. Cada fio daquele ali é de um provedor. Então, tem lugares que tem 15, tem 20 fios daqueles ali. Além de dar acidente, de ficar feio visualmente, encarece a operação desse pequeno provedor. Por quê? Porque ele acaba tendo que custear o investimento de forma muito forte para levar a fibra ótica para o seu cliente. Essa rede neutra, para quem está me assistindo e me ouvindo, é bem simples e já acontece em outros lugares do Brasil. Ela permite que investidores, ou o Estado brasileiro ou a iniciativa privada, criem redes sem competir com os serviços, ou seja, eu vou passar uma linha de fibra óptica, e lá 10, 15, 20 prestadores de serviço de provedor pequeno podem contratar aquela rede para passar um cabo só – em vez de ficar 15 cabos, você pode usar um só.

Para você ter ideia, lá em Lisboa, que é aqui do lado – nós que adoramos fazer Direito Comparado –, lá a energia elétrica é de rede neutra. Se eu não estou concordando com a empresa de energia que está me fornecendo energia, eu posso ligar, mudar imediatamente, e a outra empresa já começa a fornecer para mim sem ter que mexer em nada. Por quê? Porque a rede elétrica não é da empresa A ou B; ela é uma rede neutra que vende a passagem daquela energia para a concessionária.

Esse debate vai avançar para o *modem* neutro. Eu sugeri nesse debate lá. Eles adoraram – já estão conversando aqui no Ministério das Comunicações, Ministro Astronauta –, e lá eles adoraram a ideia! Você imagina: eu estou com uma empresa X, lá em casa, de internet. Aí eu tenho lá o *modem* que eles colocam para poder oferecer serviço de internet. Se eu mudo essa empresa, se tiver o cabo de fibra ótica de outra empresa, aí o que eles fazem? Eles vão lá em casa, têm que quebrar a parede e não sei o que mais, para tirar o meu *modem* e colocar o outro da outra empresa. Esse *modem* neutro lhe dá condição de você receber serviço de qualquer prestador, ou seja, eu não gostei do serviço da empresa A, eu mudo imediatamente para a empresa B. Eles não precisam nem entrar lá em casa; eu tenho total privacidade e posso fazer uma instalação só e acabou.

Então, assim, é muito real, possível. E esse debate aqui da rede neutra nós vamos trazê-lo para cá para o Senado e acho – acho, não –, penso e tenho certeza de que nós vamos dar uma grande contribuição para o país.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mais algum Senador deseja fazer algum comentário? (*Pausa.*)

Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Weverton, porque efetivamente essa questão da rede neutra, seja de internet, seja de rede elétrica, realmente é o caminho do futuro. E nós já estamos, agora, com uma nova realidade, porque o que nós estamos vivendo, a partir desse *modem* da Starlink com módulos de internet, que está ficando cada vez mais barato... Veja, antigamente, Presidente, para a gente colocar uma banda larga de internet numa escola do interior de Rondônia, ou do Amazonas, ou do Piauí, ou do Maranhão – que são os estados mais isolados do Brasil e com grande dimensão territorial –, era praticamente inimaginável e apenas através ou de um satélite geoestacionário, ou através de cabos de fibra ótica; via de regra eram impossíveis de serem colocados!

Agora, nós estamos diante da oportunidade, num custo viável, de colocarmos essas antenas. Então, nós estamos diante de uma nova fronteira tecnológica que vai dar muita mobilidade e de que nós precisamos discutir não só a neutralidade de infraestrutura, porque o que o Senador está colocando é a neutralidade de infraestrutura, não é? É uma neutralidade na infraestrutura, neutralidade na fibra ótica – não é? –, quando, na realidade, já se está discutindo neutralidade até nos sinais da antena, porque nós poderíamos ter a neutralidade muito mais ampliada, muito mais abrangente.

Na Europa, você tem neutralidade também, e as antenas compartilhadas nos Estados Unidos também, na mobilidade de celular. Por isso, você tem coberturas tão mais eficientes de rede de celular. Não é que uma única companhia tenha uma cobertura tão abrangente, não é isso! É que você, mesmo podendo migrar de uma para outra, com absoluta facilidade, você acaba tendo uma cobertura muito mais ampla. E aí as empresas fazem a compensação de cobrança de acordo com o uso de cada uma das antenas que você usa – porque hoje, se você é TIM, você não usa a antena da Vivo, que não usa a antena da Claro. Lá fora não é isso.

Portanto, eu acho que essa discussão da neutralidade vai além da fibra ótica. E eu acho que é importante realmente o debate aqui, porque, em um país de dimensão continental, a neutralidade da infraestrutura é fundamental para que a gente possa dar um salto quântico na qualidade e na cobertura da infraestrutura de comunicação no país.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Eu vou me somar aqui a esses comentários, porque eu estive o Ministério das Comunicações por um ano e meio, e realmente o Brasil, como dito pelo nosso representante – Senador, obrigado pelos comentários, porque realmente são importantes essas áreas –, o Brasil ainda tem muitas áreas escuras, vamos dizer assim, em termos de comunicações.

Naquela época, nós lançamos um programa, que era o Brasil Conectado, que levava fibra ótica para 77 cidades no Nordeste, mais a instalação de fibra ótica nos leitos dos rios da Amazônia – eram 10 mil quilômetros ali – e mais instalação de dois *backbones* no Centro-Oeste, principalmente visando à conectividade no campo e ao desenvolvimento de antenas para utilização no campo, com 30 e 100km, mas, por incrível que pareça, isso ainda não é suficiente no Brasil. Soma-se a isso o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações, que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade de abranger todo o território nacional, exceto Fernando de Noronha, porque se precisa de um pequeno *tilt* na antena para conseguir chegar ali, com capacidade de 50 mil pontos, que têm sido instalados ao longo do Brasil. Mas isso ainda não é suficiente.

Então, a RNP faz um trabalho com relação à fibra ótica que é bastante interessante e pode ser utilizado como base, como disse aí – a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), é uma organização social conectada ao Ministério da Ciência e Tecnologia –, na qual ela instala a fibra ótica, vamos dizer assim, o *backbone* de fibra óptica, com várias fibras, e depois ela faz uma parceria com alguns dos provedores locais para levar o que a gente chama de *fiber to the home* (fibra ótica para casa), porque ela não chega lá; ela chega com a infraestrutura na cidade, por exemplo, e, a partir dali, os provedores locais fazem a conexão final, mas, como eles utilizam fibras daquele *backbone*, eles ajudam na manutenção daquilo – porque obviamente uma infraestrutura precisa de manutenção periódica. Então, isso aí é feito com parceria com essas empresas, o que torna o sistema bastante eficiente.

Então, concordo com o Senador Weverton: sem dúvida nenhuma, isso vai ajudar muito no Brasil. E concordo que isso pode ser utilizado ampliando esse conceito para outros tipos de utilização também.

Então, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu creio que esse projeto seja extremamente interessante. E é objeto de debate aqui nesta Comissão: nós trabalhamos com os serviços de infraestrutura, e a infovia é uma das vias de infraestrutura. E a fibra ótica normalmente é subutilizada. Ali tem centenas ou dezenas de microfibras, e, ao mandar para a Amazônia uma fibra ótica, a utilização dela não chega a 10% da capacidade que tem uma fibra inteira.

Então, eu creio que esse trabalho é extremamente importante, e, mesmo lá para o caso de Rondônia, nós tínhamos muita dificuldade em levar fibra ótica até o extremo, até a cidade mais ao extremo, que é Guajará-Mirim, fronteira com a Bolívia, porque tinha vários donos de pedaços de fibra óptica: tinha fibra ótica da Telebras, tinha fibra óptica de nem sei mais quem, de várias agências donas de pedaços. Tinha que negociar com todo mundo para a fibra ótica chegar com as mensagens lá na Amazônia.

É fundamental realmente esse projeto seu, para que a gente possa diminuir esses penduricalhos nas redes de transmissão que há por aí afora, mas normalmente já passa uma fibra ótica nos postes da linha de transmissão, essas fibras óticas já passam em grande extensão.

Com a palavra, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Pela ordem.) – Só para complementar. Geralmente passa sendo de uma empresa. Hoje os pequenos provedores no Brasil, somados, já estão maiores que os grandes. Então imagine só se nós tivermos condição de abrir esse mercado da rede neutra em que se vai poder chegar aonde ainda não se está: no interior do Nordeste, do Norte.

Chegando fibra ótica, nós já estamos falando... Nós visitamos lá o estande do C&G. Imagine só um médico, lá nos Estados Unidos ou lá em São Paulo, sem poder ir a Barreirinhas, no Maranhão, e de lá ele conseguir fazer não só a consulta, mas conseguir fazer cirurgias, através do C&G, com as mãos mecanizadas, em tempo real. É inacreditável e já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo isso lá fora. Então nós precisamos urgente trazer esse debate para cá, porque eu tenho certeza de que o Brasil tem tudo para avançar nessa agenda.

Ah, e os *chips* neutros, Presidente, do Ministério das Comunicações, já estão sendo distribuídos para os alunos de escolas públicas. O *chip* de internet já é neutro. Então ele já pode ser codificado nas várias operadoras. Essa é a prova de que a rede neutra é uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação plenária a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (7ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (5ª REUNIÃO), EM 18 DE ABRIL DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e onze minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Weverton, Izalci Lucas, Efraim Filho, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Cleitinho, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel, Alan Rick, Jaques Wagner, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Flávio Bolsonaro, Dr. Hiran e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Otto Alencar, Chico Rodrigues e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), e REQ 4/2023 - CDR, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Debater as parcerias e investimentos necessários em infraestrutura para integração e desenvolvimento do país. **Participante:** Waldez Góes, Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/18

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro abertas a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que concorrem de forma conjunta, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta audiência tem por finalidade receber o Sr. Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministro Waldez Góes, para que apresente as ações do seu ministério para os próximos dois anos. Evidentemente que isso aqui é uma exigência regimental, porque a Comissão, Senador Beto Faro, é por dois anos, mas o mandato do Ministro pressupõe-se que seja de quatro anos, ou mais, se Deus e o povo permitirem. Mas o Ministro, evidentemente, fique à vontade para fazer a sua explanação, em atendimento aos Requerimentos nº 4, de 2023, da CDR, e nº 3, da CI.

Então, quero dizer a todos os presentes e aos que nos ouvem que esta audiência de hoje, eu reputo, é uma das mais importantes que esta Comissão vai fazer aqui durante este ano, porque se trata de um dos ministérios mais importantes e complexos e de maior abrangência de ações em todo o território nacional. Como o nome está dizendo: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – cabe tudo dentro desse ministério.

Naturalmente, ele tem uma longa história, é o antigo Ministério do Interior, que nos faz lembrar Mário Andreazza, na revolução, na ditadura militar, que era um pré-candidato à Presidência da República. Ele foi Ministro do Interior, e isso lhe deu grande projeção. Teve a questão da Ponte Rio-Niterói, da qual ele esteve à frente, e tudo mais. Depois, virou Ministério da Integração, e no último Governo, no Governo do Presidente Bolsonaro, foi feita uma união do Ministério das Cidades com o Ministério da Integração e se criou o Ministério do Desenvolvimento Regional, congregando os dois ministérios. Agora, no Governo Lula, o Ministério das Cidades voltou a ser o que era antes, e o Ministério da Integração também, com o nome agora de Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Então, aqui no ministério nós temos defesa civil: ações de prevenção, ações de mitigação dos efeitos dos eventos que ocorrem – dos danos causados –; nós temos o Banco do Nordeste, o Basa, a Sudene, a Sudam, o Dnocs, a Codevasf; nós temos ações de desenvolvimento regional: combate à seca, barragens, adutoras. Enfim, é um ministério da mais alta complexidade e abrangência e que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturalmente, merece uma atenção e um carinho todo especial de todos os governos e do Congresso Nacional.

Não foi diferente este ano de 2022, quando nós estivemos à frente da relatoria do Orçamento: um dos ministérios que receberam mais recursos da PEC que nós conseguimos aprovar aqui, que criou esse espaço orçamentário, foi o Ministério do Desenvolvimento Regional, que, como eu disse, era composto de dois ministérios: o da Integração e o das Cidades.

Com a cisão, ficou mais ou menos uma parte dos recursos com o Ministério do Desenvolvimento Regional e a outra parte com o Ministério das Cidades. Nessa divisão, o Ministério das Cidades, Ministro Waldez Góes, ficou com a maior parte, porque tinha o Programa Minha Casa, Minha Vida, que era um programa que vinha... Sempre o país teve programa de política habitacional para as pessoas mais carentes – e eu me remeto aqui ao BNH, que vem da década de 60 –, mas que, infelizmente, nos últimos anos, tinha sido relegado a um plano secundário, ao ponto de o que havia previsto para este ano de 2023 de recursos para o programa habitacional do Brasil eram apenas R$ 34 milhões, uma coisa absolutamente irrisória, que talvez fosse o recurso necessário para um bairro da cidade de Macapá ou de qualquer outra capital do Brasil, não mais do que isso. E, então, nós tivemos que colocar no Orçamento R$9,5 bilhões para esse programa tão importante, que ficaram, naturalmente, no Ministério das Cidades.

Então, o Ministro Waldez Góes dispensa apresentações: é um político de ampla vida pública, que passou por todos os cargos que um político pode almejar e que hoje está à frente do ministério. Então, isso nos traz grande tranquilidade e segurança, porque o ministério está nas mãos de um político competente, experiente e que tem uma história toda de boas ações e uma biografia das melhores da política do Brasil. Isso traz para nós uma tranquilidade, uma segurança de que o nosso ministério está entregue em boas mãos e que dele nós só podemos esperar o melhor para o Brasil e para as regiões mais deprimidas social e economicamente no Brasil.

A gente já diz automaticamente Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas aqui, Senador Beto Faro, a gente já precisa ir tirando o Centro-Oeste. Graças a Deus, o Centro-Oeste, sobretudo nos últimos anos, com o desenvolvimento da agropecuária de maneira vertiginosa... Hoje, quando a gente arrola as cidades que têm as maiores rendas *per capita* do Brasil, muitas delas já estão no Centro-Oeste. Então, graças a Deus, o Centro-Oeste já está se juntando ao Sul, Sudeste – mais desenvolvidos social e economicamente –, e o grande problema que nós temos hoje no Brasil são, evidentemente, quando a gente vai para os índices de IDH, de desenvolvimento humano, realmente, as Regiões Norte e Nordeste.

O Nordeste tem nove estados, e todos eles com o menor IDH, entre os dez estados de menor IDH do país. Isso chama a atenção, de uma maneira forte, de que nós precisamos, já muito atrasadamente, de uma política de compensação para diminuir essa defasagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo país de dimensões geográficas continentais, todo país de grandes dimensões geográficas não se desenvolve de maneira harmoniosa; é comum umas regiões se desenvolverem mais do que outras. Dadas as especificidades e problemas idiossincráticos mesmo do país, isso termina acontecendo. Então, todos os países, sobretudo os de geografia maior, têm políticas de compensação, de desenvolvimento regional para tirar essa defasagem, essa distância; diminuir, aproximar, fazer um desenvolvimento mais harmonioso.

Então, isso está nas nossas mãos, do Congresso Nacional, nas mãos do Presidente da República e, muito especialmente, nas mãos do nosso Ministro Waldez Góes, que naturalmente irá contar com o nosso apoio aqui do Congresso Nacional.

Eu quero passar...

Esta sessão é conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e da Comissão de Infraestrutura, e estou aqui com muita honra ao lado do Senador Confúcio Moura, que é o Presidente da Comissão de Infraestrutura, para quem eu passo a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, Srs. Senadores presentes, Senadores que estão à distância, mas que estão chegando em breve, nosso querido Ministro Waldez Góes, do Desenvolvimento Regional, é uma satisfação muito grande tê-lo aqui em nossa Comissão.

O Marcelo já fez uma apresentação completa, muito correta, e a gente não precisa tecer muitos elogios ao Waldez Góes, que já é conhecido amplamente por todos, por todo o povo brasileiro, especialmente na Amazônia. Um cidadão que governou um estado por quatro mandatos seguidos é porque é muito querido. Então, vocês vão observar, durante o transcorrer desta audiência pública, a sua capacidade. Ele é uma pessoa que, mesmo tendo passado por vários cargos notórios em seu estado e na região, é de uma humildade extraordinária, de uma simplicidade por demais. Ele não se veste de nenhum ouro ou brilho para os seus cargos e carrega em si o jeito comum de um pai de família. É um homem extremamente humano. Então, eu fico muito satisfeito de tê-lo aqui conosco. Vamos deixar os elogios, porque já falei que são todos conhecidos, para que ele possa apresentar os seus planos e nós depois fazermos as nossas perguntas para nosso querido Ministro Waldez Góes.

Era só isso, muito obrigado. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, então, vou passar a palavra ao nosso Ministro Waldez Góes, que terá o tempo que julgar necessário para fazer a sua explanação. Normalmente, o prazo é em torno de 30 minutos, mas, em hipótese nenhuma, Ministro, sinta-se limitado a esse prazo. V. Exa. tem o prazo necessário para fazer a sua explanação, e nós estamos aqui para ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. WALDEZ GÓES (Para expor.) – Muito bem. Bom dia. Bom dia a todos e todas. Agradeço ao bom Deus sempre pela proteção e direção diária.

Cumprimento carinhosamente o Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e o Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão de Infraestrutura. Estendo carinhosamente também os cumprimentos ao Senador Beto Faro, ao Senador Weverton e ao nosso querido Lucas Barreto, Senador do meu torrão tucuju, o Amapá, nas pessoas de quem também cumprimento todos os demais membros das duas Comissões, Senadores e Senadoras presentes e os que estão também acompanhando de forma *online,* e muito especialmente os auxiliares aqui, homens e mulheres, dignos de todo o reconhecimento dos seus líderes, que contribuem com este Brasil de norte a sul.

Então, ao saudá-los, quero dizer que me honra muito estar aqui atendendo a esse convite, das duas Comissões, para partilharmos sonhos, esperanças, também inquietações, desafios. Eu acho que todos nós aqui, independentemente de matizes partidárias, temos o mesmo ideal, o mesmo objetivo: ver o Brasil se desenvolver, ver o Brasil mais justo, ver o Brasil mais igual.

E as palavras, tanto do Senador Confúcio quanto do Senador Marcelo, que ao longo de suas vidas têm contribuído, porque um é da Amazônia e o outro do Nordeste brasileiro, e sabem o quanto este desafio é gigante para todos nós: construir entre os diferentes consensos que diminuam as desigualdades regionais – desigualdades que a Amazônia e o Nordeste já sofriam antes da pandemia, e a pandemia ainda impôs, aos nordestinos e aos nortistas, mais sofrimento ainda com os seus indicadores sociais.

Então, isso é fato, e o cuidado tem que ser muito grande, e a capacidade de mobilizar também todas as demais regiões, que também sofrem. Eu vou, na minha apresentação aqui, dar um destaque, por exemplo, para o Rio Grande do Sul, que também sofre, sofre muito, principalmente em relação às mudanças climáticas. Mas é inegável que as duas regiões de que nós falamos aqui precisam de um esforço hercúleo do Brasil como um todo, para diminuir as desigualdades regionais.

E me honra muito, como colaborador, ter tido a confiança do Presidente Lula, como um municipalista, como um regionalista, porque presidi o Consórcio da Amazônia Legal por três anos – fui um dos idealizadores, junto com o Confúcio, junto com Dino e com tantos outros. Depois, tive a oportunidade de presidir o Consórcio da Amazônia por três anos, interagindo com o Consórcio do Brasil Central e com o Consórcio do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso fez a gente ainda aprender um pouco mais sobre os desafios que nós temos no que diz respeito à política de desenvolvimento regional e à diminuição das desigualdades regionais.

Dito isso, eu vou poder apresentar aqui. Generosamente, o nosso Presidente me deu 30 minutos e disse da sua tolerância, mas certamente eu vou passar mais que isso, Presidente. Obviamente, eu vou aqui também... Eu vou deixar essa apresentação. Teremos, logicamente, outros momentos também e a oportunidade de voltar aqui, com outros colaboradores e as vinculadas, se assim for necessário, e aquilo que eu achar que posso passar mais rapidamente, com a compreensão de todos e o aceite de todos, a gente vai passar.

Bem, é importante destacar, Presidente Marcelo e Presidente Confúcio, mesmo que todos já conheçam, que houve uma reorganização pelo Governo do Presidente Lula na Esplanada, então, é aquilo que o Presidente Marcelo já se referiu.

Eu retrato a nova estrutura do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – está aí retratado nesta lauda, certo? –, que saiu do arcabouço do Ministério do Desenvolvimento Regional; a ANA, que foi para o do Meio Ambiente; e as políticas de saneamento, de mobilidade e de habitação criaram o Ministério das Cidades.

Então, coube ao novo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional ter a responsabilidade das políticas de proteção e defesa civil nacional, ter a responsabilidade com as políticas de fundo e instrumentos financeiros. Então, todos os fundos constitucionais e de desenvolvimento e também as formulações de *fundings,* de financiamento para tantas outras políticas de infraestrutura ficaram dentro da Secretaria de Fundos, a política de segurança hídrica no Brasil inteiro, mas com uma marca muito forte no Nordeste brasileiro em razão do Pisf, e a política de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.

Obviamente que, além disso, essas secretarias são as que compõem, além da Executiva, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Nós temos as vinculadas ali, que são a Sudam, a Sudene e a Sudeco, e a Codevasf e o Dnocs.

Um dos passos – nós estamos, ao mesmo tempo, trabalhando várias agendas – que não podemos perder de vista é que o PPA, a LDO e a LOA 2024 precisam ser formatados agora no início de 2023 e vêm a este Congresso em agosto. Então eu implantei, já desde o início, a construção do novo plano estratégico integrado do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, quer dizer, a gente toca a agenda de 2023, mas temos que estar muito focados no planejamento de 2027, está certo? E abrimos, portanto, esse planejamento integrado, estratégico, com a participação das vinculadas, dos entes federativos, da sociedade, dos entes empreendedores, abrimos consulta pública, e daí surge o PPA 2023/2027 e orienta a LDO e consequentemente a LOA de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto no plano de cem dias... Nós temos um *BI*, tem um QR *code* ali para quem quiser – e eu vou deixar a apresentação, como disse –, dá para ter uma ideia de como nós vamos trabalhar isso após o PPA consolidado e futuramente também a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária, de maneira que todos os senhores e o povo brasileiro acompanhem em tempo real a execução desse plano em termos orçamentários e financeiros depois que nós estivermos prontos. Eu deixei um exemplo ali do plano de cem dias, que a gente tem como abrir para a sociedade e para os senhores e senhoras acompanharem.

Aí nós entramos nas áreas afins do ministério: a proteção e defesa civil. Olhe só: nós temos, só de eventos em 2023, eventos de chuvas no Sudeste, temporais e enchentes no Norte do Brasil, estiagem no Sul e também no Nordeste. Tem estado que tem, ao mesmo tempo, às vezes, estiagem e chuva – em Pernambuco acontece isso. E também chuvas no Nordeste nós temos, já acumulado, 1.668 municípios em situação de emergência e alguns de calamidade. Está certo? Então olhe só: mais de um terço dos municípios brasileiros têm vivido esse desafio de norte a sul do país. No Rio Grande do Sul, nós temos mais de 300, quase 350 municípios com estiagem, e foi preciso a gente operar com carro-pipa este ano para poder assistir os nossos brasileiros no Rio Grande do Sul. É desafiador.

E obviamente muitos municípios entram em situação de emergência e resolvem só com ajuda humanitária do próprio município, às vezes do estado, e não chega necessariamente a ter a necessidade de o Governo Federal os apoiar, mas nós estamos à disposição de 100% dos municípios, quando decretam situação de emergência ou calamidade, em alguns casos até reconhecendo sumariamente aquele decreto em 24 horas para atuarmos rapidamente na ajuda humanitária, que não pode esperar mais que isso, tem que ser já no primeiro momento.

Nessa soma, nós já estamos passando, neste primeiro trimestre, entrando no quadrimestre, de disponibilidade de R$400 milhões, e aí é majoritariamente ajuda humanitária, é comida, é água, é material de higiene pessoal, é colchão: a gente se junta com estados e municípios e atua fortemente, Presidente Marcelo e Presidente Confúcio.

Em Araraquara aconteceu dia 28 – eu assumi dia 1º e no dia 2 eu estava falando com o Prefeito e dando assistência. No litoral paulista, aconteceu no sábado para domingo de Carnaval. Nós abrimos o ministério no domingo e trabalhamos domingo, segunda, terça, quarta de Carnaval. Homologuei no domingo a situação de emergência na região. Tudo bem, Senador? Na segunda, nós estávamos lá com o Presidente Lula e já garantindo a aprovação de planos. Então, a gente agiu muito na ponta da linha mesmo.

Por favor.

Aí nós temos uma ação que eu julgo muito, muito, muito prioritária para essa política pública de resposta a desastre e defesa civil, que é o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Olhe só, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a política nacional, ela é de 2012. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil é de 2012, e nós temos, em 2015, se eu não estou enganado, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, e temos o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil que é formado pelas Defesas Civis municipais, estaduais e a nacional, que são gigantes. Hoje nós não temos mais de 60 servidores na Defesa Civil nacional. Tem época que nós estamos, como foi agora... Eu botei trabalhadores no Acre, no Amazonas, no Maranhão, no Ceará, no Pará e no litoral paulista ao mesmo tempo, para trabalhar em duas mãos, Beto – Senador Beto, desculpa a intimidade aqui. Senador Beto, é porque todos já realmente convivem há muito tempo, não é? Botando ao mesmo tempo.

Então, olhe só, nós não temos a política nacional, perdão, o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Então, é um ato dos cem dias, nós contratamos a Universidade de Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, que tem a responsabilidade na transversalidade com várias outras instituições – foi intermediada pelo Pnud essa contratualização – e, no prazo máximo de 12 meses, nós deveremos ter, pela primeira vez, o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Então, isso é fundamental, porque vai nos permitir trabalhar mais intensamente a estruturação do sistema. Então, nós temos uma boa política definida, de 2012, e temos um sistema, porque tem município que, se não passou por desastre em alguma vez na vida, quando passa, não sabe nem como fazer um decreto de emergência. Então, a gente tem que auxiliar. E com o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, nós vamos poder auxiliar muito fortemente todos os municípios, porque continua crescente o desastre no Brasil. Vai ser difícil diminuir, nós podemos melhorar a nossa adaptabilidade e a nossa resiliência na convivência com esse tipo de eventos.

Por favor.

Aí olhe só: se é necessário nós capacitarmos cada vez mais, sobretudo lá na base, nas prefeituras... Às vezes a prefeitura nunca teve, no seu município, um evento, e acha que tem que ter alguém preparado. Não tem que ter. Todos os municípios do Brasil, enquanto sistema, precisam estruturar suas Defesas Civis. Precisam.

E o que nós fazemos para ajudar? Muita capacitação. Ali já é o acumulado: mais de 25 mil alunos certificados no Brasil todo, 35 cursos à distância – estamos implantando mais três novos cursos agora em 2023 e, em 2024, mais três novos cursos –, e ficamos sempre em contato com as prefeituras, auxiliando, fazendo a aproximação, ou presencialmente ou por sistema *online.*

Mas quantas vezes sejam necessárias para auxiliar os municípios do Brasil que vivem ou que correm o risco de viver situação de desastre... Nós estamos em uma política de muita aproximação, muita aproximação. É inconcebível que aconteça um desastre, ou por escorregamento de encostas, ou por enchentes, ou, enfim, por várias situações, e a gente não esteja unido – o Governo Federal, estadual e municipal –, e para fazer essa união, a qualificação, a preparação, a estruturação das Defesas Civis municipais, juntamente com as estaduais, é necessário nós trabalharmos dessa forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também estamos com a publicação do Atlas Digital de Desastres, que é para aproximar do ente federativo municipal e estadual, do cidadão e do empreendedor – todos aqueles que precisam ter conhecimento. Isso aí já está acumulado até 2021, essas informações. Nós vamos agora atualizar com 2022, mas a gente pegou tudo o que existia de histórico e estamos agora com a publicação desse atlas, disponibilizando-o.

O conhecimento, se não estiver disponível a todos que ou sofrem por serem usuários ou são responsáveis pela política pública, fica mais difícil de fazer a governança, fica mais difícil de dar a assistência necessária. Então, nós publicamos já esse Atlas Digital e vamos fazer uma grande publicidade dele para aumentar o conhecimento do cidadão, do ente federativo, seja estadual, seja municipal, e daqueles que empreendem porque devem ter conhecimento permanente.

Não dá para, no futuro, a gente estruturar, por exemplo, um bom sistema de alarme se não tiver uma cultura educacional criada numa comunidade, onde o dono do hotel, o dono da pousada, o dono do restaurante, todos, o padre, o pastor, a professora e o diretor da escola não estejam envolvidos. Então, quanto mais conhecimento eles tiverem, mais facilidade nós teremos de estruturar, também naqueles casos muito extraordinários, de altíssimo risco, futuramente, em parceria com estados e municípios, um sistema de alertas.

Nós também fizemos um esforço agora para retomar o posicionamento do Brasil nos acordos já existentes.

Nós temos aí o Marco de Sendai, que prevê metas para melhor enfrentamento de desastres, para diminuição de riscos em desastres, porque não vamos conseguir diminuir o número de desastres, mas podemos mitigá-lo, com prevenção e com adaptação para criar resiliência, e não faremos isso se não cumprirmos nossos acordos multilaterais.

O Brasil é signatário do Marco de Sendai e, por alguns anos, basicamente, ficou aquém, e nós retomamos isso. Eu fui à última plataforma que teve, que foi no Uruguai, e reposicionamos o compromisso do Governo brasileiro, das instituições brasileiras com as metas estabelecidas até 2030 voltadas para a diminuição de riscos de desastres nas Américas e no Caribe. Este é o grande acordo de Sendai. E o Brasil se reposiciona. Então, fui lá e reposicionamos, fizemos uma fala oficial e vamos ficar agora acompanhando e cumprindo, logicamente, as metas.

O Manual de Barreira Sabo é uma parceria com a JICA. Nós temos dois eventos que ocorreram, que ceifaram muitas vidas e que devem servir agora de referência para que a gente tenha um manual de diretrizes técnicas, de projetos, de intervenção e de engenharia. Neste caso muito especial, primeiramente para Teresópolis e Nova Friburgo, os projetos vão ficar prontos neste ano e é possível que o Governo do Rio de Janeiro possa licitar já essas intervenções a partir do ano que vem, obviamente considerando essas novas tecnologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo mundo sabe que a JICA é japonesa, e eu, quando Governador do Amapá, tive parceria numa outra área do conhecimento, mas eles têm muitas tecnologias que podem ser reaplicadas no Brasil a partir dessa experiência do que ocorreu ali em Teresópolis e Nova Friburgo.

Por favor.

Nós vamos para aquilo a que o nosso querido Presidente Marcelo Castro se referiu: o quanto esta Comissão e o quanto o Congresso Nacional já foram diligentes, juntamente com medidas do novo Governo, ainda em dezembro, para auxiliar o Governo, na esfera responsável, a dar, desde o dia 1º, assistência a esses milhares de cidadãos distribuídos de norte a sul do país. Então, olha a humildade da gente, Senador Marcelo.

A resposta a desastres e a recuperação que nós estamos fazendo neste momento se devem muito à PEC da transição que os senhores aprovaram, bem como à Operação Carro-Pipa, que atende, em determinados períodos do ano, 2 milhões de pessoas no Semiárido nordestino. Repito: a gente não está com a Operação Carro-Pipa em outras regiões, mas nós estamos nos valendo da tecnologia de operar com carro-pipa, em parceria com os Prefeitos lá no sul do país. Então, tem uma certa humildade, mas é muito em função do histórico.

A Secretaria Nacional de Defesa Civil prospecta, com base nos três últimos anos, aquilo que é recorrente, o que, em termos recorrentes, já tem acontecido de desastres e que tem requerido resposta, recuperação, reconstrução e manutenção da Operação Carro-Pipa, que é criticada por muitos, porque é uma emergência que está durando 20 anos. Mas a gente só pode diminuir essa operação, não podemos, em hipótese nenhuma, fazer diferente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito mais.

O SR. WALDEZ GÓES – Muito mais? Pronto. Então, ele me corrigiu ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Mais de 20, Senador? Pronto.

De toda forma, a gente ali fez uma previsão para fechar o ano de 2023, para não sermos surpreendidos.

No ano passado, quando eu cheguei ao ministério, me disseram que teve três meses em que não se conseguiu pagar o Exército e deu problema na operação. Então, eu acho que nenhum de nós fica bem com isso, sabendo que lá no Semiárido nordestino tem pessoas que vão ficar sem aquela água que é medida, botada em quantidade ali para eles. Então, nós precisamos do esforço.

Eu tenho conversado isso com o Presidente Lula desde a primeira semana, conversei com a Ministra Tebet. Há uma garantia da Ministra Tebet, do Ministro Haddad, do Presidente Lula, do Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rui de que logicamente não teremos problemas, mas, de toda forma, como eu já governei aqui, como disse o Senador Marcelo Castro, algumas vezes, se a gente não olhar lá na frente e tomar providência agora – e essas coisas têm uma burocraciazinha para ser vencida –, obviamente depois a gente tem que tomar providência. Se lá na hora vai tomar providência, por que não se antecipar, não é?

Então, nós estamos falando de desastre, nós estamos falando de atender milhares de pessoas, e tem que ser ponta do laço. Eu repito: nós implantamos no ministério... Eu sou de ligar para o Prefeito, eu sou de ligar para o Governador, eu sou de ligar quatro, cinco vezes, dependendo do nível do desastre, no dia, para que o Prefeito acelere o seu decreto de situação de emergência, para que a Defesa Civil nacional possa homologar e ajudar também na ajuda humanitária, e boto gente lá da Defesa Civil nacional para ajudar nos planos. Então, se a gente age assim, é natural que a gente precise dessa retaguarda.

Eu quero humildemente deixar aqui, como demanda, como pedido... Isso pode vir por uma decisão logicamente do Parlamento brasileiro, que ainda tem discricionariamente como assim o fazer, e por uma medida do Presidente da República, que também está pautado desde muito tempo e muito atento, porque foi uma das recomendações. Dois dias antes de eu assumir o ministério, ele pegou no meu braço e disse: "Waldez, fique atento às situações de defesa civil" – porque já vinham acontecendo ali em dezembro e já estavam numa crescente.

Para encerrar, eu queria fazer um comentário sobre isso. Nós temos... O Governo Federal tem levantado, pelo Serviço Geológico do Brasil, que é do Ministério de Minas e Energia, 14 mil áreas – eu estou falando de uma prospecção específica – de alto e de altíssimo risco de deslizamento de encostas. Lá em Manaus mesmo, já aconteceu e ceifou vidas. São 14 mil áreas! Há quem diga, porque tem outras entidades também que prospectam... O próprio IBGE chega a se referir a 10 milhões de pessoas. Nessas 14 mil áreas, vivem 4 milhões de pessoas. Então, sem a gente prospectar os outros números levantados, se olhar só para essas 14 mil áreas, com 4 milhões de pessoas vivendo em alto e altíssimo risco e com o advento do agravamento das mudanças climáticas... Se nós pegarmos o Estado do Ceará, que está com vinte e poucos municípios em situação de emergência, a grande maioria deles nunca tinha tido um problema nos últimos anos, mas está tendo agora. Então, é muito forte quando você junta uma população significativa morando em áreas de risco e alto risco com as mudanças climáticas. É como se o desafio redobrasse.

Quero deixar aqui como reflexão, o que eu defendo também... A Ministra Marina tem uma formulação dentro do Governo que tem em torno de 1.038 municípios no Brasil que, durante dez anos, alguns até doze anos, são recorrentes. Então, já há um conhecimento produzido, e podem entrar outros municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, se nós partirmos desses 1.038 municípios, nós podemos chegar a um consenso – o Governo Federal e o Congresso Nacional – de decretar situação climática permanente para que a gente opere na mitigação e adaptação, também permanentemente, até aquele município sair.

A gente tem que criar resiliência, adaptação, para conviver com aquela situação. Mas você não cria, se você tem, de um lado, a defesa civil, que só atua quando há o problema, quando há o evento, e, de outro, a prevenção, que vai atuar em uma outra regra: tem que fazer um projeto, aprovar aquele orçamento, fazer um convênio com um município ou com um estado para liberar o dinheiro. E, às vezes, você tem, entre o desastre ocorrido e o desastre que ainda não ocorreu, situações de risco iminente em que, se não desabaram nessa chuva de hoje, podem desabar na chuva de amanhã, ou do mês subsequente.

Então, acho que, realmente, esse debate é promissor e que a gente deve avançar dentro do Governo e, depois, submetê-lo ao Parlamento brasileiro, Presidente Marcelo e Presidente Confúcio.

Encerramos. Levei meia hora só na Defesa Civil nacional, mas não é por nada, a gente está vivendo isso, repito, em 1.668 municípios.

Senador e Ministra, meus cumprimentos.

Agora, segurança hídrica, por gentileza.

Nós tínhamos, para infraestrutura hídrica, no PLOA de 2023, R$532 milhões. E aqui fica o meu registro, o meu agradecimento ao Parlamento brasileiro, que, juntamente ao Presidente Lula, na demanda que foi feita, na PEC da transição, fez essa recomposição. Olhem só: nós saímos do Ploa de R$532 milhões para R$2,26 bilhões. Então isso deu, realmente, uma condição de trabalhar mais fortemente essa política de segurança hídrica no Brasil.

Nos primeiros cem dias, nós já empenhamos R$332 milhões desses recursos e destacamos esse empenho de 150 milhões em relação à Adutora do Agreste Pernambucano, R$50 milhões, à Vertente Litorânea paraibana e ao Cinturão das Águas do Ceará – isso é apenas para citar exemplos. Inicialmente, no Ploa, constava R$1 milhão para cada obra dessas e, com a aprovação do Congresso Nacional, nós passamos para aproximadamente R$450 milhões para essas obras, das quais já fiz o empenho de R$150 milhões.

Projeto São Francisco. Aqui é um resumo, rapidamente. Iniciado no Governo Lula, o investimento, até o momento, é de R$13,8 bilhões, atendendo aproximadamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Opa, tudo bem, Senador? Melhor dar uma paradinha. É melhor, não é?

Posso continuar? Posso? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que já se encontram presentes e agradecer a oportunidade.

Esse projeto já atende em torno de 12 milhões de pessoas no Estado da Paraíba, em Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. E nós temos, além dos projetos do Pisf, os ramais associados. Eu vou, inclusive, na apresentação, falar especificamente do Agreste, do Apodi e, no final, porque está no portfólio agora dos novos investimentos do Governo, do Salgado.

Por favor.

Eixo Norte. Já foram aplicados 7,4 bilhões, atende 8 milhões de pessoas. Nós temos previstos R$570 milhões na LOA de 2023 e nós vamos trabalhar, já estamos, inclusive, fazendo um trabalho em relação a serviços complementares e remanescentes da fase um. Isso, quando se fala serviço remanescente, complementar da fase um, está ligado a cercamento, de bombeamento, de limpeza, enfim, são serviços de manutenção e está ligado à fase um.

E estamos agora com o projeto... Essa foto é bem proposital. Todos que conhecem profundamente mais do que eu sabem que a estrutura desse projeto é para ter quatro conjuntos de bombas. Nós temos instalado um conjunto e agora botamos como meta fazer a duplicidade já desse bombeamento. Então, isso já está no programa, no plano de 2023/2024. E essa foto representa bem, porque está aqui um conjunto de bombas e, ao lado, a gente pretende já fazer a duplicidade. Está certo?

Vamos ao Eixo Leste, com R$4,5 bilhões, atendendo quase 4 milhões de pessoas. Também vamos para o serviço... Eu vou até aqui falar, porque eu não falei no Eixo Norte. Vamos para os serviços também complementares, que são os mesmos que acontecem no Eixo Norte, para fazer a duplicação da capacidade de bombeamento no Eixo Leste.

E, ali embaixo, está uma situação que a gente tem debatido muito e que eu preciso defender aqui, porque talvez um dos maiores problemas, depois de ter investido R$13,8 bilhões no maior projeto de segurança hídrica, talvez um dos maiores projetos de segurança hídrica – não é do Brasil, mas além do Brasil –, é a questão da sustentabilidade, da governança, certo? Então, isso precisa ser resolvido. Eu não fiz menos do que três reuniões com os Governadores pessoalmente, as minhas equipes estão se reunindo intensamente com as equipes das secretarias de segurança hídrica de todos os estados envolvidos e nós estamos juntos construindo caminhos para a governança sustentável e segura.

São três questões básicas nessa questão do Pisf: uma é retomar fortemente os investimentos – e aí está representada, inclusive, a duplicidade do bombeamento que nós vamos fazer. Então, com os recursos aprovados pelo Congresso Nacional, a agenda vai seguir forte. Tenho falado com os Governadores, empenhado recursos, pedido governança deles e, quando for necessário, empenhar mais para eles ligarem antecipadamente, que é para ganhar celeridade, retomar forte essa confiança aí nessa governança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra é corrigir situações de estrutura. Então, também tem situação de estrutura que a gente precisa corrigir. E nós estamos em campo neste momento, fortemente atuando para que a gente tenha bem definidas as intervenções que nós vamos fazer na correção de estrutura.

E a terceira é gestão. Então, investir R$13 bilhões, R$14 bilhões e ter uma gestão sem a sustentabilidade... O Ministério não pode estar lá na ponta preocupado com a manutenção de uma... Ele tem que estar comprometido, mas não pode ser o responsável de estar trocando, atuando para trocar equipamentos, para recuperar equipamentos, para fazer revisão. Então, a gente está discutindo de uma forma muito transparente, franca, aberta, com os mesmos objetivos, entre os estados e os usuários e com o Governo Federal e pretendemos resolver isso ainda neste semestre, além, logicamente, de ter contratualizado com o BNDES novamente, que vai aparecer na apresentação lá da Secretaria de Fundos, para uma modelagem de participação público-privada patrocinada.

Hoje, o custo, a Opex do Pisf é em torno de R$0,5 bilhão, R$500 milhões. Não há nenhum problema de o Governo Federal continuar colocando isso. Agora, precisa... Não adianta gastar R$300 milhões, R$400 milhões, R$500 milhões, R$1 bilhão e a gente não ter a governança disso. Então, eu acho que a questão é o modelo de governança, é o modelo de sustentabilidade da gestão. E é isto a que eu estou me desafiando, em nome do Governo Federal e por recomendação do Presidente Lula: construir com os Governadores, construir com o Parlamento brasileiro, construir com os parceiros. Nós não podemos deixar esse problema acumular. Se a gente está aumentando os investimentos, não pode deixar passivo, seja de governança ou seja de estrutura, para trás. Temos que enfrentar, tirar mesmo, botar em cima da mesa, enfrentar o problema e discuti-lo. Não sou dono da verdade. A quantos puderem contribuir comigo em relação a isso eu estou inteiramente aberto. Agora me desafio a não aceitar que a gente continue sofrendo em cima de um debate e que a gente não possa agir para mudar.

Por favor.

Aí eu vou destacar os dois ramais principais, porque o terceiro eu vou falar lá no final, que está no portfólio de novos investimentos: o Ramal do Agreste – nesse aí nós já temos R$1,7 bilhão; temos um prazo ali de 2023; e a LOA aí prevê este ano R$62,2 milhões; é uma obra que também está sendo tocada – e o Ramal do Apodi – nós inclusive pagamos também aí mais de R$40 milhões já este ano de obras já executadas para também seguir com esta obra, que é fundamental; até o momento já foram investidos R$186 milhões; e tem quase R$100 milhões este ano no Orçamento, dos quais a gente já pagou mais de R$40 milhões.

Nós vamos entrar agora nos três projetos principais em que vocês Senadores e Senadoras contribuíram muito, o Parlamento brasileiro, para que a gente desse a velocidade devida.

Um é a Vertente Litorânea paraibana, Trechos I e II. Ela tem no Orçamento de 2023 R$181 milhões, e nós já empenhamos R$50 milhões e já pagamos os R$50 milhões. Essa obra é um convênio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Estado da Paraíba, e a governança fica agora entre o Governo Federal e o Governo estadual. A velocidade da obra vai depender dessa dinâmica das empresas. O que a gente quer é criar com as empresas confiança, de maneira que elas abram as frentes necessárias, e a gente consiga aplicar – não dá para chegar ao final do ano e não aplicar os R$181 milhões que o Congresso brasileiro disponibilizou – e, logicamente, criar condições para que a gente tenha, na previsão de 2024, mais recursos para essa obra.

Por favor.

Cinturão das águas do Ceará, Trecho I. LOA, também por decisão do Congresso Nacional na PEC da transição: previsão de R$115 milhões. Já pagamos, nesses primeiros cem dias, R$50 milhões. Empenhamos e pagamos, tocando também em parceria com o Governo do Ceará essa obra.

Por favor.

Adutora do Agreste Pernambucano, Parte I. Da mesma forma, a LOA de 2023 assegurou R$116 milhões. Nesses primeiros cem dias, nós já empenhamos e pagamos R$50 milhões. E mantemos a mesma governança em relação ao Cinturão e à Vertente.

Aí são dois convênios que nós temos com o Rio Grande do Sul. Um é a Barragem de Arvorezinha: R$31 milhões, de um valor de R$107 milhões – para este ano, R$31 milhões, mas já foram aplicados R$31,6. E a gente segue nesse convênio.

Essas previsões – eu vou deixar essa apresentação, tá? – essas previsões que vocês estão vendo ali em relação aos convênios com o Ceará, com Pernambuco, com a Paraíba e com o Rio Grande do Norte, essas previsões de entrega são dos planos dos governos estaduais. Eu não posso mexer nessa previsão, mesmo que eu já tenha feito a minha crítica ali e entenda, para algumas obras dessas, que o prazo não vai fechar, está certo? Em 2023 sobretudo. Mas, de toda forma, eu não vou mexer numa coisa que é contratual. Isso aí será resolvido *a posteriori*. Agora, então, por exemplo: dezembro de 2023. Mesmo a obra que está com avanço de quase 82% tem uma previsão de entregar em dezembro de 2023, mas, obviamente, talvez não se conclua isso até dezembro de 2023.

Passe, por favor.

Sistemas de dessalinização e purificação de água do Programa Água Doce. Olha, aqui é importante a gente conversar um pouco porque há críticas, há projetos que acabam não tendo sustentabilidade, há um problema ambiental com o sal também, que é remanescente muitas vezes... Enfim, tem muita coisa já prospectada – aqui deve ter pessoas que conhecem profundamente isso –, mas, de toda forma, nós temos 934 sistemas entregues com investimento de R$227 milhões. Temos contratados já para implantar mais 76 sistemas e estamos já prospectando novos sistemas, em termos de planejamento, para serem contratualizados. Há um valor significativo na LOA, de R$71 milhões, para essa política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública de Água Doce, que é a dessalinização, sobretudo com ocorrência no Nordeste, mas não há nenhum problema de essa tecnologia ir para outras regiões do país, e já tem sido apresentada também para as demais regiões.

Segurança hídrica no que diz respeito a alimentação e desenvolvimento regional. Aqui eu queria pedir uma atenção e um apoio. Nós temos no Brasil, da iniciativa privada, dos perímetros irrigados e dos polos de irrigação, 8,2 milhões de hectares, mas o potencial do Brasil chega a isso aí, ó. Então, esta é uma política em que o ministério e o Governo Lula está determinado a avançar, avançar muito, porque é o que eu ouço bastante dos Governadores, de muitos Prefeitos, e a gente está determinado a avançar nessa política pública. Logicamente, não temos tantos recursos disponíveis assim. Ela impacta no desenvolvimento regional, na segurança alimentar, na diminuição de pressão sobre novas fronteiras agrícolas, mitigação de gases, gera 2,4 empregos por hectare irrigado, eleva o nível profissional, aumenta a renda... Quer dizer... E olha o potencial: 55 milhões de hectares. E a gente vai ficar olhando esse potencial do Brasil e não vai tomar uma atitude? Então nós vamos nos mobilizar nesse sentido, e peço muito apoio aqui, das duas Comissões, se puderem nos apoiar nessa política pública. O ministério está mobilizado para assim fazê-la. Vou dar um exemplo aqui de uma iniciativa nossa já.

Segue aí, por favor, Eduardo.

Olhe só, todos conhecem os perímetros irrigados: nós temos cem perímetros públicos de irrigação, que abrangem aí somente – somente – 300 mil hectares, do Dnocs, da Codevasf, do Ministério da Integração em parceria com os estados – tem três situações contratuais aqui. Mas é muito pouco, e mesmo assim, com alguns problemas, não é? Alguns sabem aqui que tem problemas em alguns perímetros irrigados, de governança, de gestão. E aí, nos polos – são nove polos de agricultura irrigada – , tem 1,2 milhão de hectares. Olhe bem: eu estou falando de 5,5 milhões de hectares, dos quais, públicos, se a gente considerar que esses polos aí têm uma demanda pública, nós temos 1,5 milhão de hectares somente. O resto é iniciativa privada. E temos 55 milhões de áreas prospectadas. Aí a gente está partindo para os editais para manifestação de interesse. Já fizemos uma primeira experiência com o Piauí, amanhã será iniciado esse trabalho no Piauí, já foi feita a contratualização dos estudos para cinco perímetros naquela região. E aí a gente vai sair para uma outra modelagem.

Essa experiência do Piauí, que a gente já fez com o Governador Rafael junto com o Dnocs, Codevasf e Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, não há nenhum problema de sair reaplicando pelo Brasil afora. E com isso a gente não só... Temos que ter toda uma política de melhor aproveitamento dos cem perímetros e dos nove polos e ampliar as possibilidades desses polos e lançar o máximo que nós pudermos de PPPs para perímetros irrigados. Então faço esse comentário aqui.

E aí nós não temos também muito recurso – R$3,9 milhões – para essa política pública, que eu entendo ser uma das prioridades, porque a gente não está falando aí só de água, mas a gente está falando de água, de produção, de geração de emprego, de aumento de produção, de viabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica para muitos locais. Repito, não foram poucas as conversas. Não tem um Governador do Nordeste – e muitos já do Centro-Oeste e do Norte – com quem eu não tenha conversado duas, três vezes nesses três meses. Muita, muita conversa. Eu estou convencido de que nós temos que formar uma grande parceria, o Governo Federal com o Congresso Nacional e com os Governos estaduais, e chamar a iniciativa privada para dentro dessa agenda, criar esse ambiente de confiança para fazermos o avanço dessa política pública.

Aí, para encerrar segurança hídrica, eu estou citando um exemplo aqui da nova carteira de projetos, Senador Irajá: Ramal do Salgado, que por acaso é um dos três ramais ligados ao Pisf, mas é o que está mais atrasado. Então, eu estou citando esse exemplo.

O que nós temos na nova carteira de projetos? Nós temos, eu acho, 21 novos projetos. Aí tem demandas que a gente tem ouvido de Senadores, de Parlamentares federais, de Governadores. Os Governadores todos sugeriram para o Presidente da República três prioridades por estado e três por região. Então, tudo isso foi prospectado. E surge, ligada à área da infraestrutura na área do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, uma carteira de projetos. Obviamente, eu estou dando um exemplo, porque não posso eu anunciar. Quem vai anunciar é o Presidente Lula no final deste mês, na virada ali de abril para maio. Isso já está dito várias vezes na imprensa. Então, ele vai anunciar o novo plano de investimento do Governo Federal. E, nesse novo plano de investimento do Governo Federal, vem obra de infraestrutura hídrica. E, do que está prospectado em "novas" nessa carteira de projetos, são mais de 21, entre as quais o Ramal do Salgado vai estar. E eu o botei aqui como exemplo porque, por acaso, ele é um dos ramais ligados ao Pisf e realmente precisa dessa atitude.

Demanda orçamentária – olha a humildade aí. Nós tivemos, na LOA de 2023 – temos hoje, já com aquela correção e aprovação feita pelos senhores e as senhoras –, R$2,2 bilhões; mas, se nós formos considerar o lançamento das obras na nova carteira de projetos e que ainda serão necessários recursos para 2023, a gente vai chegar aí a R$2,6 bilhões de demanda para a política de segurança hídrica do país para 2023. E prospectamos – porque a gente já divide até 2027 – que, em 2024, a nossa carteira de projetos na segurança hídrica demandará R$3,5 bilhões. Então, olha só, nós estamos em 2023, com a correção que os senhores e as senhoras fizeram, com R$2,2 bilhões; só que retomamos os investimentos fortemente e, ao mesmo tempo, vão ser lançados mais projetos de segurança hídrica, o que demandará mais R$400 milhões; e a projeção disso para o ano de 2023 é uma demanda de mais R$3,5 bilhões. O.k.? Obrigado.

Políticas de desenvolvimento regional e territorial. Essa também é bem interessante, porque a carteira de projetos dela é de R$3,3 bilhões já contratados, e a gente tem que fortalecer isso.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento, de diminuição de desigualdades regionais, sem política de desenvolvimento regional e ordenamento territorial, não está cumprindo a missão. Não é verdade? Então, nós temos que cumprir essa missão fortemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós temos? Nós temos a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, decreto de 2019 em processo de revisão. Então, a política de desenvolvimento regional nós temos.

A Política Nacional de Ordenamento Territorial nós não temos, então nós temos que construir essa política. Está em fase de estudos preliminares. E, é lógico, tem a competência aí de a gente construir junto com o Ministério da Defesa.

Então, essas são as duas políticas: uma nós temos, ainda precisando de revisão, e a outra nós precisamos instituir.

Aí vamos aos planos. Também nós temos responsabilidade por alguns planos. Então, nós temos duas políticas pelas quais somos responsáveis, de desenvolvimento regional e territorial, e temos alguns planos. Um dos planos é o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste. Nós estamos, junto com o PPA, revisando esses planos.

E aí o que eu trago de novo? De novo, porque já tem muito debate na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste. Está aqui, desde 2019, no Congresso Nacional, só que tem demandas. Se você pegar de 2019 para cá o que o Consórcio Amazônia Legal, o que o Consórcio Nordeste, o que o Consórcio Centro-Oeste consensuaram, em função também de novas demandas que, lá em 2018, 2017 e 2016, não existiam e que hoje já são recorrentes dentro desses ambientes de debate... Você pega a Amazônia brasileira, são nove estados. Somos muito diferentes, mas criamos consensos num plano estratégico, num plano de recuperação verde. Nós criamos alguns consensos em quatro anos de debate.

Então, o que nós fizemos? Precisamos rever, revisitar o Plano de Desenvolvimento Regional. Então, nós estamos, dentro da metodologia do PPA, fazendo isso. É responsabilidade da Sudam, Sudene e Sudeco, mas eu estou junto acompanhando. Abri o diálogo com o Consórcio Amazônia, com o Consórcio Nordeste e com o Consórcio Centro-Oeste. Estamos mandando a esses estados todos que compõem as três regiões o que há já de produção pelo Brasil e pelo Congresso. Eles vão atualizar isso na visão do que já se construiu nesses consórcios de consenso; subir às secretarias de consórcio; e, depois, nós vamos fazer um fórum de desenvolvimento regional na Amazônia Legal, um fórum de desenvolvimento regional no Nordeste brasileiro e um fórum de desenvolvimento regional no Brasil central para a gente consolidar as propostas finais, com a ajuda dos entes federativos, a partir dessas experiências de construir entre os diferentes entendimentos. E, obviamente, essa é uma contribuição na estratégia.

E a outra contribuição na estratégia é o grande debate que haverá, em conjunto com o PPA, aqui no Congresso Nacional. Então, em agosto, a gente pretende chegar, junto com o PPA, com os planos de desenvolvimento regional, também aqui no Congresso Nacional, mas respeitando... Repito, talvez por eu ter sido Presidente do consórcio, percebi que é possível entre os diferentes escolher consensos – e a gente não olhava para as nossas diferenças, a gente olhava para as possibilidades de encontros que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podíamos ter –, então tem muita contribuição que, em coletivo, a Amazônia pode dar aí dentro, que o Nordeste pode dar e que o Brasil central pode dar, talvez sem muitos debates, porque já teve muito debate, com muitas equipes, com muitas instituições da iniciativa privada, de trabalhadores e de trabalhadoras e de organismos. Então, estamos nessa estratégia.

O outro plano é o de desenvolvimento e integração das fronteiras. Olhe só o gigantismo, gente! E nós somos muito ausentes, não somos? Pelo menos, a gente reclama disso no Amapá, o pessoal de Roraima reclama, o de Roraima, o do Amazonas, o do Acre, o de Mato Grosso do Sul, o do Mato Grosso do norte, o do Rio Grande do Sul, enfim, todo mundo reclama. Olhem só: 11 estados, 10 países vizinhos, 588 municípios e 34 cidades gêmeas. E nós nos determinamos – não sei se eu vou dar conta, mas eu me determinei – a dialogar com os Governadores e estabelecer com eles uma estratégia para construir esses planos. Às vezes, isso não alcança muito o tempo da gente, porque é tão rápido o... O mandato de Senador é oito anos, o de Deputado é quatro anos, o de Ministro a gente não sabe quanto tempo é – às vezes, não demora muito –, mas, no tempo que for, a gente tem que estar focado e trabalhar todo dia. Eu já assinei o do Rio Grande do Sul, o do Amapá e estou assinando já com os outros Governadores. Vou assinar e pactuar com todos os Governadores, do Oiapoque ao Chuí. Nós acertamos isso dentro do ministério, vamos abrir essa agenda com os 11 estados no Brasil e vamos ver se, em dois anos, a gente tenha algo que possa discutir, que possa orientar determinadas políticas.

Nós temos pouca conectividade em toda essa região aí. Nós temos problemas seriíssimos de déficits de infraestrutura, nós temos problemas seriíssimos de déficits de sistemas produtivos e de inovação – seriíssimos, gente, seriíssimos! Nós temos problemas de fragilidade em regulamentação dos serviços em cidades gêmeas. E também em segurança pública o que dizer? Se pegar o mapa aí para ver por onde é que muitos entram, vão ver se não é por essas fronteiras aí, sobretudo da Amazônia? E saem, porque também já é por onde, às vezes, se sai ou se entra.

Não estou dizendo que isso aí vá resolver todos esses problemas, mas é um instrumento de planejamento e de orientação de políticas públicas de que nós não podemos abrir mão. E, se é inerente ao ministério, nós vamos dar algum passo em relação a isso. Então, nós nos predispomos a assinar com os 11 estados do Brasil o compromisso de construir esses planos.

Tem também o Plano de Desenvolvimento Sub-regional Sustentável do Xingu. Ainda tem da compensação da Norte Energia R$200 milhões. Nós retomamos aí a governança paritária da comissão para que a gente trabalhe o entorno de Belo Monte em relação à implementação de projetos com esses recursos. Então, aqui é só uma informação, porque tem recursos, e a gente precisa aplicar no que diz respeito ao plano.

E há um desafio também que eu acho fundamental, porque, se vamos avançar em obra hídrica, se vamos avançar no Pisf, se vamos corrigir os problemas estruturais, se vamos garantir a futura governança, a gente precisa que esse potencial todo de desenvolvimento das atividades produtivas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usando a vazão firme deste empreendimento que é o Pisf, aconteça. Então, nós estamos, com a Casa Civil, trabalhando um plano de desenvolvimento do entorno do Pisf para apresentar futuramente, o que vai requerer logicamente investimentos, mas a gente passa a ter isso no radar do ministério fortemente.

Entramos agora nos programas. Então, falei de política, de planos, de programas... Se estiver cansando, eu posso agilizar, ir mais rapidamente.

Por que eu botei aqui o Programa Água para Todos?

Pode passar.

No novo plano de investimentos do Brasil, que o Presidente vai lançar, a agenda da água vem fortemente e tem transversalidade. Então, aqui eu fiz o recorte para aquilo que deve ficar sob responsabilidade do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e também está aí a segurança hídrica como um todo. No caso, a prioridade são as populações vulneráveis, a agricultura familiar, assentados de reforma agrária, povos originários e comunidades tradicionais, municípios atingidos por estiagem, para ir diminuindo a Operação Carro-Pipa. Assim, a gente vai, pelo menos, não permitir que aumente. Se a gente não pode substituir por outra tecnologia, pode identificar comunidades que hoje podem ser assistidas por sistemas já testados no Brasil, experimentados e disponíveis, com diversas tecnologias – e nós as colocamos aí também.

Aí é só uma ilustração, não vou requerer aqui...

Se puder voltar lá só para falar das tecnologias que estão nesse recorte para a gente, está bem?

Sistema simplificado, barragens subterrâneas, cisternas, apriscos, barragens sucessivas, microaçudes, fomento de novas soluções tecnológicas. O que há de prospecção de tecnologia já experimentada no Brasil nós colocamos nesse arcabouço para disponibilizar, porque, às vezes, a mesma tecnologia não é possível se aplicar numa região, mas é possível em outra.

Eu me reuni não menos de cinco vezes com Senadores, ou Deputados, ou dirigentes de entidades, ou Prefeitos, ou usuários do Rio Grande do Sul, e ouvi de muitos demandas das mais diversas em termos de soluções para garantir segurança hídrica – das mais diversas. Então, não é uma única tecnologia para o Rio Grande do Sul: às vezes, é um poço profundo; às vezes, é uma barragem que pode resolver; às vezes, é uma captação de algum lugar ou a recuperação de uma fonte. Então, tem realmente uma diversidade muito grande. E olhe que eu estou falando lá do Rio Grande do Sul. Então, veja o desafio que está aí. É por isso que o Programa Água para Todos vem fortemente sendo relançado.

Por favor, pode ir passando.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O programa Rotas de Integração também é muito caro para a gente. O que há já experimentado é muito positivo, e nós queremos também trabalhar fortemente esses arranjos produtivos locais. Olhe bem, desigualdade regionais, diminuir distancias...

É impossível falar de Amazônia e Nordeste brasileiro... Aí eu destaco também o que Presidente Marcelo Castro referiu: o Centro-Oeste já deu um salto, mas mesmo assim tem demandado esse tema também para a gente, como têm demandado o Sudeste e o Sul. Mas vamos pegar Amazônia e Nordeste.

Nós temos que investir forte nessas rotas de integração – forte –, porque é aí que está a solução para as pequenas comunidades, senão elas não participam do processo de desenvolvimento. Às vezes, o desenvolvimento chega à região, e elas ficam mais excluídas, elas ficam empurradas mais para baixo. Você aumenta o PIB do estado, às vezes, e aumenta as desigualdades sociais, porque não deu o braço para aqueles menores.

Então, se a gente quer dar o braço para os menores, para os pequenos, em termos de processo de desenvolvimento, está aqui uma oportunidade: rotas, cadeias produtivas locais. Mas precisamos estruturar isso, porque eles tentam, às vezes, fazer sozinhos. Aí, se os grandes hoje se unem em grandes condomínios de cooperativas, de federações, de consorciamento para produzir, comprar, vender melhor, os pequenos, coitados, se não estiverem associados e com a mão da política pública forte, ajudando-os nisto, a estruturar a cadeia, a estruturar a rota... Eu acho que esse é um papel da política pública, é um papel do Governo Federal, junto com os governos estaduais, indistintamente.

Estamos já bem avançados aqui com o Centro-Oeste, aqui com Goiás. Tem uma formulação já muito boa com Goiás.

E eu aposto muito nisso. Eu quero deixar minha contribuição como extensionista rural que sou, servidor público. Meu querido Senador Cid, eu quero ter a oportunidade de fazer isso. E também, quando eu converso com os auxiliares do ministério, é impressionante o desejo deles de fazer as rotas da integração.

Então, para não me prolongar, olhe as que a gente já tem definidas: moda, cordeiro, mel, leite, açaí, cacau, peixe, biodiversidade, fruticultura, economia circular e tecnologia. Então, essas aí já são rotas definidas.

Nós temos condições, em 2023, 2024, de implantar inúmeros outros projetos com mais de 200 ações diferentes. Aí, depende do projeto – às vezes, um projeto requer duas, três, quatro, cinco tipos de ações; para outros, são outras ações, dependendo da região –, mas nós temos condições no ministério de colocar para girar mais de 200 ações em centenas de projetos.

E eu dei alguns exemplos de ações sobre certificação – porque hoje também não adianta produzir se você não fechar direitinho, não tiver certificado de segurança alimentar –, assistência técnica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aquisição de insumos e equipamento, agroindústrias. Eu estou falando de rota estruturada, cadeia produtiva estruturada e, é lógico, com o ministério como formulador e coordenador da política pública – não se faz isso sem estados, sem municípios e sem aquela sociedade produtora lá organizada.

E ali tem uma série de mudanças que podem acontecer, mas estou trazendo aqui o potencial energético renovável. A gente pode fazer conectividade nessas rotas. Hoje, a Anatel está procurando que a gente identifique... Eu me reuni com eles. Eles estiveram comigo. Obviamente que eu estou priorizando isso, porque também, se a gente estruturar uma cadeia produtiva com esses trabalhadores, em qualquer região, qualquer estado do Nordeste, do Norte ou de qualquer região do país, e eles não tiverem também conectividade, é pedir para nascer já falido, porque se perde a disputa de mercado. Então, eles têm que estar no mundo atual. Então, nós prevemos também energia renovável. Hoje é possível você agregá-la em todo esse processo aí.

E segue ali: bioeconomia. Nós fizemos agora no pós-pandemia... Estamos construindo com o Ministério da Saúde um complexo econômico na área industrial de saúde, aí é mais na questão de biofármacos.

O Amapá tem experiência nisso; o Acre, o Pará, o Nordeste, tem vários estados com experiência. Precisa-se de uma política pública nacional nesse sentido. E a Ministra Nísia aceitou o desafio, com a Fiocruz, parceira, e a gente está construindo também essa proposta para apresentar aqui no Congresso Nacional.

Pode seguir, por favor.

E tem também o programa de desenvolvimento das capacidades para integração do desenvolvimento regional. É a mesma situação da Defesa Civil: se você não prepara pessoas, se você não cria conhecimento, se você não forma inteligência local, também a política pública tende a ser frustrada, porque não é a gente daqui que vai fazer acontecer lá; a gente tem que criar a política pública, assessorar e formar quadros, tem que formar quadros! Então, isso tem esse objetivo.

Oitenta por cento dos municípios com até 50 mil habitantes dependem totalmente do FPM, totalmente do FPM! Esses municípios... No Amapá são poucos municípios, mas tem município que não consegue contratar um técnico bom, pagar bem, para fazer a sua contabilidade, o seu planejamento, a sua prestação de contas. É um problema sério. E a gente pensa que isso está espalhado pelo Brasil inteiro; é na Defesa Civil, que tem dificuldade; é na estruturação da capacidade local. Então, nós temos esse programa também e atuamos com estados e municípios na ampliação de captação de receita, de assistência técnica, capacitação de equipe. Eu acho que é uma coisa que nós podemos... Nada se perde quando se transfere conhecimento, quando se forma conhecimento, não é? Quantos daí não podem evoluir para diminuir os problemas de justiça, enfim, de processos que saem mais caros para a sociedade brasileira. Então, a gente aposta muito nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

Balanço atual. Rotas de integração – de que eu falei aqui para vocês, muito, assim, comprometido –, nós temos atualmente 1.249 municípios em 17 estados e no Distrito Federal.

Ações de infraestrutura econômica e produtiva – vicinais, tratores, galpões, armazéns, motoniveladoras. Hoje o ministério atua nos 27 estados, em 3.781 municípios e tem uma carteira ativa contratada de R$3,3 bilhões. Então, essa é uma agenda forte do ministério, é forte e é de norte a sul do país. Estamos falando ali de 3.781 municípios na relação contratual com o ministério.

E o programa de fortalecimento de capacidade para desenvolvimento regional, que já tem 1.682 agentes municipais capacitados e que a gente precisa ampliar. Isso é muito pouco, e uma demanda também de uma visão orçamentária. Olhe bem: se rotas da integração são importantes, nós temos, na LOA de 2023, R$7 milhões. Como é que eu, o Brasil, os nossos queridos Senadores e Senadoras do nosso Norte e Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste deste país, como é que a gente se enxerga aí apoiando o produtor rural, aqueles que estão sofridos lá tentando produzir alguma coisa com R$7 milhões? Então, nós temos proposta, estamos prontos para trabalhar. Confiem na gente, situação e oposição! Estou pedindo aqui, porque também vocês têm muitas pessoas que batem na porta de vocês pedindo a oportunidade de estruturar uma cadeia produtiva, de ajudar a participar do processo de desenvolvimento local, e o ministério pode ajudar a estruturar. E nós temos uma demanda ali humilde, é humilde, mas se nós formos capazes, em 2023, de fazer girar R$193 milhões e prestar conta disso para o Congresso Nacional, para o Presidente da República, para a sociedade, que crescemos nas rotas de integração, certamente vocês, no próximo ano, vão apostar, porque, se não der conta, é melhor, não é... Não deu conta, não deu conta. Agora, nós não podemos desacreditar no potencial nem na política pública, porque, se é uma política pública, ela tem que acontecer. Então, está ali: R$7 milhões e precisamos de $193 milhões.

Na faixa de fronteira não é muito, mas, se eu estou determinado a construir os planos, a gente tem que... Senão vai ficar como missão do ministério, mas não vai acontecer, porque eu não faço um plano desse com menos de, dependendo da situação, R$2 milhões, R$1,5 milhão, R$3 milhões. São 11 planos que temos que fazer, então a gente precisa...

Ali há outras ações na faixa de fronteira – eu estou falando aqui majoritariamente nos planos –, a gente está ali com R$55 mil. É melhor tirar a ação. Não vai ter plano; não vai ter plano, Senador Beto, não é isso? Mas a gente quer fazer plano porque, se é uma missão do ministério, a gente tem que fazer os planos. Se eles vão estar prontos daqui a dois anos, é mais um instrumento que visualiza melhor a intervenção de uma política pública na região de fronteira.

E o programa de capacidades dos planos regionais, porque também não adianta a gente falar em todas essas políticas públicas se não tiver formando, capacitando as pessoas. E aí a gente colocou, vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecem profundamente: nesses primeiros três meses, de RAP já repassamos esses R$79 milhões. A LOA tem, em 2023, R$4,7 bilhões, e nós temos essa demanda aí para essas políticas públicas que a gente está também pautando aqui, discutindo, apresentando.

Por favor.

Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros.

Tudo bem, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tudo bem.

O SR. WALDEZ GÓES – Presidente Marcelo Castro, eu já passei de meia hora?

Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. fique à vontade...

O SR. WALDEZ GÓES – Vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... que o interesse é grande. (*Pausa.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Bem, fundos constitucionais.

Ali a composição, que vocês conhecem profundamente: os 3% de IPI e Imposto de Renda; o FNO com 0,6%; o FCO com 0,6%; e o Fundo Constitucional do Nordeste com 1,8%. Nós temos, para este ano, R$53 bilhões nesses fundos e temos R$9 bilhões já contratados nos primeiros cem dias. Então, tem um potencial imenso aí, muito forte e que a gente precisa cada vez mais trabalhar.

O que eu queria destacar aqui? No início, eu falei do plano estratégico, da conexão com o PPA, depois, com a LDO e LOA e com as vinculadas. Eu não estou trazendo o *status* das vinculadas aqui, mas, a partir das definições de constituição de equipe, nós vamos religiosamente reunir todos os meses o ministério com as vinculadas, porque não é lógico o ministério ter a responsabilidade da política de desenvolvimento regional e essa conexão tanto com as vinculadas quanto com as agências financeiras – nesse caso, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia – estar também nessa lógica do desenvolvimento regional. E não se cria isso se a gente não tiver reunião frequente, além, lógico, do que já vimos fazendo: formulações novas que a gente está apresentando para o Governo Federal, o que particularmente eu defendo a partir dessa experiência municipalista, regionalista que todos nós temos. Então, dos fundos constitucionais, é esse o retrato atual para 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dos fundos de desenvolvimento, a situação é grave, porque nós temos ali: 2016 foi o último ano em que se garantiu esse percentual aí na LOA, de 0,15%, que representou R$4,5 bilhões, esse é o recorte lá. De lá para cá, houve um esvaziamento. Nós temos hoje, por exemplo, na LOA, R$2,2 bilhões, que é metade daquilo que foi previsto lá atrás, e temos uma demanda de R$9,1 bilhões. Então, o problema não é demanda, não é? Agora, os fundos de desenvolvimento regional estão realmente... Os constitucionais têm uma boa formulação e a gente tem algumas propostas aqui, logicamente, de talvez contribuir mais, mas, dos de desenvolvimento regional, está aí a situação atual.

Querem que volte àquela planilha ou não precisa?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Volte.

O SR. WALDEZ GÓES – Volte lá.

LOA. Demanda. Em 2014, se nós pudéssemos ir para 0,23%, seria a única forma de atender aí os R$11 bilhões, que é a soma da LOA com a demanda.

Essa apresentação eu vou deixar aqui, Presidente, é lógico. Está deixada. Tem uns QR *codes* aí, dá para pegar mais informações.

Por favor.

Principais entregas. Nesse caso, contrato do BNDES para modelagem da PPP patrocinada para o Pisf. Então, a gente fez um esforço hercúleo na retomada desse contrato. Na verdade, é preciso gerar todo um ambiente de confiança, de novo, entre as agências, entre os governos, entre o Governo Federal, os governos estaduais, entre as empresas que estão nas obras lá. E obviamente, na questão da modelagem patrocinada, que eu sei que gera muita crítica, às vezes há quem se preocupe com o custo da água, eu me preocupo com os investimentos que foram feitos e com a gente não ter uma boa governança para entregar bem a água. É com isso que eu me preocupo e acho que todos nós devemos nos preocupar.

Eu tenho uma experiência muito forte com o BNDES, muito forte, com várias parcerias como Governador. O Amapá, talvez, seja um dos estados com menor cobertura de serviços de saneamento do país. É aquilo que foi imposto ao Norte e Nordeste durante anos, cada vez vai ficando... Quando eu falo aqui em rotas de desenvolvimento, é porque a gente pode ter um estado em que vai crescer o PIB e vai empurrar aqueles mais pobres mais para baixo, então, temos que dar a mão para eles. Não é diferente aqui na experiência com o BNDES.

Eu tinha sido Governador duas vezes e tinha tentado de todas as formas, meu querido Senador Cid, resolver o problema do saneamento. Eu olhava para Governadores, para Prefeitos, em Curitiba, Belém, Brasília, capitais, sempre capitais, sempre com contrato ou com o Banco Mundial ou com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Interamericano de Desenvolvimento ou com o próprio BNDES, sempre aumentando a dívida pública. E eu tentei também, passei oito anos e não consegui.

O Presidente Lula lançou o PAC Saneamento. Aí todos os Governos foram habilitar projetos. Tem estados que até hoje têm recurso do PAC Saneamento e não conseguiram nem aplicar, porque depois... No Estado do Amapá aconteceu também isso. Eu lançava licitação e não tinha empresa que atravessasse o Rio Amazonas para participar. Era de lançar duas, três licitações: desertas, de não quererem nem atravessar o Rio Amazonas para participar, porque tem o custo Amazônia. Naquela época, o preço Sinapi era igual para o Brasil inteiro. O cara não discutia por quanto chegava o saco de cimento ou o ferro lá na Amazônia brasileira. Era exatamente isso o que eu vivia, no Brasil inteiro. Resultado: não conseguimos aplicar nem o recurso do PAC Saneamento, recurso público.

O que a gente via no nosso estado? Cada vez mais diminuía a cobertura, porque o estado perdia a capacidade de aumentar o serviço. Um estado horizontal, com cidades horizontais, então, é mais caro o quilômetro da rede de saneamento, da rede de energia para você atender as pessoas.

E aí eu construí com o BNDES, já faz um ano que esse contrato foi assinado. Fomos a última empresa a fazer a concessão de serviço de distribuição de energia e fomos o terceiro leilão na B3 do serviço de concessão de saneamento. Quando o Congresso aprovou o novo marco regulatório do saneamento, nós já estávamos há quatro anos trabalhando nesse novo modelo, e é um modelo diferente lá no Amapá. Daqui a oito anos nós vamos ter cobertura de 100% de água e, quiçá, em 18 anos, de saneamento, porque é essa a modelagem.

Aí, de repente, a gente acha 18 anos... Mas eu tinha uma empresa de saneamento que é desde a época do território, há quase 60 anos, e a cobertura não chegou, não passava de sete. Se juntássemos o dinheiro do estado, do município e da União, não conseguíamos resolver o problema. Então, não é mais dinheiro público que resolveria esse problema.

E onde é que está a receita aí? O público assume o que deve ser público e transfere uma boa parceria público-privada para o privado investir. Quem tem condições de pagar uma boa tarifa, paga uma boa tarifa, mas quem não tem condições, o poder público tem que pagar. É papel do poder público. E a modelagem que eu fiz no Amapá foi nesse aspecto, por isso que eu estou apostando muito no BNDES, em a gente construir uma modelagem.

Lá no Amapá, a companhia não foi junto, ela ficou, porque, por mais que a discussão seja a universalização, tem 10% da sociedade que não é coberta pela concessão. E quem cuida? Quem cuida é o Estado. A companhia ficou para ser enxugada e cuidar. Na modelagem se criou um fundo, porque, para cada R$1 do ágil, na outorga foi criado um fundo de R$1 também para o fundo de estabilização e de estruturação dos projetos para as áreas não cobertas pela concessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu aposto... Assinamos... Vocês aprovaram e foi publicado, em fevereiro de 2022, um marco, o novo marco regulatório dos resíduos sólidos. Foi em janeiro de 2022. Em fevereiro, nós assinamos com o BNDES a modelagem de resíduos sólidos para o Amapá, apoiados por todos os municípios. Provavelmente, neste ano, saia a modelagem dos resíduos sólidos do Amapá com a participação de todos os municípios do estado.

Também estamos fazendo nas concessões florestais que eu já fiz pelo Estado do Amapá. A gente tinha feito, é excelente, mas ainda é mal precificada. Não se olhou a indústria local, a comunidade do entorno. Eu tive que resolver isso depois da modelagem. Então, pautamos o banco já na outra... Então, a experiência com o banco é muito forte.

Tudo bem, Senador?

Por isso, nós lutamos para que o BNDES acreditasse que a gente pudesse retomar essa modelagem do Pisf, e, obviamente, o que eles apresentarem para a gente, a gente vai botar em debate com os Governadores, a sociedade civil, os empreendedores, para todos poderem acompanhar. Então, nós estamos fazendo essa modelagem com o BNDES.

Já fizemos também o lançamento, pela secretaria de fundos, com a Microsoft, com a plataforma ClimaAdapt. Na verdade, há muito conhecimento produzido no Brasil. Isso é muito comum. Às vezes, a gente precisa investir muito em pesquisa e em informação, mas, às vezes, há muita coisa que já é de conhecimento, mas está muito dispersa. Então, essa plataforma se propôs a juntar todas essas informações, reunir tudo o que as entidades públicas têm produzido e disponibilizar para a sociedade.

O PMI de Perímetros Irrigados, cujo exemplo eu citei já, lá com o Estado do Piauí, cujo ponto de partida será dado amanhã.

Nós estamos num debate que eu já socializo aqui com os senhores. O Presidente Lula tem falado recorrentemente da necessidade de uma forte política de microcrédito – uma forma política, certo? A gente entende que uma forma política de microcrédito não pode ser só de uma agência pública. Então, nós defendemos que o BNDES, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste, a Caixa... Enfim, é importante que todos participem.

Então, dentro da secretaria de fundos constitucionais, nós estamos discutindo essa iniciativa de fortalecimento de microcrédito também por parte de recurso dos fundos constitucionais sobre construção civil, porque é uma demanda relacionada à habitação.

Apoio aos estados subnacionais. O Nordeste já defendeu muito isso; o Norte, a Amazônia Legal. Por que os estados não podem também acessar para infraestrutura verde recursos dos fundos constitucionais? Eu tenho, na questão do microcrédito, nosso querido Presidente Cid, Senador Cid...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os números não estiverem certos, vocês me perdoem, mas é possível que hoje os números de acesso a recursos dos fundos constitucionais estejam na casa entre 10% e 11% para os grandes projetos ou médios projetos, e o BNB também tem uma política de microcrédito no Nordeste, mas é com a carteira própria do banco. Aí já é regra diferente. Os pequenos acabam pagando muito caro pelo dinheiro, porque lá chega a ser 2,5% ao mês, que é juro sobre juro, faz uma continha aí rápida, pode chegar a 40%, a 50% ao ano. E o fundo constitucional está emprestando a 11%, no máximo a 11%. Então, será que não é possível, com parte dos recursos dos fundos constitucionais também, se fazer política de microcrédito? Não é verdade?

Aquela mesma preocupação ali com a rota do desenvolvimento... Se a gente tem R$53 bilhões nos fundos constitucionais, por que... E tem demanda para os R$53 bilhões. Não há problema, Senador Eduardo, em ter, mas não dá para tirar algo para ficar para os pequenos? Pequenos, pequenos mesmo. Então, esse é um debate que nós estamos tendo, dentro do Governo Federal, para também oferecer ao Congresso Nacional.

Em agendas em andamento, vocês estão enxergando a linha Transnordestina? Ela é um contrato do Ministério dos Transportes, mas quem é responsável pela modelagem financeira, pelo *funding*, é o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Quer dizer, a gente tem toda essa transversalidade, porque a responsabilidade do ministério é muito grande em relação a isso.

A gente retomou também essa agenda. É um debate forte aí, é uma promessa antiga no Brasil e que, de certa forma, requer toda uma atenção e uma dedicação ou para botar mesmo na pauta fortemente, ou para tomar alguma decisão, mas a gente pautou, tem conversado muito dentro do Governo Federal e com os atores nas transversalidades também, seja dos ministérios ou com os governos estaduais.

E aí é a agenda que está em andamento pela secretaria. Nós temos muitas parcerias já e seguir com outras...

Pode passar.

Obrigado.

Eu acho que tomei uma horazinha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Senador Rogério Marinho, antes de o senhor chegar, eu estava pedindo apoio da situação e da oposição. Eu acho que as agendas todas são importantes... Não, eu estava me dirigindo mesmo, agradecendo a presença de todos e todas e fazendo esse apelo para o Brasil, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu toquei em agendas aqui que eu acho que são prioridades para as populações mais pobres, porque, senão, nós podemos enxergar regiões, estados e o próprio Brasil, ver crescer o seu Produto Interno Bruto, crescer a renda em muitas regiões e enxergar famílias e pequenos locais não participarem disso e ficarem mais pobres.

Então, se a gente não tiver uma agenda com esses recortes que olhem desde os fundos constitucionais para haver dinheiro também para os mais pobres, que olhem fortemente as rotas de desenvolvimento, que olhem fortemente as tecnologias de acesso à água, as cadeias produtivas locais, realmente os problemas poderão ser grandes, porque o Brasil vai crescer e essas pessoas precisam crescer junto com o Brasil.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, é para cumprimentar mais uma vez a Comissão de Desenvolvimento Regional e a Comissão de Infraestrutura pelo acerto da decisão de fazer esta reunião conjunta com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e cumprimentar o Ministro Waldez Góez pela apresentação.

Eu peço desculpas pelo atraso porque, lamentavelmente, na terça-feira, nós temos o acúmulo das Comissões Permanentes. Eu estava como autor do requerimento sobre a presença do BNDES na CAE, tratando coincidentemente de uma operação de microcrédito. E olhe a coincidência: eu chego aqui à reunião conjunta da CDR com a CI e o Ministro Waldez Góes tratava exatamente de uma questão que nós estamos defendendo, que é a destinação de uma parcela dos recursos dos fundos constitucionais para o financiamento de micro e pequenos empresários, ou seja, para microcrédito neste país.

Não faz o menor sentido nós estarmos com recursos do fundo constitucional acumulados e, muitas vezes, acumulados para financiamento em CDI, nos bancos, principalmente no Basa, financiando inclusive a organização bancária, e, enquanto isso, o microcrédito paralisado e as nossas economias e as nossas microeconomias paralisadas.

Portanto, eu quero aqui parabenizar a iniciativa. Haverá agora – acabamos de ser convocados – uma reunião, às 11h, na Presidência do Senado. Nós vamos ter que nos ausentar, mas eu gostaria de poder ficar para participar do debate, participar inclusive com indagações.

Eu quero aqui cumprimentar a apresentação do Ministro pela forma assertiva e afirmativa, mas queria fazer um destaque muito especial com relação ao tema do microcrédito, com relação ao FNO. A Amazônia está precisando de respostas na microeconomia. Lamentavelmente há um déficit da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

microeconomia na Amazônia para que nós possamos voltar a gerar emprego e renda no interior da Amazônia, na microeconomia da Amazônia, e para podermos fomentar a atividade da Amazônia.

Por fim, acho que é importante a transversalidade. Acho que o ministério que tem uma ação muito específica na Amazônia, que é o Ministério do Desenvolvimento, precisará atuar também com uma questão que está presente na Amazônia, que é a questão da titularidade da terra na Amazônia. E nós temos, através do MDR, alguns mecanismos que, na transversalidade, poderão ajudar o MDA a vencer esse desafio que está a perturbar e a trazer angústia tanto ao Pará quanto ao Amazonas, ao Acre, à Rondônia, à Roraima, ao Amapá e a toda a Amazônia brasileira.

No mais, quero cumprimentar e agradecer a oportunidade, parabenizando, na figura do Senador Confúcio e do Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, nós vimos aqui a exposição do nosso Ministro Waldez Góes e se confirmou aquilo que eu havia dito inicialmente: o quão complexo e abrangente é o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Aqui nós tratamos de quase tudo e poderíamos ter tratado de muito mais.

Mas, Ministro, eu gostaria só de observar aqui que V. Exa. se empenhe nessa solução que está sendo gestada no Piauí, desses perímetros, desses polos de irrigação, porque essa é uma coisa sem fim, Senador Cid Gomes. No Governo Sarney, em que Vicente Fialho era Ministro da Irrigação, no Piauí foram criados dois polos de irrigação: Platôs de Guadalupe, que ficam no Médio Parnaíba, e Tabuleiros Litorâneos, que já ficam no Baixo Rio Parnaíba. Olhe, isso faz quantos anos? Tem uns trinta e tantos anos que isso foi criado. Ainda hoje está em andamento. Neste ano, eu, como Relator-Geral do Orçamento, tive que botar R$20 milhões em uma emenda de bancada para dar continuidade.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – E a gestão é Codevasf?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A gestão nesse caso é Dnocs.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Está explicado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, no Piauí estão tentando fazer uma parceria privada para fazer a gestão desses perímetros. Talvez venha ser esta a solução, evidentemente com critérios, para não deixar os grandes irrigantes, os grandes produtores sufocarem os pequenos produtores.

Outro aspecto que eu gostaria de falar, Ministro, é sobre essa questão do potencial que tem o Brasil para a irrigação e a pouca efetivação que nós temos no nosso país. E não é questão de recurso, é muito mais uma questão de ação mesmo, de falta de ação política, porque, se nós compararmos o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Índia, que é um país que tem uma renda *per capita* muito menor do que o Brasil, ainda dá um banho no Brasil nessa questão de irrigação. Nós estamos engatinhando ainda quando temos um potencial imenso, e nenhuma atividade rural gera mais emprego, melhora mais a vida, transforma mais a vida das pessoas do que a irrigação. É só chegar a Petrolina, ao complexo Petrolina-Juazeiro, para você ver a classe média que foi criada lá, o padrão de vida das pessoas, que difere completamente das cidades vizinhas, tudo isso em função da irrigação que houve.

Mas não vou tomar o tempo de V. Exa. Tem muitos inscritos aqui. Minha missão aqui é de presidir. Eu espero que não tenha outras questões de ordem.

O Senador Cid Gomes já chama a atenção.

E o primeiro orador inscrito aqui para...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente Marcelo, existem aqui alguns Líderes que foram convocados para a reunião agora de 11h. Se V. Exa., pedindo licença aos demais, desse um minuto a cada um deles...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se houver anuência, concordância dos inscritos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Os inscritos Líderes têm um minuto, pronto. Dos inscritos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dos inscritos.

Então, o Rogerio Marinho é o primeiro inscrito.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Dos inscritos, quais são os Líderes, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só tem V. Exa. e o Rogerio Marinho.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Então, eu vou, eu vou, Efraim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Efraim não está inscrito. Vai ser inscrito agora.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Bem inscrito. (*Risos.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Acabo de me inscrever, não é?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Automaticamente inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Líder Cid, antiguidade é posto. V. Exa. pode...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Cid Gomes. V. Exa. tem a palavra.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Para interpelar.) – Bom, eu serei absolutamente breve e obedecerei a um minuto que V. Exa. quer, por sugestão do nosso querido Senador Rogerio Marinho.

Parabéns ao nosso ex-Governador, Ministro Waldez. Ele traz para o Ministério da Integração a sua experiência de gestor e, mais do que isso, a sua experiência humana. Eu sabia que tinha que ter uma razão para a competência com que ele atua: a origem de orientador rural, extensionista rural. Isso lhe dá uma experiência, uma vivência que é fundamental para a amplitude das ações do Ministério da Integração.

Eu vou bater na mesma tecla. Eu já tive a oportunidade de lhe dizer. Vou procurar atuar e vou aproveitar a medida provisória da reestruturação do Executivo para propor o seguinte: engenheiro não deve fazer serviço de arquiteto e arquiteto não deve fazer serviço de engenheiro. Quando essas coisas se misturam, você tem problema. Eu estou sintetizando na minha profissão e numa outra correlata.

Ministério da Integração tem dois órgãos, entre tantos, que são Dnocs, um órgão de mais de cem anos de história, e Codevasf. Codevasf faz bem o papel de administrar perímetros irrigados, e o Dnocs já fez muito bem o papel de planejar obras contra a seca, que é o seu nome original, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Botaram o Dnocs para administrar perímetro – e está o problema que você tem – e botaram a Codevasf mais recentemente para fazer do penico à bomba atômica, para ser resumido aqui. Hoje a Codevasf faz asfalto na cidade de Ubajara, que fica a 150km do Rio Parnaíba, mas está incluído na Bacia do Rio Parnaíba, portanto a Codevasf faz isso. E virou, e virou...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vai ao Amapá, ao Pará, ao Tocantins...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pois é. Então, o que eu vou sugerir é que o Dnocs recupere, resgate a sua história de planejar obras contra a seca, o que não é mais privilégio – entre aspas – "só do Nordeste": o Rio Grande do Sul está passando por problema de seca, a gente vê Mato Grosso em alguns lugares passando por problema de seca e regiões de outros estados com esse problema.

Então, o Dnocs, a meu juízo, deve voltar a se especializar nisso; e a Codevasf, se especializar – ela já faz bem –, se concentrar na administração de perímetros irrigados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria ouvir o que o Ministro pensa sobre isso, naturalmente compreendendo se ele não quiser se comprometer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Como são três Líderes apenas, vamos ouvir os três Líderes, e o Ministro daria a resposta em conjunto, porque V. Exas. vão ter que sair, se retirar para poder participar da reunião com o Presidente do Senado.

Senador Rogerio Marinho, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa. pela deferência. Cumprimento o Senador Confúcio, o Ministro Waldez.

Imagine, Ministro Waldez, o desafio de V. Exa. Eu na época era Ministro, mas de outra pasta, que era a de Cidades, quando o Marcelo fala da amplitude das ações. E vou ser bem breve.

Primeiro, quero desejar boa sorte, dizer que V. Exa. conta conosco aqui. São ações importantes.

Quero pontuar que, por ocasião da votação aqui do projeto de restruturação, nós estamos propondo que para o rol das ações do MDR retorne a Política Nacional de Segurança Hídrica, que talvez por engano tenha sido retirada. V. Exa. fala a respeito do tema, trabalha o tema. Isso é extremamente importante para o Nordeste brasileiro e foi retirado. Nós fizemos obras importantes de conclusão da transposição, início de projetos, como adutoras, como novos canais, como obras de dessedentação das populações rurais do Nordeste, e o Governo, por algum motivo, retirou essa ação. E o senhor vai contar conosco e, acredito, com a Casa para que essa ação seja restabelecida dentro do ministério que V. Exa. conduz.

O segundo aspecto que eu vou aqui realçar de forma muito rápida e terminando, Senador Marcelo, é que nós tivemos uma oportunidade de conviver por ocasião do processo de concessão do saneamento do Estado do Amapá. E, naquela oportunidade, o então Presidente Davi Alcolumbre precisou ser convencido da necessidade de trabalharmos dentro do Senado da República o novo marco do saneamento, e o fez, foi aprovado, R$90 bilhões foram oferecidos pela iniciativa privada em projetos de concessão em vários estados, inclusive no de V. Exa. Estive juntamente com V. Exa. e com a bancada do Amapá na sede da B3, lá em São Paulo. A outorga oferecida foi uma outorga que permitiu o investimento em projetos estruturantes dentro do Amapá e dos municípios do estado que V. Exa., na época, governava. Sem dúvida nenhuma, há condição para que a universalização dos serviços do tratamento de água e esgoto naquele estado... Eles estão assegurados pelo contrato que foi estabelecido dentro do marco temporal de 2033.

Então, estou falando a respeito apenas para pedir que V. Exa., dentro do Governo, do qual V. Exa. hoje faz parte, faça ecoar a sua voz e a sua experiência para que o Governo entenda a necessidade de darmos esse passo adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, ex-Ministro, Senador, Presidente, meu amigo e um grande entusiasta do Nordeste brasileiro, Marcelo Castro, nós estamos num momento em que o Parlamento precisa defender as suas prerrogativas. O decreto não pode ultrapassar o espírito da lei. Se o Governo quer mudar a lei, quer um consentimento comum, faça-o através de uma outra lei.

Ontem eu fui surpreendido com a portaria do Ministro da Justiça sobre a questão da *fake news*. Se o Governo quer mudar e acha que é urgente, faça uma medida provisória, mas uma portaria não pode ultrapassar a lei. E essas medidas totalitárias reiteradas chamam a atenção e desequilibram a democracia.

Então, faço um apelo a V. Exa.: que a sua voz equilibrada possa ecoar dentro do Governo de que V. Exa. faz parte para que possamos restabelecer essa relação harmoniosa e necessária entre todos nós.

Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou passar a palavra para o Senador Efraim, o último Líder inscrito aqui.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Ministro Waldez Góes, Senador Confúcio...

Ministro, o que está sob o guarda-chuva do ministério talvez seja uma das ações mais importantes para o Nordeste brasileiro: a segurança hídrica, o abastecimento de água. E, para quem não conhece, às vezes a distância não dá a dimensão do problema. É inadmissível que, no Brasil do século XXI, nós tenhamos tecnologia para extrair petróleo lá do pré-sal, nas profundezas do oceano, e ainda não estamos conseguindo entregar água, na superfície, a quem está morrendo de sede.

As últimas ações a que o Governo e o ministério querem dar continuidade são essenciais para que a gente consiga ter essa visão. A prioridade número um é entregar água para matar a sede. Pouca gente sabe, mas as ações como a transposição, esses outros canais e adutoras, por enquanto, a prioridade delas tem sido esta: fazer a água chegar aonde ela não chega.

Num segundo momento, sim, a irrigação. É preciso também pensar num planejamento para que se possa produzir nessas regiões. E a chegada da água vai permitir isto: que, onde jamais se pensou em instalar uma empresa, uma indústria, em abrir um negócio, você possa, a partir da presença da água – vejam só –, se planejar para isso.

Então, é essa sensibilidade que a gente espera – V. Exa. governou seu estado, tem essa sensibilidade – que possa ser esse instrumento para que a gente consiga desburocratizar, simplificar. Perde-se tanto tempo, muitas vezes, em projetos e projetos e projetos, e para realizar a gente às vezes fica com o sentimento de que falta algo, de que está aquém daquilo que a gente precisa. Então, mais do que uma pergunta, este é um apelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Paraíba, por exemplo – e está aqui o Senador Veneziano ao meu lado –, sabemos que temos projetos prioritários lá. Além do Vertente Litorânea, que V. Exa. apresentou, nós temos a Adutora do Pajeú, essa do Agreste pernambucano, que precisa chegar ali à região de Teixeira. Nós temos a Transposição do Rio São Francisco no seu Terceiro Eixo, o Ramal Piancó. E, para citar a última, nós temos ali, na região da Borborema, o canal, a adutora para Gravatá, que atende ali toda a região polarizada, por Lagoa Seca, Lagoa Nova e tantas outras cidades ali daquela região.

Então, Ministro, saiba que terá, do nosso lado, sempre uma extrema simpatia com os temas que digam respeito ao abastecimento de água, especialmente no Nordeste.

Poderia me estender mais, mas, para ficar dentro do um minuto que foi deliberado pelo Presidente, vou encerrando aqui a minha fala.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Esse minuto paraibano, eu vou te dizer... (*Risos.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Foi bem menor que o minuto do Cid e que o minuto do Rogerio. Fui o mais econômico de todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou passar a palavra, então, ao nosso Ministro Waldez Góes.

O SR. WALDEZ GÓES (Para expor.) – Muito bem.

Eu já tive a oportunidade de conversar com o Senador Cid Gomes, e é pertinente, de certa forma, o testemunho dele, porque é preciso que a gente reorganize as atuações, senão você passa a ter muito sombreamento e passa a ter dificuldade, mas isso também não é uma tarefa fácil. Eu sou daqueles que são muito diligentes no sentido de evitar criar outros problemas, então atuo de forma mais consensuada.

Nós estamos trabalhando de maneira que o PPA já ajude a ir resolvendo parte dessas atuações, porque, como falei aqui no início, o ministério atua e precisa atuar com essas instituições, que são vinculadas, e até mesmo com aquelas que não são, como são as agências financeiras, que são vinculadas à Economia, porque se trabalhar de forma dissociada da Política de Desenvolvimento Regional fica difícil.

Então, nós vamos partir também para criar, Senador Cid, reunião mensal. Isso aí eu já pautei com as vinculadas. Eu acho que a partir disso também a gente vai ajustando melhor a área de atuação. Obviamente que se pode estar resolvendo isso na reestruturação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu sou dos que concordam. Como Governador, mesmo no meu ambiente ali, pequeno, onde tinha superposição complicava muito. Uma coisa é você ter transversalidade, às vezes distribuindo tarefa, mas dois, três órgãos fazendo a mesma coisa é muito complicado. Então eu, particularmente, me envolvo no processo de discutir dentro do Governo, discutir perante as vinculadas e ver se a gente tem um aperfeiçoamento nisso. O Dnocs surgiu muito antes da Codevasf, hoje a Codevasf faz um trabalho intenso, e às vezes há muita reclamação por uma certa desmobilização, muitas das vezes, do Dnocs.

Em relação às indagações do Ministro, do Senador Rogerio Marinho – perdão –, eu realmente construí, foram seis anos construindo a política de concessão, a modelagem de concessão do setor de saneamento do Estado do Amapá. Mas aí eu também expliquei aqui qual foi a minha máxima, que para mim é a máxima que o Governo Federal está propondo: o Governo Federal está propondo que se oportunize às empresas públicas participar do processo; aquelas que tiverem condições de também se habilitar no processo, que assim o façam.

Quando assinei o primeiro contrato, em 2015, 2016, com o BNDES, o BNDES vinha numa linha de concessão de serviço total, e eu desde lá disse: "Olha, a empresa de energia vai junto, mas a empresa de saneamento não vai". E a bem da verdade, a gente está fazendo uma cisão – eu digo a gente porque eu comecei lá no passado e agora o Governador Clecio é que está tocando – da antiga empresa de saneamento, para que a nova empresa atue na inclusão digital, na energia renovável e no saneamento nas áreas não cobertas pelas concessionárias. Você tem concessionária de internet, mas que não cobre todos, tem concessionária de energia, mas que não cobre todos, e tem concessionária de saneamento que não cobre todos. E aí eu volto para aquela tese aqui: como é que você vai festejar uma política pública de concessão e dizer que é universalizada porque 16 municípios nas suas sedes estão tendo o serviço atendido e empurrando para situação mais difícil os 10% ou 15% que não são atendidos pelas concessionárias?

Então eu sou daquela tese de que o poder público nem pode conceder tudo e nem pode estatizar tudo. Ter a capacidade de escolher o que é possível conceder e conceder para melhorar o serviço e para as pessoas que têm condições de pagar pagarem pelo serviço é obrigação do poder público, e aquilo que não deve ser concedido porque só o poder público vai ser capaz de levar aquela política. Essa foi a modelagem que eu fiz no Amapá. Batemos o martelo na B3, tanto que a disputa no Amapá começou pelo deságio na tarifa, não foi pelo valor da outorga, não foi por lance no valor da outorga. Só disputava a segunda parte do leilão para dar o lance na outorga quem desse até 20% de deságio na tarifa. Então foi essa modelagem. E o fundo, para criar projetos nas comunidades que não são cobertas pela concessão.

Então eu acho que o Governo Federal busca isso, porque se você trabalhar a política integral de concessão... Nós temos que trabalhar fortemente as concessões e as PPPs, mas não esquecer, o Governo deve ficar atento àquilo que as concessões e as PPPs nunca vão resolver. Aí é papel da política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública feita diretamente pelo Estado brasileiro, seja pelo município, pelo Governo estadual ou pelo Governo Federal. Isso serve para qualquer política – da comunicação, do saneamento, da energia, qualquer política. Não há nenhum problema em relação a isso.

Em relação à questão que o Senador Efraim levantou: está corretíssimo, Senador. E eu aqui coloquei claramente alguns desafios do Pisf.

Primeiro, retomar fortemente os investimentos. Acho que, em 2023, com o apoio do Congresso Nacional às medidas que foram propostas pelo novo Governo na PEC da transição, deu isto: R$2 bilhões para a política de segurança hídrica. Nossa demanda chega a R$2,6 para esse ano. Isso era um pouco mais de R$600 no Ploa, no projeto de lei, então está retomado.

Segundo, construir uma modelagem de participação público-privada com participação também do Governo. Então, isso o BNDES vai nos apresentar para o grande debate. E a gente está com os Governadores fazendo isso.

O outro, é lógico, além de rever as estruturas que precisam ser melhoradas, revisitadas e tiradas do risco, o que está acontecendo, apresentei no final aqui: a gente está estruturando projetos para se levar água, mas a gente tem que também começar a pensar nesse uso da água não só de consumo humano. Enquanto essa água passa, dá para estruturar projetos de desenvolvimentos locais? Rotas de desenvolvimentos locais? Então, quando a gente defende isso, a gente defende nesta linha, Senador Efraim: nunca tirar a água que poderia estar chegando para o consumo humano para a produção, mas como aproveitar todo o percurso dessa água, porque muitas vezes tem desperdício, uma vez que não é agregado a um processo também produtivo para aqueles que mais precisam – em regra, para aqueles que mais precisam –, na estruturação de projetos para os que mais precisam.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Até porque não há decepção maior, até mesmo uma dor, Ministro, do que o sertanejo, que é, antes de tudo, um forte, ver o canal passando ali na porta da sua casa e não poder, de alguma forma, ter acesso a essa água, mesmo que de forma planejada, para também poder produzir.

O SR. WALDEZ GÓES – O.k.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos seguir agora a ordem de inscrição.

O primeiro inscrito é o Senador Zequinha Marinho.

Com a palavra, portanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos. Bom dia, Ministro. Satisfação vê-lo aqui.

O SR. WALDEZ GÓES – Bom dia, meu conterrâneo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para interpelar.) – Hoje eu estou aqui muito satisfeito com relação a essa reunião, cumprimentando Marcelo Castro, cumprimentando Confúcio, cumprimentando todo mundo.

E, é claro, eu sei que o ministério abrange todas as regiões do país, mas eu quero discutir a questão da Amazônia, alguns pontos que V. Exa. com certeza conhece mais do que a gente. E não poderia ter sido melhor a escolha para o ministério: alguém que tem a mão na massa há muito tempo, que conhece por dentro e por fora nossa problemática.

Eu sei que a questão regional muitas vezes não está dentro do ministério que V. Exa. dirige neste momento, mas o seu ministério tem tudo a ver com aquilo. Daí, na questão da transversalidade, que estava falando ainda há pouco, é fundamental que a gente possa ter um ministro que nos ajude dentro de outros ministérios do Governo, para que aconteçam algumas coisas, de forma prática, de que a gente precisa. Senão, não vão sair do lugar. O seu trabalho, a sua luta vai ficar marcando passo, porque o vizinho que trata daquele tema, de repente, não tem a mesma visão ou sensibilidade com relação ao desenvolvimento daquele tópico que lhe diz respeito.

Vamos lá. Bem rapidinho aqui.

Banco da Amazônia e Sudam. Eu sou empregado de um dos dois, que é do Basa. Eu os vejo com pouca dinâmica correndo atrás desenvolvimento regional, financiando e fomentando. E eu queria ouvi-lo com relação ao que o senhor tem para que essas duas instituições, que são fundamentais, possam ser mais dinâmicas, mais agressivas para cumprir com mais inteireza a sua missão na nossa região – e aí, eu estou vendo aqui Petecão, de lá do Acre; Confúcio, de Rondônia; aqui Alan Rick, do Acre também; e ali, meu colega de estado, Beto Faro; e, com certeza, outros. A gente precisa de instituições que não fiquem ali apenas esquentando o banco, mas que efetivamente tenham consciência da sua missão e que possam avançar. Isso é fundamental para a gente.

Uma outra coisa a gente tem que combinar aqui com a Bancada do Nordeste, mas eu acho que não vai ter confusão com relação a isto, não é, meu Presidente? O FNO corresponde a só 0,6% dos 3% do IPI e IR, que formam os fundos. O FCO, também aqui, no meio do Brasil, 0,6%; Nordeste, 1,8%. E a gente tem visto... Acho que é possível V. Exa. mensurar historicamente o desenvolvimento da Amazônia, que é um negócio louco, grande, que requer muito dinheiro. Eu sei que, de repente, não temos a eficiência dessa aplicação, mas a eficiência precisa chegar. Então, o percentual do recurso é pouco. Se a gente subir desse 0,6% para 1% – não é, Beto Faro? –, acho que a coisa fica melhor. Pega emprestado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste 0,4%, tenho certeza de que todo mundo concorda. Aí uma portaria, alguma coisa assim – amém! – resolve tudo isso. Parece brincadeira, mas eu considero para a Amazônia um percentual pequeno, Presidente. Isso é verdade. Os desafios que nós temos nesse universo são muito grandes. E, se o Governo efetivamente quiser demonstrar na prática que quer desenvolver a região – e para isso precisa de dinheiro e tem que financiar –, vai ter que mexer nesse negócio.

O microcrédito, que já foi cantado em verso e prosa, como bancário que sou, morador, nascido, criado, vivendo e fazendo a política do varejo na comunidade, tem que ter. Eu sei que para banco é ruim fazer um contratinho de R$5 mil, de R$10 mil, de R$15 mil, porque às vezes dá o mesmo trabalho de um contrato de R$1 milhão, R$2 milhões. Então, o cara fica perdendo... Mas, hoje, a informática, a questão da tecnologia já nos permite fazer muita coisa muito rápido. Não é mais manual, como nos meus velhos tempos lá atrás se fazia, o que dava muito trabalho. Agora, não. A tecnologia me permite operar muito, andar rápido. Então, temos que olhar microcrédito com muito carinho, mas muito carinho, porque nós estamos vivendo... Se o senhor pegar os dados da região, o senhor vai ver que é preciso girar a economia, e não é fácil isso se você não tiver muitas portas abertas em que se oferte um pouco de recurso, com taxa... Esse negócio de Governo querer ganhar aqui na produção, no começo, está equivocado. Governo tem que ganhar muito pouco aqui – ou, no máximo, empatar despesa e captação – para ganhar na ponta ali. Quem é que escapa da gôndola de supermercado? Ninguém! Então, bota para lá – não é, meu Presidente? –, pois lá o pau come e se arrecada. Aqui, você barateia; a produção tem que ser barateada. Quando o dinheiro chega ao bolso: "Vamos embora gastar?". "Vamos embora!". E aí, sim, você o pega lá.

Eu quero entrar na área da transversalidade. Dois temas rápidos, e aí vou encerrar mesmo.

Primeiro, eu estava levantando aqui dos dados do IBGE – isto está em apuração – as duas principais cidades do Brasil em termos de favelização: Manaus, 53,38% das moradias da Grande Manaus são padrão favela; Belém, nossa querida Belém, 55,49% das nossas moradias são favelas, campeã nacional isolada. São casas de péssima qualidade, uma situação crítica. Não quero entrar para o interior do estado, porque não é muito diferente daquilo que acontece na capital. O que V. Exa., mesmo sabendo que deve estar em outro ministério o programa...? Como é que a gente faz? Como é que o Ministério do Desenvolvimento Regional pode influenciar para que a gente avance, melhorando isso aqui?

Por último, regularização fundiária e ambiental. E aí não adianta o senhor botar dinheiro no banco, porque banco é uma instituição boazinha, mas só empresta se tiver garantia real. A gente não tem outra forma de estabelecer uma referência para dar garantia. Fora do Brasil, não sei onde, os bancos mais modernos já têm outras formas de avaliar; aqui, no Brasil, não. Ou você tem garantia real ou você não tem garantia e não financia ou financia muito pouco – no BNDES, paga o FGI, 5% da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação pequena –, amenizando a situação e tirando um dinheirinho, mas o caminho não é por aí, porque isso encarece o custo do dinheiro.

Ou a gente faz uma regularização fundiária na Amazônia ou a gente não consegue soltar a Amazônia para o desenvolvimento, nem consegue resolver o problema ambiental, porque um depende do outro. Eu só vou resolver o problema ambiental se eu tiver documento da terra, senão toda operação em cima daquela terra é ilegal. E, hoje, nós temos lá no estado um desespero – Pará, Amazonas, Rondônia, Acre... E vai chegar a outros lugares. O cara chega e fala assim: "Essas fazendas aqui estão embargadas, e vocês têm cinco dias para retirar o gado". Onde é que nós vamos botar cento e poucas mil cabeças de gado? Onde? Na cabeça de quem? O desespero entrou em campo. Nós estamos vivendo a pior angústia. Não é só na área do garimpo, não, porque o Governo também não dá conta de... Depois a gente tem que conversar sobre isso. A mineração também faz parte dessa questão aí.

Mas eu queria fechar aqui: ou a gente leva o Governo, pelo Incra ou por qualquer outro instrumento, para cima da regularização fundiária para poder fazer a ambiental ou nós vamos viver o resto da vida num debate inócuo, porque isso aqui é pedra fundamental para começar qualquer processo de desenvolvimento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Zequinha Marinho.

A palavra agora com o Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo; Senador Confúcio, Presidente também; nosso amigo, posso dizer assim, Ministro Waldez Góes; primeiro fico muito feliz de você estar hoje assumindo essa função tão importante do nosso Governo – cumprimento todos os demais Senadores e Senadoras –, até porque é um profundo conhecedor das matérias aqui. A sua fala aqui foi demonstração disso. Tem uma relação muito próxima ali no nosso estado, nascido no nosso estado, nas ilhas do Município de Gurupá, no Pará. Quero cumprimentá-lo e desejar muito sucesso à frente do ministério, um ministério extremamente importante para o desenvolvimento, para a integração, para a diminuição das desigualdades entre as regiões. A sua fala aqui demonstrou esse domínio completo das ações do ministério e até de outras ações de outros ministérios que você foi colocando e que têm relação com o Ministério da Integração.

Mas eu queria levantar aqui um ponto que acho que ainda não foi levantado: nós temos que ter uma política maior de incentivo ao microcrédito na região, com os financiamentos do FNO. Mas acho que, com tanta responsabilidade que tem o seu ministério, tenho visto pouca capacidade técnica – e não pelos servidores, os servidores são excelentes, gente muito competente; mas porque, ao longo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses últimos anos, nós fomos diminuindo o número de servidores desses órgãos. E essa é uma preocupação com relação a todos os órgãos.

Eu fico imaginando a gente incentivar a política de microcrédito no Pará com a estrutura que o Banco da Amazônia tem. Pegue uma região, como a de Marajó, Ministro, que você conhece bem, com 17 municípios. É uma das regiões mais pobres do Brasil e não tem uma agência do Banco da Amazônia – não tem uma agência. Por exemplo, o município onde você nasceu, Gurupá: para um cidadão sair de Gurupá e ir a Belém – até a primeira agência que ele vai ter do Banco da Amazônia, que é quem gerencia o FNO –, ele vai gastar mais de R$1 mil, para ir e voltar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Mais de 12 horas.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu não estou nem levantando o tempo. Ele vai gastar mais de R$1 mil.

Numa política de microcrédito, se o cidadão receber R$10 mil de empréstimos e tiver que gastar mais de R$1 mil para fazer uma única viagem a Belém, mais de 10% do seu financiamento vai só para ele se deslocar uma única vez a uma agência bancária.

Então, como é que a gente faz com que essa instituição tão importante aqui... Tem um cidadão que já brigou com o banco, já abraçou o banco... Está certo? Tem uma relação com o Banco da Amazônia. Mas nós temos que aumentar a capacidade do banco.

A Sudam, e eu não tenho os dados concretos da Sudene, mas a Sudam nesses últimos tempos foi totalmente desmobilizada. A gente olha, parece que tem ali meio que um elefante... Como é que ela dá conta de tocar tantas das responsabilidades? E a Sudam sempre teve um corpo técnico importante, bom, com capacidade. Precisa muito desses órgãos para ajudá-lo, inclusive, a tocar essas políticas, mas ela foi totalmente desmontada, assim como outras áreas.

Eu fui ver agora o Incra. Eu fui Superintendente do Incra no Pará, porque lá no Pará tem três superintendências. Eu fui superintendente em uma delas. E, quando eu fui superintendente, nós tínhamos 450 servidores. Hoje, tem 150 na mesma superintendência, com 30 pedidos de aposentadoria, dos 150. Então, a capacidade técnica para poder trabalhar as políticas que nós estamos aqui acertando é muito difícil. Então, queria que você tocasse sobre isso. Vai ter que fazer um planejamento de concurso público? Como é que vocês têm pensado em buscar essa capacidade técnica para tocar os próprios programas que nós temos estabelecido?

Sei do que você tem feito, parabenizo-o, inclusive, porque a forma como você esteve aqui tem sido como no ministério também, a forma como você tem recepcionado a gente no ministério. Eu já pude ir com Prefeito do meu estado. Eu fico imaginando... E você foi muito rápido, mandou técnico do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu ministério ajudar os municípios. Você mesmo disse aqui: 1,6 mil municípios do Brasil já com problemas de desastre e tudo. E muitas das vezes o Prefeito não tem condições de elaborar o projeto, não tem equipe técnica para elaborar o projeto, precisam muito do seu ministério para ir lá e ajudar a elaborar, como você fez com a gente no Pará agora, mandando a dois municípios uma equipe técnica. Mas imagina tocar isso com 1,6 mil municípios em situação de dificuldade. Claro que nem todos vão estar, mas grande parte deles tem essa dificuldade. E o senhor tocar isso com a equipe técnica que hoje tem no ministério... Então, esse desafio: eu queria que você tocasse nesse desafio, que eu acho que é fundamental para a gente tocar todas as políticas que foram levantadas aqui por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou aproveitar, Ministro, para fazer uma série de três.

Agora o próximo inscrito, Senador Weverton Rocha, com a palavra.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o Presidente Marcelo, o Presidente Confúcio, mais uma vez aqui reafirmar a importância da união das duas Comissões, a de Infraestrutura e a de Desenvolvimento Regional e Turismo, que têm papel relevante, importantíssimo nesse debate, na construção, na avaliação e, claro, na fiscalização das políticas que precisam ser executadas e as que estão sendo executadas aqui no nosso país.

É desafiador o tema. O Ministro Waldez Góes aqui, a quem eu quero fazer esse cumprimento especial, traz aqui não só a sua capacidade como um homem público que quatro vezes já teve a oportunidade de ser Governador de estado, como ex-Deputado... Então, tem essa sensibilidade e, o melhor de tudo, essa condição de fazer esse enfrentamento que, sem dúvida nenhuma, é permanente.

Então, eu quero aqui, antes de qualquer coisa, parabenizar, Ministro, a sua entrada no ministério, a atuação já nos primeiros cem dias de Governo, presente. Só no Maranhão, já foi mais de duas vezes, presencialmente, olhar de perto lá a questão dos alagados, não só levar solidariedade, mas acionar a Defesa Civil, mobilizar recursos. Só o Governo do Maranhão já recebeu quase R$5 milhões, além dos municípios que têm recebido de acordo com os seus planos que estão sendo analisados, todos tendo ali a presença permanente do Governo Federal através de V. Exa., nessa participação e nessa atuação direta.

Quero lhe dizer que essa palavra "arranjo produtivo local" é fundamental! Nós não podemos imaginar o desenvolvimento e discutir essa palavra "desenvolvimento" se nós, de verdade, não mobilizarmos corpo técnico, criarmos as condições para esses arranjos produtivos locais serem identificados, potencializados e dali fazermos com que eles sejam, de verdade, um vetor de geração de emprego. Nós não vamos combater a desigualdade neste país se, de verdade, não descobrirmos as vocações ou incentivarmos as vocações em cada canto deste país e dos nossos estados. Aqui nós falamos das nossas potencialidades ao tempo em que ficamos, todo mundo, angustiados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dia, eu estava num congresso lá em Barcelona, participando do maior encontro do mundo de comunicação, tecnologia. Lá já se falava de 6G, e aqui, em cantos, por exemplo, do Maranhão, nem 3G chegou ainda. Você imagine só o desafio: uma cidade como Barcelona, uma cidade que recebe mais turistas que o Brasil todo; o Brasil, em que só a nossa região, com a Rota das Emoções, depois vem a Rota da Potiguar, depois vem a Rota das Falésias, lá do Maranhão até João Pessoa, nós temos condição de receber o mundo todo e fazer aquilo ali explodir através dessas cadeias produtivas, através dessas potencialidades e da condição de botar água na torneira, banheiro na casa das pessoas, mas, acima de tudo, capacitá-las, para gerar emprego.

Então, Ministro, eu fico entusiasmado de saber que V. Exa. tem essa visão; como ex-Governador, conhece a gestão como um todo. Essa política intersetorial é fundamental, porque não adianta se pensar que cada ministério ou cada ação é uma ilha isolada; ou se faz isso de forma articulada, ou, senão, nós vamos fingir que estamos levando política pública e, lá na ponta, também vai-se fingir que se está recebendo, e infelizmente vamos ficar sempre procurando quem foi o culpado, se foi o governo anterior, ou se foi o da década de fulano ou de sicrano, e não vamos aqui pactuar o futuro.

Por último, eu quero aqui também cumprimentar os Prefeitos do Maranhão que fizeram questão de acompanhar esta audiência: o Prefeito de São Luís Gonzaga, Dr. Júnior, que está aqui conosco; o Prefeito Arquimedes, da cidade de Afonso Cunha; o Prefeito Flavio Furtado, da cidade de Duque Bacelar; e a Prefeita Maura Jorge, da cidade de Lago da Pedra; cidades essas, algumas delas, que estão em situação de emergência. Só na cidade do Dr. Júnior, são 500 desabrigados, 500 famílias que estão, hoje, fora das suas casas e estão dependendo de favor, estão dependendo de ajuda humanitária para ter ali uma cesta básica, um colchão, alguma coisa, porque perderam tudo com a água, com a chuva, que é outro tema, Senador Marcelo, que eu quero trazer num outro momento, por conta do tempo, mas que não dá para a gente ficar enxugando gelo, não é possível!

Você pega ali o rio, o nosso Rio Parnaíba – vou sair aqui do Rio Mearim, que também é o mesmo caso, mas o Rio Parnaíba –, aquele rio maravilhoso, que une os nossos dois estados. Ainda bem que une, porque eu tenho a honra de ser vizinho do estado do Relator, não só do Relator-Geral, um homem que vai ajudar muito o Maranhão. E quero dizer que aquele rio ali você atravessa, hoje, andando. Assoreado, você olha de Teresina para Timon e você pode atravessar andando. O que era o Rio Parnaíba? Antes era navegável.

Então, sobre essas enchentes, se a gente não conseguir urgentemente discutir algumas soluções, como, por exemplo, dragagens profundas desses rios, nós vamos ficar, todo o tempo, enxugando gelo, porque ali no Rio Mearim é a mesma coisa, de Trizidela para Pedreira você o está atravessando andando. E, se nós não formos ali discutir como a gente vai fazer para essa água escoar, para ela passar, todo ano a cidade vai ficar alagada, a gente vai estar aí enxugando gelo e com essa sensação de que nada pode ser... Foi V. Exa. que me mostrou sua casa, não foi? Lá no Acre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – O Ministro foi lá.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Até a casa do Petecão foi alagada, o bairro todo. Eu fiquei extremamente comovido, Petecão, então, você imagina como é que está lá no Maranhão e em todo o Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – V. Exa. não está desabrigado porque está aqui em Brasília, mas eu olhei o vídeo, e a casa dele toda debaixo d'água. Então, assim, essa mobilização tem que ser geral e deve-se pensar no que pode ser feito de forma preventiva, porque é desesperador o que está acontecendo hoje no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Cumprindo aí o grupo dos três oradores, então passo a palavra ao nosso Ministro Waldez Góes.

O SR. WALDEZ GÓES (Para expor.) – Então, falando ao nosso querido Senador Zequinha Marinho, ao querido Senador Beto Faro e ao Weverton, há um assunto aqui em que todos tocaram, uma questão pessoal, Sudam, Basa... O Banco da Amazônia, não é? Banco da Amazônia, não Basa... A Sudam, eu lembro que teve um momento em que a Sudam estava com esse descrédito muito grande e aí se criou, se denominou "a nova Sudam", que era numa tentativa de reanimar, de criar engajamento novamente. Obviamente que isso não se faz de forma muito fácil, você precisa engajar mesmo pessoas. Esse problema de ir diminuindo o número de servidores tem também atingido muitos órgãos. Eu posso, além da Sudam, dar o exemplo especificamente da Secretaria Nacional de Defesa Civil, onde tem acontecido isso. Mas, na Sudam, além de diminuir o número de servidores, se você pegar só nos últimos quatro anos, ela saiu de um orçamento de R$188 milhões, quase R$190 milhões, para cinquenta e poucos milhões, sessenta. Então, quer dizer, as demandas vão aumentando e as condições para resposta vão diminuindo. Então, se você diminui servidores, diminui o orçamento público, realmente a gente vai ficar no saudosismo da época em que aquela superintendência de desenvolvimento regional cumpria fortemente seu papel.

A gente está pedindo um voto de crédito, o Governo Lula, o Presidente Lula, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com as vinculadas, porque eu venho dessa vida local e eu não me vejo Ministro se eu não tiver a capacidade de engajar essas pessoas novamente para o processo. Então, quando eu falei aqui várias vezes que eu pretendo me reunir mensalmente, a partir já de agora, deste mês, já está agendado no final do mês, com todas as vinculadas e os secretários do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, é para a gente criar um espírito de equipe, de transversalidade, de conexão. Então, o PPA que a gente está discutindo é para ver se também a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz as boas escolhas, e isso está correlacionado, inclusive, com o que o senhor falou, Senador Beto, em relação à regularização fundiária.

Quando eu digo que o nosso plano de desenvolvimento regional deve ouvir a experiência dos governos estaduais, que, por sua vez, ouviram também outros atores públicos e privados durante esses últimos anos, é para não desconsiderar isso. E eu lembro, como se fosse hoje, que lá, como uma das prioridades da Amazônia Legal, está a regularização fundiária. Quer dizer, se os Governadores já disseram isso e está como número um, tem que passar a ser número um também para os ministérios que trabalham, que têm responsabilidade, na transversalidade, de fazer a política pública.

Então, às vezes, a gente gasta também muito tempo querendo buscar outras alternativas, outras formulações quando já tem muitas formulações construídas que a gente precisa valorizar. E eu tenho feito esse esforço. Nós precisamos criar coisa nova, ter a capacidade de inovar, mas não jogar na lata do lixo tanto esforço produzido por pessoas da política, ou da técnica, ou da vivência social que, às vezes, ainda não viram aquela contribuição se transformar e ser considerada na política pública. E isso serve para a questão da regularização fundiária, para dizer que a gente tem isso como prioridade no plano de desenvolvimento regional.

Especificamente sobre pessoal, eu vou pegar aqui... O Senador Weverton falou da presença nossa lá no Maranhão, e não foi diferente no Acre. Eu estava, no segundo dia, no Acre; eu estava, no segundo dia, no Amazonas; as nossas equipes no primeiro dia, e eu no telefone, falando; no segundo dia, eu estava no litoral paulista. Então, a gente faz isso, é uma forma de a gente trabalhar. E obviamente isso requer... Por exemplo, quando eu faço isso, eu exijo da equipe da Secretaria de Proteção e Defesa Civil também esse engajamento. Então, não foi fácil agora, nesse primeiro trimestre, que eu botasse pessoas, ao mesmo tempo, lá no Acre, no Amazonas, no Maranhão, no Ceará e no litoral paulista. Nesses cinco estados eu tinha pessoas da Defesa Civil nacional, do Gade, ao mesmo tempo, ajudando, orientando e, às vezes, fazendo isso por videoconferência. Por quê? Porque a gente tem reduzido para menos da metade a capacidade operacional dos nossos servidores na Defesa Civil nacional. Hoje – o Secretário Nacional está aí e ele deve lembrar – nós temos 50...

São 50?

O Wolnei está aí?

Quantos nós temos, Wolnei, hoje?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Na Defesa Civil nacional, quantos profissionais são?

O SR. WOLNEI APARECIDO WOLFF BARREIROS (*Fora do microfone*.) – Menos de cem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEZ GÓES – Menos de cem e que já foram...

O SR. WOLNEI APARECIDO WOLFF BARREIROS (*Fora do microfone*.) – Só no Cenad tínhamos 120 e temos menos de 60 hoje.

O SR. WALDEZ GÓES – No Centro Nacional, que funciona 24 horas, monitorando todas as situações de possibilidade de desastre ou de previsibilidade e tudo, reduziu-se pela metade já. Isso é muito complicado, e isso está acontecendo com a Sudam, está acontecendo com a Defesa Civil nacional, mas os problemas climáticos, as pessoas vivendo em áreas de risco aumentaram. Então, os riscos de desastre e de necessidade de assistência e de resposta rápida aumentaram. Por outro lado, diminuiu a capacidade de resposta – quer dizer, diminuiu a mobilização de pessoas para resposta, mas não a capacidade, porque nós estamos fazendo isso a que o Senador Weverton, o Senador Beto e o próprio Senador Petecão já se referiram aqui. E vai ser assim, vai continuar assim. A gente vai estar presente sempre nessas agendas, fazendo essa resposta dessa forma.

Além da atuação do...

Sim. Sobre microcrédito, eu tinha dito aqui, no final, que a gente vai apresentar para o Presidente Lula, mas quem vai lançar é ele, uma nova política de microcrédito. Ele tem insistido muito nisso. Ele tem falado que, na volta da viagem internacional que ele iria fazer, talvez reunisse todas as agências... No dia em que completou cem dias, por pouco ele não convidou todos os bancos públicos para estarem ali, e até citou no seu discurso, porque ele está pessoalmente focado na formulação de uma proposta de política de microcrédito.

Obviamente, na hora em que o Governo propuser uma política de microcrédito envolvendo os fundos constitucionais, o BNDES e automaticamente os operadores disso, ele não pode perder de vista isso a que o senhor se referiu, a que o Senador Beto Faro se referiu. Na Amazônia e no Nordeste, deve acontecer muito isto: pagar mais caro para ir atrás do recurso do que o recurso que vai receber. Aí isso tem que estar enxergado na política de microcrédito. Pode ter parcerias com as agências de financiamento local... Eu acho que todos os estados...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – O Ministro me concede só um parêntese?

O SR. WALDEZ GÓES – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Hoje se resolve através do correspondente bancário, além de você terceirizar para outras agências, outros bancos.

O SR. WALDEZ GÓES – Pronto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – É só abrir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEZ GÓES – Mas hoje não está assim, não é?

Então, são pertinentes, Senador Zequinha, a sua experiência, o seu relato aqui, o seu depoimento, como é o do Senador Beto Faro. São pertinentes, mas, repito, se a gente quer diminuir desigualdades sociais... E, para diminuir, tem que criar uma política de microcrédito envolvendo todas as instituições financeiras públicas, que garantam também um custo baixo desse dinheiro e que não enxerguem como esse dinheiro vai chegar à conta.

E aí, por exemplo, a extensão rural também tem que ser fortalecida, porque nós não podemos construir o conhecimento que a Embrapa e outras instituições de pesquisas constroem, soluções tecnológicas, sem manter fortemente a extensão rural mobilizada. E, na política de microcrédito, sobretudo para a área rural do Brasil, se não tiver a presença da extensão rural, já nasce falida, já nasce morta, porque se precisa de toda essa orientação. Então, creio eu que, nessa formulação que a gente está fazendo, a gente precisa enxergar essa transversalidade e esses desafios, para se criar a política e a política não chegar às pessoas.

Sobre arranjos produtivos, que o Senador Weverton falou, realmente a gente está mobilizado nisso. Na apresentação que eu fiz aqui, fiz referência ao que nós temos hoje previsto no orçamento e a necessidade para essas rotas, que são valores muito humildes até, mas, se tivermos esses valores, eu acho que nós poderemos dar uma resposta grande e aí a formulação do orçamento para 2024 terá um outro perfil, olhando realmente para todas essas iniciativas para que cheguem aos pequenos.

Eu digo, de cátedra, que, se a gente não oportunizar através das rotas e das cadeias produtivas nas mais distintas regiões, nós poderemos assistir a regiões do Brasil crescerem e populações ficarem mais pobres, porque elas não conseguem nem... A cultura, por exemplo, do associativismo e do cooperativismo, que a gente vê mais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, ainda é muito desafiadora no Norte e Nordeste. Às vezes, são frustradas algumas iniciativas, mas nós não podemos desistir nunca disso – nunca!

Eu falo de cultura e de associativismo desde quando eu entrei na extensão rural com 21 anos de idade e tive frustrações também, mas eu não vejo outro caminho. Cada vez mais, num mundo globalizado, você deve estruturar cadeias produtivas e individualizar se você não criar e fortalecer o sentimento associativista desses trabalhadores e trabalhadoras. Então, isso tem que ser uma insistência permanente, e só a extensão rural faz isso, só essas empresas mais próximas ali desses trabalhadores e trabalhadoras podem fazer. Então, o arranjo produtivo será sempre insistido por nós e também a política de microcrédito.

Além disso, o Deputado Zequinha Marinho também falou das favelas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A regularização fundiária é uma prioridade para a Amazônia no plano dos Governadores e, certamente, vem dentro do plano de desenvolvimento regional também. E, nesse aí, o Governo Federal deve entrar.

Na questão das favelas, também já ouvi pessoalmente, em eventos, o Presidente Lula recomendar ao Ministro Jader Filho referente a essa política habitacional em relação aos que moram em áreas de favela. Eu vou contar: sempre a gente tem... A gente pensa que não, mas a vivência do nosso terreirozinho, da nossa ilhazinha às vezes é aplicada para o Brasil inteiro. A gente pensa que não, mas é, a partir das experiências locais, que a gente vai construindo as políticas de resposta regional ou até nacional. E até acho bem interessante que hoje a gente tenha muitos colegas ministros com essa experiência federativa ou de Prefeito ou de Governador, porque aí a gente já tem também uma outra formulação de não pensar que a gente pode ter uma política pública aqui que serve para o Brasil inteiro, de norte a sul do país.

Então, no caso da política de habitação, foi criado no ministério... Foram dotados, na PEC da transição, R$10,5 bilhões para a política de habitação, tem muitas obras paradas, tem obras novas que vão ser lançadas e tem a recomendação do Presidente Lula para essa questão das palafitas.

A experiência que eu tenho, no Amapá, de alguns conjuntos do Minha Casa, Minha Vida: a gente tem um conjunto lá de mais ou menos 5 mil apartamentos, com mais de 20 mil pessoas morando, mas que foram selecionadas de forma dispersa, aquela seleção que vem de todos os lugares da cidade. Então, essa é uma forma de fazer conjunto habitacional e garantir casa popular.

E a gente tem a experiência da demanda dirigida. A demanda dirigida também tem um resultado muito grande. Nessa questão do desastre, ela é fundamental, porque, se há áreas hierarquizadas de maior possibilidade fatal de acontecer deslizamento, se não tem muito recurso para fazer investimento em proteção de encostas, através do PAC Encostas sendo retomado, parte dessas habitações dos projetos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida precisam ser dirigidas, observando, obviamente, se puder ser um terreno em que a relação religiosa, comercial, de trabalho, educacional seja mantida. Isto aí é um sucesso absoluto: você retirar as pessoas de um local de risco ou de uma palafita sem necessariamente ter que retirar aquele aluno da escola onde ele estuda, do posto onde ele é atendido, da igreja onde a família frequenta. Então, nós temos também no Amapá essas experiências de habitações que estão sendo retiradas de área de risco para 500 metros de distância, onde as relações sociais e de trabalho continuam. E elas são muito apropriadas para também enfrentar algumas situações dessas áreas de ressaca.

Eu estou falando assim porque eu estou ouvindo, por várias vezes, o Presidente Lula recomendar ao Ministro Jader Filho seguir nessa direção.

Então, acho que era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

Vamos ao próximo inscrito, nobre Senador Laércio.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Ministro, só faltou a portaria tirando 0,4 do...

O SR. WALDEZ GÓES – É porque eu defendo o Nordeste, eu defendo o Norte, eu defendo o Brasil inteiro. Então, eu não posso... É bom a gente lutar para aumentar de todo mundo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Depende...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Zequinha Marinho...

O SR. WALDEZ GÓES – Mas, realmente, para a Amazônia brasileira, pelo tamanho que ela tem, mais de 20 milhões de habitantes e com as distâncias de indicadores sociais, realmente 0,6% do IPI e do Imposto de Renda é pouco. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Zequinha Marinho, o Nordeste é como a gente dizia antigamente com a Petrobras: é intocável, não é? (*Risos.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, Sr. Presidente Senador Confúcio, Ministro Waldez, é uma honra muito grande recebê-lo aqui na nossa Comissão.

Quero me solidarizar com meu amigo Senador Petecão. Infelizmente não foi concedido aqui pelo nosso Senador Weverton o benefício a que o senhor tem direito, mas a vida é assim.

Minhas senhoras, meus senhores, assessores, quem nos visita aqui na nossa Comissão, eu quero cumprimentar, Ministro, V. Exa. e agradecer pela exposição que o senhor fez. Certamente é um ministério tão importante...

Eu queria fazer algumas considerações, mas antes eu queria gentilmente e com todo o respeito e carinho que tenho por essa figura querida minha, que é o Senador Zequinha Marinho, dizer para ele que é melhor não mexer nesse negócio do fundo constitucional. Vamos deixar isso quieto, porque o Nordeste precisa de ajuda, e a gente não tem nenhuma condição de partilhar esse recurso, não é, Marcelo? Então, esse é o primeiro recado que eu gostaria de deixar, muito respeitosamente, com o meu amigo Zequinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, nos cem dias de Governo, o Governo anunciou que ia apresentar uma proposta de lançamento do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável. E eu lembro – e queria fazer o primeiro registro aqui para V. Exa., mas não é crítica, sob hipótese alguma; eu tenho convicção plena de que é uma ação que cabe a nós, enquanto representantes do Estado de Sergipe, fazer junto ao ministério, que é buscar junto a V. Sa. as oportunidades que o Estado de Sergipe merece e precisa – que, dentro da sua exposição, em todos os eixos de ação que o senhor tão bem colocou aqui, em nenhum momento se falou o nome do Estado de Sergipe.

Então, não é culpa de V. Exa., volto a dizer, a culpa é nossa, que não estivemos... Eu mesmo não fui visitá-lo ainda para levar as demandas do meu estado. E eu sei que, na sua agenda, é intensa a participação de representantes dos estados brasileiros, que justamente vão lá buscar suprir as necessidades que seus estados têm. Então, eu quero, primeiro, ser réu confesso aqui. A apresentação... Não ter constado nada sobre o Estado de Sergipe na sua apresentação não é culpa sua, apesar de que certamente deve ter alguma coisa lá. Essa é uma primeira questão.

Nesses cem dias, dentro desse programa de desenvolvimento da infraestrutura regional sustentável, não tem... Eu me lembro muito bem do Canal de Xingó, do Canal de Alagoas – está aqui o meu colega Rodrigo Cunha, que também certamente está preocupado com essa situação –, mas o Canal de Xingó é uma redenção para o Estado de Sergipe. O Estado de Sergipe é o menor estado brasileiro, mas tem uma necessidade enorme – enorme – desse canal, e a gente está ainda no processo embrionário.

Quando eu vejo essas imagens que o senhor projeta de algumas regiões do meu querido Nordeste – e merecidamente – com os avanços que têm acontecido, eu fico muito feliz e fico sonhando que um dia eu consiga enxergar no meu estado as obras se iniciando, para que a gente consiga levar redenção para aquela região. Eu acredito no seu trabalho – quero deixar isso muito bem claro –, pela exposição que eu ouvi. Nunca tinha ouvido o senhor falar em momento algum, mas eu quero dizer que eu fiquei muito impressionado. Então, quero primeiro deixar esse registro aqui sobre o canal.

O outro programa que estava dentro da política dos cem dias, o senhor falou um pouco sobre ele, é o Programa Água Doce: 934 projetos entregues, 76 a entregar. Eu espero que o meu Estado de Sergipe esteja dentro desses 76, para que a gente receba também esse benefício.

Eu apresentei aqui na Câmara, tão somente com uma preocupação muito grande com os brasileiros, principalmente aqueles que enfrentam problemas difíceis como o que aconteceu no Estado do Maranhão e em outras regiões do meu país, um projeto que tenta ajudar os ministérios envolvidos em catástrofes com referência à brevidade da solução. Eu sei que muitas vezes os ministérios ficam em uma situação difícil porque não têm exatamente o instrumento para agir de imediato em socorro às pessoas que precisam, apesar de todo o esforço. Então, essas respostas, eu entendo que precisam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar imediatamente, em benefício da população. Eu tentei ajudar, e esse projeto tem esse condão de desburocratizar o máximo essas ações para que elas cheguem mais brevemente aos necessitados.

Eu também tratei, aqui no Senado, de um projeto que busca os incentivos fiscais para a Região Nordeste. A situação atual é de que, daqui a poucos anos, encerra-se o programa de incentivo fiscal, e o Nordeste não pode viver sem esses incentivos, como a Zona Franca de Manaus não pode viver sem os incentivos dela. Esse projeto é muito importante, a gente precisa retomar brevemente, porque os investimentos programados para os próximos sete anos para o Nordeste, em termos principalmente de industrialização, foram todos paralisados porque não há perspectiva de um projeto, de uma planta industrial, por exemplo, se, quando a planta estiver concluída, não tiver exatamente a certeza dos benefícios.

E, finalmente, Sr. Ministro, eu queria colocar aqui para o senhor um dado que eu acho, assim, lamentável. Eu tenho 63 anos de idade e não suporto mais ouvir falar em carros-pipas para socorrer os necessitados do Nordeste. A gente precisa abominar isso, do mesmo jeito que nós abominamos no nosso país e abolimos qualquer tipo de coronelismo, escravidão, trabalho humilhante e deprimente para as pessoas. O carro-pipa torna-se, infelizmente, em alguns momentos, moeda de troca para o Nordeste brasileiro.

E a gente precisa virar essa página urgentemente. Eu faço isso como um desabafo para a V. Exa. e para os demais colegas que aqui estão, mas eu faço isso também inspirado nas imagens que o senhor mostrou aqui. Esses canais trarão a redenção de que o sertanejo precisa: ele ter a sua água para poder produzir o seu alimento sem depender de coronel nenhum; ele ter a liberdade de buscar a água para fazer o seu trabalho e daí extrair o sustento da sua família sem dever a cabeça dele a ninguém.

Então, carro-pipa é algo que me incomoda bastante. E a gente vai precisar – e eu sei que a necessidade é imperiosa – trabalhar, gastar R$300 milhões do Orçamento do nosso país para socorrer as pessoas que precisam da água. E o único mecanismo que nós temos atualmente é o carro-pipa. Eu espero que logo em breve a gente não precise mais disso.

No mais, eu quero renovar mais uma vez os meus parabéns a V. Sa., os meus agradecimentos por sua presença aqui, atendendo o convite dos meus queridos Senadores Marcelo Castro e Confúcio Moura.

Obrigado, Ministro. Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Vamos ao próximo inscrito, Senador Lucas Barreto.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Presidente, antes, por gentileza, pode informar a ordem dos inscritos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Depois do Lucas Barreto, vem o Senador Alan Rick; depois V. Exa.; depois a Senadora Dorinha; e depois o Senador Petecão. Aí encerramos.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Para interpelar.) – Srs. Presidentes, quero cumprimentar o meu querido amigo Senador Confúcio Moura, porque hoje estamos aqui juntos com seu amigo, Governador também do Amapá, meu amigo, que hoje é Ministro, Waldez Góes.

Quero cumprimentar o nosso Presidente Marcelo Castro e aqui fazer um agradecimento de público e de viva voz, Governador, Ministro Waldez: pela primeira vez um Parlamentar conseguiu aprovar uma emenda individual – aprovamos na LDO e aprovamos na LOA –, graças ao nosso Relator, no ano passado, depois de muita luta, depois de muitas emendas rejeitadas em Comissão. A gente via Parlamentar aprovar emenda de R$100 milhões na Comissão de Infraestrutura, e a gente lutando para aprovar uma, para fazer um projeto lá numa BR federal, que é a Perimetral Norte, na BR-210. E, no ano passado, o Senador Marcelo Castro aprovou a nossa emenda que colocou recursos em obras do Governo Federal, porque antes era só a bancada que colocava recursos na BR-156. Colocamos recursos, e não se executava. Então, o senhor aportou R$37 milhões, como o senhor disse: "Lucas, foi o que eu consegui aqui da sua emenda, que solicitava R$40 milhões, para fazer o projeto da BR-210 e também para já começar o asfalto daquela região tão importante para o Amapá", porque saíram da Serra do Navio 56 milhões de toneladas de mineral estratégico, à época, o que nos deixou lá – o Governador Waldez sabe – o flagelo e o caos social para que a gente pudesse administrar isso durante muito tempo.

Então, muito obrigado, em nome do povo do Amapá. Fui lá com o Ministro Renan. Ele disse que neste ano, com o que tem... O senhor aprovou também mais 11 milhões da bancada, então, tem 151 milhões para as BRs, sendo que 37 são para a BR-210.Já vai ser feito o projeto para iniciar do lote 1, que virá de Laranjal do Jari, que é extremo sul. Então, fica aqui esse agradecimento.

Quero cumprimentar o nosso Ministro e dizer que tem cem dias. A gente deixou o Ministro trabalhar nessas questões que houve de desastre no Brasil, de chuva, de enxurrada. Lembrando que o Amapá já passou por isso tudo lá atrás. Nós temos uma região abençoada, porque lá nós não temos essas catástrofes naturais. Tem as enchentes de rio, mas tudo administrável, a gente já até consegue conviver com isso, como é no caso de Laranjal do Jari, não é, Ministro? E o senhor sempre esteve presente, a gente sempre andando lá, numa área que foi construída também, uma cidade em cima de uma área inundável que se formou do outro lado, num grande projeto, um projeto que, naquela época, era um projeto grande em nível de Amazônia, que foi o Projeto Jari. Hoje estamos amargando também as consequências com o fechamento do Projeto Jari. Então, já chegou a ter 16 mil funcionários e hoje os funcionários que sobraram estão lá passando fome, porque estão há sete meses sem receber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vai lá no seu ministério com o senhor conversar. Separe um recurso para o Amapá, o senhor é de lá. Então, tem os três Senadores. O Senador Zequinha aqui, que é nosso vizinho, não é? Então, Senador Zequinha, nós precisamos desse seu apoio também: eu, o Davi, o Senador Randolfe, nossa bancada. Porque nós temos no Amapá uma peculiaridade: na frente de Macapá tem duas mil ilhas, 16 municípios e um milhão de habitantes do Pará, mas que está a 30 quilômetros de Macapá, que se socorre no Amapá.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Fora do microfone*.) – É verdade!

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Então, esse custo é arcado pelo Amapá, por Macapá, principalmente Macapá, uma UTI social. Nós recebemos toda a demanda de saúde, de tudo que vocês imaginarem, desse arquipélago do Marajó, do lado daqui, onde tem as pessoas, onde moram. E detalhe, nós só temos 950 mil habitantes e temos 16 municípios também. Mas tudo se socorre no Amapá.

Então, o Amapá precisa ter uma compensação disso. Eu sei o sufoco que se vive – se viveu e se vive – tentando administrar, porque são brasileiros, são paraenses e irmãos e a gente sempre pôde ajudar, mas chega um momento em que nós estamos no limite.

Só para se ter ideia, a população da cidade de Macapá triplicou em dez anos; a população do Brasil dobra a cada 25. Então, nós temos déficit grande de saneamento. Imagina que nós só temos no estado todo 8,5% de pessoas com saneamento – até tem uma reportagem hoje – e não é porque a gente não quer.

Isso foi para 8%, 8,5%, por causa dos conjuntos habitacionais. E o senhor sabe o quanto nós lutamos para o Miracema, que é um conjunto que tem 3 mil unidades habitacionais, em que o estado teve que fazer a correção na época da pandemia. O senhor não hesitou em fazer essa correção, eu aqui também... Trabalhamos muito. Quando queriam parar a obra, a gente até recorreu à Justiça Federal, conseguindo fazer com que essas obras continuassem.

Não se esqueça, Ministro, de que nós temos que tentar resolver vários problemas, como o da água. Nós moramos na margem do Rio Amazonas, uma esquina famosa, a Linha do Equador com o Amazonas, e a gente tem uma dificuldade... Nós temos que montar uma grande central de captação de água na zona norte, mais acima, em um nível elevado, para poder distribuir a água de que a população tanto precisa.

Sei do seu empenho junto ao ministério. O senhor hoje tem o poder de decidir mesmo, e a gente vai lá também levar essas demandas, para que o senhor possa... O senhor já atendeu, nestes três meses aí, quase todos os Parlamentares do Brasil todo, já está atendendo, mas a gente – o senhor conhece os problemas do Amapá – vai buscar essa parceria junto com o ministério, porque o Amapá é o estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais rico do planeta, o mais preservado do mundo, mas, ao mesmo tempo, tem a população mais pobre: 56% das pessoas estão abaixo da linha da pobreza.

É porque nos impuseram uma condição... A União criou lá um mundo de reservas. No apagar das luzes do Governo Fernando Henrique, houve uma onda de decretação de reservas, de unidades de conservação, inclusive parque nacional. Criaram lá um parque de 3,8 milhões de hectares. Imagine o senhor! E isso foi sem consultar nenhum amapaense. Foram lá e, por último, inundaram um rio; disseram que, para fazer duas hidrelétricas novas, iam inundar 40km, mas inundaram 100km. Não houve responsabilidade social nem ambiental. Expulsaram todo mundo! E é para mandar energia para cá, para o Centro-Oeste.

Só para se ter ideia, a União paga pelo usufruto da água do Rio Araguari, que é um rio legitimamente estadual, porque ele corta de leste a oeste o nosso estado, R$56 mil parcelados em doze vezes. Imaginem os senhores! E nós somos o segundo maior produtor de energia da Amazônia: nós injetamos no sistema 980MW, do Linhão de Tucuruí. E nós não temos segurança energética ainda, porque só tem um linhão. Agora é que se está licitando outro para dar *backup* e termos essa segurança, mas já estão fazendo mais uma hidrelétrica, já estão desenvolvendo para implantar do lado da de Paredão.

Quando nós votamos aqui para que não se privatizasse a Eletrobras, era porque a partir da Usina de Paredão foi que se criou a Eletronorte. E aí criaram a Eletrobras para administrar a Eletronorte. Se não fosse a Eletronorte no apagão que nós tivemos lá... Eu dormi 21 dias dentro do carro! Imaginem a população lá e o que nós sofremos!

E detalhe: levaram o foro da LMTE, que agora é outra empresa, porque já venderam para se livrar do passivo – já tem outra empresa que administra esse linhão –, para São Paulo, o foro das ações que tinham, das ações que a população entrou. Todo mundo perdeu tudo, não é? Imagine que nós somos um dos maiores produtores de energia da Amazônia e pagamos ainda o transporte dessa energia que vem para cá, sem usufruir dela, porque nós compramos... Eles dizem que nós compramos da de Tucuruí e pagamos esse transporte.

Eu estou tentando uma reunião com a Aneel, Ministro, porque teve um sujeito da Aneel que foi lá e debochou de todo mundo. Com a Lei das Estatais, eles não podiam dar aquele aumento que deram. Então, hoje eu tenho uma reunião com o Ministro de Minas e Energia para tratar disso com a Aneel. Teve um aumento exorbitante, e nós estamos sofrendo muito, porque estamos ali no meio do mundo, a luminosidade lá é muito maior, o calor é muito maior. Os senhores imaginem as pessoas que moram nos conjuntos habitacionais e que pagavam R$150 de energia, a conta agora veio R$600, R$700. Como é que vão pagar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São muitos os problemas que nós temos lá, mas, na questão de infraestrutura, eu tenho certeza de que agora, com o nosso Ministro Waldez Góes, a gente vai conseguir avançar muito nessa infraestrutura de que o estado tanto precisa. O Senador Marcelo Castro já garantiu que nós garantíssemos as BRs, porque uma liga ao Merconorte e eu penso que vai ligar às Guianas. Imaginem os senhores que fizeram uma ponte binacional – e foi no Governo do Presidente Lula, os dois países gastaram quase 100 milhões de euros –, que liga Caiena... E já liga por *ferry boat* ao Suriname. Os carros só atravessam da Guiana Francesa para o Amapá, ninguém vai daqui para lá e eles vêm só até o Oiapoque.

E, no Oiapoque, agora nós esperamos ter essa licença. Eu até falei da tribuna esses dias, como esteve lá no Pará, em Belo Monte... Quando a Ministra Marina era Ministra do Meio Ambiente no Governo do Presidente Lula e da Dilma, ela teve que sair, deixou o ministério porque ela não deu a licença para que a Usina de Belo Monte funcionasse. Agora ela está dizendo que não vai dar a licença para que a gente explore petróleo. Então, imaginem os senhores que Caiena e Suriname, que estão ao lado, que têm a mesma plataforma de petróleo criada pela foz do Amazonas, pelos sedimentos acumulados ali há 400 milhões de anos, que têm o pré-sal... Caiena e Suriname estão a 100km do Oiapoque. O PIB deles, no ano passado, aumentou 48 vezes, e não nos dão a licença para explorar esse petróleo. O Amapá precisa desse *royalty* que vai e deve ser partilhado com o Brasil todo. O Brasil precisa desse *royalty*, mas o Amapá também terá um ganho de 1% do faturamento bruto, que será investido em ciência e tecnologia e formação tecnológica. Nós podemos liberar a Unifap, que é uma universidade federal, ajudar muito, desonerar o Governo.

E detalhe: daqui a 20 anos não terá mais essa... Já existirão outras fontes renováveis de energia e nós não teremos o petróleo com o valor que tem hoje. Vocês veem que a Opep reduziu em um milhão de barris por dia para poder manter o preço, não foi elevar. Então, o gás, quando você conversa com o Senador Jean Paul, que hoje é Presidente da Petrobras, com o Ministro de Minas e Energia, a Petrobras está totalmente dependente desse gás que pode ser explorado na foz do Amazonas, que é energia limpa. E aí, sim, com o linhão lá, nós podemos gerar energia limpa a partir do gás e injetar também no sistema para vir para cá.

Então, é muito complexo. A sua ida ao ministério eu penso que vai contribuir, Governador Waldez, Ministro Waldez, muito com o Amapá. Eu acho que o senhor tem que olhar também para o Amapá com esse olhar diferenciado pela posição em que o senhor se encontra. Conte com a gente lá para o que precisar também, para estarmos apoiando o governo que for, quando houver essa relação de troca com o nosso estado, porque nós somos o estado mais rico do planeta, mas temos povo mais pobre.

Eu até falei há pouco tempo que a Ministra Marina tem que entender que quem mora na Amazônia, principalmente lá no Amapá, os seres humanos lá não fazem fotossíntese. Eles não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Não fale mal da Marina, não.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Eu não estou falando mal, Senador. Só, assim, ela gosta tanto da Amazônia, que ela foi ser candidata em São Paulo; ela já largou o Acre lá. Para o senhor ter ideia de como está a situação, lá no Acre ela não quis ficar mais; ela foi lá para São Paulo para se eleger Deputada Federal.

Então, o Amapá é o estado mais rico do planeta, mas o povo está em cima da pobreza, contemplando a natureza, porque olhar para árvore não enche barriga. Então, nós temos é que desenvolver a região com o que nós temos de riquezas para serem exploradas. Nós temos a Renca lá, que é a maior província mineral do mundo, petróleo, gás.

E detalhe: não adiantou nada a gente fazer o dever de casa de ser o estado mais preservado do mundo. Por quê? Porque ninguém nos vê, ninguém nos paga por isso. Dizem que é o pulmão do mundo. Quando foi na pandemia, ninguém via nem o Amapá, nem a Amazônia. No Amazonas, faltou oxigênio – no pulmão do mundo! –, para os senhores terem ideia.

Então, Governador Waldez, Ministro Waldez, conte conosco. E eu penso que, com esses dois amigos que o senhor tem aqui, Senador Marcelo Castro, na Presidência desta Comissão, e Senador Confúcio – uma amizade que vocês já cultivam há muitos anos; foram Governadores, na mesma época, de estados importantes –, pode contar conosco.

E logo estarei lá com toda aquela carteira de projetos que a gente possa levar para o senhor.

O Senador Alan Rick está ansioso para falar, mas ele está feliz, não é?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Ansioso estou eu, ele...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O Senador Petecão, nem se fala, não é?

Então, obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Senador Alan Rick não precisa falar; o Senador Lucas Barreto já falou.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Quero agradecer ao Senador Lucas Barreto pela sucinta fala que nos antecedeu; e agradecer ao nosso querido Presidente Marcelo Castro, Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; ao Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado; e principalmente ao nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, a quem, inicialmente, quero cumprimentar e agradecer pela solidariedade prestada ao povo do Acre no momento mais difícil pelo qual passamos este ano, numa das cheias históricas, Senador Marcelo, Senador Confúcio.

O Acre vive hoje o pós-alagação. O Ministro esteve conosco no domingo, às 7h da manhã; saiu de Brasília, portanto, muito cedo, para estar conosco nas primeiras horas da manhã, para visitar *in loco* as áreas atingidas. Esteve conosco no Bairro Conquista; visitou outras áreas alagadas; sobrevoamos, junto com o Senador Petecão, com o Prefeito de Rio Branco, com o nosso querido Wolnei, Secretário Nacional da Defesa Civil, as áreas alagadas. E não só levou a mão amiga do Governo Federal, mas também esteve presente, observando todas as situações, com sua equipe *in loco*, ajudando os Prefeitos, Senador Confúcio, a elaborar os seus planos de contingência, seus planos de ajuda humanitária, de recuperação e posteriormente os planos de reconstrução dos municípios.

Os rios da Amazônia são rios jovens e, portanto, estão com seus cursos em formação. O Acre não tem pedra, portanto, em toda grande cheia, os rios provocam enormes prejuízos à infraestrutura local. E a mão amiga do Ministro Waldez eu reconheço e quero agradecer, Ministro, mais uma vez, em nome do povo do Acre, a sua diligência, a sua celeridade em atender o nosso estado no nosso momento mais difícil. Quero agradecer-lhe não apenas porque o senhor esteve lá, mas porque eu estive, diversas vezes, no seu gabinete, não só com o senhor, mas com o Secretário Wolnei, resolvendo pendências dos planos de contingência dos municípios acrianos, e o senhor, com toda paciência, diligência, celeridade, aprovou R$18 milhões de ajuda para o Acre inicialmente – porque ainda nós temos os problemas de reconstrução. Então, esse é um agradecimento que eu quero fazer de público, reconhecendo sua *expertise*, sua experiência em atender a nossa comunidade e o povo brasileiro na função de Ministro.

Outro ponto que eu quero deixar aqui, Ministro, registrado é a maneira como nós temos trabalhado, Senador Marcelo Castro, Senador Confúcio e demais amigos aqui presentes, todos os servidores da Casa, amigos da imprensa, o nosso plano de estruturação e construção dos aterros sanitários, para resolver de vez o problema dos resíduos sólidos no Acre. Nós temos um problema que é da era medieval e que é um dos mais graves problemas ambientais da Amazônia. Muita gente fala do desmatamento, que é sério e que nós temos que enfrentar, mas o problema da contaminação dos nossos rios, igarapés e lençóis freáticos pelo lixo que não é tratado é gravíssimo! E, durante todo esse tempo, desde a aprovação, em 2010, da legislação que trata de saneamento básico até, em 2020, o nosso marco legal do saneamento – a lei dos aterros sanitários em 2010 e, em 2020, o marco legal do saneamento –, nós não tínhamos... Em que pese terem sido dados vários prazos e prorrogações de prazos, os Prefeitos dos municípios acrianos e dos demais municípios da Região Norte não conseguiram se adequar, porque construir aterro sanitário é caro. E você não vê nenhum Parlamentar alocando recurso para isso, porque isso não é demandado pela sua base, não é demandado pela população. Então, nós precisávamos de um plano, de um projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero aqui agradecer ao Governo Federal, desde o Governo passado inclusive, que iniciou esse projeto das parcerias público-privadas para que nós pudéssemos, enfim, ter um plano de apoio aos municípios, Ministro.

E eu quero aqui dizer que o senhor é o homem certo no lugar certo pela sua experiência como Governador do Amapá por quatro mandatos, pela sua experiência em elaborar um plano de saneamento exequível. O senhor, inclusive, disse aqui sobre o leilão que começou com o deságio da tarifa para que as empresas que apresentassem pelo menos 20% de deságio pudessem participar da segunda etapa. Então, é isto que nós estamos construindo para o Acre: um grande projeto.

E eu quero lhe dar uma boa notícia, Ministro – creio que sua equipe já lhe deu –: na última sexta-feira, 14, o Estado do Acre aprovou o Estatuto do Consórcio Intermunicipal para que nós possamos ter o início do projeto.

A minha única pergunta, depois de toda essa explanação, para ser muito objetivo... O senhor apresentou o plano do Fdirs, que é um fundo que está em andamento ainda. Então, nós precisamos de um fundo, imediatamente, para já ser o nosso arcabouço financeiro para a elaboração dos nossos projetos e a execução das obras dos aterros sanitários logo após, obviamente, todos os trâmites de leilão, de concessão, de licitação, enfim, daquilo que o Acre decidir.

Então, Ministro, primeiro quero lhe agradecer mais uma vez pela sua atuação célere, diligente, comprometida e – eu digo mais, vou usar um termo sublime – carinhosa com o Estado do Acre. Sua presença lá comoveu não só a população, mas os Prefeitos. Teve Prefeito aqui, Senador Marcelo Castro, que chorou no gabinete, porque nunca tinha visto aquilo: um Ministro, com tanta celeridade, aprovar os planos de contingência para que os municípios não ficassem desassistidos no seu momento de maior necessidade.

Então, Ministro, mais uma vez, a minha pergunta é: teremos um fundo inicialmente para aportar os recursos necessários para que nós possamos dar essa resposta e construir definitivamente os nossos aterros?

Outra coisa que eu quero colocar, outro ponto, Ministro e Senador Marcelo Castro, é: precisamos deixar um legado depois dessa grande enchente do Acre. As enchentes estão acontecendo cada vez mais próximas umas das outras. Antes, no Acre, era uma grande enchente a cada 15, 20 anos; agora, é uma grande enchente a cada três, quatro, cinco anos. Então, estamos vivendo um período muito difícil, Senador Confúcio, e nós precisamos deixar um legado nisso.

Primeiro ponto: precisamos resolver a questão das habitações populares nas áreas de risco. Estive com o Ministro Jader. Há uma preocupação do Ministro Jader inclusive com a legislação para construção de casas e ocupação dessas áreas. Precisamos alterar a legislação, mas, acima de tudo, precisamos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoio, Ministro, do Governo Federal para a construção dessas casas populares não só para as áreas atingidas, mas para resolver o déficit habitacional no Estado do Acre.

Segundo ponto: precisamos ocupar essas áreas, que são áreas de alagamento, que são historicamente ocupadas pela população, com obras de infraestrutura definitiva, ou seja, com contenções de margens, com construção de orlas... E isso é caro. Temos um projeto definitivo, Ministro e Senador Marcelo Castro, o Igarapé Vivo, no Acre, que é um projeto de reurbanização, revitalização e, em algumas áreas, canalização do Igarapé São Francisco, que é o principal afluente do Rio Acre e que transbordou, pela primeira vez na história, no nível que alcançou, atingindo inclusive a casa do Senador Petecão; foi transbordamento desses igarapés, e nós temos projeto para isso. Precisamos do apoio do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente, que pode utilizar exatamente os recursos das multas ambientais; do Ministério da Integração e do Ministério das Cidades, que podem nos ajudar. E a bancada do Acre está disposta a colocar parte desse recurso.

Então, nós precisamos desse apoio, de casas populares e de um legado dessa alagação, dessa grande enchente, Ministro. Precisamos deixar um legado. Precisamos resolver a questão das casas, que para mim é urgente, porque se trata da vida dessas pessoas que perderam seus imóveis, perderam tudo que tinham e estão em situação muito difícil, muito dolorosa. Acima de tudo, nós temos que deixar um legado de uma obra estruturante dos nossos rios, para resolver o problema das enchentes definitivamente para que nós não continuemos enxugando gelo todos os anos, tendo planos de contingência. Isso é preciso. O Acre é pequeno, é um Estado que pode servir de modelo para o Brasil de um grande projeto estruturante para a resolução de problemas de cheias seja qual for a alternativa de engenharia a ser executada.

Muito obrigado, mais uma vez, Ministro.

Obrigado, Presidente Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Com a palavra, agora, o nobre Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, começo parabenizando V. Exa. por esta audiência em conjunto com a Comissão de Infraestrutura e também já agradecendo ao sempre atencioso Ministro Waldez, a quem eu tive o prazer de fazer uma visita e quero desejar sucesso na missão. Assim como eu, vários outros Parlamentares que visitam o gabinete saem com esta boa sensação: é alguém que está comprometido com o país.

Então, Ministro, eu vou ser bastante objetivo aqui, trazendo dois pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro é baseado na apresentação que foi feita. Inclusive, o nosso Senador Weverton também tratou desse assunto, que eu considero uma das forças motrizes do desenvolvimento do país: o investimento nos arranjos produtivos locais. Nós sabemos que o país tem dimensão gigantesca e que cada região tem sua aptidão, tem sua vocação – sou do Estado de Alagoas, que também, internamente, tem várias vocações.

V. Exa. passou por isso aqui rapidamente na apresentação, acredito que até pelo tempo. E o meu pedido é este: que V. Exa., por gentileza, se aprofunde um pouco mais sobre os APLs. Qual é a participação do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional nesse tema tão importante para o desenvolvimento do nosso país? Qual é o tipo de ação? Qual é o tipo de investimento, de incentivo? Inclusive, ouvi falar bastante sobre o microcrédito. Então, quero saber se já está direcionado para esses APLs; se já há os temas específicos por região ou se é algo que ainda está em aberto, em construção. Então, já está definido? Já está caminhando? Já está definido esse projeto de apoio ou incentivo aos arranjos produtivos locais? Essa é a minha primeira pergunta, baseada na apresentação de V. Exa.

A segunda é sobre o tema mais falado aqui – e, com alegria, ouvir falar várias vezes –, que é a segurança hídrica, importante demais.

Todos os estados aqui têm suas peculiaridades, e eu venho trazer também a do meu Estado, que é Alagoas, onde nós temos, infelizmente, a grande marca de ser o estado que mais tem pessoas passando fome em todo o país. Todas as pesquisas demonstram isto: que 37% das pessoas que moram em Alagoas passam fome. Esse é um dado alarmante. E a fome é um discurso de campanha. A fome talvez seja a principal bandeira do atual Governo. Então, nada melhor do que pegar o que é pior e mostrar que pode ficar melhor. O Estado de Alagoas hoje tem mais pessoas passando fome do que há oito anos atrás, e isso é inadmissível.

E aí eu entro no assunto da segurança hídrica. Também em Alagoas, nós temos uma das maiores obras hídricas deste país, que é o Canal do Sertão, onde já foram investidos mais de R$3 bilhões no total para serem construídos 250km. Acho que faltam ainda 100km. E o que acontece?

Há 30 anos essa obra foi iniciada, mas, ao menos, espera-se que seja concluída, e hoje tem boa parte, quase 150km, que estão concluídos, mas que são extremamente subaproveitados.

Então, não é que a água não está passando, a água já passou mais da metade do total daquilo a que ela vai chegar, que é de Delmiro Gouveia a minha cidade de Arapiraca. Em boa parte do percurso já está o canal pronto com a água passando, inclusive hoje já precisa de manutenção, porque há mais de dez anos que já tem água passando ali na frente da propriedade do pequeno agricultor, de que nós estamos falando tanto aqui, e o modelo, acredito eu exemplar, que o ministério poderia fazer era, não digo federalizar, mas abraçar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são recursos públicos, são R$3 bilhões, porque, no trajeto desse canal, nós temos gambiarras, nós temos instalações clandestinas, nós temos ali uma população indo pegar água diretamente no canal e, do lado, propriedades extremamente improdutivas, na sua grande maioria. Não há uma assistência técnica, há um abandono total, e a água deve servir tanto para o consumo humano como para o desenvolvimento dos produtos, para fazer com que a irrigação chegue. Então, nesse local específico, onde já há água, já há um canal feito, já está pronto, R$3 bilhões, tirando água do canal do Rio São Francisco, passando por mais de 40 municípios e, do lado da população, é a população que mais passa fome em todo país. Isso é inadmissível!

O nosso povo sertanejo é um povo trabalhador, é um povo guerreiro e que precisa ter um apoio estratégico. Então, quando a gente fala em integração, por mais que seja integração também regional, fala-se também em integração de pastas. Acredito que o ministério, pelo tamanho que tem, poderia envolver a agricultura, o empreendedorismo, o próprio desenvolvimento regional e fazer daquele local uma vitrine do que era e do que pode ser.

Então, o discurso da fome é um discurso que aparece em todas as eleições, o discurso da seca também é um discurso, no meu estado, muito presente. São milhões de reais investidos em carros-pipas que vão tirar a água exatamente desse canal, e é preciso ter essa integração, essa visão macro, essa visão ampla de como se resolver um problema e, inclusive, na sequência, fazer com que essa cadeia produtiva, e aí já fazendo um *link* com os próprios arranjos produtivos locais, seja sustentável.

Então, eu venho aqui, perante V. Exa., fazer um convite para que possa visitar o Canal do Sertão, uma obra que já está, boa parte dela, concluída, onde tem a população que mais passa fome em todo o país e que, com uma visão estratégica e um ministério do tamanho do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional abraçando, em pouquíssimo tempo será uma demonstração de que este país dá certo e de que as pessoas podem, sim, sonhar com dias melhores.

Deixo aqui o convite para visitar o nosso querido Estado de Alagoas e, principalmente, o Canal do Sertão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, agora, a nobre Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente Marcelo Castro, Senador Confúcio, nosso Ministro. Seja bem-vindo. Acompanhei em parte a apresentação, vou tentar ser sucinta, mas eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Será a primeira. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Serei a primeira.

Primeiro, sobre a missão do ministério, porque o ministério foi recém-reorganizado a partir de uma mudança na concepção do MDR, mas eu penso que tem superposição de tarefas no ministério, no Ministério das Cidades e no Ministério da Infraestrutura, e, ao mesmo tempo, ausências, lacunas do ponto de vista regional.

Eu sou do Tocantins. O Tocantins está na Amazônia Legal. Nós temos uma ausência, na verdade, de políticas integradoras no nosso estado. Embora tenha entrado na Amazônia Legal, por vezes, inclusive em vários comunicados, as pessoas insistem em colocar o Tocantins no Centro-Oeste porque nasceu do Estado de Goiás. Então, é um chamamento para esse olhar integrado. Nós estamos no coração do Brasil. Existe todo um processo de integração não só do ponto de vista de logística, mas de produção.

E, no caso específico do ministério, em que eu tenho certeza de que V. Exa. fará uma grande gestão, porque vem do pé no chão, como Governador de um estado da Região Norte, há necessidade de olhar com carinho, atenção e um redimensionamento para os fundos constitucionais.

Eu fui Relatora do Fundeb, e o próprio ex-Ministro Paulo Guedes ofereceu como fonte do Fundeb os fundos constitucionais, porque eles poderiam desaparecer porque não cumpriam a sua missão.

Essa é uma provocação que faço. Acho que os fundos constitucionais precisam ser redesenhados. Eles são importantes em especial para as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Eles precisam ser fortalecidos, redimensionados para atuarem para o desenvolvimento regional, para a geração da riqueza e do desenvolvimento econômico.

Quando V. Exa. esteve no meu estado, falou sobre as cadeias produtivas, sobre os novos arranjos. Nós temos uma grande expectativa. O ministério precisa entregar a tarefa de integração e desenvolvimento para criar oportunidades para os pequenos – o meu estado tem ribeirinhos, tem pequenos produtores –, cadeias produtivas que precisam ser organizadas. Então, eu acho que esse é um desafio.

De igual forma eu coloco sobre a Sudam. A Sudam para nós hoje é uma ausência total de ação – para o meu estado é zero. Eu coloquei recurso uma vez, eu não coloco mais enquanto ela não se reorganizar. E de igual forma eu acho que as outras instituições. A Codevasf hoje faz um trabalho muito importante no meu estado, mas não cumpre a sua tarefa. Nós temos muita água, mas temos regiões de seca.

Então é muito mais um chamamento para que a gente possa, acho, repensar o ministério. Eu vi aqui na sua apresentação uma grande compreensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E falo sobre resíduos sólidos, aldeias indígenas, quilombolas e pequenas cidades. Nós precisamos organizar arranjos para tratar da questão dos resíduos sólidos. Acho que essa é uma tarefa que V. Exa. pode conduzir integradamente com o Cidades e outros ministérios. Mas nós não podemos... Dói-me quando eu entro numa aldeia indígena e encontro milhares de garrafas PET espalhadas, jogadas nas aldeias. Estou falando de aldeia porque é o lugar mais escancarado, mas isso não é diferente da grande maioria das cidades do meu estado.

Estou à disposição. Parabéns pela sua condução, e há uma grande expectativa do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Olha, a Senadora Professora Dorinha está de parabéns, cumpriu o horário, foi sintética.

Agora vai perder para o nosso próximo inscrito, o Senador Sérgio Petecão, esse vai ser mais sintético ainda.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Eu só vou agradecer aqui a solidariedade do Senador Weverton, que, quando a minha casa estava alagada, ligou, preocupado comigo. Eu contei minha situação para ele e nunca mais ele falou comigo. (*Risos.*)

Voltou a falar hoje. Eu pensei que realmente ia sair uma solidariedade...

Mas, Marcelo, parabéns aí pela condução dos trabalhos, a você e ao Confúcio, duas Comissões tão importantes.

A fala é longa porque o tema é complexo. De todos nós aqui que moramos na Região Nordeste e Norte, a vontade é passar o dia todinho falando, e falando das nossas dificuldades. Eu conversava ali... Logo que cheguei, sentei do lado do Confúcio. Ele me abriu o coração e disse: "Petecão, o Waldez, com todo o respeito aos outros ministros, eu acho que é o melhor Ministro que nós temos hoje".

Eu sou muito grato. Conheci o Waldez, mas não tive a oportunidade de estar próximo como estou hoje. Ele foi ao meu estado, como o Alan já relatou, numa celeridade e no momento mais difícil que o nosso estado passou. Nós nunca tivemos a enchente... A minha casa foi atingida, mas foi bom que ela tivesse sido atingida, para a gente sentir um pouco do que as pessoas sentem, entendeu? A área da minha casa fica muito longe do rio – muito longe, jamais pensei que minha casa seria atingida –, mas a água veio pelo Igarapé São Francisco, como o Alan acabou de relatar.

O Waldez chegou lá à região do Bairro Conquista, Alan, e era um desespero; ele e a Marina – que o Lucas aqui... ele não falou mal da Marina, mas pelo menos, se eu não o tivesse corrigido, ele teria falado mal, esse abençoado. O desespero era tão grande, das pessoas, e as pessoas estavam assim, revoltadas. E uma senhorinha chegou para o Waldez e disse: "Olhe, nós estamos aqui abandonados!". Falou para o Waldez e para a Marina. E eles falavam muito alto, já tentando agredir. E eu, como conheço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo mundo ali, eles disseram: "Olha, Petecão, nós estamos abandonados!". Eu disse: "Amigo, tem dois Ministros aqui na porta da tua casa". Acho que o Governador também estava lá, dois Senadores, e o cidadão ainda estava reclamando que estava abandonado. E depois o Waldez, dentro do carro, disse: "Não tem que falar nada, tem que ficar, porque as pessoas estão desesperadas". Há pessoas que perderam tudo, porque a água subiu muito rápido. Não é água do rio, é água que nós chamamos lá de repiquete do igarapé, e aí leva tudo.

Então, Waldez, eu tenho certeza... Já foi dito aqui pelo Alan, e eu me sinto contemplado na fala do Alan – para não ser muito repetitivo.

Agora, nós temos um problema que já era previsto – o Alan falou de quase tudo, falou de casa popular, e isso, queira ou não queira, leva à casa popular –, que é o desbarrancamento. Nessas últimas semanas, muitas casas caíram às margens do rio. No sábado, eu fui lá ao Bairro da Base, e estava lá o bairro todo comovido porque o Bar do Zé do Branco caiu, e estava todo mundo fazendo um apelo, fazendo uma continha para poder ajudar, porque é uma pessoa tradicional lá do bairro.

Então, Waldez, você tem sido, assim, muito generoso com o nosso estado, com a nossa capital, com os municípios que entraram pedindo ajuda; você e a sua equipe maravilhosa, muito boa mesmo, um pessoal muito dedicado. Nós precisávamos de gente para poder ajudar a equipe da prefeitura, e você de pronto mandou uma pessoa lá. Então, eu sou muito grato. O sentimento é de gratidão. E pode ter certeza de que aqui você tem um parceiro, uma bancada parceira sua, e não só sua, mas o que nós pudermos fazer para ajudar, você pode ter certeza de que nós estamos prontos para fazer.

Então, hoje, eu pessoalmente gostaria... Eu estive lá no Bairro Cidade Nova. Desbarrancaram muitas residências – e aqui tem uma pessoa que é autoridade, que é o Pádua Bruzugu, da Cageacre, que está aqui; ele e o Edivan. Lá em Boca do Acre, como alaga muito...

E as pessoas moram na beira do rio porque isso faz parte da cultura da Amazônia, porque as pessoas andavam era pelo rio. As pessoas andavam pelos rios, nós não tínhamos outro meio de transporte. Até mudar isso vamos levar tempo. Vamos pensar numa possibilidade de construir casas adequadas para aquela região. Ora, se você faz uma casa com o pé-direito lá de quatro metros... Porque para você tirar uma pessoa da Cidade Nova, tirar uma pessoa do Taquari, não vai tirar fácil, não. Essas pessoas todas já saíram para outros bairros, foram lá para Cidade do Povo, em que foi construído um conjunto habitacional, mas as pessoas voltam porque esses bairros estão ali, perto do centro da cidade.

Depois, vamos botar os técnicos para pensarem, sei lá, umas casas aí a fim de que não vá desbarrancar, mas sim, saber administrar o momento da enchente, porque o cabra passa ali uma semana, dez dias na enchente, mas o resto do ano todinho ele passa tranquilo. E dali ele não pega ônibus, ele vai para o centro da cidade a pé. Então, que o ministério pense nessa possibilidade junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o governo, junto com as prefeituras, de criar casas para que as pessoas possam, ali na enchente, não sofrerem o tanto que sofrem.

Então era isso, Waldez. Mais uma vez, muito obrigado. E quero parabenizar essas duas Comissões importantes – participo das duas – e me colocar a sua disposição, à disposição do seu ministério. Obrigado.

E quero agradecer ao Weverton aqui pela solidariedade. Obrigado, Weverton. Da outra vez eu lhe prometo que não vou ligar, porque não saiu nada... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Petecão, a solidariedade do Senador Weverton vai servir para a próxima enchente, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou passar a palavra ao nobre Senador Confúcio Moura, que a solicita.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar todos os presentes.

Não vou propriamente fazer perguntas, Ministro Waldez, vou colocar aqui alguns pontos já eleitos pelos nossos colegas.

Teve uma audiência pública ano passado, na Comissão de Meio Ambiente, e o Reitor da Universidade do Pará falou o seguinte: o que precisa para a Amazônia é de uma Embrapa. Isso significa o seguinte, que a Embrapa entrou no Centro-Oeste e, em terras arenosas e ácidas, em 50 anos fez essa grande revolução do agronegócio. E na Amazônia, que tem a sua biodiversidade, a sua riqueza – e alguns dos companheiros falaram, não adianta ficar contemplando árvore, não é? –, é fundamental que a gente pesquise a floresta, a riqueza da floresta, ou seja, a bioeconomia da Amazônia, e com um investimento em pesquisa na Amazônia pesado, para valer, à semelhança do que a Embrapa fez no Centro-Oeste e no Sudeste brasileiro.

Sobre o microcrédito produtivo solidário, já existe no BNDES, já existe no Banco da Amazônia e no Banco do Brasil, mas eles não emprestam nada! Há mais de 15, 20 anos já existem essas rubricas lá, mas são figuras ficcionais, porque justamente o risco do empréstimo, os bancos temem que esse risco recaia sobre eles. Então é necessário que esse microcrédito novo a ser criado, para valer, tenha um fundo garantidor, um fundo garantidor desses empréstimos pequenos. Os bancos grandes não sabem emprestar dinheiro para pobre. Os bancos grandes não sabem emprestar...

A pessoa pobre, a pessoa de periferia tem vergonha de entrar em um banco grande, porque ela vai de sandália Havaianas, vai de bermuda, sai da oficina suja, e não entra nesses bancos. É necessário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse dinheiro seja descentralizado para as cooperativas de crédito, seja descentralizado para as OSCIPs de crédito que existem de aval solidário. Então, eles têm experiência em emprestar dinheiro pequeno para essas pessoas. É fundamental, então, que mude a fisionomia do crédito solidário.

O Banco da Amazônia tem o Amazônia Florescer, que é um microcrédito que tem mais de 15 anos, e não funciona.

E aqui a Dorinha falou há pouco sobre a questão da ausência da Sudam. A Sudam, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e outros fundos precisam ser remodelados urgentemente, porque a Sudam passou a ser apenas um órgão, uma casa abandonada lá em Belém, bem no centro, um prédio grande, que realmente não tem o que fazer.

Então, é indispensável que a gente mude a fisionomia.

O FDA tem R$800 milhões em conta. Esses R$800 milhões em conta... Todo ano, ele tem R$800 milhões em conta, porque no banco ninguém quer pegar o dinheiro, porque realmente há o *spread*, a taxa de administração e o *del credere*, como eles chamam, e eles não emprestam com medo do calote. Então, o dinheiro roda, roda... Por isso é que a União – o orçamento – não investe mais lá, porque não se gasta nem o que tem lá. Então, isso tem que ser mudado completamente.

Realmente, minha fala aqui é curtinha, é só para ratificar as manifestações dos colegas que já falaram anteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Falou a voz da experiência, nosso Confúcio Moura.

Eu quero comunicar também aqui que as pessoas estão acompanhando a nossa sessão pelo e-Cidadania.

A Nathaly da Silva, de Pernambuco, faz a pergunta aqui ao nosso Ministro: "Como a infraestrutura pode ser usada para promover o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades regionais no Brasil?". Essa é a pergunta central para o nosso Ministro. Eu acho que ela sintetizou tudo aqui.

Também tem o Eduardo da Silva, de São Paulo: "Quais são as principais propostas para o desenvolvimento de transporte sobre trilhos?". Essa seria mais apropriada para o Ministro dos Transportes.

Tem também o André Morini, de Minas Gerais: "Como o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional pretende envolver a iniciativa privada nos investimentos em infraestrutura?". Pergunta importantíssima. E a resposta está na experiência que se está tentando fazer lá no Piauí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Pedro Felipe, do Rio de Janeiro, pergunta se é possível aquecer a economia por meio de investimento em infraestrutura.

Bom, Ministro Waldez Góes, quero dizer aqui a V. Exa. que foram cinco horas de intensos debates e discussões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É, exato.

E quero dizer a V. Exa. que foi a audiência pública aqui mais concorrida, que mais teve presença de Senadores, que mais teve participação. Então, acho que só por isso podemos dizer que foi uma audiência de sucesso, de público e de crítica. (*Risos.*)

Então, V. Exa. está com a palavra para as respostas e suas considerações finais. Já expresso aqui o nosso agradecimento pelo comparecimento de V. Exa. e pela ampla exposição que V. Exa. fez sobre o ministério.

O SR. WALDEZ GÓES (Para expor.) – Presidente Marcelo Castro, mais uma vez agradeço por toda a sua generosidade, logicamente ao Presidente Confúcio também.

Na participação virtual, a Nathaly, o Eduardo, o André e o Pedro Felipe certamente representam milhares de brasileiros em todas as regiões que também têm muita contribuição a dar e, sobretudo, têm muita expectativa gerada para a solução de tantos problemas, principalmente esse de infraestrutura, de que vou poder falar um pouquinho.

Mais uma vez, aos que usaram da palavra agora, vou falar aqui um a um.

Senador Laércio, de Sergipe, vou me reportar rapidinho sobre os temas. Naqueles que forem repetitivos, logicamente, ao falar de um, já contemplo a fala do outro Senador ou Senadora.

O Senador Laércio fez a referência ao Fdirs, que é o fundo de desenvolvimento regional sustentável. Existia realmente uma prospecção para, nos primeiros cem dias, ser lançado. Obviamente houve uma decisão nossa, interna, de ministério e de Governo Federal, junto com Casa Civil, de revisitar a estruturação da proposta e adaptar, fazer uma adaptação em relação à governança. Isso requereu um debate mais aprofundado, mas não saiu da agenda e, certamente, nos próximos períodos, no próximo mês – não sei, nosso secretário de fundo está aqui, sabe precisar especialmente –, eu acho que este mês ainda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Está na agenda, não é? Mas está bem, está maduro. Poderia ter sido nos cem dias, não foi, mas se acontecer nos 120, está de bom tamanho. É uma proposta fundamental, que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, vai ao bom encontro de questões, como o André levantou, como o Pedro Felipe levantou, de infraestrutura, numa visão de financiar a infraestrutura sustentável, a infraestrutura verde, a infraestrutura de baixas emissões, que são muito importantes para o Nordeste, para o Centro-Oeste, para todas as regiões do país.

O Canal do Xingó... Na verdade, quanto ao Canal do Xingó, de Sergipe, eu já dialogo sobre ele desde o primeiro dia de Governo, ele nunca saiu da agenda e de repente não aparece aqui na apresentação, não é? Aí, o meu querido Senador Laércio pode ter ficado realmente: "Cadê o Canal do Xingó, não é?". Mas, quanto ao Canal do Xingó, precisa ainda ser vencida uma situação relacionada com o Tribunal de Contas da União, e a minha equipe tem trabalhado intensamente nisso, o Governo tem trabalhado intensamente nisso, mas é prioridade das prioridades. E eu falo também desse comentário do Canal do Xingó, muito apropriado para a questão do Canal do Sertão Alagoano, porque ele também não saiu da agenda. Tem um comentário, além disso, sobre obra, primeiro; depois, sobre o bom uso. Sobre obra, não saiu da agenda.

Mas, como eu disse no início, tem 21 novos projetos na questão da política de segurança hídrica que estão bem amadurecidos para fazer parte do novo plano de investimentos do Governo Federal que o Presidente Lula irá anunciar. Eu trouxe apenas o ramal que está relacionado diretamente com o Pisf – que são os três ramais, dois estão em obra e aquele a que eu me referi aqui.

Os demais – e esse ramal faz parte da carteira de projetos – eu me senti na obrigação de não relacionar, porque são obras de que o Presidente Lula fará anúncio. E provavelmente o Canal do Sertão Alagoano, que eu acho que é a quinta etapa da obra, deve estar relacionado a esse conjunto de novas obras. Nesse caso, é continuidade, mas é uma nova etapa.

Laércio ainda. Programa Água Doce, a que eu me referi ali... Na verdade, o Programa Água Doce, o Programa Água para Todos, segurança hídrica... No novo plano de investimentos do Governo Federal, isso vem tudo no arcabouço do Água para Todos. Então, isso ganha uma dimensão além, é lógico, dessa departamentalização, e pode acontecer alguma transversalidade, algum ministério ter alguma responsabilidade com alguma parte desse grande propósito e compromisso do Governo Federal de ampliar cada vez mais a água de consumo e, logicamente, de produção.

Então, nós abordamos isso aqui na dimensão do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, pois é grande a agenda, porque, quando falo das obras de segurança hídrica e do Água para Todos no recorte em que o ministério vai ser responsável, grande parte da agenda do Água para Todos está com a gente, mas é possível ter alguma ação em outro ministério. Por exemplo, em questão de cisterna, que mexe muito com questões bem sociais, que podem gerar empregos ali na ponta diretamente, isso poderá ser compartilhado com o Ministério do Desenvolvimento Social. Então, tudo isso a gente está discutindo ainda na transversalidade. De toda forma, Água Doce está dentro do arcabouço do Água para Todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carro-pipa. Se um dos carros-chefes do grande programa de investimentos do país que o Presidente Lula irá lançar daqui a uns 30 dias é segurança hídrica, é o Água para Todos, obviamente, está nesse radar, com as tecnologias já disponíveis e com os recursos que estão sendo priorizados, a gente ir atendendo o máximo que nós pudermos de comunidades que, há anos, estão sendo atendidas somente por carros-pipas. É lógico que eu não acredito que a gente consiga resolver 100% literalmente, vai ter alguma situação em que não tem viabilidade a implantação de um projeto, devido, às vezes, à distância dos assentamentos, sendo aí difícil construir um sistema que sirva... Um sistema para servir 20, 30 famílias que estão em um aglomerado é mais fácil; um sistema para servir 50, 100 famílias que estão em loteamentos isolados é mais difícil. Então, vai ter que se buscar alternativa: ou carro-pipa ou sistema próprio. Então, logicamente, isso ainda leva um tempo, mas o Programa Água para Todos, com esse arcabouço pegando todas as políticas de segurança hídrica, pretende enfrentar, em uma outra dimensão, a diminuição, a partir do entendimento com a segurança hídrica, da distribuição de água com caminhão carro-pipa. Então, acho que este é o recorte que a gente tem que dar: não deixar crescer o problema. Nós podemos, a cada ano, diminuir, aumentando a meta de entrega estruturante. Você aumenta a meta de entrega estruturante e diminui o emergencial. Essa é a lógica do grande Programa Água para Todos, que vai ser relançado novamente.

Bem, meu querido Senador Lucas Barreto, eu, o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Randolfe temos uma missão hercúlea e um dever assim total, 100% com o nosso território, como todos os senhores. A gente não serve ao Brasil se não for a partir inicialmente da confiança daqueles que estão no nosso território. São eles que nos colocam nessas missões, seja pelo voto, ou pelas escolhas de quem foi votado, como é o meu caso. E me honra muito ter sido escolhido pelo Presidente Lula, como ex-Governador de um estado da Amazônia, para servir ao Brasil, mas a gente sempre fica com o pé no nosso torrão. Lá a gente chama de torrão tucuju, não é? Lá é uma constituição entre ribeirinhos, negros, índios – e são muitos indígenas – e floresta. Eu mesmo sou filho de seringueiro, frequentei estrada de seringa até os meus 17, 18 anos de idade, nas minhas férias, além de morar lá. Então, a gente tem esse compromisso integral.

Eu quero, na verdade, cumprimentar o Senador Lucas e, ao fazê-lo, cumprimentar também o Senador Randolfe e o Senador Davi, porque eles têm ajudado muito o Amapá, e não deve ser diferente com nenhum de nós que representamos nossos estados. É ajudando nossos estados e nossas regiões que a gente pode melhorar o Brasil em todos os seus aspectos sociais e econômicos. Eu imputo aqui todo o meu apoio às causas levantadas pelo Senador Lucas Barreto.

Meu querido Senador Alan Rick, sobre a defesa civil, a que você fez referência trazendo o recorte para a questão das casas populares, como fez também ao Fdirs, eu já aqui coloquei que a gente vai lançar, sim, as casas populares que estão sendo atingidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria falar sobre o que o nosso Senador Petecão fez referência também, que continua acontecendo lá no Acre e em qualquer região do país. Para as que desabarem por escorregamento de encostas num desastre, no pós-desastre, mas como fruto do desastre, a defesa civil e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional podem garantir essa recuperação. Então, uma coisa é o Minha Casa, Minha Vida, que estrutura projetos para demanda dirigida ou essas seleções gerais no território onde vão ser construídos, pelas demandas sociais, enfim, necessidades habitacionais, de habitação segura. E a outra são as casas que são destruídas parcialmente, mas que não requerem mais segurança ali para moradia, ou totalmente; aí é uma resposta mais rápida, porque, tanto no Acre como em qualquer lugar, pode ser feito um plano de reconstrução dessas casas. Obviamente a prefeitura deve ter a responsabilidade de escolher um local específico, seguro, que tenha o "aprovo" da Defesa Civil nacional. E aí nós podemos fazer pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Na próxima semana, a gente vai estar dando ordem de serviço num município da Bahia, lá em Itabuna.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Perdão, quantas? Seiscentos e noventa e seis unidades habitacionais pela defesa civil.

Então, pode ser 10, 20, 30, identificou a situação, seja no Acre, na Bahia, lá no litoral paulista ou no Maranhão – onde aconteceu também – ou no Ceará, a nossa orientação é que, com o apoio da nossa Defesa Civil nacional, as prefeituras preparem seus planos de reconstrução ou de construção para que, após, lógico, a ajuda humanitária e o restabelecimento, a gente assim o faça. Então, serve também para aquelas que forem identificadas lá, diagnosticadas nesse enquadramento, a Defesa Civil pode construir.

Também sobre aterros sanitários e saneamento, mesmo não estando na minha jurisdição, mas está na jurisdição do nosso querido Jader Filho, eu continuo entendendo que estas duas políticas podem, sim, ser feitas por concessões, obviamente não perdendo de vista aquilo que o poder público deve continuar assumindo, porque estas são políticas em que pode entrar muito dinheiro novo, podem resolver situações de muitos locais do país. Talvez seja uma das únicas formas de nós diminuirmos o déficit de cobertura de saneamento e água tratada.

Não é com recurso de governo, de prefeitura e de Governo Federal que se vai consegui isso. Vai levar aí algumas centenas de anos e vai aumentando o déficit. Então, eu sou consciente disso, sempre defendi isso com muito afinco no estado, quando eu fui fazer essa modelagem. E, logicamente, uma modelagem que preserva as instituições públicas, se assim for o desejo, para que elas continuem fazendo o braço público chegar aonde a concessão não vai chegar. Então, isso pode servir para qualquer estado brasileiro. E, no nosso caso da Amazônia, já tem modelo para isso acontecendo. Isso também vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para uma indagação que eu acho que foi o nosso querido... Não sei se foi o Rodrigo... Não, acho que foi dos arranjos produtivos.

Sobre concessões de florestas. Na Amazônia, por exemplo, as concessões de floresta, eu citei aqui ainda há pouco, nós fizemos umas quatro ou cinco no Amapá. Uma é um sucesso. E serviu para eu entender que ainda não era a melhor, porque a gente fez concessão para exploração de madeira, e só fomos trazer a concessionária para assumirem compromissos com a indústria local e com a comunidade local depois da concessão já feita.

Então, isso serviu tanto que, hoje, o BNDES está modelando com o Amapá numa concessão de mais de meio milhão de hectares de florestas, considerando os ativos florestais. Então, não só a madeira, mas os ativos, os serviços ambientais que essa floresta pode prestar e presta, certo? E o compromisso com a comunidade local e com a indústria local, porque, senão, vira tudo produto de exportação. Então, com todas essas *commodities* a gente tem que ter muito cuidado.

Foi a partir de uma experiência que eu fiz no Amapá que eu acho que hoje sairá – até o final do ano –, deve sair uma modelagem que pode ser exemplo para o Brasil, uma modelagem diferente, porque eu conheço também as modelagens que vários estados já fizeram. Não foi muito diferente da que eu fiz. Então, é fazendo que a gente aprende se está bem feito ou se precisa melhorar. E eu creio que a modelagem que sairá do BNDES junto com o Governo do Amapá em relação a ativos florestais e considerando comunidades do entorno e indústria local, ser servida antes da exportação...

Hoje uma indústria local de madeira que quer trabalhar com indústria madeireira, para ela ter uma madeira certificada... Aqui ela constrói ponte na Amazônia de madeira. Ela nem participa da licitação, porque ela não consegue.

Ela não consegue a madeira certificada e, se for construir no preço que tem que comprar a certificada, ela não consegue participar da licitação. Então, é uma situação que se tem que resolver, porque a legislação exige que a gente resolva, a política ambiental também, mas não se resolve se não tiver política pública. E, se você for olhar bem para dentro da Amazônia, ainda temos pouco conhecimento produzido, que aí eu já entro na sua indagação.

Se nós somarmos o que se aplica no ano de pesquisa e tecnologia na Amazônia, é uma vergonha, comparado com outras regiões do Brasil, Sul e Sudeste. É muito pouco! Então, é muito difícil você produzir ou gerar tecnologias apropriadas para uma realidade diferente como é nossa, se não se investir em pesquisa. Certo? O próprio CBA da Amazônia, que é o Centro de Biotecnologia da Amazônia, eu acho que já existe há 15, 20 anos.

Eu estou com uma expectativa muito grande – conversei muito com a Ministra Luciana, com o Ministro e Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin –, para que esse Governo dê um passo importante nisso, porque ele é da Amazônia. Ele está lá no Amazonas – ele é da Amazônia! –, ele pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por ali, na transversalidade com todos os institutos de pesquisas, de todos os nove estados da Amazônia, ser o carro-chefe da bioeconomia tão hoje propalada, mas, sem aquele centro funcionando e a interlocução direta com os centros de pesquisa, é muito difícil.

Então, realmente o senhor tem razão, a Embrapa e até mesmo a pesquisa privada foram responsáveis por todo esse avanço em termos de tecnologia, na agricultura, no agronegócio. E não adianta a gente pegar todo esse avanço e só transportar para a Amazônia, porque não vai dar certo. Se nós prospectarmos o que já existe de desmatamento em vários estados da Amazônia, só com tecnologia e inovação, pode-se dobrar, triplicar, quadruplicar, quintuplicar a produção; se for de proteína animal, o Pará pode mais que quintuplicar a produção nos hectares já antropizados, se comparado com o que é produzido no Centro-Oeste do Brasil. Agora, o que se precisa lá é desmatar mais? Não, é produção e produtividade a partir de pesquisa, introdução de tecnologias apropriadas. Então, Amazônia é isso mesmo, precisa-se de muito conhecimento para poder-se mexer melhor nas vocações que nós temos, e aí, quanto mais se investir, no que eu concordo com o Senador Confúcio, melhor será.

Seguindo aqui, meu querido Alan, ainda falei...

Senador Rodrigo Cunha, os arranjos produtivos locais, Senador, têm correlação direta com esse programa das rotas de desenvolvimento. Aí eu fiz um apelo grande, porque é muito, é bem significativo o que tem na LOA, que está disponível para o ministério. E nós temos um potencial imenso – eu até citei aqui no início da apresentação –, nós podemos até aumentar essa meta, mas, de pronto, se a gente conseguir dotar de mais orçamento essa política pública, pode implementar por centenas de projetos, no país, no mínimo 200 tipos de ações diferentes que vão desde equipamentos, assistência técnica a insumos, vários tipos de ações diferentes. E nós estamos muito inclinados a investir nisso, muito inclinados!

E isso corresponde diretamente com os arranjos às APLs. É através das APLs que a gente compõe esse arranjo produtivo local, essas cadeias produtivas locais.

E o que a gente está defendendo aqui é que, se a gente não fizer investimentos nesta área, nós podemos ter regiões se desenvolvendo a partir de grandes outros investimentos, mas as pessoas com menos acesso a esse processo ficariam mais para trás. E aí, isso tem que ser visto tanto na transposição do Rio São Francisco, através do Pisf, que já é uma outra modelagem que a gente está fazendo com a Casa Civil, de projetos de desenvolvimento nessas áreas, quanto no canal do sertão alagoano.

Então, acho que você tem razão no que abordou aqui em relação aos arranjos produtivos locais, em relação à sua visão para que a água seja para consumo, mas também seja aproveitada para a produção, e nós estamos focados nisso, tanto em relação ao Pisf quanto às obras complementares, ramais de acesso, obras feitas em parceria com os estados, como é o caso também lá do Canal do Sertão de Alagoas, que tem sido em parceria com o Estado. Como ele ainda não ocorreu aqui em relação à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

citação da minha apresentação, certamente ocorrerá na hora em que o Presidente Lula fizer a manifestação sobre o plano de investimento.

Ainda sobre a citação do Senador Rodrigo Cunha: Canal do Sertão, a produção de alimentos está relacionada, segurança hídrica e rotas também, as APLs, eu acho que é isso.

Minha querida Senadora Dorinha. Fundos constitucionais, arranjos produtivos e Sudam: falamos aqui disso já. Quanto à Sudam, eu até já me referi que ela saiu do orçamento. V. Exa. é uma das autoras de emendas que se desanimou com a Sudam, mas eu queria fazer um apelo aqui, eu já tenho feito aos Parlamentares, a Deputados Federais, a todo mundo com quem eu tenho conversado, e vocês sofreram muito mesmo com isso. Quando a gente vê hoje o orçamento da Sudam – deve ter sido muito mais, eu não peguei os dos anos anteriores – em 2019 de quase R$200 milhões cair para 25% disso, então há um descrédito, uma desmobilização total. E eu estou fazendo um apelo de que se a gente conseguir, pelo discricionário de todos os Senadores e Deputado, recompor sobretudo Sudam e Sudene – eu acho que a Sudeco está com um valor mais alto; Sudam e Sudene estão bem desmobilizadas –, a gente pode fazer escolhas também para não sair trabalhando com várias áreas, mas fazer um trabalho de reengajamento dessas superintendências, por que senão vai restar o quê? Se elas estão envelhecendo, não têm concurso, as pessoas que estão lá já se desanimam e os recursos também vão ficando escassos, aí ficam apenas prédios para serem cuidados.

Então, acho que eu queria um voto de confiança do Parlamento brasileiro, do Governo brasileiro – o Presidente Lula também está confiando nisso –, porque eu estou disposto a trabalhar com todos esses braços, não estou achando que a Sudam, a Sudene e a Sudeco têm que trabalhar isoladamente com o pouco que estão fazendo, sem uma conexão nessa estratégia de desenvolvimento regional. E eu assumo a responsabilidade de ser a conexão com o Parlamento brasileiro. Se a responsabilidade das superintendências locais está na vinculação com o ministério, então, se eu estou pedindo apoio para reforçar os orçamentos e, lógico, decididos por vocês.... Tá, vamos reforçar os orçamentos para fazer o quê? É aplicar nas rotas de desenvolvimento regional através das APLs? É. Então vamos escolher uns três, quatro projetos, apostar aí uns dois anos, e, girando e a gente vem aqui prestar contas, entendeu. Olha, vale a pena! Vamos voltar.

Reanimamos, estamos com todo o entusiasmo de novo, os técnicos da Sudam, da Sudene, da Sudeco.

Eu quero acreditar nessa proposta, porque, às vezes, só desmobilização não dá. Eu lembro que uma vez quiseram desmobilizar a extensão rural, o que seria um dos maiores crimes que poderiam cometer neste país, porque a agricultura do Brasil deve muito à pesquisa e à extensão. Sem pesquisa e sem extensão, pode ter crédito, pode ter infraestrutura, mas, se não tiver pesquisa e extensão, vai-se investir mal. Não tendo orientação, certamente não vai ter resultado. Às vezes, o mesmo extensionista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orienta duas famílias diferentes ou produtores diferentes. Dependendo de como cada produtor leva, à risca, as orientações, um aumenta a produtividade e outro, às vezes, não aumenta. Imaginem sem!

Então, eu queria pedir esse voto de confiança, Senadora Dorinha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEZ GÓES – Nós aceitamos todas as sugestões. Eu estou chamando, logicamente depois de as equipes assumirem, porque eu não tinha condições de estar conversando... Na verdade, tem até superintendências ainda sem dirigentes. Está tudo se definindo agora. Definido, a gente vai chamar para reunião e vamos estar, sim, colocando claramente a forma de trabalho que eu pretendo empreender.

E um voto de confiança o Parlamento brasileiro precisa dar mais uma vez, para que essas superintendências cumpram o seu papel. Olha, é papel das superintendências o plano de desenvolvimento regional. Eles estão trabalhando agora, a gente está motivando, os técnicos estão lá, estão envolvidos. Eles estão correspondendo, e eu estou apostando nisso. Então, vocês estão ajudando a gente a reenviar para cá atualizado o plano de desenvolvimento regional. E eu acho que eles estão se comprometendo, porque a gente está numa nova fase e vamos entrar em um novo momento também de trabalho.

Eu acho que já falei com todos: meu querido Rodrigo Cunha, Senadora Dorinha, Senador Laércio, Senador Lucas, Senador Alan Rick – foram esses, não é? – e Petecão, falei com o Senador Petecão também.

No mais, nosso querido Presidente, Senador Marcelo Castro, e Presidente Confúcio, quero agradecer.

Eu estou aqui acompanhado de todos os meus secretários. Estou com o Secretário-Executivo ali, o Valder, que está empenhado em tudo, em o Ministério se transformar em BI para que todo mundo acompanhe, que a gente fique com informação em tempo real para o usuário da política pública, para o fiscal da política pública. O PPA, a LDO, tudo vai seguir essa linha. Estou com o Secretário de Segurança Hídrica, o Giuseppe. Ele já sabe o trabalho hercúleo que tem pela frente, seja para tocar obras novas que virão ou enfrentar esses passivos que nós temos nessa agenda. Com a Secretária de Desenvolvimento Regional e Territorial, a Adriana – vocês levantem o braço para os Senadores conhecerem –; com o Volnei; a Adriana é responsável pelas rotas, pelo Água para Todos. Com o Secretário de Proteção e Defesa Civil, Volnei, que consegue, com menos de cem pessoas, fazer todo esse trabalho de proximidade com os municípios e estados na resposta e recuperação dos problemas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desastres. Com o nosso assessor direto da área de assuntos parlamentares e federativos, o Daniel, que já tem uma experiência muito grande no Congresso Nacional, trabalhou aqui muitos anos, na CMO, é um bom interlocutor nessa relação com o Parlamento brasileiro e com aquilo que é carente ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; e mais os assessores diretos nossos.

Na pessoa do Marcelo Rosa, quero cumprimentar todos os demais e agradecer ao nosso Secretário de Fundos, responsável pelo Fidcs, pela remodelagem em relação ao microcrédito, daquilo que for carente à nossa pasta – e os outros demais assuntos aqui que a gente já falou –, a recontratação do BNDES para a PPP patrocinada, um trabalho hercúleo dele com a Casa Civil para conseguir fazer isso novamente; o lançamento com a Microsoft, em relação à plataforma ClimaAdapt, que reúne e sistematiza tudo que já existe em conhecimento produzido em relação a esses desastres para que melhor a gente conduza o enfrentamento, com acessibilidade a todos os atores que precisam ajudar. Então, quero agradecer ao Eduardo e, muito especialmente, às duas Comissões, nas pessoas do Senador Confúcio Moura e do Senador Marcelo.

E, se for o caso, mais à frente, a gente pode ter uma rodada que saia com as vinculadas junto para tirarmos mais dúvidas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza.

O SR. WALDEZ GÓES – ... dessa transversalidade. A gente pode também, com todo o carinho e responsabilidade, promover mais um momento.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero agradecer a presença e a participação de todos, em especial a presença do nosso Ministro, que deu aqui uma exposição muito completa. Eu acho que todos nós ficamos muito satisfeitos com todos os esclarecimentos.

Comunico que amanhã, dia 19, às 9h, receberemos o Ministro de Portos e Aeroportos, Sr. Márcio França, para que, também, numa audiência pública conjunta, possa apresentar as ações para a sua pasta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 01ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e quarenta e quatro minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Cid Gomes, Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick, Izalci Lucas, Sérgio, Petecão, Angelo Coronel, Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Astronauta Marcos Pontes. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Irajá, Beto Faro e Jorge Seif. Não membros presentes: Romário, Vanderlan Cardoso, Wilder Morais, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Weverton, Carlos Portinho, Marcos do Val. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Todos os presentes de acordo, é procedida a eleição por aclamação, tendo em vista a chapa única para o biênio 2023/2024. **Resultado:** Instalada a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, eleitos e empossados os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Registre-se que o Senador Flávio Bolsonaro leu comunicado informando que o Bloco Vanguarda se absteria da votação para Presidente e Vice-Presidente da Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2023-2024, nos termos do disposto no art. 88, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Marcelo Castro; para Vice-Presidente, Senador Cid Gomes.

Consulto a todos os Srs. e Sras. Senadores e Senadoras se podemos neste momento proceder à eleição por aclamação...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... tendo em vista a chapa única.

Pela ordem, de imediato, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, quero saudar todas as mulheres pelo dia de hoje. Os dias delas são todos os do ano, mas é importante essa data comemorativa, que nos faz refletir cada vez mais sobre o papel da mulher na nossa sociedade.

E passo aqui ao tema afeto à nossa reunião de hoje, nos termos do art. 14, inciso X, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, para manifestar discordância do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelos Partidos Liberal, Progressistas, Novo e Republicanos, na forma como está sendo conduzida a eleição à Presidência das Comissões do Senado Federal.

O Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, em seu discurso de posse, afirmou – abre aspas –:

> O Brasil precisa mesmo de pacificação. Os Poderes da República precisam trabalhar em harmonia, buscando o consenso pelo diálogo. Os entes federativos devem atuar de modo sincronizado para que as políticas públicas possam efetivamente chegar à população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O Senado Federal também precisa de pacificação, para bem desempenhar suas funções de legislar e de fiscalizar. Os interesses do país estão além e acima de questões partidárias e nós, Senadores e Senadoras, precisamos nos unir pelo Brasil. [...]
> Pacificação é buscar cooperação. Pacificação é lutar pela verdade. Pacificação é abandonar o discurso de "nós contra eles" e entender que o Brasil é imenso e diverso, mas o Brasil é um só. [Fecha aspas]

Concluindo, Presidente, infelizmente o que se observa nas eleições para a Presidência das Comissões do Senado Federal é exatamente o inverso. Não foi observada a proporcionalidade, conforme determina o §1º, art. 58, da nossa Constituição Federal, que é cristalino ao determinar que: "Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa".

Na oportunidade, cumpre registrar que o termo "tanto quanto possível", constante do artigo, é para garantir que, havendo número maior de partidos ou blocos do que Comissões, não será possível a distribuição observando a proporcionalidade. O que não é o caso. Hoje o nosso bloco é o terceiro maior bloco desta Casa, o que lhe garantiria, pela proporcionalidade, direito à Presidência de quatro Comissões, conforme cálculo.

Ademais, pode alguém argumentar que poderia haver uma disputa também pela eleição da Presidência da Comissão, como ocorreu no Plenário do Senado Federal. No entanto, importante observar que na Comissão, diferentemente do que ocorre no Plenário, não há maioria dos membros. Pelo contrário, os membros da Comissão, que é composta pela formação da divisão proporcional dos blocos e partidos... Logo, matematicamente falando, é impossível o bloco com menor formação eleger o Presidente, já que possui menos membros.

Sendo assim, como Presidente do Bloco Vanguarda, em nome de todos os nossos membros, informo que vamos nos abster de participar da votação, por entender que ela não está respeitando a proporcionalidade conforme determina a Constituição Federal.

Registre-se que não é nada pessoal contra os Senadores que estão compondo a chapa para a Presidência da Comissão e a Vice-Presidência, mas sim contra a forma como estão sendo conduzidas as eleições para a Presidência das Comissões, rasgando a nossa Constituição Federal.

Ademais, fazendo uma retrospectiva, durante todas as legislaturas desta Casa sempre foi respeitada a proporcionalidade partidária diante das Presidências das Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, peço que registrem em ata e também nas notas taquigráficas a abstenção do Bloco Vanguarda, composto por PL, PP, Republicanos e Novo, na votação para Presidente e Vice-Presidente desta Comissão.

Mais uma vez, nada contra o candidato Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Bolsonaro, seu pedido será atendido.

A gente pergunta se alguém mais quer fazer uso da palavra neste momento. (*Pausa.*)

Não havendo então ninguém para fazer uso da palavra, a pergunta que eu faço ao Plenário é se a eleição pode ser por aclamação. (*Pausa.*)

Como percebo que há concordância de todos, vamos à votação.

Para Presidente, a chapa que chega à Mesa é do Senador Marcelo Castro como Presidente; e para Vice-Presidente, Senador Cid Gomes.

Aqueles que concordam – pela aclamação, que seja feita a votação –, permaneçam como se encontram. Os que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quero só registrar a abstenção do Bloco Vanguarda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.K., está registrada a abstenção.

Então declaro, neste momento, aprovada a chapa: Senador Marcelo Castro, Presidente; para Vice-Presidente, Senador Cid Gomes. Uma salva de palmas, e eu já passo a Presidência aqui para... (*Palmas.*)

... o meu querido Senador Marcelo Castro e para o meu querido Cid Gomes, para que ambos venham aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Me inscreva para poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cid, eu vou ficar à esquerda ou à direita? Tanto faz?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – O mais importante é que fique na esquerda...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Marcelo Castro, primeiro quero cumprimentar V. Exa. pela eleição de V. Exa.; cumprimentar o Vice-Presidente Cid Gomes pela eleição, pela aclamação; cumprimentar o nosso sempre brilhante Paulo Paim pela condução, meu companheiro, vizinho de apartamento e de quase 12 anos já aqui no Senado da República; cumprimentar nossos colegas Senadores e, de uma forma muito especial, as nossas Senadoras: no Dia Internacional da Mulher, quero aqui prestar homenagem, na pessoa da nossa Senadora Zenaide Maia. Eu quero cumprimentar todas as mulheres brasileiras no Dia Internacional da Mulher.

Mas quero dizer da satisfação que temos de poder contar com o apoio das Lideranças. Quero aqui cumprimentar todos os Líderes, fazendo uma saudação especial ao Senador Davi Alcolumbre que, junto conosco, construiu, com várias mãos, a possibilidade de chegarmos a esse entendimento, no dia de hoje, de construirmos as votações das Comissões aqui no Senado.

Quero dizer que a Comissão de Desenvolvimento Regional realmente tem um papel fundamental no encurtamento das desigualdades regionais, no encurtamento das desigualdades econômicas e sociais deste país, em especial no momento singular que o Brasil vive em função das decisões que o Congresso Nacional tomou recentemente, inclusive com decisões do Supremo Tribunal Federal que empoderaram, e muito, a Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado da República.

Portanto, todos nós estamos muito esperançosos de que, neste próximo biênio – juntamente com o Presidente Lula, juntamente com as políticas de desenvolvimento econômico e social que esperamos, todos, ver implementadas neste país –, as desigualdades, como eu já disse, possam ser encurtadas. Que o desenvolvimento, com emprego e renda, possa retomar o crescimento econômico do Brasil, e que nós possamos ver as regiões mais empobrecidas florescerem novamente com a esperança de desenvolvimento e justiça social, neste país.

Quero aqui celebrar este novo momento na Comissão de Desenvolvimento Regional, celebrando, portanto, a aclamação tanto do Senador Marcelo Castro quanto do Senador Cid

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gomes, ambos do Nordeste. É uma sinalização importante para as Regiões Norte e Nordeste, regiões tão discriminadas e esquecidas em momentos tão importantes do nosso país.

Nossos cumprimentos, em nome do MDB – e em nome do nosso bloco, tenho certeza –, a todos os companheiros da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo ao...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... nosso Líder, Eduardo Braga, passo a palavra à nossa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, Presidente, eu vou ter de sair para presidir a CAS. Isso não é porque eu sou bonito nem mais competente, é porque eu sou o mais velho. (*Risos.*)

Então, um abraço a todos vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Obrigado, Paim. Um abraço grande. Muito obrigado.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Quantos anos?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Setenta e três, hoje.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Hoje?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hoje não, dia 15 de março.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Ah...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nossa colega Zenaide Maia com a palavra. Em seguida, o Senador Alan Rick.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu quero aqui cumprimentar o colega Senador Marcelo Castro, o Senador Cid Gomes e todos os colegas aqui presentes e dizer o seguinte: esta Comissão, Eduardo, como você falou aqui – a gente prova – é um interesse do Estado brasileiro. A certeza de que o Estado brasileiro e que todos nós temos é a de que sem o Estado não existe desenvolvimento.

Eu não estou dizendo aqui que não se precisa ter essa associação com a iniciativa privada. Lembro aqui, mais uma vez, que nenhum país do mundo – não existe na história – saiu de uma crise econômica, como a que a gente está vivendo, sem um investimento estatal, Senador. E a CDR aqui, juntamente com o Ministério, é uma maneira de o Estado estar presente na geração de emprego e renda, que é do que o povo brasileiro precisa.

Parabéns, colegas!

Quero dizer aqui, afirmando a cada um, que, independentemente de ser... Muitas vezes, não sou nem membro da Comissão, mas venho, como eu tenho direito a fala, e mostro minha opinião, e fico feliz de ver os colegas aqui na defesa do bem comum, que é justamente a presença estatal na geração de emprego e renda, no desenvolvimento, desenvolvendo nossas regiões – eu sou nordestina também.

A presença estatal é necessária, sim, e esta Comissão vai ajudar muito.

Parabéns a vocês!

E bom trabalho para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Passo a palavra agora ao nobre Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero parabenizar as mulheres pelo seu dia, as mães, as esposas, as irmãs, as guerreiras, que, com o suor do seu rosto, com o seu trabalho, contribuem para o sustento de suas famílias, mas, sobretudo, para que o Brasil seja um país rico, diverso e com uma base familiar forte.

Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela eleição de V. Exa. nesta Comissão tão importante, que debate temas que, para nós que somos do Norte e do Nordeste... Temos aí um Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Piauí, um Vice-Presidente do Ceará e tantos membros aqui de estados das regiões que necessitam desse olhar diferenciado da União.

O desenvolvimento regional é objetivo da Federação, é objetivo da Constituição Federal, tanto que está no seu art. 3º, inciso II; tanto que está, no seu art. 170, a redução das desigualdades regionais. E nós temos hoje o desafio de debater, nesta Casa, não apenas as políticas públicas que reduzam essa desigualdade, que levem ao emprego e à renda, como bem disse a Senadora Zenaide, que me precedeu, que gerem as condições e um ambiente de negócios que permitam a geração de emprego e renda não só fomentada pelo poder público, mas, sobretudo, por uma iniciativa privada forte, por um turismo forte, como, por exemplo, a tese sobre a qual esta Comissão também se debruça de que o Brasil precisa ser, realmente, um berço de atração de turistas.

O senhor pode ver que, em 2018, nós atraímos mais de 6,8 milhões de turistas. Na pandemia, esse número caiu consideravelmente, chegando a menos de 2 milhões de turistas em 2020. Houve um pequeno crescimento, no ano passado, com 3,2 milhões de turistas estrangeiros, mas é um número muito pequeno, Sr. Presidente.

O Brasil precisa fortalecer seus instrumentos, seus atrativos, seu *trade* turístico, para que nós sejamos, realmente, uma potência, aproveitando tudo aquilo que nós temos de tão belo, como as praias do Nordeste, as praias do Ceará – Senador Cid Gomes –, os nossos seringais, o nosso ecoturismo no Acre, enfim. Nós temos um potencial enorme e esta Comissão tem o privilégio de sobre ele se debruçar, Senador Izalci, e trabalhar para que isso prevaleça.

Portanto, quero dizer da minha alegria, mais uma vez, de participar desta Comissão. E conte comigo, Sr. Presidente, para estarmos juntos, promovendo a redução das desigualdades regionais, promovendo o fortalecimento do turismo brasileiro em benefício da nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço as palavras do nosso querido colega Alan Rick.

Agora, passo a palavra ao nobre Senador Izalci, que foi o Presidente aqui da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiramente quero parabenizar V. Exa., agora na condução da CDR, que é uma Comissão superimportante.

Eu tive o privilégio, como o Senador Cid falou, de presidir a Comissão, e, quando presidi a Comissão, um dos projetos que nós tocamos foi exatamente na questão do desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regional. Nós temos hoje – e o Senador Cid já foi Ministro da Educação – a questão das universidades. Nós temos, hoje, mais de 1,5 mil, quase dois mil *campi* universitários. Então, nós fizemos um projeto para que essas universidades, esses institutos federais pudessem apadrinhar cada município, porque, muitas vezes, o município tem um potencial muito forte, muito grande, tem uma juventude que se forma e vai embora e que tem um potencial de desenvolvimento na área de turismo, como também na área de desenvolvimento regional, e, com o apoio dessas universidades, poderíamos buscar a vocação da região, do município para se desenvolverem.

Então, foi uma experiência. Fizemos disso um piloto lá em Campina Grande. Tem um piloto também em Itapeva, lá em São Paulo, do qual o Senador Olimpio participou também; e também lá no Rio Grande do Sul. E acho que é uma saída para que esses jovens possam ter o apoio das universidades, possam tocar os seus negócios e, assim, desenvolver o município para fixarmos os jovens no município.

Então, os desafios são imensos. No turismo, graças a V. Exa. inclusive, que foi o Relator da Comissão Mista de Orçamento, nós colocamos... Eu mesmo apresentei uma emenda de R$500 milhões, que foi ampliada para quase R$4 bilhões para o turismo, e espero também que esse recurso seja usado para a gente desenvolver realmente o turismo no Brasil, que tem um potencial imenso.

Então, eu tenho certeza de que, com V. Exa. conduzindo esse trabalho aqui na Comissão, nós vamos avançar muito nessas áreas de desenvolvimento regional e também do turismo e com o apoio aí do nosso Cid, que tem uma experiência grande lá na educação, até porque esse projeto também era um projeto estruturante lá do Ministério da Educação.

Então, parabéns, sucesso e continue assim!

Depois eu vou pedir aulas particulares de uma semana para a gente aprender um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Obrigado. V. Exa. que é o professor aqui, é quem dá aulas.

Vou passar a palavra para o Líder do Governo no Congresso, o nosso colega Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para saudar essa experiente dupla que presidirá esta Comissão. O Senador Cid tem experiência. Eu tenho a honra de compartilhar com ele este mandato no Senado e ele teve a possibilidade de governar e transformar o Ceará em um dos mais profícuos estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., além de ter tido êxito como Ministro da Saúde, eu tive o prazer de compartilhar com o senhor os trabalhos, no difícil período passado, à frente da Comissão de Educação. E V. Exa. também, Senador Marcelo Castro, tem um mérito em particular: muito da tranquilidade que o atual governo do Presidente Lula terá para a execução de um conjunto de programas sociais, o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida, enfim, o reajuste do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda, tudo isso não seria possível se V. Exa. não tivesse sido, no ano passado, o Relator do Orçamento e não tivesse ajudado a arquitetar e construído, naquele período – e naquele período orçamentário confuso para a nação, porque, ao mesmo tempo em que teve que ser feito esse reajuste e realinhamento que têm um sentido histórico – ajustou também o chamado teto dos gastos –, foi necessário, no mesmo momento, fazer as adequações necessárias por decisão do Supremo Tribunal Federal, em decorrência do fim das emendas do chamado RP9, que disponibilizava R$19 bilhões para o Congresso. V. Exa. teve a maestria de um artista pintando um quadro ou bordando ou tecendo um tecido e conseguiu costurar uma lei orçamentária no ano passado, que tem lugar neste ano, que dá ao Governo a tranquilidade necessária.

Então, melhor experiência não poderia ter do que esta dupla, com quem eu tenho tanta identidade, Cid e Marcelo, à frente desta Comissão.

Ademais, Presidente, a Constituição da República, no seu art. 3º, inciso III, diz que um dos objetivos da República Federativa do Brasil é combater e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Sabe porque o Legislador constituinte colocou isso? Por uma constatação histórica de que o desenvolvimento, desde a Independência... E vejam que há uma distorção histórica da Independência para cá. Os principais centros urbanos, na época da Independência, eram localizados no Nordeste. Aliás, o primeiro levante pela Independência, naqueles tortuosos e difíceis anos que antecedem o 1822, foi a tentativa da Revolução Pernambucana de 1817, sobretudo porque existiam naquele momento resistência e resiliência nordestinas lideradas por Pernambuco, naquele instante, à concentração de poder na Corte. O projeto da Revolução Pernambucana, que, na verdade e na prática, era o projeto Nordeste, não se concretizou, e o projeto que saiu vitorioso na Independência foi um projeto de concentração intelectual, concentração cultural, concentração dos valores intelectuais – as universidades se instituíram ali – e concentração econômica no centro que capitaneou a Independência: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Foi por isso que o Legislador constituinte, fazendo essa constatação histórica de que houve uma injustiça na formação do país como Federação, colocou que é um dos objetivos do país a redução das desigualdades regionais. Isso já tinha tido advento antes de Celso Furtado. É dele a ideia da criação da Sudene e da Sudam, a partir também dessa mesma constatação da deformação do nosso projeto de independência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja a importância que tem esta Comissão. E V. Exa. fez, inclusive nas leis orçamentárias, o realinhamento necessário para dar a esta Comissão o poder de cumprir, por exemplo, com um desses objetivos.

Então, com o mesmo teor e papel de artista que V. Exa. conduziu a lei orçamentaria no ano passado, eu tenho certeza de que estaremos muito bem liderados pelo senhor e pelo Senador Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço aqui, comovido, as palavras tão elogiosas e estimulantes. Isso só aumenta, Senador Randolfe, a nossa responsabilidade à frente desta Comissão tão importante para o desenvolvimento nacional.

V. Exa. pede a palavra, Senador Efraim?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Rapidamente, apenas para lhe desejar boa sorte, porque competência sei que V. Exa. tem de sobra. A amizade e a convivência que tivemos na Câmara dos Deputados hoje se repetem aqui no Senado Federal. Com muita humildade, estarei aqui para contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos de V. Exa. à frente dessa Presidência, somando-se com o nosso Vice-Presidente Cid Gomes, a quem parabenizo pela escolha e pelo papel que V. Exa. desempenhou recentemente como Relator do Orçamento. Poucos Parlamentares desta Casa têm uma dimensão tão completa dos desafios que o país tem a enfrentar quanto V. Exa. que, além da política, também tem uma visão técnica orçamentária desse momento.

Então, tenho certeza de que esta Comissão poderá contribuir muito para uma agenda que é extremamente essencial para o Brasil e estaremos aqui para contribuir com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço a V. Exa., Senador Efraim.

Vou passar a palavra, então, para o nosso Vice-Presidente, Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Eu quero agradecer a deferência a mim e conte comigo o pouco que eu puder contribuir para a sua gestão à frente desta importante Comissão. Conte absolutamente, nem que seja para fazer aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião na sexta-feira às 7h da noite, em que não encontra ninguém, pode me escalar que eu estarei aqui.

Agradeço as palavras generosas do Randolfe, do Senador Efraim e de outros tantos que fizeram jus ao seu talento, aos seus méritos e quero somar-me a eles. V. Exa. tem todos os predicados, todas as qualidades, toda a vivência necessária para presidir uma Comissão da importância e do desafio que é reduzir as desigualdades regionais promovendo o turismo, ainda juntamos os dois assuntos nesta Comissão.

No passado, nós tínhamos Sudeste e Sul como regiões desenvolvidas. De 30 anos para cá, o Centro-Oeste conseguiu e talvez seja hoje a maior renda *per capita*, se pegar por população, a maior renda *per capita* do Brasil, superou. Isso mostra o quanto o esforço coletivo... Aí eu citaria a Embrapa, por exemplo, que desenvolveu tecnologias para se produzir no Cerrado, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, o FDCO (Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste), que foram instrumentos que permitiram ao Centro-Oeste, pelo potencial que tinha naturalmente, também alcançar hoje esses indicadores. Passa a ser a vanguarda, uma região que há 30 anos precisava de políticas públicas e um olhar diferenciado.

O desafio permanece cada vez mais forte, eu diria assim, para o Nordeste e para o Norte brasileiro. O Norte por um conjunto de características próprias, preservação da Amazônia, a questão, enfim, do que se tem que fazer, das limitações que se impõem à proteção do nosso bioma da Amazônia, mas o Nordeste é o grande centro. Não é porque é a nossa região, não é porque é a sua região, como piauiense, ou porque é a minha região como cearense, é porque os números mostram claramente que a renda *per capita* do nordestino, ou da Paraíba, do Efraim, é menos da metade da renda *per capita* do brasileiro. Portanto, isso grita o quanto é necessária uma visão.

Espero que essa quadra que se inaugura, sob a liderança do Presidente Lula, possa reavivar algumas iniciativas, mas tenho certeza de que o seu trabalho à frente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com certeza, será um balizador, será um guia para quem queira atuar de forma competente e eficiente nessa área.

Parabéns, sucesso e conte comigo!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero agradecer ao nobre Senador Cid Gomes e dizer que, depois de tantas palavras elogiosas, estou emocionado.

Em primeiro lugar, quero agradecer aqui ao Paulo Paim, nosso Senador, nosso decano aqui da Comissão, que presidiu, e agradecer a todos os membros da Comissão que nos elegeram, a mim e ao Senador Cid Gomes, como Presidente e Vice-Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respectivamente, por aclamação. Isso nos dá uma responsabilidade muito grande de ter gozado do apoio unânime da Comissão.

Quero ainda fazer aqui uma homenagem às mulheres, às mulheres do mundo inteiro, especialmente às mulheres brasileiras por estarmos hoje aqui comemorando o seu dia. E as mulheres, Senador Cid Gomes, Senador Efraim, evidentemente precisam vencer muitos preconceitos, muitas barreiras. Já evoluímos muito, não somos um país que discrimina tão violentamente a mulher, como há outros países no mundo, mas, sem nenhuma dúvida, os índices de feminicídio que temos no Brasil é uma coisa alarmante e vexaminosa para todos nós. Nós precisamos, cada vez mais, dar espaço para que a mulher possa se realizar, possa progredir, possa crescer e desempenhar seu papel na sociedade. Isso vem avançando, mas nós precisamos avançar mais ainda.

Eu fui Relator da reforma política em 2015 e um dos temas a que eu mais me dediquei foi essa questão da participação da mulher na política. E o Brasil, realmente, naquela época – eu me lembro dos números –, era o 148º país do mundo que tinha a menor representação feminina no Parlamento. Então, é uma situação que nós não podemos aceitar. No meu projeto de sistema eleitoral, a gente propunha que a metade do Parlamento fosse eleita por lista fechada, e, nessa lista, a composição implicava que, para cada três candidatos, tivesse uma diferença de gênero. Então, tinha que ter pelo menos uma mulher. Pelos cálculos que nós fizemos à época, daríamos um salto para, aproximadamente, umas 200 mulheres na Câmara, o que seria um avanço muito grande. Se fizéssemos isso para as assembleias legislativas, para as câmaras municipais, nós aumentaríamos muito o espaço das mulheres. E esperamos retomar ainda essa questão da reforma política, para que a mulher possa ter um espaço maior.

O MDB – nós não queremos ser exemplo para ninguém – já tomou a decisão de que todos os seus órgãos de direção nacional, estadual e municipal têm que ter, no mínimo, 30% de participação feminina. É a maneira que a gente encontra para poder dar uma participação maior às mulheres na sociedade.

Quero agradecer também aos membros do nosso bloco, que concordaram com o meu nome e, em especial, agradecer ao nosso Líder Eduardo Braga, que, mais uma vez, me confia a responsabilidade tão grande de ser o Presidente desta Comissão, que, outrora, não era uma Comissão tão buscada, tão disputada, mas agora, cada vez mais, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo vem ganhando relevância aqui no Congresso Nacional e, neste ano, em especial, porque nós teremos nesta Comissão o Ministério do Turismo, teremos o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, teremos o Ministério das Cidades, e há uma possibilidade de ainda termos o Ministério dos Portos e o Ministério dos Aeroportos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Comissão tem um leque, uma abrangência muito grande e, na prática, vai se tornando uma Comissão regional – Norte e Nordeste –, porque, quando nós colocamos em primeira visão a questão da desigualdade regional, como bem disse aqui o nosso Senador Cid Gomes, nós vamos ver que as regiões que realmente têm um *gap* de distância das regiões mais desenvolvidas do país, as que estão restando, exatamente são as Regiões Norte e Nordeste, porque, anteriormente, eram o Sul e o Sudeste desenvolvidos; Norte, Nordeste e Centro-Oeste... Mas o Centro-Oeste, com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, avançou muito, e hoje nós temos cidades do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul que são campeãs nacional de renda *per capita*, dada a produção tão grande que tem nessas cidades. Então, o Centro-Oeste, digamos assim, já não é uma grande preocupação do ponto de vista da desigualdade, porque já avançou muito. Então, hoje a desigualdade regional está concentrada realmente no Norte e no Nordeste e, no Nordeste, em especial, e, por isso, terá que ter uma atenção muito particular nossa, Cid, minha e sua – eu, como Presidente, e você, como Vice-Presidente.

Aqui nós vamos fazer uma dobradinha, e me honra muito poder ter como Vice-Presidente um companheiro da sua qualidade, da sua experiência, da sua vivência e do seu espírito público, já demonstrado por onde você passou, quer como Governador, quer como Ministro da Educação, quer, agora, como Senador da República. Então, acredito que juntos aqui nós podemos fazer um bom trabalho em favor do país, do desenvolvimento do nosso país, de estímulo ao nosso turismo, que é uma coisa também muito ainda rudimentar no Brasil.

Se nós compararmos com outros países do mundo, há cidades que tem um nível de turistas e tem monumentos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Paris deve receber quatro vezes mais turistas que o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... mundiais que recebem mais turistas do que o Brasil inteiro. Evidentemente que o Brasil tem um potencial imenso para o turismo, e nós estamos ainda muito atrasados nessa área, que tem um espaço muito grande para crescer. É a indústria limpa, porque não polui, deixa recursos líquidos e promove muito o emprego, a renda, a melhoria das condições de vida da nossa população.

Então, com esse direcionamento, procurando ajudar o Presidente Lula, procurando ajudar os ministros que estão aqui na nossa Comissão para o desenvolvimento amplo do Brasil, procurando diminuir as desigualdades e procurando estimular o turismo, eu acho que, ao final de dois anos, nós poderemos, com a ajuda de todos, fazer um trabalho nessas áreas e poderemos dizer que contribuímos modestamente, como outros já contribuíram, o Presidente Collor, ex-Presidente Collor, que esteve nesta Comissão, o Izalci, que esteve também. Todos deram a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcela de contribuição. Agora é a nossa vez, com a responsabilidade que nos pesa aos ombros, de dar essa contribuição em favor do nosso país e das regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Então, agradecendo a todos, despedimo-nos agora desta reunião.

Fica encerrada aqui a primeira reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deste ano.

(*Iniciada às 15 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 02ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia quatorze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Cid Gomes, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro, Paulo Paim, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Astronauta Marcos Pontes, Dr. Hiran. Não membro: Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues, Irajá, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 1, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Renan Filho, Ministro dos Transportes, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca das ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 2, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Márcio França, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 3, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 4, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Waldez Góez, Ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 5, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Jader Filho, Ministro de Estado das Cidades, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 6, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Daniela Carneiro, Ministra de Estado do Turismo, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/14

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, destinada à deliberação de requerimentos.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunicado.

Esta Presidência recebeu ofício com manifestação pela manutenção do Decreto nº 9.731, de 16 de março de 2019, que dispensa o visto para os nacionais da comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão. O ofício foi subscrito pela Associação Brasileira das Agências de Viagem (Abav), Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp), Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), representantes do segmento de agenciamento e distribuição de viagens e serviços turísticos do Brasil, em conjunto com a que representa a indústria de navios de cruzeiros no país. Apenas para registrar essa manifestação aqui, contrária à decisão do atual Governo de suspender esse decreto.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão. A reunião ocorre de modo presencial e, de forma inédita, contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações"; depois, "votações abertas em Comissões" e, então, procurar a votação da CDR em curso, identificada também pelo nome da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto.

Nas reuniões deliberativas de Comissões, os Senadores e as Senadoras poderão votar, nas votações nominais ostensivas, por intermédio da aplicação de registro de voto, integrante do SDR, somente após o registro prévio de presença de maneira física nas dependências da Casa, conforme o Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2023.

A diferença do tempo da pandemia é que agora o Senador ou a Senadora, evidentemente, terá que estar aqui no Plenário do Senado, quer dizer, deverá estar aqui na Casa, no Senado, para registrar a presença, mas poderá votar remotamente.

Nós temos vários requerimentos aqui para serem aprovados hoje, todos da minha autoria, o que já é uma tradição aqui nesta Comissão. Por ser a Comissão de Desenvolvimento Regional uma Comissão que busca diminuir as diferenças regionais que existem no país, e isso está em sintonia com as políticas públicas desenvolvidas pelos demais países do mundo, sobretudo países com área territorial maior – eles sempre têm política de desenvolvimento regional para equilibrar o desenvolvimento do país –, todos nós sabemos que aqui três regiões ficaram para trás: as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A Região Centro-Oeste avançou muito nos últimos anos, sobretudo com as novas tecnologias desenvolvidas pela Embrapa, na produção agropecuária; é campeã, recordista nacional de produto agropecuário; melhorou muito sua renda *per capita* e já não faz parte tanto das nossas preocupações, como fazia outrora. Restam, então, aqui principalmente as Regiões Norte e Nordeste, que são as que têm os piores índices de desenvolvimento econômico e social. Essa é a grande preocupação nossa.

Em função disso, nós estamos convidando os Ministros das diversas áreas concernentes à nossa Comissão. Estamos convidando aqui: o Ministro dos Transportes, o Ministro da Integração Nacional, o Ministro das Cidades, a Ministra do Turismo e a Ministra do Orçamento para virem aqui à nossa Comissão expor os planos de desenvolvimento que têm para o país para que a gente possa acompanhar e, evidentemente, contribuir naquilo que estiver ao nosso alcance.

Então, item 1 da pauta de hoje.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 1, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Renan Filho, Ministro dos Transportes, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca das ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 2, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Márcio França, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Será cumprida a decisão da Comissão.

Foi aprovado o requerimento.

No item 3, de igual teor, convida-se a Sra. ex-Senadora Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento, a comparecer à Comissão a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 3, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Vocês observem que eu estou colocando sempre para os próximos dois anos, porque é evidente que o Ministro, vindo aqui, pode falar dos próximos dois anos, quatro anos, dez anos. Que fique à vontade. Mas, como a nossa Comissão tem uma temporalidade de dois anos, vamos nos cingir aqui aos dois anos, mas é evidente que o convidado não precisa se restringir a isso.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 4, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Waldez Góez, Ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Será cumprida a decisão da Comissão, aprovado o requerimento.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 5, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Jader Filho, Ministro de Estado das Cidades, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

E, por último, o Requerimento nº 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 6, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Daniela Carneiro, Ministra de Estado do Turismo, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Sendo assim, agradeço a presença de todos, em especial a do nosso Senador Marcos Pontes, recém-eleito pelo Estado de São Paulo, que nos honra aqui com a sua presença física.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, é simplesmente para parabenizá-lo pela Presidência desta Comissão, que eu considero uma das mais importantes, é extremamente importante, como o senhor disse, a respeito da necessidade do desenvolvimento das diversas regiões do país. E eu, como Ministro, tinha uma preocupação muito grande ali com relação justamente a essas regiões, Nordeste, Norte, Centro-Oeste, principalmente com relação à conectividade, que é base para muitas outras atividades econômicas.

E quero dizer que eu estou plenamente de acordo obviamente com todos esses requerimentos e me coloco à disposição, sem dúvida nenhuma, para o que for necessário para o andamento desta Comissão e para o sucesso de todos os seus projetos e atividades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito agradeço a presença e participação de V. Exa.

Evidentemente que nesses próximos dois anos vamos procurar aqui trabalhar para ajudar o nosso país naquilo que estiver ao nosso alcance.

Já me comuniquei com alguns Ministros. O Ministro Renan Filho se prontificou e gostaria de ser o primeiro a vir a esta Comissão para apresentar os seus planos para o Ministério dos Transportes. Então, a assessoria daqui vai entrar em contato com a assessoria do Ministro, e vamos marcar proximamente. Nós vamos fazer um trabalho junto aos membros da Comissão para estarem presentes aqui, porque certamente é uma das pastas mais importantes do Estado para o desenvolvimento do nosso país. Evidentemente, nós aqui do Senado temos que estar sintonizados com isso daí.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às treze horas e seis minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Margareth Buzetti, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Giordano, Carlos Viana, Dr. Samuel Araújo, Jaques Wagner, Vanderlan Cardoso, Beto Faro e Rogerio Marinho, e ainda dos Senadores Alan Rick, Izalci Lucas e Davi Alcolumbre, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Marcos do Val, Leila Barros, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (Dia Mundial da Água)**, atendendo ao requerimento REQ 11/2023 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater a Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado dia 22 de março. **Participantes:** Sr. Warley Marcos Nascimento., Chefe Geral da Embrapa Hortaliças (representante de: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa); Sr. Carlos Eduardo Pacheco Lima, Pesquisador da Embrapa Hortaliças; Sr. Wendel Vanderlei Lopes, Coordenador do Projeto e regulador de serviços públicos da ADASA - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (representante de: Projeto Produtor de Água no Pipiripau/DF); Sr. André Azevedo Rocha, Coordenador Técnico do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA (representante de: Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)); Sra. Bruna Sobral, Gerente de Planejamento Socioambiental (representante de: Organização de Conservação da Terra (OCT)); e Sra. Patrícia Boson, Engenheira Civil e Especialista em Recursos Hídricos. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 22 de março de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, aspas, "debater a segurança hídrica e mudanças climáticas em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado no dia 22 de março", fecho aspas, em atenção ao Requerimento nº 11, de 2023, de autoria da Presidente desta Comissão, Senadora Leila Barros.

Participam, por videoconferência, o Sr. André Azevedo Rocha, Coordenador Técnico do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, representando a Articulação Semiárido Brasileiro; a Sra. Bruna Sobral, Gerente de Planejamento Socioambiental, representando a Organização de Conservação da Terra; a Sra. Patrícia Boson, Engenheira Civil e Especialista em Recursos Hídricos.

Presencialmente, estão conosco, e podem vir tomar lugar à mesa: o Sr. Warley Marcos Nascimento, Chefe Geral da Embrapa Hortaliças; o Sr. Wendel Vanderlei Lopes, Coordenador do Projeto Produtor de Água no Pipiripau/DF e regulador de serviços públicos da Adasa (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal). Informo também que foram convidados a se fazerem representar a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Oceana. Infelizmente, não puderam comparecer a essa audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que essa reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos – dez minutos. Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Senhoras e senhores, passamos um tempo bastante obscuro para as políticas públicas na área do meio ambiente e, por conseguinte, para a proteção dos recursos hídricos nacionais.

Era o momento de, abro aspas, "passar a boiada". Expressão que se tornou famosa na boca da maior autoridade ambiental do Governo Bolsonaro.

Esse desmantelamento de políticas públicas na área do meio ambiente traduziu-se no desmonte das estruturas estatais de fiscalização e de vigilância – Ibama, ICMBio, Funai, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também repercutiu na fragilização da defesa dos povos tradicionais que exerciam o domínio territorial sobre áreas de interesses de atividades ilegais, muitas vezes tendo como resultado crises humanitárias agudas como a tragédia dos povos ianomâmis.

O Brasil, país invejado em todo mundo pela riqueza de seus recursos hídricos, sofreu intensamente com os resultados dessa política de terra arrasada.

O garimpo ilegal deixou um rastro de devastação, produzindo impactos ambientais gravíssimos com desmatamento descontrolado; a contaminação dos rios e das populações urbanas, indígenas e ribeirinhas, que se serviam da água para o consumo e dos peixes como alimento.

O desmatamento ilegal, a grilagem, a invasão de terras naturais, de terras indígenas, de florestas públicas ameaçaram o delicado equilíbrio de nossas bacias hidrográficas, comprometendo nascentes e Áreas de Preservação Permanente (APPs), contribuindo para a poluição dos rios com agrotóxicos, a retração do espelho d'água, o rompimento do delicado equilíbrio dos biomas, o aumento na incidência de eventos climáticos extremos cada vez mais recorrentes e que se traduziram em tragédias humanas, a exemplo do que aconteceu no litoral paulista e em várias áreas urbanas nesse último verão.

O Governo Lula elegeu-se como uma plataforma política de combate a essa sanha destruidora e negacionista. Esse é o momento, portanto, de escutar aqueles que não tiveram voz. Os que foram calados por um sistema opressivo e repressor das liberdades mais fundamentais.

Assim, convocar a ciência, os movimentos sociais e populares, as associações e instituições próximas do sofrimento das classes mais desfavorecidas é extremamente importante, pois revaloriza a opinião dos setores de nossa sociedade, cuja liberdade de expressão foi sistematicamente caçada.

Essa audiência celebra, portanto, o encontro do Brasil com sua alma, com o seu coração. Depois de tanto tempo convivendo com um regime de opressão, um regime que fazia ouvidos moucos à dor do brasileiro comum, um regime que não concedia nem observava o mais elementar direito de liberdade de expressão, este é o momento de a sociedade brasileira recuperar a sua voz, a voz dos oprimidos.

O Brasil voltou, senhoras e senhores, e nenhum lugar melhor do que o Parlamento para acolher a voz pública da nação. Este Parlamento, que esteve coagido por ameaças golpistas que intentavam estabelecer a volta do regime autoritário no fatídico 8 de janeiro, soube reagir, agrupando as forças democráticas e estabelecendo a democracia como fato consumado em nosso país.

O Parlamento brasileiro é a manifestação democrática do Brasil na sua diversidade. A diversidade só pode encontrar acolhimento na unidade de todos na defesa do Estado democrático de direito. Não há maneira melhor, portanto, de celebrar o Dia Internacional da Água do que abrindo o Parlamento brasileiro para a expressão de todos os que colaboram efetivamente para a proteção de nossos recursos hídricos.

Muito obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feitas essas considerações iniciais, passo a palavra ao Sr. Vanderlei Marcos Nascimento, Chefe-Geral da Embrapa. Perdão! É Warley. Perdão! É o Sr. Warley Marcos Nascimento. Perdão, Warley!

Com a palavra, Warley.

O SR. WARLEY MARCOS NASCIMENTO. (Para expor.) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Boa tarde a todos!

Eu o cumprimento pela iniciativa e também estendo os nossos cumprimentos, da Embrapa, à Senadora Leila Barros por essa iniciativa com esse tema extremamente importante de recursos hídricos e mudanças climáticas.

Estamos aqui representando o Presidente da Embrapa, Dr. Celso Moretti, que, por questão de agenda, não pôde comparecer. Mas é um tema pelo que nós temos muito apreço. É um tema bastante importante, que é trabalhado, digo, por centenas de projetos nas 43 unidades da Embrapa espalhadas por este país, desde a conservação de florestas nos nossos biomas, na captação de recursos hídricos, de água, pelos nossos produtores, no uso melhor e mais eficiente da água na irrigação, nos nossos programas de desenvolvimento de cultivares, com mudanças climáticas também – as temperaturas têm aumentado, a seca tem aumentado e a Embrapa tem, no seu radar, desenvolvido variedades para esses biomas, para esses sistemas de produção e para essas regiões mais afetadas devido às mudanças climáticas.

Um exemplo aqui, Senador.

No seu estado, é muito importante a produção de tomate em Venda Nova do Imigrante. Com essas mudanças climáticas, apareceu uma nova raça de doenças no tomateiro. Imediatamente nós trabalhamos com o nosso corpo técnico e desenvolvemos hoje uma variedade que é tolerante a esse fungo, e, com isso, o produtor consegue produzir satisfatoriamente e com menor utilização, inclusive, de insumos e defensivos químicos.

Eis apenas um exemplo do que na Embrapa tem sido feito. É claro também que tem trabalhado no reuso de água na agricultura.

Eu gostaria de compartilhar a nossa apresentação e chamar aqui o nosso pesquisador Carlos Pacheco. Ele vai dar mais detalhes dos nossos programas, dos nossos projetos dentro da Embrapa.

Por favor, Pacheco.

Agradeço, e estaremos à disposição de todos para algum eventual questionamento.

Obrigado, Senador.

O SR. CARLOS EDUARDO PACHECO LIMA (Para expor.) – Primeiramente, boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço pela confiança, Dr. Warley. Agradeço o convite, Senador Contarato e Senadora Leila. A ideia aqui é fazer uma rapidíssima apresentação sobre o que há de mais recente no contexto das mudanças climáticas e como a Embrapa vem atuando nesse sentido para adaptar a agricultura brasileira a esses novos cenários.

Bom, vamos lá. Eu acabei tendo que fazer uma modificação de última hora na apresentação, porque o IPCC, que reúne, o painel de especialistas em mudanças climáticas, publicou, há dois dias, um relatório, um novo relatório, com algumas informações interessantes.

Basicamente, um resumo do que consta nesse relatório. Nós já observamos, em relação a um período de referência, de 1850 a 1900, um aumento de temperatura de cerca de 1,1ºC. Cabe lembrar que o próprio IPCC define como um número limite, para que a gente não observe situações catastróficas em termos climáticos, o valor de 1,5ºC de aumento da temperatura, o que significa que nós já estamos muito próximos dessa realidade. Além disso, o aumento, o aquecimento, tem sido maior sobre os continentes do que sobre o oceano, o que impacta significativamente a atividade agropecuária.

Os principais responsáveis pelo aumento da temperatura, inequivocamente, são as emissões humanas de gases de efeito estufa. E, para se ter uma ideia de como essas atividades têm contribuído com o aumento da concentração desses gases, entre 1850 e 1989, ou seja, em um período de 139 anos, 58% desses gases de efeito estufa foram lançados na atmosfera e, entre 1990 e 2019, no período de apenas 29 anos, tem-se um lançamento de cerca de 42% da concentração observada atualmente de gases de efeito estufa, o que demonstra claramente a aceleração desse processo.

Além disso, em 2019, observou-se um pico de concentração de CO_2 na atmosfera de 410 ppm. Esse valor é maior do que aquele observado nos últimos dois milhões de anos no planeta. Da mesma forma, observou-se um aumento, e o atingimento de concentrações de metano e de óxido nitroso, que alcançam valores maiores nos últimos 800 mil anos de história do planeta.

No *ranking* dos maiores emissores, o Brasil tem figurado entre quarto e quinto maior emissor mundial, o que mostra a importância de ações de redução das emissões de gases de efeito estufa dentro do nosso país. As consequências são muitas em termos de mudança do clima.

Focando agora em recursos hídricos, nós teríamos ali principalmente a ocorrência de eventos extremos, de calor, a ocorrência de eventos extremos de chuva, de seca e todos os impactos que tudo isso aí acaba ocasionando, por exemplo, na agricultura.

Quando se observa a vulnerabilidade das regiões mundiais, observa-se claramente que África, Ásia, América Central e do Sul, pelo menos parte desses continentes, apresentam aí uma possibilidade muito grande de estarem num futuro aí próximo em insegurança hídrica e alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as principais mudanças sobre os recursos hídricos são as alterações na disponibilidade hídrica, alterações na qualidade da água, aumento no nível do mar, impactos sobre a biodiversidade aquática, maior ocorrência de chuvas intensas e também alterações nos regimes de chuvas, maior ocorrência, duração e intensidade dos eventos de seca, além de alterações também na umidade do solo. Todos esses aspectos aqui com impacto potencial sobre a atividade agropecuária.

Quando se observam aqui os cenários traçados pelo IPCC, mostra-se claramente que o Brasil situa-se numa região onde possivelmente ocorrerá uma redução dos níveis de precipitação no futuro próximo, com reflexo também no teor de umidade dos solos, que são duas variáveis com um potencial muito grande de atingimento e de geração de impacto negativo sobre a agricultura.

Quando se trata de ocorrência dentro dos biomas brasileiros ou dentro das regiões brasileiras, eu trago aqui um resumo que acho muito interessante do colega Márcio Soares, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, onde ele mostra, detalha para a Região Norte, por exemplo, a possibilidade de maior ocorrência de eventos extremos de chuva e seca, as condições favoráveis para queimada sendo potencializadas; na Região Centro-Oeste, também maior ocorrência de eventos extremos de chuvas e secas, maior taxa de evaporação e veranicos com ondas de calor; na Região Nordeste, uma possibilidade de desertificação de parte da região semiárida, a alta taxa de evaporação também sendo observada e maior escassez de água; e, nas Regiões Sudeste e Sul, também incrementos principalmente de ondas de calor e de eventos extremos de chuva, além da possibilidade de potencialização dos eventos de seca, também trazendo prejuízos para a atividade agropecuária.

Trazendo aqui agora para a realidade da Embrapa e trazendo algumas das ações que a empresa vem adotando para a adaptação da agropecuária brasileira, nós temos a atuação da empresa no desenvolvimento de sistemas conservacionistas de produção, como a integração lavoura-pecuária-floresta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO PACHECO LIMA – Já estou acabando. É o último eslaide.

Também temos a participação no desenvolvimento de sistemas, como plantio direito de hortaliças, atingindo também a agricultura familiar dentro desse contexto, os trabalhos da Embrapa destinados à produção de Carne Carbono Neutro, a adaptação de sistemas de produção com desenvolvimento de sistemas como as fazendas verticais e o cultivo protegido, que tem a potencialidade, o potencial de economizar até 95% da água gasta nos sistemas convencionais de produção.

O trabalho da empresa também é fornecer, para comunidades rurais, tratamento de esgoto e também a possibilidade de reutilizar essa água, esse esgoto tratado, na agricultura, gerando, então, economia no uso dos recursos hídricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, um trabalho já intenso é o zoneamento de risco agroclimático e o desenvolvimento de sistemas de irrigação mais eficientes.

Era isso. Agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Sr. Carlos Eduardo Pacheco Lima, por sua contribuição.

Imediatamente, eu concedo a palavra ao Sr. Wendel Vanderlei Lopes, Coordenador do Projeto Produtor de Água e Regulador de Serviços Públicos da Adasa (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal).

O SR. WENDEL VANDERLEI LOPES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

É um prazer estar aqui representando este projeto de que eu tenho muito orgulho de participar. Gostaria de agradecer à Comissão, na figura do Senador Fabiano, e à Embrapa, aqui também, que é um dos parceiros do nosso projeto.

Como é que coloco e disponibilizo a apresentação, por favor?

Eu tenho muito orgulho de participar deste projeto. A gente está falando da questão ambiental, mas este é um projeto mais do que ambiental, ele busca a sustentabilidade, porque sempre se fala na questão... O nome do projeto fala – produtor de água –, mas a gente busca mais do que a produção de água, a gente busca a manutenção da produção agrícola.

Quem iniciou este projeto, esta ideologia foi a ANA (Agência Nacional de Águas), em 2001, e um dos principais pontos, que mais chama atenção, é a questão do PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), só porque o PSA é, basicamente, um pequeno percentual que é gasto nesse investimento, de aproximadamente 10% a 15%. A maioria dos investimentos são em ações que, realmente, têm um impacto benéfico na água, na qualidade e na quantidade de água.

O projeto investe na preservação da quantidade e qualidade dos recursos hídricos. Por meio do programa, os produtores recebem apoio técnico e financeiro para implementações de práticas conservacionistas.

Em 2011, esse projeto chega aqui ao DF, com a implementação na Bacia do Pipiripau. O projeto iniciou-se com a assinatura do acordo de cooperação técnica com 13 instituições parceiras e, hoje, nós atuamos com 17 instituições parceiras, sendo que, além dessas instituições parceiras, temos o principal parceiro, que é o produtor rural.

O produtor que está lá no campo é a parte essencial do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui está a bacia de trabalho que a gente desenvolve. É uma bacia, no nordeste do Distrito Federal, que tem uma área de 25 mil hectares, sendo que 23,2 mil hectares dentro do Distrito Federal. É esta área que é a nossa área de trabalho e aproximadamente 70% dela é de agricultura e pecuária. Então, a gente sabe da importância da questão de trabalhar a produtividade, a produção agrícola nessa área, porque não é simplesmente a parte de reflorestamento. Na maioria dos projetos ambientais, foca-se na parte de reflorestamento, e percebe-se que a grande maioria da área é área de produção. Como a Embrapa mesma falou, é a questão dessa importância de ter metodologias de produção menos impactante.

Com isso – chegamos aqui à missão e à visão do projeto –, o projeto tem a visão de promover, em parceria com a sociedade, a melhoria das condições ambientais e hidrológicas da Bacia do Pipiripau, contribuindo para a sua gestão sustentável e vocação rural. Um dos principais pontos da nossa visão é o quê? É manter a vocação rural. A gente sabe, quem é do DF sabe o dificultador que é a questão do parcelamento irregular. Então, um dos pontos em que a gente mais trabalha é buscar a manutenção do produtor na área, ele produzindo os alimentos que são essenciais aqui para a gente do DF, porque, normalmente, grande parte dos alimentos vem de fora do Distrito Federal. Com isso, a gente consegue aqui perto grande parte dos alimentos para o DF. A Bacia do Pipiripau é a grande responsável pela produção de hortifrútis.

A missão: readequar ambientalmente a bacia, com reflexos positivos na qualidade e quantidade de água, utilizando práticas conservacionistas e ações que integrem produtores rurais, usuários de água e parceiros na busca de soluções ambiental e economicamente sustentáveis.

As ações do projeto.

O projeto conta com três linhas de atuação. A primeira linha, que eu considero até que é uma das principais, é que a gente foca nas ações de conservação de solo e água. A gente trabalha nas estradas, fazendo terraceamento, as curvas de nível, dentro da área produtiva, evitando o carreamento de solo. Por quê? Um dos pontos mais prejudiciais aos rios de forma geral é o quê? É o solo descoberto. Se vem uma chuva, ela vai carrear esses solos, provocando erosões, assoreamento dos rios. Então, a gente trabalha nessa linha.

Outro ponto. O que acontece? Com essas ações, os terraços, as reformas das estradas de forma geral, isso favorece a infiltração da água, e a consequência é a recarga do lençol freático. Por quê? A época em que a gente mais precisa da água, vamos dizer, é no período de seca, quando tem menos disponibilidade. Com essas obras estruturantes, a gente consegue manter essa água na bacia, e ela vai recarregar o lençol, estando disponível para a gente na época mais crítica.

Outra linha de trabalho que a gente também tem é a parte de reflorestamento. A gente faz a questão tanto de reflorestamento dentro dos 20% que o Código Florestal estipula no Cerrado... E, além disso, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtor que tem mais do que os seus 20% e quer manter, quer preservar. A gente trabalha atuando também nessas áreas, fazendo o cercamento, o enriquecimento dessas áreas, aumentando a variedade de espécies.

Outro ponto que eu acho extremamente interessante: o projeto é de adesão voluntária. O produtor entra por livre vontade, e, quando ele entra, ele quer permanecer. Muita gente pensa que é por causa do PSA, que é o Pagamento por Serviços Ambientais, mas o PSA... Muitos produtores que estão no projeto, que trabalham com a gente no projeto, já investiram mais do que receberam com o PSA. Então é o quê? É uma mudança de visão do próprio produtor, porque o produtor... Muitas vezes a gente escuta o quê? "O produtor está degradando, o produtor está desmatando", enquanto que, nesse projeto, a gente vê a importância do produtor, o tanto que o produtor pode trabalhar em conjunto, em parceria com a gente, realmente conservando o local, sendo uma área mais sustentável.

Aqui são imagens de ações que a gente desenvolveu. Aqui do lado esquerdo é a questão dos terraços; do lado direito tem uma estrada – cortou um pouco a imagem, mas tem uma estrada –, tem os peitos de pombo. Peito de pombo seria estilo quebra-molas, em que ele vai direcionar o fluxo da água para os baciões. Nesses baciões vai ser forçada a infiltração e ser feita a recarga do lençol freático.

Aqui são ações de plantio, pessoal. A gente também tem ação de educação ambiental, em que a gente leva crianças... Normalmente a gente faz com escolas do Distrito Federal, tanto públicas como privadas. A gente leva as crianças para fazerem o plantio. Esse rapazinho aí é da comunidade, a gente fez um plantio com as crianças da comunidade. Foi superinteressante e foi muito bonito. Por quê? A gente só vai mudar o futuro se a gente começar com essas crianças, começar com as crianças.

Aqui tem três imagens. Uma é da criança fazendo o plantio. Eram várias crianças, mas essa aí foi a que mais me marcou no dia. A produção de mudas, que a gente faz na Granja do Ipê. A Secretaria da Cultura é outro parceiro. E aqui é uma área de plantio, onde a gente fez o plantio.

Outra ação em que a gente se envolveu e que é muito importante foi no canal de irrigação Santos Dumont. Esse canal tem uma linha de 18 quilômetros. A gente tubulou esse canal, 18 quilômetros, um pouco mais de 5 milhões de investimento. Teve várias fontes de recursos, inclusive do Comitê de Bacias, 96 propriedades beneficiadas, mais de cem famílias nessas propriedades – são pequenas propriedades de sete hectares. Com isso, a gente conseguiu aumentar a disponibilidade hídrica de mais de cem litros por segundo para a captação da Caesb, que abastece Planaltina e Sobradinho – cem litros por segundo representa o abastecimento de uma cidade de aproximadamente 70 mil habitantes.

Aqui são números de contratos. Hoje a gente tem 210 contratos já assinados com os produtores. Esses são todos os parceiros do projeto.

Quero agradecer. Muito obrigado, pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Wendel Vanderlei Lopes.

Realmente, quando eu vejo a imagem ali... Ter a efetivação de um projeto vinculado à educação ambiental para mim é de fundamental importância.

Aliás, eu trago minha experiência como delegado aqui. Existem três fatores que para mim são essenciais para você mitigar qualquer crime, em qualquer área: fiscalização, educação e uma legislação mais eficiente. Se o poder público falha na fiscalização, se o poder público falha na educação e se o Parlamento falha na legislação, são elementos, são combustíveis para que a gente, infelizmente, tenha esse ataque em qualquer área.

Se você pegar a Lei 9.605, que é a Lei de Proteção Ambiental, você teve uma inovação, quanto à Constituição Federal, que foi a possibilidade de você responsabilizar penalmente pessoa jurídica. Isso é uma das poucas exceções que nós temos. Se você pegar... Porque, normalmente, a responsabilidade penal, a pena não passa da pessoa do delinquente, ela é pessoa física, e lá você tem... Se você pegar o crime do art. 54, crime de poluição, você vai ter a possibilidade de condenar não só a pessoa física, mas também a pessoa jurídica. Então, foi um dos grandes avanços, mas nada disso se sustenta se não tivermos uma educação ambiental.

Então, por isso, quando falo em educação ambiental, quando vejo a imagem daquela criança, eu lembro do meu filho Gabriel e da Mariana e falo assim: "Meu Deus! Eu quero que meus filhos sejam assim. Eu quero que eles trabalhem e que eles lutem por isso." E isso em todas as áreas.

Se você pegar no trânsito, por exemplo, na Lei de Trânsito – eu fui delegado por muito tempo –, você tem o art. 76: "A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus [...]."

Se você pegar ali... Se você tiver um departamento de educação ambiental, se você tiver um plano de combate ao desmatamento – há vários instrumentos –, se você fortalecer os órgãos de fiscalização, projetos como este eu não tenho dúvida do êxito que vão ter.

Então, parabéns, Wendel, pela sua colaboração!

Todos vocês que estão aqui, desculpem-me por ter me alongado na minha fala, mas é porque, quando toca na pauta da educação, eu acho que isso passa por tudo. Se o Estado fiscalizasse, se o Estado educasse e se nós tivéssemos efetivamente um cumprimento da legislação em todas as áreas, nós teríamos um Brasil muito melhor – eu não tenho dúvida disso.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. André Azevedo Rocha, que está no sistema remoto, para, em até dez minutos, fazer a sua manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ AZEVEDO ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa e todos que estão escutando ou assistindo neste momento a esta importante audiência.

Aqui vou explanar um pouco em nome da Articulação Semiárido Brasileiro, uma rede composta por, aproximadamente, 3 mil organizações da sociedade civil, que atua, sobretudo, em processos de formação, de mobilização social e de incidência para a promoção de projetos, programas, seja no controle social, na própria proposição ou na própria execução de programas, ações, projetos e iniciativas no âmbito da convivência com o Semiárido. É um projeto político em construção há pelo menos três décadas como forma de superação das problemáticas e de potencialização de tudo que existe de bom no Semiárido brasileiro, que congrega aí uma grande área de dez estados do Nordeste, incluindo também o norte de Minas Gerais.

Vou fazer aqui o compartilhamento de tela para facilitar o nosso diálogo de dez minutos. (*Pausa.*)

Consegue aparecer aí para vocês?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeitamente.

O SR. ANDRÉ AZEVEDO ROCHA (*Por videoconferência*.) – Bom, então, esta audiência tem grande importância, sobretudo neste dia simbólico, que marca 22 de março como o Dia Mundial da Água, dia de defesa, de reflexão, de luta e de memória sobre esse direito que, infelizmente, ainda é negado a muita gente, inclusive à biodiversidade, o direito à água para as pessoas, mas também para toda a natureza com seus componentes, seus integrantes. E é uma oportunidade para a gente compartilhar e refletir de fato sobre o acesso à água, a gestão da água e a garantia desse direito sagrado, que é um direito à própria vida.

Vamos ver se a apresentação passa. (*Pausa.*)

Bom, aqui é uma demonstração do território, na cor amarela, que nós chamamos de território semiárido, em expansão, por conta das mudanças climáticas, território que tem o tamanho equivalente ao da Alemanha e França juntas, com mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, 1.260 municípios – agora, com a última atualização, já vamos para mais de 1,4 mil municípios –, 28 milhões de pessoas, 13% da população brasileira, o Semiárido mais populoso do mundo, mas também o mais chuvoso. E as secas, de grande ocorrência, são naturais, de modo que, desde a colonização, já se contabilizam mais de 70 secas, sejam elas anuais, na casa dos 40 eventos, sejam plurianuais, em mais de 30.

Os problemas, de fato, não decorrem sobretudo da seca em si, mas da ausência de políticas públicas compatíveis com essa realidade de oito meses em que se obtém recarga das fontes naturais ou artificiais a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir da chuva, e pelo menos oito meses sem abastecimento por conta da estiagem natural, e que pode se agravar nesse processo de mudanças climáticas.

E a lição, a inspiração pode vir ou vem da própria natureza se a gente parar para refletir, por exemplo, o que faz o umbuzeiro, essa planta nativa típica da Caatinga, um bioma exclusivamente brasileiro. Ela tem, na sua essência, a capacidade de estocar água nas suas raízes, que funcionam como verdadeiras cisternas para utilizar no período em que não há chuva; planta que tem a habilidade e a capacidade de perder suas folhas para evitar a desidratação e evitar a seca da sua cisterna no período em que não há chuva e utilizar água sobretudo para a sua função mais nobre, a reprodução no período da primavera.

Então, essa inspiração da captação de água de chuva, que é uma das linhas de ação da Articulação Semiárido Brasileiro, digamos, pode vir a ser vista, melhorada ou adequada a partir das próprias iniciativas da natureza, por exemplo, observando plantas como o umbuzeiro. E daí nós destacamos essa cultura da captação e do estoque de água, sobretudo da chuva, que chega a todo e qualquer lugar, gratuita e com qualidade significativa, comparada a outras fontes. E, assim, essa política e essa cultura da captação de água de chuva, em construção há mais de três décadas, é uma das nossas bandeiras na proposta e no projeto de convivência com o Semiárido; mas, diga-se de passagem, não basta apenas o estoque de água, mas também de comida, de alimento, de semente, sobretudo terra em tamanho apropriado para poder desenvolver essas ações que garantem, dentre outros direitos, o direito à água.

E o saneamento, que envolve não somente a vertente do acesso à água, pode nos ilustrar as diferenças sociais que existem no Brasil. E isso pode acontecer em qualquer parte do mundo; mas, olhando para o Brasil, há uma diferença gritante no tocante à garantia e à segurança hídrica. Então, nós temos uma diferença enorme comparando o Norte e o Nordeste à Região Sudeste, por exemplo, e a média de brasileiros que dispõem, que acessam o sistema de saneamento. E, assim, nós trabalhamos também nesta perspectiva de redução das desigualdades sociais neste país.

E, nessa política do saneamento, considerando que em nenhuma das vertentes que são do abastecimento de água potável, e que, em comunidades difusas, sobretudo o público da Articulação Semiárido Brasileiro, que são as comunidades rurais, o abastecimento de água pode se dar também através da cisterna, nós podemos dizer que a rede vem contribuindo e colaborando com ações de acesso a água de uso doméstico, que é uma das vertentes do saneamento, além de contemplar, no seu processo de formação, de assessoria, de mobilização e de intercâmbio de conhecimentos, outras vertentes de saneamento, como é o caso da reciclagem, da reutilização de material orgânico, do próprio manejo das águas pluviais, seja para evitar inundações, seja para otimizar e potencializar atividades produtivas a partir do desvio e captação em estoque também das águas pluviais, que no campo quase sempre é uma solução, em vez de problema.

E, por fim, nós queremos destacar como proposição, sobretudo considerando o agravamento das crises hídricas e o aumento da sua ocorrência, nós queremos chamar a atenção para esta necessidade que temos hoje de garantir não somente o abastecimento de água, mas também a coleta e o tratamento de esgoto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no meio rural para além do meio urbano, que já é deficitário. Mas a gente não vê ações concretas no meio rural, e isso é uma das proposições que a rede vem fazer e reivindicar, como uma forma de otimizar o uso das águas existentes, além de ampliar a disponibilidade, fazendo, por exemplo, a reutilização de esgotos para fins agrícolas no meio rural. Então é uma inovação que a gente vê necessária nesse novo contexto.

E garantir também água para outros fins, não é? Nós temos avançado, temos visto evolução no abastecimento de água por 1,2 milhão de cisternas, somente no Semiárido, que mudaram a vida, reduziram a sede, reduziram a fome, reduziram a ocorrência de saques, a ocorrência de migrações, reduziram mortalidade infantil, certamente junto com outras políticas, como acesso a educação, alimento, distribuição de renda, mas o acesso à água fez uma grande diferença nessa transformação do Semiárido.

E tem se evoluído, apesar do déficit de 350 mil famílias que não têm ainda a primeira cisterna; tem se evoluído em outras fontes de abastecimento, como, por exemplo, com água de produção, onde mais de 200 mil famílias já tiveram acesso a cisterna em volume maior de água, para melhoria da sua alimentação, e assim contribuindo para a segurança alimentar e nutricional e até mesmo a renda, com a venda, por exemplo, de excedentes dos quintais produtivos feitos no entorno da casa. Mas há um déficit ainda de pelo menos 800 mil famílias, somente no Semiárido, que ainda não dispõem dessa água para a produção de alimentos.

E nós queremos também lembrar que, para além da água de uso nobre como consumo e preparo de comida, e além da água de produção de alimentos para garantir sobretudo frutas, alimentos que se comem cru e assim garantir também a saúde nutricional das pessoas, há um déficit muito grande no abastecimento de água para uso doméstico, para o banho, para lavar roupa, de que muitas famílias não dispõem. Então, nós precisamos avançar em garantir água na quantidade, na qualidade, na regularidade que é necessária, e para todas as finalidades, incluindo também água para a natureza.

E para isso, na defesa de manter a Caatinga em pé, podemos falar da necessidade de manter a vegetação de outros biomas, mas aqui queremos dar destaque ao programa Recatingamento, que é uma proposta de iniciativa popular de conservação, de uso sustentável da Caatinga, em que, além de gerar renda e alimento, converte água que iria para a enxurrada em água de estoques, mantendo aí as fontes naturais também vivas: nascentes, poços e cacimbas, que também são formas de abastecimento.

Então, queremos lembrar da existência de programa de saneamento rural, que nós esperamos pela sua concretização. Queremos lembrar que a sociedade civil quer e deseja participar também da execução de ações e isso já está amparado, por exemplo, com as instruções operacionais já disponíveis para algumas das tecnologias do programa, e dizer que a ASA vem acumulando experiências de manejo também; não só de abastecimento de água, mas de manejo de esgoto para fins de reuso agrícola, em escala familiar e comunitária, o que pode colaborar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa carta pode ajudar a aprofundar o conhecimento das ações da ASA, e a gente deseja que a política de convivência seja efetivada como uma política pública federal para nortear, para incrementar todas essas ações.

Aqui a gente agradece pelo espaço e fica disponível para as interações.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. André Azevedo Rocha, por sua contribuição.

Neste momento, eu concedo a palavra, no sistema remoto, à Sra. Bruna Sobral.

A SRA. BRUNA SOBRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Em nome da Organização de Conservação da Terra, eu gostaria de agradecer à Comissão de Meio Ambiente pelo convite para participar e compartilhar um pouco da experiência da instituição nos projetos que temos desenvolvido aqui na região, com foco em segurança hídrica e mudanças climáticas.

Gostaríamos de compartilhar com os presentes um pouco do papel do programa de serviços ambientais e suas contribuições para a segurança hídrica e as mudanças climáticas. A OCT é uma organização da sociedade civil que atua há 22 anos aqui na região do Baixo Sul da Bahia propondo modelos que integrem as questões socioeconômicas e ambientais, com foco em tecnologia de baixo impacto.

Essas quatro imagens ilustram bem um pouco do trabalho que a instituição desenvolve, atuando especificamente em duas frentes de trabalho chamadas de conservação ambiental e conservação produtiva, que atuam sinergicamente na unidade produtiva buscando integrar uma agenda ambiental à agenda econômica, para promover o desenvolvimento sustentável.

Essas quatro imagens pertencem a uma mesma propriedade rural que não chega a quatro hectares em sua totalidade e que em 2012, quando iniciamos os projetos, não tinha nenhuma área produtiva e nenhuma proteção da sua nascente e de seus recursos hídricos. As ações da conservação ambiental inicialmente começaram a desenvolver projetos de restauração, de recuperação, através de uma iniciativa disponível no *site* da OCT, de calculadora de emissões de carbono chamada Carbono Neutro Pratigi, onde voluntários calculavam sua pegada de carbono e faziam essa neutralização. Isso permitiu com que fizéssemos a recuperação dessa APP e, em seguida, mais um hectare de sistema agroflorestal foi implantado, promovendo um abraço verde logo no entorno dessa restauração. Um projeto financiado pelo Governo do Estado da Bahia, Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional, em que o cacau, que é o principal cultivo, vocação aqui da região, era espécie-âncora, tendo outras cinco espécies perenes, pelo menos, que seriam produtoras, geradoras de renda para a família, além de promover os benefícios do sistema agroflorestal para recomposição ali daquele espaço.

Na última imagem, temos o proprietário, o Sr. Jovan Nascimento, conhecido como Branco, que, em três anos consecutivos de acompanhamento, conseguiu uma produtividade de 140 arrobas por hectare,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa propriedade em numa região onde a média da produção é de 30 arrobas por hectare. Então isso mostra, evidencia que as ações de conservação ambiental e de recuperação dos mananciais e a integração com a parte produtiva têm, sim, esse potencial de trazer segurança, de gerar renda. Além das iniciativas que podem ser vistas nessas imagens, também ocorrem: a assistência técnica com foco em manejo; o manejo com foco em proteção da água e do solo; ações de educação, é uma região que recebe muitos jovens e estudantes tanto de escolas técnicas como escolas fundamentais do município e da região como um todo; tem também atividades de saneamento rural nessa propriedade, em que foi feito, através de uma tecnologia de fossas sépticas econômicas de baixo custo e de alta eficiência, o tratamento desse resíduo.

Todas essas ações fazem parte da estratégia que a instituição desenvolve, dentro da linha do programa de serviços ambientais, que é instrumentalizado pelo pagamento por serviço ambiental, que nós entendemos aqui que tanto pode ser financeiro como não financeiro. Essas ações de saneamento, de assistência técnica e de restauração também são formas de pagamento por serviço ambiental não financeiro, como nós trabalhamos aqui.

Nessa estratégia, o primeiro ponto é a definição dessa unidade de paisagem. Trabalhamos especificamente nas microbacias hidrográficas, preferencialmente priorizando aquelas microbacias que são responsáveis pelo abastecimento público. Então é feito todo um diagnóstico, um mapeamento de passivos ambientais, de potencialidades das demandas locais para então, através de um arranjo institucional – em que a gente tem parceiros da iniciativa pública, privada, terceiro setor –, a comunidade local e organizações também presentes na região têm atuado para o desenvolvimento dessas estratégias; as definições das boas práticas que serão adotadas, além das citadas, como também já apareceu nas apresentações anteriores: adequação de estradas, terraços, saneamento, a parte produtiva, educação, tudo isso dentro desse planejamento; e, por fim, a busca por parceiros investidores, que vão viabilizar a execução desses projetos na região.

Contextualizando um pouco nessa linha do tempo: todo esse projeto teve início em 2012, no que a gente chamou de Fase 1. Uma estratégia piloto desenvolvida pela OCT, no mecanismo de PSA privado-privado, em que foi feito todo o trabalho em duas microbacias aqui na região: as Microbacias Mina Nova e Vargido. Ainda nessa primeira fase, tivemos o reconhecimento como Produtor de Água, pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

No ano seguinte, foi iniciada essa segunda fase do projeto e, já com esse reconhecimento, passou a ser chamado Produtor de Água Pratigi, em que foi feito mais um ajuste metodológico nessa tábua de valoração junto com outros parceiros que entraram no processo, entre eles, a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, na definição e ajustes da metodologia do Projeto Oásis. E aí também foi um investimento privado-privado já na Microbacia Alto Juliana e Riachão, todas aqui na região da APA do Pratigi, Baixo Sul da Bahia, no Município de Igrapiúna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E veio a consolidação no ano seguinte, em 2014, com o *case* Ibirapitanga. Ibirapitanga foi o primeiro município da Bahia a aprovar uma lei municipal de PSA e já iniciar um mecanismo público-privado no repasse dos recursos financeiros e na gestão dessa política municipal de PSA. E aí nasce o Produtor de Água Ibirapitanga.

Atualmente, nós estamos nessa fase de multiplicação dessa tecnologia, na parte de reaplicação, e temos aí o marco estadual com a Lei de PSA, do ano de 2015, que ainda não está regulamentada, mas tem se formado uma rede de PSA. Há um programa estadual de pagamento por serviços ambientais, que tem se articulado e capacitado municípios para descentralização dessa lei.

Então, hoje já somam 70 municípios capacitados; 22 municípios já possuem leis de PSA aprovadas no Estado da Bahia, e estamos trabalhando agora para que mais municípios comecem a implementar os seus programas a partir da experiência que a gente tem aqui na região de Ibirapitanga, em que a OCT atuou como mediadora em todo esse processo.

Alguns resultados ainda das Fases 1 e 2 do Produtor de Água Pratigi: nós contabilizamos 400 hectares de floresta nativa conservada, 61 nascentes restauradas, 50 famílias de agricultores beneficiados dentro dessa iniciativa piloto e mais 30 hectares de Sistema Agroflorestal, tendo o cacau como espécie âncora, implantados.

Os resultados do Produtor de Água Ibirapitanga, como uma política pública municipal: já conta com 315 famílias de agricultores beneficiados pelo programa, entre beneficiários do pagamento financeiro e não financeiro das iniciativas; 470 imóveis com o CAR – aqui no Estado da Bahia é o Cefir (Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais); 280 nascentes recuperadas; e 150 fossas sépticas instaladas nessa unidade já da Microbacia do Rio Oricó, que é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 80 mil pessoas na região.

Cabe um destaque aos parceiros que nos ajudaram a escrever essa história. Temos aí em diversos momentos alguns parceiros que foram entrando e outros que foram saindo do processo; outros permanecem conosco ao longo desse tempo, e, nesse fortalecimento cabe um destaque para o papel das universidades, especialmente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que tem buscado a validação científica das metodologias, especialmente de restauração florestal, que temos desenvolvido aqui no âmbito desse projeto.

Coloco-me aqui à disposição para tirar dúvidas e compartilhar mais dados e informações acerca da nossa experiência.

Muito obrigada pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Agradeço pelas suas palavras, Bruna.

Agora passo a palavra para Patrícia Boson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BOSON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Agradeço demais o convite.

Quero parabenizar a Senadora Leila Barros pela iniciativa muito importante e queria cumprimentar também o Senador Contarato, que estava aí presidindo a sessão há pouco tempo, pelo brilhante trabalho que ele fez, como Relator da lei da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

A Bruna acabou de apresentar o quão importante e promissora é esta agenda de como o Brasil pode realmente ser líder no que eu denomino economia verde e azul: a gente ter safras verdes a partir do PSA. Nós estamos precisando apenas de regulamentá-lo para que ele alcance mais resultados. E quero destacar a contribuição que a coalizão deu a respeito da regulamentação dessa lei.

Quero cumprimentar especialmente também o Leife e a Simone, os assessores desta importante Comissão, por terem colaborado com a troca de informações e nos preparado para este grande dia.

A minha fala tem a ver com a oscilação entre a racionalidade científica – representada destacadamente pelas ciências e conhecimento da física, da engenharia e da geologia – e a inquietude espiritual, religiosa, mágica, sensual e emocional do elemento água. Isso pode sintetizar para nós um pouco da complexa gestão desse elemento tão importante e vital. A gestão da água oscila entre a razão e a fé, a utopia e o bom senso, a justiça e a compaixão, e ainda entre a intuição e o conhecimento científico consolidado.

Eu tenho, na minha experiência profissional, acompanhado, visto – inclusive, participei da discussão da Lei 9.433, que gerou a política nacional de águas – que essa multivalência no cenário nacional atualmente, com boas exceções – a Adasa acabou de nos demonstrar isso no Estado do Ceará, e a Agência Nacional de Águas –, trouxe um perigoso afastamento do conhecimento científico consolidado para a gestão da água. O que eu quero dizer com isso? Que é notória a desproporção do conhecimento técnico-científico concentrado nas academias e em nossas associações e aqueles que os órgãos gestores competentes têm e aplicam.

O destaque aqui é para a ABRHidro – eu confundo porque sempre foi ABRH –, a Abas e a SME, que eu represento aqui, que são instituições, associações que concentram muito conhecimento técnico-científico e grandes profissionais na área.

E aí é ainda mais notório, em quase todas as unidades da Federação, a desproporção de profissionais formados no campo da hidrologia e da hidrogeologia disponíveis no mercado e que não estão, de fato, atuando nos órgãos gestores como agentes públicos, dando, então, esse descompasso.

Eu acredito que a boa gestão da água não está só na engenharia – a arte de engenhar soluções e não só a formação de engenheiro –, mas não está sem a engenharia, e é ao que estamos assistindo hoje. Os que me antecederam demonstraram isso muito claramente, com exemplos da boa engenharia aplicada. E repito:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o descompasso entre o desconhecimento técnico e as ferramentas disponíveis, especialmente hoje com tanto avanço tecnológico das informações processados, o geoprocessamento, que o Estado brasileiro não aplica, pode significar muito dos maus resultados que estamos vendo hoje.

A Medida Provisória 11.154 é, para nós, um retrato fiel desse descompasso, porque lá a gente pode averiguar um desconhecimento temático, na medida em que coloca o tema de gestão da água desconectado e espalhado por mais de sete ministérios. Eu brinco que cachorro com muito dono, não raro, morre de fome.

Então, a Sociedade Mineira de Engenheiros, que eu represento aqui, por sinal, enviou um manifesto para esta Casa a respeito disso.

E o tema segurança hídrica e mudanças climáticas se encaixa, de maneira clara, nessa visão que proponho aqui destacar. Segurança hídrica, num cenário de mudanças climáticas, está mais diretamente relacionada à água demais, que, só nesses dois últimos períodos de cheia matou mais de 500 pessoas no Brasil, além de tirar sonhos, aniquilar esforços, ou água de menos, que todos os anos maltrata, tira sonhos, sono e esforços de muitos.

A segurança e as mudanças climáticas estão relacionadas ao que eu penso que o Brasil deva priorizar na política de mudanças climáticas, que é a adaptação. Acho que a gente tem que investir mais tempo, dinheiro, esforço, mais do que no controle das emissões, nesta agenda: a adaptação.

Nesse cenário, quero aqui destacar as infraestruturas hídricas, como um meio de adaptação. E eu chamo de infraestrutura hídrica aquela estrutura hídrica, hidráulica, uma estrutura que dá forma, sustentação, que pode ser construída ou aperfeiçoada para alterar, acumular, interromper, medir, controlar, desviar ou conduzir o fluxo de água natural.

Podemos ter estruturas não convencionais, como são as soluções com base na natureza, podemos ter também medidas compensatórias e até de convivência, ou seja, toda ação que sustente, mantenha, construa uma estrutura que possa alterar, acumular, interromper, medir, controlar, desviar, conduzir o fluxo da água natural, ações de engenho com base no conhecimento técnico.

E por que eu estou destacando isso? Porque o volume de água é o mesmo no mundo. Desde que o mundo é mundo, não se cria água, e a água também não some. O que varia é o acesso a ela, a disponibilidade. Eu gosto de citar um exemplo prosaico aqui, da minha terra: o Rio Arrudas, que passa dentro de Belo Horizonte, é um curso d'água, mas a água não tem acessibilidade pela sua má qualidade.

O recurso hídrico é de ocorrência variável no tempo e no espaço. Ele não está disponível para mim o tempo todo no volume da demanda. Então, as variações, às vezes, são extremas, e agora, com o cenário das mudanças climáticas, mais severas e mais recorrentes. Eu defino, já defini como água demais e água de menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a prioridade é qualidade de vida, justiça social com equilíbrio ambiental, como tão bem meus antecessores colocaram aqui, vêm as estruturas hídricas convencionais, sim, mas também com base na natureza. O colega André colocou o grande aprendizado do umbuzeiro; a Adasa nos acrescentou um exemplo excelente também nessa linha de aprendizado com a natureza, e a Bruna finalizou também com um grande exemplo. Então, depende das condições biogeofísicas da região e da solução necessária.

Eu vou citar aqui, rapidamente, as mais conhecidas.

Primeiro, as barragens com as suas funções de armazenamento, energia, controle de cheias. Na linha do armazenamento, posso citar os assuntos tão importantes para o Nordeste. Na linha da energia, posso citar as nossas hidrelétricas, que colocam o Brasil na liderança de produção de energia limpa. Nos controles de cheias, é um exemplo mais difícil, porque é o que foi evitado; quase ninguém fica sabendo como é que foi a gestão de algum reservatório para que aquele desastre não acontecesse – é uma gestão para evitar que alguma coisa aconteça.

O mecanismo de captação e armazenamento de chuva é uma interferência, é uma infraestrutura, assim como as cisternas, toda a infraestrutura para abastecimento de serviço, de água e de esgoto. Mas eu quero tirar um *zoom* de uma, que é a questão da drenagem urbana, a importância do controle, o desvio e a condução do fluxo natural de água nas cidades para poder evitar mortes. Esse ponto, Senadores, colegas e quem aqui nos assiste, merece, inclusive, um destaque, porque é um patinho feio do serviço de saneamento, não é como a água, o esgoto e a coleta de lixos. Então, a infraestrutura hídrica é consequência de uma adequada e necessária gestão de recursos hídricos. Calamidade pública é a formalização do sofrimento de urbanidades e, volta e meia, nós temos municípios declarando calamidade pública por falta de água ou por excesso de água.

Segurança hídrica é segurança alimentar, segurança hídrica é segurança energética, segurança hídrica é qualidade de vida e é justiça social, como tão bem o André citou aqui. E a engenharia hídrica de qualidade disponível é a arte de gerar soluções para o bem de todos com equilíbrio ambiental.

Termino com uma frase de Pedro Abramovay e Gabriela Lotta no seu livro *A democracia equilibrista*: "Construir políticas públicas sem um trabalho técnico aprofundado permite que grupos de interesses sequestrem a agenda por completo além de diminuir as chances de alcançar os objetivos propostos".

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Obrigada, Patrícia, pelas suas considerações e palavras.

Bom, ouvimos já todos os que estavam inscritos para falar, e eu quero só fazer umas considerações finais aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, criou o Dia Mundial da Água em solo brasileiro. Todos os anos, a ONU propõe um tema para a discussão, sendo que, em 2023, a temática em questão é a Fábula do Beija-Flor.

> Era uma vez uma floresta, onde um incêndio teve início. Todos os animais fugiram para salvar suas vidas. Eles ficaram à beira do fogo, olhando para as chamas com terror e tristeza.
> Acima de suas cabeças, um beija-flor voava de um lado para outro em direção ao incêndio, repetidamente. Os animais maiores perguntaram a ele o que estava fazendo:
> – Estou voando até o lago para pegar água e usá-la [para combater o incêndio] [...].
> Os animais riram dele e disseram:
> – Você é louco! Você não vai conseguir apagar o incêndio!
> E o beija-flor replicou:
> – Estou fazendo aquilo que posso.

O beija-flor está ajudando a solucionar o problema, gota a gota. Ele está sendo a mudança que deseja ver no mundo. Você também pode ser um beija-flor. Cada atitude sua, não importa quão pequena seja, ajudará a solucionar a crise global da água.

Eu sou de um estado que tem a maior planície alagada do planeta, que é o Pantanal. Então, a gente sabe que a preservação dos nossos recursos hídricos é fundamental para que tenhamos um planeta saudável, para que as pessoas tenham água para consumir, inclusive para que tenhamos uma agricultura saudável, porque não existe uma agricultura sem recurso hídrico.

Estamos nos encaminhando agora...

Alguém quer fazer alguma consideração?

Por favor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Cumprimentando a Senadora Margareth, quero cumprimentar os colegas Senadores aqui presentes, cumprimentar as palestrantes e os palestrantes e parabenizar a Senadora Leila pela iniciativa, que infelizmente não está presente por estar cumprindo uma missão fora do país nessa área realmente de meio ambiente.

Eu tenho orgulho de dizer que fui Presidente desta Comissão durante dois anos e sempre gosto de dizer que não há dicotomia entre preservação e desenvolvimento. Em tudo temos que saber como fazer. Eu não gosto da palavra "não", porque ela não resolve o nosso problema. É preciso saber que caminho trilhar. E é possível, com tecnologia, com bom senso, com ideia de longevidade, e não de imediatismo do negócio, da empresa, poder manter a nossa casa maior, que objetivamente se encontra ameaçada nesse momento pelo aquecimento global.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os compromissos assumidos pelos países em Paris tudo indica que não serão atingidos e que nós teremos um aquecimento acima de 1,5ºC. E são várias as imagens de ursos polares boiando sobre blocos de gelo já semiderretidos; são vários os sofrimentos da produção na área agrícola pela seca; muito sofrimento pelas inundações, ou seja, há nitidamente um descontrole no sistema climático mundial.

Então, acho muito importante, mesmo que sejamos beija-flores, como a senhora colocou, que a gente continue batendo nessa tecla. Às vezes é preciso falar mil vezes para que as pessoas despertem para o drama que a gente está vivendo do ponto de vista ambiental, seja pela carência de água para o consumo humano, seja pela aridez de solos que não conseguem mais produzir nem na agricultura familiar, nem no agronegócio.

Então, eu só queria parabenizar e dizer que acho bom que seja uma mulher Senadora encerrando esta sessão do Dia Mundial da Água, que conhece o tema pela sua vida empresarial e pessoal. E quero dizer que fico feliz de a gente estar marcando, vamos dizer, este dia aqui na Comissão de Meio Ambiente, que é o local próprio para debatermos esse tema. Estamos nos encaminhando para mais uma COP, e espero que, a cada uma, a gente consiga despertar os governantes e a sociedade civil.

Lembrando-me do beija-flor, Senadora, toda vez em que vou escovar os dentes ou tomar meu banho eu fico me lembrando de que é preciso desligar a água enquanto se ensaboa, é preciso desligar a água enquanto se escova propriamente os dentes, ou quando fazemos a barba, no caso dos homens, porque em geral a gente sempre acha que é pouco, mas com esse pouco multiplicado por bilhões de seres humanos eventualmente escovando os dentes, tomando banho, fazendo barba com a água correndo na pia, vamos jogando fora aquilo que vai faltar daqui a pouco.

Então, parabéns à senhora! Parabéns à Senadora Leila! E espero que a gente tenha ajudado a despertar a consciência de muitos.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Obrigada, Senador.

Senador Confúcio, por favor.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Sra. Presidente, convidados, palestrantes, Senador Jaques Wagner, demais assessores presentes, o que eu pude ouvir e ver nas apresentações foram depoimentos muito emocionados, principalmente esse último em que a gente viu a abrangência do discurso da palestrante em falar dos diversos componentes que devem se utilizar para preservação da água. Ela colocou a espiritualidade, colocou a questão da natureza, colocou uma série de outros fatores importantes da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos aqui hoje para declarar o que a gente já fez de bom ou de ruim para manter a água. Quando eu fui Governador do estado, no ano de 2017, nós criamos no Estado de Rondônia o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Então foi um plano pioneiro, deixamos essa colaboração legal no estado para que... Logicamente tem as modificações naturais com o tempo, mas deixamos esse legado importante.

Eu ouvi também uma das palestrantes – acho que foi a Bruna – falar sobre a experiência do Baixo Sul da Bahia. Eu já estive lá, em alguns municípios daquela região, observando todo esse trabalho devocional que ela pratica naquela região, do convencimento de pequenos produtores para recuperação da água – e ela o chamou de "produtor de água". Lá em Itaipu, em certo momento de uma das administrações, eles criaram um programa muito bonito para 16 municípios chamado Plantando Águas. Era justamente o pessoal que ficava em pequenas propriedades plantando fumo querer plantar soja em 2ha: era impossível. Então, nesse lugar houve um trabalho em que a Usina de Itaipu passou a financiar os serviços ambientais para recuperação das nascentes, para aumentar os veios d'água para abastecer o rio e a cachoeira que movimentam essa maior hidroelétrica que nós temos do Brasil, uma das maiores do mundo.

Eu quero parabenizar o autor do requerimento para, nesta data de hoje, o Dia Internacional da Água, celebrar aqui as experiências brasileiras, grande parte delas movida por organizações da sociedade civil. Isso é fantástico, isso é algo... Aí se entra no espiritual da coisa: amor à água, amor à natureza. Eu vi aí que vários deles são pertencentes a organizações da sociedade civil para demonstrar claramente que os governos não podem tudo, não sabem tudo e não fazem tudo. Se não fossem essas pessoas devotadas, estudiosas, seria um caos para tudo isso. Então, nós queremos parabenizar V. Exa. por presidir a sessão. Eu quero saudar a Leila, que está ausente, autora do requerimento que objetivou esta audiência pública tão importante. Parabéns a todos!

Eu queria dizer: salvem as águas do mundo, as águas doces do mundo, principalmente do Brasil. Isso é fundamental.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – O Senador Samuel saiu? (*Pausa.*)

Saiu.

Eu estive, segunda-feira, em Lucas do Rio Verde, porque lá estava acontecendo o Show Safra. Sobrevoando, você pode ver a preservação das nascentes, onde eles deixam... São pequenas propriedades onde preservar as nascentes é fundamental para esses produtores. E é isso que o senhor falou: são pessoas da sociedade civil entendendo que nós precisamos, sim, ter responsabilidade com o nosso planeta. Senão, daqui a pouco, a gente vai ficar em uma situação muito difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aqui somos abençoados por Deus. Eu estive na Amazônia na semana passada. Eu não sabia que lá não tem água potável. É muita água que tem, mas não é potável, se bem que nós tomamos água que não era potável e nada aconteceu, estava tudo certo. Andamos pelo meio da mata, no Estirão do Equador, em Maturacá. É um planeta de que a gente precisa cuidar. E este país é muito lindo e especial. O Brasil tem tudo: temos água, temos produção agrícola, nós não temos terremotos, nós não temos problemas dessa ordem. Então, a água para nós é fundamental.

Eu parabenizo todos que participaram de uma audiência pública tão importante. A Senadora Leila, que é Presidente desta Comissão, não está, está numa missão, mas é fundamental... Eu cheguei atrasada, porque eu tinha outro compromisso, mas falei que fazia questão de vir.

Agora, nós vamos passar às perguntas que foram aqui feitas pelo Programa e-Cidadania.

A primeira é de Gustavo Mariano, do Distrito Federal: "Seria possível implementar tecnologias que promovem a dessalinização da água do mar para otimizar a distribuição de água potável no Brasil?".

Quem pode responder? (*Pausa.*)

Carlos Pacheco vai nos responder, por favor.

O SR. CARLOS EDUARDO PACHECO LIMA (Para expor.) – Boa tarde.

Sim, a dessalinização de água, sem dúvida alguma, é uma das alternativas.

Agora, nós temos que lembrar que, embora seja uma alternativa tecnicamente viável, é uma alternativa que tem um alto custo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO PACHECO LIMA – ... seja de implantação ou de operação.

Existem algumas questões que também têm que ser consideradas antes da decisão ou da opção por esse tipo de tecnologia. Nós temos que lembrar que nós vivemos em um país em que quase metade da população ainda sequer tem acesso ao serviço de tratamento de esgoto. Isso representa quase 100 milhões de habitantes que ainda não têm acesso ao serviço de tratamento de esgoto. Obviamente, isso contribui para a piora da qualidade das águas e, consequentemente, para a redução da disponibilidade hídrica no país.

Se a gente levar em consideração apenas as áreas rurais, em que pese o fato de que, no Programa Nacional de Saneamento Rural, ter se utilizado dados do Censo de 2010 do IBGE – e esses dados precisam ser atualizados –, nós estamos falando de cerca de 80% dos domicílios que dispõem de seu esgoto ainda em fossas rudimentares ou diretamente em valas, rios e lagos.

Então, são situações que, no meu entendimento, são prioritárias para serem resolvidas e que podem aumentar a disponibilidade hídrica, seja por meio do uso de estratégias de reuso desse esgoto após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento ou mesmo pela melhoria, pelo aumento de disponibilidade hídrica pela melhoria da qualidade da água disponível quando esse esgoto é adequadamente tratado.

Esse é apenas um dos exemplos, a gente poderia citar muito mais exemplos. O caso da própria agricultura, a necessidade de conversão ainda de uma área bem significativa. Embora a nossa agricultura seja pautada em princípios de agricultura conservacionista, ainda temos uma grande necessidade de conversão de sistemas convencionais para esses sistemas conservacionistas, recuperações de áreas degradadas, enfim.

Eu entendo que a gente precisa avançar em questões prioritárias antes de pensar em tecnologias como a dessalinização.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – A Patrícia também levantou a mão para responder, não é, Patrícia?

A SRA. PATRÍCIA BOSON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

É bem nessa linha de priorização. Possível é, tanto assim que a gente tem exemplos já em Vitória, a Arcelor faz a dessalinização da água para o seu uso industrial.

Então, é realmente possível, mas o país tem outras prioridades e o país não tem um déficit hídrico tão gigante como os países que usam isso tem. De fato, há uma má gestão de recursos hídricos, muito da escassez, muito do excesso de água, faltou foi gestão de recursos hídricos. Então, era por aí.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Obrigada, Patrícia.

José Pedro, do Distrito Federal, pergunta: "O Plano Nacional de Segurança Hídrica prevê ações de reflorestamento de bacias mananciais ou só intervenções com barragens, canais, adutoras?".

Quem pode responder? (*Pausa.*)

Vamos para a próxima.

Guilherme Marques, de São Paulo: "A implementação de cisternas de forma massiva – principalmente no campo – seria uma medida razoável para atenuar os efeitos de uma seca?".

Carlos Pacheco, por favor.

O SR. CARLOS EDUARDO PACHECO LIMA (Para expor.) – Quando se fala, dentro do contexto de mudanças climáticas, na existência de ferramentas para adaptação, o armazenamento ou a reservação de água, como tecnicamente é chamado, é uma das alternativas com as quais nós trabalhamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O uso de cisternas para captação de água de chuva é, sem dúvida alguma, uma das estratégias válidas nesse sentido. Entretanto, ela não deve ser pensada isoladamente. Seguindo esse mesmo contexto que eu abordei e a Patrícia também abordou inicialmente, nós temos algumas prioridades no país que têm que ser trabalhadas em conjunto, também com a melhoria da capacidade de reservação de água.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Obrigada, Carlos.

André Rocha também levantou a mão para responder, não é, André?

O SR. ANDRÉ AZEVEDO ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – É. O.k.

Interagindo com a pergunta sobre as cisternas, não difere o meu parecer, a minha posição em relação ao que o colega agora falou: a cisterna sozinha, por si só, não resolve, entretanto, ela pode ser, sim, um meio de grande importância, sobretudo se pensarmos em mais de uma. Nós sabemos a diferença, o quanto as cisternas transformaram no Semiárido, também nas áreas urbanas e em pequenas cidades que também fazem uso das cisternas, sobretudo pensando que as cisternas vão carregadas não só de água, mas de conhecimento, de reflexão, porque existe um processo de informação e de mobilização que anda junto com o processo de construção, inclusive com contrapartidas, com envolvimento das famílias, para que haja uma percepção de que é preciso adequar a cultura também, e não só as estruturas, não só essa questão da adoção das tecnologias.

E nós precisamos de fato de mais de uma cisterna, porque, se você pensar que a água de uso nobre requer um tratamento diferenciado, então, uma cisterna, por exemplo, de 16 mil litros é suficiente para garantir a água de beber e a produção de alimento de uma família. Essa água pode ser captada de um telhado, desprezando os primeiros milímetros, e aí a própria ciência diz do nível de segurança dessa água para esse fim. Entretanto, requerem-se três, quatro, cinco vezes um volume desse para usos não nobres, limpezas domésticas, de modo geral, e aí podem ser outros reservatórios que não uma cisterna. Podem ser barragens ou barreiras que prezem, sobretudo, por profundidade quando não dispuserem de tampa, pensando que a água pode se perder por evaporação e, aí, considerando o processo de mudança climática que acelera também a evaporação, privilegiar a profundidade em vez de largura no espelho d´água para os reservatórios que não dispõem de tampa.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Obrigada, André.

Hellen Pires Marques... Não, Hellen Pires, do Rio de Janeiro: "Quais são os avanços em relação ao saneamento básico nas periferias nos últimos anos?".

Carlos Eduardo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO PACHECO LIMA (Para expor.) – De certa forma já foi respondida essa questão com a resposta à primeira pergunta.

Nós temos ainda um déficit muito expressivo de saneamento básico no Brasil, e esse déficit é maior nas regiões e nas localidades mais vulneráveis. Se a gente for levar em consideração, por exemplo, o cenário regional, nós temos as Regiões Centro-Oeste e Sudeste se destacando positivamente, mas ainda assim estamos falando de algo na casa de 60% do esgoto tratado nessas regiões, o que ainda é muito baixo. Na outra ponta, nós teríamos as Regiões Nordeste e Norte do país com algo em torno de 30% apenas do esgoto tratado. A Região Sul teria entre 45% e 50% do esgoto tratado. Então, assim, são números ainda muito preocupantes.

E, quando se avalia onde está o maior déficit, a gente consegue perceber claramente que o interior do país apresenta um déficit muito expressivo; dentro das grandes cidades tem-se um déficit muito expressivo nessas áreas de maior vulnerabilidade social; e nas áreas agrícolas também a gente tem um déficit bem expressivo. Tudo isso tem uma série de consequências em termos de saúde da população, em termos até mesmo da disponibilidade hídrica, como eu mencionei anteriormente.

E, aí, aqui eu gostaria de citar duas iniciativas das quais eu participei recentemente. Elas ainda estão na gaveta, mas poderiam acelerar esse processo de saneamento.

Temos a questão do reúso de água para diversos fins, seja para fins industriais, seja para fins agrícolas ou mesmo para fins potáveis, para fins de abastecimento humano. O Brasil ainda não possui um arcabouço legal para a prática de reúso. Recentemente eu participei, junto ao antigo Ministério de Desenvolvimento Regional, da elaboração de uma minuta de projeto de lei para regulamentar a questão do reúso e também, junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de uma minuta de resolução, também para orientar a questão do reúso, que poderia ser uma ferramenta para a atração de investimentos para se pensar em levar a questão do tratamento de esgoto para essas áreas.

Mas, como eu disse, em que pese também o fato de, desde o início da década de 2000, já se pensar na questão do reúso, a gente ainda continua sem um arcabouço legal. Eu entendo isso como prioritário para que a gente possa avançar não apenas na prática do reúso, mas também avançar no atendimento a essas populações mais carentes no que diz respeito ao saneamento básico e ao tratamento de esgoto.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – E quando falamos de saneamento falamos de saúde pública diretamente, não é?

Geovana Farias, do Distrito Federal: "Qual é o impacto a curto e a longo prazo das mudanças climáticas na segurança hídrica do país?".

O SR. WENDEL VANDERLEI LOPES (Para expor.) – Boa tarde!

Geovana, vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa é falar da nossa experiência no Distrito Federal. Em curto espaço a gente tem o impacto imediato – vou falar primeiro da crise hídrica que a gente teve – da falta de recursos hídricos. A gente teve racionamento, dificuldade, redução na produção de alimentos. Então, esse é o impacto a curto prazo. Também tem isso pela falta, aí a gente tem que pensar no excesso de água também. Até aqui no Distrito Federal, área que não teve chuvas tão intensas, aconteceu já de morrer gente nas tesourinhas, mas a gente viu nos jornais quantas mortes ocorreram este ano por causa das chuvas intensas.

Então, a gente tem que pensar que essas mudanças climáticas têm impacto tanto pela falta de água como pelo excesso. O excesso gera aquele impacto imediato, ocasionando mortes, destruindo plantações e obras de forma geral. A falta gera impacto imediato também: redução da produção de alimentos e também o racionamento de água e, quem sabe, uma falta futura.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Obrigada, Wendel.

Próxima pergunta, de Nathaly Santos, de Pernambuco: "Quais são as estratégias adotadas pelo Governo para proteger as fontes de água e garantir o acesso à água potável para a população?".

O SR. WENDEL VANDERLEI LOPES (Para expor.) – Boa tarde!

Eu posso falar de ações pontuais. No Distrito Federal e em várias outras unidades da Federação, conforme alguns colegas falaram, há alguns projetos baseados em engenharia da natureza mesmo. Os produtores de água... Hoje no Brasil há mais de 88 projetos de produtores de água – eu falei do caso do Distrito Federal, onde a gente tem um e está implementando o segundo. A gente tem muitas ações do Governo que trabalham no sentido de minimizar os impactos. Com essas ações, a gente não consegue gerar um impacto tão massivo, mas a gente minimiza o impacto de uma seca ou de um excesso de chuva. Então, as ações que a gente trabalha são basicamente para reduzir os impactos a curto e a médio prazo e para ter soluções a longo prazo.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO PACHECO LIMA (Para expor.) – Só complementando a resposta à pergunta anterior... Lembrei de algumas questões aqui que acho importante abordar.

Em termos de impacto... E aí é importante para depois a gente chegar a essa pergunta. Em termos de impacto de longo, médio ou curto prazo, a gente tem hoje já observado um aumento muito expressivo da intensidade dos eventos extremos de chuva. Uma chuva de 700mm no dia como aquela que ocorreu este ano em São Sebastião e que resultou em uma tragédia muito grande não pode ser encarada como algo trivial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é uma resposta do sistema climático a tudo isso que vem acontecendo em termos de mudanças climáticas. Existem vários trabalhos já elencando a ocorrência de furacões, de ciclones tropicais, a maior intensidade e a maior frequência de ocorrência desses fenômenos também às questões relacionadas às mudanças climáticas.

Os próprios eventos de seca. O colega mencionou a crise hídrica ocorrida no Distrito Federal, salvo engano entre 2016 e 2017. Também a crise hídrica enfrentada por São Paulo, a seca com recorde temporal ocorrida recentemente também no Nordeste brasileiro. Tudo isso são impactos que já vêm sendo sentidos, então, podem ser considerados impactos de curto prazo.

Quando se fala em impactos de médio e longo prazo, a gente enxerga principalmente a intensificação desses fenômenos, consequentemente um efeito maior ainda na questão relacionada à disponibilidade hídrica.

No que diz respeito à questão da adaptação, que foi a pergunta em questão – e aí eu vou responder pela Embrapa, que é um órgão de governo –, a gente tem trabalhado muito relacionado ao desenvolvimento de sistemas conservacionistas que são capazes de aumentar a qualidade do solo, consequentemente aumentar a capacidade de infiltração de água no solo. E tendo, em consequência, o aumento da capacidade ou da disponibilidade hídrica.

Nós temos trabalhado no sentido de adaptar a agricultura a esses eventos extremos de chuva. Então, trabalhando estratégias em termos de cultivo protegido. Não apenas pensando no cultivo protegido em caso de vegetação em estufas, mas também partindo para sistemas mais modernos, como, por exemplo, as fazendas verticais.

Temos trabalhado no sentido de aperfeiçoamento dos sistemas hidropônicos, que são capazes de gerar uma economia em relação a sistemas convencionais de produção de até 95% de água.

Temos trabalhado no sentido de trazer a agricultura familiar para dentro desse contexto. E aí, citando o caso nosso lá na Embrapa Hortaliças com o desenvolvimento de sistemas de produção e plantio direto para hortaliças, sistemas de produção orgânico para hortaliças.

Eu coordeno atualmente um projeto que visa disponibilizar uma tecnologia de tratamento de esgoto para comunidades rurais, consequentemente levando melhoria da qualidade de água e atingindo uma qualidade de água suficiente para produzir esses alimentos.

Hoje nós conseguimos atingir uma qualidade de água suficiente, por exemplo, para produzir hortaliças folhosas, independentemente do sistema de irrigação utilizado. Esse afluente, além, claro, de melhorar a disponibilidade hídrica, também fornece nutrientes.

Então, a gente também atinge aí um outro aspecto importante no que tange às mudanças climáticas e também às mudanças ambientais, que é a possível escassez das jazidas de fertilizantes, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E finalmente a gente tem trabalhado muito também no melhoramento genético, trabalhando aí na adaptação de culturas, principalmente aquelas culturas que são muito exigentes em água e vulneráveis ao calor. No nosso caso, na Embrapa Hortaliças, por exemplo, a gente trabalha em uma câmara de crescimento vegetal em que consegue simular cenários de temperatura e disponibilidade hídrica futuras, baseados nos cenários projetados de mudanças climáticas, e nesse sentido, a gente consegue, por exemplo, selecionar genótipos de espécies vegetais que sejam mais bem adaptadas a essas condições esperadas.

Assim, em resumo é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – A gente tem que reconhecer o grande trabalho de pesquisa da Embrapa, não é? É fantástico.

Ana Carolina, do Rio de Janeiro: "Diante de tragédias de usinas hidrelétricas e crise hídrica, por que o Governo não adota, nos órgãos públicos, energias de fontes renováveis, como eólica e solar?"

O SR. CARLOS EDUARDO PACHECO LIMA (Para expor.) – Mais uma vez, respondendo em nome da Embrapa.

A Embrapa está com um grande projeto agora de substituição de parte da energia utilizada por energia solar. Nós na Embrapa Hortaliças, nesse ciclo do projeto, seremos, inclusive, uma das unidades que serão contempladas com a usina fotovoltaica. Provavelmente será capaz de abastecer toda a energia que nós precisamos em nossa área experimental e administrativa.

O custo tem diminuído bastante, e aí, em razão disso, temos conseguido avançar.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Patrícia, por favor.

A SRA. PATRÍCIA BOSON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiramente é preciso reconhecer que essas energias eólicas e solares, que crescem muito no país, ainda bem que crescem, são energias sempre complementares. Elas não são energias despachadas, aquelas energias com que você pode contar o tempo todo, não é? Porque elas ainda têm problema de tecnologia de armazenamento e de estar mesmo com alteração do ambiente.

Segundo, é que nossas hidrelétricas, além de serem totalmente de domínio do Brasil, é uma tecnologia brasileira, nós dominamos totalmente, não vem nada importado, como com eólicas e com solar, é uma energia genuinamente nacional, é que nos dá garantia de uma energia despachável e que nos torna uma matriz tão limpa diante do mundo, nos coloca no ápice dos países com a energia mais limpa.

E o fato de ter reservatórios, principalmente reservatórios de armazenamento, que hoje são pouquíssimos, porque a gente, como o país optou por não fazer assim mais, mas os reservatórios de armazenamento são reservatórios que garantem água mesmo em épocas de escassez hídrica. São poucos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, são bem menores, mas é um avanço, digamos, uma vantagem competitiva nas hidroelétricas. E eu desconheço acidentes com barragens de hidrelétricas. Há acidentes com barragens de mineração, que foram os dois casos mais recentes (*Falha no áudio.*)

... de mineração. Acidente com barragem de hidrelétrica eu, efetivamente, desconheço.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Obrigada, Patrícia.

A última pergunta. Gabriella de Castro, do Rio de Janeiro: "Quais as soluções que podem ser implementadas imediatamente sobre o uso consciente da água?"

Por favor, Carlos.

O SR. CARLOS EDUARDO PACHECO LIMA (Para expor.) – Bom, é difícil de se responder a essa pergunta porque são tantas alternativas, não é? Então, sempre vai ficar faltando alguma coisa, mas vamos lá.

Eu entendo que a primeira ação é uma ação massiva de educação e conscientização ambiental. Esse é o primeiro passo para qualquer política, para qualquer ação, que vise ao uso racional de água. Também avançar, em termos de país, com relação ao fornecimento de serviços de saneamento básico, atendendo a uma parcela maior da população. Nós temos a possibilidade de aumentar significativamente o reúso de água no país. É uma tecnologia ainda muito pouco explorada. Nós já temos trabalhado, como eu disse anteriormente, em termos de agricultura e agropecuária, em desenvolvimento de estratégias para um uso mais sustentável dos recursos hídricos. E aí, quando eu falo nesse uso mais sustentável, eu falo desde alterações pequenas, relativamente pequenas, como o desenvolvimento de sistemas de irrigação mais econômicos ou mais sustentáveis, até mesmo em estratégias mais complexas, como, por exemplo, o desenvolvimento desses sistemas conservacionistas, como a integração lavoura/pecuária/floresta, por exemplo.

Temos de pensar, também, em aumentar a nossa reservação de água. O país ainda carece de reservação de água. Então, é necessário, também, que isso seja feito. E essa é uma possível ação urgente e imediata de adoção em termos governamentais.

Bom, acho que, em um primeiro momento, seria isso. Claro que, falando de novo, certamente faltou muita coisa, mas é uma pergunta tão ampla que acaba que a gente não consegue abranger tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Patrícia, por favor, um minuto, porque nós estamos estourando o nosso tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA BOSON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vou repetir a fala do Senador: "Educação, educação, educação, educação". Nós temos aqui ETEs que não têm 100% da sua capacidade utilizada. Às vezes, chegam só a 40% ou 50% da sua capacidade porque, simplesmente, as casas não fazem a ligação no esgoto para que seja tratado. Então: educação.

E vou repetir a minha fala: aproveitar todo o conhecimento técnico e científico acumulado na área da engenharia hídrica e dotar o país de infraestrutura hídrica.

Nós temos um déficit de infraestrutura hídrica imenso e isso precisa ser efetivamente corrigido. E é corrigido com órgãos gestores capacitados e bem equipados com recursos humanos e financeiros. Capacidade técnica e científica não faltam.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Obrigada, Patrícia.

André, por favor.

O SR. ANDRÉ AZEVEDO ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de interagir com a última pergunta com a reflexão de que, além do exercício de cidadania, do beija-flor, de fechar as torneiras da água de uso doméstico, é preciso também regular e fechar as torneiras do agronegócio, porque o Brasil não é diferente do mundo e, em média, 70% das águas retiradas da fonte vão para o setor agrícola – no Vale do São Francisco chega a 95% – e, quando não é retirando água das fontes, é evitando, regulando e inibindo a infiltração para o abastecimento das fontes naturais, como é o caso do Cerrado, em que tem estudos mostrando que o volume das chuvas reduziu em 11%, mas reduziu 30% da infiltração de água para recarga das nascentes que alimentam os rios.

Então, eu acho que, para além da educação, nós precisamos de políticas públicas que regulamentem e que regulem essa questão de água para além do que as fontes podem suprir, assim como garantir as reservas, os estoques, as infiltrações, as recargas naturais. E uma política de captação, também, artificial de água de chuva para os diversos fins no meio rural, ou urbano, para que o Brasil possa ter uma segurança hídrica e climática melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Obrigada, André.

Vou ler um comentário da Izabel Rosário, do Rio de Janeiro: "Um programa de eficiência do uso da água residencial é parte do valor para ajudar regiões em seca como no setor elétrico".

Senhores, vamos nos encaminhando para o final, mas, antes, eu gostaria de aprovar as atas.

Tem quórum, não é? (*Pausa.*)

As duas últimas atas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, gostaria muito de agradecer a todos os participantes, André, Bruna, Patrícia, Carlos Eduardo, Warley – é isso, Warley? Não falei errado não, não é? – e Wendel.

Muito obrigado pela participação de todos os que vieram presencialmente e os que estão *online*.

Encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e dezenove minutos do dia trinta de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Dr. Samuel Araújo e Jaime Bagattoli, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Eduardo Gomes e Alan Rick, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Jaques Wagner, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Tereza Cristina e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (GT Energia @ Fórum da Geração Ecológica)**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater as conclusões dos trabalhos do GT de Energia do Fórum da Geração Ecológica e os projetos de lei apresentados pela CMA como resultado desses trabalhos. **Participantes:** Sra. Eduarda Zoghbi, Oficial de Desenvolvimento no Rocky Mountain Institute (representante de: Consultores Especializados da CEPAL no Fórum da Geração Ecológica); Sra. Elbia Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica (representante de: Grupo de Trabalho Energia do Fórum da Geração Ecológica); Sr. Guilherme Syrkis, Diretor Executivo da Centro Brasil no Clima (CBC) (representante de: Grupo de Trabalho Energia do Fórum da Geração Ecológica); Sra. Michelle Hallack, Consultora Executiva da Mercados-Aries Internacional; e Sr. Gonçalo Pereira, Prof. Titular e Coordenador do Laboratório de Genoma e Bioenergia da Unicamp. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de março de 2023.

Comunicados.

Comunico que foram apresentados à Comissão de Meio Ambiente os seguintes documentos:

1. Ofício nº 103, de 2023, da Procuradoria-Geral da República do Estado da Bahia, que encaminha carta ao Presidente da República e solicita ao Senado Federal, à Comissão de Meio Ambiente e às demais Comissões especial atenção, no âmbito de suas competências, quanto às temáticas sobre as populações indígenas e comunidades tradicionais da Bahia, notadamente aquelas que são ou venham a ser objeto de deliberação por esta Casa Legislativa, para que as orientações na Carta sejam observadas.

2.Ofício nº 22, Paraná, de 2022, PR, do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), que encaminha parecer técnico sobre o PL 191, de 2020, ora em trâmite na Câmara dos Deputados, que visa estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos, bem como o aproveitamento de recursos hídricos para a geração de energia elétrica em terras indígenas.

3. Carta Aberta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que, após estudo sobre a situação dos povos tradicionais que viviam nas margens e ilhas do Rio Xingu, inundadas pela Hidrelétrica de Belo Monte, solicita aos Senadores esforços para que o licenciamento ambiental de Belo Monte siga o curso da lei e para que seja implementada a reparação dos direitos dos povos tradicionais do Rio Xingu.

4. Carta nº 16, de 2023, da Abragel (Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa), para expor as demandas em torno do estímulo à expansão da geração de energia limpa e renovável e do consequente aumento da competitividade no setor, que exige investimento em infraestrutura por todo o Brasil para gerar empregos e renda, abrindo caminho à democratização do acesso à energia elétrica.

5. Aviso 215, de 2023, do TCU, que encaminha a cópia do Acordão nº 389, de 2023, relativo ao processo de auditoria operacional que avaliou as ações do Governo Federal quanto às iniciativas dirigidas a Estados e Municípios voltadas à implantação da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos oriundos dos resíduos sólidos urbanos, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Nós termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos não anexos a matérias legislativas estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente atuação até lá;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de lembrar que se encerra amanhã, a todos os membros desta Comissão, o prazo para a apresentação de sugestões de políticas públicas a serem avaliadas pela Comissão ao longo desse exercício.

A presente reunião também destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater as conclusões do GT, dos trabalhos do GT de Energia, do Fórum da Geração Ecológica, e os projetos de lei apresentados pela CMA, como resultado desses trabalhos, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023 (CMA), de minha autoria.

Participam, por videoconferência, a Sra. Eduarda Zoghbi, Oficial de Desenvolvimento no Rocky Mountain Institute, e atuou como Consultora Especializada da Cepal no Fórum da Geração Ecológica; a Sra. Elbia Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), que integrou o GT Energia no Fórum da Geração Ecológica; o Sr. Guilherme Syrkis, Diretor Executivo da Centro Brasil no Clima (CBC), que também integrou o GT Energia; a Sra. Michelle Hallack, Consultora Executiva da Mercados-Aries Internacional; o Sr. Gonçalo Pereira, Professor Titular e Coordenador do Laboratório de Genoma e Bioenergia da Unicamp.

Informo que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal *e-Cidadania* na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

A Presidência comunica, para melhor funcionamento desta Comissão, que a inclusão de matérias extrapauta somente será autorizada quando for referendada, por unanimidade, pelos membros presentes à reunião, inclusive pela Presidência, assegurada a inclusão da matéria na pauta na próxima reunião deliberativa.

Esta é uma decisão para que a gente tenha mais proatividade e celeridade na pauta já estipulada. Muitas vezes, durante a reunião, a gente está tendo a apresentação de alguns itens extrapauta, o que tem, de certa forma, comprometido o andamento da sessão. Então, ele só será incluído sendo referendado por todos os membros desta sessão. E aí a inclusão para a próxima pauta.

Hoje, nós damos início ao ciclo de audiências públicas que tem por objetivo debater os resultados dos grupos de trabalho do Fórum de Geração Ecológica.

O fórum foi um trabalho realizado no âmbito desta Comissão ao longo dos anos de 2021 e 2022 e contou com a participação de 42 representações da sociedade civil divididas em cinco GTs.

A missão desse colegiado se deu na construção de um arcabouço legislativo rumo à transição ecológica em nosso país. Tal transição é urgente, dados os efeitos das mudanças do clima em nível local e global em decorrência da constante frequência com que ultrapassamos os limites ecológicos planetários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme aponta o próprio relatório do fórum, é preciso que haja uma forte coordenação de políticas proativas públicas e privadas, nacionais e subnacionais, setoriais, fiscais, regulatórias, financeiras e de planejamento, entre outras, com mais investimentos em inovação para impulsionar a sustentabilidade.

Hoje recebemos membros do GT de Energia do fórum, especialistas no assunto, para nos apresentar a importância de projetos como os apresentados no âmbito do fórum e nos ajudar a compreender a relevância nacional e internacional do tema.

Os projetos de lei apresentados pelo GT Energia foram três: o PL 1.878, de 2022, que cria política pública para regular produção e usos para fins energéticos do hidrogênio verde; o PL 1.879, de 2022, que cria a política pública para produção e uso do biogás e do biometano; o PL 1.880, de 2022, que cria um programa de incentivos para a produção em escala de células de combustível.

Sabemos que é um diferencial do Brasil a produção de energia a partir de fontes renováveis em um cenário onde grande parte da emissão de gases de efeito estufa se dá nos processos de produção energética mundo afora. Nesse sentido, temos em nossas mãos um grande potencial para sair na frente, desenvolver tecnologias e aprimorar a eficiência em nossa matriz energética. Temos o potencial de desenvolver diferentes cadeias de produção baseadas inteiramente em energia limpa. Estamos falando de sustentabilidade no transporte de nossa produção agrícola e industrial, em redes inteligentes para a distribuição energética e na garantia de um futuro viável para as gerações atuais e para as que estão por vir, como estabelece nossa Constituição.

Na intenção de trazer à tona a importância desse tema, bem como de reconhecer o trabalho desenvolvido pelos membros do GT Energia no Fórum da Geração Ecológica, propusemos o presente evento. Uma ótima audiência pública a todos nós!

Eu aproveito para agradecer a iniciativa desse GT do Fórum da Geração Ecológica aos dois Senadores, que foram Jaques Wagner e Fabiano Contarato, bem como a todos os membros da Comissão de Meio Ambiente.

Vou aproveitar e dizer para vocês que eu tive uma maravilhosa experiência. Nos últimos dez dias eu estive no Japão participando de um programa conjunto, que é um intercâmbio do Poder Legislativo em várias esferas com o Governo do Japão, onde tivemos a possibilidade, dentre tantas possibilidades enriquecedoras, de visitar a usina de estudo e produção do hidrogênio verde.

Só para vocês terem uma noção: dentro do campo da usina, havia mais de 68 mil placas de energia elétrica e todo um trabalho também com relação à energia eólica. É uma estrutura maravilhosa que nos enche de alegria e de coragem para trazer toda essa experiência, toda essa troca de experiências para o Brasil. A minha equipe deu até a sugestão de trazermos aqui, quem sabe, os engenheiros da própria indústria japonesa para apresentar todo o trabalho, mas nós trouxemos também um material muito rico com o qual a gente de certa forma quer provocar o Governo Federal para, quem sabe, também começarmos aqui um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto-piloto para termos a possibilidade de fazermos esse trabalho, quem sabe uma usina, para iniciarmos o trabalho da construção de uma usina aqui, já pensando também nessa questão da produção do hidrogênio verde, do estudo, e mostrando ao mundo que o Brasil, cada vez mais, está se comprometendo com a sustentabilidade e com a vida, com as futuras gerações.

Então, quero agradecer à Embaixada do Japão, porque foi um grupo muito heterogêneo, vários partidos, várias linhas ideológicas, e todos saíram de lá muito felizes com todo o aprendizado, com toda a troca de experiência. Então aproveito para agradecer à embaixada por essa oportunidade e ao Presidente Rodrigo Pacheco.

Para iniciarmos as nossas...

Quero anunciar a presença aqui do Senador Jaime Bagattoli, seja bem-vindo. É um Senador muito proativo, sempre presente às sessões. Obrigada por estar aqui presente conosco.

Antes de passar para os nossos expositores, já aproveito para agradecer a presença de todos e a participação nos GTs.

Eu gostaria de passar algumas perguntas do e-Cidadania. A orientação é que a gente passe antes e, quando cada expositor acabar, se quiser, no meio da sua exposição, se achar pertinente dar as respostas aos nossos internautas, àqueles que estão acompanhando a nossa audiência, eu agradeço.

Foram poucas perguntas até o momento.

Gustavo Mariano, do Distrito Federal: "Qual tipo de energia renovável é mais vantajoso para o Brasil em termos de custo-benefício?".

Nathaly da Silva, de Pernambuco: "Como esses projetos de lei visam promover a transição energética para fontes limpas e renováveis no Brasil?".

Lucio Ruivo, de São Paulo: "Muito se fala nos impactos ambientais, o que de fato está sendo feito para que eles possam ser minimizados ou extintos no Brasil?".

E novamente a Nathaly da Silva, de Pernambuco: "Quais são os impactos socioambientais esperados com a implementação desses projetos de lei?".

Nilzete Rosa, de Alagoas: "Como ser conscientes de nossos atos e costumes se no nosso país não temos o costume de reaproveitar a água, madeira, plástico [...]?".

Eu vou passar agora para os nossos expositores.

Passaram aqui inicialmente dez minutos, mas eu vou dar quinze, acho que é o certo. Acho que teremos que incluir mais cinco minutinhos na fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra para a Sra. Eduarda Zoghbi.

Seja bem-vinda, doutora.

A SRA. EDUARDA ZOGHBI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todas e todos.

Eu queria só saber se os eslaides já foram... Isso, perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim.

A SRA. EDUARDA ZOGHBI (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Eu queria primeiramente agradecer o convite da CMA e a presença de todos. Esse realmente é um trabalho que eu acho que vai ser muito impactante. Como foi colocado, foi um trabalho feito ao longo de 2021 e de 2022 por vários especialistas e várias pessoas que têm compromisso não só profissional mas pessoal com o combate às mudanças climáticas.

Próximo eslaide.

Eu queria primeiro começar dando um breve contexto, antes de falar das conclusões do fórum e falar um pouco mais dos projetos de lei, e falar um pouco mais sobre como este trabalho foi feito. Basicamente ele começou em 2021, em fevereiro, quando o Senador Jaques Wagner assumiu a Presidência da Comissão de Meio Ambiente do Senado, durante um momento em que o mundo vivia em crise, porque estávamos na pandemia, e que, nos debates internacionais, a gente falava sobre o *Building Back Better*, como fazer com que, naquele momento em que a demanda por energia estava caindo, a gente pudesse fazer uma retomada verde, uma transição energética que pensasse nas pessoas mais afetadas.

Então, todos esses pontos foram trazidos de forma muito forte nas discussões do fórum. E eu acho que foi muito importante a liderança do Senador Jaques Wagner e da CMA de trazer o Fórum da Geração Ecológica como uma ferramenta de espaço e diálogo para realmente difundir essas discussões no nosso país em um momento em que a gente estava muito exposto à literatura, aos debates e que a gente queria realmente pensar em soluções para o nosso país.

Mas muito importante também foi que esse trabalho teve um apoio fundamental das Nações Unidas, através da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a Cepal, que apoiou o desenvolvimento da agenda do fórum, sob a liderança do Senador Jaques Wagner.

Próximo eslaide.

Bom, eu acho que uma das coisas mais importantes, que serviu como embasamento teórico e também como narrativa do fórum, foi a ideia de um grande impulso pela sustentabilidade ou o *big push for sustainability*, que é uma ideia antiga da Cepal, que vem da teoria do desenvolvimento lá da década de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1960 e que tem o foco realmente de pensar no desenvolvimento de forma ampla e coordenada, e não apenas de pouco a pouco, *bit by bit*.

Então, não é investindo em apenas um setor que a gente consegue resolver os problemas de desenvolvimento da nossa região. Mas a gente precisa de um grande impulso, de uma quebra de paradigma para pensar em um desenvolvimento que seja sustentável.

E isso requer uma mobilização e uma escala mínima de investimentos em áreas que sejam complementares. Ou seja, a gente quer pensar em fazer veículos elétricos, investir em veículos elétricos, mas a gente tem que pensar isso de forma coordenada e simultânea com a infraestrutura de carregamento de baterias, por exemplo.

Não vale a gente investir numa usina eólica e não pensar na transmissão. Então, a gente precisa fazer com que esse crescimento no Brasil seja coordenado. E para isso, essa dinâmica, essa narrativa do *big push*, do grande impulso, consiste em quatro principais pilares.

Primeiro, pensar nos novos estilos de desenvolvimento que a gente está buscando para o nosso país. Então, olhando para os nossos compromissos internacionais, como o Acordo de Paris, a Agenda 2030 das Nações Unidas, que fala sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável. E, no nosso caso, olhando bastante para o ODS nº 7, olhando para o acesso universal a energias renováveis que sejam modernas e também para estratégias que sejam nacionais, subnacionais. Olhando para planos setoriais e prioridades de governo de Estado.

O segundo ponto, o segundo pilar, é uma coordenação ampla de políticas. Então, pensando num alinhamento público, privado, com a sociedade civil e também esse alinhamento que traz políticas fiscais, tributárias, regulatórias e de planejamento, todas juntas. Então, a gente não pode pensar em uma solução se não olhar para todos esses pontos.

Terceiro seriam os investimentos complementares em escala. Então, pensando como é um ambiente favorável para mobilização de investimentos que sejam sustentáveis, que pensam na sustentabilidade não só na área ambiental, mas também social e que possam ser feitos em escala, olhando para as nossas necessidades de infraestrutura, educação e inovação tecnológica.

Por fim, o último pilar é pensar nos impactos porque o fim que a gente quer é pensar no nosso crescimento econômico sustentável, mas também na geração de empregos, na redução das desigualdades sociais, na redução de gases de efeito estufa e o mais importante é a mudança do estilo de desenvolvimento.

Bom, tendo esses objetivos em mente, a equipe da CMA, junto com a Cepal, estabeleceu cinco grupos de trabalho, para que a gente pudesse criar esse arcabouço legislativo e proposições legislativas. Esses cinco grupos foram o Grupo de Trabalho (GT) de Bioeconomia, Cidades Sustentáveis, Economia Circular, Uso da Terra e o nosso, que é o GT de Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo eslaide, por favor.

Bom, esse eslaide é o que mostra os integrantes do nosso querido GT de Energia. E eu acho importante ressaltar que foi um trabalho produzido por muitas mãos. Então, não só os participantes dos cinco GTs, mas no nosso caso, todos que vocês estão vendo nesse eslaide e alguns que estão presentes conosco aqui hoje. E o meu papel foi realmente representar a consultoria técnica da Cepal, tendo então facilitado o GT e desenvolvido realmente os estudos, tendo trazido dados e pensado também na formulação de projetos de lei, com o auxílio da Consultoria Legislativa do Senado.

Mas a formação desse GT foi muito importante para as discussões, porque o setor energético é muito complexo, muito amplo, e eu acho que todos os participantes trouxeram visões muito específicas e únicas sobre como deveria ser uma transição energética. Todos trouxeram um componente muito forte de justiça. Então, como pensar nas pessoas durante essa transição energética. E muito importante também é como priorizar algumas tecnologias ou alguns setores. Então a gente olhou realmente, ao longo de um trabalho que foi de um ano, a gente olhou para a geração, para a transmissão, distribuição, comercialização, para tecnologias, para tendências internacionais e como posicionar o Brasil da melhor forma para alcançar esses objetivos.

Próximo eslaide, por favor.

Mas eu acho, até em termos de transparência, já que a gente vai debater hoje e falar um pouco sobre os projetos e como foram feitos esses trabalhos, contar um pouco para vocês como foi esse processo, porque, como eu comentei, existem vários temas que a gente poderia ter priorizado e a gente optou por alguns temas. E eu acho que é importante mostrar como foi que chegamos a essa conclusão.

Então a gente teve, ao longo do segundo semestre de 2021 e do primeiro semestre de 2022, cerca de dez reuniões, além de encontros gerais, em que o GT de Energia participava de reuniões com todos os outros GTs, para realmente criar um debate muito amplo sobre sustentabilidade e também identificar sinergias, porque alguns dos temas que a gente trazia poderiam estar presentes em outros GTs, como Cidades Sustentáveis, olhando para mobilidade urbana. Então a gente queria evitar que a gente estivesse chovendo no molhado, criando proposições que fossem muito semelhantes. Então essa coordenação aconteceu de uma forma muito orgânica.

O meu papel foi realmente o de realizar pesquisas e trazer insumos mesmo, para que o GT de Energia pudesse priorizar os temas. E uma vez que a gente priorizava os temas e debatia, e todos, dentro do GT, estavam de acordo, a gente validava o tema dentro do GT. Então, o trabalho de 2021 foi muito focado em quais são os temas prioritários, como é que a gente pode validá-los, até que, em 2022, nosso foco foi realmente pensar na construção das peças legislativas.

Então, como vocês podem ver nessa apresentação, em 2021, dentro de novas tecnologias, a gente avaliou várias. Inclusive falamos de captura e armazenamento de carbono, falamos também de energia que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem dos mares. Mas a gente acabou realmente priorizando a eólica *offshore* e o hidrogênio verde. E aí, quanto ao hidrogênio verde, a gente poderia, realmente, ter falado de hidrogênio como um todo. Certo? Mas a gente teve um compromisso que foi muito unânime, dentro do nosso GT, que foi olhar apenas para soluções renováveis e limpas. Então, a gente queria realmente criar um arcabouço para um hidrogênio que fosse verde.

A mesma coisa no transporte. A gente olhou para veículos elétricos, olharmos para biocombustíveis. Na infraestrutura, a gente também debateu bastante a questão de transmissão e *smart grids*. Mas, realmente, como a gente validou os temas... Em 2022, a gente teve, realmente, um apoio muito grande da Conleg para desenvolver as peças legislativas, a gente decidiu que... A gente, inclusive, depois de a Conleg criar os projetos de lei, com o meu apoio, com o apoio dos especialistas do GT, a gente validou o texto para, realmente, seguir para a tramitação.

Pode passar para o próximo eslaide.

Esse foi um processo realmente que... Bom, a gente queria ter criado 20, 30 projetos de lei, mas a gente sabe que essa é uma realidade, que a gente tinha que, realmente... A gente teve esse esforço da CMA pedindo para que a gente priorizasse, para que a gente olhasse para o que fosse mais urgente para o Brasil, em termos de arcabouço regulatório.

O primeiro tema, do qual vou falar rapidamente a respeito, foi o do hidrogênio verde. Na época, fazendo um mapeamento amplo – tanto eu quando a Conleg –, olhando, fazendo o mapeamento de todas as propostas legislativas existentes nas duas Casas, a gente identificou que não existia nenhuma proposta única e exclusivamente sobre hidrogênio verde. Então, a gente tentou, realmente, criar uma posição que pensasse em três principais aplicações para a produção e uso que seriam: a geração de energia elétrica despachável; a aplicação para o setor de transportes, olhando para a substituição de combustíveis fósseis; e, em terceiro lugar, olhando para a aplicação do hidrogênio verde no setor industrial. Então, também substituindo combustíveis fósseis, especialmente em caldeiras e processos industriais que são de difícil descarbonização.

Já no contexto do biogás, a gente identificou uma oportunidade, por esse ser um combustível de baixo custo e obtido a partir da decomposição de resíduos orgânicos para uso energético renovável. Então, vendo tanto a questão da geração elétrica na produção de calor, mas também a geração de biometano. E, realmente, os projetos que existiam... Já havia vários falando sobre biogás, mas nada especificamente olhando para biometano e também pensando em como regulamentar o setor. A gente queria criar um incentivo, no Brasil, para o uso e a produção de biogás e de biometano, pensando na emissão de licenças e também no desconvencionamento de plantas, quando necessário. Então, a gente sentiu que ainda existia esse *gap* nas propostas legislativas que já existiam.

O terceiro ponto, realmente, é o da célula de combustível. Esse também foi um projeto novo, não existia nenhum projeto de lei proposto que falasse sobre célula de combustível. Nesse caso, o nosso intuito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era realmente fomentar a produção de veículos elétricos híbridos. Então, o grupo de trabalho decidiu priorizar uma política que criasse incentivos para a produção da célula de combustível por elas não necessitarem unicamente de baterias para a produção energética, especialmente tendo em vista que a produção de baterias e a demanda por minerais críticos no mundo é uma coisa que tem levando vários debates em relação a direitos humanos, em relação a cadeias de valor sustentáveis. Então, essa seria uma solução, realmente, de trazer veículos elétricos para o Brasil, trazer essa tecnologia de forma mais viável. Tendo-se em conta, também, que a demanda pela célula de combustível e por esse mercado vem crescendo, liderada por grandes empresas automobilísticas e vários participantes do GT, que têm exposição a essas empresas, queriam também trazer esse potencial brasileiro da produção de etanol e de hidrogênio.

E, por fim, eu sei que esse não foi um projeto de lei, mas eu acho que a eólica *offshore* foi também um dos principais temas de debate. A gente optou por não criar um projeto de lei e, ao invés de criar um projeto de lei, a gente propôs duas emendas. A gente apoiou o projeto na época em que foi proposto, de autoria do Senador Jean Paul Prates, e, ao invés de criar um projeto, então, a gente propôs duas emendas. Uma que fosse referente à inclusão de um montante para investimentos em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e também para promoção de empregos com equidade de gênero e inclusão social, incluindo a capacitação e formação de mão de obra local.

Então, eu acho que também, no GT, a gente trouxe muito essa questão da presença das mulheres no mercado de trabalho de energia e a importância da capacitação no treinamento da mão de obra para essas futuras tecnologias no Brasil.

Hoje, esses projetos já foram aprovados na CMA, mas aguardam despacho para as Comissões e, aqui, no meu papel de sociedade civil, eu peço para os Parlamentares que estejam presentes para, por favor, considerarem esses projetos. Como vocês viram, foi um trabalho que a gente fez ao longo de bastante tempo, com pessoas, com especialistas altamente capacitados, que propuseram que essas fossem prioridades para as Casas.

Perfeito.

Eu ia responder a uma pergunta do e-Cidadania, mas, então, eu concluo aqui a minha apresentação e abro para os próximos participantes.

Mas muito obrigada pelo tempo de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eduarda, você pode responder à pergunta, por favor. Já que é uma pergunta.

E, enfim, sua explanação foi excelente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizá-la e dizer que você terá o compromisso não só dos membros da Comissão, mas desta Presidência, com relação ao despacho dos projetos, que já foram aprovados aqui na CMA, para as demais Comissões.

A SRA. EDUARDA ZOGHBI (*Por videoconferência.*) – Perfeito. Excelente notícia!

Eu vou dar uma resposta... Eu acho que as perguntas que foram feitas foram muito boas, do e-Cidadania, mas também são perguntas amplas que a gente poderia debater aqui por várias horas.

Eu anotei aqui: "Qual tipo de energia renovável é a mais vantajosa tendo em vista o custo-benefício?".

Eu acho que o Brasil, isso... Nós, que trabalhamos no setor energético no Brasil, sabemos que a nossa posição é muito confortável em relação a vários outros países, ou seja, a gente pode, realmente, a gente tem um potencial enorme para todas as renováveis. É claro que todas têm seus custos operacionais, seus custos variáveis. No Brasil, por muitos anos, deu muito certo a gente ter as hidrelétricas, porém, por conta das mudanças climáticas, a gente está tendo cada vez menos chuva e isso está comprometendo a nossa capacidade de geração hidrelétrica, o que requer que a gente pense, cada vez mais, na expansão das energias renováveis.

Em termos do custo-benefício, hoje, já na maior parte dos países e também no Brasil, é mais barato gerar energia renovável, mas o que a gente precisa ainda fazer dentro do Brasil para reduzir os custos é pensar sobre como que isso está sendo olhado na parte da operação dos sistemas, na parte do planejamento energético, inclusive de longo prazo.

Então, pensando em como que a gente pode fazer uma modulagem, fazer uma previsão de qual vai ser a demanda energética, onde, no país, vai ser essa demanda e como a gente consegue levar energia de baixo custo para esses lugares.

Então, olhando também para o potencial das eólicas *offshores*, que podem gerar muita energia, e também olhando para o potencial que o hidrogênio tem para poder fazer essa substituição, mesmo no setor de transportes, também no setor industrial, porque é muito difícil fazer essa reposição com energias necessariamente solar, eólica, renováveis. Então, o hidrogênio tem um papel fundamental. E, de fato, para o Brasil atrair investimentos, pensar na participação de todas as renováveis, é muito importante.

E muito dessa queda de custo também tem a ver com as políticas públicas que a gente está debatendo. Então, como criar incentivos que sejam sustentáveis e subsídios que não vão gerar nenhum tipo de impacto econômico negativo para a sociedade são questões muito complexas, mas a gente precisa realmente diversificar a nossa matriz e não apenas pensar em uma, duas ou três formas de energia, mas pensar em todas, porque isso é uma forma de planejamento pensando na nossa segurança energética. Se um dia a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tiver sol, se a gente não tiver vento, se não tiver capacidade de armazenamento em baterias, a gente precisa pensar na nossa segurança com todas as fontes disponíveis.

Mas é isso, rapidamente respondendo.

Muito obrigada pela atenção de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Prefeito.

Eu agradeço, então, a sua presença, Eduarda Zoghbi, do RMI, que também atuou como consultora especializada da Cepal no nosso Fórum da Geração Ecológica.

Eu vou passar agora a palavra para a Sra. Elbia Gannoum, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) e que integrou também o GT de Energia no Fórum da Geração Ecológica.

Seja bem-vinda, Dra. Elbia!

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Bom dia, Senadora Leila. Gostaria de cumprimentá-la e dizer que eu estou muito feliz por a senhora estar presidindo esta Comissão tão relevante para o Brasil, para a sociedade. Gostaria de cumprimentar meus colegas do GT, a Eduarda, o Guilherme e a Michelle, aqui minha colega também de setor, e cumprimento a todos e a todas. Agradeço pela oportunidade e cumprimento também pela retomada desse tema, que é tão relevante para o país, para a sociedade e para o planeta.

Eu gostaria de passar alguns resumos aqui do que nós discutimos a respeito de energia e, daí, vamos passar já para o próximo eslaide.

Eu trouxe alguns casos concretos aqui, porque, às vezes, a gente fica discutindo a questão energética, a questão das mudanças climáticas do ponto de vista teórico, e, daí eu trouxe alguns números para mostrar para vocês o quanto energia é um tema relevante na discussão do clima e como o Brasil tem um potencial grande de contribuir para que a gente faça uma transição energética, e uma transição energética justa, levando em consideração o desenvolvimento da sociedade.

Bom, o tema mais relevante aqui, o ponto de partida, como muito bem colocado pela Eduarda, está ali no início do nosso relatório, quando fala que nós precisamos mudar o nosso paradigma. Nós estamos diante de uma mudança de paradigma e nós precisamos encarar essa mudança. Para isso, a gente precisa ter uma certa ousadia. As mudanças são complexas e o processo é bastante complexo, mas nós temos que, realmente, acreditar nessa transformação. É uma transformação radical da sociedade, da economia, da política.

O que nós podemos dizer, estudando o tema já com bastante tempo, é que é possível, que falta muito mais uma governança, um desejo político do que instrumentos. Nós temos os recursos, nós temos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia, nós temos o conhecimento e temos também o capital. Quer dizer, nós temos todas as ferramentas em mãos para chegar a uma economia de baixo carbono, ou o que nós chamamos de *net-zero*, em 2050, mas para isso nós precisamos agir e agir imediatamente, enquanto sociedade e enquanto atores nesse processo.

A Duda já passou para nós – a Duda, a nossa Duda – aqui os pontos principais que estudamos e eu vou tomar a liberdade de destacar principalmente energia e falar das energias renováveis, tendo em vista a minha especialidade no tema. Eu sou economista, Doutora em Engenharia e especialista em energia, completo, este ano, 23 anos de carreira na indústria.

Vamos seguir o próximo, por favor.

Muitos desses projetos que foram apresentados, e ali muito bem discutidos, a gente percebeu que já existiam. E aí, Senadora, no âmbito do que a própria Eduarda nos colocou, do que nós estamos necessitando do Congresso Nacional, do Senado, principalmente, e da Comissão de Meio Ambiente? Que esses estudos e projetos que já foram apresentados tenham seguimento.

Agora, um aspecto muito importante, que inclusive vai ser objeto de uma reunião que eu vou solicitar para a senhora, é o seguinte: nós precisamos de uma coordenação, nós precisamos de um projeto que saia em pacote. A gente precisa de um pacote associado à transição ecológica e associado ao que muito se tem falado. O Governo Lula tem falado isto com sua equipe, com os 17 ministérios que têm tratado do tema: a gente precisa de uma política pública, e essa política está associada a processos legais e regulatórios que começam no Congresso Nacional. Então, realmente, os estudos já foram feitos, as propostas estão prontas e nós precisamos seguir. Precisamos dessa coordenação e entendemos que a Comissão de Meio Ambiente é a Comissão que está realmente apta para seguir com esse processo.

Sobre esses projetos que estudamos, no caso, o hidrogênio verde e também as eólicas *offshore*, nós já sabemos que há projetos na Casa, tanto que no do *offshore* a gente só sugeriu emendas.

Existe um PLS, do Senador Jean Paul Prates, que trata de *offshore* e um PLS, também do Senador Jean Paul Prates, que trata de hidrogênio verde. O PL de *offshore* já está na Câmara dos Deputados, já saiu do Senado e foi para a Câmara, então falta pouco para ter esse projeto já aprovado. A gente precisa trabalhar para aprová-lo.

Vamos seguir, por favor.

Próximo.

O que eu gostaria de trazer de concreto aqui?

Esse estudo que nós fizemos, esse relatório tão amplo, que envolve outras áreas além da energia, demonstra que o Brasil tem, realmente, um potencial muito grande para contribuir para a transição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energética e ainda obter benefícios disso. Dada a abundância de recursos que o país possui, nós temos a capacidade de ajudar o país com relação à redução de emissões, o que naturalmente ajudará o planeta e ainda transformará a sua sociedade. Por quê? Investimento em energia é investimento em infraestrutura, o que vai contribuir para o crescimento da economia e vai contribuir também para o desenvolvimento econômico e social.

E aí eu trago o caso concreto da energia eólica, que é das fontes novas, das novas tecnologias, e é a energia que tem um histórico maior. A gente está falando hoje de cerca de 12 anos que essa energia começou fortemente no Brasil e hoje ela já é a segunda fonte de geração do país. Nós temos a hidrelétrica, com cerca de 58%, e, depois, com cerca de 13%, 14%, a geração de energia vem de energia eólica. Essa fonte é hoje a fonte de energia também mais barata do país, junto com a energia solar.

Então, esses fatores, mostrando o histórico da energia eólica, demonstram que o Brasil precisa seguir mais rapidamente nessa trajetória, que, além de contribuir para a redução das emissões, vão contribuir para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social de que o país tanto necessita.

Vamos para o próximo, por favor.

E o que eu trago...

Essa discussão é muitíssimo recente. Nós estamos falando de duas, de três semanas que nós estamos acompanhando vários programas lá fora. Recentemente os Estados Unidos lançaram um pacote de investimentos em energia. Esse pacote de investimentos, de incentivos que o Governo americano está fazendo tem R$370 bilhões para trazer investimentos em energias renováveis. Esse pacote vai trazer um resultado muito importante no PIB do país e na consequente arrecadação de recursos para que o país tenha um orçamento mais equilibrado.

Na Europa, temos um pacote também de 170 bilhões de euros associados à energia. Países como Estados Unidos e países europeus, que são países desenvolvidos, que têm recursos fiscais, estão utilizando os seus recursos fiscais para investir em energia, porque a energia traz crescimento econômico.

E o Brasil? Como o Brasil fica nisso? Essa é a nossa grande questão. O pacote do Brasil é um pacote muito mais suave do ponto de vista de recursos. Por quê? Como nós temos uma abundância muito grande de energia renovável, o pacote do Brasil pode se reduzir apenas a uma coordenação e a uma legislação adequada.

O Brasil é um país muito atrativo em termos de investimentos. E as principais empresas do mundo querem investir no Brasil. Mas o que falta, então? A gente precisa de uma coordenação e de um sinal regulatório claro. A gente precisa de legislação. Então, quem vai responder por isso? Quem vai responder por esse pacote de incentivos é o Congresso Nacional, porque isso tem que ser feito em lei e por outros regulamentos consequentes à lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa oportunidade está diante dos nossos olhos. Nós não podemos perdê-la e tampouco atrasar, porque, se atrasarmos, nós vamos correr o risco de o capital ir para a Europa, ir para os Estados Unidos, e nós podemos perder esse bonde, perder esse cavalo selado que está passando na nossa frente. A saída é a partir da legislação, é a partir da coordenação.

Na segunda-feira, nós fizemos aqui em São Paulo um evento muito grande lançando o relatório global de investimentos em energia eólica. O Brasil é o terceiro país que mais investe em energia eólica no mundo e já é o sexto país no mundo em capacidade instalada de energia eólica. E no ano passado o Brasil bateu recorde de instalação eólica. Então, esses números, mesmo sem a gente ter um pacotão de legislação, sem ter um programa claro, um planejamento claro, já são números maravilhosos. Eu fico imaginando se nós tivermos, sim, uma política clara, um pacote claro. É isso que a gente tem trazido, e trazido com muita frequência. Eu tenho repetido três vezes por dia, porque nós precisamos, realmente, desse pacote.

Vamos para o próximo.

Olhando para a energia num contexto internacional, essa é a curva de crescimento, essa é a curva de investimento. O mundo hoje já tem 900GW de capacidade instalada e, como eu mencionei, o Brasil é um ator importante nesse processo, porque ele já é o sexto país com capacidade instalada.

Vamos para o próximo.

Quando nós olhamos os demais países do mundo, a China, é claro, é o país que domina os investimentos em energias renováveis, embora seja ainda uma grande emissora, mas como é um país muito grande, esses investimentos da China têm um papel muito grande, quando a gente olha para essa matriz de investimento. Então a China responde hoje por cerca de 50% das novas instalações. Depois, os Estados Unidos e, em terceiro lugar, o Brasil.

Vamos para o próximo, por favor.

Este é o fato concreto que eu gostaria de trazer para vocês hoje. Investir em energia vai trazer resultado de PIB e resultado também de IDHM. Este é um caso concreto. Nós estudamos a Região Nordeste, que é a região que tem 85% dos parques eólicos instalados hoje. O que aconteceu na Região Nordeste com a chegada dos parques eólicos? Então, nós fizemos um estudo e o IDHM nessa região, comparado a outros estados que não receberam investimento, cresceu 20% – o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. E o PIB dessa região, a despeito do fraco desempenho da economia brasileira, cresceu 21%.

Os nossos números indicam que a cada R$1 que se investe em energia eólica neste país, R$2,9 são devolvidos em efeito multiplicador da economia. Então, essa é a prova, é o concreto de uma realidade que o Brasil precisa e pode modificar. Esse é só um dado concreto de energia eólica, e nós temos outras fontes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a solar, como a biomassa. Nós temos o biogás, nós temos a cana-de-açúcar, para fazer o etanol, para fazer o biodiesel.

Então, nós temos outras possibilidades de investimentos em energia, em energia limpa e renovável, que podem trazer desenvolvimento para o país. É claro que a eólica *onshore* – a gente agora está também estudando os projetos *offshore* – é um caso concreto, mostrando para nós que o caminho é esse, que se seguirmos essa trajetória, nós estaremos fazendo o certo.

Qual é a grande questão? Nós estamos, sim, indo nessa trajetória, mas nós precisamos acelerar essa trajetória. O mundo precisa de mais investimento, mais rápido, para reduzir as emissões. E o Brasil precisa acelerar, porque é um país que precisa crescer e se desenvolver.

Vamos para o próximo, por favor.

Eu gostaria de aproveitar, Senadora, para responder também algumas questões, de que eu gostei muito. Muito obrigada aos participantes pelas questões.

A primeira é a do Gustavo – até complementando a resposta da querida Eduarda –, que pergunta qual é o tipo mais vantajoso de energia.

Existe um princípio muito importante quando nós falamos de energia elétrica e de energia de forma geral. É muito importante que a nossa matriz seja diversificada.

Então, eu não vou escolher "a" em detrimento de "b". Se eu tenho uma quantidade de energias renováveis no país, é importante que eu desenvolva todas. Você desenvolve uma matriz diversificada e isso permite que você desenvolva vários fatores na economia, que você traga crescimento, que você traga tecnologia.

Então, qual é a melhor energia renovável para o Brasil? Todas que o país possui. A gente faz uma combinação dessas fontes de energia, a gente desenvolve a região e a gente ainda traz segurança para o abastecimento. Se falta um recurso hoje, a gente tem outro. Às vezes, tem seca, não tem água, mas tem vento. Não tem vento forte, mas tem sol.

E a graça, a beleza de uma matriz energética é que ela seja altamente diversificada. E o Brasil é o país que tem a maior capacidade, em comparação com o resto do mundo, de ter uma matriz altamente diversificada, segura e, principalmente, competitiva; a mais barata.

Então, esse é o nosso papel.

Senadora, meu tempo acabou, mas se a senhora, depois, me permitir, eu posso também responder às outras questões.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Elbia. Excelente. Foi muito didática a sua explanação. Ficamos empolgados aqui ouvindo a sua fala, vendo todo o potencial que o nosso país tem e a questão de a matriz ser diversificada.

Vamos trabalhar muito, porque a gente sabe que é importante o Congresso Nacional, o Poder Legislativo fazer o seu papel na questão das legislações, dos marcos regulatórios.

Se você quiser, por favor... Aliás, eu gostaria que você respondesse à pergunta. Já respondeu, de certa forma, mas, por favor, com a palavra. Fique à vontade.

A SRA. ELBIA GANNOUM (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senadora.

Bom, uma outra pessoa perguntou como esses PLs podem ajudar na transição.

Eles são fundamentais. Eles são cruciais. Como eu mencionei aqui, a gente precisa de uma coordenação política e uma coordenação legal. Essa coordenação vem pelo Senado Federal, pela Comissão de Meio Ambiente, e com o resultado desses estudos.

Então, se eu crio um desenho regulatório para investimento em *offshore*, para investimento em hidrogênio, os investimentos vão acontecer e nós vamos aumentar ainda mais o potencial de geração de energia renovável do Brasil.

No caso do hidrogênio, existe um fator fundamental: 74% das emissões globais vêm de energia, sendo que 27% são de energia elétrica – então, você usar tomada, carregar veículos é energia elétrica –, mas o restante vem de moléculas. A gente usa muito para combustível, usa em processos industriais.

E o mundo precisa substituir a molécula do hidrocarboneto, do petróleo, por uma molécula renovável. E o hidrogênio verde é exatamente essa molécula.

Então, se nós quisermos realmente fazer uma transição energética, nós temos que investir fortemente em molécula. E aí o hidrogênio verde, o hidrogênio limpo. E essa molécula é transportável. Quanto à energia elétrica, você não tem como ligar um fio aqui no Brasil e mandar para a Europa. O hidrogênio você estoca em contêineres e envia para a Europa. E o Brasil pode se tornar, sim, um grande exportador de hidrogênio verde além de produzir hidrogênio verde para os nossos processos industriais internos.

Uma outra pessoa perguntou assim: como reduzir os impactos ambientais? Não há alternativa. Se 74% das emissões estão associadas à energia, nós temos que eliminar esses 74%. E aí nós precisamos investir em energias renováveis e fazer o que já estamos fazendo aqui, mas com velocidade, rápido, senão nós não vamos conseguir, e a gente vai chegar no aquecimento e vai, literalmente, derreter o planeta.

Uma outra pessoa pergunta: e nós, enquanto sociedade, como nós podemos contribuir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós consumidores, em casa, podemos contribuir para a redução das emissões separando o lixo, fazendo o consumo consciente – então, tem uma série de medidas com que nós consumidores podemos contribuir para reduzir as emissões e para reduzir os efeitos das mudanças climáticas – e escolhendo produtos, escolhendo empresas que são produtoras de bens biodegradáveis, empresas que têm responsabilidade ambiental e também responsabilidade social.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Elbia.

Parabéns pela explanação.

Vou passar agora a palavra para o Sr. Guilherme Syrkis, que é o Diretor Executivo do Centro Brasil no Clima (CBC) e também integrou o GT Energia.

Seja bem-vindo Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME SYRKIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Leila. Para mim é uma honra enorme estar aqui nesta Casa, falando e dialogando com todos vocês.

Eu tenho um respeito enorme pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional, e pela importância dele no debate para discutir os detalhes das políticas para a gente conseguir avançar a agenda de energia e, sobretudo, neste momento, a agenda climática no Brasil. A gente vive numa emergência climática. Então a gente precisa conversar sobre isso de uma maneira madura, honesta e aberta.

Eu hoje optei, Senadora, por não fazer uma apresentação, mas conversar um pouco com todos os senhores e com todos os meus colegas.

Quero aqui destacar o meu carinho tanto pela Eduarda quanto pela Elbia, com quem trabalhei muito próximo, ao longo do ano passado. Foi um trabalho extremamente importante, que gerou esses três PLs.

Quero também cumprimentar todos os outros companheiros, Michelle Hallack e uma outra pessoa também que não está aparecendo aqui para mim. O Gonçalo Amarante Guimarães Pereira também.

Obrigado pela participação também dos meus colegas.

Mas, Senadora, eu estou muito preocupado com as atuais posições do Governo Federal em relação ao setor de energia. E eu queria pontuar algumas coisas, porque eu acho que, dentro desta Comissão, esses assuntos precisam ser tratados e terão uma relevância, acredito, na agenda, ao longo deste ano.

O Governo Bolsonaro, o Presidente Bolsonaro ficou conhecido – e vai ficar marcado na história do Brasil – como o Presidente que destruiu a nossa Amazônia, como o Presidente que fez o maior processo de desmatamento, de incentivo à grilagem e de incentivo ao garimpo ilegal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Lula precisa tomar uma decisão sobre se ele vai querer ficar marcado por ser o Presidente que vai destruir a nossa Amazônia Azul. É muito perigoso tudo que está sendo dito pelo atual Governo, pelo Presidente da Petrobras em relação à exploração de petróleo na foz do Amazonas. E a gente precisa ter uma conversa bastante madura em relação a isso. Eu quero deixar bem claro aqui que eu não sou contra explorar petróleo, os poços. Eu fui três anos do Ministério de Minas e Energia, participei da política de crescimento do setor, mas eu entendo que a gente tem que fazer isso de uma maneira inteligente, de uma maneira madura e compreendendo o atual contexto em que a gente vive, de aquecimento global e de uma visão estratégica.

O apelo que eu faço aqui e com todo o respeito diante desta Casa do Senado Federal é que o Governo Federal possa realmente mostrar e dizer e tomar a liderança política de qual é a visão de crescimento de energia que ele quer ter para os próximos anos. Explorar a foz do Amazonas não só vai trazer um impacto gigantesco para aquela comunidade que está ali no entorno, como vai também ter um potencial enorme de destruir uma biodiversidade que está ali, que não é conhecida, que é pouquíssimo estudada. A BT saiu de lá, a Total saiu de lá e a Petrobras entrou nessa história e, agora, de uma maneira surpreendente, porque eu sou amigo do Presidente da Petrobras, nosso amigo Jean Paul, ex-Senador desta Casa, responsável por alguns desses PLs que a gente está discutindo hoje... Conheço o Senador e atual Presidente há mais de dez anos, tem um histórico importantíssimo no setor de energia renovável, mas eu estou desconhecendo a postura dele à frente, nesses poucos meses, da Petrobras, dizendo, insistentemente, que vai, sim, explorar a foz do Amazonas, que a Petrobras vai ser a última empresa de petróleo a explorar petróleo no mundo e que vai ser aqui no Brasil, coisas que destoam muito de quem o conhece, de um histórico maravilhoso e respeitável que ele tem dentro do setor de energia.

A Petrobras precisa ter uma discussão madura em termos do que ela vai querer ser realmente. Todas as empresas de petróleo estão se renovando, todas as empresas estão fazendo essa discussão séria. Eu sei que o Presidente da Petrobras já também inciou e está fazendo uma discussão sobre a eólica e *offshore* e vem fazendo várias discussões sobre pesquisa e desenvolvimento para área de captura de carbono. Mas a gente precisa ter de fato uma compreensão de aonde é que a Petrobras quer chegar e a importância dela de não só ser apenas, como foi no último Governo, uma empresa unicamente de exploração e produção de petróleo.

A Petrobras pode entrar nesse setor de energia, no setor de energia renovável, inclusive no setor elétrico. Ela tem um potencial enorme. Inclusive, isso é muito importante, lembrando os funcionários extremamente capacitados que estão lá, funcionários jovens. Diversos amigos meus, que estudaram comigo, hoje são concursados da Petrobras e estão montando a sua aposentadoria na Petros, num *core business* que está fadado, seguramente, a dar errado nos próximos anos. Já passou o tempo de a gente discutir seriamente a modernização da Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro ponto é essa discussão madura em relação a qual é a visão em relação ao setor de petróleo e gás que a gente tem que ter aqui, no Brasil. Eu acho que o Governo Federal tem aí um chamado *low-hanging fruit*, tem a possibilidade de estar levando para a COP 28, que vai ser considerada a COP da discussão de petróleo, nos Emirados Árabes, no final deste ano, em relação a que áreas ele pode colocar de exclusão. Existem áreas ali, Senadora, que há mais de dez anos são colocadas como oferta permanente e não são arrematadas. Por que não escolher essas áreas e dar foco para aquelas áreas que estão tendo exploração e que realmente sabem que têm potencial, que sabem que também têm segurança em relação à biodiversidade, em relação a espécies em extinção, em possível extinção? Áreas como, por exemplo, Pelotas, Bacia do Jacuípe e leste de Potiguar poderiam, perfeitamente, entrar como áreas de exclusão. E a gente tem um grande mapa dessas áreas que têm que ser colocadas de exclusão, áreas que precisam ser mais bem estudadas e as áreas que realmente a gente precisa explorar e usar, principalmente os nossos *royalties* do petróleo, para fazer essa transição tão importante.

O Governo Bolsonaro gostava muito de falar pelo mundo afora que o setor de energia do Brasil era muito limpo e pegava só a parte do setor elétrico, mas, quando a gente olha mesmo para o nosso setor como um todo, nosso setor não é renovável. São 51,6% de energia não renovável contra 48,4% de energia renovável. Ainda não somos de fato. Estamos muito à frente de outros países e não temos a menor dúvida disto, mas o Brasil pode ser mais. A gente sonha que o Brasil seja, de fato, um grande exemplo de economia pujante da economia verde, exemplo cada vez maior para o mundo todo, exemplo de uma economia realmente diversificada.

E, para finalizar, eu quero também colocar como grande preocupação a contratação das termoelétricas a gás na Lei 14.182, que vai ter um aumento de cerca de 10% da nossa tarifa, que pode chegar a R$30 bilhões de custos para o nosso consumidor.

É muito ruim para a energia eólica, para a energia solar, para a biomassa, entre outros, quando a gente coloca essa obrigatoriedade de 8GW para serem contratados. Você desloca a oportunidade de outras fontes que são competitivas de estarem participando dos leilões. Então, eu vejo isto com muita preocupação e eu acho que esta Casa precisaria revisitar isso e retomar também uma discussão em relação à obrigatoriedade da contratação de termoelétricas a gás para a construção de gasodutos com essa finalidade, de contratação para gasodutos, para fazer obras de gasodutos na região do Nordeste. Essa é uma discussão que também a gente precisa fazer com o Ministério de Minas e Energia.

É isso, Senadora. Quero agradecer muito o espaço e pedir perdão porque foi uma fala mais seca.

As discussões desses três PLs são importantíssimas, tanto da célula como do hidrogênio verde, que é um mercado que também precisa ser cada vez mais compreendido.

Eu me preocupo também, Senadora, por exemplo, com o fato de não existir uma política específica para a exportação de hidrogênio verde. Chile e Colômbia já estão fazendo sua política específica para isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhando para o mercado europeu, e ainda o Brasil relativizou a sua política nacional e a colocou como só uma política de hidrogênio como um todo, sem olhar para esses aspectos que são extremamente importantes, para a grande oportunidade que a gente tem de exportar hidrogênio verde para o mercado europeu e para todo o mundo.

Muito obrigado por esse espaço. Fico à disposição para perguntas e para contribuir mais com esta Comissão tão nobre.

Parabéns, Senadora, pelo debate.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Guilherme, acho que é extremamente importante a sua explanação aqui.

Eu tenho como característica, até pela Casa, ouvir sempre o outro lado. Acho que, quando você fala das posições com relação à nova direção da Petrobras, é importante que a Casa, nós, Parlamentares, ouçamos o outro lado. Assim, eu já estou conversando aqui com a minha equipe, e nós pretendemos trazer para a nossa próxima reunião um requerimento de convocação do ex-Senador e agora Presidente da Petrobras, Jean Paul, para que ele possa falar um pouco dos objetivos e do plano dele de trabalho, de sua atuação à frente da empresa.

Então já fica aqui para a nossa próxima reunião a gente apresentar esse requerimento convidando o Jean Paul.

Obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Michelle Hallack, Consultora Executiva da Mercados-Aries Internacional.

Seja bem-vinda, Dra. Michelle!

A SRA. MICHELLE HALLACK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Começo agradecendo...

Quero ver se consigo compartir a minha tela, um minutinho. (*Pausa.*)

Podem ver minha tela?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim.

A SRA. MICHELLE HALLACK (*Por videoconferência*.) – Ótimo! Muito obrigada.

Primeiro, muito obrigada, Senadora Leila, pela oportunidade de vir conversar sobre esse tema. É um prazer estar aqui com tantos especialistas para uma discussão tão interessante. Um dos elementos que me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamou a atenção é que tudo está muito alinhado. Mesmo que não tenhamos coordenado os temas levantados, eles estão extremamente coordenados.

Eu trabalho com energia há 17 anos e, desses 17 anos, em torno de 13 anos no cenário internacional. Trabalhei em todos os países das Américas, quase todos os países do Caribe, Europa, Ásia e, nos últimos 5 ou 6 anos, eu venho trabalhando muito com o tema de hidrogênio, ajudando a montar as estratégias dos países, contratos, estratégias de empresas. Ademais, venho trabalhando também com o tema "transição justa e injustiça climática", temas que estão muito relacionados.

Na minha apresentação, nesse sentido, eu vou tentar levantar um pouquinho essa perspectiva um pouco internacional e chamar atenção para o ponto de vista industrial relacionado ao tema. Acho que os colegas desta mesa já levantaram muito o ponto de vista ambiental, a Elbia levantou a questão econômica de maneira intensa. A gente vai complementar um pouco essa perspectiva, olhando o que tem sido feito internacionalmente.

Nessa história que venho trabalhando há muitos anos, do ponto de vista internacional, a transição energética vem se transformando numa política industrial de maneira que a gente não tinha visto antes. Política industrial sempre houve nos países, mas eu nunca escutei de maneira tão certa essa competição e essa corrida industrial como a gente vem vendo, principalmente de maneira geral, mas o tema de hidrogênio é bastante forte. Por isso que eu gostaria de chamar atenção para isso.

Vou dividir minha apresentação em três partes. Quero começar, porque me pediram para dar uma visão geral um pouquinho inicial sobre o hidrogênio, o que é o hidrogênio, as características técnicas e econômicas, e por que agora, já que o hidrogênio sempre esteve aí, hidrogênio foi usado pela Nasa em 1950, por que agora a gente está trazendo esse tema. Em seguida, vou falar um pouquinho do ponto de vista internacional e esse *link* de transição energética e competição para internacionalização do desenvolvimento industrial – a gente vai vendo aí um movimento importante do ponto de vista internacional. E eu queria trazer também alguns elementos da necessidade de posicionamento estratégico do país e redefinição das cadeias de valor da indústria. Esses elementos, vou soltar alguns poucos elementos, mas eles estão muito relacionados com uma palavra que foi levantada aqui pelos três participantes que eu escutei: coordenação, organização. É um tema extremamente importante, vistas as características do hidrogênio.

Começando hidrogênio – às vezes eu começo, fui professora muitos anos e sempre começo com o básico da ideia –, o hidrogênio é o elemento mais simples que tem e é esse da tabela periódica, que a gente estuda quando está no colégio. É um elemento que não tem odor, não tem cor, extremamente inflamável e é muito, muito leve. E tem grande quantidade de energia por quilograma, essa densidade gravitacional, e muito baixa por volume, então é uma coisa que ocupa muito espaço, e é muito leve. Por que é importante falar desses elementos? Porque a gente vai ver que o hidrogênio tem muito potencial, mas, para o desenvolvimento da indústria, esses elementos têm que ser considerados porque tem a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança, do transporte, alguns elementos têm que ser construídos do ponto de vista regulatório e da política, considerando essas características, para que essa indústria possa se desenvolver.

O fato de ser muito diverso o hidrogênio faz com que haja diferentes formas de produção de hidrogênio. O hidrogênio é um dos elementos mais diversos no universo, provavelmente, porque a gente não conhece tudo, e também no planeta Terra. Ele está geralmente, com algumas exceções que estão sendo estudadas, conectado com outra molécula e geralmente a gente tem que conseguir quebrar, separar esse hidrogênio.

Isso significa o quê? Isso significa que, do ponto de vista de produção, tem diferentes fontes. E aí, um pouco também do que foi comentado, a importância dessa diversidade. A gente pode fazer hidrogênio de biomassa, de solar, de eólica, de hidro, de geotermal, de energia marinha. Tem diferentes formas de você produzir eletricidade ou energia que, com a água, a gente usa essa energia para poder quebrar a água e produzir hidrogênio. E há diferentes mecanismos e tecnologias para fazer isso.

Ademais, dependendo desses tipos de tecnologia, a gente pode ter rotas tecnológicas de hidrogênio que são distintas. Você tem uma rota tecnológica carbono neutra, quer dizer, você não gera nem consome mais carbono, mas você em algum momento pode emitir CO_2. Então, ela é neutra quando a gente olha a cadeia.

A gente pode ter o caminho zero. A gente não emite CO_2, a gente não emite carbono. E a gente tem também cadeias, que são extremamente interessantes, que são negativas. Então, quer dizer, além de a gente não emitir, a gente está conseguindo retirar da natureza, a gente está conseguindo capturar de alguma forma a emissão de CO_2. Vistas as nossas metas de neutralidade climática para 2050, provavelmente as três rotas poderão ser utilizadas.

Falamos das características gerais. O hidrogênio tem característica energética, de dispersão, que necessita de transporte e distribuição. Falamos que a forma de produção é muito diversa e só pensando nas renováveis, que é a direção em que a gente está indo, tem diferentes formas de fazer.

Do ponto de vista de uso do hidrogênio, você também tem uma grande diversidade. Então, é extremamente versátil o uso do hidrogênio. E esse uso do hidrogênio pode ser tanto industrial como pode ser um vetor energético.

Quando a gente está falando do hidrogênio como vetor energético, a forma como eu gosto de explicar isso muitas vezes é que o hidrogênio, na prática, armazena eletricidade. Você cria hidrogênio; hidrogênio, eletricidade. Então, a gente pode pensar o hidrogênio quase como uma bateria de alguma forma. Então, esse é um mecanismo, é uma grande versatilidade.

E é muito interessante o que a Elbia levantou. Essa capacidade de colocar o hidrogênio é como se a gente pudesse transportar eletricidade de um momento a outro, a gente guarda eletricidade num momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e usa em outro, ou a gente sai de um lugar e vai para outro. Então, a gente tem essa também, que a gente pode pensar como se fosse uma arbitragem espacial, vai de um lugar a outro. Isso permitiria exportar hidrogênio entre continentes. E, pensando no futuro, isso muda a perspectiva do setor energético.

Quando eu estudei energia mais de uma década atrás, a gente falava que eletricidade é uma coisa que é um mercado local. Cada país ou cada região tem a sua. O hidrogênio, se ele se torna essa peça central que a gente gostaria que se tornasse, ele vai permitir conectar sistemas elétricos que, de outra forma, estão desconectados.

Isso permite a utilização de renováveis principalmente em países que têm esses grandes recursos naturais, como o nosso país e outros. Tem outros países também que têm recursos naturais e que estão avançando nessa direção, porque eu acho que é importante a gente ver o valor dos nossos recursos, ver o que a gente vem avançando, mas a gente não está sozinho, a gente tem outros países também que vêm avançando.

Essas diferentes formas de utilização do hidrogênio, tem algumas que já são mais eficientes, que já são fáceis de limpar e de utilizar, e outras que são mais complicadas, menos eficientes.

Sobre o uso futuro do hidrogênio, a gente espera que o crescimento seja... Comparando a indústria atual de hidrogênio com o futuro em 2050, pode multiplicar entre quatro e dez vezes. Essa multiplicação, que a gente não sabe se vai multiplicar quatro, se vai multiplicar dez vezes a quantidade da indústria atual de hidrogênio, depende muito de quais são os tipos de demanda que vão ser descarbonizadas por hidrogênio ou por outros mecanismos, como as baterias, como outros mecanismos de armazenagem, como outros tipos de combustíveis limpos. Então há aí uma incerteza em relação aqui.

Do ponto de vista do hidrogênio, um tema importante é que já tem um setor industrial utilizando e tem uma experiência nessa utilização, nessa produção, e que alguns países já têm. No nosso caso, a gente tem experiência em hidrogênio. Mesmo que não seja o hidrogênio verde, que a gente vem começando, está mais forte agora, apesar de alguns pilotos, a gente já tem essa experiência, e isso é muito importante.

Só queria comentar, nesse sentido, que como havia comentado, o hidrogênio, como uso energético, não é novo. Se a gente pensar, até entre brincadeiras, de outro filme, De Volta para o Futuro, você usa água como combustível. Aqui, na década de 50, já foi utilizado, na verdade, para viagens espaciais.

O que foi que mudou? Então a gente já conhecia, a gente fala de hidrogênio como uma coisa supernova, e na prática, não é. Eu estava levando uma comitiva, na verdade, para ver alguns projetos de hidrogênio, e o pessoal falou assim, "mas é razoavelmente simples". É razoavelmente simples. O que foi que mudou? Por que é que agora a gente está tendo tanto isso? A primeira vez que eu estava olhando isso foi em 2008. O que foi que você mudou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa são políticas de mudança climática. O tema do hidrogênio raramente, raramente, para não dizer que nunca, faz sentido se a gente não tem como objetivo as emissões meta zero de 2050. Quer dizer, se a gente não tem o objetivo de descarbonizar, o tema do hidrogênio raramente faz sentido econômico. Para não dizer nunca, quase nunca. Então o hidrogênio vem como um vetor de descarbonização. Então quando a gente fala, muitas vezes, é competitivo o hidrogênio ou não é competitivo, se você não considera a necessidade urgente de descarbonizar o custo de emitir CO_2, ele não é, em grande medida, competitivo. Agora, como vetor de descarbonização, é uma das tecnologias mais competitivas que permitem a descarbonização.

Outro tema importante, que também já foi comentado aqui, é a diminuição dos custos das renováveis. Geralmente a gente está falando que 60% a 70% dos custos do hidrogênio estão associados com os renováveis. E os benefícios também. Então todos os benefícios que foram comentados pela Elbia, em relação às renováveis, quando a gente está falando de hidrogênio, a gente está falando dos benefícios das renováveis para produzir hidrogênio mais o hidrogênio. E a gente conhece, o Brasil tem essa experiência em relação à renovável. E o custo da renovável, na verdade, é mundialmente competitivo.

Outro tema importante é o desenvolvimento tecnológico. A gente tem um aumento de patentes e de desenvolvimento tecnológico de maneira exponencial, por hidrogênio, nos últimos anos.

Os preços dos combustíveis fósseis, os picos dos preços do combustível fóssil vêm impulsionando ainda mais os pacotes, como também foi mencionado aqui, em nível europeu, americano. Com o pico do preço do gás natural aumentaram muito os projetos que não eram competitivos, como alguns projetos de fertilizantes. Com o preço do gás natural no pico, eles começam a ser competitivos, mesmo sem se considerar, às vezes, o preço do CO_2.

E o tema da segurança energética. Isso é interessante porque, dependendo o local de onde você está falando, com quem você está conversando, a importância de cada um desses elementos é maior ou menor. Mas isso transforma a lógica do hidrogênio, que ganha essa preponderância em nível mundial.

Os tais desafios.

Não é uma indústria madura, como é o caso da eólica ou da solar. É uma indústria que tem desafios. A indústria atual de hidrogênio é poluente, ela emite, é extremamente poluente. Tem necessidade de investimentos e necessidade de conhecimento e coordenação.

Eu ia passar pelas políticas de cada um dos países, mas eu vou usar só mais um minutinho, só para terminar, levantando alguns elementos dos países...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Dra. Michelle, nós vamos dar-lhe mais cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MICHELLE HALLACK (*Por videoconferência.*) – Mais cinco? Agradeço enormemente. Perdão.

Volto aqui.

Então, os principais desafios estão relacionados ao mercado. A gente tem uma questão de mercado. O atual mercado de hidrogênio é extremamente poluente. O custo do hidrogênio, com emissão zero, é mais caro. Então, eu falo que, sem considerar o preço do CO_2, a gente tem uma questão de custo. Ele é, mais ou menos, duas vezes mais caro.

Os investimentos, quando a gente está falando de hidrogênio, são investimentos grandes porque, geralmente, você tem que girar toda a cadeira de valor. Então, normalmente, quando a gente vai falar de pilotos, por exemplo, os pilotos tendem a ser pequenos. No caso do hidrogênio eles são grandes. E, como ele envolve diferentes partes, como eu mostrei, tem vários usos, várias formas de produção, necessita conectar, a necessidade de coordenação é extremamente importante.

Esses aqui, não vou tratar sobre todos, são os países que estão liderando o tema do hidrogênio no mundo.

Nos Estados Unidos, o *The Inflation Reduction Act* vem impulsionando o tema do hidrogênio, com grande investimento. Espera-se ter um crédito fiscal, para o tema do hidrogênio, de US$3 por quilograma de hidrogênio, o que faria com que esse hidrogênio já fosse competitivo com esse subsídio. No caso americano, eles objetivam fazer cair o custo do hidrogênio.

O que eu queria levantar é que dentro dessa proposta tem uma proposta de que o subsídio depende de contratação interna nos Estados Unidos. O tamanho do subsídio está associado a uma política industrial e de contratação de indústria e de mão de obra americanas.

Como resposta...

Vou direto à Europa. Como resposta a essa política americana, a gente tem as políticas europeias. Eu queria levantar o *The European Green Deal,* que tem como objetivo fazer essa resposta. O objetivo delas é que 40% das tecnologias para a transição energética deverão ser produzidas na região da União Europeia. Eles têm objetivos de importação de hidrogênio, no que a gente pode entrar.

Eu queria levantar um tema que eu creio que é muito importante. Quando a gente fala de exportar hidrogênio, exportar energia, a gente não está falando só de exportar energia ou hidrogênio, mas dos produtos que são feitos a partir desses combustíveis. Um tema importante que vem nessa discussão é a discussão do *carbon adjustment mechanism*, que é um mecanismo proposto pela União Europeia para evitar fuga de carbono, quer dizer, eles descarbonizarem internamente e importarem produtos de indústrias de países onde tem emissão. Então, o que eles querem gerar? Eles querem gerar uma taxa que dificulte ou que encareça a importação de produtos com mais emissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente for pensar do ponto de vista dessa política de hidrogênio, a gente não pode pensar em exportar hidrogênio? É claro que sim, mas a gente pode pensar em exportar em aço verde. A gente pode pensar em exportar fertilizante, com emissões baixas. E, mais do que isso, se a gente não pensar nisso, a gente vai sofrer a consequência de não pensar nisso, porque a indústria está se transformando. Ela está se transformando e ela está sendo impulsionada para se transformar, não só a indústria energética, mas a indústria que utiliza energia. E, se essa indústria, se a gente não entra estrategicamente, se a gente não se posiciona estrategicamente, não é só que a gente vai deixar de ganhar, a gente vai perder espaço em várias áreas.

Com isso, queria só mostrar que, do ponto de vista internacional, na verdade, o Brasil é visto como um dos países com potencial de ter o hidrogênio verde mais barato do mundo em 2030 – isso foi feito pela Bnef, uma agência internacional conhecida. E, do ponto de vista de posicionamento, é muito importante a coordenação: estratégia e objetivos; regulação e permissos; coordenação e alianças; incentivos e financiamento; infraestrutura; capital humano; e cadeia de valor.

E juntar as agendas, porque o hidrogênio, como ele está na intercessão, tem uma relação muito grande com diferentes agentes, o que inclui diferentes níveis de decisão – internacional, nacional e regional. A gente tem que pensar como a gente vai entrar nessa estratégia que está se realocando em nível mundial. Há uma realocação das cadeias de valor internacional, há recursos internacionais. Então, a gente tem que se posicionar.

E aí foi interessante o que foi falado anteriormente. Quando a gente faz a estratégia do país, a gente tem que pensar em como ele entra na estratégia... Agenda de transição justa e justiça climática, modernização industrial, meio ambiente e segurança energética...

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós é que agradecemos a sua participação, Dra. Michelle, e entendemos que os desafios são gigantes, complexos. Realmente, desafiadores e gigantes.

Mas, enfim, também, eu me animo muito, e tenho certeza de que aos colegas que estão acompanhando esta sessão, nos anima muito saber todo o potencial que foi explanado por todos vocês aqui especialistas com relação ao Brasil nessa questão das energias renováveis, as energias limpas.

Então, quero agradecer, até o momento, a participação de todos vocês. Excelente audiência!

Eu vou passar, agora, a palavra para o Sr. Gonçalo Pereira, que é da Unicamp – Professor, acredito –, Prof. Gonçalo Pereira.

Seja bem-vindo, Professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GONÇALO PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora.

É uma honra, um grande prazer, uma iniciativa extraordinária e essencial para o país.

Bom, eu, como cientista, vou trazer um pouco mais aí.

Eu não sei se vocês já estão vendo a apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim.

O SR. GONÇALO PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Eu vou trazer um pouco mais dos fundamentos e onde é que eu enxergo a oportunidade.

Eu fui também executivo por alguns anos e eu conheço os dois lados da moeda, tanto da academia como da área empresarial. Assim, rapidamente, nesses 15 minutos, o ponto fundamental é que nós temos que seguir a energia. Nada faz sentido se você não seguir a energia, não entender o balanço, não entender o que ela efetivamente é. E a energia tem várias caras que, muitas vezes, nos enganam. Não existe nada que não seja energia. Dinheiro é energia; tudo, absolutamente tudo é energia.

Bom, falando do cenário global da energia do ponto de vista científico, o que acontece, pessoal, é isto aqui: a energia que vem para o planeta, quando a gente esquece a questão nuclear, vem do sol. Ela vem do sol e o planeta... Se o planeta fosse um carro, o tanque de combustível, a entrada do tanque de combustível é o Equador. Do ponto de vista de balanço energético, a partir das latitudes 35, o planeta não recebe energia suficiente para se sustentar. Então, aqui são os subtrópicos, que é exatamente onde nós estamos, e a energia... Nós temos a energia, digamos assim. E, na questão da falta de energia na nossa história como planeta, já tivemos o chamado *snowball*, quando o frio começa em um ponto, a gente perde a mão, o planeta perde a mão e ele começa um sistema de esfriamento, e é esse o grande drama, o grande problema do aquecimento global. O aquecimento global tem um problema de circulação global. Acabando com a circulação é que a gente vai ter um frio tremendo. Bom, mas isso é uma longa história. Não dá tempo de a gente abordar aqui.

O fato é o seguinte: embora nós tenhamos energia, a energia da civilização, que é o dinheiro, está exatamente fora do local onde se tem a real energia. Então, a gente tem que se perguntar: "Mas por quê?" A razão é relativamente simples, ela está no nosso cérebro. O cérebro, para operar, precisa – o ideal – de uma temperatura entre 21°C e 23°C. É por isso que não é difícil dizer que, quando você tem alguma coisa em que você não quer pensar, você vai para uma praia nos trópicos, exatamente porque é aí que o cérebro não é bom para raciocínio.

Existe esse trabalho, que eu vou sugerir a todos, está no YouTube e é muito bom. Qual é a melhor temperatura da civilização? E está aí a melhor temperatura da civilização, e, não por acaso, é de 100% a correlação entre desenvolvimento e essas localizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que se resolve isso? Como é que a civilização resolveu isso? Como é que os locais sem energia conseguiram tanta energia? A partir da revolução industrial, sem dúvida nenhuma, foi com a energia fóssil. E o que é a energia fóssil? É fotossíntese ancestral. Foi fotossíntese um dia, não é? É fotossíntese ancestral. Bom, então, você está pegando a poupança de energia do planeta e tirando das regiões, tirando do fundo da terra, tirando dos locais onde estavam fixados e colocando para rodar a civilização. O efeito colateral disso, todo mundo sabe, é o CO_2. Do CO_2 ao aquecimento global, e isso aí virou o que a gente chama hoje de túnel de carbono, quer dizer, o mundo convenceu a todos que CO_2 é o problema global.

O colega que falou aí antes de mim... Eu concordo totalmente com ele quando ele fala, por exemplo, da questão da Amazônia. A gente derrubar mais qualquer árvore que seja, em qualquer lugar, é um absurdo, e esse é um problema do Brasil do ponto de vista de emissão. Eu vou tentar mostrar aqui, nesse tempinho, que a gente, na realidade, pode inverter o jogo, ser um exportador de soluções.

Bom, como tudo na civilização, na hora em que você tem um problema, isso gera oportunidade; oportunidade gera negócio; e, na hora em que você tem negócio, você tem uma série de interesses em conflito; e, nessa série de interesses em conflito, geralmente o mais fraco é atropelado por elas.

A tese é essa: "Ó, tem aqui um carro, o carro tem fumaça, meu Deus, fumaça é poluente". CO_2 não é poluente, não é? CO_2 não é poluente! "Então, aqui é CO_2 e tal, virou poluente, temos que acabar com isso, como é que a gente faz isso?". "O carro à combustão tem coeficiente de 35%, o elétrico é 90%, então, vamos para o carro elétrico, vamos para o painel solar, vamos para a energia eólica, vamos para a produção de hidrogênio a partir da água, com eletrólise da água para gerar o hidrogênio".

Uma informação muito importante, sempre foi o hidrogênio, sempre. Petróleo, petróleo é hidrogênio, é uma cadeia de carbono cheia de hidrogênio. O hidrogênio é energia demais, não existe... A quantidade de energia de hidrogênio que existe lá na natureza é muito pequena, mas, no universo, só existe hidrogênio. É absoluta maioria do... Então, nesse *marketing* a gente está perdendo.

Eu me lembro dessa palestra feita em 2016, está aqui 2017 ou 2016, que realmente moveu o mundo, que mostrava o seguinte, a imagem é tudo. Mostrava o seguinte: "Em 1900, procure aqui, em Nova York, onde é que está o carro, o carro à combustão". Só tinha um, o resto tudo era cavalo ou carroça. Treze anos depois, onde é que está o cavalo? Não tinha mais cavalo, acabou. Então, ele dizia que a mesma coisa iria acontecer, em cinco anos, com o carro elétrico.

Só que a realidade se impõe, cinco anos depois, quem tem carro elétrico realmente em grande quantidade? A Noruega, país nórdico, com muito subsídio e quando você olha com calma os negócios você vai ver que o país vive principalmente de petróleo. É transformação de energia, como o nosso amigo Einstein, no início, já tinha determinado.

Então, é isso aí, pessoal, rapidamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nome do jogo, Senadora, é análise de ciclo de vida. Análise de ciclo de vida tem que ter em todos os processos e a análise de ciclo de vida tem que considerar empregos também, isso é fundamental!

Quando a gente olha esse artigo feito em 2019, da Universidade de Colônia, mostrou o seguinte, que num Tesla na Europa, na Alemanha, é mais alta a sua emissão, quando você faz uma análise de ciclo de vida, e só existe uma forma de fazer análise de vida, que é do berço ao túmulo. O que o pessoal faz é política, faz um recorte na análise de ciclo de vida e diz que é do tanque à roda. No carro elétrico, a bateria não tem tanque, então, do tanque à roda é zero. Mas, isso não é ciência, isso é política, e política com interesse econômico.

Aqui é a classificação dos países. É muito interessante essa tabela, mas, infelizmente, não dá tempo de abordar com muita calma, mas, basicamente, a filosofia da eletrificação na Europa é dogmática.

A China é absolutamente pragmática. A China botou o carro elétrico massivamente e esse movimento aumentou tremendamente o consumo de carvão, mas ela é pragmática.

Os Estados Unidos são oportunistas.

No Brasil, esse não é um problema para a gente, nós somos exportadores de solução, mas nós estamos invertendo e criando para nós um problema que não existe – que não existe! Nós não precisamos dessa eletrificação dessa forma e as antíteses estão aqui. Primeiro, o metal. No carro elétrico, a bateria é metal, baseado em metal. Meu Deus do céu, não existe nada mais destrutivo do que a mineração e a mineração, por definição, não é renovável.

Então, eu sugiro fortemente... Ele está no YouTube também, o Mark Mills fez um trabalho incrível, mostrando números do porquê dessa antítese.

Antítese dois, hidrogênio. Eu sugiro também esse no YouTube, da Sabine Hossenfelder, uma física alemã, extremamente importante. Ela traz o seguinte, a missão da União Europeia é essa aqui, mas a própria Inglaterra já colocou que o hidrogênio não é uma panaceia, não é, o hidrogênio é dificílimo de armazenar, o hidrogênio arrebenta os tanques, o hidrogênio, para conduzir, é dificílimo, extremamente perigoso, porque é explosivo, e é por isso que a natureza conectou o hidrogênio no carbono.

Quiseram, não é? Como eu disse, é o *marketing:* a gente está perdendo a batalha para o *marketing.* Fizeram aqui um estranho arco-íris com hidrogênio, botando, por exemplo, aqui o metano. O hidrogênio é azul, não é? A quantidade de hidrogênio hoje produzida no mundo, pessoal, vem de fóssil, é de gás natural. E o hidrogênio azul é o seguinte: você tira o hidrogênio do metano, do gás natural, e você coloca de volta, bandeia de volta o CO_2.

Quando você faz uma análise do ciclo de vida – e eu vou insistir com análise do ciclo de vida – e aí os *papers* começam a surgir com bastante intensidade –, você vê que o hidrogênio azul emite mais do que o diesel diretamente. Sem análise do ciclo de vida, isso nos engana. Então, é verde realmente? De novo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análise do ciclo de vida de eletrólise da água. Primeiro, o preço: caríssimo! Mas quando você vai para a biomassa, olha o preço do hidrogênio eventualmente feito a partir da biomassa, artigos internacionais.

Então, eu falo sempre, e é verdade, que, quando você vê eólica, solar, nada contra, beleza! Mas de verde só têm o local onde eles são instalados. Isso não é verde. A cor é outra. A verde é biomassa.

Bom, eu vou rapidamente...

Peço desculpas até pela aceleração. Mas, pessoal, aqui é a chave do negócio. Está aqui a água. A água você consegue hidrolisar em hidrogênio e oxigênio. É do hidrogênio que existe toda a energia que a gente usa no planeta, do fluxo de hidrogênio, dos elétrons do hidrogênio. E essa energia vem do sol. Quem é que utiliza isso aí para converter em energia útil? A fotossíntese, que pode vir das plantas. Aqui eu não vou explicar, logicamente. Mas é o processo mais incrível que existe.

Você vê aqui ó, rapidamente.

O hidrogênio vai para o elétron. Então, a gente está falando a mesma coisa, não mudou nada. É sempre a mesma coisa.

E agora, para os países que não têm energia suficiente para produzir a biomassa em grande quantidade e fazer disso um bom negócio, eles vêm com a eletrólise, a eletrólise da água. Tudo bem. Mas isso não se sustenta, tanto que apareceu um e-fuel. Que é o quê? É você pegar o hidrogênio, os elétrons do hidrogênio, colocar no CO_2 e fazer o e-fuel líquido.

Acabou de ser aprovado ontem, na União Europeia, que isso vai ser possível. Isso é um verdadeiro choque de realidade. Eles disseram que ia terminar em 2035, acabar a combustão na Europa. Isso não vai acontecer! Isso não vai acontecer! É simples assim!

E aqui, pessoal, quando a gente olha o e-fuel, que eu acabei de explicar, e a gente olha o etanol, o que é o etanol? O etanol é exatamente isto: o e-fuel – a energia do sol, os elétrons que vão para o CO_2 e fazem o combustível líquido. Só que é o e-fuel NbS, ou seja, *nature-based solution*. É aí que está a nossa oportunidade. E nós não podemos ser atropelados por um *marketing* global. A gente tem que ter essa energia, essa vontade de mostrar para o mundo a verdade, a ciência, os fatos.

Chegam a ser infantis as soluções que a gente tem que tomar.

Para todas elas...

Não dá tempo de falar de cada uma delas, é claro. Eu vou dar apenas o exemplo do SAF, que é o combustível de aviação, que é um consenso. Por quê? Porque céu não tem acostamento. Como não tem acostamento, o cara não vai botar nem motor elétrico nem nada disso. E aí quando você vê todos os usuários de SAF acabam geralmente com estas aqui: o custo do SAF não é competitivo. Ninguém pergunta: "Pera aí, não é competitivo onde?" O etanol, aqui no Brasil, o pessoal, quando está numa situação melhor, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usinas ganham uma enorme quantidade de recursos, tanto que você vê que grandes fundos estão investindo em compra de usinas, não é?

Então, pessoal, o preço da biomassa é a chave. E nós temos no Brasil três extraordinárias biomassas: a cana-energia, que produz três a quatro vezes mais do que a cana-de-açúcar; o agave, o sisal, na Bania. Isso aqui é uma redenção para o país e uma solução para o mundo: a macaúba, de que vou rapidamente falar. Isso é diversificação. A macaúba, eu vou rapidamente falar. Isso é diversificação, porque você tem diferentes biomassas para qualquer situação do planeta. Nós temos biomassa aqui para qualquer situação do planeta.

Vamos lá. A questão do óleo. A gente fala muito do óleo de soja, mas o óleo mais produzido no mundo é o óleo de palma. O óleo de palma é produzido principalmente na Ásia, destruindo as florestas. Então, há uma verdadeira reação ao óleo de palma. E a gente tem no Brasil essa espécie, a macaúba, a *acrocomia aculeata*, que vive com metade da água do dendê, da palma, em áreas de degradação. E é uma ocorrência maciça. É uma tremenda oportunidade de você produzir óleo na natureza. Essa aqui é uma empresa que foi formada para explorar essa opção, a Soleum. Ela mostra o seguinte: a quantidade de área que a gente tem no cerrado, degradada, onde a gente poderia produzir óleo em imensa quantidade, combustível de aviação, e por aí vai.

Pessoal, o biogás. Olha a Dinamarca. Olha o plano da Dinamarca: é biogás para todo lado, a ponto de a Shell ter comprado a aquisição do maior produtor de biometano. Acho que um colega falou aí do *low-hanging fruit*. É um fruto que está mais do que maduro. Ele está apodrecendo, e a gente não está trabalhando com a velocidade adequada, embora haja muitos movimentos nessa direção, o que é muito bom.

Pessoal, eu vou rapidamente falar desse projeto, que é um projeto extremamente importante. Essas plantas, o agave, elas têm a produtividade da cana-de-açúcar, até maior, e elas não precisam de água, de irrigação, e os solos do sertão são extremamente ricos. Olha o tamanho dessas plantas. Elas pesam mais de 500kg. Quando a gente rapidamente faz uma conta, o sertão tem 108 milhões de hectares. Corresponde a muitos países europeus juntos. Com 10 milhões de hectares, nós temos condições de produzir 74 bilhões de litros de etanol – 10 milhões de hectares, em um sertão de 108 milhões. Só a Bahia, de onde eu venho, tem 28 milhões de hectares. Agradeço também ao Senador Jaques Wagner, por esse trabalho extraordinário que ele tem feito. Hoje a gente produz 30 milhões de litros de etanol, com 3,3 milhões de hectares. No sertão, a gente produz a mesma coisa, sendo que hoje o Brasil usa 4,5 milhões de hectares de área nobre para produzir esse etanol. Área nobre, mas que existe.

Aqui, rapidamente, só para mostrar para vocês o tamanho dessas plantas, que vêm do México. Não tem mecanização, não tem nada. E agora nós estamos fazendo um grande projeto, chamado Brave, que vai ser lançado. Inclusive o Cimatec, essa grande unidade de desenvolvimento industrial que tem na Bahia, está lançando o Cimatec Sertão, já na próxima semana – isso com o patrocínio da Shell. Pessoal, isso é uma mudança de jugo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para vocês terem uma ideia, já dá para começar imediatamente. Estão começando os microempreendedores a trabalhar nisso.

Meu tempo já vai acabar. Se pudessem me dar mais dois minutos, eu agradeceria muito. Mas vamos lá.

Essa planta, a gente hoje usa a fibra dela, a fibra do sisal. A fibra do sisal corresponde a apenas 4% da planta; 96% da planta é bagaço, que é simplesmente jogado fora, e é um grande problema. Se a gente pegar esse material e transformar em biogás... Uma coisa importante: a cana hoje – e eu falei que o agave tem a produtividade da cana – tem industrialização. No caso do agave – e muitos que são da Bahia conhecem essa situação – existe uma maquininha chamada paraibana em que cada folha é colocada uma a uma. Imaginem! Inclusive foi responsável pela perda de mãos de muitas crianças no passado, uma coisa muito conhecida. No resto do mundo, na África, na Ásia, é mecanizado. Se a gente mecaniza isso aqui e começa a usar a lógica da cana... Para vocês terem uma ideia, por hectare a gente consegue produzir, só de biogás, o equivalente a 13 a 14 barris de óleo, barris de óleo equivalente. Imaginem!

Eu vou rapidamente falar disso.

Este aqui é o CEO da Maersk, maior transportador do mundo, marítimo. E ele diz o seguinte: "a gente tem que fazer um esforço para transformar tudo isso em e-fuel".

Esse esforço que ele menciona demandaria US$3 trilhões. Estes aqui são os números do mundo, do comércio, do transporte marítimo de carga.

Naquela conta que eu fiz, com menos da metade do sertão, a gente produziria o equivalente a metanol para o mundo.

Rapidamente, o Brasil por causa do alto preço do gás natural, simplesmente parou de produzir o metanol. A gente tem que ter uma política de retorno de produção de metanol, porque o combustível marítimo vai, em grande parte, ser por isso aí.

Então, isto aqui é só mostrando o que se espera para o mundo. Imaginem o Brasil, com o metanol. Aí, sim, a gente move a frota marítima mundial a partir de resto de biomassa.

Então, é só uma rápida visão, mas que é importante.

Por que o Norte e o Sul, as baixas latitudes não congelam? Porque existe circulação. Isto aqui, por exemplo, é circulação marítima. O aquecimento global, uma das coisas que ele faz é parar a circulação.

A gente teve um evento desse tipo na Idade Média, inclusive, provavelmente relacionado àquela convulsão da peste negra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato, pessoal, é o seguinte, para o que eu queria chamar a atenção de vocês: o nosso cérebro. Antigamente, não existia ar-condicionado. Hoje, existe. O ar-condicionado não é detalhe. Pensem, agora, o Senado Federal sem ar-condicionado e pensem que a gente está, por exemplo, em janeiro. O ar-condicionado é uma mudança de jogo.

Isso não é apenas a minha opinião. Existe artigo da *Forbes*, falando de um dos Tigres Asiáticos, dizendo que a maior invenção da humanidade foi o ar-condicionado, que foi isso que nos permitiu o desenvolvimento.

Então, a minha equação da economia, na minha visão, é esta aqui: biomassa, cérebro. Aí, sim, a gente expande o planeta.

Hoje em dia, a gente não está fazendo isso, está fazendo o contrário. É um absurdo importar carro elétrico, à bateria, sem taxa. Isso não tem sentido nenhum.

Eu estava vendo ontem um videozinho da Movida, que está com uns carros elétricos, ao lado, tem um gerador de eletricidade a partir de diesel. Isso não tem sentido nenhum!

Por outro lado, os híbridos estão com taxa. Olhem a performance dos híbridos.

Eu peço realmente desculpas por não ter tempo para explorar mais.

Olhem. Isto aqui é o carro elétrico na Europa: 145 de emissão de CO_2 por quilômetro rodado.

Olhem o nosso carro a etanol no Brasil; olhem o biometano. Olhem, agora, se a gente hibridiza.

Olhem um carro elétrico, à bateria, no melhor *grid* do mundo, que é o Brasil!

Olhem o metano, o biometano!

O que a gente não enxergou ainda, para fazer uma política industrial nessa direção?

No caso específico do biometano, as usinas de cana podem transportar cana com biometano. Você fecha a equação. Aí, sim, é uma economia circular.

E, na área de alta tecnologia, de fronteira do conhecimento humano, nós temos as células de combustível de *solid oxide*. Pessoal, isso aqui é uma prioridade nacional, é uma obsessão nacional! A gente pode mover trem, porque esse problema da tecnologia, agora, o tamanho dele é grande, mas está sendo diminuído.

A Nissan, por exemplo, mostrou esse carro que fazia 26km por litro, tecnologia BEV.

A Bosch, agora, comprou a maior...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu gosto muito desse trabalho feito, dos argumentos, do meu amigo Pablo Di Si, ex-CEO da Volkswagen aqui no Brasil e, hoje, CEO da Volkswagen América. Ele mostrou, levou para Alemanha e convenceu o pessoal que eles tinham que investir nos biocombustíveis, no etanol, falando da quantidade de emprego que essa cadeiazinha gera!

E ele fez uma imagem que, na minha opinião, é muito poderosa. A gente brinca quando alguma coisa é brasileira: Ah, a jabuticaba... Ele fez... É uma jabuticaba, sim, de exportação. Nós temos que querer ser protagonistas. A Stellantis está na mesma linha, o Roadmap da Stellantis vai na mesma direção, célula de combustível, etanol.

Então nós temos que exportar soluções. Eu vi, com muita alegria, o Jornal Nacional de ontem, falando do e-fuel, por causa da regulamentação que foi feita na Europa e, logo em seguida, mostrando que, no Brasil, a gente não precisa disso, porque nós temos o etanol e o etanol pode ser eletrificado.

Para finalizar, eu queria mostrar isso aqui, que é muito importante. Pessoal, isso aqui é uma análise feita, por um aluno do nosso programa do curso de Doutorado em Bioenergia, mostrando o seguinte: em uma usina de 2,5 milhões de toneladas de cana, se você coloca o CO_2 que é produzido, tanto na queima do bagaço como na fermentação, para dentro do solo, tecnologia totalmente dominada, e a primeira usina de milho já começou, já vai anunciar isso... É contraintuitivo. Essa usina captura, por ano, 376 mil toneladas de carbono. E uma conta mais simples para a pessoa perceber é a seguinte: cada vez que você queimar um litro de etanol no seu carro, você vai estar capturando 0,7 litro de gasolina, do CO_2.

Então, eu acho que o Brasil pensar em ser carbono neutro é uma missão muito pequena, nós temos que ser carbono negativo. Esse é, na minha visão, o triângulo do desenvolvimento. E essa história de *food versus fuel*, isso não vale para a gente, pelo contrário, é *biofuel for food*.

Quem quiser entender isso, vá a Ribeirão Preto. Veja que cidade incrível. Tudo começou com cana.

Então, de um grande problema, que era o sertão, que a gente conhece, esse problema da migração, na realidade, a gente tem agora uma grande oportunidade, onde tem sol e ar-condicionado... Olha...

Então é assim que eu vejo o futuro.

Peço desculpas por ter me estendido um pouco mais do que os 15 minutos e era isso que eu tinha para comentar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Excelente, Professor Gonçalo!

A sua explanação nos deixa muito motivados, animados aqui, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de ser muito didático, é uma pessoa que nos motiva muito, com a fala, com a empolgação... Parabéns mesmo.

Nós estamos só iniciando os nossos debates desses GTs, e eu acho que é muito importante, e todos os expositores ressaltaram a importância da liderança do Senador Jaques Wagner nesses estudos, trazendo pessoas, profissionais tão conceituados, para discutir temas tão diversos e tão importantes para o nosso país.

Então quero agradecer ao professor e cientista, Gonçalo Pereira, da Unicamp, pela sua participação.

Obrigada mesmo.

Já aproveitando e dizendo que todo o material que foi exposto aqui está no *site* da Comissão, para que os nossos colegas e as pessoas que têm como tema a sustentabilidade, que gostam do tema, possam acessar e aproveitar, esse rico material apresentado por todos vocês aqui.

Eu gostaria também de falar que hoje nós estamos iniciando a primeira audiência de cinco. Hoje foi a questão da energia. Mais uma vez agradeço aos nossos expositores. Temos a sexta, que será Economia Circular e Indústria; a sétima, Proteção, Restauração e Uso da Terra; oitava, Cidades Sustentáveis e nona, Bioeconomia.

Eu tenho um presente aqui, Senador Jaime. Quero agradecer a presença do senhor, Senador Jaime Bagattoli. Gostaria de saber se o senhor quer falar alguma coisa a respeito do que foi exposto aqui na nossa audiência.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidenta Senadora Leila.

Quero dizer a todos os palestrantes – a Eduarda, a Elbia, o Guilherme, a Michelle e o Gonçalo também, no final –, que é de suma importância a gente olhar o potencial que o Brasil tem em geração de energia.

Eu quero dizer para vocês que o grande desafio nosso hoje, principalmente do setor produtivo, que é onde eu me enquadro – e foi comentada muito aqui a questão da geração de energia através do biogás –, é o biogás de resíduos de animais. Nós temos um grande desafio ainda dentro dos confinamentos para geração do biogás, coisa que já evoluiu muito com relação ao suíno. Mas eu vejo que o potencial que nós temos...

Sabemos que o hidrogênio verde vai ser a energia mais limpa que nós vamos ter no futuro. Mas vejam bem, o potencial que o Nordeste tem hoje de produzir energia eólica... O Brasil inteiro tem condição de produzir energia solar. Nos nossos rios, nós temos a capacidade hídrica. No Brasil ainda há um potencial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito grande a fio d´água. Fio d'água, para quem não entende, não tem grandes impactos de grandes represas, como foi feito no passado. E cada etapa do Brasil de geração de energia...

A gente sabe da importância que teve, lá na década de 1970, a construção da Itaipu. Quem sabia de outra fonte de energia? A mais viável que nós tínhamos naquele momento era a energia hidráulica, construída daquela forma que foi construída. E ela teve o seu valor muito grande, ajudou muito, contribuiu muito para o desenvolvimento do nosso país.

Eu vi também aí a questão da exploração de petróleo na foz do Amazonas. Para quem talvez não saiba, a grande produção de nitrogênio que nós usamos ainda, principalmente no milho e em diversas culturas, é matéria-prima vinda do petróleo. Esperamos que no futuro o nitrogênio venha também de outras fontes, porque hoje ainda a grande produção de nitrogênio para a agricultura vem de resíduos do petróleo.

Então, existe essa exploração de petróleo na Amazônia, como existe lá também, no Amazonas, uma grande jazida de potássio, que é a maior jazida do mundo. Nós precisamos de estudos para fazer essa exploração. Sabemos do impacto também do carro elétrico, dessas baterias, o que foi muito bem colocado aí.

O Brasil realmente tem um grande potencial, tem o maior potencial para produzir energia vinda da produção de etanol. Isso o Nordeste tem realmente condição de produzir. A cana-de-açúcar, como o Dr. Gonçalo comentou no final da palestra, permitiu o desenvolvimento da região de Ribeirão Preto, no início da década de 1980, e isso veio através do etanol, de produção de cana-de-açúcar. Nós temos a produção de etanol de milho. Nós temos um grande potencial no Brasil de geração de energia limpa, e nós sabemos do grande potencial.

Senadora Leila, nós temos que nos debruçar – e fica uma pergunta aqui – na simplificação, no Congresso Nacional, no Senado. Nós temos que expor com mais clareza, para dar mais segurança aos empresários, para que possam investir em energia limpa, para fazer energia limpa para tocar as próprias empresas. Para isso, nós temos que seguir, tanto na energia solar quanto na energia eólica, os programas que vinham sendo feitos para trás sobre os geradores de energia própria, que são os grandes, médios e pequenos consumidores, até em residências.

Então, isso nós não podemos abandonar. Nós temos que continuar com esses projetos para as gerações de energia própria.

Um grande abraço.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iremos nos debruçar sobre o que já foi levantado pelo senhor, o tema, e eu agradeço a sua participação aqui nesta nossa primeira audiência.

Nós temos algumas sugestões de perguntas. Eu vou aproveitar aqui que nós temos os nossos expositores ainda. Uma é sobre o hidrogênio verde.

"Temos observado um grande interesse de outros países no hidrogênio verde produzido no Brasil. Considerando a demanda nacional sobre esse produto e a oportunidade de uma grande estreia no cenário internacional, que recomendações nos apresentariam para equilibrar essas duas situações?"

Pergunto aos nossos expositores... (*Pausa.*)

Bom, eu não sei se vocês ouviram a pergunta, mas eu vou fazer novamente. Quem quiser responder, por favor, levante a mão. É sobre hidrogênio verde. Enfim, segue aí para todos.

"Temos observado um grande interesse de outros países no hidrogênio verde produzido aqui no nosso país. Considerando a demanda nacional sobre esse produto e a oportunidade de uma grande estreia no cenário internacional, que recomendações nos apresentariam para equilibrar essas duas situações?"

O Prof. Gonçalo levantou a mão? (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. GONÇALO PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu acho que essa pergunta é fundamental. O grande risco que nós temos é, novamente, de entrar na lógica de exportação de *commodity*. Eu queria lembrar – e isso é muito importante quando você faz conta – que, toda vez que você tem energia concentrada, você tem distorção de renda. Então, você tem acumulação de renda. Toda a atividade de capital intensiva, tanto a eólica como a solar – nada contra, pelo contrário, pois são tecnologias importantes –, a gente tem que olhar com muito cuidado, e, como o colega aí falou, eólica e solar você só onde tem sol e onde tem vento. Então, só para vocês terem uma ideia, o pior lugar de produção de energia eólica na Bahia é melhor do que o melhor lugar em produção de energia eólica na Alemanha, e isso vai dentro daquela lógica que eu coloquei no início, da energia onde ela realmente existe, energia de verdade.

Então, o grande perigo que a gente tem é de simplesmente a gente começar a produzir hidrogênio verde como a gente produz qualquer outra *commodity*, como a gente, por exemplo, exporta soja – é outro completo absurdo exportar soja em grão, como nós estamos fazendo, sem gerar uma cadeia de valor. Então, esse é o grande risco.

E ele falou uma coisa importante, que também o Senador comentou. Nós temos condição e necessidade de produzir todo o nitrogênio de que nós precisamos e, esse sim, deve ser produzido por fontes verdes. Está aí a razão de a gente produzir, por exemplo, amônia verde a partir do nosso hidrogênio verde, que pode vir, por exemplo, do biometano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São meus comentários. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Prof. Gonçalo.

Agora passamos para a Dra. Michelle Hallack. (*Pausa.*)

Dra. Michelle? (*Pausa.*)

Está liberado o seu áudio. (*Pausa.*)

Só um minuto aqui.

A SRA. MICHELLE HALLACK (*Por videoconferência.*) – Estão escutando bem?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim, estamos. (*Pausa.*)

Dra. Michelle? (*Pausa.*)

Seu áudio está ligado. (*Pausa.*)

A SRA. MICHELLE HALLACK (Para expor. *Por videoconferência.*) – Desculpem, é que eu não estava escutando bem e então não sabia se eu entrava.

Primeiro: eu acho a pergunta extremamente relevante. É central pensar o desenvolvimento do hidrogênio como uma política organizada. Um dos pontos que foi levantado é: o objetivo não é fazer uma *commodity* de exportação, o objetivo deveria ser capaz de utilizar os recursos de maneira estratégica e pensar, dentro das cadeias de valor, qual é a melhor forma, na verdade, de conseguir inserir nessa cadeia de valor. O objetivo não é fazer uma coisa autárquica, fazer só para dentro e querer incluir tudo. A forma mais eficiente é uma inserção estratégica e inteligente nas cadeias de valor internacionais.

Agora, alguns temas provavelmente estarão como prioritários, e um deles é o tema dos fertilizantes. Acho que esse é um tema que tem de ser olhado, tem de ser olhado com cuidado, porque, na verdade, os fertilizantes químicos em geral são centrais para a segurança de alimentação, para a produção agrícola, mas também têm seus desafios ambientais, há emissões associadas a eles, então isso tem de ser olhado de maneira complementar.

Nesse sentido, acho que um dos problemas, um dos desafios centrais, é pensar isso de forma não coordenada. Se você gerar um incentivo de utilização de maneira pouco coordenada e pouco estratégica, você pode gerar efeitos negativos, distorções, que é o que a gente não gostaria de buscar. Mas, certamente, é preciso pensar na indústria e no maior valor agregado possível desse tipo de indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Dra. Michelle, grata pela resposta.

Eu tenho mais uma pergunta sobre biocombustíveis.

Sabemos que o Brasil possui um enorme potencial na produção de biocombustíveis; ainda assim, existem externalidades quando pensamos nesses produtos. Por um lado, o uso de biocombustíveis proporciona uma redução significativa na queima de combustíveis fósseis; por outro lado, demanda um aumento de áreas plantadas em escala para abastecer essa produção. Pergunto: qual o caminho viável nesse cenário e como equilibrar essa produção de forma que não haja externalidades negativas; e, ainda há potencial no uso da nossa biodiversidade para a produção de combustíveis?

Pergunto aos expositores quem deseja responder. (*Pausa.*)

Dra. Elbia com a palavra.

A SRA. ELBIA GANNOUM (*Por videoconferência.*) – Senadora, desculpa, eu percebi que nenhum de nós ouviu a pergunta. A senhora poderia repetir, por gentileza?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim, sim.

Sabemos que o Brasil possui um enorme potencial na produção de biocombustíveis; ainda assim, existem externalidades quando pensamos nesses produtos. Por um lado, o uso de biocombustíveis proporciona uma redução significativa na queima de combustíveis fósseis; por outro, demanda um aumento de áreas plantadas em escala para abastecer essa produção. Pergunto: qual o caminho viável nesse cenário e como equilibrar essa produção de forma que não haja externalidades negativas; e se ainda há potencial no uso da nossa biodiversidade para a produção de combustíveis?

Prof. Gonçalo.

O SR. GONÇALO PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Essa pergunta é outra pergunta fundamental. Eu não sei se os colegas sabem, mas a maior área que nós temos no país, disparado, é área de pasto, e a maior área dessa área de pasto é área de pasto degradada, que veio, em grande parte, de degradação de florestas. Então, na realidade, ao contrário do que se imagina, quando você coloca um biocombustível da forma adequada o que acontece é o contrário: a regeneração da fauna, da flora.

Eu vou dar um exemplo objetivo do interior de São Paulo. Várias áreas de pasto degradadas do interior foram retomadas e foi construída uma usina de cana. Hoje em dia inclusive eu trocaria o nome de usinas por biorrefinarias, porque elas produzem muito mais do que no passado, quando era só o açúcar.

Então, toda vez que você pega uma área de pasto degradada, digamos de 1 mil hectares; primeiro, 30%, 300 hectares têm que ser recompostos por florestas. Se você faz da forma certa, de corredores ecológicos, a mata se recompõe, porque a gente ainda tem no nosso solo os bancos de sementes. Vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente a mesma mata de 500 anos atrás? Não, não vai ser, mas vai ser uma Mata Atlântica de verdade, nesse caso aqui de São Paulo. E a maior prova disso é o retorno das onças no interior de São Paulo, que, em muitas cidades, é até perigoso. Por exemplo, há cidades em que – vou voltar a Ribeirão Preto –, se a gente olhar no YouTube, houve diversos casos de onça que entrou no quintal, que matou cachorro. Então, quando você tem a onça – e ela está no topo da cadeia alimentar –, o sinal é de que toda a cadeia recompôs.

Eu mostrei aí também rapidamente a macaúba e o agave. A macaúba vem em terra degradada, com uma produção igual à da palma.

Quando a gente vai para o gênero agave, de onde temos o sisal – e o Brasil é o maior produtor do mundo –, você faz com 300mm por ano. Sertão, região de Semiárido, onde hoje não se produz nada. E para quem não sabe, o Sertão está sendo devastado, a Caatinga está sendo devastada. Então, num projeto como esse que eu comentei com vocês, denominado Brave, o que a gente vai fazer é justamente recompor a Caatinga.

Então, ao contrário do que se imagina, isso foi uma discussão que veio da Europa, *the food versus fuel*, porque os Estados Unidos, quando produzem, produzem a partir de milho, e o milho deles... Aí, sim, a conta não fecha. Mas no Brasil é completamente diferente.

Então, quando você faz a conta e vê com calma – e por isso que a gente precisa de ciência em cima disso –, é o contrário, a gente recompõe a natureza.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, nós que agradecemos a participação de todos os expositores: a Sra. Eduarda Zoghbi, a Sra. Elbia Gannoum, o Sr. Guilherme Syrkis, a Sra. Michelle Hallack e o Sr. Gonçalo Pereira.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Não temos quórum suficiente, então foi cancelada.

Então, mais uma vez quero agradecer por esta audiência, pela participação de todos, inclusive dos colegas Senadores e Senadoras. Agradecer mais uma vez a participação dos nossos expositores – e teremos mais quatro; todos convidados também a estar com a gente na próxima semana, na nossa próxima audiência, que será sobre economia circular e indústria.

Bom, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a nossa presente reunião.

Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia quatro de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Dr. Samuel Araújo, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Beto Faro, Teresa Leitão, Rogerio Marinho e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Esperidião Amin, Wilder Morais, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Izalci Lucas e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Jaques Wagner, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores 3 e 4, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa (Requerimentos)**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 1, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os planos, projetos e prioridades da pasta neste governo que se inicia ." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 2, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a política ambiental do Governo Federal." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 10, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDL 564/2019, que "autoriza, nos termos dos arts. 49, inciso XVI, 176, § 1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, a implantação do aproveitamento hidrelétrico de Iraí, localizado no Rio Uruguai, atingindo parte da Terra Indígena Kaingang de Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul" com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 15, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ n° 03/2023 – CMA, com o intuito de instruir o PL 4996/2019, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para estabelecer medidas de participação e de transparência relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais", sejam incluídos os convidados que relaciona." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcio Bittar. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 16, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ n° 04/2023 – CMA, com o intuito de instruir o PL 5142/2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração", sejam incluídos os convidados que relaciona." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Marcio Bittar. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 17, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater o potencial da utilização do hidrogênio sustentável na indústria brasileira, com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** A pedido do autor, foi retificada a redação para realização de um "painel de audiências públicas em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura" e incluído entre os convidados um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Incluído, a pedido da senadora Leila Barros, entre os convidados um representante da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 18, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Jorge Viana, Presidente da APEX, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as declarações que fez a respeito da suposta relação entre o agronegócio e o desmatamento na Amazônia." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Resultado:** Requerimento retirado, definitivamente, pelo autor. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 19, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a preservação ambiental no Brasil, especialmente na Amazônia, e o interesse internacional nas riquezas brasileiras, com a presença do Senhor Aldo Rebelo, Autor do Livro "o Quinto Movimento"." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 21, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública para instruir o PL 412/2022, que Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017, com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** A pedido do autor, foi substituído o convidado Wagner Garcia de Freitas por um Representante da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 23, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as riquezas da Caatinga." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros e designado relator o Senador Confúcio Moura. **2ª Parte - Seleção de Política Pública para avaliação em 2023**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 20, de 2023** que: "Requer que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional de Saneamento Básico, instituída pela Lei nº 11.445/2007, com foco na prestação de serviços públicos em consonância com os princípios fundamentais definidos no art. 2º, especialmente o disposto nos incisos: III, IV, VI, XII e XIII. Inclui a avaliação quanto a eficiência e eficácia das políticas diante da aplicabilidade das atualizações promovidas pelas Leis: 13.329/2016 (cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS); e 14.026/2020 (marco legal do saneamento básico), especialmente as que adentram na Lei 13.529/2017 (que autoriza a União a participar de fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados), no exercício de 2023." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de abril de 2023.

A presente reunião será dividida em duas partes e destina-se à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão, na primeira, e, na segunda, à deliberação da política pública a ser avaliada pela Comissão em 2023.

Ocorre de modo semipresencial. Os membros devem registrar presença nos totens ou no aplicativo Senado Digital. No caso de votações nominais, poderão votar nos computadores das bancadas ou por meio do aplicativo.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho aos colegas a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 3ª e 4ª Reuniões, realizadas em 22 e 30 de março de 2023.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Carta da CA 007.3, de 2023, do Distrito de Irrigação Nilo Coelho, em Petrolina, Pernambuco, que relata uma ocupação irregular na área de reserva legal do projeto de irrigação, o que prejudicou a captação de água do canal e levou à salinização do solo. A carta solicita apoio para exigir o cumprimento da lei pelos órgãos de fiscalização ambiental.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos não anexados a matérias legislativas estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente autuação até lá.

Por fim, reforço que a maior parte das matérias em análise neste colegiado já foi designada aos Relatores. Então, eu gostaria de chamar um pouquinho a atenção dos colegas daqui, da CMA, na medida do possível, com a renovação da relatoria em curso na legislatura passada, de modo a aproveitar o trabalho já realizado.

Então, eu queria pedir aos colegas, pois estamos esperando aqui receber, o mais breve possível, os relatórios, para que possamos pautar e deliberar, mantendo, enfim, a tradicional efetividade desta Comissão.

Como falei na primeira parte da nossa reunião, nós vamos fazer a votação dos requerimentos.

Então, quanto aos itens 1 e 2, eu peço licença ao Senador Marcio Bittar, que é o autor do Requerimento 2, cujo teor é estritamente igual ao Requerimento 1, de minha autoria, para que possamos deliberar os dois em bloco, por se tratar do mesmo objeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, autoria da Senadora Leila e do Senador Marcio Bittar, respectivamente. O senhor quer fazer a leitura, Sr. Senador?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Serei representado por V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pode ser. Então, eu posso ler tranquilamente aqui? Posso.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 1, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os planos, projetos e prioridades da pasta neste governo que se inicia.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 2, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a política ambiental do Governo Federal.

Autoria: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)

Vou ser mais célere.

Em votação o requerimento, apresentado tanto por mim quanto pelo Senador Marcio Bittar.

Os Senadores que concordam permaneçam onde se encontram (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os dois requerimentos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Como tem outro requerimento meu, do nº 19, eu queria aproveitar para pedir a V. Exa. se a gente também já não pode votar agora. Posso ler?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim, por favor. Fique à vontade.

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 19, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a preservação ambiental no Brasil, especialmente na Amazônia, e o interesse internacional nas riquezas brasileiras, com a presença do Senhor Aldo Rebelo, Autor do Livro "o Quinto Movimento".

Autoria: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a preservação ambiental no Brasil, especialmente na Amazônia, e o interesse internacional nas riquezas brasileiras.

Proponho para a audiência a presença do Sr. Aldo Rebelo, autor do livro *O Quinto Movimento*.

Justificação.

O Sr. Aldo Rebelo já exerceu importantes cargos na República, como, por exemplo, o de Ministro de Estado e o de Deputado Federal. Possui grande conhecimento e experiência nas questões relacionadas ao meio ambiente. Não é preciosismo lembrar que, enquanto Deputado, Aldo Rebelo foi Relator do Código Florestal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante sua trajetória, Rebelo vem esclarecendo e denunciando a interferência indevida de governos e empresas estrangeiras nas questões ambientais do Brasil. Por isso, é importante que esta Comissão de Meio Ambiente escute a experiência do Sr. Aldo Rebelo, de modo que o debate seja ampliado.

Eu queria apenas complementar, Presidente, que eu acho que poucos Parlamentares nos últimos dez, quinze, sei lá, vinte anos e depois – talvez a Marina –, com muita precisão, poucos andaram tanto na Amazônia discutindo tanto a questão ambiental como o Relator do código. E acabou que se tornou um profundo conhecedor desses temas.

Então eu acho que, ainda sentindo os efeitos que aconteceram um dia desses na Terra Yanomami, envolvendo a questão de garimpo, há proposta de uma corrente de pensamento no Brasil que entende que nós deveríamos legalizar ou institucionalizar leis para que isso pudesse ser aproveitado; outras pessoas, que não. E acho que, neste momento, é importante ouvir a voz de alguém que andou muito no Brasil inteiro e particularmente na Amazônia. Acho que ele tem muito a contribuir, e vai ser uma audiência importante que o Senado e a nossa Comissão podem fazer.

Por isso eu apresento o requerimento e peço à Presidência e aos colegas que estão *online* que a gente aprove, para poder brevemente ter aqui o Aldo Rebelo numa audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Marcio Bittar.

Vamos colocar em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, Senador. (*Pausa.*)

Item 4, requerimento de autoria da Senadora Tereza Cristina e... Enfim, parece que o Senador Marcio Bittar gostaria de subscrevê-lo.

O senhor quer fazer a leitura do requerimento, Senador?

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 15, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ nº 03/2023 – CMA, com o intuito de instruir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o PL 4996/2019, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para estabelecer medidas de participação e de transparência relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais", sejam incluídos os convidados que relaciona.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para encaminhar.) – Por favor.

É uma satisfação poder subscrever o requerimento da Senadora Tereza Cristina, pessoa que eu conheço de longas datas, do Mato Grosso do Sul, uma querida amiga e agora competente Senadora.

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente.

Como ela não pôde comparecer, ela pediu que eu o subscrevesse, o que para mim é um privilégio.

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ n° 03/2023–CMA, com o intuito de instruir o PL 4.996, de 2019, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa para estabelecer medidas de participação e de transferências relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que sejam incluídos os convidados que relaciona.

Ela relacionou a Sra. Balbina Maria Araujo Soriano, Chefe Adjunta em Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Pantanal; e representante do Corpo de Bombeiros do Mato Grosso do Sul.

Posso passar para o quinto?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim.

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 16, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ n° 04/2023 – CMA, com o intuito de instruir o PL 5142/2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração", sejam incluídos os convidados que relaciona.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para encaminhar.) – O item nº 5 também é de autoria da Senadora Tereza Cristina.

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ nº 4, de 2023, CMA, com o intuito de instruir o PL 5.142, de 2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração", que sejam incluídos os convidados que relaciona a autora, a Senadora Tereza Cristina.

Ela pede que seja incluído o Sr. Marco Aurélio Villar, Presidente da Associação Brasileira da Advocacia Municipalista; e o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Era o que eu tinha, Sra. Presidente, em nome da Senadora Tereza Cristina.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Marcio Bittar.

Em votação os dois requerimentos dos itens 4 e 5, requerimentos da Senadora Tereza Cristina, subscritos pelo Senador Marcio Bittar.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos.

Obrigada, Senador Marcio Bittar.

Quero aproveitar a presença do Senador Confúcio e já colocar em votação o item 6, Senador, que é um requerimento de V. Exa. para realização de audiência pública com o objetivo de debater o potencial da utilização do hidrogênio sustentável na indústria brasileira.

Com a palavra, Senador Confúcio.

1ª PARTE

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 17, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o potencial da utilização do hidrogênio sustentável na indústria brasileira, com os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o potencial da utilização do hidrogênio sustentável na indústria brasileira.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério do Meio Ambiente;

- representante do Ministério de Minas e Energia;

- representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

- representante da Confederação Nacional da Indústria;

- representante do Conselho Federal de Química;

- representante da Associação Brasileira do Hidrogênio;

- representante da Associação Brasileira da Indústria Química;

- representante da Associação Brasileira da Indústria de Álcalis;

- representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A justificativa, Sra. Presidente, é justamente debater esse tema importante.

Majoritariamente, das fontes renováveis (61,8% de hidrelétricas), ainda há muito a ser explorado para que diferentes setores se tornem mais sustentáveis.

Uma das soluções que tem ganhado força nos últimos anos é a adoção do hidrogênio sustentável. Dados da Agência Internacional de Energia (IEA) apontam que, desde o ano 2000, cerca de 990 projetos de hidrogênio foram identificados no mundo (67 países com pelo menos uma iniciativa sustentável na área). No Brasil, são apenas quatro projetos dessa natureza.

Assim sendo, para economizar tempo, solicitamos a aprovação desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o tema para debate e audiência pública.

É esse o nosso requerimento, fazendo uma errata substituindo "a realização de audiência [...], com o objetivo de debater o potencial [...] do hidrogênio sustentável na indústria brasileira", com os convidados que apresenta. A correção é: painel com realização de audiências públicas conjuntas com a Comissão de Serviços de Infraestrutura com o objetivo de debater o potencial de desafios para viabilizar a economia do hidrogênio sustentável como fonte renovável de energia no País, de sua utilização na indústria e na sua contribuição para redução de emissões de gases de efeito estufa. Solicita ainda que inclua o seguinte convidado: representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k., Sr. Senador Confúcio. Vamos registrar o seu pedido e vamos inserir entre os convidados.

Senador Confúcio, o item 9 também tem um requerimento de V. Exa. Se o senhor quiser já...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... fazer a leitura do requerimento, nós podemos fazer a votação dos dois.

Item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 21, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instruir o PL 412/2022, que Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017, com os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para encaminhar.) – Requeiro audiência pública com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões[..], previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera" outras leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito que seja procedida a seguinte alteração no rol dos convidados: substituir o convidado Wagner Garcia de Freitas, que acompanhará o Conselheiro e Vice-Presidente da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), pelo representante da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), associada à Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

Os demais são:

- o Sr. Rodrigo Sobral Rollemberg – muito conhecido, foi Governador de Brasília –, Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;

- a Sra. Carina Mendonça Pimenta, Secretária Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

- a Sra. Pamela Magalhães Souza Almeida Pádua, especialista em assuntos dessa natureza, Diretora de Operações da Certificação Tesouro Verde (Grupo Brasil Mata Viva - representante do Brasil na COP26), responsável pela estruturação da Green Private da Starbucks – substituir conforme errata apresentada;

- e o Dr. Edilson de Sousa Silva, Conselheiro e Vice-Presidente Executivo da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Está feita toda a justificativa.

É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador, permita-me. Se puder incluir nessa lista de convidados o representante da RAPS, que é a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, para essa audiência que o senhor está promovendo para instruir o PL 412.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Sra. Presidente. Pode incluir.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Muito obrigada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Eu queria apenas registrar o meu prazer e a minha satisfação. Eu fui eleito Deputado Federal em 1998, e o Confúcio também já era Deputado Federal – não sei se já era o segundo ou terceiro mandato. Eu sei que fomos Deputados juntos, o que para mim foi uma satisfação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada um seguiu uma carreira. Somos vizinhos: Rondônia e Acre. O Confúcio depois virou Governador de Rondônia, um grande Governador, por dois mandatos, e depois nos encontramos aqui, como Senadores. Então é um prazer estar aqui contigo numa mesma Comissão e votar dois requerimentos de sua autoria, ambos muito importantes.

Mas eu quero aproveitar também, Sra. Presidente, para humildemente lhe fazer uma sugestão que me veio aqui, agora, à cabeça. Eu procuro estudar um pouco essa questão das fontes de energia. Eu acho que nós daríamos uma imensa contribuição se a gente pudesse, de forma serena, equilibrada e ampla – e ampla eu não falo para trazer dez convidados por sessão, porque senão você não discute nada –, trazer, pelo menos a cada item, duas visões. Duas visões que às vezes não são antagônicas, mas que podem ajudar a trazer luz.

Vou lhe dar um exemplo. O meu querido colega, nosso querido colega, Rogério Marinho, a quem reputo extremamente produtivo, que foi Relator de matérias que eu considero importantíssimas. Um dia desses, no Plenário – e eu depois falei com ele em particular –, ele mencionava no discurso dele a importância de se substituir um carro a gasolina ou a diesel pelo carro a álcool.

Pela amizade que nos une, eu disse a ele, depois, no particular. Como eu sei que ele gosta muito de estudar, eu disse: "Olha, aprofunda um pouco nesse tema porque não é tão simples assim". Veja, você pode confirmar que um carro a álcool polui menos que um carro a gasolina ou a diesel, isso é verdade. No entanto, daí a você deduzir que a solução, então, seria substituir um terço, dois terços da frota de carros a gasolina e a diesel por carro a álcool não é bem simples. Por quê? Porque você vai ter que aumentar exponencialmente a área de plantio. Então só tem duas formas: ou você diminui a área do agronegócio nos itens que hoje estão sendo produzidos ou você amplia a abertura, diminuindo a reserva legal. Não tem mágica.

Para se ter uma ideia, nos Estados Unidos, se você fosse terminar todas as outras fontes de energia e deixar só a biomassa, que é o caso do álcool e de outros, seria necessária pelo menos a metade de todo o território norte-americano.

Então, dizer que um carro a álcool polui menos que o carro a gasolina e a diesel é o.k., é verdadeiro, mas daí a intuir que a solução seria substituir a frota vai uma distância imensa. Por que onde é que vai plantar? Qual é a área imensa do Brasil que nós teríamos que destacar para poder plantar álcool? Então, o debate eu acho que é dos mais importantes.

Eu li um livro no ano passado, aliás doado por um querido assessor e amigo do meu gabinete, *Apocalypse Never*. É de um ambientalista que foi bem radical, participou da ECO 92, morou no Brasil, se eu não me engano ele é norte-americano, mas morou no Brasil – esteve inclusive em projeto de assentamento do MST. Como aqueles, eu diria, personagens raros, teve a coragem de se aprofundar, e ele traz no livro uma série de elementos que mostram que não é tão simples assim. Por exemplo, energia eólica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e energia sola. Primeiro, para elas substituírem uma hidrelétrica, a área que elas vão ocupar é infinitamente maior do que o tal do campo que vai alagar, que é tão defenestrado por alguns radicais. Se você faz uma hidrelétrica, e não pode fazer... Como lá no caso de Rondônia, em que teve que fazer fio d'água, lâmina d'água, em cinco, seis meses do ano ela não funciona, quer dizer, é um capital imenso do Brasil parado, porque não pode inundar dez, cinquenta, cem campos de futebol. Tudo bem. Agora, daí a você imaginar que pode ser substituída por eólica ou solar, é bom lembrar que elas vão ter que ocupar, para produzir a mesma energia, uma área muito maior do que essa que se alagou para uma hidrelétrica. Então, não é simples.

Existem também estudos que dizem que a energia mais limpa, mais barata do planeta é a energia nuclear, que pegou um preconceito porque ligaram ela com a bomba nuclear, o que não tem nada a ver uma coisa com a outra, fora os *lobbies* que têm por trás disso. Então, você tem uma Alemanha, eu disse um dia desses no Plenário, que foi visitada recentemente por autoridades brasileiras, lá praticamente tratam como se fosse um exemplo, mas a Alemanha no momento em que a Rússia cortou o fornecimento de gás, o que ela está produzindo? Ela está queimando em quê? Em carvão, que é aquilo que ela condena.

A Noruega banca praticamente o Fundo Amazônia, 90% do recurso do fundo amazônico – parou no Governo do Presidente Bolsonaro, mas, lá atrás, 90% eram da Noruega –, basicamente bancando energias no Brasil para dizer que nós não podemos usar combustíveis fósseis, porque são poluentes. Mas do que a Noruega vive? De combustível fóssil, de petróleo e gás. Cinquenta e um por cento do PIB da Noruega é dessa energia.

Então, há muito *lobby,* há muito interesse de multinacionais, e a gente está no meio disso. Eu acho... E aí eu agradeço a paciência do Senador Confúcio e da Presidente de me ouvirem. Aí vai uma sugestão que nasceu aqui agora: eu acho que a nossa Comissão prestaria um grande serviço ao país, não só àqueles Senadores que gostariam de se aprofundar, mas ao país que vai estar assistindo, se nós elegêssemos as principais fontes, já está falado aqui do hidrogênio, mas pegássemos as outras – eólicas solar, hidrelétrica –, e para cada uma dessa traríamos uma pessoa, duas pessoas com visões um pouco diferentes, para não ficar um debate de uma língua só. Acho que nós daríamos uma contribuição muito grande, repito, aos Parlamentares que querem se aprofundar sobre o assunto e ao Brasil inteiro que vai poder assistir ao tema que é de fato um dos maiores temas da maior importância, que é de onde nós vamos tirar energia o resto da vida, poluindo ou gastando ou consumindo menos possível dos recursos naturais. Então, é uma sugestão que nasceu aqui agora para a Presidente pensar e, enfim, de repente a gente bolar isso.

Vamos pegar todos os sistemas e essas alternativas mais faladas, mais importantes, e trazer duas pessoas em cada um desses temas, para a gente aprofundar o assunto, porque eu percebo em muitos colegas que gostam de estudar, têm domínio de muitas matérias, quando vão para a questão ambiental – eu percebo, desculpem a franqueza –, que há um achismo, uma opinião que não condiz com a realidade.

Então, é uma sugestão apenas, Sra. Presidente, para V. Exa. analisar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Inclusive – não sei se o senhor tem acompanhado um pouco da pauta – nós estamos fazendo acho que cinco ou seis audiências sobre um trabalho que foi realizado sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, que é o Fórum da Geração Ecológica, que fala justamente sobre os principais temas que hoje estão em voga dentro da questão ambiental, das mudanças climáticas, do aquecimento, enfim. E a primeira audiência nós tivemos na semana passada, que foi sobre energia. Para essa audiência vieram aqueles que compuseram, enfim, o fórum e outros convidados, e esse primeiro tema foi sobre energia, inclusive energia eólica, solar.

Inclusive, eu queria até agradecer à equipe da CMA, a todos os servidores que compõem esta maravilhosa Comissão. Esta primeira audiência foi muito rica, porque fala um pouco do trabalho que foi esse fórum, Senador. E teremos mais, sobre cidades sustentáveis, mudanças climáticas. Vamos ter vários outros temas que serão importantíssimos, e eu convido os colegas para que acompanhem também.

E a sua sugestão nós vamos estudar com os técnicos para que, enfim, possamos lincar – justamente o que o senhor falou – posições e visões diversas sobre esses principais temas, está bom? Obrigada.

Eu vou colocar aqui em votação os requerimentos dos itens 6 e 9, do Senador Confúcio.

Em votação os requerimentos apresentados.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos.

Obrigada, Senador Confúcio e Senador Marcio.

Foram os itens 6 e 9.

O item 3 é um requerimento do Senador Fabiano Contarato. Ele não está presente – está em trânsito aí no estado dele, de uma região para outra – e pediu que eu subscrevesse o requerimento, o que eu aceitei.

Então, vou ler o item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 10, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDL 564/2019, que "autoriza, nos termos dos arts. 49, inciso XVI,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

176, § 1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, a implantação do aproveitamento hidrelétrico de Iraí, localizado no Rio Uruguai, atingindo parte da Terra Indígena Kaingang de Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul" com os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Convidados: representante da Terra Indígena Kaingang; representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Rio Grande do Sul; representante da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul; representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e representante da Agência Nacional de Águas (ANA).

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam onde se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Fabiano, subscrito por esta Presidente.

O item 10 é um requerimento da Senadora Teresa Leitão que também vou subscrever. Ela pediu, então...

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 23, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as riquezas da Caatinga.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Ela propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Márcia Vanusa da Silva, Professora da Universidade Federal de Pernambuco; a Sra. Maria Auxiliadora Coêlho de Lima, Chefe Geral da Embrapa Semiárido – Petrolina; representante da Articulação para o Semiárido (ASA); representante do Instituto Nacional do Semiárido (Insa); e representante da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

Quanto ao item 7, a Secretaria recebeu do autor, Senador Marcio Bittar, um novo requerimento, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, para retirada em caráter definitivo do Requerimento 18, de 2023, da CMA. E, nos termos regimentais, eu defiro a retirada da matéria.

O senhor quer dar uma palavra, Senador?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Presidente, apenas para dizer que, no momento em que aconteceu o pronunciamento do Presidente da Apex na China, acho que foi, de fato, uma fala infeliz. Mas eu penso que as críticas já recebidas por ele, dos Senadores, de Deputados Federais, de entidades ligadas ao agronegócio... Ele próprio veio a público, numa atitude que eu considero de grandeza e, ao mesmo tempo, de uma dose de humildade, veio se retratar, pediu desculpas pela fala. Claro, dizendo que acha que foi mal interpretado e tal, mas eu, evidentemente, tive o cuidado de assistir o vídeo e acho que, de fato, foi uma fala infeliz.

Uma pessoa muito importante me disse uma coisa: quando você representa o seu estado ou o seu país, principalmente, a sua opinião pessoal não importa; a opinião que importa é a opinião do seu país. Então, num fórum internacional, de fato, eu acho que ele foi infeliz na fala, mas eu creio que já foi suficiente o debate. Eu não tenho por pretensão nenhuma fazer ninguém passar por mais uma acareação, que considero agora desnecessária, já que ele próprio se retratou, pediu desculpas pela fala que ele reconhece que não foi uma feliz fala. Então, para mim perdeu o objeto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Marcio Bittar.

Então, nos termos regimentais, eu defiro a retirada da matéria.

Obrigada.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 18, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Jorge Viana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da APEX, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as declarações que fez a respeito da suposta relação entre o agronegócio e o desmatamento na Amazônia.

Autoria: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)

Bom, a parte dois da nossa reunião.

No prazo regimental disponibilizado aos membros foi apresentado somente o Requerimento nº 20, de 2023, do Senador Confúcio Moura, para sugerir a avaliação da política pública no corrente ano.

Vou passar a palavra para o Senador Confúcio Moura.

Por favor, Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, uma das missões das Comissões é avaliar as políticas públicas. Nesse requerimento, eu solicito à Comissão que avalie a Política Nacional de Saneamento Básico, instituída pela Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com foco na prestação de serviços em consonância com os princípios fundamentais definidos no art. 2º, especialmente o disposto nos incisos: III - abastecimento de água, esgotamento, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos; IV - disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais; VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental; XII - integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; XIII - redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo.

Solicito, ainda, a avaliação quanto à eficiência e eficácia das políticas diante da aplicabilidade da Lei 14.026, de 15 de julho de 2020, lei do marco legal do saneamento básico, do Senador Tasso Jereissati, e da Lei 13.529, de 4 de dezembro de 2017, que autoriza a União a participar de fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados, no exercício de 2023.

A justificativa, Sra. Presidente, é justamente o que as Comissões não avaliam. A gente aprova; precisa-se avaliar.

Quanto ao tema: água no Brasil, 84% da população já é atendida com água potável, enquanto somente 54% do povo brasileiro, com coleta de esgoto. Esse índice só alcança esse patamar devido aos cem maiores municípios do país terem atingido índices de 94% e 75% de acesso aos serviços, respectivamente.

A situação é caótica em cidades das Regiões Norte e Nordeste do país. Os melhores resultados se localizam no Sudeste e no Sul, o que evidencia uma disparidade cruel e discriminatória entre regiões: enquanto 99% da população das 20 cidades nas melhores colocações têm redes estáveis de água potável, 82% da população dos 20 piores municípios têm acesso ao serviço. Em três cidades, menos de 40% dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habitantes têm água potável, por exemplo: Macapá tem 37%; Ananindeua tem 33%; e Porto Velho tem 32%. Muito pouco, muito pouco!

Na disponibilidade de coleta de esgoto, a situação se agrava mais: nos 20 melhores municípios, 95% da população têm acesso ao serviço, mas o percentual entre os 20 piores é só de 31%. Somente duas cidades da amostra, das 5.570 existentes no Brasil, têm 100% de coleta de esgoto – apenas duas cidades, só duas cidades brasileiras contam com 100% de coleta de esgoto, que são Piracicaba e Bauru, de 5.570! Outras 34 – apenas – têm o índice de coleta de pelo menos 90% e podem ser consideradas universalizadas de acordo com a legislação. Enquanto os cinco municípios melhores colocados estão no Sudeste e no Sul, os cinco piores estão, novamente, no Norte: Santarém, que só tem 4%; Porto Velho, 5%; Macapá, 10%; Belém, 17%; e Rio Branco, no Acre, que tem 21%. Os Municípios de Porto Velho, Macapá, Manaus e Belém estão há oito anos entre os 20 piores do *ranking*, sem demonstrar melhoras.

A gente precisa avaliar, de fato, esse marco regulatório do saneamento básico que o brilhante e saudoso Senador Tasso Jereissati, que faz muita falta aqui, produziu. Agora precisamos acompanhar e fazer as cobranças por esta Comissão de uma maneira veemente, porque é discriminatória a distribuição de água e de esgoto na Região Norte, especialmente no Nordeste brasileiro. Então, aí se estabelece a profunda desigualdade em todos os sentidos entre as regiões mais pobres brasileiras. Embora com uma riqueza fantástica, como é a preservação, a floresta em pé, há a pobreza gritante dos indicadores de saúde pública, como água e esgoto.

Então, o tema é para ser debatido, é interessante. E nós queremos avaliar isso junto com o Tribunal de Contas da União, verificar e fazer as cobranças necessárias junto aos ministérios, para que, de fato, avancemos nos critérios das parcerias público-privadas e das concessões de serviços, ou em outros meios também de atendimento a essas populações discriminadas, que o Brasil ainda assiste de uma maneira triste.

É esse o meu requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Confúcio.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Presidente, o Confúcio, mais uma vez, traz um tema absolutamente relevante.

Eu considero, Confúcio, que o maior problema ambiental da nossa região não é a queimada; eu considero que o pior problema ambiental da nossa região, Região Norte, é a questão de saneamento e resíduos sólidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estes dados ele estava dizendo: infelizmente, a Região Norte hoje é a menos assistida do país, menos do que o Nordeste. É algo em torno de 8% do Norte do país com esgoto sanitário, menos de 50% do Norte do país com água tratada. Isso é o caos total.

E aí eu quero corroborar e fazer uma sugestão – depois eu vou fazer o requerimento, porque eu pensei nisto agora. Nós temos um Ministro – nós, porque o Ministro é de Estado, não é de partido – que eu aprendi recentemente que é uma das maiores experiências, Senador Confúcio, que eu acho que nós podemos ouvir, que é o Ministro Waldez Góes. Eu me surpreendi... Porque eu corroboro com as palavras do Confúcio quanto à grandeza do Senador Tasso, e eu estava na Comissão ao lado dele, defendendo e votando a favor do novo marco regulatório. E me surpreendi, Confúcio, porque, no outro ano, o Amapá faz a concessão. Eu pensei cá com meus botões: "Rapaz, que troço rápido danado, que esse estado foi ligeiro demais". Não é. Eu descobri agora há pouco, em audiência com o Ministro Waldez Góes, que eles estavam há seis anos trabalhando no Estado do Amapá, para fazer o que eles fizeram, que eu entendi que era pouco tempo. Aí eu compreendi que muito do que havia de sugestão para aquela Comissão, presidida, relatada pelo Senador Tasso, vinha da experiência que eles estavam fazendo no Amapá. E eu acho que é uma experiência interessantíssima, porque, veja: ele é alguém de raiz de esquerda, pedetista da época do finado Brizola, mas não parou em barreiras ideológicas. Ele governou 16 anos e, logo depois de um certo tempo, percebeu que não tinha como o Estado dar conta de levar água encanada e esgoto sanitário para o Amapá. Portanto, é uma experiência da nossa região, da Região Norte.

Podíamos também trazer alguém de Alagoas, porque é um Estado do Nordeste que também fez a concessão, para dar a isso o que o Confúcio diz de forma brilhante. Quer dizer, nós aprovamos o novo marco regulatório de saneamento básico do Brasil, e aí dois estados, um do Nordeste e um do Norte, fizeram a concessão. Eu acho que ouvi-los seria uma experiência fantástica.

No caso do Amapá, só de *royalties* – eles usam outra palavra, mas só de *royalties* –, foram R$5 bilhões, dos quais 1 bilhão, ele, como Governador, hoje Ministro, dividiu com os municípios. Quer dizer, Macapá pegou R$400 milhões para poder enfrentar outros tantos problemas que a nossa região tem.

Então, eles vão universalizar o sistema. E havia determinados preconceitos que ele vai ajudar a esclarecer. Por exemplo, alguém diz o seguinte: "Você vai passar para uma concessão privada, o preço vai aumentar", no entanto, o preço médio do que se cobra no Amapá está abaixo da média nacional. "Mas tem muita gente que não pode pagar." E o que a gente descobre? Ele é apaixonado por esse assunto. Eu trouxe o Prefeito de Rio Branco para conversar com ele. Hoje o saneamento não está mais no MDR, mas ele se colocou à disposição e fez uma palestra de quase duas horas com a turma da Prefeitura de Rio Branco.

Então, a conta é a seguinte: Rio Branco, o Acre gasta mais ou menos 50 milhões por ano com a empresa estadual. Fizemos a conta, e, lá no Amapá, eles criaram a tarifa social. Basicamente, todo mundo que está no bolsa não paga. O estado paga, e sai mais barato. Fizemos a conta: subindo bastante para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acre, daria 12 milhões para o estado pagar o serviço de água e esgoto para aqueles que não têm como pagar, e ainda sairia muito mais barato do que manter um sistema que está consumindo 50 milhões por ano.

Eu acho interessante, porque ele conhece o tema. Ele colocou no Norte do país, que é a região mais pobre, mais desassistida, e teve a coragem de não se... Eu não acho isso pouco, eu acho muito. Eu também já fui defensor de ideias que, para você depois mudar, tem que ter coragem, porque você tem todo um círculo de amigos, de amizade, de geração que não te deixam esquecer, e é difícil romper. Então, eu repito: ele foi um homem que não parou em dogmas. Quer dizer, é uma proposta que seria mais lógico ser abraçada por alguém da linha clássica liberal, e, não; ele é um raiz, de PDT, de esquerda, mas resolveu o problema, ajudou a resolver o problema. Então, ele é pioneiro na região mais pobre do país.

Eu vou depois fazer o requerimento, aproveitando essa fala e essa sugestão do nosso Senador Confúcio, e convidar o Ministro Waldez Góes, que eu tenho certeza de que vai fazer gosto de vir aqui para falar tudo o que ele conhece, toda a experiência do que ele fez num dos estados mais pobres do Brasil, a exemplo do meu estado, o Estado do Acre.

Fica aí a sugestão. Depois eu vou entregar o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Marcio.

Inclusive, enfim, para a sugestão aqui do Senador Confúcio, antes da votação, eu gostaria de comunicar a minha subscrição e, se for o caso, indicar o senhor para a relatoria dessa sua sugestão aqui, desse monitoramento dessa política pública. Se o senhor desejar, enfim, topar o desafio – desculpa, essa é a palavra –, terá o nosso total apoio como Relator.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O assunto é vasto, Sra. Presidente, é grande, mas eu aceito, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Ah, que bom!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – E nós temos que compartilhar essa tarefa com o Marcio, que tem a sua experiência, o próprio Estado do Amapá e outros estados brasileiros, para esse enfrentamento.

Eu conto uma história interessante: nós em Rondônia tivemos um dinheiro, na época da Presidente Dilma – eram R$600 milhões –, para colocar esgoto na cidade de Porto Velho. Aí passaram oito anos do Governo Ivo Cassol, ele fez a contratação, localizou um consórcio mineiro, iniciou o serviço. Depois o Tribunal de Contas cancelou tudo, mandou devolver, parar com o serviço feito. Tem muito cano enterrado lá. Aí chegou minha época, quando eu assumi o Governo, recomecei tudo do zero – do zero –, contratamos outro consórcio, que não chegou a iniciar o trabalho, mas dei a ordem de serviço. O tribunal tornou a cancelar a obra. Eu vim aqui ao Tribunal de Contas, tentei argumentar: se tivesse qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superfaturamento, que corrigisse, mas não deixasse paralisar. O tribunal foi intransigente, na pessoa do ex-Ministro Valmir Campelo, que é aqui de Brasília. Aí terminou que nós devolvemos o dinheiro, não fizemos nada, nada. Então, o Ministro Valmir Campelo, do Tribunal de Contas, foi responsável por esse atraso no saneamento de Porto Velho, burocratizando as suas decisões, dando, assim, preferência a um parecer técnico, sem ouvir partes. Em 16 anos de dois Governadores eleitos e reeleitos, não se conseguiu fazer uma obra do PAC. Devolvemos o dinheiro e nada foi feito. Isso é simplesmente vergonhoso, é um desserviço prestado pelo Tribunal de Contas na época. Se qualquer alteração de projeto fosse feita, podia ser com a obra em andamento, feita a correção, a obra estaria feita e nós estaríamos hoje com 60%, 70%, mas hoje estamos lá com 3%, 4%, 5% de esgoto na capital do Estado de Rondônia.

Então, você vê como são os órgãos de controle. Muitas vezes... Eu falo aqui publicamente, sem restrição, citei nomes claros, que prestou um desserviço extraordinário à cidade de Porto Velho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Inclusive, na apresentação do plano de trabalho, Sr. Relator, podemos até acatar a sugestão do Senador Marcio para o convite, para que o Ministro possa vir aqui falar um pouquinho sobre os desafios, enfim, que não serão poucos nos próximos quatro anos.

Então, eu vou colocar em votação o requerimento por V. Exa. apresentado.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Confúcio Moura, que agora é o Relator dessa política tão importante para nós que é a questão do saneamento, do marco do saneamento, o monitoramento.

Bom, mais uma vez, reforçando com os colegas que nós designamos as relatorias dos projetos que estão aí. Já foram designados para os membros da nossa Comissão, da Comissão de Meio Ambiente, e que estaremos aguardando. Já vamos fazer a nossa lista para as próximas audiências aqui para darmos celeridade à instrução dos projetos, enfim, e dos temas aqui indicados pelos colegas.

Quero agradecer a presença daqueles que puderam... A gente está numa semana mais curta, entendemos muito bem que cada um tem a sua correria e, enfim, está todo mundo correndo aqui porque tem sessão plenária, mesmo que semipresencial, mas tem outras Comissões aqui que ainda estão, mesmo com uma semana curta, fazendo seus trabalhos.

Então, eu vou falar aqui para vocês – primeiro, agradecendo a presença – para reforçar o pedido da entrega desses relatórios

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião.

Agradeço a todos pela presença e àqueles que nos acompanham virtualmente.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Augusta Brito, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Wilder Morais, Alan Rick, Paulo Paim e Ivete da Silveira. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. É comunicada a apresentação do seguinte documento à Secretaria da Comissão de Segurança Pública: Ofício nº 185/2023 da Procuradoria-Geral da República, que encaminha cópia do documento "Carta ao Presidente da República", elaborado a partir do Fórum em defesa das populações indígenas e comunidades tradicionais na Bahia, com sugestões e reivindicações que têm apoio de mais de 125 entidades de âmbito local, regional e nacional. É comunicado, ainda, que, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, membros da CSP podem sugerir, por meio de requerimento, até o dia 31 de março, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para avaliação pela comissão ao longo deste exercício. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1431, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 394-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e o art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para determinar que as ações de improbidade administrativa e as ações penais que apurem os crimes contra a Administração Pública que indica terão prioridade de tramitação em todas as instâncias." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 1 - CSP na forma da subemenda, apresentando ainda três emendas. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CSP na forma da Subemenda nº 1-CSP à Emenda nº 1-CSP, com as Emendas nºs 2, 3 e 4-CSP. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3283, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 1, de 2023** que: "Convida o senhor Alexandre Ramagem Rodrigues, Delegado da Polícia Federal, para prestar esclarecimentos" **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. Votam vencidos os Senadores Hamilton Mourão e Sérgio Moro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/21

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada no dia 14 de março.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada não *Diário do Senado Federal.*

Comunicado de documentos recebidos.

Comunico que foram apresentados à Secretaria de Segurança Pública:

– Ofício nº 185, de 2023, da Procuradoria-Geral da República, que encaminha cópia do documento Carta ao Presidente da República, elaborada a partir do Fórum em Defesa das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais da Bahia, com sugestões e reivindicações que têm o apoio de mais de 125 entidades no âmbito local, regional e nacional.

O documento será disponibilizado na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que membros desta Comissão se manifestem no sentido de autuarmos o referido documento para que seja analisado por este Colegiado.

Comunico, ainda, que, nos termos do art. 96 do Regimento Interno, membros desta Comissão podem sugerir, por meio de requerimento, até o dia 31 de março, políticas públicas, desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para avaliação pela Comissão ao longo deste exercício.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o item 2 da nossa pauta é o Projeto de Lei nº 3.283, de 2021, não terminativo, que altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados. Esse projeto é de autoria do Senador Styvenson Valentim e tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Relator o nobre Senador Alessandro Vieira. Esse projeto deu entrada aqui nesta Comissão... Inclusive, cheguei a conversar com o Senador Styvenson e ele pediu que nós pudéssemos pautar esse projeto, mas infelizmente para ele não tem consenso e nós precisamos cumprir os prazos regimentais. Então, eu peço aqui a compreensão do nosso nobre Senador Alessandro Vieira, porque nós iremos retirá-lo da pauta e, no momento oportuno, o projeto voltará à pauta. Inclusive, alguns colegas aqui têm interesse em discutir melhor esse projeto, como nós sabemos.

Senador Styvenson, o senhor acabou de... Eu estou acabando aqui de falar no senhor. O projeto que é de autoria de V. Exa. e que está na pauta, nós tínhamos... Inclusive, eu mudei... Fizemos uma nova pauta para poder incluir o projeto. Eu confesso que achei que era consenso, mas não é consenso. Alguns colegas Senadores e Senadoras gostariam de discutir melhor o projeto e, por conta dos prazos regimentais, nós vamos retirá-lo da pauta – já conversei com o Senador Alessandro –, mas pode ter certeza de que nós vamos voltá-lo à pauta o mais brevemente possível. Eu gostaria só da sua compreensão por conta dos prazos regimentais. É isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se eu puder usar a palavra, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pode falar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Eu agradeço, primeiro, o senhor acatar. Eu acho que é um direito, é legítimo os outros Senadores terem conhecimento desse projeto de lei, porque não é um caso antigo, não é uma coisa nova e imediata que aconteceu ontem na sociedade brasileira. Pelo menos, o meu estado ainda continua sob chamas, sendo atacado por atos que eu considero terroristas. Antes as rebeliões aconteciam, Senador Alessandro, dentro de presídios e se confinavam ali entre eles; agora, não, partem para a sociedade, que virou uma moeda para esse tipo de facção que ameaça os estados, a segurança pública, o comércio, as escolas...

Então, seria um preenchimento, Senador Sérgio Petecão, meu amigo Otto, da Bahia, que também sofre com isso... Acho que o país todo sofre com isso, sofre com as intervenções criminosas. Quando o político vai subir a uma comunidade ou adentrar nela, tem que ter autorização.

Para fazer um evento dentro de uma comunidade que está sob domínio de crime organizado – porque eles se organizaram –, tem que ter uma certa autorização. E é com a mesma autorização desse crime organizado, Senador Kajuru, que eles mandam mensagens, hoje por redes sociais, mandando fechar tudo: comércio, paralisar tudo isso. E utilizam sempre, Senador Petecão, a metodologia do terror, queimando veículos, queimando prédios públicos, afrontando o Estado diretamente. E o que nós temos hoje? Esse projeto de lei que eu apresentei ao senhor, que de imediato acatou e colocou em pauta, esse projeto de lei vem preencher uma lacuna – e o Senador Alessandro conhece perfeitamente bem – que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe hoje no nosso Código Penal para autuar, para enquadrar esse tipo de criminoso. Depois, Senador Alessandro, a sociedade fica reclamando dos delegados, da audiência de custódia porque eles não têm a ferramenta, o mecanismo, eles não têm essa arma legislativa, que a gente não deu ainda e já passou do tempo, Senador Otto, para que possam defender o Estado e a população.

Eu acho crível, eu acho, sim, importante discutir, mas enquanto a gente discute esse projeto, o meu estado está passando por isso. Pode ser amanhã o estado do senhor, pode ser amanhã o Estado da Bahia, pode ser o Espírito Santo, que já passou por isso, Pernambuco. No Nordeste acontece com mais frequência e no Norte também, o senhor sabe disso, devido a essa organização ter se instalado há 20 anos e ter se enraizado por todo o sistema estatal.

Agradeço, Senador Alessandro, pelo relatório. Agradeço demais o senhor ter... Não faço parte dessa Comissão diretamente, mas eu vim hoje para discutir esse projeto também. Eu acho que o projeto está bem claro, o projeto não deixa dúvida de que se trata de organizações criminosas e milícias, dos atos preparatórios e da execução dela. Eu não vejo dúvida do projeto de lei, não sendo de minha autoria, mas pelo Relator. Pelo relatório bem-feito que ele fez, ele não deixa dúvida do que se trata, de quem nós vamos atingir. Não dá para ficar perdendo tempo, Senador Otto, discutindo oito dias, e que no meu estado – isso é sazonal, isso é periódico, isso acontece com muita frequência no Brasil todo – esses criminosos estejam hoje, de forma paralela ou até acima do estado, ditando como vão ser as regras: quando é que o ônibus sai, quando o comércio abre, quando vai ter aula, quando nós políticos vamos poder entrar numa comunidade para poder o quê? Exercer o nosso direito e o direito das pessoas.

Então, Senador Alessandro, muito obrigado.

Agradeço demais ao Senador Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Styvenson, eu queria aqui dar um testemunho da sua preocupação. A preocupação é do Brasil todo hoje, mas V. Exa. me ligou umas dez, vinte vezes, meia-noite e 11h da noite preocupado para que a gente pudesse encontrar um mecanismo, encontrar uma forma que pudesse para dar maior celeridade possível a esse projeto. Eu queria dar esse testemunho aqui. Eu só peço a sua compreensão, por conta dos prazos regimentais. O Senador Alessandro também, de pronto ele pegou a relatoria, se colocou à disposição para que pudesse nos ajudar. Mas, como não temos o consenso, eu vou retirar da pauta. Com certeza, eu acho que o sentimento desta Comissão é de que nós possamos encontrar as ferramentas, os mecanismos para que se possa fazer o enfrentamento.

Hoje é o Rio Grande do Norte. Como meu estado está numa região de fronteira com o Peru e a Bolívia, isso aí virou, está praticamente normal. E não é normal. A população está com medo, todos estão com medo.

Ministro Moro. Eu posso chamá-lo do Ministro ou Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Senador eu acho que está apropriado ao momento aqui. (*Risos.*)

Senador Petecão, agradeço aqui a palavra.

Quero dizer aqui para o Senador Styvenson – tem a questão regimental –: Senador, esse projeto realmente é de suma importância, porque o que nós temos tido no Brasil, em matéria de atos terroristas propriamente ditos, nos últimos 20 anos – e aqui vamos lembrar 2006, quando houve aqueles atentados terroristas do PCC em São Paulo; vamos lembrar 2019, quando houve atos equivalentes a esses do Rio Grande do Norte no Ceará, em janeiro de 2019...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... quando agora o Rio Grande do Norte se encontra em chamas por conta desses atentados, desses ataques à população civil –, o que nós temos tido de atentados terroristas no Brasil tem vindo de organizações criminosas, como PCC, Comando Vermelho e outras organizações que adotam denominações diferenciadas. E, estranhamente, os atos tipicamente terroristas que têm acontecido no Brasil não estão previstos na nossa legislação antiterrorismo.

Então, tem, sim, uma urgência importante para nós mudarmos a Lei Antiterrorismo brasileira. É claro que temos que tomar cuidado para não abranger manifestações políticas ou grupos que fazem manifestações políticas, mas essa lei tem se mostrado até o momento basicamente inútil, porque os atos de natureza, vamos dizer, sociológica e terrorista que nós temos no Brasil não são por ela albergados.

Então, eu faço aqui coro ao Senador Styvenson Valentim de que nós possamos nos debruçar, respeitados aí os prazos regimentais, sobre essa proposta no prazo mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Pela ordem.) – É brevemente, Sr. Presidente.

Primeiro, claro, eu respeito o Regimento e a decisão de V. Exa., muito equilibrada, mas acho que é importante ter muita clareza no que nós estamos tratando até para que a gente possa corrigir os problemas.

Existe uma resistência em determinado segmento político brasileiro a toda vez que se fala em regulamentar o crime de terrorismo no Brasil. Isso não é novo. Existe um temor de que essa legislação acabe invalidando ações de grupos organizados da sociedade civil, mas esse é um temor vazio. E a consequência dessa falha, dou um exemplo muito concreto: os atos terroristas que assolaram esta Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não podem ser tipificados como terrorismo, e não adianta ter voluntarismo de ministro A, ministro B do Supremo, porque a legislação não prevê aquele tipo de ato como terrorismo, por uma lacuna na legislação vigente imposta por um veto, no passado, da Presidente Dilma. Nós precisamos superar essa discussão.

A democracia não abriga manifestações violentas. O uso da violência para defender direitos numa democracia só se aceita excepcionalmente. E o que nós estamos vendo novamente é uma preocupação demasiada de que a legislação vai invadir a possibilidade de manifestação de determinados segmentos, como o movimento dos sem-terra, por exemplo, ou dos sem-teto. As demandas desses grupos são legítimas, eles têm direito de manifestação, mas nunca de manifestação violenta.

A consequência de não legislar é garantir impunidade para os marginais que estão botando fogo em remédio, em hospital, em viatura no Rio Grande do Norte, como já fizeram em vários estados.

A gente tem que encontrar um equilíbrio para superar essa falha. Tenho certeza de que o grupo do Governo terá essa sabedoria de entender o momento e fazer a legislação caminhar, porque nós precisamos punir com dureza esse tipo de criminoso que tenta tornar nossa sociedade refém, como aconteceu já, infelizmente, em diversos países. E nós temos que reagir de imediato.

Obrigado, Sr. Presidente, pela sua paciência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, só uma observação adicional. É só para deixar claro aqui que, em nenhum momento, é uma censura à sua posição de adiar a discussão por questão regimental, mas só para destacar aqui a necessidade de a gente tratar isso o mais brevemente possível. Respeito, igualmente, a posição equilibrada de V. Exa. no que se refere à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, eu quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira pelo relatório apresentado.

Óbvio que a decisão do nosso Presidente é uma decisão justa, mas nós legisladores temos uma responsabilidade muito grande neste momento que o nosso país está vivendo. O Senador Moro mencionou fatos de 20 anos para cá. Quando a gente analisa os manuais de terrorismo, nós vemos que o terrorismo pode ser seletivo ou indiscriminado. E os atos de terrorismo que vêm sendo cometidos por essa narcoguerrilha que existe no nosso país, dividida em diversas facções, é um terrorismo indiscriminado, atingindo todos os segmentos da população e mantendo a população numa situação de medo e de total insegurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É nossa responsabilidade evitar, por meio de uma legislação forte, que o Brasil entre num processo de "mexicanização". Se nós olharmos o que acontece no México, veremos que nós estamos andando pelo mesmo caminho. Nas periferias das nossas grandes cidades, nós temos verdadeiras áreas liberadas, onde o Estado não entra. Então, se nós continuarmos a nos omitir, seremos repudiados pelos nossos descendentes por não termos feito aquilo que tínhamos que fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Perfeito.

Vou seguir com a pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1431, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 394-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e o art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para determinar que as ações de improbidade administrativa e as ações penais que apurem os crimes contra a Administração Pública que indica terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 1 - CSP na forma da subemenda, apresentando ainda três emendas

Observações:

1. Em 14/03/2023, foi concedida vista ao senador Fabiano Contarato.

2. Em 16/03/2023, foi apresentada a Emenda n. 1, de autoria do senador Fabiano Contarato.

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Autoria do nobre Senador e Vice-Presidente desta Comissão, Jorge Kajuru.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alessandro Vieira para a leitura do novo relatório, em função da emenda apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, foi um projeto já discutido na semana passada, e, em muito boa hora, o colega Senador Fabiano Contarato pediu vista para a apresentação de um aprimoramento, que foi acatado na forma como passo a relatar aqui, na análise.

Não existem vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade nem existem óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

O CPP hoje prevê prioridade de tramitação apenas para crimes hediondos. A proposta adiciona vários crimes contra a administração pública nessa lista de prioridades.

Adicionar crimes na lista de prioridades levanta o questionamento de por que esses crimes, e não outros, assim como cria o incentivo para que novos crimes sejam adicionados no futuro. Preferimos, então, a fórmula da Emenda nº 1, da CSP, apresentada pelo colega Fabiano Contarato, que faz um recorte da gravidade dos crimes contra a administração pública, tendo como parâmetro a pena cominada ao delito.

Não obstante, a referida emenda alude à pena superior a quatro anos, quando deveria ter se referido à pena máxima superior a quatro anos. Além disso, convém deixar expresso que se trata de pena privativa de liberdade, pois crimes contra a administração pública preveem também a pena de multa.

Esses ajustes serão promovidos na emenda que apresentaremos ao final.

Sobre a improbidade administrativa, que são ilícitos de natureza civil, aproveitamos para trazer alterações importantes. Aliás, o dispositivo alterado pelo PL em tela, no art. 17, conta com outra redação, supervenientemente prevista pela Lei 14.230, de 25 de outubro de 2021, mas declarada inconstitucional pelo STF, em 31 de agosto deste ano, abro aspas, "de modo a restabelecer a existência da legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil", fecho aspas.

Diante disso, além de manter a previsão de prioridade processual, conforme escopo do projeto, apresentado pelo nobre Senador Kajuru, apresentamos emenda para realizar a correção, nos termos do já decidido pelo Supremo, e aperfeiçoar o art. 17, no sentido de que a pessoa jurídica lesada tenha legitimidade para propor a ação de improbidade administrativa por meio dos órgãos da advocacia pública, que devem estar institucionalizados nos estados, conforme prescrevem os arts. 131 e 132 da Constituição Federal. E não pode ser diferente, considerando que a Constituição impõe à União, junto com os demais entes federativos, o dever de zelo pelo patrimônio público, nos termos do art. 23, inciso I.

Ora, as condutas ímprobas repercutem nítida e diretamente no patrimônio do ente público, fato que evidencia o seu interesse de agir e, por conseguinte, a sua legitimidade para o ajuizamento de ação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

improbidade administrativa, pois, ao fim e ao cabo, é o ente público quem sofre as consequências deletérias do ato ilícito.

A tutela desses interesses próprios do Estado, como pessoa jurídica, está constitucionalmente outorgado à advocacia pública. Assim, a conclusão a que se chega é de que a lesão ao Erário deve ser judicialmente tutelada também pela própria pessoa jurídica de direito público interessada, mas não só isso. A legitimidade ativa para a ação de improbidade administrativa do ente lesado decorre da necessidade de atuar concretamente na defesa do bem jurídico transindividual, probidade administrativa, consoante preconizado na Constituição Federal e em tratados dos quais o Estado brasileiro é signatário – Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul, Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, Convenção sobre Combate à Corrupção dos Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da OCDE, e outros seguintes.

Nesse contexto, excluir a legitimidade do ente público é retirar o maior instrumento por meio do qual a tutela da probidade administrativa se materializa. É como se o constituinte estabelecesse um dever e o legislador ordinário não municiasse aquele que detém o ônus e o principal interesse nos meios necessários para cumpri-lo.

Portanto, há absoluta pertinência entre as finalidades do ente lesado e o objeto da ação de improbidade administrativa. Por isso, propomos emenda para alterar a redação dos arts. 17 e 17-B da LIA, de modo a preservar a legitimidade dos entes estatais lesados para o ajuizamento da ação de improbidade, bem como para a realização do acordo de não persecução cível, desde que possuam órgãos da advocacia pública institucionalizados.

A preocupação do Senador Jorge Kajuru é extremamente meritória, foi enriquecida pela colaboração do Senador Fabiano Contarato e, por isso, o PL merece o voto e a aprovação desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A matéria está em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, para discutir.

Eu queria, mais uma vez, aqui, parabenizar a iniciativa do Senador Jorge Kajuru, parabenizar a relatoria do meu querido Alessandro Vieira e, mais uma vez, confirmar que também este nosso mandato é para combater a corrupção. Eu não tenho dúvida disso, porque a corrupção mata.

A minha preocupação, quando pedi vista, apresentei uma emenda e imediatamente me reuni tanto com o autor quanto com o Relator, foi simplesmente para que tenhamos a percepção de que, da forma original como foi desenhada, hoje, se eu perguntasse aos colegas: quantos crimes contra a administração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos no Código Penal, Senador Mourão? Sabe quantos? Oitenta e dois crimes, por exemplo, como desobediência, resistência, desacato, abandono de função pública. É razoável que para esses crimes o autor, coautor ou partícipe fure a fila no processo de julgamento? É óbvio que não!

Então, nós apresentamos uma emenda para efetivamente, nos crimes cuja pena máxima privativa de liberdade seja pena superior a quatro anos, leiam-se 28 crimes, e aí nós estamos falando de peculato, concussão, corrupção ativa, corrupção passiva, contrabando, contratação direta e ilegal, denunciação caluniosa, abolição violenta do Estado, nós temos golpe de Estado. Nós temos inúmeros, 28 crimes que agora terão prioridade no processo e julgamento, para dar uma resposta, porque hoje, com a atual legislação, há pena nos crimes de violência doméstica familiar e também nos crimes definidos como hediondos.

Volto a falar: acho que passou da hora de nós tipificarmos, equipararmos como crime hediondo os crimes mais graves contra a administração pública, como corrupção ativa, corrupção passiva, peculato. Acho que nós daríamos um grande passo neste contexto, porque não é razoável hoje, no Brasil, uma pessoa ser flagrada apenas portando uma arma de uso restrito e ser considerado crime hediondo; e você desviar verba de Bolsa Família ou de programas educacionais, o que mata uma universalidade de pessoas, não ser considerado crime hediondo. Qual é a extensão, a complexidade e o dano que nós temos quando se tem um agente político ou público que desvia verba de programas sociais? Atinge uma universalidade de vítimas.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, parabenizar a sensibilidade do Senador Jorge Kajuru, a compreensão do meu querido Senador Alessandro Vieira no acatamento dessa emenda, que eu apenas quis para dar tratamento àqueles casos que realmente mereçam ter uma apuração mais célere, mais eficiente, claro, assegurando o contraditório e a ampla defesa e, ao final, o Estado ou o juiz profere uma sentença seja ela condenatória, absolutória ou extintiva da punibilidade.

Parabéns a ambos os Senadores, que eu muito admiro aqui nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Senador Petecão, só tomo a palavra rapidamente aqui, para elogiar a iniciativa, a autoria do Senador Jorge Kajuru e a relatoria do Senador Alessandro Vieira.

Também acho a emenda colocada pelo Senador Fábio Contarato pertinente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Fabiano, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Fabiano, perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Fabiano Contarato.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... Fabiano Contarato pertinente para fazer esse ajuste.

Quero só ressalvar aqui que o que vejo de extremamente meritório nesse projeto é resgatar a legitimidade ativa das entidades de direito público lesionadas para entrar com ação de improbidade.

E faria aqui um registro de que essas prioridades, na prática, na Justiça, acabam muitas vezes não sendo efetivas se não são acompanhadas de algum mecanismo para fazer valer essa prioridade. Então, até sugeriria aqui que pensássemos talvez, no âmbito desta Comissão, em como tornar essa prioridade efetiva, buscar mecanismos para isso – eventualmente, não sei se seria possível, o trancamento de pauta –, mas em outro projeto evidentemente.

Também rogaria aqui, Sr. Presidente, que nada disso tem muita relevância se nós não aprovarmos nesta Casa a prisão em segunda instância. Esse, sim, é um instrumento fundamental para que nós possamos caminhar para diminuir a impunidade neste país, porque os processos se alongam durante décadas, ainda que haja essas previsões, se nós não resolvemos o problema do sistema recursal brasileiro.

Então, fica o registro aqui de que, apesar dos elogios ao projeto, ao seu autor, ao seu Relator e à emenda do Senador Fabiano, o fundamental é que esta Casa tem que se debruçar em cima da prisão em segunda instância.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns, Senador Moro! E o inigualável Senador Alvaro Dias agradece.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Presidente, apenas para complementar, eu acho que esse debate da prisão em segunda instância tem que ser feito com serenidade, com equilíbrio e sobriedade.

Nós sabemos... E eu fui utilizado pelo Estado por 27 anos para agir de forma contundente contra pobres, pretos e analfabetos. Nós sabemos que quem tem acesso à segunda instância – e aí eu estou falando de Tribunal de Justiça, STJ, STF – é efetivamente quem tem poder aquisitivo. Nós temos uma premissa constitucional de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Nós tivemos casos de pessoas que foram execradas publicamente por sentenças condenatórias em segunda instância que não foram ratificadas pela Suprema Corte. Nós temos que garantir um dos principais bens jurídicos que nós temos no nosso Estado de direito, que é a liberdade. A prioridade é a vida, mas o segundo bem, na minha concepção, humilde concepção, é a liberdade. Nós não podemos, sob pretexto de um discurso imediatista, punitivista, entender que uma prisão em segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instância, muitas vezes prisão política, tenha o teor de cercear um dos principais bens jurídicos, que é a liberdade.

Acho que esse debate tem que ser visto com responsabilidade, com equilíbrio, trazendo aqui, jogando luz e debatendo com profundidade... Vamos trazer efetivamente os atores, vamos verificar qual é o perfil da população carcerária hoje, no Brasil, e nós vamos entender que, infelizmente, o Estado criminaliza a pobreza, o Estado criminaliza a cor da pele, e nós vamos ter sentença transitada em julgado apenas para cumprir o rigor da lei para uma camada social, e não para quem efetivamente ocasiona um dano muito maior ao Estado de direito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Ainda que não seja talvez o momento adequado, porque estamos em processo já de aprovação, votação do projeto meritório do Senador Kajuru, é importante pontuar algo com relação à questão da segunda instância.

A nossa Corte Superior, a nossa Suprema Corte já discutiu esse tema mais de uma vez, e não é fato que a prisão em segunda instância seja um mecanismo de punição de pobres e pretos – não é fato. A Justiça penal em geral acaba tendo essa conotação, sim, e nisso me alinho ao colega Fabiano – até porque também é meu colega Delegado de Polícia de carreira –, mas não é fato que seja a mudança de entendimento que, durante um pequeno período, vicejou na Suprema Corte, permitindo a execução da prisão após a condenação confirmada em segunda instância. O que nós tivemos naquele período foi uma sensível redução da impunidade. Não se pode, a pretexto de anulações posteriores por questões processuais, colocar uma espécie de peneira para tapar o sol e esconder que poderosos empresários, políticos, grandes funcionários públicos só foram efetivamente identificados e penalizados na vigência desse entendimento.

Então, concordo, é preciso debater; concordo, é necessário que se tenha clareza do que acontece nas prisões brasileiras, precisamos de uma Justiça que seja para todos, que seja rápida, que seja eficiente, mas a ferramenta da prisão após confirmação da condenação em segunda instância não é uma jabuticaba; ela existe em praticamente todo o mundo. A presunção de inocência não persiste após duas condenações, até porque, na terceira avaliação, você não vai mais analisar os fatos, você não vai mais discutir fatos; vai discutir teses jurídicas.

É importante pontuar isso porque uma sessão tão ilustrada, com gente tão capacitada, é acompanhada pelas pessoas e pode levar a crer que quem defende a prisão em segunda instância está defendendo a perseguição a pretos e pobres, quando é, na verdade, o extremo oposto. O que estamos defendendo – eu sou um defensor da prisão em segunda instância – é que finalmente os ricos... E eu tive a oportunidade, como Delegado de Polícia, não só de atuar na pobreza. Estive nas delegacias mais difíceis e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobres do meu estado, da minha capital, mas também tive a oportunidade de combater e penalizar os milionários e ricos do meu estado.

Então, acho que essa é uma discussão que tem que ser aprofundada e que esta Comissão tem toda a condição de fazer esse debate, na Presidência do Sérgio Petecão, trazendo especialistas, discutindo experiências, trazendo casos do exterior e apartando as ideologias e interesses políticos. Nós temos que cuidar do Brasil.

Obrigado pela paciência novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Muito rapidamente... Até peço desculpa por ter trazido essa questão a termo, e não é o momento de debater, mas eu acompanho aqui as razões do Senador Alessandro. É evidente que o fim da prisão em segunda instância beneficiou apenas criminosos de colarinho branco e condenados por corrupção. Isso não tem nada a ver com processos criminais contra pessoas de baixa renda ou pessoas pobres. Essas no mais nem chegam à segunda instância pela dificuldade, muitas vezes, de acesso à Justiça e de ter defesa por defensoria pública.

Então, o debate a gente vai fazer em momento próprio – peço desculpas –, mas não tem nada a ver defender prisão em segunda instância com criminalização da pobreza. Esse é um discurso absolutamente deslocado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Desculpe, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não é um discurso deslocado, não. Eu trabalhei nas delegacias no interior do meu estado por 27 anos. Eu trabalhei com flagrante – que vem do latim *flagrans*, corpo em chamas, certeza visual do crime.

Eu trabalhei quando determinadas pessoas, antes de a polícia chegar, já tinham grandes advogados nos escritórios. Nós estamos falando no Estado democrático de direito, em que se respeitam as instituições e os direitos. Quanto vale um dia da sua liberdade que está sendo cerceada? Quanto vale isso? Imagine se você for condenado em segunda instância pelo Tribunal de Justiça – e ainda está sob a égide

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do STJ e do STF –, você ter a sua liberdade cerceada e depois vêm falando assim: "Não, o fato não foi definido mais como crime. Não, o fato não foi esse. O Estado vai a sua sentença, extinguindo a sua punibilidade". Quanto vale esse dia da sua liberdade que foi cerceada? Nós temos que entender isso com responsabilidade. Nós temos que buscar isso da melhor forma, para falar: será que esse é o melhor caminho? Não é simplesmente fazer um discurso imediatista, porque vende bem. Isto é óbvio que vende bem para a população: "vamos determinar que a execução de uma sentença penal condenatória em segunda instância já possa ser passível de execução". Mas ter a sua liberdade cerceada por um dia e depois ter uma sentença de uma instância superior falando que ocorreu uma extinção da punibilidade, quer seja pela prescrição, quer seja pela tipicidade do fato, quer seja pela ausência de provas, aí, sim, você vai ver qual é o valor da liberdade. Nós temos que ter essa percepção também.

Fica aqui o meu registro apenas. Este não é o momento, mas, no momento oportuno, nós vamos, sim, no campo das ideias e com um argumento trazendo a realidade do Estado brasileiro, com um argumento trazendo a realidade do que realmente acontece no processo criminal no Brasil, com um argumento trazendo até mesmo a composição desta Casa, quando se diz que esta Casa representa a população... Eu queria que entrasse por essa porta o representante maior dos pobres, dos pretos, dos pardos, dos indígenas; mas, não. Ficamos nós aqui – na grande maioria, homens; na grande maioria, ricos, brancos e engravatados – decidindo a vida de milhões de pobres.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Esta Presidência comunica que a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 1.431, de 2021, com a aprovação da Emenda nº 1 desta Comissão, na forma da Subemenda desta Comissão, e das Emendas nºs 2, 3 e 4.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 3.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, pela ordem. Rápido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, Presidente Sérgio Petecão, eu lhe agradeço de coração porque, amigos e amigas aqui, considero – em relação ao tange ao combate da corrupção, entre os meus 200 projetos em quatro anos de mandato – este um dos três mais importantes.

Eu aqui agradeço ao Senador Otto, ao Senador General Mourão, ao Senador Sergio Moro e o privilégio que sempre tem um Senador quando Alessandro Vieira é o Relator do seu projeto. O Fabiano Contarato veio me dar parabéns pela autoria desse projeto, mas ele também foi importante. Alessandro e eu conversamos com ele quando ele pediu vista. A compreensão dele foi fundamental; a minha e a do Alessandro também.

Portanto, creio que a Comissão de Segurança Pública, Presidente Sérgio Petecão, dá um exemplo, porque é um começo de trabalho e já aprovamos aqui um projeto dessa relevância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quero aproveitar a oportunidade, Senador Jorge Kajuru, até para também parabenizá-lo pela autoria do projeto. Esse debate que nós acabamos de presenciar aqui na Comissão faz eu me orgulhar muito de presidir esta Comissão, pelo nível dos nossos Parlamentares. Com certeza, esta Comissão fará muito pelo nosso país.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 1, DE 2023

- Não terminativo -

Convida o senhor Alexandre Ramagem Rodrigues, Delegado da Polícia Federal, para prestar esclarecimentos

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim, senhor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu já conversei sobre esse assunto com o Senador Jorge Kajuru e eu considero não pertinente esta Comissão convocar o Ramagem para este assunto. Eu considero que este assunto é pertinente à Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, é um assunto que exige grau de sigilo de que só aquela Comissão dispõe.

Então, eu julgo que nós não deveríamos apreciar esse requerimento e que ele deve ser feito dentro da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência. É a minha visão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Hamilton, o requerimento está na pauta. (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Hamilton, conversando aqui com a nossa assessoria da mesa, só quem poderá retirar o requerimento é o autor do requerimento.

V. Exa. vai votar a favor ou vai votar contra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só uma observação aqui: o Alexandre Ramagem atualmente é Deputado Federal. Então, regimentalmente, não sei se nós podemos convocar um Deputado Federal para depor no Senado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para encaminhar.) – Mas é convite, Senador Moro. É convite.

Eu não tenho nada contra, falei com o General Mourão. Deixo à vontade a Comissão. Quem quiser concordar com o General Mourão, Presidente Petecão, eu nada farei para ser contra a posição do Senador Mourão. O que eu disse ao amigo Mourão, de quem posso dizer hoje amigo, é que ele tem que ser ouvido, e o senhor concordou. Perfeito? Entendi que o senhor pensa na questão sigilosa, eu compreendi. Apenas os demais Senadores pediram a mim, que integro esta Comissão, que deixasse o Presidente colocar em votação. Por mim, até retiraria.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Como diz o gringo, Senador Kajuru: "*No hard feelings*". (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É porque o Senador Alessandro não está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa pela minha visão. Eu só tenho 8%. Estou vendo ali, e, pelo vulto, ele não está.

Foi ele que me pediu. Ele até brincou: "Kajuru, mas, se ele não pode ser ouvido aqui, ele vai ser ouvido onde? Num bar?". Foi o comentário dele. Então, eu respeito o meu amigo, o meu colega, da mesma forma que eu respeito o Senador Mourão. Continuo com esta opinião: se a maioria da Comissão entender assim, eu retiro prazerosamente, e vamos esperar que ele seja ouvido mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu vou objetar também pelo mesmo (*Fora do microfone.*) motivo do Senador Hamilton Mourão. Eu acho... Eu compreendo que nós temos que ouvi-lo, é uma questão importante a ser esclarecida, mas a Comissão tem que ser a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O único problema é que vai ter muita gente dizendo que o Kajuru está na direita. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aprovado, com os votos contrários do Senador Mourão e do Senador Sergio Moro. (*Pausa.*)

Eu queria só comunicar aos Senadores e às Senadoras que nós recebemos um convite do Ministro da Justiça, mas foi um telefonema. Vamos esperar que ele oficialize, e aí... Mas já estou...

Seria no dia 21? (*Pausa.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Vai confirmar a data.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Quando confirmar, eu oficializo aqui para os senhores. Mas quero só registrar, porque achei um gesto da parte dele, da assessoria parlamentar dele... Estou aqui registrando.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião e convocada outra para hora e data regimental.

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Dr. Samuel Araújo, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Magno Malta e Jaime Bagattoli, e ainda dos Senadores não membros Wilder Morais e Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. É comunicada a apresentação do seguinte documento à Secretaria da Comissão de Segurança Pública: Correspondência eletrônica do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), que encaminha Relatório de Inspeções realizadas no Centro de Detenção Provisória II e na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. É comunicado, ainda, o recebimento do Ofício nº 393/2023/GM do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que convida os membros desta Comissão para participarem do evento "Encontro com Parlamentares - Apresentação das Ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública", seguido de almoço oferecido por aquela Pasta, a ser realizado no dia 11 de abril de 2023, às 11 horas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3283, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Durante a reunião, é designado relator "ad hoc" o Senador Hamilton Mourão. Antes do encerramento da discussão, o relator "ad hoc" acolhe as seguintes modificações: na Emenda nº 3-CSP, onde se lê "Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos", leia-se "Pena - reclusão, de 5 (cinco) a 10 (dez) anos"; e na Emenda nº 4-CSP, onde se lê "Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos", leia-se "Pena - reclusão, de 5 (cinco) a 10 (dez) anos". A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CSP, com as modificações apresentadas. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3742, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União a militar, a profissional de segurança pública, guardas municipais ou a agente socioeducativo em serviço ativo que venham a ficar incapacitado permanentemente para o trabalho em decorrência da Covid-19 durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Foi apresentada a Emenda nº 1 – CSP, de autoria do Senado Fabiano Contarato. A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 – CSP e com as Emendas nºs 2 e 3-CSP. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 2, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Justiça e Segurança, Flávio Dino, informações sobre quais pareceres jurídicos e técnicos, estudos e dados estatísticos fundamentaram a mudança normativa que orientou a edição do Decreto 11.366 de janeiro de 2023." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Magno Malta (PL/ES). **Resultado:** O requerimento foi subscrito pelos Senadores Izalci Lucas, Marcos do Val, Hamilton Mourão, Eduardo Girão e Magno Malta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 4, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública para analisar a situação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, entender as necessidades orçamentárias para o fortalecimento dos dois programas em conjunto com o Ministério da Defesa no sentido de garantir eficiência e maior capacidade de atuação, bem como ouvir os planos para o melhoramento na vigilância das fronteiras brasileiras no sentido de coibir, sobretudo, o tráfico de armas e drogas." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** O requerimento foi subscrito pelos Senadores Sérgio Petecão, Magno Malta, Eduardo Girão, Marcos do Val e Styvenson Valentim. Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 5, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Segurança Pública, com o objetivo de debater as alterações no comércio legal de armas promovidas pelo Decreto nº 11.366/2023, que "Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003"." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Resultado:** O requerimento foi subscrito pelo Senador Marcos do Val. Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta. Incluída a realização de audiência pública conjunta com a CCJ. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 6, de 2023** que: "Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro da Justiça e Segurança Pública, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os planos e a agenda estratégica da Pasta para os próximos anos." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** O requerimento foi subscrito pelos Senadores Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Jaime Bagattoli, Marcos do Val, Eduardo Girão e Hamilton Mourão. Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/28

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada no 21 de março.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado.*

Comunico que foi apresentado à Secretaria desta Comissão o seguinte documento:

Primeiro: correspondência eletrônica do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), que encaminha relatório de inspeção realizada no Centro de Detenção Provisória II e na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. O documento será disponibilizado na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para os membros da Comissão se manifestarem no sentido de atuarmos sobre o referido documento para que seja analisado por este Colegiado.

Comunicado de convite: comunico ainda que foi enviado à Secretaria da Comissão de Segurança Pública o Ofício 393, de 2023, que convida os membros desta Comissão para participarem do evento "Encontro com Parlamentares – Apresentação das Ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública", seguido de um almoço oferecido por aquela pasta, a ser realizado no dia 11 de abril de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na última reunião, eu já tinha feito esse convite, agora só estou reiterando-o. Vamos discutir alguns temas de interesse desta Comissão, em seguida, o Ministro irá oferecer um almoço. Ele me convidou pessoalmente. Eu já tinha falado nisso, agora ele está só oficializando.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu posso fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É que o Senador Izalci estava aqui... Deixe-me só ler aqui, aí eu faculto a palavra ao senhor, está bem?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É por causa desse tema mesmo aí.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Do almoço?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – A minha pergunta é se eu poderia fazer um requerimento oral e já entregar à Mesa elaborado, fazendo-o aqui de pronto, para que a gente convidasse o Ministro da Segurança para vir à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Izalci estava aqui se preparando para falar. Vamos ouvir o Izalci, e seu pedido já fica aqui...

Izalci. Senador Izalci, desculpe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Obrigado.

Presidente, há um requerimento já sobre o tema, do Senador Jorge Seif, que trata sobre pedido de informações ao Ministro do Ministério da Justiça sobre a questão das armas, essa questão dos registros, essa modificação que houve com relação a isso. Eu estou pedindo, Presidente, uma audiência pública – fiz um requerimento – porque o que acontece? Eu estou olhando mais no aspecto econômico também. Quando você tem uma regra, seja ruim ou seja boa, ela existe. Agora, quando você fica no limbo... O que aconteceu? Criaram um grupo de trabalho, o Governo criou um grupo de trabalho, e está todo mundo na expectativa com relação a isso. Então, você não tem mais... As vendas estão paralisadas, a fabricação está paralisada, exatamente nesta dúvida: as empresas que montaram indústria aqui ou que vendem armas vão continuar ou não? Está nessa indefinição.

Então, eu fiz, e eu pediria a V. Exa. para colocar como extrapauta esse requerimento de audiência pública para a gente ouvir os representantes das empresas, da Polícia Federal, desse grupo também que está fazendo... Para que as empresas decidam, porque já tem alguns meses, e aí estão quebrando todo mundo. Não se sabe se vão fechar as indústrias ou não. Então é essa audiência pública. Eu ia pedir até a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois colegas para assinarem, que são totalmente contra ou totalmente a favor, até para a gente fazer uma discussão, mas nada melhor do que discutir numa audiência pública sobre isso.

Então, peço a V. Exa. para colocar como extrapauta. É o Requerimento nº 5, de 2023, Presidente.

Essa é minha consideração.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela eleição como Presidente da Comissão de Segurança, da qual com muita honra faço parte também.

E queria reiterar o pedido feito pelo Senador Magno Malta, e eu estou vendo aqui que o Senador Seif também fez a solicitação, para a vinda do Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança, Flávio Dino. Mas eu queria transcender a questão apenas dos decretos de armas. Eu queria colocar a importância da Presidência dele aqui para explicar a visita que houve lá no Complexo da Maré, há duas semana, visitando a ONG sem escolta, um ambiente muito delicado.

Eu queria pedir ao senhor que adicionasse nesse convite, se for possível – se eu tiver que fazer outro, eu faço –, que a motivação da visita do Sr. Ministro de Estado da Justiça, Flávio Dino, também seja para explicar essa visita ao Complexo da Maré.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vou me ater aqui a esse pedido. Depois eu passo a palavra para o senhor para não ficar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Era a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está dentro do assunto?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Isso. Era a respeito do pedido, porque é um ótimo momento de o Ministro vir até esta Comissão de Segurança Pública para também falar do Programa Nacional de Segurança Pública, quais são as nossas metas a serem atingidas, tudo isso. Eu acho que vai ser uma boa oportunidade para discutir não só o que os Senadores já falaram, mas também a parte boa que o Governo tem para programação dentro da segurança pública.

Era só isso, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agora isso, Presidente, não impede que a gente compareça ao encontro que ele propôs. Perfeito? Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Esta Presidência está na sintonia com o Vice, porque eu ia falar exatamente isso. Eu acho que esse gesto do Ministro de nos convidar para tratar de todos esses assuntos – com certeza, será pauta essa conversa – e também participar desse almoço...

Senador Magno Malta, acho que o senhor tem que oficializar o requerimento e pegar o apoio de todos, e nós vamos votar aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A minha assessoria está preparando o requerimento e certamente estará, aí na mesa, o pedido que fiz de forma oral.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E também para atender a V. Exa., a Presidência da Comissão, eu não tinha feito ainda, até porque tem uma experiência com V. Exa. nessa área de segurança e violência. Quando a CPI do Narcotráfico foi ao Acre, na situação mais difícil da vida do país, com o Governador escondido com a família, a família Pascoal caçando todo mundo, V. Exa. era o Presidente da Assembleia, ainda muito jovem. Quando não quiseram receber, no Tribunal de Justiça, essa CPI lá, V. Exa. recebeu na Assembleia Legislativa. E foram cinco dias de muito medo, uma situação caótica que viveu o Acre. V. Exa. era o Presidente da Assembleia Legislativa e muito corajosamente... Ao contrário do que eu brinquei com o Senador Kajuru com relação a V. Exa., V. Exa. é muito corajoso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Dessa CPI do Narcotráfico é melhor nós não falarmos, porque o Magno Malta trancou a Assembleia do Acre, as pessoas entravam enroladas em cobertores e ninguém queria receber a Comissão. Eu disse uma coisa: vamos abrir a Assembleia e vamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Lá houve também a questão de desenrolar o tapete e encontrar o Kajuru? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, ele criou um suspense, mas... Parabéns. É melhor não falarmos desse assunto, porque vão saber da nossa idade, já faz tanto tempo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, deixe-me só dar uma... É bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Flávio tinha pedido... O Senador Flávio Bolsonaro tinha pedido aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito rapidamente. Desculpem aqui o atraso. Mas, pelo que eu entendi, está havendo a possibilidade de trocar a vinda do Ministro da Justiça aqui à Comissão por um almoço informal?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para o almoço foi convidado antes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não. Não falamos nada disso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para não...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Magno acabou de apresentar um requerimento verbal, eu pedi que ele colocasse... E ele vai fazer.

O Ministro Flávio Dino – eu acho que foi até um gesto dele, eu não estou acostumado a ver isso aqui – convidou todos os membros, independentemente de sigla partidária, independentemente de ideologia política, e disse que gostaria de receber os membros para discutir todos os temas, todas as pautas e, em seguida, iria nos oferecer almoço. Foi isso, mas não tem nada a ver com...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, é só para registrar que eu acho importante a presença dele aqui numa audiência pública em aberto, com a imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aí, é só apresentar o requerimento e...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Deixe-me só falar então aqui, rapidinho, Presidente, o seguinte: eu também apresentei um requerimento sobre o Decreto 11.366, o decreto assinado pelo Presidente no dia 1º...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Onze...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – É o 11.366, desculpe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O onze, que é o número mais importante, você esqueceu.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Desculpe-me. É o seu número?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – É.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É o do partido. (*Risos.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Agora, outra coisa: eu também quero subscrever o que o Flávio Bolsonaro colocou, porque acho que até esse almoço... Na última reunião que houve, com seguranças, secretários de segurança dos estados, ele fez o mesmo convite para o almoço e pediu que cada um levasse a comida do seu estado para ele. Então, eu acho que não cabe. O assunto é muito sério. Acho que esse almoço tem que ser algo informal entre vocês, mas eu reforço aqui o pedido para ele estar aqui na posição de Ministro e nós, como Senadores, fazermos a sabatina a ele. Esse almoço vai ficar um almoço informal, e eu acho que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não é obrigado a ir, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você não vai. Só isso, Senador. Não vai para o almoço. Está ótimo!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como Líder do Governo... Como Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É só para dizer: não é obrigado a ir...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – É porque o meu é de convocação...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não é obrigado a ir.

Eu achei, da parte do Ministro... Eu, que já estou aqui no meu segundo mandato, sei que não é de costume, não é da normalidade, gesto do Ministro. No Governo passado, o Ministro nem recebia. O Ministro fez um gesto de nos receber para tratar dos assuntos em que os senhores tiverem interesse e gostaria de oferecer um almoço. Se a Comissão disser: "Nós não queremos almoço"...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não. Eu acho que nós temos que separar as questões, porque, na reunião que houve com os secretários de segurança pública do País...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não. Eu estou falando...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... ele interrompeu a reunião para pedir a cada um que, na próxima, trouxesse um alimento do seu estado.

Então, assim, eu quero insistir na separação da conversa sobre os pontos que nós temos que abordar e o momento de descontração para falar de outros assuntos. Eu queria deixar bem separada uma coisa da outra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, acho que está muito claro. São dois assuntos: um convite e um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Izalci, o Senador Jaques Wagner está pedindo a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O almoço é "vai quem quer", não é isso? Vamos ouvir, vamos ouvir...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não quero.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – A gente vai.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, evidentemente, ele fez uma gentileza que eu acho que é própria da política: fazer um gesto para conversar, o que não quer dizer que ele fugirá das suas obrigações de vir aqui à Comissão para explicar os seus projetos, para responder às perguntas. Não é obrigatório que as pessoas vão ou não, é uma questão de fazer relacionamento, eu acho que faz parte do jogo da democracia.

Meu querido amigo Senador capixaba, eu acho que ele pediu a comida de cada estado...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Moqueca capixaba.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não! Então, é só para fazer um ato de gentileza, para dizer: "Olha, quem sabe a gente vai comungar", porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são tantas especialidades! Se você não levar a moqueca capixaba, eu vou levar a moqueca baiana e pronto, está certo?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Moqueca baiana não é moqueca.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto. É essa disputa que interessa. É só para garantir que aqui estará o Ministro na hora em que for chamado, feito o convite formalmente. É óbvio que ele estará ali, porque não faz favor, é obrigação de qualquer membro do Executivo vir prestar seus esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Para que a gente possa encerrar esse assunto, pelo amor de Deus!

Temos o encaminhamento. O Senador Magno Malta vai apresentar o requerimento. Quem quiser apoiar, viu, Senador.... Os Senadores que estão apoiando vão apoiar... Quem quiser ir para o almoço vai; quem não quiser fica aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – É, mas que no almoço não sejam tocados assuntos referentes ao que... Porque, senão, vai dizer o seguinte: "Ah, porque lá no almoço nós definimos tal situação".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Amigo, o senhor só vai se o senhor quiser. O senhor não é obrigado. Eu não posso...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Mas no almoço vai ser...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... dizer para o Ministro: "Olha, Ministro, o senhor não...". Pelo amor de Deus!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Mas é um almoço, então, para deliberar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não. Vai ter um almoço para tratarmos assuntos...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não, então...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E daí, ué? Depois ele estará aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... tratarmos assuntos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Tratar de assuntos que não se referem aos assuntos que competem a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele vai fazer uma reunião e vai colocar alguns assuntos que ele acha pertinentes a esta Comissão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E a gente vai ouvir só.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E nós vamos ouvir. Se o senhor quiser ouvir, o senhor ouve; se não quiser, não ouve. Depois, ele vai oferecer um almoço, que eu achei da parte dele um gesto...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu acho que seria mais prudente e profissional que fizesse, primeiro, aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, o convite foi feito antes, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... e depois faça esse almoço.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que falta de educação, Marcos! Você é uma pessoa tão sensata. Que é isso, querido?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não, Kajuru, eu estou sendo sensato. É porque eu acho que não pode...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O convite foi feito há 15 dias.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... misturar as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Excelência...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Se vai deliberar, se vai tocar em assuntos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor faltou à sessão passada aqui desta Comissão. Esse convite eu já fiz.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi discutido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu estou só oficializando. Eu já fiz esse convite aqui. Eu estou só agora... Eu pedi para o Ministro fazer por escrito. Ele fez, está aqui, ele oficializou. Eu estou só repetindo o que eu já tinha feito. Lógico, eu acho que nós estamos fazendo aqui uma tempestade num copo d'água.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Total.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se você não pode...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não, mas é porque é um assunto sensível, gera...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Qual assunto está sensível?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Sensível, porque da segurança pública a consequência é a vida ou a morte. Então, são assuntos delicados, é preciso estar aqui para todo mundo debater, o tempo de fala... Não num almoço, comendo uma feijoada, e ele pedindo para cada um levar um prato de comida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele não pediu nada disso, pelo amor de Deus!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Perdoem-me. Nós precisamos avançar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já deu o que tinha que dar já.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Perdão, colega, mas nós precisamos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3283, DE 2021

- Não terminativo -

Altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 21/3/2023, a matéria foi retirada de pauta.

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Inclusive o Senador Styvenson ligou, preocupado com a situação que nós estamos vivendo lá no nosso Estado do Rio Grande do Norte. Ele tem trabalhado esse projeto aí, me ligou várias vezes, preocupado.

A relatoria é do Senador Alessandro Vieira.

O Senador Alessandro Vieira não está presente. (*Pausa.*)

Não está presente.

A nossa assessoria aqui comunica que o nosso querido Senador Alessandro está numa missão do Senado.

Eu preciso designar um Relator *ad hoc.* Eu vou designar aqui o nosso nobre Senador Hamilton para que ele relate o projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Presidente, eu continuo inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – V. Exa. pediu a palavra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Eu pedi, fiz a minha inscrição aí, disciplinadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas ainda é daquela pauta do almoço? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Não. Eu só me inscrevi.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele apenas se inscreveu. Está só aguardando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Eu estou inscrito para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, tá.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, sim. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, quando... Na discussão, V. Exa. é o primeiro – perdão, eu pensei que você ainda estava no almoço.

O Senador Kajuru pediu a palavra pela ordem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Sérgio Petecão, primeiro, quero cumprimentá-lo pela sua habilidade, respeitando a opinião de cada um, mas sabendo colocar aqui a toda a sociedade brasileira a responsabilidade desta Comissão de Segurança Pública.

Eu quero colocar rapidamente que fiquei muito feliz com o acordo de que participei, porque fui escolhido, na ausência do Senador Alessandro Vieira, como Relator *ad hoc* desse projeto histórico do meu amigo pessoal, o Senador Capitão Styvenson. Ele, que é um modelo de sensatez, concordou com o que o Líder do Governo, Jaques Wagner, observou, que é uma coisa absolutamente normal – o General Mourão também concordou –, é apenas a troca de uma palavra.

Como na semana passada eu tive aqui um projeto importantíssimo aprovado por unanimidade, penso que ninguém aqui tem que ser holofote; a gente tem que saber dividir e trabalhar no plural, não no singular. Então hoje, de novo, eu seria a bola da vez com esse relatório, que vai evidentemente agradar à população brasileira em massa. E aí disse por telefone ao Senador Capitão Styvenson que eu preferia que fosse Relator *ad hoc* o honrado General Mourão. Só para justificar, para me fazer entender: "Por que você não aceitou, Kajuru?". Apenas por isso, nada mais. Eu aprovo em 100% o relatório que vai ser lido pelo Senador General Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós indicamos o General Mourão como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao nobre Senador General Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes.

Relatório.

Vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei nº 3.283, de 2021, de autoria do Senador Styvenson Valentim, que altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

O art. 1º acresce ao art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 (Lei Antiterrorismo), os §§3º, 4º e 5º.

O §3º prevê que se equiparam a atos terroristas as condutas praticadas, por qualquer razão, em nome ou em favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado que: I – obstaculizem ou limitem a livre circulação de pessoas, bens e serviços, sem prejuízo das excludentes previstas no §2º do artigo; II – estabeleçam, mediante violência ou grave ameaça, monopólios, oligopólios ou monopsônios artificiais em determinada região ou zona territorial urbana ou rural; III – constranjam, mediante violência ou grave ameaça, alguém ao pagamento de prestação pecuniária ou qualquer tipo de vantagem como condição para o exercício de atividade econômica; ou IV – exerçam, mediante violência ou grave ameaça, outro tipo de controle social ou poder paralelo sob determinada região ou zona territorial urbana ou rural em prejuízo das liberdades individuais.

O §4º dispõe que a pena é aumentada até o dobro se o agente exerce função de liderança na organização terrorista ou no grupo criminoso organizado.

O §5º determina que são considerados grupos criminosos organizados aqueles definidos como associação criminosa e milícia privada no Código Penal, como associação criminosa para o tráfico na Lei Antidrogas e como organizações criminosas na Lei das Organizações Criminosas.

Os arts. 2º e 3º modificam o art. 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei Antidrogas), e o art. 288-A do Código Penal, para que seja requisito dos crimes de associação criminosa para o tráfico e de constituição de milícia privada a associação de quatro ou mais pessoas, além de aumentar as penas para cinco a dez anos, e prever o pagamento de 1,2 mil a 2 mil dias-multa e de 2 mil a 3 mil dias-multa, respectivamente.

O art. 4º determina que a lei terá vigência imediata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor da proposta expõe que as milícias e outras associações criminosas têm exposto a população brasileira ao terror generalizado que a Lei Antiterror visa coibir. Far-se-ia necessário, assim, aproximar a legislação de combate ao terrorismo daquela destinada à criminalidade organizada, evitando a repressão estatal seletiva e destinada apenas a pequenos delinquentes.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Depois de apreciada por esta Comissão, a matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão terminativa.

II – Análise.

A matéria é de competência da União para legislar privativamente sobre direito penal e processual penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, inciso I, e 61 da Constituição Federal.

Não encontramos no projeto vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, tampouco óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria. Em relação ao mérito, entendemos que o projeto é pertinente e necessário para tornar mais efetivo o combate aos grupos criminosos organizados no país.

Dados do Ipea, no relatório *Violência e Segurança Pública em 2023*, demonstraram como tendências para os anos de 2015 a 2023: a) o crescimento de mercados legais e ilegais explorados pelas organizações criminosas; b) o crescimento da atuação de organizações criminosas; c) a ampliação dos ramos de atividades exploradas por organizações criminosas; d) a manutenção de domínio de territórios por organizações criminosas; e) a manutenção da expansão da atuação das facções nos estabelecimentos penais; f) a interiorização das facções criminosas; g) a manutenção dos índices de crimes transnacionais; e h) a manutenção do envolvimento de agentes públicos com o crime organizado.

Por sua vez, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, de 2022, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta como, abrem-se aspas, "a variação das taxas de violência letal vem sendo fortemente influenciada pela dinâmica dos mercados criminais brasileiros e a ação de organizações criminosas", fecham-se aspas.

A instituição discorre que em alguns estados, como no Amazonas, abrem-se aspas: "os conflitos se acirraram após um período de estabilidade, tanto que o estado apresentou a maior variação da taxa de mortalidade violenta em 2021, com crescimento de 53,8%", fecham-se aspas. O desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Philips, no ano passado, apontam o fenômeno do alastramento das organizações criminosas oriundas do Sudeste pelo país, direcionando interesses para a região amazônica em que, abrem-se aspas: "são estabelecidas conexões e simbioses entre diferentes tipos de crimes, com a formação de redes transnacionais".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante destacar que as populações que mais sofrem com a atuação de organizações criminosas são aquelas que reiteradamente são excluídas do acesso a serviços estatais básicos, seja pela ação dos próprios grupos criminosos, seja pela atuação repressiva da polícia por vezes indistintamente sobre as comunidades, seja pela configuração de novos atores que se estabeleceram nos últimos vinte anos: as milícias. As milícias impõem decisões legais e extralegais às comunidades e controlam a economia de territórios de maneira ilícita e violenta. Sobre seu crescimento:

> Ao final de 2007, as milícias já detinham o controle de 92 favelas do Rio de Janeiro, de um total de mais de trezentas. À época, essa expansão era vista positivamente pelas comunidades, que caracterizavam a milícia como um aparato alternativo de segurança contra o domínio do tráfico. Doze anos depois, ao final de 2019, as milícias já controlavam áreas que compreendiam uma população de mais de 2 milhões de pessoas, atuando inclusive nos ramos da construção civil nas áreas dominadas.

Nestes termos, o projeto é meritório diante da equiparação à atividade terrorista quando desempenhadas determinadas atividades por grupos criminosos organizados, conforme descrito no relatório. Neste sentido, o projeto prevê que serão punidas com pena de 12 a 30 anos de reclusão as condutas descritas exercidas por qualquer razão, em nome ou em favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado.

Ressalte-se que as atividades equiparadas a terrorismo são aquelas consideradas mais gravosas, que afetam e causam terror na vida de comunidades e regiões. Por conseguinte, propomos emenda para alterar o §3º prevendo a finalidade de provocar distúrbios civis.

Notícias recentes demonstraram o planejamento reiterado de facções para tirar a vida de autoridades públicas, notoriamente conhecidas pela defesa da segurança pública, e para promover a fuga de líderes das facções. Entendemos que tais condutas praticadas pela alta criminalidade organizada desestabilizam o Estado democrático de direito e a possibilidade de um futuro para o país com mais segurança. Se o Brasil é signatário da "Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive Agentes Diplomáticos", que descreve a ameaça, a tentativa e a participação em atentado como passíveis de punição, deve também buscar proteger seus nacionais, que exercem função pública dentro de seu território, contra a ação de grupos organizados.

Assim, incluímos no §3º os incisos V e VI para equiparar a terrorismo as condutas de promoção, participação, planejamento, organização, ameaça, comando, facilitação ou financiamento de atentado contra a vida ou integridade física de funcionário público, sem prejuízo das sanções correspondentes à violência, e de fuga de presos, exclusivamente quando praticadas por grupos criminosos nos termos do §5º do art. 2º. Deverão ser cumpridos os mesmos requisitos dos demais incisos: condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados ou organização terrorista, com a finalidade de gerar terror social ou generalizado. Ainda, no conceito de funcionário público, conforme art. 327 do Código

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penal, estão incluídos servidores estatutários, celetistas, membros dos Poderes e eventuais funcionários temporários.

Em relação à inclusão do requisito de quatro ou mais pessoas para a configuração dos crimes de associação para o tráfico e constituição de milícia privada, entendemos que terá como consequência a *abolitio criminis* das condutas realizadas sob a égide da lei anterior. Considerando que a proposta do projeto é punir com maior gravidade aquelas condutas consideradas como terroristas, optamos por suprimir a alteração referente à Lei Antidrogas, mantendo o aumento da pena de multa. Também suprimimos tal requisito do tipo referente à constituição de milícia privada, mas alteramos sua parte final para que conste, conforme o PL, a finalidade de cometer quaisquer crimes, e não apenas aqueles do Código Penal. Além disso, mantivemos o aumento da pena máxima para dez anos e a previsão de pena de multa. Acreditamos que desse modo se dará ênfase de fato à grande criminalidade, àquela que efetivamente impacta regiões e economias, ao invés de focar em grupos menos relevantes, que também devem ser punidos, mas proporcionalmente à sua atuação.

Por último, faz-se necessário alterar a ementa do projeto para que melhor se adeque à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do PL nº 3.283, de 2021, com o oferecimento das seguintes emendas:

> EMENDA Nº - CSP
> Dê-se à ementa do PL nº 3.283, de 2021, a seguinte redação:
> "Altera as Leis nº 13.260, de 16 de março de 2016, 11.343, de 23 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como atos terroristas condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados; aumentar a pena de multa do crime de associação para o tráfico; e modificar o crime de constituição de milícia privada."
> EMENDA Nº - CSP
> Dê-se ao §3º do art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, de que trata o art. 1º do PL nº 3.283, de 2021, a seguinte redação:
> "Art. 2º.
> .....
> .....
> .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§3º Equiparam-se a atos terroristas as condutas praticadas, por qualquer razão com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, em nome ou em favor de organização terrorista ou grupo criminoso organizado que:

.....

.....

III - constranjam, mediante violência ou grave ameaça, alguém ao pagamento de prestação pecuniária ou qualquer tipo de vantagem como condição para o exercício de atividade econômica;

IV - exerçam, mediante violência ou grave ameaça, outro tipo de controle social ou poder paralelo sob determinada região ou zona territorial urbana ou rural em prejuízo das liberdades individuais;

V - promovam, comandem, organizem, planejem, participem, facilitem, ameacem ou financiem atentado contra a vida ou integridade física de funcionário público nos termos do art. 327 do Código Penal, sem prejuízo das sanções correspondentes à violência; ou

VI - promovam, comandem, organizem, planejem, participem, facilitem, ameacem ou financiem a fuga de preso ou de indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de violência contra a pessoa.

.....

....." (NR)

EMENDA Nº - CSP

Dê-se ao art. 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, de que trata o art. 2º do PL nº 3.283, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 35.

.....

.....

.....

....

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa." (NR)

EMENDA Nº - CSP

Dê-se ao art. 288-A do Código Penal, de que trata o art. 3º do PL nº 3.283, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão, para o fim de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e pagamento de 2.000 (dois mil) a 3.000 (três mil) dias-multa." (NR)

Sr. Presidente, é esse o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero fazer, em primeiro lugar, um comentário a respeito do relatório e do voto muito bem proferidos pelo nosso Senador General Hamilton Mourão e que tiveram, na pessoa do Senador Alessandro Vieira, aplicado o talento reconhecido por todos nós daquele Senador, que tem sido um estudioso desse assunto e do momento que nós estamos vivendo.

Não é possível que um brasileiro não fique triste com os dados que são lidos, especialmente na página quatro. Nós vivemos num país que tradicionalmente foi marcado pela convivência, pela coexistência, pela tolerância entre os diferentes, apesar de essa palavra ter outros significados. Mas é isso mesmo. É a coexistência, não é? Um povo cordial, como se dizia, e como é, na verdade, a índole do brasileiro. E nós temos zonas de exclusão. A zona de exclusão ficou notória no mundo, no Iraque, que tinha a zona de exclusão onde o governo não podia entrar para perturbar a vida dos curdos, no Norte, e, principalmente ao Sul do país, para não molestar as maiorias xiitas – as maiorias xiitas.

Então a zona de exclusão se propagou pelo mundo, especialmente em função da droga – no caso do Iraque, da guerra –, na Colômbia. Enfim, nós temos zonas de exclusão. É isso que diz a estatística que o Senador General Hamilton Mourão leu para nós. Na avaliação da evolução de 2007 para 2023, no caso, no Rio de Janeiro, – mas não é só no Rio de Janeiro –, quando você analisa coisas sintomáticas, não é?

Lá tem gato, seja de energia elétrica, seja de água, e ninguém vai lá. Bota na conta e ninguém entra. São zonas de exclusão que foram criadas.

Eu fiquei muito impressionado no sábado, quando li a entrevista desse promotor de São Paulo Lincoln Gakiya. Apresentei inclusive um requerimento da Comissão de Justiça para convidá-lo para falar. Ele vive praticamente confinado hoje. Olhem bem: o agente da lei é que tem que se proteger, ele não tem liberdade para circular. Então nós estamos perdendo a guerra, General – se me permite fazer a comparação. Nós não estamos ganhando, não estamos vencendo a guerra; nós estamos perdendo. Não reconhecer que nós estamos perdendo a guerra já é ruim.

Então eu acho que esse projeto, Senador Styvenson – e aí quero cumprimentá-lo –, é mais do que oportuno. Não vai ser a semântica se é distúrbio civil, militar, eclesiástico, parlamentar – não é isso; nós estamos perdendo a guerra. Portanto, temos que, aqui no Parlamento, cuidar de modernizar a legislação, nos informar a respeito da realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero externar aqui a minha seguinte posição: eu voto a favor, esse projeto vai para a Comissão de Justiça, onde será terminativo. Não é assim a tramitação dele? E acho que nós deveríamos ainda contar com outros subsídios que se possam levantar não apenas com a situação vivida hoje – e ainda se vive – no Rio Grande do Norte, estado do Senador Styvenson, mas de outras informações que se possam colher. Quando se está perdendo a guerra, você tem que cuidar muito do moral do seu time, do time que está perdendo a guerra e sabe que está perdendo. Então este é um projeto que surge no momento oportuno e, se vier a ser aprovado, tenha ele a relatoria do Senador Kajuru Nasser ou se tenha a relatoria do General Senador Hamilton Mourão, eu acho que ele é, acima de tudo, oportuno não porque ele vai resolver, mas ele vai contribuir para uma reflexão, um amadurecimento na tarefa legiferante que nós temos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Styvenson, em seguida o Senador Fabiano Contarato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer ao senhor, todas as ligações feitas por mim o senhor atendeu e se mostrou sempre disposto a colocar em pauta e ter o entendimento em relação a esse projeto de lei.

Senador Esperidião, ele pode não dar a solução, mas ele ocupa a vacância legislativa e jurídica que os operadores de Direito – delegados, juízes, promotores – não tinham como operar. É mais uma arma contra a guerra do crime, e essa arma demorou a chegar porque estava nesse espaço vazio jurídico.

Eu posso até ser o autor do projeto, mas eu tive a participação... Não sei nem se eu devo citar o nome dos participantes que estudaram e fizeram o levantamento, que foram duas pessoas jurídicas; um juiz de direito que atua na área criminal no meu estado, numa área permanente de guerra que é o Município de Macaíba – permanente de guerra porque está ocupado por duas facções –; um professor de direito penal que advoga e também viu e contribuiu com esse projeto de lei muito bem relatado pelo Senador Alessandro. Ele fez acréscimos, ele fez ali a retirada, atendendo a pedido do Senador Jaques Wagner, do Senador Contarato, que deixava... Atendemos, porque queríamos, sim, atacar uma só célula, a célula criminosa. O projeto em si já é muito claro. O projeto em si precisa tramitar rápido. Eu já falei com o Presidente da CCJ, e ele disse que, se tiver esse acordo, Líder do PT, já vai daqui para a CCJ para ser votado amanhã.

Por quê? Porque ele só se explica. A gente está tratando de organizações criminosas que ganharam espaço, que estão vencendo a guerra, justamente pela ausência. Esse projeto é de 2021, muita coisa ainda precisa ser feita. Não dá para chegar ao limite de ter autoridades, de ter funcionários públicos, de ter pessoas sendo ameaçadas pelo grupo organizado, pelo crime organizado, por milícias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isto: criminosos. Eu não estou falando de organizações civis que buscam ali seus direitos políticos. Estou falando, sim, de organizações criminosas que articulam, que planejam, que de forma ardilosa atentam contra a vida de pessoas que utilizam da lei para manter a segurança, a ordem, a paz dentro dos nossos estados – são as facções.

Pode ser que a gente não vença essa guerra agora, mas a gente está dando o primeiro passo, não é isso, general? A gente está colocando quem na rua? A nossa cavalaria? O que não pode é ficar na ausência jurídica, legislativa. E eu creio que nenhum Senador presente nesta Comissão seria obstáculo em combater o crime organizado. Nenhum Senador ou ninguém nesse país contribui, favorece ou privilegia criminosos. Por isso que esse projeto teve acordo aí, em cima da hora, mesmo para corrigir uma palavra que estaria ali, que poderia causar uma dubiedade, uma ambiguidade, ou que não abrangesse um público que não fosse os criminosos. Esse foi o empenho de cada Senador aqui, de cada Senador de levar isso para a sociedade como resposta.

Então, Sr. Presidente, agradeço ao Juiz Barros, do meu estado, que contribuiu, ao Prof. Felipe, a todos os Senadores que atenderam nosso pedido de vir aqui hoje para a votação, ao senhor, especificamente ao Senador Alessandro. Creio que hoje a gente dá uma grande arma, a gente dá um grande passo para conter a expansão criminosa no nosso estado – no nosso estado que eu falo, o Brasil, Espírito Santo, Brasília, Rio Grande do Sul, Acre. Porque agora, sim, quando a gente equiparar que tudo o que eles fazem para aterrorizar, amedrontar...

O senhor acabou de falar no início desta sessão que o Senador Magno Malta, quando foi fazer uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Acre, tinha que entrar enrolado num pano, tinha que trancar as coisas... Oitiva... Gente, olha o medo que as pessoas têm do crime organizado. Não querem testemunhar, não querem mostrar rosto. Isso é terror. Isso é terror!

Para a gente, como político, entrar numa comunidade para pedir voto, para falar de políticas públicas, tem que ter autorização de quem? Do dono? Então isso que acontece no dia a dia, combater o novo cangaço... Invadem uma cidade, aterrorizam as pessoas, colocam as pessoas como escudo em cima de carro. Afetam a segurança pública quando atiram nas unidades, queimam, como foi no meu Rio Grande do Norte. Desafiam até a última hora, como foi desafiado ontem no Rio Grande do Norte por uma facção: mesmo com polícia dentro de comunidades, dentro de morro, e esses marginais, esses terroristas comemorando o aniversário da facção, no dia com a maior operação que o Rio Grande do Norte já teve, de polícia toda coordenada, dentro de unidades, dentro de favela, de comunidades, e eles, com fogos de artifício. Isso é como eles tratam as instituições públicas. É assim que eles tratam, Sr. Presidente, é assim que eles veem a gente. Eles têm a total liberdade de fazer planejamento, arquitetar crimes contra autoridades, contra promotores, como foi citado, contra policiais que combatem o crime na rua, contra delegados, e a gente não fez nada até aqui. Está dando esse passo agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então quero agradecer mais uma vez a todos os Senadores que concordam com esse projeto de lei. E a sociedade com certeza vai começar a ver que não tem aqui Senador que defende criminalidade, que defende organização criminosa. Todos contra. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também quero aqui parabenizar a iniciativa do Senador Styvenson. Ele sabe da minha admiração, respeito e do meu comprometimento também com o combate e a redução da criminalidade, ao passo em que eu também saúdo o Relator *ad hoc*, nosso querido Senador Mourão. Mas eu queria fazer aqui uma complementação com o objetivo de ajudar, por gentileza.

Nós sabemos que toda conduta que tem repercussão no direito penal brasileiro é chamada de infração penal. Infração penal é o gênero, que tem como espécie crimes ou contravenções penais. Eu acho que esse projeto de lei é um momento para a gente corrigir um erro no Código Penal desde 1940, e eu vou explicar por quê. No crime de associação criminosa previsto no 288, ele fala em associarem-se para o fim de cometer crimes, no plural. Isso foi um grande erro, porque se nós tivermos uma organização integrando, mantendo, custeando organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão para cometer ou para o fim de cometer um único crime, você não vai ter o 288, não vai ter o 288-A.

Eu acho que agora é o momento de aproveitar esse projeto e alterar: ao invés de ser "para o fim de cometer crimes", seria "para o fim de cometer infração penal", porque aí você abrangeria tanto o crime como a contravenção penal e além. Se a pessoa se reunisse, essa atividade paramilitar, para o fim de cometer apenas um crime, nós teríamos adequação típica, porque hoje, do jeito que está a redação, determinando a palavra crimes no plural, seria obrigatório que essa associação criminosa fosse para praticar mais de um crime, e a lei penal não pode ter uma interpretação *in malam partem*, para prejudicar, e nós estaríamos tendo um comportamento do Supremo ou do Poder Judiciário interpretando que, se for uma associação criminosa para a prática apenas de um crime, nós não teríamos reincidência desse tipo penal.

Eu acho que é o momento de a gente fazer essa correção. Faço um apelo, porque aí nós faríamos esta correção: onde está escrito "crimes", leia-se "infração penal", que abrangeria apenas um ou mais e também a contravenção penal.

Essa é a minha sugestão.

Parabenizo o Senador Styvenson, bem como o Senador Mourão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, pela ordem, para discutir esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou votar a favor da mudança, mas eu acho que a interpretação que o querido Senador Fabiano Contarato está dando a crimes não é a dominante. O sentido do "crimes" é quaisquer crimes. Por isso, ele vale para o singular. Isso não quer dizer... Isso é quanto ao Código Penal. Como a intervenção está sendo feita para dizer "infração penal", que compreende qualquer tipo e qualquer gênero, eu voto a favor, mas não posso deixar de dizer que se discute se crimes têm que ser plural. Não tem que ser plural. Quaisquer crimes é a interpretação que eu conheço como dominante. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Estão inscritos o Senador Magno Malta e o Senador Eduardo Girão, mas o nosso Relator pediu a palavra.

Por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para me inscrever também, Presidente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Só para acrescentar que o Fabiano Contarato fez esse levantamento. Eu acho que não há problema nenhum, Sr. Presidente, em colocar contravenção. Eu acho que acrescentar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Qualquer infração penal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Qualquer. Não, está certo. Não, a motivação que a facção criminosa tenha para fazer qualquer ato terrorista dentro de uma sociedade é uma coisa. Agora, incluir, dentro da tipicidade, a contravenção, os crimes, tudo isso, eu não vejo problema. Isso pode ser ainda alterado aqui ou pode ser alterado na CCJ. A gente tem até a CCJ para discutir isso aí, Senador Fabiano Contarato. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Styvenson, que é militante da segurança pública, com resultados excelentes nas suas iniciativas dentro do seu estado, que vive hoje um momento dramático.

Há uma coisa falada pelo Senador Esperidião Amin que é a chamada zona de exclusão. Isso não é uma coisa nova. Quando eles fizeram um Brasil Paralelo falando sobre a violência no Brasil, a minha tristeza foi eles não terem consultado o relatório da CPI do Narcotráfico, porque tudo que foi colocado ali parece uma coisa inocente perto do que está naquele relatório. Se colocassem ali só o advento dos seis dias do Acre, quando descobrimos cemitérios clandestinos, muita gente... Eu quero até... Não sei nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje qual é a situação dela, mas a primeira que veio depor aqui fazendo a denúncia foi uma Deputada chamada Naluh, eu acho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Naluh Gouveia, não é?

Eu lembro que recebi a Marina Silva, que era Ministra, junto com o Senador Tião Viana, irmão do Jorge, que era Governador e estava escondido, ameaçado de morte. Quando nós chegamos ao Acre, as casas todas estavam fechadas, as pessoas olhavam pela fresta da janela. Aquilo, de fato, era uma zona de exclusão.

Por que as pessoas entravam encapuzadas? Porque a gente precisava fazer uma ligação de crime, mas as pessoas não podiam ser vistas, ser apresentadas. Por isso que eu falo – foram seis dias –, mais uma vez, que V. Exa. abriu as portas da assembleia para aquelas oitivas que foram violentíssimas, foram dias terríveis, amedrontadores e que foram se avolumando.

É nesse relatório da CPI do Narcotráfico que a gente aponta a chegada do PCC, que está aniversariando, com 20 anos, fundada pelo Geleião e que tinha o Marcola como assessor do Geleião. O Geleião morreu, mas foi ouvido por nós na Assembleia Legislativa de São Paulo, quando daquele advento da Maria do Pó, em que o delegado de São Paulo desapareceu com 250kg de cocaína que estavam guardados dentro do IML. Nesses adventos todos, nós apontamos a chegada do chamado, há 20 anos, GPS que localizava a droga que era jogada no mar e, lá na sua terra, era jogada no meio da selva, e, depois, os caras da própria polícia iam lá buscar por causa do comando daquele cidadão – não há como não falar o nome –, Hildebrando Pascoal, que tocava o terror dentro do estado.

Então, essa zona de exclusão vem crescendo, vem se acumulando por uma série de fatores: falta de políticas preventivas, falta de políticas de enfrentamento. Num país com as fronteiras como as nossas... Eu me lembro de que, naquela época – a nossa fronteira com o Paraguai tem 110km, acho que são 110km, Peru e Bolívia –, lá nós tínhamos 34 agentes da Polícia Federal. Todas as cabriteiras ali do Mato Grosso não tinham número suficiente de Polícia Federal. Todo carro roubado entrava pelas cabriteiras do Mato Grosso. E isso veio se avolumando – veio se avolumando.

Por que a queda da violência e dos crimes ocorreu nesses últimos quatro anos? Porque o cidadão ganhou o direito de guardar sua propriedade, de guardar sua vida, de guardar seu carro, a sua casa. Por isso, é necessário que nós entendamos o porquê de o cidadão não ter o direito de guardar a sua casa, quando nós estamos com a criminalidade altamente armada, fruto de um acúmulo de atitudes que não foram tomadas para chegarmos a esse termo aqui.

Queria fazer essa consideração para confirmar o meu voto e dizer que realmente nós precisamos ir buscando soluções, até porque qualquer solução votada aqui sem ser efetivada e nada moram na mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casa. É preciso que nós façamos a nossa parte para que o poder público efetive aquilo que está sendo votado aqui.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço.

Parabenizo o Styvenson mais uma vez; pelo relatório, o Girão.

Acho que a mudança dessa palavra abrange muito mais. A palavra "miliciano" teve uma força muito grande nos últimos quatro anos, mas parece que agora perdeu a força, perdeu o valor. A palavra "miliciano" agora está muito branda, muito bacana. O poder público está batendo palma para miliciano, não é? Então, a essas coisas todas a gente precisa prestar atenção e não ter não ter medo de dizer aquilo que é verdade. Por isso, é muito importante...

Aí, volto ao assunto, não vou participar – V. Exa. colocou o assunto, porque é Presidente desta Casa, de que recebeu um convite do Ministro da Justiça, isso é absolutamente normal –, mas, na verdade, o que nós estamos pedindo é que ele venha à Comissão para que nós possamos ouvi-lo aqui.

Mais uma vez, reafirmo o meu voto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Eduardo Girão e, em seguida, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Presidente, Senador Petecão, eu queria apenas cumprimentar a força do diálogo que nós promovemos aqui, nesta Comissão, importante. Eu nunca vi... Esta Comissão foi criada há pouco tempo e hoje está superconcorrida, uma das mais concorridas hoje do Senado Federal, para você ver como esse assunto da segurança pública está tomando conta da vida da gente, na ordem do dia.

Lá no meu Estado do Ceará, nós estamos vivendo uma tragédia todo dia. O que o Rio Grande do Norte está vendo agora, Senador Mourão, nesses últimos 20 dias, lá no Ceará a gente está vendo todo dia. Há cidadãos, trabalhadores que têm que pedir autorização, não apenas na capital Fortaleza, mas no interior do estado, para poder entrar no seu bairro, autorização a facções criminosas. O crime organizado está mandando ao ponto de expulsar famílias. Senador Petecão, tem vídeos – depois eu posso mostrar aqui – em que dá quatro horas, tem que sair em quatro horas; se não sair em quatro horas... E aí deixa as crianças, Senador Jayme, chega ao ponto de deixar, porque tem que sair... As famílias: "Vamos, vamos embora. Deram a ordem". Os livros tudo no chão, a mochila, os livros foram caindo. É uma coisa de partir o coração o que a gente está vendo hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse projeto... Por isso que eu quero cumprimentar o Senador Styvenson Valentim; o Senador Alessandro Vieira, pelo belíssimo relatório; e o Senador *ad hoc* Mourão, que tem também uma simbologia, é emblemático na sua leitura. Eu acho que a gente está dando um passo.

Eu só queria deixar um pedido, Senador Marcos do Val, um pedido: que a gente possa levar isso direto, com urgência, para a CCJ amanhã. E nós temos muitos membros aqui. E eu peço ao Líder do Governo, nobre Senador Jaques, que possa fazer esse apelo, que a gente está aqui agilizando, flexibilizando para ver se a gente vota amanhã, na CCJ, esse projeto, que é importante para a nação, é uma sinalização de que os Senadores não toleram o crime organizado. Eu acho que isso é uma mensagem positiva desta Casa revisora da República para a sociedade brasileira, que não tem uma imagem muito boa nossa, não é? Eu acho que, com isso, se ganhariam pontos importantes, e a estaríamos cumprindo o nosso dever para enfrentar o crime organizado, porque o Estado tem que ser forte, tem que enfrentar, deixar de gastar dinheiro com propaganda e publicidade, investir em inteligência e em projetos legislativos como este que a gente está votando aqui, que eu acho que vai ser à unanimidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Com a palavra, o Senador Flávio Bolsonaro e, em seguida, o Senador Jaques Wagner.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, eu quero também declarar meu voto favorável ao projeto do Senador Styvenson, em especial depois das alterações que foram feitas aqui, pelo Relator.

As minhas preocupações maiores foram aqui atendidas no relatório, ao substituir a expressão "provocar terror social ou generalizado" por "provocar distúrbio civil". Eu acho que é um passo importante.

Só que mais importante do que isso: eu acho que a qualificação que estava sendo dada para a formação de associação criminosa, que estava passando de duas ou mais pessoas para quatro ou mais, era perigosa, podia, na verdade, gerar um desencarceramento em massa de traficantes de drogas condenados por associação criminosa para fins de tráfico de drogas. Isso foi corrigido aqui, no projeto, e o Relator de pronto entendeu também.

Agora, como sou integrante da CCJ, é óbvio, quero, sou a favor de que a gente aprove isso aqui hoje do jeito que está no relatório, mas, na CCJ, a gente tem que discutir alguns assuntos.

Por exemplo: quanto a essa sugestão do Senador Fabiano Contarato, eu tenho preocupação. Do jeito que está colocado, "cometer quaisquer tipos de crimes"... Eu vou ler aqui para vocês como ficou a redação final, como está aqui, no relatório lido pelo General Mourão: "Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar [o.k.], milícia particular [o.k.], grupo" – o que é grupo? – "ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquadrão" – qual é a definição de esquadrão? Porque, se a gente pode estar colocando aqui "para o fim de cometer [crime ou] crimes"... Por que eu sugiro que façamos debate na CCJ? Porque a definição de grupo ou esquadrão eu acho que está mais na questão do subjetivismo do Judiciário na hora de tomar a decisão. Não há nada na lei especificando o que é isso. Esse é um ponto.

E outro: se hoje há três moleques aqui assaltando, roubando celular na saída de algum lugar aqui, numa grande capital, ele está enquadrado aqui, no crime, e eu acho que essa não é a intenção da legislação.

Portanto, eu acho que um debate a ser feito na CCJ de forma célere, para a gente dar uma resposta rápida, é se não é o caso, sim, de estabelecer quais tipos de crimes aqui – não todos –, incluindo contravenções. Eu acho que a intenção aqui não é pegar contravenção penal, é pegar crimes mais graves. A gente quer dar uma punição aqui para crimes mais graves.

E outra coisa que eu também não entendi, mas não acho que seja fundamental neste momento, é que, no projeto original do Senador Styvenson, nos arts. 2º e 3º, o 2º trata da Lei Antidrogas, o 3º trata de milícias. E havia uma pena de reclusão igual para os dois tipos de associações aqui: de cinco a dez anos. No entanto, no relatório do Senador Alessandro, no art. 2º, a punição ficou de três... No art. 35, que é o art. 2º, ficou de três a dez anos. Com relação a associação para o fim de tráfico de drogas, de três a dez anos; e, em relação às milícias, ficou de quatro a dez anos.

Assim, primeiro, eu não sei por que a distinção, até porque hoje já se discute – e quem é profundo estudioso da segurança pública sabe que a gente já caminha para isso – a narcomilícia, quer dizer, uma unidade de narcotraficantes com agentes públicos que agem fora da lei, que têm que ser punidos severamente. Então, eu não sei nem se a nossa inovação legislativa já não pode caminhar para uma definição mais ampla, para tratar com o mesmo rigor tanto um traficante como alguém, algum agente público que se associe para fins de tráfico de drogas ou qualquer outro tipo de atividade, como a prevista na questão das milícias, mas eu entendo que podia manter igual. Que seja de quatro a dez anos, e não a pena mais branda para traficante; de quatro a dez anos para todos.

Eu entendo que ele coloca aqui os quatro anos, Senador Contarato, exatamente para estar ali na subjetividade do juiz e para, na hora de fazer a dosimetria da pena, ele ter a possibilidade de que a condenação seja a quatro anos, portanto não em regime inicialmente fechado, já que é possível que seja em regime aberto ou inicialmente aberto quando a pena prevista é de até quatro anos, por ser um crime de menor potencial ofensivo. Só que a gente está tratando de uma lei grave. Eu acho que a gente não tinha que ter brecha aqui para crime de menor potencial ofensivo; tinha que ser de cinco a dez, para não ter nem a possibilidade de o magistrado condenar a uma pena que dê a possibilidade de um camarada... Porque a gente está tratando aqui de crime de terrorismo, de associação para crimes graves, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com essas contribuições, Presidente, eu quero deixar aqui o meu voto favorável para que a gente, na CCJ, possa discutir esses pontos específicos para que a gente tenha aqui realmente uma lei exequível, que é o objetivo do seu autor: o combate rigoroso ao crime organizado.

Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, só quero dizer que o convite ao Ministro já está protocolado na Mesa, e eu gostaria de que V. Exa. o incluísse extrapauta, para que a gente pudesse votar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu queria apenas louvar a iniciativa do Senador Styvenson, que, antes de assumir a senatoria, se dedicava, como membro da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, à defesa da vida dos seus irmãos no combate ao crime organizado, ao crime comum, ao tempo em que eu também parabenizo a sua corporação, a Polícia Militar do Rio Grande do Norte; o seu comando, que eu não conheço; e a própria Governadora, que, a despeito da gravidade, conseguiu superar, evidentemente com a contribuição do Ministério da Justiça, que enviou, se não me engano, 800 membros da Força Nacional de Segurança, e que, em função desses ocorridos, também tem operado na forma de transferências fundo a fundo para poder socorrer os estados que estavam com esse problema naquele momento.

É pena que o Senador Amin já saiu, porque ele falou, dirigindo-se ao Senador Mourão, a quem eu parabenizo pelo relatório, que nós estamos perdendo a guerra, numa linguagem bem própria daqueles que serviram na carreira militar. E eu quero mais fazer uma reflexão, porque, se nós estamos perdendo a guerra, pode ser que o caminho que nós escolhemos para combater o crime não seja o mais eficiente, o mais eficaz.

Eu fui Governador por oito anos e acabei aprendendo a fazer reuniões mensais com todos os órgãos de segurança, com o Ministério Público e com o Judiciário, porque, no Brasil – ou pelo menos na Bahia – prende-se muito e prende-se mal.

Esse exemplo que você citou, Flávio... O moleque... Tudo bem que ele está fazendo um crime, está roubando uma lata de leite, está não sei o que lá... Joga na cadeia, joga na delegacia, que, pela falta de qualidade, acaba sendo a universidade do crime, e não há correção.

Eu apliquei muito os centros de aplicação de penas alternativas, que é uma decisão do juiz. Eu acho que, quando o impacto ofensivo do delito não é de morte – evidentemente, se for homicídio, não vamos discutir isso –, às vezes, é mais produtivo você impor uma pena alternativa de servir, de arrumar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola, de pintar um muro, porque, às vezes, a vergonha que aquela pessoa passa pode retorná-la ao convívio social. E, às vezes, quando você vai para a cadeia ou para a prisão, até porque não se consegue ter prisão para tudo... Quem tiver o desprazer de visitar alguma vai ver o que é aquilo ali; é totalmente... não é educativo.

Eu quero dizer, Styvenson, que trabalhamos para poder superar pequenos obstáculos que eu acho que poderiam dar ao projeto a conotação de alcance social, só para a gente não misturar.

E, de novo, concordando com o Flávio, Girão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não tem problema. Eu concordei tanto quando estava no seu governo; agora eu quero que você concorde comigo no meu. (*Risos.*)

Mas, ao Girão, eu quero dizer o seguinte – aproveitando também o que o Flávio disse: eu acho que nem sempre a pressa legislativa pode corresponder ao melhor texto, entendeu, Styvenson? Estou entendendo que você tem que dar uma resposta ao seu estado, ao seu povo, por tudo o que está acontecendo, mas acho que tem que trabalhar melhor, porque senão acaba a gente produzindo uma legislação em que no final as interpretações vão de A a Z. Então, a gente precisa de ser muito preciso naquilo que a gente quer.

Eu estou dizendo isso porque todo mundo aqui, ou quase todos nós já fomos governo e oposição, e a depender da posição em que a gente esteja, o tipo de crítica é diferente. O que eu quero dizer, ao fim e ao cabo, é que não conheço, pelo menos como Governador que fui durante oito anos, uma saída; se alguém já chegou ao ponto de dizer: "Isso aqui vai terminar com tudo". Os Estados Unidos têm pena de morte, têm prisão de tudo que é tipo e nem por isso deixa de ter tráfico de drogas lá dentro.

Então, estou dizendo que temos que pensar mais profundamente sobre as raízes do crime organizado, que hoje, Senador Petecão, é uma indústria, é uma multinacional do crime. Esse episódio que você citou, Magno, do Hildebrando... Se não me engano, o Hildebrando foi da Polícia Militar do Acre.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Foi coronel.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ele não foi Senador ou Deputado?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Deputado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto. Então, eu me lembrava dele.

Então, reparem como eles se infiltram nas instituições. Às vezes, eles pegam os meninos para servirem no Serviço Militar Obrigatório só para os moleques aprenderem a atirar e depois vão ser convocados. A gente sabe que acontece isso. Então, é uma coisa complexa.

Eu parabenizo mais uma vez você. Felizmente, conseguimos chegar a um denominador, para que não se misturem as coisas. Por isso, eu pedi para tirar o termo "terror social", para não parecer que... Bom, porque o cidadão faz uma greve, alguém pode dizer que é terror social. Não tem nada a ver uma greve com o crime organizado vendendo com o tráfico, fazendo milícia e tendo território liberto em que ninguém sobe, ou em que o comerciante, para funcionar o seu negócio, tem que pagar a mensalidade, senão batem na porta dele para arrombar.

Então, quero parabenizar, agradecer e somente suscitar essa reflexão aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Styvenson, você ainda vai fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

General Mourão, enquanto o Styvenson conversa ali com os colegas.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, eu só queria complementar, vendo as discussões que foram travadas aqui, que a questão do narcotráfico, não só aqui no Brasil mas em países da nossa América Latina, como México, Colômbia, Venezuela, atingiu níveis que ultrapassam, vamos dizer, simpatias ou metodologias; e compete ao Estado combater essas organizações, independentemente do Governo de turno.

Nós aqui, Senado Federal, somos uma instituição de Estado. Então, temos que fazer o nosso papel no sentido de oferecer ao sistema judiciário e às organizações policiais as melhores armas no sentido de combater essas organizações. Hoje essas organizações estão estruturadas e têm três níveis: uma força de combate, que é aquela que a gente vê na rua, de fuzil na mão; uma força de sustentação, que foi suscitada aqui pelo Senador Jaques Wagner, quando fala que tem o cara que foi Deputado, tem o outro que é o dono do posto de gasolina, tem o soldado que vai servir o Exército; e tem uma força subterrânea, que faz o serviço de inteligência deles.

Então, nós não estamos enfrentando amadores, e se nós não nos juntarmos, independentemente das nossas preferências, das nossas visões de mundo, quem é que está sofrendo? É a população pela qual nós somos responsáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns aqui ao Styvenson por esse projeto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só, antes de colocar em votação, quero fazer uma questão de ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Eu queria perguntar ao autor do projeto se ele não concorda – e aos demais Senadores também –, naquela ressalva que eu fiz sobre a dosimetria da pena no art. 2º e no art. 3º, com voltar como estava no projeto, não no original, que estava de dez a trinta anos, mas, nos dois casos, ser de cinco a dez anos. Se puder, no relatório, ser acatada essa questão de ordem, Presidente, porque hoje está lá, no art. 2º, reclusão de três a dez anos e, no art. 3º, reclusão de quatro a dez anos. Se a gente está tratando de crimes graves, de associação para o tráfico, associação de milícia e tal, de organizações criminosas para esses fins, seria razoável que nós déssemos uma resposta para que as pessoas não tivessem sequer a possibilidade de serem condenadas a uma pena que não as mantivessem encarceradas desde o início do seu cumprimento. Portanto, que voltasse a ser de cinco a dez anos nos dois casos.

É uma espécie de emenda oral que eu faço aqui ao autor, se concordar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O momento é este. O projeto está em discussão, e V. Exa. pode apresentar... E aqui, com o autor do projeto – eu estou vendo aí o senhor conversando com ele –, encontrarmos aí um entendimento para avançarmos.

Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Petecão, o Senador Jaques Wagner...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele teve que se ausentar, ele está indo a uma reunião.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Eu queria responder a ele, claro, com todo carinho que eu tenho por ele, por ele ter me ajudado muito nesse projeto, que eu confio muito no corpo legislativo, na Consultoria do Senado Federal.

Eu creio que, quando esse projeto foi pensado, eu coloquei aqui três ou mais pessoas que trabalham dentro da área – que é um juiz, que é um advogado, que é um delegado –, que ajudaram a construir este projeto desde quando chegou no Senado, quando passou pelo corpo técnico e passou pelas nossas assessorias. Tudo isso que já foi discutido... Eu acho, sim, que tem que ter discussão para aperfeiçoar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto para ficar ruim para a vida dos criminosos – não é ruim para a vida dos brasileiros, não. A gente tem que aperfeiçoar o máximo possível para ficar pior para eles.

E lembrando que aqui o que a gente está discutindo muitas vezes, Senador Contarato, eu acho que foge ao tema. E eu estou muito feliz porque o tema principal é que a gente equipare a tipicidade de crimes, como queimar ônibus, parar o direito de vir das pessoas, fechar comércio, não permitir que a polícia suba morro, não deixar que o político peça voto na favela, não deixar escolas funcionarem... Eu acho que a discussão é essa. Por quaisquer outros motivos, uma organização criminosa manda um salve e paralisa tudo de serviço público, de hospital...

Não tem ninguém aqui nesta sala, Sr. Presidente, que vai entender, conceber e aceitar que se jogue uma garrafa de gasolina dentro de hospital e se queime hospital público ou privado, que se queime patrimônio público ou privado.

É disso que a gente está tratando, é desses crimes que a gente está tratando, é de tipificar a ação de organizações criminosas, que estão muito acima do Estado – tanto que foi dito que se está perdendo a guerra. E esse acima do Estado é porque se permite em várias áreas... Mas o que a gente está discutindo aqui é legislação. Então, a ocupação desse espaço vazio que não tinha antes eu acho que já é um bom caminho e está de bom tamanho.

E, só retornando à questão da credibilidade, eu confio em todos os funcionários do Senado, porque passou por eles, que trouxeram essa solução dentro da legalidade, da constitucionalidade, da juridicidade.

Então, se o Flávio está pedindo aumento da pena ou equiparação da pena ao projeto inicial, se isso estiver dentro da constitucionalidade, da juridicidade, se estiver dentro da técnica legislativa, se não ofender nada disso, claro; eu acho que tem que ser a pena máxima mesmo para todo esse tipo de gente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nossa assessoria da Mesa aqui nos informa que o nosso Relator, o General Mourão, vai ter que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só alterar essa partezinha, mais nada. São duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Exatamente. Sobre a sugestão do Senador Flávio Bolsonaro, ele vai se pronunciar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Porque o senhor é o Relator, o senhor que tem que se manifestar.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Agora. Eu concordo com o Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não. É que vai ficar gravado aqui nos *Anais* da Comissão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para deixar claro, então, para ficar gravado, Presidente, se eu puder colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele tem que ler, Flávio. Você pode ler, e depois ele vai ler.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – São duas. Na segunda e na terceira emendas feitas pelo Relator, em vez de estar lá pena de "reclusão de 3 (três) a 10 (dez) anos", na Emenda 2, e, na Emenda 3, "reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos", vai ser de "5 (cinco) a 10 (dez)" nas duas. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – General Mourão, o senhor entendeu como o Senador Flávio se manifestou?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Apesar de eu ser mais velho do que o Senador Flávio e ter mais dificuldade de entender as coisas – viu, Senador Petecão? –, eu compreendi. (*Risos.*)

Então, dentro do nosso relato aqui, do nosso voto, para a emenda sem número que altera o art. 35, a pena de reclusão passa a ser de "5 (cinco) a 10 (dez) anos"; e, para a outra emenda sem número que altera o art. 288-A, também reclusão de "5 (cinco) a 10 (dez) anos".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já foram feitos aqui os ajustes pela nossa assessoria.

Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito...

Eu gostaria só de fazer um registro: eu acho que o Senador Magno Malta tocou aqui no meu estado, e aqui eu queria parabenizar o Senador Styvenson, a todos.

Eu vejo que esta Comissão aqui... Onde o Major Olimpio estiver, ele está muito feliz, porque essa foi uma luta dele nesta Comissão. E eu vejo um amadurecimento político do debate, um alto nível de debate. Isso vai ajudar, porque a Câmara... Quem foi Deputado Federal aqui, como eu e outros colegas, sabe que essa Comissão existe na Câmara, e no Senado nós não tínhamos a Comissão de Segurança Pública. Essa foi uma luta do Major Olimpio, não foi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Você também ajudou? Quem ajudou? E hoje nós estamos aqui tendo a oportunidade... Quando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Styvenson me ligou, meia-noite, eu vi o desespero dele. E não é diferente do Acre. Aqui você falava do Ceará. Quando eu estive lá, fazendo uma visita ao ministro, eu falei: "Ministro, todo mundo..." E não é minha área. Você é delegado. Aqui nós temos vários delegados, um general, esse aqui é oficial da polícia – eu não sou –, mas não precisa ser um intelectual disso. O Magno Malta é pastor, é lutador de boxe, capoeira, jiu-jítsu, mas entende muito, é um Senador que entende e entende muito. Ele falava disso há 20 anos, 30 anos, quando esteve no Acre falando exatamente disso. Quem não sabe que essa droga dos maiores produtores de droga entra toda ali pela Amazônia e pelo Acre? Ele já dizia isso no relatório dele.

Eu convidei o ministro para que a gente possa fazer um debate lá na fronteira, lá em Brasiléia. Vamos levar a Comissão lá. É uma forma que nós temos de intimidar a Bolívia e o Peru, que são os maiores produtores de droga do mundo. E é muito mais fácil combater a droga lá na fronteira do que combater lá no Rio de Janeiro ou no Porto de Natal ou lá em Santos, mas entra pela Amazônia.

Quem fiscaliza a Amazônia? É impossível. Rios, igarapés, floresta... Então, nós temos que... Esta Comissão pode cumprir um papel muito importante.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero só fazer um parêntese na sua fala que é muito importante. Você está falando da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Amazônia como um todo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Coronel responsável pelo espaço aéreo da Amazônia foi preso pela CPI do Narcotráfico. Ele era traficante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então, eu penso...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E acho que este é o momento que esta Comissão deve aproveitar também para nós rediscutirmos o papel das Forças Armadas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Porque aqui a nossa Comissão... Nós somos apenas 81 Senadores; na Câmara são 513. É difícil. E aqui nós temos muitos Senadores preparados. Eu vejo aqui o nosso nível. Com todo respeito aos colegas Deputados Federais, mas aqui está a nata de pessoas que podem ajudar e ajudar muito o país.

Então é isso. Estou muito feliz.

Parabéns, Styvenson.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos votar. Eu estou só parabenizando o autor.

General Mourão, parabéns aí pelo seu relatório. Parabéns!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu me perdi aqui. Desculpem-me. A sugestão que o Senador Fabiano trouxe foi acatada? A correção do texto? Não?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ela foi discutida, mas não foi formalizada. O Styvenson deu uma sugestão de que poderia avançar essa discussão na CCJ.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Perfeito, Sr. Presidente.

Na verdade, eu só queria fazer uma ressalva aqui quanto à alteração feita pelo nobre querido Senador Flávio Bolsonaro, com relação à pena. Ele se referia a crime de menor potencial ofensivo, e não é crime de menor potencial ofensivo porque, pela Lei 9.099, são considerados crimes de menor potencial ofensivo todas as contravenções e qualquer crime com pena até dois anos. O que nós estamos discutindo que aumentou a pena de quatro para cinco é o cumprimento do regime inicial dessa pena, que agora passa a ser no regime fechado e que aqui tem meu total apoio.

Com relação à discussão que eu fiz foi que qualquer associação para a prática de apenas um crime não vai ter a incidência. E nós não estamos falando na execução, porque aí seria um crime de roubo em concurso de pessoas ou um furto em concurso de pessoas, seja no 157, §2º, inciso I, com pena de quatro a dez anos, seja no 155, §4º, de dois a oito anos. Nós estamos falando apenas na hipótese de associar "para o fim de", ou seja, é uma das hipóteses de você penalizar os atos preparatórios. Nós temos o *iter criminis*, que é o caminho do crime, que é cogitação, fase da mentalização, a preparação, a execução e a consumação. Aqui é uma exceção de se penalizar atos preparatórios, que é na associação criminosa. Eu apenas questionei falando que nós não teríamos no Brasil nenhuma condenação com associação criminosa se fosse com o intuito de praticar apenas um crime. Essa é a interpretação que se dá nos tribunais, não é o que o Senador Esperidião Amin aqui falou. E eu fiz a ressalva que, se for uma associação para a prática de contravenção, também não vai ter aplicação. Veja o que eu volto a falar: não é a execução do crime, lá é homicídio, é roubo, é furto, é extorsão, é o que for; agora o simples fato de se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associar para o fim de cometer crime – é a minha argumentação, ou seja, que basta um – teria associação criminosa, e se fosse infração penal também. Mas eu acatei a ponderação do autor de que esse debate pode ser feito de forma muito mais profunda na Comissão de Constituição e Justiça. Estou aqui é para contribuir.

Contem comigo e, mais uma vez, quero parabenizar tanto o autor como o Senador Hamilton Mourão e, pelas intervenções, o nosso querido Senador Flávio Bolsonaro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Então, Presidente, eu só termino parabenizando o senhor pela condução dos debates. Nós vamos lembrar que, há dez anos, seria impossível a gente chegar à aprovação de um projeto de lei como esse. Foi tentado no passado, mas eu acho que a Casa amadureceu a forma como a Comissão conduziu. Parabenizo o autor, Senador Styvenson, um amigo que eu ganhei nos últimos anos.

E só queria trazer um alerta aqui. Talvez, lá na CCJ, com o apoio do Senador Fabiano, a gente pensar também: esses terroristas, bandidos estão usando muito criança como escudo humano para produzir os seus atos de terrorismo. Talvez a gente deva pensar nisso num outro momento, mas eu acho que hoje esta Comissão dá um passo enorme no enfrentamento ao crime organizado e na tipificação do crime de terrorismo.

Parabéns, Presidente; parabéns ao autor; parabéns ao nosso Relator. Como é bom ouvi-lo ler, não é? Forte, essa voz aí! Deus os abençoe, Senadores! Parabéns à Comissão pelo trabalho hoje.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Locutor de FM, não é? Voz bonita, não é? (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Não se compara à de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Senadora Damares.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório,... (*Palmas.*)

... que passa a constituir parecer da Comissão ao Projeto de Lei do Senado nº 3.283, de 2021, com aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3 e 4, com as alterações lidas pelo Relator Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Houve um entendimento do autor da proposta, Senador Styvenson, que já entrou em contato com o Presidente da CCJ, Senadora Damares. E eu estou tentando falar aqui com o Senador Davi para que nós possamos dar a maior celeridade possível lá na Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3742, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União a militar, a profissional de segurança pública, guardas municipais ou a agente socioeducativo em serviço ativo que venham a ficar incapacitado permanentemente para o trabalho em decorrência da Covid-19 durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

2. Em 28/03/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de 2023, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Concedo a palavra ao nobre Relator Marcos do Val para a leitura do seu relatório e para dar parecer sobre a Emenda nº 1, de 2023.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu posso antes fazer um pela ordem só para complementar a discussão que foi feita aqui?

Quando a gente fala sobre crime organizado, que o Estado já não tem mais o controle, não tem como a gente não falar sobre a ida do Ministro da Justiça na Maré. Como eu tenho 30 anos de experiência e tenho muitos ex-alunos aí pelo Brasil e mundo afora, eu fiz contato com alguns que trabalham na área de inteligência do Rio de Janeiro para saber como é esse cenário de um Ministro da Justiça, também pela força e pela liturgia do cargo, entrar naquela região. Bom, o que me passaram é que aquela rua, a rua na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual ele entrou, é a rua mais armada do Brasil: a cada 30m tem um integrante de uma facção armado. Na ONG com a qual o Ministro teve a reunião, a presidência, a diretoria foi escolhida pelo Índio, apelidado Índio, que até hoje não conseguiram prender. E lá na Maré existem quatro facções brigando pelo espaço. Ver um Ministro da Justiça indo para uma região altamente perigosa, de alto risco, que o Bope, quando vai, vai de "caveirão", vai de veículo blindado, sem ao menos convidar o Governador do Estado, sem ao menos convidar o Secretário de Segurança, sem ao menos ele ser carioca para estar lá até agradecendo a possíveis eleitores dele, enfim, e ele se deslocar de Brasília para essa região...

Eu recebi aqui também um material que mostra os membros da facção, e muita gente ainda não percebeu, mas quando os veículos ainda nem aparecem, já tem um membro do Comando Vermelho filmando. Ele não tem como prever o futuro, ele foi avisado que estaria chegando. Mas não só um membro, o que aparece no reflexo do carro: existem outros que estão em outras posições, armados, com armamento ilegal. O armamento ilegal que o próprio Ministro, quando foi feita uma pergunta para ele sobre a questão dos registros, ao perguntaram para ele das armas ilegais: "Ah, não compete a mim".

Bom, para mim está claro, até por esse relatório que eu acabei de receber, que o Ministro da Justiça prevaricou, porque ele esteve numa região onde estava todo mundo armado, e nada fez. Seria, comparando com o que aconteceu, como o General Pazuello quando era Ministro da Saúde, que foi durante a covid-19 massacrado porque ele foi a Manaus e, até então, não tinha conhecimento da falta de oxigênio em Manaus. Mas ele foi massacrado de ter ido lá e não ter feito nada referente a isso. O mesmo eu atribuo ao Ministro da Justiça. Então, é explicar o inexplicável. Eu, que trabalho com isso há mais de 30 anos, jamais iria para um local desse se não tivesse todo o aparato de segurança como Senador, que dirá como Ministro da Justiça. Então, quando falaram aqui que o Estado perdeu para o crime organizado, perdeu, e o Ministro da Justiça foi lá e carimbou e validou.

Ele, até pela sua função, não deveria estar lá. Se queria ter encontro com essa ONG, que trouxesse essa ONG para Brasília. Porque isso é algo, para quem está no Brasil lidando com isso, fora, atípico da normalidade. Tanto é que o alto comando – não vou citar nomes – que conduz a questão de inteligência do Rio de Janeiro me disse: "Senador, nunca na história do Rio de Janeiro isso aconteceu. Foi a primeira vez".

Então, eu tenho um requerimento aqui também que espero que seja aprovado para convocar o Ministro, porque quero questioná-lo. Fortalecendo o que eu disse, na ONG à qual ele disse que foi para ter a reunião, a tal Redes da Maré, quem preside e quem faz a diretoria dessa ONG foi validado pelo chefe do Comando Vermelho, denominado Índio. Então, não é uma ONG totalmente à parte do crime organizado – negativo. E lá, como são quatro grupos paramilitares, milícias, Comando da Capital, PCC, CV, TCP, eles brigam entre eles e ficou até então marcado que cada passarela cabe a um comando ou a um crime organizado. E, aqui no relatório, como eu mostrei – e, num momento propício, vou tornar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público –, tenho as imagens dos integrantes do Comando Vermelho armados aguardando a chegada do Ministro.

Bom, eu vou então...

Agora passo ao relatório, que muito me orgulha e me honra, porque foi um projeto apresentado pelo nosso digníssimo Major Olimpio, que, como o senhor mesmo falou, Presidente, brigou muito por esta Comissão – e eu fui testemunha. A gente brigava muito, mas eu dizia para ele que... Ele até dizia para mim: "Não, quando for montada a Comissão, ela vai ter que ter o crédito do nosso trabalho". Eu falei: negativo, do teu trabalho. Porque ele foi o primeiro a dar o *start*.

Nesse projeto, tem uma parte que eu queria até ler antes de tudo, porque está dizendo aqui o seguinte:

Cumpre registrar, por fim, o caráter simbólico desta proposição, apresentada pelo Senador Major Olimpio, que nos deixou em 18 de março de 2021, vítima dessa pandemia que ele combateu ativamente, mesmo de forma póstuma, fato que reforça a importância do apoio das Sras. e dos Srs. Senadores na aprovação deste projeto de lei.

Eu vou passar direto para a análise se assim o Presidente permitir.

Então, vamos lá.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a políticas de valorização, capacitação e proteção das forças de segurança, nos termos do art. 104-F, inciso I, alínea "j", do Regimento Interno do Senado Federal, dispositivo que abrange a matéria em análise.

Preliminarmente à análise do mérito do projeto, é importante tecermos algumas considerações de caráter jurídico a fim de promover um detalhamento da matéria.

Conforme a decisão do art. 144 da Constituição Federal, "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio" por meio da atuação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, das polícias civis, das polícias militares e corpos de bombeiros militares e das polícias penais federal, estaduais e distrital.

O mesmo art. 144, da CF, em seus §§8º e 10, faz referência aos guardas municipais e aos agentes de trânsito, os quais, a despeito da controvérsia jurídica sobre a sua qualificação como agentes de segurança pública em sentido estrito, são indispensáveis para o atingimento dos objetivos constantes do *caput* daquele artigo e, por conseguinte, são parte integrante do sistema de segurança pública delineado constitucionalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A seu turno, os agentes socioeducativos são profissionais que atuam no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), responsável pela execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, nos termos da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, e, a despeito de não constarem do conjunto de carreiras arroladas no art. 144, da Constituição Federal, também exercem função essencial ao atingimento dos objetivos elencados no *caput* desse artigo, o que é reforçado pelo fato de o constituinte os ter equiparado aos agentes penitenciários para fins de instituição de regime especial de aposentadoria, nos termos do art. 40, §4º-B, da Constituição Federal.

Quanto às Forças Armadas, dispõe o art. 142, da Constituição Federal, serem instituições destinadas "à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem", às quais também compete a execução de ações de defesa civil, patrulhamento, revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves, entre outras atribuições atinentes à segurança pública constantes dos arts. 16 a 18, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

Demais disso, cumpre sublinhar que os agentes de que trata o projeto em análise constam do rol de "profissionais essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública", nos termos do art. 3º-J, §1º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre "as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019".

Em face do exposto, verificamos que o objetivo do autor foi abranger o sistema de segurança pública em sentido amplo, de modo a assegurar o pagamento de compensação financeira a todos os agentes que atuaram diligentemente no curso do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19, fato que nos leva a propor emendas de redação para adequar a ementa e o *caput* do art. 1º do projeto, a fim de evitar quaisquer interpretações restritivas que possam vir a prejudicar o exercício do direito nele previsto.

Quanto ao mérito, entendemos que seja evidente a fundamental importância dos militares e dos agentes de segurança pública nas ações de enfrentamento à pandemia de covid-19, de modo a concordarmos plenamente com os argumentos arrolados pelo autor na justificação do Projeto.

De fato, ao lado dos profissionais de saúde, os militares e os agentes de segurança pública atuaram diuturnamente durante a pandemia da covid-19, desde o extremo sul do Brasil até os confins da Amazônia, tanto na manutenção da lei e da ordem, como na construção e operacionalização de hospitais de campanha, no transporte de equipamentos médicos, de vacinas e de oxigênio por terra, mar e ar, entre outras atividades essenciais para evitar o colapso das instituições públicas e privadas durante o estado de calamidade vigente desde o início do ano de 2020.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PL nº 3.742, de 2020, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº - CSP
Dê-se à ementa do PL nº 3.742, de 2020, a seguinte redação:
"Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos militares, agentes de segurança pública e guardas municipais integrantes das carreiras vinculadas aos órgãos e entidades de que tratam os arts. 142, *caput*, e 144, incisos I a VI, e §§8º e 10, da Constituição Federal, bem como aos agentes penitenciários e socioeducativos de que trata o art. 40, §4º-B, da Constituição Federal, que se encontravam em serviço ativo durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e que tenham sido incapacitados permanentemente para o trabalho em decorrência da covid-19."

Estou finalizando.

EMENDA Nº - CSP
Dê-se ao art. 1º do PL nº 3.742, de 2020, a seguinte redação:
"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre compensação financeira, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser paga pela União, em prestação única, aos militares, agentes de segurança pública e guardas municipais integrantes das carreiras vinculadas aos órgãos e entidades de que tratam os arts. 142, *caput*, e 144, incisos I a VI, e §§8º e 10, da Constituição Federal, bem como aos agentes penitenciários e socioeducativos de que trata o art. 40, §4º-B, da Constituição Federal, que se encontravam em serviço ativo durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e que tenham sido incapacitados permanentemente para o trabalho em decorrência da covid-19, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito.
....."

Aí, Presidente, eu peço aqui autorização para ler uma emenda que eu acatei do Senador Fabiano Contarato, que foi uma emenda espetacular, com uma percepção que quase desapercebida, e ele, com a sensibilidade dele, conseguiu observar e me passar a tempo. Eu não sei se ele está aqui, já deve ter ido, mas fica aqui o meu agradecimento ao Fabiano Contarato, que é um delegado de polícia muito atuante no Espírito Santo e fez aqui esse acréscimo.

EMENDA ADITIVA Nº - CSP
(ao PL nº 3.742, de 2020)
Acrescente-se o §6º ao art. 1º do Projeto de Lei nº 3.742, de 2020, nos seguintes termos:
"Art.1º.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§ 6º A compensação financeira de que trata esta Lei também deve ser concedida:

I – aos agentes previstos no caput que, em serviço, ficarem incapacitados permanentemente para o trabalho.

II – ao cônjuge ou companheiro, aos dependentes, e aos herdeiros necessários dos agentes previstos no *caput* que, em serviço, venham a óbito." (NR)

Assim eu encerro a minha relatoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Eu queria, primeiramente, cumprimentar o Senador Marcos do Val pelo relatório, com autoria do nosso saudoso e querido irmão Major Olimpio, e cumprimentar o Presidente por tê-lo colocado em pauta. Acredito que é meritório.

A minha preocupação é uma só, Senador Marcos do Val. Nós chegamos juntos aqui no Senado Federal há quatro anos, e a gente viu muitos projetos como esse, meritórios, chegarem lá na frente e... Pelo que eu estou vendo aqui – é uma pergunta que eu lhe faço –, é óbvio que vai ter custo para o Estado brasileiro, e é algo constitucional que a gente tenha a fonte para pagar. De qual fonte vai ser deliberado o pagamento dessa despesa? Então, eu queria... Não sei se é vista que no caso a gente precisa pedir para saber qual é a fonte de receita, para que esse projeto, Senador Marcos do Val, não pare lá na frente em outra Comissão.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Só para completar, até para a gente não fazer um pedido de vista do projeto do nosso Major Olimpio, já está constando aqui que vai para a CAS e também para a Comissão de Assuntos Econômicos e outras que vão discutir exatamente de onde vai ser feita a retirada desse orçamento para cumprir esse projeto. Então, a sua questão vai ser discutida na Comissão específica para isso.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Hamilton.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – O projeto é abrangente, porque não envolve só o Governo Federal; envolve governos estaduais e governos municipais. Vamos lembrar que guarda municipal tem lá naquele "municipiozinho" que mal consegue sobreviver. Então, essa questão do recurso é um troço importantíssimo neste momento. O projeto tem mérito total, mas a gente tem que olhar os níveis que estão envolvidos. O Governo Federal é até o mais fácil de resolver – a conta disso aí –, mas vamos lembrar a prefeitura lá... Vamos botar uma cidadezinha lá do nosso Acre...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Santa Rosa do Purus.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Santa Rosa do Purus. Tem o guarda municipal lá. Se lá tem alguém que tenha ficado sequelado pelo covid...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Tem toda a razão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – ... de onde é que o Prefeito vai tirar?

Então, talvez aí tenha que ter um estudo...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Como Relator.) – É por isso que o importante seria aprovarmos aqui para que ela possa seguir para outra Comissão, que é a Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Eu também acho isso aí.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... exatamente para discutir de onde vem, como vem, e assim a gente já faz o nosso papel de enviar para a outra Comissão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Como vai para frente ainda, para outras Comissões, eu acho que é pertinente a observação do Relator, a quem eu cumprimento pelo relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Ah, desculpa, General... É só para colocar aqui o que a assessora me mandou agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está no art. 23, parágrafo único, desse projeto: vai ser pago pela União, pelo Tesouro Nacional. Bem, mas isso também vai ser discutido lá na Comissão específica...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – A "viúva" pagará em todo o território nacional. O.k. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O projeto, Senador Marcos do Val, Relator, é bom. Ele fala de a compensação financeira ser paga pela União. Mas essa compensação, claro, em outra Comissão tem que ser discutida, e não nesta. A gente está dando só o *start*, está dando só o início a isso aí. Por quê? Que houve, Senadores, problema de saúde para quem não pôde escolher ficar em casa...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Como Relator.) – O Major Olímpio foi um, o próprio autor do projeto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... que foram os militares. Mas, se a gente for estender isso aqui... A gente está falando de segurança pública, mas tem o pessoal da limpeza pública, tem o pessoal da saúde pública, tem tanta gente que poderia ser incluída. E a gente tem que ter também essa atenção. Mas é que...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Mas já tem projeto... Desculpe, Senador, mas já tem projeto aprovado na área da saúde.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É como o piso da enfermagem, que não saiu ainda; como tem o piso da educação, que não saiu ainda. Só para a gente ter o cuidado também de não passar algo que lá na frente não seja concluído.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o projeto é meritório, não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Certo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vai ter discussão na CAS. É meritório? Vai ter outra Comissão? Se fosse terminativo, tudo bem. Aí, realmente precisava de um estudo maior, mas, como vai para a CAS e ele é meritório, sim, então acho que...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... é encerrar a discussão e aprovar.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Muito bom. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas o importante é o nível de responsabilidade desta Comissão. Se fosse em outra Comissão, para jogar para a plateia, o cara já passava... O projeto é maravilhoso, mas é como o General disse: "E a conta? Quem vai pagar?".

Está bem, vamos avançar e vamos abrir esse debate lá na CAS. É isso, não é? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovado o relatório, que passa a constitui o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado 3.742, de 2020, com as Emendas 1, 2 e 3.

A matéria cai a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Consulto o Plenário... (*Pausa.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tem um extrapauta aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Consulto o Plenário se podemos incluir o requerimento do Senador Angelo Coronel, e eu vou subscrever esse requerimento.

Há algum problema? Não? Porque ele pediu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah! O conteúdo do requerimento.

É o Requerimento nº 4, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 4, DE 2023

Requer a realização de Audiência Pública para analisar a situação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, entender as necessidades orçamentárias para o fortalecimento dos dois programas em conjunto com o Ministério da Defesa no sentido de garantir eficiência e maior capacidade de atuação, bem como ouvir os planos para o melhoramento na vigilância das fronteiras brasileiras no sentido de coibir, sobretudo, o tráfico de armas e drogas.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA) e outros

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Excelente! Se eu pudesse também subscrever...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Foi porque...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu subscrevi, Sr. Presidente, até porque, dentro disso, nós podemos...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está no debate.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... nesse momento, rediscutir o papel das Forças Armadas, porque o nosso inimigo hoje é o tráfico de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Exatamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não é nem a Ucrânia, nem a Rússia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Senador Magno Malta, rediscutir o papel das Forças Armadas não pode ser com açodamento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Não, não é com açodamento não, é com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Tem que ser com calma isso aí. E o papel está muito claro no art. 142, quando fala de garantia da lei e da ordem.

E o papel está muito claro no art. 142, quando fala de garantia da lei e da ordem. As Forças Armadas têm essa missão. Então, isso aí tem que ser com calma. A gente pode conversar os dois, para a gente não avançar alguma coisa que depois a gente não tem condições de levar à frente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu nunca vi o Senador tão calmo como estou vendo hoje, está calmo, mas General, é bom ter muita prudência.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Senador Sérgio Petecão, meu Presidente, eu sou um Senador aqui como qualquer outro. O General é da vida passada e volta na vida futura.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ele é General e eu sou S2 da Aeronáutica. É o começo e o fim.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Somos ambos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está bom.

Mas só faltou o senhor se manifestar. O senhor também subscreve isso aqui.

Consulto o Plenário se podemos incluir o requerimento... (*Pausa.*)

Consulto o Plenário se podemos incluir o Requerimento nº 5, de autoria do Senador Izalci Lucas, como item extrapauta. O relatório foi subscrito pelo nobre Senador Marcos do Val. (*Pausa.*)

Não há nenhum problema, não é?

Comissão de Segurança Pública, Requerimento nº 5, de 2023.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 5, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Segurança Pública, com o objetivo de debater as alterações no comércio legal de armas promovidas pelo Decreto nº 11.366/2023, que "Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003".

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros

Solicito ao nobre Senador a leitura do requerimento.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para encaminhar.) – Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Segurança Pública, com o objetivo de debater as alterações no comércio legal de armas promovidas pelo Decreto nº 11.366/2023, que "Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Para a realização da referida audiência, solicito sejam convidadas as seguintes autoridades: Hipólito Machado Raimundo de Lima, representante da Associação Brasileira dos Importadores de Armas e Materiais Bélicos; Hertz Brenner Araujo Costa, representante da Associação Brasileira dos Importadores de Armas e Materiais Bélicos; Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, Secretário Nacional de Segurança Pública e coordenador do grupo de trabalho instituído para apresentar nova regulamentação da Lei nº 10.826, de 2003; Coronel do Exército Achiles Santos Jacinto Filho, representante do Exército no grupo de trabalho instituído para apresentar nova regulamentação da Lei nº 10.826, de 2003; Rodrigo de Melo Teixeira, representante da Polícia Federal no Grupo de Trabalho instituído para apresentar nova regulamentação da Lei nº 10.826, de 2003; e Eduardo Tufy Zeidan, atleta de tiro esportivo. Justificação.

O Decreto 11.366, de 1º de janeiro de 2023, trouxe alterações que, ao suspender e restringir o acesso à armas e munições no país, impactaram diretamente as atividades econômicas de todo o mercado de armas e munições no país.

Desde a entrada em vigor da Lei nº 10.826, de 2003, popularmente conhecida como Estatuto do Desarmamento, as regras de comercialização de armas de fogo e munições no país passaram a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restritas, de forma que a compra de armamento, por exemplo, exigia a realização de cursos, idade mínima de 25 anos, comprovação de ocupação lícita e residência fixa, certidão de antecedentes criminais, entre outros.

Mesmo com as mudanças estabelecidas pelo estatuto, o mercado de armas e munições no país seguiu crescendo e se desenvolvendo ao longo dos anos, o que demonstra a total possibilidade de que, mesmo havendo legislação rigorosa, a indústria não seja afetada.

A indústria de armas e munições do Brasil é responsável por empregar, direta e indiretamente, milhares de pessoas, o que representa o acesso de milhares de famílias brasileiras a empregos formais e à renda fixa. Além disso, a indústria de armas e munições é responsável pela arrecadação significativa de impostos no Brasil.

Ademais, dois setores são absolutamente afetados: o tiro esportivo, primeira modalidade medalhista olímpica do Brasil, e a caça, responsável pelo controle profilático de animais não nativos da fauna brasileira, vetores de doenças e predadores.

No entanto, após a edição do Decreto nº 11.366, de 2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o ambiente de negócios e geração de emprego nesse setor passa por grave instabilidade jurídica. Seus efeitos recaíram de forma negativa sob a dinâmica de trabalho na indústria de armas no Brasil.

Logo, o presente requerimento objetiva debater os impactos do Decreto nº 11.366, de 2023, na indústria e seus reflexos econômicos, empregatícios e no desenvolvimento do setor no país.

Encerro o requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Olha, eu acho superimportante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá. Perfeito.

Eu acho superimportante esse debate. A audiência pública é sempre algo muito produtivo, que nos traz ideias legislativas.

Eu queria apenas colaborar com esse debate sugerindo outros nomes. E vou além, Sr. Presidente: a CCJ vai fazer uma audiência pública exatamente sobre esse tema. Então, vamos fazer conjuntamente, porque se ganha tempo de todo mundo, e a gente faz conjuntamente. Se o nosso querido Senador Marcos do Val topar, já há nomes aprovados lá, com os nomes que o senhor colocou – e já foram colocados outros lá –, a gente junta tudo e faz. Se tiver que fazer duas, três, a gente faz. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Malta, você pediu?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, é porque eu pensei que iria encerrar, por causa do extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, nós vamos votar o seu requerimento.

Senador Marcos do Val, eu acho que é prudente a sugestão do colega, até para que nós possamos ganhar tempo e dar celeridade, não é?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Se nós fizermos uma audiência lá e outra aqui...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – É, não faz sentido. Eu acato a sugestão do Senador Girão. (*Pausa.*)

Bom, então eu vou só complementar aqui para constar nos autos.

Então, no Projeto de Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, em conjunto com a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Amigos, nós vamos votar todos os requerimentos em bloco.

Nós temos aqui, para finalizar, dois requerimentos: um é do Senador Magno Malta, apoiado por todos os Parlamentares daqui, e o outro é do Senador Marcos do Val.

Este aqui convida o Ministro, como ele sugeriu. Esse outro convoca o Ministro. Inclusive aqui no requerimento do Magno Malta há um, dois, três, quatro, cinco, seis. Aqui, no do Marcos do Val, está só o senhor.

Há algum problema em nós aprovarmos o requerimento, o que é prudente – isso é de praxe nas Comissões –, convidando o Ministro? Depois, se for o caso, o que eu tenho certeza de que não vai acontecer, pelo que o Ministro tem dito da relação que ele quer estabelecer com esta Comissão, se ele não vier...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não, com certeza, Presidente. Concordo. Concordo. Concordo em aprovar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos ouvir o Magno, depois eu o ouço.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A questão é que esta é uma Casa Alta, e ele é um ministro. Ainda que esteja atabalhoadamente falando, atabalhoadamente jogando conversa fora, agindo atabalhoadamente, é um ministro de Estado. Então o que acontece? A gente convida respeitosamente. Se ele não aceitar o convite, aí se faz uma convocação.

Na verdade, eu não estarei no almoço, nessa cortesia da parte dele, o que eu nunca vi nenhum ministro fazer. Nos meus vinte e tantos anos de vida pública, eu não vi ninguém, de governo nenhum, nem de Fernando Henrique...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – E nem entrar na favela eu nunca vi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então penso que quem quiser ir, vá, mas aqui nós estamos convidando-o para que ele venha falar do plano de segurança pública e nós faremos as perguntas que nós quisermos, que nós entendermos, dentro daquilo que nós acreditamos neste momento da segurança pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

Eu agradeço ao Senador Marcos do Val pelo entendimento com o colega.

E vamos... Consulto ao Plenário se podemos incluir o Requerimento nº 6, de autoria do Senador Magno Malta.

Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Marcos Pontes... Astronauta Marcos Pontes? Ele gosta de ser chamado de astronauta?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Se puder subscrever também...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tem que ter o astronauta? (*Risos.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – É porque senão ele não volta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Se puder me subscrever também no pedido do Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Depois eu acrescento.

Todos os Senadores. É isso?

Eu posso estar aqui, sei lá... Como meu nome é Petecão...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Mas é importante constar o meu, porque o Ministro já disse publicamente que não sabe quem é Marcos do Val nem se é Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quem disse?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – O Ministro Flávio Dino. Então, bota aí para pelo menos ele saber que eu existo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele se confundiu. Quem é que não sabe quem é V. Exa.?

Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Jaime Bagattoli e os demais que se manifestaram agora, gostaria de que nossa assessoria incluísse como item extrapauta. (*Pausa.*)

Temos aqui um requerimento.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 2, DE 2023

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Estado de Justiça e Segurança, Flávio Dino, informações sobre quais pareceres jurídicos e técnicos, estudos e dados estatísticos fundamentaram a mudança normativa que orientou a edição do Decreto 11.366 de janeiro de 2023.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – É uma pergunta que ele pode fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quem?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Essa pergunta ele pode fazer no dia em que o Ministro vier.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Fui eu que subscrevi o requerimento. Eu acho que está tudo envolvido no mesmo pacote.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Subscreve o meu nome aí também.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – É o mesmo pacote.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Todos os colegas subscrevem o requerimento?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em votação em globo todos os requerimentos que foram lidos agora: 2, 4, 5 e 6.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Esta Presidência agradece a todos os Senadores. Nós estamos exatamente às...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – São 13h30.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – No Acre ainda são 11h30, mas aqui, em Brasília...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS) – Por isso que o senhor não está com fome. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quero só avisar a todos os membros que... Quero agradecer pela permanência no plenário até esta hora.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão e convidada outra para hora e data regimental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dois minutos do dia quatro de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Dr. Samuel Araújo, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores não membros Soraya Thronicke, Ciro Nogueira e Beto Faro. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jorge Seif, Eduardo Girão e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 8, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor à Cinthia da Silva Barbosa, por ter conseguido conter o autor do ataque à faca realizado na Escola Estadual Thomázia Montoro, na Vila Sônia, Zona Oeste de São Paulo." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado o requerimento, de autoria desta comissão, a ser deliberado no Plenário, nos termos do artigo 222, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 9, de 2023** que: "Requer avaliação da atuação da Justiça no âmbito do processo penal no período de 2017 a 2022." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Designado o Senador Fabiano Contarato como relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada no dia 28 de março.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico, ainda, que foi enviado à Secretaria da Comissão de Segurança Pública o convite do Sr. José Múcio Monteiro, Ministro de Estado da Defesa, para a cerimônia de abertura da 13ª edição da LAAD Defense & Security, que será realizada no dia 11 de abril de 2023, na cidade do Rio de Janeiro.

A feira é um ponto de encontro do setor de defesa e segurança e reúne bienalmente empresas brasileiras e internacionais especializadas no fornecimento de equipamentos, serviços e tecnologia para as Forças Armadas, polícias, forças especiais, serviços de segurança, consultores e agências governamentais.

Objetivo e diretrizes desta reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes na pauta.

A Presidência esclarece que nesta reunião os Senadores poderão registrar presença tanto presencial quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 8, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor à Cinthia da Silva Barbosa, por ter conseguido conter o autor do ataque à faca realizado na Escola Estadual Thomázia Montoro, na Vila Sônia, Zona Oeste de São Paulo.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós apresentamos esse voto de louvor por aquele ato heroico daquela servidora da escola.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 9, DE 2023

- Não terminativo -

Requer avaliação da atuação da Justiça no âmbito do processo penal no período de 2017 a 2022.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para avaliação dessa política pública, designo como Relator o Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

A assessoria aqui da nossa Comissão nos dá um informe que nós entendemos que é da maior importância: nós já distribuímos para os Srs. Senadores e Senadoras 28 projetos e estamos aguardando o relatório dos Srs. Senadores. Então, fica aqui um apelo desta Presidência para que os Parlamentares possam encaminhar seus relatórios.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezenove minutos do dia doze de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Omar Aziz, Dr. Samuel Araújo, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Otto Alencar e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1307, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para tipificar a conduta de obstrução de ações contra o crime organizado." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Relatório favorável ao projeto e às Emendas nº 01-T e nº 03-T, favorável parcialmente à Emenda nº 02-T, na forma da emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 04-T, apresentando, ainda, quatro emendas. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.307 de 2023 e às emendas nº 1-T-CSP, 3-T-CSP, 5-CSP, 6-CSP, 8-CSP, 9-CSP, 10-CSP e 11-CSP, acatando parcialmente a emenda nº 2-T na forma da Emenda nº 7-CSP, e contrário, ainda, à emenda nº 4-T. **Observação:** Durante a reunião, foram apresentadas as emendas nºs 5 e 6, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1496, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Relatório favorável ao projeto, com a emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a votação. É aprovado o Requerimento nº 12/2023 - CSP, de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 10, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater os violentos ataques a escolas no Brasil. Discutir possíveis causas e buscar sugestões via legislação ou mudanças na atuação de agentes públicos e privados visando a prevenção a tais ataques, de possíveis alterações legais no sentido de agravar penas ou para prevenir e auxiliar a sociedade no enfrentamento deste grave problema." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **Observação:** O requerimento foi subscrito pelo Senador Sérgio Petecão. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 11, de 2023** que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de ciclo de audiências públicas, em conjunto com a CCJ, CE, CDH, com o objetivo de debater as políticas necessárias à prevenção e à repressão da violência em estabelecimentos de ensino." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 12, de 2023** que: "Requer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 1496, de 2021, que "altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **Observação:** O requerimento foi subscrito pelo Senador Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/12

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 4 de abril.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico convite recebido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que foi enviado à Secretaria da Comissão de Segurança Pública o Ofício 632, de 2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que encaminha a remarcação, do dia 11/04/2023 para 18/04/2023, do evento "Encontro com Parlamentares – Apresentação das Ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública", seguido do almoço oferecido por aquela pasta.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Como foi adiado por conta do nosso evento de ontem, da feira, lá no Rio de Janeiro, o Ministro reitera o encontro com os nobres Senadores, todos estão convidados. Em seguida, ele vai oferecer um almoço. Os senhores estão todos convidados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas não tem problema. Ele vai vir aqui, vai conversar, discutir. Ele está oferecendo um almoço. Depois ele vem aqui. Eu acho que vem, se for convidado.

Aproveito a oportunidade já para agradecer ao Ministro José Múcio, que ontem disponibilizou uma aeronave aos Parlamentares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas vou agradecer. Eu sou grato.

Agradeço ao Ministro também pela recepção na feira.

O General, o nosso Senador foi uma das pessoas muito requisitadas. Infelizmente não estava presente. Os militares que estavam presentes perguntaram muito por V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Porque era tudo tricolor!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Exatamente.

E, na hora do lanche, eu não sabia que o senhor estava incluído nesse sofrimento, foi quando eles me disseram que o senhor... Eu sou tricolor, e eles me disseram que o senhor não tinha ido porque estava com esse probleminha. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O Relator do item 1 comunicou à nossa assessoria...

Chegou o homem! Está aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pessoal estava o aguardando aqui.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Oi!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu acho que antes de a gente começar a votar as matérias que estão em pauta – são todas interessantes –, tem uma pauta nacional hoje sobre a qual esta Comissão deveria se debruçar. O que nós estamos assistindo nos deixa todos preocupados. Nós temos filhos ou netos nas escolas. Agora nós estamos aqui e muitos de nós têm um parente na escola, assim como milhões de brasileiros que não têm oportunidade de exercer um mandato também têm seus filhos nas escolas.

Veja bem, nós não podemos discutir segurança pública como sigla. É bonito o nome segurança pública. Nós temos que partir de uma política de segurança pública no Brasil. E aí não há exceções dos governos que antecederam a este Governo. Deste a época da redemocratização neste país, não se discute uma segurança pública para o país de modo geral. Pelo contrário. As polícias estão se politizando, e nós estamos assistindo a isso de braços cruzados.

Esta Comissão que lá atrás o Senador Major Olimpio... Eu tive a honra de presidir esta Comissão nos dois primeiros anos de criação e ela tem um papel importante na atividade fim, porque não basta – e aí com todo respeito que eu tenho ao Ministro Flávio Dino, aos Ministros que antecederam o Flávio Dino no Ministério da Justiça –, não basta passar 100 milhões, 150 milhões, como se isso fosse resolver o problema. Nem sempre o problema é dinheiro. O que nós temos hoje é uma rede de ódio, e nós somos responsáveis por isso também, como políticos. Muitos de nós, no processo, alimentamos esse tipo de ação nas redes sociais.

Eu vou propor a V. Exa. que a gente faça aqui algumas reuniões para debater esse assunto com mais profundidade e ter propostas concretas. Não basta a gente fazer leis aqui. Leis já tem muitas. Aliás, não bastaria nenhuma lei. Era só cumprir os dez mandamentos que Deus mandou para a gente e já estava resolvido nosso problema: não matarás, respeitarás pai e mãe... Os dez mandamentos já resolveriam. Não precisa de código civil, código criminal, até porque tem muitos desses casos que estão aí pagando trinta, quarenta anos de prisão, ou cem, duzentos anos, que não têm mais o que perder, não. Só que isso agora está sendo jogado para os nossos jovens. Veja bem: em tudo, se acontece um problema com uma pessoa, acusa-se terceiro, nunca o cara é responsável por absolutamente nada, sempre terceiros são responsáveis.

Então eu quero fazer um apelo a V. Exa., Presidente Sérgio Petecão, aos nobres Senadores e Senadoras desta Comissão para que a gente possa se debruçar e apresentar um programa de segurança pública. Não é de governo, é um programa de segurança de Estado. Não é do governo A, governo B ou governo C. A verdade... E aí o Senador Mourão conhece bem a minha região, sabe bem. Lá no meu estado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Rio Negro, pela Venezuela, entra droga; entra droga pelo Alto Solimões, que faz fronteira com a Colômbia e com o Peru. Só para você ter uma ideia, e V. Exa. tem obrigação de saber porque serviu o Exército lá no Estado do Amazonas, Senador Mourão, no Rio Japurá, que só tem dois municípios, Senador Flávio Bolsonaro, estão tirando 30kg de ouro cada balsa – cada balsa. Esse ouro não é o Brasil que está comprando. E acha que tocando fogo, chegando lá vai resolver o problema? Não vai resolver o problema. E é mero engano dizer que não há envolvimento das tribos tradicionais de lá. Tem também! Nós temos que acabar com esse negócio de achar que índio é besta; índio não é besta, não. Se vocês virem os ianomâmis que moram em São Gabriel da Cachoeira aí vocês vão ver realmente como há uma exploração também.

Hoje nós vamos ter uma reunião, Senador Petecão, às 14h, com o Ibama, mas não é para tratar sobre repressão, não. É para tratar sobre regularização fundiária, e a gente tem que colocar a cara para discutir a exploração. Porque veja bem: essas riquezas que hoje estão saindo do país, não dá para mensurar aqui; no Rio Madeira tem 3 mil balsas, se cada balsa dessa retirar 30kg de ouro por dia, por mês, multiplica por 30... E as grandes dragas estão tirando muito mais. Multiplique 30kg por 3 mil. Sabe quem está comprando esse ouro? Países vizinhos, e mandando para países que estão fazendo com que esse ouro chegue numa forma de contrabando, tirando as riquezas que são finitas – elas não são infinitas, um dia acabam –, e o Brasil não usufrui, os povos tradicionais não usufruem.

Só para você ter uma ideia, o município de Autazes tem uma das maiores jazidas de potássio do mundo. Agora recentemente, do nada, declararam aquela região como uma área indígena, quando a gente é dependente de fertilizante. O Amazonas tem, através do gás e do potássio... Faltaria só o fósforo para você fazer a composição de fertilizante e, através dos rios, chegar ao Centro-Oeste, que é o maior consumidor.

Então, nós temos que discutir essa questão de segurança pública, que não é uma política do Governo atual. "Ah, não, é do Bolsonaro." "Essa política é do Lula." "Essa é do Fernando Henrique, é do Itamar". Não, é uma política para o Brasil, não é para Presidente que está de plantão. Essa discussão tem que se aprofundar.

E nós estamos fazendo aqui o quê? A gente faz leis. "Ah, vamos agora fazer uma lei para proteger juiz." Ótimo, mas a gente não precisaria proteger juiz se a gente tivesse uma política pública de segurança que não protegesse só o juiz, não, mas que protegesse aquele cidadão pobre que vive num bairro. Num dia, a mãe vê o filho ser morto e, no dia seguinte, o traficante está na rua andando, ameaçando a mãe também, porque foi solto.

Porque o inquérito é mal feito na delegacia de polícia? Porque não há reposição de policiais federais, nem de policiais militares, nem de policiais civis que se aposentam? Hoje mesmo a Polícia Federal brasileira está com um déficit altíssimo. Eu estou aqui pedindo o apoio de V. Exa. Tem dois projetos meus em que, quando 5% do contingente da Polícia Federal não estiver na ativa, automaticamente se tenha concurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público; e o segundo projeto que eu tenho é criando a polícia hidroviária para os rios. No meu estado, na Amazônia, as estradas são os rios, e lá nós não temos nenhuma segurança.

Então, eu faço esse apelo para os colegas e para a colega Senadora para que nos apoiem nessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Omar Aziz, esse é um tema que está na ordem do dia desta Casa. Só para o senhor ter uma ideia, nós temos dois requerimentos: um aqui do colega Contarato e um do Angelo Coronel, que tratam exatamente do tema abordado por V. Exa. Então, nós vamos entrar na pauta aqui e, em seguida, com certeza, quando chegarmos a esse requerimento, abriremos um debate para que todos os Parlamentares participem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim, Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Inicialmente, eu quero parabenizar mais uma vez a Presidência de V. Exa. e falar para o Senador Omar que também esta é uma preocupação que nós temos que debater sobre segurança pública: uma política de segurança pública.

Sobre esses ataques nas escolas, nós temos que entender qual a motivação disso, mas, de forma extremamente responsável. Eu apresentei requerimento de várias audiências públicas tanto na Comissão de Direitos Humanos como até mesmo na Comissão de Educação e aqui para que possamos debater.

Agora eu queria fazer uma reflexão em dois aspectos, Sr. Presidente, se o senhor me permitir: primeiro, também eu quero aqui parabenizar o Ministro Ricardo Lewandowski, que deixa o Supremo Tribunal Federal depois de 17 anos à frente de um grande serviço prestado no Supremo Tribunal Federal. Mas eu quero aqui fazer uma reflexão a nós Parlamentares, porque a imunidade parlamentar, colegas, não pode ser utilizada como escudo protetivo para a prática de crime, para a prática de discurso de ódio. E ela vale principalmente para nós, porque nós temos uma responsabilidade com aquilo que nós divulgamos.

Eu não acho razoável – e nós não podemos perder a capacidade de indignação – quando eu vejo um Senador postando a foto de um Presidente da República algemado, feito um animal, com uma bomba nas mãos. O que um jovem, o que uma criança ou um adolescente vê? Qual é a comunicação daquela imagem vinda de um Senador da República? Isso tem que ser visto. Nós temos que ter responsabilidade sobre isso. Por mais que eu tenha carinho e respeito a todos, como eu tenho aqui, a minha discussão sempre – e vocês sabem disso – é no campo da ideia, jamais ferindo o princípio da impessoalidade, Senador Girão, porque eu respeito cada um de vocês. Vou discutir no campo da ideia. Agora eu fico me colocando no lugar dos meus filhos, dos nossos filhos quando veem a imagem divulgada por um Senador, como aquela que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgada pelo nosso colega aqui do Senado. Ora, sobre isso nós temos que ter responsabilidade. Nós não podemos utilizar esse discurso de ódio.

Olha, minha gente, nós estamos vivendo nesse estímulo. Passou da hora de ter uma regulação sobre isso. Nós temos que enfrentar esse tema, porque a forma como estão sendo divulgadas fotos, imagens, vídeos que vão estimular cada vez mais atos de violência é inadmissível.

Então, fica aqui o meu repúdio a essa postagem feita pelo nosso colega Senador, que, na minha opinião, não acrescenta absolutamente nada.

Na minha vida, eu tenho levado uma coisa para mim, Senadora Damares: o que eu vou fazer vai ser útil para alguém? Vai ser positivo? Eu faço. Se não, eu vou para a terapia, debato lá com meu psicólogo, faço qualquer coisa, mas não faço isso. O que essa imagem trouxe de positivo para a população brasileira, Senador Seif? O que aquela imagem trouxe de positivo? Esqueça o Presidente, esqueça quem quer que seja. Você colocar uma bomba em uma pessoa algemada feito um animal e com a vestimenta de servidor da segurança pública... Não, isso não pode! Porque, se o Estado avocou para si a *persecutio criminis*, ele tem que cumprir aquilo que é essencial, que é a legalidade, a moralidade, a impessoalidade, a eficiência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, pela ordem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu tinha pedido para falar muito rapidamente. Eu estava esperando chegar ao momento do debate, mas já que vários Senadores estão falando...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu só queria falar pela ordem, como eu fui citado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito rapidamente...

Só um segundinho, Senador. V. Exa. fala na sequência, porque foi citado.

Presidente, sobre o assunto que não está nem na pauta trazido pelo Senador Fabiano Contarato, o grande "x" da questão é a subjetividade de o que é discurso de ódio, porque fica um discurso seletivo. Eu não vi indignação da esquerda quando vimos aqui em redes sociais, YouTube, criança jogando bola com a réplica da cabeça do Bolsonaro. Eu não vi indignação da esquerda quando tocaram fogo num boneco do Roberto Campos Neto na rua há poucos dias. Então, a grande dificuldade... O discurso é lindo! Ninguém é a favor do ódio. Ninguém é a favor da violência. Quando fazem com um adversário político seu, ou fica quieto ou aplaude. Agora, quando fazem com um aliado seu, se indigna. É o mesmo processo, é o mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modus operandi com relação às mulheres: dependendo da mulher que é atacada, há uma rede de defesa daquela mulher; agora, se aquela mulher que está sendo atacada é uma mulher que apoia o Presidente Bolsonaro, por exemplo, ou aplaudem, ou ficam quietos.

Então, como é que você bota no texto da lei algo com o objetivo – pseudo-objetivo – de combater o discurso de ódio de maneira a ser um critério isento? Qual vai ser o critério objetivo que a gente colocará na lei para isso? Então, é muito difícil. A consequência prática é a censura – e a censura seletiva.

Então, Presidente, acho que é um debate que a gente tem que fazer aqui, sim, mas não ficar usando de casos pontuais para criar regras legais, que é o que está acontecendo. Quantas vezes o Senador Marcos do Val não foi achincalhado? Bom, é até uma expressão que usam muito em decisões judiciais para absolver alguém que comete crime de ódio: "Não, houve uma postagem contra ele, ou contra mim, ou contra o Sergio Moro, ou contra o Omar Aziz, ou contra o Petecão em tom jocoso". Quem nunca ouviu essa expressão em uma decisão judicial? "Não, foi em tom jocoso, então não tem que haver punição".

Eu acho que tem que haver aqui, sim, uma discussão profunda e inegociável: a nossa imunidade parlamentar para ter o direito de opiniões, palavras e votos, como está na Constituição. Vocês querem fazer um debate sobre censura do que o Parlamentar pode ou não pode falar? A gente tem que começar mudando a Constituição, então tem que ser uma PEC para alterar o artigo constitucional que garante a nós essa imunidade. Só que infelizmente hoje o Judiciário brasileiro relativiza tudo, flexibiliza tudo. A insegurança jurídica no país está instalada. Então, o debate é muito mais profundo do que criar condições aqui, sei lá, para botar um Senador no Conselho de Ética. A gente mesmo dando tiro no nosso próprio pé com a falsa alegação de que está defendendo a democracia, está defendendo a liberdade de expressão, está trabalhando contra o discurso de ódio.

Então, a reflexão é muito mais profunda, Presidente. E eu sou da posição que opiniões, palavras e votos de Parlamentares são invioláveis – invioláveis – para a nossa própria proteção. Pelo amor de Deus! Quando alguém ataca um ministro do Supremo, olha o que acontece. Os caras se unem. Estão certos, estão errados? É um outro debate. A gente tinha que ter o mínimo – e eu não tenho vergonha de falar –, a gente tinha que ter o mínimo de senso corporativo, sim, para defender aquilo que nós fomos eleitos para defender.

Era isso, Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Flávio, só não generalize. No meu TikTok, eu repudiei quando aconteceu o fato da cabeça do seu pai, então me inclua fora dessa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Precisamos avançar. Temos uma pauta aqui com vários requerimentos e projetos que nós precisamos votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Deixe-me avançar nos itens aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fica à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... depois você...

Pauta deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1307, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012, para ampliar a proteção dos agentes públicos ou processuais envolvidos no combate ao crime organizado, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para tipificar a conduta de obstrução de ações contra o crime organizado.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Relatório favorável ao projeto e às Emendas nº 01-T e nº 03-T, favorável parcialmente à Emenda nº 02-T, na forma da emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 04-T, apresentando, ainda, quatro emendas.

Observações:

1. A matéria será apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

2. Foram oferecidas as Emendas nºs 5 e 6, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Filho para a leitura do seu relatório e para dar parecer sobre as emendas apresentadas pelo Senador Fabiano Contarato.

Senador Efraim Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Sérgio Petecão, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Projeto de Lei nº 1.307, de 2023, promove alterações nas Leis nºs 12.694, de 2012, e 12.850, de 2013.

Com a aquiescência de V. Exa., passo direto à análise do projeto, já que o relatório se encontra disponibilizado a todos.

Da análise, página 4.

Não vislumbramos, no PL, inconstitucionalidade, formal ou material, nem vícios de juridicidade ou de natureza regimental.

A proposição dispõe sobre matéria de direito penal e processual penal, cuja competência legislativa é privativamente da União, podendo a iniciativa se dar por parte de membro do Congresso Nacional, consoante disposições dos arts. 22, I, e 60, *caput*, da CF.

No mérito, consideramos o projeto conveniente e oportuno.

Os eventos ocorridos há poucos dias no Rio Grande do Norte e os desdobramentos da recentíssima Operação Sequaz – levada a efeito pela Polícia Federal para prender grupo de pessoas que planejava ataques contra a vida de agentes públicos envolvidos, ainda que no passado, no combate ao crime organizado, revelam que a ousadia dos criminosos ultrapassou todos os limites, sendo imprescindível dar uma resposta severa para as condutas relacionadas à obstrução das ações de combate ao crime organizado.

Da mesma forma, mostra-se urgente estender a proteção a que alude o art. 9º da Lei nº 12.694, de 2012, às autoridades judiciais e membros do ministério público aposentados, bem como a policiais, em atividade ou aposentados, e, em qualquer caso, a seus familiares.

Passando à análise das emendas, acolhemos integralmente as de nºs 01-T-CSP e 03-T-CSP, de autoria do nobre Senador Sérgio Petecão. A primeira, para dar especial proteção aos profissionais que, na região de fronteira, combatem o crime organizado; a segunda, porque implica indiscutível aprimoramento da legislação penal.

Abro um parêntese aqui para dizer que, em Plenário, já foram apresentadas as Emendas nºs 05 e 06, de autoria do Senador Fabiano Contarato, e que, de pronto, já acolho o conteúdo e o teor dessas emendas.

Acolhemos também, com ajustes, a Emenda nº 02-T-CSP, para prever que a proteção se estende aos profissionais "em atividade ou não, inclusive aposentados". Dessa forma, cremos que não haverá dúvidas quanto ao campo de aplicação da futura norma.

Rejeitamos, por fim, a Emenda nº 04-T-CSP, tendo em vista que a Lei nº 9.807, de 1999, já trata suficientemente da proteção à testemunha e ao informante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, apresentamos quatro emendas de mérito, além das que já foram acolhidas.

Duas delas consistem em ajuste da redação do §3º dos arts. 21-A e 21-B, que o PL insere na Lei nº 12.850, de 2013, para fazer constar que tanto o preso provisório investigado quanto o processado pelos crimes previstos nesses artigos serão recolhidos a estabelecimento penal federal de segurança máxima. Assim, torna-se clara a obrigatoriedade de os referidos presos permanecerem custodiados mesmo após o recebimento da denúncia.

Nas demais emendas, buscamos incluir, nos arts. 21-A e 21-B, que o PL insere, o §4º para estabelecer, em cada um deles, que "incorre nas penas deste artigo quem pratica as condutas nele previstas contra cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau das pessoas descritas no *caput*". Tal dispositivo visa a estender a proteção jurídico-penal desses dispositivos também aos familiares das pessoas originariamente descritas nos tipos penais em questão.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 1.307, de 2023, e das Emendas nºs 01 e 03, pela aprovação parcial da Emenda nº 02, na forma da emenda que apresenta, rejeição da Emenda nº 04, apresentando, ainda, quatro emendas de mérito e, conforme dito, acolhendo ainda as Emendas nºs 05 e 06.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para discutir.) – Eu vou pedir vista do projeto e vou analisar, vou colocar algumas coisas a que eu sou contrário: as questões das leis seletivas.

Veja bem, ninguém tem como controlar isso. Quem vai pagar isso? O cidadão de bem, que está sendo hoje ameaçado, que não tem proteção nenhuma. Você tira um policial ou da Polícia Federal ou da Polícia Civil ou da Polícia Militar para dar segurança, quando parte desses juízes – e vamos colocar aqui os pingos nos "i", e eu debato porque eu entendo um pouco de segurança pública... A verdade é que, esse juiz, a gente não poderia saber nem o nome desse dele, mas o pessoal quer ir para a mídia, Senador Efraim. O senhor está me entendendo? Eles querem e utilizam isso para se promoverem. E aí não querem... Quem não consegue segurar essa onda não tem que ser... Não pode. Daqui a pouco eu vou ter que dar proteção ao policial, porque prendeu um traficante: olha, o policial prendeu o traficante, tem que dar proteção a ele e à família dele. Numa operação, o policial chega lá, entra na casa do traficante, prende; aí o cara sabe onde ele mora, onde mora o filho dele, onde mora a mulher dele e vai lá matar. Aí quem vai dar proteção a esse policial que faz esse papel?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos falando aqui é uma coisa séria. Eu sou favorável a que a instituição pague, não o Estado brasileiro. Que tenha recurso o Tribunal de Justiça do estado, os desembargadores, que tirem recurso deles e deem segurança àqueles da sua instituição, e não o povo brasileiro pagar para dar segurança, quando o povo brasileiro não tem segurança – não tem segurança!

Agora, é muito fácil, depois que inventaram a televisão, o pessoal ser midiático – prendeu, aconteceu, fez a operação, dá entrevista, vaza vídeo para aparecer – e depois vir a se socorrer do dinheiro do povo brasileiro para dar segurança para ele. A pior invenção que fizeram no Brasil é transmitir, é vazar vídeo de depoimento para aparecer, de julgamento para aparecer. Isto aqui é só no Brasil – viu? –: juiz e promotor querem aparecer na televisão e depois querem segurança.

Eu estou pedindo vista, porque recurso não pode ser recurso do estado, tem que ser recurso da instituição. Se é um Ministro do Supremo, que o Supremo contrate segurança para o Ministro; se é do STJ, que o STJ contrate segurança para o Ministro; se é um juiz, que o Tribunal de Justiça do estado contrate segurança. Agora, não dá para colocar policial militar que está na atividade fim para proteger a população para dar proteção para mulher, para filho, para não sei o quê! Aí não dá! Com dinheiro do povo brasileiro?! Não, não dá!

Essas leis que são seletivas não podem ser discutidas no Senado Federal. Nós temos que discutir leis para todos. E a segurança do pobre cidadão?!

O que tem que acontecer é que o juiz tem que ser aquele juiz encapuçado, que você não sabe quem é ele que está fazendo... Para esse tipo de crime, o juiz não aparece, não dá entrevista, não vaza vídeo, nem o Ministério Público, o promotor faz a mesma coisa! E depois: "Ah, olhe, precisamos de segurança". Tem muita gente valente na televisão.

Eu fui Secretário de Segurança, Senador Petecão, e posso dizer que fui um ótimo Secretário de Segurança no meu estado, pode perguntar. E aí, meu irmão, você não tem que aparecer, tem que agir. Na atividade fim, se age!

Eu estou pedindo vista do projeto para ver quem é que vai pagar essa conta, quem vai pagar a conta de proteger o juiz, o promotor, a família, quem vai dar o carro, quem vai dar gasolina, quem vai pagar a diária, para que a gente possa ser igual. Um juiz não é diferente de um cidadão que, todo dia, no bairro, fica sendo ameaçado por um traficante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer aqui a sua atuação neste caso ao colocar o projeto rapidamente para votação. Eu quero agradecer também ao Senador Efraim por ter se disposto a fazer o relatório nesse prazo tão exíguo e igualmente agradecer aos meus pares, os quais avisei que seria votado este projeto hoje.

Não é nenhum segredo, Presidente, que este projeto eu elaborei a partir do momento em que foi descoberto um plano de ataque do PCC a mim e à minha família em retaliação ao serviço que a gente fez no passado contra o PCC de promover o isolamento das lideranças dessa organização nos presídios federais de segurança máxima, além de ter modificado o regime de visitação dos presídios para impedir que houvesse determinações, por exemplo, de salve geral de dentro do presídio ou até de atentados contra agentes da lei em retaliação aos trabalhos contra o PCC.

Eu faço aqui, até na justificativa do projeto, uma referência a três policiais penitenciários federais que foram assassinados pelo PCC desde 2016. Eles trabalhavam em presídios federais. Um deles até não era bem policial, era uma psicóloga, agente federal que prestava serviço nas penitenciárias e sofreu essa retaliação. São pessoas que não foram dar entrevistas, são pessoas que não fizeram vídeos, não apareceram na televisão, mas sofreram retaliação simplesmente porque fizeram o seu trabalho e o PCC, infelizmente, essa organização criminosa, queria mandar um recado.

Foi dada proteção a mim pela Polícia Legislativa do Senado – já tive até a oportunidade de agradecer. Foi dada também à minha esposa. E, como havia uma possibilidade também de envolver a família, essa proteção também foi dada pela PM.

O ponto é que, se a gente não tratar, não der uma resposta a esses indivíduos, a esses criminosos – e tem que ser uma resposta na forma da lei –, nós estaremos recuando diante dessas organizações criminosas, estaremos fragilizando.

Nós tiramos ainda a proteção daqueles agentes da lei que se colocam no fronte, na linha de fronte contra o crime organizado. Eu conversava com um dos promotores envolvidos no combate ao crime organizado, que anda com proteção em sua atividade, e ele me dizia o seguinte, Senador Petecão: que não podia se aposentar, porque, se ele se aposentasse, no dia seguinte, perderia a proteção que lhe era dada pelas autoridades, pelos agentes policiais, por conta do risco a que ele incorreu combatendo o crime organizado.

Então, o projeto que foi elaborado tem estes objetivos: primeiro, ter uma previsão legal de proteção aos agentes da lei, especialmente juízes, promotores, mas também policiais. E acho que os policiais, sim, estão na linha de frente, muitas vezes até mais do que juízes e promotores e precisam, sim, quando houver uma situação de risco concreto, por exemplo, descoberto um plano de ataque do PCC, como foi o meu caso, ter uma possibilidade de proteção. Está incluído o policial. O policial penitenciário está incluído, viram, Senadores? Policial penitenciário, que é o termo utilizado hoje para agente penitenciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É a polícia da polícia. É isso?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Policial penitenciário está incluído no projeto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pois é. Eu estou falando que é a polícia da polícia. É a polícia dando proteção para a polícia. É isso?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Se existir um plano de ataque, como existia no meu caso, para matar um policial, como existem, infelizmente, casos de policiais que precisam dessa proteção, eu acho que o policial deve ter o direito à proteção do Estado sim por ter se colocado na linha de frente contra essas organizações criminosas. E acho que seria algo, da nossa parte, muito cruel negar proteção e segurança a policiais só pelo fato de serem policiais. Claro, não é a todo policial, porque se envolveu em alguma diligência, mas ao policial que se tornou, especificamente, alvo de uma organização criminosa em retaliação aos serviços prestados – e existem vários desses espalhados aí pelo país.

Outra parte do projeto, Senador Petecão, visa preencher uma lacuna na nossa legislação, porque hoje se pode ter todo um planejamento sofisticado para cometer um atentado contra um agente público e, enquanto esse planejamento não for iniciado, a execução do ato, há muita dúvida sobre se nós podemos falar que existe um crime, porque, se não há atos executórios, não se começou a tentativa. Então, a ideia do projeto é antecipar o momento consumativo desses atentados a agentes públicos para prever que o planejamento desses ataques por si só já seja crime. É claro que não é um planejamento de guardanapo, não é um planejamento imaginário. É um planejamento como foi, por exemplo, no caso descoberto em relação a mim e a minha família, aluguel de casas, vídeos de onde eu morava, todo um planejamento ali que indicava a prática de um crime.

E nós colocamos, a pedido de sugestões que vieram dos próprios agentes públicos do Ministério Público e policiais, a previsão também de que esse planejamento de ataques contra familiares também incorreria em crime.

Agradeço aqui ao Senador Contarato pela sugestão de modificação da redação para colocar também o parentesco por afinidade, não por consanguinidade.

Então, apenas para esclarecer alguns aspectos do projeto. Claro que temos que respeitar o pedido de vista, mas existe aqui uma urgência importante neste projeto, já que até esses recentes acontecimentos demonstram a fragilidade do nosso sistema de segurança aos agentes da lei frente ao crime organizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui não é atrair holofote, ninguém tem pretensão aqui de ficar na televisão ou coisa parecida, mas é o Senado Federal, o Congresso Nacional, dando uma resposta enérgica às organizações criminosas que se sentem à vontade inclusive para fazer um plano de assassinato de um Senador da República.

E eu diria que se qualquer outro Senador fosse vítima desse mesmo plano de ataque, eu estaria na linha de frente aqui defendendo a aprovação de um projeto como esse ou de um projeto semelhante que aumentasse a proteção não só do Senador, mas de todos os agentes da lei que arriscam, sim, a sua vida e arriscam a sua segurança para fazer frente aos desafios de enfrentamento do crime organizado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Presidente, como eu fui citado pelo Senador Moro, eu queria aqui dizer que eu não sou contra não; eu quero saber quem vai pagar essa conta, porque depois dessa emenda do Senador Contarato é que me preocupei mais. Afinidade, até quem tem afinidade com o juiz vai ter direito à segurança.

Veja bem, você desfalca a Polícia Militar ou a Polícia Civil para dar essa segurança. Nós temos, hoje, se vocês fizerem um levantamento, Senador Moro, do que está faltando nas polícias militares do Brasil, é um absurdo. Os Governadores não fizeram concurso nesses últimos quatro anos em quase nenhum estado para repor a perda, a saída dos policiais. Hoje tem mais viaturas paradas nos estados do que rodando para dar proteção na atividade fim.

O que eu estou colocando para V. Exa. é que eu não sou contra proteger a pessoa, mas quero saber quem vai pagar essa conta, porque, se isso for cair na mão do Governador, com um ofício dado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado dizendo: "Olha, eu quero segurança para o Senador Moro, quero segurança para a esposa, para os filhos...". Tudo bem, mas, olha, tem a babá, tem a fulana...

Eu estou colocando aqui as afinidades, as afinidades que ele colocou, o Senador Contarato, as afinidades, porque o que me preocupa é quem vai pagar essa conta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma ressalva: é parentesco por afinidade.

Mas vamos deixar uma questão clara: a conta é muito maior, Senador, se a gente deixar o crime organizado matar juiz, promotor, policial e crescer neste país.

O Senador pode ter certeza que a conta vai ser muito maior.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – E, outra coisa, o parentesco...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não, mas até agora, por exemplo, só tem três agentes. V. Exa. falou em três agentes que foram assassinados, segundo V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, a lista é bem maior, Senador. Eu posso te repassar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu vejo polícia hoje...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu fiz uma citação exemplificativa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu vejo polícia hoje, no combate, no tiroteio, ser assassinada diariamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Dorinha.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só complementando a fala do Senador Omar: Senador Omar, a emenda não é dessa forma como V. Exa. está falando não. Não é essa afinidade não, é a afinidade... É parentesco por afinidade. E eu corrigi também, porque o projeto só falava em filhos consanguíneos. Ora, nós estamos corrigindo, é reparação histórica. Eu tenho dois filhos que não são consanguíneos. Só foi por isso. Não tem absolutamente... Não é essa afinidade porque é amigo ou porque é babá. Não tem absolutamente nada. É afinidade prevista no Código Civil, afinidade por parentesco. Apenas fazendo essa correção.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acho muito pertinente. Logicamente, o pedido de vista é regimental e pode nos ajudar, a cada um, a ter um olhar mais aguçado em relação ao projeto, mas eu penso que o Estado brasileiro tem que chamar para si, sim, a responsabilidade de segurança. E aqui, obviamente, embora eu concorde com o Senador Moro sobre os agentes que estão citados aqui por força da atividade principal, eu creio que o Estado precisa, sim, responsabilizar-se sim, para criar uma estrutura de proteção para todos que, de alguma forma, em situações circunstanciais, estão expostos.

Os agentes aqui citados, pela natureza da ação, estão de uma maneira muito mais vulnerável e precisam de que o sistema funcione. Mas não só esses. Em algumas situações emergenciais e até específicas... Eu não poderia deixar de mencionar o que nós estamos vivendo hoje em relação à educação, da exposição que está acontecendo nas escolas, que não são situações pontuais. Obviamente, não se trata dessa abordagem. A gente não pode fazer de conta que não tem hoje uma fragilidade exposta dentro do sistema educacional.

Mas, independentemente da situação específica, eu não vejo nenhum problema de o Estado brasileiro se organizar para que não exista inclusive a prevaricação do agente público, que tem que agir e está exposto e expõe sua família. Então, é pertinente a preocupação do Senador Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, é o que ele está dizendo: quem paga a conta? Qual o desenho? Qual o formato? Isso tem que ser pensado. Agora, é tarefa nossa fazer o enfrentamento a uma estrutura montada no nosso país, infelizmente. Nós precisamos fazer esse enfrentamento e acho que é pertinente tratar do tema sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Senadora...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Só para perguntar: é terminativo aqui? Vai para qual Comissão depois?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – CCJ.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Então, eu vou abrir mão do pedido de vista, porque até lá eu vou ter tempo suficiente para a gente ver quem vai pagar essa conta.

A minha preocupação hoje... Eu estou falando isso para você porque é o seguinte: o meu estado era para ter 10 mil policiais militares na ativa, não tem 5 mil hoje. E, com esse regime de 24 por 72, você não consegue colocar 300 homens na rua. É essa a minha preocupação, você está me entendendo? Quem vai... Nós estamos tirando... É lógico que quem está combatendo tem que ter proteção. Agora, quem vai pagar a conta? Só isso que eu quero saber. Não sou contra você dar proteção.

Você, Dorinha, quando faz uma lei aqui contra o narcotráfico ou contra o... Também vai pedir segurança. Porque você vai ter que pedir, senão... É uma lei que você está fazendo contra eles. Então, você vai ter que pedir segurança para você.

Eu, por exemplo... E aí eu não vou querer trazer o passado. Recentemente, eu também era ameaçado de morte todo dia. Está certo? Eu, minha família... A gente recebia ameaça toda hora. Nem por isso o Senado me deu segurança particular, nem pedi, nem nada. Era a função que eu tinha. Como a senhora mais tarde pode fazer uma lei contra o narcotraficante e ser ameaçada por isso e vai ter que ter segurança também pessoal, como direito que a senhora tem de fazer uma lei.

Então eu retiro, Senador Moro, o pedido de vista. A gente vai ter tempo suficiente, até na CCJ, para discutir esse assunto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a gentileza. Eu tenho um compromisso em seguida e só queria marcar uma posição se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Jorge, é porque o Senador Marcos do Val... O senhor cederia?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Obrigado, Senador Marcos.

Sr. Presidente, bom dia, Sr. Vice-Presidente, bom dia.

Existe um exercício... Eu não vou nem falar em Bíblia, porque já pode ter algum tipo de discriminação, mas existe um exercício chamado "exercício de empatia", que é uma base bíblica, que é você se colocar no lugar do outro.

Quando eu fui Secretário Nacional de Pesca, eu combatia as fraudes do seguro-defeso. A cada dez pescadores brasileiros que recebem o seguro-defeso, sete não sabem a diferença de um tubarão para um camarão. E começamos a combater. Até a minha saída – que eu fui me candidatar –, nós eliminamos 112 mil cadastros que representam 0,5 milhão de reais para os cofres públicos, e o trabalho continua. Espero que continue.

Por que é que eu estou falando isso para o senhor, Senador Kajuru? Nessa ocasião, recebi três ameaças de morte. Eu era o Secretário de Estado do Executivo e eu fui procurar o então Diretor da Polícia Federal Valeixo e falei: "Sr. Diretor, aconteceu isso, isso e isso. Estão aqui as ameaças de morte, tal, tal. Eu tenho viajado por todo o Brasil, eu preciso de segurança. Sou Secretário de Estado, estou defendendo o dinheiro do contribuinte e eu preciso de segurança". E as palavras do Senador Omar Aziz se confirmaram. Ele falou: "Olha não tenho efetivo para protegê-lo". O.k. Então o seguinte: ou eu abria mão de combater o seguro-defeso, ou minha esposa e meus filhos ficariam viúva e órfãos. Então, é uma situação muito difícil.

Então, eu gostaria, naquele momento, do Estado brasileiro defendendo os agentes públicos, que nós, Senadores, Deputados, juízes, policiais, carcereiros, enfim, tivéssemos uma proteção do Estado. Então, não é porque é o Sergio Moro ou porque é o Jorge Seif, mas o Estado brasileiro... Aqueles que enfrentam o crime organizado e as organizações criminosas precisam ter a proteção do Estado brasileiro.

Finalizando já, Sr. Presidente, provocando o senhor a fazer o mesmo exercício de empatia: começamos, há duas semanas, com o ataque em São Paulo; depois, foi para o meu Estado de Santa Catarina – crianças tragicamente mortas – e, agora, está migrando: São Paulo de novo, não sei onde, agora no Amazonas. Está alastrando, virou uma epidemia de ataques.

E psicólogos explicam, Senador Kajuru, que isso, infelizmente, é um efeito cascata: quando um faz, o outro se inspira e vai atrás de fazer, porque são os sociopatas, psicopatas midiáticos. Eles querem saber que são cruéis, que são malvados, etc.

Por que é que eu digo isso para o senhor, Sr. Presidente? E já proponho ao Senador Omar Aziz que acompanhe talvez o Relator dessa proposta, Senador Sergio Moro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu propus o PL 1.657. Qual é o hoje o maior problema dos Estados, Senador Petecão? Recurso. Não tem recurso para repor as polícias, não tem recurso... Os policiais vão se aposentando, e teto de gastos, responsabilidade fiscal... O Senado Omar Aziz fez uma pergunta muito pertinente: de onde vai vir o dinheiro?

Paralelamente a isso, existe hoje o que nós chamamos de indústria das multas. Prefeituras, estados e União têm um pardal, um radar para cada habitante do Brasil, em tudo que é cidade: cidade pequena, média, grande, vicinal, BR, rodovias estaduais... Então, nós podemos destinar parte dos recursos dessas multas – e essa é a minha proposta nesse PL – para se resgatarem policiais hoje aposentados ou de reserva ou que já cumpriram seu tempo de serviço. Financiamos os estados brasileiros e, através de recursos de multa, trazemos esses policiais para fazerem a segurança das escolas públicas e particulares.

Conversei com o Presidente Rodrigo Pacheco e, inclusive, quero pedir o apoio do senhor, a ajuda do senhor, aproveitando a proximidade – o senhor é meu vizinho de cima no apartamento, então, que o senhor cuide do seu vizinho bem –, porque essa proposta pode mudar a história que nós estamos vendo diariamente de escolas sendo atacadas. E eu tenho certeza de que, tanto no caso de Blumenau quanto nos das demais escolas, se tivesse um policial na porta, policiais com experiência, da reserva, com arma na cintura, poderia até ocorrer, mas os danos seriam muito menores.

E aproveitar esse PL, quem for relatar, e propor emenda: que a segurança de agentes públicos possa vir também de recursos oriundos de multas de trânsito, que só se multiplicam. Senador, Sr. Presidente, não tem um ano em que eu pague menos de R$5 mil, R$6 mil de multa! Você está numa rodovia a 40km por hora, os caras mudam o outro pardal para 60km, e você já era, perdeu! É cento e pouco, duzentos e poucos reais. É um negócio de louco! Já perdi a carteira duas vezes.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Ah, tá explicado! (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Duas vezes!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – A lei é igual para todo mundo, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, eu quero me solidarizar e apoiar o projeto do Senado Sergio Moro.

Concordo com a preocupação que concerne à posição do Senador Omar Aziz, e peço o apoio do senhor – agradecendo-lhe por me dar este aparte – para o PL 1.657, para reforçar a segurança das nossas escolas.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria só reforçar a importância do projeto do Senador Sergio Moro, porque no meu estado já teve um juiz que foi morto pelo crime organizado, e até hoje não foram identificados e presos. E o parceiro dele de trabalho já há 20 anos tem a escolta pela Polícia Militar, pela Casa Militar, que é o setor da Polícia Militar específico para fazer a segurança de autoridades. Então, já existe dentro da estrutura da segurança pública, da Polícia Militar, um setor, uma unidade, que é a Casa Militar, exatamente para fazer essa proteção de autoridades e testemunhas – não só autoridades, mas testemunhas. Acho meritório exatamente por isso, porque, senão, o crime organizado se sente cada vez mais empoderado.

Eu, inclusive, desde o início, já sofri ameaça de morte e esquartejamento da minha irmã, iriam botar na rede social com o endereço dela, onde ela trabalha e tudo mais. E, recentemente, houve um ato terrorista em Manaus, onde um rapaz entrou, explodiu um centro de treinamento, e morreram cinco pessoas – isso em Manaus, é só botar no Google para vocês verem. Essa pessoa mandou um *e-mail* para mim dizendo que eu seria o próximo. Então, não dá para achar que é apenas uma ameaça. Nós temos que já ver pela condição do risco que se coloca.

E reforço a fala do Senador Sergio Moro, quando ele fala: "É fácil quando não é você sendo ameaçado nem a sua família". Porque até você, a gente deixa para o confronto, mas, quando envolve a nossa família, aí a gente se desestrutura.

Então, não podemos dar... O que já é feito... Nós só vamos agora criar uma lei, mas já é feito aos trancos e barrancos. E a Polícia Militar está passando muito da sua função para as guardas municipais.

Bom, outra questão que eu queria falar é a seguinte: sobre os atentados na escola, eu tenho mandado *e-mails* e mensagens para a imprensa parar de falar sobre isso. Eu trabalho, estudo sobre *active shooting* – atiradores ativos – há mais de 20 anos para uma universidade do Texas, e esse caso é muito semelhante ao do suicídio. Os senhores podem perceber que a imprensa nunca mais citou qualquer ato de suicídio. A imprensa ontem falou assim: "Não, mas nós não estamos falando o nome e nem mostrando o rosto do rapaz". Não, não tem que falar absolutamente nada. O psicopata nasce com um problema cerebral, então ele não tem sentimento: matar e comer uma pizza, para ele, é a mesma coisa. E quanto mais se fala sobre isso mais se dá o gatilho para ele poder cometer o ato, ter um protagonismo e sair do anonimato – é o que eles mais querem. Então, é um perigo.

Eu tenho visto alguns Governadores citando que vão botar um policial armado lá dentro. Isso não funciona, porque é muito fácil você render um policial, porque a ação é mais rápida do que a reação. Então, você acaba tirando a arma do policial e usando até a arma dele. No mínimo, seriam dois, mas, como é feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá nos Estados Unidos – e não se pode comparar, é lógico –, os professores são treinados, os alunos são treinados em como fechar a porta, como utilizar como barreira as carteiras, onde se fica dentro da sala de aula, onde se fica perto da janela... Então, tem todo um trabalho em cima disso.

Eu tenho visto ideias mirabolantes que não vão dar em nada. Acho que vale o debate mais de uma forma que não se torne público, um debate que seja feito até aqui, mas sem a visibilidade da sociedade para a gente não incentivar isso.

Quanto à fala do colega Senador sobre a foto que eu postei, é muito importante saber o seguinte: há 20 anos, eu criei essa técnica que a gente chama de *little package,* que evita como aconteceu a morte do George Floyd e a do Tyre Nichols, que morreram exatamente porque estavam sob efeito de álcool, drogas, não conseguiram algemá-los, e a polícia vai aumentando a sua força. Quanto mais aumenta a sua força e tira o oxigênio de quem está sendo imobilizado, mais ele luta para ficar vivo; e quanto mais ele luta, porque ele está se afogando no seco, mais dá a sensação para o policial de que ele está reagindo à prisão. Essa técnica se tornou famosa no mundo inteiro. Inclusive, por conta disso, eu já dei aula na Swat, há 20 anos, eu já dei aula na Nasa – por conta dessa técnica –, já dei aula no FBI, já dei aula para a segurança do Papa, no Vaticano. Eu acho que o Papa, no Vaticano, não iria gostar de ver alguém morrendo.

Bom, nem de fato ele estava naquela posição. Agora falar que aquela posição é uma posição de morte, de não sei o quê e tal. Aí complemento o que o Senador Flávio disse aqui: quando teve a foto da imagem da cabeça do Presidente da República sendo chutada, aquilo ali impactou porque a semelhança era incrível, e ninguém fez nada, ninguém falava nada.

Então essa gritaria da Oposição – da Oposição, não; da situação, hoje de quem está no Governo – é uma coisa assim meio até fora do normal. O Lula não é um semideus, não é daqui e vai sentar ao lado de Deus, porque não se pode falar dele nem como ex-presidiário que foi. Ele é um ex-presidiário.

E aí, ontem, eu recebo ameaça do Lindbergh Farias, Deputado Federal Lindbergh Farias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Então, quando ele fez ameaça, eu fiz uma *live* e disse: "Olha, você mora no segundo andar e eu, no quinto. Vem aqui. Vai ser um prazer – toca a campainha – ouvir você falar isso na minha frente".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Isso foi ontem à noite, às 19h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o seguinte: não há – é claro que ali pode ser visto como uma charge, até também para reforçar que eu sou jornalista. Eu também tenho o direito de postar, porque eu sou jornalista. Ficou como uma charge – que se criar esse escândalo e tudo mais porque o Lula estava naquela posição; sobre aquela posição, há documentos de sobra do mundo inteiro agradecendo – inclusive do Presidente dos Estados Unidos – porque aquela técnica tem evitado milhares de mortes.

Então está aqui: só para dar esse esclarecimento sobre a foto que eu postei.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Alessandro pediu pela ordem; em seguida, Senador Efraim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Amigo Alessandro, só me dá quinze segundos, por finesa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu tenho uma audiência agora com a Ministra da Saúde – graças a Deus vamos inaugurar em Goiânia o primeiro hospital do autismo no Brasil. Gostaria de solicitar aqui para colocar como extrapauta o item 2, o requerimento que eu apresento. Felizmente, já era esperada a sensatez da autoria, Leila do vôlei, e da relatoria do Senador Moro.

Portanto, eu pediria que o Presidente autorizasse o Senador Contarato a fazer a leitura do meu requerimento e peço desculpas pela ausência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Alessandro pediu pela ordem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Pela ordem.) – Apenas para trazer novamente a discussão para o mundo real: os Estados Unidos apontam nesta data, só neste ano, mais de 129 tiroteios com massacres. Não existe uma linha clara de como atuar para a defesa das nossas crianças, mas seguramente não vai ser através de segurança armada.

Com relação ao projeto que está debate e que espero seja votado: quero manifestar nosso total apoio. Iniciativa bem construída, necessária. O poder público que enfrenta o crime tem que ter, naturalmente, uma proteção adicional. Então a gente espera que seja logo votado e aprovado pela Comissão, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Contarato também pediu pela ordem?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só vou fazer uma reflexão muito simples.

Eu falei, ao me referir à postagem, porque nós temos que entender que um Senador da República tem que ter uma postura muito mais ética, uma postura muito mais legalista, uma postura muito mais responsável naquilo que vai divulgar, porque nós refletimos o senso crítico das pessoas, principalmente das crianças. Nós não estamos aqui para divulgar uma imagem que vai difundir uma cultura de ódio ou de violência. Essa comparação com o ex-Presidente, que eu também repudio, não foi feita por um Senador da República, não foi feita por um agente político. Nós temos que ter essa responsabilidade. Acima de tudo, nós temos que dar esse exemplo de cumprimento. E aquela imagem, com todo o respeito, viola todos os princípios que vigoram e que devem ser carregados do múnus público de um agente político, no caso, de um Senador da República.

É apenas essa reflexão que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Efraim e, em seguida, o Senador Izalci.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, estou como Relator, logicamente, ouvindo todos os argumentos – são bem-vindos –, e acredito que cabe apenas uma intervenção para que a gente possa entender a lógica do projeto. Acabamos indo para um tema que é relevante, trazido pelo Senador Omar, que é a questão do impacto financeiro da medida, ou seja, onde essa medida se aplicaria e qual seria esse impacto, é relevante, mas o fulcro do projeto – e a gente tem fugido um pouco desse debate mais objetivo – é exatamente trazer para a tipificação penal algo que não existe hoje, que é o crime de conspiração para obstrução de ações contra o crime organizado. É exatamente um pouco do que se iniciou no debate, e acabou se levando para essa outra seara do impacto financeiro.

O importante desse projeto... E o gesto do Senador Omar, de retirar o pedido de vista, sabendo que teremos um segundo momento de avaliação mais aprofundada também na CCJ para permitir que esse projeto avance como uma resposta do Senado ao que se encontra hoje... A nossa legislação brasileira tem esta falha de não coibir, de não punir o planejamento de um atentado contra a vida de um Senador, de um juiz, de um magistrado, comprovado. Se está planejado, se tem ali vídeo, se tem ali foto, se tem ali *print*, se tem ali grampo, mas o cara não atirou contra você, ele não tem punição nenhuma.

Então, eu acho que o projeto é muito meritório por trazer esse aperfeiçoamento da legislação em virtude....

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Na verdade, da obstrução da investigação, mas também da retaliação principalmente, Senador Aziz, da retaliação ao cidadão, a fase de planejamento. O objetivo do projeto é esse.

Sobre esse tema do impacto financeiro, é importante citar que o projeto não está acrescentando nada novo. Essa proteção, essa previsão da proteção já existe na legislação hoje, está certo? A legislação, lá no artigo da Lei 12.694, de 2012, já prevê a proteção decorrente dos riscos ao enfrentamento ao crime organizado aos magistrados, membros do Ministério Público, agentes públicos e seus familiares.

O que se está acrescentando aqui – e é extremamente passível de discussão, favorável e contra – é que se amplie, inclusive, para parentesco e também para aposentados de pessoas que combateram o crime organizado, seja um agente público, um agente político, ou seja uma autoridade nesse porte.

Mas, volto a dizer, acho que o importante no projeto, para que ele possa avançar, é que ele seja capaz de punir o planejamento de ações contra o agente público e contra os servidores que enfrentam o crime organizado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, é evidente que o projeto é meritório. O próprio Relator agora ainda esclarece que já existe previsão legal com relação à proteção.

Agora, o Senador Omar levanta uma questão que a gente precisa resolver.

Eu, inclusive, apresentei agora a PEC – e peço o apoio de todos –, para estabelecer no Executivo, seja municipal, estadual, federal ou Distrito Federal, um plano de metas. O que falta neste país é uma política de Estado, e o que a gente vê em todos, seja federal ou municipal, são políticas de governo.

E é incrível que façam exatamente o oposto. Se o Governo passado tinha alguns procedimentos em determinadas áreas, o que entra faz questão de acabar com tudo e começar tudo de novo. Basta ver agora, acabei de ler aqui, a viagem à China. Quer dizer, nós tínhamos um governo com uma relação mais próxima dos Estados Unidos, e, agora, o Governo atual mais próximo da China.

O Brasil precisa ter uma política de Estado. Não pode fazer o que está sendo feito há anos aqui.

A questão da educação, a questão da segurança pública... Qual é a proposta de segurança pública para este país?

Nós aprovamos... Eu fui o autor e aprovamos por unanimidade aqui, por exemplo, a possibilidade de trazer de volta os policiais que foram para a reserva nos últimos cinco anos, porque existia uma lei, um projeto de lei na Câmara – e que agora está aqui no Senado, na CCJ – que interpretava a indenização dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policiais que saíam como teto. Então, nós perdemos, aqui no DF, quase 4 mil policiais com medo de perder a indenização que eles tinham no final, quando iam para a reserva. Então, aprovamos aqui, está na Câmara, espero que a gente possa... Combinei para a gente conversar com o Arthur Lira esta semana, porque, de fato, a previsão legal aqui do DF, por exemplo, é de 18 mil policiais. Nós temos hoje, na ativa, um pouco mais de 8 mil, quer dizer, menos da metade do que deveríamos ter, e a população mais que triplicou. E a gente tem um diferencial dos outros estados, porque tudo aqui depende do Governo Federal, e nós temos aí um contingente não só mínimo, como também uma remuneração desatualizada há dez anos.

Então, a gente precisa ter uma política pública.

Eu acho que esta Comissão precisa, de fato, se debruçar sobre essas questões da tecnologia que não se aplica... O Governo é todo analógico – os governos estadual, municipal e federal. Enquanto todo mundo está na era digital, nós estamos ainda no totalmente analógico. Então, você não tem integração nenhuma, nem em educação, saúde, segurança... Não tem nada! E, aí, fazem questão de acabar com o pouco que foi avançado.

Eu acho que o Omar fez um gesto importante com relação a tirar o pedido de vista para a gente votar aqui, mas, de fato, essa questão de quem paga a conta é importante. Eu, por exemplo, quando fui Deputado e participei de todas as CPIs na Câmara, tive seis meses de proteção de três policiais da Câmara, porque recebia, todos os dias, ameaças, cartazes com "cuidado", isso e aquilo, e tive a proteção da Câmara, mas o que eu vejo hoje é a proteção do cidadão. Está todo mundo preocupadíssimo, quem tem filho, quem tem neto... A gente fica preocupado. Por quê? Porque não tem uma política de segurança pública. A escola era o local mais sagrado que a gente sabia, mas hoje a gente fica preocupado de ver os netos – eu, com netos – na escola.

Então, essa questão do crime organizado precisa ser combatida, mas esse bandido que matou em Blumenau já tinha várias passagens e condenações, e estava solto. A menina que matou a mãe e o pai foi liberada no Dia dos Pais para... Sei lá, não é? Talvez para visitar o túmulo, sendo que ela mesma matou e tal...

Então, a gente precisa rever essas coisas de uma forma global, para não termos que ficar aprovando, de fato, projetos pontuais. A gente tem que rever tudo isso.

Então, acho que esta Comissão tem este papel importante de discutir uma política pública de segurança pública, com a integração municipal, estadual e federal, porque nós temos isso. Nós temos autonomia dos estados e dos municípios, o sistema único depende disso, temos o de assistência social e o de segurança pública, mas não há interação entre eles. É como se fossem entes diferentes e totalmente isolados.

Então, deixo aqui já, neste momento, na votação, o meu voto de aprovação, mas, ao mesmo tempo, acho que o Omar fez uma fala importantíssima, que merece um debate muito profundo aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Um aparte aqui ao Senador Izalci, só para complementar com uma frase, um pensamento.

Vejam a importância deste projeto: a gente está avançando no combate à conspiração e ao planejamento de um atentado contra o agente público. E aí, no tema do momento, que é este ataque às escolas, salvo engano – e me corrijam se eu estiver equivocado –, se a política investigar e pegar alguém que esteja apenas planejando um ataque a uma escola, até agora não cabe punição o simples planejamento. Se ele não chegar a perpetrar nenhum ato, nenhuma tentativa, pelo menos, isso sequer é hoje passível de punição, a não ser que consigam configurar um crime de ameaça por algum tipo de publicação na internet. Agora, quanto ao simples planejamento, há essa lacuna no ordenamento jurídico brasileiro, e acho que se pode pensar, inclusive, em tentar concatenar um pouco essas ideias, para trazer em conjunto a possibilidade de a Comissão avançar também em um projeto na linha de coibir o planejamento de atentados em massa, como têm sido chamados esses atentados contra as escolas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Bom dia a todos.

Obrigado ao Senador Sérgio Petecão, o Presidente.

Eu quero só fazer uma colocação aqui ao Senador Omar Aziz e dizer a ele o seguinte... Em uma coisa eu concordo com você: dinheiro não cai de pé de árvore. Dinheiro vem do setor produtivo, do povo brasileiro, que vai pagar seus impostos através do que é produzido no nosso país, mas eu quero que vocês entendam uma coisa: o Senador Sergio Moro está certo nessa situação. Se essa conta hoje quem vai pagar... Porque o Senado tem muito dinheiro, muito. O recurso que o Senado tem é muito. Se for o Senado, que tem condição de pagar a segurança dele enquanto ele for Senador...

Eu vou falar um negócio para vocês: nós tivemos o maior – eu estou com 63 anos de idade, sou empresário, é a primeira vez que eu cheguei à política –, o maior sistema de corrupção que este país já viveu. E, pelo que eu vi, está indo tudo pelo ralo. Agora, a sociedade aí, do lado de fora... O povo está atento – o povo está atento. Aí hoje nós não temos segurança...

Se um empresário quiser segurança hoje, como é que ele faz? Ele coloca a mão no bolso e arruma segurança para ele. Não tem outra alternativa. Ninguém vai dar segurança. Agora, um juiz que se debruça em uma causa de corrupção neste país, que se debruça numa causa de crime de organização criminosa neste país, como é que nós vamos combater isso e como é que nós vamos dar segurança para essas pessoas? Os Poderes têm dinheiro. O que não tem dinheiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar uma coisa para vocês, com toda sinceridade: nós vamos nos debruçar, daqui a poucos dias, dentro de uma reforma tributária. Eu falo um negócio, viu, Senador Aziz? Se nós não tivermos e nos debruçarmos em cima de uma reforma administrativa aqui neste país, em cima de uma reforma política, a sociedade não aguenta mais, ninguém aguenta mais neste país.

E, nessa questão de segurança, eu vou falar para vocês: às pessoas que realmente se debruçam em cima dessas causas, eu acho o seguinte, o poder público tem que dar segurança – e até a certos policiais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Encerrada...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, essa votação é nominal ou é simbólica?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Simbólica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ótimo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Encerrada...

Como o Senador Omar retirou a vista ao projeto, nós vamos à votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Lei nº 1.307, de 2023, e das Emendas nº 1, nº 3, nº 5, nº 6, nº 8, nº 9, nº 10, nº 11, acatando parcialmente a Emenda nº 2, na forma da Emenda nº 7, contrária, e ainda a Emenda nº 4.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Exa... Tem, sobre sua mesa, um requerimento de convocação do Ministro Flávio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dino, para que preste esclarecimentos perante esta Comissão com relação à Política Nacional de Segurança Pública, que até o momento não foi sequer ventilada.

Eu tenho ciência de que existem convites, mas, até o momento, sem resposta. E lembro que o Ministro já esteve em duas oportunidades em Comissões da Câmara dos Deputados. Então, peço votação, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, também tem um pedido meu exatamente pelo mesmo fim, mesmo objetivo, de convocar ou convidar o Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Srs. Senadores...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só em complementação ao Senador Alessandro Vieira, o Ministro Flávio Dino tem total disponibilidade de estar aqui. Ele já me informou que, à exceção do dia 3, porque ele estará na Câmara, ele tem interesse de comparecer a qualquer momento em que for chamado. Então, eu pediria só a sensibilidade do Senador Alessandro, porque já deliberamos sobre isso, já está marcado, ou acredito que já vai ser marcada essa data o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Contarato, era nessa mesma linha de V. Exa., que trouxe a informação: o Ministro entrou em contato com esta Comissão se colocando à disposição, com exceção do dia 3, em que ele já tem um compromisso, mas o dia 2, que é o dia... Dia 2, dia 9, dia 16, dia 23, dia 30...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Dia 2.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Dia 2?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – É. Tem feriado dia 1º, tem que ver com quem está aí.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque dia 1º é na segunda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Dia 2? Não tem problema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Alessandro, não tem... Terça-feira, dia 2, lembrando que dia 18 nós vamos ter a oportunidade de ir lá, o Ministro fez esse convite, quem quiser ir vai, e quem não quiser não vai, quem quiser...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, não abusando, mas já aproveitando, nós temos uma pauta também na CCJ, e eu queria deliberar também o requerimento do Senador Kajuru, que pediu apenas para eu ler, se for possível. Eu não vou ler o requerimento todo não, só o...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós temos aqui, extrapauta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É de audiência pública do item 2.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É, mas aqui nós temos os Requerimentos nºs 10, 11 e 12. Aquele dele é qual? (*Pausa.*)

Nós temos três requerimentos, inclusive um é de V. Exa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – E o outro é do Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... o outro é do Kajuru...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Que eu vou ler.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... e o outro é do Coronel.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então vamos votar os três logo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Consulto o Plenário se podemos incluir como extrapauta os Requerimentos nºs 10, 11 e 12.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) –

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 10, DE 2023

Requer a realização de Audiência Pública para debater os violentos ataques a escolas no Brasil. Discutir possíveis causas e buscar sugestões via legislação ou mudanças na atuação de agentes públicos e privados visando a prevenção a tais ataques, de possíveis alterações legais no sentido de agravar penas ou para prevenir e auxiliar a sociedade no enfrentamento deste grave problema.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA) e outros.

Autoria do Senador Angelo Coronel e Senador Sérgio Petecão.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 11, DE 2023

Requer, nos termos regimentais, a realização de ciclo de audiências públicas, em conjunto com a CCJ, CE, CDH, com o objetivo de debater as políticas necessárias à prevenção e à repressão da violência em estabelecimentos de ensino.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES).

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 12, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 1496, de 2021, que "altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros

Subscrito pelo Senador Contarato.

Este, Senador Sergio Moro, é o projeto do qual o senhor é o Relator.

É o 12. Essa é a proposta do Senador Kajuru, que pede uma audiência pública.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Em princípio, Presidente, o que a gente tem de avaliação é que tem uma certa urgência nesse tipo de projeto, porque ele aprimora os instrumentos de investigação de crimes graves. Inclusive, um dos crimes citados que foi resolvido por esse instrumento que a gente busca ampliar envolve o assassinato de uma criança lá em Curitiba, um crime brutal na época.

Então, se deferida a audiência pública, a única coisa que eu pediria é que fosse marcada muito brevemente para que nós pudéssemos ouvir ali os envolvidos e que essa indicação de nomes fosse feita. O requerimento não tem indicação de nomes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A sua observação é perfeita. Nós vamos pedir que o Senador Kajuru indique os nomes que irão participar dessa audiência pública.

Nesta Presidência, nós temos interesse em dar a maior celeridade possível para que possamos avançar no projeto. O projeto é pertinente, tem tudo a ver com o momento que nós estamos vivendo. Então, esta Comissão também tem interesse de que nós possamos dar maior celeridade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Até nesse crime brutal que aconteceu em Blumenau, o indivíduo acabou se entregando à polícia, mas é o tipo de caso em que, se ele não tivesse feito isso, haveria dificuldade de identificá-lo e a prova do DNA seria um instrumento fundamental para eventualmente resolver o crime.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Kajuru, inclusive, sugeriu, se tiverem interesse V. Exa. e a Senadora Leila, que é a autora, e quiserem sugerir alguns nomes, da parte dele não tem nenhum problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tem como estabelecer um prazo? É para apresentar hoje esses nomes?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quanto mais breve, para que a gente possa dar maior celeridade, eu acho importante, mas o senhor fica à vontade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu posso apresentar dois nomes para ser bastante breve.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E aí nós vamos manter contato com a Senadora Leila também para que ela possa indicar nomes também se ela tiver interesse.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas que possamos fazer essa audiência daqui uns 15 dias no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – No máximo. Não podemos passar disso. Combinado.

Em votação os Requerimentos nºs 10, 11 e 12.

Vamos votar, em bloco, o 10, o 11 e o 12.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião e convocada outra para...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Qual o item do PL? Para leitura do relatório, acho que seria pertinente, Presidente. O item 2, o PL 1.496, porque ele foi pautado, não é? Apesar da audiência pública, acho...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1496, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Relatório favorável ao projeto, com a emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra para o Senador Sergio Moro, para leitura do seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Vou ser bastante breve, pelo adiantado da hora.

O Projeto de Lei 1.496 altera a redação do art. 9º-A da Lei nº 7.210, promovendo as modificações que relatamos a seguir.

Basicamente, ele vai ampliar o rol de crimes que sujeitam o condenado à identificação do perfil genético.

Eu não vou ler o relatório inteiro, integral, pelo adiantado da hora, mas farei um breve resumo. A ideia, basicamente, é ampliar o rol de crimes que sujeitam o condenado à identificação do perfil genético, e esse perfil genético tem sido a moderna impressão digital. Se a impressão digital fez uma revolução na investigação criminal no final do século XIX, é o perfil genético, a prova do DNA que tem feito essa diferença no final do século XX e nesse início de século XXI.

A nossa legislação, no entanto, é muito modesta ainda em relação a isso, muito limitada, contrastando com as melhores práticas e melhores leis do Direito Comparado.

Esse projeto foi apresentado em boa hora pela Senadora Leila Barros, para ampliação, então, desse rol de pessoas sujeitas à coleta do perfil genético. Embora nós tenhamos sempre uma preocupação com a questão dos direitos fundamentais, dos direitos humanos, é importante ressalvar que essa é uma prática estabelecida em diversos países que têm fortes mecanismos de proteção aos direitos humanos. E a coleta do perfil genético significa, hoje em dia, basicamente passar um cotonete na boca da pessoa que é submetida, num procedimento muito pouco intrusivo.

Vou direto aqui à leitura da análise e sigo em frente.

Embora os exames de DNA sejam amplamente utilizados em processos judiciais de investigação de paternidade, bem como para a identificação de restos mortais e de vítimas de desastres, sua utilização para fins criminais ainda carece de um aprofundamento na legislação, para que todas as vantagens dessa tecnologia possam ser utilizadas em prol da segurança dos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A genética forense revolucionou a investigação criminal em todo o mundo, permitindo a detecção de criminosos seriais, a correta identificação da autoria de inúmeros crimes e, não raro, permitindo a exoneração de inocentes injustamente acusados. Trata-se, portanto, de uma tecnologia já consolidada, com rigor científico, de extrema valia para auxiliar a polícia em suas investigações, para auxiliar a acusação de culpados e para a defesa de inocentes.

Enquanto nos países mais desenvolvidos essa tecnologia seja rotina desde os anos 1990 – e dezenas de milhões de pessoas já tenham sido identificadas geneticamente, com a sua utilização –, no Brasil, apenas em 2012 a legislação foi alterada para permitir a identificação genética de investigados e condenados. Mesmo com a alteração legislativa de 2012, no início de 2019 havia menos de sete mil condenados e menos de 500 investigados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos. Entretanto, a despeito de ainda estar amparada em uma legislação frágil, a utilização do perfil genético como ferramenta de investigação tem produzido resultados concretos.

Nesse contexto, por meio do projeto de Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, intensificado no MJ a partir de 2019, foi possível chegar ao final de 2022 com mais de 132 mil condenados e mais de 1,2 mil investigados cadastrados, auxiliando mais de 4,5 mil investigações criminais.

Entre as investigações que se valeram da tecnologia destacamos: identificação do assassino de uma criança de 9 anos, encontrada morta em 2008 na rodoferroviária de Curitiba – é o caso da menina Rachel Genofre, que comoveu a cidade de Curitiba, e o assassino só foi descoberto pela prova do DNA, 11 anos depois, por conta do Banco Nacional de Perfis Genéticos ; identificação do assassino de uma menina de apenas 7 anos, morta em sua escola, em 2015, em Petrolina; identificação do maior estuprador em série de Goiás, no âmbito da Operação Impius; identificação de Anderson Struziatto, acusado de participar do mega-assalto à empresa Prosegur, na Baixada Santista, em 2016.

O uso do banco de perfil genético também permite a garantia de justiça a pessoas inocentes acusadas de crimes. Tendo em vista essa tecnologia, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inocência de Israel de Oliveira Pacheco, acusado por crime sexual dez anos antes e condenado com base em um reconhecimento pessoal falho.

Esses avanços, todavia, são tímidos, pois a legislação vigente é absolutamente restritiva e dissonante da prática internacional. Enquanto nos países desenvolvidos a identificação genética é uma regra, um procedimento de rotina, no Brasil ela apenas é realizada após a condenação por crime muito grave, o que dificulta seu uso e impede que todos os seus benefícios possam ser alcançados.

A título ilustrativo, os bancos de dados genéticos dos Estados Unidos têm registros de 15 milhões de condenados, 4,8 milhões de presos, além de 1,2 milhões de outros vestígios. Esse banco de dados já foi utilizado para auxiliar mais de 622 mil investigações. No Reino Unido, por sua vez, o banco de dados contém registros de 5,8 milhões de indivíduos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, no Brasil, mesmo com avanços havidos na aceleração das identificações de perfis genéticos desde 2019, os números de registros ainda são modestos em comparação com outros países. É necessária, portanto, a atualização dos dispositivos.

Embora louvável a iniciativa da autora do PL, é possível avançar ainda mais no sentido de ampliar as hipóteses de utilização dessa tecnologia.

Propomos, então, uma emenda substitutiva que estabelece a obrigatoriedade de extração do perfil genético de todos os que forem condenados por crime doloso, independentemente da sua natureza.

Pugnamos ainda pela identificação do perfil genético de investigado quando houver o indiciamento, a prisão em flagrante ou a prisão cautelar, neste caso por crimes praticados com violência grave: crime praticado com grave violência contra a pessoa; crime contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável; crimes contra criança ou adolescente previstos no art. 240 e seguintes da Lei nº 8.069.

Para esses criminosos, entendemos que a identificação do perfil genético, ainda na fase de indiciamento ou de prisão processual, é imperativa, pois poderá contribuir para elucidar os crimes investigados, além de outros porventura cometidos pelo indiciado ou preso, tendo em vista que essa espécie de crime não raramente se reveste de caráter serial.

Por último, acrescentamos, ainda no que tange à identificação do perfil genético do investigado, a obrigatoriedade de sua realização quando houver o indiciamento ou a prisão processual pelo crime de organização criminosa que dispõe ou se utiliza de armas de fogo.

O voto, portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 1.496 na forma da emenda substitutiva que vai junto ao relatório – está disponibilizada aqui dentro do relatório.

Apenas aqui faço uma ressalva de uma emenda de redação para o § 7º da redação proposta para o art. 9º-A no seguinte sentido:

> § 7º A coleta da amostra biológica será realizada por agente público treinado e respeitará os procedimentos de cadeia de custódia definidos pela legislação em vigor, e complementados pelo órgão de perícia oficial de natureza criminal.

Apenas essa ressalva. Foi pedida uma emenda de redação pela Adepol na data de ontem, no final do dia.

Então esse é o relatório e o voto.

Sr. Presidente, eu agradeço a paciência, mas era importante a leitura aqui do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós agradecemos ao Senador Sergio Moro, parabenizando-o pelo projeto. Vamos, com certeza, tomar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as providências no sentido de dar maior celeridade para fazer essa audiência pública e trazer o projeto para votação.

Senadora Dorinha, V. Exa. pediu a palavra?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Vai ter audiência pública, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Eu só gostaria de fazer um lembrete e um pedido – até e logicamente, eu vou acompanhar o texto – sobre a questão da violência contra a mulher. V. Exa. era ministro, eu era Líder da Bancada Feminina, nós insistimos muito na importância do banco de DNA, para que nós possamos tanto atuar na questão da violência contra a mulher, quanto em relação à criança e ao adolescente.

Inclusive um dos problemas graves, Sr. Presidente, é que nós... como é bastante reduzido o escopo que nós temos para análise, em muitos casos, tanto em escolas quanto em situação de violência contra a mulher, em algumas situações, pessoas já condenadas são colocadas para cuidar de outras crianças ou mesmo lidando com caso de violência contra a mulher, reincidindo e acabando muitas vezes agravando o crime. Então para que a gente possa também pensar nessa abordagem em relação à violência doméstica.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Então eu agradeço o apoio, Senadora Dorinha.

A ideia do projeto é exatamente esta: primeiro abrange, amplia a coleta do perfil genético para todos os condenados por crime doloso, mas, em relação ao rol específico de crimes, entre eles crimes abrangidos por essa preocupação da Senadora, crimes contra a mulher, permite a identificação do perfil genético já na fase de indiciamento ou de prisão processual. Na fase de investigação, torna isso obrigatório, como é praxe inclusive, na grande maioria dos países.

Então o projeto tem essa linha também de preocupação, até porque essa coleta do perfil genético é especialmente valiosa em crimes sexuais que, infelizmente muitas vezes as mulheres estão sujeitas, mas também em crimes praticados por violência por pessoas às vezes até desconhecidas, mas que o perfil genético pode servir como identificador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mais uma vez esta Presidência parabeniza o Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Omar Aziz, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Alan Rick, Vanderlan Cardoso e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Weverton, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 14, de 2023** que: "Requer a Inclusão de convidados ao REQ 12/2023 - CSP, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 1496, de 2021, que "altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 15, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 11/2023 – CSP, seja incluída a Comissão de Assuntos Sociais, seja retirada a participação da Comissão de Educação Cultura e Esporte e indica convidados." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **Observação:** O requerimento foi subscrito pelo Senador Jorge Kajuru. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 16, de 2023** que: "Requer a inclusão de convidado ao REQ 12/2023 - CSP, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 1496, de 2021, que "altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 17, de 2023** que: "Requer a inclusão de convidados ao REQ 10/2023-CSP, que requer a realização de Audiência Pública para debater os violentos ataques a escolas no Brasil, discutir possíveis causas e buscar sugestões via legislação ou mudanças na atuação de agentes públicos e privados visando a prevenção a tais ataques, de possíveis alterações legais no sentido de agravar penas ou para prevenir e auxiliar a sociedade no enfrentamento deste grave problema." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/18

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada em 12 de abril.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes na pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado presença pessoalmente na Casa.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 14, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão de convidados ao REQ 12/2023 - CSP, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 1496, de 2021, que "altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

Com a palavra, o Senador Jorge Kajuru para a leitura do seu requerimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para encaminhar.) – Bem, inicialmente, Presidente, querido amigo, Sérgio Petecão, quanto ao nº 15, de 2023, eu gostaria de solicitar a aprovação, no dia de hoje, desse requerimento do Senador Fabiano Contarato e também gostaria de subscrevê-lo. Este requerimento diz respeito ao Requerimento 11, de 2023, da Comissão de Segurança Pública, e tem por objetivo incluir a Comissão de Assuntos Sociais, enquanto retira a participação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Presidente Sérgio Petecão.

Agora trato dos Requerimentos 14 e 16, de 2023.

Sr. Presidente, solicito, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado... Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados, que sejam incluídos os seguintes convidados: o Exmo. Sr. Mauro Pereira Martins, Desembargador e Presidente da Comissão Permanente de Justiça Criminal Infracional e de Segurança Pública do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); o Sr. Guilherme Silveira Jacques, Perito Criminal Federal, policial federal em exercício na Superintendência da Polícia Federal em Florianópolis, Santa Catarina; o Sr. Ronaldo Carneiro da Silva Junior, Coordenador do Banco Nacional de Perfis Genéticos e representante da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais; a Sra. Marianna, chefe do Banco de DNA da Policia Cientifica do Paraná; o Dr. Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Professor Titular de Direito Penal e Execução Penal da Uerj, Vice-Presidente da Associação Internacional de Direito Penal, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Execução Penal (Ibep), ex-Conselheiro Nacional de Política Criminal e Penitenciária; a Dra. Fabiana Costa Oliveira Barreto, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Presidente do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal; representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; e, para concluir, representante da Polícia Federal, Presidente Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 17, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados ao REQ 10/2023-CSP, que requer a realização de Audiência Pública para debater os violentos ataques a escolas no Brasil, discutir possíveis causas e buscar sugestões via legislação ou mudanças na atuação de agentes públicos e privados visando a prevenção a tais ataques, de possíveis alterações legais no sentido de agravar penas ou para prevenir e auxiliar a sociedade no enfrentamento deste grave problema.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Essa nossa audiência pública vai acontecer amanhã, às 10h, nesta Comissão. Aqui todos já estão convidados, e vai ser de muita importância essa audiência pública. Temos aqui vários convidados.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos votar aqui os quatro Requerimentos nºs 14, 15, 16 e 17, conforme a orientação aqui da nossa assessoria.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foram aprovados.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 14, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados ao REQ 12/2023 - CSP, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 1496, de 2021, que "altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 15, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 11/2023 – CSP, seja incluída a Comissão de Assuntos Sociais, seja retirada a participação da Comissão de Educação Cultura e Esporte e indica convidados.

Autoria: Senador Fabiano Contarato e outros

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 16, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidado ao REQ 12/2023 - CSP, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 1496, de 2021, que "altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 17, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados ao REQ 10/2023-CSP, que requer a realização de Audiência Pública para debater os violentos ataques a escolas no Brasil, discutir possíveis causas e buscar sugestões via legislação ou mudanças na atuação de agentes públicos e privados visando a prevenção a tais ataques, de possíveis alterações legais no sentido de agravar penas ou para prevenir e auxiliar a sociedade no enfrentamento deste grave problema.

Autoria: Senador Sérgio Petecão.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, eu sei que o seu apoio é incondicional a toda causa nobre, mas, além de V. Sa., eu queria pedir o apoio de todos desta Comissão, porque, desde 30 de setembro de 2019, parece até que eu profetizava a questão da violência nas escolas. Esse meu projeto foi lido no Plenário e eu já antecipava o que hoje é de domínio público e é desejo de toda a sociedade brasileira: que as escolas passem a ter catracas eletrônicas, detectores de metais, guardas devidamente armados e preparados, para que a gente não veja mais – ou nunca mais – o que temos visto ultimamente. E o que mais é preocupante hoje – lá no Acre com certeza o senhor deve ter exemplos – são pais que estão pedindo aos filhos que não frequentem mais as escolas. Isso é muito triste porque não há ambiente melhor no mundo do que a escola. Eu aprendi a viver na escola. Assim como eu sou aqui no Senado, eu na escola era o primeiro a chegar, o último a sair. Para faltar aula, só se eu estivesse na UTI. Como na época não existia UTI para criança, eu nunca faltei a escola.

Nós precisamos não pressionar, evidente, apenas reivindicar do Presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, que ele coloque, talvez amanhã já, como extrapauta, este meu projeto, que já tem o Relator definido, com o relatório pronto, que é o Senador paranaense Oriovisto Guimarães – um homem da educação, portanto, não haveria uma escolha melhor para relatar este meu projeto –, para a gente dar uma demonstração à sociedade, até antes do Governo Federal, que neste momento está reunido com várias frentes para discutir a violência nas escolas... Então nós, aqui no Senado, daríamos um exemplo, sairíamos na frente de todos os outros segmentos e Poderes e poderíamos aprovar, amanhã mesmo, este projeto de lei e, na semana que vem, colocá-lo em Plenário.

Peço, normalmente e de forma absolutamente, respeitosa o apoio e a sensibilidade de todos os membros desta Comissão de Segurança Pública.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço ao Senador Kajuru a sua preocupação com o momento que o país está vivendo. É como o senhor disse: para o senhor ter uma ideia, lá no Acre, eu vi, nesse final de semana, mais de cinco ou seis *fake news.* As pessoas não têm o que fazer e ficam usando a rede social para aterrorizar a vida dos alunos nas escolas.

Deixe-me ver aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui em Brasília, também eu tenho uma filha que estuda aqui na UnB. Ela não foi para a aula com medo de uma ameaça que recebeu.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores que a agenda que nós teríamos hoje, o almoço que nós teríamos hoje – uma agenda com o Ministro; em seguida, teríamos um almoço –, foi cancelada pelo Ministro exatamente por conta dessa agenda que o senhor disse que está acontecendo agora com o Presidente Lula, tratando desse tema sobre o qual, com certeza, amanhã faremos aqui um grande debate nesta Comissão.

Então, mais uma vez, quero agradecer ao Ministro Flávio Dino o convite e justificar o adiamento da nossa reunião lá no ministério. Ele faz questão de receber todos os membros desta Comissão. (*Pausa.*)

Antes de encerrarmos os trabalhos, informo mais uma vez que amanhã, 19 de abril – até porque dia 20 de abril, se os senhores não sabem, é o meu aniversário –, às 10h, realizaremos...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Parabéns antecipados!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... uma audiência pública com o intuito de debater os violentos ataques às escolas no Brasil – já agora, comentados pelo nosso querido Senador Kajuru, é ele que está acompanhando e muito preocupado com a situação; queria até parabenizá-lo pela sua sensibilidade em trazer esse debate aqui para esta Comissão, pois o momento agora requer muita responsabilidade –, as possíveis causas e buscar sugestões legislativas ou mudanças na atuação de agentes públicos e privados, visando à prevenção de tais ataques. Amanhã, mais uma vez, frisamos, nós teremos aqui nossa audiência pública, a partir das 10h.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D97345930051E2B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.